

A. T. JONES



# IMPÉRIO ECLESIAÍSTICO

DA QUEDA DE ROMA AOS ESTADOS UNIDOS



ADVENTIST PIONEER LIBRARY

Título do original em inglês: *Ecclesiastical Empire*

Publicado originalmente pela *Review and Herald Publishing Company* em 1901.

© 2024 **ADVENTIST PIONEER LIBRARY**

P.O. Box 51264

Eugene, OR, 97405, USA

[www.APLib.org](http://www.APLib.org)

Apoio: **CENTRO DE PESQUISAS ELLEN G. WHITE – BRASIL**

Tradução: Neumar de Lima

Revisão: Jóice Souza

Novembro, 2024

ISBN: 978-1-61455-128-7



## SÉRIE IMPÉRIOS

1. OS IMPÉRIOS DA BÍBLIA
2. OS GRANDES IMPÉRIOS DA PROFECIA
3. IMPÉRIO ECLESIASTICO
4. AS GRANDES NAÇÕES DE HOJE



A. T. JONES

# IMPÉRIO ECLESIAÍSTICO

DA QUEDA DE ROMA AOS ESTADOS UNIDOS



AQUELES QUE SABEM O QUE ROMA JÁ FOI,  
SÃO MAIS CAPAZES DE APRECIAR O QUE ELA É

HENRY HALLAM

ADVENTIST PIONEER LIBRARY

# Dedicatória



ALONZO TRÉVIER JONES

1850-1923



Ao POVO COMUM, que ouvia com prazer a nosso Mestre em comum, e cuja experiência silenciosa e prática "ao longo da história da igreja tem sempre sido mais verdadeira e tem conduzido a igreja em um caminho mais seguro que os decretos públicos daqueles que afirmam ser líderes autoritativos do pensamento teológico, este livro é respeitosamente dedicado pelo AUTOR.

*Alonzo Jones*

# ÍNDICE

.....

<b>CAPÍTULO 1 – UMA POTÊNCIA MUNDIAL ECLESIAÍSTICA.....</b>	<b>13</b>
<i>Contra o Altíssimo – Cartas de Cristo à Sua Igreja – Consequência da Apostasia.</i>	
<b>CAPÍTULO 2 – OS VISIGODOS NA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>19</b>
<i>Teodorico, o Visigodo – O Império Visigótico.</i>	
<b>CAPÍTULO 3 – OS SUEVOS NA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>23</b>
<i>Descobertas Portuguesas – Descoberta das Índias e China.</i>	
<b>CAPÍTULO 4 – OS FRANCOS NA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>27</b>
<i>Subjugação dos Burgúndios – Clóvis, Único Rei dos Francos – Os Prefeitos do Palácio – O Império de Carlos Magno – As Invasões dos Nórdicos – A Formação da Normandia – Estabelecimento da Dinastia Capetiana – O Sistema Feudal.</i>	
<b>CAPÍTULO 5 – OS ALAMANOS NA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>41</b>
<i>Estabelecimento do Reino Alemão – Estabelecimento do “Sacro Império Romano” – Origem da Monarquia no Reino da Inglaterra – Esplendor de Frederico II – O Grande Interregno: Anarquia – Fim do “Sacro Império Romano”.</i>	
<b>CAPÍTULO 6 – OS BURGÚNDIOS NA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>51</b>
<i>A Maratona da Suíça – A Suíça Livre.</i>	
<b>CAPÍTULO 7 – OS ANGLOS E OS SAXÕES NA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>55</b>
<i>A Grã-Bretanha se Torna a Inglaterra – Reis, Vereadores, Condes, Camponeses, Servos – Supremacia da Nortúmbria – As Invasões Dinamarquesas – Dominação Dinamarquesa – Inglaterra Imperial – Reis Dinamarqueses da Inglaterra – Reino do Rei Canuto – Guilherme, o Conquistador – O Doomsday Book – A Conquista Inglesa da Normandia – Império Inglês, Casa de Plantageneta – Cativo de Ricardo Coração de Leão – João Entrega a Inglaterra ao Papado – A Magna Carta – João Assola o Reino – “O Estado de Direito e Não da Vontade” – A Guerra dos Cem Anos.</i>	

**CAPÍTULO 8 – FILOSOFIA PAGÃ – A FORÇA DO PAPADO.....85**

*A Nova Filosofia Platônica – As Primeiras Ordens de Monges – O Fanatismo Monástico – Introduzido em Roma – Os Estilitas – “Um homem com Bom Senso dificilmente Diria Isso” – O Raciocínio Falacioso de Platão – A Vida apenas em Cristo – Jesus e a Ressurreição – Tende em Vós o Mesmo Sentimento – Ministros da Inquisição.*

**CAPÍTULO 9 – CONTROVÉRSIA TEOLÓGICA – CONCÍLIO DE ÉFESO.....101**

*Alexandria e Constantinopla – Crisóstomo Deposto – Ambos Apelam ao Papa – Cirilo de Alexandria – Nestório de Constantinopla – Apelações a Roma – Convocação de um Concílio Geral – Preliminares do Concílio – Condenação de Nestório – Cirilo Suborna o Tribunal e Ganha – A Deificação de Maria.*

**CAPÍTULO 10 – CONTROVÉRSIA TEOLÓGICA – SEGUNDO CONCÍLIO DE ÉFESO...117**

*A Controvérsia Eutiquiana – Eusébio em um Dilema – Prenúncio da Inquisição – Apelos a Roma – Instruções ao Concílio – O Assassinato de Flaviano – Legitimidade do Concílio.*

**CAPÍTULO 11 – CONTROVÉRSIA TEOLÓGICA – CONCÍLIO DE CALCEDÔNIA.....127**

*Crescimento do Espírito Papal – Ambição sem Limites de Roma – Outro Concílio Decretado – “Uma Terrível Tempestade” – Condenação de Dióscoro – A Carta de Leão se Torna a Prova – A Carta de Leão Aprovada – Bispos Egípcios – A Carta de Leão Completa o Credo – O Credo de Leão e Calcedônia – A Carta do Concílio a Leão – Editos Imperiais Reforçam o Credo – O Papa, a Fonte da Fé – Resultados da Controvérsia Teológica.*

**CAPÍTULO 12 – O PODER TEMPORAL PAPAL ESTABELECIDO.....149**

*Os Papas como Mediadores – As Terras da Igreja – O Reino Hérulo Extirpado – O Domínio Ostrogótico – Procedimentos Papais em Roma – O Papado Colocado acima do Estado – Conspirações contra os Ostrogodos – Justiniano e o Papado – A Controvérsia sobre a Aração do Triságio – O Reino Vândalo Exterminado – O Reino Ostrogótico Destruído – O Papado agora uma Potência Mundial.*

**CAPÍTULO 13 – RESTAURAÇÃO DO IMPÉRIO OCIDENTAL.....167**

*Justiniano e Papa Vigílio – As Mudanças Papais em Termos de Fé – O Título de Bispo Universal – Gregório Magno – Gregório Magno para Focas – Bispo de Roma Decretado Bispo Universal – Os Lombardos e o Papado*

*– A Introdução da Adoração de Imagens – O Papa Ensina a Adoração de Imagens – O Papa Apela aos Francos – Pepino se Torna Rei – O Papa Visita Pepino – “São Pedro” Escreve aos Francos – A Doação de Pepino ao Papado – A Doação de Carlos Magno – Carlos Magno, Rei da Lombardia – A Adoração de Imagens Estabelecida – Carlos Magno se Torna Imperador – A Roma Original Continua no Papado – O Império Ocidental Transferido Novamente – Uma Teocracia Imperial – Posição Eclesiástica do Imperador.*

## **CAPÍTULO 14 – O PAPADO E OS BÁRBAROS.....199**

*Clóvis se Torna Católico – As “Guerras Santas” de Clóvis – Os Visigodos se Tornam Católicos – O Catolicismo Invade a Grã-Bretanha – Agostinho e os Cristãos Britânicos – A Inglaterra se Torna Católica – Os Saxões se Tornam Católicos – O Catolicismo na França – O Papado Corrompe os Bárbaros.*

## **CAPÍTULO 15 – O SACRO IMPÉRIO ROMANO.....211**

*Os Papas e os Imperadores – O Papa Protege o Assassinato – Tentativas de Reforma Fracassam – O Papa Humilha o Imperador – Sarracenos nos Estados Papais – O Papa e o Império Oriental – Nicolau Afirma sua Infalibilidade – Nicolau ao Rei da Bulgária – O Papa a Carlos, o Calvo – Carlos, o Calvo ao Papa – Os Estados Papais Declarados Independentes – O Papado Paga Tributo aos Sarracenos – O Papa Estêvão ao Imperador do Oriente – O Papa Processa o Falecido Formoso – A Abominação da Desolação – Mulheres Romanas Governam o Papado – O Filho de Marózia se Torna Papa – O Neto de Marózia se Torna Papa – O Papa João XII e o Concílio do Imperador – O Papa João XII É Deposto – João XII se Torna Papa Novamente – O Reinado de Terror Papal – O Concílio Francês ao Papa – “O Homem do Pecado, o Mistério da Iniquidade” – O Papado Proíbe o Casamento do Clero – O Papado Vendido em Leilão – Reforma Significa a Ruína do Papado – Os Normandos e o Papado – O Cardeal Damião Descreve os Bispos – Mais Tentativas de Reforma do Papado – A Guerra Papal – Hildebrando se Torna Papa.*

## **CAPÍTULO 16 – A SUPREMACIA PAPAL – GREGÓRIO VII A CALISTO II.....257**

*Hildebrando contra o Clero Casado – O Significado de “Gregório VII” – O Esquema Teocrático de Hildebrando – Gregório VII Concebe as Cruzadas – A Guerra contra o Casamento – Aflição Causada por Gregório VII – A Guerra das Investiduras – Gregório Convoça Henrique IV – Henrique IV ao Papa – Gregório Excomunga Henrique – O Império Contra Henrique IV – Henrique em Canossa – Henrique Livre da Excomunhão – Um Rei*

*Rival Eleito – Gregório Excomunga Henrique Novamente – Henrique IV se Torna Vitorioso – Roma em Ruínas: Morre Gregório – Máximas de Gregório VII – Origem das Cruzadas – O Discurso da Cruzada do Papa Urbano – Recompensa e Caráter dos Cruzados – A Primeira Cruzada – A Captura de Jerusalém – A Natureza das Cruzadas – A Guerra das Investiduras Renovada – Papa Pascoal II: Rei Henrique V – Henrique V Captura o Papa – O Papa Cede a Henrique V – A Contribuição de Pascoal ao Papado – O Papado no Século 12.*

## **CAPÍTULO 17 – A SUPREMACIA PAPAL – INOCÊNCIO III A BONIFÁCIO VIII.....301**

*O Papa Dá a Irlanda à Inglaterra – A Opinião Mundial do Papado – Inocêncio III e o Rei da França – Inocêncio III e João da Inglaterra – A Origem da Disputa com João – A Inglaterra sob Interdito – João Dá a Inglaterra para Roma – A Guerra de Inocêncio na Alemanha – Inocente Escolhe um Imperador – O Imperador de Inocêncio se Volta contra Ele – Cruzados Capturam Constantinopla – Prodigiosas Reivindicações de Inocêncio IV – O Pináculo do Poder Temporal.*

## **CAPÍTULO 18 – O IMPÉRIO PAPAL.....319**

*A Universalidade do Domínio Papal – Os Bispos e sua Eleição – Bispos Militares – Saqueadores Papais – “Um Terror para Todos” – Miséria Universal – “Uma Maldição ao Povo” – Resultados do Celibato – Um Padrão de Moralidade Muito Singular – A Igreja de Roma é a Responsável – Opressão Judicial – Monges Mendicantes – O Fetichismo Papal – Indulgências – O Culto às Relíquias – “Uma Maldição Consumada”.*

## **CAPÍTULO 19 – “ESSA MULHER JEZABEL”.....341**

*Que a Si Mesma se Declara Profetisa – O Cristianismo na Idade Média – Os Valdenses – Os Paulicianos – Os Mártires Paulicianos – O Cristianismo Permeia a Europa – Arnaldo de Bréscia – Os Valdenses Traduzem o Novo Testamento – Missionários Valdenses e Paulicianos – Os Centros do Cristianismo – A Existência de Jezabel Ameaçada – Jezabel Convoca a Espada – a Ira de Jezabel contra aos Cristãos – Os Cristãos ainda se Multiplicam – Inocêncio III Reina – O Caráter Reconhecido dos Condenados – O Papado Leva ao Pecado – A Corrupção Reconhecida dos Católicos – Toda a Força da Igreja – Os Papistas Tentam Imitar os Cristãos – Excomunhão e Interdito – Raimundo É Tratado com Crueldade – As Nações Finalmente se Movem – A Terra Desolada – Hipocrisia Suprema – Uma Moderna Perversão da História.*



**CAPÍTULO 20 – A ANARQUIA DO PAPADO.....377**

*Clemente V Destrói os Templários – João XXII Tributa o Pecado – O Imperador contra João XXII – Nicolau Renuncia em Favor de João – O Tesouro Deixado por João XXII – “Tão Bêbado quanto um Papa” – Jubileu Reduzido a 50 Anos – Clemente VI a seus Cardeais – O Papado Retorna a Roma – Roma Exige um Papa Romano – Urbano VI é Repudiado – O Papado com Duas Cabeças – A Anarquia Aumenta – Simonia Universal – A Universidade de Paris sobre o Papado – “Papa Eu Sou; Papa Eu Continuarei” – Esforços Papais em Prol da Unidade – Cardeais se Unem contra Ambos os Papas – O Concílio de Pisa – A Confusão se Torna ainda Pior – O Papado com Três Cabeças – O Concílio de Constança – O Papa João Foge – Papa João XXIII Deposto – Gregório XII Assume o Concílio – Um Único Papa Novamente – O Pináculo da Blasfêmia.*

**CAPÍTULO 21 – O ESPÍRITO DO PAPADO.....415**

*O Segredo do Papado – Os Querubins Celestiais – O Fundamento do Trono de Deus – O Querubim que Pecou – Exigida a Mudança da Lei de Deus – O Propósito Eterno de Deus – Lúcifer Reflete sobre Deus – O Eu não Pode Salvar a Si Mesmo – Nas Cadeias das Trevas – O Pecado Deve ser Erradicado – Liberdade de Escolha – Satanás Vem a este Mundo – A Tentação no Paraíso – Inimizade contra Deus – Tudo Centralizado no Eu e Nada em Deus – Inimizade contra Satanás – O Mistério de Deus – A Humildade de Cristo – A Mudança da Lei de Deus.*

**CAPÍTULO 22 – A REFORMA – INGLATERRA.....441**

*João Wycliffe Responsabilizado – Wycliffe contra o Papado – O Verdadeiro Ministro de Cristo – Os Frades, uma Pestilência Moral – O Alto Serviço do Pregador – “Padres Pobres”, “Os Lolardos”, “Homens da Bíblia” – O Verdadeiro Cabeça da Igreja – O Papa Contra Wycliffe – Wycliffe Traduz a Bíblia para o Inglês – A Suficiência das Escrituras – A Verdade Prevalecerá – O Sol Nascente da Reforma.*

**CAPÍTULO 23 – A REFORMA – BOÊMIA.....459**

*O Ministério de Miltitz – A Missão Doméstica de Miltitz – O Papa Denuncia Miltitz – Mateus de Janov – O Anticristo Descrito – A Verdadeira Lei de Cristo – Os Tempos do Anticristo – Belém: A Capela de João Huss – Os Escritos de Wycliffe Condenados – Wycliffe é ainda Seguido – Os Escritos de Wycliffe Queimados – O Amor de Huss pela Verdade – O Papado Condena Huss –*

*A Cruzada do Papa João XXIII – Huss Denuncia as Indulgências – Huss contra o Papa – “Fora da Autoridade do Papa” – Estudantes Queimam As Bulas do Papa – O Partido Papal Toma Vida – Os Escritos de Wycliffe Novamente Condenados – Huss Excomungado – Esforços para Obter a Paz – A Única Paz Verdadeira – Cristo, a Verdadeira Cabeça – O Espírito Santo, O Verdadeiro Guia – Os Milagres Maiores – A Abominação da Autodeificação – Huss Parte para Constança – Huss é Ludibriado – Huss Aprisionado – Huss em seu “Julgamento” – O Imperador contra Huss – O Nobre Cavaleiro de Chlum – A Comunhão de Cristo com Huss – Fiel até a Morte – Jerônimo de Praga Preso – Os Discursos de Jerônimo – O Efeito da Morte de Huss e Jerônimo.*

## **CAPÍTULO 24 – A REFORMA – ALEMANHA.....511**

*A Justificação pela fé – “O Verdadeiro Portão do Paraíso” – A Fé de Jesus – As Obras da Lei – Indulgências – O Sonho do Eleitor Frederico – As Teses contra as Indulgências – Como Estudar as Escrituras – O Papa Proscreeve Lutero – Lutero Apela a um Concílio – A Discussão de Leipzig – Uma Bula contra Lutero – A Primeira Coisa Necessária – O Ofício dos Cardeais – Permitam o Casamento do Clero – Definição do Papado – Carta de Lutero a Leão – A Liberdade do Cristão – Lutero Renova o Apelo contra Roma – Lutero Queima a Bula Papal – A Dieta de Worms – O Duque Jorge contra Roma – O Imperador Convoca Lutero – Lutero Comparece Diante da Dieta – Um Tempo É Dado a Lutero – A Resposta de Lutero – “Nada Posso Retratar” – Editio Imperial contra Lutero – “A Liberdade É a Essência da Fé” – O Protesto, os Protestantes – A Carta do Protestantismo – O Cristianismo Livre Novamente.*

## **CAPÍTULO 25 – PROTESTANTISMO – VERDADEIRO E FALSO.....555**

*Novas Controvérsias Teológica – A Controvérsia Sinérgica – Perseguições aos Anabatistas – Controvérsia sobre Filosofia – O Calvinismo contra a Livre Graça – Em Terreno Papal – Henrique VIII, Rei e Papa – O Governo Papal de Calvino – Intolerância Puritana – O Protesto de Roger Williams – Roger Williams Banido – O Apelo mais Tocante da História – Perseguição a John Wesley – Protestantes se Mostram Falsos ao Princípio – Martinho Lutero e Roger Williams.*

## **CAPÍTULO 26 – O TRIUNFO DO PRINCÍPIO CRISTÃO.....577**

*Governo do Povo – O Princípio Perfeito do Governo Civil – Não Pode Ser Aniquilado – Direito Religioso – O Presbitério de Hannover – A Religião é Separada do Estado – O Estabelecimento da Liberdade Religiosa – Madison*

*pelos Direitos Religiosos – O Protesto da Virgínia – Frutos da Religião Estatal – Usurpação Perigosa – O Direito Religioso Torna-se Constitucional – O Pensamento do Povo sobre Direito Religioso – A Concepção Cristã – O Farol do Mundo.*

**CAPÍTULO 27 – APOSTASIA NACIONAL.....599**

*Algo Extremamente Surpreendente – A Velha Ordem das Coisas – A Coligação Religiosa e Política está Pronta – A Reprodução da Teoria Papal – A União com o Papado – O Vínculo da União – O Congresso Legisla em favor da Religião – O Congresso Interpreta as Escrituras – Uma Reivindicação à Infalibilidade – O Ponto Central da Infalibilidade Papal – A Adoção Nacional do Princípio Papal – O Sinal da Salvação Papal – As Incurções do Papado – O Princípio Republicano Repudiado – A Constituição É Abandonada – Todo Princípio de Liberdade É Sacrificado – A Apostasia Nacional se Completa – “Que Façam uma Imagem” – A Imagem da Besta – O Papado Novamente Exaltado.*

### LISTA DE ABREVIATURAS

ARA	Almeida Revista e Atualizada
ARC	Almeida Revista e Corrigida
ACF	Almeida Corrigida Fiel
NAA	Nova Almeida Atualizada
KJV	King James Version
NTLH	Nova Tradução na Linguagem de Hoje
NVI	Nova Versão Internacional
NIV	New International Version
N.T.	Nota do Tradutor
cf.	Conferir, comparar
VC	Versão Católica

---

Todas as citações bíblicas, salvo indicação contrária, foram extraídas da versão Almeida Revista e Atualizada, 2ª edição (ARA).

## CAPÍTULO 1

# UMA POTÊNCIA MUNDIAL ECLESIAÍSTICA

*Contra o Altíssimo – Cartas de Cristo à Sua Igreja – Consequência da Apostasia.*

O Império Romano perecera. “Nunca a existência de uma nação havia sido destruída de forma mais completa” (*Guizot*).<sup>1</sup> Em 476 d.C., novos povos em dez reinos distintos ocupavam o território que, por 500 anos, fora romano. Essas são as nações que, *inextricavelmente envolvidas com o papado*, são o assunto da história medieval e moderna da Europa Ocidental, que investigaremos agora.

2. O estabelecimento, o crescimento e o domínio do papado como potência mundial são claramente um assunto da profecia, assim como a queda de Roma e a implantação dos dez reinos em suas ruínas. De fato, a profecia sobre um poder constitui parte inseparável da profecia do outro. Para quem observar de perto, fica claro que, o assunto principal nas três grandes linhas de profecia em Daniel 7, 8 e 11, é Roma. Em cada um desses capítulos, muito mais espaço é dedicado à descrição de Roma do que à descrição de Babilônia, Medo-Pérsia e Grécia, juntas. E em Daniel 11:14, quando a entrada de Roma em cena é marcada, afirma-se de maneira definitiva e significativa: “E os filhos dos prevaricadores do teu povo se levantarão para confirmar a visão” (ARC). Ou seja, Roma é o objeto particular da visão; e, quando Roma entra no palco da história, a visão é *confirmada*.

3. Em Daniel 7, os quatro grandes impérios mundiais – Babilônia, Medo-Pérsia, Grécia e Roma – são representados por quatro grandes animais. A última característica do quarto animal é que ele “tinha dez chifres”. Então, diz o profeta: “Estando eu a observar os chifres, eis que entre eles subiu outro PEQUENO, diante do qual *três dos primeiros* chifres foram *arrancados*; e eis que neste chifre havia olhos, como os de homem, e uma boca que falava com insolência” (v. 8). O profeta observou este chifre “pequeno” até que “assentou-se o tribunal, e se abriram os livros”. E *então* ele diz: “*Então* [no tempo do julgamento], estive olhando, por causa da voz das insolentes palavras que o chifre proferia; estive olhando e vi que o animal foi morto, e o seu corpo desfeito e entregue para ser queimado” (v. 11).

4. Observe que o profeta está considerando o “chifre pequeno” em sua carreira até o fim. No entanto, quando esse “chifre pequeno” chega ao fim, não é dito: “vi que o *chifre* foi quebrado”, mas “vi que o *animal* foi morto”. “*Então*, [no tempo do julgamento,] estive olhando, por causa da voz das insolentes palavras que o *chifre* proferia; estive olhando e vi que o *animal* foi morto”. Isso mostra, além de qualquer dúvida, que aquilo que é simbolizado pelo “chifre pequeno” representa simplesmente outra fase do que é simbolizado pelo animal terrível e espantoso. O “chifre pequeno” é apenas a continuação do *animal* em uma *forma* diferente – as mesmas características

<sup>1</sup> *History of Representative Government*, Palestra 22, par. 9.

estão lá; o mesmo espírito está lá; a *mesma coisa* que identifica a *besta* continua por todo o período do *chifre pequeno* até a chegada de sua destruição; e quando a destruição do pequeno *chifre* chega de fato, é “o animal” que é morto, e *seu* corpo desfeito e entregue para ser queimado.

5. Em Daniel 8, o pensamento é o mesmo, exceto que ambas as fases desse poder, que é Roma, são simbolizadas por “um *chifre pequeno* [que] se tornou muito forte para o sul, para o oriente e para a terra gloriosa; que “cresceu até atingir o exército dos céus”; que se engrandeceu “até ao príncipe do exército”; por meio de quem foi tirado “o sacrifício diário e o lugar do Seu santuário foi deitado abaixo”. O esboço adicional de Roma em toda a sua carreira, e seja qual for a forma, desde a sua entrada no campo dos assuntos mundiais até o fim, é apresentado nos versículos 23-25:

“Mas, no fim do seu reinado, quando os prevaricadores acabarem, levantar-se-á um rei de feroz catadura e especialista em intrigas. Grande é o seu poder, mas não por sua própria força; causará estupendas destruições, prosperará e fará o que lhe aprouver; destruirá os poderosos e o povo santo. Por sua astúcia nos seus empreendimentos, fará prosperar o engano, no seu coração se engrandecerá e destruirá a muitos que vivem despreocupadamente; levantar-se-á contra o Príncipe dos príncipes, mas será quebrado sem esforço de mãos humanas.”

6. Quando, no capítulo 7, o anjo explicou a Daniel o significado dessas coisas, ele disse:

“Os dez chifres correspondem a dez reis que se levantarão daquele mesmo reino; e, *depois deles, se levantará outro*, o qual será *diferente* dos primeiros, e abaterá a três reis. Proferirá palavras contra o Altíssimo, magoará os santos do Altíssimo e cuidará em mudar os tempos e a lei; e os santos lhe serão entregues nas mãos, por um tempo, dois tempos e metade de um tempo” (v. 24, 25).

7. A respeito do quarto grande reino – Roma – o anjo disse que era não somente “diferente de todos os animais [reinos] que apareceram antes dele” (v. 7), mas era “diferente de *todos* os reinos” (v. 23) no sentido de ser uma *república*. É verdade que essa república se degenerou em um poder de um homem só, um terrível despotismo imperial – e nesse ponto foi diferente de todos os poderes que o antecederam; no entanto, o *nome* e a *forma* de uma *república* ainda eram mantidos, mesmo nos seus últimos dias.

8. Esse império pereceu, e, em seu lugar, surgiram dez poderes chamados de *reinos*. Mas, agora, a respeito desse outro chifre peculiar que se levanta entre os dez, e diante do qual três dos primeiros chifres foram arrancados, está escrito: “[...] será diferente do primeiro” (v. 24, KJV). O primeiro já era diferente de “todos”; e, no entanto, este outro chifre “pequeno” é diferente até mesmo desse “primeiro”. Isso mostra, então, que o poder aqui mencionado seria diferente de todos, num nível tal que chegaria a ser distinto até mesmo daquele que é claramente considerado “diferente de todos os reinos” (v. 23), e que seria de uma ordem totalmente nova e estranha.

9. Observe que, a respeito desse poder, está escrito que ele “proferirá palavras contra o *Altíssimo*”; que “magoará os santos do *Altíssimo*”; e que “cuidará em mudar os tempos e a lei” do *Altíssimo* (Daniel 7:25). Na descrição do mesmo poder, dada no capítulo 8:25, afirma-se que “levantar-se-á contra o Príncipe dos príncipes”. Em todo o livro de Daniel, a expressão “levantar-se”, quando usada em conexão com reis, invariavelmente significa “reinar”.<sup>2</sup> Esse poder, então, reinaria em oposição a Cristo, pois apenas Ele é o Príncipe dos príncipes.

<sup>2</sup> Cap. 8:21, 22, 23, 25; 11:2, 3, 5, 7, 20, 21; 12:1.

10. Mais informações sobre esse poder são fornecidas por Paulo em 2 Tessalonicenses 2, onde, ao escrever sobre o dia da vinda do Senhor, ele disse:

“Ninguém, de nenhum modo, vos engane, porque isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia e seja revelado o homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objeto de culto, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus” (2 Tessalonicenses 2:3, 4).

E fica claro que essa instrução deriva diretamente das passagens que citamos de Daniel 7 e 8, pois Paulo apela aos tessalonicenses: “Não vos recordais de que, ainda convosco, eu costumava dizer-vos estas coisas?” (v. 5). Quando ele ainda estava com eles, e lhes dizia essas coisas, ele “discutiui com eles com base nas Escrituras” (Atos 17:2, NVI). As únicas Escrituras que eles tinham na época eram as Escrituras do Antigo Testamento. E o único lugar nas Escrituras do Antigo Testamento em que se encontram essas coisas mencionadas por ele são esses capítulos do livro de Daniel.

11. Essas especificações das Escrituras garantem que o poder mencionado seja eclesiástico – ele lida particularmente com o “Altíssimo”: reina em oposição ao “Príncipe dos príncipes”. As especificações mostram que se trata de algo mais do que um simples poder eclesiástico: é um *poder eclesiástico mundial*, um *reino teocrático mundial*, que exige adoração a si mesmo. Ele se coloca acima de tudo o que “é objeto de culto, a ponto de assentar-se “no santuário” – o local de culto – “de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus”.

12. Tudo isso é enfatizado pela descrição adicional do mesmo poder:

“Vi uma mulher montada numa besta escarlate, besta repleta de nomes de blasfêmia, com sete cabeças e dez chifres. [...] Na sua frente, achava-se escrito um nome, um mistério: Babilônia, a Grande, a Mãe das Meretrizes e das Abominações da Terra. Então, vi a mulher embriagada com o sangue dos santos e com o sangue das testemunhas de Jesus” (Apocalipse 17:3-6).

Esses santos e mártires de Jesus são simbolizados, neste mesmo livro, por outra mulher – “uma mulher vestida do sol com a lua debaixo dos pés e uma coroa de doze estrelas na cabeça –, que “fugiu para o deserto” (Apocalipse 12:1, 6, 14) enquanto essa terrível mulher montada na besta escarlate fazia todo o possível para “magoar os santos do Altíssimo”. A condição assim revelada retrata mulher contra mulher – igreja contra igreja, uma igreja corrupta oposta à igreja pura.

13. O livro do Apocalipse é o complemento do livro de Daniel. Enquanto o livro de Daniel tem como assunto principal a história nacional, a história da igreja é mencionada de forma secundária. Já o livro do Apocalipse tem como assunto principal a história da igreja, e a história nacional fica em segundo plano. Consequentemente, aquilo que é mencionado apenas brevemente no livro de Daniel sobre esse reino eclesiástico, que ocupa um lugar tão proeminente no mundo, é tratado de maneira bastante completa no livro do Apocalipse, abordando as duas fases: a da verdadeira igreja e a da falsa; a da igreja fiel e a da apóstata.

14. A linha de profecia das sete igrejas do livro do Apocalipse corresponde a uma série de sete cartas endereçadas pelo Senhor à Sua própria igreja nas sete fases do ciclo completo de sua experiência desde o primeiro advento de Cristo até o segundo. Em cada uma dessas sete cartas, não é dado apenas conselho quanto ao caminho da justiça, mas também são apontados os perigos e os males que assolam a igreja, contra os quais ela deve se precaver e dos quais deve fugir a fim de permanecer pura.

15. À igreja em seu primeiro estágio – a igreja de Éfeso – Ele diz: “Tenho, porém, contra ti que abandonaste o teu primeiro amor. Lembra-te, pois, de onde caíste, arrepende-te e volta à prática das primeiras obras” (Apocalipse 2:4, 5). Isso aponta definitivamente para a queda mencionada por Paulo aos anciãos da igreja de Éfeso (Atos 20:30), e que é novamente mencionada e discutida por ele em 2 Tessalonicenses 2. Essa apostasia, por ter continuado, deu origem ao “homem da iniquidade”, “o filho da perdição”, “o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus, ou objeto de culto” (v. 3, 4) – o Estado eclesiástico agora em consideração. O tempo dessa fase da igreja, segundo a própria carta, transcorreu nos dias dos apóstolos e, portanto, terminou em 100 d.C., aproximadamente.

16. A carta à igreja em sua segunda fase é totalmente elogiosa. Isso mostra que, embora houvesse pessoas que continuaram na apostasia mencionada na primeira carta, a própria igreja seguiu o conselho dado pelo Cabeça da igreja e se arrependeu, voltando às “primeiras obras”. O tempo dessa fase da experiência da igreja é sugerido com clareza na própria carta, pela afirmação de que ela deveria ter “tribulação de dez dias” (Apocalipse 2:10). Isso se refere aos dez anos de perseguição no reinado de Diocleciano, de 303 a 313 d.C., período finalizado pelo edito de Milão, emitido pelos dois imperadores Constantino e Licínio, em março de 313 d.C.<sup>3</sup>

17. A carta à igreja na terceira fase de sua experiência fornece a chave para esse pensamento particular que está agora diante de nós – a identificação desse Estado eclesiástico. Nessa carta, Cristo menciona com elogio o fato de Sua igreja ter mantido firme o Seu nome e não ter negado Sua fé, “ainda nos dias de Antipas, minha testemunha, meu fiel” (Apocalipse 2:13). Esse termo “Antipas” não é o nome de uma pessoa, mas é um termo característico da época. É composto de duas palavras, *anti* e *pappas*. “Anti” significa *contra* e “pappas” significa *papai*, uma palavra em nosso idioma e também de uso universal para se referir ao *pai*. E a palavra “papa” é apenas a repetição da palavra simples “pa” (papai).

18. Portanto, a palavra “Antipas” – “contra ‘pas’ ou ‘papas’” – mostra o crescimento do *pa-pa-do* no período imediatamente após 313 d.C. Esse é o período de Constantino em diante, no qual o próprio papado foi formado de maneira distinta. E a história registra que, naquele tempo, enquanto os outros principais bispos da igreja ostentavam o título de “patriarca”, o bispo de Roma evitava cuidadosamente esse termo específico, por colocá-lo em pé de igualdade com outros “patriarcas”. Ele sempre preferiu o título de “papai” ou “papa” (*Schaff*);<sup>4</sup> e isso porque o termo “patriarca” indica um governo eclesiástico oligárquico – ou seja, um governo exercido por alguns; enquanto “papa” indica um governo eclesiástico monárquico – ou seja, um governo exercido por um só.<sup>5</sup> Assim, a história e a palavra do conselho de Cristo se unem para marcar como característica dessa fase da experiência da igreja a formação do papado e a declaração da autoridade do papa.

19. Assim, de modo inquestionável, o papado é identificado – e isso pela própria Palavra de Deus – como esse Estado eclesiástico, esse reino eclesiástico, esboçado por Daniel, nos capítulos 7 e 8, descrito por Paulo em 2 Tessalonicenses 2 e totalmente traçado por João, no Apocalipse. O tempo coberto por essa terceira carta de Cristo à Sua igreja é, pela própria

<sup>3</sup> *Great Empires of Prophecy*, cap. 28, par. 9 até o final.

<sup>4</sup> *History of the Christian Church*, vol. 3, 4º século, par. 7, nota.

<sup>5</sup> *Ibid.*



carta, demonstrado ser o tempo da formação do papado; e as palavras dessa carta correspondem exatamente aos fatos da história no período, desde o edito de Milão até a ruína do império. A “apostasia”, o abandono do “primeiro amor”, mencionado na primeira carta, culminou na época da terceira carta, com a formação do papado.

20. Agora, no que diz respeito à apostasia, esse mesmo curso de eventos é traçado nas três primeiras etapas da linha de profecia dos sete selos do livro do Apocalipse. Sob o primeiro selo, havia um cavalo branco (Apocalipse 6: 2), correspondendo à igreja em sua primeira fase – a de sua pureza original, seu “primeiro amor”. Mas o conselho de Cristo em Sua primeira carta dizia que, mesmo nessa época, haveria um abandono desse primeiro amor – e isso é indicado no segundo selo, em cuja abertura “saiu outro cavalo, vermelho” (Apocalipse 6:4). E sob o terceiro selo, “vi, e eis um cavalo preto” (Apocalipse 6:5). Assim, os símbolos dos selos, passando por três etapas, do branco para o preto, marcam de maneira idêntica o curso da apostasia nas três etapas das cartas, iniciando com o primeiro amor, quando Cristo era tudo em todos, no primeiro estágio da igreja, e terminando no terceiro estágio, um período em que, “onde está o trono de Satanás” e “onde Satanás habita” (Apocalipse 2:13), um homem foi colocado no lugar de Deus, naquele sistema que professava ser a igreja de Deus, “ostentando-se como se fosse o próprio Deus” (2 Tessalonicenses 2:4).

21. O efeito imediato dessa apostasia, que deu origem ao papado no Império Romano, foi a ruína completa desse império. E essa *consequência* da apostasia, traçada nas três primeiras etapas das duas linhas de profecia das sete igrejas e dos sete selos, é esboçada nas quatro primeiras trombetas da linha profética das sete trombetas. E é aqui – nas sete trombetas – que a história nacional entra, como algo de importância secundária, neste livro de história da igreja; da mesma forma que, por meio da ascensão do chifre pequeno entre os dez, no livro de Daniel, entra a história da igreja, como algo incidental, naquele livro de história nacional. As sete trombetas entram com propriedade aqui, porque a trombeta é o símbolo da guerra; e foi pela guerra universal das inundações de bárbaros do Norte que foi varrido aquele conglomerado de corrupção que se amontoou sobre o Império Romano por causa de sua união com a igreja apóstata – uma união que propiciou a formação do papado.<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Ver *The Great Nations of Today* [As Grandes Nações de Hoje], Review and Herald Publishing Co., Battle Creek, Michigan.



## CAPÍTULO 2

---

# OS VISIGODOS NA IDADE MÉDIA

*Teodorico, o Visigodo – O Império Visigótico.*

O império eclesiástico é o grande centro da história que devemos estudar. No entanto, com este existem outros impérios inseparavelmente conectados a ele, bem como os dez reinos da Europa Ocidental. Dada a relevância deles nesse contexto histórico, eles deverão ser considerados em maior ou menor grau. Portanto, para que cada um deles receba a devida atenção, e para que a história do próprio império eclesiástico seja seguida sem interrupções e de maneira mais inteligente, será melhor primeiro esboçar os reinos da Europa Ocidental no decorrer da Idade Média.

2. Os dez reinos não poderiam continuar em relações imperturbadas ou imperturbáveis, mesmo entre si. Como sempre na história humana desde os dias de Nimrode, o desejo de aumentar o domínio, a ambição por domínio imperial, era a principal característica, a paixão dominante entre eles.

3. Os primeiros a tornar seu poder predominante entre os dez reinos foram os visigodos. Vale lembrar<sup>1</sup> que, sob Vália, os visigodos, já em 419 d.C., haviam conquistado um assento permanente no sudoeste da Gália, desde o mar Mediterrâneo até o golfo da Biscaia e do rio Loire ao rio Ródano, com sua capital em Toulouse. Lá, o reino recém-estabelecido “adquiriu aos poucos força e maturidade”. “Após a morte de Vália [419 d.C.], o cetro gótico passou a Teodorico, filho do grande Alarico; e seu próspero reinado de mais de 30 anos [419-451 d.C.], sobre um povo turbulento, pode provar que sua prudência era sustentada por um vigor incomum, tanto da mente como do corpo. Impaciente com suas limitadas fronteiras, Teodorico aspirava à posse de Arles, a sede opulenta do governo e do comércio”; mas tal empreendimento fracassou.

4. “Teodorico, rei dos visigodos, parece ter merecido o amor de seus súditos, a confiança de seus aliados e a estima da humanidade. Seu trono estava cercado por seis filhos valentes, que foram educados com igual cuidado nos exercícios da vida militar bárbara e nas escolas gaulesas. A partir do estudo da jurisprudência romana, eles adquiriram a teoria, pelo menos, da lei e da justiça.” “As duas filhas do rei gótico foram dadas em casamento aos filhos mais velhos dos reis dos suevos e dos vândalos, que reinaram na Espanha e na África” (*Gibbon*).<sup>2</sup> Essa aliança doméstica com a casa do rei dos vândalos estaria repleta de consequências terríveis e de longo alcance. Por alguma razão, o rei dos vândalos, Genserico, cismou que sua nora, filha de Teodorico, havia tramado uma conspiração para envenená-lo. Para Genserico, sua própria suspeita era prova suficiente de culpa, e à infeliz filha de Teodorico foi infligida a pena horrível de ter o nariz e as orelhas cortadas. Assim mutilada, foi mandada de volta para a casa de seu pai.

<sup>1</sup> *Great Empires of Prophecy*, cap. 12, par. 68.

<sup>2</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 35, par. 4.

5. Por esse ultrage, Teodorico foi instigado a fazer guerra contra o rei dos vândalos, recebendo amplo apoio e simpatia de seus vizinhos. A fim de proteger a si mesmo e a seus domínios dessa perigosa invasão, Genserico, por meio de “ricos presentes e solicitações urgentes, inflamou a ambição de Átila”, que, sendo assim persuadido, marchou, em 451 d.C., com um exército de 700 mil homens em sua memorável invasão da Gália. Isso exigiu que não apenas as forças de Teodorico, mas todo o poder de todo o Ocidente se unisse em defesa de seus próprios lares. A batalha travada foi a batalha de Châlons. “O corpo de Teodorico, perfurado por feridas honrosas, foi descoberto sob um monte de mortos. Seus súditos lamentaram a morte de seu rei e pai; mas suas lágrimas foram misturadas com canções e aclamações, e seus ritos funerários foram realizados diante de um inimigo derrotado. Os godos, colidindo num estrondo suas armas, colocaram sobre um broquel seu filho mais velho, Torismundo, a quem atribuíram com justiça a glória de seu sucesso; e o novo rei aceitou a obrigação de vingança como uma porção sagrada de sua herança paterna” (*Gibbon*).<sup>3</sup>

6. Torismundo foi assassinado em 453 d.C. por seu irmão mais novo, Teodorico II, que reinou até 466. Em 456, ele invadiu a Espanha em uma expedição contra “os suevos, que haviam fixado seu reino na Galiza” e que agora “aspiravam à conquista da Espanha “e até ameaçavam atacar Teodorico sob os muros de sua própria capital”. Tal desafio instou Teodorico a impedir os desígnios arrojados de seu inimigo: ele passou pelos Pirineus à frente dos visigodos. Os francos e os burgúndios serviam sob seu estandarte. Os dois exércitos, ou melhor, as duas nações, encontraram um ao outro nas margens do rio Órbigo, a cerca de 20 quilômetros de Astorga; e a vitória decisiva dos godos pareceu por um tempo extirpar o nome e o reino dos suevos. Do campo de batalha, Teodorico avançou para Braga, a metrópole deles, que ainda mantinha os esplêndidos vestígios do antigo comércio e dignidade dos suevos” (*Gibbon*).<sup>4</sup> O rei dos suevos foi capturado e morto por Teodorico, que “conduziu seus vitoriosos exércitos até Mérida”, de onde retornou à sua capital.

7. Em 466 d.C., Teodorico foi assassinado por Eurico, que reinou até 485. Imediatamente após sua ascensão, renovou a invasão visigótica da Espanha. “Ele passou pelos Pirineus à frente de um exército numeroso, subjugou as cidades de Zaragoza e Pampeluna, venceu em batalha os nobres guerreiros da província de Tarragona, transportou seus exércitos vitoriosos para o coração da Lusitânia e permitiu que os suevos mantivessem o poder do reino da Galiza sob a monarquia gótica da Espanha”, que ele tornou permanente.<sup>5</sup>

8. “Os esforços de Eurico não foram menos vigorosos nem menos bem-sucedidos na Gália; e em toda a região que se estende dos Pireneus ao Ródano e ao Loire, Berry e Auvergne foram as únicas cidades, ou dioceses, que se recusaram a reconhecê-lo como senhor.” “Assim que Odoacro extinguiu o Império Ocidental, ele procurou a amizade dos mais poderosos dos bárbaros. O novo soberano da Itália renunciou em favor de Eurico, rei dos visigodos [476-485 d.C.], todas as conquistas romanas além dos Alpes, até o Reno e o oceano; e o Senado pôde confirmar essa dádiva liberal com alguma ostentação de poder e sem nenhuma perda real de receita ou domínio.

---

<sup>3</sup> *Ibid.*, par. 11.

<sup>4</sup> *Ibid.*, cap. 35, par. 7.

<sup>5</sup> *Ibid.*, par. 23.

9. “As pretensões legítimas de Eurico eram justificadas por ambição e sucesso; e a nação gótica poderia aspirar, sob seu comando, à monarquia da Espanha e à Gália. Arles e Marselha se renderam aos exércitos dele; ele oprimiu a liberdade de Auvergne; e o bispo condescendeu em adquirir seu direito de retorno do exílio por um tributo de elogios justos, mas relutantes. Sidônio esperou diante dos portões do palácio entre uma multidão de embaixadores e suplicantes; e seus vários negócios na corte de Bordéus atestavam o poder e a fama do rei dos visigodos. Os hérulos do oceano distante, que pintavam seus corpos nus de cor azulada, imploravam sua proteção; e *os saxões* respeitavam as províncias marítimas de um príncipe desprovido de qualquer força naval. Os *altos burgúndios* se submetiam à sua autoridade; tampouco restaurou Eurico *os francos* cativos até que impusesse àquela nação feroz os termos de uma paz desigual. *Os vândalos* da África cultivavam sua amizade utilitária: *os ostrogodos* da Panônia recebiam o apoio de sua poderosa ajuda contra a opressão dos hunos vizinhos. O Norte (conforme os fascinantes versos do poeta) era agitado ou aliviado pelo aceno de Eurico; o grande rei da Pérsia consultava o oráculo do oeste; e o deus idoso do rio Tibre era protegido pelo gênio crescente do rio Garona.”<sup>6</sup>

10. O reinado de Eurico “foi o ponto culminante da monarquia visigótica *na Gália*” (*Guizot*).<sup>7</sup> Ele foi sucedido, em 485 d.C., por seu filho Alarico II, na época “uma criança desamparada”. Embora Alarico II tenha reinado 22 anos, ele de tal forma “entregou-se à busca do prazer” que seu reinado “foi a época da decadência da monarquia visigótica *na Gália*”, a qual de fato terminou com a morte de Alarico II pela mão de Clóvis, o franco, na batalha de Poitiers, em 507 d.C. Alarico II foi sucedido por seu filho, Amalarico, que foi levado para a Espanha. E embora os visigodos ainda mantivessem na Gália “um trecho estreito da costa marítima do Ródano aos Pirineus”, a partir de então seu domínio estava propriamente na Espanha, país ao qual ficou restrito e onde também se fixou permanentemente a sede do reinado de Têudis, que sucedeu Amalarico em 531 d.C. e reinou até 548.

11. O reino dos visigodos continuou a florescer em toda a Espanha até 711 d.C. Naquela época, o luxo os havia enervado de tal forma, e seu despotismo e perseguições haviam causado tanta desafeição entre os povos súditos, que em um único ano, 711–712, Tárique, o comandante sarraceno, conquistou a região desde o Estreito de Gibraltar até o Golfo da Biscaia, uma distância de cerca de 1.125 quilômetros. Isso pode ser facilmente entendido pelo fato de que, quando se dirigiu para a grande e decisiva batalha contra os sarracenos invasores, Rodrigo, o rei dos visigodos, “sustentava na cabeça um diadema de pérolas, estava vestido com uma túnica esvoaçante de ouro e bordada em seda e reclinava-se sobre uma liteira ou carro de marfim, puxado por duas mulas brancas” (*Gibbon*).<sup>8</sup>

12. O restante dos visigodos, “um escasso grupo de guerreiros, liderado por Pelágio, provavelmente um membro da família real visigótica, encontrou refúgio na caverna de Covadonga, entre as montanhas inacessíveis das Astúrias”, na parte noroeste da península: “A própria coragem e as dificuldades da região permitiram que se garantissem contra inimigos; e eles se tornaram o ponto de encontro de todos que preferiam uma vida de dificuldades à submissão servil”<sup>9</sup>. Esse

<sup>6</sup> *Ibid.*, cap. 36, par. 23; cap. 38, par. 3.

<sup>7</sup> *Representative Government*, Palestra 24, par. 9.

<sup>8</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 2, par. 41.

<sup>9</sup> *Encyclopedia Britannica*, Artigo “Spain”, história, 3º século, par. 7.

pequeno bando de guerreiros, nunca subjugado, continuou se mantendo e crescendo em força e sucesso. Pouco a pouco eles afastaram os sarracenos, ampliando seu território e mantendo tudo o que ganhavam. Nessa condição permaneceram sem interrupção por *780 anos*, quando, em 1492 d.C., o último vestígio do poder muçulmano na Espanha foi quebrado, e os descendentes dos visigodos originais mais uma vez tomaram posse de todo o território. No momento presente – 1901 d.C. – o filho herdeiro do trono da Espanha é Afonso XIII; e Afonso I era neto de Pelágio, o intrépido líder daquele “escasso grupo de guerreiros” que em 712 d.C. “encontrou refúgio na caverna de Covadonga, entre as montanhas inacessíveis das Astúrias”.

13. O ano da recuperação final da Espanha do poder islâmico, deve-se notar, também foi o mesmo ano da descoberta das Índias Ocidentais por Colombo – 1492 d.C. Essa era de descoberta e conquista aberta por Colombo, e continuada por Balboa, Cortes e outros, com um confuso e complexo aumento territorial na Europa, subitamente, no início do século 16, elevou a Espanha à posição de poder principal, e seu rei, Carlos I, à posição de maior soberano do mundo de então. Em 50 anos, no entanto, ela começou um declínio que continuou invariavelmente até ser reduzida, em 1898, aos limites do reino original dos visigodos na península espanhola, com algumas ilhas periféricas.

## CAPÍTULO 3

# OS SUEVOS NA IDADE MÉDIA

*Descobertas Portuguesas – Descoberta das Índias e China.*

No assentamento original e permanente dos suevos, no Império Romano, eles ocupavam “a maior parte do sul e oeste da Espanha; e sua capital era Astorga”. No período entre a partida dos vândalos para a África, 429 d.C., e a chegada dos visigodos à Espanha, 456 d.C., os suevos eram “o único poder bárbaro na península” (*Hodgkin*).<sup>1</sup> Embora na grande batalha contra Teodorico, o visigodo, em 456, eles tenham sido derrotados, e seu poder tenha sido muito enfraquecido, o reino suevo, como poder independente, continuou até 587, quando, pelo poder de Leovigildo, o visigodo, tornou-se inteiramente sujeito ao reino visigótico e seu tributário.

2. Durante o tempo da ocupação da península pelo poder muçulmano, 711, os suevos, até cerca de 1250, compartilharam o destino dos visigodos. À medida que os corajosos descendentes do inconquistável Pelágio afastaram, pouco a pouco, os limites do domínio islâmico, os suevos, que habitavam o território do que hoje é Portugal e Galiza, foram realmente os primeiros a serem libertados. De fato, Afonso I, neto de Pelágio, não apenas expulsou os muçulmanos da Galiza, mas também conseguiu avançar “com suas tropas vitoriosas” até o rio Douro. Afonso III, 866-910, fez expedições até o sul de Coimbra e Lisboa, embora sua fronteira sul permanente ainda fosse o rio Douro.

3. Fernando, o Grande, rei de Leão, Castela e Galiza, 1055-1064, e seu filho, em 1065, levaram a fronteira para o sul até incluir a atual província portuguesa da Beira. Afonso VI, 1072-1109, obrigou a cessão de Lisboa e Santerém, que representavam praticamente toda a parte da província de Estramadura, a qual fica a oeste e norte do rio Tejo. Em 1086, o perigo de que os muçulmanos recuperassem esses territórios foi tão grande que Afonso VI “convocou a cavalaria da cristandade em seu auxílio. Entre os cavaleiros que vieram assisti-lo estavam os condes Raimundo e Henrique da Borgonha; [...], e em 1094 ele uniu os feudos de Coimbra e do Porto em um grande condado”, chamado Terra Portucalensis, ou Condado Portucalense; e, com a mão de sua filha Teresa, conferiu-o a Henrique da Borgonha, que se tornou conde portucalense, palavra derivada de *Portus Cale* (nome romano da atual cidade portuguesa do Porto), que deu origem à palavra Portugal. E podemos estar certos de que os suevos que primeiro habitaram a Espanha meridional e ocidental e a Galiza foram os que deram origem a Portugal, graças ao fato de que “etnologicamente os galegos são aliados dos portugueses, com quem se parecem em dialeto, em aparência e em hábitos mais do que quaisquer outros habitantes da península”.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> *Italy and Her Invaders*, livro 3, cap. 17.

<sup>2</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo “Galícia”, par. 2.

4. A história de Portugal como reino, portanto, começa, de fato, com esse presente de Afonso VI, descendente de Afonso I, neto de Pelágio, o visigodo, a Henrique da Borgonha, em 1094 d.C. Deve-se lembrar, no entanto, que naquela época Portugal era apenas um condado, sob a posse de Henrique da Borgonha como vassalo de Afonso VI, rei de Leão, Castela e Galiza, o qual, por causa de seus grandes sucessos, assumiu o título de “Imperador da Espanha”. Esse grande título, no entanto, desapareceu com ele; e assim que morreu, o conde Henrique, seu beneficiário, invadiu o reino em uma disputa com outros quatro pretendentes para se tornar rei. Ele continuou nessa luta por cinco anos, mas fracassou, morrendo repentinamente em Astorga, em 1112. Deixou sua esposa, Teresa, para governar o condado de Portugal durante a menoridade de seu filho, Afonso Henriques.

5. “Afonso Henriques, que, aos 17 anos, assumiu o governo [1112-1185], foi um dos heróis da Idade Média. Ele conseguiu o domínio do condado de Portugal, quando ainda era considerado um feudo da Galiza; e após quase 60 anos de luta incessante, legou ao filho um pequeno e poderoso reino, cuja independência era inquestionável e cuja fama se espalhou por toda a cristandade pelos relatos das vitórias de seu primeiro rei sobre os muçulmanos. As quatro guerras de independência que Afonso Henriques travou contra Afonso VII duraram mais de 12 anos e foram travadas na fronteira galega com sucessos variados, até que a questão da independência portuguesa fosse pacificamente estabelecida e confirmada pelo valor dos cavaleiros portugueses que venceram os de Castela no famoso Torneio de Arcos de Valdevez, e Afonso Henriques assumiu o título de *Rei de Portugal*.”<sup>3</sup>

6. Só foi no reinado de Afonso III, 1248-1279, que os muçulmanos foram finalmente expulsos e Portugal alcançou seus limites europeus finais pela conquista portuguesa de todo o território a oeste do rio Guadalquivir e em direção ao sul até o mar. Assim, Portugal efetuou a expulsão dos seguidores de Maomé de seus domínios, 250 anos antes de a Espanha recuperar completamente os dela. Depois que isso foi realizado, houve um longo período de relativa paz em que o reino e o povo prosperaram grandemente. Por volta de 1400, foi iniciada, pelos portugueses, uma era de exploração e descoberta, uma das maiores da história do mundo, colocando Portugal numa posição de liderança no mundo e permitindo que o rei de Portugal tivesse “uma receita maior que a de qualquer príncipe na Europa, de modo que ele não precisava de impostos”.

7. Essa esplêndida era de descoberta foi iniciada pelo príncipe Henrique, filho do rei João, que por sua energia e sucesso adquiriu o título de “o Navegador”. Até sua época, os caminhos da raça humana eram a montanha, o rio e a planície, o estreito, o lago e o mar interior. Foi ele quem concebeu o pensamento de abrir uma estrada através do oceano inexplorado – uma estrada repleta de perigos, mas abundante em promessas. Nascido em 4 de março de 1394, o príncipe Henrique era filho mais novo do rei João de Portugal e de Filipa de Lencastre, neta de Eduardo III; de modo que era meio inglês. O príncipe Henrique renunciou aos prazeres da corte e passou a morar na inóspita Ponta de Sagres, no extremo sudoeste da Europa. “Seu grande objetivo era encontrar o caminho marítimo para as únicas Índias conhecidas de então. Ele não conseguiu, mas realizou o grande feito de destruir o terror do grande oceano, e assim abriu

---

<sup>3</sup> *Ibid.*, artigo “Portugal”, par. 4, 6.



a porta da coragem para aqueles que viriam depois dele. Seus navios e homens chegaram às ilhas da Madeira e Porto Santo em 1418 e 1420, que lhe foram concedidas pelo rei, seu irmão, em 1433. Eles dobraram o Cabo Bojador em 1433. Em 1435, percorreram cerca de 240 quilômetros além do Cabo Bojador. Em 1443, foram 40 quilômetros além do Cabo Branco. Em 1445, chegaram à foz do rio Senegal. Em 1455, o príncipe passou pelo Cabo Verde e foi até a costa do rio Gâmbia. O príncipe Henrique, o Navegador, morreu em 13 de novembro de 1460.

8. O empreendimento que o príncipe Henrique, o Navegador, havia começado tão bem continuou após sua morte. Em 1462, as ilhas de Cabo Verde foram descobertas e colonizadas. No mesmo ano, uma expedição sob Pedro de Cintra alcançou um ponto na costa da Serra Leoa, 965 quilômetros além da Gâmbia. Em 1469, outra expedição sob Fernão Gomes chegou à Costa do Ouro. Em 1484, Diogo Cão chegou à foz do Congo. Em 1486, Bartolomeu Dias conseguiu contornar o extremo sul da África, até a Baía de Algoa. Ele chamou o cabo de Cabo Tormentoso, mas o rei de Portugal, João II, animado com a perspectiva de que o caminho agora estivesse certamente aberto para a Índia, nomeou-o Cabo da Boa Esperança.

9. Essa série contínua de sucessos atraiu para Lisboa, a capital portuguesa, aventureiros estrangeiros “de todas as partes do mundo”; e entre eles vieram de Gênova, na Itália, em 1470, Cristóvão Colombo. Ele entrou para o serviço do rei de Portugal, onde permaneceu até 1484, fazendo “várias viagens à costa da Guiné”. Já em 1474, ele tinha firme convicção de que o mundo é redondo; que, portanto, a Índia deveria ser alcançada navegando para o oeste; e que ele navegaria nessa direção para encontrá-la. Ele divulgou seu projeto ao rei João II, que o encaminhou à sua Comissão do Conselho de Assuntos Geográficos. O comitê apresentou um relatório decididamente adverso; mas o bispo de Ceuta, vendo que o rei estava inclinado a favorecer a visão de Colombo, sugeriu que ele aproveitasse a oportunidade para benefício próprio enviando uma expedição sem o conhecimento de Colombo. O rei aceitou a sugestão, enviou sua expedição, que, por medo, logo retornou. Colombo, descobrindo a artimanha, com justa indignação deixou Lisboa em 1484; e foi assim que Portugal veio a perder a glória e as maravilhas da descoberta do continente ocidental, o Novo Mundo.

10. Os portugueses, no entanto, tendo passado pelo ponto mais meridional da África, continuaram a tentativa de chegar à Índia navegando para o Leste. Em julho de 1497, Vasco da Gama partiu de Lisboa. Em 22 de novembro, ele contornou o Cabo da Boa Esperança. No dia de Natal, enquanto navegava, avistaram-se terras que, em homenagem ao dia, ele nomeou Natal. Em 7 de abril de 1498, ele alcançou Mombaça, na costa leste da África, perto do equador; e em 20 de maio de 1498, o problema da Índia foi resolvido ao avistar a costa do Malabar, no Oeste da Índia, e ancorar seus navios na costa de Calecute. Em 9 de março de 1500, outra expedição deixou Lisboa, sob o comando de Pedro Alvarez Cabral, e em 22 de abril descobriram a costa sudeste do Brasil, tomando posse em nome do rei de Portugal. Cabral então partiu para a Índia, chegando a Calecute em setembro, e continuou sua viagem para o sul até Cananor e, finalmente, até Cochim. Em 1501, João da Nova descobriu a ilha de Ascensão, e Américo Vespúcio descobriu o Rio da Prata e o Paraguai. O Ceilão [atual Sri Lanka] foi descoberto em 1505. Em 1506, Albuquerque “explorou as costas da Arábia e da Pérsia, tornando o rei de Ormuz tributário do rei de Portugal e enviando embaixadas para a Abissínia”. Em 1510, ele conquistou Goa, na costa

indiana, um pouco ao norte de Calecute. Em 1512, as Molucas, ou Ilhas das Especiarias, na costa leste da China, foram descobertas; e em 1517, a grande era das descobertas portuguesas foi devidamente completada pela descoberta da China por Fernão Peres de Andrade e com o estabelecimento de “relações comerciais com o governador de Cantão”.

11. Essas descobertas levaram um grande número de portugueses a emigrar em busca de fortuna; e a grande riqueza derramada no reino pelo comércio das novas terras conduziu ao luxo e opulência e conseqüente enervação daqueles que ficaram no país; e para lá não havia imigração, e o solo era trabalhado por escravos. Esses fatores, por si só, enfraqueceram o reino; mas, como que para garantir seu declínio, em 1536 o rei João III estabeleceu a Inquisição, que “destruiu com rapidez tudo o que restava do antigo espírito português”. Por causa dessas coisas em casa e da tirania e corrupção dos governadores nas colônias, “tudo foi de mal a pior”. Em 1578, a sucessão real direta expirou com o rei Sebastião. O reino ficou por dois anos sob o governo do tio do falecido rei, que era velho e morreu no último dia de janeiro de 1580; e, na confusão e intrigas dos vários aspirantes ao trono que se seguiu, Filipe II, rei da Espanha, conseguiu conquistar o reino e tornar-se também rei de Portugal.

12. Em 1640, os portugueses revoltaram-se e conseguiram se livrar do jugo da Espanha, expulsando os espanhóis de Portugal; e assim restabeleceram um reino próprio, com a coroação de um rei de sua própria escolha – o duque de Bragança como rei João IV. Durante os “60 anos de cativo” sob o poder da Espanha, contudo, o comércio de seus vastos bens e uma porção considerável desses bens foram absorvidos por outras nações. Dessa situação Portugal nunca se recuperou; e desde então teve muito pouco poder ou influência fora de seus limites europeus.

## CAPÍTULO 4

.....

# OS FRANCOS NA IDADE MÉDIA

*Subjugação dos Burgúndios – Clóvis, Único Rei dos Francos – Os Prefeitos do Palácio – O Império de Carlos Magno – As Invasões dos Nórdicos – A Formação da Normandia – Estabelecimento da Dinastia Capetiana – O Sistema Feudal.*

**F**oi pelos francos, sob a liderança de Clóvis, que a monarquia visigótica foi quebrada e privada de seus bens na Gália, que mantinha há quase cem anos. Assim, dentre os dez reinos, depois dos visigodos, os francos foram os próximos na sequência a tornar seu poder predominante e até supremo.

2. Até “30 anos após a batalha de Châlons”, as tribos dos francos que “se estabeleceram na Gália ainda não estavam unidas como uma só nação”. “Várias tribos, independentes uma da outra, se estabeleceram entre o Reno e o Somme; havia algumas nos arredores de Colônia, Calais, Cambrai, além do Sena e até Le Mans, nos confins dos bretões. [...] As duas principais tribos francas eram as dos francos salianos e dos francos ripuários. Esses últimos se estabeleceram no leste da Bélgica, nas margens do Mosela e do Reno; os primeiros em direção ao oeste, entre o rio Mosa, o oceano e o rio Somme. Meroveu, cujo nome se perpetuou em sua linhagem, foi um dos principais chefes dos francos salianos; e seu filho Quilderico, que residia em Tournay, onde seu túmulo foi descoberto em 1655, era o pai de Clóvis, que lhe sucedeu em 481 e com quem realmente iniciou o reino e a história da França” (*Guizot*).<sup>1</sup>

3. Até 486 d.C., havia uma pequena porção da Gália, abrangendo as cidades de Reims, Troyes, Beauvais, Amiens e a cidade e diocese de Soissons, que ainda era romana, sendo governada por Siágrio, um romano, sob o título de Patrício, ou, como alguns dizem, rei dos romanos. “A primeira façanha de Clóvis foi a derrota de Siágrio”, em 486 d.C., e a redução do território que havia reconhecido sua autoridade. Com essa vitória, toda a região da Gália, ao norte de Mosela e até o Sena, tornou-se possessão dos francos. As cidades belgas se renderam ao rei dos francos; e seus domínios foram ampliados em direção ao leste cobrindo a ampla diocese de Tongeren, que Clóvis subjuguou no 10º ano de seu reinado” (*Gibbon*).<sup>2</sup>

4. Até aquele momento, os francos e os alamanos haviam feito progressos quase iguais na Gália e haviam feito suas conquistas nessa província, aparentemente em perfeita simpatia nacional. Mas agora ambas as nações haviam se tornado tão poderosas que era impossível que duas nações tão ferozes e guerreiras subsistissem lado a lado sem apelo às armas para a decisão da pergunta sobre qual deveria ter a supremacia.

5. “Desde a nascente do Reno até sua confluência com o Meno e o Mosela, a formidável multidão de alamanos comandavam ambos os lados do rio pelo direito de possessão antiga ou

<sup>1</sup> *History of France*, cap. 7, par. 9.

<sup>2</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 37, par.4.

vitória recente. Eles haviam se instalado na Gália, sobre as províncias modernas da Alsácia e Lorena; e sua ousada invasão do reino de Colônia convocou o príncipe sálico em defesa de seus aliados ripuários. Clóvis encontrou os invasores da Gália na planície de Tolbiac [496 d.C.], a cerca de 38 quilômetros de Colônia, e as duas nações mais ferozes da Germânia foram animadas mutuamente pela memória de façanhas passadas e pela perspectiva de grandeza futura. Os francos, depois de uma luta obstinada, cederam; e os alamanos, levantando um grito de vitória, pressionaram com ímpeto sua retirada. Mas a batalha foi restaurada pela bravura e pela conduta, e talvez pela piedade, de Clóvis; e o evento daquele dia sangrento decidiu para sempre a alternativa de império ou servidão. O último rei dos alamanos foi morto no campo, e seu povo foi morto ou perseguido, até que jogaram as armas no chão e se renderam à misericórdia do conquistador. Sem disciplina, era impossível que eles se unissem; eles haviam demolido com desprezo os muros e fortificações que poderiam tê-los protegido em seu infortúnio; e foram seguidos ao coração de suas florestas por um inimigo não menos ágil ou intrépido do que eles.

6. “O grande Teodorico felicitou a vitória de Clóvis, com cuja irmã Albofleda o rei da Itália se casara recentemente; mas ele intercedeu brandamente com o irmão em favor dos suplicantes e fugitivos, que haviam implorado sua proteção. Os territórios gauleses, que os alamanos possuíam, tornaram-se o prêmio daqueles que os conquistaram; e a nação altiva, invencível ou rebelde diante das armas de Roma reconheceu a soberania dos reis merovíngios, que graciosamente *lhes permitiram desfrutar de seus modos e instituições peculiares, sob o governo de duques autorizados e, finalmente, hereditários*” (Gibbon).<sup>3</sup>

7. A derrota dos burgúndios seguiu a dos alamanos, em 499 d.C. “O reino dos burgúndios, definido pelo curso de dois rios gauleses, o Saône e o Ródano, se estendia da floresta dos Vosges até os Alpes e o mar de Marselha. O cetro estava nas mãos de Gundobaldo. Esse príncipe valente e ambicioso havia reduzido o número de candidatos reais pela morte de dois irmãos, um dos quais era pai de Clotilda; mas sua prudência imperfeita chegou a permitir que Godegisel, o caçula de seus irmãos, possuísse o principado dependente de Genebra.

8. “A lealdade de seu irmão já estava seduzida; e a obediência de Godegisel, que uniu o pendão real às tropas de Genebra, promoveu mais efetivamente o sucesso da conspiração. Enquanto os francos e os burgúndios brigavam com igual bravura, sua deserção oportunista decidiu o evento da batalha; e como Gundobaldo recebeu um tímido apoio dos gauleses descontentes, este cedeu às armas de Clóvis [500 d.C.] e se retirou às pressas do campo de batalha, que aparentemente se situava entre Langres e Dijon. Ele tinha receio da força de Dijon, uma fortaleza quadrangular, cercada por dois rios e por um muro de nove metros de altura e quase cinco de espessura, com quatro portões e 33 torres; ele abandonou para a acirrada busca de Clóvis as importantes cidades de Lyon e Viena; além disso, Gundobaldo fugiu com precipitação até chegar a Avignon, a uma distância de 402 quilômetros do campo de batalha. Um longo cerco e uma negociação astuciosa advertiram o rei dos francos sobre o perigo e a dificuldade do empreendimento. Ele impôs um tributo ao príncipe burgúndio, obrigou-o a perdoar e recompensar a traição de seu irmão e voltou com orgulho aos seus próprios domínios, com os despojos e cativos das províncias do sul.

<sup>3</sup> *Ibid.*, par. 5.

9. “Esse esplêndido triunfo foi logo obscurecido pela informação de que Gundobaldo violara suas obrigações recentes e que o desafortunado Godegisel, que foi deixado em Viena com uma guarnição de 5 mil francos, havia sido cercado, surpreendido e massacrado por seu desumano irmão. Tal indignação poderia ter provocado a paciência do soberano mais pacífico; no entanto, o conquistador de Gália ocultou a injúria, renunciou ao tributo e aceitou a aliança e o serviço militar do rei da Borgonha. Clóvis não possuía mais as vantagens que haviam garantido o sucesso da guerra anterior, e seu rival, instruído pela adversidade, encontrara novos recursos na simpatia de seu povo. Os gauleses ou romanos aplaudiram as leis brandas e imparciais de Gundobaldo, que quase os elevaram ao mesmo nível de seus conquistadores. Os bispos foram reconciliados e lisonjeados pela esperança, que ele sugeriu astuciosamente, de sua conversão iminente; e embora ele tenha se esquivado desse rito até o último momento de sua vida, sua moderação garantiu a paz e adiou a ruína do reino da Borgonha” (*Gibbon*).<sup>4</sup>

10. Em 507 d.C., Clóvis dirigiu suas armas contra os visigodos no sudoeste da Gália, que eram governados por Alarico II. “Na terceira hora do dia, a cerca de 16 quilômetros de Poitiers, Clóvis ultrapassou e atacou num instante o exército gótico, cuja derrota já estava preparada pelo terror e pela confusão. No entanto, reanimaram-se no momento de extrema angústia, e os jovens guerreiros, que haviam exigido, aos brados, a batalha, recusaram-se a sobreviver à ignomínia da fuga. Os dois reis se encontraram em um único combate. Alarico caiu pela mão de seu rival; e o vitorioso franco foi salvo, pela excelência de sua couraça e pelo vigor de seu cavalo, das lanças de dois godos desesperados que cavalgaram furiosamente contra ele para vingar a morte de seu soberano. A expressão vaga de uma montanha de mortos serve para indicar um massacre cruel, porém indefinido” (*Gibbon*).<sup>5</sup> Em 508 d.C., foi firmado um tratado de paz entre os dois povos. “Permitiu-se que os visigodos mantivessem a possessão da Septimânia, um estreito trecho de litoral, do Ródano aos Pirineus; mas a ampla província da Aquitânia, desde aquelas montanhas até o Loire, estava indissolúvelmente unida ao reino da França.”<sup>6</sup>

11. Em 510 d.C., Anastácio, imperador do Império Oriental de Roma, enviou a Clóvis, “em Tours, uma embaixada solene, trazendo-lhe os títulos e insígnias de patrício e cônsul. ‘Clovis’, diz Gregório de Tours, ‘coloca a túnica de púrpura, a clâmide e o diadema; em seguida, montado em seu cavalo, espalha, com a própria mão e com generosidade, ouro e prata entre as pessoas na estrada que fica entre a porta do átrio pertencente à Basílica de São Martinho e a igreja da cidade. A partir desse dia, ele foi chamado de cônsul e agosto. Ao deixar a cidade de Tours, retornou a Paris, onde fixou a sede de seu governo”.

12. “Paris era certamente o centro político do domínio, o ponto intermediário entre os primeiros povoados da raça de Clóvis e ele próprio na Gália e suas novas conquistas gaulesas; mas faltavam a ele algumas das possessões que ficavam mais próximas dele. [...] Ao leste, norte e sudoeste de Paris estavam estabelecidas algumas tribos francas independentes, governadas por chefes com o nome de reis. Assim que se estabeleceu em Paris, Clóvis tinha a ideia fixa de reduzi-los todos à sujeição. Ele havia conquistado os burgúndios e os visigodos; restava-lhe conquistar e unir todos os

<sup>4</sup> *Ibid.*, par. 8, 9.

<sup>5</sup> *Ibid.*, par. 8, 9.

<sup>6</sup> *Ibid.*, par. 12.

francos. O bárbaro mostrou-se em suas verdadeiras cores durante esse novo empreendimento, com sua violência, artimanha, crueldade e perfídia.” Pela mais baixa traição e por puro assassinato, afastou de seu caminho os reis dessas tribos francas; e “então Clóvis tornou-se o único rei dos francos, já que todos os chefes independentes haviam desaparecido” (*Guizot*).<sup>7</sup>

13. Clóvis morreu em 27 de novembro de 511; e seus domínios foram divididos entre seus quatro filhos: Teodorico, Quildeberto, Clodomiro e Clotário I. Teodorico I, o filho mais velho, ficou com a porção nordeste, que ficava em ambos os lados do Reno, fixando a capital em Metz. Quildeberto, o segundo filho, ocupava a parte central, a região em torno de Paris, com Paris como sua capital. Clodomiro, o terceiro filho, recebeu a Gália ocidental, ao longo do Loire, ficando sua capital em Orleans. Clotário, o filho mais novo, governava a parte norte da Gália, com sua capital em Soissons. Os alamanos, sob o governo de duques, pertenciam à divisão oriental e eram tributários de Teodorico. Os burgúndios foram governados por seus próprios reis até 532, quando o último rei da Borgonha, Sigismundo, filho de Gundobaldo, foi removido ao ser enterrado vivo em um poço profundo. Os burgúndios também, governados por duques, “*tiveram ainda a permissão de desfrutar de suas leis nacionais* sob a obrigação de tributo e serviço militar; e os príncipes merovíngios reinaram pacificamente sobre um reino cuja glória e grandeza haviam sido primeiramente derrubadas pelas armas de Clóvis” (*Gibbon*).<sup>8</sup>

14. A divisão quádrupla dos domínios de Clóvis terminou em 558, fundindo-se no único domínio de Clotário I, que deteve o poder até sua morte em 561, quando o reino foi novamente dividido em quatro partes entre *seus* quatro filhos: Cariberto, rei de Paris; Gontrão, de Orleans; Sigeberto, de Metz; e Quilperico, de Soissons. Os burgúndios ficaram na parte de Gontrão, que deixou Orleans e fixou sua capital na região deles.

15. “Em 567, Cariberto, rei de Paris, morreu, sem filhos, e uma nova partição deixou apenas três reinos – Austrásia, Nêustria e Borgonha. A Austrásia, no Leste, se estendia pelas duas margens do Reno e compreendia, lado a lado com cidades e distritos romanos, populações que haviam permanecido germânicas (os alamanos-suábios pertenciam a essa divisão). A Nêustria, no Oeste, era essencialmente galo-romana, embora compreendesse no Norte o antigo território dos francos salianos, nas fronteiras do rio Escalda. A *Borgonha era o antigo reino dos burgúndios*, ampliado no Norte por alguns condados. Paris, como residência de Clóvis, o progenitor comum deles, “era mantida como uma cidade neutra, na qual nenhum deles poderia entrar sem o consentimento comum de todos” (*Guizot*).<sup>9</sup>

16. Em 567-570 d.C., os lombardos, que até então continuavam a habitar na Nórica e no norte da Panônia, liderados por seu rei Alboíno, foram para a Itália.<sup>10</sup> “O vitorioso Autário [584-590 d.C.] reivindicou o domínio da Itália. Ao pé dos Alpes Réticos, subjugou a resistência e vasculhou os tesouros escondidos de uma ilha isolada no lago de Como. No ponto extremo da Calábria, tocou com sua lança uma coluna no litoral de Régio, proclamando aquele marco antigo como o limite inabalável de seu reino.” Com exceção das posses do exarcado de Ravena e

<sup>7</sup> *History of France*, cap. 7, par. 4 e 5 a partir do fim.

<sup>8</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 38, par. 10.

<sup>9</sup> *History of France*, cap. 8, par. 1.

<sup>10</sup> *Great Empires of Prophecy*, cap. 44, par. 17-19.

de algumas cidades da costa, “o restante da Itália tornou-se possessão dos lombardos; e de Pavia, a sede real, seu reino se estendeu para o Leste, Norte e Oeste, até os confins dos ávaros,<sup>11</sup> os bávaros e os francos da Austrásia e da Borgonha” (Gibbon).<sup>12</sup>

17. “Em 613 d.C. novos incidentes relacionados a questões de família colocaram Clotário II, filho de Quilperico, e até então rei de Soissons, na posse dos três reinos“ da Austrásia, Nêustria e Borgonha. Clotário II “os manteve unidos até 628 e os deixou assim para seu filho Dagoberto I, que permaneceu em posse deles até 638. Na sua morte, uma nova divisão dos domínios francos ocorreu, não mais em *três*, mas em *dois* reinos: Austrásia sendo um, e Nêustria e Borgonha o outro” (Guizot).<sup>13</sup>

18. Ao traçar essa história mais adiante, é essencial observar a ascensão de um novo personagem nesses reinos, o Mordomo do Palácio, também chamado de Prefeito do Palácio, o que finalmente deu origem à era de Carlos Magno. O último rei da linhagem de Clóvis que exibia ou possuía alguma das características de um rei era Dagoberto I. Depois de sua morte em 638 d.C., os reis entraram em declínio, passando a ocupar uma posição de insignificância, senão de idiotice, e os mordomos do palácio assumiram a autoridade exclusiva, mas sempre em nome dos reis “indolentes”, preguiçosos; e a luta pela supremacia foi mantida entre os prefeitos, como havia sido antes pelos reis. Finalmente, em 687 d.C., Pepino de Heristal, mordomo do palácio, na Austrásia, derrotou Bertário, mordomo de Nêustria, na batalha de Tertry, e praticamente acabou com a disputa. “Desde aquele tempo até o fim de sua vida, em 714 d.C., Pepino de Heristal foi senhor inquestionável de todos os francos, e os reis subordinados a ele eram totalmente insignificantes.” Pepino de Heristal foi sucedido por seu filho Carlos, que em 732 d.C. ganhou o nome de Martel – Martelo – pela derrota esmagadora que desfereceu aos sarracenos sob Abdel-Rahman na batalha de Tours.

19. Carlos Martel morreu em 22 de outubro de 741 e deixou seus domínios divididos entre seus dois filhos, Pepino, o Breve, e Carlomano. Pepino ficou com a Nêustria, a Borgonha, a Provença e a suserania da Aquitânia. Carlomano ficou com a Austrásia, Turíngia e Alamânia. Cada um, no entanto, detinha apenas o título de Mordomo do Palácio. Em 746, Carlomano abdicou do poder, deixou seus domínios para Pepino, fez com que o papa Zacarias o tornasse monge e se trancou no mosteiro do Monte Cassino. Assim, em 747, Pepino, o Breve, viu-se o único senhor de toda a herança de Clóvis, mas ainda com apenas o título de Mordomo do Palácio. Finalmente, em 751, ele decidiu acabar com a farsa. Enviou uma embaixada ao papa para consultá-lo “sobre o assunto dos reis que existiam entre os francos e que usavam apenas o nome de rei sem gozar de um mínimo de autoridade real”. O papa, que já havia sido informado sobre o assunto, respondeu que “era melhor dar o título de rei àquele que exercia o poder soberano”. Assim, no ano seguinte, em março de 752, “na presença e com o consentimento da assembleia geral” em Soissons, Pepino foi proclamado rei dos francos e recebeu das mãos de São Bonifácio a sagrada unção. “À frente dos francos, como mordomo do palácio a partir de 741 e rei a partir de 752, Pepino havia completado na França e ampliado na Itália o trabalho que seu

<sup>11</sup> Os ávaros consistiam num povo cita do centro-norte da Ásia, que penetraram no 6º século o território que agora é a Hungria.

<sup>12</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 14, par. 14, 15.

<sup>13</sup> *History of France*, cap. 8, par. 2.





pai Carlos Martel havia iniciado e realizado de 714 a 741 no Estado e na igreja. Ele deixou a França unificada e como líder da Europa cristã” (*Guizot*).<sup>14</sup> Ele morreu no mosteiro de St. Denis, em 18 de setembro de 768.

20. Pepino, como seu pai, deixou seus domínios para dois filhos, Carlos e Carlomano; mas em 771 Carlomano morreu, deixando Carlos como único rei, o qual, por sua habilidade notável, tornou-se Carlos, o Grande – CARLOS MAGNO. “A denominação de *grande* é muitas vezes concedida e, às vezes, merecida, mas CARLOS MAGNO é o único príncipe em cujo favor o título foi indissolúvelmente misturado com o nome. [...] A dignidade de sua pessoa, a duração de seu reinado, a prosperidade de seus exércitos, o vigor de seu governo e a reverência de nações distantes o distinguem da multidão real; e a Europa data uma nova era a partir de sua restauração do Império Ocidental” (*Gibbon*).<sup>15</sup>

21. Parece quase certo que Carlos Magno realmente aspirou à restauração do Império Romano. Mas uma vida era curta demais, e não houve um segundo Carlos Magno. Além disso, a palavra profética já tinha predito que, quando Roma fosse dividida em suas dez partes, elas não se uniriam uma à outra, assim como o ferro não se mistura como o barro.

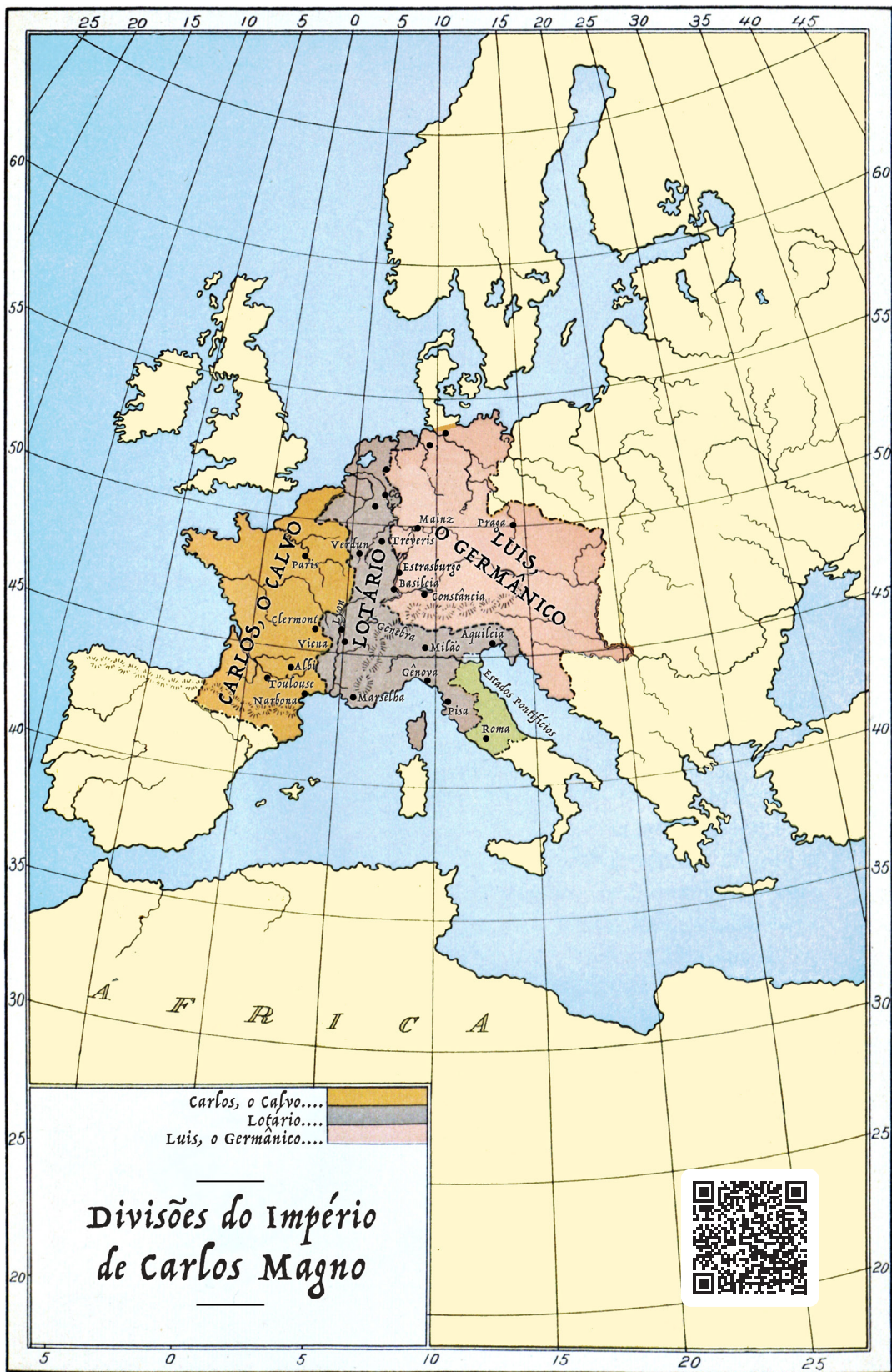
22. Carlos Magno reinou 46 anos – 43 a partir da morte de Carlomano –, 33 dos quais foram gastos em guerras quase incessantes. Ele conduziu, ao todo, 53 expedições – 31 contra os saxões, frísios, dinamarqueses, eslavos, bávaros e ávaros no sul da Alemanha, Boêmia, Nórica e Panônia; 5 contra os lombardos, na Itália; 12 contra os sarracenos, na Espanha, Córsega e Sardenha; 2 contra os gregos; e 3 na própria Gália contra os aquitanos e os bretões. Assim, Saxônia, Boêmia, Baviera, Panônia, o reino lombardo da Itália até o ducado de Benevento, a parte da Espanha entre os Pirineus e o rio Ebro, Borgonha, Alemanha e toda a Gália estavam sujeitos a Carlos Magno.

23. Ele já usava a coroa de ferro da Lombardia, além de deter a realeza de todos os domínios francos; e no dia de Natal, em 800 d.C., na igreja de São Pedro, o Papa Leão III colocou uma preciosa coroa sobre a cabeça desse poderoso rei, enquanto o grande domo ressoava com as aclamações do povo: “Longa vida e vitória a Carlos, o mais piedoso Augusto, coroado por Deus, o grande e pacífico imperador dos romanos”. E quando, em 801, chegou uma embaixada com curiosos presentes de Harune Arraxide, o grande califa que mantinha no Oriente a posição semelhante àquela de Carlos no Ocidente, as pessoas reconheceram isso como um testemunho adequado da reputação mundial da monarquia franca. “Por 14 anos, com menos lutas e mais organização, Carlos Magno provou que era digno de seu alto título e reviveu o cargo de imperador do Ocidente.”

24. Mas essa honra, esse poder e essa glória duraram pouco. Carlos Magno morreu em Aachen, ou Aquisgrano (Aix-la-Chapelle em francês), em 28 de janeiro de 814, e a unidade do império que ele havia formado chegou ao fim. “À semelhança de mais de um dos grandes guerreiros bárbaros, ele admirou o Império Romano que havia caído – sua vastidão unificada e sua poderosa organização sob a mão de um único senhor. Pensou que poderia ressuscitá-lo, de maneira duradoura, por meio da vitória de um novo povo e de uma nova fé, pelas mãos de francos e cristãos. Com essa visão, trabalhou para conquistar, converter e governar. Ele tentou ser,

<sup>14</sup> *History of France*, cap. 9.

<sup>15</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 49, par. 21.



ao mesmo tempo, César, Augusto e Constantino. E por um momento, pareceu ter conseguido; mas a aparência se foi consigo mesmo. A unidade do império e o poder absoluto do imperador foram enterrados em seu túmulo” (*Guizot*).<sup>16</sup>

25. Carlos Magno foi sucedido por seu único filho sobrevivente, Luís, o Piedoso, ou Justo, sobre quem o pai já havia fixado a sucessão em 813, cerca de seis meses antes de sua morte. Luís passou a vida em luta com uma segunda esposa ambiciosa e três filhos irreverentes, que, por constantes rebeliões, abusavam de sua gentileza e bondade naturais. Nas brigas e ciúmes de seus filhos, ele foi duas vezes deposto e duas vezes restaurado; e talvez só tenha escapado de uma terceira deposição por ter morrido, em 20 de junho de 840. Isso libertou seus filhos para disputarem entre si, o que fizeram até a terrível batalha de Fontanet, em 25 de junho de 841; e o tratado de Verdun, em agosto de 843, pôs fim às lutas mútuas e “às tristezas da época”. Lotário, o filho mais velho, manteve o título de imperador e recebeu o território italiano, com uma longa e estreita faixa que se estende desde o Golfo de Lyons ao Mar do Norte, delimitada a leste pelos Alpes e o Reno, e no oeste pelo rio Ródono, o Saône, o Mosa e o Escalda. Carlos, o Calvo, ficou com todo o resto da Gália. Luís, o Germânico, recebeu a Alemanha e todo o resto das terras alemãs a leste do Reno, com as cidades de Mainz, Worms e Espira, na margem ocidental desse rio.

26. Essa divisão, embora tenha marcado o início real da história da França e da Alemanha como reinos separados, continuou por pouco tempo; pois o imperador Lotário morreu em 855 e foi sucedido em suas posses ao norte da Itália por Lotário II, que morreu em 869, quando Carlos, o Calvo, tomou seu território. Mas Luís, o Germânico, contestou a conquista de todo o prêmio e, em 870, eles assinaram o tratado de Meerssen, pelo qual Luís se apossou da maior parte da Lotaríngia, ou, como passou a ser chamada, Lorena; Carlos, o Calvo, o restante; e o irmão de Lotário, Luís II, foi autorizado a reter os bens de seu pai na Itália. Luís II morreu em 875, e Carlos, o Calvo, conseguiu garantir a coroa imperial e visava a posse de todo o império. Mas Luís, o Germânico, quando morreu em 876, já tinha dividido a Alemanha entre seus três filhos – Carlomano, Luís e Carlos; o segundo deles, Luís, enfrentou Carlos, o Calvo, no campo de Andernach e o venceu de tal forma que não apenas abafou com sucesso suas aspirações imperiais, mas o forçou a desistir das porções da Lorena que haviam sido cedidas a seu pai pelo tratado de Meerssen. Carlomano e Luís morreram logo, e o reino alemão passou a Carlos, cognominado o Gordo, o caçula dos três filhos de Luís, o Germânico.

27. Carlos, o Gordo, incompetente, indolente e glutão, tornou-se, sem nenhum esforço próprio, soberano de todos os domínios de Carlos Magno, exceto Borgonha, que agora se tornara novamente um Estado independente. A Alemanha-Suábia ele herdou de seu pai em 876; com a morte de seu irmão Carlomano, recebeu a Baviera e tornou-se rei da Itália, em 880; ele foi coroado imperador em 881; a morte de seu irmão Luís da Saxônia deu-lhe todo o resto dos bens germânicos; e como Carlos, o Calvo, havia morrido em 877 sem um sucessor que pudesse livrar a França do flagelo dos nórdicos, Carlos, o Gordo, foi convidado a se tornar o rei da França, com a morte de Carlomano em 885. Mas, em vez de ter enfrentado com ousadia os nórdicos com um exército, adotou a política de subornar esses selvagens ousados que haviam saqueado Colônia e

<sup>16</sup> *History of France*, cap. 11, parte final.

Tréveris e alimentavam seus cavalos no túmulo e na bela basílica de Carlos Magno. E quando sitiaram Paris, e Carlos ainda assim seguiu o mesmo caminho covarde, seus súditos, desgostosos e sob a liderança de seu sobrinho Arnulfo, o depuseram em 887, vindo a morrer uma ou duas semanas depois. Carlos, o Gordo, foi o último governante que reinou sobre a França e a Alemanha. Após sua deposição, a história desses dois países é distinta.

28. Na época da deposição de Carlos, O Gordo, a França propriamente dita já estava dividida em “29 províncias ou fragmentos de províncias que haviam se tornado pequenos Estados, cujos ex-governantes, sob o nome de duques, condes, marqueses e viscondes, eram praticamente soberanos de fato. Vinte e nove grandes feudos, que tiveram um papel especial na história francesa, datam dessa época” (*Guizot*).<sup>17</sup> Essa condição dividida impedia qualquer defesa sistemática da terra contra as invasões normandas, que, como onda após onda de uma maré poderosa, inundavam a terra. Depois que Carlos, o Gordo, os havia abandonado de maneira tão significativa em sua luta contra os normandos, os Estados da França escolheram entre si a Eudo, conde de Paris, para ser o governante central e rei. Antes de Carlos, o Gordo, ter chegado a Paris com seu exército apenas para subornar os normandos, Eudo já havia demonstrado sua habilidade e coragem na defesa de Paris contra o terrível cerco imposto pelos normandos liderados por Rolão, sendo, então, recompensado, em 888 d.C., com a posição e o título de rei.

29. Os nórdicos, ou normandos,<sup>18</sup> eram pessoas do extremo norte, primeiro da Escandinávia em geral, depois mais especialmente da Noruega. Suas invasões na França começaram já no tempo de Carlos Magno. Pois quando Carlos Magno certo dia “chegou por mero acaso e inesperadamente em determinada cidade da Gália narbonense, enquanto jantava, sendo ainda desconhecido de todos, alguns corsários dos nórdicos se aproximaram do porto para negociar suas piratarias. Quando os navios foram avistados, imaginou-se que fossem comerciantes judeus segundo alguns, africanos segundo outros e britânicos na opinião de outros; mas o talentoso monarca, percebendo, pela construção e leveza dos navios, que eles não carregavam mercadorias, mas inimigos, disse a seus próprios conterrâneos: ‘Esses navios não devem estar carregados de mercadorias, mas tripulados com inimigos cruéis’. Com essas palavras, todos os francos, rivalizando um com o outro, correram para seus navios, mas em vão, pois os nórdicos, [...] temendo que toda a sua frota fosse tomada ou destruída no porto, escaparam, com uma fuga de inconcebível rapidez, não apenas das espadas, mas também dos olhos daqueles que os perseguiram.”

30. “O piedoso Carlos, no entanto, vítima de um medo bem fundamentado, levantou-se da mesa, parou em uma janela olhando para o leste e ficou ali um bom tempo, com os olhos cheios de lágrimas. Como ninguém o questionou, esse príncipe guerreiro explicou aos grandes que estavam ao redor dele a causa de sua mudança de humor e de suas lágrimas: ‘Vocês sabem, meus vassalos, por que choro tão amargamente? Certamente não temo que esses indivíduos consigam me ferir com suas miseráveis piratarias; mas me entristeço profundamente porque eles, enquanto eu vivo, quase chegaram a tocar nesta costa; e me torno vítima de violenta tristeza quando prevejo quantos males eles amontoarão sobre meus descendentes e seu povo.’”

<sup>17</sup> *History of France*, cap. 13, par. 2.

<sup>18</sup> Nome derivado de *Northmen* [homens do norte], que foi reduzido para *Nor'men*, cujo forma singular ficou *Nor'man* [homem do norte], que deu origem à forma plural atual em inglês *Normans* – normandos.

31. “A previsão e a melancolia de Carlos não eram irracionais. Verificar-se-á que existe uma menção especial, nas crônicas dos 9º e 10º séculos, de 47 incursões na França de piratas noruegueses, dinamarqueses, suecos e irlandeses, todos denominados de nórdicos [*Northmen* – homens do norte]; e, sem dúvida, muitas outras incursões de menor gravidade não deixaram nenhum traço na história” (*Guizot*).<sup>19</sup> Uma das maiores dentre essas invasões foi a liderada por Rolão, ou Rolfo, cujo resultado foi a ascensão de Eudo, conde de Paris, à realeza em 888. Quando questionado por um mensageiro dos francos quanto às suas intenções, Rolão respondeu: “Nós somos dinamarqueses; e todos são igualmente mestres entre nós. Viemos expulsar os habitantes desta terra e sujeitá-la como nosso próprio país.”<sup>20</sup>

32. A disputa entre Eudo e Rolão foi variável, mas com o ganho geral em favor dos normandos. Isso porque Rolão se mostrava amigável com as pessoas que não eram encontradas com armas e tratava com gentileza as que moravam nas cidades e no campo que conquistava. Assim, os francos não foram apenas impedidos de se unir solidamente contra os normandos, mas até conseguiram conquistar a simpatia e a cooperação de alguns dos grupos normandos. Além dessa política bem-sucedida em relação ao povo da França, Rolão manteve a amizade duradoura de Alfredo, o Grande, da Inglaterra, e de seu sucessor Etelstano. “Ele se tornou, assim, dia a dia, mais respeitável e mais temível na França, de modo que o próprio Eudo foi obrigado a recorrer, ao lidar com ele, a negociações e presentes.”<sup>21</sup>

33. As províncias do sul da França não haviam reconhecido Eudo como rei. Depois de acalmar os normandos, Eudo arriscou uma tentativa de obrigar as províncias do sul a reconhecê-lo como rei. Então os senhores do Sul se uniram aos partidos descontentes nas províncias do Norte, realizaram em Reims em 893 “uma grande assembléia” e elegeu, como rei rival, a Carlos, o Simples. Ele se colocou sob a proteção do imperador Arnulfo, de cuja família era membro; e Arnulfo “o investiu formalmente no reino da França e enviou soldados para afirmar suas reivindicações”. Em 898, Eudo morreu, e Carlos, o Simples, foi reconhecido único rei da França.

34. Nessa época, Rolão, com seus normandos, havia se tornado um poder tão predominante na França “que a necessidade de lidar com ele ficou evidente. Em 911, Carlos, orientado por seus conselheiros e, dentre eles, por Roberto, irmão do falecido rei Eudo, que se tornara conde de Paris e duque da França, enviou Franco, arcebispo de Rouen, ao chefe dos nórdicos, com ordens para lhe oferecer a cessão de uma porção considerável da Nêustria e a mão de sua jovem filha Gisele, com a condição de que ele se tornasse cristão e se reconhecesse como vasalo do rei. Rolão, pelo conselho de seus companheiros, recebeu essas propostas com simpatia; e concordaram em uma trégua de três meses, durante os quais eles poderiam negociar a paz” (*Guizot*).<sup>22</sup> No final dos três meses, os normandos decidiram aceitar, em termos gerais, a oferta do rei. Foi fixado um dia para a acerto formal dos termos do acordo proposto. Rolão insistiu em receber muito mais território do que o rei Carlos havia oferecido originalmente. Esse aspecto da negociação, bem como todos os outros assuntos, se tornaram satisfatórios para Rolão e seus

<sup>19</sup> *History of France*, cap. 12, par. 3-5.

<sup>20</sup> *Ibid.*, par. 10.

<sup>21</sup> *Ibid.*, par. 14.

<sup>22</sup> *History of France*, cap. 12, par. 14.

guerreiros; e então veio o cumprimento da parte deles do pacto: o batismo deles, e a fidelidade de Rolão como vassalo do rei. Rolão e seus guerreiros foram formalmente batizados, Rolão recebendo o nome de Roberto e recebendo legitimamente em casamento Gisele, a filha do rei.

35. Então veio o juramento de lealdade. Tratava-se de uma cerimônia que, naqueles tempos, era realizada “sempre que havia uma mudança no senhor superior ou no senhor inferior. O duque, o conde ou o que quer que fosse se ajoelhava diante do senhor e, segurando suas mãos, jurava segui-lo na guerra e ser fiel a ele sempre. O soberano, por sua vez, jurava ajudá-lo e, em troca, ser-lhe um senhor verdadeiro e bom, e beijava sua testa. Em contrapartida, o senhor inferior – vassalo, como era chamado – devia beijar o pé de seu superior. Isso indicava um ato de homenagem. Os reis pres-tavam homenagem e juravam lealdade ao imperador; duques ou condes, aos reis; condes inferiores ou barões, aos duques; e pelas terras que possuíam, eram obrigados a servir seu senhor em assembleias e na guerra, e a não lutar contra ele. As terras assim ocupadas eram chamadas feudos; e toda essa organização era chamada de sistema feudal” (*Yonge*).<sup>23</sup> A cerimônia transcorreu com bastante tranquilidade até chegar ao ponto em que Rolão deveria beijar o pé do rei. Essa parte Rolão excluiu. Os bispos lhe disseram que “a pessoa que recebesse um presente como o ducado da Normandia era obrigada a beijar o pé do rei”. Mas Rolão respondeu sem rodeios: “Nunca dobrarei o joelho diante do joelho de alguém; e não beijarei o pé de ninguém”.

36. No entanto, a pedido especial dos francos, e muito mais por não querer violar o pacto, Rolão consentiu que o pé do rei fosse beijado, mas apenas por um de seus guerreiros; e assim deu ordem a um deles que estava próximo. O nórdico alto, em vez de se ajoelhar e executar a cerimônia com reverência, simplesmente curvou-se, agarrou o pé do rei, e, ficando em pé e “todo empinado”, o ergueu até os lábios; o resultado foi que o rei, com seu trono e tudo, tombou para trás, “o que causou grandes gargalhadas e muita perturbação entre a multidão. Então o rei e todos os poderosos que o cercavam – prelados, abades, duques e condes – juraram, em nome da fé católica, que protegeriam o patrício Rolão durante sua vida, seus associados e seu povo, e lhe garantiriam a posse da terra acima mencionada, a ele e seus descendentes para sempre. Depois disso, o rei, satisfeito, voltou aos seus domínios; e Rolão partiu com o duque Roberto para a cidade de Rouen.”<sup>24</sup>

37. Assim surgiu o ducado da Normandia, cujos duques e povo desempenharam um papel muito grande na história da Baixa Idade Média (do século 11 ao 15). Ali “a história da Normandia começou. Rolão, ou Rolfo, se torna duque Roberto, e seu povo se torna francês. O ducado logo se tornou um estado compacto e ordeiro, próspero e vigoroso; cidades e igrejas normandas surgiram em todas as partes; os modos e a fala franceses logo dominaram; e em todas as artes da paz, na construção, no comércio, nas letras, os normandos imediatamente assumiram a liderança. A nobre raça escandinava, destinada a influenciar uma porção tão grande da história do mundo, nesses pontos deixou uma marca digna no solo e nas instituições da França.

38. “Logo após esse período, os senhores franceses, chefiados por Roberto, duque da França, o ‘rei dos barões’, segundo filho de Roberto, o Forte, se levantaram contra o rei carolíngio [922 d.C.] e o encarceraram em Laon, ou Lauduno, a última fortaleza de sua família; de lá ele fugiu para Lorena. Com a morte de Roberto, os barões constituíram Rodolfo da Borgonha

<sup>23</sup> *The World's Great Nations*, French History, cap. 9, par. 3.

<sup>24</sup> *History of France* de Guizot, cap. 12, par. 14.

como rei e os conflitos continuaram; e Carlos, caindo nas mãos de Herberto de Vermandois, foi mantido por ele como refém até sua morte em 929. Rodolfo tornou-se rei sem oposição até que também morreu em 936. Os barões, sob a orientação de Hugo, ‘O Branco’ ou ‘O Grande’, filho de Roberto, o mais notável de sua época, mandaram procurar Luís, filho de Carlos, na Inglaterra, que por segurança fora levado para lá por sua mãe. Esse é o ‘Louis d’Outremer’, Luís de Além-Mar, que agora se tornou rei. Depois de mostrar virilidade incomum em uma luta com Otão, o Grande, da Alemanha, que reivindicava o direito de reinar sobre a França, foi reconhecido por todos em 941.

39. “Seu reinado não passou de um registro deplorável de uma luta contra os grandes senhores, Hugo, o Grande, e Ricardo da Normandia. Nesse conflito perpétuo e cansativo, ele passou seus últimos dias e morreu, ainda jovem, em 954. Ele era o único homem de energia entre todos os últimos carolíngios. Foi sucedido por seu filho Lotário, cujo reinado foi longo e inglório, terminando em 986. Seu filho Luís o seguiu, governando por um único ano. Morreu sem filhos em 987; e o único herdeiro do trono – se os senhores feudais optassem por reconhecer uma reivindicação hereditária – era seu tio, Carlos, duque de Lorena. Os barões não escolheram estar tão amarrados. Eles deixaram o príncipe carolíngio de lado e elegeram Hugo, duque da França, para ser rei. Depois foi coroado com solenidade em Reims pelo arcebispo Adalberão. Assim, Hugo Capeto, fundador de uma grande dinastia, chegou ao trono. Com ele começa a verdadeira história do reino da França, e chegamos à época da monarquia feudal.”<sup>25</sup>

40. “Hugo Capeto, filho mais velho de Hugo, o Grande, duque da França, era apenas um nobre neustriano quando foi eleito rei. A dinastia carolíngia foi totalmente deixada de lado, suas reivindicações e direitos negados pelo novo poder que agora crescia, o poder do feudalismo. O chefe dos barões deveria vir deles mesmos; ele deveria se afastar das ideias e ambições imperiais que haviam governado a conduta de seus antecessores; deveria ser um francês de fala, nascimento e pensamento, e não um alemão; mas acima de tudo, deveria ser forte o suficiente para se manter. E entre os grandes senhores do norte da França, o representante da casa de Roberto, o Forte, ocupava a posição mais central e unia em si a maioria dos elementos de força.”<sup>26</sup> O fato de o rei ser forte o suficiente para se sustentar era realmente a maior necessidade, se era para França ter, de fato, algum rei. Vimos que, na época da deposição de Carlos, o Gordo, exatamente cem anos antes, a França foi dividida em 29 pequenos Estados. Mas, na época da eleição de Hugo Capeto, em 987, o número de pequenos Estados havia aumentado para 55. E a índole de seus governantes fica bem nítida na resposta que um deles, Adalberto, conde de Pérgord, certa vez deu ao próprio Hugo Capeto depois de se tornar rei. Num tom de superioridade, Hugo perguntou: “Quem te fez conde?” Rápido como um lampejo, Adalberto lançou de volta as palavras: “Quem te fez rei?”

41. “Era uma confederação de pequenos soberanos, de pequenos déspotas, desiguais entre si e tendo, um em relação ao outro, certos deveres e direitos; mas investidos em seus próprios domínios, sobre seus súditos pessoais e diretos, com poder arbitrário e absoluto. Esse é o elemento essencial do sistema feudal e que difere de qualquer outra aristocracia, de qualquer outra forma

<sup>25</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo sobre a história da França, seção “Carlos, o Simples”.

<sup>26</sup> *Ibid.*

de governo. Não houve escassez, neste mundo, de aristocracias e despotismos. Houve pessoas que foram governadas com arbitrariedade, ou mais do que isso, absolutamente dominadas por um único homem, por um colégio sacerdotal, por um corpo de patrícios. Mas nenhum desses governos despóticos foi como o sistema feudal [...].”

42. “Liberdade, igualdade e tranquilidade eram todas ausentes, do 10º século ao 13º, da vida dos habitantes dos domínios de cada senhor. O soberano deles estava às suas portas, e nenhum deles estava escondido dele ou fora do alcance de seu poderoso exército. De todas as tiranias, a pior é a que pode, assim, manter o controle de seus súditos; e que vê do seu assento os limites do seu império. Os caprichos do ser humano então se mostrarão em toda sua intolerável extravagância e, além disso, com prontidão irresistível. É nessa conjuntura que a desigualdade de condições se faz sentir mais grosseiramente: riquezas, poder, independência, toda vantagem e todo direito se apresentam a cada instante ao olhar da miséria, fraqueza e servidão. Os habitantes de feudos não conseguiam encontrar consolo no seio da tranquilidade. Misturados sem cessar nas brigas de seu senhor, vítimas das devastações de seus vizinhos, levavam uma vida ainda mais precária e ainda mais inquieta do que a dos próprios senhores, que tinham que suportar ao mesmo tempo a presença de guerra, privilégios e poder absoluto” (*Guizot*).<sup>27</sup>

43. “Do ponto de vista político, o feudalismo pode ser definido como o sistema que tornou o proprietário de um pedaço de terra, grande ou pequeno, o soberano daqueles que habitavam nela. Isso significava, além da autoridade pessoal, um acréscimo de autoridade territorial, mais comum no despotismo do Oriente do que nas raças livres da Europa primitiva. Sobre esse princípio foram fundadas, e por ele são explicadas, a lei e a justiça feudais, finanças feudais, legislação feudal, cada arrendatário mantendo em relação a seu senhor a posição que seus próprios arrendatários mantinham em relação a si mesmo. E era justo, pois a relação era tão uniforme, o princípio tão abrangente, a classe dominante tão firmemente ligada ao seu apoio que o feudalismo foi capaz de impor à sociedade um domínio que as lutas de mais de 20 gerações dificilmente conseguiram abalar” (*Bryce*).<sup>28</sup>

44. Deste ponto em diante até o período da Reforma, a história da França está de tal forma marcada por suas disputas com o papado, pelas cruzadas e pela “Guerra dos Cem Anos” com a Inglaterra, que não é necessário investigá-la mais separadamente. A dinastia fundada na eleição de Hugo Capeto continua até hoje por parte de alguns que reivindicam o trono da França, se apenas esse trono fosse restaurado.

---

<sup>27</sup> *History of France*, cap. 13, par. 11-13.

<sup>28</sup> *The Holy Roman Empire*, cap. 8, par.3.



## CAPÍTULO 5

.....

# OS ALAMANOS NA IDADE MÉDIA

*Estabelecimento do Reino Alemão – Estabelecimento do “Sacro Império Romano” – Origem da Monarquia no Reino da Inglaterra – Esplendor de Frederico II – O Grande Interregno: Anarquia – Fim do “Sacro Império Romano”.*

Os alamanos e seus irmãos suevos que os seguiram na invasão e divisão do Império Romano tomaram posse de todas as províncias romanas de Récia e Vindelícia e o território dos Campos Decúmenos. “Assim, os alamanos ocuparam todo o canto sudoeste da Alemanha e da Suíça, que é naturalmente delimitado pelo Reno, enquanto flui para oeste em direção a Basileia e, em seguida, faz uma curva repentina perpendicular em direção ao norte para Estrasburgo, Worms e Maintz” (*Hodgkin*).<sup>1</sup> Eles ocupavam a fronteira norte do que hoje é a Suíça, até o sul de Winterthur. A esse território, a leste do fluxo norte do Reno, eles também acrescentaram a parte da Gália que ficava entre o Reno e Mosela e a nascente do Sena. Assim, ao todo, quando ocorreu a queda do império em 476, os alamanos ocupavam a região que agora abrange a Alsácia, Lorena, Baden, Württemberg, grande parte da Baviera e o sul das grandes divisões de Hesse-Darmstadt.

2. Quando os alamanos foram derrotados por Clóvis, suas posses gaulesas se tornaram o prêmio do conquistador, mas foram autorizados a ocupar todo o resto, e Clóvis e seus sucessores permitiram que “desfrutassem de suas maneiras e instituições peculiares, sob o governo de duques oficiais e, por fim, hereditários” (*Gibbon*).<sup>2</sup> Essas, assim como as outras conquistas alemãs de Clóvis, “logo se tornaram praticamente livres. Eles continuaram a reconhecer a supremacia franca, mas o reconhecimento era apenas formal. À frente de cada confederação estava o seu próprio *herzog* ou duque. Esses governantes eram, no início, nomeados pelos reis francos ou recebiam sua sanção; mas com o tempo o cargo tornou-se hereditário em famílias específicas”.<sup>3</sup>

3. Os dois ducados principais dos alamanos eram a Suábia e Baviera; e é sob esses dois nomes que sua história futura se constitui. Mas como a Suábia é o original e por ter exercido uma influência maior nos assuntos da Alemanha do que qualquer outra confederação, é sobre este que mais se deve dizer, pois sua história é, em certa medida, a história da Alemanha, especialmente depois do tratado de Verdun, em 843 d.C.

4. Tassilão, duque da Baviera, se encontrava em péssimas relações com Pepino, o pai de Carlos Magno. Quando Carlos Magno chegou ao trono, Tassilão prestou um serviço muito indiferente. Seus atos repetidos de traição fizeram Carlos Magno removê-lo, e a Baviera foi colocada

<sup>1</sup> *Italy and Her Invaders*, livro 1, cap. 3, par. 4.

<sup>2</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 36, par. 5; 38, par. 5.

<sup>3</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo “Germany”, p. 477.

sob a autoridade do margrave de *Österreich*. Os “margraves” eram “senhores dos marcos” [fronteiras]. Os “marcos” eram constituídos de províncias fronteiriças organizadas por Carlos Magno, sobre as quais ele nomeou “margraves” (*markgrafen* – condes dos marcos) “cujo dever era administrar a justiça em seu nome, coletar tributo e estender suas conquistas”. A Baviera foi governada por margraves até cerca de 900, quando novamente se tornou um ducado. O margraviato de *Österreich* continuou até 1156, quando se tornou também ducado, e, assim, o marco de *Österreich* – domínio oriental – formado por Carlos Magno foi a origem do que hoje é o império da *Áustria*.

5. No tratado de Verdun, fica registrado que Luís, o Germânico, recebeu toda a Alemanha a leste do Reno. E como ele foi o primeiro soberano que governou os alemães, e *sobre nenhum outro povo ocidental*, ele é considerado na história como o fundador do *reino* da Alemanha. Na sua morte, seu filho Carlos, o Gordo, recebeu dele a Alemanha-Suábia; e, como mostrado anteriormente, pela morte de seus dois irmãos, Carlos herdou toda a Alemanha, tornou-se imperador e, por convite, assumiu a soberania da França, mas foi deposto, e Arnulfo, seu sobrinho, foi escolhido rei da Alemanha em seu lugar. Arnulfo, como Carlos, o Gordo, dirigiu-se para Roma e foi coroado imperador. Ele retornou em 890 e infligiu tal derrota aos nórdicos que “eles nunca mais voltaram em números que representassem um perigo nacional”.

6. Arnulfo morreu em 899 e foi sucedido por seu filho Luís, a Criança, de 6 anos, que reinou nominalmente até 911. Seu reinado foi um dos períodos mais sombrios da história alemã. Pois, assim que os magiares – os húngaros modernos – souberam que Arnulfo fora sucedido por uma criança, “invadiram a Alemanha em grande número, e terríveis foram os estragos que causaram em todas as partes do reino”. “Onde os nórdicos chicotearam com cordas, esses bárbaros açoitaram com escorpiões.” E não havia líder em torno do qual a nação pudesse se reunir. Nessa época e por 300 anos, a Alemanha consistia em cinco ducados – Suábia, Baviera, Francônia, Saxônia e Lorena.

7. Luís, a Criança, morreu em 911. Mesmo enquanto vivia, os duques eram, na prática, reis em seus ducados; e quando ele morreu, eles poderiam ter se tornado reis, mas a ameaça de perigos por parte dos magiares, eslavos e nórdicos os obrigaram a formar um governo central para a defesa comum. Consequentemente, os nobres se reuniram em Forcheim, e a conselho de Otão, o duque da Saxônia, Conrado, duque da Francônia, tornou-se rei. Mas sua eleição desagradou os duques da Baviera, Suábia e Lorena. O duque de Lorena se rebelou de forma ostensiva. Os duques da Baviera e Suábia cederam; mas os bispos, ciumentos de seu poder, induziram Conrado a forçar uma disputa com eles, como também com Henrique, duque da Saxônia. Isso criou uma anarquia todos os dias de Conrado; mas em seu leito de morte, em 918, ele recomendou que Henrique da Saxônia fosse escolhido rei em seu lugar.

8. Com Henrique começou o governo da casa da Saxônia, que continuou por 106 anos, 918-1024, por meio da seguinte linhagem: Henrique I, Otão I, Otão II, Otão III e Henrique II. Henrique I libertou a Alemanha do flagelo dos magiares; e restaurou a paz e a ordem em todo o domínio de forma tão completa que, quando morreu, em 936, “todas as terras habitadas pela população alemã faziam parte do reino, e nenhum dos ducados estava em guerra um com o outro ou em disputas internas. Antes de sua morte, os nobres prometeram a Henrique, em assembléia nacional, que seu filho Otão seria reconhecido como seu sucessor, e a promessa foi cumprida. Otão I, o Grande, reinou de 936 a 973. Seu meio-irmão, no entanto, levantou uma re-

belião e juntou-se aos duques da Francônia e da Baviera. Mas, com a ajuda do duque da Suábia, o levante foi reprimido. Uma segunda rebelião foi liderada pelo irmão de Otão, ajudado pelos duques da Francônia e Lorena. Esta também foi subjugada, para a imensa vantagem de Otão.

9. Tendo garantido a paz na Alemanha, e se tornado senhor do reino, como nenhum de seus antecessores imediatos, Otão foi de longe o maior soberano da Europa. Mas, não se contentando com isso, decidiu dar um passo que causou séculos de problemas à Alemanha – ele se colocou nas mãos do papa e se tornou o “protetor da igreja”. O modo como isso ocorreu foi o seguinte: Adelaide, a jovem viúva de Lotário, filho do rei Hugo da Provença – Borgonha – recusou-se a casar com o filho de Berengário, rei da Lombardia. Por essa razão, ela foi lançada na prisão e tratada com crueldade. Ela apelou para Otão. O apelo dela não apenas tocou suas simpatias, mas despertou nele uma forte ambição; pois ele viu o caminho assim aberto à autoridade imperial.

10. À frente de um potente exército, Otão cruzou os Alpes em 951. Ele depôs Berengário, que, “num ato de desespero, fez uma cessão formal do reino italiano, em seu próprio nome e no de seu filho Adalberto ao saxão, como seu senhor supremo. Com isso, Otão assumiu o título de rei da Itália. Além disso, ele estava tão fascinado pela jovem rainha Adelaide que em poucas semanas casou-se com ela. Seu filho Ludolfo achou que seus direitos estavam ameaçados por esse casamento; voltou mal-humorado para a Alemanha e, com a ajuda do arcebispo de Mainz, formou uma conspiração contra o pai. Otão, ao saber da trama, correu para sua terra, deixando o duque Conrado de Lorraine para cuidar de assuntos na Itália. Mas Conrado devolveu a coroa a Berengário, retornou à Alemanha e juntou-se à conspiração de Ludolfo e o arcebispo. A Guerra eclodiu. A maior parte do reino se opunha a Otão, descontente com seus ambiciosos desígnios na Itália. Mas Conrado e Ludolfo, com vileza, convidaram os terríveis magiares. Tal ato desgostou os alemães de tal forma que toda a nação, de comum acordo, se uniu para apoiar Otão. Na batalha de Lechfeld, 955, Conrado foi morto, e os magiares receberam uma derrota tão esmagadora que a libertação de Alemanha foi completa. A partir de então, os magiares começaram a se estabelecer e “se adaptar às condições da vida civilizada no país que agora ocupam”. E assim surgiu o reino da Hungria.

11. Enquanto isso, na Itália, Berengário e seu filho Adalberto haviam fixado impostos tão exorbitantes e se tornado tão tirânicos que uma embaixada foi enviada pela maioria dos bispos e príncipes, bem como pelo papa, implorando a Otão que retornasse para libertá-los. O papa naquela época era João XII. Os legados do papa “receberam ordens de oferecer a coroa imperial ao rei da Alemanha, desde que expulsassem os tiranos e libertassem a mãe de todas as igrejas do fardo de misérias que lhe pesava e que não suportava mais” (*Bower*).<sup>4</sup> Diante disso, Otão foi pela segunda vez à Itália, em 962, depôs Berengário e foi coroado imperador pelo papa.

12. “O imperador, a pedido do papa, prometeu, sob juramento, defender a Igreja Romana contra todos os seus inimigos; mantê-la na posse tranquila de todos os privilégios que ela desfrutara até aquele momento; restaurar à Santa Sé as terras e posses que pertenciam a São Pedro, assim que ele as recuperasse; ajudar o papa mediante o uso máximo de seu poder quando a assistência fosse necessária; e, por último, não alterar o governo de Roma sem o conhecimento ou aprovação papal. Ao mesmo tempo, o imperador confirmou todas

<sup>4</sup> *Lives of the Popes*, João XII.



as concessões de Pepino e Carlos Magno; por sua vez, obrigou o papa e os romanos a jurar obediência e prometer, sob juramento, não prestar assistência a Berengário ou a seu filho Adalberto, de cuja tirania ele viera libertá-los.

13. Assim, no ano de 962, foi formado o “Sacro Império Romano”, a arma mais poderosa do papado na Idade Média. Depois de Otão, o soberano coroado na Alemanha sempre reivindicou como seu direito ser coroado em Milão com a coroa de ferro da Lombardia e em Roma com a coroa de ouro do império. Em 964, Otão retornou à Alemanha, aumentou o número de ducados e nobres e, como agora ele era o protetor da igreja e estava determinado a promover seus interesses, aumentou em grande medida a importância dos prelados. “Eles receberam grandes doações de terra, receberam jurisdição em casos criminais e civis e obtiveram vários outros valiosos direitos soberanos.” Em 966, ele foi novamente para a Itália, onde permaneceu até sua morte, em 7 de maio de 973.

14. Nada digno de nota ocorreu nos reinados dos três imperadores seguintes da casa da Saxônia, exceto que o último, Henrique II, fez um tratado com Rodolfo III, rei da Borgonha, pelo qual, com a morte de Rodolfo, o reino deveria ser unido ao império; e mostrou-se tão obediente ao papado que ele e sua esposa se tornaram santos.

15. Na morte de Henrique, em 1024, os grandes nobres se reuniram em Oppenheim e elegeram como rei a Conrado II, um conde da Francônia. Com ele começou o governo da casa da Francônia, que continuou cem anos, por meio de Conrado II, Henrique III, Henrique IV e Henrique V. Nos reinos de todos, houve conspirações, contraconspirações e guerras civis e guerras com povos estrangeiros, que mantiveram a nação em constante tumulto. De acordo com o tratado acima mencionado, Conrado, em 1032, recebeu no império o reino de Borgonha; e em 1034 ele recebeu em Genebra a homenagem de seus principais nobres. Conrado morreu em 1039 e foi sucedido por seu filho Henrique III, a quem, em 1026, Conrado fez com que se tornasse rei da Alemanha e a quem constituíra duque da Baviera em 1027 e duque da Suábia e rei da Borgonha em 1038.

16. Nessa época, os vícios do clero em toda a Europa haviam se tornado escandalosos ao extremo, os papas dando o exemplo infame. Henrique entrou em Roma com um exército em 1046, convocou um concílio, depôs o papa que ocupava o trono e colocou na Sé papal Clemente II, que, por sua vez, o coroou imperador. Nos dez anos seguintes de seu reinado, coube a Henrique nomear uma sequência de mais três papas; e como todos eles eram administradores enérgicos e se esforçavam para seguir a política de Henrique, ele pôde, dessa forma, fazer muito para impedir a maré da impiedade papal.

17. Em 1056, Henrique III morreu e foi sucedido por seu filho Henrique, de 6 anos, mas que, aos 4 anos de idade, já havia sido coroado rei Henrique IV da Alemanha. Ele ficou sob tutela até os 15 anos, 1065, quando assumiu os deveres do governo, e desde então até sua morte, com 41 anos, entre a feroz arrogância do papado e as ambiciosas invejas de seus próprios súditos nobres, ele nunca conheceu a paz. Durante o seu reinado ocorreu a primeira cruzada, em 1095; e ele nomeou Welf (ou Guelf, ou Guelfo), de Altdorf na Suábia, duque da Baviera.

18. Henrique IV morreu em 1106 e foi sucedido por seu filho Henrique V. A guerra com o papado renovou-se, na qual os principais amigos de Henrique eram dois príncipes suábios da família Hohenstaufen, Frederico e Conrado. Frederico fora feito duque da Suábia por Henrique IV; e agora, por Henrique V, Conrado foi nomeado duque da Francônia, que já

estava diretamente ligada à coroa desde a época de Otão I. Henrique V foi sucedido em 1125 por Lotário, duque da Saxônia, e quando recebeu a coroa imperial, Inocêncio II alegou que era como vassalo do papa que ele a recebia. Lotário foi sucedido em 1137 pelo Conrado mencionado acima, o duque suábio da Francônia, que se tornou Conrado III.

19. Com Conrado III, começou o reinado da casa da Suábia, ou de Hohenstaufen, que continuou 117 anos, e foi a época mais gloriosa da história medieval da Alemanha. Em 1146, saiu a segunda cruzada, liderada pelo imperador Conrado e Luís VII da França. Conrado morreu em 1152, quando a Alemanha esteve sob o domínio de um dos maiores soberanos que já teve – Frederico Barbarossa, duque da Suábia –, que reinou 38 anos.

20. Aqui devemos notar o surgimento de outra família suábia, uma família que teve um curso notável na história e que está inseparavelmente ligada ao reinado de Frederico Barbarossa. Henrique IV nomeou Welf, ou Guelf, da Suábia, duque da Baviera. Ele foi sucedido no ducado da Baviera por seu filho Henrique, o Orgulhoso, que foi investido no ducado da Saxônia. Henrique, o Orgulhoso, rebelou-se contra Conrado III, após o que ambos os ducados foram confiscados: a Saxônia foi concedida a Alberto, o Urso, um nobre saxão; e a Baviera ficou com Leopoldo, margrave da Áustria. Henrique, o Orgulhoso, morreu de repente, e seu irmão, duque Welf, continuou a disputa por seus ducados. Welf, na esperança de suceder a Leopoldo no margraviato, consentiu em um acordo pelo qual a Saxônia, com a anuência de Alberto, o Urso, foi concedida a Henrique, o Leão, filho de Henrique, o Orgulhoso. Contudo, em vez de o margraviato da Áustria ser dado a Welf, passou, no final, a Henrique Jasomirgott.<sup>5</sup> Welf, durante anos, disputou com seu rival, mas sem sucesso, pois Henrique, o Leão, finalmente, à frente de um exército, reivindicou a Baviera como sua, por direito de herança de seu pai, Henrique, o Orgulhoso. Frederico Barbarossa, por meio de sua mãe, era aliado dos Welfs; e ele, tendo uma consideração pessoal por Henrique, o Leão, iniciou seu reinado prometendo garantir a Henrique o ducado da Baviera. O margrave Jasomirgott, no entanto, persistentemente se recusou a desistir dele, até que, por fim, em 1156, Frederico separou o margraviato da Áustria da Baviera, tornando-o um ducado com privilégios especiais, e o deu ao obstinado margrave. Essa honra contentou Jasomirgott e deixou Frederico livre para cumprir sua promessa a Henrique, o Leão; e assim Henrique recebeu seu ducado paterno da Baviera, além do ducado da Saxônia que ele já possuía. E a partir dessa casa suábia-alamana de Welf, ou Guelf, descende em linha direta por meio de Henrique, o Orgulhoso e Henrique, o Leão, a casa de Hanôver, que tem governado a Inglaterra a partir de Jorge I – 1º de agosto de 1714 – até o atual Eduardo VII, “*Rex Dei gracia*” [Rei Pela Graça de Deus].

21. Frederico Barbarossa recebeu a coroa alemã em Aachen, ou Aquisgrano (Aix-la-Chapelle, em francês), em 9 de março de 1152. Em outubro de 1154, ele desceu para a Itália e assumiu a coroa de ferro da Lombardia. Então, “depois de prender Arnaldo de Bréscia, em seu zelo para apoiar a causa papal”, foi coroado imperador pelo papa Adriano IV, em 18 de junho de 1155. A partir de então, até 1186, o reinado de Frederico foi pouco mais do que uma longa disputa com as cidades lombardas e com os papas. Graças a seu casamento com Beatriz, filha do conde da Alta Borgonha, ele acrescentou essa província ao reino da Borgonha e ao império. Assim, ele

<sup>5</sup> Assim chamado por causa de seu hábito inveterado de confirmar sua palavra acrescentando a frase “*Ja, so mir gott Hilf*” – Sim, que Deus me ajude.

reafirmou a autoridade imperial da Borgonha e recebeu a homenagem dos nobres burgúndios. Tendo finalmente encerrado essas lutas, partiu em 1187 para a Palestina, à frente da terceira cruzada, mas se afogou ao atravessar um pequeno rio na Pisídia, em 10 de junho de 1190.

22. Frederico foi sucedido por seu filho, Henrique VI, que foi coroado imperador por Celestino III, em 31 de março de 1191. Ricardo I da Inglaterra – Coração de Leão –, quando estava voltando para casa da terceira cruzada, foi preso pelo duque da Áustria em 21 de dezembro de 1192 e em março seguinte foi entregue ao imperador Henrique, que o aprisionou. Com o dinheiro pago pelo resgate de Ricardo, o imperador foi capaz de montar um excelente exército, com o qual conseguiu conquistar o reino sarraceno da Sicília. Tão grande foi a autoridade que ele adquiriu, que é quase certo que, se tivesse vivido um pouco mais, teria alcançado sua grande ambição de conseguir que a coroa fosse declarada hereditária em sua família. Mas essa aspiração foi sufocada por sua morte em 1197. Em seu reinado, por volta de 1195, começou a quarta cruzada.

23. Após a morte de Henrique, houve uma dupla eleição. Filipe, filho de Henrique, foi favorecido pela grande maioria dos príncipes, enquanto seus oponentes insistiam nas reivindicações de Otão, filho de Henrique, o Leão. Contudo, não haveria esperança para Otão se Inocêncio III não tivesse lançado na balança a seu favor toda a influência do papado, que naquela época era absoluta. Mesmo com a ajuda do papa, o sucesso de Otão foi extremamente duvidoso até Filipe ser assassinado, em 1208. Isso, é claro, acabou com a guerra, e Otão IV foi coroado imperador.

24. Assim que Otão se tornou imperador, violou todas as promessas que fizera ao papa em favor do pontífice e começou a agir como um soberano independente. Isso era algo que nenhum soberano teria a permissão de fazer enquanto Inocente III fosse papa. Ele, portanto, jogou Frederico contra Otão, filho de Henrique VI. Otão, pensando em prejudicar as chances de Frederico por meio de seu ataque ao papa, foi ao socorro de João, da Inglaterra, contra Filipe Augusto, da França, mas na batalha de Bouvines, em 27 de julho de 1214, encontrou uma derrota esmagadora e fugiu como um imperador em ruínas. Ele se retirou para sua posse hereditária, o principado de Brunsvique, e além disso não tem mais lugar na história.

25. No lugar de Otão IV, Frederico II “ascendeu ao trono de mármore de Carlos Magno em Aquisgrano (Aix-la-Chapelle) e recebeu a coroa de prata” da Alemanha, em julho de 1215; e em 22 de novembro de 1220, recebeu em Roma, das mãos do papa Honório IV, a coroa de ouro do império. Na avaliação de seus contemporâneos, Frederico II era “a maravilha do mundo”. Embora talvez não seja o mais forte em todos os aspectos, ele foi o mais brilhante dos reis alemães. No início de sua carreira pública, em 1208, aos 15 anos, ele possuía apenas a coroa da Sicília; em sua morte, em 13 de dezembro de 1250, o esplendor de sua posição era tal que nunca foi superado na história. Pois então ele possuía, além de sua coroa original e herdada da Sicília, a coroa da Sardenha, a coroa da Borgonha, a coroa de ferro da Lombardia, a coroa de prata da Alemanha, a coroa de ouro do império e, por último, mas naquela era a mais gloriosa de todas, a coroa de Jerusalém, com a qual ele próprio se coroara, em 18 de maio de 1229, quando recuperou a cidade santa dos sarracenos e a restaurou à igreja.

26. Em 1245 d.C., 17 de julho, Frederico foi excomungado pelo papa Inocêncio IV. Quando soube disso, riu e disse: “O papa me depôs? Tragam-me minhas coroas para que eu possa ver do que fui privado”. Então lhe trouxeram sete coroas – a coroa real da Alemanha, o diadema imperial de Roma, a argola de ferro da Lombardia, as coroas da Sicília, Borgonha,

Sardenha e Jerusalém. Ele as pôs na cabeça uma após a outra e disse: ‘Ainda as tenho, e ninguém as roubará de mim sem dura batalha’<sup>6</sup>. Mas, apesar de Frederico não temer a excomunhão do papa, o efeito de tal ação foi liberar continuamente os elementos de violência entre os homens, especialmente na Alemanha. Sobre aquela época, um velho historiador diz: “Depois que o imperador Frederico foi excomungado, os ladrões se regozijaram com os espólios. Então os arados viraram espadas, e as foices, lanças. Ninguém ia a lugar nenhum sem aço e pedra, para colocar em chamas tudo o que pudesse incendiar.”

27. Durante o reinado de Frederico II, a conquista da Prússia foi iniciada em 1230 d.C., sob a liderança dos Cavaleiros da Ordem Teutônica, que, “depois de meio século de luta árdua, se tornaram senhores de todo o país”. Além disso, no início de seu reinado, a quinta cruzada foi proclamada por Inocêncio III, em 1198, saindo em 1201.

28. Frederico II morreu em 13 de fevereiro de 1250 e foi sucedido por seu filho, Conrado IV, que reinou apenas quatro anos; e a condição do império estava tão crítica, devido às facções rivais da Alemanha e às intrigas do papa, que ele nunca foi, de fato, coroado imperador. Ele morreu em 1254 e com ele encerrou a linha de imperadores Hohenstaufen, cujo governo formou a era “mais extraordinária da história medieval da Alemanha”. “As mulheres nunca ocuparam um lugar mais alto, nem, no geral, nunca responderam de maneira mais nobre às honras que lhes foram dadas livremente.” “Os problemas do governo foram vistos sob novas luzes, em parte graças ao estudo do direito romano que passou da Itália para a Alemanha, em parte pelos procedimentos sumários do direito consuetudinário nativo do ‘sachsenspiegel’ [direito saxão] e do ‘schwabenspiegel’ [direito suábio-alamano]. Como um todo, a Alemanha não viu uma época mais fascinante, nenhuma mais cheia de vida, movimento e cor.”<sup>7</sup>

29. Essa era de glória foi seguida por uma de miséria, chamada Grande Interregno, que durou 20 anos. “Foi o momento mais triste que ocorreu na Alemanha. Todos faziam o que bem queriam. O punho e a espada decidiam entre o certo e o errado. Os príncipes e as cidades estavam em constante conflito. Os cavaleiros faziam castelos fortes e viviam neles em pilhagem e assassinatos. De suas forças armadas, eles atacavam os comerciantes que viajavam de cidade em cidade e os roubavam ou cobravam-lhes pedágios pesados. Saqueavam a terra nivelada; roubavam o gado dos agricultores, devastavam seus campos e queimavam suas casas. Além disso, os nobres e cavaleiros vizinhos brigavam entre si e lutavam, de modo que o país era um campo de batalha.”<sup>8</sup>

30. Esse período de anarquia foi usado com oportunismo pelo papado por meio do papa Urbano IV. Até aquele momento, a eleição do imperador sempre fora feita, praticamente, pelos principais príncipes, embora cada eleição precisasse da sanção de toda a classe de nobres imediatos. Agora, no entanto, principalmente pela influência do papa, o grupo de eleitores era constituído apenas pelo arcebispo de Mainz, o arcebispo de Colônia, o arcebispo de Tréveris, o margrave de Brandemburgo, o rei da Boêmia e os príncipes da casa de Wittelsbach (Baviera) e da casa da Saxônia.

31. No início do Grande Interregno, Guilherme da Holanda tornou-se soberano nominal por dois anos, quando morreu; então, por volta de 1257, houve uma dupla eleição: de Afonso de

<sup>6</sup> *The Story of the Nations*, “Germany”, cap. 21, par. 8, 9.

<sup>7</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo “Germany”.

<sup>8</sup> *The Story of the Nations*, “Germany”, cap. 22.



Castela, na Espanha, e Ricardo, conde da Cornualha, irmão de Henrique III, da Inglaterra. Ricardo foi coroado, mas ele visitou a Alemanha apenas três vezes nos 17 anos; Afonso, por sua vez, nunca a visitou, apesar de reivindicar o tempo todo ser o soberano dela. A influência de nenhum deles tendeu, no mínimo sentido, a conter a desordem dos tempos. Quando Ricardo morreu, os príncipes não mostraram disposição para escolher um imperador, pois uma situação que permitia que todos fizessem o que quisessem era exatamente do agrado deles. Mas as receitas do papa no norte estavam caindo seriamente, e esse fator aliado a problemas domésticos levaram o papa a desejar um imperador novamente que pudesse ser “o protetor da igreja”. O papa, portanto, informou aos eleitores que, se eles não escolhessem um imperador, ele próprio o nomearia.

32. Por conseguinte, os eleitores reuniram-se em 1273 e fizeram subir ao trono Rodolfo, conde de Habsburgo, da Suábia. Durante o interregno, Otacar, rei da Boêmia, adquirira por casamento e conquista um grande território além de suas posses originais; e suas aquisições incluíam o ducado da Áustria e seus territórios tributários: Estíria, Caríntia e Carníola. Isso fazia de Otacar o príncipe mais poderoso da Alemanha, e ele esperava receber a coroa alemã nas eleições. Portanto, quando a coroa foi concedida a Rodolfo, Otacar se recusou a reconhecê-lo como soberano. A guerra se seguiu, e na batalha de Marchfield, perto de Viena, 1278 d.C., Otacar foi derrotado e morto. Áustria, Estíria e Carníola foram então concedidas em feudo ao filho de Rodolfo, Alberto. Assim Rodolfo fez-se memorável como o fundador da *casa de Habsburgo*, que governou a Áustria a partir desse momento até o atual. Essa dinastia, desde sua época, formou uma das forças mais influentes na vida nacional da Alemanha e deu soberanos à Espanha nos dias de sua maior glória.

33. Rodolfo da Suábia morreu em 1291 e foi sucedido por Adolfo de Nassau, que governou até 1298, quando foi sucedido pelo duque Alberto da Áustria, filho de Rodolfo. Alberto reinou até 1308 e foi sucedido pelo conde Henrique de Luxemburgo, que reinou, como Henrique VII, até 1313. Com a morte de Henrique VII, os eleitores não puderam concordar, e o resultado foi uma dupla eleição – Frederico, o Justo, duque da Áustria, filho de Alberto; e Luís, duque da Baviera. A guerra eclodiu e continuou por nove anos, quando, na batalha de Mühlberg, em 1322 d.C., o exército de Frederico foi derrotado por completo, e, em 1325, os dois rivais concordaram em governar em comum. Frederico morreu em 1330, e Luís IV reinou até 1347.

34. Com a morte de Luís, Günther, conde de Schwarzburg, foi eleito; mas Carlos, rei da Boêmia, por subornos liberais, comprou seus partidários, e Günther renunciou à sua reivindicação, e Carlos IV reinou. O trabalho do eleitorado imperial provou ser insatisfatório, sendo reformado por Carlos IV em 1356, pelo que é conhecido como a Bula Dourada. Com esse novo arranjo, o eleitorado pôde incluir, como anteriormente, os três arcebispos, o rei da Boêmia e o margrave de Brandemburgo; mas apenas o *duque* da Saxônia e o *conde palatino* do Reno da casa de Wittelsbach. Assim, pela ação de Carlos, na Bula Dourada, o eleitorado ficou confinado a sete personagens – três arcebispos, três príncipes leigos e um rei – e, desde essa época e sem interrupção, o imperador era escolhido por esses oficiais, que são com frequência mencionados na história da Reforma pelo termo “eleitores”. O protetor de Lutero, Frederico, era o “eleitor da Saxônia” em sua época.

35. Carlos IV acrescentou aos bens originais de sua casa de Luxemburgo, Silésia, Baixa Lusácia e o margraviato de Brandemburgo; e nos seus últimos dias “ele usava as coroas da

Boêmia, da Alemanha, da Borgonha, da Lombardia e do império”. Ele morreu em Praga em 1378 e foi sucedido por seu filho, Venceslau. Venceslau foi deposto, e a coroa foi dada a Ruperto, eleitor do Palatinado, em 1400 d.C., que reinou até 1410, quando morreu, e Sigismundo, irmão de Venceslau e rei da Hungria, reinou. Este foi o imperador Sigismundo que entregou João Huss e Jerônimo de Praga para serem queimados pelo Concílio de Constança, o que provocou as guerras hussitas. Sigismundo era um gastador e nunca teve dinheiro suficiente para seus desejos; e por 400 mil *gulden* [moedas de ouro], concedeu a Frederico, conde de Hohenzollern, da Suábia, o margraviato de Brandemburgo, ou marco de Brandemburgo, primeiro como penhor, mas depois como feudo permanente. Com a morte de Sigismundo, terminou a dinastia luxemburguesa e a Casa de Habsburgo foi restaurada.

36. Sigismundo foi sucedido por Alberto II, duque da Áustria, em 1438. Alberto II foi sucedido em 1440 por Frederico IV, e ele, em 1493, por Maximiliano I, e ele, em 1519, por Carlos V, diante de quem Lutero defendeu a fé de Cristo; e diante de quem os príncipes alemães leram o famoso PROTESTO.

37. Embora a coroa alemã permanecesse eletiva a partir do tempo de Alberto II, foi “sempre conferida a um membro da casa de Habsburgo até a extinção da linhagem masculina”; e depois foi assumida pela linhagem feminina em Maria Teresa, cujo marido foi eleito imperador em 1745. Ele era imperador apenas em nome; quem governava de fato era Maria Teresa. O marido de Maria Teresa foi sucedido em 1765 por seu filho, José II. E em sua linhagem da casa de Habsburgo, o cargo imperial permaneceu até que o “Sacro Império Romano” e o reino alemão terminaram em 1806; e em sua linhagem, o cargo imperial do império da Áustria-Hungria permanece até os dias atuais.

38. Foi feita referência acima ao margraviato de Brandemburgo e ao fato de que foi vendido pelo imperador Sigismundo a Frederico de Hohenzollern, da Suábia. Frederico tornou-se assim um dos eleitores do império. Deve-se lembrar, também, que foram os Cavaleiros da Ordem Teutônica que conquistaram a Prússia. Na época da Reforma, Alberto de Brandemburgo era o grão-mestre da Ordem Teutônica. Tornou-se protestante, dissolveu a Ordem e recebeu em feudo, em 1525, do rei da Polônia, o ducado da Prússia. Alberto deixou duas netas. Joaquim Frederico, eleitor de Brandemburgo, casou-se com Leonor, a mais nova; seu filho, João Segismundo, casou-se com Ana, a mais velha; assim, o ducado da Prússia foi garantido à família do eleitor de Brandemburgo. Frederico Guilherme, chamado de Grande Eleitor, era neto de João Segismundo e Ana. Pelo tratado de Wehlau, em 1657, o ducado da Prússia foi declarado independente da Polônia. O Grande Eleitor aumentou em grande medida seus territórios, e, em 1701, seu filho Frederico, que o sucedeu em 1688, tendo obtido o consentimento do imperador, coroou-se rei da Prússia. E assim, sob a casa almana de Hohenzollern, surgiu o reino da Prússia, cuja linhagem direta, por meio de Frederico I (1701-1713), Frederico Guilherme I (1713-1740), Frederico II, o Grande (1740-1786), Frederico Guilherme II (1786-1797), Frederico Guilherme III (1797-1840), Frederico Guilherme IV (1840-1861), chega até Guilherme I, rei da Prússia (1861-1871) e imperador alemão de 18 de janeiro de 1871 até 9 de março de 1888; Frederico, até 15 de junho de 1888; e Guilherme II, imperador alemão dos dias atuais.

## CAPÍTULO 6

---

# OS BURGÚNDIOS NA IDADE MÉDIA

*A Maratona da Suíça – A Suíça Livre.*

**D**EVE-SE lembrar – capítulo 3, parágrafos 7-9 – que a conquista do reino dos burgúndios foi iniciada por Clóvis e foi concluída por seus filhos em 532; e que na divisão quádrupla do domínio franco em 561, a Borgonha, ou Burgúndia, com alguns condados adicionais no norte, coube a Gontrão, que fixou sua capital lá. Quando os domínios francos, unidos por Carlos Martel, foram novamente divididos entre Pepino, o Breve e Carlomano, a Borgonha caiu para a parte de Pepino. E quando Carlomano se tornou monge, e Pepino se tornou rei por decisão do papa Zacarias, a Borgonha, naturalmente, não passava de uma província de seu reino, bem como do império de Carlos Magno, filho de Pepino. Na divisão do império de Carlos Magno, pelo tratado de Verdun, em 843, a Borgonha foi incluída na porção do imperador Lotário, que, deve-se lembrar, ia do Mediterrâneo até o Mar do Norte e incluía o território italiano.

2. No tempo de Carlos, o Gordo, em 877, a Borgonha tornou-se novamente independente, sob Bosão, marido de Ermengarda, filha do imperador Luís II. Esse reino se chamava Provença, além de Borgonha, e às vezes Borgonha Cisjurana [Borgonha Inferior – aquém da Cordilheira do Jura], ou, conforme o título verdadeiro, *regnum Provinciae seu Burgundiae*. Ele “incluía Provença, Delfinado, a parte sul da Saboia e a região entre o Saône e a Cordilheira do Jura”. Formou-se outro reino da Borgonha do outro lado das montanhas de Jura. Esse foi chamado reino da Borgonha transjurana, ou pelo título *regnum Iurense, Burgundia Transiurensis*, sendo fundado pelo conde Rodolfo em 888 d.C. e reconhecido pelo imperador Arnulfo no mesmo ano. Incluía a parte norte da Saboia e toda a Suíça entre as montanhas do Jura e o rio Reuss.

3. Em 937, o filho de Rodolfo, Rodolfo, renunciou seus direitos à coroa italiana em troca da Borgonha Cisjurana; e assim as duas Borgonhas – a transjurana e a cisjurana – foram unidas no único reino da Borgonha ou de Arles, cujo título era *regnum Burgundae, regnum Arelatense*. Esse reino continuou independente até 1032 d.C., quando, de acordo com um tratado feito entre o imperador Henrique II e Rodolfo II, seu último rei, o reino da Borgonha foi integrado ao império pelo imperador Conrado II, sendo isso confirmado por Rodolfo III em testamento, pois sua sobrinha Gisela era a esposa de Conrado. O imperador assumiu a coroa da Borgonha, e esse “belo reino”, “cheio de cidades prósperas”, tornou-se parte do império.

4. “O reino da Borgonha, ou de Arles, compreendia toda a região montanhosa que hoje chamamos de Suíça. Foi, portanto, incorporado ao império germânico como legado de Rodolfo, juntamente com o resto de seus domínios. Uma nobreza numerosa e antiga, vassalos entre si ou do império, dividia a posse com senhores eclesiásticos dificilmente menos poderosos que eles. Entre os primeiros, encontramos os condes de Zähringen, Kyburg, Habsburg e Toggenburg, os

mais notáveis; entre os últimos, o bispo de Coira, o abade de São Galo e a abadessa de Säkingen. Toda variedade de direitos feudais foi encontrada desde cedo na Helvécia e preservada por muito tempo ali; também não existe um país cuja história ilustre melhor a relação ambígua – em parte com direito de posse, em parte como mero arrendatário – em que a aristocracia territorial sob o sistema feudal mantinha respeito em relação aos seus dependentes. No século 12, as cidades suíças ganham algum grau de importância. Zurique era eminente na atividade comercial e parece não ter sido sujeita a outro senhor senão o imperador; Basileia, embora sujeita ao seu bispo, possuía os privilégios usuais do governo municipal. Berna e Friburgo, fundada ainda nesse século, fizeram um rápido progresso, e essa última foi elevada, juntamente com Zurique, por Frederico II, em 1218, ao posto de cidade imperial livre” (*Hallam*).<sup>1</sup>

5. Na parte norte do que é hoje a Suíça, entre o lago Constança e o lago Lucerna, e ao longo da margem esquerda do Reno, os alemãos haviam se estabelecido quando tomaram o país pela primeira vez dos romanos. O castelo de Habsburgo foi possuído por Rodolfo, o nobre alemão que se tornou imperador em 1273. Seus descendentes ambiciosos, os duques da Áustria, tentaram aumentar sua autoridade e posses às custas dos cantões.

6. “Várias mudanças nas principais famílias helvecianas ocorreram no século 13, e antes do final desse século, a casa de Habsburgo, sob o político e empreendedor Rodolfo e seu filho Alberto, gozou, mediante vários títulos, de grande ascendência na Suíça. Desses títulos, nenhum era mais tentador para um dirigente ambicioso do que o de patrono de um convento. Esse nome sofisticado trazia consigo uma espécie de tutela indefinida e direito de interferência, que frequentemente terminavam em reverter as condições do soberano eclesiástico e de seu vassalo. [...] Entre outras patronagens, Alberto obteve a de alguns conventos que tinham propriedades nos vales de Schwyz e Unterwald. [...] O povo de Schwyz havia proclamado Rodolfo como patrono deles. Eles desconfiavam de Alberto, cuja sucessão à herança de seu pai espalhou alarme pela Helvécia. Logo pareceu que suas suspeitas eram bem fundamentadas. Além dos direitos locais que suas patronagens eclesiásticas lhe concediam sobre parte dos cantões florestais, ele se propôs, após sua eleição para o império, a enviar oficiais de justiça imperiais para os vales do seu domínio para atuarem como administradores de justiça criminal.”<sup>2</sup>

7. Algumas autoridades afirmam que foi Frederico III quem enviou esses oficiais de justiça; contudo, seja Frederico ou Alberto, os fatos são os mesmos. Um desses oficiais de justiça foi Gessler, a quem Guilherme Tell resistiu. “A opressão que eles impuseram sobre um povo não acostumado ao controle, sendo o objetivo nítido de Alberto reduzi-los à servidão, excitou aquelas profundas emoções de ressentimento que uma raça corajosa e simples raramente se dá ao luxo de reprimir. Três homens, Stauffacher de Schwyz, Fürst de Uri, Melchthal de Unterwald, cada um com dez associados escolhidos, reuniram-se à noite em um campo isolado e juraram defender a causa comum de suas liberdades, sem derramamento de sangue ou prejuízo aos direitos de terceiros. O sucesso deles correspondeu à justiça do empreendimento; os três cantões pegaram em armas por unanimidade e expulsaram seus opressores sem contestação. O assassinato de Alberto por seu sobrinho, que se seguiu logo depois, felizmente deu-lhes tempo para consolidar

<sup>1</sup> *Middle Ages*, cap. 5, seção 20.

<sup>2</sup> *Ibid.*

sua união (1308 d.C.). [...] Mas Leopoldo, duque da Áustria, resolveu humilhar os camponeses que se rebelaram contra seu pai e conduziu um exército considerável até o país deles. Os suíços, entregando a vida nas mãos de Deus, e determinados a antes morrer do que submeter-se a esse jugo uma segunda vez, embora sem instrução da disciplina militar e desprovidos de armadura defensiva, desbarataram completamente os agressores em Morgarten (1315 d.C.).

8. “Essa grande vitória, a Maratona da Suíça, confirmou a independência dos três cantões originais. Depois de alguns anos, Lucerna, vizinha em localização e igual em interesses, foi incorporada à confederação deles. Ela se ampliou de forma muito mais significativa em meados do século 14, com a adesão de Zurique, Glarus, Zug e Berna, que ocorreu em dois anos. A primeira e a última dessas cidades já haviam se envolvido em frequentes guerras com a nobreza helvética, e sua política interna era totalmente republicana. Elas adquiriram, não a independência, da qual já desfrutavam, mas a segurança adicional, por sua união com os suíços propriamente ditos, que, em deferência ao poder e reputação dessas cidades, cederam a elas a primeira posição na confederação. As oito já enumeradas são chamadas de cantões antigos e continuaram, até a última reforma do sistema helvético, a possuir vários privilégios e até direitos de soberania sobre territórios vassalos, uma soberania que não se estendia aos cinco cantões de Friburgo, Soleura, Basileia, Schaffhausen e Appenzell. A partir de então, os cantões unidos, especialmente os de Berna e Zurique, começaram a ampliar seus territórios às custas da nobreza rural. [...] As cidades helvéticas agiram com diplomacia e moderação em relação aos nobres a quem venceram, consentindo que desfrutassem dos direitos de sua comunidade na qualidade de concidadãos (um privilégio que praticamente implicava uma aliança defensiva contra qualquer agressor) e respeitando invariavelmente os direitos legais de propriedade. Muitas de suas vantagens feudais foram adquiridas dos proprietários de maneira mais pacífica, por meio de compras ou hipoteca.

9. “Assim, a casa da Áustria, que havia recebido o direito de propriedade dos extensos domínios dos condes de Kyburg, abandonando, após repetidas derrotas, suas esperanças de subjugar os cantões florestais, alienou grande parte de seus bens a Zurique e Berna. E o último remanescente de seus antigos territórios helvéticos em Argóvia foi arrancado, em 1417, de Frederico, conde do Tirol, o qual, após ter cometido a imprudência de apoiar o papa João XXIII contra o Concílio de Constança, foi posto sob proibição imperial. Não foi possível influenciar Berna a restaurar essas conquistas, e, assim, completou-se a independência das repúblicas confederadas. As outras cidades livres, embora ainda não incorporadas, e os poucos nobres restantes, fossem leigos ou espirituais, dentre os quais o abade de São Galo era o principal, entraram em ligas separadas com diferentes cantões. *A Suíça tornou-se, portanto, na primeira parte do século 15, um país livre, reconhecido como tal pelos Estados vizinhos e sujeito a nenhum controle externo, embora ainda estivesse incluído na soberania nominal do império. [...]*”

10. “Os assuntos da Suíça ocupam um espaço muito pequeno no grande mapa da história da Europa. Mas, em alguns aspectos, são mais interessantes do que as revoluções de poderosos reinos. [...] Outras nações exibiram uma resolução insuperável na defesa de cidades muradas; mas a firmeza dos suíços no campo de batalha não tem paralelo, a menos que recordemos a memória de Lacedemon. Foi até estabelecido como lei que quem retornasse da batalha, após uma derrota, perderia a vida pelas mãos do carrasco. Mil e seiscentos homens, que haviam sido

enviados para se opor a uma invasão predatória dos franceses em 1444, embora pudessem ter se retirado sem perdas, decidiram, em vez disso, perecer no local e caíram em meio a uma pilha muito maior de mortos do exército hostil. Na famosa batalha de Sempach, em 1385, a última que a Áustria empreendeu contra os cantões florestais, os cavaleiros do inimigo, desmontados de seus cavalos, formaram uma barreira inexpugnável de lanças que desconcertou os suíços; até que Winkelried, um cavaleiro de Underwald, confiando a esposa e filhos a seus compatriotas, jogou-se contra as fileiras inimigas e, coletando o máximo de lanças que conseguia agarrar, forçou uma passagem para os que o seguiam, ao fincá-las no próprio peito.”

11. “Embora a casa da Áustria tenha deixado de ameaçar as liberdades da Helvécia e tenha sido por muitos anos sua aliada, o imperador Maximiliano [...] se esforçou para reviver a supremacia inextinguível do império. Essa supremacia havia acabado de ser restaurada na Alemanha pelo estabelecimento da Câmara da Corte Imperial e de uma contribuição pecuniária regular para apoiá-la e para servir a outros fins, na Dieta de Worms [em 1495]. Os cantões helvéticos foram convocados a obedecer a essas leis imperiais. [...] A recusa em cumprir provocou uma guerra, na qual os súditos tirolezes de Maximiliano e a liga suábia, uma confederação de cidades naquela província recentemente formada sob o patrocínio do imperador, investiram principalmente contra os suíços. Mas o sucesso desses últimos foi decisivo; e depois de uma terrível devastação das fronteiras da Alemanha, a paz foi concluída [em 1499] sob termos muito favoráveis para os suíços. Os cantões foram declarados livres da jurisdição da Câmara da Corte Imperial e de todas as contribuições impostas pela Dieta. [...] Embora, talvez, na mais estrita letra do direito público, os cantões suíços não tenham sido libertados por completo de sua sujeição ao império até o tratado de Vestfália, a soberania efetiva deles deve ser datada por um historiador a partir do ano em que todas as prerrogativas que um governo pode exercer foram finalmente abandonadas.”<sup>3</sup>

12. E assim o reino dos burgúndios de 407 d.C. se encontra representado na confederação independente da Suíça de hoje.

---

<sup>3</sup> *Ibid.*

## CAPÍTULO 7

---

# OS ANGLOS E OS SAXÕES NA IDADE MÉDIA

*A Grã-Bretanha se Torna a Inglaterra – Reis, Vereadores, Condes, Camponeses, Servos – Supremacia da Nortúmbria – As Invasões Dinamarquesas – Dominação Dinamarquesa – Inglaterra Imperial – Reis Dinamarqueses da Inglaterra – Reino do Rei Canuto – Guilherme, o Conquistador – O Doomsday Book – A Conquista Inglesa da Normandia – Império Inglês, Casa de Plantageneta – Cativo de Ricardo Coração de Leão – João Entrega a Inglaterra ao Papado – A Magna Carta – João Assola o Reino – “O Estado de Direito e Não da Vontade” – A Guerra dos Cem Anos.*

**D**ESDE a época da primeira presença permanente dos jutos, saxões e anglos em solo britânico até que eles realmente possuíram a terra decorreu cerca de 150 anos.

2. Os jutos tomaram posse de Kent. Estes eram o povo em menor número dentre os três povos, ocupando, portanto, a menor porção da terra. “Os domínios deles ocupavam apenas Kent, talvez por um tempo Surrey, [a ilha] de Wight e uma pequena parte da região vizinha de Hampshire.” O reino dos jutos “nunca superou de forma definitiva os limites de suas primeiras conquistas”.

3. Por todos os lados da terra dos jutos, habitavam os saxões: ao sul e oeste se encontravam os saxões do sul [*South Saxons*], cuja terra passou a ser chamada pela abreviação derivada do nome deles: Sou’-Sax’, e depois *Sussex*, nome que permaneceu desde então; a oeste destes, mas mais para o interior, habitavam os saxões ocidentais [*West Saxons*], cujo reino se chamava *Wessex*; ao norte de Kent habitavam os saxões orientais [*East Saxons*], cujo reino e terra sempre foram chamados de *Essex*; e entre os saxões orientais e os saxões ocidentais – entre Essex e Wessex – habitavam os saxões médios [*Middle Saxons*], cujo reino e terra sempre foram chamados de *Middlesex*.

4. Os anglos tinham a posse de toda a terra ao norte de Essex, Middlesex e Wessex, até o estuário do rio Forth. Na península logo ao norte de Essex, habitavam os anglos orientais, cujo reino e território eram chamados de Ânglia Oriental [*East Anglia*]. Os que habitavam na parte norte da península eram chamados Northfolk [Povo do Norte] e os da parte sul, South-folk, nomes que foram abreviados para Nor’-Folk e Sou’-Folk, firmando-se como Norfolk e Suffolk. A oeste destes habitavam os anglos do Sul [*South Angles*]; imediatamente ao norte destes, os anglos médios [*Mid Angles*], cujo limite era o rio Humber. Desde o rio Humber até o estuário do rio Forth, a terra foi dividida pelos anglos em duas porções quase iguais: na parte sul ficava o reino de Deira; e na parte norte, o reino da Bernícia. O território entre o País de Gales e a Ânglia Média e a Ânglia do Sul, por estar na fronteira, era a princípio uma *marca*; a partir desse nome passou a ser chamado de *Mércia*. Seus habitantes anglos eram chamados mércios e seu reino, *Mércia*, que também incluía os anglos médios e os do Sul.

5. O reino dos jutos foi estabelecido em Kent em 475 d.C.; o dos saxões do sul em 491; o dos saxões ocidentais em 519; o dos saxões orientais por volta de 525; e em 552 os anglos já haviam conquistado sua parte da Grã-Bretanha Central até a marca ou fronteira. Essa pressão dos anglos na Grã-Bretanha Central permitiu que os saxões do sul impulsionassem suas conquistas para o interior. “Em 552, a captura do forte de Old Sarum permitiu o livre acesso às colinas verdejantes de Wiltshire, e uma marcha do rei Cuthwulf no Tâmisia fez com que se tornassem, em 571, senhores dos distritos que hoje formam Oxfordshire e Berkshire. Prosseguindo em suas investidas ao longo do vale superior de Avon até uma nova batalha de Barbury Hill, eles finalmente deixaram suas terras altas e desceram com ímpeto sobre a rica presa que ficava ao longo do Severn. Gloucester, Cirencester e Bath, cidades que haviam formado aliança sob seus reis britânicos para resistirem a esse ataque, tornaram-se em 577 os despojos de uma vitória inglesa em Deorham, e os contornos do grande rio ocidental estavam abertos às armas dos conquistadores. [...]”

6. “Com a vitória de Deorum, a conquista da maior parte da Grã-Bretanha estava completa. A leste de uma linha que pode ser mais ou menos traçada ao longo das charnecas de Northumberland, ou Nortúmbria, e Yorkshire, passando por Derbyshire e a Floresta de Arden até o baixo Severn e daí por Mendip até o mar, a ilha passara para mãos inglesas. A Grã-Bretanha havia se tornado, em sua maior parte, a Inglaterra. E nessa nova Inglaterra uma sociedade teutônica foi estabelecida nos destroços de Roma. Até o ponto em que a conquista já fora realizada, estava completa. Nenhum bretão permaneceu como súdito ou escravo em território inglês. A contragosto e melancólicos, centímetro a centímetro, os derrotados se retiraram da terra que seus conquistadores haviam dominado; e a leste de uma linha de fronteira que a espada inglesa havia traçado, tudo agora era puramente inglês.

7. “É isso que distingue a conquista da Grã-Bretanha das outras províncias de Roma. A conquista da Gália pelos francos, ou da Itália pelos lombardos, mostrou-se pouco mais que um assentamento forçado de um ou de outro entre súditos tributários que estavam destinados a absorver seus conquistadores no longo curso dos séculos. O francês é a língua, não do franco, mas do gaulês a quem ele dominou; e os cabelos loiros do lombardo são praticamente desconhecidos na Lombardia. Mas a conquista inglesa da Grã-Bretanha até o ponto a que chegamos representou uma pura desapropriação do povo que os ingleses conquistaram. Não foi que os ingleses, ferozes e cruéis como às vezes pareceram ter sido, fossem mais ferozes ou mais cruéis do que outros alemães que atacaram o império; [...] o que realmente fez a diferença entre o destino da Grã-Bretanha e o destino do resto do mundo romano foi a coragem obstinada dos próprios bretões ou britânicos. Em todas as lutas mundiais entre Roma e os povos alemães, nenhuma terra foi disputada com tanta obstinação ou conquistada com tanta dificuldade. Na Gália, nenhuma resistência nativa enfrentou os francos ou os visigodos, exceto os bravos camponeses da Bretanha e Auvergne. Nenhuma revolta popular eclodiu contra o domínio de Odoacro ou Teodorico na Itália. Mas na Grã-Bretanha o invasor foi recebido por uma coragem quase igual à sua. Em vez de se dividirem em silêncio, como seus colegas no exterior, tornando-se súditos que se contentavam em comprar a paz pela obediência e tributos, os ingleses tiveram que se apropriar de cada centímetro da Grã-Bretanha por meio de árduos combates.

8. “O que mais nos impressiona na nova Inglaterra é o seguinte: foi a nação puramente alemã que se levantou sobre os destroços de Roma. Em outras terras, na Espanha, na Gália ou



na Itália, embora fossem igualmente conquistadas pelos povos alemães, a religião, a vida social, a ordem administrativa ainda permaneciam romanas. A Grã-Bretanha foi quase a única província do império onde Roma extinguiu-se a ponto de se tornar uma vaga tradição do passado. Toda a organização de governo e de sociedade desapareceu com as pessoas que a usavam. [...] O assentamento dos ingleses na terra conquistada não passou de uma transferência absoluta da sociedade inglesa, em sua forma mais completa, para o solo da Grã-Bretanha. A lentidão de seu avanço, o pequeno número de cada grupo distinto em sua descida rumo à costa, permitiram que os colonos levassem consigo, ou chamassem quando seu trabalho estivesse completo, as esposas e os filhos, os libertos e os escravos e até o gado que haviam deixado para trás. A primeira onda de conquista foi apenas o prelúdio da migração gradual de todo um povo. Foi a Inglaterra que se estabeleceu em solo britânico, a Inglaterra com sua própria língua, suas próprias leis, seu tecido social completo, seu sistema de vida e cultura urbanas, sua municipalidade e seus distritos, seu princípio de parentesco e seu princípio de representação. Não foi como meros piratas ou bandos de guerreiros errantes, mas como povos já formados e preparados por uma índole compartilhada e por costumes em comum, para imprimirem uma coesão em nossa nação inglesa nos dias por vir, que nossos pais deixaram sua terra natal” (*Green*).<sup>1</sup>

9. Dos três povos – os jutos, os saxões e os anglos –, os anglos “ocuparam uma porção muito maior da terra” quando comparados com os outros; por essa razão, o nome deles deu um novo nome à *terra* a que haviam chegado – Inglaterra [Terra dos Anglos – em inglês, Angle-land, Engel-land, England]. No que diz respeito ao *reino* em si, foi Wessex que “se tornou a Inglaterra”, e sua “casa de Cerdico” que “se tornou a casa real em toda a terra”.<sup>2</sup> No entanto, esse assunto de uma casa real abrangendo toda a terra é outra longa história, além da que narramos sobre a posse da terra por parte desses três povos. Pois “embora todos falassem a mesma língua e usassem as mesmas leis, e todos estivessem empenhados em conquistar a mesma terra, cada grupo e cada líder preferiam seguir seu próprio curso de ação a empreender qualquer movimento coletivo” (*Green*).<sup>3</sup> Esse espírito fez com que, embora apenas três povos distintos, se formassem, na ocupação da terra, nada menos que oito reinos distintos. E assim que terminaram suas guerras com os bretões, para que pudessem habitar em tranquilidade na terra, começaram uma luta desesperada entre si pela supremacia e por um único reinado sobre toda a Inglaterra.

10. Assim, em 597 d.C., havia na Inglaterra os oito reinos distintos de Wessex, Sussex, Kent, Essex, Mércia, Ânglia Oriental, Deira e Bernícia. Cada reino foi o resultado da união de divisões menores chamadas *shires* [condados], seus chefes “tendo o título de *Ealdorman* ou Alderman [ancião, conselheiro], em tempo de paz, e de *Heretoga* ou *Herzog* [comandante do exército], em tempos de guerra”. A união dos *shires* [condados] “formava um *rice* ou reino; o chefe do grupo assim formado era um *cyning* ou *rei*. Qual seria a diferença entre um rei [*king*] e um *alderman*? [...] O *alderman* era um governante em paz e um capitão em guerra. O rei era mais. Entre os ingleses, pelo menos, todas as casas reais reivindicavam fazer parte de uma linhagem

<sup>1</sup> *Larger History of the English People*, cap. 1, par. 30; cap. 2, par. 1-7.

<sup>2</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo “England”, seção “Final Predominance of Wessex”.

<sup>3</sup> *Larger History of the English People*, cap. 2, par. 4.

em cujas veias corriam o sangue dos deuses.<sup>4</sup> Todo rei era filho de Woden. Assim, uma vaga reverência religiosa envolvia o rei, na qual o *alderman* não tinha parte. Ele também era o chefe da maior estrutura política que as ideias daqueles dias tinha alcançado. Ele era, como o nome indica, o chefe do *kin* [família, parentela], da nação. O governo do *alderman* era tribal e meramente terreno; o governo do rei era nacional e, de algum modo, divino.<sup>5</sup> Na comunidade, havia três classes: *earls* [condes], *churls* [camponeses] e *thralls* [escravos]. Os *earls* eram uma classe que, por distinção de nascimento, tinha direito a respeito e honra especiais e que, por isso, possuía certos privilégios políticos. Os *churls* correspondiam aos homens livres, mas não tinham honras ou privilégios acima dos da comunidade em geral. Os *thralls* eram escravos mantidos em cativeiro ou escravidão [*thraldom*]. “O *earl*, o *churl* e o *thrall* são encontrados em toda parte. Eles são aceitos sem discussão, e a lenda representava as três classes como tendo sido criadas por atos separados do poder criativo dos deuses.”<sup>6</sup>

11. Em 605 d.C., Etelfrido, rei da Bernícia, tomou o reino de Deira; e como isso os fez possuir toda a Grã-Bretanha Oriental ao norte do rio Humber, o reino ampliado assim formado foi chamado Nortúmbria. Etelfrido também conquistou completamente a maior parte da terra que ainda era mantida pelos britânicos a oeste do mar da Irlanda entre o estuário de Clyde e as embocaduras dos rios Mersey e Dee. Isso reduziu o número dos reinos ingleses para sete; e é esse o fundamento sobre o qual os escritores tratam a história da época sob o título de “A Heptarquia Saxônica”. Quando Etelfrido tomou Deira, Eduíno, seu legítimo rei, sendo apenas uma criança, fugiu para a Ânglia Oriental, onde foi protegido pelo rei Redualdo. Isso serviu de pretexto para que Etelfrido tentasse subjugar esse reino. Ele foi vigorosamente resistido; e no “rio Idle, em Retford”, ele foi derrotado e morto.

12. Após a morte de Etelfrido, “o povo de Deira ficou feliz por Eduíno retornar ao seu reino. Com a conquista de Bernícia, Eduíno restabeleceu e tornou permanente a união de Bernícia e Deira que Etelfrido havia formado. “A grandeza da Nortúmbria agora atingiu seu auge. Dentro de seus próprios domínios, Eduíno demonstrou uma capacidade para o governo civil, que mostrou como a mera era de conquista havia passado. Com ele começou o provérbio inglês, aplicado com tanta frequência a reis posteriores: ‘Uma mulher com seu bebê podia andar incólume de mar a mar nos dias de Eduíno’. A comunicação pacífica reviveu ao longo das estradas desertas; as nascentes à beira da estrada estavam marcadas com estacas, e um copo de bronze era colocado ao lado de cada uma para o refrigério do viajante. [...] O rei da Nortúmbria tornou-se, de fato, supremo sobre a Grã-Bretanha, como nenhum rei de sangue inglês fora antes. Para o Norte, seu reino alcançou o estuário de Forth; e ali, se podemos confiar na tradição, Eduíno formou uma cidade que levou seu nome, Edimburgo – burgo de Eduíno. A oeste, suas armas esmagaram a longa resistência de Elmet, o distrito perto de Leeds. Ele era o soberano de Chester, e a frota que ele equipou ali subjogou as ilhas de Anglesey e Man. Ao sul da Nortúmbria, ele foi reconhecido como chefe supremo dos cinco Estados ingleses da Grã-Bretanha Central. Os saxões ocidentais permaneceram por um tempo independentes; mas eles também foram finalmente obrigados a

<sup>4</sup> Comparar com *Empires of the Bible* [Impérios da Bíblia], cap. 6, par. 3-5; cap. 7, par. 6, 9, 10; cap. 7, par. 38-44.

<sup>5</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo “England”, seção “The Kingdom”.

<sup>6</sup> *Ibid.*, Earls and Churls”.

reconhecer ‘o senhorio da Nortúmbria’”. E “Kent se uniu a ele, dando-lhe a filha do rei como esposa, um passo que provavelmente marcou a subordinação política” (*Green*).<sup>7</sup>

13. Naquela época, Penda era rei da Mércia; e os outros reinos do Grã-Bretanha Central reconheceram seu senhorio, e ele, por sua vez, reconheceu o domínio de Eduíno. Em 633, Penda formou uma aliança com um rei galês, Cadwallon, para quebrar o poder de Eduíno. “Os exércitos se encontraram em 633 em um lugar chamado Haethfeld, e, na luta, Eduíno foi derrotado e morto.” Bernícia imediatamente se aproveitou da queda de Eduíno para reivindicar o retorno da linhagem de Etelfrido a seu trono; e após um ano de anarquia, seu segundo filho, Oswaldo, tornou-se rei. Os galeses permaneceram acampados no coração do Norte, e a primeira luta de Oswaldo foi com Cadwallon. As forças se reuniram em 635 “perto da Muralha Romana [Muralha de Adriano]. Cadwallon caiu lutando em Heavenfield [Campo do Céu], como passou a ser chamado depois o campo de batalha; a submissão do reino de Deira ao conquistador restaurou o reino da Nortúmbria; e por nove anos o poder de Oswaldo igualou-se ao de Eduíno”.

14. “O senhorio de Oswaldo se estendeu sobre a Grã-Bretanha de forma tão ampla quanto o de Eduíno, seu antecessor. As pessoas viam nele, mais do que em Eduíno, alguma pálida semelhança com os imperadores mais antigos. Com efeito, certa vez um escritor da terra dos pictos chamou Oswaldo de ‘imperador de toda a Grã-Bretanha.’” “Em 642, Oswaldo liderou seu exército para a Ânglia Oriental para libertar esse reino do terrível domínio de Penda, rei da Mércia. A batalha foi travada em Maserfield; Oswaldo foi derrotado e morto; e por 13 anos, Penda permaneceu supremo na Grã-Bretanha. Osvio, irmão mais novo de Oswaldo, conseguiu o reinado da Nortúmbria. Em 655, os nortumbrianos enfrentaram mais uma vez Penda “no campo de Winward, em Leeds”. Penda foi morto e, por causa de uma grande chuva que inundou o rio sobre o qual os mércios deveriam fugir, apenas um remanescente deles escapou; e a Nortúmbria, sob Osvio, correspondia à Inglaterra, posição igual à que ocupou sob Eduíno e Oswaldo. Isso continuou com Egfrido, que sucedeu a Osvio em 670 e cujo “reinado marca o ponto mais alto do poder da Nortúmbria”.

15. Egfrido, em 685, realizou uma expedição contra os pictos, mas foi morto, e seu exército foi aniquilado em uma batalha em Fife. Tal circunstância permitiu que os reinos do centro e do sul se libertassem do domínio da Nortúmbria. Mércia imediatamente recuperou todo o seu poder sobre toda a Grã-Bretanha Central, enquanto Wessex, sob Ine, de 688 a 714, ganhou o domínio completo sobre “toda a Grã-Bretanha ao sul do Tâmis”; e “a repulsa de Ine por um novo rei mércio, num encontro sangrento em Wodnesburh, em 714, parece ter estabelecido a divisão tríplice da raça inglesa entre três reinos de poder quase igual” – Nortúmbria, Mércia e Wessex. No entanto, Ine, em 726, fez uma peregrinação a Roma. Na sua ausência, a anarquia reinou em Wessex. Etelbaldo, o rei mércio, viu nisso sua oportunidade: ele penetrou no coração do reino da Saxônia Ocidental, e seu cerco e captura da cidade real de Somerton, em 733, colocaram um fim à guerra. Durante 20 anos, o domínio da “Mércia foi reconhecido por toda a Grã-Bretanha ao sul do rio Humber”. E como a anarquia reinava na Nortúmbria, o reino da Mércia tornou-se, de fato, o reino da Inglaterra. Isso, porém, durou pouco tempo; em uma

<sup>7</sup> *Larger History of the English People*, cap. 2, par. 16, 17.

batalha desesperada em Burford, em 753, “uma vitória decidida libertou Wessex do jugo mércio. Quatro anos depois, em 757, sua liberdade foi mantida por uma nova vitória em Secandum”.

16. Wessex recuperou a independência, mas isso foi tudo; pois Etelbaldo, morto na batalha de Secandum, foi imediatamente sucedido por Ofa, sob cujo longo reinado, 757-796, a Mércia “recuperou quase por completo seu antigo domínio”. Ofa “é o maior nome da história da Mércia”; e sua posição “foi tão elevada quanto a de qualquer rei inglês antes da união final dos reinos. De certa forma, superou a de qualquer um deles. Ofa chegou a ocupar uma posição não apenas como britânico, mas também como europeu, e isso porque o poderoso Carlos Magno mantinha correspondência com ele como se fosse seu igual. Isso ocorreu antes que Carlos Magno se tornasse imperador pelo papa. E quando ele manifestou disposição para tratar o rei da Mércia como menos que igual, houve ameaça de guerra entre eles. E depois que Carlos Magno se tornou imperador de Roma, Cenulfo, sucessor de Ofa, 797-819, “deixou claro que nem o bispo de Roma nem o imperador de Roma tinham jurisdição no reino da Mércia”.<sup>8</sup>

17. A essa altura, Wessex havia empregado sua independência com tanta maestria que havia não somente recuperado seu poder sobre “toda a Grã-Bretanha ao sul do Tâmis”, mas o havia também ampliado e firmemente estabelecido. A Mércia foi obrigada a reconhecer isso; e Cenulfo só pôde preservar o reino imediato da Mércia como o recebeu. Assim, “no final do 8º século, a tendência dos povos ingleses em direção a uma unidade nacional ficou totalmente reprimida. O trabalho da Nortúmbria havia sido frustrado pela resistência da Mércia; o esforço da Mércia havia fracassado diante da resistência de Wessex. Uma divisão tríplice parecia ter se estampado na terra; e tão completo era o equilíbrio de poder entre os três reinos que nenhuma sujeição de um ao outro parecia passível de fundir as tribos inglesas em um povo inglês” (*Green*).<sup>9</sup>

18. No entanto, naquele mesmo momento, estavam tomando forma em Wessex os elementos que logo desenvolveram um poderoso impulso em direção a uma unidade nacional e que, na primeira parte do 10º século, com pequenos retrocessos nesse ínterim, culminou na união efetiva de toda a Inglaterra sob um rei apenas. Entre os queixosos rivais da realeza de Wessex, após a recuperação de sua independência em 757, havia um certo Egberto. O rei que foi eleito em 786 tentou matá-lo, sendo obrigado a fugir completamente do reino. Ele primeiro se refugiou com Ofa. O rei de Wessex exigiu que ele fosse entregue. Ofa recusou; mas como ele não podia mais abrigar Egberto sem lhe trazer problemas contínuos nos negócios do reino, ele se recusou a garantir-lhe mais proteção. Então Egberto escapou para o continente europeu e, em 787, encontrou refúgio na corte de Carlos Magno. Lá ele desfrutou dos muitos privilégios e benefícios da escola palaciana de Carlos Magno. No ano de 800, Edburga, a esposa do rei de Wessex, preparou uma bebida envenenada para um jovem amigo do marido; mas ele e o marido beberam e ambos morreram. Então Edburga, sendo obrigada a fugir, também se refugiou na corte de Carlos Magno. A chegada dela trouxe a Egberto a informação de que o trono de Wessex estava vago. Ele imediatamente retornou a Wessex e foi prontamente escolhido para o reinado. “Os dias de glória da

<sup>8</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo “England”, seção “Offa and Charles”.

<sup>9</sup> *Larger History of the English People*, cap. 2, último par.

Nortúmbria e os dias de glória da Mércia haviam passado. Agora haviam chegado os dias de Wessex. O reinado de Egberto (802–837) foi suficiente para colocar Wessex para sempre à frente dos poderes da Grã-Bretanha.”<sup>10</sup>

19. A primeira façanha de Egberto como rei foi a conquista da Cornualha, “o último fragmento do reino britânico no sudoeste”. Em 825, o rei da Mércia invadiu o território de Egberto, mas na batalha travada em Ellendun, os saxões ocidentais foram vitoriosos. Essa vitória confirmou a Egberto toda a Inglaterra ao sul do Tâmis; e também encorajou os anglos orientais a se revoltar contra o rei da Mércia. Os anglos orientais foram vitoriosos em duas grandes batalhas; e isso, por sua vez, enfraqueceu o rei da Mércia a ponto de encorajar Egberto a se aventurar, mesmo através do Tâmis, em uma invasão da Mércia. Isso ele fez “em 827, e o reino de Penda e Ofa se curvou sem luta ao conquistador”. Mas Egberto não parou com a conquista da Mércia: ele marchou em direção ao Norte. Não fazia muito que a Nortúmbria havia sido aterrorizada por uma invasão de dinamarqueses e se mostrado incapaz de lhes resistir sozinhos. “Seus guerreiros encontraram Egberto em Derbyshire e conquistaram a supremacia de Wessex”; e, “com a submissão da Nortúmbria, o trabalho que Osvio e Eitelredo haviam deixado de realizar se concretizou, e toda a raça inglesa foi pela primeira vez unida sob um único governo” (*Green*).<sup>11</sup>

20. Essa invasão dinamarquesa da Nortúmbria foi apenas parte do grande movimento dos dinamarqueses nesse século, que chegou até a França e criou a Normandia e continuou na Grã-Bretanha até cobrir praticamente toda a terra ocupada pelos ingleses. Egberto derrotou um exército deles que partiu da Irlanda e invadiu a terra, e os reprimiu até sua morte em 839. Ele foi sucedido imediatamente por seu filho, Etelvulfo. Os dinamarqueses voltaram e foram “derrotados somente depois de árduas lutas”. Mas uma vitória final em Aclea em 851 “conquistou a paz para a terra durante os reinados curtos e sem intercorrências de seus filhos, Etelbaldo e Etelberto. Mas a tempestade do norte explodiu com força total na Inglaterra quando um terceiro filho, Etelredo, seguiu seus irmãos no trono. Os nórdicos já haviam se estabelecido na costa da Irlanda e na costa da Gália; eles eram senhores do mar; e vindos do Oeste e do Leste, chegaram à costa da Grã-Bretanha. Enquanto um exército proveniente da Irlanda arremeteu contra o reino escocês ao norte do estuário de Forth, outro da Escandinávia desembarcou em 866 na costa da Ânglia Oriental, sob Uba, e marchou no ano seguinte contra York. Uma vitória sobre dois pretendentes da coroa permitiu que os piratas tivessem a Nortúmbria, e seus dois exércitos se uniram em Nottingham, em 868, para um ataque ao reino mércio. A Mércia foi salva por uma marcha do rei Etelredo para Nottingham, mas a paz que ele fez ali com os nórdicos deixou-os à vontade para se prepararem para invadir a Ânglia Oriental, cujo rei Edmundo, trazido prisioneiro diante dos líderes nórdicos, foi amarrado a uma árvore e morto a tiros com flechas. [...] Com ele encerrou a linhagem de reis vassalos da Ânglia Oriental; pois seu reino não foi apenas conquistado, mas dividido entre os soldados do exército pirata, e o líder deles, Gutrum, assumiu a coroa.”<sup>12</sup>

21. Por essas vitórias dos dinamarqueses, o poder de Wessex, ao norte do Tâmis, foi novamente destruído por completo. E “a perda dos reinos vassalos deixou Wessex frente a frente

<sup>10</sup> *Encyclopedia Britannica*, artigo “England”, seção “Supremacy of Wessex”.

<sup>11</sup> *Larger History of the English People*, cap. 3, par. 2, 3.

<sup>12</sup> *Ibid.*, par. 4.

com os invasores. Chegara a hora de lutar, não pela supremacia, mas pela vida. Até o momento a terra parecia paralisada pelo terror. Com exceção de sua única marcha em Nottingham, o rei Etelredo não fez nada para salvar seus reinos vassallos da ruína. Mas tão logo os piratas abriram caminho acima do Tâmsa para Reading em 871, os saxões ocidentais, atacados em seu próprio solo, se viram em grandes apuros. Um ataque desesperado expulsou os nórdicos de Ashdown nas alturas que davam para o vale do Cavalo Branco, mas o acampamento na península entre o Kennet e o Tâmsa se mostrou inexpugnável. Etelredo morreu no meio da luta, e seu irmão Alfredo, tendo-se tornado rei, comprou a retirada dos piratas e alguns anos de pausa para tomar fôlego em seu reino. Foi fácil para o olhar rápido de Alfredo ver que os nórdicos haviam se retirado simplesmente com o objetivo de ganhar uma posição mais firme para um novo ataque. De fato, mal haviam passado três anos, e a Mércia foi invadida, e seu rei vassallo expulso para além-mar para dar lugar a um rei súdito dos invasores. De Repton, metade do exército deles marchou para o Norte, para o rio Tyne, enquanto Gutrum levou o resto ao seu reino, a Ânglia Oriental, para se preparar para um ataque a Wessex, no ano seguinte.”<sup>13</sup>

22. A partir de 874, a Nortúmbria e a Mércia ficaram inteiramente sob o domínio dos dinamarqueses. Em 877, Alfredo derrotou uma parte importante do exército deles em sua região e forçou a rendição de outra. Em sua rendição, eles se comprometeram a deixar Wessex, o que fizeram. Mas a chegada de uma nova horda de conterrâneos fez com que esquecessem seu juramento. Assim, no início de 878, todo o duplo exército novamente “marchou devastando a terra. A surpresa de Wessex foi completa, e, durante um ou dois meses, o pânico geral não deixou esperanças de resistência. Alfredo, com seu pequeno grupo de seguidores, conseguiu apenas se jogar em um forte erguido às pressas na ilha de Athelney, entre os pântanos do rio Parret, uma localização da qual podia observar de perto a posição de seus inimigos. Mas assim que a primavera despontou, ele chamou os guerreiros [*thanes*]<sup>14</sup> de Somerset para estarem sob seu pendão; e ainda reunindo tropas enquanto se movia, marchou através de Wiltshire contra os nórdicos. Encontrou o exército deles em Edington, derrotou-o em uma grande batalha e, após um cerco de 14 dias, obrigou-os a se render e a se comprometer com um solene tratado de paz em Wedmore, em Somerset.

23. “Na forma, o tratado de paz de Wedmore parecia uma rendição da maior parte da Grã-Bretanha aos seus invasores. Toda a Nortúmbria, toda a Ânglia Oriental, toda a Inglaterra central a leste de uma linha que se estendia da foz do Tâmsa, ao longo do Lea até Bedford, daí ao longo do Ouse até a Watling Street e da Watling Street a Chester, tudo isso ficou sob o domínio dos nórdicos. Em todo esse território sob a jurisdição dinamarquesa – o *danelaw*, como era chamada –, os conquistadores se estabeleceram entre a população conquistada como senhores do solo, de forma densa no norte da Grã-Bretanha e mais espalhada nos distritos centrais; mas em toda parte guardando zelosamente seu antigo isolamento e reunindo-se em ‘*heres*’ ou exércitos separados em volta das cidades, que só estavam ligadas por meio de confederações amistosas. De fato, a paz salvou pouco mais que o próprio reino de Wessex. Mas, ao salvar Wessex, salvou a Inglaterra. O feitiço de terror foi quebrado. A maré da invasão mudou. Deixando uma atitude de ataque, os nórdicos recua-

<sup>13</sup> *Ibid.*, par. 4.

<sup>14</sup> Na Inglaterra primitiva, homens livres que prestavam serviço militar em troca da propriedade de terras concedidas por um rei ou lorde.

ram para uma atitude de defesa. Todo o reinado de Alfredo foi uma preparação para uma nova luta que arrancaria novamente dos piratas a terra que haviam conquistado.”<sup>15</sup>

24. Essa paz continuou até 893, período em que Alfredo fortaleceu continuamente as defesas de seu reino. Ele construiu uma forte frota e reuniu todos os homens livres de seu reino em um exército organizado. Ele tinha um filho e uma filha, Eduardo e Etelfleda, que cresceram e se tornaram guerreiros eficientes. Etelfleda era casada com Etelredo, “um ealdormano<sup>16</sup> da antiga linhagem real”, também guerreiro capaz. Isso permitiu que Alfredo tivesse três fortes apoiadores na consolidação do seu poder de defesa contra os dinamarqueses. Etelfleda e Etelredo, seu marido, tornaram-se senhor e dama da porção da Mércia pertencente a Alfredo. Quando em 893 houve uma nova invasão da terra pelos dinamarqueses, tanto por terra como por mar, Alfredo enfrentou a frota deles e a manteve na baía, enquanto “Eduardo e Etelredo capturaram o exército deles perto do Severn e o derrubaram com um vasto massacre em Buttington. Alfredo conseguiu se manter tão bem que, em 897, os invasores mais recentes se retiraram, e os dinamarqueses, que moravam na terra, renovaram a paz, que continuou por 13 anos.

25. Alfredo morreu em 901 e foi sucedido por seu filho Eduardo. Em 910, houve uma nova revolta dos dinamarqueses que habitavam na Inglaterra. Etelredo, o senhor da Mércia, já estava morto, o que fez com que Etelfleda se tornasse a governante da Mércia. Ela entrou em campo e teve tanto sucesso em todos os lugares que ganhou de volta tudo o que havia composto o reino completo da Mércia. Eduardo, por sua vez, repeliu a invasão de outro novo bando de dinamarqueses e colocou a Ânglia Oriental sob seu poder. Etelfleda morreu em 918. Eduardo imediatamente anexou a Mércia a seu domínio e conduziu seus exércitos em triunfo até o Humber. Assim, “em 924, todo o Norte repentinamente se deitou a seus pés. Não apenas a Nortúmbria, mas os escoceses e os bretões de Strathclyde ‘o escolheram como pai e senhor’”.

26. Eduardo, O Invicto, morreu em 925 e foi sucedido por seu filho Etelstano até 940, quando este morreu e foi sucedido por seu filho Edmundo até 946, quando foi morto por um ladrão, sendo sucedido por seu irmão Edredo. “Sob Etelstano, a Nortúmbria foi incorporada, e o reino que se formou de imediato, tendo um único rei da Inglaterra, chegou até o rio Forth. Ainda assim ele e seus dois sucessores tiveram que lutar contra intermináveis revoltas e reis rivais na Nortúmbria. O território dinamarquês foi conquistado e perdido e conquistado novamente repetidas vezes, até que finalmente, sob Edredo, a Nortúmbria foi finalmente incorporada e governada, às vezes por um único conde, às vezes por dois, todos nomeados pelo rei.”<sup>17</sup> Com a submissão da Nortúmbria em 954, o trabalho de conquista se completou. Por mais obstinada que tivesse sido a luta do nórdico, ele finalmente foi derrotado. A partir do triunfo final de Edredo, toda resistência chegou ao fim.”

27. “O reino da Inglaterra estava formado agora. A primeira metade do 10º século, assim, deu aos reis saxões ocidentais uma posição na Grã-Bretanha nunca antes desfrutada por nenhum rei inglês de qualquer outro reino. Dominantes em sua própria ilha, reivindicando e,

<sup>15</sup> *Ibid.*

<sup>16</sup> Na Inglaterra anglo-saxã, ealdormano era um título que designava oficiais de alta posição da coroa que exerciam funções judiciais, administrativas e militares.

<sup>17</sup> *Encyclopedia Britannica, Ibid.*, “The Imperial Claima”.

sempre que podiam, exercendo uma supremacia sobre os outros príncipes da ilha, sua posição no mundo insular da Grã-Bretanha era análoga à posição dos imperadores ocidentais na Europa continental. Era, de fato, uma posição imperial. Como tal, foi marcada pelo orgulho dos títulos imperiais *monarca*, *imperador*, *basileu*, *Augusto* e até *César*. Esses títulos pretendiam ao mesmo tempo afirmar a supremacia imperial dos reis ingleses dentro de seu próprio mundo e negar qualquer supremacia sobre a Grã-Bretanha por parte de qualquer um dos senhores do mundo continental.<sup>18</sup> [...] Contudo, por mais unificada, forte e gloriosa que a Inglaterra tenha permanecido nos anos centrais do 10º século, tal unidade, força e glória foram adquiridas em grande parte pela perda da antiga liberdade de seu povo.”<sup>19</sup>

28. Em 955, Edredo morreu e foi sucedido pelos dois filhos de seu irmão e predecessor, Edmundo. O filho mais velho, Eduíno, recebeu Wessex como rei da Inglaterra por direito, enquanto o mais novo, Edgar, recebeu a Nortúmbria e a Mércia como rei vassalo de Eduíno. Mas em 957, o reino foi de fato dividido nessas duas partes pelos mércios e nortumbrianos, declarando Edgar rei pleno e por direito próprio. No entanto, em 959, Eduíno morreu e Edgar conseguiu todo o domínio por direito próprio; e “sob o domínio de Edgar, a terra desfrutou 16 anos de paz sem paralelo e de inigualável prosperidade. Durante seu reinado, não se ouvia nenhuma palavra de invasão estrangeira, e os dois ou três distúrbios na ilha foram de leves consequências. [...] Em nenhum momento de nossa história inicial, a Inglaterra ocupou uma posição mais elevada no mundo em geral. E quando Otão, o antigo saxão, usou a coroa de Roma, e Edgar, o saxão ocidental, de alguma forma seu sobrinho, reinou sobre o império insular da Grã-Bretanha, o nome saxão alcançou o ponto mais alto de sua glória.”<sup>20</sup>

29. Edgar foi sucedido por seu filho Eduardo em 975, mas só pôde reinar quatro anos, pois, por instigação de sua madrasta Elfrida, foi assassinado em 979, e o filho de Elfrida, Etelredo II, foi colocado no trono, inaugurando, assim, “o reinado mais triste e vergonhoso” nos anais ingleses, que continuou por 37 anos. No segundo ano de seu reinado, 980, outra invasão dos dinamarqueses inundou a terra, e o dilúvio nunca cessou até que toda a Inglaterra fosse dominada pelos dinamarqueses, e um dinamarquês estivesse sobre o trono de toda a Inglaterra. “O rei insensato parece ter sido incapaz de qualquer plano de ação consistente ou vigoroso. Ele mostrava energia de vez em quando em empreendimentos desnecessários e infrutíferos; mas sob seu governo o reino nunca mostrou uma frente unida em direção ao inimigo comum. Sua única política, a única política de seus conselheiros covardes ou traiçoeiros, era a política autodestruidora de comprar os invasores com dinheiro.

30. “Os invasores são enfrentados em Londres, em Maldon, em Exeter, com o maior coragem e estratégia por parte dos líderes e pessoas de determinadas cidades e distritos, mas são sempre cidades e distritos isolados que resistem. Tais esforços locais foram naturalmente infrutíferos; a força local é derrotada por números superiores ou, se vitoriosa, não tem, por falta de aliança com outras partes do reino, nenhum meio de dar prosseguimento à vitória. Por meio de uma guerra como essa, realizada ano após ano, a nação finalmente perdeu o ânimo e o seu rei. Os ciúmes

<sup>18</sup> O império romano oriental ou bizantino e o Sacro Império Romano.

<sup>19</sup> *Encyclopædia Britannica, Ibid.*

<sup>20</sup> *Encyclopædia Britannica, Ibid.*, “Reign of Eadgar”.



locais, abafados sob o vigoroso domínio dos reis anteriores, agora afloravam novamente. Diz-se, com toda ênfase, que “um condado não ajudava o outro”. Sob esse reinado, os esforços dos melhores homens da terra foram frustrados, e as posições de maior poder caíram para os piores homens. Os sucessivos conselheiros da Etelredo aparecem como uma sucessão de traidores, que venderam a ele e seu reino ao inimigo.” “Cabia ao Witan [o Conselho Inglês] passar decretos, mas era dever do rei colocá-los em vigor; e sob Etelredo nada de bom nunca foi posto em vigor.”

31. Em 991, uma nova onda do dilúvio dinamarquês varreu a terra. No entanto, dessa vez não foram apenas os dinamarqueses que vieram. Até o rei norueguês, Olavo Tryggvason, estava entre eles. Em 994, outra onda varreu a terra condenada. Os exércitos nórdicos foram liderados pelo rei Olavo, da Noruega, e pelo rei Swegen, da Dinamarca. As forças de Londres derrotaram os que invadiram aquela parte da terra; mas Etelredo comprou a paz com dinheiro. No entanto, a paz não foi mantida, exceto por uma parte deles; e durante oito anos a guerra continuou com novas invasões por parte dos dinamarqueses, seguidas de novos pagamentos por parte do rei, até 1002, quando foi feita uma tentativa de livrar a Inglaterra dos dinamarqueses por meio de um massacre geral no dia de São Brice, em 13 de novembro.

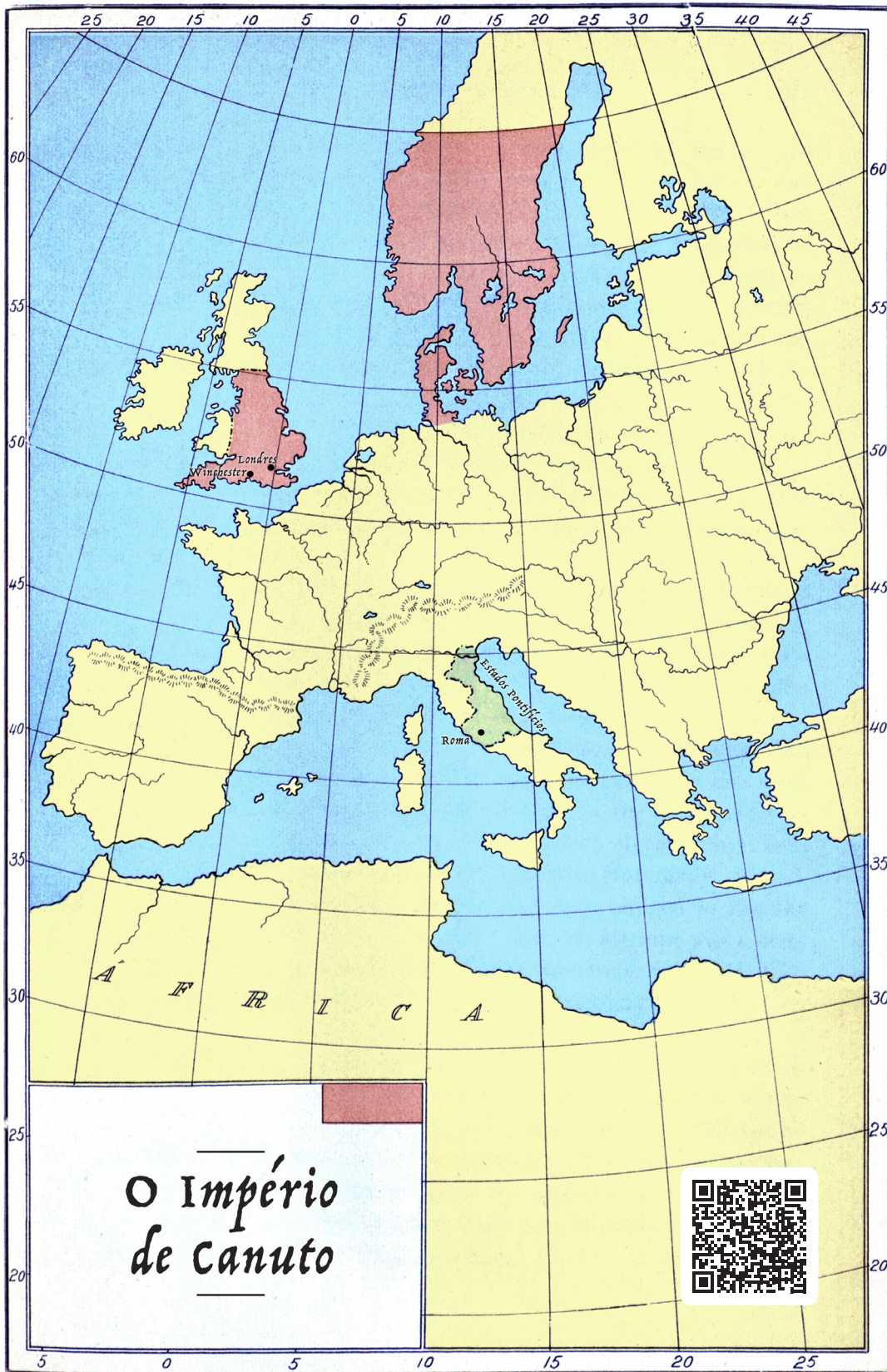
32. Etelredo também entrou em rixa com o duque Ricardo da Normandia; mas nesse mesmo ano, 1002, ele selou a paz com Ricardo e também esperava fortalecer seu reino ao receber em casamento Ema, filha do duque Ricardo da Normandia. “Casamento e assassinato, no entanto, provaram fracas defesas contra Swegen. Sua frota alcançou a costa em 1003 e, durante quatro anos, marchou por toda a extensão do sul e leste da Inglaterra, ‘acendendo seus faróis de guerra enquanto passava’ pelas fazendas e cidades em chamas. Depois, por um suborno vultoso, ele se retirou, para se preparar para uma investida posterior e mais terrível. Mas não houve descanso para o reino. O mais feroz dos condes [*jarls*] noruegueses tomou o seu lugar, e de Wessex a guerra se estendeu pela Mércia e Ânglia Oriental. [...] Swegen retornou em 1013. A guerra foi terrível, mas curta. Em todos os lugares o país era atormentado sem piedade, igrejas saqueadas, homens massacrados. Com a única exceção de Londres, não houve tentativa de resistência. Oxford e Winchester abriram seus portões. Os guerreiros [*thanes*]<sup>21</sup> de Wessex se submeteram aos nórdicos em Bath. Até Londres foi finalmente forçada a ceder e Etelredo fugiu para um refúgio além-mar na Normandia” (*Green*).<sup>22</sup> “O rei dinamarquês foi reconhecido como rei – embora escritores nativos optem por chamá-lo de tirano – por toda a Inglaterra.”<sup>23</sup>

33. Swegen morreu em 1014 e foi sucedido por seu filho Canuto, um jovem de 19 anos. O Conselho Inglês, ou Witan, no entanto, pediu a restauração de Etelredo. Etelredo retornou, causando uma guerra entre os dois reis. Em 1016, Etelredo morreu e foi sucedido por seu filho Edmundo, cognominado de “Braço de Ferro”. Foi um general capaz, tendo sucesso contra Canuto até que o caldormano Edrico da Mércia o abandonou no meio de uma grande batalha em Assandun, causando sua completa derrocada. O reino foi então dividido entre Edmundo e Canuto – Edmundo no sul e Canuto no norte. Edmundo, porém, morreu pouco depois e Canuto, tanto por seu poder quanto por eleição formal, tornou-se rei de toda a Inglaterra. Foi coroado

<sup>21</sup> Ver par. 22, nota 72.

<sup>22</sup> *Larger History of the English People*, cap. 4, par. 10.

<sup>23</sup> *Encyclopedia Britannica*, *ibid.*, “Swegen Acknowledged as King”.



com legitimidade e governou até “como rei nativo”. “A Inglaterra não foi oprimida nem degradada sob seu domínio. Seu governo e suas leis foram moldados segundo o padrão dos reis antigos. Ele enviou para casa seu exército dinamarquês, mantendo apenas um corpo de guardas escolhidos, os famosos *huscarls*. Estes formaram o primeiro exército permanente conhecido na Inglaterra, um corpo de homens escolhidos, dinamarqueses, ingleses ou homens valorosos de qualquer parte. Canuto destituiu aos poucos os dinamarqueses que ele havia a princípio estabelecido em altos cargos, colocando no lugar sucessores ingleses. Ele elevou um inglês, o renomado Goduíno, a uma posição inferior apenas à da realeza, com o novo título de conde dos saxões ocidentais.

34. “Nas suas relações exteriores, a Inglaterra, sob o rei dinamarquês, não era de forma alguma subordinada à Dinamarca. A Inglaterra era o centro, Winchester era a cidade imperial de um império do Norte, que rivalizava com os do Leste e do Oeste. Canuto, deve-se lembrar, foi escolhido para a coroa da Inglaterra, antes de tudo, ainda muito jovem. A essa coroa ele acrescentou a coroa da Dinamarca, pela morte ou deposição de seu irmão Haroldo. Ele ganhou do rei Olavo a Noruega, que se revoltara contra seu pai; e ele parece ter estabelecido seu poder sobre parte da Suécia e outras partes das terras do Báltico. Mas todas essas foram aquisições feitas por alguém que já era ‘rei de toda a Inglaterra’; foram amplamente conquistadas pela bravura inglesa; e a queixa na Dinamarca e em outros lugares era a de que Canuto havia subordinado seu reino do Norte à Inglaterra e preferia os ingleses aos nativos para altos cargos.

35. “Em casa, após os primeiros anos de seu reinado, seu governo foi de perfeita paz. “Em 1028, ele escreveu: ‘Prometi a Deus levar uma vida correta em todas as coisas, governar de maneira justa e piedosa meus reinos e negócios e administrar um justo julgamento a todos. Se, até agora, fiz algo além do que era bom, quer por obstinação ou negligência da juventude, estou pronto, com a ajuda de Deus, para corrigi-lo completamente. Nenhum oficial da realeza, por medo do rei ou a favor de alguém, deve consentir com a injustiça, ninguém deve cometer qualquer mal aos ricos ou aos pobres, para que desfrutem da minha amizade e preservem o próprio bem-estar. Não preciso que dinheiro seja acumulado por exigências injustas. Enviei esta carta diante de mim para que todas as pessoas do meu reino se regozijem na minha boa conduta; pois, como sabem, nunca poupei, nem pouparei, qualquer esforço para prover o que é necessário e bom para o meu povo.’ Em 1031, o reinado de Canuto se consumou por todo o norte quando o rei escocês prestou “ampla homenagem ao rei de toda a Inglaterra.”

36. Canuto morreu em 1035. Ele havia nomeado como seu sucessor na Inglaterra Hardacanuto, seu filho de Ema, a viúva de Etelredo, com quem, no início de seu reinado, havia se casado, embora ela devesse ter quase o dobro da sua idade. Mas havia outro filho chamado Haroldo, que foi apoiado em suas reivindicações ao reino pela Mércia e a Nortúmbria. Os saxões ocidentais, com Goduíno e Ema, de acordo com a vontade de Canuto, aceitaram Hardacanuto. A guerra foi impedida por um decreto do conselho nacional, dividindo o reino entre os dois. Hardacanuto permaneceu na Dinamarca, e os saxões ocidentais o depuseram e reconheceram Haroldo. Também veio da Normandia Alfredo, filho mais velho de Etelredo, que, em 1016, foi obrigado a fugir do reino devido ao ódio e desconfiança de Canuto. Mas sua tentativa foi um fracasso completo. Ele e seus companheiros caíram nas mãos de Haroldo. Seus companheiros foram todos mortos, ele próprio cegado, morrendo logo depois.

37. Em 1040, o próprio Haroldo morreu; e Hardacanuto, por direito e por escolha nacional, tornou-se novamente rei, desta vez rei de todo o reino. Mas seu reinado agora foi curto, pois morreu em 1042. A nação inglesa então escolheu Eduardo, o segundo filho de Etelredo, que havia fugido para a Normandia. “Suas virtudes monásticas conquistaram a reputação de santo e o título de ‘Confessor’; mas nenhum homem poderia estar menos preparado para usar a coroa da Inglaterra em tal época.” Foi principalmente pela influência de Goduíno que Eduardo foi escolhido para o reinado. Ele se casa então com a filha de Goduíno, de quem recebe honra adicional ao ele nomear os filhos de Eduardo para condados.

38. Eduardo ofendeu em grande medida o povo inglês ao trazer consigo da Normandia um grande número de favoritos normandos e colocá-los em todos os lugares que podia. Seu principal favorito era um monge normando, a quem ele fez primeiro bispo de Londres e, logo em seguida, arcebispo da Cantuária. Esses favoritos normandos logo se tornaram tão insolentes e insuportáveis que Goduíno e seus filhos, em nome da nação, pegaram em armas contra eles. Goduíno foi induzido a submeter sua causa ao Conselho Nacional, que decidiu contra ele, forçando o banimento dele e de seus filhos. Mas dentro de um ano, em 1050, eles retornaram com um exército. Os ingleses estavam agora tão cansados da arrogância dos favoritos normandos do rei, que receberam Goduíno com alegria. O rei reuniu um exército para enfrentá-lo, mas o exército se recusou a lutar. A assembleia nacional novamente considerou a causa de Goduíno e banuiu o arcebispo normando da Cantuária, com um grande grupo de outros normandos.

39. Em 1053, o grande conde Goduíno morreu e foi sucedido por seu filho Haroldo para ocupar sua elevada posição no reino. No início de 1066, o rei Eduardo morreu enquanto a assembleia nacional estava em sessão. Eduardo não tinha filhos e, no leito de morte, recomendou Haroldo como seu sucessor. A assembleia nacional aceitou a recomendação, e Haroldo foi legitimamente escolhido e coroado rei da Inglaterra, reinando como Haroldo II.

## A INVASÃO NORMANDA

40. Em 1035, morre o duque Roberto da Normandia, e seu filho Guilherme, o sucessor, não passava de uma criança de 7 ou 8 anos de idade. Ele era o sexto duque da Normandia e, por parentesco, o quinto em descendência direta de Rolfo, ou Rolão, o chefe dinamarquês que recebeu de Carlos, o Simples, o ducado da Normandia. Quando alcançou a idade de 20 anos, ele havia firmemente estabelecido sua autoridade na Normandia; de fato, aos 36 anos já havia conquistado a posse dos condados do Maine e da Bretanha e “ocupava o primeiro lugar entre os príncipes da França”. Em 1051, Guilherme fez uma visita ao Rei Eduardo da Inglaterra, e depois disso sempre alegou que, naquela época, Eduardo lhe tinha prometido a coroa da Inglaterra quando morresse. Ele alegava ainda que, quando Eduardo foi uma criança banida na Normandia, ele dissera a Guilherme que, se alguma vez se tornasse rei da Inglaterra, Guilherme seria seu sucessor. Além disso, por volta de 1065, quando Haroldo era o principal súdito da Inglaterra, ele viajara para a Normandia, mas, devido a uma tempestade, foi desviado de seu curso direto, naufragando perto da foz do Somme, no território do conde de Ponthieu, que não estava disposto a deixá-lo ir sem um resgate. Guilherme pagou o resgate, e assim Haroldo foi em segurança para

a corte de Guilherme. Guilherme lhe contou a respeito da promessa que Eduardo havia feito e perguntou a Haroldo se ele o apoiaria em suas reivindicações com base na promessa. Haroldo consentiu, mas Guilherme pediu um juramento, e Haroldo também fez isso.

41. E agora, em 1066, quando Guilherme soube que o próprio Haroldo havia recebido a coroa da Inglaterra, sem nenhum reconhecimento ou sequer menção de qualquer uma de suas reivindicações, ele determinou que teria o reino de qualquer maneira. Ele primeiro enviou um emissário a Roma, para obter a sanção do papa. Guilherme se valeu do juramento de Haroldo para apoiá-lo em suas reivindicações ao reinado da Inglaterra sob as promessas de Eduardo. Usando de malícia, ele havia conseguido o juramento de Haroldo sobre as relíquias dos santos. E agora, desejando a sanção do papa para seu empreendimento, acusou de perjúrio e terrível blasfêmia a conduta de Haroldo ao desconsiderar um juramento prestado sobre as santas relíquias. Ele até pediu ao papa que colocasse toda a Inglaterra sob interdito por ela ter escolhido um homem como esse para ser rei e também porque a nação havia expulsado o arcebispo da Cantuária, que havia recebido a consagração de Roma. Hildebrando era na época arqui-diácono na corte papal. Ele aprovou as reivindicações de Guilherme, e, por sua influência, o papa também apoiou a causa de Guilherme. Assim, Guilherme “conseguiu disfarçar seus planos sob o pretexto de uma cruzada para atacar a Inglaterra com armas temporais e espirituais”. Dessa forma, sentindo-se seguro de seu empreendimento e tendo o apoio do papado, Guilherme emitiu “uma proclamação que, amparado pelo santo pai da cristandade, que lhe enviara uma bandeira consagrada, Guilherme, duque da Normandia, estava prestes a exigir, à força de armas, sua legítima herança da Inglaterra; e que todos os que o servissem com lança, espada ou arco, seriam amplamente recompensados. Com essa convocação, reuniram todos os aventureiros da Europa Ocidental. Eles vieram em multidões de Maine e Anjou, de Poitou e Bretanha, de Aquitaine e Borgonha, da França e da Flandres. Eles teriam terra; teriam dinheiro; casar-se-iam com herdeiras saxônicas; o soldado de infantaria mais humilde se tornaria um cavaleiro. Pouco antes do término do verão de 1066, os preparativos estavam concluídos. Uma grande frota se reuniu no início de setembro na foz do Dive” (*Knight*).<sup>24</sup>

42. Ao mesmo tempo, pairava sobre a Inglaterra outra invasão da Noruega. O rei da Noruega, nesse mesmo mês de setembro, desembarcou com um exército no que hoje é Yorkshire, derrotou as forças locais e, em 24 de setembro, conquistou a submissão do território imediatamente ao norte do Humber. Haroldo, marchando para encontrar os invasores, encontrou-os em 25 de setembro e os atacou em Stamford Bridge, perto da cidade de York. Na tarde de 27 de setembro, Guilherme, à frente de sua frota, começou a atravessar o Canal e, no início do dia 28 de setembro, desembarcou em Pevensey, na costa de Sussex. Haroldo, sabendo disso, mais uma vez trouxe seu exército o mais rápido possível para o Sul; e, em 14 de outubro, com suas forças de Wessex, Ânglia Oriental e Mércia, “enfrentou Guilherme e seu exército na colina de Senlac”, perto da cidade de Hastings, e não muito longe do local de seu desembarque. “Às nove horas, os normandos atravessavam o pequeno vale, com a bandeira papal levada adiante do duque.” O acampamento dos ingleses ficou fortalecido com uma trincheira e uma paliçada, e a princípio

<sup>24</sup> *History of England*, cap. 12, par. 15.

os ingleses tiveram sucesso. Eles repeliram os cavaleiros e os homens da infantaria normanda, e em certo momento houve um perigo de pânico tal entre os normandos que Guilherme foi obrigado a arrancar seu capacete, para que pudesse ser reconhecido com facilidade e, com a voz, reunir suas tropas. “Após uma luta de seis horas, Guilherme ordenou que seus homens batessem em retirada. Os ingleses ergueram um grito de triunfo e, quebrando suas fileiras, saíram correndo de sua posição dominante para a planície. Então a cavalaria normanda voltou-se sem pestanejar e um massacre terrível aconteceu. Haroldo tombou um pouco antes do pôr do sol – perfurado por uma flecha no olho direito. Sob o manto da noite, o restante do exército inglês fugiu, e a vitória de Guilherme foi completa.

43. Todos os irmãos de Haroldo haviam caído com ele na batalha; e da linhagem real legítima restava apenas um homem, um garoto chamado Edgar, com cerca de 10 anos, neto de Edmundo, Braço de Ferro. Esse menino foi escolhido pelo Conselho Nacional para ocupar a realeza. Mas o menino tinha bom senso suficiente para impedi-lo de oferecer resistência ao maior guerreiro da época, e ele próprio esteve à frente da delegação enviada pela assembleia nacional para oferecer a coroa a Guilherme. A viúva do falecido rei Eduardo submeteu-se a Guilherme e lhe entregou Winchester. A assembleia nacional “o escolheu como rei e o coroou em Westminster no dia de Natal. Assim, ele se tornou rei pela submissão dos principais homens, pelo direito de coroação e pela ausência de qualquer outro reclamante”. No entanto, ele tinha praticamente todo o território de seu reino a conquistar. Isso, no entanto, ele conseguiu com facilidade e nunca, depois da batalha de Hastings, foi obrigado a travar uma única batalha.

44. No entanto, embora grande parte do reino ainda tivesse que ser conquistada, Guilherme sentiu-se tão seguro em seu reino que, no mês de março, no ano seguinte, 1067, voltou à Normandia para cuidar dos assuntos de seus domínios no Continente. Seus oficiais, que ele deixou no comando na Inglaterra, tornaram-se tão detestáveis que, antes do final do ano, as revoltas chamaram Guilherme para a Inglaterra e dentro de dois anos ele assegurou o reconhecimento de seu poder em todo o reino. “No início de 1070, Guilherme passou em revista e dispensou seu exército em Salisbury. Na festa da Páscoa do mesmo ano, sendo agora rei em toda a Inglaterra, foi mais uma vez coroado com solenidade por legados de Roma.” Em 1072, ele “entrou na Escócia e recebeu a homenagem de Malcolm em Abernethy. Ele havia conseguido, assim, o império, bem como o reino vizinho de seus antecessores saxões ocidentais. No ano seguinte, empregou tropas inglesas no Continente para reconquistar o revoltado condado de Maine. Em 1074, ele se deu ao luxo de admitir Edgar, o rei rival por um momento, a seu favor”.<sup>25</sup>

45. Como dito anteriormente, Guilherme teve como base de sua reivindicação ao reino da Inglaterra a promessa de Eduardo de que Guilherme seria seu sucessor. E agora que ele realmente possuía o reino, sustentava que o reino era dele, por pleno direito, desde a morte de Eduardo. Com essa afirmação, concluiu que tudo o que havia sido feito no reino desde a morte de Eduardo era ilegal; que todos os que haviam lutado contra ele eram culpados de traição; que todos os que haviam apoiado Haroldo haviam lutado contra ele; e que, como a assembleia geral do reino tinha apoiado Haroldo, chegando até a coroá-lo como o novo rei após a morte de Ha-

<sup>25</sup> *Encyclopedia Britannica*, *ibid.*, “Progress of the Conquest”.

roldo, a nação inteira ficou, assim, envolvida no crime de traição. Quem quer que fosse culpado de traição, todas as suas terras e bens eram confiscadas para a coroa. E como todo o reino era culpado de traição, todas as terras e bens de todas as pessoas em todo o reino foram confiscadas para ele, e ele de fato reivindicou tudo como seu. Ele não removeu os proprietários originais de suas terras de forma indiscriminada em todos os lugares. Grande parte das terras ele entregou a novos proprietários, e algumas foram deixadas na posse dos proprietários originais. Mas, quer tenham as terras sido dadas a novos donos, quer tenham ficado na posse dos donos originais, todos eram obrigados a recebê-las como um presente direto do rei e a mantê-las continuamente subordinadas ao bel-prazer do rei, contentando-se com a posição de “homens” rei. “A única prova de propriedade legal era a concessão escrita do rei, ou outra evidência de que o proprietário havia sido posto em posse por ordem do rei.”

46. Para tornar esse sistema completo, Guilherme fez um levantamento de todas as terras de todo o reino e um censo de todas as propriedades e de seus proprietários. Tudo isso foi registrado em um livro – o valor das terras no momento em que a inspeção foi feita, o valor delas na época de Eduardo e o valor na data em que foi concedido ao seu último proprietário pela concessão do rei. No livro foi registrada a quantidade de pessoas que residiam na terra, como inquilinos ou agregados; a quantidade de animais, etc., etc. E visto que o registro nesse livro era o padrão de *decisão* sobre todas as questões ou disputas quanto à propriedade e pelo fato de o testemunho dele ser *final* em todos os casos, o livro se chamava *Doomsday Book* – Livro do Juízo Final –, de *doom*, decreto, lei, julgamento ou decisão. Esse registro foi concluído em 1086; e então “Guilherme reuniu todos os proprietários de terras de seu reino, grandes e pequenos, fossem inquilinos chefes ou inquilinos de um senhor intermediário, e fez com que todos se tornassem seus homens”. E assim o rei normando não era apenas o chefe do Estado, mas “também o senhor pessoal de todo homem em seu reino”. Essa minúcia em relação a pessoas e propriedades fez com que a autoridade do rei fosse respeitada em toda parte e em todo o reino; e “a boa paz que ele instaurou na terra” era tal “que um homem poderia cruzar seu reino com o peito cheio de ouro”.

47. Em janeiro de 1087, Guilherme foi novamente à Normandia, com o objetivo específico de resolver uma disputa sobre algum território normando que o rei da França havia tomado. No mês de agosto, seus exércitos haviam tomado a cidade de Mantes; e quando Guilherme cavalgou entre as ruínas fumegantes, seu cavalo tropeçou e caiu, e por causa disso Guilherme sofreu um ferimento do qual morreu em 9 de setembro. Ele deixou três filhos. O mais velho, Roberto, estava na corte da França; os outros dois, Guilherme e Henrique, estavam com ele no momento de sua morte. Para o mais velho, ele deixou a herança da Normandia; para Guilherme, deu seu anel e o aconselhou a ir imediatamente para a Inglaterra e assumir a coroa; para Henrique, o caçula, legou 5 mil libras de prata. Guilherme chegou em segurança à Inglaterra e foi coroado em Westminster, em 26 de setembro de 1087. Ele é conhecido na história como Guilherme, o Ruivo. O elemento normando da Inglaterra era tão oposto a ele que chegaram a se revoltar; mas foi em vão, pois seus súditos ingleses o apoiaram com tanta lealdade que garantiram o sucesso dele contra toda oposição. Em 1096, seu irmão da Normandia, desejando participar da primeira cruzada, e não tendo fundos suficientes, tomou emprestada a quantia necessária de Guilherme da Inglaterra e deu a Normandia como hipoteca pelo reembolso do dinheiro. Uma parte do

ducado se rebelou. Guilherme foi até lá e reprimiu a rebelião. Em 1098-99, conquistou também o Maine. Pouco depois, retornou à Inglaterra e, em 2 de agosto de 1100, foi encontrado morto em New Forest, com uma flecha no peito; se foi atirada por um assassino ou acidentalmente por um caçador, nunca foi descoberto.

48. Henrique, seu irmão, cognominado Beauclerc, se apoderou de imediato do reino. O elemento normando do reino se opôs a ele, como se opuseram a Guilherme, o Ruivo; mas a assembleia nacional o elegeu por unanimidade e prontamente o coroou. Além disso, para manter os afetos de seus súditos ingleses, casou-se com uma dama de sangue inglês – Edite, filha do rei da Escócia, cuja mãe era irmã do último rei Edgar e neta do rei Edmundo, Braço de Ferro. Ela mudou seu nome para Matilde. “E o grito da multidão inglesa, quando ele colocou a coroa na testa de Matilde, afogou o murmúrio de clérigos e barões. A zombaria dos nobres normandos, que apelidaram o rei e sua esposa de Godric e Godgifu – nomes anglo-saxões comuns –, ficou perdida em meio à alegria do povo em geral. Pela primeira vez desde a conquista, um soberano inglês sentou-se no trono inglês. O sangue de Cerdico e Alfredo deveria se misturar ao sangue de Rolfo e do Conquistador. Daí em diante era impossível que os dois povos permanecessem separados um do outro. Tão rápida, de fato, foi a união deles que o próprio nome normando desapareceu em meio século, e com a ascensão do neto de Henrique era impossível distinguir entre os descendentes dos conquistadores e os conquistados em Hastings” (*Green*).<sup>26</sup>

49. Logo depois disso, Roberto retornou das cruzadas e os nobres normandos da Inglaterra conspiraram para trazê-lo para a Inglaterra e lutar por esse reino. Ele veio com um exército, aportando em Portsmouth, mas Henrique conseguiu negociar com ele condições tão eficientes que, sem lutar, foi estabelecida uma paz, pela qual Roberto reconheceu Henrique como rei da Inglaterra e retornou aos seus devidos domínios no Continente. Lá, porém, ele governou tão mal seus territórios que seus súditos convidaram Henrique a vir e ser o rei deles. Em 1106, ele foi para a Normandia com um exército. A disputa culminou na batalha de Tinchebray, na qual Roberto foi derrotado e capturado, sendo mantido em cativeiro até sua morte em 1134. Assim, a Normandia foi conquistada e dominada pelo rei da Inglaterra, da mesma forma que, 40 anos antes, a Inglaterra havia sido conquistada e dominada por Guilherme da Normandia. “Durante o resto do reinado de Henrique, houve perfeita paz *na Inglaterra*; mas quase todo o tempo estava cheio de guerras continentais. As hostilidades entre a França e a Inglaterra, que eram muito tênues nos dias de Guilherme, o Ruivo, começaram a se intensificar. E devido às confusões, intrigas e guerra na França, iniciada agora por Henrique, a Inglaterra nunca se viu livre por 347 anos.

50. Em 1120, quando Henrique retornava com suas forças da Normandia para a Inglaterra, seu único filho, Guilherme, “cheio de alegria e vinho” e “com remadores e timoneiro enlouquecidos pela bebida”, mal saíra do porto quando seu navio bateu numa pedra e afundou instantaneamente. “Um grito terrível, ecoando no silêncio da noite, foi ouvido pela frota real, mas só foi pela manhã que a notícia fatal chegou ao rei. Austero como era, Henrique caiu sem sentido no chão e levantou-se para nunca mais sorrir outra vez” (*Green*).<sup>27</sup> Isso deixou o filho de seu irmão cativo, Roberto, como o verdadeiro herdeiro dos domínios de Henrique, tanto da

<sup>26</sup> *Larger History of the English People*, livro 2, cap. 2, par. 4.

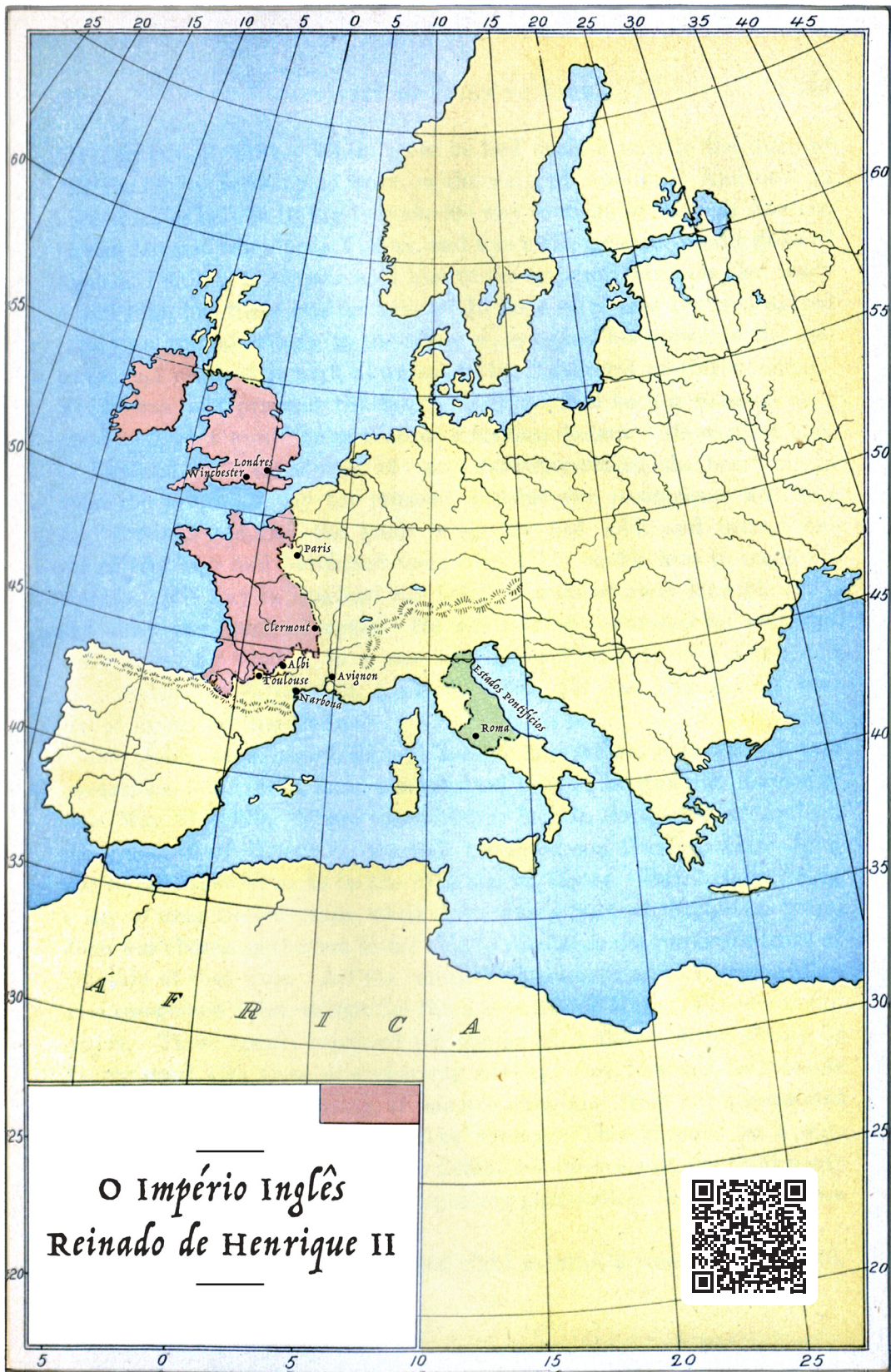
<sup>27</sup> *Ibid.*, par. 8.



Inglaterra quanto da Normandia. Mas decidiu não permitir que ele fosse seu sucessor. Henrique tinha uma filha, Maud, ou Matilde, que havia sido casada com o imperador Henrique V, mas que, com a morte do esposo, tinha retornado à Inglaterra e à casa de seu pai. E embora, até aquele momento, na história inglesa o reinado de uma mulher fosse desconhecido, Henrique, mesmo assim, decidiu que Matilde lhe sucederia no trono da Inglaterra. Conseqüentemente, enquanto ainda em vida, “coagiu sacerdotes e nobres a jurar lealdade a Matilde como a futura soberana deles”; e escolheu como marido dela a Godofredo, filho do conde de Anjou, na França.

51. Em 1135, Henrique morreu. Mas o acordo que ele havia feito para a sucessão de Matilde ao trono foi desconsiderado pela assembleia nacional, e Estêvão foi escolhido rei da Inglaterra. Estêvão era neto de Guilherme, o Conquistador, e, com o restante dos líderes da Inglaterra, havia prestado homenagem e jurado lealdade a Matilde como sucessora de Henrique. Tudo isso, no entanto, foi desconsiderado, e, sem oposição, Estêvão tornou-se rei da Inglaterra. Uma grande razão pela qual o acordo com Matilde não foi efetivado foi que o fato de ela ser rainha faria com que Godofredo de Anjou se tornasse, na prática, governante – sendo ele um absoluto estrangeiro. Isso nem ingleses nem normandos estavam dispostos a tolerar. No momento em que tudo isso ocorreu, Matilde não estava na Inglaterra, mas com o marido em Anjou; e quando souberam desses acontecimentos na Inglaterra, Godofredo apoderou-se da Normandia. Com esse prestígio adicional, e com um exército, Matilde invadiu a Inglaterra em 1139. Estêvão foi derrotado e capturado, em Lincoln, em 1141, e Matilde “foi recebida em toda a nação como a dama” da Inglaterra – eles não usavam a palavra rainha. No entanto, ela não foi coroada. Trouxe injúria à cidade de Londres, que se levantou contra ela. Numa troca de prisioneiros, Estêvão havia sido libertado. Durante 11 anos houve guerra civil, “um tempo de completa anarquia e destruição”, um “caos de pilhagem e derramamento de sangue”. Então, em 1153, foi feito um acordo entre o rei Estêvão e o filho de Matilde, Henrique, que agora era duque da Normandia. Por esse acordo, Estêvão reinaria enquanto vivesse, e então Henrique deveria ter o reino. Estêvão morreu no ano seguinte, e o acordo foi totalmente cumprido no que dizia respeito a Henrique; e assim ele chegou ao seu reino sem nenhuma oposição ou qualquer outra confusão.

52. Henrique II era agora, pelo direito de seu avô, Henrique I, rei da Inglaterra e duque da Normandia; na França, como herdeiro de seu pai, Godofredo, era o senhor dos condados de Anjou, Maine e Touraine; e, por meio de seu irmão, também da Bretanha; e agora, devido a seu casamento com Leonor, duquesa de Poitou, Aquitânia e Gasconha, ele recebeu com ela esses três condados, a principal porção do sul da Gália. Além de tudo isso, um dos primeiros eventos de seu reinado foi a concessão de uma bula do papa, dando a ele a Irlanda. Assim, no reinado de Henrique II, o império britânico abarcava a Irlanda, toda a Inglaterra e País de Gales ao sul do Forth e toda a França ocidental e central, desde o Canal da Mancha até a fronteira da Espanha. “Ao governar um vasto número de Estados distintos, diferindo amplamente em sangue, linguagem e tudo mais, governando sobre todos sem pertencer exclusivamente a nenhum, Henrique II, rei, duque e conde de todas as terras desde os Pirineus até a fronteira escocesa, foi o precursor do imperador Carlos V. “Seu pai, Godofredo, conde de Anjou, usava habitualmente em seu capacete um raminho de sorgo, chamado na língua nativa *planta genista*, o que lhe concedeu o apelido de *Plantageneta*,



que ficou ligado à sua casa. E assim Henrique II da Inglaterra se tornou o primeiro dos Plantagenetas, que governaram a Inglaterra por 331 anos, de 1154-1485.

53. Henrique II morreu em 1189 e foi sucedido por seu filho Ricardo, cognominado *Coeur de Lion* – Coração de Leão. Na sua ascensão, Ricardo estava ausente da Inglaterra, na posse de sua mãe no sul da Gália, e durante todo o seu reinado de dez anos esteve na Inglaterra apenas duas vezes, nas duas vezes só com o objetivo de ser coroado: primeiro, imediatamente após sua ascensão, no outono de 1189; segundo, em 1194, ao retornar das cruzadas. Em 1190, Ricardo partiu para sua cruzada; e para conseguir o dinheiro de suas despesas, vendeu tudo o que podia vender, com exceção do próprio reino. “Ele colocou à venda as terras da coroa; vendeu os cargos públicos; vendeu condados; vendeu a reivindicação de [seu pai] Henrique ao direito de homenagem por parte da coroa da Escócia. ‘Eu venderia Londres, se encontrasse um mascate’, exclamava. ‘A sala de audiência de Ricardo tornou-se um mercado aberto, no qual tudo o que o rei podia oferecer – tudo o que provinha da liberalidade da coroa ou de sua prerrogativa real – era entregue ao melhor mascate’” (*Knicht*).<sup>28</sup>

54. Embora em sua cruzada Ricardo estivesse quatro anos ausente de seus domínios, ele permaneceu apenas cerca de 16 meses na Palestina – 8 de junho de 1191 a 9 de outubro de 1192. Quando estava lá, havia dado um chute no duque da Áustria por se recusar a trabalhar nas muralhas de Ascalon. E agora, ao retornar, enquanto tentava disfarçar-se na Áustria, foi detectado perto de Viena, sendo feito prisioneiro pelo duque da Áustria, em 21 de dezembro de 1192, que o vendeu ao imperador, que também estava disposto a vendê-lo, mas não havia comprador. Na esperança de libertação, Ricardo concordou em prestar um tributo anual ao imperador, renunciou sua coroa ao imperador e a recebeu de volta como vassalo do “senhor da cristandade”. No entanto, foi mantido prisioneiro até 8 de março de 1194, quando foi libertado com um resgate que corresponderia hoje [1901] a um milhão de dólares. Ele foi imediatamente para a Inglaterra, em 12 de março: e apesar do alto custo que o resgate dele representou para o povo, sem qualquer recompensa, ele “retomou à força as terras que havia vendido e expulsou os funcionários públicos que haviam comprado seus cargos”, quando levantou fundos para sua cruzada. Sua permanência na Inglaterra foi breve. Partiu em 11 de maio de 1194 e nunca mais viu a Inglaterra. Ele foi mortalmente ferido por uma flecha enquanto sitiava Chaluz, em uma guerra contra o rei Filipe II da França, e morreu 12 dias depois, em 6 de abril de 1199. Foi imediatamente sucedido por seu irmão João.

55. João, apelidado de Sem-Terra, pois seu pai, com todas as suas vastas posses, não lhe deixou *terra*, foi coroado rei da Inglaterra na Festa da Ascensão, em 27 de maio de 1199. Havia um herdeiro mais próximo na pessoa de Artur, neto de Henrique II, por meio de seu terceiro filho Godofredo, ao passo que João estava muito distante na linha de sucessão, sendo o quinto filho de Henrique. Sendo Artur, no entanto, um garoto de apenas 12 anos, e João um homem de 32 anos, este foi escolhido como o mais capaz de cumprir as responsabilidades do reinado naquele momento. Todas as possessões continentais da Inglaterra também reconheceram João, exceto os três condados de Maine, Touraine e Anjou. Estes defendiam abertamente as reivindi-

<sup>28</sup> *History of England*, cap. par. 8.

cações de Artur. O rei Filipe da França se uniu a esses condados no sentido de apoiar Arthur – isso, no entanto, só para promover seus próprios desígnios em excluir, se possível, a Inglaterra de quaisquer bens dentro dos limites do que deveria ser a França. Isso provocou uma guerra. João foi imediatamente à Normandia para defender seus interesses no Continente. Filipe invadiu a Normandia, além de colocar guarnições nos três condados de Maine, Touraine e Anjou.

56. Depois de oito meses de guerra, foi organizada uma trégua, por volta de 1º de março do ano 1200. João passou os meses de março e abril na Inglaterra, retornando à Normandia no dia 1º de maio. A guerra foi retomada novamente. Em 23 de maio, contudo, uma paz foi firmada. Filipe abandonou os interesses de Artur em relação a Maine, Touraine e Anjou, mas no tratado de paz ficou combinado que Artur receberia de João a Bretanha como feudo e que Luís, filho de Filipe, se casaria com a sobrinha de João, Branca de Castela. Ao passar por sua província da Aquitânia, João viu uma formosa mulher, já prometida a um nobre, e conseguiu um divórcio de sua própria esposa e persuadiu essa senhora a se casar com ele. Isso provocou uma vingança contra João por parte do nobre – Hugo, conde de La Marche. Ele incitou uma insurreição nas possessões de João no Continente. Recebeu o apoio secreto de Filipe, e, em dois anos e meio, a Normandia, Anjou, Maine e Touraine deixaram de pertencer à Inglaterra. Artur havia se juntado à insurreição, tendo sido capturado e assassinado sob a orientação de João, se não pelas próprias mãos dele.

57. Em 1203, os estamentos da Bretanha enviaram uma delegação a Filipe para exigir justiça contra João. João, como duque da Normandia, foi convocado para comparecer perante um tribunal de seus pares na França e como um vassalo do rei da França. O enviado de João pediu um salvo conduto. Filipe respondeu que ele poderia vir sem ser molestado. Então o enviado de João quis saber se ele poderia ter certeza de um *retorno* seguro. Filipe respondeu que ele teria um retorno seguro “se o julgamento de seus pares o absolvesse”. O enviado de João observou então que, como João era rei da Inglaterra e também duque da Normandia, o duque da Normandia não poderia vir sem que o rei da Inglaterra viesse e declarou que “os barões da Inglaterra não permitiriam que seu rei corresse o risco de morte ou prisão”. Filipe, no entanto, insistiu que o duque da Normandia viesse, porque, como tal, ele era de fato o vassalo do rei da França.

58. João não foi. Por essa “contumácia”, a corte decretou que, “considerando que João, duque da Normandia, tendo violado seu juramento a Filipe, seu senhor, assassinou o filho de seu irmão mais velho, um vassalo da coroa da França, e parente próximo do rei, e perpetrou o crime dentro dos domínios da França, ele é considerado culpado de crime e traição e, portanto, recebe como sentença a perda de todas as terras que ocupava mediante homenagem [juramento de fidelidade]. “Isso permitiu que Filipe reivindicasse legalmente todas as possessões inglesas na França, e imediatamente entrou na Normandia e ocupou as fortalezas com suas tropas. Os normandos, contudo, não gostaram disso e pediram que João viesse em seu socorro. Mas isso foi alvo de protesto por parte da *Inglaterra*, porque ela “cria que chegara a hora em que sua riqueza não deveria mais ser dissipada na Normandia; que sua língua deveria ser falada por aqueles que a governavam; que suas leis deveriam ser administradas por aqueles que moravam entre seu povo; e que sua igreja deveria ser mantida por aqueles que não tinham bispados e abadias estrangeiras”. Como consequência, todas as possessões continentais da Inglaterra, exceto a Aquitânia,

estavam agora perdidas, “e uma vez senhora de um vasto império que se estendia desde o Tyne até os Pirineus, João viu-se reduzido, num único golpe, ao reino da Inglaterra”.

59. Em seguida, em 1207, João entrou em rixa com Roma. Em 24 de março de 1208, a Inglaterra foi submetida a um interdito, ao qual João resistiu por cinco anos; depois disso, em 1213, ao interdito foi adicionada a excomunhão de João, e a Inglaterra foi dada, pelo papa, a Filipe da França. Filipe reuniu uma frota e um exército para ir e tomar posse da Inglaterra. João se rendeu ao papa e fez um juramento de lealdade como vassalo de Roma. Com isso, o papa proibiu Filipe de acalentar qualquer outro desígnio sobre a Inglaterra. Filipe decidiu tomar a Inglaterra de qualquer maneira; mas seu vassalo, o conde de Flandres, recusou-se a apoiá-lo. Isso provocou uma guerra; João apoiou Flandres, e a frota de Filipe foi destruída. Em seguida, apoiado pelo papa, pelo imperador, pelo conde de Flandres e o conde de Bolonha, João foi com um exército para punir Filipe ainda mais. Uma grande batalha foi travada em Bouvines. João e seus aliados foram completamente derrubados e “concluíram uma trégua vergonhosa com Filipe”, retornando à Inglaterra em outubro de 1214.

60. O povo da Inglaterra há muito suportava as inúmeras iniquidades de João; mas, quando ele fez do reino da Inglaterra um feudo, e o rei da Inglaterra um vassalo do papa, não puderam mais tolerá-lo. O próprio João escreveu ao papa que, “considerando que, antes de estarmos dispostos a sujeitar a nós mesmos e nosso reino ao seu domínio, os condes e barões da Inglaterra nunca deixaram de demonstrar sua devoção a nós; desde então, no entanto, estão em contínua e violenta rebelião contra nós e publicamente *declaram ser esse o motivo*. “Por causa dessa atitude por parte dos nobres, quando João voltou da França, ele veio com um exército de mercenários, com a intenção declarada de que, com aquele contingente, ele seria “pela primeira vez rei e senhor da Inglaterra”.

61. Mas “havia agora duas pessoas eminentes entre muitos outros clérigos e leigos corajosos e fervorosos que viram que chegara a hora em que nenhum homem deveria ser ‘rei e senhor na Inglaterra’ com total desrespeito aos direitos de outros homens; uma época em que um rei deveria governar na Inglaterra por lei, em vez de pela força, ou de modo algum governar. Stephen Langton, o arcebispo, e Guilherme, o Marechal [William Marshal], conde de Pembroke, eram os líderes e, ao mesmo tempo, moderadores, na maior iniciativa que a nação já havia empreendido. Era um empreendimento de enorme dificuldade. O papa mantinha agora relações amistosas com o rei, e isso poderia influenciar o grande corpo de eclesiásticos. Os castelos reais estavam em posse dos soldados mercenários. A astúcia de João era para ser temida tanto quanto sua violência. Mas nada poderia fazer recuar esses patriotas do dever que estava diante deles. Eles seguiram firmemente na formação de uma liga que seria forte o suficiente para impor suas justas demandas, mesmo que a questão significasse guerra entre a coroa e o povo. Os bispos e os barões constituíam o grande conselho da nação. O Parlamento, incluindo os Comuns, ainda não existia, porém não estava muito distante. A doutrina do direito divino foi a invenção de uma era que procurava derrubar o antigo princípio de uma monarquia eletiva, na qual as reivindicações hereditárias tinham de fato preferência, mas na qual o soberano ‘é designado para proteger a vida de seus súditos, suas propriedades, suas leis, e para esse mesmo fim e propósito tem a delegação de autoridade do povo.’” (*Knight*).<sup>29</sup>

<sup>29</sup> *History of England*, cap. 23, par. 12.

62. Os nobres se encontraram em Saint Edmundsbury; e depois de considerar devidamente a situação, em 20 de novembro de 1214, “juraram solenemente retirar sua lealdade de João se ele resistisse às reivindicações de um governo justo. Eles queriam que o soberano não apenas reparasse seus erros públicos, mas desse novo direcionamento à sua vida privada, marcada por sua revoltante licenciosidade que não seria mais tolerada pela classe de cavaleiros de nobre nascimento, a quem ele ofendia por meio de suas esposas e filhas. De Saint Edmundsbury, marcharam para Londres, onde o rei se trancara no templo. Quando seus representantes entraram em sua presença, ele primeiro desprezou suas reivindicações e depois pediu um prazo. O arcebispo da Cantuária, o conde de Pembroke e o bispo de Ely exigiram que uma resposta satisfatória fosse dada antes da Páscoa. O rei empregou o tempo no esforço de propiciar a igreja prometendo uma eleição livre de bispos. Ele pegou a cruz e se comprometeu a fazer guerra contra os infiéis. Enviou mensagens a Roma implorando a ajuda do papa em sua disputa. E o papa veio em seu auxílio, ordenando que Langton exercesse sua autoridade para restaurar a lealdade dos vassalos do rei.

63. “Na Páscoa, os barões, com uma grande força, se reuniram em Stamford. João estava em Oxford e Langton e Pembroke estavam com ele. Eles foram enviados pelo rei para verificar as demandas de seus pares; e esses mensageiros, ou mediadores, trouxeram de volta” a *Magna Carta*. Esta “representava um código de leis, expresso em linguagem simples, incorporando dois princípios – o primeiro, as limitações das reivindicações do rei sobre os feudos, a fim de impedir qualquer abuso; o segundo, as especificações dos direitos gerais de todos os homens livres, derivados das antigas leis do reino, mesmo que esses direitos tivessem sido negligenciados ou pervertidos no passado. [...] Ela não exigia nenhuma limitação do poder da realeza que não fora reconhecido, em teoria, por todo rei que havia prestado um juramento de coroação. Ela fez com que esse juramento, que havia sido considerado mero ritual de palavras, se tornasse uma realidade obrigatória. Definiu, em termos gerais de aplicação prática, a diferença essencial entre uma monarquia limitada e uma despótica. Ela preservou todos os atributos apropriados do poder real, ao mesmo tempo que tomou precauções para que o rei não se tornasse um tirano”. Nela, o rei era obrigado a declarar o grande princípio da supremacia da lei do reino nas palavras: “Nenhum homem livre deverá ser capturado, encarcerado, privado de seus bens, proscrito, banido ou destruído; nem ser alvo de sanções legais, nem ser perseguido, a não ser pelo julgamento legal de seus pares ou pela lei da terra. A ninguém venderemos, a ninguém negaremos ou adiaremos o direito ou a justiça” (*Knigh*).<sup>30</sup>

64. A Carta era um documento longo. O arcebispo leu para o rei lenta e solenemente, item por item. “João foi tomado de extrema ira”, exclamando: “Por que eles não pedem o meu reino? Jamais concederei liberdades que me tornem escravo.” Langton e Pembroke levaram de volta aos nobres essa resposta do rei. Os barões se proclamaram “o exército de Deus e da santa igreja” e marcharam sobre Londres, onde entraram em 22 de maio de 1215, tendo os cidadãos de Londres já concordado em se unir à causa deles. Houve mais negociações. Os barões ficaram inamovíveis, e João cedeu e concordou com uma reunião. A reunião foi marcada para o dia 15 de junho “em uma ilha no Tâmsa, entre Windsor e Staines, perto de um prado pantanoso à beira do rio, o prado de

<sup>30</sup> *Ibid.*

Runnymede (do anglo-saxão *Runemed* – prado do conselho)”. O rei acampou em uma margem do rio, os barões cobriram a planície de Runnymede na outra. Seus delegados se reuniram na ilha entre eles, mas as negociações não passaram de capa para cobrir o propósito de João de se submeter incondicionalmente. A Magna Carta foi discutida e acordada em um único dia” (*Green*).<sup>31</sup>

65. No entanto, isso não foi tudo. Os barões ainda não haviam terminado suas negociações com João. Em seguida, exigiram que ele concordasse com artigos que garantiriam meios para levar a efeito as disposições da Carta. “Vinte e cinco barões deveriam ser escolhidos pelos barões reunidos, para manter a observância da paz e das liberdades concedidas e confirmadas, de modo que, se o rei ou seus oficiais violassem alguma das condições, quatro dos 25 barões escolhidos pudessem solicitar uma reparação do agravo. Caso este não fosse corrigido dentro de 40 dias, sendo a causa apresentada diante do restante dos 25, eles, ‘juntamente com a comunidade de todo o reino, nos embargarão e nos afligirão de todas as maneiras possíveis; ou seja, apreendendo nossos castelos, terras, posses e de qualquer outra maneira que puderem, até que a queixa seja reparada de modo satisfatório, impedindo que qualquer dano seja causado a nós, a nossa rainha e filhos; e quando for reparado, eles nos obedecerão como antes.’” Foi ainda exigido “que a Carta fosse publicada não apenas em todo o país, mas que em todas as cidades e vilarejos, desde os mais minúsculos, se prestasse juramento a ela por ordem do rei”.

66. Quando essas novas exigências foram feitas, João ficou mais enfurecido do que nunca. Ele gritou: “Eles me deram 24 reis acima de mim”: e atirou-se no chão “roendo paus e palha em sua raiva impotente”. Mas tudo foi em vão. Os nobres ficaram inflexíveis, e João foi obrigado a assinar tudo o que exigiam. Tão logo tudo acabou, no entanto, e os respectivos partidos haviam se separado e as forças dispersas, João se viu livre para vingar-se de todo o reino, recebendo o ardoroso apoio do papa, que emitiu uma bula excomungando os barões e anulando a Carta. A Inglaterra rejeitou a excomunhão e manteve a Carta. Mas, pela bula, João se considerava livre de seus juramentos aos nobres, com pleno direito de punir todo o povo. “Por onde quer que ele marche, seu exército deixa rastros de fogo e sangue. O país foi invadido por seus ferozes mercenários. Ele marchou para o Norte com a determinação de recuperar sua autoridade pelos terrores de uma desolação generalizada, sem qualquer toque de justiça ou misericórdia. Ao entrar na Escócia, em vingança pela aliança que seu rei Alexandre II havia formado com os barões, queimou as abadias sem distinção e, tendo descansado em uma aldeia, ateou fogo com a própria mão, quando partiu na manhã seguinte, na casa em que dormira na noite anterior. No sul, a mesma obra de terror avançou, sob o comando do irmão ilegítimo de João, o conde de Salisbury. Os barões estavam desesperados com sua causa, pois as pessoas fugiam diante desses cães do inferno, abandonando a casa e a propriedade, em vez de perecerem nas mãos de torturadores implacáveis. Seus líderes chegaram finalmente a uma resolução desesperada. Eles ofereceram a coroa a Luís, o filho mais velho do rei da França” (*Knight*).<sup>32</sup>

67. Esse passo desesperado, é claro, veio carregado de mais guerra. Contudo, era certo que nenhuma guerra poderia ser pior do que as misérias que João infligia ao reino sem guerra. Luís da França desembarcou na Inglaterra em 30 de maio de 1216. Muitos dos mercenários de João

<sup>31</sup> *Larger History of the English People*, João, par. 6 a partir do fim.

<sup>32</sup> *History of England*, cap. 24, par. 2.

eram franceses, e, quando seu próprio príncipe chegou à Inglaterra, eles não apenas se recusaram a lutar contra ele, mas na verdade foram até ele em tão grande quantidade que João não ousou enfrentá-lo. Luís logo chegou a Londres, onde foi cordialmente recebido. Os barões e cidadãos prestaram-lhe homenagem. “Ele jurou governar com justiça, defendê-los contra seus inimigos e restaurá-los aos seus direitos e posses.” Tudo estava a seu favor, todavia ele destruiu todas as suas boas perspectivas concedendo aos franceses honras e posses inglesas. Mas toda a situação foi aliviada com a morte de João. Ele foi acometido de febre e, para piorar a situação, se fartou de um “excesso de pêssegos e cidra nova” e, como consequência, morreu em 18 de outubro de 1216.

68. Embora os nobres tivessem convidado Luís da França para ser rei da Inglaterra, ele os ofendera tanto que agora o rejeitaram, escolhendo como rei o filho de João, Henrique, um menino de 10 anos, que foi coroado rei Henrique III, em Gloucester, em 28 de outubro de 1216. Luís, no entanto, defendeu suas reivindicações à coroa. Houve guerra por dois anos, a qual ele foi derrotado, tanto em terra como no mar. Ele então concordou em renunciar a suas reivindicações e se retirar para a França, mediante o pagamento de “5 mil libras para atender às suas necessidades”. Enquanto Henrique III era ainda jovem, o reino foi governado por uma regência até 1227, quando se declarou maior de idade e começou imediatamente a imitar o pai, João. Ele rejeitou a Carta e seus apêndices, que João havia assinado, e em vez de tudo isso, declarou: “Em qualquer momento e lugar, e sempre que for do nosso agrado, podemos declarar, interpretar, ampliar ou diminuir os estatutos acima mencionados, e suas várias partes, segundo nosso próprio livre arbítrio e se a nós parecer conveniente para a nossa segurança e de nossa terra.” Mas ele, como João, foi confrontado com firmeza pela insistência do reino em garantir o direito do povo e a supremacia da lei.

69. Em resposta ao manifesto de Henrique, um juiz inglês, Bracton, estabeleceu a voz da lei inglesa, em palavras dignas de eterna lembrança: “O rei não deve estar sujeito a ninguém, exceto a Deus e à lei, pois é a lei que faz dele um rei. Que o rei, portanto, dê à lei o que a lei lhe dá – domínio e poder –, pois não há rei onde a vontade, e não a lei, governa.” Ele prossegue: “O rei não pode fazer nada na terra, sendo o ministro de Deus, exceto aquilo que pode fazer por meio da lei.” Ele diz ainda: Ele “considera superior ao rei, ‘não apenas Deus e a lei pela qual ele se torna rei, mas sua corte de condes e barões; pois os primeiros são como seus delegados, nomeados como associados do rei, e quem tem um associado tem um mestre, de modo que, se o rei se mostrasse sem freio – isto é, sem a lei – eles colocariam um freio nele.”<sup>33</sup> Sobre isso foi bem observado: “Que nenhum inglês, que vive sob o Estado de direito [*the rule of law* – o governo da lei], e não sob o Estado da vontade, esqueça que esse privilégio foi derivado de uma longa linhagem de antepassados; e que, embora os princípios eternos da justiça não dependam da primazia dos séculos, mas podem ser declarados algum dia por qualquer comunidade vítima de um continuado despotismo que os tenha deixado numa condição social inata e habitual, temos a segurança de que a velha árvore da liberdade está firmada na terra antiga e que não temos um tronco de vida curta introduzido em solo novo, simplesmente para produzir uma folha verde ou duas e depois morrer” (*Knight*).<sup>34</sup>

<sup>33</sup> Citado por Hallam, “Middle Ages”, cap. 8, par. 81; edição do aluno, cap. 8, parte 2, seção 12, par. 1.

<sup>34</sup> *History of England*, cap. 24, par. 7.



70. Henrique III reinou 53 anos, e todo o reinado é notável pela disputa constitucional entre o rei e o povo relacionada com a grande questão se o governo justo é por lei ou pela vontade arbitrária e despótica. Seu reinado também é notável pelo fato de que “a história o apresenta como nada mais do que um extorsor ou pedinte. Não havia artifícios por demais mesquinhos ou injustos que desprezasse a fim de obter dinheiro”; e o papa o apoiava em tudo e “tinha mais do que uma parte igual do despojo”. Assim, ele e o papa incorreram não apenas no antagonismo dos nobres, mas no desrespeito das pessoas comuns em todos os lugares. Diz um escritor da época, em 1252: “Durante todo esse tempo, sentimentos de raiva foram despertados, e o ódio aumentou contra o papa e o rei, que se favoreciam e se encorajavam em sua tirania mútua; e todos, por estarem contrariados, os chamavam de perturbadores da humanidade”. As questões chegaram a tal ponto em 1257 que os nobres deram outro passo no governo constitucional. O Parlamento se reuniu em Westminster, em 2 de maio, com os barões revestidos “cada um de sua armadura completa. Quando o rei entrou, houve um barulho de espadas; e Henrique, olhando em volta, alarmado, disse: ‘Sou prisioneiro?’ ‘Não, senhor’, disse Roger Bigod, ‘mas seus favoritos estrangeiros e sua prodigalidade trouxeram miséria ao reino; portanto, exigimos que os poderes do governo sejam delegados a um comitê de bispos e barões, para que possam corrigir abusos e aprovar boas leis”.

71. A essa exigência o rei foi obrigado a se submeter. Assim, em 11 de junho, o Parlamento se reuniu em Oxford para formular o que havia sido exigido. “Foi promulgado que quatro cavaleiros fossem escolhidos pelos votos dos camponeses livres em cada município, cuja tarefa era submeter todas as violações da lei e da justiça a um parlamento, que deveria se reunir regularmente três vezes a cada ano; que os xerifes dos condados fossem escolhidos pelos camponeses livres; e que os grandes oficiais de Estado fossem renomeados.” Isso nada mais era do que colocar em prática as disposições de Magna Carta e suas garantias, que João havia assinado em Runnymede. E Henrique, como João, depois de ter jurado a respeito de tudo isso, obteve uma dispensa do papa para violá-la e “disse ao comitê do conselho, em 1261, que ele governaria sem elas”. No entanto, em 1262, depois de fazer uma estrondosa exibição de guerra, ele cedeu e novamente concordou em observar a lei. Em 1264, no entanto, libertou-se novamente, e a diferença dessa vez foi que uma guerra se seguiu. Henrique foi derrotado, e um parlamento foi reunido “numa base mais democrática do que qualquer outra que já havia sido convocada desde a fundação da monarquia”, a cujas leis Henrique foi novamente obrigado a se submeter.

72. Henrique III morreu em 16 de novembro de 1272 e foi sucedido por seu filho Eduardo, que na época estava ausente nas cruzadas. E foi somente em 1274 que ele chegou à Inglaterra, em 3 de agosto, e em 19 de agosto ele e sua rainha foram coroados em Westminster. Em 1282, o País de Gales se revoltou, e Eduardo foi obrigado a fazer guerra lá por dois anos antes de esse país ser subjugado. Ali, em 25 de abril de 1284, nasceu seu primeiro filho, chamado Eduardo, que recebeu o título de príncipe de Gales, e essa é a origem do título na família real da Inglaterra. Eduardo I também resistiu ao governo constitucional, especialmente na questão do aumento de impostos. Mas, sob a liderança dos dois grandes condes, Roger Bigod, de Norfolk, e Humphrey Bohun, de Hereford e Essex, os nobres do reino “pediram aos xerifes que não cobrassem mais impostos até que as cartas [de concessão de direitos] fossem confirmadas sem qualquer restrição insidiosa dos direitos da coroa. Eduardo cedeu e o estatuto da confirmação

das cartas foi aceito pelo rei”. “A partir desse dia, 10 de outubro de 1297, o único poder investido do direito de angariar suprimentos foi o povo – esse poder altamente salutar, que corresponde à maior das muitas distinções entre uma monarquia limitada e uma despótica.”

73. Em seguida, Eduardo fez a reivindicação de ser “senhor soberano da terra da Escócia”. Isso provocou uma guerra em 1296, que continuou por 23 anos – muito além de sua morte, ocorrida em 7 de julho de 1307. Ele foi imediatamente sucedido por seu filho Eduardo, que tinha 23 anos. Eduardo II continuou a guerra com a Escócia até 1323, quando, em 10 de maio, uma trégua de 13 anos foi concluída. No primeiro ano de seu reinado, Eduardo se casou com Isabel, filha do rei da França. Em 1323, Isabel planejou, junto com o lorde Roger Mortimer, uma conspiração por meio da qual acabaram assassinado o rei. O assassinato, no entanto, foi precedido por sua prisão e a declaração de seu filho Eduardo como rei com a idade de 15 anos, em 7 janeiro de 1327; pela deposição de Eduardo II, em 13 de janeiro, a proclamação da ascensão de Eduardo III, em 24 de janeiro, e sua coroação, em 29 de janeiro.

74. Depois de apenas quatro anos da trégua entre a Inglaterra e a Escócia, o rei da Escócia – Roberto Bruce – quebrou a trégua e invadiu a Inglaterra. Mas, em 1328, uma paz foi concluída, na qual a Inglaterra reconheceu a independência da Escócia sob Bruce, e a paz foi selada pelo casamento da irmã de Eduardo com o filho de Bruce. Em 1328 morreu Carlos IV, rei da França, não deixando herdeiro direto. O trono foi tomado por um primo – Filipe de Artois. A mãe de Eduardo era irmã de Carlos. Sendo sobrinho de Carlos e parente mais próximo do que Filipe, Eduardo da Inglaterra reivindicou trono da França. A lei francesa estipulava que uma mulher não podia herdar o trono, mas Eduardo afirmou que, embora as mulheres fossem excluídas, a lei não excluía o *filho* de uma mulher que, se ela fosse homem, teria herdado. Quando Carlos IV morreu, Eduardo apresentou sua reivindicação.

75. Em 1332, Roberto Bruce morreu, e João Balliol, que havia prestado homenagem a Eduardo II como defensor do reino, agora tentou tirá-lo do jovem herdeiro de Bruce. Eduardo III favoreceu Balliol, e o rei da França ajudou o jovem David, filho de Bruce. E o fato de o rei rival da França ajudar a Escócia contra o rei da Inglaterra e seu aliado tornou-se o pretexto usado por Eduardo “para iniciar uma grande guerra com o objetivo de afirmar suas pretensões à coroa da França”. O rei da França estava naquele momento em guerra com o povo de Flandres. Eduardo III ajudou os flamengos, e eles o proclamaram rei da França. Em 1337, “Eduardo assumiu com ousadia o título de rei da França e se preparou para fazer valer sua reivindicação na ponta da espada”. E assim começou a Guerra dos Cem Anos entre Inglaterra e França, que continuou por 120 anos, pelo resto do reinado de Eduardo III, até 1337; durante o reinado de Ricardo II, até 1399; o de Henrique IV, até 1413; o de Henrique V, até 1422; e no reinado de Henrique VI, até 1458.

76. A Guerra dos Cem Anos mal havia terminado quando uma guerra civil – a Guerra das Rosas – começou entre a casa de York e a casa de Lancaster, que continuou por 35 anos, durante os reinados de Eduardo IV, Eduardo V, Ricardo III, até a morte de Ricardo III, o último dos Plantagenetas, e a coroação de Henrique VII, o primeiro dos Tudors, em Bosworth Field, em 22 de agosto de 1485. Embora a Guerra das Rosas estivesse terminada, a paz não chegou ao reino, pois houve insurreições e pretendentes ao trono que mantiveram o reino em constante tumulto por 15 anos. Nos últimos oito anos do reinado de Henrique VII, 1501 a 21 de abril de

1509, “não houve revoltas nem guerras” no reino. Henrique VII teve dois filhos, Artur, nascido em 1486, e Henrique em 1491. Quando Artur tinha 4 anos, um casamento foi arranjado para ele com uma menina de 5 anos, Catarina de Aragão, filha de Fernando e Isabel da Espanha. No ano de 1499, quando os filhos tinham 12 e 13 anos, respectivamente, a cerimônia de casamento foi realizada; primeiro por procuração, enquanto Catarina estava na Espanha, e novamente em pessoa, em 6 de novembro de 1501, quando Catarina chegou à Inglaterra.

77. Em janeiro de 1502, foi feito um tratado de paz perpétua entre a Inglaterra e a Escócia. Esse tratado foi selado pelo casamento de Margarida [Margaret], filha de Henrique VII, da Inglaterra, com Jaime IV, o rei da Escócia. Em abril do mesmo ano ocorreu a morte de Artur, marido de Catarina, e herdeiro aparente ao trono. Os dois reis, no entanto, Henrique e Fernando, providenciaram imediatamente que o filho remanescente de Henrique – Henrique – se casasse com a jovem viúva de Artur, Catarina. Foi necessário um ano para acertar os termos e obter uma dispensa do papa para legalizar o casamento; de modo que foi somente em 1503 que o contrato foi de fato concluído por um cerimonial, “no qual uma pessoa foi apontada para objetar que o casamento era ilegal, e outra para defendê-lo como ‘bom e eficaz segundo a lei da igreja de Cristo’”. A esse contrato o jovem Henrique se opôs; e antes de completar 15 anos, “ele protestou, em forma legal, contra o contrato que havia sido feito durante sua menoridade”. Henrique VII morreu em 21 de abril de 1509, e no dia seguinte começou o reinado de seu jovem filho Henrique, oitavo do nome. Em 7 de junho, Henrique e Catarina se casaram publicamente, numa cerimônia realizada pelo arcebispo da Cantuária, e foram coroados em Westminster no dia 24 do mesmo mês.



## CAPÍTULO 8

# FILOSOFIA PAGÃ – A FORÇA DO PAPADO

*A Nova Filosofia Platônica – As Primeiras Ordens de Monges – O Fanatismo Monástico – Introduzido em Roma – Os Estilitas – “Um homem com Bom Senso dificilmente Diria Isso” – O Raciocínio Falacioso de Platão – A Vida apenas em Cristo – Jesus e a Ressurreição – Tende em Vós o Mesmo Sentimento – Ministros da Inquisição.*

DA mesma forma que a Igreja Católica – a apostasia – subiu ao poder no Estado a partir das disputas políticas nos dias de Constantino e da decadência do Império Romano, formando, assim, o papado, igualmente foi a partir da ruína do império romano que ela, como império eclesiástico, chegou à supremacia sobre reis e nações. Ela rapidamente operou a ruína de um império; e agora, por mais de mil anos, seria uma maldição viva para todos os outros Estados e impérios que se sucederiam. No entanto, a fim de compreender e apreciar claramente a posição do papado no momento em que o Império Romano desapareceu, deixando-a sozinha no meio daquela vasta cena de destruição e anarquia, é essencial conhecer a fonte de sua força, pela qual ela foi capaz de sobreviver. E, para termos esse conhecimento, é essencial traçar um esboço de certa porção de sua história anterior.

2. Nessa mistura sombria de paganismo absoluto e a profissão e as formas do cristianismo segundo as escolas filosóficas de Amônio Sacas, Clemente e Orígenes, em Alexandria, houve o nascimento do elemento que, acima de todas as outras coisas, sempre foi a base do papado: o monasticismo, da palavra grega *movachos*, que significa “viver sozinho, solitário; um homem que se retirou do mundo para meditação religiosa e prática de deveres religiosos em solidão; um eremita religioso”.

3. Deve-se lembrar<sup>1</sup> que, na filosofia de Amônio, Clemente e Orígenes, todas as Escrituras contêm pelo menos dois significados – o literal e o oculto; no qual o literal é o sentido mais desprezível das Escrituras e, portanto, é um obstáculo ao entendimento adequado do significado oculto, com seu conjunto de outros significados ocultos, e, conseqüentemente, deveria ser desprezado e separado o máximo possível do sentido oculto e considerado como algo de mínimo valor; que “a fonte de muitos males reside em aderir à parte carnal ou externa das Escrituras”; que “aqueles que o fizerem não alcançarão o reino de Deus”; e que, portanto, “as Escrituras são de pouca utilidade para quem as entende da forma como estão escritas”.

4. Agora, a base de todo esse esquema era a própria concepção do homem. Foi devido ao conceito filosófico deles de que o corpo é a parte mais vil do homem que o literal passou a ser considerado o sentido mais desprezível das Escrituras. Foi pelo fato de o corpo muitas

---

<sup>1</sup> *Great Empires of Prophecy*, cap. 26, par. 33-44.

vezes trair homens bons ao pecado que, na filosofia deles, o sentido literal das Escrituras era visto como algo que levava os homens ao erro. Em seu sistema de filosofia, o corpo humano não passava de estorvo à alma e a atrapalhava em suas aspirações celestiais; portanto, deveria ser desprezado e, por negligência, punição e fome, ser separado o máximo possível da alma. E daí decorreu que o sentido literal das Escrituras – que correspondia ao corpo do homem – era, igualmente, um obstáculo ao entendimento adequado dos significados ocultos das Escrituras e, portanto, deveria ser desprezado, negligenciado e separado o máximo possível do sentido oculto ou da alma das Escrituras.

5. De onde, então, chegou a eles essa filosofia da natureza do homem? Ela proveio da adoção completa da concepção pagã da natureza do homem; ela representou a continuação direta, sob a profissão cristã, da filosofia pagã da imortalidade da alma. Pois, por volta do final do 2º século, “um novo corpo filosófico começou a surgir, que em pouco tempo prevaleceu sobre grande parte do Império Romano e não apenas engoliu as outras seitas, mas também causou danos imensos ao cristianismo. O Egito foi o seu berço e, em particular, Alexandria, que durante muito tempo fora a sede da literatura e de todas as ciências. Seus seguidores escolheram ser chamados de platônicos [ou plantonistas]. No entanto, eles não seguiram Platão implicitamente, mas coletaram de todos os sistemas o que parecia coincidir com seus próprios pontos de vista. E o fundamento dessa preferência pelo nome de platônicos [ou platonistas] era o fato de eles terem pensado que Platão havia entendido mais corretamente do que qualquer outro pensador o mais importante ramo da filosofia, o que trata de Deus e das coisas que extrapolam a apreensão sensorial [...]. Embora esses filósofos não fossem partidários de nenhuma seita, ainda assim parece, com base numa variedade de testemunhos, que eles preferiram Platão e abraçaram a maior parte de seus dogmas sobre Deus, a alma humana e o Universo”. Isso porque consideravam “Platão mais sábio do que todo o resto e especialmente notável por tratar a divindade, a alma e as coisas além do sentido de modo a se adequarem ao sistema cristão” (*Mosheim*).<sup>2</sup>

6. Essa nova filosofia “permitia que as *peessoas comuns* vivessem de acordo com as leis de seu país e os ditames da natureza; mas orientava *os sábios*, por meio da contemplação e da elevação da alma, que fluía do próprio Deus, acima de todas as coisas terrenas, ao mesmo tempo enfraquecendo e emaciando o corpo, que é hostil à liberdade do espírito, por meio da fome, sede, trabalho e outras austeridades. Assim, eles poderiam, mesmo na vida atual, alcançar a comunhão com o Ser Supremo, e ascender, após a morte, ativos e desimpedidos, ao Pai universal, e estar sempre unidos a ele. [...]”

7. “Essa nova espécie de filosofia, adotada de forma imprudente por Orígenes e outros cristãos, causou imenso dano ao cristianismo. Ela levou seus defensores a envolver na obscuridade filosófica muitas partes de nossa religião, que eram claras e fáceis de serem compreendidas, e a acrescentar aos preceitos do Salvador muitas coisas sobre as quais nenhuma palavra pode ser encontrada nas Escrituras Sagradas. Também produziu para nós aquele grupo sombrio de homens chamados *místicos*, cujo sistema, se despojado de suas noções platônicas a respeito da origem e da natureza da alma, não passará de um cadáver sem vida e sem sentido. Ela estabeleceu

<sup>2</sup> *Ecclesiastical History*, 2º século, parte 2, cap. 1, par. 4-6.

também um fundamento para o modo de vida indolente que posteriormente foi adotado por muitos, e particularmente por numerosas classes de *monges*; e recomendava aos cristãos vários ritos tolos e inúteis, adequados apenas para nutrir superstições – e vemos grande parte deles religiosamente observada por muitos até os dias atuais. E, finalmente, alienou a mente de muitos, nos séculos seguintes, do próprio cristianismo e produziu uma espécie heterogênea de religião, consistindo em uma combinação de princípios cristãos e platônicos” (*Mosheim*).<sup>3</sup>

8. “Platão havia ensinado que apenas a alma dos heróis, dos homens ilustres e dos filósofos eminentes ascendia após a morte às mansões de luz e felicidade, enquanto a das pessoas em geral, devido ao peso de suas concupiscências e paixões, afundava nas regiões infernais, de onde não tinha permissão para emergir antes de ser purificada de sua depravação e corrupção. Essa doutrina foi adotada com avidez pelos cristãos platônicos e aplicada como um comentário sobre os ensinamentos de Jesus. Por isso, prevaleceu uma noção de que apenas os mártires entravam em um estado de felicidade imediatamente após a morte e que, para os demais, uma determinada região obscura era designada, na qual deveriam ficar presos até a segunda vinda de Cristo, ou, pelo menos, até serem purificados de suas várias poluições” [...].<sup>4</sup>

9. “Jesus Cristo prescreveu a todos os Seus discípulos uma única regra de vida e boas maneiras. Mas certos doutores cristãos, quer pelo desejo de imitar as nações entre as quais viviam, quer por uma propensão natural a uma vida de austeridade (que é uma doença não incomum na Síria, no Egito e em outras províncias orientais), foram induzidos a sustentar que Cristo havia estabelecido uma regra dupla de santidade e virtude para duas ordens diferentes de cristãos. Uma dessas regras era ordinária, a outra extraordinária; uma de menor dignidade, a outra mais sublime; uma para as pessoas pertencentes ao cenário ativo da vida, a outra para aqueles que, em um retiro sagrado, aspiravam à glória de uma condição celestial. Em consequência desse sistema desvairado, eles dividiram em duas partes todas as doutrinas e instruções morais que haviam recebido, por escrito ou por tradição. Eles chamaram uma dessas divisões de *preceitos* e a outra de *conselhos*. Deram o nome de preceitos às leis que eram obrigatórias para todas as classes de pessoas; e de conselhos às leis relacionadas a cristãos de uma posição mais sublime, que se propunham a alcançar grandes e gloriosos fins e aspiravam a uma comunhão íntima com o Ser Supremo.

10. “Essa dupla doutrina de repente produziu um novo grupo de pessoas, que faziam profissão de santidade e virtude de graus variados e declaravam sua resolução de obedecer a todos os *conselhos* de Cristo, para que pudessem desfrutar da comunhão com Deus aqui e para que, também, após a dissolução de seus corpos mortais, pudessem ascender a Ele com maior facilidade, sem que nada viesse a retardar a chegada deles ao supremo centro de felicidade e perfeição. Eles se consideravam proibidos de usar coisas que eram lícitas para outros cristãos, como vinho, carne, matrimônio e comércio [ou negócios mundanos]. Achavam que era seu dever indispensável extenuar o corpo com vigílias, abstinência, trabalho e fome. Procuravam felicidade em retiros solitários, em lugares desertos, onde, por esforços severos e assíduos de sublime meditação, *elevavam a alma* acima de todos os objetos externos e de todos os prazeres sensuais. Tanto homens como mulheres impunham sobre si as tarefas mais severas, a disciplina mais

<sup>3</sup> *Ibid.*, par. 10, 12.

<sup>4</sup> Temos aqui a origem do purgatório católico.

austera, e todas, no entanto, fruto de uma intenção piedosa, foram extremamente prejudiciais ao cristianismo. Essas pessoas eram chamadas *ascetas*, “*epovdioi*”, “*echlektoi*” *filósofos* e até filósofas. Distinguiam-se de outros cristãos não apenas pelo *título*, mas também pelas *vestes*” (*Mosheim*).<sup>5</sup>

11. “O Egito, o fecundo pai da superstição, deu o primeiro exemplo da vida monástica” (*Gibbon*).<sup>6</sup> “Do Egito, essa disciplina rançosa e antissocial passou para a Síria e para os países vizinhos, em que também eram abundantes essas pessoas com a mesma constituição sombria que a dos egípcios; e de lá, com o tempo, a influência delas contagiou as nações europeias. Como resultado, surgiu aquela sucessão de votos e ritos austeros e supersticiosos, que ainda lançam em muitos lugares um véu sobre a beleza e a simplicidade da religião cristã; surgiram também o celibato da ordem sacerdotal, o rigor das penitências e mortificações inúteis, os inúmeros enxames de monges que, na busca sem sentido de uma espécie de perfeição visionária, recusaram dedicar seus talentos e labores à sociedade, e foi nesse contexto que surgiu ainda a distinção entre a vida *teórica* e a *mística* e muitas outras fantasias de natureza semelhante.”<sup>7</sup>

12. Logo surgiram certas ordens entre os próprios monges: cenobitas, eremitas ou ermitões, anacoretas e sarabaítas ou andarilhos mendicantes. Os *cenobitas* “viviam e comiam juntos na mesma casa e estavam associados sob um líder e chefe, a quem chamavam de *pai*, ou na língua egípcia, *abbot*”. “As freiras [os monges do sexo feminino] também tinham suas superiores, a quem chamavam de *madres* [mães].” “Os *eremitas* levavam uma vida solitária e triste em certas partes do país, vivendo em casebres entre os animais selvagens.” Os anacoretas eram “ainda mais austeros que os eremitas: viviam em lugares desertos, sem nenhum tipo de abrigo; alimentavam-se de raízes e plantas e não tinham residência fixa, mas alojavam-se onde quer que a noite os surpreendesse, de modo que nenhum visitante conseguia encontrá-los”. “Os *sarabaítas*, ou andarilhos, “perambulavam pelas províncias e de cidade em cidade e viviam sem trabalho, por meio de pretensos milagres, o comércio de relíquias e outros enganos” (*Mosheim*).<sup>8</sup>

13. Os eremitas “andavam decaídos sob o peso doloroso de cruces e correntes; e seus membros emaciados eram restringidos por colares, pulseiras, manoplas e armaduras de ferro maciço que revestiam as pernas. Desprezavam Toda carga supérflua de vestimenta; e alguns santos rudes de ambos os sexos eram admirados com seus corpos nus, cobertos apenas por seu longo cabelo. A aspiração deles era reduzir-se ao estado grotesco e miserável em que o ser humano animalesco mal se distingue de seus parentes irracionais. Na verdade, uma numerosa seita de anacoretas derivou seu nome [*boskoi*, ou monges do pasto] a partir de sua humilde prática de pastar nos campos da Mesopotâmia com o rebanho comum. Geralmente tomavam conta do covil de algum animal selvagem com o qual se assemelhavam; retiravam-se em cavernas sombrias que a arte ou a natureza havia escavado na rocha; e as pedreiras de mármore da Tebaida ainda estão inscritas com os monumentos de sua penitência. Supõe-se que eremitas mais perfeitos tenham passado muitos dias sem comida, muitas noites sem dormir e muitos anos sem falar; e glorioso era o *homem* (uso aqui o nome de modo impróprio) que inventava

<sup>5</sup> *Ibid.*, 2º século, parte 2, cap. 3, par. 12.

<sup>6</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 37, par. 3.

<sup>7</sup> *Ibid.*, 2º século, parte 2, cap. 3, par. 13, 14.

<sup>8</sup> *Ibid.*, 4º século, parte 2, cap. 3, par. 15 e notas.



algum eremitério, ou assento, com uma forma excêntrica, que pudesse expô-lo, na postura mais inconveniente, à inclemência das estações.”

14. “Nesse estado desconfortável, a superstição ainda perseguia e atormentava seus miseráveis devotos. O repouso que eles buscavam no claustro era perturbado por um arrependimento tardio, dúvidas profanas e desejos culposos; e embora considerassem todo impulso natural um pecado imperdoável, perpetuamente tremiam à beira de um abismo em chamas e sem fundo. Essas vítimas infelizes eram às vezes aliviadas das dolorosas lutas da doença e do desespero pela loucura ou pela morte. No 6º século, um hospital foi fundado em Jerusalém para uma pequena porção de penitentes austeros privados da razão. Suas visões antes de atingirem esse estado extremo e reconhecido de delírio já forneceram amplos materiais de história sobrenatural. Era a firme convicção deles que o ar que respiravam estava povoado de inimigos invisíveis, com inúmeros demônios, que observavam todas as ocasiões e assumiam todas as formas para atormentar e, acima de tudo, tentar sua virtude desprotegida. A imaginação e até os sentidos eram enganados pelas ilusões do fanatismo destemperado; e o eremita cuja oração da meia-noite fosse oprimida por um sono involuntário amaldiçoava facilmente os fantasmas de horror ou deleite que ocupassem seus sonhos, quer estivessem dormindo ou acordados.”

15. “As ações de um monge, suas palavras e até seus pensamentos eram determinados por uma regra inflexível ou por um superior caprichoso. As menores ofensas eram corrigidas com vergonha ou confinamento, jejuns extraordinários ou flagelações sangrentas; e desobediência, murmúrio ou atraso eram classificados no catálogo dos pecados mais hediondos. Uma submissão cega aos comandos do abade, por mais absurdos que fossem, ou até criminosos, constituía o princípio dominante, a primeira virtude dos monges egípcios; e sua paciência era com frequência exercitada pelas provações mais extravagantes. Eles eram instruídos a remover uma pedra enorme; regar com assiduidade um cajado estéril plantado no solo, até que, no final de três anos, ele se desenvolvesse e desse flores como uma árvore; andar sobre uma fornalha ardente; ou lançar seu bebê em um lago profundo. Vários santos, ou loucos, foram imortalizados na história monástica por sua obediência impensada e destemida. A liberdade da mente, a fonte de todo sentimento generoso e racional, era destruída pelos hábitos de credulidade e submissão; e o monge, contraindo os vícios de um escravo, seguia com devoção a fé e as paixões de seu tirano eclesiástico. A paz da igreja oriental foi invadida por um enxame de fanáticos, destituídos do medo, da razão ou do senso de humanidade; e as tropas imperiais reconheciam, sem disso se envergonharem, que ficavam muito menos apreensivas se tivessem que enfrentar os bárbaros mais ferozes” (*Gibbon*).<sup>9</sup>

16. Como vimos, ser monge significava, por si só, ser mais santo do que qualquer outro que não fosse monge. Mas surgiram graus de santidade mesmo entre os próprios monges, e os principais deles eram os *místicos*. Tratava-se de uma seita composta de eremitas e anacoretas extremistas. Eles “argumentavam a partir da doutrina conhecida da escola platônica, também adotada por Orígenes e seus discípulos, segundo a qual a natureza divina se difundia pela alma humana; ou, em outras palavras, que a faculdade da razão, da qual procedem a saúde e o vigor da mente, era uma emanção do próprio Deus e trazia em si os princípios e elementos de toda

<sup>9</sup> *Decline and Fall*, cap. 37, par. 13, 12, 6.

a verdade, humana e divina. Eles negavam que os homens pudessem, por trabalho ou estudo, estimular essa chama celestial em seu ser; portanto, desaprovavam em grande medida as tentativas daqueles que, por definições, teoremas abstratos e profundas especulações, procuravam formar noções distintas de verdade e descobrir sua natureza oculta. Pelo contrário, sustentavam que o silêncio, a tranquilidade, o repouso e a solidão, acompanhados de atos de mortificação que tendiam a extenuar e esgotar o corpo, eram os meios pelos quais a palavra interna [λόγος, ou razão] era estimulada a produzir suas virtudes latentes e instruir os homens no conhecimento das coisas divinas.

17. “Pois assim eles raciocinavam: ‘Aqueles que contemplam com nobre desprezo todos os assuntos humanos, aqueles que desviam os olhos das vaidades terrestres e fecham todas as avenidas dos sentidos externos contra as influências contagiosas de um mundo material devem necessariamente retornar a Deus, quando o espírito for assim desvinculado dos impedimentos que obstruíam essa união feliz; e nesse plano abençoado, eles não apenas desfrutaram de arrebatamentos inexprimíveis devido a sua comunhão com o Ser Supremo, mas também são investidos do privilégio inestimável de contemplar a verdade, indisfarçada e não corrompida, em sua pureza nativa, enquanto outros a veem de forma viciada e ilusória.’” “Um número incrível de prosélitos se uniu àqueles sectários quiméricos, que sustentavam que a comunhão com Deus deveria ser buscada mortificando os sentidos, retirando a mente de todos os objetos externos, macerando o corpo com fome e trabalho e por uma espécie santa de indolência, que confinava toda atividade da alma a uma contemplação preguiçosa das coisas espirituais e eternas. O progresso desse grupo se mostra evidente a partir do número prodigioso de monges solitários e virgens em isolamento que invadiu todo o mundo cristão com uma rapidez surpreendente.”<sup>10</sup>

18. Ninguém pensaria de imediato até que ponto essas pessoas realmente se empenhavam em tornar manifesto seu desprezo pelo corpo e em separá-lo da alma. Eles não apenas se separavam de todas as pessoas, exceto dos da sua própria classe, e enfraquecia o corpo pela fome por meio de jejuns e quantidades insuficientes de alimentos, mas possuíam uma imaginação extravagante e desvairada que inventava toda forma possível para tornar evidente seu ascetismo. Toda impressão considerada ofensiva ao homem era vista como aceitável por Deus.” Nem o corpo nem as roupas eram lavados – nem mesmo pés ou mãos, exceto por alguma condescendência, de modo que a imundície realmente se tornou a medida do grau de santidade.

19. Antônio, se não o primeiro, foi o principal, o grande exemplo e o mestre dos monges no Egito. Em 305 d.C., ele começou o trabalho de organizar em um corpo estruturado aqueles que aceitavam esse modo de vida. Ele “se dedicou ao trabalho de fazê-los viver em sociedade um com o outro e prescreveu regras para a direção de sua conduta”. Em 341, Atanásio, arcebispo de Alexandria, o grande campeão da ortodoxia católica, “introduziu em Roma o conhecimento e a prática da vida monástica; e uma escola dessa nova filosofia foi aberta pelos discípulos de Antônio, que acompanharam seu primaz até o limiar sagrado do Vaticano. A aparência estranha e selvagem desses egípcios despertou, a princípio, horror e desprezo e, por fim, aplausos e imitação zelosa. Os senadores, e mais especialmente as matronas, transformaram seus palácios e vilas

<sup>10</sup> *Ibid.*, 3º século, parte 2, cap. 3, par. 2; 4º século, parte 2, cap. 3, par. 12.

em casas religiosas, e a limitada instituição de *seis* vestais foi ofuscada pelos frequentes mosteiros que se assentaram nas ruínas de templos antigos e no meio do fórum romano.

20. “Inflamado pelo exemplo de Antônio, um jovem sírio, cujo nome era Hilarião, fixou sua morada sombria em uma praia arenosa, entre o mar e um pântano, a cerca de 11 quilômetros de Gaza. A penitência austera em que ele persistiu durante 48 anos difundiu um entusiasmo semelhante; e o homem santo era seguido por um séquito de 2 ou 3 mil anacoretas sempre que visitava os inúmeros mosteiros da Palestina. A fama de Basílio é imortal na história monástica do Oriente. Com uma mente que provara o aprendizado e a eloquência de Atenas, com uma ambição que dificilmente seria satisfeita só com o arcebispado de Cesareia, Basílio se retirou para um ermo não civilizado no Ponto e se dignou por um tempo em dar leis às colônias espirituais que ele espalhou em profusão ao longo da costa do Mar Negro. No oeste, Martinho de Tours, um soldado, um eremita, um bispo e um santo, estabeleceu os mosteiros da Gália. Dois mil de seus discípulos o seguiram até o túmulo, e seu eloquente historiador desafia os desertos da Tebaida a produzir, em um clima mais favorável, um defensor com virtudes iguais.”

21. “Todas as províncias e, finalmente, todas as cidades do império estavam cheias de multidões crescentes; e as ilhas desoladas e áridas desde Lerins até Lipara, no mar da Toscana, foram escolhidas pelas anacoretas para o local de seu exílio voluntário. [...] Os peregrinos que visitavam Jerusalém copiaram com avidez, nas partes mais distantes da terra, o modelo fiel da vida monástica. Os discípulos de Antônio se espalharam além do trópico sobre o império cristão da Etiópia. O mosteiro de Bangor, em Flintshire, que continha mais de 2 mil irmãos, dispersou uma colônia numerosa entre os bárbaros da Irlanda; e Iona, uma das ilhas do arquipélago das Hébridas, colonizada pelos monges irlandeses, difundiu nas regiões do Norte um raio duvidoso de ciência e superstição” (*Gibbon*).<sup>11</sup> Assim, a cristandade ficou “repleta de um grupo preguiçoso de mortais que, abandonando todas as conexões humanas, vantagens, prazeres e preocupações, levavam uma vida deprimente e miserável, em meio às dificuldades da carência e de vários tipos de sofrimento, a fim de chegar a uma comunhão mais estreita e arrebatadora com Deus e os anjos” (*Mosheim*).<sup>12</sup>

22. “É incrível o tipo de leis rigorosas e severas que eles impunham a si mesmos a fim de apaziguar a Deus e libertar o espírito celestial da escravidão do corpo. Viver entre animais selvagens – pior ainda, à maneira desses animais; perambular como homens loucos em lugares desertos e sem roupas; alimentar seus corpos emaciados com feno e grama; evitar a convivência e até o contato visual com as pessoas; ficar imóvel em certos lugares, por muitos anos, expostos ao clima; trancar-se em choupanas confinadas até que a vida cessasse – e isso era considerado devoção; era visto como o verdadeiro método de trazer à tona a [centelha da] Divindade reclusa nos recessos secretos da alma!”

23. “Entre esses exemplos de loucura religiosa, ninguém ganhou mais veneração e aplausos do que aqueles que foram chamados de *Santos do Pilar* (*Sancti Columnares*), ou estilita, do grego *stylitas*. Eram pessoas de um espírito e gênio singulares, que se mantinham imóveis no topo de altas colunas durante muitos anos, até o fim, de fato, da vida, para o grande espanto da multidão ignorante. Esse esquema se originou no 5º século [395-451] com *Simeão* de Sísea, um

<sup>11</sup> *Decline and Fall*, cap. 37, par. 4.

<sup>12</sup> Século 4º, parte 2, cap. 3, par. 13.

sírio. A princípio um pastor, depois um monge, esse Simeão, para estar mais perto do céu, passou 37 anos da maneira mais desconfortável, no topo de cinco pilares diferentes, cuja elevação era, respectivamente, de 3, 6, 11, 18 e 20 metros; e assim adquiriu para si imensa fama e veneração. Seu exemplo foi seguido posteriormente, embora não igualado, por muitas pessoas na Síria e Palestina, seja por ignorância da verdadeira religião ou por amor à fama.”

24. O topo do último pilar de Simeão “tinha um diâmetro de quase um metro e era cercado por uma balaustrada. Ali ficava ele, dia e noite, e em todos os climas. Durante a noite, e até as nove da manhã, ele estava constantemente em oração, estendendo as mãos e curvando-se tão baixo que a testa tocava os dedos dos pés. Certa vez, um espectador tentou contar o número dessas prostrações sucessivas” e, “depois de contar 1.244 repetições, finalmente desistiu da conta sem fim”. “Às nove horas da manhã, ele começava a se dirigir à multidão de admiradores abaixo, ouvia e respondia às perguntas deles, enviava mensagens, escrevia cartas, etc.; pois ele se preocupava com o bem-estar de todas as igrejas e correspondia com os bispos e até com imperadores.” “Multidões sucessivas de peregrinos da Gália e da Índia saudavam o pilar divino de Simeão. As tribos dos sarracenos disputavam com armas a honra de sua bênção; as rainhas da Arábia e da Pérsia confessava sua virtude sobrenatural; e o eremita angelical era consultado pelo jovem Teodósio sobre as questões mais importantes da igreja e do Estado.” “À noite, ele suspendia sua relação com este mundo e voltava a conversar com Deus até o dia seguinte. Geralmente comia apenas uma vez por semana; nunca dormia; usava uma túnica comprida de pele de carneiro e um boné do mesmo material. Sua barba era muito longa, e seu corpo extremamente emaciado.”

25. “Dessa maneira, relata-se que ele gastou 37 anos e que, finalmente, aos 69 anos de idade, morreu sem ser notado em uma atitude de oração, da qual ninguém se atreveu a perturbá-lo até três dias depois, quando Antônio, seu discípulo e biógrafo, subindo o pilar, descobriu que seu espírito havia partido e seu corpo santo emitia um odor agradável.” “Seus restos mortais foram transportados da montanha de Telenissa por uma solene procissão do patriarca, o mestre-geral do Oriente, 6 bispos, 21 condes ou tribunos e 6 mil soldados. Antioquia passou a reverenciar seus ossos como ornamento glorioso e defesa inexpugnável.” “Seu pilar também foi tão venerado que foi literalmente rodeado de capelas e mosteiros por algumas eras. Simeão era tão avesso às mulheres que nunca permitiu que elas chegassem aos recintos sagrados de seu pilar. Até sua própria mãe foi privada desse privilégio, até depois de sua morte, quando seu cadáver foi trazido a ele. A Índia pagã ainda fornece fanáticos sombrios semelhantes a Simeão e admiradores como os contemporâneos dele – uma prova clara de que suas austeridades eram um enxerto do paganismo, o grande mal religioso de seus dias, e ainda atuante na igreja cristã.”<sup>13</sup>

26. “A igreja cristã nunca teria sido desonrada por esse entusiasmo cruel e antissocial, nem teria sido sujeita àqueles severos tormentos da mente e do corpo a que deu origem, se muitos cristãos não tivessem cometido a imprudência de aceitar a aparência ilusória e o som pomposo dessa máxima da filosofia antiga: ‘Para alcançar a verdadeira felicidade e comunhão com Deus, era necessário que a alma fosse separada do corpo, mesmo aqui na Terra, e que o corpo fosse macerado e mortificado com esse propósito.’” Para vermos como essa nova filosofia

<sup>13</sup> Mosheim, tradução de Murdock, 5º século, parte 2, cap. 3, par. 12, nota. *Decline and Fall* de Gibbon, cap. 37, par. 14, 15.

platônica, ou monástica, estava de acordo com a antiga filosofia e como tudo isso representava a consequência lógica da filosofia platônica, basta consultarmos o próprio Platão. E para que isso possa ser avaliado de maneira imparcial, citaremos as próprias palavras de Platão. Assim ele diz:

“Os verdadeiros filósofos [...] falarão um com o outro em palavras como estas: Descobrimos, eles dirão, um caminho de especulação que parece conduzir a nós e nosso argumento à conclusão de que, enquanto estamos no corpo e enquanto a alma estiver misturada com essa massa do mal, nosso desejo não será satisfeito, e nosso desejo é a verdade. Pois o corpo é uma fonte de problemas sem fim para nós, devido à mera exigência de comida; e também é passível de doenças que nos assolam e nos impedem na busca da verdade; e por nos encher de paixões, concupiscências, medos, fantasias, ídolos e todo tipo de loucura, ele impede que tenhamos, como dizem, até mesmo qualquer pensamento. [...]”

“Além disso, se houver tempo e uma inclinação para a filosofia, o corpo introduz um tumulto, confusão e medo no curso da especulação e nos impede de ver a verdade; e toda a experiência mostra que, se quisermos ter conhecimento puro de qualquer coisa, devemos deixar o corpo, e a alma em si mesma deve contemplar todas as coisas em si mesmas. Então suponho que alcançaremos o que desejamos e que afirmamos amar, ou seja, a sabedoria; não enquanto vivemos, mas depois da morte, como mostra o argumento; pois, se em companhia do corpo a alma não pode ter conhecimento puro, uma das duas coisas parece seguir-se: ou o conhecimento não deve ser atingido de modo algum, ou, se é para ser alcançado de fato, isso será conseguido após a morte. Pois então, e só então, a alma estará só em si mesma e sem o corpo.”

“Na vida atual, acho que adotamos a abordagem mais próxima do conhecimento quando temos o mínimo possível de preocupação com o corpo ou interesse por ele, e não ficamos saturados da natureza corpórea, mas permanecemos puros até a hora em que for do agrado do próprio Deus nos libertar. E então a loucura do corpo será afastada, e seremos puros, e conversaremos com outras almas puras, e conheceremos, por nós mesmos, a luz clara em todos os lugares; e essa é certamente a luz da verdade, pois nada impuro tem a permissão de aproximar-se do puro. [...]”

“E o que é purificação senão a separação da alma do corpo, como eu estava dizendo antes; o hábito da alma de se concentrar em si mesma e de se recolher para dentro de si mesma, distanciando-se de todos os movimentos do corpo? Ou a habitação dela em seu próprio lugar, sozinha, como em outra vida, e também nesta, na medida do possível; a liberação da alma das correntes do corpo?”

“Os amantes do conhecimento estão conscientes de que suas almas, quando a filosofia as recebe, estão simplesmente presas e coladas em seus corpos. A alma só é capaz de ver a existência através das grades de uma prisão, e não em sua própria natureza; ela está mergulhada na lama de toda ignorância; e a filosofia, vendo a terrível natureza de seu confinamento e que a alma cativa, através do desejo, é levada a conspirar em seu próprio cativeiro [...], essa filosofia mostra a ela que isso é visível e tangível, mas que o que ela vê em sua própria natureza é intelectual e invisível. E a alma do verdadeiro filósofo pensa que ela não deve resistir a essa libertação e, portanto, se abstém de prazeres, desejos, dores e medos, na medida do possível.”

“Cada prazer e dor é uma espécie de cravo que prega e prende a alma ao corpo, a absorve e a faz acreditar que é verdade aquilo que o corpo afirma ser verdade; e por concordar com o corpo e por ter os mesmos prazeres, ela é obrigada a ter os mesmos hábitos e modos, e

provavelmente nunca estará pura em sua partida para o mundo abaixo, mas sempre estará saturada com o corpo; de forma que ela logo penetra em outro corpo e aí germina, cresce e, portanto, não participa da comunhão do que é divino, puro e simples.”

“Quando os mortos chegam ao local para o qual o gênio de cada um os conduz, eles primeiro recebem uma sentença, conforme tenham vivido de modo piedoso ou não. E aqueles que parecem não ter praticado nem o bem ou o mal vão para o rio Aqueronte, sobem nas conduções que conseguem alcançar, e nelas são conduzidos para o lago, e lá permanecem e são purificados de seus atos malignos, e sofrem a penalidade dos erros que praticaram contra os outros, e são absolvidos, e recebem as recompensas de suas boas ações de acordo com seus merecimentos. Mas aqueles que parecem incuráveis em razão da grandeza de seus crimes, que cometeram muitos e terríveis atos de sacrilégio, assassinatos infames e violentos, ou similares, são lançados no Tártaro, que é o seu destino adequado, e de lá nunca saem. E aqueles que cometeram crimes que, embora grandes, não sejam imperdoáveis – que em um momento de raiva, por exemplo, fizeram violência a um pai ou uma mãe e se arrependeram pelo resto de suas vidas, ou que tiraram a vida de outra pessoa nas mesmas circunstâncias atenuantes –, estes são mergulhadas no Tártaro, cujos tormentos são obrigados a sofrer por um ano, mas no final do ano a onda as lança fora – passando pelo rio Cócito, no caso de meros homicídios, e pelo Flegetonte, no caso de parricidas e matricidas, sendo conduzidos para o lago Aquerúsia, e lá erguem a voz e invocam as vítimas que mataram ou contra as quais cometeram injustiça, para que tenham pena deles e as receba e as deixem sair do rio para o lago. Se eles prevalecem, saem então do rio e cessam suas desgraças; se não, são transportados de volta ao Tártaro e dali para os rios incessantemente, até alcançarem misericórdia daqueles a quem prejudicaram; pois esta é a sentença infligida a eles por seus juízes. Os que também são notáveis, por terem levado vida santa, são libertados desta prisão terrena e vão para o seu puro lar, que está acima, e habitam na pura terra; e aqueles que se purificaram devidamente com a filosofia vivem a partir de agora completamente sem o corpo, em mansões muito mais belas do que estas, que podem não ser descritas e das quais o tempo não me permite dizer.”

“Não pretendo afirmar que a descrição que dei da alma e de suas mansões seja exatamente verdadeira – um homem sensato dificilmente diria isso. Mas digo que, visto que a alma se mostra imortal, ele pode se arriscar a pensar, de maneira não indevida ou indigna, que algo desse tipo é verdadeiro.”<sup>14</sup>

27. A partir disso, é evidente que todo o sistema monástico, com todas as suas extravagâncias e tormentos na vida e depois no purgatório, era e é nada mais do que a extensão lógica, sob o nome do cristianismo, da filosofia platônica proposta pelo próprio Platão. Essas práticas monásticas da Igreja Católica não eram originais, mesmo em suas extravagâncias, exceto talvez as praticadas pelos santos dos pilares; pois o paganismo, muito antes disso, fazia o mesmo e ainda o faz. E onde quer que seja encontrado, ele segue toda a lógica estrita da filosofia da imortalidade da alma. A respeito das investigações dos antigos filósofos de Grécia e Roma quanto à imortalidade da alma, foi bem observado que “a razão deles costumava ser guiada pela imaginação e tal imaginação havia sido motivada por sua vaidade. Quando enxergaram com autossatisfação a extensão de seus próprios poderes mentais, quando exercitaram as várias faculdades da

<sup>14</sup> Diálogos de Platão – Fédon.

memória, da fantasia e do julgamento nas especulações mais profundas ou nos trabalhos mais importantes, e quando refletiram sobre o desejo pela fama, que os transportava para as eras futuras, muito além dos limites da morte e da sepultura, eles não se mostraram dispostos a [...] supor que um ser, por cuja dignidade nutriam a mais sincera admiração, pudesse se limitar a um pedaço de terra, e por alguns anos de duração” (*Gibbon*).<sup>15</sup>

28. Portanto, é evidente que a vaidade, o amor-próprio, a autoexaltação – o egoísmo – constituem a raiz da filosofia da imortalidade da alma. Foi isso que os levou a se considerar, no que diz respeito à alma deles, “imortais e imperecíveis” (Platão assim afirma claramente)<sup>16</sup> e, portanto, na essência uma parte da Divindade. É isso é confirmado pela revelação. Pois, quando Deus disse ao homem a quem Ele havia formado e dado o domínio sobre toda a terra e sobre todas as

<sup>15</sup> *Decline and Fall*, cap. 15, par. 18.

<sup>16</sup> Isso deve ser compreendido exatamente como é; e também deve ficar claro o quanto o “raciocínio” sobre o qual a imortalidade da alma se fundamenta é presunçoso, completamente vão e inconclusivo. O argumento é aqui estabelecido pelo próprio Platão:

O que é isso cuja inerência tornará o corpo vivo?

A alma.

E é sempre assim?

Sim, claro.

Então, não importa do que a alma venha a se apoderar, a isso ela vem trazendo vida?

Sim, certamente. [Isso pode ser assim apenas na suposição de que a alma tem vida em si mesma, que é autoexistente e, portanto, igual a Deus. A. T. J.]

E existe algo oposto à vida?

Há.

E o que é isso?

A morte.

E como chamamos aquele princípio que não admite a morte?

O imortal.

E a alma admite a morte?

Não.

Então a alma é imortal?

Sim.

E podemos dizer que isso está provado?

Sim, provado em abundância.

\* \* \* \* \*

Se o imortal também é imperecível, então a alma será tanto imperecível quanto imortal; mas se não, alguma outra prova de sua imperecibilidade terá que ser dada.

Nenhuma outra prova é necessária; pois se o imortal, sendo eterno, está sujeito a perecer, então nada é imperecível.

Sim, todos os homens concordarão que Deus, e as formas essenciais de vida, e os imortais em geral, nunca perecerão.

Sim, todos os homens – isso é verdade; e, além disso, deuses, se não me engano, assim como os homens.

Considerando então que o imortal é indestrutível, não deve a alma, se ela é imortal, ser também imperecível?

Certamente.

Então, quando a morte atinge um homem, a parte mortal dele pode morrer, mas o imortal sai do caminho da morte e é preservado são e salvo?

Verdade.

Então, sem dúvida, a alma é imortal e imperecível, e nossa alma realmente existirá em outro mundo?

Estou convencido e nada mais tenho a objetar (Diálogos de Platão – Fédon).

coisas em movimento sobre ela: “De toda árvore comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gênesis 2:16, 17), Satanás veio com estas palavras: “*Certamente não* morreréis. Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se abrirão os vossos olhos, e sereis *como Deus*” (Gênesis 3:4, 5, ARC). A mulher creu nessas palavras satânicas. Então, acreditando, viu o que não era verdade – que a árvore era “desejável para dar entendimento” [“tornar alguém sábio”, KJV], para formar um filósofo; e “tomou-lhe do fruto e comeu, e deu também ao marido, e ele comeu” (Gênesis 3:6).

29. Essa é a origem da filosofia da imortalidade da alma neste mundo. E a única razão pela qual o homem não morreu naquele dia, mesmo na hora em que pecou, é que ali, naquele momento, *Jesus Cristo se ofereceu* em favor do homem e assumiu a morte que então teria caído sobre o homem; e assim deu ao homem outra chance, um tempo de graça [*probation*], um tempo em que pudesse tomar um fôlego, de modo que pudesse escolher a vida. É por isso que Deus pôde dizer imediatamente ao enganador: “Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu lhe ferirás o calcanhar” (Gênesis 3:15; cp. Ageu 2:7, Romanos 16:20, Hebreus 2:14). E assim está escrito: “Eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (João 10:10).

Ele veio para que primeiro tivessem vida; e sem a sua oferta naquele momento, o homem nunca teria tido vida depois que pecou. E tendo vindo para que o homem pudesse ter vida, essa vida tinha e tem o único propósito de ser usada como meio de garantir uma vida mais abundante, a própria vida eterna, a vida de Deus. Assim, é apenas pelo dom de Cristo que qualquer homem neste mundo tem a oportunidade de respirar. E o único objetivo dessa oportunidade de respiração dada ao homem é para que escolha a vida, para que ele viva e escape da morte, que é o salário do pecado e que certamente recairá sobre ele quando Cristo não mais for um mediador e retomar Seu lugar no trono do Universo.

30. E assim está escrito: “Que é a vossa vida? Sois, apenas, como neblina que aparece por instante e logo se dissipa” (Tiago 4:14). E o que é a morte – a morte de que os homens morrem neste mundo? – É na verdade um sono,<sup>17</sup> cujo despertar ocorrerá apenas na ressurreição dos mortos. Assim, a entrada de Cristo em cena, ou seja, o fato de doar-Se a Si mesmo quando o homem pecou, concedeu ao homem essa vida que não passa de vapor e que termina nessa morte que nada mais é que um sono – um sono entre aquela vida que é a vida de fato e aquela morte que é a morte de fato. Portanto, para toda a humanidade é dirigido este convite eterno: “Vê que proponho, hoje, a vida e o bem, a morte e o mal. Escolhe, pois, a vida, para que vivas, tu e a tua descendência” (Deuteronômio 30:15, 19). “Quem ouve a Minha palavra e crê Naquele que Me enviou tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida” (João 5:24).

31. Por conseguinte, “aquele que tem o Filho tem a vida; aquele que não tem o Filho de Deus não tem a vida”; “E o testemunho é este: que Deus nos deu a vida eterna; e esta vida está no Seu Filho” (1 João 5:11, 12). E esta vida que é de fato vida, além da vida que é vapor e da morte que é sono, é assegurada somente em Cristo, por meio da ressurreição dos mortos, como está escrito: “Quando Cristo, que é a nossa vida, Se manifestar, então, vós também sereis manifestados com Ele, em glória” (Colossenses 3:4). “Ora, ainda vos declaramos, por palavra do

<sup>17</sup> Ver João 11:11-14; 1 Tessalonicenses 4:15, 16; Atos 24:15; João 5:28, 29.



Senhor, isto: nós, os vivos, os que ficarmos até à vinda do Senhor, de modo algum precederemos os que dormem. Porquanto o Senhor mesmo, dada a Sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo, e ressoada a trombeta de Deus, descera dos céus, e os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares, e, assim, estaremos para sempre com o Senhor” (1 Tessalonicenses 4:15-17). E sem a ressurreição dos mortos, não há vida por vir; “porque, se os mortos não ressuscitam, [...] é vã a vossa fé, e ainda permaneceis nos vossos pecados. E ainda mais: os que dormiram em Cristo pereceram”. “Se, como homem, lutei em Éfeso com feras, que me aproveita isso? Se os mortos não ressuscitam, comamos e bebamos, que amanhã morreremos” (1 Coríntios 15:16-18, 32).

32. Este é o verdadeiro caminho, o único caminho verdadeiro para a imortalidade; não apenas a imortalidade da alma, mas a imortalidade da alma e do corpo. Pois Cristo comprou e resgatará tanto o corpo quanto a alma, juntos. Ele Se importa, e gostaria que os homens importassem, com o corpo e a alma igualmente, como está escrito: “Amado, acima de tudo, faço votos por tua prosperidade e *saúde*, assim como é próspera a tua alma” (3 João 1:2). Deus “é o único que possui imortalidade” (1 Timóteo 6:16). Cristo “trouxe à luz a vida e a imortalidade, mediante o evangelho” (2 Timóteo 1:10). Assim, a imortalidade é um dom de Deus e é alcançada apenas pelos crentes no evangelho. E a esses é dado apenas na ressurreição dos mortos, como está escrito:

“Nem todos dormiremos, mas transformados seremos todos, num momento, num abrir e fechar de olhos, ao ressoar da última trombeta. A trombeta soará, os mortos ressuscitarão incorruptíveis, e nós seremos transformados. Porque é necessário que este corpo corruptível se revista da incorruptibilidade, e que o corpo mortal se revista da imortalidade. E, quando este corpo corruptível se revestir de incorruptibilidade, e o que é mortal se revestir de imortalidade, então, se cumprirá a palavra que está escrita: Tragada foi a morte pela vitória. Onde está, ó morte, a tua vitória? Onde está, ó morte, o teu aguilhão? O aguilhão da morte é o pecado, e a força do pecado é a lei. Graças a Deus, que nos dá a vitória por intermédio de nosso Senhor Jesus Cristo” (1 Coríntios 15:51-57).

33. Essa é a verdade quanto à imortalidade. Esse é o caminho verdadeiro para que a humanidade passe da mortalidade para a imortalidade. Mas trata-se de um conceito diretamente antagônico à ideia platônica ou pagã de imortalidade e de como alcançá-la. Isso é de uma evidência inquestionável, mas é confirmado com propriedade por um incidente que ocorreu na própria sede da filosofia platônica original – na própria Atenas. Paulo, em uma de suas viagens, chegou a Atenas, onde permaneceu vários dias, e conversou “na sinagoga entre os judeus e os gentios piedosos; também na praça, todos os dias, entre os que se encontravam ali” (Atos 17:17). E em todo o seu discurso ele pregou o evangelho – “Jesus Cristo e Este crucificado” (1 Coríntios 2:2); “Cristo, poder de Deus e sabedoria de Deus” (1 Coríntios 1:24); Cristo e a ressurreição dos mortos; e vida e imortalidade somente por meio de Cristo e a ressurreição dos mortos. Então “alguns dos filósofos epicureus e estoicos contendiam com ele, havendo quem perguntasse: Que quer dizer esse tagarela? E outros: Parece pregador de estranhos deuses; pois pregava a *Jesus* e a *ressurreição*” (Atos 17:18). Isso para eles era uma doutrina completamente nova, algo que nunca haviam ouvido antes. Então eles o pegaram e “o levaram ao Areópago, dizendo: Poderemos

saber que nova doutrina é essa que ensinas? Posto que nos trazes aos ouvidos coisas estranhas, queremos saber o que vem a ser isso” (v. 19, 20). E quando, em pé na colina de Marte, ele lhes pregou o evangelho e pediu a todos que se arrependessem, pois “estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça, por meio de um varão que destinou e acreditou diante de todos, *ressuscitando-o dentre os mortos*. Quando ouviram falar de ressurreição de mortos, uns escarneram, e outros disseram: A respeito disso te ouviremos noutra ocasião” (v. 30-32).

34. Esse relato, inspirado por sinal, demonstra que a concepção cristã de imortalidade não é, em nenhum sentido, a de Platão e dos outros filósofos. Se Paulo tivesse pregado em Atenas a imortalidade da alma, ninguém em Atenas jamais o teria visto como “pregador de estranhos deuses”. Tal pregação nunca teria sido chamada ali de “nova doutrina”. Nada desse tipo jamais teria sido “coisas estranhas” aos seus ouvidos”. Mas o cristianismo não conhece nada que tenha a ver com esse conceito de imortalidade da alma. Foi por isso que Paulo pregou a imortalidade como o dom de Deus por meio de Jesus Cristo e a ressurreição dos mortos; uma imortalidade a ser buscada e obtida somente pela fé em Cristo, pelos crentes em Jesus; uma imortalidade somente por meio de Cristo e a ressurreição dos mortos. Ele pregou que, *sem o evangelho*, todos os homens estão perdidos e sujeitos à morte. Pois assim escreveu aos gregos: “Mas, se o nosso evangelho ainda está encoberto, é para os que se perdem que está encoberto, nos quais o deus deste século cegou o entendimento dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus” (2 Coríntios 4:3, 4). A palavra que ele pregou não foi que a alma é “imortal e imperecível”, mas que “a alma que pecar, essa *morrerá*” (Ezequiel 18:4); que “os malfeitores serão *exterminados*” (Salmo 37:9); que “serão reduzidos a nada” (Isaías 41:11); que “mais um pouco de tempo, e já não existirá o ímpio; procurarás o seu lugar e não o acharás” (Salmo 37:10); que “o salário do pecado é a morte, mas o dom gratuito de Deus é a vida eterna em Cristo Jesus nosso Senhor” (Romanos 6:23). “Tão certo como Eu vivo, diz o Senhor Deus, não tenho prazer na morte do perverso, mas em que o perverso se converta do seu caminho e viva. Converti-vos, converti-vos dos vossos maus caminhos; pois por que haveis de morrer? (Ezequiel 33:11).

35. O egoísmo, manifesto no orgulho e na autoexaltação e sendo a raiz da filosofia da imortalidade da alma, em sua essência, portanto, constitui o único fundamento da santificação e glorificação da alma por meio de toda essa inanição, punições ou exercícios de qualquer tipo que pudessem ser empregados para debilitar o corpo e exaltar a alma, a fim de realizar a separação da alma do corpo e permitir que ela atingisse o alto destino prescrito na filosofia. Consequentemente, a análise da vida monástica é claramente apenas *justiça própria*: “o egoísmo exorbitante tornou-se a regra de vida” (*Draper*).<sup>18</sup> O objetivo da alma devia ser alcançado apenas pelo esforço próprio. As regras que orientavam rumo a esse alvo eram de autoria própria. Eles mesmos prescreviam para si regras pelas quais poderiam se libertar de si mesmos. E como uma lei sem penalidade perde sua força, era perfeitamente lógico que, pela violação das regras que eles haviam prescrito para si mesmos, devessem aplicar sobre si mesmos penalidades em penitências e terríveis punições em qualquer grau necessário para impedir, com a maior certeza possível, qualquer violação adicional

<sup>18</sup> *Intellectual Development of Europe*, vol. 1, cap. 14, par. 7 a partir do fim.

das regras ou qualquer recorrência da ação ou pensamento proscritos. Mas todas as suas regras eram proibições de coisas inerentes ao comportamento deles; todas as suas proscricções estavam relacionadas com coisas que faziam parte da essência da sua natureza; e é impossível que um homem, por qualquer lei, penalidade ou proscricção, impeça seu próprio desejo de fazer o que lhe é nato. Em outras palavras, é impossível que qualquer ser finito se liberte de si mesmo. E quando, em sua própria opinião orgulhosa, alguém conclui que se livrou de si mesmo, como resultado desse orgulho e dessa autoglorificação por aquilo que ele decide ter realizado, o eu é engrandecido mais do que nunca antes. E esse é exatamente o ciclo que era percorrido no sistema autocentrado da filosofia da imortalidade da alma e de sua manifestação lógica no monasticismo.

36. Existe um caminho para a libertação do eu. É o caminho de Cristo e da fé de Cristo, que é “o Caminho”. E assim está escrito: “Tende em vós o mesmo sentimento [ou a mesma *mente* – KJV] que houve também em Cristo Jesus, pois Ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação [algo a que se agarra e não se solta, como um ladrão à coisa roubada] o ser igual a Deus; antes, a Si mesmo Se esvaziou” (Filipenses 2:5-7). Ele, sendo divino, e com todas as perfeições completas, podia esvaziar-Se e ainda assim conservar Sua humildade divina. Ele podia Se esvaziar com sucesso sem qualquer mancha de autoexaltação. E isso foi realizado em Si mesmo a fim de que coisas semelhantes fossem realizadas em toda a humanidade; tendo se esvaziado, para que todo homem se esvaziasse de *si* mesmo, agora a todo ser humano chega esta palavra: “Tende em *vós* o mesmo sentimento [*mente* – KJV] que houve também em Cristo Jesus, [...] [que] a Si mesmo Se esvaziou.” Não pense que você é igual a Deus; não pense que você é imortal; não pense que igualdade com Deus é algo a ser conquistado e mantido firme. Mas “tende em *vós* o mesmo sentimento [*mente* – KJV] que houve também em Cristo Jesus, [...] [que] a Si mesmo Se esvaziou”. E essa mente que estava em Cristo realizará em *you* exatamente o que realizou Nele: ela fará você se esvaziar de si mesmo. Você também se tornará “obediente até à morte e morte de cruz”; essa mente permitirá que o mundo seja crucificado para você e você para o mundo; e assim você será libertado “deste mundo perverso, segundo a vontade de nosso Deus e Pai” (Gálatas 1:4). E tudo isso sem regras, penitências ou punições, mas pelo poder divino da “justiça de Deus [que] se revela no evangelho, de fé em fé” (Romanos 1:16).

37. O frenesi de fanatismo que os devotos do monasticismo alcançaram era um puro reflexo da grande popularidade que a filosofia monástica havia adquirido. E assim a profissão monástica tornou-se o padrão de toda virtude – adotado pela ordem clerical, reis e imperadores e as multidões. Os que não eram da ordem monástica, a fim de terem qualquer posição reconhecida em qualquer parte, eram obrigados a imitar, ou pelo menos demonstrar que estavam imitando, o comportamento dos monges, tanto quanto era possível sem se tornarem monges. E uma coisa em particular que foi exigida, e com uma força tal que não deixava outra opção, foi o celibato do clero.

38. “O casamento era permitido a todo o clero, do mais alto ao mais baixo. No entanto, os que viviam no celibato eram considerados mais santos e excelentes. Pois a convicção geral era a de que aqueles que possuíam vínculo matrimonial eram muito mais expostos aos ataques de espíritos malignos do que outros. E era de imensa importância que nenhum espírito impuro ou maligno assaltasse a mente ou o corpo de quem devia instruir e dirigir outros. Tais pessoas, portanto, desejavam, se possível, não ter nada a ver com a vida conjugal. E isso muitos clérigos, especialmente na África, se esforçaram para realizar com o mínimo de violência a suas inclinações,

pois recebiam em suas casas e até em suas camas algumas das mulheres que haviam jurado castidade perpétua, afirmando, no entanto, e de modo extremamente piedoso, que não mantinham relações vergonhosas com elas. Consideravam essas conexões como um casamento da alma, sem o casamento do corpo. Essas concubinas eram chamadas pelos gregos de *suneisaktoi* [plural de *suneisaktos* – introduzido junto; governanta de um sacerdote – *Liddell and Scott*] e pelos latinos de *mulieres subintroductae* [mulheres secretamente trazidas]“ (*Mosheim*).<sup>19</sup>

39. No início, todas as ordens de monges eram compostas por leigos. Mas quando alcançaram um elevado nível de popularidade – e, portanto, de santidade –, muitos deles, pela voz das multidões, ou mesmo pelo comando dos imperadores, eram escolhidos para o cargo clerical e até para bispados. A princípio, também, quando eram leigos, eles, como outros leigos, estavam sujeitos à jurisdição episcopal da diocese de que faziam parte. Mas devido à grande popularidade e ao grande número deles, tornaram-se tão poderosos e, com sua autoexaltação, tão arrogantes que, às vezes, desafiavam a autoridade dos bispos; e não apenas dos bispos, mas também dos imperadores; e a maré violenta e virulenta de suas paixões arrastava tudo à sua frente.

40. Os bispos se ressentiam dessa desconsideração por sua autoridade; os monges, por sua vez, se ressentiam do fato de os bispos terem esse sentimento. Assim, pouco a pouco, desenvolveu-se uma condição contínua de divergência entre o bispado e as ordens monásticas. Em suas discussões com os bispos, os monges invariavelmente apelavam para o bispo de Roma; e assim, aos poucos, por meio de uma pequena isenção após a outra, chegou enfim o ponto em que, pela autoridade do papa, os monges ficaram totalmente isentos de toda jurisdição episcopal, devendo prestar contas diretamente ao próprio bispo de Roma. Isso ampliou em grande medida a importância dos monges e trouxe ao papa um vasto exército que permeava toda a cristandade – um exército de fanáticos, que, por sua própria filosofia, estavam acostumados às mais selvagens agruras; e que, portanto, estavam preparados para passar pelo fogo ou inundação e enfrentar qualquer tipo de morte sem vacilar a serviço do líder deles e para a propagação da forma de religião de cuja criação eles próprios foram em grande medida instrumentos.

41. Isso também deu ao bispo de Roma um exército de devotos que estavam dispostos a empregar qualquer meio, mesmo os mais selvagens, para garantir o reconhecimento de sua autoridade e a conformidade com sua religião. Pois o próprio “martírio voluntário [deles] deve ter destruído gradualmente a sensibilidade tanto da mente quanto do corpo; tampouco se pode presumir que os fanáticos, que se atormentam, sejam suscetíveis a qualquer afeto vivo pelo resto da humanidade. Um temperamento cruel e insensível distingue os monges de todas as épocas e países. Sua indiferença, que raramente é amenizada pela amizade pessoal, é inflamada pelo ódio religioso; e seu zelo impiedoso administrou com vigor o santo ofício da Inquisição” (*Gibbon*).<sup>20</sup>

<sup>19</sup> Século 3º, parte 2, par. 7.

<sup>20</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 37, par. 14.

## CAPÍTULO 9

---

# CONTROVÉRSIA TEOLÓGICA – CONCÍLIO DE ÉFESO

*Alexandria e Constantinopla – Crisóstomo Deposto – Ambos Apelam ao Papa – Cirilo de Alexandria – Nestório de Constantinopla – Apelações a Roma – Convocação de um Concílio Geral – Preliminares do Concílio – Condenação de Nestório – Cirilo Suborna o Tribunal e Ganha – A Deificação de Maria.*

UM elemento no processo de estabelecimento do império eclesiástico que é impossível de ser ignorado é a controvérsia teológica; e outro é a rivalidade episcopal e a ambição pela supremacia. Esses dois elementos foram combinados com facilidade: um promovendo o outro e ambos contribuindo para a exaltação do bispo de Roma.

2. Isso acontecia porque, em toda controvérsia sobre teologia, cada partido se esforçava para trazer o bispo de Roma para seu lado, de modo que se comprometesse com o estágio da doutrina mantida por esse partido; e quando a controvérsia era decidida por um concílio geral, o partido derrotado invariavelmente apelava ao bispo de Roma; e em todas as disputas de bispos rivais, e especialmente de patriarcas rivais, essa era a regra. Nessas rivalidades, manifestadas por controvérsia teológica ou por ambição episcopal, os recorrentes, mesmo sendo imperadores, que estivessem dispostos a empregar qualquer título lisonjeiro e a conceder qualquer honra, esses tinham maior probabilidade de ganhar para o lado deles o bispo de Roma. E honrarias dessa natureza agradavam sempre e em grande medida o bispo de Roma, que nunca deixava de aceitá-las e nunca as esquecia. E qualquer que fosse o caminho que o bispo de Roma adotasse em relação à causa pela qual o título lisonjeiro ou a dignidade haviam sido concedidos, todas essas coisas eram mantidas com tenacidade, perpetuamente valorizadas e sempre empregadas como provas incontestáveis de sua supremacia, bem como do fato de ser ele a única fonte verdadeira de apelo e alguém plenamente digno de ostentar todas essas honrarias.

3. Pelo zelo piedoso de Teodósio, “a unidade da fé” havia sido supostamente assegurada, uma vez que, por decreto imperial e repressão inquisitorial, o império havia se tornado católico. Todos os esforços possíveis do imperador haviam sido empreendidos para alcançar e também garantir a paz da igreja. Mas a paz estava tão distante da igreja agora como sempre estivera e muito mais distante do Estado do que nunca.

4. Nessa época, entre os principais bispados do império, o desejo de supremacia havia se tornado tão absorvente que cada um exercia toda a influência possível para que os outros bispados estivessem sob sua jurisdição. A rivalidade, no entanto, foi mais acirrada entre o bispado de Alexandria e o de Constantinopla. Dentre as grandes sés do império, Alexandria havia sempre ocupado o segundo lugar. Agora, porém, Constantinopla era a principal cidade imperial; e o Concílio de Constantinopla havia ordenado que o bispo de Constantinopla ocupasse a primeira posição depois do bispo de Roma. O partido alexandrino argumentou que essa dignidade era meramente honorária e não

carregava nenhuma jurisdição. Roma, vendo a direção a que o cânone poderia levar, ficou do lado de Alexandria. Constantinopla, no entanto, insistia firmemente que o cânon concedia jurisdição em toda a extensão da honra. O bispo de Constantinopla, portanto, aspirava à posição plena de segundo lugar, e Alexandria sentia-se enciumada ao extremo por causa dessa aspiração.

5. Teodósio morreu em 395 d.C. e foi sucedido por seus dois filhos, Arcádio e Honório, pelos quais o império foi dividido permanentemente. Arcádio tornou-se imperador do Oriente e Honório do Ocidente. Embora Arcádio ocupasse o trono e levasse o nome de “imperador”, “o Oriente agora era governado por mulheres e eunucos” (*Milman*).<sup>1</sup> Eutrópio, o eunuco, era o primeiro-ministro de Arcádio. Com a morte de Nectário, Eutrópio havia trazido de Antioquia um presbítero chamado João, apelidado de Crisóstomo – a boca de ouro – e o constituiu bispo de Constantinopla. Pelo exercício da disciplina, Crisóstomo comprometeu-se a purificar o bispado. Ele “expôs com indignação inabalável os vícios e a corrupção do clero e envolveu todos eles em uma acusação indiscriminada de simonia e licenciosidade” (*Milman*).<sup>2</sup> Em um progresso episcopal através da Lídia e Frígia, ele depôs 13 bispos. Ele declarava sua livre opinião afirmando “que o número de bispos que poderiam ser salvos era proporcionalmente muito menor do que o daqueles que seriam condenados” (*Gibbon*).<sup>3</sup> Além disso, e com muito mais perigo para si mesmo, havia conquistado a inimizade dos monges, declarando com evidente verdade que eles eram “a desgraça de sua santa profissão”.

6. Essas medidas colocaram toda a ordem eclesiástica contra ele, e começaram a conspirar a sua queda. Isso abriu o caminho para o bispo de Alexandria novamente afirmar sua autoridade. Teófilo, um prelado violento e inescrupuloso, agora era bispo de Alexandria, e imediatamente adotou a causa dos descontentes, que orgulhosamente o aceitaram como líder.

7. Outro novo elemento foi acrescentado: Crisóstomo não restringiu suas denúncias ao clero e aos monges, mas as pronunciou contra as mulheres da corte, e especialmente contra a imperatriz Eudóxia, uma jovem e bela mulher de disposição violenta, “que se entregava a paixões e desprezava o marido” (*Gibbon*).<sup>4</sup> A ela Crisóstomo insultou como outra Jezabel. Ela não era o tipo de mulher que aceitaria isso sem reagir. Ela convocou Teófilo a Constantinopla para presidir um concílio para depor Crisóstomo. Ele veio com um “corpo reforçado de marinheiros egípcios” para protegê-lo e uma comitiva de bispos para fazer parte do concílio.

8. Teófilo e seus seguidores se uniram aos inimigos de Crisóstomo, totalizando 36 bispos, e realizaram o concílio em um lugar ou propriedade chamada *Ad Quercem* – no carvalho. Quatro vezes o concílio convocou Crisóstomo para aparecer, enviando a seguinte carta:

“O Santo Sínodo no Carvalho a João: cartas contendo queixas de incontáveis ofensas cometidas por você nos foram entregues. Apareça, portanto, e traga com você os sacerdotes Serapião e Tígrio, pois precisamos deles.”<sup>5</sup>

<sup>1</sup> *History of Christianity*, livro 3, cap. 9, par. 36.

<sup>2</sup> *Ibid.*, par. 45.

<sup>3</sup> *Decline and Fall*, cap. 27, par. 9, nota.

<sup>4</sup> *Ibid.*, par. 13.

<sup>5</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 115, par. 4.

9. Crisóstomo, por sua vez, reuniu um concílio de 40 bispos e enviou três dos bispos e dois sacerdotes com uma carta a Teófilo dizendo-lhe que ele não deveria perturbar a igreja e que se ele, apesar do cânone niceno, queria resolver alguma disputa além de sua diocese, deveria ir até Constantinopla e “não, como Caim, instigar Abel para o campo”. Na carta, ele também declarou que, como havia uma acusação contra Teófilo contendo 70 acusações, era ele quem realmente deveria ser chamado a prestar contas em vez de presidir um concílio para julgar outro; além disso, havia mais bispos no concílio em Constantinopla do que com Teófilo no Carvalho. Ao mesmo tempo, ele escreveu em particular para outros bispos no Carvalho, dizendo-lhes que, se eles excluíssem do concílio seus inimigos declarados, ele apareceria em qualquer momento que quisessem; mas se não, ele não apareceria, mesmo que fosse convocado 10 mil vezes. Em resposta a essa carta, um notário foi enviado a Crisóstomo com um decreto imperial de que ele “devia aparecer no sínodo”; ao mesmo tempo, um padre e um monge trouxeram uma nova convocação do sínodo no Carvalho. Crisóstomo então enviou representantes autorizados para o Carvalho. “Eles foram tratados de maneira rude, e o processo contra ele foi colocado em pleno andamento” (*Hefele*).<sup>6</sup>

10. O concílio reuniu-se por duas semanas, e durante esse período foram formuladas 29 acusações diferentes, entre as quais as consideradas mais graves eram que ele havia “administrado o batismo depois de comer”, que havia “administrado o sacramento àqueles que da mesma maneira haviam quebrado o jejum” (*Milman*).<sup>7</sup> Ele foi condenado por unanimidade, e, como o número de bispos havia aumentado, 45 bispos assinaram o decreto.

11. Tendo-o deposto, era necessário executar a sentença, mas, devido à vigilância da população, isso tinha que ser feito à noite. Para evitar um tumulto, ele se entregou secretamente aos oficiais imperiais, que o conduziram através do Bósforo e o desembarcaram em um local próximo à entrada do Mar Negro. Teófilo e seus seguidores haviam chegado à cidade, e, no dia seguinte, quando as pessoas souberam que Crisóstomo havia sido levado embora, “subitamente se levantaram com uma fúria unânime e irresistível. Teófilo escapou; mas a multidão indistinta de monges e marinheiros egípcios foi massacrada sem piedade nas ruas de Constantinopla” (*Gibbon*).<sup>8</sup>

12. Na noite seguinte, houve um terremoto inofensivo, mas foi prontamente utilizado para servir de evidência da ira do Céu contra a deposição de Crisóstomo. A própria Eudóxia, tão supersticiosa quanto o resto, ficou assustada com isso, e quando a multidão se aglomerou no palácio afirmando a vingança do Céu e exigindo o retorno de Crisóstomo, ela foi a Arcádio, pediu seu retorno e, para apaziguar a população, publicou uma carta “negando toda hostilidade ao prelado banido e declarando que ela era ‘inocente do sangue dele’” (*Milman*).<sup>9</sup>

13. Crisóstomo voltou em triunfo. A cidade inteira, homens, mulheres e crianças, compareceu por encontrá-lo. As margens estavam lotadas; o Bósforo estava coberto de navios; e as duas margens estavam pomposamente iluminadas. Quando desembarcou, com hinos de ação de graças e cânticos de louvor, eles o escoltaram até a catedral. Crisóstomo subiu ao púlpito e fez o seguinte discurso:

<sup>6</sup> *Ibid.*, par. 6.

<sup>7</sup> *History of Christianity*, livro 3, cap. 9, par. 46, nota.

<sup>8</sup> *Decline and Fall*, cap. 32, par. 11.

<sup>9</sup> *History of Christianity*, livro 3, cap. 9, par. 50.

“O que devo dizer? Bendito seja Deus! Essas foram minhas últimas palavras em minha partida, essas foram as primeiras em meu retorno. Bendito seja Deus porque Ele permitiu que a tempestade se enfurecesse. Bendito seja Deus porque Ele a acalmou. Que meus inimigos contemplem como a conspiração deles promoveu minha paz e redundou em minha glória. Antes, somente a igreja estava lotada, agora todo o fórum se tornou uma igreja. Os jogos estão sendo comemorados no circo, mas todo o povo corre como uma torrente para a igreja. Suas orações em meu favor são mais gloriosas que um diadema – as orações de homens e mulheres; pois em *Cristo não há homem nem mulher*.”<sup>10</sup>

14. Exultante em sua vitória sobre seus oponentes, ele irrompeu mais violentamente do que nunca em denúncias contra a imperatriz. A estátua de Eudóxia estava prestes a ser erigida em frente à catedral. Parece que isso era para ser realizado em um dia de festival, e, nessas ocasiões, danças, pantomimas e todo tipo de teatro eram exibidos livremente. Crisóstomo proferiu um protesto estrondoso contra essa celebração, pois seu zelo “sempre foi especialmente dirigido contra esses divertimentos idólatras que muitas vezes, ele confessa, esvaziavam a igreja de seus ouvintes” (*Milman*).<sup>11</sup> Suas denúncias foram relatadas à imperatriz como insultos pessoais a ela. Ela ameaçou convocar outro concílio para depô-lo novamente. Ele respondeu com um sermão ainda mais ousado do que tudo antes, no qual a comparou a Herodias, exclamando: “Novamente Herodias se enfurece; novamente está perturbada; ela dança de novo; e novamente deseja receber a cabeça de João numa bandeja”.<sup>12</sup>

15. O imperador imediatamente o suspendeu, e um concílio foi convocado, o qual, sob a orientação de Teófilo, novamente o condenou, mas sob a acusação de que ele havia resistido aos decretos do sínodo anterior e de ter violado os cânones da igreja em retomar e exercer o cargo de bispo, ainda sob condenação de um concílio. A sentença de exílio foi novamente pronunciada, e um destacamento de tropas bárbaras foi trazido para a cidade para ajudar os oficiais imperiais na execução da sentença.

“No meio da solene celebração da Sexta-feira Santa, na grande igreja de Santa Sofia, os militares abriram caminho, não apenas na nave, mas até o altar, sobre o qual estavam postos os elementos consagrados. Muitos adoradores foram pisoteados; muitos feridos pelas espadas dos soldados. O clero foi arrastado para a prisão; algumas mulheres, que estavam prestes a ser batizadas, foram obrigadas a fugir rapidamente com suas roupas desarranjadas. As águas da pia estavam manchadas de sangue; os soldados se precipitaram até o altar; apreenderam os vasos sagrados como pilhagem; os elementos sagrados foram espalhados! [...] Constantinopla por vários dias teve a aparência de uma cidade que havia sido invadida. Onde quer que os partidários de Crisóstomo se reunissem, eram atacados e dispersos pelos soldados; as mulheres foram expostas ao insulto, e uma tentativa frenética foi feita para assassinar o prelado” (*Milman*).<sup>13</sup>

16. Crisóstomo foi escondido por seus amigos, mas depois de um tempo escapou deles e se entregou novamente. Mais uma vez ele foi retirado da cidade à noite; e foi então banido,

<sup>10</sup> *Ibid.* par. 51.

<sup>11</sup> *Ibid.*, par. 54.

<sup>12</sup> *Ecclesiastical History* de Sócrates, livro 6, cap. 18.

<sup>13</sup> *History of Christianity*, livro 3, cap. 9, par. 56.



em 404 d.C., para uma cidade chamada Cáucaso nas montanhas da Armênia. E “no mesmo dia de sua partida, alguns amigos de João atearam fogo à igreja, que, por meio de um forte vento oriental, se espalhou para a casa do Senado” (*Sócrates*).<sup>14</sup>

17. Assim que Crisóstomo foi permanentemente mandado embora, Teófilo enviou ao bispo de Roma a informação de que ele havia deposto o bispo de Constantinopla, mas sem lhe dizer o porquê. Crisóstomo também, de seu local de exílio, dirigiu-se ao bispo de Roma, relatando os procedimentos contra ele e pedindo a Inocente “que declarasse nulos e inválidos esses procedimentos perversos, que pronunciasse todos os que tinham qualquer participação neles puníveis de acordo com as leis eclesiásticas e que continuasse a demonstrar para com ele as marcas de sua caridade e comunhão” (*Bower*).<sup>15</sup>

18. Como era de se esperar, Crisóstomo também pediu ao bispo de Roma que usasse sua influência para que um concílio geral fosse convocado para resolver o assunto. Também foram enviadas cartas do clero de Constantinopla e dos bispos que estavam do lado de Crisóstomo, pedindo a Inocente que se interessasse pelo caso. Inocente respondeu a ambos com a afirmação de que ele admitia os bispos de ambas as partes em sua comunhão e, portanto, não deixou espaço para reclamações de nenhum dos lados; e que o concílio que se pretendia realizar não poderia ser tendencioso já de antemão. Inocente apelou ao imperador Honório, pedindo-lhe para convencer Arcádio a concordar com a convocação de um concílio geral para resolver a disputa e as dissensões entre Crisóstomo e Teófilo. Honório escreveu três cartas a Arcádio, e a última foi a seguinte:

“É a terceira vez que escrevo a Vossa Mansidão pedindo que corrija e retifique os procedimentos iníquos que foram levados a cabo contra João, bispo de Constantinopla. Acho que nada foi feito até agora em seu favor. Tendo, portanto, muito no coração a paz da igreja, que será acompanhada com a do nosso império, escrevo a você novamente por meio desses santos bispos e presbíteros, desejando muito que você ordene que os bispos do Oriente se reúnam em Tessalônica. Os bispos ocidentais enviaram cinco do seu grupo, dois presbíteros da Igreja Romana e um diácono, todos homens da mais estrita equidade e completamente livres de parcialidade relacionada a favor e ódio. Eu imploro que você receba esses com o respeito devido à sua posição e mérito. Se eles acharem que João foi justamente deposto, eles podem me separar da comunhão dele; e você da comunhão dos orientais, se parecer que ele foi injustamente deposto. Os bispos ocidentais expressaram claramente suas opiniões nas muitas cartas que me escreveram sobre o assunto da presente disputa. Destas eu lhe envio duas, uma do bispo de Roma, outra do bispo de Aquileia; as demais estão de acordo com essas. Acima de tudo, preciso implorar a Vossa Mansidão que obrigue Teófilo de Alexandria a ajudar no concílio, não importa o quanto ele seja avesso à sua realização; pois ele é o primeiro e principal autor das atuais calamidades. Assim, o sínodo, reunindo-se sem delongas ou obstruções, restaurará a paz e a tranquilidade em nossos dias.”<sup>16</sup>

19. As cartas de Honório foram não apenas desconsideradas, mas seus embaixadores foram insultados e abusados. Quando soube do ocorrido, estava prestes a declarar guerra, mas foi impedido por uma invasão dos bárbaros. Assim, os esforços para obter um concílio geral sobre essa

<sup>14</sup> *Ecclesiastical History*, livro 6, cap. 18.

<sup>15</sup> *History of the Popes*, Inocente I, par. 8.

<sup>16</sup> *Bower, Ibid.*, par. 14.

questão foram inúteis. Quando Inocente se inteirou disso, decidiu ficar do lado de Crisóstomo. Publicou, portanto, uma carta anunciando o fato e separando sua comunhão de Teófilo e todos os que eram do seu partido. Crisóstomo morreu em 407, mas o bispo de Roma continuou com a disputa e se recusava a comungar com o novo bispo de Constantinopla, a menos que ele reconhecesse que Crisóstomo era o bispo legítimo daquela cidade até o dia de sua morte. Como isso seria reconhecer que sua própria eleição ao bispado de Constantinopla era ilegal, Ático se recusou; e a disputa foi mantida por mais sete anos, mas finalmente houve um acordo em 414.

20. A imperatriz Eudóxia morreu por volta de 405 d.C. O imperador Arcádio morreu em 1º de maio de 408 d.C., deixando um filho – Teodósio II – de 7 anos de idade, herdeiro do trono, e uma filha, Pulquéria, com 10 anos de idade, a qual, depois de 414 d.C., ocupou o lugar mais importante nos assuntos do império por 40 anos. Aos 20 de idade e pelas artimanhas de Pulquéria, Teodósio II casou-se com Eudócia, que era quase oito anos mais velha que ele, e esses jovens incapazes foram mantidos em uma “infância perpétua, rodeados apenas por um grupo bajulador de mulheres e eunucos” e governados por mulheres, eunucos e monges.

21. A guerra com Crisóstomo chegara ao fim, mas as raízes da amargura e as sementes dos conflitos ainda permaneciam entre Alexandria e Constantinopla. E embora os dois homens que eram bispos dessas duas cidades estivessem em harmonia no que diz respeito à confusão sobre Crisóstomo, ainda existia o mesmo ciúme quanto à dignidade de suas respectivas dioceses, e logo eclodiu mais violentamente do que nunca. O assunto da próxima disputa era uma questão de doutrina, e, assim como na *homoousion*, era tão intangível, as crenças dos disputantes eram tão similares, e ainda assim estavam tão determinados a não ter a mesma crença, e os homens que a lideravam eram tão arrogantes e cruéis, que desde o começo a disputa se mostrou mais violenta do que qualquer outra que havia existido.

22. Em 412 d.C., Cirilo, sobrinho de Teófilo, tornou-se bispo de Alexandria. Ele foi um dos piores homens de seu tempo. Ele iniciou seu episcopado fechando as igrejas dos novacianos, “os mais inocentes e inofensivos dos sectários”, tomando posse de todos os seus ornamentos eclesiásticos e vasos consagrados e despojando seu bispo Teopempto de todas as suas posses. Cirilo também não estava contente com o exercício de funções estritamente episcopais como essas; ele aspirava à autoridade absoluta, civil e eclesiástica.

23. Ele expulsou os judeus, um total de 40 mil, destruiu suas sinagogas e permitiu que seus seguidores os destituíssem de todas as suas posses. Orestes, o prefeito do Egito, descontente com a perda de um número tão grande de pessoas ricas trabalhadoras, protestou e enviou um relatório ao imperador. Cirilo também escreveu ao imperador. Nenhuma resposta veio da corte, e o povo pediu a Cirilo que se reconciliasse com o prefeito, mas seus avanços foram feitos de tal maneira que o prefeito não estava disposto a receber ninguém. Os monges chegaram do deserto, um total de 500, para defender a causa de Cirilo.

24. Orestes estava passando pelas ruas em sua carruagem. Os monges reuniram-se a seu redor, insultaram-no e o denunciaram como pagão e idólatra. Orestes, pensando que talvez pensassem assim, e sabendo que sua vida estava em perigo, chamou-lhes a atenção para o fato de que ele era cristão e havia sido batizado por Ático, bispo de Constantinopla. Sua defesa foi em vão. Em resposta, um dos monges jogou uma grande pedra, que o atingiu na cabeça e o feriu

de modo que seu rosto ficou coberto de sangue. Com isso, todos os seus guardas fugiram para salvar a vida; mas a população veio em socorro, expulsou os monges e capturou quem atirou a pedra. O nome dele era Amônio, e o prefeito o castigou com tanta severidade que pouco depois veio a óbito. “Cirilo ordenou que seu corpo fosse levado; as honras de um mártir cristão foram degradadas ao serem conferidas a esse insolente baderneiro, seu panegírico foi pronunciado na igreja, e ele foi intitulado *Thaumasius* – o maravilhoso” (*Milman*).<sup>17</sup>

25. Mas o partido de Cirilo continuou com atos mais violentos ainda do que esse. Naquela época, havia em Alexandria uma professora de Filosofia, uma mulher, chamada Hipátia. Ela dava palestras públicas, com a participação tão grande dos principais da cidade que Cirilo ficou com ciúmes pelo fato de mais pessoas irem ouvir as palestras dela do que virem ouvi-lo pregar. Ela era amiga de Orestes, e também foi feita a acusação de que ela, mais do que qualquer outra pessoa, era a causa pela qual Orestes não se reconciliava com Cirilo. Um dia, enquanto Hipátia passava pela rua em uma carruagem, ela foi atacada por uma multidão de partidários de Cirilo, cujo líder era Pedro, o Leitor. Ela foi arrancada de sua carruagem, despida na rua, arrastada para uma igreja e espancada até a morte com um porrete por Pedro, o Leitor. Então eles rasgaram cada membro do seu corpo e, com conchas, raspavam a carne dos ossos e jogaram os restos no fogo, em março de 414 d.C.

26. Esse era Cirilo – agora São Cirilo –, bispo de Alexandria. E além de sua disposição naturalmente tirânica e assassina, “ciúme e animosidade em relação ao bispo de Constantinopla eram um legado sagrado transmitido por Teófilo ao sobrinho, e Cirilo administrou fielmente o patrimônio fatal” (*Milman*).<sup>18</sup>

27. Em 428, foi nomeado para o bispado de Constantinopla um monge de Antioquia, chamado Nestório, que em maldade de disposição só perdia para Cirilo de Alexandria. Em seu sermão de ordenação diante da grande multidão de pessoas, ele dirigiu pessoalmente ao imperador as seguintes palavras: “Dê-me, meu príncipe, a terra purgada de hereges, e eu lhe darei o Céu como recompensa. Ajude-me a destruir os hereges, e eu o ajudarei a vencer os persas”.<sup>19</sup>

28. Cinco dias depois, de acordo com essa proposta, Nestório começou a fazer sua parte para purificar a terra dos hereges. Havia um pequeno grupo de arianos que se reunia em uma casa particular para adoração. Esses foram surpreendidos e atacados, e quando viram a casa sendo despedaçada e despedida, atearam fogo nela, que queimou o prédio e muitos outros adjacentes. Por causa disso, Nestório recebeu de ambas as partes o apelido apropriado de “Incendiário”. Esse ataque aos arianos foi seguido por outro furioso contra os quartodecimanos, que celebravam a Páscoa em outro dia que não o domingo católico; e também contra os novacianos. A autoridade do imperador controlou um pouco a fúria dele contra os novacianos, mas ela se alastrou sem ser molestada contra os quartodecimanos por toda a Ásia, Lydia e Cária, e multidões pereceram nos tumultos que ele provocou, especialmente em Mileto e Sardes.

29. E então esses dois homens violentos, Nestório e Cirilo, se tornaram os respectivos campeões dos dois lados de uma controvérsia que dizia respeito à fé da Igreja Católica, a saber, se Maria

<sup>17</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 3, par. 23.

<sup>18</sup> *Ibid.*, par. 21.

<sup>19</sup> *Ecclesiastical History* de Sócrates, livro 7, cap. 29.

era a Mãe de Deus ou não. Na longa disputa e nas sutis distinções se o Filho de Deus é da *mesma* substância que o Pai, ou apenas de substância *semelhante* à Dele, Cristo havia sido removido inteiramente da compreensão do povo. E devido ao caráter frenético e à disposição cruel dos homens que continuaram a controvérsia como representantes de Cristo, os membros da igreja ficaram com medo Dele. E agora, em vez de Jesus se apresentar como Mediador entre os homens e Deus, Ele foi removido para tão longe e foi revestido de um aspecto tão ameaçador, que se tornou necessário ter um mediador entre os homens e Cristo. *E nesse lugar a Virgem Maria foi colocada.*

30. Isso deu origem à pergunta sobre qual era o relacionamento exato de Maria com Cristo. Ela era realmente a mãe da divindade de Cristo e, portanto, a Mãe de Deus? Ou ela era apenas a mãe da humanidade de Cristo? Por um tempo considerável, a questão já era agitada, e entre um povo cujos ancestrais, durante séculos, haviam sido adoradores devotos das deusas-mães – Diana e Cibele – o título “Mãe de Deus” era recebido com alegria e vigorosamente mantido. Esse partido falava de Maria como “portadora de Deus”; o partido contrário a chamava de “portadora de homem”; enquanto um terceiro partido intermediário tentava fazer com que todos falassem dela como “portadora do Cristo”.

31. Como dito anteriormente, essa questão já havia sido bastante agitada, mas quando dois personagens como Cirilo e Nestório a abraçaram, ela rapidamente se tornou a questão mais importante e o tópico que prendia a atenção de todos. Nestório começou a agitar o assunto no seu primeiro sermão depois de se tornar bispo de Constantinopla. Ele negou que Maria pudesse ser chamada apropriadamente de Mãe de Deus. Alguns de seus sacerdotes imediatamente se retiraram de sua comunhão e começaram a pregar contra sua heresia, e os monges também se apressaram nessa obra. Nestório denunciou todos eles como homens miseráveis, chamou a polícia e mandou açoitar e aprisionar alguns deles, especialmente vários monges que o acusaram ao imperador. A partir disso, a controvérsia se espalhou rapidamente, e Cirilo, instigado pelo ciúme natural e herdado, veio em socorro em defesa do título “Mãe de Deus”.

“Cirilo de Alexandria, para aqueles que consideram a afirmação severa e inflexível de certos princípios cristãos como a suprema e primordial virtude cristã, pode ser o herói, até o santo; mas enquanto ambição, intriga, arrogância, rapacidade e violência forem proscritas como meios não-cristãos; enquanto a barbárie, perseguição, derramamento de sangue forem vistos como maldade profana e não evangélica, a posteridade condenará o Cirilo ortodoxo como um dos piores hereges contra o espírito do evangelho” (*Milman*).<sup>20</sup>

32. Não é necessário colocar neste livro os argumentos blasfemos de ambos os lados. É suficiente dizer que nessa controvérsia, como na *homoousion*, toda a disputa era apenas sobre palavras e termos. Cada um determinou que o outro deveria expressar a doutrina disputada em suas próprias palavras e ideias, enquanto ele próprio não conseguia expressar claramente suas ideias em palavras diferentes das dos demais.

“Nunca houve um caso em que as partes em disputa se aproximassem tão de perto. Ambos concordavam com o credo niceno e recorriam a ele; ambos admitiam a pré-existência e a impassibilidade da Palavra eterna; mas o dever fatal [...] de considerar a detecção de

<sup>20</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 3, par. 20.

heresia a primeira das obrigações religiosas, misturado, como era o caso nesse momento, com paixões e interesses humanos, tornou a brecha irreparável” (*Milman*).<sup>21</sup>

33. Cirilo exigiu que Nestório confessasse que Maria era a Mãe de Deus, sem nenhuma distinção, explicação ou qualificação. E como Nestório não concordou, Cirilo o denunciou em todos os lugares como herege, incitou o povo de Constantinopla contra ele e enviou cartas ao imperador, à imperatriz e a Pulquéria, para provar a eles que a Virgem Maria “deveria ser chamada” a Mãe de Deus. Ele declarou que contestar tal título era heresia grosseira e, por adulação, e declarando que quem quer que questionasse esse título não merecia a proteção da família imperial, procurou que a corte se posicionasse contra Nestório. Mas Nestório tinha a vantagem em relação à corte, porque ele estava presente em Constantinopla.

34. Cartas ferozes também foram trocadas entre Cirilo e Nestório, e ambos enviaram cartas a Celestino, bispo de Roma. Nestório enviou a sua primeiro, mas ele escreveu em grego, e Celestino teve que enviá-la para a Gália para ser traduzida para o latim, de modo que pudesse lê-la. Antes que a carta de Nestório fosse devolvida da Gália, a carta de Cirilo havia chegado, escrita em latim; com ela também enviou alguns dos sermões de Nestório, que ele havia traduzido para o latim para o benefício de Celestino. Além disso, ele citou Atanásio e Pedro de Alexandria, que deram a Maria o título de Mãe de Deus. Celestino convocou um concílio em Roma, em 430 d.C. Foram lidas as cartas e documentos de Cirilo e Nestório, após o que Celestino fez um longo discurso para provar que “a Virgem Maria era verdadeiramente a Mãe de Deus”. Ele apoiou seus pontos de vista por meio de citações dos bispos orientais, que Cirilo havia citado, e também de seus antecessores Dâmaso e Hilário, e de Ambrósio de Milão, que fazia com que as pessoas no dia de Natal, todos os anos, cantassem um hino em homenagem a Maria, em que ela era chamada de Mãe de Deus.

35. O concílio declarou que Nestório era “o autor de uma nova e muito perigosa heresia”, elogiou Cirilo por se opor a ela, declarou a doutrina de Cirilo estritamente ortodoxa e condenou à deposição de seus cargos todos os eclesiásticos que recusassem a adotá-la. Celestino transmitiu a Nestório a decisão do concílio e, em nome do concílio e em seu próprio nome, ordenou-lhe publicamente, e em uma apologia por escrito, que renunciasse a suas opiniões heréticas dentro de dez dias após o recebimento da carta, ou incorreria na pena de excomunhão. No mesmo dia, Celestino também escreveu uma carta a Cirilo, indicando-o como seu agente para executar a decisão do concílio e dando-lhe poderes para, em nome dele e com a autoridade da Sé Apostólica, excomungar e depor Nestório, se ao encerrarem os dez dias ele não se retratasse. Outras cartas também foram enviadas ao mesmo tempo ao clero e aos leigos de Constantinopla e aos principais bispos do Oriente, exortando-os à firmeza na fé e declarando que todo aquele que Nestório havia excomungado ou deposto por causa dessa questão fosse considerado como estando em comunhão com o bispo de Roma.

36. Todas essas cartas foram enviadas a Cirilo, que, ao recebê-las, convocou um concílio dos bispos egípcios e elaborou 12 proposições com suas respectivas maldições, as quais Nestório deveria assinar caso decidisse obedecer à sentença do concílio em Roma e se retratar de suas

<sup>21</sup> *Ibid.*, par. 15.

opiniões. Também era exigido que Nestório não apenas reconhecesse o credo de Niceia, mas que *acrescentasse uma declaração escrita e juramentada* de tal anuência e que condenaria todas as suas “afirmações perniciosas e profanas” anteriores e concordaria no futuro em “acreditar e ensinar o mesmo que Cirilo, o Sínodo e os bispos do Oriente e do Ocidente” (*Hefele*).<sup>22</sup>

37. Tudo isso, com o decreto do Concílio de Roma, foi enviado por quatro bispos a Nestório em Constantinopla. Esses bispos, para demonstrar o máximo possível de autoridade, foram à catedral no domingo, no momento do serviço público, e entregaram os documentos a Nestório, enquanto ele realizava o serviço principal do dia. Em resposta a esses decretos, Nestório, em um sermão pregado no sábado seguinte, declarou que, para manter a paz e a tranquilidade da igreja, “ele estava pronto para conceder o título de ‘Mãe de Deus’ à Virgem Maria, desde que nada mais estivesse envolvido, a não ser que o homem nascido dela estava unido à Divindade”. Mas Cirilo insistiu que ele adotasse as 12 proposições e suas maldições que o Sínodo Alexandrino havia enviado. Como resposta final, Nestório elaborou 12 proposições contrárias com suas respectivas maldições, exigindo que Cirilo concordasse com elas.

38. Agora era meado de dezembro de 430. Todo o tempo em que essas discussões continuavam, ambas as partes estavam pedindo um concílio geral; e em 19 de novembro, os imperadores Teodósio II e Valentiniano III haviam emitido cartas ordenando que um concílio geral se reunisse em Éfeso na primavera de 431.

39. De todos os lugares do mundo, Éfeso era o local em que menos possibilidade havia de realizar um exame justo da questão. Como Diana, a Virgem Maria era agora a padroeira de Éfeso; e o pior era que os católicos pagãos eram mais fanaticamente devotos dela do que os efésios pagãos haviam sido de Diana. Mas um exame justo da questão, ou de fato qualquer exame genuíno, não era a pretensão de Celestino e Cirilo. A única intenção deles era a rendição incondicional ou a condenação de Nestório. *Cirilo foi nomeado por Celestino para presidir o concílio.* Ele se dirigiu a Celestino perguntando se Nestório deveria ter a permissão de ser membro do concílio. Celestino lhe disse que ele deveria fazer tudo para restaurar a paz na igreja e conquistar Nestório para a verdade; mas se Nestório estivesse bastante determinado contra isso, “ele deveria colher o que, com a ajuda do diabo, havia semeado” (*Hefele*).<sup>23</sup>

40. Celestino também enviou uma carta ao imperador Teodósio II, dizendo que ele não poderia comparecer ao concílio, mas que participaria por meio de *comissários*. Ele desejava que o imperador “não permitisse inovações nem perturbações da paz da igreja. Ele deveria até considerar os interesses da fé mais altos do que os do Estado; e a paz da igreja como muito mais importante do que a paz das nações”. As instruções de Celestino a seus comissários tinham a mesma intenção. Ele ordenou que “se posicionassem estritamente em favor de Cirilo”, mas que fossem, ao mesmo tempo, firmes no sentido “de preservar a dignidade da sé apostólica”. Eles foram instruídos a participar de todas as reuniões do concílio, sem, todavia, participar de qualquer das discussões, mas deveriam “julgar” as opiniões dos outros. E finalmente, a carta que Celestino enviou por esses legados aos bispos em concílio exortava-os a “preservar a verdadeira fé” e terminava com estas palavras:

<sup>22</sup> *History of the Church Councils*, seção 131, par. 1.

<sup>23</sup> *Ibid.*, seção 133.

“Os legados devem estar presentes nos procedimentos do sínodo e farão valer aquilo que o papa há muito tempo decidiu em relação a Nestório, pois ele não duvida que os bispos reunidos concordarão com isso.”<sup>24</sup>

41. Nenhum dos imperadores estava presente no concílio, mas designaram conjuntamente o conde Candidiano, capitão da guarda imperial, como o “Protetor do Concílio”. Nestório veio com 16 bispos, acompanhados por uma guarda armada composta por banhistas de Constantinopla e um horda de camponeses. Além disso, pelo favor especial do imperador, um oficial, Irineu, com um corpo de soldados, foi designado para protegê-lo. Cirilo veio com 50 bispos egípcios, muitos banhistas, “uma multidão de mulheres” de Alexandria e marinheiros em sua frota com os quais podia contar. Ao chegar a Éfeso, a ele juntou-se Mêmnon, bispo daquela cidade, com 52 bispos e uma multidão de camponeses que ele atraía para a cidade. Juvenal, bispo de Jerusalém, veio com seus bispos subordinados, mas não sabemos o número; estes também eram hostis a Nestório e juntaram-se a Cirilo e Mêmnon. Outros vieram de Tessalônica, Apameia e Hierópolis, e quando o concílio foi aberto, havia 198 bispos presentes, incluindo os legados do papa, e *sem contar* com Nestório. João de Antioquia, com os bispos de sua diocese, estava a caminho, mas só chegou a Éfeso depois que a parte de Cirilo no concílio já estava encerrada.

42. O concílio deveria ter se reunido em 7 de junho de 431, mas devido a atrasos dos bispos de Jerusalém, Tessalônica e Antioquia, ele só foi aberto em 22 de junho, e, mesmo assim, os bispos de Antioquia não haviam chegado. Mas todo esse tempo foi gasto em disputas preliminares, conquistando partidários e despertando o ânimo da população. Como Cirilo tinha a grande maioria dos bispos ao seu lado, e como a cidade já era devota da “Mãe de Deus”, Nestório estava em grande desvantagem, e seus inimigos não hesitaram em deixá-lo a par disso e em fazê-lo sentir isso. Cirilo pregou um sermão em que prestou a seguinte homenagem idólatra a Maria:

“Bendita sejas tu, ó Mãe de Deus! Tu, rico tesouro do mundo, lâmpada inextinguível, coroa da virgindade, cetro da verdadeira doutrina, templo imperecível, habitação Daquele que nenhum espaço pode conter, mãe e virgem, por meio de quem Ele é, que vem em nome do Senhor. Bendita sejas tu, ó Maria, que mantiveste no teu ventre o Infinito; tu, por meio de quem a abençoada Trindade é glorificada e adorada, por meio de quem a preciosa cruz é adorada em todo o mundo, por meio de quem o Céu se regozija e anjos e arcanjos se alegram, por meio de quem o diabo é desarmado e banido, por meio de quem a criatura caída é restaurada ao Céu, por meio da qual toda alma que crê é salva.”<sup>25</sup>

43. Cirilo e seu partido pediram que o concílio fosse aberto sem mais demora. Como o imperador havia exigido particularmente a presença de João de Antioquia, Nestório insistia em esperar até que ele chegasse; e Candidiano apoiou Nestório. Cirilo recusou, e ele e seus partidários se reuniram na Igreja da Virgem Maria para prosseguir com o concílio. Assim que o conde Candidiano soube disso, correu para a igreja para proibir a reunião e lá caiu em uma armadilha eclesiástica. Ele declarou que eles estavam agindo em desafio ao decreto imperial que deveria guiar o concílio. Eles responderam que, como não tinham visto o documento, não sabiam o que ele exigia deles. O conde o leu para eles. Era exatamente o que queriam. Declararam que a

<sup>24</sup> *Ibid.*, par. 3.

<sup>25</sup> *History of the Christian Church* de Schaff, vol. 3, seção 171, par. 10.

*leitura do decreto legalizava a reunião!* Acolheram-no com “altos e leais clamores”, declararam o início do concílio e ordenaram ao conde que se retirasse de uma assembleia na qual ele não tinha mais nenhum lugar legítimo.

44. Candidiano protestou contra a injustiça do processo; e então, ele mesmo diz, eles “de forma injusta e ignominiosa o expulsaram”. Em seguida, expulsaram todos os bispos, em número de 68, que sabidamente favoreciam Nestório, “e então iniciaram seus procedimentos como o Senado legítimo da cristandade” (*Milman*).<sup>26</sup>

45. Um dos presbíteros de Cirilo era secretário, e ele abriu formalmente os trabalhos do concílio lendo uma declaração da disputa que os unira. Em seguida, a carta do imperador convocando o concílio foi lida. Eles enviaram quatro bispos para solicitar o comparecimento de Nestório. Ele se recusou com cortesia a reconhecer a legalidade daquela assembleia. Uma segunda delegação de quatro bispos foi enviada, e eles retornaram com a informação de que a guarda não lhes havia permitido se aproximar dele e que haviam recebido de seus assistentes a mesma resposta de antes. Uma terceira delegação de quatro foi enviada, e eles retornaram com o relatório de que ficaram sujeitos à indignidade de ficar de pé no calor do Sol, sem receberem resposta alguma. Tendo feito um esforço tão intenso para ter Nestório presente, mas em vão, eles “tristemente” começaram os procedimentos sem ele.

46. O credo niceno foi primeiramente lido e depois a carta de Cirilo a Nestório, com as 12 proposições e as maldições que as acompanhavam, todas confirmadas solenemente por todos os bispos um após o outro.

47. Depois foi lida a carta de Nestório a Cirilo, com as 12 contraproposições e suas maldições. Um após o outro, os bispos se levantaram e declararam as proposições blasfemas e proferiram com veemência as maldições anexas. Então, quando a lista foi concluída, todos eles se levantaram e, com um poderoso brado cujo eco reverberou nos arcos da grande igreja, gritaram: “*Anátema para quem não anatematiza Nestório! Anátema! Anátema! O mundo inteiro se une na excomunhão! Anátema sobre quem comunga com Nestório!*”<sup>27</sup>

48. Em seguida, leram-se as cartas de Celestino, condenando-o, as quais fizeram parte dos atos do concílio. Depois, seguiu-se a leitura das declarações dos escritos de Atanásio, Pedro de Alexandria, Júlio I, Félix I de Roma; Teófilo de Alexandria, Cipriano, Ambrósio, Gregório Nazianzeno, Basílio, o Grande, Gregório de Nissa, Ático de Constantinopla e Anfilóquio de Icônio, tudo no sentido de que Maria era a Mãe de Deus. Então as almas piedosas de coração terno, de acordo com suas próprias palavras, procederam, “com muitas lágrimas, à declaração desta triste sentença”:

“Como, além de outras coisas, o ímpio Nestório não obedeceu à nossa citação e não recebeu os santos bispos que lhe foram enviados por nós, fomos obrigados a examinar suas doutrinas ímpias. Descobrimos que ele possuía e publicara doutrinas ímpias em suas cartas e tratados, bem como nos discursos que ele proferiu nesta cidade, dos quais temos testemunhos. Instados pelos cânones, e de acordo com a carta de nosso santíssimo pai e conservo Celestino, o bispo romano, chegamos, com muitas lágrimas, a esta sentença dolorosa contra ele, a

<sup>26</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 3, par. 49.

<sup>27</sup> *Ibid.*, par. 22.



saber, que nosso Senhor Jesus Cristo, contra quem ele blasfema, decreta, pelo santo sínodo, que Nestório seja excluído da dignidade episcopal e de toda comunhão sacerdotal.”<sup>28</sup>

49. Todos os bispos assinaram essa sentença, sendo enviada em seguida a Nestório com o seguinte endereçamento: “A Nestório, um segundo Judas”. Todos esses procedimentos, desde a visita e protesto de Candidiano até a notificação a Nestório, foram realizados em um único dia e numa única sessão prolongada. Agora era noite. Pregoeiros foram enviados por toda a cidade para publicar os decretos do concílio e anunciar as alegres novas de que Maria era realmente a Mãe de Deus. Em todos os lugares eles foram recebidos com os mais altos gritos de alegria. A multidão correu para as ruas e às pressas foram em direção à igreja. Com tochas acesas, escoltavam os bispos até suas moradas, as mulheres marchando adiante e queimando incenso. A cidade inteira estava iluminada, e as canções e exultações continuaram até altas horas da noite. A manifestação superou em muito a de seus ancestrais diretos, que, quando tentaram matar o apóstolo Paulo, “todos a uma voz gritaram por espaço de quase duas horas: Grande é a Diana dos efésios!” (Atos 19:34).

50. Cinco dias depois, João de Antioquia, com seus bispos, chegou e ficou muito surpreso ao saber que o concílio havia terminado. Ele reuniu cerca de 50 bispos, que condenaram por unanimidade as doutrinas de Cirilo e os procedimentos do concílio e declarou amaldiçoados todos os bispos que haviam participado dele. Cirilo e Mêmnon responderam com contramaldições. Cartas vieram de Celestino, e o concílio de Cirilo se reuniu formalmente para recebê-las. Quando foram lidas, todo o grupo ergueu-se novamente e clamou a uma voz: “*O concílio agradece ao segundo Paulo, Celestino; ao segundo Paulo, Cirilo: a Celestino, protetor da fé; a Celestino, unânime com o concílio. Um Celestino, um Cirilo, uma fé em todo o concílio, uma fé em todo o mundo!*”<sup>29</sup>

51. Em seguida, o concílio de Cirilo enviou mensageiros a João com propostas, mas ele se recusou a vê-los. Então o concílio declarou nulos todos os atos do concílio de João, depôs e excomungou a ele e a todos os bispos de seu partido. João ameaçou eleger um novo bispo de Éfeso no lugar de Mêmnon, a quem seu concílio depusera. Um partido tentou forçar a entrada na catedral; mas encontrando-a defendida por Mêmnon com uma forte guarnição, retiraram-se. As forças de Mêmnon arremeteram-se contra eles, empurrando-os pelas ruas com paus e pedras, ferindo perigosamente muitos.

52. Ao saber que o concílio havia sido realizado, e Nestório deposto antes da chegada de João de Antioquia, a corte havia enviado uma carta, mas só foi recebida nesse momento do conflito. Essa carta anulava todos os trabalhos do concílio e ordenava uma reconsideração da questão por toda a assembleia dos bispos agora presentes. A carta também anunciava a nomeação de outro oficial imperial, um dos mais altos oficiais do Estado, para ajudar o conde Candidiano.

53. O tribunal não havia divulgado em Constantinopla os procedimentos do concílio e a deposição de Nestório. Cirilo enviou uma mensagem secreta aos monges de Constantinopla, anunciando que Nestório havia sido deposto e excomungado. O objetivo disso era, por meio da agitação desses fanáticos, influenciar a corte. O fraco Teodósio II se admirava diante da santidade dos monges. “Seu palácio era tão regulado que pouco diferia de um mosteiro”. Em 422, morreu um deles que era conhecido pelo tipo de santidade que se atribui a um monge, e Teodósio garantiu

<sup>28</sup> *History of the Church Councils*, seção 134, par. 6.

<sup>29</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 3, par. 56

para si “sua batina de pano de saco, que, embora estivesse excessivamente imunda, ele usava como capa, esperando que assim se tornasse um participante, em algum grau, da santidade do falecido” (*Sócrates*).<sup>30</sup> E agora, ao receber a mensagem de Cirilo, um certo Dalmácio, famoso por sua imunda santidade, deixou sua cela e se colocou à frente de todo o rebanho de monges e arquiandritas em Constantinopla e nos arredores. Eles marcharam solenemente pelas ruas, e, em todos os lugares que passavam, a população explodia em maldições contra Nestório. Eles marcharam para o palácio e se acomodaram junto aos portões; mas a influência principal na corte ainda era favorável a Nestório, e suas manifestações não tiveram efeito imediato.

54. A essa altura, os relatórios de ambas as partes haviam chegado ao tribunal. Teodósio, depois de examinar os dois relatos, aprovou os *dois* e declarou Nestório, Cirilo e Mêmnon depostos, todos os três. Quanto à fé deles, ele declarou “todos os três igualmente ortodoxos”, mas os depôs como uma punição que, segundo ele, os três mereciam por serem os principais autores de distúrbios contínuos.

55. O novo comissário imperial foi enviado a Éfeso com a carta anunciando a decisão do imperador. Assim que chegou, ele convocou os bispos diante dele. Mêmnon se recusou a comparecer. Aqueles que vieram, no entanto, mal chegaram e cada facção começou a denunciar a outra. Cirilo e seu partido declararam a presença de Nestório insuportável e exigiram que ele fosse expulso. O partido de Nestório e João de Antioquia exigiu com a mesma severidade que Cirilo fosse expulso. Como nenhuma das partes conseguia o que queria, começaram a brigar. O comissário imperial teve que ordenar que seus soldados separassem os bispos pugilistas e interrompessem a luta. Quando a ordem foi cumprida, as cartas imperiais foram lidas. Assim que a sentença de deposição contra Cirilo e Mêmnon foi lida, o alvoroço recomeçou e outra luta só foi impedida pela prisão dos três cabeças. Nestório e João de Antioquia se entregaram sem queixas; mas Cirilo fez um discurso “no qual se mostrou vítima de perseguição, sofrida por inocência apostólica e suportada com resignação apostólica” e depois rendeu-se à “necessidade inevitável”. Mêmnon foi perseguido e também levado em custódia. Cirilo escapou e, com sua guarda de banhistas, mulheres e marinheiros, partiu para Alexandria.

56. O imperador ordenou em seguida que oito bispos de cada partido comparecessem em sua presença em Constantinopla. Eles foram enviados, mas, devido aos ânimos violentos dos monges de Constantinopla, foi considerado inseguro que entrassem na cidade, e, portanto, foram detidos em Calcedônia, no lado oposto do Bósforo. Lá o imperador os encontrou. O verão inteiro foi passado nessas contendas do concílio, e agora era 4 de setembro quando o imperador lhes concedeu a primeira audiência. Quatro vezes o imperador os fez comparecer diante dele e os ouviu de modo satisfatório. Ele parecia tão decidido a favorecer o partido de Nestório que eles pensavam que a vitória já havia sido conquistada. Eles estavam tão certos disso que até enviaram cartas para o partido deles em Éfeso, instruindo-os a enviar uma mensagem de agradecimento por sua bondade.

57. Mas na quinta reunião, todas as suas perspectivas brilhantes foram destruídas. Cirilo, de seu posto em Alexandria, enviou milhares de libras de ouro, com instruções a Maximiano, bispo de Constantinopla, para adicionar a isso, não apenas a riqueza daquela igreja, mas seu es-

<sup>30</sup> *Ecclesiastical History*, livro 7, cap. 22.

forço pessoal máximo para despertar “o zelo lânguido da princesa Pulquéria na causa de Cirilo, aplacar todos os cortesãos e, se possível, satisfazer a rapacidade deles” (*Milman*).<sup>31</sup> Como a avareza era uma das paixões dominantes dos eunucos e mulheres que governavam Teodósio II,

“toda via de acesso ao trono estava corrompida pelo ouro. Sob os nomes decentes de *elogios* e *bênçãos*, os cortesãos de ambos os sexos eram subornados de acordo com a medida de sua rapacidade. Mas suas exigências incessantes despojaram os santuários de Constantinopla e Alexandria; e a autoridade do patriarca era incapaz de silenciar o justo murmúrio de seu clero de que uma dívida de 60 mil libras já havia sido contraída para apoiar as despesas dessa corrupção escandalosa” (*Gibbon*).<sup>32</sup>

58. Os esforços de Cirilo foram finalmente eficazes. O eunuco Escolástico, um dos principais ministros do imperador e apoiador da causa de Nestório na corte, foi comprado; e foi isso que causou a repentina revolução na conduta do imperador em relação ao partido de Nestório. Na quinta e última audiência que ele deu aos delegados, o imperador lhes disse imediatamente que era melhor abandonar Nestório e admitir Cirilo e Mêmnon na comunhão deles. Eles protestaram, mas ele não quis ouvir nada. Ele terminou as audiências e voltou no dia seguinte a Constantinopla, levando consigo os bispos do partido de Cirilo, para ordenar com legitimidade o sucessor de Nestório no bispado de Constantinopla. Pouco tempo depois, foi emitido um decreto imperial declarando Nestório justamente deposto, restabelecendo Cirilo e Mêmnon em suas respectivas dioceses, pronunciando todos os outros bispos como ortodoxos e dando a todos permissão para voltarem para suas casas. Isso dissolveu o concílio.

59. Mesmo antes da dissolução do concílio, o imperador tinha enviado uma ordem a Nestório, exigindo que ele deixasse Éfeso e retornasse ao mosteiro de onde fora chamado ao arcebispado de Constantinopla. Pelos esforços persistentes de Celestino, bispo de Roma, e outros, o imperador foi induzido – em 436 d.C. – a banir Nestório e dois de seus amigos – um conde do império e um presbítero de Constantinopla – para Petra na Arábia. Em 30 de julho, no mesmo ano, foi emitido um edito imperial ordenando que todos os que acreditavam no ensino de Nestório fossem chamados simonianos e que todos os livros de Nestório fossem procurados e publicamente queimados; proibindo também os nestorianos de realizar reuniões em qualquer lugar, na cidade, na vila ou no campo; e se uma dessas reuniões fosse realizada, o local da reunião deveria ser confiscado, como também as propriedades de todos os que comparecessem à reunião. Nestório não teve permissão de permanecer muito tempo em Petra. Ele foi levado dali para um lugar distante no deserto entre o Egito e a Líbia e dali foi arrastado de um lugar a outro até morrer das dificuldades infligidas, em que data ao certo não se sabe, mas em cerca de 440 d.C.

60. Essa foi a causa e a conduta do primeiro Concílio de Éfeso, o terceiro concílio geral da Igreja Católica. E assim foi estabelecida a doutrina católica de que a Virgem Maria era a Mãe de Deus.

61. A controvérsia continuou, no entanto, não parou, como era de se esperar, até 8 de dezembro de 1854, quando o papa Pio IX estabeleceu a divindade efetiva da Virgem Maria, anunciando o dogma da Imaculada Conceição, que diz o seguinte:

<sup>31</sup> *History of the Latin Christianity*, livro 2, cap. 3, par. 64.

<sup>32</sup> *Decline and Fall*, cap. 47, par. 15.

“Pela autoridade de nosso Senhor Jesus Cristo e dos abençoados apóstolos Pedro e Paulo, assim como pela nossa própria, declaramos, promulgamos e definimos que a doutrina que ensina que a mui abençoada Virgem Maria, no instante de sua concepção, foi mantida livre de toda mancha do pecado original apenas pela graça e prerrogativa do Deus onipotente, em virtude dos méritos de Jesus Cristo, o Salvador da humanidade, foi revelada por Deus e, por essa razão, deve ser crida firme e continuamente por todos os fiéis.”<sup>33</sup>

---

<sup>33</sup> “Encyclopedia Britannica”, artigo “Immaculate Conception” [Imaculada Conceição]. A seguir, o original conforme apresentado: *Auctoritate Domini Nostri Jesu Christi, beatorum Apostolorum Petri et Pauli, ac Nostra, declaramus, pronuntiamus et definimus, doctrinam, quae tenet Beatissimam Virginem Mariam in primo instanti suae Conceptionis fuisse singulari Omnipotentis Dei gratia et privilegio, intuitu meritorum Christi Jesu, Salvatoris humani generis, ab omni originalis culpae labe praeservatam immunem, esse a Deo revelatam, atque idcirco ab omnibus fidelibus firmiter constanterque credendam.*”

## CAPÍTULO 10

.....

# CONTROVÉRSIA TEOLÓGICA – SEGUNDO CONCÍLIO DE ÉFESO

*A Controvérsia Eutiquiana – Eusébio em um Dilema – Prenúncio da Inquisição – Apelos a Roma – Instruções ao Concílio – O Assassinato de Flaviano – Legitimidade do Concílio.*

TENDO sido decidido que a Virgem Maria era a Mãe de Deus, dessa decisão surgiu agora outra questão envolvendo a natureza de Cristo. A pergunta era: como a natureza divina se relacionava com a humana para que Maria pudesse verdadeiramente ser chamada de Mãe de Deus? Ou seja, a natureza divina se tornou humana? Ou a natureza divina estava apenas unida à humana? Em outras palavras: havia duas naturezas em Cristo? Ou havia apenas uma?

2. Agora era 448 d.C. e a controvérsia eutiquiana se iniciava. Para uma compreensão clara do caso, será melhor apresentar formalmente os personagens principais.

3. Teodósio II ainda era imperador do Oriente; Valentiniano III, o imperador do Ocidente.

4. Êutiques era o abade, ou superior, de um mosteiro perto de Constantinopla. Ele havia sido o líder dos monges na disputa contra Nestório. “A seu pedido, os enxames de monges se amontoaram nas ruas, desafiaram o poder civil, aterrorizaram o imperador e contribuíram mais do que qualquer outra causa para a derrocada final de Nestório. Ele envelhecera na guerra contra a heresia” (*Milman*).<sup>1</sup>

5. Flaviano era agora o ocupante da sede episcopal de Constantinopla.

6. Crisáfio era outro eunuco, que havia alcançado a posição de ministro-chefe de Teodósio II, e também era afilhado de Êutiques. Ele estava levando avante uma intriga na corte para quebrar o poder de Pulquéria, exaltando a influência de Eudócia. Ele também esperava colocar Êutiques no trono episcopal de Constantinopla. A ascensão de Flaviano a essa dignidade havia impedido esse projeto por enquanto, mas ele ainda o mantinha em mente. Quando Flaviano foi empossado no bispado, Crisáfio exigiu que ele oferecesse ao imperador a oferta de ouro que era habitual nessas ocasiões. Em vez de trazer ouro, Flaviano trouxe apenas três pães consagrados. Crisáfio se aproveitou disso para predispor o imperador contra o arcebispo.

7. Dióscoro era agora arcebispo de Alexandria. Nessa altura, como descrição dele, será suficiente simplesmente observar que ele era um segundo Cirilo e deixar que o progresso da narrativa o revele exatamente como era.

8. Leão I, “o Grande”, era bispo de Roma e considerava Dióscoro “um prelado adornado com muitas virtudes e enriquecido com os dons do Espírito Santo”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 4, par. 22.

<sup>2</sup> *History of the Popes* de Bower. Leão, par. 22.

9. Eusébio era bispo de Dorileia, uma posição para a qual tinha sido designado depois de ter ocupado um cargo civil na casa de Pulquéria. Ele também fora um adversário pioneiro, ardente e persistente de Nestório. Esse Eusébio agora se apresentava como o acusador de Êutiques.

10. Num pequeno sínodo que fora convocado para outro propósito em Constantinopla, em 8 de novembro de 448 d.C., Eusébio apresentou uma queixa por escrito contra Êutiques e pediu que fosse lida. A queixa era que Êutiques havia acusado mestres ortodoxos de nestorianismo – até o próprio Eusébio. À queixa foi anexada a exigência de que Êutiques fosse convocado perante o presente sínodo para responder.

11. Quanto ao próprio Eusébio, ele anunciou que estava pronto para provar que Êutiques não tinha “direito ao nome de católico” e que estava “longe da verdadeira fé”. Flaviano expressou surpresa e disse a Eusébio que ele deveria ir até Êutiques e, por meio de uma entrevista particular, tentar convencê-lo da verdadeira fé; e se ele realmente se mostrasse herege, ele o intimaria a comparecer diante do sínodo. Eusébio disse que já estivera com ele várias vezes. Flaviano pediu que ele fosse novamente, mas ele recusou; então o sínodo enviou um padre e um diácono, como delegados, para transmitir a Êutiques as acusações e convocá-lo ao sínodo, que se reuniria novamente em quatro dias.

12. O sínodo se reuniu novamente, em 12 de novembro, e Eusébio reafirmou sua queixa, acrescentando que, por meio de conversas e discussões, Êutiques havia desencaminhado muitos outros. Ele então sugeriu que o sínodo expressasse a verdadeira fé sobre a questão que havia sido levantada. Flaviano apresentou uma carta que Cirilo escrevera a Nestório no início da controvérsia entre eles; o ato do Concílio de Éfeso que aprovava essa carta; e outra carta, escrita por Cirilo, sobre o fim dessa controvérsia. Ele exigiu que os bispos presentes concordassem com as declarações ali contidas, como expressão da verdadeira fé de acordo com o credo niceno, no qual eles sempre acreditaram e ainda acreditavam, a saber:

“Jesus Cristo, o Filho unigênito de Deus, é Deus verdadeiro e homem verdadeiro, subsistindo com uma alma racional e um corpo, gerado pelo Pai antes de todos os tempos, sem começo, segundo a Divindade, mas nos últimos tempos, por nós homens e por nossa salvação, nascido da Virgem Maria, segundo a humanidade; de uma substância com o Pai, segundo a Divindade, e de uma substância com a mãe, segundo a humanidade. Confessamos que Cristo, após a encarnação, consiste em duas naturezas em uma hipóstase [personalidade] e em uma pessoa; um Cristo, um Filho, um Senhor. Quem quer que afirmar o contrário, excluimos do clero e da igreja.”<sup>3</sup>

13. Todos eles assinaram a carta; então, por sugestão de Eusébio, ela foi enviada aos que estavam ausentes para assinarem.

14. A próxima sessão do sínodo foi realizada em 15 de novembro, e os delegados que foram enviados a Êutiques relataram que ele se recusara a comparecer, pelo motivo de que, quando se tornou monge, resolveu nunca deixar o mosteiro para ir a qualquer lugar que fosse. Além disso, lhes disse que o sínodo deveria saber que Eusébio havia sido seu inimigo por muito tempo e que era apenas por malícia que ele agora o acusava. Ele disse que estava pronto para afirmar e subscrever as declarações dos Concílios de Niceia e Éfeso. O sínodo o convocou novamente, e mais uma vez ele se recusou a ir. Então Eusébio declarou: “Os culpados têm sempre meios de escapar; Êutiques deve agora ser trazido para cá, mesmo contra sua vontade. O sínodo o convocou pela terceira vez.

<sup>3</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 172, par. 3.

15. Na reunião seguinte, um mensageiro veio da parte de Êutiques dizendo que estava doente. Flaviano lhe disse que o sínodo esperaria até Êutiques melhorar, mas que então deveria vir. Na reunião seguinte, os delegados que haviam sido enviados com a terceira convocação relataram que Êutiques lhes havia dito que ele havia enviado seu mensageiro ao arcebispo e ao sínodo para que, em seu nome, desse seu parecer favorável às declarações dos Concílios de Niceia e Éfeso, “e a tudo o que Cirilo havia proferido”. Nesse momento, Eusébio interrompeu com a seguinte declaração: “Mesmo que Êutiques agora aceite, porque alguns lhe disseram que ele está obrigado a concordar, *isso não significa que eu tenha cometido alguma injustiça, pois é com referência, não ao futuro, mas ao passado que eu o acusei*”.<sup>4</sup> Os delegados então concluíram com a informação de que ele chegaria ao sínodo na segunda-feira seguinte.

16. Na hora marcada, Êutiques chegou, mas não veio sozinho. Veio acompanhado por um mensageiro do conselho privado do imperador e escoltado por uma grande multidão composta por soldados e servos do prefeito pretoriano e “um bando de monges turbulentos”. O representante do imperador levou uma carta ao sínodo, na qual o imperador dizia:

“Desejo a paz da igreja e a manutenção da fé ortodoxa, que foi afirmada pelos pais em Niceia e Éfeso; e porque sei que o patrício Florêncio é ortodoxo e provado na fé, portanto é minha vontade que ele esteja presente nas sessões do sínodo, visto que a fé está em questão.”<sup>5</sup>

17. Diante disso os bispos gritaram: “*Muitos anos para o imperador; sua fé é grande! Muitos anos para o piedoso, ortodoxo e sumo-sacerdotal imperador.*” Então o comissário do imperador tomou o seu lugar, e Eusébio, Êutiques, o acusador e o acusado se colocaram no meio. A primeira coisa foi ler o processo desde o início até aquele ponto, cuja parte vital era a declaração para a qual exigiam que Êutiques desse seu parecer favorável. O leitor leu o credo niceno, e não houve discordância. Ele leu a primeira das cartas de Cirilo, mas não houve discordância. Ele leu a decisão do Concílio de Éfeso, e não houve discordância. Então ele começou a segunda das cartas de Cirilo e leu:

“Confessamos nosso Senhor Jesus Cristo como Deus perfeito e homem perfeito, e como de uma substância com o Pai segundo a Divindade, e de uma substância conosco segundo a humanidade. Porque ocorreu uma união das duas naturezas, confessamos, portanto, um Cristo, um Senhor, e, de acordo com essa união sem confusão, chamamos a santa Virgem de portadora de Deus, porque Deus, o Logos, foi feito carne e homem e, na concepção, uniu a Si mesmo o templo que Ele assumiu dela.”<sup>6</sup>

18. Nesse ponto, Eusébio interrompeu. Vendo que a leitura estava quase terminada, sem sinal de discordância, ele temia que Êutiques aprovasse todas as declarações, o que sem dúvida teria feito. Ele, portanto, interrompeu a leitura, com a exclamação: “Certamente isso não é confessado por este homem aqui; ele nunca acreditou nisso, mas o contrário, e assim tem ensinado a todos que o procuraram.” Florêncio pediu que Êutiques tivesse a chance de dizer por si mesmo “se ele concordava com o que fora lido”. Eusébio objetou veementemente, apresentando o seguinte motivo: “*Se Êutiques concordar com isso, então ficará parecendo que eu fui um caluniador leviano, e PERDEREI MEU CARGO!*”

<sup>4</sup> *Ibid.*, par. 13.

<sup>5</sup> *Ibid.*, par. 11.

<sup>6</sup> *Ibid.*, par. 22.

19. Florêncio repetiu o pedido para que Êutiques respondesse, mas Eusébio se opôs vigorosamente. Ele apenas consentiu no final, com a condição expressa de que nenhum preconceito fosse nutrido contra ele, mesmo que Êutiques confessasse tudo o que fosse necessário. Flaviano confirmou essa condição, com a garantia de que Eusébio não teria nenhuma desvantagem, mínima que fosse. Mas, mesmo assim, Êutiques não teve permissão de responder à sua maneira, porque a situação em que Eusébio se encontrava envolvia, em certa medida, todo o sínodo, pois eles haviam dado todo o crédito às acusações de Eusébio e haviam recusado todas as garantias de Êutiques de que ele concordava com todos os documentos que eles citaram. Flaviano e Eusébio, portanto, a fim de salvar-se da derrota e, talvez, deposição, se o assunto fosse levado a um concílio geral, decidiram, se possível, armar-lhe uma cilada, induzindo Êutiques a fazer alguma declaração que pudessem condenar. Os procedimentos foram os seguintes:

*Flaviano:* “Diga agora, você admite a união de duas naturezas?”

*Êutiques:* “Eu acredito que Cristo é Deus perfeito e homem perfeito, mas aqui eu paro e aconselho vocês a fazer o mesmo também.”

*Eusébio:* “Você confessa a existência de duas naturezas, mesmo após a encarnação, e que Cristo é de uma natureza conosco segundo a carne, ou não?”

*Êutiques:* “Não vim para discutir, mas para testemunhar para Vossa Santidade o que penso. Minha opinião, no entanto, é apresentada neste escrito; peça, portanto, que seja lido.”

*Flaviano:* “Se é a sua própria confissão de fé, por que você precisaria do papel?”

*Êutiques:* “Esta é a minha crença: oro ao Pai com o Filho, e ao Filho com o Pai, e ao Espírito Santo com o Pai e o Filho. Confesso que a presença corporal Dele provém do corpo da santa Virgem e que Ele Se tornou homem perfeito para a nossa salvação. Confesso isso diante do Pai, diante do Filho, e diante do Espírito Santo, e diante da Vossa Santidade.”

*Flaviano:* “Você também confessa que o mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, é de uma substância com o Pai quanto à sua Divindade e de uma substância com Sua mãe quanto à sua humanidade?”

*Êutiques:* “Eu já declarei minha opinião; deixe-me agora em paz.”

*Flaviano:* “Você confessa que Cristo consiste em duas naturezas?”

*Êutiques:* “Até agora, não ousei discutir a natureza do meu Deus; mas que Ele é de uma substância conosco, isso eu nunca disse até agora, eu afirmo. Até os dias atuais, eu nunca disse que o corpo de nosso Senhor e Deus é de uma substância conosco. Confesso, no entanto, que a santa Virgem é de uma substância conosco e que nosso Deus é feito de nossa carne.”

*Flaviano, Florêncio e Basílio de Selêucia:* “Se você reconhece que Maria é de uma substância conosco e que Cristo assumiu Sua humanidade dela, segue-se que Ele, de acordo com Sua humanidade, também é de uma substância conosco.”

*Êutiques:* “Considerem bem. Não digo que o corpo do homem se tornou o corpo de Deus, mas falo de um corpo humano de Deus e digo que o Senhor foi feito carne da Virgem. Se vocês desejam que eu acrescente ainda que o corpo Dele é da mesma substância que a nossa, então eu faço isso; mas não entendo isso como se negasse que Ele é o Filho de Deus. Anteriormente, eu não costumava falar em unidade de substância, mas agora farei isso, porque Vossa Santidade exige isso.”

*Flaviano:* “Então você o faz apenas por compulsão e não porque é a sua fé?”

*Êutiques:* “Até agora não falei assim, mas o farei agora de acordo com a vontade do sínodo.”



*Florêncio*: “Você acredita que nosso Senhor, que nasceu da Virgem, é de uma substância conosco e que após a encarnação Ele é de duas naturezas, ou não?”

*Êutiques*: “Confesso que antes da união Ele era de *duas naturezas*, mas depois da união confesso apenas *uma natureza*.”

20. Com isso, “todo o concílio estava em alvoroço e nada se podia ouvir, exceto anátemas e maldições, cada bispo presente se esforçando para se distinguir acima do resto, sendo o principal em expressar, da forma mais áspera e severa possível, seu zelo” (*Bower*).<sup>7</sup> Quando o barulho cessou, Flaviano, em nome do sínodo, exigiu de Êutiques uma declaração pública de sua fé nas doutrinas estabelecidas pelo sínodo e uma maldição sobre todo ponto de vista que não estivesse em conformidade com elas.

*Êutiques*: “Aceitarei, de fato, agora, visto que o sínodo assim exige, a maneira de falar em questão, mas não a encontro nas Sagradas Escrituras, nem nos pais como um todo, e, portanto, não posso pronunciar uma maldição pela não aceitação da questão, porque isso significaria amaldiçoar os pais.”

*Todos juntos (pondo-se de pé)*: “Que ele seja amaldiçoado!”

*Flaviano*: “O que esse homem merece, que não confessa a fé correta, mas persiste em sua perversidade?”

*Êutiques*: “Agora, de fato, aceitarei a maneira exigida de falar de acordo com a vontade do sínodo, mas não posso pronunciar a maldição.”

*Florêncio*: “Você confessa duas naturezas em Cristo e sua unidade de substância conosco?”

*Êutiques*: “Li os escritos de São Cirilo e Santo Atanásio. Antes da união eles falam de duas naturezas, mas depois da união, apenas de uma.”

*Florêncio*: “Você confessa duas naturezas mesmo depois da união? Se não, então você será condenado.”

*Êutiques*: “Que sejam lidos os escritos de Cirilo e Atanásio.”

*Basílio de Selúcia*: “Se você não reconhecer duas naturezas depois da união também, então você aceita uma mistura e confusão.”

*Florêncio*: “Quem não diz ‘de duas naturezas’ e não reconhece duas naturezas, não tem a fé correta.”

*Todos juntos*: “E quem aceita alguma coisa apenas por compulsão não acredita nela. Viva os imperadores!”

*Flaviano, anunciando a sentença*:

“Êutiques, sacerdote e arquiemandrita, demonstrou, por declarações anteriores, e mesmo agora por suas próprias confissões, estar envolvido na perversidade de Valentino e Apolinário, sem permitir ser reconquistado aos dogmas genuínos por nossa exortação e instrução; portanto, nós, lamentando sua completa perversidade, decretamos, por amor de Cristo, a quem ele insultou, que ele seja deposto de todos os ofícios sacerdotais, expulso de nossa comunhão e privado de sua liderança sobre o convento. E todos os que, doravante, mantiver comunhão com ele e recorrerem a ele devem saber que também estão sujeitos à pena de excomunhão.”<sup>8</sup>

21. A sentença foi assinada por todo o sínodo, num total de quase 30, e o sínodo foi dissolvido, em 22 de novembro de 448 d.C.

<sup>7</sup> *History of the Popes*, Leão, par. 24.

<sup>8</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 172, par. 22-24; e *History of the Popes* de Bower, Leão, par. 46.

22. Não é necessário prosseguir com mais pormenores; como em qualquer outra controvérsia, a disputa rapidamente se espalhou por toda parte. O decreto do sínodo foi enviado por Flaviano a todos os outros bispos para a aprovação deles. Assim que a ação do sínodo foi anunciada, Dióscoro, com todos os seus poderes, defendeu a causa dos Êtíques. Por meio de Crisáfio, o eunuco, Êtíques já era poderoso na corte; somando-se a isso o desfavor com que o imperador considerava Flaviano, a guerra assumiu proporções poderosas no início.

23. O próximo passo foi, é claro, ambas as partes apelarem ao bispo de Roma. Êtíques sentia-se perfeitamente seguro ao apelar para Leão, porque ele tinha as palavras de Júlio, bispo de Roma, afirmando: “Não se deve dizer que há duas naturezas em Cristo após sua união; pois, como o corpo e a alma formam apenas uma natureza no homem, a divindade e a humanidade formam apenas *uma natureza* em Cristo.”<sup>9</sup> Sendo essa precisamente a visão de Êtíques, ele se sentiu perfeitamente confiante em seu apelo a Leão, pois não podia supor que Leão fosse contradizer Júlio. Ele logo descobriu que essa esperança era totalmente vã.

24. O imperador também escreveu ao bispo de Roma. Parece que Leão não respondeu diretamente a Êtíques. Ele enviou a Flaviano um pedido de uma descrição mais completa de todo o assunto e que esta lhe chegasse às mãos por meio de um enviado. Para o imperador, ele escreveu regozijando-se com o fato de que Teodósio “não tem apenas o coração de um imperador, mas também o de um sacerdote, e está justamente ansioso que nenhuma discórdia ocorra; pois assim o império é mais bem estabelecido quando a santa Trindade é servida em unidade”.<sup>10</sup>

25. Dióscoro, vendo agora a chance de humilhar o arcebispo de Constantinopla, juntou-se a Êtíques, a fim de solicitar que o imperador convocasse um concílio geral. Crisáfio, vendo novamente a perspectiva de realizar seu projeto favorito de tornar Êtíques arcebispo de Constantinopla, apoiou fortemente esse pedido. Mas Teodósio, depois de sua experiência com o Concílio de Éfeso, temia ter algo a ver com outro e procurou afastar outra calamidade desse tipo. Mas não havia remédio; o inevitável tinha que acontecer.

26. Assim, em 30 de março de 449 d.C., foi emitida uma mensagem em nome dos dois imperadores, Teodósio II e Valentiniano III, anunciando que “como surgiram dúvidas e controvérsias com respeito à correta fé, tornou-se necessária a realização de um sínodo ecumênico”. Portanto, os arcebispos, metropolitas e “outros santos bispos distinguidos por conhecimento e caráter” deviam se reunir em Éfeso, em 1º de agosto. Um edito especial foi enviado a Dióscoro, dizendo:

“O imperador já proibiu Teodoreto de Cirro, por causa de seus escritos contra Cirilo, participar do sínodo, a menos que seja expressamente convocado pelo próprio sínodo. No entanto, como existe o temor de que alguns bispos com tendências nestorianas usem todos os meios para trazê-lo com eles, o imperador, seguindo o governo dos santos pais, nomeará Dióscoro como presidente do sínodo. O arcebispo Juvenal de Jerusalém e Talássio de Cesareia, bem como todos os amigos zelosos da fé ortodoxa, apoiarão Dióscoro. Em conclusão, o imperador expressa o desejo de que todos os que desejarem acrescentar algo à confissão nicena de fé, ou tirar algo dela, não sejam considerados no sínodo; mas sobre esse ponto Dióscoro julgará, pois é para esse mesmo propósito que o sínodo é convocado.”

<sup>9</sup> Bower, *Ibid.*, par. 25.

<sup>10</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 173, par. 10.

27. Leão foi convidado de forma especial; e um certo Barsauma, sacerdote e superior de um mosteiro na Síria, foi chamado como representante dos monges, e Dióscoro foi instruído a recebê-lo como tal e a dar-lhe um assento no concílio.

28. Não querendo esperar a decisão da questão pelo iminente concílio geral, Leão aproveitou a ocasião para afirmar sua autoridade sobre todos; e em 13 de junho enviou uma carta a Flaviano, na qual endossou a ação do Sínodo de Constantinopla, enquanto durou, mas reprovou o sínodo por tratar o assunto com muita suavidade, e ele mesmo tomou uma fortíssima posição contra Êutiques. Em resposta ao pedido do imperador de que ele comparecesse ao concílio geral, Leão se recusou a comparecer pessoalmente, mas prometeu estar presente por meio de *legados a latere*.

29. O concílio, composto por 149 membros, reuniu-se na Igreja da Virgem Maria, em Éfeso, e foi formalmente aberto em 8 de agosto de 449 d.C. Dióscoro, o presidente, estava sentado em um trono. Dois comissários imperiais, Elpídio e Eulógio, estavam presentes com um forte corpo de tropas para manter a ordem no concílio e preservar a paz na cidade. O concílio foi aberto com o anúncio do secretário de que “*os imperadores tementes a Deus têm, por zelarem pela religião, convocado esta assembleia*”. Depois, a mensagem imperial convocando o concílio foi lida; em seguida, os dois legados do bispo de Roma anunciaram que, embora convidado pelo imperador, Leão não compareceu pessoalmente, mas tinha enviado uma carta. Em seguida, Elpídio, o comissário imperial, fez um breve discurso, no qual disse:

“O *Logos* neste dia permitiu que os bispos reunidos julgassem sobre Ele. Se vocês O confessarem corretamente, Ele também os confessará diante do Pai celestial. Mas aqueles que impedirem a verdadeira doutrina terão que sofrer um julgamento duplo e severo, o de Deus e o do imperador.”<sup>11</sup>

30. Em seguida, foram lidas as instruções do imperador para os dois comissários imperiais, que foram as seguintes:

“Muito recentemente o santo Sínodo de Éfeso esteve envolvido com os assuntos do impiedoso Nestório e pronunciou uma sentença justa sobre ele. No entanto, como surgiram novas controvérsias de fé, convocamos um segundo sínodo a Éfeso, a fim de destruir o mal pela raiz. Portanto, selecionamos Elpídio e Eulógio para o serviço da fé, a fim de cumprir nossas ordens em referência ao Sínodo de Éfeso. Em particular, eles não devem permitir perturbações, devem prender todos os que as incitarem e informar o imperador sobre elas; eles devem cuidar para que tudo seja feito em ordem, devem estar presentes nas decisões e cuidar para que o sínodo examine o assunto de maneira rápida e cuidadosa e forneça informações do mesmo ao imperador. Os bispos que anteriormente se sentaram no julgamento de Êutiques (em Constantinopla) devem estar presentes nos procedimentos de Éfeso, mas não devem votar, pois sua própria sentença anterior deve ser examinada novamente. Além disso, nenhuma outra questão deve ser apresentada no sínodo, e especialmente nenhuma questão de dinheiro, antes do estabelecimento da questão da fé. Por carta ao procônsul, solicitamos apoio aos comissários das autoridades civis e militares para que possam cumprir nossas comissões, que estão tão acima de outros assuntos quanto as coisas divinas estão acima das humanas.”<sup>12</sup>

<sup>11</sup> *Ibid.*, seção 178, par. 5.

<sup>12</sup> *Ibid.*, seção 175, par. 3.

31. Em seguida, foi lida uma carta do imperador ao próprio concílio, na qual dizia:

“O imperador julgou necessário convocar esta assembleia de bispos, para que eliminassem essa controvérsia e todas as suas raízes diabólicas, excluíssem os seguidores de Nestório da igreja e preservassem a fé ortodoxa firme e inabalável, já que toda a esperança do imperador e o poder do império dependem da fé correta em Deus e das santas orações do sínodo.”<sup>13</sup>

32. O concílio foi então formalmente aberto e, de acordo com as instruções do imperador, eles procederam primeiro à consideração da fé. Mas, com isso, surgiu imediatamente uma disputa sobre o significado da fé. Alguns insistiram que isso significava que o concílio deveria primeiro declarar sua fé; mas Dióscoro interpretou que isso significava não que a fé devesse ser declarada primeiro, pois isso o concílio anterior já havia feito, mas que deveriam considerar quais das partes concordavam com o que a verdadeira fé expressa. E então clamou: “*Ou vocês hão de alterar a fé dos santos pais?*” Em resposta a isso houve gritos: “*Maldito aquele que fizer alterações nela; maldito aquele que se aventurar a discutir a fé.*”

33. Em seguida, Dióscoro deu uma guinada e anunciou com dissimulação o que se esperava do concílio. Ele disse: “Em Niceia e em Éfeso, a verdadeira fé já foi proclamada; mas, embora tenha havido *dois* sínodos, a fé é apenas *uma*”. Em resposta a isso, houve gritos altos da assembleia: “*Ninguém ouse acrescentar nada ou tirar algo. Dióscoro é um grande guardião. Maldito aquele que ainda discute a fé; o Espírito Santo fala por intermédio de Dióscoro.*”<sup>14</sup>

34. Êutiques foi então apresentado ao concílio para que pudesse explicar sua fé. Ele primeiro se colocou sob os cuidados da Santíssima Trindade e censurou o Sínodo de Constantinopla. Entregou então ao secretário uma confissão por escrito, na qual repetiu o credo de Niceia, endossou os atos do Concílio de Éfeso e a doutrina do santo pai Cirilo e amaldiçoou todos os hereges desde Nestório até chegar a Simão, o Mago, que havia sido repreendido pelo apóstolo Pedro. Em seguida, relatou os procedimentos contra si mesmo. Terminada a leitura, Flaviano exigiu que Eusébio fosse ouvido; todavia os comissários imperiais o detiveram com a afirmação de que ele não havia sido convocado para julgar Êutiques novamente, mas para julgar aqueles que o haviam julgado, e que, portanto, o único negócio legítimo do concílio era examinar os atos do Sínodo de Constantinopla.

35. Por conseguinte, os procedimentos daquele sínodo foram retomados. Tudo correu bem o suficiente até que o leitor chegou ao ponto em que o sínodo exigiu de Êutiques que ele reconhecesse duas naturezas em Cristo *após* a encarnação. Quando isso foi lido, houve um alvoroço contra esse ponto no concílio, como houve contra a declaração de Êutiques no sínodo; o alvoroço aqui só foi muito maior do que o de lá porque o concílio era maior que o sínodo. O concílio gritou em uma voz: “*Fora Eusébio! Que Eusébio seja banido! Que ele seja queimado vivo!* Como ele corta em pedaços as duas naturezas em Cristo, que ele seja cortado em pedaços!”<sup>15</sup>

36. Dióscoro perguntou: “A doutrina de que há duas naturezas após a encarnação deve ser tolerada?” Em voz alta o concílio respondeu: “*Maldito aquele que diz isso*”. Novamente Dióscoro gritou: “Eu tenho suas vozes; preciso ter suas mãos. Quem não puder gritar alto o suficiente para ser ouvido, levante as mãos”. Então, com as mãos erguidas, o concílio

<sup>13</sup> *Ibid.*, par. 6.

<sup>14</sup> *Ibid.*, seção 178, par. 6, 7.

<sup>15</sup> *History of the Latin Christianity*, livro 2, cap. 4, par. 30.

bradou em unanimidade: “Quem quer que admita as duas naturezas, seja amaldiçoado; seja expulso, despedaçado, massacrado”.<sup>16</sup>

37. Êutiques foi então declarado ortodoxo por unanimidade e declarado restaurado à comunhão da igreja, ao governo de seu mosteiro e a todos os privilégios anteriores. Foi também exaltado como herói por “sua coragem em ousar ensinar e sua firmeza em ousar defender a verdadeira e genuína doutrina dos pais. E nessa ocasião, aqueles que mais se distinguiram por seus panegíricos foram os que mais se destacaram por suas violentas críticas antes” (*Bower*).<sup>17</sup>

38. Dióscoro, tendo tudo em seu próprio poder, estava determinado agora a se vingar do arcebispo de Constantinopla. Sob o pretexto de que era para a instrução de seus colegas, ordenou que os atos do Concílio de Éfeso anterior a respeito do credo niceno, etc. fossem lidos. Assim que a leitura terminou, disse:

“Vocês já ouviram que o primeiro Sínodo de Éfeso ameaça todo aquele que ensina de maneira diferente do credo niceno, ou faz alterações nele e levanta questões novas ou adicionais. Todos devem agora dar sua opinião por escrito se aqueles que, em suas investigações teológicas, vão além do credo niceno devem ser punidos ou não.”<sup>18</sup>

39. Isso foi direcionado diretamente a Flaviano e Eusébio de Dorileia, pois haviam expressado o desejo de que a expressão “duas naturezas” fosse inserida no credo niceno. À declaração de Dióscoro vários bispos responderam de imediato: “Quem vai além do credo niceno não deve ser recebido como católico”. Então Dióscoro continuou: “Como o primeiro Sínodo de Éfeso ameaça a todos que alteram algo na fé nicena, segue-se que Flaviano de Constantinopla e Eusébio de Dorileia devem ser depostos de sua dignidade eclesiástica. Eu declaro, portanto, a deposição deles, e todos os presentes devem comunicar sua opinião sobre esse assunto. Além disso, tudo será levado ao conhecimento do imperador.”

40. Flaviano respondeu: “Protesto contra você”; e para não perder a oportunidade, colocou um apelo por escrito nas mãos dos legados de Leão. Vários amigos de Flaviano deixaram seus lugares e se prostraram diante do trono de Dióscoro, implorando para que não aplicasse tal sentença e, acima de tudo, que não pedisse que assinassem. Ele respondeu: “*Mesmo que minha língua fosse cortada, eu não alteraria uma única sílaba*”. Tremendo pelo próprio destino, se recusassem assinar, os bispos suplicantes abraçaram então os joelhos dele e pediram que os poupasse; mas ele exclamou com raiva: “*O quê? Vocês pensam em provocar um tumulto? Onde estão os condes?*”

41. Com isso, os condes ordenaram que se abrissem as portas, e o procônsul da Ásia entrou com um forte corpo de tropas armadas, seguido por uma multidão confusa de monges furiosos, armados com correntes, paus e pedras. Depois, houve uma celeuma geral dos “santos bispos” para encontrar um refúgio. Alguns se abrigaram atrás do trono de Dióscoro, outros se arrastaram sob os bancos – todos se esconderam da melhor maneira possível. Dióscoro declarou: “*A sentença deve ser assinada. Se alguém se opuser, tome cuidado, pois é comigo que ele terá que lidar.*” Os bispos, quando descobriram que não seriam massacrados de uma só vez, saíram de debaixo dos bancos e de outros locais de esconderijo e voltaram tremendo para seus assentos.

<sup>16</sup> *History of the Popes* de Bower, Leão, par. 31.

<sup>17</sup> *Ibid.*

<sup>18</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 178, par. 15.

42. Então Dióscoro pegou um papel em branco, acompanhado pelo bispo de Jerusalém e com a presença de uma guarda armada, passou pela assembleia e fez com que cada bispo, um após o outro, o assinasse. Todos assinaram, exceto os legados do bispo de Roma. Então Dióscoro preencheu o espaço em branco com uma acusação de heresia contra Flaviano e Eusébio. Quando a frase foi escrita, Flaviano disse novamente: “*Eu protesto contra você*”. Ouvindo isso, Dióscoro e alguns outros bispos se precipitaram sobre ele, e Barsauma gritava: “*Ataquem-no! Deem nele um golpe mortal!*” Eles o espancaram e bateram nele; depois o jogaram no chão e o chutaram e pisotearam até ele quase morrer; depois o mandaram imediatamente para a prisão, e na manhã seguinte ordenaram que fosse exilado. No final do segundo dia de viagem, ele morreu pelo mau tratamento que havia recebido no concílio.<sup>19</sup>

43. Todos esses procedimentos, até o assassinato de Flaviano, foram realizados no primeiro dia. O concílio continuou por mais três dias, durante os quais Dióscoro garantiu a condenação e deposição de Domno de Antioquia e de vários outros bispos principais, apesar de terem assinado o papel em branco, por terem se oposto a Cirilo e Êutiques. Ele então encerrou o concílio e retornou a Alexandria.

44. O imperador Teodósio, a quem Leão elogiara como tendo o coração de um sacerdote, emitiu um decreto no qual aprovou e confirmou os decretos do concílio e ordenou que todos os bispos do império subscrevessem imediatamente o credo niceno. Ele incluiu na heresia de Nestório todos os que se opuseram a Êutiques e ordenou que nenhum adepto de Nestório ou Flaviano jamais assumisse um bispado.

“Pelo mesmo decreto, pessoas de todas as classes e condições foram proibidas, sob pena de banimento perpétuo, de abrigar ou ocultar qualquer pessoa que ensinasse, mantivesse ou favorecesse os princípios de Nestório, Flaviano e os bispos depostos; e foi ordenado que os livros, comentários, homilias e outras obras, escritos por eles ou circulados em nome deles, fossem publicamente queimados.”<sup>20</sup>

Ele então escreveu a Valentiniano III informando que, pela deposição do turbulento prelado Flaviano, “a paz, enfim, havia sido felizmente restaurada em todas as igrejas em seus domínios”.

45. Como a doutrina que o concílio havia estabelecido era contrária à que Leão havia publicado em sua carta, ele denunciou o concílio como um “sínodo de assaltantes”, recusou-se a reconhecê-lo e pediu outro concílio geral. Mas, sob todos os aspectos, esse concílio era tão legítimo e ortodoxo quanto qualquer outro que havia sido realizado desde o Concílio de Niceia até aquele dia. Ele havia sido convocado conforme as normas; fora aberto de acordo com os padrões estabelecidos; *todos os procedimentos foram perfeitamente regulares*; e quando terminou, os procedimentos foram legalmente aprovados e confirmados pela autoridade imperial. Em resumo, não falta nenhum elemento para tornar o segundo Concílio de Éfeso tão completamente convencional e ortodoxo quanto o primeiro Concílio de Éfeso, considerado pela Igreja de Roma como inteiramente ortodoxo, ou até tão ortodoxo quanto o próprio Concílio de Niceia.

<sup>19</sup> *History of the Popes* de Bower, Leão, par. 32; *History of Latin Christianity* de Milman, livro 2, cap. 4, par. 30.

<sup>20</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 178, par. 16, e seção 179.

## CAPÍTULO 11

.....

# CONTROVÉRSIA TEOLÓGICA – CONCÍLIO DE CALCEDÔNIA

*Crescimento do Espírito Papal – Ambição sem Limites de Roma – Outro Concílio Decretado – “Uma Terrível Tempestade” – Condenação de Dióscoro – A Carta de Leão se Torna a Prova – A Carta de Leão Aprovada – Bispos Egípcios – A Carta de Leão Completa o Credo – O Credo de Leão e Calcedônia – A Carta do Concílio a Leão – Editos Imperiais Reforçam o Credo – O Papa, a Fonte da Fé – Resultados da Controvérsia Teológica.*

LEÃO persistiu em sua recusa em reconhecer a validade dos atos do segundo Concílio de Éfeso e insistiu que outro concílio geral fosse convocado. Como foi somente a vontade de Leão que tornou, ou poderia tornar agora, o último concílio qualquer outra coisa além de estritamente legítimo e ortodoxo, de acordo com o sistema católico de disciplina e doutrina, é evidente que, se outro concílio geral fosse convocado, ele estaria sujeito à vontade de Leão, e a decisão dessa assembleia sobre questões de fé seria apenas a expressão da vontade de Leão. Era exatamente esse o alvo de Leão, e nada menos do que isso o satisfaria.

2. Leão já era bispo de Roma fazia 11 anos. Ele era um romano de sangue puro em tudo o que esse termo implica.

“Tudo o que sobreviveu de Roma, sua ambição ilimitada, sua perseverança inflexível, sua dignidade na derrota, sua altivez de linguagem, sua crença em sua própria eternidade e seu título irrevogável de domínio universal, seu respeito pela lei tradicional e escrita, e de costumes imutáveis, pareciam concentrados apenas nele” (*Milman*).<sup>1</sup>

3. No entanto, Leão não foi o primeiro em quem esse espírito se manifestou. Suas aspirações eram apenas a culminação da arrogância do bispado de Roma, que vinha crescendo constantemente. Traçar o crescimento sutil, silencioso, frequentemente violento, e sempre constante, desse espírito de supremacia e usurpação de autoridade absoluta é um dos estudos mais curiosos de toda a história. Não somente nenhuma oportunidade foi jamais perdida, mas foram criadas oportunidades para que o bispo de Roma afirmasse sua autoridade e aumentasse seu poder. A supremacia na disciplina e na jurisdição foi afirmada por Vítor e Estêvão; mas só foi depois da união da igreja com o Estado que o campo foi totalmente aberto à arrogância do bispado de Roma. Uma olhada nos sucessivos bispos, desde a união da igreja com o Estado até à ascensão de Leão, dará uma compreensão da posição e pretensões de Leão melhor do que a que poderia ser alcançada de qualquer outra maneira.

---

<sup>1</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 4, par. 2.

#### 4. MELQUIADES

foi bispo de Roma de 2 de julho de 311 a 31 de dezembro de 314 e, portanto, como já relatado, estava na cadeira papal quando a união da igreja e Estado foi formada, tendo tomado parte importante nessa intriga maligna. E logo o bispado de Roma começou a receber sua recompensa em favores imperiais. “O bispo de Roma senta-se junto à autoridade imperial à frente de um sínodo dos bispos italianos, para julgar as disputas dos donatistas africanos” (*Milman*).<sup>2</sup> Melquíades foi sucedido por:

#### SILVESTRE, 314-336 D.C.

5. No mesmo ano de sua ascensão, o Concílio de Arles concedeu ao bispado de Roma a distinção e o ofício de notificar todas as igrejas quanto ao momento adequado para celebrar a Páscoa. Em 325 o Concílio Geral de Niceia reconheceu o bispo de Roma como o primeiro bispo do império. Sob ele, a organização da igreja foi formada segundo o modelo da organização do Estado. Ele foi sucedido por:

#### MARCOS, 336 D.C.,

cujo mandato continuou apenas de janeiro a outubro. Foi, portanto, tão curto que nada ocorreu digno de registro nesse sentido. Ele foi sucedido por:

#### JÚLIO, OUTUBRO DE 336 A 352,

sob quem o Concílio de Sárdica – em 347 – fez do bispo de Roma a fonte de apelação, e sobre esse “precedente único”, o bispado de Roma construiu “um direito universal” (*Schaff*).<sup>3</sup> Júlio foi sucedido por:

#### LIBÉRIO, 352-366,

que excomungou Atanásio e depois aprovou sua doutrina e continuou a disputa com Constâncio, sendo, por causa disso, banido em nome da fé católica; e depois se tornou ariano, depois semiariano e depois católico novamente. Ele foi sucedido por:

#### DÂMASO, 366-384.

6. Em seu episcopado, Valentiniano I promulgou uma lei que tornava o bispo de Roma o juiz de outros bispos. Um concílio em Roma, 378 d.C., ampliou seus poderes de julgamento e solicitou ao imperador Graciano que isentasse o bispo de Roma de toda jurisdição civil, exceto a do imperador; ordenasse que ele fosse julgado por ninguém, exceto por um concílio, ou diretamente pelo imperador; e que o poder imperial fosse exercido para obrigar a obediência ao julgamento do bispo de Roma em relação a outros bispos. Graciano concedeu parte de seu pedido, mas essa concessão foi usada para fazer valer todas as outras reivindicações.

---

<sup>2</sup> *Ibid.*, livro 1, cap. 2, par. 1

<sup>3</sup> *History of the Christian Church*, vol. 3, seção 62, par. 6.



## 7. Dâmaso foi sucedido por:

SIRÍCIO, 384-389,

que emitiu a primeira decretal. Uma decretal é “uma resposta enviada pelo papa a solicitações dirigidas a ele como chefe da igreja, para orientação em casos que envolvam pontos de doutrina ou disciplina”. As instruções de Sirício nesse decreto deviam ser estritamente observadas sob pena de excomunhão. Foi datada de 11 de fevereiro de 385 d.C. Ele convocou um concílio em Roma, que decretava que “ninguém deveria presumir ordenar um bispo sem o conhecimento da sede apostólica” (*Bower*).<sup>4</sup> Ele foi sucedido por:

ANASTÁCIO I, 389-402,

que, embora muito zeloso em manter tudo o que seus antecessores haviam afirmado ou reivindicado, não acrescentou nada em particular. Ele condenou como herege Orígenes, que estava morto havia 150 anos, e que agora é um santo católico. Ele foi sucedido por:

INOCÊNCIO I, 402-417.

8. Inocêncio era um disciplinador infatigável e mantinha uma correspondência constante com todo o Ocidente, bem como com os principais bispados do Oriente, estabelecendo regras, dando ordens para concílios e emitindo decretais sobre todos os assuntos da igreja. Até o momento a dignidade do bispado de Roma fora derivada da dignidade da *cidade* de Roma. Inocêncio agora afirmava que a dignidade superior do bispado de Roma era derivada de Pedro, a quem ele designou o Príncipe dos Apóstolos; e que, a esse respeito, tal dignidade tinha precedência sobre a de Antioquia, porque em Roma Pedro havia realizado o que havia somente começado em Antioquia. Ele exigiu a absoluta obediência de todas as igrejas no Ocidente, porque, como ele declarou, Pedro foi o único apóstolo que pregou no Ocidente; e que todas as igrejas do Ocidente haviam sido fundadas por Pedro, ou por algum sucessor dele. Tudo isso era mentira, e ele sabia disso, mas isso não fazia diferença para ele; ele afirmou essas coisas sem constrangimento e, depois disso, afirmou que “todos os assuntos eclesiásticos em todo o mundo devem, por *direito divino*, ser encaminhados à sede apostólica, antes de serem finalmente decididos nas províncias” (*Bower*).<sup>5</sup> Na invasão de Alarico e seu cerco a Roma, Inocêncio liderou uma embaixada para o imperador Honório para mediar um tratado de paz entre Alarico e o imperador. “Na mente de Inocêncio, parece ter raiado claramente pela primeira vez a vasta concepção da supremacia eclesiástica universal de Roma, ainda obscura e sombria, contudo, completa e abrangente em seu contorno” (*Milman*).<sup>6</sup>

<sup>4</sup> *History of the Popes*, Sirício, par. 21.

<sup>5</sup> *Ibid.*, Inocêncio, par. 8 a partir do fim.

<sup>6</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 1, par. 8.

9. Ele foi sucedido por:

ZÓSIMO, 18 DE MARÇO DE 417 A 26 DE DEZEMBRO DE 418,

que afirmou, com toda a arrogância de Inocêncio, tudo o que Inocêncio havia reivindicado. Ele não apenas se gabava, à semelhança de Inocêncio, que a ele pertencia o poder de julgar todas as causas, mas que o julgamento “é irrevogável”; e, conseqüentemente, estabeleceu o uso da expressão ditatorial “Pois assim agradou à sé apostólica” como autoridade suficiente para todas as coisas que ele achasse por bem ordenar. E, com base nessa pretensão, os cânones do Concílio de Sárdica, que fizeram do bispo de Roma a fonte de apelação, foram por ele falsamente declarados aos bispos da África como cânones do Concílio de Niceia – um procedimento efetivamente imitado por Leão; foi ele também que colocou a tradição no mesmo nível das Escrituras.

10. Ele foi sucedido por:

BONIFÁCIO I, 419-422,

que não acrescentou nada ao poder ou autoridade do bispado de Roma, mas diligentemente e “conscienciosamente” manteve tudo o que seus antecessores haviam afirmado, declarando as reivindicações como “os justos direitos da Sé”, em que havia sido colocado. Ele foi sucedido por:

CELESTINO I, 422-432,

que, em uma carta escrita em 438 d.C., declarou de forma clara:

“Como sou designado por Deus para vigiar Sua igreja, cabe a mim em todos os lugares erradicar as más práticas e introduzir boas no lugar, pois minha vigilância pastoral não é restringida por limite algum, mas se estende a todos os lugares onde Cristo é conhecido e adorado” (*Borwer*).<sup>7</sup>

Foi ele quem nomeou o terrível Cirilo seu representante para condenar Nestório e estabelecer a doutrina de que Maria era a Mãe de Deus. Ele foi sucedido por:

SISTO III, 432-440,

que, como outros antes, não acrescentou nada especial às reivindicações papais, mas não renunciou a um til sequer das reivindicações já feitas. Ele foi sucedido por:

LEÃO I, “O GRANDE”, 440-461 D.C.

11. Tal foi a herança transmitida a Leão por seus antecessores, e a arrogância de sua própria disposição natural, com as grandes oportunidades oferecidas durante seu longo governo, fez com que esse legado fosse enriquecido mil vezes. No exato momento de sua eleição, ele estava ausente na Gália em uma missão como mediador para reconciliar uma disputa entre dois dos principais homens do império. Ele teve sucesso em sua missão e foi aclamado como “o Anjo da Paz” e o “Libertador do Império”. Em um sermão, ele mostrou o alcance de sua ambição. Retratos como os poderes e as glórias da antiga Roma foram reproduzidos na Roma Católica. As conquistas e o domínio universal da Roma pagã nada mais eram do que a promessa das con-

<sup>7</sup> *History of the Popes*, Celestino, par. 15.

quistas e o domínio universal da Roma católica. Rômulo e Remo não passaram de precursores de Pedro e Paulo. A Roma de antigamente havia conquistado mediante seus exércitos a terra e o mar; agora, novamente, graças à Sé do santo e abençoado Pedro como cabeça do mundo, Roma, por intermédio de sua religião divina, dominaria a Terra.<sup>8</sup>

12. Em 445 d.C., “diante da insistência declarada de Leão” e por meio de orientação ditada, se não de fato escrita por Leão, Valentiniano III emitiu um “edital perpétuo” “ordenando a todos os bispos que prestassem total obediência e submissão às ordens da Sé Apostólica”; “observassem, como lei, o que quer que o bispo de Roma ordenasse”; “que o bispo de Roma tivesse o direito de ordenar o que quisesse”; e “quem se recusasse a obedecer à citação do pontífice romano deveria ser obrigado a fazê-lo pelo moderador da província” na qual o bispo recalcitrante estivesse residindo.<sup>9</sup>

13. Isso tornou sua autoridade absoluta sobre todo o Ocidente, e agora ele estava determinado a estendê-la pelo Oriente e torná-la, dessa forma, universal. Assim que soube da decisão do Concílio de Éfeso, convocou um concílio em Roma e, por meio deste, rejeitou tudo o que havia sido realizado pelo concílio de Éfeso e escreveu ao imperador Teodósio II, “pedindo-lhe, em nome da Santíssima Trindade, que declarasse nulo o que havia sido feito ali” e revertesse tudo para ficar como era antes da convocação do concílio, de modo que o assunto permanecesse inalterado até que um concílio geral pudesse ser realizado na Itália.

14. Leão não se dirigiu apenas ao imperador Teodósio para pedir a convocação de outro concílio. Ele escreveu a Pulquéria, nomeando-a representante, ou legado, de São Pedro, e pediu que ela “empregasse toda a sua influência sobre o imperador para conseguir a reunião de um concílio ecumênico e toda a sua autoridade para impedir os males que de outra forma seriam ocasionados pela guerra que havia sido declarada recentemente contra a fé da igreja” (*Bower*).<sup>10</sup>

15. Em fevereiro de 450, o imperador Valentiniano III, com sua mãe Placídia e sua esposa Eudócia, filha de Teodósio II, fez uma visita a Roma. No dia seguinte, após a chegada deles, foram à Igreja de São Pedro, onde foram recebidos por Leão, que, assim que os encontrou, revestiu-se de toda a agonia possível e, com soluços, lágrimas e suspiros, se dirigiu a eles; mas por causa de seu grande excesso de pesar, suas palavras eram tão murmuradas que nem podiam ser compreendidas.

16. Nesse momento, as duas mulheres começaram a chorar. Isso aliviou um pouco a tensão de Leão, de modo que, com muita eloquência, ele descreveu o grande perigo que ameaçava a igreja. Então ele juntou as lágrimas novamente, misturou-as com mais suspiros e soluços e implorou ao imperador e imperatriz, pelo apóstolo Pedro, a quem estavam prestes a homenagear, por sua própria salvação e pela salvação de Teodósio, que escrevessem ao imperador e não poupassem esforços para persuadi-lo a anular os procedimentos do Segundo Concílio de Éfeso e convocar outro concílio geral, dessa vez na Itália.

17. Assim que se soube no Oriente a respeito dos esforços árduos que Leão estava fazendo para convocar outro concílio geral, muitos dos bispos que haviam condenado Flaviano começaram a dar aberturas para o partido de Leão, para que, se outro concílio fosse convocado, eles pudessem escapar da condenação. Dióscoro, ao ter conhecimento disso, convocou um sínodo de dez bispos em

<sup>8</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, livro 2, cap. 4, par. 2.

<sup>9</sup> *Ibid.*, par. 16; *Bower, History of the Popes*, Leão, par. 8.

<sup>10</sup> *History of the Popes*, Leão, par. 35.

Alexandria e excomungou solenemente Leão, bispo de Roma, por atrever-se a julgar mais uma vez e anular o que já havia sido julgado e finalmente determinado por um concílio geral.

18. Por fim, Leão enviou quatro legados à corte de Teodósio, para lhe pedir a necessidade de outro concílio geral, mas antes de chegarem a Constantinopla, Teodósio morreu; e não deixando herdeiro ao trono, Pulquéria, legado de Leão, tornou-se imperatriz. Como não havia precedente na história romana para sancionar o governo de uma mulher sozinha, ela se casou com um senador chamado Marciano e investiu-o com o manto imperial, enquanto ela mantinha e exercia a autoridade imperial. A primeira coisa que eles fizeram foi queimar Crisóstomo. A nova autoridade recebeu os legados de Leão com grande respeito e enviou-lhe a mensagem de que não tinham nada mais no coração do que a unidade da igreja e a extirpação de heresias e que, portanto, convocariam um concílio geral. Pouco tempo depois, escreveram para Leão, convidando-o a ajudar pessoalmente no concílio proposto.

19. Assim que se soube que Teodósio estava morto, e que Pulquéria e Marciano estavam no poder, os bispos que haviam endossado e elogiado Êutiques mudaram de opinião e o condenaram e a todos que o apoiavam. Anatólio, defensor ardente de Êutiques, que sucedeu a Flaviano como arcebispo de Constantinopla e fora ordenado pelo próprio Dióscoro, “reuniu com muita pressa todos os bispos, abades, presbíteros e diáconos, que estavam então em Constantinopla, e na presença deles não apenas recebeu e assinou a famosa carta de Leão a Flaviano, a respeito da encarnação, mas ao mesmo tempo anatematizou Nestório e Êutiques, sua doutrina e todos os seus seguidores, declarando que ele não professava outra fé senão a que era mantida e professada pela Igreja Romana e por Leão” (*Bower*).<sup>11</sup> O exemplo de Anatólio foi seguido por outros bispos que favoreciam Êutiques e pela maioria dos que haviam atuado no final do concílio, “e nada foi ouvido senão anátemas contra Êutiques, a quem a maioria dos que as pronunciavam tinha, apenas alguns meses antes, honrado como um novo apóstolo e como o verdadeiro intérprete da doutrina da igreja e dos pais” (*Bower*).<sup>12</sup>

20. Por uma mensagem imperial datada de 17 de maio de 451 d.C., um concílio geral foi convocado para se reunir em Niceia, na Bitínia, no dia 1º de setembro. O concílio se reuniu lá, mas uma invasão dos hunos no Ilírico exigiu que Marciano permanecesse na capital; e, por isso, o concílio foi transferido de Niceia para Calcedônia. Assim, em Calcedônia, reuniu-se o maior concílio já realizado, composto por 630 bispos.

21. Marciano, não podendo estar presente na abertura, nomeou seis dos principais oficiais do império e 14 homens do Senado como comissários para representá-lo no concílio. Os legados de Leão presidiram; seus nomes eram Pascasino, Lucêncio e Bonifácio.

## PRIMEIRA SESSÃO, 8 DE OUTUBRO.

22. Quando todos os bispos estavam sentados, os legados de Leão se levantaram e avançaram para o meio da assembleia, e Pascasino, segurando um papel na mão, disse:

---

<sup>11</sup> *History of the Popes*, Leão, par. 40.

<sup>12</sup> *Ibid.*

“Temos aqui uma ordem do abençoadíssimo e apostólico papa da cidade de Roma, o qual é a cabeça de todas as igrejas, razão por que foi do agrado de seu apostolado ordenar que Dióscoro, bispo de Alexandria, não se assente no concílio. Portanto, que ele seja ordenado a se retirar, caso contrário, devemos nos retirar.”

*Os comissários:* “O que você tem contra Dióscoro em particular?”

Sem resposta. A pergunta foi repetida.

*Lucêncio:* “Ele deve ser chamado para prestar contas do julgamento que proferiu em Éfeso, onde ousou reunir um concílio sem o consentimento da Sé Apostólica, o qual nunca foi considerado lícito e que de fato nunca existiu; portanto, como ele deve ser julgado, ele não deve ser juiz.”

*Os comissários:* “Você também não deve ser juiz, uma vez que você decide agir como de forma partidária. No entanto, deixe-nos saber de qual crime você acusa Dióscoro, pois não é apropriado à justiça ou à razão que ele sozinho seja acusado de um crime do qual muitos outros não são menos culpados do que ele.”

*Os legados:* “Leão nunca permitirá que Dióscoro se sente ou atue nesta assembleia como juiz, e se o fizer, devemos nos retirar, de acordo com nossas instruções.”<sup>13</sup>

23. Os comissários, vendo que os legados estavam inflexíveis, por fim cederam e ordenaram que Dióscoro deixasse seu assento e se colocasse no meio da assembleia, no lugar de um acusado.

24. Então Eusébio de Dorileia, o acusador original de Êutiques, avançou como acusador de Dióscoro e declarou: “Fui injustiçado por Dióscoro; a fé foi injustiçada; o bispo Flaviano foi assassinado e, junto comigo, injustamente deposto por ele. Deem instruções para que minha petição seja lida.” Essa petição era um memorial aos imperadores e informava que, no último concílio de Éfeso, Dióscoro “reuniu uma multidão desordenada e exerceu uma influência dominante mediante propinas, causou estragos, tanto quanto estava em seu poder, na religião piedosa dos ortodoxos e estabeleceu a doutrina errônea de Êutiques, o monge, que havia sido desde o início repudiada pelos santos pais”; acrescentou que os imperadores deveriam, portanto, ordenar que Dióscoro respondesse à acusação que ele agora fazia; e que os atos do último concílio de Éfeso deveriam ser lidos no presente concílio, porque, a partir deles, ele poderia mostrar que Dióscoro estava “afastado da fé ortodoxa, que fortaleceu uma heresia totalmente ímpia” e que o “havia deposto injustamente” e o “ultrajado cruelmente”.<sup>14</sup>

25. O último concílio de Éfeso havia excomungado Teodoreto, bispo de Cirro. Teodoreto havia apelado para Leão. Leão o restabelecera, e o imperador Marciano o convocara especialmente a esse concílio. Teodoreto havia chegado, e, nesse ponto do processo, os comissários imperiais ordenaram que ele fosse admitido no concílio. “A introdução efetiva de Teodoreto causou uma tempestade assustadora” (*Hefele*).<sup>15</sup> Uma fraca estimativa dessa tempestade assustadora pode ser formada a partir do seguinte relato, copiado integralmente do relatório do concílio:

“E quando o reverendíssimo bispo Teodoreto entrou, os reverendíssimos bispos do Egito, Ilíria e Palestina [o partido de Dióscoro] gritaram: *Misericórdia! A fé está destruída. Os cânones da igreja o excomungam. Expulsem-no! Expulsem o mestre de Nestório.*”

<sup>13</sup> *History of the Popes* de Bower, Leão, par. 43.

<sup>14</sup> *Ecclesiastical History* de Evagrius, livro 2, cap. 4.

<sup>15</sup> *History of the Church Councils*, seção 189, par. 4. Este é o Teodoreto que escreveu uma história eclesiástica.

“Por outro lado, os reverendíssimos bispos do Oriente, da Trácia, do Ponto e da Ásia gritaram: *Fomos obrigados [no concílio anterior] a assinar nossos nomes em papéis em branco; fomos açoitados até a submissão. Expulsem os maniqueístas! Expulsem os inimigos de Flaviano; expulsem os adversários da fé!*”

“Dióscoro, o reverendíssimo bispo de Alexandria, disse: *‘Por que Cirilo deve ser expulso? Foi a ele que Teodoro condenou.’*”

“Os reverendíssimos bispos do Oriente gritaram: *‘Expulsem o assassino Dióscoro. Quem não conhece os feitos de Dióscoro?’*”

“Os reverendíssimos bispos do Egito, Ilíria e Palestina gritaram: *‘Vida longa à imperatriz!’*”

“Os reverendíssimos bispos do Oriente gritaram: *‘Expulsem os assassinos!’*”

“Os reverendíssimos bispos do Egito gritaram: *‘A imperatriz expulsou Nestório; vida longa à imperatriz católica! O sínodo ortodoxo se recusa a admitir Teodoro.’*”

26. Nesse momento houve uma pausa “momentânea” na tempestade, da qual Teodoro se aproveitou no mesmo instante, avançando para os comissários com “uma petição aos imperadores”, que era realmente uma queixa contra Dióscoro, e pediu que fosse lida. Os comissários disseram que os negócios regulares prosseguissem, mas que Teodoro fosse admitido em um assento no concílio, porque o bispo de Antioquia havia atestado sua ortodoxia. Então a tempestade voltou novamente.

“Os reverendíssimos bispos do Oriente gritaram: *‘Ele é digno – digno!’*”

“Os reverendíssimos bispos do Egito gritaram: *‘Não o chamem de bispo, ele não é bispo. Expulsem aquele que luta contra Deus; expulsem o judeu!’*”

“Os reverendíssimos bispos do Oriente gritaram: *‘Os ortodoxos pelo sínodo! Expulsem os rebeldes; expulsem os assassinos!’*”

“Os reverendíssimos bispos do Egito: *‘Expulsem o inimigo de Deus. Expulsem o difamador de Cristo. Vida longa para a imperatriz! Vida longa ao imperador! Vida longa ao imperador católico! Teodoro condenou Cirilo. Se recebermos Teodoro, excomungamos Cirilo.’*”<sup>16</sup>

27. A essa altura, os comissários foram capazes, por aplicaram de modo especial sua autoridade, a aplacar a tempestade. Eles disseram claramente aos bispos espalhafatosos: “Tais gritos vulgares não convêm a bispos e não podem fazer bem a nenhuma das partes”<sup>17</sup>. Quando o tumulto foi contido, o concílio iniciou os trabalhos. Primeiro, foram lidos todos os procedimentos desde o início do Sínodo de Constantinopla contra Êutiques até o final do último Concílio de Éfeso. Durante a leitura houve muitos gritos e contragritos semelhantes aos que ocorreram com a introdução de Teodoro, mas que não precisam ser repetidos.

28. O primeiro ato do concílio após a leitura da ata anterior foi anular a sentença que Dióscoro havia pronunciado contra Flaviano e Eusébio. “Muitos dos bispos expressaram sua penitência ao concordar com esses atos; alguns dizendo que foram obrigados à força a assinar, outros a assinar um papel em branco” (*Milman*).<sup>18</sup> Em seguida, foi elaborada uma resolução acusando Dióscoro de ter aprovado a doutrina de uma natureza em Cristo; por ter condenado

<sup>16</sup> Citado por Stanley, *History of the Eastern Church*, Exposição 2, par. 8 a partir do fim.

<sup>17</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 189, par. 4

<sup>18</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 4, par. 38.

a doutrina de duas naturezas e ter se oposto a Flaviano em mantê-la; e por ter forçado todos os bispos de Éfeso a assinar a sentença que ele pronunciara.

29. Dióscoro não tinha medo de nada, nem mesmo dos terrores de um concílio eclesiástico ortodoxo, e sem o menor sinal de intimidação ou medo enfrentou com ousadia todo o exército de seus adversários, em resposta às acusações deles.

Dióscoro disse:

“Eu condenei, ainda condeno e sempre condenarei a doutrina de duas naturezas em Cristo e todos que a mantêm. Não tenho outra doutrina além da que aprendi dos pais, especialmente Atanásio, Nazianzeno e Cirilo. Eu escolhi antes condenar Flaviano do que eles. Os que não gostam da minha doutrina podem me tratar como bem entenderem; agora têm a supremacia e o poder nas mãos; mas não importa a maneira como acharem adequado me tratar, estou inalteravelmente determinado, com minha alma em jogo, a viver e morrer na fé que até agora professei. Quanto a ter forçado os bispos a assinar a condenação de Flaviano, respondo que a constância de todo cristão, e muito mais de um bispo, deveria ser prova contra todos os tipos de violência e da própria morte. A acusação apresentada por Eusébio é mais pesada contra eles do que contra mim; portanto, cabe a eles responder a isso, pois são os mais culpados” (*Bower*).<sup>19</sup>

30. A noite chegara agora. Dióscoro exigiu um adiamento. Foi recusado. Tochas foram trazidas. A noite foi hedionda pelos gritos selvagens de aclamação ao imperador e ao Senado, de apelos a Deus e maldições sobre Dióscoro. Quando a resolução foi finalmente aprovada, foi anunciada da seguinte forma:

Os comissários imperiais:

“Como já foi demonstrado, pela leitura dos atos e pela confissão de muitos bispos que confessam ter cometido um erro em Éfeso, que Flaviano e outros foram injustamente depostos, parece certo que, se assim agradar ao imperador, o mesmo castigo seja infligido aos líderes do sínodo anterior, Dióscoro de Alexandria, Juvenal de Jerusalém, Talássio de Cesareia, Eusébio de Ancira, Eustácio de Berito e Basílio de Selêucia, e que a deposição deles da dignidade episcopal seja pronunciada pelo concílio.”

*Os orientais:* “Isso mesmo.”

31. Muitos do partido de Dióscoro abandonaram então a ele e a sua causa e foram para o outro lado, exclamando: “*Todos nós erramos, todos pedimos perdão*”. Diante disso, houve uma exigência quase unânime de que somente Dióscoro fosse deposto.

*Dióscoro:* “Eles não estão condenando a mim apenas, mas a Atanásio e Cirilo. Eles nos proibem de afirmar as duas naturezas após a encarnação.”

*Os orientais e outros oponentes de Dióscoro, todos juntos:* “Muitos anos para o Senado! Santo Deus, Todo-Poderoso, Santo imortal, tem piedade de nós! Muitos anos para os imperadores! Os ímpios devem sempre ser subjugados! Dióscoro, o assassino, Cristo depôs! Esse é um julgamento justo, um senado justo, um concílio justo.”

<sup>19</sup> *History of the Popes*, Leão, par. 45.

32. Em meio a gritos como esses, e ao som de “Cristo depôs Dióscoro, Cristo depôs o assassino, Deus vingou seus mártires”, a resolução foi adotada. Então o concílio foi suspenso.<sup>20</sup>

## A SEGUNDA SESSÃO, 10 DE OUTUBRO.

33. Assim que o concílio foi aberto, foi dada a seguinte orientação pelos:

*Comissários imperiais*: “Que o Sínodo declare agora qual é a verdadeira fé, para que os extraviados possam voltar ao caminho certo.”

*Os bispos protestam*: “Ninguém pode aventurar-se a elaborar uma nova fórmula da fé, mas a que já foi estabelecida pelos pais [em Niceia, Constantinopla e no Primeiro Concílio de Éfeso] deve ser mantida firme. Não se deve afastar disso.”

*Cecrópio, bispo de Sebastopol*: “Sobre a questão eutiquiana, o arcebispo romano já nos deu um teste [isto é, ele e seus colegas mais próximos], que todos assinamos.”

*Todos os bispos, com aclamação*: “Também dizemos que a explicação já dada por Leão é suficiente; outra declaração da fé não deve ser apresentada.”

*Os comissários imperiais*: “Todos os patriarcas [os principais bispos] se reúnam, juntamente com um ou dois bispos de suas províncias, e se aconselhem mutuamente com respeito à fé e comuniquem o resultado, de modo que, pela aceitação universal dela, todas as dúvidas em relação à fé possam ser removidas, ou se alguém acredita de outra maneira, o que não esperamos, que isso seja imediatamente manifestado.”

*Os bispos*: “Uma declaração escrita de fé, isso não vamos apresentar. Isso é contrário à regra” [referindo-se à determinação do Primeiro Concílio de Éfeso].

*Florêncio, bispo de Sardes*: “Visto que aqueles que foram ensinados a seguir o Sínodo Niceno, bem como o sínodo reunido em Éfeso de forma legítima e piedosa, de acordo com a fé dos santos pais Cirilo e Celestino, e também tendo em mãos a carta do santíssimo Leão, não podem elaborar imediatamente uma fórmula da fé, pedimos, portanto, um prazo maior; mas eu, da minha parte, acredito que a carta de Leão é suficiente.”

*Cecrópio*: “Leiam as fórmulas nas quais a verdadeira fé já foi estabelecida.”

34. Essa sugestão foi adotada. Primeiro, o credo niceno, com sua maldição contra a heresia ariana, foi lido, ao final do qual:

*Os bispos, por unanimidade*: “Esta é a fé ortodoxa, em que todos cremos, em que fomos batizados, em que também batizamos; assim Cirilo ensinou, assim acredita o papa Leão.”

35. Em seguida, foi lido o credo de Constantinopla e, com aclamações semelhantes, foi endossado por unanimidade. Então foram lidas as duas cartas que Cirilo havia escrito e que faziam parte do registro da inquisição sobre Êutiques. Por fim, foi lida a carta de Leão. Quando a carta de Leão foi lida, ela foi aplaudida e novamente bradaram como voz de trovão:

<sup>20</sup> *History of the Church Councils* de Hefele, seção 183, últimos três parágrafos. *History of Latin Christianity* de Milman, livro 2, cap. 4, par. 38. No restante deste capítulo, sigo tão de perto e de forma tão ampla a obra *History of the Church Councils* [História dos Concílios Eclesiásticos] de Hefele, que não tentarei citar referências particulares. As únicas referências que farei são passagens não provenientes do relato de Hefele. Ao seguir Hefele, no entanto, mantive a uniformidade da narrativa, transformando citações indiretas em diretas, e assim preservei, tanto quanto possível, a personalidade dos oradores.



*Os bispos:* “É a crença dos pais – dos apóstolos –, nisso, então, cremos todos nós! Maldito aquele que não admitir que Pedro falou pela boca de Leão! Leão ensinou o que é justo e verdadeiro, e assim ensinou Cirilo. Eterna seja a memória de Cirilo! Por que isso não foi lido em Éfeso? Foi suprimido por Dióscoro!”

36. Os bispos do Ilírico e Palestina, no entanto, disseram que havia algumas passagens – três, comprovou-se – na carta de Leão sobre as quais eles tinham algumas dúvidas. A verdade dessas passagens foi confirmada por declarações feitas por Cirilo com o mesmo sentido.

*Os comissários imperiais:* “Alguém ainda tem alguma dúvida?”

*Os bispos, por aclamação:* “Ninguém duvida.”

37. Ainda assim, houve um bispo que hesitou e pediu que houvesse um prazo de alguns dias para que a questão fosse considerada e resolvida com tranquilidade; e como a carta de Leão fora lida, eles poderiam ter uma cópia da carta de Cirilo a Nestório, para que pudessem examiná-las juntos.

*O concílio:* “Se for para termos um prazo, devemos solicitar que todos os bispos em comum participem da consulta desejada.”

*Os comissários:* “A assembleia fica adiada por cinco dias, e os bispos, durante esse tempo, se reunirão com Anatólio de Constantinopla e se aconselharão em relação à fé, para que as dúvidas sejam esclarecidas.”

38. Quando o concílio estava prestes a ser dispensado, alguns bispos pediram que os bispos que haviam tomado parte proeminente no último concílio de Éfeso fossem perdoados!”

*Os bispos solicitantes:* “Pedimos em nome dos pais que eles sejam autorizados a entrar novamente no Sínodo. O imperador e a imperatriz devem ouvir essa petição. Todos nós erramos; que todos sejamos perdoados!”

39. Com isso, “uma grande comoção voltou a surgir, semelhante à do início do concílio relacionada com a admissão de Teodoreto”.

*O clero de Constantinopla gritou:* “Apenas alguns clamam por isso; o próprio Sínodo não diz uma sílaba sequer.”

*Os orientais clamaram:* “Exílio para o egípcio!”

*Os ilírios:* “Pedimos que todos sejam perdoados!”

*Os orientais:* “Exílio para o egípcio!”

*Os ilírios:* “Todos nós erramos; tenham piedade de todos nós! Essas palavras ao imperador ortodoxo! As igrejas estão em pedaços.”

*O clero de Constantinopla:* “Exílio para Dióscoro; Deus o rejeitou. Quem tem comunhão com ele é judeu.”

40. Em meio a esse tumulto, os comissários imperiais puseram fim à sessão. O recesso continuou por apenas dois dias em vez de cinco, pois

## A TERCEIRA SESSÃO FOI REALIZADA EM 13 DE OUTUBRO.

41. O primeiro passo dado nesta sessão foi dado por Eusébio de Dorileia, que orgulhosamente avançou para garantir da parte do concílio sua reivindicação como o campeão da ortodoxia. Ele apresentou uma petição ao concílio em que, depois de repetir sua acusação contra Dióscoro, disse:

“Portanto, rogo que vocês tenham piedade de mim e decretem que tudo o que foi feito contra mim seja declarado nulo, e não me façam mal, mas que eu seja restaurado novamente à minha dignidade espiritual. Ao mesmo tempo, anatematizem sua doutrina maligna e castiguem-no por sua insolência, de acordo com o que merece.”

42. Depois disso, Dióscoro foi acusado de crimes enormes, de lascívia e devassidão, para enorme escândalo de seu rebanho; de se intitular rei do Egito e de ter tentado usurpar a soberania. Dióscoro não estava presente, e depois de ser convocado três vezes sem aparecer, os legados de Leão fizeram uma recapitulação dos crimes de que foi acusado e depois pronunciaram a seguinte sentença:

“Leão, arcebispo da grande e antiga Roma, por nós e pelo presente sínodo, com a autoridade de São Pedro, sobre quem se fundam a Igreja Católica e a fé ortodoxa, despoja Dióscoro da dignidade episcopal e o declara, a partir de agora, incapaz de exercer qualquer função sacerdotal ou episcopal.”<sup>21</sup>

## QUARTA SESSÃO, 17 DE OUTUBRO.

43. Nesta sessão, a discussão da fé foi retomada. Primeiro, foi lido o ato da segunda sessão, ordenando um intervalo de cinco dias para a consideração da fé.

*Os comissários:* “O que o reverendo sínodo decretou agora sobre a fé?”

*O legado papal, Pascasino:* “O santo sínodo mantém firme a regra de fé que foi ratificada pelos pais em Niceia e por aqueles em Constantinopla. Além disso, em segundo lugar, reconhece a exposição desse credo que foi dada por Cirilo em Éfeso. Em terceiro lugar, *a carta do santíssimo homem Leão*, arcebispo de todas as igrejas, que condenou a heresia de Nestório e Êutiques, *mostra claramente qual é a verdadeira fé, e é essa fé que o sínodo também mantém e não permite que nada seja adicionado a ela ou retirado dela.*”

*Os bispos todos juntos:* “Todos nós também cremos assim, nisso fomos batizados, nisso batizamos, assim acreditamos.”

44. No meio da assembleia estava o trono sobre o qual repousavam os evangelhos. Os comissários imperiais agora exigiram que todos os bispos jurassem pelos evangelhos se concordavam ou não com a fé expressa nos credos de Niceia e Constantinopla e na carta de Leão. O primeiro a jurar foi Anatólio, arcebispo de Constantinopla, depois os três legados de Leão, e depois deles, um por um, outros vieram, até que 161 votos foram dessa forma alcançados; então os comissários imperiais pediram aos bispos restantes que dessem seus votos de uma só vez.

*Os bispos, por unanimidade e vociferação:* “Todos estamos de acordo, todos acreditamos assim; quem concorda pertence ao sínodo! Muitos anos para os imperadores, muitos anos para a imperatriz! Até os cinco bispos [que haviam sido depostos com Dióscoro] subscreveram e acreditam da mesma forma que Leão! Eles também pertencem ao sínodo!”

*Os comissários imperiais e outros:* “Escrevemos em favor [dos cinco bispos] ao imperador e aguardamos suas ordens. Vocês, no entanto, são responsáveis perante Deus por esses cinco por quem intercedem e por todos os procedimentos deste sínodo.”

*Os bispos:* “Deus depôs Dióscoro; Dióscoro é justamente condenado; Cristo o depôs.”

<sup>21</sup> Bower, *History of the Popes*, Leão, par. 40.

45. Depois disso, o concílio esperou receber notícias do imperador a respeito dos cinco bispos. Depois de várias horas, chegou a mensagem dizendo que o próprio concílio deveria decidir sobre a admissão deles. Como o concílio já estava de acordo e havia solicitado isso, os cinco bispos foram chamados de uma só vez. Quando entraram e tomaram seus lugares, novamente bradaram alto:

*Os bispos:* “Deus fez isso! Muitos anos para os imperadores, para o Senado, para os comissários! A união está completa e a paz é concedida às igrejas!”

46. Os comissários anunciaram em seguida que, no dia anterior, vários bispos egípcios haviam entregado uma confissão de fé ao imperador e desejavam que fosse lida ao concílio. Os bispos foram chamados e tomaram seus lugares e sua confissão foi lida. A confissão foi assinada por 13 bispos, mas foi apresentada em nome de “todos os bispos do Egito”. Ela declarava que eles concordavam com a fé ortodoxa e amaldiçoavam toda heresia, particularmente a de Ário e de vários outros, mas não incluíam Êutiques entre os hereges. Assim que isso foi mencionado, o concílio acusou os egípcios de desonestidade. Os legados de Leão exigiram que eles declarassem se concordavam ou não com a carta de Leão e se pronunciavam uma maldição sobre Êutiques.

*Os egípcios:* “Se alguém ensina de maneira diferente do que indicamos, seja Êutiques, ou quem quer que seja, seja anátema. Quanto à carta de Leão, no entanto, não podemos nos expressar, pois todos sabem que, de acordo com a prescrição do Concílio de Niceia, estamos unidos ao arcebispo de Alexandria e, portanto, devemos aguardar seu julgamento nesse assunto.”

47. Isso causou tal clamor no concílio contra eles que os 13 cederam a ponto de pronunciar aberta e positivamente uma maldição sobre Êutiques. Os legados mais uma vez os convocaram a assinar a carta de Leão.

*Os egípcios:* “Sem o consentimento de nosso arcebispo, não podemos subscrever.”

*Acácio, bispo de Ariarateia:* “É inadmissível conceder mais peso a uma única pessoa que ocupa o bispado de Alexandria do que a todo o sínodo. Os egípcios só desejam colocar tudo em confusão aqui como em Éfeso. Eles devem subscrever a carta de Leão ou ser excomungados.”

*Os egípcios:* “Em comparação com o grande número de bispos do Egito, há apenas alguns de nós presentes, e não temos o direito de agir em nome deles e fazer o que é exigido aqui. Por isso, rogamos por misericórdia, de modo que possamos seguir nosso arcebispo. Caso contrário, todas as províncias do Egito se levantarão contra nós.”

*Cecrópio de Sebastopol* [Novamente reprendendo-os por heresia]: “É somente de vocês que é exigido o consentimento para com a carta de Leão e não em nome dos demais bispos egípcios.”

*Os egípcios:* “Não poderemos mais morar em nossa terra se fizermos isso.”

*O legado de Leão, Lucêncio:* “Dez homens não podem prejudicar um sínodo de 600 bispos e a fé católica.”

*Os egípcios:* “Seremos mortos, seremos mortos, se o fizermos. Preferimos ser mortos aqui por vocês do que lá. Que um arcebispo do Egito seja nomeado aqui, e então assinaremos e concordaremos. Tenham piedade de nossos cabelos grisalhos! Anatólio de Constantinopla sabe que no Egito todos os bispos devem obedecer ao arcebispo de Alexandria. Tenham piedade de nós; preferimos morrer pelas mãos do imperador e pelas suas do que em casa. Peguem nossos bispados, se quiserem, elejam um arcebispo de Alexandria; nós não nos opomos.”

*Muitos bispos:* “Os egípcios são hereges; eles devem assinar a condenação de Dióscoro.”

*Os comissários imperiais:* “Permaneçam em Constantinopla até que um arcebispo seja eleito para Alexandria.”

*O legado, Pascasio [Concordando]:* “Eles devem garantir que não deixarão Constantinopla nesse meio tempo.”

48. Durante o restante da sessão, foram discutidos assuntos que não tinham relação direta com o estabelecimento da fé.

## QUINTA SESSÃO, 22 DE OUTUBRO.

49. O objetivo desta sessão foi o estabelecimento da fé; e o objeto foi realizado. A primeira coisa realizada foi a leitura de uma forma de doutrina que, de acordo com um arranjo feito na segunda sessão, havia sido elaborada e, também no dia anterior, havia sido “aprovada por unanimidade”. Logo que foi lida, no entanto, houve uma objeção contra ela.

*João, bispo da Germanícia:* “Essa fórmula não é boa; deve ser melhorada.”

*Anatólio:* “Não houve ontem contentamento da parte de todos?”

*Os bispos em aclamação:* “Ela é excelente e contém a fé católica. Fora com os nestorianos! A expressão *“Theotokos”* [Mãe de Deus] deve ser recebida no credo.”

*Os legados de Leão:* “Se a carta de Leão não for aceita, exigimos nossos documentos, para que possamos voltar para casa e para que um sínodo seja realizado no Ocidente.”

50. Os comissários imperiais sugeriram que uma comissão composta por seis bispos do Oriente, três da Ásia, três de Ilíria, três do Ponto e três da Trácia, com o arcebispo de Constantinopla e os legados romanos, se reunisse na presença dos comissários, decidisse sobre uma fórmula da fé e a apresentasse ao concílio. A maioria dos bispos, no entanto, exigiu em voz alta que a recém-apresentada fosse aceita e assinada por todos e acusou João da Germanícia de ser nestoriano.

*Os comissários:* “Dióscoro afirma que condenou Flaviano por ter sustentado que existem duas naturezas em Cristo; na nova fórmula doutrinária, no entanto, afirma-se que ‘Cristo é de duas naturezas.’”

*Anatólio:* “Dióscoro foi deposto não por falsa doutrina, mas porque excomungou o papa e não obedeceu ao sínodo.”

*Os comissários:* “O sínodo já aprovou a carta de Leão. Como isso já foi feito, o que está contido na carta deve ser confessado.”

51. A maioria do concílio, no entanto, insistiu em adotar a fórmula que já estava diante deles. Os comissários informaram o imperador da situação. Imediatamente a resposta veio.

*A mensagem do imperador:* “Ou a comissão proposta de bispos deve ser aceita ou os bispos devem declarar sua fé individualmente por meio de seus metropolitas, para que todas as dúvidas sejam dissipadas e toda a discórdia removida. Se eles não fizerem nenhuma dessas coisas, um sínodo deve ser realizado no Ocidente, uma vez que se recusam aqui a dar uma declaração definida e estável a respeito da fé.”

*A maioria:* “Nós nos submetemos à fórmula ou vamos!”

*Cecrópio de Sebastopol:* “Quem não subscrever, este pode ir [a um concílio ocidental].”

*Os ilírios:* “Quem se opõe a ela é um nestoriano; esses podem ir a Roma!”

*Os comissários:* “Dióscoro rejeitou a expressão: ‘Existem duas naturezas *em* Cristo’ e, ao contrário, aceitou ‘*de* duas naturezas’; por outro lado, Leão diz: ‘Em Cristo existem duas naturezas *unidas*’; quem vocês seguirão, o santíssimo Leão ou Dióscoro?”

*Todo o concílio:* “*Cremos com Leão, não com Dióscoro; quem se opõe a isso é eutiquiano.*”

*Os comissários:* “*Então vocês também devem receber no credo a doutrina de Leão, que foi declarada.*”

52. O concílio então pediu a nomeação da comissão que os comissários haviam sugerido. Entre os membros da comissão, havia vários bispos que não apenas havia “apoiado com veemência” a doutrina de Êutiques, mas também haviam de fato tomado parte proeminente com Dióscoro no Segundo Concílio de Éfeso. A comissão reuniu-se imediatamente no oratório da igreja em que o concílio foi realizado e, depois de consultar-se, não por muito tempo, retornaram ao concílio e apresentaram o seguinte preâmbulo:

“O santo e grande sínodo ecumênico em Calcedônia, na Bitínia, [...] definiu o seguinte: Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo, ao confirmar a fé em Seus discípulos, declarou: ‘Deixovos a paz, a minha paz vos dou’, para que ninguém se separasse do próximo nas doutrinas de religião, mas que a pregação da verdade fosse divulgada a todos. Como, no entanto, o maligno não cessa, com o joio, de impedir a semente da religião e está sempre inventando algo novo em oposição à verdade, Deus, portanto, em Seu cuidado para com a raça humana, despertou zelo neste imperador piedoso e ortodoxo, de modo que ele convocou os chefes do sacerdócio para remover toda a praga da falsidade das ovelhas de Cristo e nutri-las com as tenras plantas da verdade. Isso também realmente fizemos, uma vez que expulsamos, por nosso julgamento comum, as doutrinas do erro, renovamos a fé correta dos pais, proclamamos o credo dos 318 a todos e reconhecemos como nosso esse credo aceito pelos 150 de Constantinopla. Embora agora aceitemos os regulamentos do Primeiro Sínodo de Éfeso, sob Celestino e Cirilo, e suas prescrições sobre a fé, decretamos que a confissão dos 318 pais em Nicéia é uma luz para a fé correta e imaculada e que é válido também o que foi decretado pelos 150 pais em Constantinopla, para a confirmação da fé católica e apostólica.”

53. Aqui eles inseriram integralmente o credo do Concílio de Niceia e o de Constantinopla, e o preâmbulo continuou então da seguinte maneira:

“Este símbolo sábio e salutar da graça divina seria de fato suficiente para um completo conhecimento e confirmação da religião, pois ensina tudo com referência ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo e declara a encarnação do Senhor para aqueles que O recebem com fé. Contudo, como aqueles que estavam desejosos de abandonar a pregação da verdade inventaram expressões vãs por meio de suas próprias heresias e, por um lado, ousaram destruir o mistério da encarnação de nosso Senhor e rejeitaram a designação portadora de Deus, e, por outro lado, introduziram uma mistura e confusão [das naturezas], e, ao contrário da razão, imaginaram apenas uma natureza da carne e da Divindade, e sustentaram precipitadamente que a divina natureza do Unigênito foi, pela mistura, tornada possível, o santo e grande sínodo ecumênico, portanto, decreta que a fé dos 318 pais permanecerá inviolável e que a doutrina posteriormente promulgada pelos 150 pais em Constantinopla, por causa dos pneumatômacos [adversários do Espírito], terá a mesma validade, sendo apresentada por eles, não para acrescentar ao credo de Niceia algo que estivesse faltando, mas para dar a conhecer por escrito sua consciência a respeito do Espírito Santo em oposição aos negadores de Sua glória.’

“Porém, devido àqueles que se empenharam em destruir o mistério da encarnação, e insultaram com ousadia Aquele que nasceu da santa Maria, e afirmaram que Ele era mero homem, o santo sínodo aceitou como válida a carta sinodal de São Cirilo a Nestório e aos orientais, em oposição ao nestorianismo, e acrescentou a elas a *carta do santo arcebispo Leão de Roma*, escrita a Flaviano a fim de derrubar os erros eutiquianos, em concordância com a doutrina de São Pedro e *como pilar contra todos os hereges, visando à confirmação dos dogmas ortodoxos*. O sínodo se opõe àqueles que procuram transformar o mistério da encarnação em uma dualidade de filhos, e exclui da sagrada comunhão aqueles que se aventuram a declarar a divindade do Unigênito como capaz de sofrer, e se opõe aos que imaginam uma mistura e uma confusão das duas naturezas de Cristo, e afasta aqueles que tolamente sustentam que a forma de servo do Filho, assumida a partir de nós, é de uma substância celestial, ou de qualquer outra que não seja a nossa, e anatematiza aqueles que acreditam que antes da união havia duas naturezas de nosso Senhor, mas depois da união, apenas uma.”

54. Tendo assim pavimentado o caminho, eles apresentaram nessa ocasião presente, para todas as pessoas e para sempre, o seguinte credo:

“Seguindo, conseqüentemente, os santos pais, confessamos um único e o mesmo Filho, nosso Senhor Jesus Cristo, e todos nós, com uma só voz, declaramos que Ele é, ao mesmo tempo, perfeito em Divindade e perfeito em humanidade, verdadeiramente Deus e, ao mesmo tempo, verdadeiramente homem, constituído por uma alma racional e um corpo, sendo consubstancial ao Pai em relação à Sua Divindade e, ao mesmo tempo, consubstancial a nós, no que se refere à Sua humanidade; assemelhando-se a nós em todas as coisas, com exceção do pecado; gerado antes das eras, do Pai, segundo a Sua Divindade, mas nascido, nos últimos dias, de Maria, a virgem e Mãe de Deus, por nossa causa e para nossa salvação; sendo um e o mesmo Jesus Cristo, Filho, Senhor, Unigênito, tornado conhecido em duas naturezas inconfundíveis, imutáveis, indivisíveis, *inseparáveis*, visto que a diferença das naturezas não é de maneira alguma anulada pela união delas, mas a essência peculiar de cada natureza é, ao contrário, preservada, concorrendo para formar *uma pessoa* e em *uma subsistência*, não como se Ele fosse separado ou dividido em duas pessoas, mas é *um* e o mesmo Filho, Unigênito, Palavra divina, Senhor Jesus Cristo, como os profetas declararam a respeito Dele, e o próprio Cristo nos instruiu amplamente, e o credo dos pais nos transmitiu. Visto que, então, essas questões foram definidas por nós com toda precisão e diligência, o sínodo sagrado e universal determinou que ninguém terá a liberdade de apresentar outra fé, seja por escrito, ou elaborando, descrevendo ou ensinando-a a outras pessoas. E que aqueles que tomarem a liberdade de elaborar, publicar ou ensinar outra fé, ou comunicar outro credo àqueles que estão dispostos a deixar o paganismo, judaísmo ou qualquer outra seita e se converter ao conhecimento da verdade, que esses, caso forem bispos ou clérigos, sofram privações, os bispos de seu episcopado, os clérigos de seu cargo eclesiástico; e se monges ou leigos, que sejam anatematizados.”<sup>22</sup>

55. Quando a leitura desse relatório da comissão terminou, o concílio foi suspenso.

<sup>22</sup> *Ecclesiastical History* de Evagrius, livro 2, cap. 4, par. 4.

## A SEXTA SESSÃO, 25 DE OUTUBRO.

56. Nesta sessão, o imperador Marciano e a imperatriz Pulquéria vieram com toda a corte para ratificar a decisão que o concílio, na sessão anterior, havia alcançado a respeito da fé. Marciano abriu a sessão com um discurso, falado primeiro em latim e repetido em grego, que foi o seguinte:

“Desde o início de nosso reinado, tivemos a pureza da fé particularmente no coração. Como agora, pela avareza ou perversidade de alguns, muitos foram levados ao erro, convocamos o presente sínodo para que todo erro e toda obscuridade possam ser dissipados, para que a religião possa brilhar a partir do poder de sua luz, e que no futuro ninguém se aventure ainda a manter, a respeito da encarnação de nosso Senhor e Salvador, qualquer coisa que vá além daquilo que a pregação apostólica e o decreto, de acordo com ela, dos 318 santos padres entregaram à posteridade, e que também é testemunhado pela carta do santo papa Leão de Roma a Flaviano. Para fortalecer a fé, mas não para exercer a violência, desejamos, de acordo com o exemplo de Constantino, estar pessoalmente presentes no sínodo, para que as nações não fiquem ainda mais amplamente separadas por opiniões falsas. Nossos esforços foram direcionados para isso, para que todos, tornando-se um na verdadeira doutrina, possam retornar à mesma religião e honrar a verdadeira fé católica. Que Deus conceda isso.”

57. Assim que ele terminou o discurso em latim:

*Os bispos exclamaram por unanimidade:* “Muitos anos para o imperador, muitos anos para a imperatriz; ele é o filho único de Constantino. Prosperidade para Marciano, o novo Constantino!”

58. Depois de repetir o discurso em grego, os bispos repetiram seus gritos de adulação. Então toda a declaração, incluindo o preâmbulo e tudo o mais, a respeito da fé foi lida, no final da qual falou:

*O Imperador Marciano:* “Esta fórmula da fé expressa a visão de todos?”

*Os 600 bispos gritando ao mesmo tempo:* “Todos nós acreditamos nisso; existe uma fé, uma vontade; somos todos unânimes e subscrevemos por unanimidade; somos todos ortodoxos! Essa é a fé dos pais, a fé dos apóstolos, a fé dos ortodoxos; essa fé salvou o mundo. Prosperidade para Marciano, o novo Constantino, o novo Paulo, o novo Davi! Longos anos para o nosso senhor soberano Davi! Você é a paz do mundo, vida longa! Sua fé irá defendê-lo. Você honra a Cristo. Ele o defenderá. Você estabeleceu a ortodoxia. [...] À augusta imperatriz, muitos anos! Vocês são as luzes da ortodoxia. [...] Ortodoxa desde o seu nascimento, Deus a defenderá. Defensora da fé, que Deus a defenda. Piedosa inimiga ortodoxa dos hereges, Deus a defenderá. Você perseguiu todos os hereges. Que o mau-olhado seja desviado do seu império! Digna da fé, digna de Cristo! Assim são honrados os fiéis soberanos. [...] Marciano é o novo Constantino, Pulquéria é a nova Helena! A vida de vocês é a segurança de todos; sua fé é a glória das igrejas. Por vocês o mundo está em paz; por vocês a fé ortodoxa é estabelecida; por vocês a heresia deixa de existir: vida longa ao imperador e à imperatriz!”<sup>23</sup>

59. O imperador então “deu graças a Cristo que a unidade na religião havia sido restaurada novamente e ameaçou a todos, civis, soldados e também o clero, com punições pesadas, se provocassem controvérsias a respeito da fé”; e propôs certas ordenanças que fizeram parte dos

<sup>23</sup> Citado por Stanley, *History of Eastern Church*, Exposição 2, par. 4.

cânones estabelecidos em sessões futuras. Assim que ele parou de falar, os bispos novamente gritaram: “Você é sacerdote e imperador ao mesmo tempo, conquistador na guerra e mestre da fé”.

60. O concílio estava reunido na Igreja de Santa Eufêmia, e Marciano agora anunciava que, em homenagem a Santa Eufêmia e ao concílio, ele concedia à cidade de Calcedônia o título e a dignidade de “metrópole”; e em troca todos os bispos, por unanimidade, exclamaram: “Isso é justo; uma Páscoa domine o mundo inteiro; a Santíssima Trindade o protegerá. Rogamos que nos despeça”.

61. Em vez de dispensá-los, no entanto, o imperador ordenou que permanecessem “três ou quatro dias a mais” e continuassem os procedimentos. O concílio continuou até 1º de novembro, período em que foram realizadas dez sessões, nas quais houve muita discussão de minúcias teológicas, com declarações de maldições e refutações; e uma imensa quantidade de vaias e gritos em aprovação ou condenação. Nada disso, no entanto, é digno de qualquer menção adicional, exceto o fato de que 28 cânones foram estabelecidos, o último dos quais confirmou ao arcebispado de Constantinopla a dignidade que lhe havia sido concedida pelo Concílio de Constantinopla, 70 anos antes, e resolveu toda disputa sobre a questão da jurisdição, decretando que, quanto a seus privilégios e relações eclesiásticas, fosse exaltado ao primeiro lugar após o bispado da Roma antiga, devendo manter essa posição. Contra isso, no entanto, os legados de Leão protestaram na época; e o próprio Leão, em três cartas – uma para Marciano, uma para Pulquéria e uma para Anatólio – denunciou isso à sua maneira imperiosa.

62. Tendo encerrado seus trabalhos, o concílio elaborou e enviou a Leão um memorial começando com as palavras do Salmo 126:2, que em substância dizia o seguinte:

“Então a nossa boca se encheu de riso, e a nossa língua de júbilo.”

“A razão dessa alegria é a confirmação da fé que foi preservada por Vossa Santidade, e cujo conteúdo feliz foi explicado por você como intérprete da voz de Pedro. A você os bispos de Calcedônia tomaram como guia, a fim de mostrar aos filhos da igreja a herança da verdade. Sua carta foi para nós um banquete espiritual e imperial, e acreditamos que tivemos o Noivo celestial presente em nosso meio. Como chefe dos membros, você também, mediante seus representantes, teve a predominância entre nós. Para que tudo prosseguisse da maneira mais ordenada, no entanto, os fiéis imperadores presidiram. O animal selvagem Dióscoro, tendo em sua loucura atacado até aquele que é, pelo Salvador, um guardião da vinha divina, e tendo ousado excomungar aquele cuja vocação é unir o corpo da igreja, o sínodo infligiu a devida punição sobre ele, porque não se arrependeu e não apareceu em resposta à nossa exortação. Todos os nossos outros negócios foram conduzidos de forma próspera pela graça de Deus e por Santa Eufêmia, que coroou a assembleia realizada em sua câmara nupcial e transmitiu, como algo próprio dela, o decreto doutrinário do concílio ao seu noivo, Cristo, pela mão do imperador e da imperatriz. [...] Também confirmamos o cânon do sínodo dos 150 pais, pelo qual a segunda dignidade é atribuída à sé de Constantinopla, imediatamente após a sua sagrada e apostólica sé. Fizemo-lo com confiança, porque muitas vezes você permitiu que o raio apostólico que brilha por você aparecesse na igreja de Constantinopla, e porque você está acostumado, de bom grado, a enriquecer aqueles que pertencem a você, permitindo-lhes participação nas próprias posses de Vossa Santidade. Queira, portanto, adotar esse decreto como se fosse seu, santíssimo e mui abençoado pai. Os seus legados se opuseram fortemente a ele, provavelmente porque pensavam que esse bom regulamento,



como a declaração da fé, deveria proceder de você mesmo. Mas acreditávamos que cabia ao sínodo ecumênico confirmar diante da cidade imperial as prerrogativas dessa sé, de acordo com o desejo do imperador, crendo que, quando você ouvisse sobre o decreto, o consideraria seu próprio ato. Pois tudo o que os filhos fizeram, e que é bom, conduz à honra dos pais. Rogamos-lhe que honre nosso decreto também com seu consentimento; e como concordamos com o seu bom decreto, que a sua grandeza realize o que é apropriado para com os filhos. Isso também agradará aos imperadores, que sancionaram como lei seu julgamento sobre a fé; e que a sé de Constantinopla receba uma recompensa pelo zelo com o qual se uniu a você em matéria de religião. Para mostrar que nada fizemos por favoritismo ou aversão a alguém, trouxemos todo o conteúdo do que fizemos ao seu conhecimento e o comunicamos a você para confirmação e assentimento.”

63. No dia 18 de dezembro, esse memorial foi enviado a Leão com duas cartas do imperador e do arcebispo de Constantinopla, Anatólio, dizendo que ele havia constantemente feito tudo pela honra de Leão e seus legados, e, em reverência ao papa, o concílio e ele próprio havia transmitido tudo a Leão para sua aprovação e confirmação. Marciano, por sua vez, expressava sua alegria pelo fato de a verdadeira fé ter se manifestado de acordo com a carta de Leão, e ambos rogando para que ele aprovasse e confirmasse os decretos do concílio, e especialmente o cânon em referência à sé de Constantinopla. Leão denunciou firmemente esse cânone, no entanto. Porém, como Anatólio, em uma carta de abril de 454, admitiu a Leão: “Toda a força e a confirmação dos decretos foram reservadas para Vossa Santidade”, isso significava ceder absolutamente tudo a Leão, até onde era possível ao concílio e seus membros irem.

64. Em 7 de fevereiro de 452 d.C., o imperador Marciano, em nome dele e de Valentiniano III, emitiu o seguinte decreto confirmando o credo do concílio:

“O que foi tão grandiosa e universalmente desejado está finalmente realizado. A controvérsia sobre a ortodoxia acabou, e a unidade de opinião está restaurada entre as nações. Os bispos reunidos em Calcedônia, sob meu comando e mediante convocação de vários exarcos, ensinaram com exatidão, em um decreto doutrinário, o que deve ser mantido em relação à religião. Toda controvérsia profana deve cessar agora, pois é certamente ímpio e sacrílego, após a declaração feita por tantos bispos, alguém pensar que ainda resta algo para examinar segundo o próprio julgamento. Pois é evidentemente um sinal de loucura extrema quando um homem procura uma luz enganosa em claro dia. Aquele que, depois de descoberta a verdade, ainda procura outra coisa procura a falsidade. Nenhum clérigo, nenhum soldado, e no geral ninguém, em qualquer posição que esteja, deve aventurar-se publicamente a disputar a respeito da fé, procurando produzir confusão e encontrar pretextos para falsas doutrinas. Pois é um insulto ao santo sínodo sujeitar o que decretou e estabeleceu como fundamentos a novos exames e disputas públicas, uma vez que o que foi recentemente definido em relação à fé cristã está de acordo com a doutrina dos 318 pais e com a regulamentação dos 150 pais. A punição dos transgressores dessa lei não será tardia, uma vez que eles não são apenas oponentes da fé legalmente estabelecida, mas também, por suas contendas, se mostram desleais para com os santos mistérios diante dos judeus e dos pagãos. Se um clérigo abertamente se aventurar a disputar a respeito da religião, ele será eliminado do catálogo do clero, o soldado será privado de seu cinto, outras pessoas serão removidas da

cidade de residência e terão punições adequadas infligidas a eles, de acordo com a vontade dos tribunais de justiça.”

65. No dia 28 de julho seguinte, ele emitiu um decreto no qual proibia os eutiquianos de ter qualquer clero; e se alguém tentasse nomear alguém, tanto o que nomeasse como quem fosse nomeado seriam punidos com confisco de bens e banimento vitalício. Eles foram proibidos de realizar assembleias de qualquer tipo, bem como construir ou viver em mosteiros. Se eles ousassem realizar algum tipo de reunião, o local onde fosse realizada seria confiscado, se fosse do conhecimento do proprietário. Mas se, sem o conhecimento do proprietário, ele fosse alugado por alguém, quem o alugou deveria ser punido com açoitamento, com confisco de bens e com banimento. Eles foram declarados incapazes de herdar qualquer coisa por testamento ou de nomear qualquer eutiquiano como herdeiro. Se algum fosse encontrado no exército, deveria ser expulso dele. Aqueles dentre eles que anteriormente haviam estado na fé ortodoxa, e também os monges do mosteiro – que ele chamava de “estábulo” – de Êtíques, esses deveriam ser levados para além das fronteiras do Império Romano. Todos os seus escritos deveriam ser queimados, quem quer que os circulasse, banido, e toda instrução na doutrina eutiquiana deveria ser “rigorosamente punida”. E, finalmente, todos os governadores das províncias, com seus funcionários, e todos os juízes nas cidades que fossem negligentes na aplicação da lei seriam multados em 10 libras de ouro como desprezadores da religião e das leis. Ao mesmo tempo que este último decreto foi emitido, Êtíques e Dióscoro foram condenados ao banimento. Êtíques morreu antes de a sentença ser aplicada, e Dióscoro morreu exilado em Gangra, na Paflagônia, dois anos depois.

66. Como Leão havia publicado suas cartas rejeitando o cânone a respeito da sé de Constantinopla, e ainda não publicara formalmente nenhuma aprovação do *decreto doutrinário* do concílio, espalhou-se o rumor por todo o Oriente dizendo que ele repudiara todas as decisões do concílio. O boato, portanto, era um novo incentivo para todos os que discordavam do credo do concílio, e a “heresia” tornou-se tão prevalecente que, em 15 de fevereiro de 453 d.C., Marciano enviou uma carta a Leão, implorando-lhe seriamente que, assim que possível, emitisse um decreto confirmando a decisão do Concílio de Calcedônia, “para que ninguém tivesse mais dúvidas quanto ao julgamento de Sua Santidade”. Em 21 de março, Leão respondeu com as seguintes palavras:

“Irmãos, não duvido que todos saibam como confirmei de bom grado o decreto doutrinário do Sínodo de Calcedônia. Vocês poderiam ter ficado a par disso não apenas mediante o consentimento dos meus legados, mas também por meio de minhas cartas a Anatólio de Constantinopla, se ele tivesse levado a resposta da sé apostólica ao seu conhecimento. Mas, para que ninguém duvide da minha aprovação daquilo que foi decretado no Sínodo de Calcedônia por consentimento universal em relação à fé, encaminhei esta carta a todos os meus irmãos e colegas bispos que estavam presentes no referido sínodo, e o imperador, a meu pedido, a enviará a vocês, para que todos vocês saibam que, não apenas pelos meus legados, mas também por minha própria confirmação, concordei com vocês no que foi feito no sínodo; *mas somente*, como sempre deve ser repetido, *em relação ao assunto da fé*, por causa da qual o concílio geral foi reunido sob o comando dos imperadores, de acordo com a sé apostólica. Mas em relação aos regulamentos dos pais de Niceia, eu os admoesto que os direitos das igrejas individuais devem permanecer inalterados, pois foram

estabelecidos pelos pais inspirados. Nenhuma ambição ilícita deve cobiçar aquilo que não é seu, e ninguém deve aumentar pela diminuição dos outros. E aquilo que o orgulho obteve com o consentimento forçado, e pensa ter confirmado em nome de um concílio, é inválido, se for contrário aos cânones dos pais mencionados [de Niceia]. A reverência com que a sé apostólica mantém as regras desses pais, e o fato de que eu, com a ajuda de Deus, serei *um guardião da fé católica* e dos cânones eclesiásticos, vocês podem ver na carta pela qual resisti às tentativas do bispo de Constantinopla.”

67. Como a necessidade do Concílio de Calcedônia foi criada apenas pela vontade de Leão; como o concílio, quando reunido, foi governado do começo ao fim por seus legados em nome dele; como os documentos apresentados no concílio foram endereçados a “Leão, o patriarca santíssimo, abençoado e universal da grande cidade de Roma e ao santo Concílio Ecumênico de Calcedônia”; como o concílio claramente reconheceu Leão como seu chefe e os membros do concílio como membros dele; como os julgamentos foram pronunciados como seus; como sua carta se tornou a prova e a expressão da fé, e com isso todos foram obrigados a concordar; como as decisões do concílio lhe foram submetidas para aprovação e foram praticamente de pouca ou nenhuma força até que ele publicou formalmente sua aprovação, e, então, somente a parte que ele de fato aprovou; como, em suma, tudo o que se relacionava com o concílio surgiu de sua vontade e voltou em sujeição a sua vontade, Leão, e nele o bispado de Roma, tornou-se, assim, essencialmente *a fonte da fé católica*.

68. Não é de surpreender, portanto, que Leão declarasse oficialmente que os decretos doutrinários do Concílio de Calcedônia eram inspirados. Foi exatamente isso que ele fez. Em uma carta ao bispo Juliano de Cós (Epístola 144), ele disse: “*Os decretos de Calcedônia são inspirados pelo Espírito Santo e devem ser recebidos como a definição da fé para o bem-estar de todo o mundo*”. Em uma carta (Epístola 145) ao imperador Leão, que sucedeu a Marciano em 457 d.C., ele disse: “O Sínodo de Calcedônia foi realizado por inspiração divina”. Portanto, como os decretos doutrinários do Concílio de Calcedônia eram a expressão da vontade de Leão; e como esses decretos foram publicados e mantidos como inspiração divina, toda essa conjuntura criou um atalho *para a infalibilidade do bispo de Roma*.

69. Agora, que o leitor consulte as páginas 121, 141 e 142 e compare as palavras em itálico na declaração de Êutiques, na declaração dos comissários no concílio e no credo de Calcedônia. Veremos que Leão e o concílio chegaram tão perto no sentido de dizer o que Êutiques havia dito, que nenhuma diferença pode ser percebida. Êutiques havia sido condenado como herege por dizer que em Cristo, após a encarnação, as duas naturezas *são uma*. Agora Leão e o concílio expressam a fé ortodoxa dizendo que em Cristo há duas naturezas *unidas em uma*. Em outras palavras, Êutiques foi condenado como herege por dizer que Cristo é “*de duas naturezas*”; enquanto Leão e o concílio foram declarados eternamente ortodoxos por dizerem que Cristo é “*em duas naturezas*”. Em grego, a diferença foi expressa nas duas pequenas palavras *ek* e *en*, as quais, como as duas grandes palavras *homoousion* e *homoiousion*, no início da controvérsia entre Alexandre e Ário, diferia apenas em uma única letra. E como lá no início, o significado das duas palavras é tão “*essencialmente o mesmo*” que quem acredita em uma também acredita na outra.

“O artifício do demônio, com sua inveja e ódio a Deus, em mudar uma única letra foi tal que, embora na realidade uma expressão induzia tão completamente à noção da outra, para a maioria, porém, a discrepância entre elas foi considerada significativa, e as ideias transmitidas por elas foram vistas como estando nítida e diametralmente opostas e exclusivas uma da outra; ao passo que quem confessa Cristo em duas naturezas afirma claramente que Ele é procedente de duas, [...] por outro lado, a posição de quem afirma Sua origem a partir de duas naturezas abrange completamente o conceito de Sua existência *em duas*. Portanto, nesse caso, pela expressão “de duas naturezas” é sugerido o pensamento da expressão “em duas”, e vice-versa; e não pode haver uma separação dos termos” (Evagrius).<sup>24</sup>

70. E isso é tudo o que havia nessa disputa, ou em qualquer uma das anteriores, *em si mesma*. No entanto, daí surgiram violência constante e universal, hipocrisia, derramamento de sangue e assassinato, que rapidamente ocasionaram a ruína total do império e estabeleceram um despotismo sobre o pensamento que permaneceu supremo por séculos e que ainda é afirmado e amplamente aceito.

71. Sendo o mundo inteiro, portanto, mais uma vez conduzido à “unidade da fé”, a controvérsia, a confusão e a violência continuaram piores do que antes. Mas, como *a fé de Leão*, estabelecida pelo Concílio de Calcedônia, “completa substancialmente a cristologia ortodoxa da igreja antiga” e “passou para todas as confissões das igrejas protestantes” (Schaff);<sup>25</sup> e como a obra desses quatro Concílios Gerais – Niceia, Constantinopla, Primeiro de Éfeso e Calcedônia – significou colocar fórmulas humanas mortas no lugar dos oráculos vivos de Deus, *uma mulher no lugar de Cristo* e UM HOMEM NO LUGAR DE DEUS, não é necessário seguir mais adiante o curso de disputas ambiciosas e contendas diabólicas.

<sup>24</sup> *Ecclesiastical History*, livro 2, cap. 5; *History of the Church Councils* de Hefele, seção 193, par. 5, nota; *History of the Christian Church* de Schaff, vol. 3, seção 140, par. 9, nota 2; seção 141, par. 12, nota 4.

<sup>25</sup> *History of the Christian Church*, vol. 3, seção 142, par. 1, 2.

## CAPÍTULO 12

.....

# O PODER TEMPORAL PAPAL ESTABELECIDO

*Os Papas como Mediadores – As Terras da Igreja – O Reino Hérulo Extirpado – O Domínio Ostrogótico – Procedimentos Papais em Roma – O Papado Colocado acima do Estado – Conspirações contra os Ostrogodos – Justiniano e o Papado – A Controvérsia sobre a Aração do Triságio – O Reino Vândalo Exterminado – O Reino Ostrogótico Destruído – O Papado agora uma Potência Mundial.*

VIMOS como, pelo arrogante ministério de Leão, o bispo de Roma se tornou a fonte da fé e foi elevado a uma posição de dignidade e autoridade que o ambicioso prelado nunca havia alcançado antes. Isso se deu porque Leão, como papa exemplar, foi alguém cuja “ambição não tinha limites; e para gratificá-la, ele não se furtava a nada; não fazia distinção alguma entre certo e errado, entre verdade e falsidade; é como se ele tivesse adotado a famosa máxima de Júlio César:

‘Seja justo, a menos que um reino tente violar as leis,  
Pois somente o poder soberano pode justificar a causa’,

ou pensava que as ações mais criminosas deixavam de ser criminosas e se tornavam meritórias quando, de alguma maneira, servissem para aumentar seu poder ou a exaltação de sua sé” (*Bower*).<sup>1</sup>

2. Além disso, jamais a força de um único aspecto de seu exemplo perdeu impacto sobre seus sucessores. Seu sucessor imediato,

HILÁRIO, 461-467,

ficou tão feliz por ocupar o lugar que havia se tornado tão proeminente por Leão que, pouco depois de sua eleição, escreveu uma carta aos outros bispos, pedindo-lhes que exultassem com ele, tomando um cuidado especial na carta para dizer-lhes que ele não duvidava de que todos sabiam a intensidade do respeito e deferência prestados “no Espírito de Deus a São Pedro e sua sé”. Os bispos da Espanha se dirigiram a ele como “o sucessor de São Pedro, cuja primazia devia ser amada e temida por todos”.

3. Ele foi sucedido por

SIMPLÍCIO, 467-483,

em cujo pontificado o império pereceu quando os hérulos, sob Odoacro, invadiram toda a Itália, depuseram o último imperador do Ocidente, se apropriaram de um terço de todas as terras e estabeleceram o reino Hérulo, com Odoacro como rei da Itália. De fato, quanto mais o poder imperial desvanecia, e quanto mais próximo o império se aproximava de sua queda, mais rapidamente e mais fortes cresciam as pretensões papais. Assim, as mesmas calamidades que rapi-

---

<sup>1</sup> *History of the Popes*, Leão, penúltimo parágrafo.

damente causaram a ruína do império, e que foram aceleradas pela união da igreja e Estado, se transformaram em vantagem para o bispado de Roma. Durante todo o período de invasões bárbaras, de 400 a 476, a hierarquia católica em todos os lugares se adaptou à situação e tirou proveito das calamidades que assolavam em todos os lugares para aumentar seu poder e influência.

4. Vimos que Inocêncio I, em cuja mente parece ter surgido a vasta concepção da supremacia eclesiástica universal de Roma, durante a invasão da Itália e o cerco de Roma por Alarico, dirigiu uma embaixada ao imperador para mediar um tratado de paz entre o império e os godos invasores. Vimos que, no momento da eleição de Leão para a sé papal, ele estava ausente em uma missão semelhante a fim de reconciliar a inimizade dos dois principais oficiais romanos, que ameaçava a segurança do império. No entanto, outras ocasiões do mesmo tipo, e muito mais importantes, exigiram a ação de Leão durante o mandato de seu bispado. Em 453, Leão foi nomeado chefe de uma embaixada para encontrar Átila quando estava a caminho de Roma, se possível para fazê-lo retroceder. A embaixada foi bem-sucedida; um tratado foi formado; Átila retirou-se para além do Danúbio, onde morreu imediatamente; e a Itália ficou liberta. E isso redundou grandemente para a glória de Leão, como os outros feitos notáveis que ele havia realizado. Ele não teve tanto sucesso com Genserico dois anos depois, mas mesmo assim conseguiu mitigar os estragos dos vândalos, que geralmente eram muito terríveis.

5. Além disso, não era contra a religião como tal que os bárbaros faziam guerra, pois eram religiosos. A guerra deles foi contra aquele poderoso império sobre o qual haviam visto muito, sob o qual haviam sofrido muito e do qual haviam ouvido mais ainda. Eles invadiram o Império Romano como nações que se vingavam de uma nação que havia sido tão grande e que com tanto orgulho declarara domínio sobre todas as outras nações. E quando conseguiram se plantar e permanecer, como senhores absolutos, nos domínios daqueles que se gabavam de domínio absoluto e eterno, humilhando, assim, o orgulho da poderosa Roma, isso representou para eles a suprema gratificação.

6. Como essas invasões não foram infligidas em todos os lugares ao mesmo tempo, mas de tempo em tempo, num período de 75 anos, a igreja teve tempo suficiente para se adaptar aos costumes dos bárbaros que eram pagãos, o que sempre fez com prontidão. Os bárbaros pagãos estavam acostumados a prestar o maior respeito ao próprio sacerdócio e estavam dispostos a colocar o sacerdócio católico em uma posição de honra igual ou até superior. Aqueles que já eram cristãos professos eram arianos e não tão brutais quanto os católicos; portanto, eles, com exceção dos vândalos, não estavam tão prontos para perseguir e estavam dispostos a se estabelecer e fixar residência nos territórios do império que se desmoronava.

7. Na queda do império, o bispado de Roma ocupava a liderança e o centro de um poder forte e compacto. Com habilidade e sutileza, foi gradualmente assumindo para si o papel de mediador entre os invasores bárbaros e a autoridade imperial prestes a perecer, alcançando uma posição em que foi reconhecido pelos invasores como o poder que, embora afirmasse não ser temporal, mas espiritual, sendo não obstante efetivo, havia ocupado o lugar da moribunda autoridade imperial de Roma. E tendo em vista a história da época, é impossível escapar à convicção de que no bispado de Roma havia naquele momento a determinação de se estabelecer no domínio temporal de Roma e da Itália. Os imperadores estavam ausentes de Roma havia tanto tempo que o bispo de Roma assumira o lugar deles lá, e vimos como a igreja havia usurpado o

lugar da autoridade civil. O bispo de Roma era o chefe da igreja; e agora, enquanto o império estava perecendo, ele exaltaria seu trono sobre suas ruínas e, a partir da anarquia da época, asseguraria um lugar e um nome entre os poderes e domínios da Terra.

8. Os bárbaros que se apossaram da Itália eram arianos, o que, aos olhos do bispo de Roma, era pior do que todos os outros crimes juntos. Além disso, o monarca hérulo, Odoacro, um ariano, ousou reivindicar autoridade civil sobre o papado, o que, por conta dos tumultuosos procedimentos na eleição do papa, foi necessário, mas isso não seria tolerado com humildade pelos orgulhosos pontífices. Na eleição do primeiro papa após a queda do império, o representante de Odoacro apareceu e notificou a assembleia de que sem sua direção nada deveria ser feito, que tudo o que haviam feito era nulo e sem efeito, que a eleição deveria começar de novo, e “que pertencia ao magistrado civil o dever de impedir os distúrbios que poderiam surgir em tais ocasiões, para que da igreja eles não passassem ao Estado”. E como essas eleições eram realizadas não apenas pela violência, mas pelo suborno, no qual a propriedade da igreja exercia papel importante, Odoacro, por meio de seu tenente nessa mesma assembleia, em 483 d.C.,

“fez com que uma lei fosse lida, proibindo o bispo que agora fosse escolhido, assim como seus sucessores, a alienar qualquer herança, posses ou utensílios sagrados que no momento pertenciam à igreja ou que no futuro pertencessem; declarando nulas todas essas barganhas, anatematizando tanto o vendedor quanto o comprador e obrigando o último e seus herdeiros a restituir para a igreja todas as terras e imóveis assim adquiridos, não importando por quanto tempo já os possuíssem” (*Bower*).<sup>2</sup>

9. Pela lei de Constantino, que concedia à igreja o privilégio de receber doações, legados, etc., por testamento, terras estavam incluídas; e por quase 200 anos de funcionamento dessa lei, a Igreja de Roma tornou-se enormemente enriquecida em propriedades fundiárias. E, mais especialmente, “visto que a extinção do Império Ocidental havia emancipado o potentado eclesiástico do controle secular, o primeiro e mais permanente objeto de seus planos e orações era a aquisição de riqueza territorial na vizinhança de sua capital” (*Bryce*).<sup>3</sup>

10. A Igreja de Roma também tinha outras terras, espalhadas em diferentes partes da Itália e até na Ásia, pois Celestino I dirigiu a Teodósio II um pedido para que ele estendesse sua proteção imperial a certas propriedades da Ásia, que uma mulher chamada Proba legara à Igreja de Roma. À medida que o poder imperial desaparecia no Ocidente, o bispo de Roma, em seu poder crescente, veio cada vez mais a reivindicar seu direito de proteção sobre suas terras na Itália. E quando o poder imperial se foi por completo, entendia-se naturalmente que esse controle lhe pertencia de forma absoluta. Quando, portanto, Odoacro, invasor bárbaro e herege, emitiu um decreto proibindo a alienação de terras e bens da igreja, isso soou como uma invasão presunçosa dos direitos do bispo de Roma, não apenas para fazer o que quisesse com o que lhe pertencia, mas acima de tudo para agir como protetor das propriedades e patrimônio da igreja.

11. Para essa ofensa de Odoacro não houve perdão por parte do bispo de Roma. Nada menos que a destruição total do poder hérulo poderia expiá-la. Os eclesiásticos católicos da Itália começaram a conspirar para sua derrubada, e logo ela se concretizou. Naquela época, havia

<sup>2</sup> *History of the Popes*, Félix II, par. 1.

<sup>3</sup> *The Holy Roman Empire*, cap. 4, par. 7.

nos domínios do Império Oriental, inquietos e perambulando sem habitação certa, o povo dos ostrogodos sob o rei Teodorico. Embora a serviço do império, estavam insatisfeitos com sua sorte; e eles eram tão rudes e tão poderosos que o imperador sentia medo constante deles. Por que essa força não poderia ser empregada para destruir o domínio dos hérulos e libertar Roma das interferências e opressões de Odoacro? A sugestão foi feita a Teodorico pela corte, mas como ele estava a serviço do império, era necessário que ele tivesse permissão para empreender a expedição. Assim, ele se dirigiu ao imperador da seguinte maneira:

Embora seu servo seja mantido com abundância por sua liberalidade, graciosamente atenda aos desejos do meu coração. A Itália, a herança de seus antecessores, e a própria Roma, a cabeça e senhora do mundo, agora flutua sob a violência e opressão de Odoacro, o mercenário. Direcione-me com minhas tropas nacionais para marchar contra o tirano. Se eu cair, você será aliviado de um amigo caro e incômodo; se, com a permissão divina, for bem-sucedido, governarei em seu nome, e para sua glória, o Senado romano e a parte da república libertada da escravidão pelo meu exército vitorioso.”<sup>4</sup>

12. Zenão, que na época era imperador, já havia “despertado contra Odoacro a nação dos rúgios”; portanto, “é importante observar que já no ano 486 as relações amistosas entre Odoacro e Zenão haviam sido substituídas por inimizade mal velada. Assim, a mente do imperador já estava predisposta a concordar com aquela feroz crítica dirigida contra a ‘usurpação da autoridade de um rei dos rúgios e turcilíngios’, a qual Teodorico lhe restituiu em algum momento no ano de 488” (*Hodgkin*).<sup>5</sup>

A proposta feita foi aceita com satisfação pelo imperador Zenão. Teodorico recebeu uma incumbência de invadir a Itália, e no inverno de 489 toda a nação dos ostrogodos iniciou sua marcha de quase 1.130 quilômetros para a Itália.

“A marcha de Teodorico deve ser considerada como a emigração de um povo inteiro: as esposas e filhos dos godos, seus pais idosos e os bens mais preciosos foram cuidadosamente transportados; [...] e finalmente, superando todos os obstáculos por conduta hábil e coragem perseverante, ele desceu dos Alpes Julianos e exibiu suas bandeiras invencíveis nos confins da Itália” (*Gibbon*).<sup>6</sup>

13. Teodorico derrotou Odoacro em três combates, 489-490 d.C., e “desde os Alpes até a extremidade da Calábria, Teodorico reinou por direito de conquista”. Odoacro se trancou em Ravena, onde se sustentou por três anos contra um cerco. Pelos préstimos do bispo de Ravena e pelos clamores das pessoas famintas, Odoacro foi levado a assinar um tratado de paz – e o próprio arcebispo “atuou como mediador”. Antes de Teodorico entrar na cidade rendida, por um plano “combinado”, “o arcebispo foi encontrá-lo, ‘com cruces, turíbulo e os santos evangelhos’ e com um extenso grupo de padres e monges. Caindo prostrado ao chão, enquanto seus seguidores cantavam um salmo penitencial, ele orou para que ‘o novo rei do Oriente’ o recebesse em paz. O pedido foi atendido, não apenas para si e para os cidadãos de Ravena, mas para todos os habitantes romanos da Itália. [...] Uma cerimônia como essa, com toda a probabilidade arranja-

<sup>4</sup> *Decline and Fall* de Gibbon, cap. 39, par. 5.

<sup>5</sup> *Italy and Her Invaders* (A Invasão Ostrogótica), livro 4, cap. 4, último parágrafo.

<sup>6</sup> *Decline and Fall*, par. 6.



da entre o rei e o arcebispo, foi julgada adequada, a fim de deixar uma impressão vívida na mente tanto de italianos quanto de ostrogodos de que Teodorico veio *como o amigo da Igreja Católica* e da vasta população que, mesmo aceitando um novo mestre, ainda se agarrava ao grande nome romano”. Logo depois, em um banquete solene, Odoacro foi morto pelas mãos do próprio Teodorico; e “no mesmo momento e sem resistência”, seu povo “foi totalmente massacrado”, em 5 de março de 493: “uma espécie de ‘vésperas sicilianas contra os seguidores de Odoacro em toda a Itália; e a julgar pela maneira santimonial como o bispo [Enódio, o panegerista de Teodorico] reivindica o Céu como cúmplice no ato sangrento, talvez possamos inferir que o clero romano no geral estivesse a par da trama” (*Hodgkin*).<sup>7</sup>

14. Assim foi destruído, “arrancados pelas raízes”, o reino de Odoacro e os hérulos. E que isso, num alto grau, foi resultado do esforço da Igreja Católica é certo com base no fato subsequente de que “durante a conquista e o estabelecimento do reino gótico, o crescente poder e importância dos eclesiásticos católicos se impõem à atenção. Eles são embaixadores, mediadores de tratados; decidem a lealdade vacilante ou *instigam a revolta das cidades*” (*Milman*).<sup>8</sup> O próprio bispo de Pavia levou a Teodorico em Milão a rendição e a oferta de lealdade daquela grande cidade.

15. Outro aspecto que torna essa visão certamente verdadeira é o fato de que, logo que a ordem foi restaurada na Itália e em Roma, e a igreja uma vez mais se sentiu segura, um concílio de 80 bispos, 37 presbíteros e 4 diáconos foi convocado em Roma pelo papa, em 499 d.C., *cujo primeiro ato foi revogar a lei promulgada por Odoacro sobre o assunto das posses da igreja*. A lei não foi revogada para se livrar dela; pois *foi imediatamente promulgada pelo mesmo concílio*. Isso ocorreu com o propósito claro de declarar que as propriedades da igreja não estavam mais sujeitas à autoridade do poder civil, mas deviam ser mantidas sob a jurisdição da igreja. De fato, isso equivalia a uma declaração da independência do papado e de seus bens.

16. Esse procedimento também prova conclusivamente que o ressentimento do bispado de Roma, despertado pela lei de Odoacro, nunca foi amenizado até que Odoacro e a lei, à medida que representavam a autoridade do poder civil, foram ambos tirados do caminho. E este é o segredo da destruição do reino hérulo da Itália.

17. Não é argumento contra tal conclusão dizer que os ostrogodos também eram arianos. Porque (1) como veremos agora, Teodorico, embora fosse ariano, não interferia nos assuntos da igreja; e (2) a Igreja de Roma, ao destruir um oponente, nunca hesita diante da perspectiva de que isso seja feito por outro inimigo; nem que outro venha a surgir no lugar daquele destruído. Partindo do princípio de que é melhor ter um inimigo do que dois, ela usará um para destruir outro e nunca perderá a oportunidade de destruí-lo por temer que outro surja em seu lugar.

18. Teodorico governou a Itália 33 anos, 493-526 d.C., um período em que a Itália desfrutou de paz, sossego e segurança absolutos, como nunca vistos ali antes e nunca mais foram vistos até 1870 – “um enfático contraste com o século anterior de paralisia crescente e com o horrível ciclo de guerras e vinganças bárbaras que se seguiram àquele tempo pacífico” (*Hodgkin*).<sup>9</sup> O número de homens dessa nação era de 200 mil, e, contando com o número proporcional de mulheres e crianças, a população

<sup>7</sup> *Italy and Her Invaders*, livro 6, cap. 6, par. 4, 6, 16 a partir do fim; Gibbon, *Ibid.*

<sup>8</sup> *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 3, par. 3.

<sup>9</sup> *Italy and Her Invaders*, cap. 8, par. 2.

consistia em quase um milhão de pessoas. Suas tropas, outrora tão selvagens e entregues à pilhagem, foram restauradas a tal disciplina que, em uma batalha em Dácia, na qual foram completamente vitoriosos, “os preciosos espólios do inimigo permaneceram intocados a seus pés”, porque o líder deles não havia dado sinal de pilhagem. Quando essa disciplina prevalecia na empolgação de uma vitória e em região inimiga, é fácil entender a ordem pacífica que prevalecia na própria terra recém-adquirida que pertencera aos hérulos antes deles.

19. Durante as eras de violência e revolução que haviam passado, grandes extensões de terra na Itália tornaram-se totalmente desoladas e não cultivadas; quase todo o resto estava sob cultura imperfeita; mas agora “a agricultura reviveu sob a sombra da paz e o número de lavradores se multiplicaram graças à libertação de cativos”; e a Itália, que há muito tempo vinha sendo alimentada por outros países, agora começou a exportar grãos. A ordem civil era tão bem mantida que “os portões da cidade nunca eram fechados de dia ou de noite, e o ditado comum de que uma bolsa de ouro poderia ser deixada em segurança nos campos era uma expressão da segurança consciente dos habitantes” (*Gibbon*).<sup>10</sup> Comerciantes e outros amantes das bênçãos da paz se amontoavam de todas as partes. Eles podiam proceder assim com facilidade porque o poder protetor do reinado de Teodorico alcançou até os burgúndios, os visigodos e os alamanos, pois “a soberania gótica foi estabelecida da Sicília ao Danúbio, de Sirmio ou Belgrado ao Oceano Atlântico; e os próprios gregos reconheceram que Teodorico reinou sobre a mais bela porção do império ocidental”.<sup>11</sup>

20. Mas não só a paz civil reinava. Acima de tudo, havia perfeita liberdade no exercício da religião. De fato, a medida da liberdade civil e da paz sempre depende da medida da liberdade religiosa. Teodorico e seu povo eram arianos; no entanto, no fim dos 50 anos de domínio sobre a Itália, os ostrogodos podiam desafiar com segurança seus inimigos para apresentar um único caso autêntico que indicasse que haviam perseguido os católicos. Até a mãe de Teodorico e alguns de seus godos favoritos haviam abraçado a fé católica livres de qualquer impedimento. A separação entre igreja e Estado, entre poder civil e religioso, era clara e distinta. A propriedade da igreja era protegida em comum com outras propriedades e, ao mesmo tempo, era tributada em comum com todas as outras propriedades. Os clérigos eram protegidos em comum com todas as outras pessoas e também eram, em comum com todas as outras pessoas, citados perante os tribunais civis para responder por todos os crimes civis. Em todos os assuntos eclesiásticos, tinham a permissão de lidar como quisessem. Mesmo as eleições papais, Teodorico as deixou por conta da igreja; e embora frequentemente solicitado por ambos os partidos para interferir, ele se recusava a ter alguma coisa a ver com eles, exceto para manter a paz, o que, na verdade, não era tarefa fácil. Ele se recusou a confirmar as eleições papais, uma tarefa que havia sido exercida por Odoacro.

21. Tampouco se tratava simplesmente de tolerância; era um reconhecimento genuíno dos direitos de consciência. Em uma carta ao imperador Justino, em 524 d.C., Teodorico declarou o genuíno princípio dos direitos de consciência e a relação que deveria existir entre a religião e o Estado nas seguintes palavras, dignas de ser gravadas em letras de ouro:

<sup>10</sup> *Decline and Fall*, cap. 34, par. 14; *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 3, par. 5.

<sup>11</sup> *Ibid.*, par. 11.

“Pretender possuir domínio sobre a consciência é usurpar a prerrogativa de Deus. Pela natureza das coisas, o poder dos soberanos se limita ao governo político. Eles não têm direito de punição, exceto sobre aqueles que perturbam a paz pública. A heresia mais perigosa é a de um soberano que se separa de parte de seus súditos por não acreditarem de acordo com sua crença.”<sup>12</sup>

22. Apelos semelhantes já haviam sido feitos pelas partes oprimidas, mas nunca antes o princípio havia sido anunciado *pela parte no poder*. A declaração e defesa de um princípio pela parte que detém o poder de violá-lo é a garantia mais certa de que o princípio é mantido com genuína sinceridade.

23. A descrição do estado de paz e tranquilidade na Itália feita acima se aplica à Itália, *mas não a Roma*; aos domínios de Teodorico e dos ostrogodos, mas não à cidade do papa e dos católicos. Em 499 d.C., houve uma eleição papal. Como havia candidatos rivais, como sempre – Símaco e Lourenço –, houve uma guerra civil. “As duas facções se enfrentaram com a mais feroz hostilidade; o clero, o Senado e a população estavam divididos”; as ruas da cidade “corriam com sangue, como nos dias de conflitos republicanos” (*Milman*).<sup>13</sup>

24. A competição estava tão equilibrada, e os conflitos violentos já continuavam por tanto tempo, que os líderes de ambos os partidos convenceram os candidatos a ir a Teodorico em Ravena e submeter a seu julgamento suas reivindicações. O amor de Teodorico pela justiça e pelos direitos do povo, rápida e simplesmente, decidiu que o candidato com mais votos deveria ser considerado eleito; e se os votos fossem divididos igualmente, então o candidato que fora ordenado primeiro. Símaco garantiu o cargo. Um concílio foi realizado por Símaco, que se reuniu em 1º de março de 499 e aprovou um decreto “quase nos termos da antiga lei romana, condenando severamente toda ambição eclesiástica, todo tipo de pesquisa pública, quer para angariar assinaturas ou administrar o cumprimento de juramentos ou promessas em favor do papado” durante o período de vida de um papa. Mas métodos de eleição como esses agora eram tão predominantes que essa lei tinha pouco valor no controle dos meios usados pelos candidatos aspirantes ao bispado, como acontecia nos dias da república, quando o mesmo tipo de leis existia para os candidatos ao consulado.

25. Lourenço, apesar de derrotado naquele momento, não interrompeu seus esforços para obter o cargo. Durante quatro anos, ficou à espera de oportunidades e promoveu uma intriga para destronar Símaco, e em 503 apresentou uma série de acusações pesadas contra ele. “A acusação foi levada ao tribunal de Teodorico, apoiada por certas mulheres romanas da alta classe, que haviam sido subornadas, dizia-se, pelos inimigos de Símaco. Símaco foi convocado para Ravena e confinado em Rimini”, mas escapou e voltou para Roma. Enquanto isso, Lourenço havia entrado na cidade, e quando Símaco voltou, “os tumultos sanguinolentos entre as duas partes irromperam com maior fúria”; padres foram mortos, mosteiros incendiados e freiras tratadas com a máxima indignidade.

26. O Senado pediu a Teodorico que mandasse um inspetor para julgar a causa de Símaco com base nas acusações de crimes contra ele. O rei, constatando que o assunto era apenas uma disputa eclesiástica, nomeou um deles, o bispo de Altimo, cujo favoritismo por Lourenço era tão claro que seu partidarismo só piorou a disputa. Mais uma vez, solicitou-se a Teodorico

<sup>12</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, livro 3, cap. 3, par. 8 a partir do fim.

<sup>13</sup> *Ibid.*, par. 11.

que interferisse, mas ele se recusou a assumir qualquer jurisdição e disse-lhes que resolvessem o assunto entre si; mas como havia tanto distúrbio na paz, com duração prolongada, Teodorico ordenou que chegassem a algum tipo de solução que parasse a luta e restabelecesse a ordem pública. Um concílio foi então convocado. Quando Símaco estava a caminho do concílio, “foi atacado pela parte opositora; chuvas de pedras caíram ao seu redor; muitos presbíteros e outros de seus seguidores foram gravemente feridos; o próprio pontífice escapou apenas graças à proteção da guarda gótica” (*Milman*)<sup>14</sup> e refugiou-se na igreja de São Pedro. O perigo ao qual estava exposto foi usado por ele como desculpa para não comparecer no concílio.

27. A maior parte do concílio era favorável a Símaco e às pretensões do bispo de Roma naquela época e, portanto, estava contente com qualquer desculpa que os aliviasse da tarefa de julgá-lo. No entanto, cumpriram a formalidade de convocá-lo três vezes, recusando comparecer em todas as tentativas. Então o concílio enviou representantes para declarar a Teodorico a situação, “dizendo a ele que a autoridade do rei poderia obrigar Símaco a comparecer, mas que o concílio não tinha essa autoridade”. Teodorico respondeu que

“com respeito à causa de Símaco, ele os reunira para julgá-lo, mas ainda assim os deixava com total liberdade para julgá-lo ou não, desde que pudessem, por qualquer outro meio, acabar com as calamidades atuais e restaurar a tranquilidade desejada para a cidade de Roma.”

28. A maioria do concílio declarou Símaco “absolvido à vista dos homens, fosse ele culpado ou inocente à vista de Deus”, pela razão de que “nenhuma assembleia de bispos tem poder para julgar o papa; ele é responsável por suas ações somente a Deus” (*Bower*).<sup>15</sup> Eles então ordenaram que todos, sob pena de excomunhão, aceitassem esse julgamento, se submetessem à autoridade de Símaco e o reconhecessem “como legítimo bispo da cidade santa de Roma”. Símaco não demorou a afirmar todo o mérito que o concílio havia reconhecido no bispo de Roma. Ele escreveu ao imperador do Oriente que “um bispo está tão acima de um imperador quanto as coisas celestiais, que o bispo administra e ordena, estão acima de todo o lixo da Terra, que só os maiores entre os imperadores têm a autoridade para descartar” (*Bower*).<sup>16</sup> Ele declarou que as autoridades superiores mencionadas em Romanos 13:1 significam as autoridades espirituais e que a essas é que toda alma deve estar sujeita.

29. Em outro concílio realizado em Roma em 504, sob a direção de Símaco, foi promulgado um decreto “anatematizando e excluindo da comunhão dos fiéis todos os que haviam tomado para si, ou viesse a fazê-lo no futuro, os bens ou propriedades da igreja, se apropriado deles e os mantinham em seu poder; e esse decreto foi declarado aplicável até àqueles que possuíam tais propriedades por doações da coroa” (*Bower*).<sup>17</sup> Isso significava explicitamente colocar a autoridade da Igreja de Roma acima da autoridade de qualquer Estado.

30. Justino foi imperador do Oriente de 518 a 527 d.C. Ele era um ardoroso ortodoxo e foi apoiado por seu sobrinho Justiniano, um ortodoxo mais ardoroso ainda. Era a ambição de ambos, juntos e sucessivamente, tornar a religião católica predominante em todos os lugares.

---

<sup>14</sup> *Ibid.*, par. 14.

<sup>15</sup> *History of the Popes*, Símaco, par. 9, 10.

<sup>16</sup> *Ibid.*, par. 16.

<sup>17</sup> *Ibid.*, par. 18.

Portanto, eles entraram com genuíno zelo católico na obra piedosa de limpar seus domínios de hereges. O primeiro decreto, emitido em 523, ordenou que todos os maniqueístas deixassem o império sob pena de morte; e todos os outros hereges deveriam ser classificados entre pagãos e judeus e excluídos de todos os cargos públicos. Logo que esse decreto chegou ao conhecimento do Ocidente, ouviram-se murmúrios em Roma sobre as esperanças de liberdade do “jugo gótico”. O próximo passo foi a violência.

31. Sob a justa administração de Teodorico e graças à segurança garantida pelo poder gótico, muitos judeus haviam se estabelecido em Roma, Gênova, Milão e outras cidades, para fins comerciais. Eles foram autorizados, por leis expressas, a habitar lá. Assim que o edito imperial foi conhecido, que ordenava que todos os hereges remanescentes fossem classificados como pagãos e judeus, como os católicos não se atreviam a atacar os hereges góticos, eles, em Roma e Ravena especialmente, atacaram com violência os judeus, os maltrataram, roubaram e queimaram suas sinagogas. Tentou-se uma investigação legal, mas os líderes dos distúrbios não puderam ser descobertos. Então Teodorico cobrou um imposto sobre toda a comunidade das cidades culpadas, a fim de reparar os danos causados. Alguns católicos se recusaram a pagar o imposto. Eles foram punidos. Isso imediatamente causou um clamor dos católicos em toda parte de que estavam sendo perseguidos. Os que foram punidos foram glorificados como confessores da fé, e “300 púlpitos lamentaram a perseguição à igreja” (*Gibbon*).<sup>18</sup>

32. O decreto de 523 foi seguido por outro em 524, dessa vez ordenando que os arianos do Oriente entregassem aos bispos católicos todas as suas igrejas e que essas fossem consagradas novamente pelos bispos católicos. Teodorico dirigiu uma carta veemente a Justino, na qual pedia tolerância aos arianos do Império Oriental. Essa foi a carta em que foi declarado o princípio dos direitos de consciência que já citamos na página 155. A esse nobre apelo, no entanto,

“Justino respondeu com frieza: ‘Não tenho a pretensão de ter autoridade sobre a consciência dos homens, mas é minha prerrogativa confiar os cargos públicos àqueles em quem tenho confiança; e visto que a ordem pública exige a uniformidade do culto, tenho pleno direito de ordenar que as igrejas sejam abertas apenas àqueles que se conformam à religião do Estado.’”<sup>19</sup>

33. Consequentemente, embora Justino pretendesse não ter autoridade sobre a consciência dos homens, os arianos de seus domínios foram “despojados de todos os cargos de honra ou remunerados, foram não apenas expulsos das igrejas católicas, mas também viram as suas próprias fechadas; e foram expostos a todos os insultos, maus-tratos e perseguições de seus adversários, que não se mostraram propensos a desfrutar de seu triunfo com moderação, ou reprimir seu zelo escrupuloso e intolerante” (*Milman*).<sup>20</sup> Muitos deles se conformaram com a religião do Estado; mas os de firme fé enviaram a Teodorico um fervoroso pedido de proteção.

34. Teodorico fez tudo o que pôde, mas sem sucesso. Ele foi instado a retaliar perseguindo os católicos na Itália, mas recusou firmemente. Ele decidiu enviar uma embaixada a Justino e, muito curiosamente, enviou o papa como seu embaixador. “Para a segurança do seu reino,

<sup>18</sup> *Decline and Fall*, cap. 39, par. 17; *History of Latin Christianity* de Milman, livro 3, cap. 3, par. 23.

<sup>19</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, livro 3, cap. 3, par. 30.

<sup>20</sup> *Ibid.*

havia duas peças no tabuleiro de xadrez político que não podiam, mais do que quaisquer outras, ficar distanciadas, a saber, o papa e o imperador; e agora, por seu próprio ato, ele aproxima essas peças” (*Hodgkin*).<sup>21</sup> “O papa, acompanhado de outros cinco bispos e quatro senadores, partiu em uma missão cujo objetivo aparente era obter tolerância para os hereges – hereges excomungados de sua igreja, hereges encarados com o mais profundo desprezo” (*Milman*).<sup>22</sup> Esse arranjo deu ao bispo de Roma a oportunidade mais perfeita que ele poderia ter pedido para formar um pacto com a autoridade imperial do Oriente para a destruição posterior do reino ostrogótico.

### 35. O papa, João I,

“foi recebido em Constantinopla com as honras mais lisonjeiras, como se fosse o próprio São Pedro. A cidade inteira, com o imperador à frente, saiu para encontrá-lo com velas e tochas, até 16 quilômetros além dos portões. O imperador ajoelhou-se a seus pés e implorou sua bênção. No dia da Páscoa, 30 de março de 525, ele presidiu o culto na grande igreja, e Epifânio, o bispo, cedeu o primeiro lugar ao santo visitante” (*Milman*).<sup>23</sup>

Tal embaixada não poderia ter outro resultado além de pôr em perigo, mais do que nunca, o reino de Teodorico. Antes do retorno de João, a conspiração se tornou mais manifesta; alguns senadores e homens proeminentes foram presos. Um deles, Boécio, apesar de negar a culpa, confessou com ousadia:

“Se houvesse alguma esperança de liberdade, eu teria me dado o prazer irrestrito de nutri-la; se eu tivesse tomado conhecimento de alguma conspiração contra o rei, teria respondido com as palavras de um nobre romano ao frenético Calígula: Você não teria ficado sabendo disso por mim.”<sup>24</sup>

Uma confissão como essa foi quase uma confissão da culpa que ele negava. Ele e o sogro foram executados. Quando o papa voltou, ele foi recebido como traidor e colocado na prisão, onde morreu, em 18 de maio de 526.

36. Assim que morreu, a comoção violenta e os distúrbios surgiram novamente entre os candidatos rivais à cadeira vaga.

“Muitos candidatos apareceram para a vaga, e toda a cidade, o Senado, assim como o povo e o clero, foram divididos em partidos e facções, sendo a dignidade papal agora procurada com tanta avidez, e frequentemente obtida pelos mesmos métodos e artimanhas, quanto era a consular nos tempos dos pagãos” (*Bower*).<sup>25</sup>

Teodorico, já com 74 anos, temendo que essas disputas terminassem em assassinato e derramamento de sangue novamente, como fora o caso na eleição de Símaco, permitiu que sua autoridade transcendesse seus princípios e tomou a liberdade de, ele próprio, nomear um bispo de Roma. Todo o povo da cidade, Senado, clero, todos se uniram em oposição. Mas foi feita uma negociação, pela qual foi acordado que, no futuro, a eleição do papa seria realizada pelo clero e

<sup>21</sup> *Italy and Her Invaders*, livro 4, cap. 11, par. 5 a partir do fim.

<sup>22</sup> *Ibid.*

<sup>23</sup> *Ibid.*, par. 32.

<sup>24</sup> *Ibid.*, par. 28.

<sup>25</sup> *History of the Popes* de Bower, Félix III, par. 1.

pelo povo, mas deveria ser confirmada pelo soberano. Com esse entendimento, o povo aceitou o candidato de Teodorico; e em 12 de julho de 526, Félix III foi empossado no cargo papal.

37. O nobre Teodorico morreu em 30 de agosto de 526 e foi sucedido por seu neto Atalarico, com cerca de dez anos, sob a regência de sua mãe Amalasunta. Justino morreu e foi sucedido por

#### JUSTINIANO — 1º DE AGOSTO DE 527 A 14 DE NOVEMBRO DE 565.

38. Na supremacia do papado, Justiniano ocupa o mesmo lugar que Constantino e Teodósio no estabelecimento da Igreja Católica. “Entre os títulos de grandeza, o nome ‘piedoso’ era muito agradável aos seus ouvidos; promover os interesses espirituais e temporais da igreja constituía a ocupação solene de sua vida; e o dever de pai de sua nação era muitas vezes sacrificado ao de defensor da fé” (*Gibbon*).<sup>26</sup>

“O imperador Justiniano une em si os vícios mais opostos: rapacidade insaciável e prodigalidade esbanjadora, orgulho intenso e fraqueza desprezível, ambição desproporcional e covardia ignóbil [...]. No imperador cristão, parece que se encontram os crimes daqueles que conquistaram ou garantiram seu império pelo assassinato de todos a quem temiam, a paixão por diversões públicas sem as realizações de Nero, a força bruta de Cômodo ou o desvario de Cláudio” (*Milman*).<sup>27</sup>

39. O papa Felix foi sucedido por Bonifácio II, 530-532 d.C., que foi escolhido entre as já habituais cenas de distúrbios e contendas, que nesse caso chegaram a um fim, sendo a eleição de Bonifácio garantida pela morte do rival, o qual, num ato póstumo, foi excomungado por Bonifácio. Por causa dos subornos vergonhosos e outros métodos de competição empregados na eleição dos papas, o Senado romano promulgou uma lei que

“declarava nulas e execráveis todas as promessas, acordos e contratos feitos por quem ou para quem que fosse, na tentativa de angariar votos na eleição do papa; e excluía para sempre da participação na eleição todo aquele que direta ou indiretamente tivesse se envolvido, para benefício próprio ou de outros, em contratos ou acordos dessa natureza” (*Bower*).<sup>28</sup>

40. Leis importantes como essa já haviam sido promulgadas mais de uma vez, mas não davam em nada, porque, como nos dias de César, todo mundo estava pronto para subornar ou ser subornado. Assim, na eleição seguinte, em 532,

“votos foram comprados e vendidos publicamente; e, apesar do decreto recentemente emitido pelo Senado, dinheiro foi oferecido aos próprios senadores, e até as terras da igreja foram hipotecadas por alguns e os utensílios sagrados penhorados por outros ou vendidos publicamente para se ter dinheiro à mão” (*Bower*).<sup>29</sup>

Como resultado de 75 dias desse tipo de trabalho, um certo João Mercúrio foi feito papa e recebeu o título de João II, em 31 de dezembro de 532.

41. No ano de 532, Justiniano emitiu um decreto declarando sua intenção “de unir todos os homens em uma fé”. Fossem judeus, gentios ou cristãos, todos os que não professaram e ado-

<sup>26</sup> *Decline and Fall*, cap. 47, par. 23.

<sup>27</sup> *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 4, par. 2.

<sup>28</sup> *History of the Popes*, Bonifácio II, par. 8.

<sup>29</sup> *Ibid.*, João II, par. 1.

taram a fé católica em três meses foram, pelo decreto, “declarados infames e, como tais, excluídos de todos os cargos civis e militares; inaptos de deixar qualquer coisa mediante testamento; e todas as suas propriedades foram confiscadas, quer fossem imobiliárias ou pessoais”. Como resultado desse decreto cruel, “um grande número foi expulso de suas habitações com esposas e filhos, despidos e nus. Outros recorreram à fuga, carregando consigo o que podiam esconder para o sustento e manutenção; mas foram saqueados do pouco que tinham e muitos deles desumanamente massacrados” (*Bower*).<sup>30</sup>

42. Houve então uma situação que significou muito para a supremacia do papado. Foi assim que ela se desenvolveu: desde a época em que o Concílio de Calcedônia “resolvera” a questão das duas naturezas em Cristo, haviam ocorrido, mais do que nunca, contendas crescentes e mais violentas sobre a questão; “porque em todos os lugares os monges estavam à frente da revolução religiosa que lançou fora o jugo do Concílio de Calcedônia”. Em Jerusalém, um certo Teodósio estava à frente do exército de monges, que o tornou bispo; e em atos de violência, pilhagem e assassinato, ele praticamente superou os bandidos desordeiros da região. “O próprio lugar que foi palco das misericórdias do Salvador corria com sangue derramado em Seu nome por parte de Seus ferozes e autoconclamados discípulos” (*Milman*).<sup>31</sup>

43. Em Alexandria “o bispo não foi apenas assassinado no batistério, mas seu corpo foi tratado com indignidades vergonhosas e outras barbaridades foram perpetradas, o que poderia ter causado horror a um canibal”. E a horda de monges elegeu então como bispo um deles, Timóteo Eluro, um discípulo de Dióscoro (*Milman*).<sup>32</sup>

44. Logo foi acrescentado a tudo isso outro ponto que aumentou a terrível guerra. Nas Igrejas Católicas era costume cantar o que era chamado de Triságio, ou Três-vezes-santo. Era, originalmente, o “Santo, santo, santo é o Senhor dos Exércitos” de Isaías 6:3; mas na época do Concílio de Calcedônia, havia sido alterado e foi usado pelo concílio assim: “Santo Deus, Santo Todo-poderoso, Santo Imortal, tem piedade de nós”. Em Antioquia, em 477, um terceiro monge, Pedro Fulão “liderou uma procissão, principalmente de monásticos, pelas ruas”, cantando em voz alta o Triságio, com a adição: “Quem foste crucificado por nós”. Era ortodoxo cantá-lo como o Concílio de Calcedônia o usara, com o entendimento de que os três “Santos” se referiam respectivamente às três pessoas da Trindade. Era heresia cantar com a adição posterior.

45. Em 511 d.C., duas hordas de monges dos dois lados da questão se encontraram em Constantinopla.

“Os dois grupos de capuz preto se observaram por vários meses, trabalhando em segredo para fortificar seus respectivos partidários. Por fim, chegaram a uma ruptura. [...] Os monges monofisistas da Igreja do Arcanjo, dentro do palácio, irromperam, após o ‘Triplo-santo’, com o inconveniente acréscimo feito em Antioquia por Pedro Fulão: ‘que foi crucificado por nós’. Os monges ortodoxos, apoiados pela multidão de Constantinopla, procuraram

<sup>30</sup> *Ibid.*, par. 2.

<sup>31</sup> *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 1, par. 5.

<sup>32</sup> *Ibid.* Bower o chama de Timóteo, o Gato. Na verdade, Eluro vem da palavra grega *ailurus*, que significa “gato”. Em inglês o termo usado é *Weasel*, “doninha”, um mamífero carnívoro de pequeno porte. Seja qual for o termo usado, a distinção não é relevante, pois todos descrevem adequadamente e sem exagero seu temperamento.



expulsá-los da igreja; eles não estavam satisfeitos com maldições lançadas um contra o outro – paus e pedras se uniram a isso nessa obra. Houve uma briga selvagem e feroz; a presença sublime do imperador perdeu sua imponência; ele não pôde manter a paz. O bispo Macedônio assumiu a liderança ou foi obrigado a liderar o tumulto. Homens, mulheres e crianças saíam de todas as partes; os monges, com seus arquiandritas à frente da multidão enfurecida, ecoavam seu grito de guerra religioso” (*Milman*).<sup>33</sup>

46. Essas são apenas amostras das ocorrências repetidas – pode-se dizer quase contínuas – nas cidades do Oriente. “Na cristandade asiática, ocorria a mesma luta selvagem. Bispos eram depostos de forma pacífica; ou onde a resistência se manifestava, as duas facções lutavam nas ruas, nas igrejas; cidades, até os lugares mais sagrados, corriam com sangue. [...] O hino dos anjos no Céu era o grito de guerra na Terra, o sinal de derramamento de sangue humano” (*Milman*).<sup>34</sup>

47. Em 512 d.C., um desses distúrbios sobre o Triságio eclodiu em Constantinopla, porque o imperador propôs usar a cláusula adicionada. “Muitos palácios dos nobres foram incendiados, os oficiais da coroa insultados, pilhagem, conflagração e violência assolaram a cidade”. Na casa do ministro favorito do imperador, foi encontrado um monge do interior. Ele foi acusado de ter sugerido o uso da adição. Sua cabeça foi cortada e erguida no alto de um poste, e toda a população ortodoxa marchou pelas ruas cantando o Triságio ortodoxo e gritando: “Eis o inimigo da Trindade”.<sup>35</sup>

48. Em 519 d.C., outra disputa surgiu, resultante da adição ao Triságio. Foi a seguinte: “Um da Trindade sofreu na carne? Ou uma *pessoa* da Trindade sofreu na carne?” Os monges de Cítia afirmaram que um da Trindade sofreu na carne e declararam que dizer que uma pessoa da Trindade sofreu na carne era heresia absoluta. A questão foi apresentada ao papa Hormisdas, que decidiu que “uma pessoa da Trindade sofreu na carne” era a visão ortodoxa; e denunciou os monges como orgulhosos, arrogantes, obstinados, inimigos da igreja, perturbadores da paz pública, caluniadores, mentirosos e instrumentos empregados pelo inimigo da verdade para banir toda a verdade, estabelecer o erro no lugar e semear no trigo as sementes venenosas do joio diabólico.

49. Então, em 533, essa questão foi levantada novamente, e Justiniano se envolveu na disputa. Desta vez, um grupo de monges argumentou que “se um da Trindade não sofreu na cruz, então um da Trindade não nasceu da Virgem Maria; portanto, ela não deveria mais ser chamada de Mãe de Deus”. Outros argumentaram: “Se um da Trindade não sofreu na cruz, então o Cristo que sofreu não era um da Trindade”. Justiniano entrou no rol daqueles que eram contra ambos e declarou que Maria era “verdadeiramente a Mãe de Deus”; que Cristo era “no sentido mais estrito um da Trindade”; e que todo aquele que negasse um fato ou outro era herege. Isso amedrontou os monges, pois sabiam que as opiniões de Justiniano sobre os hereges eram extremamente impositivas. Portanto, eles enviaram dois dentre o grupo deles para colocar a questão diante do papa. Assim que Justiniano soube disso, ele também decidiu recorrer ao papa. Ele, portanto, elaborou uma confissão de fé de que “um da Trindade sofreu na carne” e a enviou por dois bispos ao bispo de Roma.

<sup>33</sup> *Ibid.*, par. 31.

<sup>34</sup> *Ibid.*, par. 21, 22.

<sup>35</sup> *Ibid.*

50. Para fazer o seu lado da questão parecer o mais favorável possível ao papa, ele enviou um rico presente de cálices e outros vasos de ouro, enriquecidos com pedras preciosas; e a seguinte carta lisonjeira:

“Justiniano, piedoso, afortunado, renomado, triunfante; imperador, cônsul, etc., a João, o santíssimo arcebispo de nossa cidade de Roma e patriarca.”

“Prestando honra à cadeira apostólica e a Vossa Santidade, como sempre foi e é nosso desejo, e honrando Vossa Bênção como pai, procuramos trazer ao conhecimento de Vossa Santidade todos os assuntos relacionados à condição das igrejas. Sempre foi nosso grande desejo preservar a unidade de sua cadeira apostólica e a estrutura das igrejas sagradas de Deus que foi alcançada até agora e que permanece firme.”

“Portanto, não nos demoramos em *submeter e unir à Vossa Santidade todos os sacerdotes de todo o Oriente.*”

“Por esse motivo, julgamos oportuno trazer à sua atenção os presentes assuntos alvos de perturbação; embora sejam manifestos e inquestionáveis e sempre firmemente mantidos e declarados por todo o sacerdócio de acordo com a doutrina de sua cadeira apostólica. Pois não podemos tolerar que tudo o que se relaciona com o estado da igreja, por mais manifesto e inquestionável, seja alterado sem o conhecimento de vossa Santidade, que é A CABEÇA DE TODAS AS SANTAS IGREJAS; pois em todas as coisas, como já declaramos, estamos ansiosos por aumentar a honra e a autoridade de sua cadeira apostólica.”<sup>36</sup>

51. Todas as coisas estavam agora prontas para a libertação da Igreja Católica do domínio ariano. Desde a morte de Teodorico, concílios divididos haviam se infiltrado entre os ostrogodos, e a Igreja Católica vinha consolidando cada vez mais os poderes do trono oriental para benefício de seus interesses.

“Continuava uma relação amigável e constante entre o clero católico do Oriente e do Ocidente; entre Constantinopla e Roma; entre Justiniano e a rápida sucessão de pontífices que ocuparam o trono durante os dez anos entre a morte de Teodorico e a invasão da Itália” (*Milman*).<sup>37</sup>

52. A cruzada começou com a invasão do reino ariano dos vândalos na África, cujo rei era Gelimero, efetuada de forma clara e declarada visando aos interesses da religião e igreja católicas. Pois em um concílio de seus ministros, nobres e bispos, Justiniano foi dissuadido de empreender a guerra africana. Ele hesitava e estava prestes a desistir de seu desígnio, quando foi reanimado por um bispo fanático, que exclamou: “Eu tive uma visão! É a vontade do Céu, ó imperador, que você não abandone seu santo empreendimento pela libertação da igreja africana. O Deus da batalha marchará diante do seu estandarte e dispersará seus inimigos, que são os inimigos do Seu Filho”.<sup>38</sup>

53. Essa persuasão foi suficiente para o imperador “piedoso”, e, em junho de 533, “toda a frota de 600 navios foi colocada em pompa marcial diante dos jardins do palácio”, carregada e equipada com 35 mil soldados e marinheiros e 5 mil cavalos, todos sob o comando de Belisário. Ele desembarcou na costa da África em setembro; Cartago foi capturada no dia 18 do mesmo mês; Gelimero foi desastrosamente derrotado em novembro; e a conquista da África e a des-

<sup>36</sup> *Apocalypse* de Croly, cap. 11, “History”, dentro dos comentários sobre os versos 3-10.

<sup>37</sup> *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 4, par. 5.

<sup>38</sup> *Decline and Fall* de Gibbon, cap. 12, par. 3.

truição do reino dos vândalos foram concluídas pela captura de Gelimero na primavera de 534.<sup>39</sup> Durante o resto do ano, Belisário “subjugou as ilhas da Córsega, Sardenha, Maiorca, Minorca e qualquer outra coisa que pertencesse aos vândalos, no continente ou nas ilhas” (*Bower*).<sup>40</sup>

54. Belisário enviou a Justiniano a notícia de sua vitória.

“Ele recebeu os mensageiros da vitória no momento em que se preparava para publicar as Pandectas da lei romana; e o imperador devoto ou zeloso celebrou a bondade divina e confessou, em silêncio, o mérito de seu bem-sucedido general. Impaciente por abolir a tirania temporal e espiritual dos vândalos, *ele prosseguiu, sem demora, rumo ao pleno estabelecimento da Igreja Católica*. A jurisdição dela, suas riquezas e imunidades – talvez a parte mais essencial da religião episcopal – foram restauradas e ampliadas com toda liberalidade; o culto ariano foi suprimido, as reuniões donatistas foram proibidas; e o Sínodo de Cartago, pela voz de 217 bispos, aplaudiu a justa medida de retaliação piedosa” (*Gibbon*).<sup>41</sup>

55. No verão de 534, Belisário retornou a Constantinopla, levando consigo o cativo Gelimero e o pequeno remanescente de vândalos que ainda estavam vivos. Ele foi premiado com uma marcha triunfal, “que por quase 600 anos nunca fora desfrutada por ninguém além de um imperador”. Enquanto Gelimero seguia no séquito de seu captor, ao “entrar no hipódromo e ver Justiniano sentado em seu trono e as pessoas de diferentes posições e classes de cada lado dele”, ele “repetiu várias vezes as palavras do pregador real hebreu: ‘Vaidade de vaidades! Tudo é vaidade!’” Ele teve permissão para viver e recebeu “extensas propriedades na província da Galácia e viveu em paz com seus parentes exilados”.

56. Também entre os espólios da conquista dos vândalos carregados naquele dia em grande procissão triunfal, estavam o castiçal de ouro e outros vasos sagrados do templo de Deus, que haviam sido levados a Roma por Tito e agraciado seu triunfo após a destruição de Jerusalém em 70 d.C. Eles haviam sido tomados por Genserico em seu saque de Roma em 455 e levados por ele para Cartago, onde permaneceram até a captura da cidade por Belisário e seu retorno em triunfo a Constantinopla. Naquele dia, um judeu que os viu disse a um amigo do imperador: “Se esses vasos forem trazidos para o palácio, eles causarão a ruína desse império. Eles já trouxeram os vândalos para Roma e Belisário para Cartago. Constantinopla não precisará esperar muito tempo até que seja alvo de seu conquistador, se permanecerem aqui. Quando Justiniano ficou sabendo dessas palavras, enviou os vasos sagrados para Jerusalém, de onde haviam sido transportados mais de 600 anos antes e onde agora ficariam “guardados em uma das igrejas cristãs”.<sup>42</sup>

57. Assim que esse piedoso trabalho de extirpar o reino vândalo foi totalmente realizado, as armas de Justiniano se voltaram contra a Itália e os ostrogodos arianos. Em 534, Amalásunta havia sido derrubada do seu domínio sobre os ostrogodos por seu primo Teódoto. E “durante o curto e conturbado reinado de Teódoto – 534 a 536 –, Justiniano recebeu petições de todas as partes da Itália e de todas as pessoas, leigas ou clericais, com o ar e o tom do soberano dela” (*Milman*).<sup>43</sup>

<sup>39</sup> *Ibid.*, par. 7-12.

<sup>40</sup> *History of the Popes*, Agapito, par. 5, nota A.

<sup>41</sup> *Decline and Fall*, cap. 12, par. 11.

<sup>42</sup> *Italy and Her Invaders* de Hodgkin, livro 4, cap. 15, par. 3 a partir do fim; e livro 3, cap. 2, par. 5 a partir do fim.

<sup>43</sup> *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 4, par. 7.

58. Belisário subjuguou a Sicília em 535, invadiu a Itália e capturou Nápoles em 536. Como era por volta de 1º de dezembro, os guerreiros góticos decidiram adiar, até a primavera seguinte, sua resistência aos invasores. Uma guarnição de 4 mil soldados foi deixada em Roma, um número fraco para defender uma cidade naquelas circunstâncias pelo menos, mas essas tropas provaram ser ainda mais fracas na fé do que em número. Eles renunciaram a todos os cuidados sobre a cidade e “exclamaram furiosamente que o trono apostólico não deveria mais ser profanado pelo triunfo ou tolerância do arianismo; que os túmulos dos césares não deveriam mais ser pisoteados pelos bárbaros do Norte; e sem refletir que a Itália seria rebaixada a uma província de Constantinopla, saudaram de forma insensata a restauração de um imperador romano como uma nova era de liberdade e prosperidade. Os representantes do papa e do clero, do Senado e do povo convidaram o tenente de Justiniano a aceitar a lealdade voluntária deles e a entrar na cidade, cujos portões seriam abertos para recepcioná-lo” (*Gibbon*).<sup>44</sup>

59. Belisário marchou imediatamente para Roma. “Vitige, o rei dos godos, não se vendo em condições de defender a cidade contra o exército vitorioso de Belisário, deixou 4 mil soldados selecionados na cidade e retirou-se com o resto para Ravena, mas não sem antes exortar o papa Silvério e o Senado, diz Procópio, a continuar firmes em sua lealdade aos godos, que haviam agido com dignidade e mérito com relação a eles e à cidade. Mas, assim que partiu, o Senado, *sob a persuasão do papa*, convidou Belisário a vir e tomar posse da cidade, o que ele fez sem demora. Os godos, que não podiam avançar ao mesmo tempo contra o inimigo além das muralhas e os cidadãos dentro delas, retiraram-se pela Via Flamínia, enquanto os romanos entraram pela porta Asinária. Assim foi a cidade de Roma unida novamente ao império, no dia 10 de dezembro do de 536, depois de ter ficado separada dele por 60 anos” (*Bower*).<sup>45</sup>

60. Mas a tomada de Roma não representou a destruição da nação dos ostrogodos, tampouco a erradicação do reino ostrogótico. “De suas habitações rústicas, de suas diferentes guarnições, os godos se reuniram em Ravena para a defesa de sua nação; e tamanho era o número deles que, depois que um exército foi destacado para o alívio da Dalmácia, 150 mil combatentes marcharam sob o pendão real” na primavera de 537 d.C. A nação gótica voltou então ao cerco de Roma e à defesa da Itália contra os invasores. “Toda a nação dos ostrogodos havia se reunido para o ataque e foi quase totalmente consumida no cerco de Roma”, que continuou por mais de um ano, 537-538. “Um ano e nove dias após o início do cerco, um exército não muito antes tão forte e triunfante queimou suas tendas e em desordem cruzou mais uma vez a Ponte Mílvia”, e Roma foi entregue, em março de 538. “Com coração pesado, os bárbaros devem ter lamentado, enquanto partiam rumo ao norte, sobre os muitos túmulos de homens valentes que estavam deixando naquela planície fatal. Alguns deles devem ter suspeitado da verdade melancólica de que haviam cavado uma sepultura mais profunda e mais ampla do que todas: a sepultura da monarquia gótica na Itália” (*Hodgkin*).<sup>46</sup> Os vestígios do reino foram logo em seguida destruídos. “Eles haviam perdido seu *rei* (uma perda insignificante), sua *capital*, seus *tesouros*, as *províncias da Sicília aos Alpes* e a força militar de 200 mil

<sup>44</sup> *Decline and Fall*, cap. 12, par. 23.

<sup>45</sup> *Lives of the Popes*, Silvério, par. 2.

<sup>46</sup> *Italy and Her Invaders*, livro 5, cap. 9, último parágrafo.

bárbaros equipados de forma magnífica com cavalos e armas” (*Gibbon*).<sup>47</sup> E assim foi destruído o reino dos ostrogodos diante da vingativa arrogância do papado.

61. Isso abriu completamente o caminho para o bispo de Roma afirmar sua autoridade exclusiva sobre as propriedades da igreja. O distrito imediatamente ao redor de Roma foi chamado de ducado romano e foi tão amplamente ocupado pelo patrimônio da igreja que o bispo de Roma reivindicou autoridade exclusiva sobre ele.

“O imperador, de fato, continuou a controlar as eleições e a impor o pagamento de tributo pelo território protegido pelas tropas imperiais; mas, por outro lado, o pontífice exercia uma autoridade definitiva dentro do ducado romano e alegava ter voz na nomeação dos oficiais civis que administravam o governo local.”<sup>48</sup>

62. Sob o protetorado dos exércitos do Oriente que logo se fundiram no exarcado de Ravena, o papado ampliou suas aspirações, confirmou seus poderes e fortaleceu sua situação do ponto de vista espiritual e temporal. Após ter se tornado, mediante os decretos dos concílios e a homenagem do imperador, o cabeça de todo domínio eclesiástico e espiritual sobre terra, e estando agora na posse de um *território* e exercendo ali certa autoridade civil, a oportunidade que agora se abria para a ambição do bispado de Roma era afirmar, conquistar e exercer autoridade suprema em todas as coisas, tanto temporais quanto espirituais. E a sanção dessa aspiração proveio da carta de Justiniano, na qual ele prestou uma honra tão distinta à sé apostólica. É verdade que Justiniano não escreveu essas palavras com um significado tão abrangente, mas isso não fez diferença; as palavras foram escritas e, como todas as outras palavras de importância semelhante, foram interpretadas segundo qualquer significado que o bispo de Roma decidisse encontrar nelas.

63. Portanto, o ano 538 d.C., que marca a conquista da Itália, a libertação de Roma e a destruição do reino dos ostrogodos, *é a genuína data que marca o estabelecimento da autoridade temporal do papado e o exercício dessa autoridade como potência mundial*. Tudo o que foi feito depois nesse contexto não passou de uma expansão, por meio de usurpações e doações adicionais, dos territórios que o bispo de Roma possuía naquele momento e sobre os quais reivindicava jurisdição civil. Essa visão é totalmente sustentada por esta excelente declaração sobre a situação:

“A conquista da Itália pelos gregos foi, pelo menos em grande parte, *a obra do clero católico*. [...] A derrubada do reino gótico foi para a Itália um mal absoluto. Um monarca como Vitige ou Tótila logo teria reparado os danos causados pelos degenerados sucessores de Teodorico, Atalarico e Teódoto. *Quando foram derrubados, começou a política fatal da sé romana*, [...] que nunca permitiria que um poderoso reino nativo unisse a Itália, ou uma grande parte dela, sob um domínio. O que quer que ele tenha sido para a cristandade, o papado tem sido o inimigo eterno e implacável da independência e da unidade italiana; e, conseqüentemente, (ao passo que a independência e a unidade pudessem dar dignidade, peso político e prosperidade) ao bem-estar da Itália” (*Milman*).<sup>49</sup>

<sup>47</sup> *Ibid.*, par. 23, 28 e cap. 43, par. 4. Depois, de 540 até 553, prosseguiu o que havia sido chamado de “Guerra Gótica”; mas aqueles que faziam a guerra não eram godos. Eles eram “um novo povo” composto de cativos romanos, escravos, desertores e quem mais quisesse se unir a eles, com um início de apenas mil godos. Ver *Gibbon*, *Ibid.*, cap. 43, par. 4 e 6.

<sup>48</sup> *Encyclopedia Britannica*, Artigo “Popedom” [Papado], par. 25.

<sup>49</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 1, livro 3, cap. 4, penúltimo parágrafo.

64. Então “*começou* a política fatal da sé romana”, porque ela era então uma potência mundial, com posses terrenas sobre as quais reivindicava e exercia domínio, e em virtude das quais podia lutar com outros domínios, e em nível de igualdade. E o que tornou o papado ainda mais dominador nessa política fatal foi o fato de Justiniano ter se comprometido tão plenamente. Quando o imperador mais poderoso que já se sentara no trono oriental não apenas prestou, sob sua chancela, homenagem tão decidida ao papado, como também erradicou o último poder que estava em seu caminho, isso para ela representou um argumento fortemente justificável para sua reivindicação de domínio sobre todos os outros domínios e do direito de disputar domínio com os poderes da terra.

## CAPÍTULO 13

.....

# RESTAURAÇÃO DO IMPÉRIO OCIDENTAL

*Justiniano e Papa Vigílio – As Mudanças Papais em Termos de Fé – O Título de Bispo Universal – Gregório Magno – Gregório Magno para Focas – Bispo de Roma Decretado Bispo Universal – Os Lombardos e o Papado – A Introdução da Adoração de Imagens – O Papa Ensina a Adoração de Imagens – O Papa Apela aos Francos – Pepino se Torna Rei – O Papa Visita Pepino – “São Pedro” Escreve aos Francos – A Doação de Pepino ao Papado – A Doação de Carlos Magno – Carlos Magno, Rei da Lombardia – A Adoração de Imagens Estabelecida – Carlos Magno se Torna Imperador – A Roma Original Continua no Papado – O Império Ocidental Transferido Novamente – Uma Teocracia Imperial – Posição Eclesiástica do Imperador.*

É evidente que, como o papado havia reivindicado até então – e de fato adquirido – domínio absoluto sobre todas as coisas espirituais, dali em diante ela reivindicaria e, se alguma política astuciosa e algum procedimento inescrupuloso pudesse ser de utilidade, adquiriria de fato um domínio absoluto sobre todas as coisas, tanto temporais quanto espirituais. Com efeito, como vimos, isso já era reivindicado, e a história da Europa, por mais de mil anos que se seguiriam, fornece provas abundantes de que a reivindicação foi estabelecida de forma definitiva e total.

2. “Roma, desconfiada de qualquer soberania temporal, menos da própria, por séculos entregou a Itália, ou melhor, fez da Itália um campo de batalha para o transalpino e o estrangeiro e, ao mesmo tempo, secularizou sua própria supremacia espiritual a ponto de misturar completamente o sacerdote e o político, degradando absoluta e quase irrevogavelmente o reino de Cristo em um reino deste mundo” (*Milman*).<sup>1</sup> A partir de então, reis e imperadores não passavam de instrumentos em sua mão e, com frequência, joguetes; reinos e impérios, suas conquistas e, não raro, apenas seu tráfico. A história de como o papado assumiu a supremacia sobre reis e imperadores e como ela adquiriu a prerrogativa de controlar reinos e impérios não é menos interessante e nem menos importante de saber do que a maneira como sua supremacia eclesiástica foi estabelecida.

3. A disputa começou até com Justiniano, que havia feito muito para exaltar a dignidade e limpar o caminho do papado. Justiniano logo se orgulhou de suas habilidades teológicas e presumiu ditar a fé do papado, em vez de se submeter, como antigamente, à sua orientação. E de 542 d.C. até o final de seu longo reinado em 565, houve uma guerra quase constante, com vantagem ora para um lado ora para outro, entre Justiniano e os papas. Mas como os imperadores vivem e morrem, enquanto o papado vive apenas, a vitória efetiva permaneceu com ela.

---

<sup>1</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 1, livro 3, cap. 4, último parágrafo.

## 4. VIGÍLIO, 22 DE NOVEMBRO DE 537 A 555,

era papa quando o reino ostrogótico foi destruído em 538 e quando, após a aniquilação do povo misto que estava em rebelião, o domínio do Império Oriental foi formalmente restaurado na Itália pelo estabelecimento do exarcado de Ravena em 552. Ele “pagou um preço terrível pelo seu progresso – falsa acusação, opressão cruel, talvez assassinato” (*Milman*).<sup>2</sup> Ele se mostrou o mais vacilante dos papas que reinara até então. A guerra entre o papado e Justiniano girou em torno do que é conhecido como os Três Capítulos. Nos escritos de três homens que viveram e escreveram quase cem anos antes, Justiniano encontrou o que ele alegou e condenou como heresia. Os três homens haviam vivido e escrito antes do Concílio de Calcedônia. Os três homens e seus escritos haviam sido observados pelo Concílio de Calcedônia; no entanto, esse concílio os havia aprovado, ficando eles sem condenação ou mesmo censura. E agora, no momento em que Justiniano condena todos eles como heréticos, isso foi considerado por todos os ortodoxos como um ataque velado ao Concílio de Calcedônia e um enfraquecimento da autoridade dos concílios gerais como tais.

5. “O imperador ameaçou depor e exilar” todos os bispos, sem distinção, que não aceitassem suas definições quanto aos Três Capítulos. Diante dessa alternativa, a nova “fé” foi logo adotada “por quase todos os bispos de todo o Oriente. Mas, no Ocidente, ela foi recebida com oposição intensa e geral. Vigílio e os outros bispos da Itália, assim como os da Gália e da África, todos se declararam de forma unânime contra ela, como um ataque evidente ao que chamavam de fundamento da fé católica, ou seja, a autoridade dos concílios (*Bower*).<sup>3</sup> Essa posição era muito mais essencial para o bispo de Roma, porque o Concílio de Calcedônia era de modo especial o concílio de Leão, o Grande, e a fé de Calcedônia era preeminentemente a fé de Leão como papa.

6. Em 543, Justiniano convocou de forma autoritária Vigílio para que fosse a Constantinopla. Em 544 “ele mostrou sua indignação evocando contra o pontífice as maldições do povo romano e o atacando com uma saraivada de pedras, como o assassino de Silvério e um homem de notória crueldade [...]: ‘Que a fome e a pestilência te persigam; fizeste mal para nós; que o mal te alcance onde quer que estejas’”. Ao chegar a Constantinopla, Vigílio estava entre a cruz e a espada: se resistisse ao imperador, poderia se tornar prisioneiro e exilado; se cedesse ao imperador, certamente seria repudiado por todo o Ocidente e poderia perder o trono papal. Não tendo força de caráter ou propósito, escolheu uma terceira alternativa: procurou agradar ao imperador e ao Ocidente.

7. Vigílio chegou a Constantinopla em 25 de janeiro de 547. Ele foi “recebido com sinais incomuns de respeito” pelo imperador e pela imperatriz, mas, na primeira ocasião, reprovou a condenação do imperador a respeito dos Três Capítulos e excomungou o patriarca de Constantinopla e todos os bispos que aceitaram a condenação dos Três Capítulos. Então, “alguns meses depois, o desejo que ele tinha de retornar a Roma prevaleceu sobre o respeito que ele pretendia ter pelo Concílio de Calcedônia e pela fé católica”. Assim, retirou sua excomunhão e reuniu em Constantinopla um concílio de 70 bispos e, como líder dele, “emitiu seu anátema infalível contra os Três Capítulos”. Isso fez com que todo o Ocidente se revoltasse, e até os eclesiásticos que haviam acompanhado o papa até Constantinopla se uniram nisso. Ele então revogou as declarações

<sup>2</sup> *Ibid.*, par. 10.

<sup>3</sup> *Lives of the Popes*, Vigílio, par. 19.



de seu último concílio; e com o argumento de que nenhum bispo ocidental estava presente nesse concílio, conseguiu convencer Justiniano a considerá-lo sem valor e convocar um concílio geral.

8. Muitos bispos do Oriente se reuniram para o concílio, em 551, mas pouquíssimos do Ocidente – “alguns da Itália, apenas dois da África, nenhum do Ilírico” e tampouco da Gália. O papa se recusou a participar do concílio até que um número maior de bispos ocidentais chegasse, e eis que tais bispos ocidentais não chegavam. Justiniano, vendo que por essa evasiva o papa o estava fazendo de tolo, anunciou um novo decreto contra os Três Capítulos. Vigílio reuniu o maior número possível de bispos em um concílio e denunciou a “usurpação da autonomia eclesiástica” do imperador e excomungou todos os que estivessem em conformidade com o decreto. Justiniano o aprisionou em Constantinopla, mas ele escapou para Calcedônia e se refugiou ali no santuário de Santa Eufêmia. O imperador não se atreveu a tentar tirá-lo dali e fez acordos com ele. Revogou então seu edito e transferiu a questão para um concílio, no qual o papa prometeu estar presente.

9. Mas quando o concílio se reuniu, em 553, o papa se recusou a comparecer, a menos que fosse composto por um número igual de bispos do Oriente e do Ocidente. Com isso o imperador concordou, mas os bispos do Oriente protestaram por unanimidade; afinal de contas, não havia possibilidade de ter um concílio *geral* apropriado composto por um número igual de bispos do Oriente e do Ocidente, porque havia poucos bispos ocidentais presentes. Justiniano enviou uma embaixada ao papa para convencê-lo da irracionalidade de sua exigência. Vigílio, porém, manteve-se firme em sua posição, insistindo em sua disposição de se reunir no concílio “nos termos acordados por ele e o imperador”.

10. Justiniano por fim ordenou que o concílio prosseguisse. Assim, 165 bispos orientais se reuniram, enquanto 16 bispos ocidentais se reuniram com Vigílio. O concílio do imperador condenou os Três Capítulos como heréticos; o concílio do papa aprovou os Três Capítulos, por decreto solene, absolvendo-os de toda heresia. Esse decreto termina da seguinte forma:

“Tendo nós dessa forma deliberado essas coisas com todo o cuidado, diligência e prudência, ordenamos e decretamos, *statuimus et decernimus*, que a partir de agora não será legítimo que qualquer pessoa em ordens sagradas, não importa o nível de dignidade e distinção, escreva, fale ou ensine qualquer coisa referente a esses Três Capítulos em contrariedade com o que ensinamos e decretamos segundo nossa constituição atual; nem será lícito que qualquer pessoa, após esta nossa definição atual, incite qualquer questão sobre eles. Mas se qualquer coisa relacionada a eles for dita, feita ou escrita, ao contrário do que aqui ensinamos e decretamos, nós a declaramos nula, pela autoridade da Sé Apostólica, na qual, pela graça de Deus, presidimos agora.”

11. O imperador notificou o papa de que ele deveria concordar com o decreto do concílio dos bispos orientais e que, se não o fizesse, seria deposto e exilado. O papa respondeu que, como “não podia assinar os atos e decretos daquela assembleia sem renunciar à santa fé de Calcedônia, estava pronto para sofrer, e sofrer com alegria, tanto o exílio quanto a morte por uma causa tão boa. Ele foi imediatamente apreendido e enviado ao exílio para “Proconeso, uma ilha inóspita no mar de Mármara”. Os outros bispos ocidentais que compuseram o concílio do papa também foram depostos e exilados em diferentes lugares.

12. Após cerca de cinco meses na ilha rochosa de seu exílio, Vigílio, ao ser informado de que tanto o imperador como o povo de Roma estavam tomando medidas para depô-lo e eleger um novo papa, escreveu uma carta ao patriarca de Constantinopla informando-o de que, “ao examinar os Três Capítulos com mais cuidado e atenção (ele já os havia examinado com todo o cuidado e atenção – *omni undique cantela atque diligentia* ), estava completamente convencido de que eles tinham merecido a condenação; portanto, não estava envergonhado de reconhecer e confessar abertamente que ele havia feito algo errado ao defendê-los, e, nesse sentido, estava imitando Santo Agostinho, que não teve vergonha, ao descobrir a verdade, de condenar e retratar-se de tudo o que havia escrito contra ela. Ele [...] conclui assim:

“Informamos a toda a Igreja Católica que condenamos e anatematizamos todas as heresias e hereges, a saber, Teodoro de Mopsuéstia e seus escritos ímpios; os escritos de Teodoreto, contra São Cirilo e o Concílio de Éfeso, e a carta de Máris, o persa, que se diz ter sido escrita por Ibas. Da mesma forma, anatematizamos todos os que ousarem defender os Três Capítulos mencionados ou supor que eles possam ser mantidos ou defendidos. Agradecemos em nome de nossos colegas e irmãos aqueles que os condenaram; e por meio deste documento anulamos tudo o que foi feito, dito ou escrito por nós ou por outros para defendê-los.”

13. Esta carta foi apresentada pelo patriarca ao imperador; mas o imperador não estava disposto a aceitar qualquer retratação que não deixasse claro que o papa condenava os Três Capítulos e os considerava “repugnantes à doutrina de Calcedônia”. Portanto, o papa elaborou outra carta, em 23 de fevereiro de 554, na qual abordou o assunto com mais detalhes do que em qualquer outro momento anterior, concluindo da seguinte forma:

“Portanto, anatematizamos e condenamos os Três Capítulos ímpios acima mencionados; [...] quanto ao que nós ou outros possamos, em qualquer momento, ter dito ou escrito em defesa dos referidos Três Capítulos ímpios, declaramos tudo absolutamente nulo pela autoridade desta nossa presente constituição.”<sup>4</sup>

14. Esse documento foi inteiramente satisfatório para Justiniano. Vigílio foi imediatamente trazido de volta a Constantinopla, foi recebido pelo imperador com “extraordinários sinais de honra” e teve a liberdade de retornar sem tardar a Roma. Ele partiu, mas na viagem morreu, no início do ano 555. Foi sucedido por

#### PELÁGIO, 11 DE ABRIL DE 555 A 1º DE MARÇO DE 560,

que fora assistente e defensor de Vigílio em todo o seu percurso como papa. Consequentemente, ele havia mudado a “fé” exatamente como Vigílio em suas muitas mudanças até a mais recente. Portanto, Justiniano lhe havia prometido o cargo de papa se ele sobrevivesse a Vigílio. Ele estava com Vigílio quando este morreu e correu para Roma para assumir o pontificado. Mas quando chegou lá, encontrou todos contra ele devido à sua mais recente condenação dos Três Capítulos. Contudo, tendo o imperador a seu favor, tudo o que era necessário para se tornar papa era um número suficiente de bispos para ordená-lo. Os cânones exigiam pelo menos três; mas em toda

<sup>4</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Vigílio.

a Itália só foram encontrados *dois* bispos dispostos a participar da ordenação de Pelágio. Esses dois, com um presbítero de Óstia, realizaram a cerimônia; e assim Pelágio se tornou papa.

15. A condição do favor de Justiniano para com Pelágio era que ele fizesse com que a doutrina do imperador em relação aos Três Capítulos fosse aceita em todo o Ocidente, e agora Pelágio deve cumprir sua parte na barganha. O imperador ordenou a Narses, seu representante no Ocidente, que apoiasse Pelágio “com todo seu interesse e poder. Em conformidade com o comando do imperador, Narses não poupou esforços para reconciliar o povo de Roma com o bispo deles; e obteve sucesso a ponto de conquistar, em muito pouco tempo, a maior parte da nobreza e do clero. “No entanto, Narses usou apenas persuasão para realizar seu propósito; e isso não foi rápido o suficiente para produzir resultados que satisfizessem Pelágio. Ele, portanto, instou Narses a usar sua autoridade imperial e obrigar a conformidade. Narses reclamou, não estando disposto a perseguir. O papa então lhe escreveu o seguinte:

“Não se assuste com a conversa fiada de alguns, clamando contra a perseguição e censurando a igreja, como se ela se deleitasse com a crueldade quando pune com severidades salutares ou procura a salvação das almas. *O único perseguidor é aquele que força o mal*; mas impedir os homens de praticarem o mal, ou puni-los porque assim procedem, não é perseguição ou crueldade, mas amor à humanidade. Agora, que o cisma, ou uma separação da sé apostólica, é um mal ninguém pode negar; e que os cismáticos podem e devem ser punidos, mesmo pelo poder secular, se torna manifesto tanto nos cânones da igreja quanto nas Escrituras.

16. “Ele encerra sua carta exortando Narses a fazer com que os líderes do cisma fossem presos e enviados sob uma forte guarda a Constantinopla; assegurando-lhe que ele não precisava ter escrúpulos quanto ao uso de violência, se fosse o caso na situação presente, visto que é permitido ao poder civil, ou melhor, é *exigido* dele pelos cânones que não apenas sejam detidos, mas enviados para o exílio e confinados em prisões penosas aqueles que, discordando de seus irmãos, perturbam a tranquilidade da Igreja” (*Bower*).<sup>5</sup>

17. Justiniano morreu em 14 de novembro de 565 d.C. “Sua morte restaurou em certo grau a paz da igreja; e os reinados de seus quatro sucessores” – Justino II, Tibério, Maurício e Focas – e também os reinados dos três sucessores de Pelágio – João III, 18 de julho de 560 a 573; Bento, 3 de junho de 574 a 30 de julho de 578; e Pelágio II, 28 de novembro de 578 a 8 de fevereiro de 590 – “distinguem-se por uma rara lacuna, embora feliz, na história eclesiástica do Oriente” (*Gibbon*)<sup>6</sup> No entanto, a confusão sobre os Três Capítulos continuou entre o papa e muitos bispos; e em 588 iniciou-se uma guerra entre o papa e o patriarca de Constantinopla a respeito do título de “bispo universal”, a qual, embora não tão feroz e violenta quanto a guerra entre Justiniano e o papa, não foi menos relevante para o desenvolvimento do papado e a restauração do Império Ocidental.

18. Em 588, realizou-se em Constantinopla um concílio para julgar um certo Gregório, patriarca de Antioquia. Esse concílio aproveitou a ocasião para conceder ao patriarca de Constantinopla o título de bispo universal. “Pelágio, muito perturbado e preocupado, como se toda a fé católica estivesse em risco, ou como se o concílio tivesse condenado algum artigo fundamental da religião cristã, imediatamente declarou, pela autoridade e em nome de São Pedro, absolutamente

<sup>5</sup> *Lives of the Popes*, par. 6.

<sup>6</sup> *Decline and Fall*, cap. 47, par. 26.

nulos todos os atos daquela assembleia, exceto a sentença a favor de Gregório.” Ele enviou cartas a Constantinopla para seu representante ali e ao patriarca de Constantinopla, em que acusava o patriarca “de orgulho e ambição, classificando sua tentativa como ‘iníqua’, ‘detestável’ e ‘diabólica’, e ameaçando separar-se da comunhão dele se não abandonasse imediatamente o título anticristão que impiedosamente assumira” (*Bower*).<sup>7</sup> Pelágio II morreu antes que pudesse levar a disputa mais adiante; mas seu lugar foi mais do que apenas preenchido por seu sucessor:

### GREGÓRIO, O GRANDE, 3 DE SETEMBRO DE 590 ATÉ 12 DE MARÇO DE 604.

19. Embora Gregório “nunca tenha tentado estender sua autoridade mediante novas usurpações ou invasões aos direitos de seus irmãos, mesmo daqueles diretamente sujeitos à sua sé; embora nunca tenha exercido ou reivindicado qualquer nova jurisdição ou poder, foi, no entanto, zeloso ao extremo em confirmar aquilo que seus antecessores haviam exercido, ou em qualquer momento reivindicado. Ele muitas vezes declarou que preferia perder a vida a permitir que a sé de São Pedro perdesse qualquer dos privilégios de que já gozava, ou que o primeiro apóstolo fosse ferido de qualquer maneira ou roubado de seus direitos. Sempre foi uma máxima dos papas, mesmo desde os primeiros tempos, nunca se apartar de nenhum poder ou jurisdição que seus predecessores haviam adquirido, não importa por quais meios eles os haviam adquirido, nem renunciar ao menor privilégio que algum de seus antecessores, de forma legítima ou não, tivesse em qualquer momento reivindicado”.<sup>8</sup>

20. “O bispo de Constantinopla era agora distinguido em todo o Oriente com o pomposo título de patriarca ecumênico ou universal; e Gregório constatou que ele assim se denominara repetidamente em um julgamento que recentemente havia proferido contra um presbítero denunciado por heresia, fato este comunicado a Roma, a pedido do papa. Gregório viu nisso um sinal de alarme e, esquecendo todos os outros cuidados, como se a igreja, a fé e a religião cristã estivessem em perigo iminente, despachou com grande pressa um mensageiro com cartas a Sabiniano, seu núncio em Constantinopla, encarregando-o de fazer uso da ‘liberdade com que Cristo nos libertou’ e de envidar o máximo de seus esforços com o imperador, com o mensageiro papal e, acima de tudo, com o próprio bispo, seu amado irmão, a fim de levá-lo a nunca mais usar o título ‘orgulhoso’, ‘profano’ e ‘anticristão’ de ‘bispo universal’, que ele assumira no orgulho de seu coração, para a grande humilhação de toda a ordem episcopal. O núncio, em conformidade com suas ordens, não deixou de tentar tudo que julgou pudesse causar alguma impressão no patriarca, assegurando-lhe que, a menos que renunciasse ao odioso título que causara ofensa tão grande ao papa, ele encontraria nele um antagonista temível, para não dizer um inimigo irreconciliável.”

21. O patriarca respondeu que, embora estivesse “triste com o fato de seu santíssimo irmão de Roma ter se ofendido com um título tão inofensivo”, todavia, como o título “fora conferido, e conferido por um concílio tão magnífico, não somente a ele, mas a ele e seus sucessores, não estava em seu poder renunciá-lo; tampouco seus sucessores defenderiam tal abdicação,

<sup>7</sup> *Lives of the Popes*, Pelágio II.

<sup>8</sup> *Ibid.*, Gregório, par. 18.

caso ele tomasse essa postura”. A resposta do imperador a Gregório foi apenas uma exortação para ele viver em paz com “o bispo da cidade imperial”. Gregório respondeu:

“É muito difícil que, depois de termos renunciado à nossa prata, nosso ouro, nossos escravos, e até mesmo nossas roupas, para o bem-estar público, também sejamos obrigados a renunciar à nossa fé; pois concordar com esse título ímpio significa renunciar à nossa fé.”

22. Como o patriarca não cedeu, Gregório, mediante seu núncio, o excomungou; e depois lhe escreveu “uma longa carta, carregando o título de patriarca ou bispo universal com todos os nomes de censura e ignomínia que ele conseguia pensar, denominando-o de ‘ vaidoso’, ‘ambicioso’, ‘profano’, ‘ímpio’, ‘execrável’, ‘anticristão’, ‘blasfemo’, ‘infernai’, ‘diabólico’; e aplicou àquele que o assumisse o que foi dito pelo profeta Isaías a respeito de Lúcifer: ‘A quem você imita ao assumir esse título blasfemo? Àquele que, cheio de orgulho, se exaltou acima de tantas legiões de anjos, seus iguais, de modo que fosse subordinado a ninguém e todos se submetessem a ele. O apóstolo Pedro foi o primeiro membro da igreja universal. Quanto a Paulo, André e João, eles eram apenas os chefes de congregações específicas; mas todos eram membros da igreja sob uma só cabeça, e nenhum deles jamais era chamado de universal.’” E à imperatriz escreveu:

“Embora Gregório seja culpado de muitos grandes pecados, pelos quais ele merece, assim, ser punido, o próprio Pedro não é culpado de pecado algum, nem deve sofrer pelos meus. Eu, portanto, repetidamente, imploro, suplico e conjuro você, pelo Todo-Poderoso, a não abandonar os passos de seus antepassados, mas, caminhando neles, suplico que procure garantir para si a proteção e o favor desse apóstolo, *que não deve ser roubado* da honra que é devida ao seu mérito por causa dos pecados de quem não tem mérito e que o serve de modo indigno.”<sup>9</sup>

23. No mês de outubro, em 602 d.C., o exército do Danúbio se rebelou, declarou o imperador Maurício indigno de reinar, colocou no comando um centurião chamado Focas e marchou para Constantinopla. A capital se juntou à revolta, e o imperador fugiu. Ele e sua família esperavam encontrar refúgio na igreja de Santa Eufêmia, em Calcedônia; mas foram levados por uma tempestade para o litoral e refugiaram-se na igreja de Santo Autônomo, perto de Calcedônia. Nos jogos que foram comemorados em homenagem à grande entrada de Focas na capital, em 23 de novembro, surgiu uma disputa sobre superioridade entre as facções do circo. Quando Focas decidiu a favor de uma facção, a outra gritou: “Lembre-se de que Maurício ainda está vivo”. Isso despertou todo o terrível ciúmes de Focas. Os ministros da morte foram despachados para Calcedônia: eles arrastaram o imperador de seu santuário; e os cinco filhos de Maurício foram um após o outro assassinados diante dos olhos do pai agonizante. A cada golpe que sentia no coração, ele encontrava forças para repetir uma exclamação piedosa: “Tu és justo, ó Senhor! E os teus juízos são justos”. E tal, nos últimos momentos, foi seu rígido apego à verdade e à justiça que revelou aos soldados a falsidade piedosa de que uma enfermeira havia oferecido seu próprio filho no lugar de uma criança da realeza. A cena trágica foi por fim encerrada pela execução do próprio imperador, no 20º ano de seu reinado, aos 63 anos de idade. Os corpos do pai e dos cinco filhos foram lançados ao mar, suas cabeças foram expostas em Constantinopla para servirem de alvo de insulto ou

<sup>9</sup> *Ibid.*, par. 31-34.

piedade por parte da multidão, e só foi depois que surgiram alguns sinais de putrefação que Focas planejou arditamente o enterro secreto desses restos veneráveis” (*Gibbon*).<sup>10</sup>

24. A imperatriz e as três filhas foram poupadas na época do massacre do imperador e de seus filhos. No entanto, pouco tempo depois, todas foram enviadas por Focas para o mesmo local e foram “decapitadas no mesmo terreno manchado com o sangue do marido e dos cinco filhos. Após esse exemplo, seria supérfluo enumerar os nomes e sofrimentos das vítimas de posições inferiores. A condenação delas raramente consistia em exigências de alguma forma de julgamento e a punição infligida era intensificada pelos refinamentos da crueldade – [...] uma morte simples e rápida era uma misericórdia que com raridade lhes era concedida. O hipódromo, o refúgio sagrado dos prazeres e da liberdade dos romanos, ficou poluído com cabeças e membros e corpos mutilados; e os companheiros de Focas eram os mais conscientes do fato de que nem o favor do imperador nem os serviços que lhe prestavam poderiam protegê-los desse tirano, rival digno dos Calígulas e Domicianos da primeira era do império”.<sup>11</sup>

25. No entanto, sabendo dessas coisas, o papa Gregório Magno elogiou Focas e o exaltou literalmente até os céus. Assim que Focas se tornou imperador único pelo massacre de todos os possíveis pretendentes legítimos, ele enviou a Roma e às outras principais cidades do Oriente e do Ocidente as imagens de si e da esposa. Em Roma “as imagens do imperador e de sua esposa Leôncia foram expostas no Latrão, para a veneração do clero e do Senado de Roma, e posteriormente depositadas no palácio dos Césares entre as de Constantino e Teodósio”.<sup>12</sup> Ao receber essas imagens, o papa Gregório Magno escreveu o seguinte a Focas:

“Glória a Deus nas alturas, que, como está escrito, muda os tempos e remove os reis; que fez saber a todos o que Lhe aprouve falar por Seu profeta. O Altíssimo governa o reino dos homens e o dá a quem quer. Várias são as mudanças e muitas as adversidades da vida humana. O Todo-Poderoso às vezes dá, em Sua justiça, príncipes para afligir Seu povo; e, às vezes, envia, em Sua misericórdia, príncipes para confortá-lo e aliviá-lo. Fomos afligidos até o momento com a mais atroz angústia; mas o Todo-Poderoso escolheu você e o colocou no trono imperial, para banir, por sua disposição misericordiosa, todas as nossas aflições e tristezas. Alegrem-se, pois, os céus; que a terra salte de alegria; que todos rendam graças por uma mudança tão feliz. Que a República desfrute por muito tempo estes momentos tão felizes! Que Deus, com Sua graça, dirija seu coração em todo bom pensamento, em toda boa ação! Que o Espírito Santo que habita em seu peito o guie e ajude, para que você, depois de uma longa existência, passe de um reino terrestre e temporal para um reino eterno e celestial!”<sup>13</sup>

26. Antes de Focas receber essa carta do papa, ele lhe havia enviado uma, dizendo que, em sua ascensão, não havia encontrado em Constantinopla nenhum núncio do papa e pediu que enviasse um. Isso deu a Gregório outra oportunidade de elogiar Focas, o que ele fez assim:

“Que agradecimento não devemos render ao Todo-Poderoso, que finalmente se dignou de nos libertar do jugo da escravidão e de nos fazer novamente desfrutar das bênçãos da liber-

<sup>10</sup> *Decline and Fall*, cap. 46, par. 12.

<sup>11</sup> *Ibid.*

<sup>12</sup> *Ibid.*

<sup>13</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Gregório, ano 602 ou par. 59.

dade sob seu império! O fato de Vossa Serenidade não ter encontrado nenhum diácono da sede apostólica residente, de acordo com os costumes, no palácio não foi devido a nenhuma negligência da minha parte. Mas aos tempos, aos tempos recentes e ao extremo infelizes e calamitosos, quando os ministros desta igreja todos recusaram o cargo que os obrigava a residir no palácio, e estavam até mesmo temerosos de se aproximar dele.<sup>14</sup> Mas agora que sabem que aprouve ao Todo-Poderoso, em Sua bondade e misericórdia, colocá-lo no trono, eles não temem mais, mas exultam e se regozijam e, cortejando o cargo que antes recusaram, voam a seus pés com alegria inexprimível. [...] Esperamos que o Todo-Poderoso, que já começou a nos dar alívio, complete o que iniciou de modo tão feliz, e que Aquele que nos deu senhores tão piedosos nos livre de nossos inimigos cruéis. Que a Santíssima Trindade, portanto, conceda a você uma vida longa, para que possamos desfrutar das bênçãos que fluem de sua piedade por tanto tempo quanto nos custou recebê-las.”<sup>15</sup>

27. Ao mesmo tempo, ele escreveu também para a nova imperatriz:

“Que língua pode pronunciar, que mente pode conceber os agradecimentos devidos a Deus, que a colocou no trono para nos aliviar do amargo e cruel jugo que até agora nos afligiu? Que os anjos deem glória a Deus no Céu; que os homens rendam graças a Deus na Terra; pois a república está aliviada e todas as nossas tristezas são banidas. Que o Todo-Poderoso, que por Sua misericórdia fez de vocês nossos imperadores, faça de vocês também zelosos defensores da fé católica! Que Ele dote a mente de vocês de zelo e misericórdia; de zelo para punir o que é cometido contra Deus; de misericórdia para suportar e perdoar o que possa ser cometido contra si mesmos! Que Ele conceda a você, e ao nosso mui piedoso senhor, um longo reinado, para que os confortos e bênçãos que desfrutarmos nele possam ser longos! Talvez eu devesse ter implorado que você tomasse sob sua proteção especial a igreja do apóstolo São Pedro, até agora tão gravemente afligida. Mas, como sei que você ama a Deus, não preciso pedir que faça o que tenho certeza de que está pronta para fazer por sua própria vontade. Pois quanto mais você teme a Deus, mais deve amar o apóstolo, a quem foi dito: ‘Tu és Pedro’, etc., ‘dar-te-ei’, etc. Portanto, não duvido que você tomará o cuidado de favorecê-lo e guardá-lo no coração, a este por quem você será libertada dos seus pecados. Que ele, portanto, seja o guardião do seu império; que ele seja seu protetor na Terra; que ele seja seu advogado no Céu; para que, depois de uma longa existência, você possa desfrutar, no reino dos Céus, da recompensa que lhe é devida lá, por aliviar seus súditos dos fardos sob os quais eles se lamentavam e por torná-los felizes na Terra.”<sup>16</sup>

28. Esses elogios trouxeram rapidamente ao papado uma recompensa correspondente. O núncio que Gregório enviou a Constantinopla em 603, a pedido de Focas, era um certo Bonifácio, natural de Roma e diácono da igreja em Roma. Gregório Magno morreu em 12 de março de 604 e foi sucedido por:

<sup>14</sup> Gregório tinha escrito a Maurício, enquanto este era imperador, “que sua língua não conseguia expressar o bem que ele havia recebido do Todo-Poderoso e de seu senhor o imperador; que se sentia na obrigação, em gratidão, de orar sem cessar por seu pientíssimo e cristianíssimo senhor, e que, em retorno pela bondade de seu religiosíssimo senhor para com ele, não poderia fazer menos do que amar o próprio chão em que ele caminhasse” (*Ibid.*, sobre o ano 603 ou par. 62).

<sup>15</sup> *Ibid.*, ano 603, par. 60.

<sup>16</sup> *Ibid.*, ano 603, par. 61.

## SABINIANO, 13 DE SETEMBRO DE 604 A 22 DE FEVEREIRO DE 606,

que reinou apenas um ano, cinco meses e nove dias e foi sucedido por esse mesmo núncio Bonifácio, que se tornou papa.

## BONIFÁCIO III, 19 DE FEVEREIRO A 10 DE NOVEMBRO DE 607.

29. Tendo sido enviado a Focas por Gregório mediante cartas como as que Gregório escreveu a Focas e Leônica, pode-se entender com facilidade qual seria a atitude e a conduta de Bonifácio em relação ao novo imperador e imperatriz. E agora foi escolhido para ser papa, evidentemente porque era “não apenas bem conhecido por Focas, mas muito favorecido por ele e sua esposa. Pois, lisonjeando o usurpador, como Gregório havia feito, e sendo conivente com suas crueldades, se não o aplaudindo ao ele praticá-las, enquanto o resto da humanidade o execrava como tirano ultrajante, Bonifácio se insinuara tanto em suas boas graças a ponto de se tornar um de seus principais favoritos, ou, como Sigeberto escreve, seu único favorito, sendo a única pessoa em toda a cidade de Constantinopla que aprovava, ou era dissimulado o suficiente para fazer o tirano acreditar que ele aprovava sua conduta. Foi só por esse mérito que foi escolhido”<sup>17</sup> para o trono papal. O uso diligente que ele fez da oportunidade que lhe foi concedida como núncio na corte de Focas pode, em certa medida, ser compreendido pelo fato de ele, embora estivesse em Constantinopla apenas cerca de um ano e tenha ocupado o trono papal por menos de nove meses, enquanto era papa, ter conseguido garantir, da parte de Focas, um decreto que estabeleceu sobre ele e sucessores o exaltado e intensamente cobiçado título de “bispo universal”.

30. O patriarca de Constantinopla, naquela época Ciríaco, havia incorrido no desfavor de Focas, por proteger a imperatriz – viúva de Maurício – e suas filhas. E agora Bonifácio, “assim que se viu investido da dignidade papal, aproveitando-se da parcialidade e do favor de Focas para com ele, bem como de sua aversão e ódio contra o patriarca Ciríaco, não apenas convenceu o tirano a revogar o decreto que estabelecia o título de bispo universal sobre o bispo da cidade imperial, mas conseguiu [...] um novo decreto, estabelecendo sobre si e seus sucessores esse mesmo título”.

31. “Assim que o edito imperial, conferindo-lhe o título de bispo universal e declarando-o chefe da igreja, foi levado para Roma, Bonifácio, reunindo um concílio na basílica de São Pedro, composto por 72 bispos, 34 presbíteros e todos os diáconos e clérigos inferiores da cidade, agiu ali como se não tivesse sido investido apenas com o título (embora Focas provavelmente não quisesse conceder nada mais além disso), mas com todo o *poder* de um bispo universal, com toda a autoridade de uma cabeça suprema, ou, melhor dizendo, como monarca absoluto da igreja. De fato, por meio de um decreto, emitido por ele nesse concílio, foi ‘pronunciado’ ‘declarado’, e ‘definido’ que nenhuma eleição de bispo deveria doravante ser considerada legítima e boa, a menos que fosse realizada pelo povo e clero, aprovada pelo príncipe ou senhor da cidade e confirmada pelo papa, que interpôs sua autoridade nos seguintes termos: ‘Nós queremos e ordenamos – *valumus et jubemus*.’”<sup>18</sup>

<sup>17</sup> *Ibid.*, Bonifácio III, par. 1.

<sup>18</sup> *Ibid.*, par. 8.



32. Foi dessa forma, portanto, que o título e o poder de bispo universal, ou de chefe de toda a igreja, até então apenas reivindicados, foi estabelecido sobre o bispo de Roma do modo oficial e legal. E assim, embora Bonifácio III tenha ocupado o cargo papal por um período tão curto, “pode-se dizer com toda verdade que a sé romana tem para com ele, sozinho, uma dívida maior do que a que possuem com todos os seus antecessores juntos”. O título oficial e legalmente concedido “teve sua origem com o que de pior existe na humanidade; foi obtido pelos meios mais degradantes, graças a lisonjas a um tirano em sua maldade e tirania; e foi por si só, se seguirmos o julgamento de Gregório Magno, ‘anticristão’, ‘herético’, ‘blasfemo’, ‘diabólico’”. E assim, no palácio dos Césares, o lugar da imagem de Focas entre as de Constantino e Teodósio se mostrou perfeitamente adequado, como que simbolizando a igualdade de Focas com os outros dois na formação do papado. E como esta obra – o papado – está em conformidade com aqueles que a produziram: Constantino, Teodósio e Focas!

33. O centro do movimento no desenvolvimento do papado é encontrado em seguida na Itália e em uma série de circunstâncias pelas quais o papado assegura a independência do império oriental, cujo fim ocorre apenas na afirmação da supremacia do papado sobre reinos e impérios na restauração do império ocidental.

34. Em 568 d.C., os lombardos invadiram a Itália, e por quase 20 anos sofreu tanta devastação que até o papa pensou que o mundo estava chegando ao fim. O poder imperial do Oriente estava tão fraco que a defesa da Itália recaiu exclusivamente sobre o exarco de Ravena e o papa. E como “a morte de Narses havia deixado a seu sucessor, o exarco de Ravena, apenas a dignidade de um soberano, fraca demais para permitir que ele exercesse qualquer governança útil” (*Milman*)<sup>19</sup>, somente o papa se tornou o principal defensor da Itália. Em 594, Gregório Magno concluiu um tratado de paz com os lombardos; e “o papa e o rei dos lombardos se tornaram as verdadeiras potências no norte e no centro da Itália”.<sup>20</sup> Mesmo naquela época, o papa ignorava a tal ponto o poder do imperador oriental que chegou a enviar “cartas ao rei Quildeberto e à rainha Brunilda, sob o aparente pretexto de recomendar um padre a quem ele enviou aos bispos da Gália; mas, na realidade, o objetivo era solicitar sua ajuda” (*De Cormenin*).<sup>21</sup>

35. A esposa do rei dos lombardos era católica e, pela influência de Gregório, “colocou solenemente a nação lombarda sob o patronato de São João Batista. Em Monza, ela construiu em sua homenagem a primeira igreja lombarda e o palácio real próximo a ela. A partir disso, os lombardos logo se tornaram católicos; mas, mesmo assim, não permitiam que o sacerdócio tivesse parte nos assuntos do reino. Eles “nunca admitiam que bispos da Itália tivessem assento em seus conselhos legislativos” (*Gibbon*).<sup>22</sup> E embora sob o domínio lombardo “os italianos desfrutassem de um governo mais ameno e equitativo do que qualquer outro reinado fundado sobre as ruínas do império”, essa exclusão do clero dos assuntos do Estado era igualmente contra eles agora, embora católicos, como seu arianismo já havia sido contra eles antes; e os papas esperavam ansiosamente que fossem expulsos inteiramente da Itália.

<sup>19</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 1, livro 3, cap. 7, par. 1.

<sup>20</sup> *Encyclopædia Britannica*, artigo sobre os lombardos, par. 6.

<sup>21</sup> *History of the Popes*, Gregório I, par. 82.

<sup>22</sup> *Decline and Fall*, cap. 14, par. 18.

36. Em 728, o decreto do imperador oriental abolindo o culto às imagens foi publicado na Itália. O papa defendia as imagens, é claro, e “os italianos juraram viver e morrer em defesa do papa e das imagens sagradas”. Assim, iniciou-se uma guerra que em sua natureza e consequências revelava, em todos os sentidos, o caráter do papado. Ela estabeleceu a adoração de imagens como um artigo da fé católica e desenvolveu a supremacia do papa em assuntos temporais.

37. “A primeira introdução de culto simbólico foi na veneração da cruz e das relíquias” (Gibbon).<sup>23</sup> E a primeira introdução da cruz como *símbolo visível* foi efetuada por Constantino. É verdade que o sinal da cruz foi usado desde os dias de Tertuliano; mas era apenas um *sinal*, feito com um movimento da mão na testa ou no peito. Constantino ampliou isso com a introdução da própria cruz visível no Lábaro. Ele ergueu em Roma sua própria estátua, “com uma cruz na mão direita, com uma inscrição que referia a vitória de seus exércitos e a libertação de Roma àquele sinal salutar, o verdadeiro símbolo de força e coragem. O mesmo símbolo santificava os braços dos soldados de Constantino; a cruz brilhava nos capacetes, estava gravada nos escudos, entrelaçada nos estandartes; e os emblemas consagrados que adornavam a pessoa do próprio imperador eram distinguidos apenas por materiais mais ricos e mão de obra mais requintada.

38. “Mas o principal estandarte que exibia o triunfo da cruz era denominado *Lábaro*. [...] É descrito como um longo pique interceptado por uma viga transversal. O véu de seda que pendia da viga estava curiosamente decorado com as *imagens* do monarca reinante e de seus filhos. O cume do pique sustentava uma coroa de ouro que incluía o misterioso monograma, ao mesmo tempo expressivo da figura da cruz e das letras iniciais do nome de Cristo.” A base de tudo isso foi a ficção e a impostura da “visão da cruz” de Constantino. E, a partir dela, “a Igreja Católica, tanto do Oriente quanto do Ocidente, adotou um prodígio que favorece, ou parece favorecer, o culto popular da cruz”.<sup>24</sup>

39. Também sob o patrocínio de Constantino, “igrejas magníficas foram erigidas pelo imperador em Roma adornadas com *imagens* e quadros, onde o bispo estava sentado em um trono elevado, cercado por sacerdotes inferiores e realizando ritos emprestados do esplêndido cerimonial do templo pagão” (Lawrence).<sup>25</sup> “No início, o experimento foi realizado com cautela e escrúpulo; e as veneráveis pinturas foram discretamente permitidas com o objetivo de instruir os ignorantes, despertar os indiferentes e satisfazer os preconceitos dos prosélitos pagãos. Por meio de uma progressão lenta, embora inevitável, as honras do original foram transferidas para a cópia. O cristão devoto orava diante da *imagem* de um santo; e os ritos pagãos de genuflexão, as luminárias e o incenso novamente invadiram a Igreja Católica. Os escrúpulos da razão ou piedade foram silenciados pela forte evidência de visões e milagres; e as gravuras que falam, movem-se e sangram devem ser dotadas de uma energia divina e podem ser consideradas como objetos adequados da adoração religiosa.

40. “O uso e até o culto de imagens foram firmemente estabelecidos antes do final do 6º século; elas eram acariciadas com credulidade pelos gregos e asiáticos; o Panteão e o Vaticano foram adornados com os emblemas de uma nova superstição. [...] O estilo e os sentimentos de um hino bizantino declaram até que ponto a adoração deles se distanciou da mais repulsiva ido-

<sup>23</sup> *Decline and Fall*, cap. 49, par. 2.

<sup>24</sup> *Ibid.* Cap. 20, par. 11, 13.

<sup>25</sup> *Historical Studies*, artigo “Bishops of Rome”, par. 13.

latria: ‘Como podemos, com os olhos mortais, contemplar esta imagem, cujo esplendor celestial o exército do céu não se atreve a contemplar? Aquele que habita no céu condescende neste dia em nos visitar por meio de sua venerável imagem. Aquele que está sentado sobre os querubins nos visita neste dia por meio de uma imagem que o Pai delineou com Sua mão imaculada; que Ele formou de maneira inefável; e que santificamos adorando-O com temor e amor’” (*Gibbon*).<sup>26</sup>

41. Essa era a posição que a idolatria católica ocupava quando os muçulmanos, com igual desprezo pelas imagens e seus adoradores, surgiram dos desertos da Arábia. E sob a influência da acusação de idolatria que os islâmicos sem cessar lançavam contra os católicos, alguns começaram a despertar para o pensamento de que talvez a acusação fosse verdadeira. “Os triunfantes muçulmanos, que reinaram em Damasco e ameaçaram Constantinopla, lançaram na balança da reprovação o peso acumulado da verdade e da vitória. As cidades da Síria, Palestina e Egito haviam sido fortificadas com as imagens de Cristo, Sua mãe e Seus santos, e cada cidade tinham como certas a esperança ou a promessa de defesa milagrosa. Na rápida conquista de dez anos, os árabes subjugaram essas cidades e essas imagens; e, na opinião deles, o Senhor dos Exércitos pronunciou um julgamento decisivo entre a adoração e o desprezo desses ídolos mudos e inanimados. Nesta época de angústia e consternação, a eloquência dos monges foi exercida em defesa das imagens. Mas agora eles foram resistidos pelos murmúrios de muitos cristãos simples ou racionais, que apelavam à evidência dos textos, dos fatos e dos tempos primitivos e secretamente desejavam a reforma da igreja.”<sup>27</sup>

42. Assim começou a controvérsia iconoclasta entre os adoradores e os quebradores das imagens, que continuou com fúria sangrenta e inabalável por 120 anos – 726-846 – e que finalmente resultou no triunfo da adoração de imagens e da “religião de Constantino”. Em 726 d.C., Leão III, “o Isauriano” ascendeu como imperador ao trono do Oriente. Ele iniciou em 727-730 a famosa reforma iconoclasta. Ele ordenou que as imagens fossem quebradas em pedaços e que as paredes das igrejas fossem branqueadas; e assim procedeu com vigor honesto, porém imprudente, no intuito de extirpar a idolatria. Mas uma feroz dissensão se espalhou de imediato por toda a cristandade: os monges e o povo se ergueram em defesa de suas imagens e quadros, e o imperador, mesmo em sua própria capital, foi denunciado como herege e tirano. Havia uma imagem do Salvador, conhecida por seus poderes miraculosos, sobre o portão do palácio imperial chamado Portão de Bronze, a certa distância dos ricos azulejos de bronze dourado que cobriam seu magnífico vestibulo. O imperador ordenou que a figura sagrada fosse derrubada e quebrada em pedaços. Mas as pessoas de todas as partes da cidade correram em defesa de seu ídolo favorito, investiram-se contra os oficiais e mataram muitos deles.

43. “As mulheres eram ainda mais violentas que os homens. Como fúrias, correram para o local e, encontrando um dos soldados envolvidos na obra profana no topo da escada, o puxaram para baixo e o rasgaram em pedaços enquanto estava machucado no chão. ‘Assim’, exclama o piedoso analista, ‘o ministro da injustiça do imperador caiu imediatamente do topo da escada para o fundo do inferno’. As mulheres em seguida se precipitaram para a grande igreja e, encontrando o patriarca iconoclasta oficiando no altar, lançaram sobre ele uma chuva de pedras

<sup>26</sup> *Decline and Fall*, cap. 49, par. 2, 3.

<sup>27</sup> *Ibid.*, cap. 49, par. 4.

e milhares de nomes ofensivos. Ele escapou, machucado e desmaiando, do prédio. Os guardas foram então chamados e a insurreição feminina suprimida; mas não antes que várias das mulheres morressem no motim” (*Lawrence*).<sup>28</sup> “A execução dos decretos imperiais sofreu resistência por meio de frequentes tumultos em Constantinopla e nas províncias; o próprio Leão ficou em perigo, seus oficiais foram massacrados, e o entusiasmo popular foi sufocado por extensos esforços do poder civil e militar.” (*Gibbon*).<sup>29</sup>

44. Quando o decreto de Leão contra a adoração de imagens foi publicado no Ocidente, “as imagens de Cristo e da Virgem, dos anjos, mártires e santos foram abolidas em todas as igrejas da Itália”; e o imperador ameaçou o papa de que, se não cumprisse o decreto, ele seria degradado e enviado para o exílio. Mas o papa

#### GREGÓRIO II, 19 DE MAIO DE 715 A 20 DE FEVEREIRO DE 732,

defendia com firmeza o culto às imagens e enviou cartas pastorais por toda a Itália, exortando os fiéis a fazer o mesmo. “Com esse sinal, Ravena, Veneza, as cidades do exarcado e Pentápole aderiram à causa das imagens religiosas; sua força militar por mar e terra era constituída, em grande parte, por nativos; e o espírito de patriotismo e zelo foi infundido nos estrangeiros mercenários. Os italianos juraram viver e morrer em defesa do papa e das imagens sagradas. [...] Os gregos foram subjugados e massacrados, seus líderes sofreram uma morte ignominiosa, e os papas, embora inclinados à misericórdia, recusaram-se a interceder por essas vítimas culpadas.”

45. Em Ravena, em 729 d.C., a revolta e a luta sangrenta foram tão grandes que até o exarco, o representante pessoal do imperador, foi morto. “Para punir essa ação flagrante e restaurar seu domínio na Itália, o imperador enviou uma frota e um exército para o Golfo Adriático. Depois de sofrerem com os ventos e as ondas, com muita perda e atraso, os gregos desceram nas imediações de Ravena. [...] Em um dia difícil, enquanto os dois exércitos alternadamente cediam e avançavam, um *fantasma* foi visto, uma voz foi ouvida, e Ravena se tornou vitoriosa pela garantia da vitória. Os estrangeiros se retiraram para seus navios, mas a costa marítima populosa arremeteu-se contra eles com uma multidão de barcos; as águas do Pó ficaram de tal forma infectadas com sangue que, durante *seis anos*, o preconceito público se absteve dos peixes do rio; e a instituição de uma festa anual perpetuou a *adoração de imagens* e a aversão ao tirano grego. Em meio ao triunfo das armas católicas, o pontífice romano convocou um sínodo de 93 bispos contra a heresia dos iconoclastas. Com o consentimento deles, ele declarou uma excomunhão geral contra *todos os* que, por *palavras ou ações, atacassem* as tradições dos pais e as imagens dos santos.”<sup>30</sup>

46. Como já foi dito, Gregório II era então papa. Vale a pena mencionar aqui alguns de seus argumentos em apoio à adoração de imagens, para que se possa ver como o uso de imagens na Igreja Católica é algo certamente idólatra. Em 730, Gregório II escreveu ao imperador Leão III assim:

“Dez anos pela graça de Deus você andou corretamente e não mencionou as imagens sagradas; mas agora você afirma que *elas constituem ídolos e que aqueles que as reverenciam são idólatras*, e quer que elas sejam inteiramente postas de lado e destruídas. Você não teme

<sup>28</sup> *Historical Studies*, artigo “Bishops of Rome”, par. 33.

<sup>29</sup> *Decline and Fall*, cap. 49, par. 5.

<sup>30</sup> *Ibid.*, par. 9.

o julgamento de Deus, e esse pecado recairá não apenas sobre os fiéis, mas também sobre os incrédulos. Cristo nos proíbe o mínimo escândalo, e você trouxe afronta sobre o mundo inteiro, como se também não tivesse que morrer e prestar contas. Você escreveu: ‘De acordo com a ordem de Deus (Êx 20:4), *não podemos adorar nada feito pela mão do homem, nem semente alguma do que há no céu ou na terra. Apenas prove para mim quem nos ensinou a adorar (σέβεσθαι καὶ προσκυνεῖν) qualquer coisa feita pelas mãos do homem*, e eu, *então, concordarei que é a vontade de Deus.*’ Mas por que você, ó imperador e chefe dos cristãos, não questionou os sábios sobre esse assunto antes de perturbar e confundir pobres almas? Você poderia ter aprendido com eles sobre a que tipo de imagens feitas com as mãos (*χειροποίητα*) Deus se refere. Mas você rejeitou nossos pais e doutores, embora você tenha garantido por sua própria assinatura que os seguiria. Os santos pais e doutores *são nossa escritura, nossa luz e nossa salvação*, e os seis sínodos nos ensinaram (isso); mas você não recebe o testemunho deles. Sou forçado a escrever para você sem delicadeza ou erudição, pois você também não se mostra delicado ou instruído; mas minha carta ainda contém a verdade divina.

“Deus deu esse mandamento por causa dos idólatras que estavam na posse da terra prometida e adoravam animais de ouro, etc., dizendo: ‘Estes são nossos deuses e não há outro Deus’. Por causa dessas diabólicas *χειροποίητα*, Deus nos proibiu de adorá-los. [...] Moisés queria ver o Senhor, mas Ele permitiu que o visse apenas pelas costas. A nós, pelo contrário, o Senhor Se mostrou perfeitamente, já que o Filho de Deus Se fez homem. [...] De todas as partes as pessoas vinham a Jerusalém para vê-Lo e depois O descreviam e representavam a outros. Da mesma maneira, eles descreveram e representaram Tiago, Estêvão e os mártires; e os homens que abandonavam a adoração ao diabo veneravam essas imagens, contudo não absolutamente (com latria), mas de forma comparativa. [...] Por que, então, não fazemos representação de Deus Pai? A natureza divina não pode ser representada. *Se O tivéssemos visto*, como vimos o Filho, *também poderíamos fazer uma imagem Dele*. Você diz: ‘Adoramos pedras, muros e tábuas’. Mas não é assim, ó imperador; elas só nos servem de lembrança e encorajamento, elevando nosso espírito lento para aquelas (pessoas) cujos nomes as figuras levam e as quais representam. E nós as adoramos não como Deus, como você sustenta; Deus não permita! Pois não depositamos nossa esperança nelas; e se estamos diante de uma figura do Senhor, dizemos: Senhor Jesus Cristo, ajuda e salva-nos. Diante de uma figura de Sua santa mãe, dizemos: Santa portadora de Deus, rogai por nós com teu Filho; e assim com um mártir. [...] Teria sido melhor para você ser um herege do que um destruidor de imagens.”<sup>31</sup>

47. Nessa crise, o papado formou uma aliança com os lombardos, satisfeitos com a oportunidade oferecida em um zelo pelo culto a imagens, a fim de se apoderar dos territórios italianos em mãos do imperador oriental. Por meio dessa aliança, “toda a Itália, incitada pelo pontífice, resolveu se libertar do domínio dos imperadores gregos” (*De Cormenin*).<sup>32</sup> Essa aliança, no entanto, não

<sup>31</sup> *History of the Councils* de Hefele, seção 332. Ainda em nossos dias, o culto das imagens é defendido por um bispo católico por meio do seguinte argumento: “O Antigo Testamento proibia as imagens (Êx 20:4), porque, pela fraqueza do povo judeu e sua forte inclinação para imitar os cultos idólatras dos povos vizinhos, eles colocavam em perigo o culto espiritual e monoteísta de Deus. Essa proibição, como todas as ordenanças rituais, não era mais válida em si mesma no Novo Testamento. Ao contrário, era função do Cristianismo alcançar e enobrecer o homem inteiro em todos os seus poderes superiores; portanto, sua missão era atrair ao serviço do Santíssimo não apenas todas as outras artes nobres, como a música e poesia, mas também a pintura e a escultura” (Hefele, *Ibid.*, par. 1).

<sup>32</sup> *History of the Popes*, Gregório II, par. 29.

durou muito: sendo que cada poder – os lombardos e o papado – estava determinado a possuir o máximo possível da Itália, houve uma tensão constante entre eles que finalmente culminou em hostilidades abertas, e os lombardos invadiram o território papal em 739 d.C. E o que o papa poderia fazer agora? Ele não podia apelar para o inimigo destruidor de imagens, o imperador. Os lombardos, embora amigos das imagens, agora também eram inimigos do papa. O que poderia ser feito?

48. Carlos Martel, prefeito do palácio do reino franco, havia ganhado uma glória mundial por sua recente vitória sobre os maometanos em Tours. De todos os bárbaros, os francos foram os primeiros que se tornaram católicos e, desde então, eram filhos obedientes da igreja. O papa, agora

### GREGÓRIO III, 18 DE MARÇO DE 732 A 27 DE NOVEMBRO DE 741,

decidiu então apelar a Carlos por ajuda contra essa reivindicação de domínio lombardo. Ele enviou a Carlos as chaves do “sepulcro de São Pedro”; algumas limaduras das correntes com as quais “Pedro havia sido preso”; e, mais importante do que tudo, como legítimo herdeiro da autoridade da antiga república romana, ele presumiu conceder a Carlos Martel o título de cônsul romano. “Ao longo desses acontecimentos, o papa se mostra de fato, se não abertamente, um poder independente, unindo-se aos aliados ou inimigos do império, conforme impunham as exigências da época”. E agora, “o papa, como potentado independente, está formando uma aliança com um soberano transalpino para a libertação da Itália” (*Milman*).<sup>33</sup>

49. Os lombardos, em contrapartida, também tentaram negociar com Carlos. O papa ficou ciente disso e escreveu a Carlos dizendo que, na Itália, os lombardos o tratavam com desprezo e diziam: “Que venha esse Carlos, com seu exército de francos; se ele puder, que ele livre você de nossas mãos”; e então Gregório lamenta e lhe faz a seguinte súplica:

“Ó pesar indizível, que esses filhos tão insultados não façam nenhum esforço para defender a santa mãe, a igreja! Não que São Pedro seja incapaz de proteger seus sucessores e de vingar-se dos opressores, mas o apóstolo está provando a fé de seus seguidores. Não acredite nos reis lombardos. O único objetivo deles é punir seus súditos obstinados, os duques de Espoleto e de Benevento, cujo único crime é o fato de não quererem participar da invasão e pilhagem da sé romana. Envie, ó meu filho cristão, algum oficial fiel, que possa lhe relatar a verdadeira condição das coisas aqui; que possa ver com os próprios olhos as perseguições que estamos sofrendo, a humilhação da igreja, a desolação de nossa propriedade, a tristeza dos peregrinos que frequentam nosso santuário. Não feche os ouvidos à nossa súplica, para que São Pedro não feche para você os portões do Céu. Eu o conjuro pelo Deus vivo e verdadeiro, e pelas chaves de São Pedro, que não prefira a aliança dos lombardos ao amor do grande apóstolo, mas apresse-se, apresse-se em nosso socorro, para que possamos dizer com o profeta: ‘O Senhor nos ouviu no dia da tribulação, o Deus de Jacó nos protegeu.’”<sup>34</sup>

50. Os embaixadores e as cartas do papa “foram recebidos por Carlos com respeitável reverência; mas a grandeza de suas ocupações e a brevidade de sua vida impediram que interferisse nos assuntos da Itália, exceto pela mediação amistosa e ineficaz” (*Gibbon*).<sup>35</sup> Mas houve tamanha

<sup>33</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, livro 4, cap. 9, par. 14, 26.

<sup>34</sup> *Ibid.*, par. 24.

<sup>35</sup> *Decline and Fall*, cap. 49, par. 12.

reviravolta nos eventos na França que o desejo há muito acalentado do papado foi recompensado mais do que satisfatoriamente. Carlos Martel era simplesmente duque ou prefeito do palácio, sob os preguiçosos reis da França. Ele morreu em 21 de outubro de 741. Gregório III morreu em 27 de novembro do mesmo ano e foi sucedido por

#### ZACARIAS, 30 DE NOVEMBRO DE 741 A 14 DE MARÇO DE 752.

Sem a ajuda imediata da França, Zacarias fez aberturas para os lombardos, e um tratado de paz que durou 20 anos foi concluído entre o reino da Lombardia e “o ducado de Roma”.

51. Carlos Martel deixou dois filhos, Carlomano e Pepino; mas Carlomano, sendo o mais velho, foi seu sucessor no cargo; mas, depois de ocupar o cargo por pouco tempo, o renunciou em favor do irmão e se tornou monge, em 747 d.C. Os eventos recentes na Itália e o prestígio que o papa havia conquistado em decorrência deles exerceram poderosa influência na França, e como o papa já desejava uma aliança com Carlos Martel, que apesar de não possuir o título, detinha toda a autoridade de um rei, Pepino, seu sucessor, concebeu a ideia de que talvez pudesse garantir a sanção papal ao assumir o título de rei com a autoridade que já possuía. Pepino, portanto, enviou dois eclesiásticos para consultar o papa sobre a possibilidade de ele se tornar rei da França. Zacarias respondeu “que a nação poderia unir com legitimidade, na mesma pessoa, o título e a autoridade de rei; e que o infeliz Quilderico, vítima da segurança pública, deveria ser degradado, barbeado e confinado em um monastério pelo resto de seus dias. Uma resposta tão agradável aos seus desejos foi aceita pelos francos como a opinião de um casuísta, a sentença de um juiz ou o oráculo de um profeta; [...] e Pepino foi exaltado em um broquel pelo sufrágio de um povo livre, acostumado a obedecer a suas leis e a marchar sob seu pendão; e em 7 de março de 752, foi proclamado rei dos francos” (*Gibbon*).<sup>36</sup>

52. Zacarias morreu em 14 de março do mesmo ano e foi sucedido por

#### ESTÊVÃO II,

que morreu quatro dias depois e antes de sua consagração, e

#### ESTÊVÃO III

tornou-se papa em 26 de março. Astolfo era então o rei dos lombardos. Ele se declarou abertamente inimigo do papa e estava determinado a se apropriar não apenas dos territórios do exarcado, mas também dos do papa. O papa enviou embaixadores e o tratado de paz foi renovado por “40 anos”; “mas em quatro meses os lombardos estavam arregimentados para a guerra. Em termos de insolência e ameaça, ele exigiu a submissão instantânea de Roma e o pagamento de um pesado tributo pessoal, um imposto prefixado sobre cada cidadão”. O papa enviou novamente embaixadores, mas foram tratados com desprezo. Astolfo invadiu o território do exarcado e sitiou a capital, Ravena.

53. “Eutíquio, nessa época exarco, defendeu o local por algum tempo com grande resolução e intrepidez; mas, encontrando seus homens bastante cansados, e estando a guarnição pequena, devido aos repetidos ataques do inimigo, e já desesperado em busca de alívio, finalmente

<sup>36</sup> *Ibid.*, par. 13.

o abandonou e voltou, levando consigo os homens e bens que podia, por mar, para Constantinopla. Astolfo tornou-se, assim, senhor da metrópole do exarcado, subjugou, quase sem oposição, as outras cidades e toda a Pentápole, que ele anexou ao seu reino, e elevou, com essa anexação, o poder dos lombardos ao ponto mais alto que alcançara desde a primeira vez em que entraram na Itália. Assim terminou o exarcado de Ravena; e, com o exarcado, o esplendor daquela cidade antiga, que desde a época de Valentiniano fora a sede dos imperadores do Ocidente, como foi depois dos reis góticos e, após a expulsão deles, dos exarcos, que residiam lá e mantiveram, pelo espaço de 187 anos, o poder e a autoridade dos imperadores no Ocidente” (*Bower*).<sup>37</sup>

54. Astolfo, tendo derrubado o exarco, reivindicou, tal como seu sucessor, os territórios do papa, até a própria Roma. O imperador oriental enviou um embaixador, passando por Roma, com quem o papa enviou seu irmão, para se encontrar com Astolfo e lhe pedir que enviasse um representante a Constantinopla para estabelecer acordos entre os lombardos e o Império Oriental. Astolfo os despediu com palavras justas; mas ao ver o papa fazendo intrigas com o imperador, enviou um mensageiro ao papa e aos romanos exigindo que reconhecessem sua autoridade. Eles se recusaram com determinação. Astolfo, com seu exército, aproximou-se de Roma para fazer cumprir sua exigência. “O papa apelou ao Céu, amarrando uma cópia do tratado, violado por Astolfo, à santa cruz” (*Milman*).<sup>38</sup> Astolfo pressionou o cerco. O caso do papa estava desesperante novamente.

55. Ele escreveu para Pepino, mas não obteve resposta; em sua angústia, escreveu até para Constantinopla, mas muito menos a partir de lá houve alguma resposta. Então decidiu ir pessoalmente a Pepino e pedir sua ajuda. Havia na corte do papa um embaixador da corte da França, sob cuja proteção Estêvão se colocou, viajando assim livremente pelos domínios de Astolfo. Em 15 de novembro de 752, ele entrou nos domínios franceses. Ele foi recebido na fronteira por um clero e um nobre, com ordens para conduzi-lo à corte do rei. A 160 quilômetros do palácio, encontrou o príncipe Carlos, posteriormente o poderoso Carlos Magno, com outros nobres que o escoltaram em seu trajeto. A cinco quilômetros do palácio, o próprio rei, com a esposa, família e vários nobres, se encontrou com Estêvão. “Quando o papa se aproximou, o rei desmontou do cavalo e se prostrou no chão diante dele. Ele então caminhou ao lado do palafrem do papa. O papa e os eclesiásticos irromperam ao mesmo tempo em hinos de ação de graças e, enquanto iam cantando, chegaram à residência real.

56. Estêvão não perdeu tempo em chamar a atenção para o objetivo de sua visita. Implorou a interposição imediata de Pepino para impor a restauração de São Pedro. [...] Pepino jurou imediatamente cumprir as solicitações do papa.”<sup>39</sup> “Ele até fez uma doação antecipada a São Pedro de várias cidades e territórios, que ainda estavam sob o domínio dos lombardos. O contrato foi lido com toda solenidade e assinado por Pepino, em seu próprio nome e no de seus dois filhos, Carlos e Carlomano” (*De Cormenin*).<sup>40</sup> Como o inverno tornava impraticável todas as operações militares, Pepino convidou o papa “para Paris, onde se estabeleceu na abadia de Saint-Denis”.

<sup>37</sup> *Lives of the Popes*, Estêvão II, par. 3.

<sup>38</sup> *History of Latin Christianity*, livro 4, cap. 11, par. 24.

<sup>39</sup> *Ibid.*, par. 25.

<sup>40</sup> *History of the Popes*, Estêvão III, par. 21.



57. Pepino já havia sido unguido por um bispo na França, mas isso não era suficiente; o papa devia ungi-lo também, de modo que, sob essa alegação, pudesse afirmar que o rei dos francos mantinha seu reino pela graça do bispo de Roma. No mosteiro de Saint-Denis, Estêvão III colocou o diadema na cabeça de Pepino, o ungiu com o óleo sagrado, confirmou a soberania de sua casa para sempre e pronunciou uma maldição eterna sobre todos que tentassem nomear um rei da França proveniente de qualquer outra ascendência que não fosse a de Pepino. O papa foi acometido de uma doença perigosa que o manteve na capital da França até meados de 753.

58. Nessa mesma ocasião, o papa, como chefe da república restaurada de Roma, restaurou a Pepino o título romano e a dignidade de *patrício*, a qual, assim como a de cônsul, fora conferida a Carlos Martel. Ele também conferiu o mesmo título aos dois filhos de Pepino, “assegurando da parte deles a solene promessa de que defenderiam a cidade santa”. As insígnias desse novo cargo foram as chaves do santuário de São Pedro, “como penhor e símbolo de soberania”, e uma bandeira “santa”, a qual era seu “direito e dever de desfraldar” na defesa da igreja e da cidade de Roma.

59. O imperador Leão morreu em 741 e foi sucedido por seu filho Constantino V, em 18 de junho. Enquanto Constantino estava ausente em uma expedição contra os sarracenos, um rival adotou a causa das imagens, usurpou o trono e triunfantemente restaurou o culto das imagens. Constantino voltou com seu exército e foi vitorioso contra o usurpador e sua causa. Tinha sido o objetivo do imperador Leão “declarar como artigo de fé a condenação das imagens mediante a autoridade do concílio geral”; e agora seu filho cumpriu esse propósito. Ele convocou um concílio geral em Constantinopla em 754, composto por 338 bispos. Após seis meses de deliberações e extensa investigação, eles proferiram seu “decreto unânime de que todos os símbolos visíveis de Cristo, exceto na Eucaristia, eram blasfemos ou heréticos; que o culto à imagem era uma ruptura do cristianismo e uma renovação do paganismo; que todos esses monumentos de idolatria fossem quebrados ou apagados; e que aqueles que se recusassem a entregar os objetos de superstição privada seriam culpados de desobediência à autoridade da igreja e do imperador” (*Gibbon*).<sup>41</sup>

60. “O Oriente, com paciência e relutância, repudiou suas imagens sagradas; elas eram alvo de muita estima e afeto por parte dos italianos, que as defendiam com vigor e zelo independente.”<sup>42</sup> O decreto do concílio foi executado mediante todo o poder do imperador com severa perseguição. Ele “exigiu que todos os bispos e monges mais ilustres consentissem por escrito com o decreto de seu sínodo. Não temos conhecimento de que um único homem entre os bispos e o clero secular de todo o reino [bizantino] tenha recusado; mas houve intensa e zelosa oposição por parte de muitos monges” (*Hefele*).<sup>43</sup>

61. Enquanto isso, Astolfo havia convencido Carlomano a deixar o mosteiro e ir à corte de Pepino para neutralizar a influência do papa e, se possível, conquistar Pepino para a causa dos lombardos. Mas o infeliz Carlomano foi de imediato preso “perpetuamente”, e sua vida chegou ao fim em alguns dias. Em setembro e outubro de 753, Pepino e o papa marcharam para a Itália contra Astolfo, que se refugiou em Pavia. Eles avançaram até os muros daquela cidade, e Astolfo

<sup>41</sup> *Decline and Fall*, cap. 49, par. 6.

<sup>42</sup> *Ibid.*, par. 47.

<sup>43</sup> *History of the Councils*, seção 337.

ficou feliz em conseguir uma paz ignominiosa, comprometendo-se, sob juramento, a restaurar o território de Roma.

62. Pepino retornou à sua capital e Estevão se retirou para Roma. Mas assim que Pepino estava fora de alcance, Astolfo novamente se muniu de armas e foi em direção a Roma. Ele marchou até os próprios portões da cidade e exigiu a rendição do papa. “Exigiu que os romanos entregassem o papa em suas mãos, e nesses termos apenas pouparia a cidade. Astolfo declarou que não deixaria ao papa nem mesmo meio metro de terra” (*Milman*).<sup>44</sup>

63. Estevão enviou às pressas mensageiros com uma carta a Pepino, na qual o papa o lembrou que São Pedro lhe havia prometido a vida eterna em recompensa pelo voto que havia feito de que faria uma doação a São Pedro. Ele disse a Pepino que ele corria o risco de receber condenação eterna por não se apressar em cumprir o voto; e que, como Pedro tinha a assinatura do próprio punho de Pepino na promessa, se ele não a cumprisse, o apóstolo a apresentaria contra ele no dia do juízo. Pepino não respondeu, e uma segunda carta foi enviada na qual o papa “o conjurou, por Deus e Sua santa mãe, pelos anjos no Céu, pelos apóstolos São Pedro e São Paulo e pelo dia final” que se apressasse em resgatar sua santa mãe, a igreja, e lhe prometeu, se ele assim o fizesse, “vitória sobre todas as nações bárbaras e a vida eterna”.

64. Mas, ainda assim, Pepino não respondeu, e como Astolfo se aproximava cada vez mais e de forma ameaçadora, o papa decidiu que o próprio São Pedro se dirigiria ao rei procrastinador. Nesse sentido, ele enviou então a seguinte carta:

“Eu, Pedro, o apóstolo, protesto, admoesto e conjuro vocês, cristianíssimos reis, Pepino, Carlos e Carlomano, com toda a hierarquia, bispos, abades, padres e todos os monges; todos os juízes, duques, condes e todo o povo franco. A Mãe de Deus também os conjura, admoesta e ordena, ela, assim como os tronos e domínios e todas as hostes do céu, que salvem a amada cidade de Roma dos detestados lombardos. Se vocês se apressarem, eu, Pedro, o apóstolo, lhes prometo minha proteção nesta vida e na próxima, prepararei para vocês as mansões mais gloriosas do Céu e lhes concederei as eternas alegrias do paraíso. Unam-se à causa do meu povo de Roma, e eu concederei o que quer que rogarem. Eu lhes suplico que não permitam que esta cidade seja dilacerada e atormentada pelos lombardos, para que suas próprias almas não sejam dilaceradas e atormentadas no inferno, com o diabo e seus perniciosos anjos. De todas as nações sob o céu, os francos são os que São Pedro mais estima; a mim vocês devem todas as suas vitórias. Obedeçam e obedeçam com rapidez e, pela minha súplica e intercessão, nosso Senhor Jesus Cristo lhes dará nesta vida longos dias, segurança, vitória; na vida futura, multiplicará Suas bênçãos sobre vocês, entre Seus santos e anjos.”<sup>45</sup>

65. Isso despertou Pepino para a mais diligente atividade. Astolfo ouviu que ele estava vindo e voltou rapidamente para sua capital; mas mal havia ele chegado lá, e Pepino já estava sitiando a cidade. Astolfo rendeu-se sem tardar e entregou a Pepino todo o território disputado. Representantes do imperador do Oriente estavam lá para exigir que as terras lhe fossem restauradas, mas “Pepino declarou que seu único objetivo na guerra era mostrar sua veneração por São Pedro”; e quanto ao espólio da conquista, tudo foi entregue ao papa, em 755 d.C. “Os

<sup>44</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, cap. 11, par. 28.

<sup>45</sup> *Ibid.*, par. 31.

representantes do papa, que sempre falam da *república de Roma*, atravessaram a terra recebendo a homenagem das autoridades e as chaves das cidades. O distrito compreendia Ravena, Rimini, Pésaro, Fano, Cesena, Senigália, Jesi, Forlimpopoli e Forli, com o Castelo de Sussibio, Montefeltro, Acerra, Monte di Lucano, Serra, San Marino, Bobbio, Urbino, Cagli, Luciole, Gubbio, Comacchio e Narni, que foi separada do ducado de Espoleto.”<sup>46</sup>

66. Astolfo logo foi morto enquanto caçava. A sucessão foi disputada entre Desidério e Raquis. Desidério conquistou o trono por cortejar a influência do papa, e em troca o papa o obrigou a concordar em entregar ao papado cinco cidades, além de todo o ducado de Ferrária. O acordo foi posteriormente cumprido, e esses territórios foram adicionados ao reino do papa.

67. Estêvão III morreu em 26 de abril de 757 e foi sucedido por seu irmão

#### PAULO, 29 DE MAIO DE 757 A 28 DE JUNHO DE 767,

que glorificou Pepino como um novo Moisés, que libertara Israel da escravidão do Egito. Como Moisés havia destruído a idolatria, Pepino confundira a heresia; e ele exclamou em êxtase: “Você, depois de Deus, é nosso defensor e ajudador. Se todos os cabelos de nossas cabeças fossem línguas, não poderíamos dar-lhe agradecimentos equiparáveis a seus méritos”. Quando Constantino V soube que Pepino havia concedido ao papa “o exarcado de Ravena e Pentápole”, enviou dois embaixadores a Pepino para persuadi-lo a restaurar essas terras para a autoridade do imperador oriental. Mas Pepino respondeu a esse pedido que “os francos não haviam derramado o sangue pelos gregos, mas por São Pedro e pela salvação de suas almas; e ele, por todo o ouro do mundo, não renunciaria à sua promessa feita à Igreja Romana”. Paulo I “se esforçou ao máximo para trabalhar em oposição aos bizantinos”; e “em uma das cartas que o papa Paulo dirigiu então a Pepino, ele garantiu que o caso das imagens era a principal causa da grande ira dos gregos contra Roma” (*Hefele*).<sup>47</sup>

68. Todas as doações que Pepino havia concedido ao papado foram recebidas e mantidas pelos papas, sob a ficção piedosa de que eram para usos sagrados, como manter as luzes nas igrejas e cuidar dos pobres. Mas, de fato, elas eram consideradas os domínios do novo Estado soberano procedente da república romana, cuja autoridade real havia se fundido no papa e com a qual o papa já havia feito de Carlos cônsul romano e de Pepino um patrício. Todos esses territórios o papa governava como soberano. Ele “tomou posse como senhor e mestre; recebeu a homenagem das autoridades e as chaves das cidades. As instituições locais ou municipais permaneceram; mas a receita, que antes fora recebida pela coroa bizantina, se tornou a receita da igreja. Dessa receita o papa era o guardião, distribuidor, proprietário” (*Milman*).<sup>48</sup>

69. Em 768 d.C., Pepino morreu e foi sucedido por seus dois filhos, Carlos e Carlomano. Em 771, Carlomano morreu, deixando Carlos como único rei. Em 772 o trono papal foi ocupado por

<sup>46</sup> *Ibid.*, par. 35.

<sup>47</sup> *Ibid.*, seção 338.

<sup>48</sup> *Ibid.*, par. 41.

## ADRIANO, 9 DE FEVEREIRO DE 772 A 25 DE DEZEMBRO DE 795.

70. Carlos Magno era um católico não menos devoto do que Clóvis antes dele. Suas guerras contra os saxões pagãos foram quase totalmente guerras de religião; e sua severa declaração de que “esses saxões devem ser cristianizados ou exterminados” expressa a dureza de sua religião e de sua guerra. A inimizade entre o papa e os lombardos ainda continuava, e o rei dos lombardos invadiram o território e se apoderaram de algumas das cidades que Pepino havia concedido ao papado. O papa imediatamente recorreu a Carlos Magno, lembrando-o da obrigação que lhe incumbia desde que ele e seu pai Pepino haviam recebido do papa o título e a dignidade de patrício de Roma. Carlos Magno marchou imediatamente para a Lombardia, em 773 d.C., e sitiou Pavia, a capital da Lombardia, e ao mesmo tempo parte de seu exército atacou a cidade de Verona.

71. Verona não caiu antes do final de outubro e Pavia resistiu até o verão seguinte. Como a Páscoa se aproximava, Carlos Magno decidiu celebrar a festa em Roma. No mês de março, “assistido por muitos bispos, abades e outros eclesiásticos, que o acompanharam até a Itália, além de oficiais e pessoas distintas”, ele fez sua jornada para a renomada cidade. Assim que o papa tomou conhecimento do trajeto pelo qual Carlos Magno estava chegando, “enviou todos os magistrados e juízes da cidade, com as bandeiras e insígnias de suas respectivas posições, para encontrá-lo a 48 quilômetros de distância e dar a devida assistência na parte restante da viagem. A cerca de um quilômetro e meio do portão, ele foi recebido por todas as milícias de Roma, armadas, e por uma procissão de crianças carregando ramos de oliveiras nas mãos e cantando as glórias de Carlos Magno. Depois delas, apareceram a certa distância as cruzes que eram carregadas, de acordo com o costume, diante dos exarcos e dos patrícios romanos, em suas entradas públicas. Assim que viu as cruzes, Carlos Magno desceu de seu cavalo, com todo o seu séquito, e, acompanhado por sua própria nobreza e pelos romanos, andou a pé o resto do caminho até o Vaticano, em meio às altas aclamações do povo que se aglomerava de todas as partes para vê-lo.

72. “Quanto ao papa, ele, com todo o corpo do clero, havia se dirigido à igreja do Vaticano de manhã cedo para aguardar a chegada do rei e conduzi-lo pessoalmente ao túmulo de São Pedro. Carlos Magno chegou ao pé dos degraus que levavam à igreja, ajoelhou-se e beijou o primeiro degrau; e assim continuou ajoelhando e beijando cada degrau enquanto subia. Na entrada da igreja, foi recebido pelo pontífice em todos os trajes magníficos de seus ornamentos pontificais. Eles se abraçaram com grande ternura; o rei segurou a mão direita do papa com a esquerda, e ambos entraram na igreja. O povo e o clero cantavam em alta voz as palavras do evangelho: ‘Bendito o que vem em nome do Senhor’. O papa conduziu o rei diretamente até o Altar da Confissão, isto é, ao suposto túmulo de São Pedro; e ali, prostrando-se no chão, renderam graças ao príncipe dos apóstolos pela grande vantagem que o rei, por sua intercessão, já havia obtido sobre seus inimigos e os inimigos da igreja.

73. “No terceiro dia após a Páscoa, o papa e o rei tiveram uma conferência no Vaticano, quando Adriano, chegando ao ponto principal, lembrou ao rei a promessa que o rei Pepino, seu pai, e ele próprio haviam feito em Chiersi ao seu santo antecessor, o papa Estevão, exaltou a generosidade de seus predecessores e sua própria à sé apostólica, o mérito que eles haviam adquirido com isso e a recompensa que lhes estava, por esse motivo, reservada no Céu; e implorou

com todo zelo que ele confirmasse sua promessa ou doação anterior, lembrando-o da importância de garantir sua felicidade neste mundo e no outro; que fizesse com que todos os locais mencionados no documento fossem entregues sem demora a São Pedro; e que garantisse para sempre a posse deles àquele apóstolo e sua igreja. Carlos Magno atendeu prontamente ao desejo do papa; e depois de ler o antigo instrumento de doação, ordenou que Etério, seu capelão e notário, redigisse outro. Este novo instrumento, ele mesmo o assinou, exigindo que todos os bispos, abades e outros grandes homens que o haviam acompanhado também o assinassem. Então, com as próprias mãos, após beijar o documento com grande respeito e devoção, ele o depositou sobre o corpo de São Pedro” (*Bower*).<sup>49</sup>

74. Esse documento se perdeu tão completamente que é impossível saber com exatidão o que foi incluído na doação. Foi mais do interesse do papado que ele se perdesse do que se fosse preservado. Se fosse preservado, as reivindicações do papado poderiam ficar confinadas aos limites especificados nele, ao passo que, se ficasse totalmente perdido, eles poderiam reivindicar pelo menos tudo dentro dos limites de toda a Itália. E isso já foi feito: “Afirma-se que abrangia *toda a Itália*, o exarcado de Ravena desde a Ístria até as fronteiras de Nápoles, incluindo a ilha da Córsega” (*Milman*). Sabe-se que pelo menos o ducado de Espoleto foi adicionado aos territórios já citados na doação de Pepino. “Carlos Magno fez essa doação como senhor por conquista sobre o reino da Lombardia e o território do exarcado.”<sup>50</sup>

75. Carlos Magno voltou ao cerco de Pavia, que ele pressionou tanto que a cidade logo caiu. Desidério, o rei lombardo, foi obrigado a se render “e entregar-se, com a esposa e filha, a Carlos Magno sob condição, pois o conquistador não ouvia a nenhum outro, de que suas vidas fossem poupadas. Carlos Magno levou-os com ele para a França e os confinou, segundo alguns escritores, primeiro a Liège e depois ao mosteiro de Corbie, onde se diz que Desidério passou o resto de sua vida em jejum, oração e outras boas obras. Assim terminou o reinado dos príncipes lombardos na Itália, 206 anos depois de terem se tornado senhores daquele país. Eu digo o reinado dos *príncipes lombardos*, pois, propriamente falando, tal reino não terminou naquele momento. Com a entrega de Pavia e o cativo de Desidério, Carlos Magno assumiu o título de Rei dos Lombardos e deixou o povo na mesma condição que ele os encontrou; de modo que o *monarca* foi mudado, mas nenhuma alteração ocorreu na *monarquia*.

76. “Quando Carlos Magno reivindicou o reino dos lombardos por direito de conquista, ele fez com que, logo após a queda de Pavia, fosse coroado rei da Lombardia pelo arcebispo de Milão em um local chamado Modastia, a cerca de 16 quilômetros daquela cidade. Nessa cerimônia, lemos o seguinte relato em um *Ordo Romanus*, que compõe uma coleção de documentos com orientações para serviços litúrgicos: o novo rei foi levado para fora de sua câmara por vários bispos até a igreja; e sendo conduzido ao elevado altar, o arcebispo, depois de algumas orações solenes, perguntou ao povo se eles estavam dispostos a se sujeitar a Carlos e, com fidelidade constante, obedecer a suas ordens. As pessoas responderam que estavam dispostas, e o bispo ungiu a cabeça, o peito, os ombros e os braços, orando para que o novo rei pudesse ter sucesso em suas guerras e feliz em suas conquistas. Ele então o cingiu com uma espada, colocou braceletes nos braços e lhe deu uma túnica, um anel

<sup>49</sup> *Lives of the Popes*, Adriano, par. 13, 14.

<sup>50</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, livro 4, cap. 12, par. 15, 16.

e um cetro; e, tendo colocado a coroa em sua cabeça, o conduziu pelo coro ao trono e, fazendo-o assentar-se ali e dando-lhe o beijo da paz, celebrou o serviço divino.”

77. Tendo assim completado a conquista da Lombardia e colocado, sobre a própria cabeça, a coroa de ferro daquele reino, “a primeira preocupação de Carlos Magno, após ter subjugado Pavia, foi colocar o papa na posse de todos os lugares que haviam sido cedidos para ele por seu pai ou por ele mesmo; ou seja, o exarcado, Pentápole e o ducado de Espoleto, que, no entanto, continuaram a ser governados por seus próprios duques. Assim, os papas finalmente tiveram a satisfação, a tão longamente almejada satisfação, de ver os lombardos humilhados, sem poderem mais controlá-los em suas ambiciosas perspectivas, os imperadores praticamente expulsos da Itália e eles mesmos enriquecidos pelos despojos de ambos. [...] Carlos Magno, tendo assim resolvido os assuntos da Itália para a plena satisfação do papa e de si próprio, cruzou novamente as montanhas no mês de agosto deste ano [774] e retornou para a França“ (*Bower*).<sup>51</sup>

78. Exatamente na forma de governo temporal papal, feudal, “Adriano tomou posse do exarcado, aparentemente com o poder e os privilégios de um príncipe temporal. Durante todo o exarcado de Ravenna ele tinha ‘seus homens’, que eram julgados por magistrados de sua nomeação, lhe deviam lealdade e não podiam deixar a terra sem sua permissão especial. Estes não são apenas *eclesiásticos*, subordinados ao seu poder *espiritual* (aquela supremacia espiritual que Adriano de fato reivindicou ao máximo: Roma tinha o direito de julgar todas as igrejas), mas a linguagem do papa para com Carlos Magno é a de um soberano feudal: ‘Como seus homens não podem vir a Roma sem sua permissão e uma carta especial, também *meus homens* não devem ser autorizados a aparecer na corte da França sem as mesmas credenciais da minha parte. A mesma lealdade que os súditos de Carlos Magno lhe deviam seria exigida dos súditos da Sé de Roma ao papa. Esta é a admoestação que lhes é dada: Devemos permanecer no serviço e sob o domínio do bem-aventurado apóstolo São Pedro até o fim do mundo.’ A administração da justiça estava em nome do papa; e não apenas os impostos eclesiásticos e as rendas provenientes de propriedades que faziam parte do patrimônio de São Pedro, mas a receita civil também entrava para a tesouraria papal. Adriano concede a Carlos Magno como presente os mármore e os mosaicos do palácio imperial em Ravenna – sua propriedade legítima e indiscutível.”

79. “Tal era a lealdade reivindicada sobre o exarcado e todo o território incluído na doação de Pepino e Carlos Magno, com tudo o mais que o papa, sempre vigilante, estava continuamente acrescentando (partes do antigo território sabino, da Campânia e da Cápua) à jurisdição imediata do papado. Por meio desses territórios, as antigas instituições romanas permaneceram sob o papa na condição de patrício, condição esta que equivalia à autoridade imperial. Somente a cidade de Roma mantinha, na forma, um pouco da independência de uma república. Adriano, com o poder, assumiu a magnificência de um grande potentado. Seus gastos especialmente em Roma, marcando sua reputação, com edifícios religiosos foram profusos. Roma, com o aumento das receitas papais, começou a retomar mais de seu antigo esplendor” (*Milman*).<sup>52</sup>

80. Em 776, Carlos Magno foi obrigado, por uma revolta lombarda, a voltar mais uma vez para a Itália. Seus movimentos foram, no entanto, tão rápidos e vigorosos que não foi necessário que

<sup>51</sup> *Lives of the Popes*, Adriano, par. 26, nota 17.

<sup>52</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, livro 4, cap. 12, par. 19, 20.

permanecesse ali por muito tempo. Em 780, novamente por causa de uma revolta lombarda, e também porque o arcebispo de Ravena reivindicava o exarcado em oposição ao papa, ele foi obrigado a ir novamente à Itália. Dessa vez, foi até Roma, onde novamente celebrou a Páscoa, em 781, com o papa; e ali seu filho Carlomano, de 5 anos de idade, foi batizado pelo papa; e seus filhos Carlomano e Luís foram ungidos reis – Carlomano da Lombardia e Luís da Aquitânia.

81. Durante todos esses anos, a Guerra Iconoclasta ocorreu entre o Oriente e o Ocidente. Constantino V morreu em 14 de setembro de 775 e foi sucedido por seu filho, Leão IV, que aliviou em grande medida a pressão que Constantino mantinha continuamente contra a adoração de imagens. Ele morreu em 8 de setembro de 780 e foi sucedido por seu filho Constantino VI, que tinha apenas 10 anos de idade. Por causa da juventude do novo Constantino, sua mãe Irene se tornou sua guardiã e começou a trabalhar diligentemente para a restauração das imagens. Ela iniciou correspondência com o papa Adriano I, que “a exortava continuamente quanto a isso”.<sup>53</sup> Contudo, como o culto à imagem havia sido abolido por um concílio geral, seria apenas por um concílio geral que o culto às imagens poderia ser restaurado do ponto de vista doutrinário. Levou um tempo considerável para que isso acontecesse, de modo que foi somente em 787 que o concílio foi convocado.

82. Esse concílio, também chamado de sétimo concílio geral, foi realizado em Niceia, na Ásia, especialmente pelo prestígio que lhe seria atribuído pelo nome de Segundo Concílio de *Niceia*. Foi realizado de 24 de setembro a 23 de outubro de 787 d.C. “Os iconoclastas apareceram não como juízes, mas como criminosos ou penitentes; a cena foi ornamentada pelos legados do papa Adriano e pelos patriarcas do Oriente; os decretos foram elaborados pelo presidente Tarásio e ratificados pelas aclamações e assinaturas de 350 bispos. Eles declararam por unanimidade que o culto às imagens está em conformidade com as Escrituras, a razão, os pais e os concílios igreja” (*Gibbon*).<sup>54</sup>

83. As palavras finais do decreto do concílio são as seguintes:

“Somos ensinados pelo Senhor, pelos apóstolos e pelos profetas que devemos honrar e louvar, antes de tudo, a santa portadora de Deus, que é exaltada acima de todos os poderes celestes; além disso, os santos anjos, os apóstolos, profetas e mártires, os santos doutores e todos os santos, para que possamos nos beneficiar da intercessão deles, que pode nos tornar aceitáveis a Deus se andarmos de modo virtuoso. Além disso, veneramos também a imagem da cruz sagrada e vivificante e as relíquias dos santos, e aceitamos as imagens sagradas e veneráveis, e as saudamos e abraçamos, de acordo com a antiga tradição da santa Igreja Católica de Deus, ou seja, de nossos santos pais, que receberam essas imagens e ordenaram que fossem colocadas em todas as igrejas em todos os lugares. Essas são as representações de nosso encarnado Salvador Jesus Cristo, também de nossa inviolável Senhora e completamente santa portadora de Deus, e dos anjos incorpóreos, que apareceram aos justos em forma humana; também as gravuras dos santos apóstolos, profetas, mártires, etc., para que possamos ser lembrados pela representação do original e levados a uma certa participação em Sua santidade.”

<sup>53</sup> Em seu argumento a favor da adoração de imagens, o papa usou Hebreus 11:21, onde se diz que Jacó abençoou os dois filhos de José e “adorou *encostado* à ponta do seu bordão” (ARC), fazendo com que o verso apoiasse a adoração de imagens, rejeitando as preposições de modo que a leitura ficasse assim: “adorou a ponta do seu bordão” (*Lives of the Popes* de Bower, Adriano, par. 40). E assim se lê na Bíblia católica até hoje.

<sup>54</sup> *Decline and Fall*, cap. 49, par. 17.

84. “Este decreto foi assinado por todos os presentes, mesmo pelos priores de mosteiros e alguns monges. Os dois legados papais acrescentaram à assinatura deles a observação de que recebiam todos os que haviam sido convertidos da heresia ímpia dos inimigos das imagens” (*Hefele*).<sup>55</sup> “O concílio não estava satisfeito com essa adesão formal e solene. Com uma voz, irromperam em uma longa aclamação: “Todos nós acreditamos, todos concordamos, todos assinamos. Esta é a fé dos apóstolos, esta é a fé da igreja, esta é a fé dos ortodoxos, esta é a fé de todo o mundo. Nós, que adoramos a Trindade, adoramos imagens. Quem não gosta, anátema sobre ele! Anátema sobre todos os que chamam imagens de ídolos! Anátema sobre todos os que se comunicam com aqueles que não adoram imagens! Anátema sobre Teodoro, falsamente chamado bispo de Éfeso; contra Sisínio, de Perga, contra Basílio com o nome de mau presságio! Anátema contra o novo Ário, Nestório e Dióscoro, Anastácio; contra Constantino e Nicetas (os patriarcas iconoclastas de Constantinopla)! Glória eterna ao ortodoxo Germano, a João de Damasco! Para Gregório de Roma glória eterna! Glória eterna aos pregadores da verdade!”<sup>56</sup>

85. “No Ocidente, o papa Adriano I aceitou e anunciou os decretos da assembleia nicena, que agora é reverenciada pelos católicos como o sétimo dos concílios gerais.” “Para a honra da ortodoxia, pelo menos a ortodoxia da Igreja Romana, é um tanto lamentável que os dois príncipes [Constantino e Irene], que reuniram os dois concílios de Niceia, estejam manchados com o sangue de seus filhos” (*Gibbon*).<sup>57</sup>

86. No ano de 787, Carlos Magno foi novamente para a Itália, tomou seis cidades – Sora, Arce, Aquino, Arpino, Teano e Cápua, do ducado de Benevento – e as anexou a suas imensas doações territoriais ao papado. No ano de 795, o papa Adriano morreu e foi imediatamente sucedido por

#### LEÃO III, 26 DE DEZEMBRO DE 795 A 24 DE JANEIRO DE 817,

que no ano de 799 viajou para a França e foi recebido e entretido por Carlos Magno. Em um banquete real, o rei e o papa beberam juntos “seus vinhos ricos com alegria festiva” (*Milman*).<sup>58</sup>

87. Por essa época, as conquistas de Carlos Magno estavam terminadas. Ele usava a coroa do reino franco e a coroa de ferro do reino da Lombardia. Além desses dois reinos, ele era o governante de uma vasta região, na qual os ducados eram quase tão extensos quanto reinos, e alguns deles já haviam de fato sido reinos. Ele era o grande soberano da Europa e o grande defensor da igreja. Por que então não deveria ser imperador? Ele, o pai e o avô haviam todos se tornado patrícios de Roma por uma ação papal. E agora que Carlos Magno era muito maior do que quando se tornou patrício; e muito maior do que era o pai ou o avô quando se tornaram patrícios; por que não deveria ele ter uma dignidade ainda maior? Se um mero rei da França poderia merecer o título de patrício de Roma, esse mesmo rei da França, sendo rei da Lombardia e soberano de vastos territórios, não merecia uma dignidade muito maior do que a de patrício, uma vez que seu poder agora era maior do que quando era apenas rei da França? Havia apenas duas dignidades mais elevadas que as de patrício – cônsul e imperador; e a de cônsul e

<sup>55</sup> *History of the Councils*, seção 351.

<sup>56</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, livro 4, cap. 7, par. 27.

<sup>57</sup> *Decline and Fall*, cap. 49, par. 18.

<sup>58</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, livro 4, cap. 12, par. 26.



de patrício haviam sido concedidas a Carlos Martel quando nem era rei. Portanto, para Carlos Magno, nenhuma dignidade seria mais apropriada do que a de imperador.

88. No ano 800, Carlos Magno viajou para Roma. Ele chegou à cidade em 23 de novembro e permaneceu lá durante o inverno e até depois da Páscoa. No dia de Natal, foram realizados magníficos cultos. Carlos Magno não apareceu no traje de sua terra natal, mas no de um *patrício de Roma*, uma honra que tanto ele quanto seu pai receberam do papa. Assim vestido, o rei com toda a sua corte, seus nobres, o povo e todo o clero de Roma compareceram aos cultos. “O próprio papa celebrou a missa; a assembleia como um todo estava envolvida em profunda devoção. No final, o papa se levantou, avançou em direção a Carlos com uma esplêndida coroa nas mãos, colocou-a na testa e proclamou-o César Augusto. A cúpula da grande igreja “ressoava com as aclamações do povo: ‘Vida longa e vitória a Carlos, o mais piedoso Augusto, coroado por Deus, o grande e pacífico imperador dos romanos.’” Então a cabeça e o corpo de Carlos Magno foram unguídos com o “óleo sagrado” pelas mãos do próprio papa, e os serviços foram encerrados.<sup>59</sup> Em troca de tudo isso, Carlos Magno jurou manter a fé, o poder e os privilégios da igreja e reconhecer o domínio espiritual do papa por todos os limites de seu império.

89. Seria uma completa ignorância quanto à astúcia sagaz inata do papado supor que essa conclusão não tivesse ocorrido aos papas que testemunharam a maravilhosa carreira de Carlos Magno. Isso seria verdade mesmo que não houvesse nada além daquela carreira incrível, sobre a qual se esperava que o papado se edificasse. Mas, além disso, existem na história do papado fatos inquestionáveis que demonstram que se tratava de um esquema profundamente estabelecido visando a exaltação do papado, e essas maquinações secretas podem ser detectadas já bem no início de sua carreira ambiciosa.

90. A concessão da dignidade de patrício, bem como a de cônsul, era uma prerrogativa que pertencia apenas ao imperador romano. Para o papa, então, conferir tal dignidade significou, em primeiro lugar, afirmar que o papa ocupava o lugar de imperador e possuía uma autoridade que incluía a de imperador. Isso é exatamente o que foi reivindicado. Vimos que, enquanto o Império Romano ainda estava de pé, o Papa Leão, o Grande, 440-461, declarou que a antiga Roma era apenas a promessa da última Roma; que as glórias da primeira deveriam ser reproduzidas na Roma católica; que Rômulo e Remo eram apenas os precursores de Pedro e Paulo, e os sucessores de Rômulo, portanto, os precursores dos sucessores de Pedro; e que, como a antiga Roma havia governado o mundo, a segunda, por intermédio da sé do santo e bendito Pedro, como cabeça do mundo, dominaria a terra. O papado nunca perdeu de vista essa concepção. E quando o Império Romano pereceu por si só, e somente o papado sobreviveu à ruína e firmemente ocupou o lugar e o poder em Roma, a capital, quanto mais forte e com mais certeza essa concepção seria mantida e afirmada.

91. Essa concepção também foi desenvolvida de forma intencional e sistemática. As Escrituras foram estudadas com diligência e engenhosidade pervertidas para mantê-la. Por uma aplicação perversa do sistema levítico do Antigo Testamento, a autonomia e a eternidade do sacerdócio romano foram estabelecidas; e por deduções perversas “do Novo Testamento, a autoridade e a eternidade da própria Roma foram estabelecidas”. Primeiro, sustentando que *ela*

<sup>59</sup> *Ibid.*, par. 31; *Decline and Fall*, cap. 49, par. 20.

era a única continuação verdadeira da Roma original, com base nisso o papado sustentou que, onde quer que o Novo Testamento citasse ou se referisse à autoridade da Roma original, fazia-se alusão a *ela*, porque era a verdadeira e a única continuação genuína da Roma original. Assim, quando o Novo Testamento ordena a submissão aos poderes existentes, ou obediência aos governadores, ele se refere ao papado, porque o único poder e os únicos governadores que então existiam eram romanos. E já que Cristo havia reconhecido a autoridade de Pilatos, que não passava de representante de Roma, quem ousaria desconsiderar a autoridade do papado, a verdadeira continuação dessa autoridade à qual até o Senhor do Céu havia se submetido? “Toda passagem bíblica em que se ordenava submissão aos poderes constituídos foi aproveitada; todos os casos citados em que a obediência havia sido prestada aos oficiais imperiais; ênfase especial foi dada à sanção que o próprio Cristo havia dado ao domínio romano que pacificara o mundo por meio de Augusto, nascendo na época dos impostos, prestando homenagem a César e dizendo a Pilatos: ‘Nenhuma autoridade terias sobre Mim se de cima não te fosse dada’” (João 19:11).<sup>60</sup>

92. O poder que os papas usurparam com base nessas perversões das Escrituras foi finalmente confirmado por uma falsificação específica e absoluta. Essa “mais estupenda de todas as falsificações medievais” consistia no “Edito Imperial de Doação” ou “Doação de Constantino”. “Por si só uma falsidade prodigiosa, trata-se da evidência mais impecável dos pensamentos e crenças do sacerdócio que a elaborou. [...] Ela diz como Constantino, o Grande, curado de sua lepra pelas orações de Silvestre, resolveu, no quarto dia depois de seu batismo, renunciar à antiga sede em prol de uma nova capital no Bósforo, para que a continuidade do governo secular não prejudicasse a liberdade do espiritual; e como ele concedeu ao papa e seus sucessores a soberania sobre a Itália e os países do Ocidente. Mas isso não foi tudo, apesar de ser sobre esse ponto que os historiadores, admirados pela audácia fenomenal do documento, se debruçaram de modo especial. O decreto passa a conceder ao pontífice romano e seu clero uma série de dignidades e privilégios, todos gozados pelo imperador e seu Senado, todos mostrando o mesmo desejo de fazer do cargo pontifical uma cópia do imperial. O papa devia habitar o palácio de Latrão, usar o diadema, o colar, o manto purpúreo, carregar o cetro e ser atendido por um corpo de camareiros. Da mesma forma, seu clero devia andar em cavalos brancos e receber as honras e imunidades do Senado e dos patrícios. A noção que prevalece do começo ao fim, a de que o chefe da sociedade religiosa devia estar em todos os pontos em conformidade com seu protótipo, o chefe da civil, é a chave para todos os pensamentos e atos do clero romano; e tudo isso é visto com igual clareza tanto nos detalhes cerimoniais papais quanto no esquema gigantesco da legislação papal” (*Bryce*).<sup>61</sup>

93. O documento conta como “Constantino encontrou Silvestre em um dos mosteiros do Monte Soratte e, tendo-o montado em uma mula, segurou sua rédea de freio e, andando por todo o caminho, o imperador conduziu Silvestre a Roma e o colocou no trono papal”. Então, quanto à dádiva imperial, diz:

“Atribuimos à sé de Pedro toda a dignidade, toda a glória, toda a autoridade do poder imperial. Além disso, entregamos a Silvestre e a seus sucessores nosso palácio de Latrão, que é incontestavelmente o melhor palácio da terra; nós lhe damos a nossa coroa, nossa mitra,

<sup>60</sup> *The Holy Roman Empire* de Bryce, cap. 7, par. 17.

<sup>61</sup> *The Holy Roman Empire*, cap. 7, par. 8, 9.

nosso diadema e todas as nossas vestes imperiais; nós transferimos para ele a dignidade imperial. Damos ao santo pontífice como dádiva a cidade de Roma e todas as cidades ocidentais da Itália. Para ceder precedência a ele, nos despojamos de nossa autoridade sobre todas essas províncias; e nos retiramos de Roma, transferindo a sede de nosso império para Bizâncio, visto que não é apropriado que um imperador terrestre preserve a menor autoridade onde Deus estabeleceu a cabeça de Sua religião.”<sup>62</sup>

94. Essa falsificação foi entregue precisamente na época das intrigas dos papas, em aliança com Pepino e Carlos Magno, contra os lombardos e a autoridade do Império Oriental, representada no Ocidente no exarcado de Ravena. Foi exibido pela primeira vez como padrão de apelação em 776; e na densa ignorância em que o papado havia envolto a Europa, era fácil mantê-lo. E esse é o grande segredo do maravilhoso sucesso dos papas em garantir ao papado as imensas doações das cidades e territórios italianos e lombardos da parte de Pepino e Carlos Magno. E com visões tão arraigadas de sua posse da dignidade e prerrogativas imperiais, para fazer o que bem entendesse, para dar a quem quisesse, é fácil entender a razão por que os papas observavam com ansiedade as conquistas de Carlos Magno, ou de qualquer outro que surgisse, e cultivavam com esmero sua amizade, prontos para fazer uso dela no momento oportuno, para lisonjear a ambição dele e exaltar sua própria dignidade e poder, exercendo a prerrogativa de criar imperadores.

95. Bem nessa época também ocorreu outra circunstância que abriu perfeitamente o caminho para o papado dar esse poderoso passo: o Império Oriental havia ficado sob a autoridade suprema de uma mulher. Considerava-se absolutamente ilegítimo que uma mulher reinasse como imperatriz. Antes disso, mulheres haviam exercido a autoridade imperial; no entanto, sempre estava oculta sob o nome de um esposo ou de um filho menor. Mas, em 797, Irene, mãe de Constantino VI e viúva do imperador Leão IV, que de 780 a 790 reinara como regente, depôs o filho e fez com que seus olhos fossem arrancados com tanta barbárie que, poucos dias depois, morreu. “Com a morte dele, Irene foi proclamada imperatriz. E assim, o que nunca havia acontecido antes, o império ficou a cargo do sexo feminino” (*Bower*).<sup>63</sup> E com a brecha causada pela usurpação de Irene, 797-802, o Papa Leão III se apressou na coroação de Carlos Magno como imperador e, dessa forma, na restauração do Império Ocidental.

96. Quando Odoacro, com o Senado, aboliu o Império Ocidental em 476, “ele não o aboliu como um poder separado, mas fez com que se unisse com o oriental ou fosse submerso por ele”. Ele enviou as insígnias imperiais ao imperador oriental, com a afirmação de que um imperador era suficiente; “de modo que, a partir daquele momento, havia, como fora o caso antes de Diocleciano, um único Império Romano indivisível”. E agora, sem um imperador oriental, devido à usurpação de Irene, e estando Carlos Magno já coroado imperador, entendeu-se que isso significava a transferência do império mais uma vez para seu lugar original e legítimo no Ocidente. Portanto, Carlos Magno sempre foi considerado na ficção “o sucessor legítimo, não de Rômulo Augusto, mas de Leão IV, Heráclio, Justiniano, Arcádio e toda a linha oriental. Ocorre, então, que, em todos os anais da época, e de muitos séculos seguintes, o nome de Constantino VI, o 67º na sequência desde Augusto, é seguido sem interrupção pelo nome de Carlos, 68º”. Leão e

<sup>62</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 1, cap. 3, par. 14.

<sup>63</sup> *Lives of the Popes*, Leão III, par. 26.

Carlos Magno professavam que estavam “simplesmente ocupando de forma legítima o lugar do deposto Constantino VI e que o povo da cidade imperial estava exercendo seu antigo direito de escolha, e o bispo deles, seu direito de consagração” (*Bryce*).<sup>64</sup>

97. Assim, a pretensão do papado na coroação do imperador Carlos Magno não era apenas a pretensão de poder e prerrogativa de criar um imperador em si: era nada menos que a enorme pretensão de todo o poder e prerrogativa de todo o Império Romano original e o seu restabelecimento em sua própria capital original, Roma. E embora naquele exato momento Carlos Magno tenha sido o meio conveniente pelo qual essa enorme arrogância prevaleceu; e embora em ocasiões posteriores os sucessores de Carlos Magno tenham sido os meios pelos quais essa enorme pretensão foi mantida, o fato, contudo, é que esses não passaram de *meros* meios circunstanciais de o papado atingir aquela altura suprema de arrogância, na qual *ele* manteria inteiramente por conta própria todo o poder e prerrogativa dessa enorme pretensão e, “vestido com espada, coroa e cetro”, falaria com ousadia em alta voz para a multidão reunida: “EU SOU CESAR – EU SOU IMPERADOR!”

98. A natureza real desse novo império com o cargo de imperador pode ser vista a partir do fato de que “em uma grande assembleia realizada em Aachen, em 802 d.C., o imperador recentemente coroado revisou as leis de todos os povos que lhe obedeciam, procurando harmonizá-las e corrigi-las, e emitiu um capitular [decreto] singular no assunto e no tom. Todas as pessoas dentro de seus domínios, tanto eclesiásticas quanto civis, que já juraram lealdade a ele como rei, são assim ordenadas a jurar novamente como César; e todos os que nunca juraram de 12 anos de idade para cima deverão fazer agora o mesmo juramento. ‘Ao mesmo tempo, será explicado publicamente a todos qual é a força e o significado desse juramento e a abrangência dele como algo que vai muito além de mera promessa de fidelidade à pessoa do monarca. *Em primeiro lugar*, ele obriga aqueles que juram a viver, cada um deles, de acordo com a sua força e conhecimento, *no serviço santo de Deus*; já que o senhor imperador não pode se eximir de mostrar todo o seu cuidado e disciplina. *Em segundo lugar*, ele os obriga a não se apropriar de nenhum dos bens dos servos da coroa, nem os molestar, quer seja pela força ou pela fraude. *Terceiro*, não cometer violência nem traição contra a Santa Igreja, ou contra viúvas, órfãos e estrangeiros, visto que o senhor imperador *foi designado*, sob a bênção do Senhor e Seus santos, o protetor e defensor de tudo isso. Então, de maneira semelhante, a pureza de vida é prescrita aos monges; são denunciados homicídios, negligência na hospitalidade e outras ofensas, e as noções de *pecado* e *crime* se mostraram entrelaçadas e quase identificadas, de maneira que nenhum paralelo pode ser encontrado, a não ser no código mosaico. [...] Todo o conjunto do dever social e moral é deduzido a partir da obrigação de obediência ao chefe autocrático visível do Estado cristão”.

99. “Na maioria das palavras e ações de Carlos, e com a mesma clareza nos escritos de seu conselheiro Alcuíno, pode-se discernir a operação das mesmas ideias teocráticas. Entre seus amigos íntimos, ele escolheu ser chamado pelo nome de Davi, exercendo na realidade todos os poderes do rei judeu; presidindo este reino de Deus na Terra, mais como um segundo Constantino ou Teodósio do que no espírito e nas tradições dos Júlios ou Flávios. Entre suas medidas, há duas que em particular lembram o primeiro imperador cristão. Se Constantino fundou a conexão entre

<sup>64</sup> “*The Holy Roman Empire*,” cap 5, par. 10.

igreja e Estado, coube a Carlos *erigi-la em bases mais sólidas*. Bispos e abades são parte essencial do crescimento do feudalismo, tanto quanto os condes e duques. Seus benefícios são mantidos sob as mesmas condições de lealdade e de serviço na guerra de *seus* arrendatários vassallos, e não com base na posição espiritual em si. Eles têm direitos de jurisdição semelhantes e estão sujeitos aos comissários [*missi*] imperiais. O monarca tenta com frequência restringir o clero, como pessoas, a deveres espirituais; reprime a insubordinação dos mosteiros; procura conduzir os leigos a uma vida monástica, instituindo e regulando capítulos (assembleias religiosas). Mas, depois de conceder riqueza e poder, a tentativa foi inútil. Uma vez retirada a mão dominadora, eles zombaram de qualquer controle. Além disso, ele foi o primeiro a tornar compulsório o pagamento dos dízimos na Europa ocidental, algo que o sacerdócio há muito pleiteava, e a colocar sob o encargo das leis do Estado o apoio aos ministros da religião” (*Bryce*).<sup>65</sup>

100. “Assim, a santa Igreja Romana e o Santo Império Romano se tornam uma e a mesma coisa, com duas facetas; e o catolicismo, o princípio da sociedade cristã universal, consiste também no romanismo, ou seja: repousa sobre Roma como a origem e o tipo de sua universalidade, manifestando-se em um dualismo místico que corresponde às duas naturezas de seu Fundador. Como divino e eterno, sua cabeça é o papa, a quem almas foram confiadas; como humano e temporal, seu líder é o imperador, encarregado de governar o corpo e os atos dos homens. Na natureza e na abrangência, o governo desses dois potentados é o mesmo, diferindo apenas na esfera de seu trabalho; e não importa se chamamos o papa de imperador espiritual, ou o imperador de papa secular.”

101. “Esse é o esquema perfeito de união entre igreja e Estado com sua própria coerência interna; pois, considerando como autoevidente a coincidência absoluta de seus limites, ela pressupõe a infalibilidade de seu governo conjunto e, como corolário dessa infalibilidade, assume que é dever do magistrado civil erradicar a heresia e o cisma com o mesmo zelo com que este pune a traição e a rebelião. Trata-se também do esquema que, caso se aceite a possibilidade de ação harmoniosa entre eles, coloca os dois poderes naquele tipo de relação que confere a cada um deles força máxima. Contudo, por uma lei para a qual seria difícil encontrar exceções, na proporção em que o Estado se tornou mais cristão, a igreja, que para cumprir seus propósitos havia assumido formas seculares, tornou-se, pelo contato, mais mundana, mais egoísta e espiritualmente mais fraca.”<sup>66</sup>

102. Quanto ao relacionamento do imperador para com o papa, “não se pode desejar ilustrações melhores do que as encontradas na sala da coroação imperial em Roma, muito extensas para serem transcritas aqui, mas dignas de estudo atento. Os direitos prescritos ali são direitos de consagração a um ofício religioso. O imperador, além da espada, do globo e do cetro do poder temporal, recebe um anel como símbolo de sua fé, é ordenado um subdiácono, auxilia o papa na celebração da missa, participa como pessoa clerical da comunhão em ambas as posições e lhe é concedido o direito de ter parte no cânone durante a celebração da missa na basílica de São Pedro e de São João de Latrão. [...] O imperador jura cuidar e defender a santa Igreja Romana e seu bispo. [...] Entre os títulos oficiais do imperador encontram-se estes: ‘Cabeça da Cristandade’, ‘Defensor e Advogado da Igreja Cristã’, ‘Chefe Temporal dos Fiéis’, ‘Protetor da Palestina e da Fé Católica’.”<sup>67</sup>

<sup>65</sup> *The Holy Roman Empire*, cap. 5, par. 8, 9 a partir do fim.

<sup>66</sup> *Ibid.*, cap. 7, par. 12, 13.

<sup>67</sup> *Ibid.*, cap. 7, par. 16.



## CAPÍTULO 14

---

# O PAPADO E OS BÁRBAROS

*Clóvis se Torna Católico – As “Guerras Santas” de Clóvis – Os Visigodos se Tornam Católicos – O Catolicismo Invade a Grã-Bretanha – Agostinho e os Cristãos Britânicos – A Inglaterra se Torna Católica – Os Saxões se Tornam Católicos – O Catolicismo na França – O Papado Corrompe os Bárbaros.*

OUTRA especificação importante e sugestiva sobre o império eclesiástico é que “o exército lhe foi entregue [...] por causa das transgressões” (Daniel 8:12). Transgressão nada mais é do que pecado, porque “o pecado é a transgressão da lei” (1 João 3:4). Portanto, essa afirmação em Daniel é em si a sugestão original que levou Paulo a escrever a expressão “o homem do pecado” (2 Tessalonicenses 2:3, ARC). Foi pelo pecado, em razão da transgressão, cortejando os elementos do pecado, favorecendo os transgressores, que o homem do pecado reuniu para si o “exército” que lhe deu o poder que sempre caracterizou seu domínio.

2. Por apostasia na doutrina, na disciplina, na filosofia, nos ritos, a Igreja Católica reuniu para si mesma um exército tão grande que conseguiu se aglomerar no Estado romano, para a própria ruína dele. E agora, ainda por causa da transgressão, ela reúne para si mesma outro exército – até mesmo o exército de bárbaros – por meio da qual ela se exaltará à liderança do mundo. Isso geralmente é mencionado como a *conversão* dos bárbaros; mas, se atentarmos para todas as evidências desse fato, fica manifesto que esse termo é impróprio. Um exército ganha apenas pela razão, por meio da transgressão, só poderia ser um exército reunido a partir dos elementos da iniquidade, por meio da iniquidade; e as ações do poder assim adquirido só poderiam ser ações da iniquidade, descritas como “o mistério da iniquidade” (2 Tessalonicenses 2:7).

3. Desde a época de Constantino, o deus e salvador dos católicos era um deus de batalha, e nenhum caminho mais seguro para as recompensas eternas do martírio poderia ser tomado do que ser morto em um tumulto em favor da fé ortodoxa, ou morrer por punição infligida por tal conduta, como no caso daquele rufião insolente que tentou assassinar Orestes. Era fácil, portanto, que os bárbaros pagãos, cujo deus maior era o deus da batalha, e cuja maior vitória e passaporte mais seguro para as mansões do deus guerreiro era morrer no meio da carnificina de uma batalha sangrenta, sim, era fácil para pessoas assim se converterem ao deus da batalha dos católicos. Uma única vitória sangrenta poderia mudar o fiel da balança, promovendo a conversão de uma nação inteira.

4. Já em 430 d.C., os hunos que invadiam a Gália atingiram severamente os burgúndios, os quais, vendo a impotência de seu próprio deus, determinaram tentar o deus católico. Portanto, enviaram representantes para uma cidade vizinha na Gália solicitando que o bispo católico os recebesse. O bispo os fez jejuar por uma semana, período em que os catequizou e depois os batizou. Logo depois, os burgúndios encontraram os hunos sem um líder e, depois de um ataque

repentino sobre o inimigo em desvantagem, confirmaram sua conversão pela matança de 10 mil hunos. Então, a nação inteira abraçou a religião católica “com fervoroso zelo” (*Milman*).<sup>1</sup> Posteriormente, no entanto, quase na época da queda do império, quando os visigodos, sob Eurico, afirmaram seu domínio sobre toda a Espanha e a maior parte da Gália, e sobre os burgúndios também, estes abandonaram o deus católico e adotaram a fé ariana.

5. No entanto, Clotilde, sobrinha do rei burgúndio, “foi educada” na profissão da fé católica. Ela se casou com Clóvis, o rei pagão dos francos pagãos e o persuadia com todo empenho a se tornar católico. Todos os seus apelos foram em vão; no entanto, em 496 d.C., quando em uma grande batalha com os alamanos, os francos estavam enfrentando o pior do conflito e, no meio da batalha, Clóvis prometeu que, se a vitória fosse deles, ele se tornaria católico. A maré da batalha mudou, a vitória foi conquistada e Clóvis se tornou católico. Clotilde enviou rapidamente um mensageiro com as boas novas ao bispo de Reims, que veio batizar o novo converso.

6. Mas, depois que a batalha terminou e a perigosa crise passou, Clóvis não tinha certeza se queria ser católico. Ele disse que devia consultar seus guerreiros; ele fez isso e eles expressaram que estavam dispostos a adotar a mesma religião que seu rei. Ele então declarou que estava convencido da verdade da fé católica, e os preparativos foram feitos imediatamente para o batismo do novo Constantino, num dia de Natal, em 496 d.C.

“Para impressionar as mentes dos bárbaros, a cerimônia batismal foi realizada com grande pompa. A igreja estava revestida com tapeçaria bordada e cortinas brancas; odores de incenso, como ares do paraíso, recendiam ao redor; o edifício brilhava com inúmeras luzes. Quando o novo Constantino se ajoelhou na pia batismal para ser purificado da lepra de seu paganismo, disse o bispo: ‘Feroz sicambro, incline seu pescoço; queime o que você adorou, adore o que você queimou’. Três mil francos seguiram o exemplo de Clóvis” (*Milman*).<sup>2</sup>

7. O papa enviou uma carta a Clóvis parabenizando-o por sua conversão. Como exemplo do valor genuíno de sua instrução religiosa, vale afirmar que, algum tempo após seu batismo, o bispo proferiu um sermão sobre a crucificação do Salvador; e enquanto enfatizava a crueldade dos judeus nesse acontecimento, Clóvis exclamou: “Se eu estivesse lá com meus fiéis francos, eles não teriam ousado fazer isso.” “Se a ambição inescrupulosa, a coragem e o empreendimento destemidos e a guerra desoladora tivessem sido meios legítimos para a propagação do puro cristianismo, este não poderia ter encontrado um campeão melhor do que Clóvis. Pela primeira vez, a difusão de uma crença sobre a natureza da Divindade se tornou o pretexto declarado para a invasão de um território vizinho” (*Milman*).<sup>3</sup> “Seu ambicioso reinado foi uma violação perpétua dos deveres morais e cristãos; suas mãos estavam manchadas de sangue tanto em paz quanto em guerra; e assim que Clóvis despediu um sínodo da igreja galicana, ele calmamente assassinou todos os príncipes da raça merovíngia” (*Gibbon*).<sup>4</sup>

8. O bispo de Vienne também enviou uma carta ao novo converso, na qual profetizou que a fé de Clóvis seria uma garantia da vitória da fé católica; e ele, com todos os outros católicos

<sup>1</sup> *History of Latin Christianity*, livro 2, cap. 2, par. 21; *Ecclesiastical History de Sócrates*, livro 7, cap. 30.

<sup>2</sup> *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 2, par. 27.

<sup>3</sup> *Ibid.*, par. 28.

<sup>4</sup> *Decline and Fall*, cap. 38, par. 6.



da cristandade, estava pronto para fazer o possível para ver a profecia cumprida. Os católicos de todos os países vizinhos ansiavam, oravam e conspiravam para que Clóvis os libertasse do domínio dos monarcas arianos; e, como era de se esperar, a guerra logo se seguiu.

9. A Borgonha foi a primeira região a ser invadida. Antes do início da guerra, no entanto, a conselho do bispo de Reims, um sínodo dos bispos ortodoxos se reuniu em Lião; então, com o bispo de Vienne à frente, visitaram o rei dos burgúndios e propuseram que ele convocasse os bispos arianos e permitisse a realização de uma reunião, pois estavam preparados para provar que os arianos estavam em erro. Esta foi a resposta do rei à proposta deles: “Se a verdadeira doutrina pertence a vocês, por que vocês não impedem o rei dos francos de fazer uma guerra injusta contra mim e de tramar com meus inimigos contra mim? Não existe uma verdadeira fé cristã onde há cobiça voraz pelas posses de outros e sede de sangue. Que ele demonstre sua fé por suas boas obras” (*Milman*).<sup>5</sup>

10. O bispo de Vienne desviou-se dessa questão e respondeu: “Ignoramos os motivos e intenções do rei dos francos, mas somos ensinados pelas Escrituras que os reinos que abandonam a lei divina são com frequência subvertidos e que inimigos se levantarão de todos os lados contra aqueles que fizeram de Deus inimigo deles. Voltem com o seu povo para a lei de Deus e Ele dará paz e segurança aos domínios de vocês” (*Gibbon*).<sup>6</sup> A guerra se seguiu e os domínios da Borgonha foram sujeitos ao domínio de Clóvis em 500 d.C.

11. Nessa época, os visigodos possuíam toda a porção sudoeste da Gália. Eles também eram arianos; e a conspiração generalizada dos católicos nos domínios góticos, aliada à cruzada dos francos liderada por Clóvis, logo provocou outra guerra santa. Na assembleia de príncipes e guerreiros em Paris, 508 d.C., Clovis protestou: “Entristece-me ver que os arianos ainda possuem a porção mais bela da Gália. Marchemos contra eles com a ajuda de Deus; e, vencidos os hereges, possuiremos e dividiremos sua província fértil”. Clotilde acrescentou sua piedosa exortação declarando que “sem dúvida o Senhor poderia auxiliar com maior prontidão se alguma dádiva fosse prometida”. Em resposta, Clóvis pegou seu machado de guerra e o jogou o mais longe que pôde e, enquanto ele girava no ar, exclamou: “Ali, no local onde meu franquisque cair, erigirei uma igreja em honra aos santos apóstolos” (*Gibbon*).<sup>7</sup>

12. A guerra foi declarada. Enquanto Clóvis seguia em marcha, passou por Tours e viu-se para consultar o santuário de São Martinho de Tours, em busca de um presságio. “Seus mensageiros foram instruídos a observar as palavras do salmo que por acaso estivesse sendo cantado no momento exato em que entrassem na igreja.” E o clero oracular cuidou para que as palavras que ele “por acaso” ouvisse naquele momento – proferidas não em latim, mas em linguagem que Clóvis entendesse – fossem as seguintes do Salmo 18: “Pois de força me cingiste para o combate e me submeteste os que se levantaram contra mim. Também puseste em fuga os meus inimigos, e os que me odiaram, eu os exterminei” (v. 39, 40). O oráculo foi satisfatório e,

<sup>5</sup> *History of Latin Christianity*, livro 3, cap. 2, par. 28.

<sup>6</sup> *Decline and Fall*, cap. 38, par. 8.

<sup>7</sup> *Ibid.*, par. 11.

nesse caso, foi completamente bem-sucedido. “O reino visigótico foi devastado e subjugado pela espada implacável dos francos.”<sup>8</sup>

13. O zelo religioso de Clóvis não se limitou apenas à destruição dos arianos. Havia dois troncos dos francos, os sálios e os ripuários. Clóvis era rei dos sálios, Sigeberto, dos ripuários. Clóvis decidiu ser o rei de todos; por isso, incitou o filho de Sigeberto a assassinar o pai, com a promessa de que o filho sucederia pacificamente a Sigeberto no trono; mas assim que o assassinato foi cometido, Clóvis ordenou que o assassino fosse assassinado e, em um parlamento completo de todo o povo franco, jurou solenemente que não tinha nada a ver com o assassinato do pai ou do filho. Diante disso, como não havia herdeiro, Clóvis foi levantado sobre um escudo e proclamado rei dos francos ripuários –, e tudo isso Gregório, bispo de Tours, aprovou como a vontade de Deus, dizendo sobre Clóvis que “Deus assim diariamente prostrava seus inimigos sob suas mãos e ampliava seu reino, porque caminhava diante Dele com coração reto e fazia o que era agradável aos Seus olhos” (*Milman*).<sup>9</sup>

14. Na península espanhola, “os católicos gozavam de uma livre tolerância” sob os visigodos arianos. “Durante os primeiros reinos, tanto dos reis suevos quanto dos visigodos, os bispos católicos mantiveram seus concílios sem perturbações” (*Milman*).<sup>10</sup> Os visigodos permaneceram arianos até o reinado de Recaredo, em 568 d.C. O último rei ariano da Espanha foi Leovigildo, 572-586 d.C., pai e antecessor de Recaredo. O filho mais velho de Leovigildo, Hermenegildo, “foi investido por seu pai com o diadema real e o formoso principado da Bética”. Ele se casou com uma filha do rei Sigeberto da Austrásia, que era católico. A sogra abusava dela com violência. Isso fez com que Hermenegildo se apegasse ainda mais a ela; e por sua influência e a do arcebispo de Sevilha, Hermenegildo tornou-se católico. Algum tempo depois disso, ele se rebelou contra o pai, na esperança de elevar seu principado a um reino independente. Na longa guerra que se seguiu, Hermenegildo foi constantemente derrotado, e seu país, suas cidades e, finalmente, ele próprio, foram subjugados. “O rebelde, despojado dos ornamentos reais, teve ainda a permissão, em um exílio decente, de professar a religião católica.” Mas ele ainda fomentava traições, de modo que foi necessário prendê-lo, sendo finalmente morto.

15. O rei Leovigildo atribuiu à Igreja Católica o curso rebelde de seu filho e o propósito de estabelecer um reino independente. Dificilmente se pode duvidar que a suspeita era legítima, porque durante todo o curso da guerra e toda a conduta do rei para colocar novamente em sujeição o filho rebelde, os católicos consideraram perseguição; e Hermenegildo, cerca de mil anos depois, se tornou e é até hoje um santo católico. Mas quando os problemas de Leovigildo com o filho terminaram na execução de Hermenegildo, não houve nada que pudesse ser interpretado como perseguição por parte dos católicos. Quando, em 586, Recaredo subiu ao trono visigótico, ele era católico. E a fim de facilitar o caminho para levar a nação ao catolicismo, ele “supôs piedosamente” que seu pai “havia abjurado os erros do arianismo e recomendado a seu filho a conversão da nação gótica. Para cumprir esse objetivo salutar, Recaredo convocou uma assembleia do clero e nobres arianos, declarou-se católico e exortou-os a imitar o exemplo de seu príncipe [...]”

<sup>8</sup> *Ibid.*, par. 12; *History of Latin Christianity* de Milman, livro 3, cap. 2, par. 29.

<sup>9</sup> *History of Latin Christianity*, *Ibid.*, par. 29.

<sup>10</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, livro 3, cap. 7, par. 24.

16. “O rei católico encontrou algumas dificuldades nessa importante mudança da religião nacional. Uma conspiração, secretamente fomentada pela rainha viúva, foi formada contra sua vida; e dois condes provocaram uma revolta perigosa na Gália Narbonense. Mas Recaredo desarmou os conspiradores, derrotou os rebeldes e executou justiça severa, o que os arianos, por sua vez, poderiam muito bem rotular como perseguição. Oito bispos, cujos nomes revelam sua origem bárbara, abjuraram seus erros; e todos os livros de teologia ariana foram reduzidos a cinzas, com a casa em que foram intencionalmente ajuntados. Todo o corpo dos visigodos e suevos foi seduzido ou levado ao seio da comunhão católica; a fé, pelo menos da geração em ascensão, era fervorosa e sincera; e a devota liberalidade dos bárbaros enriqueceu as igrejas e os mosteiros da Espanha.”

17. “Setenta bispos, reunidos no concílio de Toledo, receberam a submissão de seus conquistadores; e o zelo dos espanhóis melhorou o Credo Niceno, declarando a processão do Espírito Santo a partir do Filho assim como do Pai – um ponto de doutrina significativo que produziu, muito tempo depois, o cisma das igrejas grega e latina. O prosélito real imediatamente saudou e consultou o papa Gregório, apelidado de o Grande, um prelado erudito e santo, cujo reinado se distinguiu pela conversão de hereges e infiéis. Os embaixadores de Recaredo ofereceram respeitosa e no limiar do Vaticano seus ricos presentes de ouro e pedras preciosas. Eles aceitaram como troca lucrativa os cabelos de São João Batista, uma cruz que incluía um pequeno pedaço da cruz verdadeira e uma chave que continha algumas partículas de ferro que haviam sido raspadas das correntes de São Pedro” (*Gibbon*).<sup>11</sup>

18. Depois da “conversão” dos visigodos, Gregório, o Grande, pôde acrescentar à glória da igreja e a si próprio a conquista ao catolicismo dos anglo-saxões. Antes de Gregório se tornar papa, enquanto ainda não passava de um monge, ele foi inflamado com o zelo pela conquista da Terra dos Anglos, ao testemunhar alguns jovens anglos sendo vendidos como escravos na cidade de Roma. Enquanto passava, ele os viu e perguntou quem eram. Os traficantes de escravos responderam: “Eles são *anglos*”. Gregório exclamou: “Eles têm uma aparência *angelical* e são dignos de se tornar cordeiros dos *anjos* no Céu.” De onde eles são trazidos?” perguntou Gregório. Os traficantes de escravos responderam: “Eles vêm da província de *Deira*.” Gregório exclamou: “Está tudo bem. Eles certamente serão arrebatados da ira (*de ira eruti*) e chamados para o corpo de Cristo”. “Qual é o nome do rei deles?” perguntou Gregório. Foi-lhe dito: “*Aella*”. “*Aleluia!*” gritou Gregório. “O louvor a Deus, o Criador, deve ser cantado nessas regiões.”

19. Mas a conquista pessoal de Gregório da Terra dos Anglos foi impedida por sua eleição para o cargo de papa, em 587 d.C. Contudo, tal evento, impedindo sua visita pessoal às Ilhas Britânicas, apenas lhe deu mais poder para concretizar a conquista por meio de outro. Ele chamou imediatamente para a tarefa um monge chamado Agostinho. Agostinho, com um grupo de 40 monges, partiu em sua longa jornada, recomendado pelo papa ao favor dos bons soberanos católicos da França. Entre os francos, obteve intérpretes e “o apoio da rainha Brunilda, que naquele momento usurpara o poder soberano na França. Essa princesa, embora manchada com todo vício de traição e crueldade, possuía ou fingia possuir grande zelo pela causa; e Gregório reconheceu que o sucesso desse empreendimento dependia, em grande parte, da assistência

<sup>11</sup> *Decline and Fall*, cap. 37, par. 28.

amistosa dela (*Hume*).<sup>12</sup> Com esses reforços, Agostinho e seus associados prosseguiram em sua missão. Eles desembarcaram na ilha de Thanet, no reino de Kent, onde os primeiros anglo-saxões desembarcaram e se estabeleceram de forma permanente 148 anos antes. Etelberto era rei de Kent. Casara-se com Berta, filha de Cariberto, rei da França, que era católico, sendo especificado no contrato de casamento que ela deveria ter o livre exercício de sua religião.

20. De Thanet, Agostinho mandou dizer ao rei que ele “viera como uma solene embaixada de Roma para oferecer ao rei de Kent as alegrias eternas do Céu: um reino eterno na presença do Deus vivo e verdadeiro” e pediu uma reunião. O rei não estava disposto a encontrá-los em nenhuma casa ou prédio, mas apenas ao ar livre, no campo; “pois ele tomara precaução para que eles não se encontrassem com ele em alguma casa, de acordo com a antiga superstição, para que, se tivessem alguma arte mágica, não o enganassem e tirassem vantagem dele”. Agostinho e seus seguidores encontraram o rei com toda a pompa à sua disposição, com um crucifixo de prata na dianteira de sua procissão, uma imagem do Redentor erguida no alto e cantando suas ladainhas pela salvação do rei e de seu povo. ‘Suas palavras e ofertas’, respondeu o rei, ‘são justas, mas são novas para mim e ainda não comprovadas. Não posso abandonar de imediato a fé dos meus ancestrais anglos. Mas os missionários foram entretidos com hospitalidade cortês. A austera vida monástica deles, suas orações constantes, jejuns e vigílias, bem como a atitude confiante deles, impressionaram de forma cada vez mais favorável a mente bárbara. Rumores atribuíram a eles muitos milagres. Em pouco tempo, o rei de Kent era um converso declarado, e seu exemplo foi seguido por muitos de seus súditos mais nobres” (*Milman*).<sup>13</sup> O rei ainda não usava a compulsão para fazer com que seus súditos se tornassem católicos; no entanto, ficou claro que aqueles que se tornassem católicos eram objetos especiais do favor real.

21. Agostinho, é claro, enviou a Gregório as boas novas da conversão do rei. Gregório o recompensou com o arcebispado. Ele estabeleceu sua sede na Cantuária e, assim, originou-se o arcebispado da Cantuária, que desde então ocupa a primazia em toda a Inglaterra. O papa também escreveu a Etelberto, “exortando-o, da maneira mais solene, a usar todos os meios de força e persuasão para converter seus súditos, destruir por completo seus templos e não mostrar tolerância para aqueles que aderissem a seus ritos idólatras”. Um bispado foi estabelecido em Londres, e Gregório escreveu para o novo bispo que os lugares sagrados dos pagãos não fossem destruídos, desde que bem construídos, mas que fossem limpos de seus ídolos, purificados com água benta e que as relíquias dos santos fossem “colocadas em seus recintos. Até os sacrifícios deveriam ser continuados sob outro nome. Os bois que os pagãos costumavam imolar aos seus deuses deveriam ser levados em procissão em dias santos. As cabanas ou tendas de galhos, que costumavam ser construídas para os fiéis que se congregavam, deveriam ainda ser montadas, e os bois deveriam ser mortos e comidos em homenagem à festa cristã. Dessa forma, portanto, essas alegrias externas deviam treinar um povo ignorante para perceber as verdadeiras alegrias cristãs”.

22. Um desses festivais pagãos que foi então adotado pela Igreja Católica, e que até os dias de hoje ocupa lugar de destaque mesmo no culto protestante, é o festival de *Eostre* – Páscoa. *Eostre*, ou *Ostara*, era a deusa anglo-saxônica da primavera. Assim, a ela foi dedicada “o quarto

<sup>12</sup> *History of England*, cap. 1, par. 38.

<sup>13</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, livro 4, cap. 3, par. 7.

mês, que corresponde ao nosso abril – por essa razão chamado de *Eostur-monath*”. Essa deusa Eostre, ou Ostara, entre os anglo-saxões, era idêntica a Ishtar, dos assírios e babilônios, e Astarte e Astarote dos fenícios. A adoração de Eostre como Ishtar, Astarte e Astarote representava um estágio da adoração ao Sol. Isso é de fato sugerido pela forma alemã da palavra – *Ostern* – cuja raiz é *Ost*, significando *Oriente*. De *Ost* derivam-se *oster* e *osten*, que significam “nascer”, do nascer do Sol. Essa ideia de nascer estava ligada especialmente à primavera, porque, nesse período, toda a natureza “ressurge” novamente. A fonte desse renascimento da natureza era atribuída ao Sol, que, ao nascer no solstício de inverno, em 25 de dezembro, em sua vitória sobre os poderes das trevas e da noite, já teria se tornado, até a época de *Eostur-monath*, poderoso o suficiente para fazer com que toda a natureza também ressurgisse. Agostinho e Roma permitiram que esta festa pagã do Sol e da primavera permanecesse e fosse ainda comemorada, *mas* como a festa da ressurreição de Cristo. E esta festa pagã – a festa Eostre, Ostara, Ishtar, Astarte e Astarote, o elemento feminino da adoração ao Sol – corresponde à festa da primavera do professo mundo cristão.

23. Nos primeiros tempos da era cristã, o cristianismo havia sido plantado na Grã-Bretanha e continuou lá desde então, embora, nesse momento, não estivesse em sua pureza original. Nos terríveis massacres praticados pelos anglo-saxões em suas terríveis invasões da terra, os cristãos da Grã-Bretanha não tiveram oportunidade de abordar os invasores de maneira missionária. A ira dos invasores estava sobre todos os nativos. Ser bretão era suficiente para ser alvo de toda essa ira, sem levar em conta se o indivíduo era cristão ou não. Assim, qualquer que fosse o cristianismo entre os bretões, ele foi empurrado para os cantos mais longínquos da terra, onde os remanescentes dos bretões tiveram a permissão de existir. Os cristãos britânicos celebravam a Páscoa cristã de acordo com o costume original, no 14º dia do primeiro *mês*, em qualquer dia da *semana em que* ela caísse. Havia também outras questões de disciplina nas quais a Igreja da Grã-Bretanha diferia da Igreja de Roma.

24. Não muito depois de ter chegado à ilha, Agostinho indagou a respeito dos cristãos entre os bretões. Os bretões também estavam interessados em saber o que essa nova invasão poderia significar para eles. Abriu-se um diálogo entre eles. Foi organizada uma conferência, na qual “os romanos exigiram submissão à sua disciplina e a adoção implícita do cerimonial ocidental nos pontos controversos”. Os bretões não ficaram satisfeitos e pediram a oportunidade de consultar seu próprio povo e que então houvesse outra conferência. Isso foi acordado.

25. Nesse meio tempo, os delegados britânicos consultaram um de seus sábios sobre o que deveriam fazer. Ele disse: “Se o homem é de Deus, sigam-no”. Eles perguntaram: “Como devemos saber se ele é de Deus?” Ele respondeu: “Nosso Senhor diz: Tomai sobre vós o Meu jugo, e aprendei de Mim, porque sou manso e humilde de coração. Se, portanto, Agostinho é manso e humilde de coração, deve-se acreditar que ele tomou sobre si o jugo de Cristo e o está oferecendo a vocês para que possam tomá-lo sobre si. Mas se ele é arrogante e orgulhoso, é manifesto que ele não é de Deus e que não precisamos considerar suas palavras.” Mais uma vez perguntaram: “Como discerniremos isso?” Ele respondeu: “Organizem-se para que ele chegue primeiro com seu grupo ao local da conferência; e se, quando vocês se aproximarem, ele se levantar para encontrar vocês, então, tendo a certeza de que ele é o servo de Cristo, ouçam-no

obedientemente. Mas se ele desprezar vocês e não se levantar diante de vocês, maiores em número, que ele também seja desprezado por vocês.”<sup>14</sup>

26. Eles assim procederam e chegaram à conferência. “Agostinho permaneceu sentado, à medida que se aproximavam, em dignidade inflexível. Os bretões imediatamente recusaram a obediência a seus comandos e o repudiaram como metropolitano. O indignado Agostinho (para provar seu cristianismo mais genuíno) explodiu em severas denúncias contra a culpa deles por não terem pregado o evangelho a seus inimigos. Ele profetizou (uma profecia que facilmente aceleraria seu próprio cumprimento) a vingança divina pelos braços dos saxões” (*Milman*).<sup>15</sup> “A vingança com a qual foram ameaçados por fim os atingiu no massacre de Bangor. Naquele dia terrível, quando Etelfrido, o berniciano, avançou contra os bretões, os monges de Bangor, que fugiram para o exército liderado pelo chefe de Powis, ajoelharam-se no campo de batalha e oraram pela segurança de seus compatriotas. O saxão pagão ordenou que o bando desarmado fosse massacrado, ‘pois se eles estão clamando a Deus por meus inimigos, então lutam contra mim, embora sem armas’. [...] A memória de Agostinho ficou manchada pela ignomínia de ter estimulado o massacre com o espírito de vingança contra aqueles que, na linguagem de Beda, ‘haviam desdenhado seus conselhos para a salvação eterna deles’. A feroz profecia de Agostinho, mesmo sem a sua intervenção direta, pode ter tido muito a ver com o seu cruel cumprimento. [...] Seja como for, o espírito da profecia era anticristão” (*Knight*).<sup>16</sup>

27. Assim a religião de Roma entrou na Grã-Bretanha; e, à sua maneira anticristã, prosseguiu até que, em 100 anos, os anglo-saxões haviam se tornado católicos “de um extremo ao outro da terra”. E mesmo assim eles continuaram com seu estilo nativo; pois é verdade que 200 anos depois “os saxões, embora já estivessem estabelecidos na ilha por tanto tempo, pareciam ainda não ter se desenvolvido muito além de seus ancestrais germânicos, seja nas artes, civilidade, conhecimento, humanidade, justiça ou obediência às leis. Até o cristianismo, embora tivesse aberto o caminho para conexões entre eles e os Estados mais refinados da Europa, até então não havia sido muito eficaz em banir a ignorância deles ou suavizar suas maneiras bárbaras. Ao receberem aquela doutrina pelos canais corrompidos de Roma, ela carregou consigo uma grande mistura de credulidade e superstição, igualmente destrutiva para a compreensão e a moral. A reverência a santos e relíquias parece quase ter suplantado a adoração ao Ser Supremo. As observâncias monásticas eram consideradas mais meritórias do que as virtudes ativas; o conhecimento das causas naturais foi negligenciado pela crença universal de intervenções e julgamentos milagrosos; a generosidade para com a igreja expiava toda violência contra a sociedade; e o remorso pela crueldade, assassinato, traição, homicídio e os vícios mais rudes eram aplacados, não por mudanças na vida, mas por penitências, servidão aos monges e uma devoção abjeta e mesquinha” (*Hume*).<sup>17</sup>

28. Antes de Agostinho pisar em solo britânico, o cristianismo dos bretões e dos irlandeses havia sido levado por eles para a Alemanha até as tribos não civilizadas das florestas nativas. Cem anos depois de Agostinho ter entrado na Inglaterra, Bonifácio, um monge saxão, partiu em missão

<sup>14</sup> *History of England* de Knight, cap. 5, par. 12.

<sup>15</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, livro 4, cap. 3, par. 9.

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> *History of England*, cap. 1, par. 7 a partir do fim.

para a Alemanha, com o objetivo de conduzir os alemães pagãos e heréticos para o rebanho católico. Ele não teve o sucesso imediato que esperava e, depois de dois anos, voltou à Inglaterra. Mas logo decidiu ir a Roma, para que pudesse receber a sanção e bênção do papa em sua missão aos alemães.

29. Gregório II era papa na época. Ele prontamente sancionou o empreendimento de Bonifácio, “concedeu-lhe amplos poderes, mas exigiu um juramento de lealdade à sé romana. Ele o recomendou a todos os bispos e a todas as ordens de cristãos, sobretudo a Carlos Martel, que, como prefeito do palácio, exercia autoridade real naquela parte da França. Ele pediu a Carlos que ajudasse o missionário de todas as maneiras possíveis no trabalho piedoso de recuperar os pagãos do estado de bestas brutas. Carlos Martel cumpriu com fidelidade os desejos do papa. ‘Sem a proteção do príncipe dos francos’, escreve Bonifácio agradecido, ‘eu não poderia governar o povo, nem defender os sacerdotes, os monges e as servas de Deus, nem impedir os ritos religiosos e idólatras na Alemanha’. E o papa atribui à ajuda de Carlos a subjugação espiritual de 100 mil bárbaros por meio do santo Bonifácio”.

30. Bonifácio foi novamente a Roma, onde foi ordenado bispo em 723 d.C. Foi mais uma vez para a Alemanha e lá permaneceu até cerca de 740 d.C., quando voltou a Roma, sendo ordenado arcebispo por Gregório III, “com plenos poderes como representante da Sé Apostólica. “Ele estabeleceu seu trono em Mainz, ou Mogúncia. Bonifácio governou a mente do clero, do povo e do rei. Realizou concílios e condenou hereges.” Em resumo, ele pretendia ser um papa em seu próprio domínio, pois “até resistiu dentro de sua própria diocese o autor de sua grandeza”, o próprio papa.<sup>18</sup>

31. Os trabalhos de Bonifácio e Carlos Martel foram concluídos por São Lebuíno e Carlos Magno. “As guerras saxônicas de Carlos Magno, que adicionaram quase toda a Alemanha a seus domínios, foram declaradamente guerras religiosas. Se Bonifácio era o apóstolo cristão do evangelho, Carlos Magno era o apóstolo maometano. O objetivo declarado de suas invasões, segundo seu biógrafo, era a extinção do paganismo mediante a sujeição à fé cristã ou o extermínio. O batismo era o sinal de subjugação e lealdade; os saxões aceitavam o rito ou o desprezavam conforme seu estado de submissão ou revolta.”

32. A primeira expedição de Carlos Magno contra os saxões foi em 772, sendo realizada da seguinte forma: entre os missionários que haviam passado da Inglaterra para a Alemanha, para catolicizar os pagãos, estava São Lebuíno. Ele providenciou para participar da Dieta anual de todas as tribos saxônicas, realizada no Weser. Ao mesmo tempo, Carlos Magno realizou sua Dieta, ou Campo de Maio, em Worms. “Os saxões estavam no ato de adoração e sacrifício solene, quando Lebuíno se levantou no meio, proclamou-se o mensageiro do único Deus verdadeiro, o Criador do céu e da terra, e denunciou a loucura e impiedade de suas idolatrias. Ele os exortou ao arrependimento, à crença, ao batismo e prometeu como recompensa a paz temporal e eterna. Até esse ponto, os saxões pareciam ter ouvido com apropriada reverência e admiração; mas quando Lebuíno deixou de falar nesse tom mais pacífico e declarou que, se eles se recusassem a obedecer, Deus enviaria contra eles um rei poderoso e inconquistável, que puniria sua obstinação, devastaria suas terras com fogo e espada e faria com que suas esposas e seus filhos se tornassem escravos, os orgulhosos bárbaros foram

<sup>18</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, livro 4, cap. 5, par. 18-27.

tomados de extrema fúria. Ameaçaram o missionário desafiador com estacas e pedras. A vida dele foi salva apenas pela intervenção de um chefe idoso. O velho insistiu na santidade que pertencia a todos os embaixadores e, acima de tudo, os embaixadores de um grande Deus” (*Milman*).<sup>19</sup>

33. Carlos Magno imediatamente reuniu seu exército em Worms, atravessou o Reno e invadiu a Saxônia. E assim começou uma guerra de 33 anos, na execução de seu terrível propósito de que “esses saxões devem ser cristianizados ou exterminados”. “Os atos e a linguagem de Carlos mostram que ele lutava contra a religião e a liberdade da Alemanha. [...] Durante toda a guerra, Carlos Magno se esforçou para subjugar as tribos, enquanto prosseguia, pelo terror de seu exército – e terrível era de fato aquele exército! Em uma ocasião, em Verdun, à margem do rio Allier, ele massacrou a sangue frio 4 mil bravos guerreiros que haviam se rendido.

34. Na mente dos bárbaros “convertidos”, o sistema católico incutiu toda a sua superstição e seu ódio fanático pelos hereges e incrédulos. Assim, destruiu o que havia ainda de generosidade em seu espírito, ao passo que só intensificou sua ferocidade inata; e a vergonhosa licenciosidade do sistema papal também corrompeu a pureza e o respeito natural que tinham pelas mulheres e pelo casamento, que sempre fora uma característica nobre das nações germânicas.

35. Quando ações horríveis como as de Clóvis foram elogiadas pelos principais líderes do clero como atos piedosos de católicos ortodoxos, é certo que o próprio clero não era melhor do que os objetos sangrentos de seus elogios. Sob a influência de tais eclesiásticos, a condição dos bárbaros após a pretensa conversão deles não poderia ser melhor, se não se tornou pior do que antes. Ser convertido aos princípios e preceitos de tal clero só poderia ser considerado como algo merecedor da mais profunda condenação. Para provar isso, é necessário apenas avaliar a condição da França católica sob Clóvis e seus sucessores. Isso é estritamente apropriado, porque desde o dia da “conversão” de Clóvis, a França sempre foi considerada por Roma como o “filha mais velha e mais devota da igreja”. O sistema católico na França representa, portanto, um exemplo perfeito.

36. “É difícil conceber um estado social mais sombrio e odioso do que o da França sob seus reis merovíngios, descendentes de Clóvis, conforme descrito por Gregório de Tours. No conflito ou coalizão do barbarismo com o cristianismo romano, o barbarismo introduziu no cristianismo toda a sua ferocidade, sem nenhuma de sua generosidade ou magnanimidade; sua energia mostra-se na atrocidade da crueldade e até da sensualidade. O cristianismo (romano) deu ao barbarismo pouco mais do que sua superstição e seu ódio aos hereges e incrédulos. Por toda parte, assassinatos, parricídios e fratricídio se misturam com adultérios e estupros.”

37. “A crueldade pode parecer o mero resultado inevitável dessa fusão violenta e antinatural; mas a extensão em que essa crueldade se espalha por toda a sociedade é quase inacreditável. O fato de o rei Clotário queimar vivo seu filho rebelde com sua esposa e filha já é bastante assustador; mas ficamos perplexos, mesmo nos tempos atuais, que um bispo de Tours queime um homem vivo para obter a escritura de uma propriedade que ele cobiçava. Fredegunda envia dois assassinos para matar Quildeberto, e esses assassinos são clérigos. Ela faz com que o arcebispo de Rouen seja assassinado enquanto salmodiava o culto na igreja; e, nesse crime, um bispo e um arqui-diácono são cúmplices dela. Ela não está contente com a violência aberta; ela

<sup>19</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 2, livro 5, cap. 1, par. 7, 9.



administra veneno com a sutileza de uma Locusta ou de um italiano moderno, aparentemente sem qualquer propósito sensual, mas por pura barbárie.”

38. “No que diz respeito ao relacionamento entre os sexos, as guerras de conquista, em que as mulheres ficam à mercê dos vencedores, especialmente se a virtude feminina não é muito respeitada, seriam uma prova severa para a moral mais rígida do conquistador. A força do caráter teutônico, depois de ter rompido os laços da restrição habitual ou tradicional, parecia desprezar o vício fácil e tímido, procurando uma espécie de entusiasmo selvagem na indulgência da luxúria, misturando-a com todas as outras paixões violentas, rapacidade e desumanidade. O casamento era um vínculo contraído e quebrado por razões as mais insignificantes. Alguns dos reis merovíngios tomavam tantas esposas, juntas ou em sucessão, quanto convinham às suas paixões ou à sua política.”

39. A religião papal “difícilmente interfere para proibir até o incesto. O rei Clotário exigiu para o erário a terça parte da receita das igrejas; alguns bispos cederam; um, indignado, recusou com desdém, e Clotário retirou suas exigências. No entanto, Clotário, aparentemente sem qualquer censura, casou-se com duas irmãs ao mesmo tempo. Cariberto também se casou com duas irmãs. Este, no entanto, encontrou um clérigo – mas esse era São Germano – corajoso o suficiente para repreendê-lo. Essa repreensão, o rei (o historiador escreve com tranquilidade), como já tinha muitas esposas, a suportou com paciência. Dagoberto, filho de Clotário, rei da Áustria, repudiou sua esposa Gomatruda por esterilidade, casou-se com Matilde, uma escrava saxônica, e depois com outra, Ragnetruda; de modo que ele teve três esposas ao mesmo tempo, além de tantas concubinas que o cronista se envergonha de narrar. Brunilda e Fredegunda são famosas tanto por sua licenciosidade quanto por sua crueldade. Fredegunda é obrigada – ou devido a escrúpulos alheios à sua própria vontade – a prestar juramento público, com três bispos e 400 nobres como testemunhas, de que o filho era filho de seu marido Quilperico”.

40. “A prática oriental de ter uma concubina parece ter sido inveterada entre os últimos reis francos. O que foi permitido para perpetuar a raça continuou e foi levado ao excesso pelos reis mais dissolutos, para seu próprio prazer. Mesmo chegando até Carlos Magno, a poligamia desse grande monarca, mais parecida com a de um sultão oriental (exceto que suas esposas não eram isoladas em um harém), assim como a notória licenciosidade das mulheres de sua corte, era incontrolável e, de fato, sem reprovação por parte da religião da qual ele era, pelo menos, a cabeça temporal e cujo soberano espiritual colocou sobre sua frente a coroa do Império do Ocidente.”

41. “O imperador religioso, em um aspecto, não se incomodava com as restrições da religião. A igreja humilde ou grata contemplava com mansidão, e quase sem queixas, a irregularidade da vida doméstica, que não apenas se entregava à licenciosidade libertina, mas tratava o rito sagrado do casamento como um pacto dissolúvel a seu bel prazer. Ouvimos uma vez, e apenas uma vez, a igreja erguer sua voz de autoridade e denúncia, e não no sentido de proibir o rei dos francos de se casar com uma segunda esposa enquanto a primeira estava viva, mas de se casar com uma princesa lombarda. Um eclesiástico piedoso, o único em seus domínios, sendo um parente, se aventurou a protestar em voz alta. Carlos repudiou sua primeira esposa para se casar com a filha de Desidério; e depois de um ano a repudiou para se casar com Hildegarda, uma dama da Suábia. Por meio de Hildegarda, ele teve seis filhos. Na morte dela, casou-se com Fastrada, que lhe deu dois filhos; uma concubina sem nome, outro. Na morte de Fastrada, ele

se casou com Lutegarda, uma alemã, que morreu sem lhe dar filhos. Depois da morte desta, contentou-se com quatro concubinas” (*Milman*).<sup>20</sup>

42. “Como a posse da terra implicava serviço militar, à medida que o clero passou a ser cada vez mais proprietário de terras, o eclesiástico ficou cada vez mais envolvido com a dupla função, até que finalmente chegamos à condição em que o bispo príncipe, ou ao abade feudal, uniu o capacete e a mitra na cabeça, o bastão episcopal e a lança na mão; ora no campo e diante de seus vassalos armados, ora diante de seu trono na igreja em meio aos louvores dos cantores” (*Milman*).<sup>21</sup>

43. No 7º século, “o progresso do vício entre os governantes e ministros subordinados da igreja era verdadeiramente deplorável. Nem bispos, presbíteros, diáconos, nem mesmo os monges enclausurados estavam isentos do contágio geral, o que pode ser confirmado pela confissão unânime de todos os escritores desse século dignos de crédito. Mesmo nos lugares consagrados ao avanço da piedade e do serviço de Deus, pouco podia ser visto além de ambição espiritual, avareza insaciável, fraudes piedosas, orgulho intolerável e desprezo arrogante dos direitos naturais das pessoas, com muitos outros vícios ainda mais enormes” (*Mosheim*).<sup>22</sup>

44. No 8º século, a situação ficou pior. “A corrupção de costumes que desonrou o clero no século anterior aumentou, em vez de diminuir, e se revelou por meio de figuras as mais odiosas, tanto nas províncias orientais quanto ocidentais. [...] No mundo ocidental, o cristianismo era igualmente desonrado pela vida e ações daqueles que tinham a pretensão de ser os lumináres da igreja e que deveriam ter sido assim na prática, como exemplos de piedade e virtude a seu rebanho. O clero entregou-se às paixões sem moderação ou restrição. Eles se distinguiam por seu luxo, gula e luxúria; entregavam-se a dissipações de vários tipos, aos prazeres da caça e, o que parecia ainda mais distante do seu caráter sagrado, a estudos e empreendimentos militares. Eles também haviam extinguido de tal forma todo princípio de medo e vergonha, que se tornaram incorrigíveis; nem as várias leis promulgadas contra seus vícios por Carlomano, Pepino e Carlos Magno de forma alguma contribuíram para estabelecer limites à licenciosidade deles ou para promover qualquer reforma.”<sup>23</sup>

45. Carlomano foi obrigado a promulgar leis severas contra “a prostituição do clero, monges e freiras”. Carlos Magno teve que aprovar leis contra “o empréstimo de dinheiro por parte dos clérigos a um juro de 12%”; contra “as visitas frequentes [deles] às tabernas”; contra a “prática de magia”; contra o “recebimento de suborno para ordenar pessoas impróprias”; contra “bispos, abades e abadessas mantendo matilhas de cães de caça ou falcões”; contra “a embriaguez clerical”, “concubinato”, “frequência a tabernas” e “palavrões profanos”.<sup>24</sup> Mas tudo isso foi em vão, pois evidências abundantes e indiscutíveis demonstram que no século seguinte a condição deplorável tornou-se ainda pior. Assim fez o papado pelos bárbaros a quem ele “converteu”; e aqueles a quem ele não conseguiu assim corromper, ele os destruiu.

<sup>20</sup> *Ibid.*, vol. 2, livro 5, cap. 1, par. 5.

<sup>21</sup> *Ibid.*, livro 3, cap. 2, par. 33-37.

<sup>22</sup> *Ecclesiastical History*, 7º século, parte 2, cap. 2, par. 3.

<sup>23</sup> *Ibid.*, 8º século, parte 2, cap. 2, par. 1.

<sup>24</sup> *Ibid.*, tradução para o inglês de Murdock, nas notas.

## CAPÍTULO 15

# O SACRO IMPÉRIO ROMANO

*Os Papas e os Imperadores – O Papa Protege o Assassinato – Tentativas de Reforma Fracassam – O Papa Humilha o Imperador – Sarracenos nos Estados Papais – O Papa e o Império Oriental – Nicolau Afirma sua Infallibilidade – Nicolau ao Rei da Bulgária – O Papa a Carlos, o Calvo – Carlos, o Calvo ao Papa – Os Estados Papais Declarados Independentes – O Papado Paga Tributo aos Sarracenos – O Papa Estêvão ao Imperador do Oriente – O Papa Processa o Falecido Formoso – A Abominação da Desolação – Mulheres Romanas Governam o Papado – O Filho de Marózia se Torna Papa – O Neto de Marózia se Torna Papa – O Papa João XII e o Concílio do Imperador – O Papa João XII É Deposto – João XII se Torna Papa Novamente – O Reinado de Terror Papal – O Concílio Francês ao Papa – “O Homem do Pecado, o Mistério da Iniquidade” – O Papado Proíbe o Casamento do Clero – O Papado Vendido em Leilão – Reforma Significa a Ruína do Papado – Os Normandos e o Papado – O Cardeal Damião Descreve os Bispos – Mais Tentativas de Reforma do Papado – A Guerra Papal – Hildebrando se Torna Papa.*

SE os ramos estavam numa situação deplorável, o que dizer da árvore e sua raiz? Roma era a responsável pela terrível conjuntura entre as nações. Qual não seria o estado da própria Roma!

2. Leão III se tornou papa na coroação de Carlos Magno e, com isso, ocorreu o restabelecimento do Império Ocidental. Assim, “no começo do 9º século, a Santa Sé se viu livre do jugo dos imperadores gregos, dos exarcos de Ravena e dos reis da Lombardia. Os papas, coroando Carlos Magno como imperador do Ocidente, conseguiram para si mesmos protetores poderosos e interesses na pessoa dos sucessores dele, os quais, a fim de manter sua tirania sobre o povo, obrigaram todos os bispos a se submeter, sem qualquer questionamento, às decisões do tribunal de Roma. Mas uma estranha mudança foi logo vista em ação na religião: as tradições sagradas foram desprezadas, a moralidade de Cristo foi ultrajada; a ortodoxia da igreja ficou restrita à soberania do papa, à adoração de imagens e à invocação dos santos, ao canto sagrado, à solenidade das missas, às pompas das cerimônias, à consagração de templos, a igrejas esplêndidas, a votos monásticos e peregrinações.

3. “Roma impôs seu fanatismo e suas superstições a todas as outras igrejas; moralidade, fé e verdadeira piedade foram substituídas por avareza, ambição e luxo; a ignorância do clero era tão profunda que o conhecimento do canto da oração do Senhor, do credo, e do serviço da missa era tudo o que se exigia dos príncipes e dignitários eclesiásticos. A proteção que Carlos Magno havia concedido às letras era impotente para mudar os hábitos vergonhosos dos padres e desviá-los da degradação crescente na qual haviam mergulhado” (*De Cormenin*).<sup>1</sup>

<sup>1</sup> *History of the Popes*, Estêvão V. Todas as citações deste capítulo, salvo indicação contrária, são de De Cormenin. Essa obra foi adotada como padrão porque (1) é escrita por um católico e (2) é a mais recente história completa dos papas. Foi traduzida para o inglês em 1846. Louis Marie de Haye, visconde de Cormenin, foi jurista francês, escritor político, estadista de renome, defensor da liberdade religiosa, membro do Institut de France e comandante da Legião de Honra. Morreu em 6 de maio de 1868.

4. O primeiro papa após a coroação de Carlos Magno foi:

ESTÊVÃO V, 21 DE JUNHO DE 816 A 24 DE JANEIRO DE 817.

O filho de Carlos Magno, Luís, era agora imperador. A fim de garantir sua posição com o novo imperador do Ocidente e garantir o apoio de Luís contra qualquer reivindicação de poder no Ocidente pelo imperador do Oriente, a primeira coisa que o novo papa fez foi enviar legados para a França, com o objetivo de apresentar a Luís a situação papal. Parece, no entanto, que sua necessidade era tão urgente que Estêvão, sem esperar o retorno de seus legados, foi até a França encontrar-se com imperador. Assim que Luís soube que o papa estava chegando, enviou mensageiros ao rei da Itália, orientando-o a acompanhar Estêvão pelos Alpes; enviou também embaixadores e guardas para escoltar o papa para a cidade de Reims, onde seria a reunião.

5. Quando Estêvão se aproximou de Reims, “o imperador ordenou que os grandes dignitários de seu reino – o arcebispo Hildebald, Teodulfo, bispo de Orleans; João, metropolitano de Arles, e vários outros prelados – fossem ao encontro do papa com grande cerimônia. Ele próprio avançou com sua corte até o mosteiro de St. Remi, e assim que percebeu o pontífice, desmontou do cavalo e se prostrou diante dele, exclamando: ‘Bendito o que vem em nome do Senhor’. Estêvão o segurou pela mão, respondendo: ‘Bendito seja o Senhor, que fez com que vissemos um segundo Davi’. Eles então se abraçaram e foram à igreja metropolitana, onde cantaram um *Te Deum*. Ambos rezaram por um longo tempo em silêncio; finalmente, o papa se levantou e, em alta voz, fez ressoar cânticos de alegria em homenagem ao rei da França. No dia seguinte, enviou à rainha e aos grandes oficiais da corte os presentes que trouxera de Roma; e no domingo seguinte, antes de celebrar o serviço divino, consagrou o imperador novamente, colocou na cabeça uma coroa de ouro enriquecida com pedras preciosas e lhe apresentou outra destinada a Ermengarda, a quem saudou com o nome de imperatriz. Durante sua estada em Reims, Estêvão passou todos os dias conversando com Luís, o Piedoso, sobre os assuntos da igreja e obteve dele tudo o que desejava. Ele até o induziu a colocar em liberdade os assassinos que haviam atentado contra a vida de Leão III”. Antes do final do ano, Estêvão “retornou à Itália, carregado de honras e presentes”. Morreu em 22 de janeiro de 817 e foi sucedido por

PASCOAL, 25 DE JANEIRO DE 817 A 10 DE FEVEREIRO DE 824.

6. Pascoal não esperou a chegada dos enviados do imperador que testemunhariam sua consagração. Isso provocou uma repreensão da parte do imperador. O papa culpou a insistência do povo. “Luís notificou os cidadãos de Roma que no futuro deveriam tomar cuidado para não ferir sua majestade imperial; e que eles deveriam preservar mais religiosamente os costumes de seus ancestrais. Mas esse príncipe afável logo se arrependeu por ter escrito de forma tão severa; e a fim de reparar a falta, renovou o tratado de aliança que confirmou à Santa Sé as doações de Pepino e Carlos Magno, seu avô e pai; até aumentou os domínios da igreja e reconheceu a absoluta soberania do pontífice sobre vários patrimônios da Campânia, Calábria e as regiões de Nápoles e Salerno, bem como a jurisdição dos papas sobre a cidade e o ducado de Roma, as ilhas da Córsega, Sardenha e Sicília. [...] A corte de Roma tornou-se assim um poder formidável. Os

papas possuíam não apenas imensas receitas, mas os soberanos do Ocidente colocavam exércitos sob seu comando, arruinavam impérios, exterminavam as pessoas em nome de São Pedro e enviavam os despojos dos vencidos para aumentar a riqueza do clero romano e para apoiar os monges na ociosidade e devassidão. Os pontífices não estavam mais satisfeitos em tratar em pé de igualdade os príncipes; eles se recusavam a receber seus enviados e a abrir suas mensagens.”

7. No ano de 823, Lotário, o filho mais velho do imperador Luís, “tendo vindo a Roma para ser consagrado pelo pontífice, ficou escandalizado com toda a desordem que existia na cidade santa, e particularmente no palácio do papa, que se assemelhava aos prostíbulos das cidades perversas destruídas nos tempos antigos pelo fogo do Céu. Ele dirigiu severas críticas a Pascoal e ameaçou em nome do imperador, seu pai, encaminhar uma investigação de suas ações a um concílio. O pontífice prometeu mudar sua conduta moral; mas assim que o jovem príncipe deixou a Itália, ele prendeu Teodoro, o primaz da Igreja Romana, e Leão, o nomenclador, dois sacerdotes veneráveis que ele acusou de tê-lo injuriado perante o jovem príncipe. Ele fez com que fossem conduzidos ao palácio de Latrão e ali seus olhos e línguas foram arrancados na própria presença de Pascoal. Ele então os entregou ao carrasco para serem decapitados.

8. Quando essa notícia chegou ao imperador, ele mandou a Roma dois enviados para indagar a respeito. Pascoal, no entanto, quis impedir essa investigação enviando dois legados à corte do imperador na França, “para suplicar ao monarca que não desse crédito às calúnias que o representavam como autor de um crime no qual ele não teve participação”. Não obstante, o imperador enviou seus dois comissários a Roma, com todos os poderes para investigar o assunto. Assim que chegaram a Roma, o papa, com um grupo de seu clero, os chamou e reivindicou o direito de “justificar-se por juramento” na presença deles e na presença de um concílio. Assim, “no dia seguinte, ele reuniu no palácio de Latrão 34 bispos, comprados pela Santa Sé, além de muitos padres, diáconos e monges; e diante dessa assembleia jurou ser inocente da morte do primaz e do nomenclador.

9. “Os enviados da França exigiram que os assassinos lhes fossem entregues; o pontífice se recusou a fazê-lo, sob o pretexto de que os culpados eram da família de São Pedro e que era seu dever protegê-los contra todos os soberanos do mundo. Além disso, acrescentou, ‘Leão e Teodoro foram condenados com justiça por crime de lesa-majestade. O santo padre então enviou uma nova embaixada composta por João, um bispo, Sérgio, o bibliotecário, e Leão, o líder da milícia, para convencer o monarca da certeza dos seus protestos. O imperador Luís não considerou oportuno para a dignidade da igreja levar suas investigações e buscas mais adiante, temendo se ver forçado, a fim de punir um crime, a entregar ao carrasco a cabeça de um pontífice assassino.”

10. Na morte de Pascoal, em 11 de maio de 824, havia duas facções rivais em Roma, cada uma com um candidato a papa. Os nobres, os magistrados e o clero escolheram um sacerdote chamado Zinzinus; o povo era mais poderoso que o outro partido e obrigou Zinzinus a ceder o lugar ao candidato deles, e assim

#### EUGÊNIO II – 14 de FEVEREIRO DE 824 ATÉ 27 DE AGOSTO DE 827 –

tornou-se papa. Ele imediatamente enviou legados ao imperador na França, pedindo-lhe que punisse o partido adversário por sedição. O imperador enviou seu filho Lotário para tratar do

assunto. “O príncipe, ao chegar à cidade santa, fez com que circulasse a informação de que ouviria todas as queixas dos cidadãos, e, assim, famílias inteiras se lançaram aos seus pés, exigindo justiça contra a Santa Sé. Lotário, então, pôde julgar por si mesmo as muitas condenações injustas que o indigno predecessor de Eugênio havia decretado com o único propósito de se apropriar das riquezas do povo. Ordenou que o santo padre restaurasse para as famílias as terras e territórios que haviam sido injustamente confiscados; e, a fim de evitar novos abusos, publicou o seguinte decreto diante do povo, reunido na catedral de São Pedro:

“É proibido, sob pena de morte, prejudicar aqueles que estão sob a proteção especial do imperador.”

“Pontífices, duques e juízes devem prestar ao povo uma justiça equitativa. Ninguém, livre ou escravo, impedirá o exercício do direito de eleição dos chefes da igreja, que pertence aos romanos, segundo as antigas concessões feitas a eles por nossos pais.”

“Determinamos que comissários sejam nomeados pelo papa para nos informar todos os anos sobre a maneira como a justiça foi prestada aos cidadãos e como a atual constituição deveria ser observada. Determinamos também que os romanos tenham a permissão de escolher sob qual lei desejam viver, para que possam ser julgados de acordo com a lei que tiverem adotado, que lhes será concedida por nossa autoridade imperial.”

“Finalmente, ordenamos que todos os dignitários do Estado entrem em nossa presença e prestem o juramento de fidelidade nos seguintes termos: ‘Juro ser fiel aos imperadores Luís e Lotário, apesar da fidelidade que prometi à Santa Sé; e comprometo-me a não permitir que um papa seja escolhido de forma não canônica, nem seja consagrado até que renove perante os comissários dos soberanos o juramento que agora é formulado pelo pontífice que ora reina, Eugênio Segundo.’”

11. Quando Lotário voltou à França, encontrou ali embaixadores do imperador do Oriente, enviados para lhe apresentar queixas, como rei da Itália, contra o papa, por instigar padres e monges no império oriental, a retirar cruzeiras das igrejas e substituí-las por imagens, a riscar as cores das gravuras e fazer várias outras coisas na promoção do culto à imagem nos domínios do Império Oriental. Os bispos franceses pediram permissão da parte de Eugênio para reunirem um concílio na Gália “para examinar a questão das imagens”. Eugênio concedeu o pedido, e o imperador instruiu os bispos da Gália para que se reunissem em Paris, em 1º de novembro de 826. Após exame e discussão da questão, dirigiram ao imperador uma carta, na qual disseram:

“Ilustre imperador: Seu pai, depois de ler os procedimentos do sínodo de Niceia, encontrou neles várias coisas condenáveis. Ele encaminhou ao papa Adriano observações ponderadas sobre o assunto, para que o pontífice pudesse censurar, por sua autoridade, os erros de seus antecessores; mas este último, favorecendo aqueles que sustentavam a superstição das imagens, em vez de obedecer às ordens do príncipe, protegeu os adoradores de imagens.”

“Portanto, apesar do respeito devido à Santa Sé, somos forçados a reconhecer que nesta questão grave ela está totalmente errada e que as explicações que deu com base nos livros sagrados são opostas à verdade e destruidoras da pureza da fé.”

“Sabemos o quanto você sofrerá ao ver que os pontífices romanos, esses poderes da terra, se afastaram da verdade divina e caíram no erro; no entanto, não permitiremos que essas considerações nos impeçam de lidar com essas questões que dizem respeito à salvação de nossos irmãos.”

12. “Os males e libertinagem do clero nessa era de trevas destruíram inteiramente a disciplina eclesiástica; a corrupção da moral era assustadora, principalmente nos conventos dos monges e freiras. Eugênio II insistiu em reformar os abusos e convocou um sínodo de todos os prelados da Itália. Sessenta bispos, 18 sacerdotes e muitos clérigos e monges se reuniram por ordem do santo padre. Essa assembleia reuniu todos os prelados mais capazes da Itália; no entanto, a ignorância deles era tão profunda que foram obrigados a copiar o prefácio dos procedimentos de um concílio realizado por Gregório II, para que servisse de discurso introdutório.” O concílio elaborou alguns decretos para garantir a educação e uma conduta mais adequada do clero; todavia, esses “não tiveram o poder de reformar a moral corrupta dos sacerdotes, nem de os estimular ao estudo. O clero não mudou nenhum de seus hábitos viciosos e permaneceu mergulhado, como antes, em uma ignorância tão profunda, que foram citados como os mais bem instruídos entre os bispos, que sabiam batizar de acordo com as regras, que podiam explicar o *Pai nosso* e o *credo* na língua vulgar e que possuíam uma chave para a compreensão do calendário da igreja.”

13. Eugênio morreu em 27 de agosto de 827 e foi sucedido por

VALENTINO,

que é descrito de modo especial como modelo de piedade. Seu reinado, porém, continuou apenas cinco semanas. Morreu em 10 de outubro de 827 e foi sucedido por

GREGÓRIO IV, OUTUBRO DE 827 A 25 DE JANEIRO DE 844,

cujos meios para adquirir o pontifício foram tão escandalosos e violentos que o imperador, algum tempo depois, “esclarecido pelos relatos de seus ministros quanto à conduta do pontífice, escreveu-lhe uma carta severa e ameaçou depô-lo se não reparasse o escândalo de sua eleição por meio de conduta exemplar. Desde então, Gregório jurou um ódio implacável contra o príncipe”. Em 833, os filhos do imperador Luís se colocaram contra o pai; e Gregório aproveitou a ocasião para se vingar do imperador e conspirar com os filhos. Para melhor cumprir seus propósitos, foi para a França. O clero da França que era fiel ao imperador escreveu-lhe exigindo que deixasse a França, declarando que, “se ele tentasse impor-lhes um interdito, pronunciaríamos conta ele a excomunhão e os anátemas e o deporiam solenemente de suas funções sagradas”. Gregório respondeu que “o poder da Santa Sé está acima dos tronos” e que “aqueles que foram batizados, independentemente de sua posição, devem a ele toda a obediência”.

14. Quando Gregório chegou ao acampamento do imperador, sob o pretexto de tentar estabelecer uma concordância entre os filhos e o pai deles, conseguiu acesso à corte do imperador. “Permaneceu vários dias com o imperador e, enquanto lhe fazia afirmações de devoção indescritível, estava assegurando para si a deserção das tropas por meio de presentes, promessas ou ameaças; e na mesma noite de sua partida, todos os soldados foram para o acampamento de Lotário. No dia seguinte, Luís, tendo sido informado dessa odiosa traição, percebeu que não podia mais resistir aos projetos criminosos de seus filhos. Reuniu os servos fiéis que permaneceram ao seu lado, foi ao acampamento dos príncipes e entregou-se nas mãos deles. A planície em que esses eventos ocorreram situa-se entre Basileia e Estrasburgo. Desde então é chamada

de “planície da falsidade” [em alemão, Lugenfeld: em latim, *campos mentilis, campus mendacii*], em memória da infâmia do pontífice.”

15. O imperador foi obrigado a renunciar ao seu cargo imperial e tornar pública uma confissão forçada de uma longa lista de pecados e crimes, redigida para ele. “Depois de recitar esse humilhante discurso, o imperador colocou o pergaminho no altar, foi despojado do cinto militar, que também foi colocado lá; e, tendo tirado o traje secular e aceitado o traje de um penitente, foi considerado a partir de então incapaz de exercer todo e qualquer ato civil. A parte mais memorável desse notável evento é que ele foi organizado, conduzido e realizado na presença e sob a autoridade do clero. A permissão de Lotário é levemente sugerida; mas o ato teve o objetivo declarado de mostrar a força do poder eclesiástico e o castigo incorrido com justiça por aqueles que são desobedientes à advertência sacerdotal. Assim, a hierarquia assumiu jurisdição não apenas sobre as delinquências religiosas, mas também sobre a má conduta civil do soberano. Eles impuseram uma penitência eclesiástica, não apenas pelos seus juramentos violados que declarou diante do altar, mas pela ruína do império” (*Milman*).<sup>2</sup>

16. O imperador Luís, depois de tudo isso, arrependeu-se de seu arrependimento e foi restaurado na totalidade de seu cargo imperial, que ocupou até sua morte, em 20 de junho de 840. Mas nem o clero nem o papa jamais esqueceram o poder que tinham de humilhar um imperador, e criou-se o precedente e a base da afirmação dos papas de tempos posteriores a respeito da autoridade absoluta, civil e eclesiástica, sobre todos os poderes da terra. Gregório morreu em 25 de janeiro de 844 e foi sucedido por

#### SÉRGIO II, 10 DE FEVEREIRO DE 844 A 27 DE JANEIRO DE 847,

o qual, em meio à rivalidade e aos tumultos de sempre, foi colocado no trono papal. Também foi consagrado sem que sua eleição tivesse sido confirmada primeiro pelo imperador. Ao saber disso, o imperador Lotário nomeou seu filho Luís rei da Itália e o enviou a Roma “para declarar seu descontentamento com a Santa Sé e impedir a futura consagração de papas sem sua autorização”.

17. Quando Luís chegou a Roma, Sérgio “enviou-lhe ao encontro os magistrados de Roma, as crianças das escolas, os grupos da milícia com os seus líderes, todos fazendo ressoar cânticos em honra ao jovem soberano e carregando cruces e estandartes à frente da procissão, como era praticado na recepção dos imperadores”. Assim ele foi escoltado pela cidade até a igreja de São Pedro. No pórtico da igreja “estava o pontífice Sérgio, cercado por seu clero e vestido com ornamentos reluzentes em ouro e pedras preciosas. Quando o rei subiu os degraus da igreja, os dois soberanos se abraçaram e ambos entraram na corte de honra, de mãos dadas. A um sinal do santo padre, os portões internos, que eram de prata maciça, fecharam-se como que por vontade própria. Então Sérgio, voltando-se para o príncipe, disse-lhe: ‘Meu senhor, se você vem aqui com um desejo sincero de contribuir com todos os seus esforços para a segurança da capital Estado e igreja, farei com que os portões sagrados se abram; se não, você não entrará no templo dos apóstolos.’ O rei assegurou-lhe que não viera com intenção maligna. Imediatamente as portas se abriram novamente, e o papa conduziu o rei ao túmulo de São Pedro, enquanto o clero que acompanhava cantava: ‘Bendito o que vem em nome do Senhor.’”

<sup>2</sup> *History of Latin Christianity*, livro 5, cap. 2, par. 11 e 12 a partir do fim.



18. “Apesar das garantias pacíficas do jovem monarca, os soldados de sua escolta, acampados em torno da cidade, tinham ordens para devastar o país e punir os romanos por terem ordenado um papa sem esperar a chegada dos comissários do imperador. Os prelados e os lordes franceses chegaram a se reunir para examinar se a eleição de Sérgio era legítima e se deveriam expulsar do trono pontifício o audacioso arquissacerdote. Essa assembleia, composta por 23 bispos e muitos abades e senhores, ficou tão indignada com as intrigas e maquinações do santo padre que Angilberto, metropolitano de Milão, acusou Sérgio em voz alta de ter estimulado, por sua ambição, todas as desordens que desolaram a cidade santa e declarou que se separava de sua comunhão.”

19. “Viguiet também afirma que, durante o reinado de Sérgio, os padres viviam em licenciosidade. Ele acrescenta: ‘O papa tinha um irmão chamado Bento, homem de caráter brutal, que se apoderou da administração eclesiástica e política da cidade de Roma. Por sua avareza, introduziu desordem em todos os lugares e consumiu o povo com suas arrecadações. Ele vendeu publicamente os bispados, e quem dava o maior preço tinha a preferência. Por fim, tornou o uso da simonia tão natural para o clero italiano que, nessa província corrupta, todo bispo ou padre movido por motivos louváveis encaminhava queixas ao imperador para pôr um fim a esse abominável tráfico. A divina Providência, cansada dessas abominações, enviou o flagelo dos pagãos para vingar os crimes da corte de Roma. Os sarracenos, instigados pela mão de Deus, entraram até mesmo no território da igreja para matar muitas pessoas e saquear aldeias e castelos.’”

20. “Essa era a posição assustadora de Roma seis meses após a entronização de Sérgio. Não obstante, o jovem príncipe, seduzido pelos presentes e pela lisonja do pontífice, confirmou sua eleição, apesar das recomendações de seus conselheiros, e exigiu apenas que os cidadãos de Roma renovassem seu juramento de fidelidade a ele e a seu pai. A cerimônia ocorreu na igreja de São Pedro; os senhores italianos e franceses, o clero, o povo e o pontífice juraram perante o corpo do apóstolo submissão plena ao imperador Lotário e seu filho, após o que Luís recebeu a coroa das mãos de Sérgio, que o proclamou rei dos lombardos.” Sérgio foi sucedido por

#### LEÃO IV, 11 DE ABRIL DE 847 A 17 DE JULHO DE 855.

21. A invasão dos sarracenos tornou-se tão ameaçadora que o povo pensou que não podia esperar pela confirmação oficial do imperador e novamente ordenou um papa sem ele; no entanto, com a declaração de que não era a pretensão deles depreciar os justos direitos da coroa imperial. O tempo e os esforços de Leão IV foram gastos principalmente na restauração das igrejas de São Pedro e São Paulo, que haviam sido destruídas e danificadas pelos sarracenos, e fortalecendo a cidade contra esses invasores. Ele decorou a igreja de São Pedro “com uma cruz de ouro, com cálices e lustres de prata, com cortinas e tapeçarias de objetos preciosos; colocou em frente ao confessionário do pretense sepulcro mesas de ouro, enriquecidas com pedras preciosas e adornadas com pinturas em esmalte, representando seu retrato e o de Lotário. O sepulcro foi cercado por grandes molduras de prata, ricamente trabalhadas, e todos esses ornamentos foram cobertos por um imenso tabernáculo de prata, pesando quase 730 quilos. Esses adornos e as receitas que ele destinou aos sacerdotes desta igreja chegaram a mais de 1.730 quilos de prata e 98 quilos de ouro.” Leão IV foi sucedido por

## BENTO III, 29 DE SETEMBRO DE 855 A 8 DE ABRIL DE 858.

22. Bento foi escolhido segundo as normas e assentado no trono pontifício. Representantes foram enviados ao imperador para que este confirmasse sua eleição. Mas um certo Anastácio, que havia sido deposto do bispado por Leão IV e um concílio, reuniu vários clérigos, garantiu o apoio dos representantes do imperador e de numerosas tropas e entrou na cidade para tomar para si o trono papal. No comando de seu grupo, ele “primeiro entrou na igreja de São Pedro para queimar o quadro do concílio, no qual estava inscrita sua deposição. Ele então invadiu o palácio de Latrão e ordenou que seus seguidores arrastassem Bento do trono pontifício. Ele próprio o despojou de seus ornamentos pontificais, o oprimiu com reprovações, golpeou-o com a cruz de seu bispo e depois o entregou a sacerdotes que haviam sido depostos do cargo. Estes, para obter o favor de seu novo mestre, amarraram o infeliz Bento com cordas e o expulsaram do palácio, atingindo-o com paus.

23. “Anastácio, agora senhor do palácio, decretou-se papa e subiu na cadeira de São Pedro na presença do clero e dos soldados. Roma foi então mergulhada em consternação e horror. A grande massa do povo convocou os comissários do imperador para lhes restituir Bento, mas os comissários insistiram que deveriam receber Anastácio e até ameaçaram golpear com espadas os representantes do povo. Todavia todos permaneceram firmes em suas reivindicações de que Bento fosse papa. Depois de vários dias de confusão geral na cidade, os comissários foram obrigados a ceder à população. Contudo, uma vez que Anastácio já estava em posse, ele tinha que ser expulso agora, para que Bento fosse entronizado. Em meio a mais tumultos e confusão, no entanto, isso foi feito, e Bento finalmente se tornou papa.

24. Durante o reinado de Bento, em 856, o rei Etelvulfo da Inglaterra “fez uma peregrinação a Roma e colocou seu reino sob a proteção do papa. Ofereceu a São Pedro uma coroa de ouro pesando 18 quilos e presentes magníficos; fez grandes graças ao clero e ao povo e construiu novos prédios para a escola inglesa que havia sido incendiada. Em seu retorno à Grã-Bretanha, realizou um concílio em Winchester, na igreja de São Pedro, e fez um decreto pelo qual, no futuro, a décima parte da terra em seu reino pertencia à igreja e estava isenta de todos os encargos; restabeleceu o óbolo de São Pedro em todo o seu reino e, finalmente, deixou, mediante testamento, um montante de 68 quilos de ouro a serem pagos cada ano à Santa Sé”. Bento III foi sucedido por

## NICOLAU, 24 DE ABRIL DE 858 A 13 DE NOVEMBRO DE 867.

25. Nicolau foi eleito e consagrado na presença do imperador, que chegou a Roma um mês após a morte de Bento III, e a presença do imperador impediu as facções usuais, tumultos e violência. A primeira coisa de importância que chamou a atenção do novo papa foram os apelos que lhe chegaram do imperador oriental e do patriarca de Constantinopla. O imperador havia removido do patriarcado Inácio e estabelecido Fócio no lugar. O imperador e o novo patriarca enviaram, então, cartas e embaixadores ao bispo de Roma, para que ele confirmasse o que havia sido feito. Para não entrar nos detalhes da longa e prolongada controvérsia, basta dizer que Nicolau aproveitou a oportunidade ao máximo para exaltar as honras e prerrogativas do bispado de Roma.

26. Fócio era um leigo. Mas, como em muitos outros casos, tanto no Oriente quanto no Ocidente, ele foi submetido às diversas etapas da ordem eclesiástica até o arcebispado, para qualificá-lo para o cargo. Quando o imperador enviou essa notícia ao papa, para sua aprovação, o papa Nicolau exigiu que todos os pormenores da situação, que pesavam contra Inácio e a favor de Fócio, lhe fossem apresentados antes que pudesse pronunciar alguma coisa sobre o assunto. Portanto, ele enviou legados a Constantinopla para realizar um concílio e investigar todo o assunto. Os legados deixaram-se subornar e concordaram com o concílio em aprovar a deposição de Inácio pelo imperador e a promoção de Fócio.

27. Assim que as notícias da ação de seus legados chegaram a Nicolau em Roma, ele convocou um concílio do clero romano e repudiou tudo o que o concílio e os legados haviam feito em seu nome. Mais tarde, em um concílio convocado para outro propósito, o principal dos legados que fora enviado a Constantinopla “foi condenado por simonia e prevaricação mediante sua própria confissão” e, portanto, foi deposto e excomungado. “Depois disso, o santo padre falou assim:

“Em nome da Santíssima Trindade, pela autoridade que nos foi transmitida pelo príncipe dos apóstolos, depois de tomar conhecimento de todas as queixas feitas contra o patriarca Fócio, o declaramos deposto de suas funções sacerdotais, por ter tolerado os cismáticos de Bizâncio; por ter sido ordenado bispo por Gregório, bispo de Siracusa, estando ainda vivo Inácio, o legítimo bispo de Constantinopla; por ter corrompido nossos enviados e, finalmente, por ter perseguido os padres ortodoxos que permaneceram fiéis a nosso irmão Inácio.”

“Descobrimos que Fócio é culpado de crimes tão enormes que o declaramos para sempre privado de todas as honras do sacerdócio e despojado de todas as funções clericais, pela autoridade que detemos de Jesus Cristo, os apóstolos São Pedro e São Paulo, de todos os santos e dos seis concílios gerais.”

“O Espírito Santo pronuncia por nossa boca um terrível julgamento contra Fócio e o condena para sempre, não importa o que possa acontecer, mesmo no momento de sua morte, como indigno de receber o corpo e o sangue do Salvador.”

28. Quando esse anátema do papa chegou a Constantinopla, o imperador oriental enviou à Itália um representante “levando uma carta de seu mestre ao pontífice, na qual aquele príncipe ameaçava castigar a Santa Sé se esta não revogasse imediatamente o anátema lançado contra Fócio. A essa carta Nicolau respondeu:

“Saiba, príncipe, que os vigários de Cristo estão acima do julgamento dos mortais; e que os soberanos mais poderosos não têm o direito de punir os crimes dos papas, por mais enormes que sejam. Seus pensamentos devem se concentrar nos esforços que eles realizam para a correção da igreja, sem se preocupar com as ações deles. Por mais escandalosas ou criminosas que sejam as devassidões dos pontífices, você deve lhes obedecer, pois estão sentados na cadeira de São Pedro. E o próprio Jesus Cristo, mesmo ao condenar os excessos dos escribas e fariseus, não ordenou obediência a eles, porque eram os intérpretes da lei de Moisés? [...]”

“Temos visto com pesar aquele conluio abominável que vocês chamam de concílio e que você, de forma arrogante, coloca em pé de igualdade com o Concílio Geral de Niceia. Declaramos, em virtude dos privilégios de nossa igreja, que essa assembleia foi sacrílega, impura e abominável. Cesse, então, de se opor aos nossos direitos e obedeça às nossas ordens; caso contrário, ergueremos nosso poder contra o seu e diremos às nações: Povos,

parem de inclinar a cabeça diante de seus orgulhosos mestres. Derrubem esses soberanos ímpios, esses reis sacrílegos, que arrogaram para si mesmos o direito de comandar homens e de tirar a liberdade de seus irmãos.”

“Tema, então, nossa ira e os trovões de nossa vingança, pois Jesus Cristo nos designou com a própria boca juízes absolutos de todos os homens; e os próprios reis são submetidos à nossa autoridade. O poder da igreja foi ordenado antes do seu reinado e subsistirá depois dele. Não espere nos alarmar por suas ameaças de arruinar nossas cidades e nossos campos. Seus exércitos serão impotentes e suas tropas fugirão diante das forças de nossos aliados.”

“Muitos milhares vêm a Roma todos os anos e se colocam com devoção sob a proteção de São Pedro. Temos a autoridade para convocar monges e até clérigos de todas as partes do mundo. Você, ó imperador, não tem esse poder. Você não tem nada a ver com monges, exceto no sentido de pedir humildemente suas orações.”<sup>3</sup>

29. No exercício de seu poder sobre os reis e seus assuntos, Nicolau havia excomungado Lotário, o rei de Lorena. O arcebispo de Colônia e seu clero também sofreram o descontentamento do papa ao resistirem à sua arrogância. O rei Lotário enviou um representante a Roma com propostas de paz. “Às suas cartas estava anexado um ato de submissão dos bispos de Lorena. Nicolau as respondeu nestes termos:

“Você afirma que é submisso ao seu soberano, a fim de obedecer às palavras do apóstolo Pedro, que disse: ‘Sujeitai-vos ao príncipe, porque ele está acima de todos os mortais neste mundo’. Mas você parece esquecer que nós, como vigários de Cristo, temos o direito de julgar todos os homens; assim, antes de obedecer aos reis, você deve obediência a nós; e se declararmos um monarca culpado, você deve expulsá-lo de sua comunhão até que o perdoemos.”

“Só nós temos o poder de ligar e desligar, absolver Nero e condená-lo; e os cristãos não podem, sob pena de excomunhão, executar outro julgamento que não o nosso, *o único infalível*. As pessoas não são os juízes de seus príncipes; elas devem obedecer, sem murmurar, às ordens mais iníquas; devem inclinar a frente sob os castigos que o rei achar por bem impor; pois um soberano pode violar as leis fundamentais do Estado e se apropriar das riquezas dos cidadãos, por meio de impostos ou confiscos; ele pode até pôr fim à vida deles, sem que nenhum de seus súditos tenha o direito de lhe dirigir qualquer censura. Mas se nós declararmos como herege e sacrílego um rei; se nós o expulsarmos da igreja, clero e leigos, não importa a posição, são liberados de seus juramentos de fidelidade e podem se revoltar contra o seu poder [...].”

30. “Nicolau, ao mesmo tempo, escreveu a Carlos, o Calvo, para instigá-lo contra o rei de Lorena:

“Você diz, meu senhor, que induziu Lotário a se submeter à nossa decisão e que ele lhe respondeu que iria a Roma para obter nosso julgamento sobre seu casamento. Mas você não está ciente de que ele próprio já nos informou desse projeto por seus embaixadores e que o proibimos de se apresentar diante de nós no estado de pecado em que se encontra? Já esperamos o tempo suficiente por sua conversão, adiando até este momento de esmagá-lo sob nosso anátema, a fim de evitar guerra e efusão de sangue. Uma paciência mais longa, no entanto, nos tornará criminosos aos olhos de Cristo, e *ordenamos que você, em nome da*

<sup>3</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, livro 4, nota sobre o par. 11.

*religião*, invada seus Estados, queime suas cidades e massacre seu povo, a quem responsabilizamos pela resistência de seu perverso príncipe.”

31. O rei búlgaro Bóris havia recentemente se tornado católico e enviou uma embaixada ao papa em 866, com uma lista de 105 perguntas, pedindo instruções sobre a nova fé. Bóris se comprometera a obrigar seu povo a adotar sua nova religião. Isso causou revolta e, ao reprimir a revolta, Bóris massacrara vários de seus nobres e até seus filhos inocentes. Uma de suas perguntas ao papa foi se ele havia pecado com esse ato. Em resposta, Nicolau lhe disse que, sem dúvida, pecara em matar os filhos, que não tinham parte na culpa de seus pais; mas quanto ao resto de sua conduta, Nicolau escreveu assim:

“Você nos informa que fez com que seus súditos fossem batizados sem o consentimento deles e que se expôs a uma revolta tão violenta que correu o risco de sua vida. Eu o glorifico por ter mantido sua autoridade, matando aquelas ovelhas errantes que se recusaram a entrar no rebanho; e você não apenas não pecou, por demonstrar um rigor santo, mas também o parabênizo por ter aberto o reino dos Céus às pessoas submetidas ao seu domínio. O rei não precisa ter medo de ordenar massacres, quando estes irão manter seus súditos em obediência, ou levá-los a submeter-se à fé de Cristo, e Deus irá recompensá-lo neste mundo e na vida eterna por esses assassinatos. [...]. Você deve festejar no domingo e não no sábado; você deve se abster de trabalhar nos dias das festas da Santa Virgem, dos 12 apóstolos, dos evangelistas, de São João Batista, de Santo Estêvão, o primeiro mártir, e dos santos cuja memória é venerada em seu país.”

“Nestes dias, e durante a Quaresma, você não deve administrar julgamento e deve se abster da carne durante o jejum da Quaresma, no Pentecostes, na Assunção da Virgem e no Natal; você também deve jejuar às sextas-feiras e às vésperas de grandes festas. Às quartas-feiras, você pode comer carne e não é necessário privar-se de banhos nesse dia e nas sextas-feiras, como recomendam os gregos. Você tem a liberdade de receber a comunhão diariamente na Quaresma, mas não deve caçar, nem jogar, nem entrar em conversas levianas, nem estar presente nas apresentações de ilusionistas durante esta temporada de penitência. Você não deve dar festas, nem ajudar em casamentos, e as pessoas casadas devem viver em continência. Deixamos à disposição dos sacerdotes o dever de impor penitência aos que cederem aos desejos da carne.”

“Você pode levar adiante uma guerra na Quaresma, mas apenas para repelir um inimigo. Você tem a liberdade de comer todos os tipos de animais, sem se preocupar com a distinção da antiga lei; e leigos, assim como o clero, podem abençoar a mesa antes de comer, fazendo o sinal da cruz. É costume da igreja não comer antes das 9 horas da manhã, e um cristão não deve tocar em caça morta por um pagão.”

“Antes de declarar guerra aos seus inimigos, você deve ajudar no sacrifício da missa e fazer ricas ofertas às igrejas; e ordenamos que você tome, como sua bandeira militar, em vez da cauda do cavalo, que serve para você como estandarte, a cruz de Jesus Cristo. Também o proibimos de formar qualquer aliança com os infiéis; e quando você concluir uma paz no futuro, jurará sobre os evangelistas, e não sobre a espada.”

32. Nicolau figura de modo muito digno com Leão I e Gregório I como merecedor do título de “o Grande”, pois “nunca o poder do clero ou a supremacia de Roma foram afirmados de maneira tão distinta e inflexível. Os privilégios de Roma eram eternos, imutáveis, anteriores

a todos os sínodos ou concílios, derivados de nenhum, mas concedidos diretamente pelo próprio Deus; eles poderiam ser atacados, mas não transferidos; arrancados por um tempo, mas não arrancados pelas raízes. Apelações provenientes de todo o mundo eram dirigidas a Roma, mas nenhuma instância superior havia à qual recorrer para escapar de sua autoridade” (*Milman*).<sup>4</sup> Ele morreu em 13 de novembro de 867 e foi imediatamente sucedido por

#### ADRIANO II, 13 DE DEZEMBRO DE 867 A 26 DE NOVEMBRO DE 872,

que também foi consagrado e entronizado sem a sanção do imperador. Mas quando o imperador o chamou para prestar contas, a desculpa foi novamente apresentada de que não fora desrespeito ao imperador, mas porque havia sido dominado pela urgência da multidão. O imperador aceitou a justificativa e confirmou a eleição.

33. Adriano perdoou de imediato todos aqueles que haviam sido depostos ou anatematizados por Nicolau e fez tudo o que estava ao seu alcance para exaltar o nome e a memória de Nicolau. Ele deu um grande banquete a muitos monges orientais que haviam sido perseguidos por Nicolau, no qual os tratou com a maior deferência, até servindo-os com as próprias mãos. Quando o banquete terminou, e os monges se levantaram da mesa, “Adriano se prostrou diante deles, com o rosto voltado para a terra, e dirigiu-se a eles da seguinte maneira:

“Meus irmãos, orem pela santa Igreja Católica, por nosso filho, o cristianíssimo imperador Luís, para que subjogue os sarracenos; orem por mim e implorem a Deus que me dê forças para governar Seus numerosos fiéis. Que suas orações se elevem em memória daqueles que viveram vidas santas e que todos juntos agradeçamos a Cristo por ter dado à sua igreja meu senhor e pai, o santíssimo e mui ortodoxo Nicolau, que a defendeu como outro Josué contra seus inimigos.”

34. Os monges responderam: “Deus seja louvado por ter dado ao seu povo um pastor tão respeitoso quanto você em relação ao seu antecessor”. E então eles três vezes exclamaram: “Memória eterna ao soberano pontífice Adriano, a quem Jesus Cristo estabeleceu como bispo universal”. Adriano, vendo que eles evitaram dizer qualquer coisa em louvor a Nicolau, os inspecionou e disse:

“Meus irmãos, imploro em nome de Cristo que seus louvores sejam dirigidos ao santíssimo ortodoxo Nicolau. Estabelecido por Deus, soberano pontífice e papa universal; glória a ele, o novo Elias, o novo Fineias, digno de um sacerdócio eterno, e paz e graça a seus seguidores.”

35. Essa declaração, os monges a repetiram três vezes após o papa, e a assembleia se dispersou. Em seguida, ele escreveu aos metropolitanos da França da seguinte maneira:

“Nós lhes suplicamos, meus irmãos, que restabeleçam o nome do papa Nicolau nos livros e escritos sagrados de suas igrejas, que seja mencionado por nome na missa e que ordenem aos bispos que se conformem com a nossa decisão sobre este assunto. Nós os exortamos a resistir com firmeza aos príncipes gregos, que se dedicam a acusar sua memória ou a rejeitar seus decretos; ainda assim, não queremos ser inflexíveis com aqueles a quem ele condenou, se implorarem nossa misericórdia e consentirem em não se justificar acusando aquele grande papa, que está agora diante de Deus, e a quem ninguém ousou atacar enquanto vivia.”

“Estejam atentos e tenham coragem e instruem os prelados além dos Alpes que, se rejeitarem os decretos de um pontífice, destruirão a autoridade suprema dos ministros da igreja;

<sup>4</sup> *History of Latin Christianity*, livro 5, cap. 4, par. 11.

todos devem temer para que suas ordenanças não sejam desprezadas, quando tiverem atingido o poder que governa os reis.”

36. No ano de 869, o rei Lotário morreu, não deixando filhos que pudessem herdar seu domínio. Seu irmão, o imperador Luís, era, portanto, o legítimo herdeiro do reino de Lorena. Mas, por medo de Carlos, o Calvo, Luís não reivindicou seu direito até que unisse a seus interesses o papa. Adriano escreveu aos senhores e prelados do reino de Lorena, ordenando-lhes que reconhecessem o imperador Luís como o herdeiro legítimo do reino, “e que não aceitassem promessas nem ameaças” de qualquer outro pretendente. Ele também enviou cartas aos metropolitanos, duques e condes do reino de Carlos, o Calvo, contendo “ameaças de excomunhão contra aqueles que não se colocassem ao lado do imperador; e recordou aos franceses os juramentos solenes pelos quais os netos de Carlos Magno se obrigaram a observar religiosamente os acordos que governavam a divisão entre eles e seus sobrinhos; e acrescentou:

“Saibam, bispos, senhores e cidadãos, que qualquer um de vocês que se opuser às pretensões de Luís, que declaramos soberano de Lorena, será atingido pelos exércitos que Deus colocou em nossas mãos para a defesa deste príncipe.”

37. As ordens do papa, no entanto, chegaram tarde demais para servir de alerta, porque, assim que foi noticiada a morte de Lotário, Carlos, o Calvo, entrou no reino, sendo em seguida coroado, em Metz, rei de Lorena. Quando o papa soube disso, imediatamente escreveu a Carlos, o Calvo, que o que ele havia feito era um insulto à autoridade do papa; acusou-o de ter tratado com desprezo os legados do papa, em vez de se prostrar aos pés deles, como outros soberanos haviam feito; e concluiu assim:

“Ímpio rei, ordenamos que se retire do reino de Lorena e entregue-o ao imperador Luís. Se você recusar submissão à nossa vontade, nós mesmos iremos à França para excomungá-lo e o afastar do seu trono perverso.”

38. Ao mesmo tempo, escreveu ao arcebispo de Reims reprovando-o “por não ter desviado o rei de seus projetos de usurpação; e o repreendeu por ter se tornado culpado, por sua fraqueza, de ser um cúmplice criminoso na rebelião do monarca. Ordenou que ele consertasse sua falha anatematizando Carlos, não tendo nenhuma relação com ele e proibindo todos os bispos da Gália de receber o usurpador em suas igrejas sob pena de deposição e excomunhão”. Ao mesmo tempo, deu instruções secretas aos seus legados para incitar o filho de Carlos a se revoltar contra o pai. Isso eles fizeram, mas Carlos, sabendo disso, fez com que os olhos de seu filho fossem arrancados com chumbo quente, porque considerava a morte uma penalidade muito leve. O papa então enviou uma carta insultante condenando Carlos pelos maus-tratos a seu filho e ordenando que o rei restabelecesse o filho

“em suas propriedades, suas honras e dignidades, até o momento em que nosso legado entrar no seu reino amaldiçoado, para tomar, em favor desse infeliz, as medidas que julgarmos apropriadas. Enquanto isso, quaisquer que sejam as investidas de Carlomano contra você, proibimos que seus senhores tomem armas em sua defesa e ordenamos aos bispos que não obedeçam a suas ordens, sob pena de excomunhão e condenação eterna; pois Deus deseja que a divisão reine entre o pai e o filho para punir você pela usurpação dos reinos de Lorena e Borgonha.”

39. Em resposta à carta que o papa havia enviado ao clero nos domínios envolvidos nessa disputa, o arcebispo de Rheims, em favor de si e deles, escreveu o seguinte:

“Quando exortamos o povo a temer o poder de Roma, a submeter-se ao pontífice e a enviar sua riqueza ao sepulcro do apóstolo, a fim de obter a proteção de Deus, eles nos respondem: Defendam então, com seus alaridos, o Estado contra os normandos que desejam invadi-lo; que a Santa Sé não mais implore o socorro de nossas tropas para protegê-la.”

“Se o papa deseja preservar a ajuda de nosso povo, não procure mais se desfazer de tronos; e diga-lhe que ele não pode ser ao mesmo tempo rei e sacerdote; que ele não pode impor-nos um monarca, nem pretender nos subjugar, a nós francos, pois nunca vamos tolerar o jugo da escravidão de príncipes ou papas e seguiremos os preceitos das Escrituras, combatendo sem cessar pela liberdade, a única herança que Cristo deixou para as nações ao morrer na cruz.”

“Se o santo padre excomunga os cristãos que se recusam a dobrar-se cegamente diante de sua autoridade, ele indignamente abusa do poder apostólico, e seus anátemas não têm poder no Céu, pois Deus, que é justo, recusou-lhe o poder de fazer o que bem entender dos reinos temporais.”

“Fiz o meu melhor para levar nossos prelados a sentimentos mais conformes aos seus desejos; mas todas as minhas palavras foram inúteis. Não devo então me separar da sua comunhão pelos pecados dos outros. Seus legados são minhas testemunhas de que, na execução de suas ordens, resisti aos senhores e ao rei, até que me ameaçaram, se eu persistisse em defendê-lo, de me fazer cantar sozinho diante do altar da minha igreja e de tomar de mim todo o poder sobre as propriedades e as pessoas da minha diocese. Ameaças ainda mais terríveis foram feitas contra você, que não deixarão de executar, se Deus permitir. Assim, declaro a você, depois de ter tido uma experiência triste, que nem seus anátemas nem seus trovões impedirão nosso monarca e seus senhores de manter Lorena, da qual se apoderaram.

40. Quanto ao rei Carlos, ele respondeu ao papa da seguinte maneira:

“Na sua carta a respeito de Hincmar de Laon, você nos escreve assim: ‘Queremos e ordenamos, por nossa autoridade apostólica, que Hincmar de Laon seja enviado a nós.’ Algum dos seus predecessores já escreveu dessa forma para algum dos nossos? Você não está, assim, banindo a simplicidade e a humildade cristãs da igreja e introduzindo o orgulho e a ambição mundanos em seu meio? [...] Eu lhe escrevi anteriormente e lhe escrevo agora mais uma vez, para que não venha a se esquecer, que nós, reis dos francos, descendentes de raça real, não somos os vice-regentes dos bispos, mas senhores e donos do mundo. [...] Portanto, pedimos que nunca mais escreva essas cartas para nós, ou aos bispos e senhores de nossos reinos, para que não sejamos obrigados a tratar com desprezo as cartas e os portadores. Estamos dispostos a abraçar o que é aprovado pela Santa Sé, quando o que a Santa Sé aprova estiver em conformidade com as Escrituras, a tradição e as leis da igreja. Se interferir com isso, saiba que não nos assustaremos com ameaças de excomunhão e anátemas.”<sup>5</sup>

41. Essas palavras ousadas dos bispos e do rei tiveram um efeito subjugador extraordinário sobre o altivo papa, pois escreveu imediatamente ao rei da seguinte maneira:

“Príncipe Carlos, fomos informados por pessoas virtuosas de que você é o mais zeloso protetor de igrejas do mundo; de que não existe em seu imenso reino nenhum bispo ou mosteiro sobre

<sup>5</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Adriano II, par. 3 a partir do fim.



o qual você não tenha acumulado riquezas, e sabemos que você honra a sé de São Pedro e que deseja estender sua liberalidade sobre seu vigário e defendê-lo contra todos os seus inimigos.”

“Conseqüentemente, revogamos nossas decisões anteriores, reconhecendo que você agiu com justiça ao punir um filho culpado e libertino e ao declarar-se soberano de Lorena e Borgonha. Renovamos a você a garantia de que nós, o clero, o povo e a nobreza de Roma, esperamos com impaciência pelo dia em que você será declarado rei, patricio, imperador e defensor da igreja. No entanto, pedimos que você mantenha essa carta em segredo, fora do conhecimento de seu sobrinho Luís.”

42. Essas últimas cartas foram escritas em 871 e Adriano II morreu em 26 de novembro de 872 e foi sucedido por

### JOÃO VIII, 14 DE DEZEMBRO DE 872 A 14 DE DEZEMBRO DE 882.

Como o imperador se encontrava na Itália nessa época, seus representantes estiveram presentes na consagração do novo papa. Em 13 ou 14 de agosto de 875, o imperador Luís morreu em Milão. Logo que soube disso, o papa “enviou uma embaixada pomposa a Carlos, o Calvo, convidando-o a vir a Roma para receber a coroa imperial, que ele lhe ofereceu como uma propriedade sobre a qual os papas tinham total controle”. Carlos ficou muito feliz em receber esse convite e sem tardar partiu para Roma, onde, ao chegar, foi recebido pelo clero, pelos magistrados e pelas escolas, com estandartes, cruzeiros e grande exibição, como os grandes antes dele; e no dia de Natal do ano 875, foi coroado imperador pelo papa. “Ao colocar a coroa na testa do monarca, João lhe disse: ‘Não se esqueça, príncipe, de que os papas têm o direito de criar imperadores.’”

43. Imediatamente após a coroação do imperador, ele e o papa foram juntos a Pavia, onde o papa reuniu um concílio em que Carlos, o Calvo, foi formalmente eleito rei da Lombardia. Os prelados reunidos dirigiram-se a Carlos da seguinte maneira:

“Meu senhor, já que a bondade divina, por intermédio da intercessão de São Pedro e São Paulo e o ministério do papa João, elevaram você à dignidade de imperador, nós o escolhemos por unanimidade como nosso protetor, submetendo-nos com alegria à sua vontade e prometendo observar fielmente tudo o que pedir para a proveito da igreja e nossa segurança.”

44. Esse processo formal de eleição para o reinado da Lombardia era essencial para dar a Carlos a demonstração de legalidade como governante da Itália, porque Carlos não tinha nenhuma reivindicação legítima à coroa imperial. É verdade que o imperador Luís não deixou herdeiros do sexo masculino, mas tinha dois tios que, se houvesse alguma reivindicação ao cargo imperial por direito de descendência, seriam herdeiros legítimos. Mas o papa, vendo nesse fracasso de descendência direta uma oportunidade de confirmar ainda mais a prerrogativa papal de conceder a coroa imperial, aproveitou a ocasião oferecida por meio da ambição de Carlos, o Calvo, a fim de demonstrar ao mundo a supremacia do papado sobre todo o poder terreno. “Maimbourg afirma que esse concílio foi convocado por João VIII apenas com o objetivo de tornar claro ao mundo que Carlos não havia se tornado imperador por direito de sucessão, mas que havia obtido sua dignidade por eleição.” De fato, isso fica evidente numa carta escrita pelo próprio papa na época. Ele disse:

“Elegemos e aprovamos, com o consentimento de nossos irmãos, os outros bispos, dos ministros da sagrada Igreja Romana e do Senado e povo de Roma, o rei Carlos, imperador do Ocidente.”

45. Mas tudo isso que o papa concedeu a Carlos, por si só suficiente para promover a exaltação do papa, não ficou sem retorno para o papa da parte de Carlos. “Os historiadores são quase unânimes quanto ao preço que Carlos foi obrigado a pagar por sua coroa imperial. Ele comprou o papa, ele comprou os senadores de Roma; ele comprou, se nos aventurarmos a tomar as palavras ao pé da letra, o próprio São Pedro [*Beato Petro multa et pretiosa munera offerens in Imperatorem unctus et coronatus est. [...] Omnem senatum populi Romani, more Jugurthino corrupit, sibique sociavit*]” (Milman).<sup>6</sup> Mas não foi apenas na extravagância jugurtina de suborno que Carlos recompensou o papado por sua coroação. “Para obter o cetro principal, contra os direitos hereditários dos legítimos sucessores de Carlos Magno, ele cedeu aos pontífices a soberania que os imperadores exerciam sobre Roma e as províncias da igreja, *declarando, assim, a Santa Sé como Estado independente.*”

46. Não foi somente honras ao papado *na Itália* que Carlos concedeu. Logo após seu retorno à França, ele convocou “um sínodo de bispos na cidade de Ponthion, em que os levou a reconhecer a autoridade suprema dos papas sobre a *França*. Os legados romanos nomearam o diácono João, metropolitano de Sens, e Anségise, primaz dos gauleses e da Alemanha, com o título de vigário da Santa Sé nas duas províncias. Conferiram a este último o poder de convocar concílios, de anunciar os decretos da corte de Roma, de julgar causas eclesiásticas, de executar as ordens do papa e definiram que só seriam encaminhados apelos a Roma nos casos maiores. Os prelados da França protestaram com energia contra uma instituição que destruiria toda a liberdade da igreja gaulesa; mas o imperador mantinha o pacto sacrílego que fizera com João. Declarou que tinha uma comissão para representar o papa nessa assembleia e que executaria suas ordens. Ele então ordenou que um assento fosse colocado à sua direita, e Anségise sentou-se ao seu lado na qualidade de primaz.

47. No ano de 876, os sarracenos se tornaram tão fortes na Itália que ameaçaram seriamente a própria existência do Estado papal. O papa escreveu de maneira extremamente apelativa ao imperador Carlos, dizendo:

“Não acredite que nossos males venham apenas dos pagãos. Os cristãos são ainda mais cruéis que os árabes. Eu falaria de alguns senhores, nossos vizinhos e principalmente daqueles a quem você chama de marqueses ou governadores de fronteiras. Eles saqueiam os domínios da igreja e fazem com que ela morra, não pela espada, mas pela fome. Eles não levam as pessoas ao cativeiro, mas as reduzem à servidão; e a opressão deles é a causa pela qual não encontramos ninguém para combater os sarracenos. Assim, meu senhor, somente você, depois de Deus, é nosso refúgio e nosso consolo. Imploramos, então, em nome dos bispos, sacerdotes e nobres, mas, acima de tudo, em nome de nosso povo, que estenda uma mão de socorro à igreja, sua mãe, que permitiu que você tivesse não apenas a coroa, mas até mesmo a fé em Cristo e que o elevou ao império, apesar dos direitos legítimos de seu irmão.”

48. Mas, nessa época, morreu Luís, o Germânico, em Frankfurt. Diante disso, o imperador Carlos, o Calvo, marchou imediatamente com um exército para conquistar esse reino. No entanto, foi totalmente derrotado pelo filho e sucessor de Luís, o Germânico, e foi perseguido até dentro

<sup>6</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 3, livro 5, cap. 6, par. 2.

dos limites de seu próprio reino. Isso tornou impossível que ele fornecesse qualquer ajuda ao papa na Itália. Ainda mais, o seu sobrinho Carlomano, rei da Baviera, aproveitando a derrota de Carlos, invadiu a Itália, reivindicou o reino da Lombardia e planejava garantir a coroa imperial, se possível. O papa João reuniu um concílio em Latrão, que ele abriu com o seguinte discurso:

“De acordo com o costume antigo, meus irmãos, elevamos solenemente Carlos à dignidade imperial, pelo conselho dos bispos, dos ministros de nossa igreja, do Senado, de todo o povo de Roma e, acima de tudo, a fim de concretizar o propósito que havia sido revelado ao papa Nicolau por inspiração celestial. A eleição de Carlos é então legítima e sagrada. Emana da vontade do povo e da vontade de Deus. Por isso, declaramos anatematizado aquele que a condenar e o entregamos à execração dos homens, como inimigo de Cristo e ministro do diabo.”

49. Quando o imperador soube que Carlomano havia entrado na Itália, ele próprio marchou para a Itália. Mas nada definitivo aconteceu, exceto sua morte, que ocorreu em 6 de outubro de 877, quando estava prestes a retornar à França. Carlomano vendo agora que havia alguma esperança de receber a coroa imperial, “escreveu ao pontífice cartas de submissão e reivindicou a coroa imperial do mestre que tinha a prerrogativa de concedê-la. Antes, porém, de consagrar o novo príncipe, ele quis se aproveitar das circunstâncias para garantir vantagens materiais à sua sé. Respondeu então assim ao rei da Baviera:

“Consentimos em reconhecê-lo como imperador da Itália; mas antes de lhe dar a coroa, exigimos que você despeje na bolsa de São Pedro todo o montante que está em seu tesouro, para que você seja digno de receber a recompensa. Daquele que prometeu honrar em outro mundo os que O honram neste. Em breve enviaremos os artigos que tratam daquilo que você deve conceder à igreja. Nós lhe enviaremos uma legação mais solene a fim de conduzi-lo a Roma com as honras devidas à sua posição. Em seguida, trataremos juntos do bem do Estado e da segurança do povo cristão. Até esse momento, peço-lhe que não permita que infieis tenham acesso próximo a você, nem aqueles que desejam nossa vida, qualquer que tenha sido sua relação anterior com eles; e eu o conjuro para remeter as receitas do patrimônio de São Pedro, que estão situadas na Baviera.”

50. Carlomano não estava em condição de conceder tudo isso de uma só vez, e assim o papa, não recebendo dinheiro nem a ajuda de tropas, foi obrigado a garantir alívio dos sarracenos por um acordo “para pagar 20 mil marcos de ouro anualmente” para resgatar deles os Estados da igreja que eles já haviam tomado. Em 878 o papa foi tão atormentado e maltratado por príncipes lombardos que ele “fez com que todos os tesouros sagrados da Basílica de São Pedro fossem transferidos para o palácio de Latrão, cobriu o altar de São Pedro com saco de pano, fechou as portas e recusou-se a permitir que os peregrinos de terras distantes se aproximassem do santuário. Ele então fugiu para Ostia e embarcou para a França” (*Milman*).<sup>7</sup> Durante toda a sua viagem e na França, foi recebido com grandes honras. Na França, realizou concílios e distribuiu anátemas e excomunhões por todos os lados e contra todos os que julgava ter infringido de alguma forma o que ele achava ser os direitos ou as leis do papado. Antes do final do ano voltou para a Itália.

51. Carlomano, em 879, foi suplantado em suas reivindicações sobre a Itália por seu irmão Carlos, o Gordo. Pouco depois, Carlomano morreu e, não deixando filhos, seu reino

<sup>7</sup> *History of Latin Christianity*, livro 5, cap. 6, par. 8.

caiu para seu segundo irmão Luís. Para garantir seu domínio sobre o reino, contra seu irmão Carlos, Luís renunciou, a favor de Carlos, toda reivindicação ao reino da Lombardia, bem como o título imperial. O papa João, sabendo disso, escreveu a Carlos para vir à Itália e receber a coroa imperial. Quando Carlos chegou, o papa o encontrou em Ravena, informando que “nós o chamamos, pela autoridade de nossas cartas, à soberania imperial, para a vantagem e exaltação da igreja”. Ele também ordenou que Carlos enviasse diante de si os principais comandantes de Roma para ratificar “todos os privilégios da sé romana, dizendo que “a igreja não deve sofrer nenhuma diminuição, mas sim aumentar seus direitos e posses”.<sup>8</sup> Eles se reuniram em Roma, onde, no dia de Natal de 880, na igreja de São Pedro, Carlos, o Gordo, foi coroado imperador pelo papa João VIII.

52. O bispo de Nápoles também era duque de Nápoles. Ele havia garantido a segurança de seus domínios contra os sarracenos fazendo uma aliança com eles. O papa visitou Nápoles para persuadir o duque episcopal a romper sua aliança com os sarracenos e se juntar a uma liga geral contra eles; e como Atanásio não se dispôs a fazer isso, João o excomungou, em abril de 881. No ano seguinte, Atanásio enviou um diácono ao papa com a palavra de que ele havia quebrado sua aliança com os sarracenos e ficaria do lado do papa. O papa não aceitou sua palavra apenas, mas exigiu de Atanásio, como garantia de boa-fé, “que tomasse os chefes dos maometanos, os enviasse a Roma e massacrasse o resto na presença dos legados do papa”. Por esse ato traiçoeiro e bárbaro, “exigido pelo chefe da cristandade, o duque-bispo de Nápoles deveria obter uma readmissão à Igreja Católica e o direito de officiar lá como bispo católico!”<sup>9</sup>

53. João VIII foi sucedido por

#### MARTINHO II, DEZEMBRO DE 882 A MAIO DE 884,

que “provou ser tão depravado em sua moral, traiçoeiro em sua política e tão orgulhoso em sua conduta quanto seu antecessor, João VIII”. Mas, em seu breve reinado, nenhuma ocasião especial foi oferecida para a manifestação das características especiais de um papa. Ele foi sucedido por

#### ADRIANO III, JUNHO DE 884 A 2 DE JULHO DE 885,

que deu mais um passo na supremacia do papado, decretando “que o novo papa fosse daí em diante consagrado sem esperar que os enviados imperiais estivessem presentes em sua consagração”. Ele foi sucedido por

#### ESTÊVÃO VI, JULHO DE 885 A SETEMBRO DE 891.

54. O imperador do Oriente escrevera ao papa Adriano III, ressentindo-se da interferência do papa no governo da Igreja Oriental. Porém, com a morte de Adriano, coube a Estêvão responder à carta. E em sua resposta disse:

“Deus deu aos príncipes o poder de governar as coisas temporais, como Ele nos deu, pela autoridade de São Pedro, o poder de governar as coisas espirituais. Os soberanos

<sup>8</sup> *Ibid.*, par. 8.

<sup>9</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 3, livro 5, cap. 6, par. 16.

têm o direito de reprimir um povo rebelde, de cobrir a terra e o mar com seus soldados, de massacrar homens que se recusam a reconhecer seu domínio ou de obedecer às leis que fazem para os interesses de sua coroa. Quanto a nós, cabe-nos o dever de ensinar ao povo que eles devem suportar a tirania dos reis, os horrores da fome e até a própria morte, a fim de obter a vida eterna. O ministério que Cristo nos confiou é tão superior ao seu quanto o céu está acima da terra, e você não pode ser o juiz da missão sagrada que recebemos de Deus.”

55. Em janeiro de 888, morreu o imperador Carlos, o Gordo, sem deixar herdeiro masculino. Os duques e o povo lombardo pensavam em ter um de sua própria nação como rei da Itália. Mas não havia unanimidade quanto à escolha, e uma violenta confusão reinou. O papa convidou Arnulfo, rei da Alemanha, para ir à Itália a fim de receber o reino e a coroa imperial; mas Arnulfo não pôde responder de imediato, e o papa e a cidade de Roma declararam-se em favor de Guido, duque de Espoleto. Isso mudou a balança a seu favor. Ele derrotou em batalha seu rival, em 890, e assim se tornou rei da Lombardia; e, em 21 de fevereiro de 891, foi coroado imperador pelo papa.

56. Estevão VI foi sucedido por

#### FORMOSO, SETEMBRO DE 891 A 4 DE ABRIL DE 896,

que, em 876, havia sido excomungado pelo papa João VIII num concílio em Roma, “sob a acusação de conspirar contra o imperador e contra o papa” e por “tentar se elevar de uma igreja menor para uma maior”, até mesmo a Sé Apostólica. “O Papa João havia também solicitado a Formoso um juramento de que nunca voltaria a Roma, nunca exerceria nenhuma função episcopal em lugar algum, mas se contentaria em ter comunhão como leigo enquanto vivesse. O papa Martinho II o havia absolvido tanto da excomunhão quanto do juramento, restabelecendo-o nas honras e dignidades de seu bispado original do Porto.

57. O imperador Guido morreu em 894 e foi sucedido por seu filho Lamberto, a quem Formoso coroou imperador. Mas a autoridade de Lamberto foi contestada por um duque lombardo, Berengário, e uma guerra destrutiva se seguiu. O papa enviou uma mensagem a Arnulfo da Alemanha, prometendo coroá-lo imperador se viesse e restaurasse a paz na Itália. Arnulfo chegou a Roma em 895. A cidade a princípio lhe resistiu, mas assim que capturou a cidade exterior, “o Senado e a nobreza, submetendo-se ao conquistador, saíram unidos com seus estandartes e cruces para recebê-lo e implorar sua proteção contra os insultos de seu exército vitorioso. O papa recebeu o rei nos degraus da igreja de São Pedro e, acompanhado por todo o clero, o conduziu ao túmulo dos apóstolos, o ungiu e o coroou imperador naquele mesmo dia” (*Bower*).<sup>10</sup> Logo depois, Arnulfo voltou à Alemanha. Assim que se foi, os que reivindicavam o reino da Lombardia começaram novamente a guerra, que, pela intercessão do papa, terminou na divisão da Lombardia em duas partes para satisfazer os dois requerentes.

<sup>10</sup> *Lives of the Popes*, Formoso, par. 7.

58. Formoso foi sucedido por

### BONIFÁCIO VI,

que, pelos crimes de adultério e assassinato, e por uma vida perversa e no geral escandalosa, fora deposto, primeiro do ofício de subdiácono e depois até do sacerdócio. Morreu, porém, ao final de um reinado de apenas 15 dias, sendo sucedido por

### ESTÊVÃO VII, JULHO DE 896 A 2 DE MAIO DE 897,

que “se introduziu à força e pela violência na Sé Apostólica”. A primeira coisa que Estêvão VII fez após seu empossamento foi levar a julgamento o papa Formoso, morto há mais de três meses. Ele reuniu um concílio, exumou o corpo de Formoso e o colocou perante o concílio. E “lá, no meio da convenção, o corpo de Formoso foi colocado no assento pontifício, a tiara na cabeça, o bastão pastoral na mão e vestido com os ornamentos sacerdotais”. Um diácono foi nomeado jurisconsulto e advogado do cadáver. Então o Papa Estêvão VII falou ao cadáver com as seguintes palavras:

“Bispo do Porto, por que você deixou sua ambição ir tão longe a ponto de usurpar a sé de Roma, desafiando os cânones sagrados que impediam essa ação infame?”

59. O advogado que havia sido nomeado, é claro, declarou-o culpado. Em seguida, o papa Estêvão “pronunciou uma sentença de deposição contra o bispo do Porto; e, aproximando-se do assento pontifício, deu um golpe no cadáver, fazendo-o rolar a seus pés. Ele mesmo o despojou de todas as vestimentas sacerdotais, cortou três dedos da mão direita e finalmente ordenou que o carrasco cortasse a cabeça e jogasse o cadáver no Tibre. Alguns pescadores encontraram o corpo, que havia flutuado para a terra, e foi novamente enterrado. Em seguida, o papa Estêvão convocou todo o clero que Formoso havia ordenado, declarou a ordenação nula, e ele próprio os ordenou novamente. Chegou a declarar a deposição do imperador Arnulfo, pois Formoso o havia coroado imperador, e coroou Lamberto, duque de Espoleto, imperador do Ocidente.

60. No curto espaço de tempo decorrido desde que Adriano III havia decretado que o papa fosse coroado sem esperar a aprovação do imperador, a violência que acompanhava a eleição dos papas cresceu tanto que Estêvão VII foi obrigado a emitir o seguinte decreto:

“Como a santa Igreja Romana, na qual presidimos por nomeação de Deus, sofre grande violência de muitos na morte do pontífice, devido ao costume que foi introduzido de consagrar o eleito sem esperar a aprovação do imperador, ou a chegada de seus enviados para assistir à sua ordenação e impedir, com a presença deles, todos os tumultos e desordens, ordenamos que os bispos e o clero se reúnam quando um novo pontífice for escolhido e que a eleição seja feita na presença do Senado e do povo; o eleito, porém, deve ser consagrado na presença dos enviados imperiais.”

61. Estêvão VII, mestre da violência, logo tronou-se vítima de seu próprio exemplo: não demorou muito e foi destronado, lançado na prisão e estrangulado. O analista papal cardeal Barônio declara que Estêvão VII mereceu de modo formidável o destino que o atingiu – “visto que ele entrou no redil como ladrão, era justo que morresse pela ação de uma corda”. Ele foi sucedido por

## ROMANO, 11 DE JULHO A OUTUBRO DE 897,

que “preservou sua posição entre os papas execráveis, embora só tenha ocupado a Santa Sé por quatro meses”. Foi sucedido por

## TEODORO II, NOVEMBRO E DEZEMBRO DE 897,

que devolveu o falecido Formoso ao local de onde Estêvão VII o lançara. Reverteu todos os atos de Estêvão contra Formoso, declarou todos os atos de Formoso legítimos e válidos e, com grande honra e solenidade papal, restaurou seu corpo ao seu sepulcro no Vaticano.

62. Teodoro foi sucedido por um certo Sérgio; mas, como havia partidos rivais, Sérgio foi expulso antes de ser consagrado, e

## JOÃO IX, DE JANEIRO DE 898 A JULHO DE 900,

tornou-se papa. João não estava satisfeito com a vindicação de Formoso por parte de Teodoro. Como Estêvão VII havia condenado Formoso por intermédio de *um concílio*, João IX quis que ele fosse vindicado por um concílio. Por conseguinte, o concílio de João declarou:

“Rejeitamos inteiramente o concílio realizado pelo pontífice Estêvão e condenamos como funesta para a religião a convenção pela qual o cadáver de Formoso foi arrancado de seu sepulcro, julgado e arrastado pela pelas ruas de Roma: um ato sacrílego, até aquele momento desconhecido entre os cristãos [...] Os bispos que estiveram presentes nesse julgamento imploraram nosso perdão e asseveraram que o medo apenas os forçou a comparecer a esse horrível sínodo. Por isso, usamos de indulgência em favor deles, mas proibimos que, no futuro, os pontífices, nossos sucessores, estorvem a liberdade de deliberação e façam qualquer violência ao clero. [...] Confirma-se a unção do óleo sagrado que foi dada ao nosso filho espiritual, o imperador Lamberto. [...]”

“Os procedimentos das convenções que censuramos serão queimados; Sérgio, Bento e Marino não podem mais ser considerados eclesiásticos, a menos que vivam em penitência. Nós os declaramos separados da comunhão dos fiéis, assim como todos aqueles que violaram o sepulcro de Formoso e que arrastaram seu corpo para o Tibre.”

“A santa Igreja Romana sofre grande violência com a morte de um papa. Distúrbios acompanham as eleições, que são feitas com insulto ao imperador e sem esperar, como os cânones ordenam, a presença dos comissários imperiais. Ordenamos que, no futuro, os pontífices sejam eleitos numa convenção dos bispos, a pedido do Senado e do povo, e sob os auspícios do príncipe; e proibimos da parte dele a exigência de juramentos não consagrados pelo uso.”

“Os tempos introduziram um costume detestável: com a morte de um pontífice, o palácio patriarcal é saqueado, e a pilhagem se estende por toda a cidade; as mansões episcopais são tratadas da mesma maneira com a morte dos bispos. É nossa vontade que esse costume cesse. Censuras eclesiásticas e a indignação do imperador punirão aqueles que desafiarem nossa proibição.”

“Nós também condenamos o costume da venda de justiça secular. Por exemplo, se prostitutas são encontradas numa casa pertencente a um sacerdote, juízes ou seus oficiais as arrastam com escândalo e as maltratam até serem resgatadas por seus senhores, visando a aquisição do direito à prostituição.”

63. Quando o imperador Arnulfo morreu, no ano de 909, o clero da Alemanha achou necessário pedir desculpas ao papa por ter escolhido seu filho – com 7 anos – para ser rei da Alemanha sem esperar por suas “ordens sagradas”; e os bispos da Baviera lhe escreveram reconhecendo que ele ocupava o “lugar de Deus na Terra”.

64. O elogio que o cardeal Barônio concede a João IX é que ele foi “o melhor dos maus papas”. E sobre o papado em geral no século 9, que terminou com o reinado de João IX, o mesmo escritor diz:

“Nunca houve divisões, guerras civis, perseguições de pagãos, hereges e cismáticos que fizeram com que [a Santa Sé] sofresse tanto quanto os monstros que se instalaram no trono de Cristo por simonia e assassinatos. *A Igreja Romana se transformou numa desavergonhada cortesã, coberta de sedas e pedras preciosas, que se prostituiu publicamente por ouro*; o palácio de Latrão tornou-se uma taberna vergonhosa, na qual eclesiásticos de todas as nacionalidades disputavam com prostitutas o preço da infâmia. Nunca [antes] os sacerdotes, e especialmente os papas, cometeram tantos adultérios, estupro, incestos, roubos e assassinatos; e nunca a ignorância do clero foi tão grande quanto durante esse período deplorável. [...] Assim, a tempestade da abominação se fixou na igreja e ofereceu à inspeção dos homens o espetáculo mais horrível! Os cânones dos concílios, o credo dos apóstolos, a fé de Niceia, as antigas tradições, os rituais sagrados foram enterrados no abismo do esquecimento, e a mais descontrolada imoralidade, o feroz despotismo e a ambição insaciável usurparam o seu lugar.”

65. Mas logo os eventos demonstraram que o 10º século deveria testemunhar uma condição do papado ainda pior. Sobre esse período o cardeal é obrigado a escrever que foi “uma era de ferro, estéril de toda a bondade; uma era de chumbo, repleta de toda maldade; e uma era das trevas, notável, acima de tudo, pela escassez de escritores e homens de conhecimento. Nesse século, *a abominação da desolação foi vista no templo do Senhor*; e na sé de São Pedro, reverenciada por anjos, foram colocados os homens mais perversos, não pontífices, mas monstros. O rei Edgar da Inglaterra, em um discurso aos bispos de seu reino reunidos, declarou: “Vemos em Roma apenas devassidão, dissolução, embriaguez e impureza; as casas dos padres tornaram-se retiros vergonhosos de prostitutas, trapaceiros e sodomitas; eles jogam noite e dia na residência do papa. Canções bacanais, danças lascivas e devassidão típica de uma Messalina substituíram o jejum e as orações.”

#### 66. BENTO IV, AGOSTO DE 900 A OUTUBRO DE 903,

foi o primeiro papa no 10º século. Mas dele não há nada definido registrado, ao contrário dos papas tanto antes quanto depois dele, exceto que ele coroou como imperador Luís, rei de Arles, ou Provença – Borgonha. Seu epitáfio diz que era gentil com as viúvas, os pobres e os órfãos, estimando-os como seus próprios filhos, e que preferia o bem-estar público ao seu próprio. Foi sucedido por

#### LEÃO V, NOVEMBRO DE 903,

em oposição aos partidários de Sérgio, que havia sido derrotado e expulso por João IX. Mas, antes que se passassem dois meses, Leão foi destronado, lançado na prisão e estrangulado por um de seus presbíteros e capelães, que se tornou papa



## CRISTÓVÃO, DEZEMBRO DE 903 A JUNHO DE 904.

Porém, em menos de sete meses, aquele Sérgio, que já havia sido derrotado duas vezes em suas tentativas de apossar-se do trono papal, tornou-se papa

## SÉRGIO III, JUNHO DE 904 A AGOSTO DE 911,

destronou Cristóvão, mas antes o aprisionou num mosteiro e depois numa masmorra, onde morreu. O partido que, desde o início, apoiava Sérgio em suas aspirações ao trono papal, tinha como chefe o duque da Toscana, o mais poderoso e o mais rico, naquela época, de todos os nobres da Itália. E ele, por sua vez, tinha o apoio de Carlos, o Simples, rei da Alemanha.

67. “Com Sérgio, o espírito vingativo do padre, a lascívia do monge e a violência do fanático foram colocados no trono de São Pedro. Esse papa, considerando João IX e os três papas que o precederam como usurpadores, apagou todos os seus atos e se manifestou contra a memória de Formoso.” Por meio de um concílio “aprovou os procedimentos de Estevão VII contra o falecido Formoso”. Além disso, Sérgio e seu concílio “solenemente declarou Formoso como papa sacrílego, e sua memória foi anatematizada”. O cardeal Barônio diz de Sérgio III que “ele era escravo de todo vício e era o mais perverso dos homens”. Mas além da sua própria cota de males, foi durante seu reinado de sete anos que o papado foi entregue, e por ele, à influência e poder de três mulheres licenciosas e seus amantes. Pois foi então que começou em Roma o reinado da “célebre Teodora e suas duas filhas Marózia e Teodora. Elas eram de uma família senatorial e famosas tanto pela beleza, inteligência e eloquência quanto pela vida escandalosa que levavam. Teodora, e depois sua filha Marózia, eram as amantes de Adalberto, duque da Toscana. Adalberto tomou o castelo de Santo Ângelo, na cidade de Roma, e o entregou a Teodora e suas filhas, que, “apoiadas pelo marquês e por seu partido, governavam Roma sem controle e colocavam a Santa Sé à mercê de quem era do agrado delas. Adalberto teve um filho de Marózia, chamado Alberico. Ela, contudo, prostituiu-se com o papa, e sua Santidade teve com ela um filho chamado João, que em breve veremos elevado à cadeira papal pela influência de sua mãe” (*Bower*).<sup>11</sup>

68. Sérgio foi sucedido por

## ANASTÁCIO III, SETEMBRO DE 911 A OUTUBRO DE 913,

e este sucedido por

## LANDO, OUTUBRO DE 913 A ABRIL DE 914.

Mas sobre esses dois não temos nada além de um registro escasso. Seguindo Lando, veio

## JOÃO X, 15 DE MAIO DE 914 A JULHO DE 928,

que foi feito papa pela influência de Teodora, a Idosa, que era sua amante, antes e depois de sua elevação à cadeira papal. Era diácono e se envolveu com Teodora e logo depois foi nomeado

<sup>11</sup> *Lives of the Popes*, Sérgio III, par. 1. Também De Cormenin, Sérgio III, e *History of Latin Christianity*, vol. 3, livro 5, cap. 11.

bispo de Bolonha. Porém, antes de ser consagrado a esse cargo, o arcebispo de Ravena morreu, e Teodora conseguiu com o papa Lando a nomeação e ordenação de João, seu amante, para o arcebispado de Ravena. E então, quando o papa Lando morreu, “Teodora, exercendo toda a sua influência, como não podia viver a 320 quilômetros de distância de seu amante, fez com que se tornasse o preferido para a cadeira pontifical” (*Luitprand*).<sup>12</sup>

69, João X conseguiu formar contra os sarracenos na Itália uma liga dos duques e do rei da Lombardia e até do imperador do Oriente; e, “com o elmo na cabeça e a espada ao lado, assumiu o comando das tropas, travou uma grande batalha com os árabes e os expulsou por completo das províncias que ocupavam”. Como o rei Berengário havia ajudado o papa em sua campanha contra os árabes, o papa, em troca, o coroou imperador, em 24 de março de 916.

70. Nessa época, parece que Adalberto e Teodora, a Idosa, morreram. Marózia casou-se com Alberico, marquês de Camerino, de quem teve um filho, a quem chamou de Alberico. Por volta de 925, Alberico, o marido de Marózia morreu, e ela se casou com seu enteado, Guido, filho de Adalberto, duque da Toscana. João X tornou-se alvo do descontentamento de Marózia ao permitir que o irmão dele, Pedro, ocupasse mais espaço como conselheiro do que Marózia e seu marido. Por isso Marózia incitou Guido contra ele. Guido, com um bando de seguidores, invadiu o palácio de Latrão, matou Pedro, tomou o papa e o arrastou para a prisão, onde, mais tarde, foi sufocado. Então

#### LEÃO VI, JULHO DE 928 A FEVEREIRO DE 929,

tornou-se papa, mas permaneceu apenas cerca de sete meses, quando foi sucedido por

#### ESTÊVÃO VIII, FEVEREIRO DE 929 A MARÇO DE 931,

sobre o qual nada mais é dito. Mas, após sua morte, Marózia conseguiu elevar ao trono papal seu filho, que teve com o papa Sérgio III, o qual, aos 18 anos, reinou como

#### JOÃO XI, MARÇO DE 931 A JANEIRO DE 936.

71. Guido morreu perto da época da elevação de João XI ao trono papal, e Marózia casou-se com Hugo da Borgonha, ou Provença, que se tornara rei da Itália. Hugo exigiu que Alberico, filho de Marózia, segurasse a bacia onde o rei lavaria as mãos. Alberico derramou um pouco da água, o que levou Hugo a bater em seu rosto. Alberico saiu correndo do lugar, exclamando: “Esses borgonheses, antigos escravos de Roma, tiranizarão os romanos?” Um sino tocou, e o povo se reuniu e, liderado por Alberico, atacou o rei no castelo de Santo Ângelo. O rei Hugo conseguiu escapar. Mas o castelo e Marózia foram capturados por Alberico. Embora Marózia fosse sua mãe e o papa também fosse filho dela, Alberico aprisionou os dois e manteve João prisioneiro por quatro anos, até o dia de sua morte. Tendo se apoderado do castelo de Santo Ângelo e conseguido o favor dos nobres, Alberico II permaneceu como o senhor de Roma enquanto viveu – 22 anos. Enquanto ainda estava na prisão, João XI era papa além dos Alpes. Ele foi sucedido por

---

<sup>12</sup> Citado por Bower, na seção sobre João X.

## LEÃO VII, 9 DE JANEIRO DE 936 A 18 DE JULHO DE 939.

72. Não era somente em Roma e na Itália que reinavam a revolta e a desordem, embora as condições ali fossem piores do que em outros lugares. Leão VII escreveu a todos os reis, duques, bispos e arcebispos da Alemanha, “exortando-os a se unir para extirpar, com o poder temporal e espiritual deles, os muitos distúrbios que prevaleciam entre eles”. Ele foi sucedido por

## ESTÊVÃO IX, JULHO DE 939 A DEZEMBRO DE 942.

Estêvão foi feito papa por uma facção que se opunha a Alberico II. Diante disso, o partido de Alberico levantou uma revolta, invadiu o palácio papal e desfigurou o papa de tal forma que ele nunca mais apareceu em público. Ele defendia a causa de Luís de Além-Mar da França e escreveu cartas aos nobres e ao povo da França e da Borgonha, ordenando que se submetessem a Luís de Além-Mar como legítimo soberano deles, obedecessem àquele a quem Deus havia colocado sobre eles e que, antes do Natal, enviassem representantes a Roma para anunciar que eles o aceitavam e lhe obedeceriam, ou então seriam excomungados.

73. Estêvão IX foi sucedido por

## MARTINHO III, DEZEMBRO DE 942 A JUNHO DE 946,

a quem Alberico II fez com que fosse eleito alguns dias após a morte de Estêvão IX. “Conta-se que, durante os três anos e meio de seu pontificado, dedicou-se a nada além dos deveres da religião e das práticas monásticas. Em consequência disso, os sacerdotes de Roma demonstravam grande desprezo por esse pontífice. Diziam sobre ele ‘que o cristianismo nunca tivera um papa assim e que o reinado de um homem que entendia a arte de aumentar as posses da Santa Sé e de fazer o dinheiro do povo fluir para dentro de sua bolsa era mais vantajoso para eles’. [...] Martinho III, escrupuloso e fanático, permitiu que o poder temporal, necessário para a manutenção do espiritual, enfraquecesse em suas mãos; por isso, chegou à posteridade com a reputação de ter sido um mau papa.”

74. Martinho III foi sucedido por

## AGAPITO II, JUNHO DE 946 A 956,

e este sucedido por

## JOÃO XII, NOVEMBRO DE 956 A NOVEMBRO DE 963,

filho de Alberico II, que era filho de Marózia. Alberico II havia morrido em 954 e seu filho Otaviano sucedeu à soberania da cidade de Roma. E agora, em 956, esse Otaviano, neto de Marózia, sendo o poder supremo em Roma, fez com que se tornasse papa, mudando seu nome para João XII, mantendo e exercendo ainda seu poder como governador civil com o nome de Otaviano. Ele tinha apenas 18 anos de idade quando se tornou papa. A primeira coisa que é registrada a seu respeito é o fato de ele se colocar à frente de um exército, na tentativa de conquistar o ducado de Espoleto. Mas, na batalha, foi derrotado e escapou por pouco das mãos de

seus oponentes. Ele então dissolveu seu exército, retornou a Roma, “e ali se entregou a todo tipo de maldade e devassidão”.

75. O rei Berengário da Itália e seu filho Adalberto haviam se tornado tão opressivos para todo o povo que houve grande clamor por libertação. João XII, portanto, enviou dois representantes à Alemanha, pedindo ao rei Otão, o Grande, que viesse à Itália para libertar a igreja e receber a coroa imperial. Otão atendeu ao chamado e marchou para a Itália no final do ano de 961. Ele foi primeiro a Pavia. Ao chegar ali, Berengário e Adalberto se fecharam em suas fortalezas mais fortes, o que aliviou a Itália de suas opressões. Em Pavia, Otão foi coroado rei da Lombardia e, em fevereiro de 962, chegou a Roma para ser coroado imperador do Ocidente. Chegando lá, “toda a população correu ao seu encontro com gritos de alegria. O papa o coroou imperador e jurou sobre o corpo do santo apóstolo Pedro nunca renunciar à sua obediência, nem dar nenhum socorro a Berengário ou a seu filho. Os cidadãos, os sacerdotes e os senhores fizeram o mesmo juramento. O novo chefe do Império do Ocidente então restaurou à igreja todo o território do qual fora privado pelos príncipes depostos. Ele concedeu ao soberano pontífice, de modo especial, presentes magníficos de ouro e pedras preciosas. Confirmou à Santa Sé, por meio de uma escritura autêntica, as imensas doações de Pepino e Carlos Magno, incluindo Roma, seus ducados e dependências, várias cidades da Toscana, o exarcado de Ravena, Pentápole, os ducados de Espoleto e Benevento, a ilha da Córsega, o patrimônio da Sicília e vários outros lugares da Lombardia e da Campânia. ‘Se Deus os colocar em nosso poder’, ele acrescenta como uma restrição sábia. Essa doação foi copiada palavra por palavra de Luís, o Bem-humorado. Otão anexou a ela Rieti, Amiterno e cinco outras cidades do reino que ele conquistou. No final dessa escritura, foi colocada esta importante e notável cláusula: ‘Exceto nosso próprio poder e o de nosso filho e descendentes’”.

76. Depois disso, o imperador retornou a Pavia. Embora o papa tivesse prestado um juramento tão solene de lealdade a Otão, o imperador mal havia saído de Roma e João enviou emissários a Adalberto, que se refugiara entre os sarracenos, propondo que unissem seus interesses numa revolta contra a autoridade de Otão. Essa notícia chegou até Otão, mas ele não acreditou. Preferiu pensar que alguns maus conselheiros haviam tentado convencer João de tal coisa e que, devido à juventude do papa, a sugestão poderia ter recebido alguma atenção; e esperava que o jovem papa fosse influenciado por melhores conselheiros. Ele, portanto, enviou dois embaixadores a Roma, para investigar o assunto e, se se descobrisse que havia verdade no relatório, convencer João a mudar de propósito. Os embaixadores não apenas constataram a veracidade do relato, mas retornaram a Otão com uma longa lista de acusações contra João, feitas “pela voz unânime de Roma” (*Milman*), como segue:

“João XII odeia Otão pela mesma razão que o diabo odeia seu Criador. Você, meu senhor, procura agradar a Deus e deseja o bem da igreja e do Estado; o papa, por outro lado, cegado por paixão criminosas que tem pela viúva de seu vassalo, Rainier, concedeu a ela o governo de várias cidades e a direção de vários conventos; e para aumentar o escândalo, pagou seus infames prazeres com as cruces e cálices de ouro da igreja de São Pedro.

“Uma de suas concubinas, Estefenete, morreu diante de nossos olhos, no palácio de Latrão, ao dar à luz um filho, que ela declarou ser do pontífice. A residência sagrada dos papas tornou-se, sob o reinado de João, um bordel assustador, refúgio de prostitutas. Tanto as

mulheres romanas quanto as estrangeiras não mais ousam visitar as igrejas, pois esse monstro faz com que esposas, viúvas e virgens sejam levadas dos degraus do altar! Vestidos ricos ou trapos esfarrapados, beleza ou simplicidade, tudo isso é usado para gratificar sua devassidão execrável! Os templos dos apóstolos estão caindo em ruínas, a chuva do céu inunda a mesa sagrada e os telhados ameaçam soterrar os fiéis. Essas são as razões pelas quais Adalberto é mais agradável ao papa do que o imperador.”

77. Otão ainda estava inclinado a desculpar o papa por causa de sua juventude e a levar em conta o possível exagero dos inimigos, sobretudo diante da promessa de João de corrigir-se. No entanto, em vez de fazer qualquer reforma, o papa declarou-se abertamente em favor de Adalberto; enviou embaixadores a Constantinopla para garantir a aliança do imperador oriental contra Otão e enviou representantes para a Hungria, com um propósito semelhante ali. Otão capturou esses agentes do papa, com a correspondência do papa sob sua própria assinatura e selo. O papa enviou dois legados a Otão em Pavia para justificar sua aliança com Adalberto, acusando Otão de ter tomado dois dos homens do papa e obrigando-os a lhe jurar lealdade; e por não ter cumprido seu juramento de restaurar os domínios do papa. Otão respondeu que os dois homens que ele havia prendido estavam em uma missão a Constantinopla hostil a ele; e que outros foram capturados, os quais, sob pretexto de uma missão religiosa aos húngaros, foram acusados pelo papa de incitar os húngaros contra o imperador Otão. Disse ao papa que essas coisas não se baseavam em boatos, nem mesmo em um relatório formal, mas nas próprias cartas do papa, que ele então tinha em mãos.

78. Logo depois que Adalberto foi recebido em Roma pelo papa, Otão marchou para Roma; mas o papa e Adalberto não esperaram para defender a si próprios ou a cidade. Saquearam a igreja de São Pedro e fugiram com os despojos. Otão foi recebido pelos nobres e pelo povo da cidade, que lhe fizeram um novo juramento de lealdade, comprometendo-se a nunca escolher um papa sem o seu consentimento ou o de seu sucessor. Três dias depois, a pedido dos nobres, do clero e do povo de Roma, Otão reuniu um concílio com o objetivo de trazer ordem, se possível, para esse caos romano. “Nesse concílio, o imperador presidiu pessoalmente. Havia 13 cardeais presentes, três cardeais diáconos, os arcebispos de Hamburgo e Trêves, os bispos de Minden e Spire e quase todos os bispos da Itália, com muitos padres, diáconos e a principal nobreza de Roma” (Bower).<sup>13</sup>

79. O papa João foi convocado pelo concílio, mas não respondeu. O imperador perguntou à assembleia por que João estava longe. O concílio respondeu a uma voz:

“Estamos surpresos por você não saber o que é bem conhecido dos babilônios, dos ibéricos e até dos índianos. Seus crimes são tão públicos e ele está tão perdido em meio à vergonha que nem tenta escondê-los. Ele não é um lobo que condescende em se vestir com as roupas de ovelha. Sua crueldade e sua conduta diabólica são abertas, declaradas e desprezam ocultação.”<sup>14</sup>

80. O imperador perguntou se poderiam ser feitas acusações mais específicas. “Todos os bispos e cardeais de imediato se ergueram espontaneamente, e um após o outro falou contra o papa, acusando-o de ser culpado” de celebrar a missa bêbado; de ter ordenado um diácono em um estábulo; de ter ordenado bispos por dinheiro e, dentre eles, ter ordenado como bispo de Todí uma criança de 10 anos; de ter tratado Bento, seu pai espiritual, com tanta crueldade que

<sup>13</sup> *Lives of the Popes*, João XIII, par. 8.

<sup>14</sup> Bower, João XII, par. 7; *Latin Christianity* de Milman, vol. 3, livro 5, cap. 12.

morreu sob as mãos do carrasco; que ordenou que fosse morto em sua presença João, um subdiácono, depois de tê-lo mutilado; de ter “percorrido as ruas de Roma com uma espada ao lado, um elmo na cabeça e vestido com uma couraça; de manter uma matilha de cães e cavalos para a caça; e de ter transformado o palácio papal num bordel”, além de outras coisas mais vergonhosas.

81. Sob essas acusações terríveis, Otão observou: “Às vezes acontece, como sabemos por experiência própria, que homens que são elevados a dignidades são caluniados pelos invejosos. Não fiquem surpreso se eu fico desconfiado ao ouvir a horrível acusação lida pelo diácono Bento. Portanto, eu conjuro vocês, pelo nome de Deus, a quem não podemos enganar, pelo da santa mãe e pelo corpo do santo apóstolo Pedro, em cuja presença estamos reunidos, peço-lhes que não lancem nenhuma acusação contra o pontífice João XII da qual ele não é verdadeiramente culpado e que não foi confirmada por homens dignos de crédito.”

82. A esse discurso todo o concílio respondeu novamente:

“Se o papa João não é culpado dos crimes que lhe são imputados e de muitas outras crueldades ainda mais detestáveis, que São Pedro, que abre os portões do Céu aos justos e os fecha contra os indignos, nunca nos absolva dos nossos pecados; e que sejamos colocados do lado esquerdo no último dia. Se você não acredita em nós, acredite no seu exército, que o viu há cinco dias, com uma espada ao lado e armado com um escudo, um capacete e uma couraça.”

83. O imperador observou: “Há tantas testemunhas desse fato quanto soldados no meu exército. Eu acredito em tudo; e, além disso, não estou ciente de que João se tornou culpado de perjúrio em relação a nós, por sua aliança com Adalberto? No entanto, ouviremos sua defesa antes de condená-lo.”

84. Por conseguinte, o imperador enviou ao papa João a seguinte carta:

“Vindo a Roma para o serviço de Deus e não o encontrando aqui, perguntamos aos bispos romanos, aos cardeais, aos presbíteros, aos diáconos e ao povo por que você se retirou da cidade em nossa chegada e não viu seus defensores e os defensores de sua igreja. Eles, em resposta, acusaram você de obscenidades tão extremas que nos fariam corar, caso tivessem sido proferidas por um ator de palco. Mencionarei a você alguns dos crimes que lhe são atribuídos, pois exigiria um dia inteiro enumerar todos eles. Saiba, então, que você é acusado, não por alguns poucos, mas por todo o clero, bem como por leigos, de assassinato, perjúrio, sacrilégio e incesto com seus próprios parentes e duas irmãs; afirma-se que você bebeu vinho em homenagem ao diabo e invocou, brincando, Júpiter, Vênus e outros demônios. Por isso, pedimos sinceramente que você venha e se justifique diante dessas imputações. Se você for insultado pela multidão, prometemos, sob juramento, que nada será feito, a não ser o que for permitido pelos cânones.”

85. A essa carta João deu a seguinte resposta curta:

“João, servo dos servos de Deus, a todos os bispos: ouvimos que vocês querem constituir outro papa. Se esse é objetivo de vocês, excomungo todos vocês em nome do Todo-Poderoso, de modo que não poderão ordenar nenhum outro, ou mesmo celebrar a missa.”

86. O concílio enviou outra carta ao papa, como segue:

“Santíssimo padre, você ainda não respondeu ao imperador Otão e não enviou representantes para explicar sua defesa. Você está disposto a nos dar os motivos para isso? Se você vier ao

concílio e se livrar dos crimes que lhe são atribuídos, prestaremos todo o devido respeito à sua autoridade. Mas se você não vier e não for detido por impedimento legítimo, como não há mares a ser atravessados, nem uma viagem muito longa a realizar, não faremos caso de sua excomunhão, mas a lançaremos sobre você. O traidor Judas recebeu de nosso Senhor o poder de ligar e desligar, assim como os outros apóstolos; e ele estava investido desse poder contanto que continuasse fiel ao seu divino Mestre e Senhor. Mas, ao traí-lo, perdeu todo o seu poder e autoridade e, a partir de então, não pôde ligar ninguém além de si mesmo.”

87. Dois membros do concílio foram enviados com essa carta para encontrar João. Mas toda a informação que puderam obter foi que “o papa saiu para atirar”. Diante disso, o imperador solicitou que o concílio julgasse o que deveria ser feito. O concílio respondeu:

“Um mal tão extraordinário deve ser curado por um remédio extraordinário. Se ele não tivesse ferido ninguém, mas a si mesmo, ele poderia, em algum grau, ser alvo de tolerância; mas quantos o seu exemplo não perverteu! Quantos, com toda a probabilidade, que teriam levado uma vida pura e irrepreensível, se entregaram a todo tipo de maldade! Imploramos, portanto, que esse monstro, sem uma única virtude para expiar seus muitos vícios, possa ser expulso da Santa Sé Apostólica e outro, que nos dará um bom exemplo, seja colocado no seu lugar.”

88. O imperador declarou então: “Isto é do nosso agrado; e nada nos dará satisfação maior do que ver vocês elevando à Santa Sé Apostólica uma pessoa desse caráter”. Consequentemente, João foi deposto em 4 de dezembro de 963, e o concílio escolheu por unanimidade um leigo, a quem eles, em rápida sucessão, ordenaram a todos os ofícios clericais, de neófito a papa. Finalmente, então, o imperador aprovou todas as ordenações, e o escolhido tornou-se, assim, o papa

### LEÃO VIII, 6 DE DEZEMBRO DE 963.

89. Isso parecia ao imperador ter trazido paz à cidade. Ele, portanto, dispensou uma porção considerável de seu exército. Assim que João ficou sabendo do ocorrido, conseguiu criar uma insurreição furiosa contra o imperador e o novo papa. O imperador reprimiu a insurreição e teria executado uma terrível vingança contra o povo, não fossem as súplicas do papa Leão. Pouco tempo depois, o próprio imperador marchou para fora de Roma, contra Berengário e Adalberto. Mas assim que partiu, as partidárias femininas de João levantaram uma insurreição contra o novo papa e abriram os portões da cidade para João. João entrou, Leão fugiu e

### JOÃO XII, 2 DE FEVEREIRO A 14 DE MAIO DE 964,

retomou seu lugar no trono papal. Então, “cercado por bacantes, com cabelos desgrenhados e seus horríveis seguidores, João levantou-se da cadeira e pronunciou o seguinte discurso:

“Vocês sabem, meus queridos irmãos, que fui arrancado da Santa Sé pela violência do imperador. O sínodo que vocês realizaram durante a minha ausência, desprezando os costumes e cânones eclesiásticos, deve ser imediatamente anatematizado. Vocês não podem reconhecer como seu governante temporal aquele que presidiu essa ímpia assembleia, nem como seu guia espiritual aquele que foi eleito papa.”

90. O concílio respondeu:

“Cometemos uma prostituição em favor do adúltero e usurpador Leão.”

*João:* “Vocês desejam condená-lo?”

*O concílio:* “Sim, desejamos.”

*João:* “Os preladados ordenados por nós podem ordenar em nosso palácio pontifício? E o que vocês acham do bispo Sicon, a quem consagramos com nossas próprias mãos, o qual ordenou Leão, um dos oficiais de nossa corte, como neófito, líder, acólito, subdiácono, diácono, sacerdote e, finalmente, sem submetê-lo a alguma prova, e contrariamente a todas as ordens dos pais, ousou consagrá-lo à nossa sede episcopal? O que vocês acham da conduta de Bento, bispo do Porto, e de Gregório, de Albano, que abençoaram o usurpador?”

*O concílio:* “Que eles sejam procurados e apresentados a nós. Se forem descobertos antes do término de nossa terceira sessão, serão condenados com o antipapa, para que, no futuro, nenhum dos oficiais, neófitos, juízes ou penitentes públicos seja precipitado o suficiente para aspirar à mais alta honra na igreja.”

91. O papa João então pronunciou a sentença de condenação sobre Leão VIII, declarou-o deposto de todas as honras sacerdotais e de todas as funções clericais, com uma maldição perpétua se ele tentasse voltar à cidade de Roma. Ele degradou da posição deles todos os que haviam sido ordenados por Leão, exigindo que todos aparecessem diante dele em suas roupas clericais e escrevessem com a própria mão esta confissão: “Meu pai, não tendo ele nada, não poderia me dar com legitimidade qualquer coisa.” João, em seguida, solenemente os restabeleceu exatamente como eram antes. Em seguida, trouxe diante de si três dos partidários de Leão e Otão. Ordenou que cortassem a mão direita de um deles; o segundo, fez com que fosse terrivelmente mutilado; e o terceiro, ordenou que fosse chicoteado quase até a morte. Pouco tempo depois, João XII, ainda praticando seus vícios, foi morto pela justa indignação de um marido, cuja casa havia invadido.

92. Com a morte desse terrível João,

#### BENTO V, 964,

sucedeu ao trono papal, embora Leão VIII, que fora expulso por João, ainda estivesse vivo. Na época em que Leão VIII foi nomeado papa pelo imperador, pelos preladados e pelo povo, Bento, estando entre eles, fez um juramento de não reconhecer outro papa além de Leão enquanto ele vivesse; e de não permitir que qualquer papa fosse ordenado sem o consentimento do imperador. Não obstante, assim que João morreu, todos levaram avante o espírito de rebelião e o restauraram, elegendo e ordenando Bento. Mas assim que o imperador soube disso, marchou para Roma. Bento defendeu a cidade contra ele. Ele próprio subiu “as muralhas, vestido com seu hábito pontifício, com um machado de guerra nas mãos, e do alto dos muros lançava anátemas sobre seus agressores e repelia o inimigo que subia para o ataque”.

93. Otão, no entanto, capturou a cidade e o papa. Ele restabeleceu

#### LEÃO VIII, 964,

e depois reuniu um concílio. Bento foi levado perante o concílio em suas vestes pontifícias completas, quando o cardeal arqui-diácono se dirigiu a ele assim:

“Com que autoridade ou com que lei você assumiu esses ornamentos durante a vida do venerável papa Leão, a quem você escolheu conosco no lugar de João, condenado e rejeitado



por todos nós? Você pode negar que prometeu ao imperador nunca escolher nem ordenar um papa sem o consentimento dele ou de seu filho, o rei Otão?”<sup>15</sup>

94. Bento respondeu: “Pequei, tenham piedade de mim”. O imperador pediu ao concílio que tratasse Bento com misericórdia, “desde que reconhecesse sua culpa diante de todo o concílio. Após essas palavras, Bento, jogando-se aos pés de Leão e do imperador, declarou em voz alta que era um usurpador e implorou ao papa, ao imperador e ao concílio que o perdoassem. Tirou então o manto e o entregou ao papa, com o cajado pastoral, que Leão imediatamente quebrou e o mostrou quebrado ao povo. Depois disso, Leão ordenou que ele se sentasse no chão, e tendo-o despojado, naquela postura, de todos os ornamentos pontificais, pronunciou a seguinte sentença:

“Despojamos Bento, que usurpou a Santa Sé Apostólica, da dignidade pontifical e da honra do sacerdócio. No entanto, a pedido do imperador, que nos restaurou, permitimos que ele retenha a ordem de diácono, mas com a condição de que saia de Roma e entre em banimento perpétuo.”

95. O local de seu exílio foi Hamburgo, na Alemanha. Leão VIII morreu no início de março de 965. Os romanos enviaram um embaixador a Otão, que estava na Saxônia, para pedir que nomeasse um sucessor. Otão ficou tão satisfeito com esse sinal de respeito que lhes deu total liberdade para escolher o novo papa; e logo em seguida escolheram Bento, que tinha sido exilado para Hamburgo. Até nisso o imperador consentiu, mas, enquanto essas negociações estavam em andamento entre Roma e Saxônia, Bento morreu em julho de 965. Então os romanos escolheram por unanimidade o bispo de Narni, que se tornou o papa

### JOÃO XIII, 1º DE OUTUBRO DE 965.

Embora tivesse sido escolhido por unanimidade, agiu de maneira tão tirânica que, antes do final do ano, foi expulso de forma unânime. Refugiou-se em Cápua, de onde recorreu ao imperador, que, em 966, marchou novamente para Roma e restaurou João ao trono pontifício; e ele e o papa executaram uma terrível vingança contra os líderes daqueles que expulsaram João. Depois disso, João teve a permissão de ocupar a cadeira papal até sua morte, em 5 de setembro de 972. Foi sucedido por

### BENTO VI, DEZEMBRO DE 972 A 973.

96. Otão, o Grande, morreu em 7 de maio de 973. Tão logo a notícia chegou a Roma, ocorreu uma insurreição violenta, liderada por Crescêncio, governador de Roma, neto de Teodora e do papa João X. Ele invadiu o palácio de Latrão, capturou o papa Bento VI, lançou-o em uma masmorra, onde, logo depois, foi estrangulado; e Francon ascendeu ao trono papal como papa

### BONIFÁCIO VII, 974.

Porém, dentro de um mês, foi expulso. Ele pegou todos os tesouros e todos os vasos sagrados da igreja de São Pedro e fugiu para Constantinopla. A facção que o expulsara colocou na cadeira papal

<sup>15</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Leão VIII, par. 6.

## BENTO VII, 975 A 984.

Assim que Bento foi ordenado, reuniu um concílio em Latrão, onde depôs, excomungou e anatematizou Francon, Bonifácio VII.

97. Com o apoio de Otão II, Bento conseguiu manter-se no trono papal, pois eles simplesmente aterrorizavam a cidade. O imperador e o papa prepararam no Vaticano “um entretenimento suntuoso, para o qual foram convidados os grandes de Roma, os magistrados e os representantes das cidades vizinhas. Otão, a princípio, se esforçou por trazer alegria a seus convidados. Vinhos perfumados foram distribuídos em profusão; pratos requintados se sucederam, sem interrupção, em cima da mesa, e o júbilo mais radiante brilhava em todos os rostos. Então, a um sinal do príncipe, uma tropa de soldados entrou de repente no salão festivo, com suas espadas desembainhadas nas mãos, e três guardas se colocaram atrás de cada convidado. Um espetáculo tão estranho encheu o coração de todos de medo, e o pavor aumentou quando um oficial do palácio, exibindo uma longa lista, chamou em voz alta os homens infelizes que estavam destinados ao carrasco. Sessenta vítimas foram levadas do salão de banquete e massacrados sem piedade. Durante essa matança, Otão e o papa preservaram a mesma brandura em suas palavras e gestos. Eles prometiam a seus convidados os melhores vinhos e lhes apontavam os pratos mais deliciosos. Mas a imagem assustadora da morte estava diante dos olhos de todos, e seus rostos permaneciam gelados de terror. Por fim, o banquete horrível foi concluído.”

98. No tempo de Bento VII, a sede de dinheiro havia crescido tanto “que eles até vendiam o direito a assentos nas igrejas – de onde surgiu o tráfico de cadeiras nas igrejas, que se perpetuou até nossos dias e ainda gera imensas receitas para o clero”. Bento foi sucedido por

## JOÃO XIV, JULHO DE 983.

Mas depois de oito meses de reinado foi deposto, preso e morto de fome ou envenenado por

## BONIFÁCIO VII, MARÇO DE 984,

que havia retornado de Constantinopla e tinha conseguido angariar poder suficiente para tomar o trono papal. No entanto, sua carreira terminou em menos de um ano. Ao fim de uma orgia, morreu de apoplexia ou de envenenamento, e seu corpo foi arrancado do caixão pelo povo, arrastado pelas ruas e pendurado pelos pés na estátua equestre de Marco Aurélio.

## 99. JOÃO XV, 986 A 996,

foi o próximo papa. Logo foi expulso por Crescêncio, mas conseguiu estabelecer termos pelos quais foi autorizado a retomar o trono, sem ter que disputá-lo com outro papa. Durante seu pontificado, o rei Hugo Capeto reuniu um concílio em Rheims para julgar o arcebispo de Rheims por traição. O rei escreveu e enviou embaixadores ao papa a fim de informá-lo a respeito. Os bispos da sé de Reims também escreveram ao papa “para testemunhar o horror que a traição de seu superior lhes causou”. Mas o papa não deu resposta alguma nem ao rei nem aos bispos. Os representantes do rei e dos bispos foram três dias seguidos ao palácio do papa em Roma, cada

vez esperando o dia inteiro por algum tipo de mensagem; mas foram totalmente ignorados e obrigados a voltar à França sem resposta.

100. O concílio reuniu-se em 17 de julho de 991. Como o papa os ignorou por completo, tornou-se necessário, antes de tudo, estabelecer de forma canônica a autoridade do concílio. Alguns dos argumentos pelos quais isso foi feito merecem ser citados aqui. Em nome do rei, o bispo de Orleans proferiu um discurso cuja essência, senão o próprio discurso, fora elaborada por Gerberto, secretário do arcebispo de Rheims, que havia sido educado na escola muçulmana de Córdoba. Citamos os seguintes trechos:

“Acreditamos, meus irmãos, que devemos sempre honrar a Igreja Romana, em memória de São Pedro, e não pretendemos nos colocar em oposição ao papa. Devemos, no entanto, uma igual obediência ao Concílio de Niceia e às regras estabelecidas pelos pais. Consequentemente, devemos desconfiar do silêncio do papa e de suas novas ordenanças, para que sua ambição ou cobiça não prejudiquem os cânones antigos, que devem sempre permanecer em vigor.

“Alcançamos os privilégios da corte de Roma por nos reunir com regularidade? Não. Se o papa é louvável por sua inteligência e virtudes, não temos que temer nenhuma censura. Se, pelo contrário, o santo padre se permitir errar por ignorância ou paixão, não devemos ouvi-lo. Vimos no trono do apóstolo um Leão e um Gregório, pontífices admiráveis por sua sabedoria e conhecimento; no entanto, os bispos da África se opuseram às pretensões da corte de Roma, porque previam os males sob os quais agora sofremos.

“De fato, Roma degenerou muito! Depois de ter dado luzes brilhantes ao cristianismo, agora espalha amplamente escuridão profunda que se estende pelas gerações futuras. Não vimos João XII, mergulhado em prazeres desprezíveis, conspirar contra o imperador, cortar o nariz, a mão direita e a língua do diácono João e massacrar os primeiros cidadãos de Roma? Bonifácio VII, aquele infame parricida, aquele ladrão desonesto, aquele traficante de indulgências, não foi ele que reinou sob nossos olhos?

“A esses monstros, cheios de toda a infâmia, destituídos de todo o conhecimento, humano e divino, devem todos os sacerdotes de Deus se submeter, homens distinguidos em todo o mundo por sua erudição e vida santa? O pontífice romano que dessa forma peca contra seu irmão, que muitas vezes, ao ser admoestado, se recusa a ouvir a voz do conselho, é como um publicano e pecador. Embora esteja sentado num trono elevado, brilhando com púrpura e ouro, se ele for assim destituído de caridade, assim envaidecido pelo conhecimento vão, não é ele o anticristo? Ele é uma imagem, um ídolo, e consultá-lo é o mesmo que consultar uma pedra.”

“Devemos, no entanto, admitir que somos nós mesmos a causa desse escândalo, pois se a sé da Igreja Latina, antes resplendente, agora está coberta de vergonha e ignomínia, é porque sacrificamos os interesses da religião em favor de nossa dignidade e grandeza. É porque colocamos na primeira posição aquele que merece estar na última! Vocês não sabem que o homem a quem vocês colocam sobre um trono se deixa seduzir por honras e lisonjas e se torna um demônio no templo de Cristo? Vocês tornaram os papas poderosos demais, e eles se tornaram corruptos.”

“Alguns prelados desta assembleia solene podem dar testemunho de que na Bélgica e na Alemanha, onde o clero é pobre, ainda se podem encontrar sacerdotes dignos de governar o povo. É lá que devemos procurar bispos capazes de julgar sabiamente os eclesiásticos errantes; e não em Roma, onde a balança da justiça só se inclina sob o peso do ouro; onde o estudo é proibido e a ignorância é coroada.”

“Não há ninguém em Roma, é notório, que sabe o suficiente das letras para qualificá-lo como porteiro. Que audácia da parte daquele que se julga em condição de ensinar, não tendo ele mesmo nunca aprendido? Se os embaixadores do rei Hugo pudessem ter subordinado o papa e Crescêncio, seus negócios teriam tomado outro rumo.”

“O orgulhoso Gelásio disse que o pontífice romano deveria governar o mundo inteiro e que os mortais não tinham o direito de exigir que ele prestasse conta de suas mais insignificantes ações. Quem, então, nos dá um papa cuja equidade é infalível? Alguém pode acreditar que o Espírito Santo de repente inspira a quem elevamos ao pontificado e que ele recusa Sua luz aos outros bispos que foram nomeados? Gregório não escreveu o contrário, que os bispos eram todos iguais, desde que cumprissem os deveres de um cristão?”

“Se os exércitos dos bárbaros nos impedirem de ir à cidade santa, ou se o pontífice for submetido à opressão de um tirano, seremos obrigados a não realizar mais assembleias e os prelados de todos os reinos seriam obrigados a condenar seus príncipes, a executar as ordens de um inimigo que se apoderasse da suprema Sé? O Concílio de Niceia ordena que realizemos assembleias eclesiais duas vezes por ano, sem consultar de forma alguma o papa; e o apóstolo nos ordena a não ouvir nem mesmo um anjo que deseje se opor às palavras das Escrituras. “Vamos seguir, então, essas leis sagradas e não pedir nada dessa Roma que está entregue a todos os vícios e que Deus em breve trará em um mar de enxofre. Desde a queda do império, ela perdeu as igrejas de Alexandria e Antioquia, as da Ásia e da África. Em breve a Europa escapará dela; o interior da Espanha não reconhece mais seus julgamentos; a Itália e a Alemanha desprezam os papas: o homem do pecado, o mistério da iniquidade.”

“Deixe a Gália cessar de se submeter ao jugo vergonhoso de Roma, e então será realizada a revolta das nações de que as Escrituras falam.”<sup>16</sup>

101. O próprio Gerberto foi eleito arcebispo de Reims no lugar do prelado deposto. O papa, por um concílio de seu clero romano, emitiu uma bula, anulando a ordenação de Gerberto e colocando a sede de Reims sob interdito. Gerberto rasgou a bula em pedaços e proibiu o clero de respeitar o interdito. Em 995, o papa enviou um legado à França para executar imediatamente o decreto do papa; e em 996, em vez de persistir numa guerra interminável, Gerberto deixou que cumprissem o desígnio do papa e se retirou para a corte de Otão III.

102. Sob João XV, em 993, foi iniciado o costume papal de canonizar santos, que nada mais é do que uma forma papal que corresponde ao costume romano pagão de deificar seus heróis, colocando-os entre os deuses. Quando João XV morreu, Otão III estava na Itália e apontou como papa seu sobrinho Bruno, 24 anos, que recebeu o título de

### GREGÓRIO V, 996.

Mas assim que Otto deixou a Itália, o novo papa foi expulso por Crescêncio, que estabeleceu como papa um certo Filagato, arcebispo de Placenza, que levou o nome de

<sup>16</sup> De Cormenin, seção sobre João XV; *Latin Christianity* de Milman, vol. 3, livro 5, cap. 13, par. 11. A passagem bíblica a que se faz referência aqui é Apocalipse 17:16, 17: “Os dez chifres que viste e a besta, esses odiarão a meretriz, e a farão devastada e despojada, e lhe comerão as carnes, e a consumirão no fogo. Porque em seu coração incutiu Deus que realizem o seu pensamento, o executem à uma e deem à besta o reino que possuem, até que se cumpram as palavras de Deus.”

## JOÃO XVI, 997.

Otão voltou da Alemanha, João XVI fugiu, mas foi capturado e, com as habituais mutilações terríveis, foi exilado ou executado, e

## GREGÓRIO V, 997,

foi restabelecido e reinou imperturbável até sua morte, em 18 de fevereiro de 999. Em 998, o imperador Otão III havia nomeado Gerberto para o arcebispado de Ravena. E agora que Gregório estava morto, o imperador nomeou Gerberto para o pontificado vago. Ele levou o título de

## SILVESTRE II, ABRIL DE 999 A 12 DE MAIO DE 1003.

103. No empossamento de Gerberto, o imperador emitiu o seguinte decreto:

“Declaramos que Roma é a capital do mundo, a Igreja Romana, a mãe das igrejas; mas a dignidade da Igreja Romana tem sido obscurecida por seus pontífices negligentes e ignorantes; eles alienaram a propriedade da igreja fora da cidade para a escória da humanidade [trata-se aqui dos príncipes feudais dos Estados romanos], tornaram tudo venal e, assim, destruíram os próprios altares dos apóstolos. Esses prelados lançaram toda a lei num mar de confusão; eles se esforçaram para recuperar suas próprias dilapidações espoliando a nós; abandonaram seus próprios direitos para usurpar os do império.”<sup>17</sup>

104. Otão declarou que as imensas doações de Constantino e Carlos Magno ao papado eram pródigas e imprudentes. No entanto, ele próprio acrescentou a todas as doações feitas por todos os imperadores antes dele mais oito condados da Itália, por gratidão a seu amigo Gerberto. Otão III foi envenenado e morreu em Roma, em 22 de janeiro de 1002. No ano seguinte, em 12 de maio de 1003, Silvestre morreu e foi sucedido por

## JOÃO XVII,

cujos reinado continuou apenas de junho a dezembro de 1003. Ele foi sucedido por

## JOÃO XVIII, 25 DE DEZEMBRO DE 1003 A 31 DE MAIO DE 1009;

e este sucedido por

## SÉRGIO IV, JUNHO DE 1009 A JUNHO DE 1012,

que foi sucedido por

## BENTO VIII, 1012 A 1024.

Bento foi expulso por um certo

<sup>17</sup> *Latin Christianity* de Milman, *ibid.*, antepenúltimo parágrafo.

## GREGÓRIO,

que assumiu a cadeira como papa. Bento fugiu para a Alemanha para ficar sob a proteção de Henrique II. Henrique enviou tropas para acompanhá-lo até a Itália. Gregório foi então expulso e

## BENTO VIII

foi novamente empossado.

105. Em 1014, Henrique foi a Roma para ser coroado imperador pelo papa. Henrique confirmou todas as doações dos imperadores, de Carlos Magno a Otão III, e acrescentou ainda mais. Depois que Henrique saiu da Itália, os sarracenos fizeram uma incursão e se espalharam por toda a costa da Toscana. Bento colocou-se à frente de um exército e marchou contra eles. A expedição foi bem-sucedida; muitos dos sarracenos foram mortos e a esposa do chefe foi capturada e entregue ao papa, que cortou a cabeça dela e despojou seu corpo de suas joias de ouro, no valor de mil libras, e as enviou como presente para o imperador Henrique. Na Sexta-feira Santa, 1017, houve uma forte tempestade que continuou no dia seguinte, durante a qual um terremoto foi sentido. O papa, tendo sido informado de que alguns judeus estavam adorando na sinagoga naquele momento, matou todos eles. Depois disso, diz o historiador da época, a tempestade caiu e não houve mais terremotos.

106. Por volta de 1020, Bento XVI realizou um concílio em Pavia, na abertura do qual “leu um longo discurso no qual censurou fortemente a vida licenciosa do clero; acusou os padres de dissipar em orgias as propriedades que haviam recebido pela liberalidade dos reis e de empregar as receitas da igreja no sustento de suas prostitutas. [...] Ele invocou contra eles os cânones de Niceia, que recomendavam que os eclesiásticos preservassem a abstinência e os proibiu de viver com concubinas; finalmente, recordou os decretos de São Sirício e São Leão, que condenaram o casamento de padres e até de subdiáconos”. Ele foi além disso e “fez um decreto, dividido em sete artigos, que proibia os eclesiásticos de terem esposa ou concubina; ele o estendeu a todo o clero, regular e secular, sem exceção; ele declarou que os filhos dos eclesiásticos deveriam ser considerados servos e pertencer às dioceses, mesmo que as mães fossem mulheres livres”. Quando, em oposição a isso, foram citadas as Escrituras, que permitem o casamento, ele declarou que as passagens “não se destinavam a aplicar-se a sacerdotes, mas a leigos; e que aqueles que mantivessem essa heresia deveriam ser excomungados”.

107. Bento VIII foi sucedido por seu irmão João, que conseguiu chegar ao trono por suborno e reinou como papa

## JOÃO XIX, 1024 A 1033.

Em 1027, ele coroou como imperador Conrado II, rei da Alemanha. O rei Canuto da Inglaterra e o rei Rodolfo da Borgonha estavam presentes e auxiliaram na cerimônia. Estavam presentes também os arcebispos de Milão e Ravena. Cada um desses arcebispos reivindicava a dignidade de ocupar o lugar à direita do imperador. O arcebispo de Ravena teve a audácia de se colocar nessa posição. Contudo, pela orientação do papa, o imperador soltou a mão do arcebispo e chamou o bispo de Vercelli para ficar à direita. Mas o arcebispo de Ravena não queria ceder. A disputa tornou-se uma luta entre os partidários dos dois arcebispos. O grupo de Ravena foi

derrotado. Um concílio então levantou a questão e a discutiu com seriedade e finalmente decidiu que a honra de um lugar à direita do imperador ou do papa deveria pertencer ao arcebispo de Milão. Mas o arcebispo de Ravena rejeitou a decisão.

108. João XIX foi sucedido por seu sobrinho, Teofilato. Ele era o favorito dos condes de Túsculo, os quais, por meio de “intrigas, dinheiro e ameaças”, adquiriram para ele o trono papal, embora tivesse apenas dez ou 12 anos de idade. Ele assumiu o nome de

#### BENTO IX, 1033.

Ele se tornou tão odioso por seus vícios e depredações que foi expulso de Roma. Foi restabelecido em 1038 pelo imperador Conrado II. O papa Vítor III declarou que Bento IX foi “o sucessor de Simão, o Mago”, e não de Simão, o apóstolo; e que ele levou “uma vida tão vergonhosa, tão imunda e execrável, que estremecia ao descrevê-la. Ele governou como um capitão de bandidos, e não como um prelado. Os adultérios e homicídios cometidos por sua própria mão passaram despercebidos, sem vingança, pois o patrício da cidade, Gregório, era o irmão do papa; outro irmão, Pedro, um partidário ativo” (*Milman*).<sup>18</sup>

109. Em 1044, Bento tornou-se tão insuportável que, mais uma vez, foi expulso e outro, que recebeu o título de

#### SILVESTRE III,

foi colocado em seu lugar; mas em três meses o novo papa foi expulso e

#### BENTO IX

foi novamente restaurado. Desta vez, para que pudesse continuar suas dissipações sem o perigo de ser expulso, à maneira dos imperadores dos piores dias de Roma, Bento IX vendeu deliberadamente o cargo papal a João, seu próprio arcebispo, por 15 mil libras. Dizia-se que João era o homem mais religioso de Roma. Ele foi entronizado e ordenado pelo próprio Bento, que lhe vendera o papado; e ele reinou como

#### JOÃO XX, 1045.

110. E agora Silvestre III, expulso por Bento IX, voltou com extrema força e tomou posse do Vaticano como papa. Bento IX, por sua vez, depois de ter dissipado o dinheiro pelo qual havia vendido o cargo de papa, reuniu um contingente e expulsou do palácio de Latrão João, a quem vendera o papado e a quem ele próprio ordenara, e se estabeleceu novamente como papa no Latrão. João se estabeleceu em Santa Maria Maior. Então, esses três,

---

<sup>18</sup> *Ibid.*, cap. 14, par. 7.

SILVESTRE III,

BENTO IX,

JOÃO XX,

percebendo que em sua rivalidade não poderiam se sair tão bem quanto desejavam, uniram seus interesses e, em conjunto, *colocaram o papado em leilão público, para ser vendido ao maior lance.*

111. O papado foi comprado desta vez por João Graciano, um padre que havia acumulado uma enorme riqueza “para usos piedosos”, um dos quais, segundo ele, era seu próprio progresso; e outro era que, ao distribuí-lo em forma de suborno geral, poderia restaurar às pessoas o direito de eleição delas. Esse novo comprador do papado reinou como papa

GREGÓRIO VI, 1045 A 1046.

Mas foi deposto pelo imperador Henrique III em um concílio. O imperador então pediu ao concílio que nomeasse outro homem para o cargo papal. O clero reunido, porém, declarou que não havia um homem entre o clero romano que poderia ser recomendado. O imperador então escolheu o bispo de Bamberg, na Alemanha, que fazia parte de sua comitiva. Esse homem foi imediatamente consagrado como papa

CLEMENTE II, 25 DE DEZEMBRO DE 1046 A 9 DE OUTUBRO DE 1047.

112. Clemente coroou Henrique III como imperador no mesmo dia em que ele próprio se tornou papa. Ele também reuniu imediatamente um concílio para reformar o clero romano. Ele propôs a deposição de todos os bispos que haviam comprado o cargo para o episcopado. Mas foi informado pelo concílio que, para fazer isso, a igreja seria desfeita, pois não haveria clero suficiente para realizar os cultos nas igrejas. Tudo o que se podia fazer era aprovar cânones proibindo a prática – e isso por clérigos que eram todos culpados disso! O que mais ocupou a atenção do concílio foi outra disputa entre o arcebispo de Milão e o arcebispo de Ravena, sobre qual deveria ocupar o lugar de honra à direita do papa. Novamente, após muita discussão e séria deliberação, a questão foi decidida; desta vez, a favor do arcebispo de Ravena.

113. Com a morte de Clemente III, o papado foi novamente tomado por

BENTO IX, 8 DE NOVEMBRO DE 1047 A 17 DE JULHO DE 1048,

que havia vendido o papado duas vezes em leilão. Mas o imperador, Henrique III, escolheu enviar a Roma para ser papa um certo Poppone, da Baviera. Bento cedeu ao poder do imperador e Poppone reinou 23 dias como papa



## DÂMASO II, 16 DE JULHO A 8 DE AGOSTO DE 1048.

Após a morte de Dâmaso, o imperador reuniu um concílio na Alemanha, em Worms, para eleger um papa; e o bispo Bruno de Toul foi escolhido. Ele chegou a Roma no final do ano 1048 e foi entronizado como

## LEO IX, 2 DE FEVEREIRO DE 1049 A 13 de abril de 1954.

Ele também reuniu um concílio para reformar o clero romano. Mais uma vez, foi proposto depor todos os que haviam comprado a consagração para ordens sagradas. Contudo, novamente esse propósito teve que ser abandonado, porque fazê-lo inevitavelmente significaria dissolver a igreja, ou, como declaravam, isso “subverteria a religião cristã”. O novo papa, portanto, teve que se contentar com a confirmação dos decretos de Clemente III, que impunham penas e multas e o proibiam no futuro. Esse procedimento foi prontamente aprovado pelo concílio composto por subornadores confessos.

114. Em seguida, Leão pensou em impulsionar seu zelo reformista entre o clero na França e na Alemanha. Realizou um grande concílio em Reims. Ali, como já havia ocorrido duas vezes em Roma, a primeira coisa importante a ser decidida foi uma disputa entre arcebispos – desta vez de Reims e Trêves –, sobre qual deveria ter a honra de estar à direita do papa. Leão, sem saber quantos outros pretendentes havia, cortou o mal pela raiz fazendo com que todos se sentassem em círculo, com ele mesmo no centro. Esse concílio fez pouco mais do que os outros concílios que já haviam sido realizados em Roma. Depois que Leão voltou a Roma, Pedro Damião dirigiu-lhe uma carta pedindo instruções em relação à conduta escandalosa do clero de sua província, em que disse:

“Temos prelados que abertamente se entregam a todo tipo de devassidão, embebedam-se em festas, montam a cavalo e mantêm suas concubinas nos palácios episcopais. Esses ministros indignos empurram os fiéis para o abismo, e os sacerdotes menores caem em excesso de corrupção, sem que possamos excluí-los das ordens sagradas. O sacerdócio é tão desprezado que somos obrigados a recrutar ministros para o serviço de Deus dentre simoníacos, adúlteros e assassinos. No passado, o apóstolo declarou digno de morte, não apenas aqueles que cometiam crimes, mas também aqueles que os toleravam! O que ele diria se pudesse voltar à Terra e ver o clero de nossos dias? A depravação é tão grande agora que os sacerdotes pecam com seus próprios filhos! Esses infelizes usam como pretexto as regras da corte de Roma e, como têm uma tarifa a ser paga por crimes, eles os cometem com toda a segurança da consciência.”

115. Pedro se queixou da leviandade e da desigualdade dessas tarifas e depois declarou:

“Declaro que os papas que elaboraram essas leis miseráveis são responsáveis perante Deus por todos os distúrbios da igreja, pois os decretos do sínodo de Ancira condenam a 25 anos de penitência meros leigos que são culpados de pecados da carne. São Basílio e o papa Sirício declararam que todos os suspeitos desses crimes são indignos para o sacerdócio. Espero, então, que sua Santidade, depois de consultar a legislação da igreja e os doutores, tome uma decisão que reprima o desalinho de nossos sacerdotes.”

116. A única instrução que Leão conseguiu enviar sobre esse assunto foi que os pecados que Pedro havia censurado “mereciam ser punidos com todo o rigor das leis penitenciais e com

a privação de ordens; mas que o número de clérigos culpados tornava esse procedimento impraticável e o obrigava a preservar até o criminoso na igreja”.

117. Alguns normandos haviam penetrado na Itália e se apossado da província de Apúlia. Leão IX liderou pessoalmente um exército para expulsá-los e tomar posse dessa província para o papado. Em 16 de junho de 1053, seu exército foi totalmente derrotado, e ele, preso. Os normandos eram todos católicos devotos. Assim, apesar de prisioneiro, Leão ainda podia conduzir os assuntos do papado. O patriarca de Constantinopla havia escrito uma carta na qual mencionava alguns pontos de diferença entre a Igreja Romana e a Igreja Oriental. Essa carta foi levada ao conhecimento de Leão, e ele escreveu o seguinte ao patriarca:

“Eles me garantem, prelado indigno, que você impulsiona sua audácia até o ponto de condenar abertamente a Igreja Latina por ela celebrar a Eucaristia com pães ázimos. De acordo com sua opinião, o pontífice romano, depois de exercer o poder soberano por dez séculos, deve aprender com o bispo de Constantinopla o modo adequado de honrar seu Mestre divino. Você é ignorante então que os papas são infalíveis, que nenhum homem tem o direito de julgá-los e que pertence à Santa Sé condenar ou absolver reis e pessoas? O próprio Constantino decretou que era indigno da majestade divina que o sacerdote a quem Deus havia dado o império do Céu fosse submisso aos príncipes da Terra. Ele não apenas deu a Silvestre sua autoridade temporal como também lhes concedeu ornamentos, oficiais, guardas e todas as honras ligadas à dignidade imperial. Para que você não nos acuse de estabelecer nosso domínio por meio da ignorância e falsidade, enviamos uma cópia dos privilégios que Constantino concedeu à Igreja Romana.

118. O imperador do Oriente, Constantino Monômaco, escreveu a Leão uma carta muito favorável, à qual o papa respondeu assim:

“Príncipe, nós o louvamos por ter se curvado diante de nosso poder supremo, e por ter sido o primeiro a propor restabelecer a concordância entre seu império e nossa igreja; pois, nestes tempos deploráveis, todos os cristãos devem se unir para exterminar essa nação estrangeira que deseja se levantar em oposição a nós, o vigário de Deus. Esses normandos, os nossos inimigos comuns, têm levado à morte nossos fiéis soldados sob suas espadas; invadiram o patrimônio de São Pedro, sem considerar a santidade de nossa residência; invadiram conventos, massacraram monges, violaram virgens e queimaram igrejas. Essas pessoas selvagens, inimigas de Deus e do homem, resistem às orações, ameaças e anátemas da Santa Sé; esses bárbaros, endurecidos pela pilhagem e pelo assassinato, não mais temem a vingança divina. Fomos obrigados a pedir ajuda de todos os lados para domar essas hordas do norte; e nós, à frente de um exército, tivemos o desejo de marchar contra eles e nos unir com o seu fiel servo, o duque de Argyra, para conversar com ele sobre a expulsão deles da Itália; mas esses demônios encarnados subitamente nos atacaram, despedaçaram todas as nossas tropas e capturaram nossa pessoa sagrada. A vitória deles, no entanto, os inspirou com grande medo, e eles temem que príncipes cristãos venham esmagá-los e nos libertar das suas mãos.”  
“Não vacilaremos na santa missão que Deus nos confiou; não deixaremos de incitar outras pessoas contra eles, a fim de exterminar essa raça maligna. Não imitaremos nossos antecessores, esses bispos mercenários, que estavam mais engajados com suas próprias dissoluções do que com os interesses da Igreja Romana. De nossa parte, é nosso desejo restabelecer a Santa Sé

em seu antigo esplendor e não pouparemos ouro nem sangue para tornar nosso trono digno da majestade de Deus. O imperador Henrique, nosso querido filho, Já está avançando em nosso auxílio com um exército poderoso; e esperamos que em breve você mesmo cubra o Bósforo com suas velas, com o objetivo de desembarcar seus soldados nas margens da Apúlia. O que mais devo agora esperar com uma ajuda tão poderosa, para glória da Santa Sé!

119. Em outra carta ao patriarca de Constantinopla, ele disse:

“Dizem que você é um neófito e não seguiu os passos apropriados até o episcopado. Dizem que você se atreve a ameaçar os patriarcas de Alexandria e Antioquia, no intento de privá-los de suas antigas prerrogativas, a fim de subjugá-los ao seu domínio e que, por uma usurpação sacrílega, você toma o título de bispo universal, que pertence apenas ao bispo de Roma. Assim, em seu orgulho, você se atreve a se comparar conosco e a contestar nossa infalibilidade, desprezando as decisões dos pais, dos concílios ortodoxos, indo até contra os apóstolos. Finalmente, você persegue os fiéis que recebem a eucaristia com pães ázimos, sob o pretexto de que Jesus Cristo usou pão levedado para instituir o sacramento do altar. Eu o deixo, então, de sobreaviso de que suas doutrinas ímpias serão anatematizadas por nossos legados e que sua conduta será publicamente condenada, caso persista em se recusar a prestar juramento de obediência a nós.”

120. O patriarca não se dispôs a ceder ao papa. O imperador tentou obrigar a submissão, mas ele disse ao imperador que ele poderia removê-lo do patriarcado, mas que nenhum poder na terra jamais poderia fazê-lo trair sua confiança ao sujeitar a sé da cidade imperial de Constantinopla à de Roma. Consequentemente, a ameaça feita por Leão foi concretizada por seus legados em Constantinopla, em 16 de julho de 1054, ao declararem uma longa acusação e excomunhão do patriarca de Constantinopla, estendendo-se a “todos os que recebessem a partir de então o sacramento administrado por qualquer grego que criticasse o sacrifício da missa dos latinos”. Poucos dias depois, essa sentença foi seguida por outra com as seguintes palavras: “Quem quer que criticar a fé da Santa Sé de Roma e seu sacrifício seja anatematizado e não seja considerado cristão católico, mas herege prozimita.”<sup>19</sup>

121. No entanto, antes que essas excomunhões fossem realmente pronunciadas, a carreira de Leão terminou com sua morte em 19 de abril de 1054. O povo de Roma não deu nenhum passo em direção à eleição de um novo papa sem a orientação expressa do imperador. Eles, portanto, enviaram um subdiácono, Hildebrando, ao imperador na Alemanha, para pedir-lhe que nomeasse alguém que ele considerasse mais digno. Hildebrando já tinha a ideia de quem deveria ser escolhido – alguém contra o qual o imperador dificilmente faria alguma objeção: Gebhard, bispo de Eichstadt, conselheiro principal do imperador. Hildebrando uniu a seu plano os prelados da Alemanha, que imploraram ao imperador para nomear Gebhard. Gebhard foi escolhido e empossado como papa

VÍTOR II, 13 DE ABRIL DE 1055 A 28 DE JULHO DE 1057.

122. Em 1056, o imperador Henrique III, descobrindo que seu fim estava se aproximando, chamou o papa para ir à Alemanha. O imperador entregou seu jovem filho Enrique IV, então com cerca de 5 anos, para os cuidados do papa, morrendo em 5 de outubro. A viúva do imperador foi nomeada regente durante a menoridade do filho. Mas como o papa Vítor era o principal

<sup>19</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Leão IX, par. 5 a partir do fim.

conselheiro da viúva e também praticamente o guardião da criança, o papa tornou-se na prática imperador e papa ao mesmo tempo; e ele admitia isso, pois “a ambição de Vítor aumentou com seu poder; seus privilégios passaram a ser de natureza mais exaltada; o trono apostólico de Pedro, o chefe dos apóstolos, ergueu-se acima de todas as pessoas e todos os reinos, para que pudesse arrancar e destruir, plantar e construir em seu nome;” contudo, “morreu de repente em Arezzo e com ele cessaram todos esses esquemas magníficos de domínio universal” (*Milman*).<sup>20</sup> Foi sucedido por Frederico de Lorena, que havia sido chanceler do papado e um dos legados enviado a Constantinopla para pronunciar contra o patriarca de Constantinopla a excomunhão lançada por Leão IX. Frederico reinou como papa

### ESTÊVÃO X, 2 DE AGOSTO DE 1057 A 29 DE MARÇO DE 1058.

123. O novo papa tentou reformar o clero e realizou vários concílios sobre o assunto. Contudo, como nas tentativas anteriores, tudo o que foi feito foi promulgar cânones condenando suas práticas. Ele nomeou para o cardinalato Pedro Damião, o monge que escrevera com tanta clareza a Leão IX a respeito da condição do clero. E como cardeal, Pedro continuou ainda a expor as más práticas do clero. Ele escreveu:

“A disciplina eclesiástica está em todo lugar abandonada; os cânones da igreja são pisoteados; os padres trabalham apenas para satisfazer sua ambição ou se entregar à imoralidade. Os deveres do episcopado consistem apenas em vestir roupas cobertas de ouro e pedras preciosas, em envolver-se em peles preciosas, possuir cavalos de corrida nos estábulos e fazer investidas com uma numerosa escolta de cavaleiros armados. Os prelados devem, pelo contrário, dar o exemplo da pureza de sua moral e de todas as virtudes cristãs. Os infortúnios se voltam sobre aqueles que levam uma vida condenável, e anátemas sobre aqueles que conspiram pela dignidade de bispos para um fim criminoso. Vergonha sobre os eclesiásticos que abandonam seu país, seguem os exércitos de reis e se tornam cortesãos de príncipes, para obter, por sua vez, o poder de comandar homens e de subjugar-los sob seu domínio! Esses sacerdotes corruptos são mais sensíveis às dignidades terrestres do que às recompensas celestes prometidas pelo Salvador; e para obter os bispados, sacrificam a alma e o corpo. Seria, no entanto, melhor que comprassem abertamente as sés episcopais, pois a simonia é um crime menor que a hipocrisia. Suas mãos impuras estão sempre abertas para receber presentes dos fiéis; suas mentes estão sempre maquinando para inventar novos meios de oprimir o povo, e suas línguas de víbora são pródigas, dia e noite, em bajular os tiranos. Assim, declaro que os bispos que se tornaram escravos dos reis são três vezes simoníacos e três vezes amaldiçoados!”

124. Antes de sua morte, Estevão exigiu que o clero promettesse que não escolheria um papa antes do retorno de Hildebrando, que estava na Alemanha. Porém, assim que Estêvão morreu, um partido forte, liderado pelos condes de Túsculo, escolheu o bispo de Velletri; e, contra a oposição dos cardeais, à noite o empossaram como papa

<sup>20</sup> *Latin Christianity*, vol. 3, livro 6, cap. 3, par. 8.

## BENTO X, ABRIL A DEZEMBRO DE 1058.

Mas quando Hildebrando voltou da Alemanha, fez com que o arcebispo de Florença fosse eleito papa, que recebeu o título de

## NICOLAU II, JANEIRO DE 1059 A 22 DE JULHO DE 1061.

125. Assim, novamente houve dois papas ao mesmo tempo. Quando se perguntou a Pedro Damiano qual deles era o verdadeiro papa que deveria ser obedecido, respondeu:

“O que está agora na Santa Sé foi entronizado à noite por tropas de homens armados, que o fizeram ser eleito distribuindo dinheiro entre os clérigos. No dia de sua nomeação, as pártinas, os sagrados cibórios e os crucifixos do tesouro de São Pedro foram vendidos em toda a cidade. Sua eleição foi violenta e simoniaca. Ele alega, em sua justificativa, que foi forçado a aceitar o pontificado; e eu afirmaria que isso é um fato, pois nosso papa é tão estúpido que não seria de todo extraordinário se ele ignorasse as intrigas que os condes de Toscanella fizeram em seu nome. Ele é culpado, no entanto, por permanecer no abismo em que foi lançado e por ter sido ordenado por um arcipreste cuja ignorância é tão grande que ele não consegue ler uma linha sem ler pausadamente cada sílaba. Embora a eleição de Nicolau Segundo não tenha sido inteiramente regular, eu me submeteria com mais disposição à autoridade desse pontífice, porque ele é suficientemente letrado, possui uma mente ativa, uma moral pura e é cheio de caridade. Ainda assim, se o outro papa pudesse redigir uma linha, não digo um salmo, muito mesmo uma homilia, não me oporia a ele e beijaria seus pés.”

126. Nicolau, em Florença, convocou um concílio, em que compareceram os cardeais e a maioria dos bispos da Itália para considerar como conquistar o trono papal em Roma. O concílio declarou por unanimidade que Nicolau havia sido eleito de modo legítimo e aprovou uma sentença de excomunhão a Bento X. E como Nicolau e seu concílio tinham o apoio do duque Godofredo de Lorena, como representante do imperador, Bento cedeu sem qualquer outra contestação. A excomunhão foi removida, ele foi deposto do sacerdócio e obrigado a passar o resto de seus dias em um mosteiro.

127. Nicolau reuniu um concílio em Roma e fez o esforço usual para reformar o clero, alcançando os mesmos resultados. No que diz respeito aos que haviam aberto o caminho para o cargo por meio de suborno, ele foi obrigado a confessar:

“Quanto aos que foram ordenados por dinheiro, nossa clemência lhes permite preservar as dignidades para as quais foram promovidos, porque a multidão desses eclesiásticos é tão grande que, observando o rigor dos cânones em relação a eles, deixaríamos quase todas as igrejas sem sacerdotes.”

128. Por meio desse concílio, a eleição do papa foi tirada das mãos da população, e até do clero em geral, e confinada aos cardeais, embora tenha restado para o povo um tipo vago de direito de aprovação. Uma forte maldição foi lançada pelo concílio sobre quem desconsiderasse essa nova lei. O concílio declarou contra tal pessoa uma excomunhão irrevogável, afirmando que sua sorte seria entre os ímpios por toda a eternidade. O concílio foi encerrado com as seguintes palavras:

“Que ele possa suportar a ira do Pai, Filho e Espírito Santo, e a de São Pedro e São Paulo, nesta vida e na próxima! Que sua casa fique desolada e ninguém habite em suas tendas! Que seus filhos sejam órfãos, que sua esposa fique viúva, que seus filhos se tornem párias e mendigos! Que o agiota consuma seus recursos, o estrangeiro colha seus esforços; que todo o mundo e todos os elementos batalhem contra ele, e os méritos de todos os santos que dormem no Senhor lhe causem perplexidade e derramem nítida vingança durante esta vida! Quem, por outro lado, guardar esta lei, pela autoridade de São Pedro, é absolvido de todos os seus pecados.”

129. Nicolau fez as pazes com os normandos, para grande vantagem do papado, tanto espiritual quanto temporal, pois o famoso normando Roberto Guiscardo prestou o seguinte juramento de lealdade ao papa:

“Eu, Roberto, pela graça de Deus e São Pedro, como duque de Apúlia e Calábria e futuro duque da Sicília, prometo pagar a São Pedro, a você, papa Nicolau, meu senhor, a seus sucessores ou a você e seus núncios 12 dinheiros [*deniers*], dinheiro de Pavia, para cada jugo de bois, como um reconhecimento por todas as terras que eu controlo e possuo, ou que dei para serem defendidas e possuídas por qualquer um dos ultramontanos; e essa quantia será paga anualmente no domingo de Páscoa por mim, meus herdeiros e sucessores, a você, papa Nicolau, meu senhor, e a seus sucessores. Que Deus me ajude e estes Seus santos Evangelhos.”<sup>21</sup>

130. Após a morte de Nicolau, o clero e o povo ficaram novamente divididos em duas poderosas facções, cada uma lutando com vigor pelo poder que resultava da eleição do papa. Como nenhum dos partidos conseguiria prevalecer de imediato, mensageiros foram enviados para a Alemanha, para a corte do imperador-criança, para que o conselho imperial nomeasse um homem para ser papa. Mas, por alguma razão, os mensageiros não conseguiram uma audiência na corte imperial e foram obrigados a voltar com os selos de suas cartas intactos. Hildebrando então deu o passo ousado de eleger um papa sem nenhuma palavra da corte imperial; e o novo papa foi devidamente empossado como

#### ALEXANDRE II, 7 DE OUTUBRO DE 1061 A 21 DE ABRIL DE 1073.

A facção adversária enviou mensageiros ao imperador. Um concílio se reuniu em Basileia e declarou Alexandre deposto. Em seguida, elegeu como seu sucessor o bispo de Parma, que foi proclamado e consagrado como papa

#### HONÓRIO II, 28 DE OUTUBRO DE 1061 A 1066.

131. Este Honório é descrito pelo cardeal Damião como tendo sido “claramente um perturbador da igreja, o destruidor da disciplina apostólica, o inimigo da salvação humana, [...] a raiz do pecado, o arauto do diabo, o apóstolo de anticristo; e o que devo dizer mais? Ele é uma flecha da aljava de Satanás, o cajado de Assur, um filho de Belial, filho da perdição que se opõe e se exalta acima de tudo o que se chama Deus ou que é adorado; o abismo da indecência, o naufrágio da castidade, o opróbrio do cristianismo, a ignomínia do sacerdócio, a cria de víboras, o fedor do mundo, a sujeira da raça, a desgraça do Universo, [...] uma serpente escorregadia, uma cobra torta, uma pia de crime, a escória (latim, *sentina* – lavagem) do vício, a abominação do

<sup>21</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Nicolau II, par. 10.

Céu, o banido do Paraíso, alimento para o Tártaro, o restolho do fogo eterno”. Isso não esgota a lista de imprecações lançadas pelo cardeal ao novo papa, mas é suficiente para dar uma ideia do caráter de Honório II ou do próprio cardeal Damião – possivelmente de ambos.

132. Agora, havendo dois papas, a próxima coisa a ser resolvida, é claro, era qual deveria ser o papa sozinho. Honório II, com um exército, marchou de Basileia diretamente para Roma. O papa Alexandre fugiu; mas o duque Godofredo, que defendia a causa dele, foi ao encontro do exército de Honório e o derrotou. O próprio Honório foi feito prisioneiro, mas subornou seus captores e escapou. Quando Alexandre soube da derrota de Honório, retornou a Roma e ocupou a cadeira papal. Honório havia reunido um exército mais forte e, na primavera de 1062, marchou novamente para a Itália, onde foi recebido com alegria por muitos bispos das cidades lombardas. O bispo de Albi foi a Roma como o emissário de Honório e o embaixador do imperador. Ele trabalhou ali de forma resoluta por meio da palavra ou do dinheiro visando aos interesses de Honório. Houve uma grande assembleia no hipódromo, no qual o papa Alexandre apareceu a cavalo. Ali, na presença de todos, o bispo de Albi denunciou o papa Alexandre II: “Você obteve sua eleição para o papado com a ajuda de normandos, ladrões e tiranos e por evidente suborno. Hildebrando, filho de Simão, o Mago, foi o principal agente desse comércio detestável, pelo qual ambos sofreram condenação diante de Deus e do homem.” Ele ordenou que Alexandre fosse à corte do imperador para fazer penitência. Alexandre respondeu que, ao receber o cargo de papa, não havia rompido com sua lealdade ao imperador e que enviaria seu legado à corte de Henrique. Então, entre as vaias da multidão – “Fora, leproso! Fora, desgraçado! Suma, odioso!” – Alexandre foi embora.

133. Os partidários de Alexandre enfrentavam o suborno com suborno. No entanto, o bispo de Albi pôde formar em Roma um partido poderoso em apoio a Honório. Enquanto isso, Honório marchava com seu exército em direção a Roma. Ao se aproximar, o exército do papa Alexandre saiu da cidade para encontrá-lo. Na batalha, o exército de Alexandre foi derrotado e foi obrigado a refugiar-se dentro dos muros de Roma. O exército de Honório não era poderoso o suficiente para forçar os portões ou muros, o que o levou a acampar-se no território do conde de Túsculo, neto do famoso Alberico, filho de Marózia. Nesse exato momento, o duque da Toscana, que não tinha tomado partido nesta disputa papal, apareceu com um exército mais poderoso do que o de qualquer papa, exigiu que as hostilidades cessassem e que os papas rivais se retirassem cada um para sua cidade e aguardassem a decisão do imperador sobre suas reivindicações rivais.

134. Nessa mesma época, os partidários de Alexandre, na Alemanha, deram um forte golpe a seu favor: os principais arcebispos e nobres haviam, à força, tomado o jovem imperador dos cuidados de sua mãe, assumindo eles mesmos esse encargo. E agora, em nome dele, foi reunido um concílio em Augsburg, no qual o cardeal Damião foi o principal articulador em nome de Alexander. Ele justificou a ação dos arcebispos em deixar de lado a mãe do imperador, e eles mesmos terem o controle da criança, pelo argumento de que “nos assuntos temporais, a mãe do imperador poderia guiar seu filho; mas a Igreja Romana era a mãe do imperador em um sentido mais elevado e, como seu legítimo guardião, deveria agir por ele em questões espirituais”. O concílio decidiu a favor de Alexandre II e o declarou o papa legítimo a quem pertencia todos os poderes do papado.

135. No entanto, Honório ainda estava vivo e tinha seus amigos e até seu exército; e um de seus amigos possuía o castelo de Santo Ângelo, em Roma. Na primavera de 1063, a pedido de seus apoiadores em Roma, Honório liderou seu exército novamente para aquela cidade. Sua facção controlava os portões de uma parte da cidade, e Honório teve condição de entrar na cidade sem batalha. As tropas de Alexandre tinham o controle das outras partes da cidade. Uma batalha foi travada, Honório foi derrotado e refugiou-se no castelo de Santo Ângelo, onde se manteve por dois anos. “Roma tinha dois papas com suas tropas armadas lançando ameaças ferozes uma contra a outra em regiões opostas da cidade. Os trovões espirituais – cada um, é claro, e cada um em seu sínodo, havia lançado a mais terrível excomunhão – foram afogados no estrondo mais alto das armas” (*Milman*).<sup>22</sup>

136. Em maio de 1064, outro concílio se reuniu para decidir mais uma vez a questão sobre quem era o legítimo papa. Esse concílio foi realizado em Mântua, na Lombardia. Os papas rivais foram convocados para comparecer ao concílio. Alexandre, sabendo que os organizadores do concílio eram favoráveis a ele, foi. Honório recusou-se a ir afirmando que nenhum poder tinha o direito de convocá-lo, pois sua eleição fora realizada regularmente por um concílio e confirmada pela autoridade imperial. O concílio declarou Alexandre II como papa legítimo. Uma parte do exército de Honório invadiu a cidade de Mântua enquanto o concílio estava em sessão. Mas o duque Godofredo tinha acompanhado Alexandre com um exército, garantindo sua segurança, e este expulsou os soldados de Honório. Os partidários episcopais de Honório na Lombardia desertaram de sua causa e pediram perdão ao concílio. Honório II, porém, ainda mantinha seu título de papa até o dia de sua morte, em 1066; e Alexandre II reinou em paz papal por sete anos, até 21 de abril de 1073, quando também morreu, sendo sucedido pelo monge Hildebrando, como papa

## GREGÓRIO VII.

---

<sup>22</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 3, livro 6, cap. 3, par. 30 a partir do fim.



# A SUPREMACIA PAPAL – GREGÓRIO VII A CALISTO II

*Hildebrando contra o Clero Casado – O Significado de “Gregório VII” – O Esquema Teocrático de Hildebrando – Gregório VII Concebe as Cruzadas – A Guerra contra o Casamento – Aflição Causada por Gregório VII – A Guerra das Investiduras – Gregório Convoca Henrique IV – Henrique IV ao Papa – Gregório Excomunga Henrique – O Império Contra Henrique IV – Henrique em Canossa – Henrique Livre da Excomunhão – Um Rei Rival Eleito – Gregório Excomunga Henrique Novamente – Henrique IV se Torna Vitorioso – Roma em Ruínas: Morre Gregório – Máximas de Gregório VII – Origem das Cruzadas – O Discurso da Cruzada do Papa Urbano – Recompensa e Caráter dos Cruzados – A Primeira Cruzada – A Captura de Jerusalém – A Natureza das Cruzadas – A Guerra das Investiduras Renovada – Papa Pascoal II: Rei Henrique V – Henrique V Captura o Papa – O Papa Cede a Henrique V – A Contribuição de Pascoal ao Papado – O Papado no Século 12.*

O reinado de Gregório VII se destacou de tal forma que marcou uma época, até na trajetória do papado. Foi o papado que havia restaurado o Império Ocidental. Foi pelo papa que Carlos Magno foi proclamado imperador. Carlos Magno e seus sucessores receberam por um longo período a coroa imperial das mãos do papa. Por um tempo, de fato, por causa da anarquia dos tempos, os papas estiveram em condições de até escolher e coroar o imperador. Mas, por um longo período, até a época de Gregório VII, o papado em si havia se degradado tanto que, em vez de os papas escolherem os imperadores, os imperadores ficaram com a responsabilidade de escolher os papas. O objetivo maior de Gregório VII era reverter essa ordem e tornar o papado mais uma vez supremo.

2. É sobre essa questão que o nome de Hildebrando aparece pela primeira vez na história. Quando, por causa de suas enormes crueldades e opressões, o papa Gregório VI foi rejeitado pelo povo, e até pelo clero de Roma, e, em favor do clero e do povo, teve que ser deposto e exilado pelo imperador Henrique, Hildebrando, que na época não passava de um monge, censurou publicamente o Concílio de Sutri, que havia concedido ao imperador o poder de depor o papa. Naquela época, o monge Hildebrando passou a residir no mosteiro de Cluny, na Borgonha, do qual se tornou abade. Quando Leão IX foi escolhido papa pelo imperador e sua Dieta em Worms, enquanto estava de viagem para Roma, parou no mosteiro de Cluny. Ali Hildebrando abordou Leão com o objetivo de submeter a autoridade do imperador à dos papas. Até aquele momento, Leão havia viajado como papa, em trajes papais, com quatro bispos como assistentes. Hildebrando o convenceu a deixar tudo isso de lado – não a renunciar ao ofício de papa, mas apenas ao reconhecimento de que essa dignidade lhe havia sido concedida pelo imperador. Ele o convenceu a fazer o restante da viagem como simples peregrino e apresentar-se, assim, em Roma, como dependendo apenas da voz deles para o cargo pontifício.

3. Hildebrando foi tão bem-sucedido na abadia de Cluny em inculcar esse plano na mente de Leão que reforçou essa vitória com a decisão de abandonar a abadia e seu cargo de liderança ali e ir com Leão a Roma e ficar ali permanentemente. Se Hildebrando nessa época, ou mesmo algum tempo depois, concebeu o propósito de se tornar papa, no trono, isso não pode ser afirmado com certeza. Mas pode-se dizer com segurança que ele teve a determinação fixa de que, onde quer que estivesse, o que quer que se tornasse e com o poder que viesse a alcançar, o papado deveria ser supremo. E em Roma, embora não fosse o papa no trono, Hildebrando tornou-se papa atrás do trono. Ele manteve seu poder sobre Leão IX. Com a morte de Leão, ele foi o embaixador que se dirigiu para a Alemanha e garantiu a nomeação de Vítor II. Ele teve tanto êxito em manter firme sua ascendência que se tornou uma questão de notoriedade pública que Hildebrando era o papa do papa. No tempo de Alexandre II, o cardeal Damiano escreveu o seguinte a Hildebrando: “Você faz deste um Senhor; aquele faz de você Deus”. “Sou mais súdito do senhor do papa do que do senhor papa.”

4. Outro propósito ao qual Hildebrando se dedicava, e essencial ao seu grande esquema de supremacia do papado, era o celibato absoluto e universal do clero. O monasticismo era, obviamente, sempre contrário à relação matrimonial. Todos os clérigos monges eram, portanto, celibatários. E todos os papas que também eram monges haviam batalhado com firmeza contra o casamento; e os papas que não eram monges mantinham com rigidez o comportamento do que eram monges. Em 748, Bonifácio, o monge, que foi o missionário papal na Alemanha, depois de uma longa guerra contra o clero casado na França, tendo recebido o apoio incondicional de Carlos Martel e seu filho Carlomano, foi obrigado a confessar que os clérigos casados, embora desligados de toda conexão eclesiástica, eram “muito mais numerosos do que aqueles que já haviam sido forçados a cumprir as regras. Expulsos das igrejas, mas apoiados pelo povo simpatizante, esses exerciam seu ministério entre os campos e nas cabanas dos camponeses, que os ocultavam das autoridades eclesiásticas. Não se trata aqui da descrição de meros mundanos sensuais, e é provável que por esta altura a perseguição havia levado os mal-intencionados para o lado vencedor. Aqueles que exerciam seu ministério em segredo e na miséria, mantendo a veneration do povo, eram homens que se consideravam casados de modo honroso e legítimo e que eram incapazes de sacrificar esposa e filhos por vantagens mundanas ou por obediência cega à regra que para eles era nova, antinatural e indefensável” (*Lea*).<sup>1</sup>

5. Por mais grosseira que fosse a licenciosidade do clero solteiro, casar-se e viver em honra com uma esposa era denunciado como pecado maior do que isso. Era o ensino positivo da igreja de que aquele que era culpado de praticar a licenciosidade, “sabendo que estava errado, era muito menos criminoso do que aquele que se casava, acreditando ser isso certo” (*Lea*).<sup>2</sup> Os membros do clero que não eram monges recebiam o nome de clérigos “seculares”. E parece que essa classe era mais numerosa do que o clero monástico. E apesar da guerra perpétua dos monges e papas contra o casamento do clero, ainda havia no tempo de Gregório VII muitos, dentre o clero, que reconheciam, honravam e desfrutavam da relação matrimonial. Na Inglaterra, na França, na Normandia, na Alemanha, na Borgonha, na Lombardia e no reino de Nápoles, havia muitos clérigos casados; e mesmo

<sup>1</sup> *History of Sacerdotal Celibacy*, cap. 9, par. 14.

<sup>2</sup> *Ibid.*, cap. 12, par. 9 a partir do fim.

na própria Roma havia alguns. Até a época de Nicolau II, todo o clero do reino de Nápoles, do mais alto ao mais baixo, vivia aberta e honrosamente com suas esposas legítimas.

6. “Apesar do fervor piedoso que habitualmente estigmatizava as esposas como prostitutas e os maridos como adúlteros, o próprio Damião nos permite ver que a relação matrimonial era preservada com total fidelidade por parte das mulheres e era compatível com erudição, decência e atenção estrita ao dever religioso pelos homens. Ao instar as esposas a renunciar a seus maridos, ele acha necessário combater os escrúpulos delas em romper o que lhes era um compromisso solene, fortalecido com todas as disposições legais e ritos religiosos, mas que ele considera uma cerimônia frívola e sem sentido. Assim, ao lamentar o a prática habitual do casamento entre o clero piemontês, ele o considera como a única mancha em homens que de outra forma lhe parecia um coro de anjos e como luzes brilhando na igreja.”<sup>3</sup> Mas era o objetivo fixo de Hildebrando destruir tudo isso de forma total e universal. A posição e o poder de Hildebrando nos assuntos do papado constituem o segredo por detrás dos concílios e esforços de Leão IX, Estêvão X, Nicolau II e Alexandre II contra o casamento, ou, como o chamavam, o “concubinato e adultério” do clero. O fato de Honório II favorecer o casamento do clero foi a principal causa de ele ter sido denunciado de forma tão acerba pelo cardeal Damião.

7. No dia seguinte à morte de Alexandre II, enquanto Hildebrando como arqui-diácono realizava o serviço funerário, iniciou-se o clamor que logo reverberou por toda a multidão: “Hildebrando é papa”. São Pedro escolhe o arqui-diácono Hildebrando. Os serviços funerários assim interrompidos foram abandonados até Hildebrando ser empossado em seu novo cargo e, vestido de púrpura, sentou-se no trono papal, em 22 de abril de 1073, como

## GREGÓRIO VII.

A própria escolha de seu nome papal foi um sinal de qual seria sua atitude em relação à autoridade imperial. Seu nome escolhido, Gregório VII, foi o endosso declarado do pontificado de Gregório VI, que fora deposto e exilado pelo imperador, ação que Hildebrando, o monge, havia censurado de forma violenta na época.

8. Esse reconhecimento declarado do pontificado de Gregório VI por esse “César do papado” é notável também em outro aspecto: Gregório VI foi o padre João Graciano (página 248) que havia acumulado muita riqueza “para usos piedosos”, que ele empregou para o “uso piedoso” de comprar o papado quando este foi colocado em leilão pelo trio papal, Bento IX, João XX e Silvestre III. Portanto, quando Hildebrando escolheu o nome de Gregório VII, ele não apenas censurou a autoridade imperial que depusera Gregório VI, mas também colocou seu endosso papal em todo o curso de Gregório VI. Com isso, Gregório VII estabeleceu o selo papal de legitimidade na conjuntura que trouxe à existência um Gregório VI. Dessa forma, ele definiu pela mais elevada autoridade papal possível que ninguém jamais chega a alcançar o papado de forma ilegítima. Pelo próprio papado, fica assegurado, em seus assuntos, “o que quer que seja, está certo”.

9. Por mais que Gregório VII odiasse qualquer dependência do papado em relação à sanção da autoridade imperial, a situação do papado naquele momento o obrigou a se submeter

<sup>3</sup> *Ibid.*, par. 7 a partir do fim.

à autoridade imperial, a cortejar seu favor e até solicitar a aprovação dele para sua ascensão à cadeira papal. Durante a maior parte do reinado de seu antecessor imediato, tinha havido dois papas e, conseqüentemente, guerra; e agora o imperador estava pronto para levantar um papa em oposição a Gregório VII. Para escapar de tal evento e de suas conseqüências, Gregório foi obrigado a submeter à aprovação do imperador suas reivindicações à sé papal, embora já fosse eleito papa. No dia seguinte à sua eleição, enviou mensageiros a Henrique IV na Alemanha para lhe anunciar o que havia ocorrido; e “que, apesar de não ter sido capaz de resistir ao desejo sincero, ou melhor, à violência do povo romano, ele não se permitiu ser consagrado sem a aprovação e consentimento do rei. Nesse momento, Henrique despachou imediatamente o conde Eberhard para Roma, com ordens para indagar *in loco* se a eleição de Hildebrando era canônica; e se não fosse, faria com que outro fosse escolhido no lugar dele” (*Bower*).<sup>4</sup> Gregório foi capaz de satisfazer o conde Eberhard, que retornou a Henrique com um relatório favorável, o qual, então, enviou a Roma o chanceler da Itália, o bispo de Vercelli, para confirmar a eleição de Gregório e auxiliar na sua consagração como papa.

10. Assim, Gregório VII manteve o trono papal sem qualquer contestação da parte da autoridade imperial ou de um papa rival. E assim ele confessou a si mesmo e ao papado como dependentes da autoridade imperial em razão do poder que estava determinado a usar para elevar a si mesmo e ao papado acima dessa autoridade. Todo o esquema de Gregório se resume no seguinte enredo: embora estivesse determinado a exaltar o poder papal acima do imperial e torná-lo supremo e absoluto, ele nunca pensou por um momento em tornar o papado *independente* da autoridade imperial. O poder imperial deveria ser *o braço de espada da igreja* a fim de ser dirigido segundo a vontade da igreja e ser exercido em favor da igreja. Isso ficou claro da parte de Hildebrando no reinado de Alexandre II, em uma carta que escreveu para o arcebispo guardião do jovem imperador Henrique IV, cerca do ano de 1062. Ele disse:

“Os poderes real e sacerdotal estão unidos em Jesus Cristo, no Céu. Eles devem igualmente formar uma união indissolúvel na terra, pois cada um precisa da ajuda do outro para governar o povo. O sacerdócio é protegido pela força da realeza; a realeza é auxiliada pela influência do sacerdócio. O rei leva a espada para atacar os inimigos da igreja; o papa carrega os trovões do anátema para esmagar os inimigos do soberano. Que o trono e a igreja se unam, e todo o mundo estará sujeito à lei deles.”<sup>5</sup>

11. Essa teoria, afirmada de modo mais completo, é que “como Deus, no meio da hierarquia celestial, governava os espíritos benditos no paraíso, assim o papa, seu vigário, exaltado acima de padres, bispos, metropolitas, reinava sobre as almas dos homens mortais embaixo. Mas assim como Deus é o Senhor da terra e do céu, Ele (o *imperator coelestis*) deve ser representado por um segundo vice-rei terrestre, o imperador (*imperator terrenus*), cuja autoridade provém desta vida presente e se aplica a ela. E da mesma forma que neste mundo atual a alma não pode agir exceto pelo corpo, embora o corpo não seja mais que um instrumento e meio para a manifestação da alma, também deve haver um governo e um cuidado para o corpo dos homens, assim como para sua alma, sempre subordinados, contudo, ao bem-estar daquilo que é mais puro

<sup>4</sup> *Lives of the Popes*, Gregório VII, par. 1.

<sup>5</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Alexandre II.

e duradouro. É sob o símbolo da alma e do corpo que a relação do poder papal e imperial nos é apresentada durante toda a Idade Média.

12. “O papa, como vigário de Deus em assuntos espirituais, deve levar os homens à vida eterna; o imperador, como vigário em assuntos temporais, deve controlá-los em suas relações uns com os outros de tal forma que sejam capazes de ter uma caminhada espiritual sem perturbações e, dessa forma, alcançar o mesmo fim supremo e comum da felicidade eterna. Tendo em vista esse objetivo, seu principal dever é manter a paz no mundo, ao passo que, para a igreja, sua posição é de protetor ou defensor (*advocate*), um título emprestado da prática adotada por igrejas e mosteiros de escolher algum barão poderoso para proteger suas terras e liderar seus arrendatários na guerra. As funções do defensor são duas: na própria pátria, tornar o povo cristão obediente ao sacerdócio e executar seus decretos sobre hereges e pecadores; no exterior, propagar a fé entre os pagãos, sem poupar o uso de armas carnais. Assim, o imperador corresponde em todos os pontos ao seu antítipo, o papa, e seu poder é ainda inferior, criado com base na analogia do poder papal, assim como o papal havia sido modelado segundo o império antigo.”

13. “O paralelo vale bem até nos detalhes, pois, assim como vimos o clérigo assumindo a coroa e as vestes do príncipe secular, agora ele colocava sobre o imperador suas próprias vestimentas eclesiásticas, a estola e a dalmática, conferia-lhe um caráter clerical e sagrado, separava seu cargo de todas as estreitas associações de nascimento ou país e empossava-o por meio de ritos, cada um dos quais servindo como meio para simbolizar e ordenar deveres em sua essência religiosos. Assim, a santa Igreja Romana e o sacro Império Romano são a mesma coisa, em dois aspectos; e o catolicismo, o princípio da sociedade cristã universal, também é romanismo; isto é, repousa sobre Roma como a origem e o protótipo de sua universalidade. Essa igreja se manifesta num dualismo místico que corresponde às duas naturezas de seu Fundador. Como divina e eterna, sua cabeça é o papa, a quem as almas foram confiadas; como humana e temporal, o imperador, encarregado de governar o corpo e as ações humanas (*Bryce*).<sup>6</sup>

14. Gregório VII reivindicou não apenas os domínios que compunham o sacro Império Romano, mas também os que se encontravam muito distantes: Inglaterra, Noruega, Dinamarca, Polônia, Boêmia, Rússia, África e, na prática, a terra inteira; pois, toda a terra que fosse dominada pela conquista dos pagãos deveria ser considerada como feudo do papa. Ele escreveu aos reis da Espanha que qualquer parte desse domínio conquistada dos maometanos deveria ser considerada como concedida aos conquistadores pelo papa, e os vitoriosos deveriam considerá-la como súdita do papa. E foi ele quem, ao seguir esse conceito, primeiro concebeu a ideia das cruzadas. Pois, ao ganhar domínio no Oriente, teria autoridade eclesiástica no Oriente e poderia, assim, colocar até mesmo toda a Igreja Oriental novamente sob o poder do papado.

15. A concepção de Gregório sobre as cruzadas é esclarecida em uma carta ao rei Henrique IV, como segue:

“Somos informados, meu filho, que os cristãos além do mar, perseguidos pelos infiéis e pressionados pela miséria que os aflige, enviaram pedidos à Santa Sé, implorando nossa ajuda, para que, durante nosso reinado, a tocha da religião não seja extinta no Oriente. Somos dominados por uma santa dor e aspiramos ardentemente ao martírio. Preferimos expor

<sup>6</sup> *The Holy Roman Empire*, cap. 7, par. 12.

nossa vida para proteger nossos irmãos, em vez de permanecer em Roma para ditar leis ao mundo, quando sabemos que os filhos de Deus estão morrendo na escravidão. Consequentemente, comprometemo-nos a estimular o zelo de todos os fiéis do Ocidente e a liderá-los em nosso esforço pela defesa da Palestina. Os italianos e os lombardos, inspirados pelo Espírito Santo, já ouviram nossas exortações com entusiasmo, e mais de 50 mil guerreiros estão se preparando para esta expedição longínqua, determinados a arrancar o sepulcro de Cristo das mãos dos infiéis. Estou bem decidido a conduzir esse empreendimento pessoalmente, pois a Igreja de Constantinopla pede que seja unida à nossa, a fim de que todos os habitantes possam esperar que acabemos com suas brigas religiosas. Nossos pais visitaram frequentemente essas províncias a fim de confirmar a fé por palavras sagradas; desejamos, da nossa parte, seguir os seus passos, se Deus permitir; mas como um empreendimento tão grande como este precisa de um auxiliar poderoso, solicitamos a ajuda de sua espada.”<sup>7</sup>

16. Ele também “escreveu uma carta geral sobre o mesmo assunto a todas as nações do Ocidente, na qual estimulou os príncipes à guerra santa contra os infiéis, pedindo-lhes que enviassem embaixadores a Roma, com os quais ele poderia organizar a realização de uma expedição além do mar. Gregório, no entanto, apesar de sua obstinada perseverança no projeto de conquista da Terra Santa, não conseguiu executá-lo devido à recusa do rei da Alemanha em se associar a esse perigoso empreendimento. O papa, temendo a ambição do príncipe, se abandonasse a Itália para combater os infiéis, renunciou a seus desígnios e se *dedicou* apenas a aumentar a grandeza temporal da Santa Sé” (*De Cormanin*).<sup>8</sup>

17. No ano seguinte à sua ascensão ao trono papal, Gregório reuniu um concílio em Roma, em 9 e 10 de março de 1074, para iniciar sua guerra contra o casamento do clero. “Nessa assembleia, os seguintes decretos foram propostos pelo papa e acordados a pedido dos bispos que a compunham:

1. Os que haviam obtido por simonia qualquer dignidade, cargo ou posição na igreja deveriam ser excluídos do exercício do cargo assim obtido.
2. Os que haviam comprado igrejas com dinheiro deveriam abandoná-las e, daquele momento em diante, ninguém deveria tomar a liberdade de vender ou comprar qualquer dignidade eclesiástica.
3. Os clérigos casados não deveriam desempenhar nenhuma função clerical.
4. O povo não deveria auxiliar em missas celebradas por eles, nem em qualquer outra função sagrada.
5. Aqueles que tinham esposas, ou, como são denominadas no decreto, concubinas, deveriam repudiá-las, e, a partir de então, só seria ordenado aquele que promettesse observar a continência durante toda a sua vida.”<sup>9</sup>

18. Quanto aos decretos relacionados à simonia, na prática não foram em nada além dos decretos semelhantes que haviam sido tantas vezes promulgados, porque Gregório queria não somente manter toda a riqueza da igreja, mas aumentá-la muito mais. “De acordo com a lei

<sup>7</sup> *History of the Popes* de De Cormanin, Gregório VII.

<sup>8</sup> *Ibid.*

<sup>9</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Gregório VII, par. 4.

estrita, o clero poderia receber tudo, não alienar nada” (*Milman*).<sup>10</sup> E enquanto isso continuasse, e até mesmo aumentasse, não poderia haver nenhuma força na legislação que a proibisse, quando aqueles que deviam *fazer cumprir* a lei eram os que *faziam* as leis e que *cometiam as transgressões* proibidas pelas leis que eles mesmos haviam feito. Mas, no que diz respeito aos cânones proibindo o casamento do clero, a situação era diferente. A classe de monges constituía uma vasta horda que seria os auxiliares do papa na condenação e aniquilação do casamento entre o clero. No entanto, por tudo isso, houve uma oposição aberta e universal por parte do clero casado.

19. Os decretos desse concílio foram enviados a todos os bispos da França e da Alemanha, com o comando do papa de que “exercessem todo o seu poder e autoridade, fazendo com que fossem observados com rigor em todos os lugares sob sua jurisdição. Alguns bispos cumpriram a ordem com tanto zelo que publicaram os decretos do concílio em suas dioceses e exortaram seu clero a obedecer a todos eles. Mas a oposição que eles encontraram em todos os lugares era tão intensa que não acharam aconselhável exercer sua autoridade ou usar qualquer tipo de compulsão. Outros bispos, especialmente os casados, em vez de imporem a observância do decreto papal, declararam-no contrário à Escritura e à razão. Entre eles estava Otão, bispo de Constança, a quem o papa convocou, por esse motivo, a Roma, como “um incentivador da fornicação”, ao passo que o bispo sustentava que o vício e todo tipo de impureza, que ele abominava, eram encorajados pelo papa. Ao mesmo tempo que Gregório escreveu a Otão, intimando-o para comparecer em Roma para dar um relato de seus escritos e conduta, ele isentou o clero e o povo de Constança, por uma carta dirigida a eles, de toda obediência ao bispo, enquanto persistisse em sua ‘desobediência a Deus e à Sé Apostólica’” (*Bower*).<sup>11</sup>

20. Os bispos e clérigos casados declararam que, “se o papa insistisse com obstinação na execução de seu decreto, eles estavam determinados a deixar o sacerdócio em vez de suas esposas; e sua Santidade poderia então ver onde poderia conseguir anjos para governar a igreja, já que rejeitava o ministério dos homens”. O papa enviou quatro bispos como legados para a Alemanha a fim de realizar um concílio ali e fazer com que os bispos executassem os decretos do concílio. O rei Henrique se encontrou com os legados em Nuremberg e os recebeu e tratou com o maior respeito possível. Mas ele os aconselhou contra qualquer tentativa de realizar um concílio, porque o arcebispo de Mainz era o legado papal legítimo na Alemanha; portanto, asseverou que somente ele tinha o direito de convocar e presidir todos os concílios realizados na Alemanha e que ele, como soberano, não podia exigir que os bispos da Alemanha participassem de um concílio que não fosse presidido pelo arcebispo de Mainz.

21. Os legados de Gregório desconsideraram o conselho de Henrique e tentaram convocar o concílio. Mas os bispos alemães declararam, por unanimidade, que não compareceriam a nenhum concílio convocado por ninguém além do arcebispo de Mainz, nem respeitariam quaisquer decretos de um concílio em que ele não presidisse como legado. Isso causou praticamente a derrota dos decretos do concílio de Gregório, e ele decidiu realizar outro. Assim, de 24 a 28 de fevereiro de 1075, outro concílio foi realizado em Roma, no qual “o decreto contra o casamento, ou, como o chamavam, o concubinato do clero, foi confirmado, e os eclesiásticos

<sup>10</sup> *Latin Christianity*, vol. 3, livro 7, cap. 1, par. 15.

<sup>11</sup> *Lives of the Popes*, Gregório VII, par. 6.

de todas as posições receberam ordens, sob pena de excomunhão, para deixar suas esposas ou renunciar ao ministério.” Esse decreto foi fortalecido pela ordem *proibindo que todos os leigos* em todos os lugares “ajudassem em qualquer função realizada por pessoas que não obedecessem imediatamente a esse decreto”.

22. Essa última determinação decretada pelo concílio representou nada mais do que a vontade de Gregório adotada pelo concílio, pois, no mês anterior à convocação do concílio, Gregório havia enviado cartas circulares aos duques e senhores dos Estados do império, que os autorizavam a obrigar os bispos a executar os decretos do concílio, dizendo:

“Não importa o que os bispos possam dizer ou não a respeito disso, de maneira alguma recebam os serviços daqueles cuja promoção ou ordenação se devem à simonia, ou daqueles que vocês sabem ser culpados de concubinato, [...] e, na medida do possível, impeçam, pela força, se necessário, que todas essas pessoas oficiem. E se alguém se achar no direito de se manifestar contra e dizer que não é da sua conta, diga-lhes que venham até nós e questionem conosco sobre a obediência que exigimos de vocês.”

23. Na carta, ele também fez “uma queixa amarga contra os arcebispos e bispos que, com raras exceções, não haviam tomado medidas para pôr um fim a esses ‘costumes execráveis’ ou para punir os culpados”. E quando esse princípio foi adotado por esse último concílio, “os príncipes da Alemanha, que já estavam cortejando Gregório em busca de apoio em suas revoltas perenes contra seu soberano, se alegraram muito com a oportunidade que tinham em mãos de ao mesmo tempo favorecer o papa, criando perturbações internas, e lucrar com as propriedades da igreja que conseguiriam colocar nas mãos ao expulsar os desafortunados padres casados. Portanto, passaram a exercer, sem demora e com toda a rigidez, o poder ilimitado que de repente lhes foi concedido sobre uma classe que até então desafiara com êxito sua jurisdição; e não foi difícil incitar o povo a participar da perseguição contra aqueles que sempre se consideravam seres superiores e que agora eram declarados pela mais alta autoridade da igreja como pecadores da pior espécie. A povo ignorante era naturalmente cativado pela ideia da mortificação vicária com a qual seus próprios erros seriam redimidos pela abstinência imposta a seus pastores, e com razão eram levados a acreditar que estavam sendo prejudicados pela falta de pureza de seus eclesiásticos. Acrescente a isso a atração que o perseguidor sempre teve pela perseguição e a permissão para saquear, tão estimada por uma era turbulenta e bárbara, e não é difícil compreender o poder motriz da tempestade que estourou sobre as cabeças do clero secular e que deve ter satisfeito, por sua severidade, a alma austera do próprio Gregório.

24. “Um escritor daquela época, cujo nome foi perdido, mas que Dom Martene acredita ter sido sacerdote de Trêves, nos dá uma imagem muito viva dos horrores que se seguiram; e como ele se mostra simpático, em princípio, à tentativa de reforma, seu relato pode ser aceito como confiável. Ele descreve o que equivale a quase uma dissolução da sociedade: escravo traindo seu senhor e senhor traindo escravo; amigo denunciando amigo; armadilhas e ciladas espalhadas diante dos pés de todos; fé e verdade no esquecimento. Os padres em falta sofreram terrivelmente. Alguns, reduzidos à pobreza absoluta e incapazes de suportar o desprezo e o escárnio daqueles de quem costumavam receber honra e respeito, vagavam como exilados sem-teto; outros, mutilados pelo zelo vergonhoso de puritanos entusiastas, eram transportados para exibir sua vergonha e miséria; outros, torturados



por uma morte prolongada, prestavam testemunho ao tribunal do alto contra seus perseguidores, acusando-os de culpa por sangue; enquanto outros, apesar do perigo, continuavam em segredo as conexões que os expunham a todas essas crueldades.

25. “Se esse era o destino dos pastores, é fácil imaginar a miséria infligida às suas infelizes esposas. Um admirador zeloso de Gregório relata com satisfação piedosa, indicando a indubitável evidência de vingança divina, como, enlouquecidas por seus erros, algumas delas cometeram abertamente suicídio, enquanto outras foram encontradas mortas no leito para onde tinham se recolhido em perfeita saúde; e sendo isso prova de que estavam possuídas pelo diabo, lhes foi negada a sepultura cristã. O caso do conde Manigold, de Veringen, oferece um exemplo esclarecedor das terríveis paixões despertadas pela crueldade implacável que as rotulava como infames, as arrancava de suas famílias e as lançava à deriva em um mundo zombeteiro. O conde pôs em vigor as ordens de Gregório com severidade estrita em todas as suas terras nos Alpes da Suábia. Uma criatura miserável, retirada do marido, jurou que o conde sofreria o mesmo destino; cegada pela raiva, ela envenenou a condessa de Veringen, cujo marido viúvo, dominado pela tristeza, não procurou uma segunda companheira” (*Lea*).<sup>12</sup>

26. No mesmo concílio em que se desferiu o mais pesado golpe possível sobre os laços divinos da sociedade humana, foi promulgado o seguinte decreto:

“Se alguém daqui em diante aceitar um bispado ou uma abadia de um leigo, não seja visto como bispo ou abade, nem seja respeitado como tal. Além disso, nós o excluimos da graça de São Pedro e o proibimos de entrar na igreja, até que renuncie à dignidade que alcançou por ambição e por desobediência, que é idolatria. E este decreto se estende a dignidades inferiores. Da mesma maneira, se qualquer imperador, duque, marquês, conde ou qualquer outra pessoa secular, seja quem for, se achar na liberdade de fazer a investidura de um bispado, ou de qualquer outra dignidade eclesiástica, estará sujeito à mesma sentença”.<sup>13</sup>

27. Esse foi o começo do que é conhecido como A Guerra das Investiduras. “No século 11, metade das terras e riquezas do país e uma parte significativa de sua força militar estavam nas mãos de clérigos. A influência deles predominava na Dieta; a arquichancelaria do império, o mais alto de todos os cargos, estava sob a responsabilidade do arcebispo de Mentz, como primaz da Alemanha, e por fim passou a pertencer a ele” (*Bryce*).<sup>14</sup> Isso fez com que esses prelados fossem, e para todos os efeitos práticos realmente eram, senhores e nobres temporais bem como clérigos. O soberano sustentava, e até aquele momento a reivindicação era reconhecida em toda a parte, que, no que dizia respeito à posse de bens terrenos, os clérigos deviam lealdade ao soberano. O sinal dessa lealdade era que, no momento da posse do prelado em seu cargo, o soberano expressava sua “aprovação ao colocar o eleito em posse dos bens temporais de sua sé, o que era feito entregando a ele um cajado ou bastão pastoral e um anel. E essa cerimônia era conhecida pelo nome de investidura; e o eleito não era ordenado até que fosse realizada” (*Bower*).<sup>15</sup>

<sup>12</sup> *History of Sacerdotal Celibacy*, cap. 14, par. 17-19.

<sup>13</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Gregório VII, par. 13.

<sup>14</sup> *The Holy Roman Empire*, cap. 8, par. 6.

<sup>15</sup> *Lives of the Popes*, Gregório VII, par. 13.

28. Esse decreto do segundo concílio de Gregório, proibindo a investidura leiga, se efetivado, roubaria de uma só vez o império da metade dos seus bens materiais e os colocaria completamente sob o poder do papa. Claramente, portanto, “esse decreto representava uma declaração de guerra contra todos os príncipes cristãos. Gregório, de fato, não acreditava que eles iriam, com toda mansidão, renunciar a um direito que consideravam uma das joias mais valiosas de sua coroa, o qual nenhum papa até o momento havia contestado. Mas ele achou que valeria a pena disputar isso, valeria toda a confusão, guerras civis, rebeliões, derramamento de sangue que tal decreto poderia ocasionar, já que ele, ao executar o decreto, se apoderaria de toda a riqueza da igreja e, assim, tornaria o clero em toda parte independente de seus príncipes e dependente apenas dele, pois somente ele poderia recompensá-los e promovê-los”.<sup>16</sup>

29. O decreto foi concebido como uma declaração de guerra, especialmente contra Henrique IV, o chefe do império. E é difícil acreditar que o tempo não tenha sido escolhido deliberadamente por Gregório VII para a disputa. Gregório tinha 62 anos; Henrique tinha apenas 22 anos. Gregório já havia passado 39 anos em treinamento na escola sombria, ardilosa e arrogante do papado; Henrique tinha uma formação muito precária na escola da realeza, pois desde a infância até a maioridade estivera sob o controle dos eclesiásticos autoritários da Alemanha, os quais, em sua ambição de governar o reino, “o havia afligido com tudo o que era humilhante, sem nenhum dos efeitos benéficos do controle severo. Eles tinham sido indulgentes apenas com seus divertimentos, deixando de educá-lo para os deveres de sua posição e de lhe transmitir o conhecimento sobre o ser humano e os negócios de Estado. [...] Assim, com todos os títulos elevados, a pompa sem o poder, os deveres acompanhados de nada além dos luxos enervantes, destituído da imponente autoconfiança de alguém nascido e adequadamente educado para o império, o caráter de Henrique degradou-se mais ainda pela vergonha da derrota e humilhação perpétuas” (*Milma*).<sup>17</sup> Além dessa desvantagem de Henrique na idade e na formação, houve uma revolta dos nobres saxões, incluindo o arcebispo de Magdeburgo, os bispos de Halberstadt, Hildesheim, Merseburg, Minden, Paderborn e Meissen.

30. Essa era a situação de Henrique IV quando Gregório VII, por meio de seu segundo concílio, iniciou a Guerra das Investiduras. Assim que o concílio terminou, Gregório escreveu a Henrique, enviando-lhe uma cópia dos decretos, “censurando-o ao mesmo tempo, na carta, por ainda manter e empregar os ministros a quem ele excomungara; por permitir que os bispos que ele depusera continuassem em suas sés; por negligenciar publicar em seus domínios os decretos do concílio anterior de Roma contra a simonia e a incontinência do clero; e, por último, por proteger Godofredo, o usurpador da sé de Milão, e por manter contato com os bispos lombardos, seguidores dele, embora removidos pela Sé Apostólica da comunhão da igreja. No final de sua carta, ele proíbe, a partir de então, o rei de se intrometer em promoções eclesiásticas, de conceder investiduras ou tomar o controle de igrejas com vacância de cargo, sob qualquer pretexto; e o ameaça de excomunhão se ele não cumprir o decreto que bane essas práticas ilegais da igreja” (*Bower*).<sup>18</sup>

31. Henrique, envolvido em sua guerra saxônica e, portanto, não preparado para uma guerra aberta contra o papa, enviou a Gregório uma resposta muito gentil e prometeu que faria

<sup>16</sup> *Ibid.*

<sup>17</sup> *Latin Christianity*, vol. 3, livro 7, cap. 2, par. 6.

<sup>18</sup> *Lives of the Popes*, Gregório VII, par. 14.

com que os decretos do concílio contra a simonia e o casamento do clero fossem publicados em seus domínios, e faria o possível para que fossem obedecidos. Mas ele ignorou completamente o decreto de Gregório sobre as investiduras e a parte da carta que lidava sobre o assunto, dizendo que mais tarde enviaria uma embaixada a Roma para considerar e resolver com o papa outros assuntos. Logo, porém, Henrique triunfou sobre os saxões revoltados; e tendo essa dificuldade fora do caminho, sentiu-se em condição de lidar com o desafio de Gregório sobre as investiduras. Nesse intervalo, algumas vacâncias ocorreram nos bispados e algumas delas Gregório planejava preencher. Henrique preencheu as sés que estavam vacantes e, por sua própria autoridade, as que Gregório tinha a intenção de preencher, excluindo os bispos que Gregório havia indicado. E sobre todos esses indicados, Henrique conferiu a investidura como sempre era feito.

32. Quando Gregório soube dessa desobediência por parte de Henrique, escreveu uma carta, na qual dizia:

“Gregório, bispo, servo dos servos de Deus, ao rei Henrique saúde e a bênção apostólica, se ele obedecer à Sé Apostólica como convém a um rei cristão. Considerando com profunda ansiedade as responsabilidades do encargo que nos foi confiado por São Pedro, com grande hesitação concedemos nossa bênção apostólica; pois é relatado que você ainda mantém comunhão com pessoas excomungadas. Se isso for verdade, a graça dessa bênção não lhe será de nenhum proveito. Busque conselhos espirituais de algum sacerdote sábio e realize a penitência imposta a você. [...] O sínodo apostólico sobre o qual presidimos este ano julgou adequado, diante da decadência da religião cristã, retornar à antiga disciplina da igreja, a disciplina da qual depende a salvação do homem. Consideramos esse decreto (apesar de alguns se atreverem a chamá-lo de fardo insuportável ou opressão intolerável) uma lei necessária; todas as pessoas e reis cristãos são obrigados a aceitá-lo e observá-lo sem tardar. Como você é o mais alto em dignidade e poder, também deve superar os outros em devoção a Cristo. Se, no entanto, você considerou difícil ou injusta essa revogação de um mau costume, você deveria ter enviado à nossa presença alguns dos mais sábios e religiosos do seu reino, para nos convencer, em nossa condescendência, a mitigar sua força de alguma maneira não inconsistente com a honra de Deus e a salvação da alma humana. Nós o exortamos, em nosso amor paternal, a preferir a honra de Cristo à sua e a dar total liberdade à igreja, a esposa de Deus.”<sup>19</sup>

33. A essa mensagem Henrique não deu atenção alguma. Ela foi logo seguida por uma embaixada de Gregório a Henrique, convocando-o a “comparecer pessoalmente em Roma, na segunda-feira da segunda semana da Quaresma”, 22 de fevereiro de 1076, para responder por sua desobediência ao papa. Os legados também declararam, por parte do papa, que se Henrique não obedecesse a essa convocação nem aparecesse no exato dia designado, naquele dia ele seria excomungado e colocado sob anátema. “Assim, o rei, o rei vitorioso dos alemães, foi solenemente citado como criminoso para responder a acusações indefinidas e como responsável perante leis que o juiz havia assumido o direito de decretar, interpretar e aplicar até as últimas consequências penais. Todos os assuntos do império deveriam ficar suspensos enquanto o rei estivesse diante do tribunal do seu imperioso árbitro; nenhuma demora foi permitida; a alternativa severa e

<sup>19</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 3, livro 7, cap. 2, par. 29.

imutável era a humilde e instantânea obediência, ou a sentença que envolvia deposição do império e perdição eterna” (*Milman*).<sup>20</sup>

34. Em resposta à convocação e ameaça de Gregório, Henrique reuniu um concílio em Worms, em 24 de janeiro de 1076. No concílio, esteve presente o cardeal Hugo de Remiremont, ou Hugo Cândido, o mesmo porta-voz da multidão no dia em que Hildebrando foi, por aclamação, proclamado papa, mas que havia caído no desagrado de Gregório e, portanto, fora deposto pouco tempo antes da convocação desse concílio em Worms. O cardeal Hugo trouxe consigo o que ele alegava ser “a autêntica história de Gregório VII”, na qual ele foi acusado de todo tipo de maldade, até magia e assassinatos. Se essas acusações eram verdadeiras ou não, o efeito das evidências apresentadas pelo cardeal Hugo foi tal que todo o concílio, com exceção de apenas dois, declarou “que a eleição de um monstro desse tipo era uma nulidade e que não era possível que Deus tivesse concedido a Satanás o poder de ligar e desligar”. Assim, o concílio pronunciou contra ele a seguinte sentença de deposição:

“Hildebrando, que, por orgulho, assumiu o nome de Gregório, é o maior criminoso que invadiu o papado até agora. Ele é um monge apóstata, que adultera a Bíblia, adapta os livros dos pais às necessidades de sua ambição execrável e polui a justiça, tornando-se ao mesmo tempo acusador, testemunha e juiz. Ele separa maridos de suas esposas; prefere prostitutas a cônjuges legítimos; encoraja o adúltero e o incestuoso; excita a população contra seu rei e se esforça para obrigar soberanos e bispos a pagar à corte de Roma por seus diademas e mitras; finalmente, ele faz com que o sacerdócio e o episcopado se tornem um tráfico público; compra províncias, vende as dignidades da igreja e faz com que todo o ouro da cristandade flua para o seu tesouro. Consequentemente, declaramos, em nome do imperador da Alemanha, dos príncipes e prelados, e em nome do Senado e do povo cristão, que Gregório Sétimo está deposto do trono apostólico, que ele suja com suas abominações.”<sup>21</sup>

35. Foram distribuídas folhas em branco, que cada bispo assinou, como segue:

“Eu ... bispo de ... renuncio a partir desta hora toda a submissão e lealdade a Hildebrando e não o considerarei nem o chamarei de papa.”<sup>22</sup>

36. Com esse decreto do concílio, Henrique enviou a Gregório a seguinte carta:

“Henrique, rei por ordenação divina e não por usurpação, para Hildebrando, não mais papa, mas falso monge. Você merece ser assim saudado, depois de introduzir, como já fez, a maior confusão na igreja e entre todas as classes de homens. Você maltratou os arcebispos e os bispos e tratou os unguídos do Senhor como seus vassalos e escravos, etc. Tudo isso temos suportado pela consideração que é devida à Sé Apostólica; mas você, interpretando isso como temor, presumiu se opor à dignidade real e ameaçar tirá-la de nós, como se a tivéssemos recebido de você e não de Deus, que nos chamou ao trono, mas nunca o chamou para a cadeira. Você deve sua dignidade à fraude, à artimanha e ao dinheiro. Seu dinheiro lhe adquiriu amigos, e seus amigos lhe abriram o caminho para a cadeira de paz com a espada; sendo assim elevado à cadeira papal, você assumiu como missão semear discórdia, perturbar a tranquilidade pública, encorajar desobediência àqueles a quem todos devem

<sup>20</sup> *Ibid.*, par. 31.

<sup>21</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Gregório VII.

<sup>22</sup> *Latin Christianity* de Milman, *ibid.*, par. 34.

obedecer. Você nem me poupou, embora eu tenha sido, indigno como sou, ungido rei e devo, de acordo com a doutrina ensinada pelos pais, ser julgado apenas por Deus e só posso perder meu reino se me apostatara da fé. Os santos bispos de antigamente não assumiram a tarefa de depor o imperador apóstata Juliano, mas o deixaram para ser julgado e deposto por Deus, o único que poderia julgá-lo e depô-lo. Pedro, que foi um papa verdadeiro, ordenou a todos os homens que temessem a Deus e honrassem o rei; mas você não o faz, e o fato de você não me honrar só pode proceder de sua falta de temor a Deus. São Paulo anatematizou até um anjo do Céu que pregasse qualquer outro evangelho. Por isso, ordenamos que você, golpeado por este anátema e condenado pelo julgamento de todos os nossos bispos, abandone a sé que você usurpou injustamente. Que outro seja elevado ao trono de São Pedro, alguém que não disfarce seus malignos intentos com a máscara da religião, mas ensine a sã doutrina daquele santo apóstolo. Eu, Henrique, pela graça de Deus, rei, ordeno, com todos os meus bispos, que desça do trono. *Descende, descende* – desça, desça.”<sup>23</sup>

37. Ao mesmo tempo, Henrique enviou também uma carta ao clero, senhores e povo da Lombardia e Roma, na qual dizia:

“Gregório arriscaria sua própria vida, ou despojaria o rei de sua vida e reino. Sejam leis ao extremo, os primeiros a se unir na condenação dele. Não pedimos que derramem o sangue dele; que a vida lhe seja um suplício, a qual, depois de deposto, lhe será mais miserável do que a morte. Mas se ele resistir, obriguem-no a ceder o trono apostólico e a dar lugar a alguém que elegeremos, que terá tanto a vontade quanto o poder de curar as feridas infligidas à igreja por seu atual pastor.”<sup>24</sup>

38. Sob a liderança do arcebispo de Ravena, o poderoso partido que havia apoiado Honório II em suas reivindicações ao papado estava ao lado de Henrique. Um concílio foi realizado em Piacenza, que ratificou o decreto do Concílio de Worms.

39. Tudo isso ocorreu antes do dia 22 de fevereiro, que Gregório havia indicado para o aparecimento de Henrique pessoalmente em Roma, para responder pelos crimes que lhe eram imputados. E agora 22 de fevereiro se aproximava, e Gregório havia reunido no Latrão, em 21 de fevereiro, um concílio de 110 bispos e abades. Gregório “sentou-se entre os bispos reunidos. Cessou o hino que suplicava a descida do Santo Espírito sobre a assembleia. Rolando, bispo de Parma, fora enviado a Roma por Henrique levando o decreto do Concílio de Worms e a carta de Henrique a Gregório. Ele então entrou com ousadia no concílio, dirigiu-se até o trono do papa e colocou na mão de Gregório os documentos que tinha em mãos. “A ousada e repentina entrada de Rolando mal foi percebida em meio ao solene trabalho para o qual (como descendentes genuínos dos antigos romanos, que, quando o destino de reis e nações dependia de seu voto, geralmente iniciavam seu solene concílio consultando os áugures e esperando por algum presságio significativo) dedicavam sua absorta atenção. Um ovo havia sido encontrado, o qual, por sua forma misteriosa, anunciava o fim do conflito. O que parecia uma serpente negra, símbolo do mal, ergueu-se, por assim dizer, com uma aparência bem distinta e enrolou-se em volta da casca lisa; mas atingiu o que parecia um escudo e recuou, machucada e se retorcendo numa

<sup>23</sup> *Ibid.*, par. 35, e *Lives of the Popes* de Bower, Gregório VII, par. 48.

<sup>24</sup> *Latin Christianity* de Milman, *ibid.*, par. 36.

agonia mortal. Toda a cena foi contemplada em silêncio pelo Senado eclesiástico. Mas a voz de Rolando se fez ouvir. Dirigindo-se ao papa, exclamou:

“O rei e os bispos da Alemanha enviam esta ordem: Desça imediatamente do trono de São Pedro! Entregue o governo usurpado da Igreja Romana! Ninguém tem o direito dessa honra senão os escolhidos pela voz geral e aprovados pelo imperador.”

40. Então, voltando-se para o concílio, disse:

“Meus irmãos, vocês são ordenados a apresentar-se na Festa de Pentecostes diante do rei, meu mestre, para receber ali um papa e um pai, pois este homem não é papa, mas um lobo devorador.”

41. O mensageiro do rei mal escapou com vida, e Gregório conteve o ânimo exaltado dos bispos e dos soldados, que estavam prestes a cortá-lo em pedaços. Gregório então leu os decretos do Concílio de Worms e Piacenza e a carta do rei Henrique para ele; após isso, dirigiu-se ao seu concílio da seguinte forma:

“Meus amigos, não vamos perturbar a paz da igreja ao nos tornarmos culpados de um assassinato inútil. Estes são os dias vindouros que foram previstos, nos quais convém ao clero mostrar a inocência da pomba, misturada com a sabedoria da serpente. O precursor do anticristo se levantou contra a igreja; a colheita árida está prestes a ser molhada com o sangue dos santos. Agora é a hora em que será revelado quem tem vergonha de seu Senhor e de quem o Senhor terá vergonha em Sua segunda vinda. Melhor é morrer por Cristo e Suas santas leis do que, vergonhosamente cedendo aos que as violam e pisoteiam, ser traidor da igreja. Deixar de resistir a homens tão ímpios significaria negar a fé em Cristo.”

42. Nesse momento, Gregório levantou diante do concílio o ovo notável que atraía a admiração da assembleia quando Rolando, o mensageiro, entrou com ímpeto no recinto. Gregório agora interpretou seu profundo significado: o escudo era a igreja; a serpente era o dragão do livro do Apocalipse, personificado no rebelde Henrique. O recuo e a agonia mortal da serpente, depois de ter atingido o escudo, predisse o destino de Henrique! Então Gregório continuou seu discurso com as seguintes palavras:

“Agora, pois, irmãos, convém sacar a espada da vingança; agora devemos ferir o inimigo de Deus e de sua igreja; agora sua cabeça machucada, que se eleva em sua arrogância contra o fundamento da fé e de todas as igrejas, cairá por terra; ali, de acordo com a sentença pronunciada contra o seu orgulho, rastejará sobre o ventre e comerá o pó. ‘Não temais, ó pequenino rebanho’, diz o Senhor, ‘porque vosso Pai Se agradou em dar-vos o Seu reino’. Vocês já o toleraram tempo suficiente. Já o admoestaram com muita frequência, e isso basta. Que a sua consciência cauterizada finalmente sinta o peso da culpa!”

43. O concílio respondeu por unanimidade:

“Que a sua sabedoria, santíssimo pai, a quem a misericórdia divina levantou para governar o mundo em nossos dias, pronuncie uma sentença contra esse blasfemador, esse usurpador, esse tirano, esse apóstata, uma sentença que o esmague na terra e o torne uma advertência para as eras futuras. [...] Puxe a espada, passe o julgamento; assim ‘alegrar-se-á o justo quando vir a vingança; banhará os pés no sangue do ímpio.’”

44. Os procedimentos posteriores da condenação de Henrique foram adiados para o dia seguinte, pois Gregório havia se comprometido a excomungar Henrique em 22 de fevereiro, se

ele não cumprisse a convocação papal. Assim, no dia seguinte, o concílio se reuniu em solene conclave. Gregório levantou-se e dirigiu-se pessoalmente a *São Pedro*, como segue:

“Bem-aventurado Pedro, príncipe dos apóstolos, ouça-me, seu servo, a quem você nutriu desde a infância e libertou hoje das mãos dos ímpios, que me odeiam porque sou fiel a você. Você é minha testemunha, bem como Nossa Senhora, a Mãe de Deus, e seu irmão São Paulo, que a sua Santa Igreja Romana me colocou contra a minha vontade em sua Sé, e que eu preferiria morrer em exílio a subir a ela por meios ilícitos ou pelo favor dos homens. Mas, tendo sido, por sua graça, colocado sobre ela, estou convicto de que é do seu agrado que eu governe o povo cristão confiado a seus cuidados e exerça o poder que Deus me deu, uma vez que estou em seu lugar, o poder de ligar e desligar no Céu e na Terra. Nesta convicção é que, para a honra e defesa de sua igreja, por parte do Deus Todo-Poderoso, Pai, Filho e Espírito Santo, e por seu poder e autoridade, proíbo o rei Henrique, filho do imperador Henrique, que com um orgulho inédito insultou sua igreja, de, a partir de agora, se intrometer no governo do reino teutônico ou da Itália. Absolvo todos os cristãos do juramento de lealdade que fizeram ou farão a ele e proíbo qualquer um de servi-lo como rei. Pois ele, que tenta diminuir a honra de sua igreja, merece perder a dele. E porque ele se recusou a obedecer, como convém a um cristão, e não voltou para o Senhor, a quem abandonou, comungando com pessoas excomungadas, tendo desprezado os conselhos que lhe dei para seu bem-estar, e se empenhou para criar divisões em sua igreja, agora eu o anatematizo em seu nome, para que todas as nações saibam que você é Pedro, e que sobre essa rocha o Filho do Deus vivo edificou sua igreja, e que as portas do inferno não prevalecerão contra ela.”<sup>25</sup>

45. O principal seguidor de Henrique, o bispo de Utrecht, em troca, em nome de Henrique, excomungou o papa. O arcebispo de Ravena reuniu um concílio em Pavia e também o excomungou e o colocou sob anátema. Porém, encorajados pela excomunhão de Gregório, todos os elementos descontentes da Alemanha começaram a conspirar contra Henrique. A superstição também trabalhou contra Henrique, pois seu principal apoiador, o bispo de Utrecht, morreu, e sua catedral foi atingida por um raio. Isso foi usado pelos inimigos de Henrique para excitar a superstição da população, declarando-a um sinal manifesto da ira de Deus contra o rei rebelde. Ainda mais, os bispos saxões, que haviam se envolvido na última rebelião e que haviam sido aprisionados, conseguiram escapar e acrescentaram grande força à conspiração que agora se tornara firmemente organizada sob a liderança do papa, que continuava a emitir suas cartas e excomunhões contra Henrique e aqueles que favoreciam sua causa. Ele ordenou que todas as pessoas interrompessem qualquer relação ou comunicação de qualquer espécie com Henrique e que os bispos impusessem essa disciplina em toda parte. Declarou que todos os que comungassem com o rei incorriam, dessa forma, em excomunhão; e que a consagração realizada por qualquer bispo que comungasse com os excomungados era, de fato, uma execração em vez de consagração.

46. Esses procedimentos continuaram durante o verão de 1076; e em 3 de setembro, Gregório emitiu uma carta aos bispos, nobres e povo da Alemanha, ordenando que, se Henrique não se arrependesse imediatamente e “reconhecesse que a igreja não estava sujeita a ele como criada, mas superior, como soberana, e abandonasse todas as reivindicações ao direito de investir, eles

<sup>25</sup> Milman, *ibid.*, par. 36-44; Bower e De Cormenin, seção sobre Gregório VII.

deveriam escolher outro soberano – alguém com a aprovação do papa. Isso intensificou a oposição a Henrique, estimulando a ambição dos principais duques. Rodolfo da Suábia e Otão da Saxônia eram aspirantes ao trono, se Henrique fosse posto de lado. Portanto, em consequência da ordem do papa e da ambição dos principais nobres, uma Dieta se reuniu em Tribur, em 16 de outubro de 1076, na qual Henrique, embora não presente, foi denunciado e acusado de uma longa lista de ofensas de natureza política, eclesiástica e moral, cobrindo toda a sua vida desde a infância. Henrique ofereceu submissão, reparação de injustiças e correção de erros. Mas seus inimigos declararam que não podiam confiar nele. A Dieta finalmente deliberou e obrigou Henrique a aceitar que toda a questão envolvida fosse transferida para o papa, que decidiria sobre o assunto, e que um concílio fosse realizado em Augsburg no ano seguinte, no qual o papa presidiria para se posicionar sobre o caso; e até que esse concílio se reunisse, Henrique deveria respeitar a autoridade do papa, dispensar suas tropas, deixar de lado todas as insígnias reais, não executar nenhum ato de autoridade como rei, não deveria entrar em uma igreja, não deveria se comunicar com seus conselheiros e amigos que haviam incorrido com ele a excomunhão do papa, e deveria morar na cidade de Espira como uma pessoa comum. Além de tudo isso, a Dieta decidiu que, se Henrique não conseguisse se livrar da excomunhão do papa, em 22 de fevereiro de 1077 todos os seus títulos e direitos ao trono seriam perdidos naquele dia, e todos os seus súditos ficariam isentos de prestar lealdade a ele.

47. Era agora o começo de novembro de 1076. Henrique tinha menos de quatro meses para garantir seu trono por meio da anulação de sua excomunhão; e não havia certeza de que o concílio a ser realizado em Augsburg fosse convocado antes do fatídico 22 de fevereiro do ano seguinte. Resolveu, portanto, submeter-se ao papa e, se possível, salvar sua coroa. Ele enviou um mensageiro para pedir permissão ao papa para comparecer diante dele na Itália, e não na Alemanha. Gregório, porém, declarou que ele deveria se apresentar em Augsburg; e que antes de 8 de janeiro ele chegaria a Mântua, a caminho da Alemanha. Henrique então decidiu encontrar o papa na Itália sem sua permissão. Por anos a Europa não tinha um inverno tão rigoroso, e o Reno permaneceu congelado desde o início de novembro até 1º de abril. Henrique, com a esposa e o filho pequeno, e com alguns assistentes, começou a atravessar os Alpes até a Itália, atravessando uma região não apenas congelada e coberta de neve, mas rodeada de inimigos. Ele conseguiu escapar de seus inimigos e, em meio a terríveis dificuldades, alcançar o cume dos Alpes, no passo do Monte Cenis. Mas a descida para o outro lado era ainda mais perigosa. “Parecia um vasto precipício, liso e quase perpendicular.” A esposa e o filho foram amarrados em peles e, por meio de cordas, desceram se rastejando, deslizando e saltitando pelas encostas. Alguns dos assistentes do rei morreram, outros ficaram tão congelados que perderam o uso de seus membros; mas o próprio rei, sua esposa e filho e a maior parte de sua comitiva chegaram em segurança à Itália.

48. Assim que sua presença foi conhecida na Itália, os príncipes e bispos lombardos foram até ele em grande número, até com suas tropas, pois supunham que ele havia chegado para depor o papa, um empreendimento em que estavam felizes em apoiá-lo. Gregório também ouviu falar da chegada de Henrique à Itália e temia que Henrique tivesse vindo para depô-lo. Por isso, interrompeu sua viagem e refugiou-se no seguro castelo da condessa Matilde, em Canossa. Essa condessa Matilde possuía os territórios mais extensos do que os de



qualquer nobre da Itália, exceto os normandos. Ela própria era parente de Henrique, mas estava mais ligada a Gregório. Era agora viúva e, “dedicada inteiramente a Gregório e nada fazendo sem antes consultá-lo, seguia em todos os sentidos suas orientações, nunca se afastava dele e o acompanhava aonde quer que fosse. Sua intimidade com Gregório e a consideração extraordinária que ele, em todas as ocasiões, lhe mostrava deram ocasião para muitos relatos escandalosos, que eram diligentemente propagados pelos inimigos do papa, especialmente os eclesiásticos, dos quais exigia o celibato estrito. O apego deles um pelo outro não era, talvez, criminoso; mas até aqueles que mais admiravam o papa admitiam que a amizade que nutriam um pelo outro era, pelo menos da parte dele, já que tinha tantos inimigos, muito imprudente” (*Bower*).<sup>26</sup> Gregório era o principal conselheiro de Matilde, e o mais confidencial, e ela o dele; pois as relações dela com ele eram mais próximas e livres do que as de seus camareiros.

49. Henrique estava determinado a não se deixar convencer pelos nobres e bispos lombardos a fazer guerra contra o papa, até que obtivesse a remoção da excomunhão. E agora faltava menos de um mês para o término do período estabelecido pela Dieta rebelde de Tribur. Portanto, Henrique seguiu para Canossa. Ele primeiro conseguiu uma entrevista com Matilde, a quem, com outros intercessores, ele enviou a Gregório para rogar por ele. Gregório respondeu: “Que ele apareça no dia indicado em Augsburg e lhe será aplicada justiça rígida e imparcial”. Henrique, por meio de seus intercessores, argumentou que estava disposto a comparecer em Augsburg e submeter seu caso a julgamento lá; mas que a posse da coroa dependia de sua libertação da excomunhão; se o papa lhe concedesse somente isso, ele faria tudo o mais que fosse exigido dele. Então o papa respondeu:

“Se ele é verdadeiramente penitente, que coloque sua coroa e todas as insígnias da realeza em minhas mãos e confesse publicamente que não é digno do nome e a da dignidade real.”

50. Henrique aceitou os termos e apareceu no portão do castelo. Lá foi informado de que deveria deixar de fora todos os seus guardas e assistentes e entrar sozinho. O castelo estava cercado por três muros. Henrique passou pelo portão do primeiro muro, e o portão foi fechado. Lá ele foi solicitado não apenas a deixar de lado todo o vestuário da realeza, mas despir-se completamente e se vestir com a roupa leve e simples de pano de saco de um penitente; “uma vassoura e tesouras foram colocados em suas mãos como sinal de que consentia em ser chicoteado e barbeado”. Foi então admitido dentro do segundo muro. E ali, “numa sombria manhã de inverno, 25 de janeiro de 1077, com o chão coberto de neve, o rei, o herdeiro de uma longa linhagem de imperadores”, ficou de cabeça descoberta e descalço, aguardando a vontade do papa. Jejuando, ele passou então o primeiro dia e noite. No segundo dia e noite, passou da mesma maneira, pedindo que o papa o ouvisse e o libertasse. O terceiro dia chegou e o papa ainda permanecia implacável. Até a comitiva do papa começou a murmurar que sua conduta, “em vez de ser a austeridade da severidade apostólica, era a crueldade de uma tirania de ferro”. Por fim, Matilde se comoveu de piedade sincera e foi até Gregório e, por influência dela, o convenceu a pôr fim aos sofrimentos de Henrique e o admitir na presença papal.

51. No quarto dia, Henrique foi admitido na tão desejada entrevista com o papa. “Os termos exigidos de Henrique, que estava profundamente humilhado para contestar qual-

<sup>26</sup> *Lives of the Popes*, Gregório VII, par. 29.

quer coisa, não tinham um toque sequer de gentileza ou compaixão redentora” (*Milman*).<sup>27</sup> As condições foram:

“1. Ele deveria comparecer na hora e no local a ser indicado pelo papa, para responder, em uma Dieta geral dos senhores alemães, à acusação feita contra ele, e deveria reconhecer o papa como seu juiz.”

“2. Ele deveria submeter-se ao julgamento do papa, manter ou renunciar à coroa, pois poderia ser considerado culpado ou inocente pelo papa, e nunca procurar se vingar de seus acusadores.”

“3. Até que o julgamento fosse proferido e sua causa finalmente determinada, ele deveria deixar de lado todos os emblemas da realeza, não deveria se intrometer, sob qualquer pretexto, em assuntos públicos, e não deveria arrecadar dinheiro do povo, mas somente o necessário para o sustento de sua família.”

“4. Todos os que tinham prestado juramento de lealdade a ele deveriam ser eximidos desse juramento diante de Deus e diante dos homens.”

“5. Ele deveria retirar para sempre de sua presença Roberto, bispo de Bamberg, Udalrico de Cosheim e, junto com eles, todos os maus conselheiros.”

“6. Se fosse inocentado dos crimes imputados a ele e continuasse rei, deveria ser sempre obediente e submisso ao papa e cooperar com ele, ao máximo de seu poder, na reforma dos abusos que os costumes haviam introduzido contra as leis da igreja, em seu reino.

“7. Por fim, se falhasse em alguma dessas condições, sua absolvição seria anulada; ele seria considerado culpado dos crimes de que fora acusado, como se os tivesse praticado; nunca mais seria ouvido; e os senhores do reino, desobrigados de seus juramentos, teriam total liberdade para eleger outro rei no lugar dele.”<sup>28</sup>

52. Henrique se submeteu a esses termos e prometeu, sob juramento, cumpri-los com fidelidade. Mas o papa exigiu que fosse dada fiança pelo fiel cumprimento dos termos. Após Matilde e vários bispos e nobres terem dado a necessária fiança, a tão almejada absolvição foi concedida a Henrique e ele mais uma vez se tornou rei. “Mas, diante de tudo isso, o implacável Hildebrando ainda não havia forçado o rei a beber as borras da humilhação. Ele degradara Henrique diante dos homens, também o degradaria na presença de Deus. Ele se exaltara ao cume do poder terreno, apelaria agora ao Céu para ratificar e sancionar essa pretensão de superioridade inacessível” (*Milman*).<sup>29</sup>

53. Juntos, o rei e o papa foram à celebração da missa na grande igreja da cidade de Canossa. No meio do culto, Gregório “tomou na mão a hóstia consagrada e, voltando-se para o rei, dirigiu-se a ele assim:

“Há muito tempo recebi cartas suas e de pessoas do seu partido, acusando-me de ter me elevado à Sé Apostólica por simonia e de ter poluído minha vida, antes e depois do meu episcopado, com outros crimes, pelos quais eu, de acordo com os cânones, deveria ser excluído para sempre das ordens sagradas; e embora eu pudesse refutar essas calúnias com o testemunho daqueles que conhecem muito bem a vida que levei desde a infância e daqueles que foram os autores da minha promoção à dignidade episcopal, contudo, para que não se pense que eu confio mais no julgamento dos homens do que no de Deus, e para que não

<sup>27</sup> *Latin Christianity*, *ibid.*, par. 71.

<sup>28</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Gregório VII, par. 31.

<sup>29</sup> *Latin Christianity*, *ibid.*, par. 73.

haja espaço para a menor suspeita de escândalo, que o corpo de nosso Senhor, que vou tomar, seja hoje prova da minha inocência. Que Deus me absolva por Seu julgamento, se eu for inocente, ou me mate de forma súbita, se for culpado.”

54. Gregório então comeu uma parte da hóstia e, como não caiu morto, toda a congregação gritou de alegria como sinal de aprovação da demonstração de sua inocência! Quando se conseguiu o silêncio mais uma vez, Gregório passou a se dirigir a Henrique da seguinte maneira:

“Faça meu filho, por favor, o que você me viu fazer. Os senhores alemães nos apresentam diariamente acusações contra você, como tendo cometido muitos crimes enormes, pelos quais dizem que você deve não apenas ser afastado da administração de todos os assuntos públicos, mas excluído para sempre da comunhão da igreja e até da sociedade humana. Como lhe quero bem, e você implorou a proteção da Sé Apostólica em sua angústia, faça o que vou aconselhá-lo: se você está consciente de sua própria inocência e sabe que está sendo acusado com falsidade e malícia, liberte a igreja desse escândalo e a você mesmo de toda perplexidade, pois a emissão dos julgamentos humanos é muito certa. Tome a outra parte da hóstia, para que sua inocência assim provada possa silenciar seus inimigos, e eu possa me tornar seu mais cordial amigo, de forma que você, tendo os senhores alemães se reconciliado com você por meu intermédio, possa ser colocado novamente no trono e a tão almejada tranquilidade seja restaurada ao Estado.”<sup>30</sup>

55. Por pior que tivesse sido a vida de Henrique, ele ainda não havia adquirido tamanho espírito de blasfêmia como o papa. Portanto, recusou o desafio de Gregório e disse-lhe que a próxima Dieta poderia julgar adequadamente seu caso.

56. Mas Gregório havia ultrapassado os limites. Sua extrema pressão sobre Henrique realmente causou sua própria derrota. Fez com que todos aqueles que, na Alemanha, estavam vacilando voltassem à lealdade para com Henrique; além disso, fez com que multiplicasse o ódio deles para com o papa, que se dispôs a degradar e humilhar de tal forma seu rei. Pareceu por um momento que a causa de Henrique na Itália chegara ao fim, pois os normandos que o apoiavam, a ponto de se colocarem à disposição para ajudá-lo a depor o papa, ficaram tão enojados por ele ter se submetido em tudo ao papa, que ameaçaram repudiá-lo, tomar seu filho mais novo, que estava com ele, declará-lo imperador e o coroar por um papa que eles mesmos elegeriam depois de terem deposto Gregório. Na ira deles, alguns dos príncipes normandos o abandonaram e voltaram às suas fortalezas. Os que permaneceram ficaram indiferentes, para ver o que ele faria.

57. Henrique, vendo que sua coroa estava novamente em perigo, decidiu retê-la com o apoio dos normandos, desconsiderando os termos que havia aceitado de Gregório. Ele convocou os bispos e nobres que os termos com Gregório o obrigavam a dispensar de forma especial. Informou a Gregório que não participaria da Dieta em Augsburg e pediu ao papa que realizasse um concílio geral em Mântua. Como Henrique manteve bem preservadas todas as passagens dos Alpes, Gregório sabia que ele não conseguiria chegar a Augsburg se tentasse. Portanto, ele pareceu pelo menos concordar com o pedido de Henrique para que se realizasse um concílio em Mântua. Ambos se puseram a caminho de Mântua; mas antes que Gregório chegasse ao local, seu medo de ver Henrique dominou a ele e Matilde, e ele se apressou para voltar a Canossa.

<sup>30</sup> Bower, *ibid.*, par. 32.

58. Henrique enviou a Gregório, em Canossa, mensageiros para pedir permissão para que fosse coroado rei da Itália; e isto por clérigos que Gregório havia excomungado! É muito difícil a possibilidade de que Henrique esperasse que tal pedido fosse concedido; mas, de forma habilidosa, demonstrou respeito pela autoridade do papa e, portanto, colocou sobre o papa a responsabilidade de recusar a submissão de Henrique e de rejeitar suas propostas. Mas Gregório foi capaz de esquivar-se do dilema sem aparentar desconsiderar uma opção ou outra. Então Henrique lançou fora qualquer submissão aparente ao papa; e novamente, em uma assembleia dos príncipes lombardos, denunciou abertamente a dureza e tirania de Gregório. Isso restaurou a confiança dos príncipes lombardos, que se uniram de forma unânime para apoiá-lo. Henrique então se viu na posse de um exército que era forte o suficiente para enfrentar com sucesso qualquer força que o papa pudesse reunir.

59. Os inimigos de Henrique, na Alemanha, descobrindo que a Dieta de Augsburgo não poderia ser realizada, designaram que uma fosse realizada em Forsheim, em 13 de março de 1077, para eleger um novo rei, no lugar de Henrique, porque Henrique havia quebrado seu tratado com o papa. Para essa Dieta em Forsheim, Gregório enviou seus legados. A Dieta elegeu o duque Rodolfo da Suábia como rei, que foi “consagrado pelos arcebispos de Mentz e Magdeburgo, na presença dos legados do papa e de todos os senhores da assembleia, os quais, reconhecendo-o como legítimo soberano, tomaram um juramento de fidelidade a ele como tal. Henrique na Itália, ao saber da notícia, imediatamente marchou para a Alemanha com o maior número possível de tropas que poderia levar consigo; e seu exército crescia mais e mais enquanto marchava. A guerra começou em toda a Alemanha. “Bispo se levantou contra o bispo; clero contra o clero; povo contra povo; pai contra filho, filho contra pai, irmão contra irmão. [...] A Suábia pagou primeiro a pena pela ambição de seu príncipe. Do Nekar ao Meno, tudo foi destruído” (*Milman*).<sup>31</sup> Primeiro Rodolfo foi derrotado; em seguida Henrique.

60. Gregório retornou a Roma e fez um tratado com Roberto Guiscardo e seus normandos, que o papa havia excomungado, a fim de ganhar forças para defendê-lo do que poderia vir de Henrique. Lá, na semana da Quaresma, em 1078, Gregório reuniu um concílio. Por esse concílio, Gregório tentou fazer sua voz ser ouvida na confusão que criara na Alemanha. Ele exigiu que um concílio fosse convocado, no qual ele, ou seus legados, presidiria, para decidir entre as reivindicações dos reis rivais da Alemanha. E ao anunciar isso ao povo da Alemanha, Gregório escreveu:

“Se qualquer um desses reis, inflado pelo orgulho, de alguma forma impedir nossa jornada até vocês, e, consciente de sua causa injusta, declinar o julgamento do Espírito Santo, resistindo, em sua desobediência à sua santa mãe, a Igreja Católica, desprezem a este como uma raça do anticristo, um destruidor da religião cristã, e respeitem qualquer sentença que nossos legados possam pronunciar contra ele. Por outro lado, àqueles que se submeterem em humildade ao nosso julgamento prestem toda a reverência e honra.”<sup>32</sup>

61. Em uma segunda mensagem à nação alemã, Gregório escreveu:

“Se alguém tentar impedir que nossos legados executem nossa resolução, seja ele rei, arcebispo, bispo, duque, conde ou marquês, nós o subjugamos e o anatematizamos, não apenas

<sup>31</sup> *Latin Christianity*, *ibid.*, cap. 3, par. 9.

<sup>32</sup> *Ibid.*, par. 15.

em sua alma, mas também em seu corpo, e por nossa autoridade apostólica privamos seus exércitos da vitória. Em todos os seus atos, que ele sinta a vingança do Deus Todo-Poderoso; e que em toda batalha ele veja sua força se definhar; que ele nunca alcance qualquer vitória, mas, prostrado em humilde contrição, seja humilhado e confundido, até que seja levado ao verdadeiro arrependimento.”<sup>33</sup>

62. No entanto, nenhum concílio foi realizado na Alemanha. Em novembro de 1078, realizou-se outro concílio em Roma, no qual compareceram mensageiros de Henrique e Rodolfo, prometendo sob juramento a segurança do papa ou de seus legados em participar de um concílio na Alemanha. Em fevereiro de 1079, Gregório realizou outro concílio em Roma para discutir a transubstanciação e examinar o caso de Berengário, que era o principal propagador da “heresia” em conexão com essa doutrina. Foram enviados a esse concílio embaixadores de ambos os reis rivais, cada um fazendo fortes queixas contra o outro, e ambos prometendo que, em vez de oferecer qualquer obstáculo à realização de um concílio na Alemanha, ambos cooperariam nele e garantiriam ao papa ou seus legados um salvo-conduto, na ida e na volta. A grande questão perante este concílio ocupou tanto o tempo que o verão passou sem a realização de nenhum concílio na Alemanha.

63. A boa sorte de Henrique estava revivendo novamente. Seu poder aumentava a cada dia a ponto de ameaçar a derrota de Rodolfo. Gregório decidiu jogar toda a sua influência decididamente ao lado de Rodolfo. Portanto, reuniu outro concílio em Roma, no qual renovou seu primeiro decreto contra investidas leigas e, em 7 de março de 1080, pronunciou outra excomunhão contra Henrique. Mais uma vez dirigindo-se a São Pedro e São Paulo, Gregório atacou Henrique com as seguintes palavras:

“Benditos apóstolos, vocês são minhas testemunhas de que os senhores e bispos alemães, sem nosso conselho, escolheram o duque Rodolfo como rei; e que esse príncipe imediatamente enviou embaixadores ao nosso legado, declarando que havia assumido, sem querer, o governo do reino, e que estava pronto para nos obedecer em todas as coisas; oferecendo, como prova de sua sinceridade, enviar-nos ricos presentes e nos dar, como reféns, seu filho e o do duque Bertoldo. Vocês sabem que Henrique, ao mesmo tempo, rogou que declarássemos a seu favor contra Rodolfo e que respondemos que agiríamos de acordo com nossa vontade depois de ouvir esses dois príncipes em um concílio. Mas, assim que Henrique supôs que poderia derrotar seu concorrente sem a nossa ajuda, repeliu nossa interferência com desprezo.”

“Portanto, confiando na justiça e misericórdia de Deus e de Sua bendita mãe, a sempre bem-aventurada Virgem Maria, sob vossa autoridade, o acima mencionado Henrique e todos os seus adeptos, eu os excomungo e prendo nos grilhões de um anátema; da parte do Deus Todo-Poderoso e da parte de vocês, eu o interdito de exercer o governo de toda a Alemanha e da Itália. Eu o destituo de todo poder e dignidade reais. Proíbo todo cristão de lhe render obediência como rei. Isento de seus juramentos todos os que juraram ou hão de jurar lealdade à sua soberania. Em todas as batalhas, que Henrique e seus partidários não tenham força e não alcancem vitórias durante sua vida. E que Rodolfo, a quem os alemães elegeram rei, que ele governe e defenda esse reino em fidelidade a vocês! Sob a autoridade de vocês, dou e concedo àqueles que fielmente aderirem ao referido Rodolfo, completa absolvição de todos os seus pecados e, com total confiança, bênçãos nesta vida e na vida futura. Como Henrique, por seu

<sup>33</sup> *Ibid.*, par. 16.

orgulho, desobediência e falsidade, é justamente deposto de sua dignidade real, concedemos então o poder e a dignidade real a Rodolfo, por sua humildade, obediência e verdade.”

“Venham então, abençoados São Pedro e São Paulo, que todo o mundo entenda e saiba que, uma vez que vocês têm poder para ligar e desligar no Céu, vocês têm poder para tirar e conceder impérios, reinos, principados, ducados, marquesados, condados e posses de todos os homens de acordo com seus merecimentos. Vocês muitas vezes destituíram homens maus e indignos de patriarcados, primazias, arcebispados, bispados e os concederam a homens religiosos. Se vocês julgam em assuntos espirituais, quão grande deve ser o seu poder nos seculares! E se vocês devem julgar os anjos, que governam os príncipes orgulhosos, o que não farão a seus servos? Que reis, então, e todos os príncipes do mundo tenham conhecimento de quem vocês são e da grandeza do seu poder, e temam tratar com desrespeito às ordens da igreja; e, quanto ao já citado Henrique, cumpram o julgamento de vocês com toda rapidez para que ele saiba que é por meio do poder de vocês, não por acaso, que ele caiu. Que Deus o confunda, para que ele se arrependa por meio de sua ruína, para que a alma dele seja salva no dia do Senhor Jesus.”<sup>34</sup>

64. Esse decreto foi enviado por Gregório a Rodolfo, acompanhado por uma esplêndida coroa de ouro e pedras preciosas, sobre a qual estava inscrito: “*Petra dedit Petro, Petrus diadema Rudolfo*” – “Ele deu uma pedra a Pedro, Pedro deu um diadema a Rodolfo”. Mas esse trovão do papa ficou destituído de força pelo fato de Henrique ter conseguido uma vitória significativa sobre Rodolfo logo depois. Isso encorajou ainda mais Henrique, e, em 12 de abril de 1080, ele reuniu um concílio em Mentz, que formulou acusações contra Gregório; mas como não havia nenhum bispo da Itália presente, o concílio foi suspenso para se reunir em Brixen, no Tirol, em 25 de junho de 1080. Quando o concílio se reuniu ali, havia 30 bispos da Itália e da Alemanha. Por unanimidade, excomungaram e depuseram o papa, pelo seguinte decreto:

“Nós, reunidos pela autoridade de Deus neste local, depois de ler a carta do sínodo de 19 bispos, realizada em Mentz, contra o licencioso Hildebrando, o pregador de doutrinas sacrílegas e incendiárias; o defensor de perjúrio e assassinato; que, como um velho discípulo do herege Berengário, colocou em risco a doutrina católica e apostólica do corpo e sangue de Cristo; o adorador de adivinhações e de sonhos; o notório necromante; ele próprio possuidor de um espírito maligno e, portanto, culpado de se afastar da verdade – a ele, nós o sentenciamos como deposto, segundo os cânones, e expulso de sua sé, e, a menos que, ao ouvir nosso julgamento, desça de seu trono, condenado eternamente.”<sup>35</sup>

65. Seguiu-se a isso a eleição imediata, por esse concílio, de Guiberto, arcebispo de Ravena, como papa, que tomou o nome de

### CLEMENTE III, 25 DE JUNHO DE 1080 A SETEMBRO DE 1100.

Assim que Gregório soube da eleição de Clemente, vociferou:

“Eles foram forçados a renovar sua antiga conspiração; escolheram como chefe um herege, uma pessoa sacrílega, um perjuro, um assassino que teve o desejo de arrancar de nós nossa tiara e nossa vida – um anticristo –, um Guiberto!! Numa trama composta de prelados

<sup>34</sup> *Ibid.*, par. 24; citado também por Bower e De Cormenin, Gregório VII.

<sup>35</sup> *Ibid.*

demoníacos e concubinários, nossos inimigos deixaram sua fúria ir tão longe a ponto de nos condenar, porque nos recusamos, diante de suas súplicas e suas ameaças, a conceder perdão por seus crimes. Mas Deus nos sustenta, Ele nos fará triunfar sobre os ímpios, e desprezamos seus anátemas.”<sup>36</sup>

66. Gregório deu prosseguimento a suas denúncias com uma profecia, escrita numa carta ao povo da Alemanha, a favor de Rodolfo, dizendo que o apóstolo Pedro lhe havia aparecido e anunciado que “um falso rei” morreria naquele ano; e “se essa previsão não for cumprida, juro diante de Deus e dos homens que sou indigno de ser papa”. Os dois reis, com seus exércitos, se enfrentaram na batalha do Elster, em 15 de junho de 1080. “Parecia ser uma guerra igualmente civil e religiosa. Henrique foi acompanhado até a batalha pelos arcebispos de Colônia e Trêves e 14 outros prelados. Os saxões avançaram com os bispos de seu partido enquanto o clero cantava o salmo 82: ‘Deus está na congregação dos poderosos.’”

67. As tropas de Henrique foram derrotadas, mas Rodolfo foi morto. Na batalha, uma das mãos de Rodolfo havia sido cortada por um sabre. Quando estava morrendo, olhou para a mão decepada e disse: “Com esta mão ratifiquei meu juramento de lealdade ao meu soberano Henrique. Agora perdi a vida e o reino. Considerem, vocês que me guiaram, em obediência a cujos conselhos subi ao trono, se me guiaram corretamente.” Nesse mesmo dia da batalha do Elster, o partido de Henrique na Itália derrotou o exército da condessa Matilde e do papa.

68. Henrique era agora vitorioso na Alemanha e na Itália. Ele tinha seu próprio papa; e o mais cedo possível na primavera de 1081, marchou para Roma, para empossar Clemente III e tirar Gregório finalmente do caminho, como papa. Em 7 de julho, chegou a Roma e por três anos a sitiou. Em junho de 1083, ocorreu seu primeiro sucesso ao tomar uma parte da cidade, fazendo com que Gregório se refugiasse no castelo de Santo Ângelo. No Natal de 1083, a cidade se rendeu a ele; com Gregório cercado no castelo de Santo Ângelo, no domingo de Ramos, em 29 de março de 1084, Clemente III foi consagrado papa, na igreja de São Pedro; e no dia da Páscoa, o rei Henrique foi coroado imperador por Clemente III.

69. Nessa mesma época, no entanto, chegaram notícias de que Roberto Guiscardo avançava com toda a pressa, com 6 mil cavaleiros e 30 mil soldados, para o resgate do papa e a libertação de Roma. “Era um exército incomum da fé: de todas as partes homens, como torrente, se colocavam sob sua bandeira, alguns para resgatar o papa, outros por amor à guerra. Os sarracenos haviam se alistado em grande número” (*Milman*). O longo cerco havia reduzido tanto o exército de Henrique que lhe era impossível enfrentar Roberto Guiscardo com alguma esperança de sucesso. Portanto, destruiu as fortificações mais sólidas que lhe haviam resistido e se retirou. Três dias depois que Henrique deixou a cidade, Roberto chegou com seu exército. Embora Roberto tivesse vindo socorrer o papa, os romanos temiam seu exército mais do que o exército de Henrique, e ele encontrou os portões trancados e os muros equipados contra ele. Mas, no primeiro dia, as tropas de Roberto conseguiram surpreender um dos portões e, assim, conquistaram a cidade. Ele imediatamente soltou Gregório e o acompanhou até o palácio de Latrão. “Mas Gregório agora deve testemunhar os horrores que, enquanto assolavam a Alemanha ou o norte da Itália, ele contemplara impassível, determinado como estava a construir sua teocracia dominante. Partindo dos pés do papa, tendo acabado de receber sua bênção,

<sup>36</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Gregório VII.

os normandos se espalharam pela cidade, tratando-a com toda a crueldade típica de uma cidade capturada: saques, violações, assassinatos eram cometidos onde quer que encontrassem oposição.”

70. “Os romanos foram surpreendidos, não subjugados. Por dois dias e noites, maquinaram como poderiam se vingar; no terceiro dia, eclodiram em insurreição geral, correram armados para as ruas e começaram uma terrível carnificina de seus conquistadores. Os normandos festejavam com segurança descuidada; mas com a disciplina de soldados experientes, com toda a agilidade pegaram as armas; a cidade inteira se viu num conflito selvagem. O cavalo normando se precipitou pelas ruas, mas os romanos lutaram com vantagem, pela posse das casas e pelo conhecimento do terreno. Estavam ganhando a superioridade; os normandos viram o perigo. O implacável Guiscardo deu a palavra para incendiar as casas. De todos os cantos as chamas subiam – casas, palácios, conventos, igrejas, à medida que a noite escurecia, eram vistos numa terrível conflagração. Os habitantes distraídos correram em desvario pelas ruas, não se esforçando mais para se defender, mas para salvar suas famílias. Foram cortados às centenas. Os aliados sarracenos do papa haviam sido os principais na pilhagem e agora eram os principais na conflagração e no massacre. Nenhuma casa, nem mosteiro estavam protegidos da pilhagem, assassinato e estupro. Freiras foram defloradas, matronas forçadas, os anéis cortados dos dedos vivos. Gregório se esforçou, e sem sucesso, em salvar as principais igrejas. É provável, no entanto, que nem os godos, nem os vândalos, nem os gregos, nem os alemães tenham trazido à cidade tanta desolação como essa captura pelos normandos. [...]”

71. “Guiscardo finalmente tornou-se senhor das ruínas de Roma, mas a vingança do libertador do papa ainda estava implacável. Muitos milhares de romanos foram vendidos publicamente como escravos – muitos levados para as partes mais remotas da Calábria. Não ouvimos nenhum protesto do bispo, do soberano de Roma, sobre essa aliança odiosa com os inimigos da fé, os sarracenos. Isso, talvez, ele ignorasse quando estava no castelo de Santo Ângelo. Nenhuma intercessão poderosa é feita agora – nenhuma ameaça de excomunhão lançada agora – em favor de seus súditos rebeldes, pérfidos, porém súditos subjugados – a maioria desses sofredores, sem dúvida, sem culpa e indefesa. O feroz Guiscardo ainda é reconhecido como seu aliado, seu protetor, talvez seu vingador. Desprotegido por sua guarda estrangeira, o papa não podia agora confiar na cidade, que sem dúvida atribuiria sua ruína e miséria à obstinação dele. Na companhia de Roberto Guiscardo, oprimido pela vergonha e pela aflição, retirou-se das ruínas fumegantes e das ruas desoladas da cidade de São Pedro, primeiro ao mosteiro de Monte Casino, depois ao fortificado castelo de Salerno, na Normandia. De Salerno, inabalável pelo horror que testemunhara ou pelos perigos de que escapara, Hildebrando trovejou novamente a excomunhão não abrandada contra Henrique, o antipapa Clemente e todos os seus adeptos” (*Milman*).<sup>37</sup>

72. Em Salerno, em 25 de maio de 1085, Gregório VII morreu. Quando os bispos presentes e Matilde pediram que perdoasse seus inimigos, respondeu:

“Não, meu ódio é implacável. Amaldiçoo o pretense imperador Henrique, o antipapa Guiberto e os réprobos que os sustentam. Eu absolvo e abençoo os simples que acreditam que um papa tem poder de ligar e desligar.”<sup>38</sup>

<sup>37</sup> *Latin Christianity*, vol. 3, livro 7, cap. 3, par. 47, 48.

<sup>38</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Gregório VII.



73. Quando estava morrendo, disse: “Eu amei a justiça e odiei a iniquidade; portanto, morro em exílio. “Então, erguendo os olhos para o céu, disse aos bispos e aos cardeais: “Para lá estou indo e encomendarei vocês sem cessar à proteção e favor do Todo-Poderoso.”

74. E assim morreu Gregório VII, o papa que, acima de todos, até o momento, havia feito as reivindicações mais altas e ousadas em favor do papado; e que havia entregado a Alemanha e a Itália à confusão, derramamento de sangue e desolação, a fim de manter suas reivindicações exorbitantes em favor do papado. Ele deixou 27 “máximas”, como segue:

1. A Igreja Romana foi fundada por ninguém além do nosso Senhor.
2. Somente o pontífice romano deveria ser nomeado com legitimidade bispo universal.
3. Somente ele pode depor e restaurar bispos.
4. O legado do papa, embora tenha uma posição inferior, deve nos concílios assumir o lugar de todos os bispos e pode pronunciar sentença de deposição contra eles.
5. O papa pode depor bispos ausentes.
6. Ninguém deve morar na mesma casa com pessoas excomungadas por ele.
7. Somente o papa pode fazer novas leis, estabelecer novas igrejas, dividir bispados ricos e unir os pobres.
8. Somente ele pode usar os ornamentos imperiais.
9. Todos os príncipes devem beijar seu pé e prestar esse sinal de honra somente a ele.
10. Só o seu nome deve ser comemorado nas igrejas.
11. Somente ele no mundo pode assumir o seu nome (isto é, como alguns entendem, somente ele é denominado papa. O nome de papa, anteriormente comum a todos os bispos, foi atribuído com exclusividade, como observa o padre Paulo, por Gregório VII ao pontífice romano).
12. É lícito que ele deponha imperadores.
13. Ele pode transferir bispos de uma sé para outra quando achar necessário.
14. Ele pode ordenar um clérigo em qualquer igreja.
15. Um clérigo ordenado por ele não deve ser promovido a um grau maior por nenhum outro bispo.
16. Nenhum concílio geral deve ser reunido sem a sua ordem.
17. Nenhum livro deve ser considerado canônico sem a sua autorização.
18. Ninguém pode reverter seus julgamentos, mas ele pode reverter todos os outros julgamentos.
19. Ele não deve ser julgado por ninguém.
20. Ninguém deve se achar no direito de condenar a pessoa que apela à Sé Apostólica.
21. As causas maiores de todas as igrejas devem ser levadas perante a Sé Apostólica.
22. A Igreja Romana nunca errou, nem jamais errará, de acordo com as Escrituras.
23. O pontífice romano, eleito canonicamente, torna-se indubitavelmente santo pelos méritos de São Pedro, de acordo com o testemunho de Santo Enódio, bispo de Pavia, e muitos dos pais, conforme relatado nos decretos do papa Símaco.
24. Com sua permissão, um inferior pode acusar seu superior.
25. Ele pode depor e restaurar bispos sem convocar um sínodo.
26. Ninguém deve ser considerado católico, a menos que concorde com a Igreja Romana.

27. O papa pode desobrigar súditos do juramento de lealdade que tenham feito a um mau príncipe.<sup>39</sup>

75. No leito de morte, Gregório VII havia instado os cardeais a escolher como sucessor um certo Desidério, o abade do Monte Casino. Lá, em Salerno, local da morte de Gregório, os cardeais pediram a Desidério que aceitasse o cargo de papa; vendo, porém, a cidade de Roma em ruínas e temendo a continuação das guerras que haviam levado àquela situação, recusou e foi embora para seu mosteiro, e dois anos se passaram até se tornar papa. Então, em uma assembleia pública em Roma, Desidério foi subitamente capturado e levado às pressas para a igreja de Santa Lúcia e proclamado Papa.

### VÍTOR III, 23 DE MARÇO A 16 DE SETEMBRO DE 1087.

76. O príncipe de Salerno exigiu do novo papa que ele ordenasse um favorito do príncipe ao arcebispado de Salerno. Vítor recusou. A capital foi tomada pelas tropas, e, quatro dias após sua eleição, Vítor fugiu de Roma, lançou fora todas as insígnias papais e voltou para sua abadia. Em 9 de maio, retornou a Roma, acompanhado por um contingente de tropas normandas, e acampou diante da igreja de São Pedro, mantida pelo papa Clemente com uma guarnição. Mas Vítor e os normandos expulsaram Clemente e capturaram a igreja, onde Vítor foi solenemente consagrado papa. Depois de oito dias, Vítor voltou para sua abadia, retornando a Roma para comemorar o dia de São Pedro, em 29 de junho. Na véspera do dia de São Pedro, um mensageiro do imperador Henrique chegou a Roma e pediu que os nobres e o povo de Roma abandonassem a causa de Vítor. O povo obedeceu ao chamado e se levantou contra as tropas de Matilde e Vítor, “que, lá do alto, ainda mantinham posse da igreja de São Pedro. Esta se tornou o centro do conflito sangrento; os homens guerreavam com toda a fúria sobre quem deveria celebrar o dia santo do apóstolo em sua grande igreja. Nenhuma das partes obteve esse triunfo; o altar permaneceu o dia inteiro sem luz, incenso ou sacrifício, pois as tropas desconcertadas do papa foram forçadas a refugiar-se no castelo de Santo Ângelo. [...]”

77. “Guiberto celebrou uma grande missa na igreja vizinha de Santa Maria, com as duas torres ou campanários, cuja guarnição ele acabara de incendiar. No dia seguinte, os partidários de Guiberto tomaram posse da igreja de São Pedro, lavaram o altar da poluição da missa hostil e depois celebraram a santa eucaristia. Mas o triunfo deles também foi curto; no dia seguinte foram novamente expulsos, e o papa Vítor passou a governar na igreja de São Pedro” (*Milman*).<sup>40</sup>

78. Em agosto de 1087, Vítor realizou um concílio em Benevento, no qual renovou a excomunhão e anátema contra Clemente III, a quem denunciou como “o precursor do anticristo,

<sup>39</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Gregório VII, par. 64. Conforme traduzido e resumido por De Cormenin, as “máximas” de Gregório são apresentadas assim: “Deus é Espírito. Ele governa a matéria. Assim, o espiritual está acima do poder temporal. O papa é o representante de Deus na Terra; ele deveria então governar o mundo. Somente a ele pertence a infalibilidade e a universalidade. Todos os homens estão sujeitos às suas leis, e ele só pode ser julgado por Deus. Ele deve usar ornamentos imperiais. Pessoas e reis devem beijar seus pés. Os cristãos são irrevogavelmente submetidos a suas ordens. Eles devem matar seus príncipes, pais e filhos, se ele ordenar. Nenhum concílio pode ser declarado universal sem as ordens do papa. Nenhum livro pode ser recebido como canônico sem a sua autorização. Finalmente, não existe bem nem mal, senão naquilo que ele condenou ou aprovou.”

<sup>40</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 3, livro 7, cap. 4, par. 4.

como um lobo voraz solto contra o rebanho de Cristo” (*Bower*).<sup>41</sup> O concílio também renovou a denúncia de Gregório contra a investidura leiga. Contudo, enquanto o concílio ainda estava em sessão, Vítor foi acometido de uma doença perigosa que o levou à morte em 16 de setembro. No leito de morte, ele recomendara aos cardeais a eleição de um certo Otão, bispo de Ostia. Uma assembleia foi nomeada para se reunir em Terracina, na Campânia, na primeira semana da Quaresma, em 1088. E ali, no domingo, em 12 de março, o bispo de Ostia foi escolhido por unanimidade para o ofício papal, e assim se tornou papa

#### URBANO II, 12 DE MARÇO DE 1088 A 29 DE JULHO DE 1099.

79. Urbano imediatamente notificou os nobres e soberanos de todos os países de que era papa. No ano de 1099, realizou um concílio em Roma, no qual excomungou Clemente III, o imperador Henrique e todos os seus seguidores. Sobre esse decreto ele escreveu o seguinte ao principal inimigo episcopal de Henrique na Alemanha:

“Coloco no topo da lista dos excomungados o herege Guiberto de Ravena, o usurpador do trono apostólico, e o rei Henrique; em seguida, aqueles que os apoiam; e finalmente todo o clero ou leigo que comunga com esses dois criminosos. No entanto, não pronunciamos um anátema contra todos indistintamente; mas não os admitimos à nossa comunhão sem lhes impor uma penitência, que regulamos de acordo com o grau do pecado, conforme tenham agido por ignorância, medo ou necessidade. Desejamos tratar com extrema severidade aqueles que caíram voluntariamente no abismo. Confirmamos você como tendo a autoridade de governar em nosso lugar na Saxônia, na Alemanha e nos outros países vizinhos, para que você regule todos os assuntos eclesiásticos, de acordo com os interesses da igreja.”<sup>42</sup>

80. Mais tarde no mesmo ano, ele realizou um concílio em Melfi, no qual renovou o decreto de Gregório contra as investiduras leigas e o casamento do clero. A esta confirmação do decreto de Gregório contra o casamento do clero Urbano acrescentou um decreto que autorizava os leigos a escravizar as esposas do clero casado onde quer que as encontrasse. Esses atos de Urbano, por meio de seus concílios, foram um aviso ao mundo de que ele iria perpetuar a guerra que Gregório havia começado e que Vítor continuara. Seria demais repetir os detalhes de intrigas, massacres e devastação que acompanharam essa guerra. A única novidade foi que Urbano e seu partido conseguiram conquistar o filho de Henrique, o príncipe Conrado, para o lado deles, e fazê-lo pegar em armas numa verdadeira guerra contra o pai. “O interesse do clérigo dominava de tal forma todos os outros, que os crimes contra a natureza não eram apenas desculpados pelas paixões comuns dos homens, mas por aquelas nutridas por pessoas com as mais elevadas pretensões à santidade cristã. Que papa alguma vez, se isso lhe prometia vantagem, recusou a aliança de um filho rebelde?” (*Milman*).<sup>43</sup>

81. Foi como o instigador das cruzadas que Urbano II ganhou de forma notória distinção papal. Vimos que Gregório VII idealizou uma cruzada: coube a Urbano II, “o mais fiel de seus discípulos”, realizá-la. Os turcos haviam tirado Jerusalém dos sarracenos em 1076. Entre

<sup>41</sup> *Lives of the Popes*, Vítor III.

<sup>42</sup> De Cormenin, *History of the Popes*, Urbano II.

<sup>43</sup> *History of Latin Christianity*, *ibid.*, cap. 5, par. 8.

os muitos milhares que faziam peregrinação a Jerusalém, havia um eremita, chamado Pedro, da província da Picardia, na França. Os turcos haviam tomado não apenas Jerusalém, mas “as duas Cilícias, a Síria, Isáuria, Lícia, Pisídia, Licaônia, Capadócia, Galácia, ambos os Pontos e Bitínia”. Quando Pedro, o Eremita, apelou ao patriarca de Jerusalém para saber por que os imperadores gregos toleravam que os turcos possuíssem o “santo sepulcro”, o patriarca só lhe pôde garantir que era devido à fraqueza dos sucessores de Constantino. Então, exclamou Pedro: “Vou despertar as nações guerreiras da Europa para se unir à sua causa!” “De Jerusalém, o peregrino retornou um fanático consumado; mas ao mesmo tempo em que ele se destacava na loucura popular da época, o Papa Urbano II o recebeu como profeta, aplaudiu seu projeto glorioso, prometeu apoiá-lo em um concílio geral e o encorajou a proclamar a libertação da Terra Santa” (*Gibbon*).<sup>44</sup>

82. Assim encorajado, Pedro iniciou sua missão vestido em roupas rústicas, cabeça descoberta, descalço, montado num jumento; atravessou a Itália e a França, pregando em todos os lugares – nas igrejas, nas ruas, nas encruzilhadas, nas estradas. Com suspiros, lágrimas e gemidos, e golpeando o peito; com apelos ao Céu, à Virgem Maria, a todos os santos e anjos; com fortes imagens desenhadas das opressões dos santos peregrinos por parte dos turcos incrédulos; ele trabalhou com os sentimentos e apelou às paixões da multidão supersticiosa, ignorante e de mente fraca em toda parte. “O orador mais perfeito de Atenas poderia ter invejado o sucesso de sua eloquência. O entusiasta rústico inspirou a paixão que ele nutria, e a cristandade esperava com impaciência os conselhos e decretos do sumo pontífice.”<sup>45</sup>

83. Urbano realizou um concílio em Placência, em março de 1095, composto por 200 bispos da Itália, França, Borgonha, Suábia e Baviera, e no qual foram reunidos outros 4 mil outros clérigos e 30 mil leigos. Vieram também ao concílio embaixadores do imperador oriental, pedindo ajuda para proteger a Europa dos turcos vitoriosos. “Diante da triste história das misérias e perigos de seus irmãos orientais, a assembleia caiu em prantos. Os campeões mais zelosos declararam sua disposição em marchar; e os embaixadores gregos foram despedidos com a garantia de um socorro rápido e poderoso. O alívio de Constantinopla estava incluído no projeto maior e de longo alcance da libertação de Jerusalém; mas o prudente Urbano adiou a decisão final para um sínodo que ele propôs realizar em alguma cidade da França no outono do mesmo ano.”<sup>46</sup>

84. A cidade da França escolhida para esse segundo concílio foi Clermont; e o concílio foi realizado em novembro de 1095. “Além de sua corte e o conselho de cardeais romanos, Urbano recebeu o apoio de 13 arcebispos e 225 bispos; o número de prelados mitrados foi calculado em 400. [...] Dos reinos adjacentes, um grupo marcial de senhores e cavaleiros de poder e renome compareceu ao concílio, com grande expectativa quanto a suas resoluções; e tal era o ardor do zelo e da curiosidade que a cidade ficou cheia e muitos milhares, no mês de novembro, ergueram suas tendas ou cabanas no campo aberto. Uma sessão de oito dias produziu alguns cânones úteis ou edificantes para a reforma dos costumes; uma severa censura foi pronunciada contra o abuso da liberdade da guerra privada. [...] Mas uma lei, por mais venerável que seja a aprovação, não pode repentinamente transformar a têmpera dos tempos; e os esforços benevolentes de Urbano

<sup>44</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 58, par. 1.

<sup>45</sup> *Ibid.*

<sup>46</sup> *Ibid.*, par. 2.

merecem menos elogios, já que trabalhou para apaziguar algumas brigas domésticas, com o intuito de espalhar as chamas da guerra do Atlântico para o Eufrates. De lá do sínodo de Placência, o boato sobre o seu grande desígnio se espalhou entre as nações. O clero, ao voltar, pregava em todas as dioceses o mérito e a glória da libertação da Terra Santa; e quando o papa subiu em um palanque no mercado de Clermont, sua eloquência foi dirigida a um público bem-preparado e impaciente.” Ali naquele palanque, Urbano II falou com toda a eloquência:

“Estamos sem dúvida felizes em ver nossa presença animar aclamações nesta grande e ilustre assembleia; mas não podemos esconder, por baixo das aparências de alegria enganosa, as marcas de profunda tristeza; e o coração de vocês verá com amargura e seus olhos derramarão torrentes de lágrimas quando considerarem comigo, meus irmãos, os infortúnios do cristianismo e nossa negligência com relação aos fiéis do Oriente. Graças a Deus, quase extirpamos completamente a heresia que desolava a Igreja Ocidental; exterminamos cismáticos obstinados, pelo fogo ou pela espada; reformamos os abusos e aumentamos os domínios e as riquezas da Santa Sé. Não obstante esse sucesso, nossa alma permanece mergulhada em tristeza, e declaramos a vocês que não teremos nenhum descanso até que os inimigos implacáveis do nome cristão sejam expulsos da Terra Santa, que eles ultrajam por sua conduta ímpia e sacrílega.”

“Sim, queridos irmãos, Jerusalém, a cidade de Deus, aquela herança de Cristo, que nos foi legada pelo Salvador, aquela terra venerada, na qual todos os mistérios divinos foram realizados, está há vários séculos nas sacrílegas mãos dos sarracenos e turcos, que triunfam sobre o próprio Deus. Quem pode dizer as horríveis profanações que cometem nesses lugares sagrados? Derrubaram os altares, quebraram as cruzes, destruíram as igrejas; e se, em meio à sua ira, pouparam a igreja de São Sepulcro, foi apenas por um sentimento de avareza, pois têm especulado sobre a devoção dos fiéis, que vão de todas as partes do mundo ao túmulo divino. Eles exigem um resgate dos peregrinos antes de autorizarem que penetrem nos lugares sagrados; eles então os roubam, quando lhes permitem partir, e até os atacam quando recuperam seus vasos, a fim de se apropriarem deles e reduzi-los à mais severa escravidão. E nós, filhos de Cristo, contemplamos o massacre de nossos irmãos friamente e sem indignação; parecemos indiferentes aos ultrajes que os bárbaros cometem contra Deus; nós lhes entregamos em silêncio uma herança que pertence somente a nós; permitimos que desfrutem em paz de uma conquista que é a vergonha de toda a cristandade, e continuamos sendo seus tributários sem ousar reivindicar nossos direitos pela força das armas. Os cristãos, no entanto, não evitam a batalha, pois quase toda a Europa está quase constantemente em guerra; mas as espadas que deveriam exterminar os inimigos de Cristo são desembainhadas contra Ele e atacam Seus sagrados membros. Por quanto tempo vocês deixarão os muçulmanos como senhores do Oriente? Levantem-se da letargia de vocês, que tem destruído nossa religião sagrada! Apenas um de nossos exércitos poderia com facilidade triunfar sobre os infiéis; mas nossas brigas e guerras intestinas constantemente nos dizimam e acrescentam força aos nossos inimigos. Que grandes coisas poderíamos realizar se os príncipes do Ocidente não fossem obrigados a manter suas tropas a seu redor, a fim de defendê-los dos ataques de seus vizinhos, e se o Espírito de Deus unisse nossos esforços em um empreendimento tão belo! Esperamos que Ele conceda eloquência às nossas palavras e desça até o coração de vocês, para que compreendam esta importante verdade. Escolhemos de preferência este cristianíssimo

reino para dar um exemplo a outras pessoas, porque lembramos que foram seus ancestrais, os francos, que demonstraram tanto zelo pela religião, e porque esperávamos que vocês respondessem à voz de Deus e conduzissem toda a Europa em seus passos. O povo gaulês já foi um formidável adversário dos hunos, dos mouros africanos e dos árabes; sob a liderança de Carlos Martel e Carlos Magno, eles já exterminaram exércitos de infiéis mais numerosos que as areias do mar; agora as legiões de vocês serão ainda mais terríveis, as suas vitórias brilhantes, porque vocês vão combater sob o pendão do Deus dos exércitos, que os envia para conquistar a herança de Seu Filho e que lhes ordena que expulsem os infiéis do santo sepulcro.”

“Sigam, intrépidos francos, o chefe que os chama para o socorro da religião, para o socorro de seus irmãos do Oriente, para o socorro do próprio Cristo! Contemplem o Salvador divino que saiu vitorioso sobre o mundo, a morte e o inferno; Ele agora é escravo dos sarracenos; Ele apresenta a vocês Sua cruz; Ele a oferece a vocês como o emblema sagrado sob o qual vocês deverão conquistar Seus inimigos e adquirir glória eterna. Não esqueçam que Deus, pela minha boca, lhes promete a vitória e entrega os ricos despojos dos infiéis. Os que derramarem sangue nesta guerra santa receberão a inefável coroa do martírio; se, no entanto, o medo da morte [...]”

85. Aqui o papa foi interrompido pelo grito: “*Deus lo volt! Deus lo volt!* – Deus quer! – como se fosse a uma só voz, ecoando de milhares da multidão arrebatada. Urbano respondeu:

“Que expressão mais magnífica da vontade divina pode haver do que essas simples palavras: ‘Deus quer’, saindo ao mesmo tempo de cada boca! Queridos filhos, vocês seguiram a inspiração do Espírito Santo, e nós recebemos essa revelação como um oráculo que garante o sucesso de uma guerra que o próprio Deus vem declarar. Que essa expressão sublime seja a divisa do exército; vamos gravá-la em nossos estandartes e em nosso peito, para que se torne o clamor de soldados e comandantes em combate. Sim, Deus quer! Vamos marchar para o santo sepulcro; vamos libertar Cristo, e até o dia abençoado em que O restaurarmos à liberdade, vamos carregar como Ele, em nosso ombro direito, a santa cruz, na qual Ele expirou para nos arrebatar da escravidão do pecado. A cruz Dele é o símbolo da Sua salvação. Usem-na, uma cruz vermelha e sangrenta, como uma marca externa, no peito ou no ombro, como garantia de seu compromisso sagrado e irrevogável.”<sup>47</sup>

86. O papa “proclamou uma indulgência plenária para aqueles que se alistassem sob a bandeira da cruz: a absolvição de *todos os* seus pecados e um recebimento completo de *tudo o* que poderia advir de qualquer penitência canônica” (Gibbon).<sup>48</sup> Quando o concílio foi encerrado, Urbano ordenou solenemente que a cruzada fosse pregada pelo clero em todas as suas dioceses. “A filosofia fria dos tempos modernos é incapaz de sentir a impressão causada em um mundo pecaminoso e fanático. À voz de seu pastor, o ladrão, o incendiário e o homicida ergueram-se aos milhares para resgatar suas almas, repetindo nos infiéis as mesmas ações que haviam exercido contra seus irmãos cristãos; e os termos da expiação foram abraçados ansiosamente por ofensores de todas as categorias e denominações. Nenhum era puro; ninguém estava isento da culpa e penalidade do pecado; e aqueles que eram menos sensíveis à justiça de Deus e da igreja eram os que tinham mais direito à recompensa temporal e eterna por sua piedosa coragem. Se tombavam, o espírito do clero latino não

<sup>47</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Urbano II.

<sup>48</sup> *Decline and Fall*, cap. 58, par. 5.

hesitava em adornar sua tumba com a coroa do martírio; e quando sobreviviam, poderiam esperar sem impaciência a demora e o aumento da sua recompensa celestial.”<sup>49</sup>

87. A multidão ignorante e supersticiosa em todos os lugares, “grandes e pequenos, foram ensinados a acreditar em todo tipo de maravilha, de terras manando leite e mel, de minas e tesouros, de ouro e diamantes, de palácios de mármore e jaspe e de bosques odoríferos de canela e incenso. Nesse paraíso terrestre, cada guerreiro dependia de sua espada para criar uma morada abundante e honrada, que ele media apenas pela extensão de seus desejos. Vassalos e soldados confiavam suas fortunas a Deus e ao mestre deles. Os espólios de um emir turco poderiam enriquecer o seguidor mais cruel do acampamento; e o sabor dos vinhos, a beleza das mulheres gregas eram tentações mais adaptadas à natureza do que à profissão de fé dos campeões da cruz. O amor à liberdade era um incentivo poderoso para as multidões oprimidas pela tirania feudal ou eclesiástica. Sob essa insígnia sagrada, os camponeses e burgueses, presos à servidão da terra, podiam escapar de um senhor altivo e transplantar a si mesmos e suas famílias para uma terra de liberdade. O monge podia se libertar da disciplina de seu convento; o devedor podia suspender o acúmulo de usura e a perseguição de seus credores; os criminosos e malfeitores de todas as castas podiam continuar a afrontar as leis e escapar da punição de seus crimes”.<sup>50</sup>

88. O Concílio de Clermont designou 15 de agosto de 1096 como o dia da partida da cruzada. Mas o entusiasmo era tão grande que uma grande multidão estava pronta para começar em março. Cerca de 100 mil, em três grupos, liderados respectivamente por Pedro, o Eremita; um certo Gualtério, por alguma razão denominado Sem-Haveres; e um monge chamado Godescal. Estes foram seguidos, já no mês de maio, por uma horda de 200 mil, adequadamente liderada por um ganso e um bode. Esses exércitos eram compostos pelo “refugo mais tolo e rude dentre o povo, que misturava com sua devoção uma libertinagem brutal para a rapina, prostituição e embriaguez”; e eram tão completamente ignorantes “que, quando vissem a primeira cidade ou castelo além dos limites de seu conhecimento, logo perguntariam se aquela não seria a Jerusalém, o objetivo e a última fronteira de seus esforços.”<sup>51</sup>

89. Desde o primeiro passo em sua marcha, o zelo deles como cruzados precipitou-se em um massacre geral dos judeus ao longo do caminho. “Em Verdun, Trêves, Mentz, Espira, Worms, milhares pertencentes a esse desafortunado povo foram saqueados e massacrados. Desde a perseguição de Adriano nunca haviam sentido um golpe mais sangrento.” Isso continuou por todo o Danúbio. No entanto, a aflição que abateu o povo em geral, ao longo da rota dos cruzados, só tinha a vantagem de ser menos terrível do que a que abateu os judeus. Pois a imensa multidão tinha que ter suprimentos – eles não levavam nada consigo e, forçosamente, tinham que viver às custas das pessoas nos países por onde passavam. Se o povo hesitasse, o que se queria era tomado à força; se recusava, era exposto ao assassinato. A invasão dos cruzados foi tão terrível que o prefeito da Bulgária e o rei da Hungria foram obrigados a reunir seus exércitos para defender seus países e habitantes.

---

<sup>49</sup> *Ibid.*

<sup>50</sup> *Ibid.*, par. 6.

<sup>51</sup> *Ibid.*, cap. 58, par. 8, 7.

90. Quando os cruzados chegaram a Constantinopla, o imperador do Oriente esperava salvá-los da destruição que certamente sobreviria sobre eles da parte dos turcos assim que entrassem na Ásia. Mas como haviam se mostrado tão destrutivos, para a segurança de seu país, sua cidade e seu povo, ele ficou feliz em ajudá-los a atravessar o Bósforo. Isso, com certeza, deixou os cruzados felizes, pois os levaria ao alcance dos odiados objetos de seu zelo cruzadista, que eles esperavam dizimar com rapidez, como palha diante do redemoinho, para que pudessem chegar velozmente a Jerusalém e ao santo sepulcro. Eles foram conduzidos em segurança até o solo da Ásia. Em duas batalhas, que, para os turcos, não passaram de escaramuças, toda a multidão ficou encurralada. “Uma pirâmide de ossos informou seus companheiros sobre o local da derrota. Dos primeiros cruzados, 300 mil já tinham morrido, antes de uma única cidade ser resgatada dos infiéis; antes que seus irmãos mais sóbrios e mais nobres concluíssem os preparativos de seu empreendimento.”<sup>52</sup> “Nunca, talvez, houve expedições tão completa e irremediavelmente desastrosas, tão insanas e pródigas na perda de vidas humanas como a cruzada *popular* que se iniciou primeiro sob Pedro, o Eremita” (*Milman*).<sup>53</sup>

91. Em seguida, chegou o mês de agosto, o momento designado pelo papa para a partida oficial da cruzada. E os números que chegaram a Constantinopla eram tão vastos que uma testemunha ocular, um historiador, pensou que a Europa tivesse sido desatada de suas fundações, para suprir multidões tão vastas. Estima-se que cerca de 6 milhões *tenham começado*; mas muitos logo voltaram; muitos outros pereceram pelo caminho. No entanto, a estimativa sóbria da história convencional é “que nunca houve um número de guerreiros tão extenso dentro dos limites de um único acampamento quanto o que participou do cerco a Niceia, a primeira operação dos príncipes latinos” (*Gibbon*).<sup>54</sup> Como uma estimativa semelhante do exército de Xerxes chegou ao número de 5.283.220<sup>55</sup> quando foi contado após se reunir pela primeira vez em solo europeu, é evidente que o número de cruzados que compuseram a primeira cruzada deve ter sido de 5 milhões completos.<sup>56</sup> Estes foram liderados pelos principais príncipes e pelos mais capazes guerreiros da Europa; e realizaram uma marcha bem-sucedida na Ásia Menor, Síria e Palestina. Cercaram e capturaram Niceia e Antioquia, de maio de 1097 a 3 de junho de 1098. Em 7 de junho de 1099, iniciaram o cerco a Jerusalém e a capturaram em 15 de julho. “Na sexta-feira às três da tarde, no dia e na hora da Paixão, Godofredo de Bulhão se pôs vitorioso nos muros de Jerusalém. Seu exemplo de coragem foi seguido por todos os lados como digno de imitação; e cerca de 460 anos após a conquista de Omar, a Cidade Santa foi resgatada do jugo maometano” (*Gibbon*).

92. “Nenhum bárbaro, nenhum infiel, nenhum sarraceno jamais perpetrou atrocidades tão dissolutas e cruéis como as cometidas pelos que usavam a cruz de Cristo (os quais, segundo se diz, caíram de joelhos e irromperam em hinos piedosos quando avistaram pela primeira vez a Cidade Santa), na captura da cidade. Assassinato era piedade, o estupro, ternura; a pilhagem simples, a mera afirmação do direito do conquistador. As crianças eram agarradas pelas pernas,

<sup>52</sup> *Ibid.*, par. 9.

<sup>53</sup> *Latin Christianity*, vol. 4, livro 7, cap. 6, par. 27.

<sup>54</sup> *Ibid.*, par. 16.

<sup>55</sup> *Great Empires of Prophecy*, cap. 9, par. 2.

<sup>56</sup> *Ibid.*, par. 24.



algumas delas arrancadas dos seios das mães, arremessadas contra as paredes ou atiradas pelas muralhas. Outros foram obrigados a pular dos muros; alguns torturados, assados por fogueiras lentas; rasgavam prisioneiros para ver se haviam engolido ouro. Dos 70 mil sarracenos não restou o suficiente para enterrar os mortos; cristãos pobres foram contratados para realizar a tarefa. Todos os que foram surpreendidos no templo foram massacrados, até que o fedor dos cadáveres afastou os matadores. Os judeus foram queimados vivos em sua sinagoga. Mesmo no dia seguinte, todos os que se refugiaram nos telhados, apesar da oposição de Tancredo, foram cortados em pedaços. Ainda mais tarde, os poucos sarracenos que haviam escapado (sem exceções para bebês de um ano) foram mortos para vingar os insultos aos mortos e para que não aumentassem o número do exército egípcio que avançava” (*Milman*).<sup>57</sup>

93. “Depois que todos os inimigos foram subjugados e massacrados”, com as ruas de Jerusalém fluindo com sangue e cobertas com os corpos dos mortos, os cruzados triunfantes jogaram de lado suas armas ainda com o forte cheiro de sangue e deram seus passos em direção ao “santo sepulcro”. Eles concentraram nisso o objetivo de sua longa e mortal marcha; e ali, na suposta tumba do Salvador, com as mãos e as vestimentas ensanguentadas do massacre indiscriminado de homens, mulheres e crianças inocentes, ousaram, com lágrimas e hinos e atitude devota, expressar sua gratidão Àquele que do Sinai tinha falado com voz de trovão: “Não matarás”, e que, em completa submissão, havia rendido Sua vida e sussurrado Sua oração moribunda por Seus inimigos! E entre a multidão sangrenta e fanática, captamos o último vislumbre do cabeça de todo o projeto fanático – Pedro, o Eremita.

94. Foi então estabelecido o reino de Jerusalém, do qual Godofredo de Bulhão foi escolhido por unanimidade como primeiro governante. Esse reino continuou de 1099 a 1187, quando Jerusalém foi retomada pelos muçulmanos, sob Saladino. Ao tomar a cidade, Saladino “consentiu em aceitar a cidade e poupar os habitantes. Os cristãos gregos e orientais foram autorizados a viver sob seu domínio; mas foi estipulado que em 40 dias todos os francos e latinos deveriam evacuar Jerusalém e ser conduzidos com segurança aos portos marítimos da Síria e do Egito; que dez moedas de ouro fossem pagas para cada homem, cinco para cada mulher e uma para cada criança; e que aqueles que não pudessem adquirir sua liberdade deveriam ser detidos em escravidão perpétua. Alguns escritores têm como tema favorito comparar de forma desproporcional a humanidade de Saladino com o massacre da primeira cruzada. A diferença seria meramente pessoal; mas não devemos esquecer que os cristãos se propuseram a capitular e que os maometanos de Jerusalém seriam alvo de funestas consequências no caso de algum ataque ou manifestação violenta. De fato, a justiça se deve à fidelidade com que o conquistador turco cumpriu as condições do tratado; e ele pode ser merecidamente elogiado pelo olhar de piedade que lançou sobre a miséria dos vencidos. Em vez de uma rigorosa cobrança de dívidas, aceitou uma soma de 30 mil besantes pelo resgate de 7 mil pobres; outros 2 ou 3 mil foram dispensados graças a sua voluntária clemência; e o número de escravos foi reduzido para 11 ou 14 mil pessoas. Em sua entrevista com a rainha, suas palavras e até suas lágrimas sugeriram a mais gentil compaixão; suas esmolas liberais eram distribuídas entre pessoas que haviam se tornado órfãs

<sup>57</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 7, cap. 6, par. 28.

e viúvas pela sina da guerra; e embora os cavaleiros do hospital estavam prontos para guerrear contra ele, ele permitiu que seus irmãos mais piedosos continuassem, durante o período de um ano, os cuidados e serviços para com os doentes.

95. “Nesses atos de misericórdia, a virtude de Saladino merece nossa admiração e afeição. Ele estava acima da necessidade de dissimulação, e seu fanatismo austero o teria levado a ignorar, e vez de estimular, essa compaixão profana pelos inimigos do Alcorão. Depois que Jerusalém se viu livre da presença dos estrangeiros, o sultão fez sua entrada triunfante, com seus estandartes balançando ao vento ao som harmonioso da música marcial. A grande mesquita de Omar, que havia sido convertida em igreja, foi novamente consagrada ao Deus único e a Seu profeta Maomé; as paredes e o pavimento foram purificados com água de rosas; e um púlpito, obra de Nuredim, foi erguido no santuário. Mas quando a cruz de ouro que brilhava na cúpula foi lançada e arrastada pelas ruas, os cristãos de todas as seitas emitiram um gemido lamentoso, retribuído pelos alegres gritos dos muçulmanos. Em quatro baús de marfim, o patriarca tinha recolhido as cruzes, as imagens, os vasos e as relíquias do lugar sagrado. Eles foram apreendidos pelo conquistador, que estava desejoso de presentear o califa com os troféus da idolatria cristã. Ele foi convencido, no entanto, a confiá-los ao patriarca e príncipe de Antioquia; e esse penhor sagrado foi resgatado por Ricardo da Inglaterra, ao preço de 52 mil besantes de ouro” (*Gibbon*).<sup>58</sup>

96. Essa epidemia de fanatismo e selvageria das cruzadas continuou por quase 200 anos. Nesse período, quase 7 milhões de pessoas deixaram a Europa Ocidental para Jerusalém, e poucas chegaram a retornar, e estas apenas como indivíduos. Assim, esse grande número de pessoas foi chamado pelos papas para o massacre, sem qualquer traço redentor e uma única razão que o justificasse. “A perseverança obstinada da Europa pode de fato despertar nossa pena e espanto: como é possível nenhuma lição ter sido aprendida de experiências constantes e adversas; a mesma confiança ter brotado repetidas vezes dos mesmos fracassos; e seis gerações sucessivas terem se jogado de cabeça no precipício aberto diante deles; como é possível homens de todas as classes terem apostado suas fortunas públicas e privadas na aventura desesperada de possuir ou recuperar uma lápide a 3 mil quilômetros de seu país?” (*Gibbon*).<sup>59</sup> “As cruzadas – contempladas não com uma filosofia fria e indiferente, mas com a elevada visão espiritual da fé que não pode consentir em limitar o onipresente Deus, o Salvador e o Espírito Santo a qualquer lugar ou a uma montanha ou cidade peculiar e para a qual uma guerra religiosa é, em essência e de forma irreconciliável, opressiva ao espírito do cristianismo – podem parecer o auge da loucura humana. As cruzadas, se pudéssemos medir o desperdício incalculável de vidas humanas do começo ao fim (um desperdício sem alcançar qualquer resultado humano duradouro) e toda a miséria humana implícita nessa perda de vidas, podem parecer o frenesi mais fenomenal exibido pela humanidade” (*Milman*).<sup>60</sup>

97. No entanto, tudo contribuiu para o enriquecimento e, portanto, para a glória do papado. Antes de tudo, todos os negócios neste mundo e no próximo de cada cruzado ficaram sob a tutela especial do papa; e como quase ninguém que ia voltava, essa tutela se tornou perpétua e, de acordo com o espírito invasivo próprio do papado, facilmente se consolidou em controle

<sup>58</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 59, par. 11.

<sup>59</sup> *Ibid.*, par. 6.

<sup>60</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 7, cap. 6, par. 23.

absoluto. Além disso, todos precisavam de dinheiro imediato para ter suprimentos para as cruzadas. Nessas circunstâncias, as propriedades de tanta multidão só podiam ser vendidas a um preço muito reduzido. Tendo o acúmulo de tesouros de séculos e a taxas exorbitantes, a igreja emprestou o dinheiro necessário penhorando objetos de valor e patrimônios imobiliários. Por exemplo, Godofredo de Bulhão hipotecou ao bispo de Verdun e ao bispo de Liège a maior parte de suas grandes propriedades; e visto que nunca voltou, essas posses até hoje são mantidas pela Igreja de Roma. “Por pelo menos dois séculos, esse comércio continuou em silêncio, a igreja sempre recebendo, raramente alienando; e isso se somava às ofertas comuns de devoção, às heranças de remorso doadas no leito de morte, às cobranças por absolvições forçadas, aos subornos pródigos movidos por terror supersticioso, às esmolas de caridade pura e abnegada.”

98. “Durante todo o período das cruzadas, todo aquele que estivesse procurando alguém para ser o guardião, até mesmo perpétuo, de suas terras, caso encontrasse na Terra Santa sua sepultura ou bens mais valiosos, se voltaria para a igreja, por cujas orações ele poderia alcançar sucesso, por cujas missas o pecado que se apegava à alma até do soldado da cruz poderia ser expiado. Se ele voltasse, muitas vezes retornava um homem desapontado e melancólico, refugiava-se de seus sentimentos religiosos frustrados no claustro e passava seus direitos remanescentes a seus irmãos. Se não voltasse mais, a igreja tinha a posse. O clérigo que ia à Terra Santa não tinha o direito de sucessão perpétua nas terras de sua sé ou de seu mosteiro; a igreja ou a irmandade teria a posse. Assim, sob todos os aspectos, a igreja, que de tudo se apropriava, ainda estava acumulando riquezas, agregando novas terras a seu santificado território, o único comerciante imperturbável que, nesse vasto negócio de venda de bens pessoais e imóveis, nunca fez um empreendimento com prejuízo, mas continuou acumulando cada vez mais e, na maioria das vezes, transformando a maior parte da terra em todos os reinos em um patrimônio isolado, que reivindicava a isenção de todos os encargos do Estado” (*Milman*).<sup>61</sup>

99. Urbano II só retornou da França para Roma em setembro de 1096, sendo escoltado por uma tropa de cruzados, por cuja ajuda o pontífice entrou em Roma em triunfo e expulsou os partidários de Clemente III das fortalezas que ocupavam, exceto o castelo de Santo Ângelo. Posteriormente, Urbano fez uma viagem a Salerno, quando os partidários de Clemente III se revoltaram e estabeleceram o poder de Clemente. Realizou-se um concílio, composto por cardeais, bispos, padres, diáconos e monges, que excomungou Urbano e o colocou sob um anátema, declarando:

“Não estamos dispostos a deixar os fiéis na ignorância, razão por que nos reunimos em concílio para destruir as heresias introduzidas na igreja pelo monge Hildebrando e pelos imitadores de sua política. Por conseguinte, publicamos a condenação do papa Urbano e de todos os que o reconhecem. Contudo, permitimos que os culpados pleiteiem sua causa diante de nós, prometendo-lhes, mesmo que devam ser condenados, toda a segurança pessoal até o festival de Todos os Santos, porque não temos sede de sangue e desejamos sinceramente a paz, verdade e unidade na igreja.”

100. Logo depois, porém, no início de 1099, Urbano voltou e expulsou Clemente III. Em 29 de julho de 1099, Urbano II morreu. Em seu lugar, foi eleito o cardeal Raniero, que recebeu o título de

<sup>61</sup> *Ibid.*, par. 37.

## PASCOAL II, 13 DE AGOSTO DE 1099 A 21 DE JANEIRO DE 1118.

Pascoal continuou a guerra contra Henrique IV iniciada por Gregório VII e mantida por Vítor III e Urbano II. Clemente III morreu em setembro de 1100. Um sucessor foi imediatamente eleito pelo partido de Henrique; mas Pascoal o fez prisioneiro no dia de sua eleição e o confinou num mosteiro. Outro foi eleito em seu lugar, o qual, 105 dias após sua eleição, também foi capturado e preso por Pascoal. No entanto, um terceiro foi eleito, que recebeu o nome de

## SILVESTRE IV.

Mas em poucos dias Pascoal o expulsou de Roma e morreu antes que pudesse retornar a Roma.

101. “A guerra entre o papa e o imperador, iniciada por Gregório VII e seus sucessores, foi travada de forma mais acirrada por Pascoal. O primeiro filho do imperador, Conrado, a quem o partido papal havia instigado contra o pai, já estava morto. Então conseguiram que o segundo filho, Henrique, se voltasse contra o imperador; e embora não se possa provar que o próprio papa tenha se envolvido diretamente na rebelião do jovem Henrique contra o pai, é certo que “o primeiro ato do jovem Henrique foi consultar o papa quanto à obrigação de seu juramento de fidelidade para com seu pai. O santo padre, atribuindo ousadamente essa dissensão entre o filho e o pai à inspiração de Deus, enviou-lhe sem reservas a bênção apostólica e lhe deu a absolvição, com a condição de que governasse com justiça e fosse fiel à igreja. Assim, foi-lhe concedida absolvição no julgamento final de Cristo por sua rebelião contra seu pai” (*Milman*).<sup>62</sup>

102. Por meio desse segundo filho rebelde, o papado conseguiu provocar a morte do imperador Henrique IV, em 7 de agosto de 1106. Mas isso não foi tudo. Quando ele foi enterrado pelo bispo de Liège, onde morreu, o bispo foi obrigado a desenterrar o corpo e mantê-lo fora do “solo consagrado”. “Assim foi perseguido até a sepultura esse grande príncipe, Henrique, o quarto imperador com esse nome, por seus próprios súditos e filhos, em desafio a todas as leis humanas e divinas, e isso com a aprovação, se não pela instigação, de quatro papas consecutivos, pelo fato de ele não lhes entregar uma prerrogativa que todos os seus antecessores haviam desfrutado como direito indiscutível, e a qual nenhum papa, por mais ousado e ambicioso que fosse, pretendeu reivindicar para si antes de subir ao trono papal o sedicioso Gregório VII” (*Bower*).<sup>63</sup>

103. Contudo, agora que o papa havia se livrado de Henrique IV, pode-se dizer que seus problemas mal haviam começado. Com a ascensão de Henrique V, o papa caiu em mãos mais severas do que quaisquer outras que enfrentara até o momento. Pois, embora o jovem Henrique tivesse se unido ao papado na guerra contra seu pai, para retirar do imperador qualquer direito de investidura e torná-lo prerrogativa exclusiva do papado, o jovem Henrique, no entanto, assim que se tornou o imperador Henrique V, logo reivindicou com todo o seu poder, contra o papado, o mesmo direito de investidura pelo qual seu pai sempre lutara. Dessa forma, o papa se viu envolvido mais profundamente em guerra do que antes.

104. Pascoal fez uma viagem à França. Henrique enviou até ele, em Châlons, uma embaixada para declarar diante dele a legalidade das reivindicações imperiais ao direito de inves-

<sup>62</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 8, cap. 1, par. 12 a partir do fim.

<sup>63</sup> *Lives of the Popes*, Pascoal II.

tidura. Em resposta, o bispo de Placência, falando em nome do papa, declarou que “o cajado e o anel pertenciam ao altar e, conseqüentemente, não podiam ser utilizados por leigos; e que era altamente impróprio que mãos consagradas pelo corpo e sangue de Cristo recebessem as insígnias de sua dignidade e poder das mãos impregnadas de sangue derramado pela espada!” Os embaixadores de Henrique interromperam o arcebispo com estas palavras: “Este não é o lugar onde devemos decidir a disputa: a espada deve decidir isso em Roma”. Em uma carta a Anselmo, da Inglaterra, Pascoal declarou:

“Saiba que nunca tolerei e nunca tolerarei que o rei da Alemanha faça investiduras. Só estou esperando até que a ferocidade daquela nação seja um pouco domada. Mas se o rei continuar a seguir o exemplo perverso de seu pai, ele sentirá no devido tempo o peso da espada de São Pedro, que já começamos a desembainhar.”<sup>64</sup>

105. Henrique propôs um tratado, pelo qual renunciaria a todas as reivindicações de investiduras, desde que o papa lhe entregasse todas as posses e benesses que foram concedidas ao papado desde a época de Carlos Magno até o presente, com o consentimento livre e espontâneo dos bispos. O papa concordou, e Henrique foi a Roma para ratificar o tratado que havia sido acordado por seus embaixadores e ser coroado imperador pelo papa. Em 11 de fevereiro de 1111, chegou a Roma com um exército de 34 mil homens. Ele foi recebido com alegria por judeus e gregos, pelo clero e pelas freiras e por uma grande multidão de pessoas, e por eles foi escoltado ao Vaticano. Ali, Henrique “desceu do cavalo, subiu os degraus da igreja de São Pedro, aproximou-se do papa, que estava rodeado pelos cardeais, por muitos bispos, por todo o clero e coro da igreja. Ele beijou primeiro os pés e depois a boca do pontífice; eles se abraçaram três vezes, e três vezes em homenagem à Trindade trocaram o ósculo santo nos olhos e nos lábios. [...] O rei pegou a mão direita do papa; as pessoas romperam o ar com aclamações. O rei fez sua declaração solene de que observaria o tratado; o papa declarou-o imperador e novamente lhe concedeu o beijo da paz. Sentaram-se então na capela-mor de pórfiro” (*Milman*).<sup>65</sup>

106. Mas cada um sabia que não podia confiar no outro. Cada um deles hesitou em declarar sua renúncia em favor do outro, com receio de que, se um fizesse primeiro, o outro recusasse, e assim o primeiro seria pego de surpresa. Enquanto cada um esperava o outro, o papa foi o primeiro a quebrar o silêncio, pedindo ao rei que renunciasse às investiduras. O rei respondeu que havia concordado em renunciar às investiduras apenas com a condição de que os bispos da Itália concordassem com a renúncia do papa aos bens seculares, e que ele não poderia fazer sua renúncia às investiduras até que tivesse certeza de que os bispos, de livre e espontânea vontade, estavam unidos com o papa na renúncia às temporalidades. Nesse momento o rei se afastou para conversar com os bispos presentes. A consulta continuou por tanto tempo que o papa enviou alguém para lhe pedir que voltasse e cumprisse sua parte do tratado. Quando Henrique voltou para onde o papa estava sentado, os bispos e alguns da guarda do rei vieram com ele. Os bispos declararam, por unanimidade, que nunca concordariam com qualquer entrega de suas propriedades, que o papa não tinha o direito de fazer qualquer acordo quanto a isso; e que, de qualquer forma, isso

<sup>64</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Pascoal, par. 36.

<sup>65</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 8, cap. 2, par. 19, 20.

não poderia ser feito, porque, como os bens terrenos haviam sido dadas à igreja pelos imperadores, essas temporalidades eram inalienáveis. O papa tentou convencê-los, dizendo:

“É justo dar a César as coisas que são de César. Aquele que serve a Deus não deveria concentrar seus interesses com os assuntos deste mundo. O uso de armas e, conseqüentemente, a posse de castelos e fortalezas é, segundo Santo Ambrósio, estranho ao ofício de um bispo.”<sup>66</sup>

107. Mas os bispos não estavam dispostos a serem persuadidos. No entanto, o papa, alegando que havia cumprido sua parte do tratado, insistia em que o rei cumprisse *sua* parte. À medida que a disputa esquentava, um membro do séquito do rei aproximou-se do papa e lhe disse: “Qual é o propósito de tantos discursos? O que temos a ver com suas estipulações e tratados? Saiba que nosso senhor, o imperador, fará com que você o coroe sem levar em conta qualquer de suas estipulações ou condições, como seus predecessores coroaram Carlos, Luís e Pepino”. O papa respondeu que não poderia coroá-lo nem o faria até que ele executasse o tratado. Contudo, como a parte do tratado do rei se baseava definitivamente na condição de que os bispos concordassem com a renúncia às temporalidades, Henrique insistiu que, como os bispos se recusavam a fazê-lo, ele não estava de modo algum obrigado a renunciar às investiduras. Mas o papa continuou irredutível com sua exigência. Henrique pôs fim à discussão ordenando que seus guardas cercassem o papa e seus bispos. Era domingo da Quinquagésima, e o papa teve a permissão de realizar o serviço regular e officiar a missa. Henrique havia ordenado que os portões, as torres do Vaticano e a igreja de São Pedro fossem ocupados por seus soldados. Quando o culto terminou, e o papa e seus cardeais estavam prestes a se retirar, os soldados ocuparam todas as portas e os detiveram. Henrique ordenou que o papa, com seus cardeais (exceto dois que conseguiram escapar), fossem levados para um prédio adjacente, onde foram mantidos sob guarda.

108. Os dois cardeais que haviam escapado espalharam pela cidade a notícia de que o papa estava preso. O populacho se enfureceu e matou muitos alemães que, sem saber das ocorrências na igreja de São Pedro, estavam espalhados e desarmados pela cidade. A multidão enfurecida correu então para a catedral de São Pedro e atacou até as tropas armadas. O imperador, liderando uma investida contra eles, foi arrancado de seu cavalo e ferido; e certamente teria perdido a vida, se um de seus nobres não lhe tivesse dado seu próprio cavalo. Por esse sacrifício, o próprio nobre foi capturado pela multidão e literalmente rasgado em pedaços e jogado aos cães nas ruas. O exército de Henrique prevaleceu e houve novamente um grande massacre. O papa foi preso em um castelo e os cardeais ficaram presos e confinados num castelo separado, não muito longe de Roma. Assim foram mantidos prisioneiros próximos, e ninguém além dos alemães podia se comunicar com eles. No final de dois meses, os bispos e cardeais pleitearam de forma tão eficaz suas próprias angústias, e as do povo de Roma e dos arredores, que Henrique sem cessar perturbava e açoitava, que o papa Pascoal II se rendeu aos ditames de Henrique V, de modo tão completo quanto Henrique IV havia se rendido a Gregório VII – com a diferença, no entanto, de que o papa Pascoal não foi humilhado ou submetido a sofrimentos por parte de Henrique V, como havia sido Henrique IV por Gregório VII.

<sup>66</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Pascoal II, par. 41.

109. O seguinte acordo foi firmado, naturalmente sob as ordens do imperador e com a rendição e submissão do papa:

#### POR PARTE DO PAPA.

“O papa Pascal não molestará o rei Henrique pelo fato de este conceder investiduras aos bispos e abades do seu reino; ele não se preocupará com elas, nem jamais excomungará o rei por concedê-las ou por qualquer dano que tenha causado, por ocasião desta disputa, a ele ou a seus amigos e adeptos; o rei investirá, como fez até agora, com o bastão episcopal e o anel, os bispos e abades que forem eleitos livremente, sem simonia e com sua aprovação; os arcebispos e bispos deverão consagrar aqueles a quem o rei investir, e ninguém será consagrado até que ele os tenha investido; o papa coroará imediatamente o imperador, o ajudará a preservar seu reino e lhe confirmará, por uma bula especial, o direito de investir.”

#### POR PARTE DO IMPERADOR.

“Eu, Henrique, na quarta ou quinta-feira seguinte, porei em liberdade o papa Pascoal e todos os cardeais, bispos e outras pessoas, bem como reféns que foram levados com ele e por causa dele; e farei com que sejam conduzidos em segurança até o portão da cidade transtiberina. Não prenderei doravante, nem farei com que seja preso, quem for fiel ao papa Pascoal; e o povo romano, assim como os habitantes da cidade transtiberina, gozarão de paz e segurança, sem que eles nem suas propriedades sejam perturbados. Restaurarei os patrimônios e propriedades da Igreja Romana, que tomei, a ajudarei e darei meu apoio para que ela recupere e mantenha tudo o que lhe pertence por direito, como meus antepassados fizeram, e obedecerei ao papa Pascoal, resguardando a honra de meu reino e império, assim como os imperadores católicos têm obedecido aos papas católicos.”<sup>67</sup>

110. Esse tratado foi realizado no acampamento do imperador, a uma curta distância de Roma. No entanto, havia um item que ainda devia ser cumprido antes que o papa fosse posto em liberdade. A parte do papa no acordo era que ele deveria confirmar, “por uma bula especial”, o direito de investidura do imperador; e Henrique exigiu que essa bula lhe fosse oficialmente emitida pelo papa antes de ser libertado. O papa objetou que ele não tinha o selo papal com ele, e como seria possível ele emitir a bula? Henrique ordenou que o selo fosse trazido do palácio do papa para o acampamento. Então o papa Pascoal II assinou e selou, conforme os cânones, a seguinte bula papal:

“Pascoal, bispo, servo dos servos de Deus, a seu amado filho Henrique, rei dos alemães, e pela graça de Deus imperador dos romanos, saúde e bênção apostólica. Como seu reino sempre se distinguiu por seu apego à igreja, e seus predecessores mereceram por sua probidade ser honrados com a coroa imperial em Roma, foi do agrado do Todo-Poderoso chamá-lo de meu amado filho Henrique, segundo essa dignidade, etc. Portanto, concedemos a você a prerrogativa que nossos antecessores concederam aos seus, a saber, que você invista os bispos e abades de seu reino com o cajado e o anel, desde que tenham sido eleitos livremente e sem simonia, e que sejam consagrados, depois que você os tiver investido, pelos bispos do arcebispado a que pertencem. Se alguém for escolhido pelo povo e pelo clero, sem sua aprovação, não seja consagrado até que você o tenha investido. Os bispos e arcebispos terão total liber-

<sup>67</sup> *Ibid.*, par. 44.

dade para consagrar os bispos e abades que você tiver investido. Pois seus predecessores, renunciando a bens pessoais, fizeram doações à igreja e a enriqueceram em grande medida, razão pela qual os bispos e os abades deveriam ser os primeiros a contribuir para a defesa e a manutenção do Estado; e cabe a você suprimir as dissensões populares que acontecem nas eleições. Se alguém, clérigo ou leigo, ousar infringir esta concessão nossa, este será atingido por um anátema e perderá sua dignidade. Que a misericórdia do Todo-Poderoso proteja aqueles que observarem esta determinação e conceda a vossa majestade um feliz reino.”

111. Então o papa foi posto em total liberdade. Ele e o imperador entraram juntos na cidade e foram direto para a igreja de São Pedro, onde o papa coroou o imperador Henrique, no domingo, em 12 de abril de 1111. Quando a cerimônia de coroação terminou, o papa celebrou a missa; e quando chegou à comunhão, pegou a hóstia e a partiu ao meio. Dando uma parte a Henrique e segurando a outra, disse:

“Nós damos a você, imperador Henrique, o corpo de nosso Senhor Jesus Cristo, o mesmo que nasceu da Virgem Maria e sofreu na cruz, como somos ensinados pela santa Igreja Católica. Nós o damos a você como confirmação da paz que fizemos. E como essa parte do sacrifício vivificante está separada da outra, *assim, quem tentar quebrar este acordo será separado de nosso Senhor Jesus Cristo e excluído de Seu reino.*”<sup>68</sup>

112. Uma delegação do povo romano foi então recebida na igreja. Eles apresentaram ao imperador a coroa de ouro e as insígnias de patrício e defensor da cidade de Roma. Henrique exigiu que, na presença de todos, o papa lhe entregasse a bula que havia sido emitida no acampamento. O papa recusou-se a princípio, mas foi obrigado a fazê-lo, provavelmente para escapar de outra experiência como aquela pela qual acabara de passar. Henrique recebeu a bula da mão do papa e, com seu exército, partiu imediatamente para a Alemanha.

113. Mas os problemas do papa ainda não haviam terminado. Os cardeais e bispos que não haviam ficado presos e o clero de Roma exigiram que ele revogasse imediatamente a bula que havia concedido e declarasse nulo e sem efeito tudo o que havia estipulado no tratado com Henrique. Eles reuniram um concílio e, por unanimidade, declararam nulos e sem efeito todas as concessões que Pascoal havia feito e renovaram os decretos de Gregório e seus sucessores contra a investidura leiga. Eles condenaram “todos os que agissem ou apoiassem os que procedessem de forma incompatível com esses decretos”. A maré da oposição ficou tão forte que o próprio papa reuniu um concílio, em 28 de março de 1112, composto por “12 arcebispos, 114 bispos, 15 cardeais padres, 8 cardeais diáconos e um grande número de abades e eclesiásticos de todas as posições”. Ele relatou ao concílio tudo o que havia ocorrido na controvérsia com Henrique. Confessou que não havia agido bem ao fazer as concessões que havia feito e que o assunto deveria, de alguma maneira, ser corrigido; e pediu ao concílio que o ajudasse a descobrir como a dificuldade poderia ser sanada, já que ele havia concedido ao imperador, por meio daquela bula especial, o direito de investidura e *havia prometido que não o excomungaria.*

114. O concílio pediu tempo para deliberar, o que, evidentemente, foi concedido. O resultado da deliberação foi a opinião expressa pelo bispo de Angolema, “recebida por todos como ordenada pelo Espírito Santo”, de que, “como o papa havia prometido apenas não excomungar o

<sup>68</sup> *Ibid.*, par. 46.



*imperador*, ele poderia excomungar *sua própria bula*” e o tratado que aquela bula confirmava! Por conseguinte, o concílio adotou por unanimidade o seguinte decreto:

“Todos nós reunidos neste santo concílio condenamos, pela autoridade da igreja e pelo julgamento do Espírito Santo, o privilégio extorquido do papa pelo rei Henrique. E para que ele seja para sempre nulo e sem efeito, nós excomungamos o referido privilégio, a saber, a ordenança de que um bispo, embora canonicamente eleito, não seja consagrado até que receba a investidura do rei, sendo esta uma determinação contrária ao Espírito Santo e inconsistente com a instituição canônica. Amém! Amém! Que assim seja!”<sup>69</sup>

115. Embora o papa tivesse se comprometido a não excomungar o imperador e embora tivesse se apegado a essa promessa, tendo excomungado apenas sua bula e tratado, em todas as partes, contudo, *seus legados* excomungavam *Henrique*, e o papa Pascoal *confirmava a excomunhão deles*. E, de fato, a excomunhão deles era, por si só, sem valor, exceto se confirmada pelo papa. Além disso, o Concílio de Viena, presidido pelo legado do papa e realizado em setembro de 1112, excomungou o imperador; e o decreto desse concílio, o papa o confirmou de forma categórica em uma carta datada de 17 de novembro do mesmo ano, “fazendo assim por outros o que ele solenemente jurou não fazer por si mesmo; com isso, permitiu que um tribunal geralmente considerado inferior dispensasse o juramento de que ele não ousou retratar-se; dessa forma, por um sofisma indigno, tentou obter a vantagem, sem a culpa do perjúrio” (*Milman*).<sup>70</sup> E assim o papa se sujeitou à separação que ele próprio decretou diante da hóstia partida, no domingo, dia 12 de abril de 1111.

116. Assim, quando Pascoal II saiu de cena do palco papal, deixou para os futuros papas a grande lição papal de que “não havia limite para o qual suas pretensões não pudessem avançar em prol do engrandecimento da hierarquia; mas retratar o mínimo dessas pretensões estava além do poder deles que, em outras circunstâncias, seria ilimitado” (*Milman*).<sup>71</sup> A guerra continuou após a morte de Pascoal II, como antes, e prosseguiu durante todo o reinado de seu sucessor,

### GELÁSIO II, 1118;

e quase durante todo reinado de *seu* sucessor,

### CALISTO II, 1119 A 12 DE DEZEMBRO DE 1124.

Em setembro de 1122, foi realizada uma Dieta em Worms, na qual estavam presentes os legados do Papa Calisto II e na qual, após uma conferência de dez dias, a guerra das investiduras terminou com o seguinte acordo:

### POR PARTE DO PAPA

“Nós, os legados da Santa Sé, concedemos ao imperador a autoridade de fazer com que os bispos e abades do reino da Alemanha sejam escolhidos em sua presença, sem o emprego de violência ou simonia, e sob os auspícios dos prelados metropolitanos e comprovincianos. O eleito receberá do príncipe a investidura das prerrogativas reais por meio do cetro, e não

<sup>69</sup> *Ibid.*, par. 49.

<sup>70</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 8, cap. 2, par. 39.

<sup>71</sup> *Ibid.*, par. 5 a partir do fim.

as prerrogativas eclesiásticas, e ele executará os deveres para com seu soberano que lhe são impostos pela sua condição de súdito. Em virtude deste tratado, concedemos a Henrique uma paz durável e o mesmo para aqueles que estiveram do seu lado durante os momentos infelizes de nossas discórdias.”

### POR PARTE DE HENRIQUE V

“Por amor a Deus e à santa Igreja Romana, do Papa Calisto, e pela segurança de nossa alma, renunciamos ao privilégio de realizar investiduras por meio do anel e da cruz, e concedemos a todas as igrejas de nosso império eleições canônicas e livres consagrações. Restauramos à Santa Sé as terras e dividendos de que nos apropriamos durante nossas divisões e prometemos nossa assistência ao papa para que ele recupere tudo aquilo que nossos súditos confiscaram. Restauraremos também às igrejas, senhores e cidadãos os domínios que estão em nossa posse. Finalmente, concedemos paz plena e durável ao papa Calisto, à santa Igreja Romana e a todos aqueles que a ajudaram durante nossas discórdias.”

117. “Esses dois documentos foram lidos e trocados em uma planície na margem esquerda do Reno, onde tendas e um altar haviam sido erguidos. Graças foram então rendidas a Deus, e uma missa solene celebrada pelo bispo de Ostia, na qual ele concedeu ao imperador o direito da comunhão e deu-lhe o beijo da paz. Também absolveu as tropas que os cercavam e todos os que haviam participado do cisma. Assim, o papa e o rei consolidaram sua união, depois de terem devastado a Alemanha e a Itália e assassinado o povo da Saxônia, Baviera, Lorena e Lombardia por meio século, por uma briga infeliz sobre *investiduras*” (*De Cormenin*).<sup>72</sup>

118. Seguir a história detalhada dos papas em sucessão ao longo deste século, em três quartos dos quais houve dois papas ao mesmo tempo, seria apenas impor ao leitor uma repetição cansativa de intriga, blasfêmia e arrogância, de maldade, guerra e angústia. O testemunho de contemporâneos católicos constitui uma descrição suficiente de todo o século 12. O cardeal Barônio, o analista dos papas, afirma que “parecia que o anticristo governava a cristandade”. E como o papa era o governador da cristandade, essa afirmação designa com muita precisão quem é o anticristo.

119. São Bernardo, que viveu na época, escreveu o seguinte em uma carta:

“Tendo tido por alguns dias a felicidade de ver o piedoso Norberto e de ouvir algumas palavras de sua boca, perguntei-lhe quais eram seus pensamentos em relação ao anticristo. Ele me respondeu que esta geração certamente seria exterminada pelo inimigo de Deus e dos homens, pois o seu reinado havia começado.”

120. Bernardo de Morlaix, um monge de Cluny, que também viveu nesse século, escreveu:

“A idade de ouro já passou; almas puras não existem mais; nós vivemos nos últimos tempos; fraude, impureza, rapina, cismas, brigas, guerras, traições, incestos e assassinatos desolam a igreja. Roma é a cidade impura do caçador Ninrode, e piedade e religião abandonaram seus muros. Ai! O pontífice, ou melhor, o rei desta odiosa Babilônia, pisoteia os evangelhos e Cristo e faz com que ele seja adorado como um deus.”

121. Honório de Antron, um padre, declarou:

<sup>72</sup> *History of the Popes*, Calisto II.

“Vejam esses bispos e cardeais de Roma! Esses dignos ministros que cercam o trono da besta! Estão constantemente ocupados com novas iniquidades e nunca cessam de cometer crimes. [...] O reino de Deus terminou e o do anticristo começou. Uma nova lei substituiu a antiga. A teologia escolástica suplantou a moralidade, as doutrinas e a adoração – eis que os últimos tempos, anunciados no Apocalipse, chegaram!”<sup>73</sup>

---

<sup>73</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Pascoal II, primeiros parágrafos.



.....

## A SUPREMACIA PAPAL – INOCÊNCIO III A BONIFÁCIO VIII

*O Papa Dá a Irlanda à Inglaterra – A Opinião Mundial do Papado – Inocêncio III e o Rei da França – Inocêncio III e João da Inglaterra – A Origem da Disputa com João – A Inglaterra sob Interdito – João Dá a Inglaterra para Roma – A Guerra de Inocêncio na Alemanha – Inocente Escolhe um Imperador – O Imperador de Inocêncio se Volta contra Ele – Cruzados Capturam Constantinopla – Prodigiosas Revindicações de Inocêncio IV – O Pináculo do Poder Temporal.*

No ano de 1143, a cidade de Roma se declarou república. Um patrício foi eleito; o Senado foi restaurado. Em março de 1144, essa república declarou separação entre igreja e Estado; e notificou o papa – Lúcio II – de que reconheceriam a autoridade dele e seriam submissos a ela nas coisas espirituais, e apenas nas espirituais. “Eles declararam que o papa e o clero deveriam se contentar, a partir de então, com os dízimos e as ofertas do povo”, porque “todos os assuntos seculares, as prerrogativas reais e os direitos de soberania” recaíam agora sobre o poder temporal investido no patrício da república. O papa Lúcio, à frente dos nobres armados, tentou esmagar a nova república de Roma; e, na tentativa de invadir a capital, recebeu uma ferida mortal e morreu em 25 de fevereiro de 1145.

2. O sucessor de Lúcio II – Eugênio III – foi expulso de Roma. No final do ano, recuperou a cidade e comemorou o Natal; mas em março de 1146, foi novamente obrigado a fugir e não entrava mais nela, exceto apenas como bispo, até sua morte, em 7 de julho de 1153. O sucessor de Eugênio III morreu em 2 de dezembro de 1154 e foi imediatamente sucedido por Nicolau de Breakspear, o único inglês a ocupar a cadeira papal em Roma, que reinou como papa

ADRIANO IV, 4 DE DEZEMBRO DE 1154 A 1º DE SETEMBRO DE 1159.

Na guerra com a nova república, Adriano ordenou que todas as igrejas de Roma fossem fechadas; proibiu todo o clero de realizar qualquer serviço religioso, exceto em batizados e mortes. O clero instigou as pessoas supersticiosas que foram privadas de seus ritos religiosos, festas e procissões. A Páscoa estava perto; e a perspectiva de que não haveria nenhuma celebração dessa grande festa papal era intolerável para a população. Eles clamaram pela restauração de sua religião. Assim, “o clero e o povo obrigaram o Senado a ceder. Adriano não estava disposto a admitir nenhum termo que, de alguma forma, impedisse a revogação das instituições republicanas” e o banimento dos líderes. “A república terminou em março de 1155.

3. Em 1156, Henrique II da Inglaterra pediu o favor do papa em seu plano de invadir e sujeitar a Irlanda. A Irlanda havia recebido o cristianismo ao mesmo tempo que os bretões nos

primeiros séculos da era cristã. Mas “o papa considerava como a marca mais segura de sua conversão imperfeita o fato de que a nação seguia as doutrinas de seus primeiros mestres e nunca haviam reconhecido qualquer sujeição à Sé de Roma” (*Hume*).<sup>1</sup> Portanto, no mesmo ano (1156), Adriano IV emitiu uma bula concedendo a Irlanda à Inglaterra, deliberando que o óbolo de São Pedro seria propriedade exclusiva do papado e encarregando Henrique de tomar posse da ilha. Foi o que ele fez, porque, como declarou, “a Irlanda e todas as ilhas convertidas ao cristianismo pertenciam à jurisdição especial de São Pedro”; e, portanto, tinha o direito de sancionar a invasão e posse da Irlanda pela Inglaterra “em razão de ser ela a responsável por fazer progredir a civilização e propagar uma fé mais pura entre o povo bárbaro e ignorante” (*Milman*).<sup>2</sup>

4. Durante o reinado de Adriano IV, também houve guerra entre o papado e o imperador – Frederico Barbarossa –, e isso foi usado por Adriano como ocasião para ampliar ainda mais as já enormes reivindicações do papado. Em oposição ao imperador Frederico Barbarossa, o papa Adriano IV escreveu as seguintes palavras aos arcebispos de Trêves, Mentz e Colônia:

“Glória a Deus nas alturas, porque vocês se encontram provados e fiéis, enquanto essas moscas do Faraó, que subiram do fundo do abismo e, movidas pelos ventos rodopiantes, enquanto se esforçam para escurecer o Sol, são lançadas ao pó da terra. Prestem atenção para não se envolverem nos pecados de Jeroboão, que fez Israel pecar; e eis que um pior que Jeroboão está aqui. Não foi o império transferido pelos papas dos gregos para os teutões? O rei dos teutões não se torna imperador antes de ser consagrado pelo papa. Antes de sua consagração, ele é apenas rei; depois, imperador e Augusto. De onde, então, procede o império senão de nós? Lembrem-se de quem eram esses reis teutônicos antes de Zacarias dar sua bênção para Carlos II, que foi carregado em um carruagem puxada por bois, como os filósofos! Reis gloriosos, que habitavam, como os chefes das sinagogas, nessas carruagens, enquanto o prefeito do palácio administrava os assuntos do império. Zacarias I promoveu Carlos ao império e lhe deu um nome exaltado acima de todos os nomes. [...] Aquilo que conferimos ao fiel alemão, podemos tirar do desleal alemão. Eis que está ao nosso alcance conceder a quem desejarmos. Por essa razão, somos colocados acima de nações e reinos, para que possamos destruir e arrancar, construir e plantar. Tão grande é o poder de Pedro que tudo o que é feito por nós com dignidade e justiça deve ser acreditado como sendo feito por Deus!”<sup>3</sup>

5. João de Salisbury, compatriota de Adriano IV e depois bispo de Chartres, visitou Adriano e foi recebido como amigo íntimo. Um dia, o papa, em uma troca de confidências, pediu a João que lhe dissesse com liberdade e honestidade “que opinião o mundo tinha dele e da Igreja Romana. João, usando a liberdade que o papa lhe concedia, disse à Sua Santidade que, como ele queria saber o que o mundo pensava da Igreja Romana, ele não dissimularia, mas lhe contaria com toda a liberdade de um amigo o que ouvira nas diferentes províncias, pelas quais havia viajado, e começou assim: ‘Dizem, santo padre, que a Igreja Romana, a mãe de todas as igrejas, se comporta em relação a outras igrejas mais como madrasta do que como mãe verdadeira; que escribas e fariseus sentam nela, colocando pesados fardos sobre os ombros dos homens, que eles mesmos nem tocam com o dedo; que dominam o clero; mas não são um exemplo para o

<sup>1</sup> *History of England*, cap. 9, par. 2.

<sup>2</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 8, cap. 7, par. 4.

<sup>3</sup> *Ibid.*, penúltimo parágrafo.

rebanho, nem mostram o caminho certo para a vida; que cobiçam ricas mobílias, carregam suas mesas com prata e ouro e, ainda assim, por avareza, vivem com moderação; que eles raramente recebem ou aliviam os pobres e, quando os aliviam, é apenas por vaidade que assim o fazem; que espoliam as igrejas, semeiam dissensões, provocam divisões entre o clero e o povo, não são tocados pelas misérias e sofrimentos dos aflitos e consideram o ganho como piedade e virtude; que praticam a justiça, não por causa da justiça, mas pelo lucro; que todas as coisas são negociáveis; que, por dinheiro, você pode conseguir hoje o que quiser, mas no dia seguinte você não receberá nada sem ele. Eu já ouvi pessoas os comparando com o diabo, que, quando deixa de fazer o mal, é considerado um praticante do bem. Abro exceções para alguns, que correspondem ao nome de pastores e cumprem o dever. O próprio pontífice romano é, dizem eles, um fardo quase insuportável para todos. Todos reclamam que, enquanto as igrejas, que a piedade de nossos antepassados erigiu, estão prestes a cair, ou jazem em ruínas, enquanto os altares são negligenciados, ele constrói palácios e aparece maravilhosamente vestido em púrpura e ouro. Os palácios dos sacerdotes são mantidos limpos, mas a igreja de Cristo está coberta de sujeira. Saqueiam províncias inteiras, como se visassem nada menos que a riqueza de Creso. Mas o Todo-Poderoso os trata de acordo com seus merecimentos, muitas vezes deixando-os como presas da própria escória da humanidade; e enquanto assim se afastam do caminho, o castigo que merecem deve recair sobre eles, e isso certamente ocorrerá. O Senhor diz: ‘Com o critério com que julgardes, sereis julgados; e, com a medida com que tiverdes medido, vos medirão também.’ Isso, santo padre, é o que as pessoas dizem, já que você quer saber.”

6. “Quando terminei, o papa pediu *minha* opinião. Respondi que não sabia o que fazer, que seria considerado mentiroso ou bajulador, se ousasse contradizer as pessoas e que, por outro lado, meu crime seria tão grave quanto o de traição se abrisse minha boca contra o Céu. No entanto, visto que Guido Clemente, o cardeal-presbítero de Santa Pudenciana, concorda com o povo, não me atrevo a discordar dele; e ele diz que a falsidade, contrária à simplicidade da pomba, prevalece na Igreja Romana e, com ela, a avareza, a raiz de todo mal. Isso ele disse não em um canto, mas publicamente num concílio presidido pessoalmente pelo papa Eugênio. No entanto, devo dizer que foi na Igreja Romana que conheci eclesiásticos com o maior grau de probidade, ou que mais detestam a avareza. Quem não admira o desprezo pelas riquezas e o desinteresse de Bernardo de Rennes, cardeal-diácono de São Cosme e São Damião? Ainda não nasceu uma pessoa de quem tenha recebido alguma ninharia ou presente. O que direi do bispo de Praeneste [atual Palestrina], que, pela ternura de sua consciência, se recusava a receber até o que lhe era devido. Muitos se igualam ao próprio Fabrício em sobriedade e moderação. Como você me instiga e me ordena, e eu não devo mentir para o Espírito Santo, vou falar a verdade: devemos obedecer aos seus mandamentos, mas não devemos imitá-lo em todas as suas ações. Por que você indaga sobre a vida de outras pessoas e não sobre a sua? Todos o aplaudem e lisonjeiam, todos o chamam de senhor e pai; se é pai, por que você espera presentes de seus filhos? Se é senhor, por que você não mantém seus romanos em respeitosa sujeição? Você não é pai da maneira certa. Dê de graça o que de graça recebeu. Se você oprimir os outros, você será oprimido com mais severidade. Quando terminei de

falar, o papa sorriu, elogiou-me pela liberdade que tinha tomado e ordenou que eu lhe comunicasse imediatamente tudo o que ouvisse de errado a respeito dele.”<sup>4</sup>

7. O próximo dentre os papas digno de nota especial é aquele que sintetizou em si todas as características papais,

### INOCÊNCIO III, 8 DE JANEIRO DE 1198 A 16 DE JULHO DE 1216,

que foi escolhido “por seu caráter irrepreensível, sua erudição e seus excelentes talentos”; e por quem “o poder papal alcançou o seu auge”. “Em seu empossamento, o sermão revelou o caráter do homem: a afirmação desmedida de sua dignidade e declarações de humildade que transparecem o orgulho”, como segue:

Vocês veem que tipo de servo é aquele a quem o Senhor pôs sobre Seu povo: ninguém menos que o vice-regente de Cristo, o sucessor de Pedro. Ele está no meio entre Deus e o homem: abaixo de Deus, acima dos homens; menos que Deus, mais que o homem. Ele julga a todos, não é julgado por ninguém, pois está escrito: ‘Eu julgarei’. Mas aquele a quem a preeminência da dignidade exalta é reduzido pelo seu ofício de servo, de modo que a humildade seja exaltada e o orgulho humilhado; pois Deus é contra os altivos e para os humildes mostra misericórdia; e quem se exaltar será humilhado. Todo vale será exaltado, todo monte e outeiro serão abatidos.”<sup>5</sup>

8. As primeiras coisas que Inocêncio fez foi usurpar o lugar do imperador, em Roma. Até aquele momento, o prefeito da cidade e os outros magistrados haviam prestado juramento de lealdade somente ao imperador. Mas Inocêncio, no dia seguinte à sua consagração, insistiu que esse juramento fosse feito a ele; e a ele todos prestaram o juramento reconhecendo-o como legítimo soberano, bem independente do imperador. Ele investiu o prefeito em seu cargo, entregando a ele o manto que até então havia recebido das mãos do imperador ou de seu ministro” (*Bower*).<sup>6</sup> Clemente III, em 1187, havia assegurado o reconhecimento do papa como governador civil da cidade de Roma, a abolição do patriciado e um juramento de lealdade a ele como soberano da cidade. No entanto, com tudo isso, a lealdade ao imperador ainda era mantida pelo povo e reconhecida pelo papa. Mas Inocêncio excluiu toda a lealdade ao imperador e a transferiu por completo ao papa. Ele “substituiu seus próprios magistrados por outros nomeados pelo Senado; dessa forma, toda a autoridade emanava do papa e era exercida como lhe aprouvesse; os juízes eram responsáveis somente ao papa; e eram obrigados a renunciar quando ele exigisse isso” (*Milman*).<sup>7</sup>

9. Em 1199, Inocêncio iniciou uma disputa com o rei da França, Filipe Augusto, “o homem mais ambicioso, inescrupuloso e capaz que empunhou o cetro da França”. As circunstâncias foram as seguintes: no ano de 1195, Filipe Augusto casou-se com Ingeburga, filha do rei da Dinamarca. Por algum motivo, nunca conhecido por ninguém além de si mesmo, e possivelmente Ingeburga, Filipe, desde o dia de seu casamento, se recusara a reconhecê-la como esposa. O clero obsequioso da França, com o arcebispo de Reims à frente, pronunciou imediatamente a anulação do casamento “com base

<sup>4</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Adriano IV, penúltimo parágrafo.

<sup>5</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 9, cap. 1, par. 8.

<sup>6</sup> *Lives of the Popes*, Inocêncio III, par. 2.

<sup>7</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 9, cap. 4, par. 11.



no fato de que ele estava dentro dos graus de relacionamento proibidos pela igreja. Quando Ingeburga foi informada disso, exclamou: “*Mala Francia! Mala Francia! Roma, Roma!* – França perversa! França perversa! Roma! Roma! Ela se recusou a reconhecer a decisão deles. Seu pai apelou ao papa, Celestino III, em favor dela. O papa enviou dois legados, que realizaram um concílio em Paris de todos os arcebispos, bispos e abades do reino, para considerar o caso. Esse concílio pronunciou-se a favor do rei, e sua decisão foi confirmada pelos legados. A ação deles, no entanto, foi repudiada por Celestino, que ordenou que Filipe recebesse novamente Ingeburga e o proibiu de se casar com qualquer outra mulher enquanto vivesse. O rei Filipe, no entanto, não deu atenção à ordem do papa e, em 1196, casou-se com Inês de Merânia, filha do duque da Boêmia. Ingeburga escreveu ao papa, pedindo-lhe novamente para insistir com sua causa, mas Celestino não deu mais atenção ao assunto.

10. Assim ficou o caso quando, em 1199, Inocêncio III se aproveitou dessa situação para afirmar o absolutismo do poder papal na França contra Filipe Augusto. Ele enviou seu legado para a França a fim de ordenar que Filipe tomasse Ingeburga novamente como esposa; e se Filipe recusasse, todo o reino seria colocado sob interdição. O efeito de um interdito era fechar o Céu a todas as pessoas do lugar ou país interditado: as ações de todos os santos eram interrompidas e suas imagens eram cobertas com crepe; nenhum ritual ou festa da igreja eram celebrados; nenhum sermão era pregado; não eram permitidos enterros em locais “consagrados”; os casamentos eram celebrados apenas nos cemitérios; e apenas o batismo de bebês e a extrema unção dos moribundos eram permitidos. O legado entregou sua mensagem ao rei. Mas Filipe não obedeceu. Reuniu-se um concílio em Dijon, em 6 de dezembro de 1199. Dois membros foram enviados para citar o rei, mas ele os expulsou de sua presença e enviou mensageiros protestando contra qualquer ação do concílio e apelando ao papa. “À meia-noite do sétimo dia do concílio, cada sacerdote segurando uma tocha, entoaram-se o *miserere* e as orações pelos mortos, as últimas preces a serem proferidas pelo clero da França durante o interdito.”

11. Filipe declarou que perderia metade do seu reino antes de se separar de Inês. Com o passar do tempo, as pessoas supersticiosas começaram a mostrar descontentamento. O descontentamento transformou-se em ressentimento. Houve murmúrios amotinados em toda a França. Filipe enviou uma embaixada a Roma para informar ao papa que ele estava pronto para cumprir a sentença de Roma. Inocêncio perguntou: “Qual sentença? A que já foi pronunciada ou a que ainda será? Ele conhece nosso decreto: repudie sua concubina, receba sua esposa legítima, restabeleça os bispos que ele expulsou, dê-lhes indenização por suas perdas; depois, retiraremos o interdito, receberemos suas garantias, examinaremos o suposto relacionamento e pronunciamos nosso decreto.” A essa resposta, Filipe exclamou, furioso: “Vou virar maometano! Feliz Saladino, que não tem papa acima dele!” Ele reuniu seu parlamento, mas eles não disseram nada. Filipe perguntou: “O que deve ser feito?” O parlamento respondeu: “Obedeça ao papa, repudie Inês, receba de volta Ingeburga.” Filipe exigiu que o arcebispo de Rheims, que havia concedido o divórcio, dissesse se o papa havia declarado essa ação uma zombaria. O arcebispo concordou que sim. “Então”, disse Filipe, “como você foi tolo ao proferir uma sentença como essa!”

12. Filipe enviou uma nova embaixada para Roma. Com ela, a própria Inês enviou uma carta ao papa, na qual disse: “Eu, uma estrangeira, filha de um príncipe cristão, me casei, jovem e ignorante sobre o mundo, com o rei, diante de Deus e da igreja. Eu lhe dei dois filhos. Eu

não ligo para a coroa. É ao meu marido que dediquei meu amor. Não me tire dele.” Em resposta, Inocêncio apenas enviou um novo legado, para insistir com Filipe para que cumprisse plenamente as determinações, banisse Inês não apenas do seu lado, mas de seu reino, recebesse publicamente de volta Ingeburga, fizesse um juramento e desse uma garantia de que cumpriria a sentença da igreja. Todo o reino estava cheio de lamentações supersticiosas que provavelmente a qualquer momento irromperiam em fúria contra ele, e Filipe se rendeu.

13. “Os cardeais e os prelados vieram até o castelo de Saint-Léger do rei; e Ingeburga os acompanhava. O povo se aglomerou em volta dos portões; mas a aproximação de Ingeburga pareceu despertar novamente toda a aversão insuperável do rei. Os cardeais exigiram que a cena da reconciliação fosse pública; a negociação estava quase interrompida; o povo estava em desespero incontido. Por fim, o rei pareceu dominar-se por um grande esforço. Com os legados e alguns dos clérigos, ele a visitou em seu quarto. Sua fisionomia traía a luta interna: “O papa está me causando dano”, disse ele. “Sua Santidade exige apenas justiça”, respondeu Ingeburga. Ela foi conduzida para fora e apresentada ao concílio em trajes reais; um fiel cavaleiro do rei avançou e jurou que o rei a receberia e honraria como rainha da França. Naquele instante, o barulho dos sinos proclamou o suspensão do interdito. As cortinas foram retiradas das imagens, dos crucifixos; as portas das igrejas se abriram, a multidão entrou para saciar os desejos piedosos, que haviam sido suprimidos por sete meses. A notícia se espalhou por toda a França; chegou a Dijon em seis dias, onde o decreto proclamado pela primeira vez foi formalmente revogado” (*Milman*).<sup>8</sup>

14. O caso de Ingeburga foi usado por Inocêncio III apenas como pretexto para afirmar a supremacia papal sobre Filipe Augusto, e não porque houvesse justiça na alegação de Ingeburga. Isso fica evidente não apenas por causa de todo o caráter do papado em si, mas da conduta do próprio Inocêncio em outros casos. Se Ingeburga tivesse sido a culpada, e a justiça estivesse do lado de Filipe Augusto, como parece ter ficado do lado de Ingeburga, a conduta do papa provavelmente teria sido a mesma, porque assim aconteceu repetidas vezes na história dos papas. Isso fica comprovado pelo próximo exemplo de afirmação de arrogância papal por parte de Inocêncio: o caso de João da Inglaterra. Por pior que tenha sido Filipe, sob qualquer aspecto, a história mostra que, em todos os sentidos, João da Inglaterra certamente foi pior. João, como Filipe, havia repudiado sua esposa e, como no caso de Filipe, sua ação foi sancionada por um arcebispo – o arcebispo de Bordeaux – pela razão sempre conveniente de que o casamento estava dentro dos graus proibidos de relacionamento. Nessa época, João já havia feito um contrato de casamento com uma filha do rei de Portugal; mas, antes do casamento, encontrou Isabel, que estava noiva do conde de La Marche. Ele a capturou e a tornou sua esposa. “Contudo, embora esse flagrante erro, e até mesmo o pecado de adultério, esteja associado ao repúdio de sua legítima esposa, *nenhum interdito, nenhuma censura* é proferida por Roma contra o rei ou o arcebispo de Bordeaux. O papa, cujo enorme horror por conexões ilegítimas como essas fica agora curiosamente quieto, *confirma a dissolução do casamento* (contra o qual, é verdade, a tranqüila Havoise não protesta, não faz apelação); pois João, até ser comprado pelo traiçoeiro Filipe Augusto, com a renúncia de Artur ao trono, ainda é o apoiador de Otão; ele é o aliado do papa, pois é o aliado do imperador papal” (*Milman*).<sup>9</sup>

<sup>8</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 4, livro 9, cap. 4, par. 4 a partir do fim.

<sup>9</sup> *Ibid.*, vol. 5, Livro 9, cap. 5, par. 3.

15. Inocêncio, além de não tentar corrigir João por causa de suas relações conjugais ilícitas, tornou-se de fato o defensor de João, contra Filipe da França e seu partido. Isso aconteceu quando, no esforço de punir Filipe pela injúria que ele lançara sobre o conde Hugo, ao roubar sua noiva, Isabel, João havia sido convocado à corte papal para prestar homenagem como vassalo por sua província da Aquitânia. Quando Filipe declarou que o papa não tinha direito de interferir entre ele e seu vassalo, Inocêncio expressou estar “espantado com a linguagem do rei da França, que pretendia limitar o poder nas coisas espirituais conferido pelo Filho de Deus sobre a Sé Apostólica, um poder tão grande que não mais podia expandir-se;” e continuou:

“Todo filho da igreja é obrigado, caso seu irmão cometa alguma falta contra ele, a ouvir a igreja. Seu irmão, o rei da Inglaterra, acusou você de transgressão contra ele; ele admoestou você; ele chamou muitos dos grandes barões dele para dar testemunho de injustiças que ele teria cometido; em última instância, apelou à igreja. Temos nos esforçado para tratar você com amor paternal, não com severidade judicial, e instado você, se não à paz, a uma trégua. Se você não ouvir a igreja, não deve ser considerado pela igreja como gentio e publicano? Posso ficar calado? Agora você deve ouvir meus legados, o arcebispo de Bourges e o abade de Casalmaggiore, que têm a autoridade de investigar e decidir a causa. Não entramos na questão dos direitos feudais do rei da França sobre o seu vassalo, mas condenamos a transgressão que você cometeu – o seu pecado –, e isso está inquestionavelmente dentro da nossa jurisdição. As decretais e a lei do império declaram que, *se por toda a cristandade, um dos dois partidos litigantes apelar ao papa*, O OUTRO ESTÁ OBRIGADO A CUMPRIR A SENTENÇA. O rei da França é acusado de perjúrio por violar o tratado existente, estabelecido sob o juramento de ambos, e perjúrio é um crime tão claramente passível de ser considerado pelos tribunais eclesiásticos, que não podemos recusar tomar conhecimento dele perante nosso tribunal.”<sup>10</sup>

16. A circunstância usada por Inocêncio para afirmar seu poder sobre a Inglaterra foi a seguinte: em 1205 morreu Hubert, arcebispo da Cantuária. Uma parte dos monges escolheu um sucessor, outra parte dos monges escolheu outro homem como sucessor para o arcebispado. Este último partido tinha o favor do rei, e a pessoa escolhida por eles foi efetivamente empossada e investida na presença do rei. O candidato do outro partido havia ido imediatamente para Roma, com a ordem dos que o elegeram para manter em segredo o fato de sua eleição até que chegasse a Roma. Mas quando chegou a Flandres, revelou seu segredo, porque achava mais apropriado viajar para Roma como o arcebispo eleito da Inglaterra do que como mero peregrino. Quando se descobriu isso na Inglaterra, o outro partido enviou 12 monges a Roma para defender a causa de seu candidato.

17. Quando Inocêncio ouviu os pedidos dos respectivos partidos, deixou de lado os dois e ordenou que elessem como arcebispo da Cantuária um cardeal inglês que estava na época em Roma, Stephen Langton. Isso foi em 1207. Inocêncio, sentindo-se bem seguro de que isso não seria do agrado de João da Inglaterra, e sabendo que João tinha uma fraqueza especial por joias finas, enviou-lhe um anel maravilhoso, com explicações elaboradas de seus significados simbólicos. Parece ter sido uma combinação de quatro anéis em um. Inocêncio “rogou que ele considerasse seriamente a *forma* dos anéis, o *número*, a *matéria* e a *cor* deles. A forma, disse ele, sendo redonda, representava a eternidade, que não tinha começo nem fim; e, portanto, com isso devia aprender

<sup>10</sup> *Ibid.*, par. 5.

sua obrigação de renunciar aos objetos terrenos e aspirar aos celestiais, às coisas temporais em favor das eternas. O número quatro, sendo um quadrado, denotava firmeza de espírito, que não deve ser subvertida nem pela adversidade nem pela prosperidade, fixada para sempre na base firme das quatro virtudes cardeais. O ouro, o mais precioso dos metais, significava sabedoria, a mais valiosa de todas as realizações, e com justiça preferida por Salomão às riquezas, poder e todas as conquistas exteriores. A cor azul da safira representava a fé; a verdura da esmeralda, a esperança; a vermelhidão do rubi, a caridade; e o esplendor do topázio, boas obras” (*Hume*).<sup>11</sup>

18. Depois que seu belo presente já havia exercido, como ele supunha, o efeito adequado, Inocêncio apresentou na sequência uma carta recomendando ao rei Stephen Langton como arcebispo eleito da Cantuária, falando muito bem de sua aptidão para esse alto cargo. Mas rumores do que havia ocorrido em Roma chegaram à Inglaterra, e os mensageiros do papa foram proibidos de entrar no reino além dos limites do desembarque em Dover. Na Itália, Inocêncio consagrou Langton como arcebispo da Cantuária e primaz de toda a Inglaterra. João ficou furioso. Ameaçou queimar sobre a cabeça dos monges da Cantuária o claustro em que viviam. Eles fugiram para Flandres. João escreveu para o papa que ele havia sido insultado, tanto pelo papa ter rejeitado o eleito que ele havia aprovado, como pela eleição de Langton, que ele desconhecia e que havia passado a maior parte do tempo na França entre os inimigos da Inglaterra. O papa respondeu exaltando Langton. João declarou que era apenas por sua conta e risco que Stephen Langton pisaria em solo inglês. Então Inocêncio encarregou os bispos de Londres, Ely e Worcester de exigir, pela última vez, que o rei reconhecesse Langton e, se o rei recusasse, declarar, sob a autoridade do papa, que o reino da Inglaterra estava sob interdito. Quando os bispos apresentavam a João o ultimato do papa, o rei, com terríveis juramentos, asseverou que, se “ousassem colocar seu reino sob interdito, expulsaria todos os bispos e clérigos do reino, arrancaria os olhos e cortaria o nariz de todos os romanos no reino”. Os bispos, tendo transmitido a mensagem, retiraram-se e, em 24 de março de 1208, publicaram o interdito e se protegeram por meio de imediata fuga da Inglaterra.

19. Então, “por toda a Inglaterra, como por toda a França, sem exceção, sem nenhum privilégio a qualquer igreja ou mosteiro, cessaram os ofícios divinos da igreja. De Berwick ao Canal britânico, de Land’s End a Dover, as igrejas foram fechadas, os sinos silenciados; os únicos clérigos que foram vistos andando às escondidas eram aqueles com o dever de batizar os recém-nascidos com uma apressada cerimônia; de ouvir a confissão dos moribundos e lhes administrar, e somente a eles, a santa eucaristia. Os mortos (sem dúvida a aflição mais cruel) eram levados com desprezo para fora das cidades e enterrados como cães em algum lugar não consagrado – numa vala ou sobre um monte de esterco – sem oração, sem o sino tocando, sem o ritual funerário. Somente aqueles que estão conscientes de como toda a vida de todas as classes era influenciada pelo ritual e pelas ordenanças diárias da igreja podem julgar o efeito dessa terrível maldição. Todo ato importante era feito sob o conselho do padre ou do monge. Mesmo para os menos comprometidos, as festas da igreja eram os únicos feriados, as procissões da igreja, os únicos espetáculos, as cerimônias da igreja, os únicos entretenimentos. Para aqueles de religião mais profunda e para um número muito maior ainda de pessoas dominadas pelas mais abjetas superstições, mal se pode imaginar o que

<sup>11</sup> *History of England*, cap. 11, par. 24.

significava para eles ver o filho quase furtivamente batizado, realizar um casamento sem a bênção divina, ou quase sem ela; ser-lhes negado funeral digno; não ouvir as orações nem os cânticos; supor que o mundo estava entregue ao poder irrestrito do diabo e seus espíritos malignos, com nenhum santo para interceder, sem sacrifício para impedir a ira de Deus; não poder contemplar uma única imagem, nenhuma cruz descoberta; ter a sensação de que a relação entre o homem e Deus estava totalmente interrompida, de que almas estavam sendo deixadas a perecer, ou tendo a permissão de ter uma absolvição relutante no instante da morte” (*Milman*).<sup>12</sup>

20. No entanto, no caso de João, o interdito não trouxe os resultados presenciados no caso de Filipe Augusto. Um ano após o outro se passou, até que cinco se foram, e ainda assim João não se rendeu. O interdito estava perdendo rapidamente seus terrores e, com isso, o prestígio do papa estava diminuindo. Algo mais devia ser feito. Assim, em 1213, Inocêncio declarou o rei João excomungado, todos os súditos foram desobrigados de sua lealdade, o rei da Inglaterra declarado deposto e seus domínios se tornaram o despojo legítimo de quem quer que conseguisse se apropriar deles. Filipe Augusto tinha a disposição, julgava ter razão suficiente e se via como o único que tinha o poder para tomar os domínios de João, cujos direitos havia perdido por determinação do papa. E agora, Filipe era o filho bom e obediente da igreja. Agora “os interesses do papa e do rei da França estavam tão unidos quanto haviam estado implacavelmente antagônicos. Em uma grande assembleia em Soissons, compareceram, em 8 de abril de 1213, Stephen Langton, os bispos de Londres e Ely, recém-chegados de Roma, o rei da França, os bispos, o clero e o povo do reino. Os bispos ingleses proclamaram a sentença de deposição; ordenaram ao rei da França e a todos os outros, sob a promessa de remissão de pecados, que pegassem em armas, destronassem o rei ímpio da Inglaterra e o substituíssem por um soberano mais digno. Filipe Augusto aceitou o comando dessa nova cruzada”.<sup>13</sup>

21. João, como Filipe, ameaçou tornar-se muçulmano. Enviou uma embaixada secreta ao califa de Córdoba, oferecendo-se como seu vassalo. Tal plano, no entanto, não foi adiante. Nesse momento chegou à Inglaterra um legado, Pandolfo, a quem Inocêncio havia enviado sem o conhecimento de Filipe. Ele aumentou o perigo da ameaça de invasão e declarou a João que Filipe já tinha as assinaturas de quase todos os barões ingleses, convidando-o a vir. Ele ainda ressaltou os grandes benefícios que lhe adviriam se tivesse a amizade, e não a oposição, do papa. João se rendeu, e um tratado foi estabelecido, determinando que Langton fosse reconhecido como arcebispo e que todas as atividades da igreja fossem completamente restauradas. O rei da Inglaterra colocou nas mãos do legado um documento “assinado e selado com seu próprio nome” e com o nome de um arcebispo, um bispo, nove condes e quatro barões, como testemunhas, como segue:

“Que seja do conhecimento de todos que, tendo nós transgredido contra Deus e a nossa santa mãe, a igreja, como compensação por nossos pecados, e a fim de nos humilhar devidamente, segundo o exemplo Daquele que, por nossa causa, Se humilhou até a morte, pela graça do Espírito Santo, de livre e espontânea vontade e com o comum acordo de nossos barões, concedemos e rendemos a Deus, a Seus santos apóstolos Pedro e Paulo, a nosso senhor, o papa Inocêncio e a seus sucessores, todo o nosso reino da Inglaterra e todo o nosso reino da Irlanda, para ser considerado um feudo da Santa Sé com o pagamento de mil

<sup>12</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 5, livro 9, cap. 5, par. 11.

<sup>13</sup> *Ibid.*, par. 15.

marcos e o costumeiro óbolo de Pedro. Reservamos a nós e a nossos herdeiros os direitos reais na administração da justiça. E declaramos essa ação irrevogável; e se algum de nossos sucessores tentar anular nosso ato, declaramos que perderá o direito à coroa.”

22. No dia seguinte, jurando sobre os evangelhos, o rei João fez o seguinte juramento de lealdade como vassalo do papa:

“Eu, João, pela graça de Deus, rei da Inglaterra e senhor da Irlanda, a partir de hoje e para sempre, serei fiel a Deus, e ao sempre abençoado Pedro, e à Igreja de Roma, e ao meu senhor, o papa Inocêncio, e a seus sucessores católicos. Não serei cúmplice, em ato ou palavra, por consentimento ou conselho, de ações que possam levá-los a perder a vida, algum membro ou a liberdade. Eu os salvarei, sem que sofram qualquer dano, de qualquer injustiça de que venha a ter conhecimento; Eu evitarei todas que estiverem ao meu alcance; eu os avisarei, por mim ou por mensageiros confiáveis, de qualquer mal planejado contra eles. Manterei em absoluto segredo todas as comunicações que me forem confiadas por carta ou mensagem. Ajudarei na manutenção e defesa do patrimônio de São Pedro, especialmente este reino da Inglaterra e Irlanda, ao máximo de meu poder, contra todos os inimigos. Que Deus e Seus santos Evangelhos me auxiliem.”<sup>14</sup>

23. Então, com uma quantia de 8 mil libras esterlinas como indenização para o clero exilado, Pandolfo atravessou o canal até o acampamento de Filipe Augusto, comparecendo na presença do rei da França, “e em nome do papa, de forma breve e contundente, o proibiu de prosseguir com outras hostilidades contra João, que agora havia feito as pazes com a igreja. “Irado, Filipe protestou: “Não reuni, ao custo de 60 mil libras, diante da convocação e súplica do papa, um dos mais nobres armamentos que já existiram sob um rei da França? Deverá toda a cavalaria da França, armada ao redor de seu soberano, ser dispensada como criados contratados quando seus serviços não são mais necessários?” Mas a raiva de Filipe foi em vão e seus protestos, infrutíferos.

24. Na Inglaterra, seguiu-se a ação dos nobres em exigir de João a Carta Magna. E o líder nessa grande negociação foi Stephen Langton, a quem Inocêncio III, por esforço tão imenso, acabara de empossar no arcebispado da Cantuária como primaz de toda a Inglaterra. Quando as notícias da concessão da Carta Magna chegaram a Inocêncio, exclamou:

“O quê! Os barões da Inglaterra se atreveram a destronar um rei que tomou a cruz e se colocou sob a proteção da Sé Apostólica? Transferem para outros o patrimônio da Igreja de Roma? Por São Pedro, não podemos deixar esse crime impune.”

25. Ele imediatamente emitiu uma bula, na qual atribuiu a ação dos barões à inspiração do diabo, e expressou-se espantado por não terem apresentado suas queixas perante seu tribunal e ali buscado reparação; e continuou:

“Vassalos conspiraram contra seu senhor, cavaleiros contra seu rei. Atacaram as terras dele, tomaram sua capital, que lhes foi entregue por traição. Pressionado pela violência deles e pelos temores que podem abalar o homem mais firme, ele entrou em um acordo com os barões; um tratado não apenas degradante e ignominioso, mas ilegal e injusto; em flagrante violação e diminuição de seus direitos e honra. Portanto, como o Senhor disse pela boca de Seu profeta: ‘Hoje te constituo sobre as nações, e sobre os reinos, para arrancares e derribares, e para

<sup>14</sup> *Ibid.*, par. 17.

edificares e para plantares;’ e pela boca de outro profeta: ‘que soltes as ligaduras da impiedade e despedaces todo jugo’, não podemos mais deixar passar em silêncio tamanha impiedade audaciosa, cometida em desprezo pela Sé Apostólica, em violação dos direitos do rei, para a desgraça do reino da Inglaterra, colocando em grande perigo a cruzada. Portanto, com o conselho de nossos irmãos, reprovamos e condenamos completamente essa Carta, proibindo o rei, sob pena de anátema, de observá-la, e os barões de exigir seu cumprimento; declaramos a referida carta, com todas as suas obrigações e garantias, absolutamente nulas e sem efeito.”

26. “A bula de excomunhão contra os barões seguiu rapidamente a revogação da Carta. Foi dirigida a Pedro, bispo de Winchester, ao abade de Reading e ao enviado papal. Ele expressou extremo espanto e ira diante do fato de que Stephen, arcebispo da Cantuária, e seus sufragâneos tinham mostrado tamanha falta de respeito ao mandato papal e de fidelidade a seu rei; que não lhe haviam prestado socorro contra os perturbadores da paz; que eles tinham conhecimento da liga rebelde, talvez até participado ativamente nela. ‘É assim que esses prelados defendem o patrimônio de Roma, que eles protegem aqueles que tomaram a cruz? Pior que os sarracenos, se mostraram dispostos a expulsar de seu reino um rei em quem se encontra a melhor esperança da libertação da Terra Santa.’ Todos os perturbadores do rei e do reino são declarados presos nos laços da excomunhão; o primaz e seus sufragâneos estão solenemente obrigados a publicar essa excomunhão em todas as igrejas do reino, todos os domingos e em cada festa, ao soar dos sinos, até que os barões se rendam em completa submissão ao rei. Todo prelado que desobedecer a essas ordens ficará suspenso de suas funções” (*Milman*).<sup>15</sup>

27. Quando essa excomunhão foi apresentada ao arcebispo Langton por Pandolfo, o legado, ele se recusou terminantemente a publicá-la. Alegou que poderia ter sido apenas por falsa exposição dos fatos que o papa teria sido levado a emití-la. Portanto, ele solicitou um prazo até que o assunto fosse colocado com clareza diante do papa. Mas nenhum atraso foi permitido. “Os delegados papais declararam o primata suspenso de seu cargo”, e eles mesmos publicaram a excomunhão. O arcebispo Langton, como cardeal romano, participou de um grande concílio realizado por Inocêncio em novembro de 1215, e ali sua suspensão, que havia sido declarada pelo legado na Inglaterra, “foi solenemente ratificada pelo papa e pelo concílio, e mesmo quando foi subsequentemente abrandada, isso ocorreu sob a condição de que não voltasse para a Inglaterra. Stephen Langton permaneceu em Roma, sem ficar sob custódia, mas um prisioneiro, de qualquer forma.”<sup>16</sup>

28. Durante todo esse tempo da disputa de Inocêncio com Filipe da França e João da Inglaterra, ele também estava conduzindo uma guerra na Alemanha. Em 1197, morreu o imperador Henrique VI deixando um filho, Frederico da Sicília, como único herdeiro. Em 1198, a mãe dessa criança morreu, tendo escolhido em seu testamento Inocêncio III como guardião da criança. O papa aceitou a tutela, como ele disse, “não apenas em palavras, mas em ações”. Os nobres da Alemanha se reuniram em uma dieta e elegeram como rei da Alemanha o irmão do imperador, Filipe da Suábia. Um partido minoritário elegeu Otão, o segundo filho de Henrique, o Leão, da Saxônia. Filipe estava sob a excomunhão da igreja, e quando Otão foi eleito em oposição, uma vez que devia sua eleição a alguns mem-

<sup>15</sup> *Ibid.*, par. 26-28.

<sup>16</sup> *Ibid.*

bros importantes da igreja, foi declarado “campeão da igreja”. Tanto Filipe quanto Otão recorreram ao papa Inocêncio III, e, como consequência, “dez anos de conflito e guerra civil na Alemanha devem ser atribuídos, se não à instigação direta, à obstinação inflexível do papa Inocêncio III” (*Milman*).<sup>17</sup>

29. Antes de tudo, Inocêncio fez dessa apelação uma ocasião para exaltar o papado. Ele iniciou uma análise argumentativa das reivindicações do filho herdeiro de Henrique VI, de Filipe e de Otão, a qual ele emitiu na forma de uma bula, com a seguinte abertura:

“Pertence à Sé Apostólica julgar a eleição do imperador, tanto como primeiro quanto último recurso; primeiro, porque por sua ajuda e por sua causa o império foi transferido de Constantinopla. Foi somente por autoridade exclusiva dela que tal transferência foi possível, para seu benefício e para sua melhor proteção; como último recurso porque o imperador recebe do papa a confirmação final de sua dignidade e é consagrado, coroado, investido na dignidade imperial por ele. O que deve ser procurado é o lícito, o certo, o conveniente.”

30. Ele admitiu que o filho herdeiro havia sido legitimamente reconhecido; que os príncipes do império lhe haviam prestado juramento duas vezes; contudo, Inocêncio rejeitou as reivindicações da criança, porque tinha apenas dois anos de idade e porque “Ai do reino, diz a Escritura, cujo rei é uma criança”. Ele argumentou que o filho Frederico, em anos mais maduros, nunca poderia reprovar de forma legítima a Sé de Roma por tê-lo despojado de seu império, porque foi o tio da criança, Filipe, que o privou da coroa, aceitando a eleição para o cargo imperial!

31. Contudo, Inocêncio também não permitiu que a coroa fosse para Filipe, a quem, em seu argumento, ele responsabiliza pela ação do papa em negar a coroa à criança Frederico, cujo guardião era o próprio papa. Sobre a eleição de Filipe, ele também admite: “Nenhuma objeção pode ser levantada contra a legalidade da eleição de Filipe. Ela repousa sobre a seriedade, a dignidade, o número daqueles que o escolheram. Pode parecer vingativo e, portanto, impróprio para nós, porque seu pai e seu irmão foram perseguidores da igreja, visitar seus pecados nele. Ele é poderoso, também, em território, em riqueza e em número de pessoas; não seria nadar contra a corrente provocar a inimizade dos poderosos contra a igreja, contra nós que, se favorecêssemos Filipe, gozaríamos da paz que é nosso dever perseguir? No entanto, é correto declararmos contra ele?”

32. As razões pelas quais Inocêncio considera correto, à revelia do direito, declarar-se contra Filipe são as seguintes: ele havia sido excomungado pelos antecessores de Inocêncio; seus pais, os imperadores, haviam guerreado com os papas antecessores de Inocêncio; o próprio Filipe havia reivindicado terras que o papa também reivindicava, e “se, enquanto seu poder ainda não estava maduro, ele perseguiu a santa igreja, o que ele não faria se lhe fosse dada a posição de imperador? Cabe-nos opor-nos a ele antes que atinja toda a sua força. Que os pecados do pai são visitados sobre os filhos, sabemos disso pelas Escrituras Sagradas, sabemos por meio de muitos exemplos, como Saul, Jeroboão, Baasa”. Outra razão é que Filipe jurou lealdade à criança Frederico e, portanto, tornou-se culpado de perjúrio ao aceitar o cargo imperial. É verdade que Inocêncio havia declarado esse juramento nulo e sem efeito; no entanto, ele alegou que, embora o juramento estivesse nulo, Filipe não estava desobrigado do juramento, exceto pela absolvição especial do papa. Isso porque “os israelitas, quando

<sup>17</sup> *Ibid.*, livro 9, cap. 2, par. 4.



quiseram ficar livres do seu juramento para com Gibeão, primeiro consultaram o Senhor; então ele deveria primeiro ter nos consultado, a nós, os únicos que podemos desobrigar de juramentos”.

33. “Agora, quanto a Otão. Pode parecer uma injustiça favorecer sua causa, já que foi escolhido por uma minoria; não é apropriado, porque pode parecer que a Sé Apostólica age não tanto por boa vontade para com ele, mas por ódio pelos outros; não é conveniente, porque ele é menos poderoso. Mas, como o Senhor humilha os orgulhosos e exalta os humildes, como fez com Davi ao colocá-lo no trono, é justo, adequado e conveniente que concedamos nosso favor a Otão. Já hesitamos tomar uma decisão por tempo suficiente e trabalhamos pela unidade com nossas cartas e nossos enviados; não nos convém deixar transparecer como se estivéssemos esperando o desenrolar natural dos acontecimentos, como se, à semelhança de Pedro, estivéssemos negando a verdade, que é Cristo; portanto, devemos nos declarar publicamente em favor de Otão, ele próprio dedicado à igreja, de uma raça dedicada à igreja; da parte da mãe, descendente da casa real da Inglaterra, da parte do pai, do duque da Saxônia, todos, especialmente seu ancestral, o imperador Lotário, filhos leais da igreja; a ele, portanto, proclamamos e reconhecemos como rei; a ele então convocamos para assumir a coroa imperial.”

34. O partido de Filipe, “a maior e mais poderosa parte do império”, recusou-se a acreditar que isso realmente estava vindo do papa. Eles insistiram que isso não passava de uma invenção do legado papal. Portanto, escreveram imediatamente ao papa:

“Quem já ouviu falar dessa presunção? Que prova pode ser apresentada para pretensões como essas, sobre as quais a história, os documentos autênticos e até a própria fábula guardam silêncio? Onde vocês já leram, ó papas, onde já ouviram, ó cardeais, que seus antecessores ou seus legados ousaram se envolver com a eleição de um rei dos romanos, como eleitores ou como juízes? A eleição do papa, de fato, exigia o consentimento do imperador, até que Henrique I, em sua generosidade, removeu essa limitação. Como ousa Sua Santidade, o papa, estender a mão para se apoderar do que não lhe pertence? Não existe, em uma eleição para o império contestada, uma assembleia superior que a dos príncipes do império. Jesus Cristo separou os assuntos espirituais dos temporais. Quem serve a Deus não deveria se misturar com assuntos mundanos; quem almeja o poder secular é indigno de supremacia espiritual. Dê uma punição, portanto, santo padre, ao bispo de Palestrina, por sua presunção, e reconheça Filipe, a quem escolhemos e, *como é seu dever*, prepare-se para coroa-lo.”<sup>18</sup>

35. Inocêncio respondeu, declarando que não era sua intenção interferir nos direitos dos eleitores, mas era seu direito, seu dever, examinar e provar a aptidão daquele a quem ele haveria de consagrar e coroar solenemente.

36. Já fazia dois anos que a Alemanha vinha sendo assolada pela guerra; e por mais oito anos, com apenas “breves intervalos de trégua, a Alemanha foi abandonada a todos os horrores da guerra civil. Os repetidos protestos de Inocêncio de que ele não era a causa dessas discórdias fatais revelam o fato de que ele era acusado de culpa e de que teve que lutar com sua própria consciência para se absolver da acusação. Não foi uma guerra de batalhas decisivas, mas de assalto, desolação, destruição, pilhagem, desperdício de colheitas, devastando regiões desprotegidas e indefesas; uma guerra travada por prelado contra prelado, por príncipe contra príncipe; boêmios selvagens e soldados bandoleiros

<sup>18</sup> *Ibid.*, par. 15-19.

de todas as raças percorriam todas as províncias. Em toda a terra não havia lei: as estradas principais eram intransitáveis por causa de ladrões; tráfego cortado, exceto nos grandes rios, de Colônia até o sul do Reno, de Ratisbona ao sul do Danúbio; nada foi poupado, nada considerado sagrado, quer igreja ou claustro. Alguns mosteiros ficaram totalmente empobrecidos, outros destruídos. A ferocidade da guerra tornou-se brutalidade; o clero e as pessoas sagradas foram as vítimas e os autores dos crimes.

37. Em 22 de junho de 1208, Filipe foi assassinado, satisfazendo a vingança particular de “um dos chefes mais ferozes e sem lei daqueles tempos sem lei”. Isso fez com que Otão se tornasse imperador indisputável. Aos legados do papa na Alemanha, ele fez o seguinte juramento:

“Prometo honrar e obedecer ao papa Inocêncio, como meus antecessores honraram e obedeceram aos dele. As eleições dos bispos serão livres, e as vagas serão preenchidas por aqueles que forem eleitos por todo o capítulo ou por maioria. Apelações a Roma serão feitas livremente e diligenciadas com liberdade. Prometo suprimir e abolir o abuso de se apropriar dos bens de bispos falecidos e das receitas de séis vacantes. Prometo extirpar todas as here-sias, restaurar à Igreja Romana todos os seus bens, concedidos a ela por meus predecessores ou por outros, particularmente a Marca de Ancona, o ducado de Espoleto e os territórios da condessa Matilde, e manter invioláveis todos os direitos e privilégios usufruídos pela Sé Apostólica no reino da Sicília.”<sup>19</sup>

38. No outono do mesmo ano, Otão foi à Itália para receber a coroa imperial. “O papa e seu imperador se encontraram em Viterbo; eles se abraçaram, derramaram lágrimas de alegria em lembrança de suas proações comuns, em demonstração de arrebatamento pelo triunfo comum.” No entanto, o papa desconfiava de seu imperador e “exigia garantia de que Otão entregaria, logo após a coroação, as terras da igreja, agora ocupadas por suas tropas. Otão quase se ressentiu da suspeita de lealdade; e Inocêncio, em sua confiança cega, desistiu de sua exigência. Em 24 de outubro, Otão IV foi coroado imperador, com grande magnificência, na igreja de São Pedro, por Inocêncio III. No entanto, mal havia terminado a coroação e já estavam com hostilidades mútuas. As terras que Inocêncio esperava serem restauradas à igreja por Otão, que dissimulara ressentimento diante do mero pedido de uma garantia de devolução, essas estavam tão distantes quanto antes das esperanças da igreja. “Depois de todo o seu esforço, depois de todos os riscos que sofreu, depois de todos os seus sacrifícios, depois de todos os perigos e até humilhações por que passou, Inocêncio havia erguido diante de si um antagonista mais pavoroso, um inimigo mais acerbo do que o mais orgulhoso e mais ambicioso da Casa de Hohenstaufen.”

39. Otão passou quase três anos na Itália. O filho Frederico tinha agora 17 anos, e o partido de Filipe, na Alemanha, e muitos dos nobres da Itália o convidaram para se tornar imperador. Otão, ao ouvir isso, correu para a Alemanha. Em março de 1212, Frederico chegou a Roma, onde “foi recebido pelo papa, pelos cardeais e pelo Senado; e recebeu conselhos do papa Inocêncio, bem como sanção e ajuda financeira para seu empreendimento”. De Roma, Frederico passou para a Alemanha, chegando a Constança, que fechou seus portões contra Otão e declarou-se em favor de Frederico. A Alemanha ao longo de todo o Reno também se posicionou em favor dele; e em 2 de dezembro ele foi escolhido como imperador, em Frankfurt. A batalha de Bouvines, em 27 de maio de 1214, enfraqueceu as forças de Otão a ponto de destruir todas as esperanças de sucesso contra Frederico,

<sup>19</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Inocêncio III.

de quem Filipe Augusto agora era aliado; e em 1215, ele praticamente se retirou para a casa de sua juventude, onde morreu, em 25 de julho de 1217. Mas, já em 19 de maio de 1217, o jovem Frederico foi legitimamente coroado em Aix-la-Chapelle, com a coroa de prata da Alemanha.

40. Inocêncio III também provocou uma cruzada – a quarta – contra os muçulmanos, a qual, de fato, trouxe consequências inesperadas e notáveis. Foi uma cruzada marítima, organizada e enviada sob os auspícios de Inocêncio e o doge de Veneza. Foi uma cruzada destinada a recuperar a Terra Santa das mãos dos sucessores de Saladino. Mas, em vez de irem para Jerusalém, atacaram Constantinopla, que tomaram de assalto, em 13 de abril de 1204; e embora Constantinopla fosse uma “cidade cristã”, suas calamidades só foram menores do que as que sobrevieram sobre a Jerusalém turca quando caiu na mãos dos primeiros cruzados. Até Inocêncio III lamentou os procedimentos bárbaros dos cruzados. Ele exclamou: “Como a Igreja Grega voltará à unidade eclesiástica e ao respeito pela Sé Apostólica, depois de terem visto nos latinos apenas exemplos de maldade e obras das trevas, que podem muito bem levá-los a ser abominados como piores do que cães? Aqueles de quem se esperava uma atitude de renúncia dos interesses próprios e dedicação às coisas de Cristo Jesus, mergulhando no sangue cristão as espadas que deveriam ter empunhado contra os pagãos, não pouparam nem a religião, nem a idade, nem sexo; praticaram fornicações, incestos, adultérios, aos olhos dos homens; entregaram matronas e virgens dedicadas a Deus à lascívia dos cavaleiros. Eles também não ficaram satisfeitos em usufruir a riqueza do imperador, os despojos dos príncipes e do povo, mas se apropriaram dos tesouros das igrejas – o que é mais hediondo! –, dos vasos consagrados, arrancaram as tábuas de prata dos altares, quebraram em pedaços as coisas sagradas e carregaram cruzes e relíquias.”

41. Na grande igreja de Santa Sofia, construída por Justiniano, “a prata foi retirada do púlpito; uma mesa de oblação requintada e de alto valor foi despedaçada; os cálices sagrados foram transformados em copos de bebida; a borda de ouro foi arrancada do véu do santuário. Asnos e cavalos foram introduzidos nas igrejas para retirarem o despojo. Uma prostituta subiu ao trono do patriarca e cantou, com gestos indecentes, uma canção irreverente. As tumbas dos imperadores foram vasculhadas, e os bizantinos viram, ao mesmo tempo com espanto e angústia, o cadáver de Justiniano – que até a decomposição e putrefação haviam poupado por seis séculos – expostos à violação da turba. Era do entendimento entre aqueles que instigaram essa conduta atroz que as relíquias deveriam fazer parte de uma coleção comunitária e divididas equitativamente entre os conquistadores! Mas cada eclesiástico apreendeu em segredo o que pôde” (*Draper*).<sup>20</sup> Acrescentou-se também fogo a esses outros horrores dos cruzados de Inocêncio. “Na noite do assalto, mais casas foram queimadas do que as encontradas nas três maiores cidades da França.”

42. Embora Inocêncio relatasse as barbáries de seus cruzados, ele não hesitou nem um dia em colher todos os benefícios dessa conquista do Império Oriental. Ele imediatamente tomou sob sua proteção, como papa, a nova ordem das coisas na capital e no Império do Oriente. “O bispo de Roma finalmente nomeou o bispo de Constantinopla. O reconhecimento da supremacia papal estava completo. Roma e Veneza dividiram entre si os ganhos ilícitos de seu empreendimento.”<sup>21</sup> No entanto, além de todas essas coisas, Inocêncio III se destaca de forma proeminente como o grande perseguidor. O espírito cruzadista, em seu fanatismo e selvageria,

<sup>20</sup> *History of the Intellectual Development of Europe*, vol. 2, cap. 2, par. 43.

<sup>21</sup> *Ibid.*, par. 44.

ele o direcionou contra os “hereges”, especialmente os albigenses; ele foi o fundador da Inquisição. Suas façanhas nesse sentido, no entanto, terão que ser adiadas para outro capítulo.

43. Pelo ministério de Inocêncio III, toda a cristandade – não apenas toda a Europa, mas Constantinopla, Alexandria e Jerusalém, mesmo todo o Oriente – ficou sujeita ao papado. Todo governante, todo poder do mundo reconhecido, exceto apenas o maometano, estava sujeito ao papado. E esse triunfo foi coroado – também por Inocêncio III – com a convocação do “Parlamento da Cristandade, o 12º concílio geral”. O concílio reuniu-se em 1º de novembro de 1215 e a ilimitada ambição de Inocêncio foi satisfeita ao abrir e presidir a assembleia mais augusta que o cristianismo latino já vira. A ocupação franca de Constantinopla deu oportunidade para a reunião, pelo menos nominal, das igrejas orientais e ocidentais, e os patriarcas de Constantinopla e Jerusalém estavam lá em humilde obediência a São Pedro. Tudo o que havia de mais importante na igreja e no Estado marcou presença, pessoalmente ou por representante. Todo monarca tinha seu embaixador lá, para certificar-se de que seus interesses não fossem prejudicados por um corpo que, agindo sob a inspiração direta do Espírito Santo, e sob o princípio de que os assuntos temporais estavam totalmente subordinados aos espirituais, poderia demonstrar pouco respeito pelos direitos dos soberanos. Os teólogos e doutores mais instruídos estavam à disposição para aconselhar sobre pontos de fé e questões complexas do direito canônico. Os altos dignitários eclesiásticos estavam presentes em números sem precedentes. Além dos patriarcas, havia 71 primazes e metropolitans, 412 bispos, mais de 800 abades e priores e os incontáveis delegados dos prelados que não puderam comparecer” (*Lea*).<sup>22</sup>

44. As reivindicações do papado que Inocêncio III ergueu a uma altura tão prodigiosa foram mantidas por seus sucessores. Durante todos os anos que se seguiram ao reinado de Inocêncio III, houve guerra quase constante entre os sucessivos papas e o imperador Frederico II, até a morte de Frederico em 1250. Em junho de 1243, o cardeal Fieschi foi eleito para o trono papal. “Ele assumiu o nome de

#### INOCÊNCIO IV, 24 DE JUNHO DE 1243 A 7 DE DEZEMBRO DE 1254,

um presságio e uma ameaça de que seguiria os passos de Inocêncio III. “Enquanto era apenas o cardeal Fieschi, ele havia sido amigo pessoal e até partidário de Frederico II, em sua disputa com a crescente interferência do papado. Quando o cardeal Fieschi foi eleito papa, Frederico recebeu os cumprimentos porque seu bom amigo era papa. Mas Frederico conhecia o papado melhor do que aqueles que o parabenizaram; e, em sua resposta, atingiu o cerne da própria essência do papado: “No cardeal, perdi meu melhor amigo; no papa, encontrarei meu pior inimigo.”

45. Essa observação de Frederico não apenas expressou uma verdade geral de todo o papado, mas revela uma verdade que se cumpriu plenamente em sua própria experiência. Em 1245, o novo papa excomungou Frederico. Frederico o desafiou e apelou à cristandade. Contra o desafio e o apelo de Frederico, Inocêncio IV firmou novamente as reivindicações do papado, elevando-as ainda mais do que nunca. Até então, os papas haviam chegado até Constantino na busca de reconhecimento para seu poder temporal e imperial; mas agora, com Inocêncio IV, essa legitimação alcança o próprio Cristo. Em resposta a Frederico II, Inocêncio IV escreveu à cristandade da seguinte forma:

<sup>22</sup> *History of the Inquisition*, vol. 1, p. 181.

“Quando o doente que desprezou os remédios mais brandos é submetido à faca e à cauterização, queixa-se da crueldade do médico; quando o malfeitor, que desprezou toda advertência, é punido, ele denuncia seu juiz. Mas o médico apenas olha para o bem-estar do doente, o juiz considera o crime, não a pessoa do criminoso. O imperador duvida e nega que todas as coisas e todos os homens estão sujeitos à Sé de Roma. Como se nós, que iremos julgar os anjos, não devêssemos dar nosso parecer sobre todas as coisas terrenas. No Antigo Testamento, os sacerdotes destronavam reis indignos; quanto mais o vigário de Cristo se justifica em agir contra aquele que, expulso da igreja como herege, já está destinado ao inferno! Pessoas ignorantes afirmam que Constantino foi o primeiro a dar poder temporal à Sé de Roma; isso já lhe foi concedido pelo próprio Cristo, o verdadeiro rei e sacerdote, como algo inalienável de sua natureza e absolutamente incondicional. Cristo fundou não apenas uma soberania pontifical, mas uma soberania real, e confiou a Pedro o governo de um reino terrestre e celeste, como é indicado e visivelmente provado pela pluralidade das chaves. ‘O poder da espada está na igreja e é derivado da igreja;’ ela o entrega ao imperador em sua coroação, para que ele possa usá-lo com legitimidade em defesa dela; ela tem o direito de dizer: ‘Embainha a tua espada’. Ele se esforça para despertar o ciúme de outros reis temporais, como se a relação dos reinos deles para com o papa fosse a mesma que a do reino eleitoral da Alemanha e do reino de Nápoles. O último é um feudo papal; o primeiro, inseparável do império, que o papa transferiu como feudo do Oriente para o Ocidente. Ao papa pertence a coroação do imperador, que fica assim obrigado, segundo o consentimento dos tempos antigos e modernos, a permanecer leal e submisso.”<sup>23</sup>

46. A partir dessa elevada posição alcançada por Inocêncio IV, faltava apenas um passo para o auge da reivindicação papal no que diz respeito ao poder temporal. Esse passo foi dado, o pináculo foi alcançado, e a unidade absoluta da igreja e Estado foi conquistada por

#### BONIFÁCIO VIII, 24 DE DEZEMBRO DE 1294 A 11 DE OUTUBRO DE 1303.

“Como Gregório VII parece o maior usurpador da humanidade até lermos a história de Inocêncio III, assim Inocêncio III é lançado às sombras pela audácia superior de Bonifácio VIII” (*Hallam*).<sup>24</sup>

47. Em 1300, houve um jubileu papal. Bonifácio emitiu uma bula “concedendo remissão completa de todos os pecados” àqueles que, “no presente ano ou em qualquer outro centésimo ano”, visitassem as tumbas de São Pedro e São Paulo em Roma. Isso trouxe a Roma uma imensa multidão de pessoas – às vezes 200 mil estrangeiros ao mesmo tempo. No início daquele ano também vieram os embaixadores de um imperador eleito. Bonifácio lhes declarou que a eleição do senhor deles era nula e que não o reconhecia como rei dos romanos nem como imperador. Então, num grande dia do jubileu, o próprio Bonifácio apareceu aos olhos da multidão, vestido com uma couraça, com um capacete na cabeça, segurando uma espada erguida na mão, e exclamou:

“Não há outro César, nem rei, nem imperador, além de mim, o pontífice soberano e sucessor dos apóstolos.”

48. E quando, posteriormente, ele reconheceu como imperador aquele que havia sido eleito, ele o fez somente com a exigência de que o imperador eleito fizesse a seguinte declaração:

<sup>23</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 5, livro 10, cap. 5, par. 21.

<sup>24</sup> *Middle Ages*, ou cap. 7, par. 27 a partir do fim.

“Reconheço que o império foi transferido pela Santa Sé dos gregos para os alemães, na pessoa de Carlos Magno; que o direito de escolher o rei dos romanos foi delegado pelo papa a certos príncipes eclesiásticos ou seculares; e, finalmente, que os soberanos recebem dos chefes da igreja o poder da espada material.”<sup>25</sup>

49. Dois anos depois, em 1302, para complementar esse ato de supremacia, numa bula confirmativa, *unum sanctum*, o papa Bonifácio VIII declarou *ex cathedra*:

“Existem duas espadas, a espiritual e a temporal. Nosso Senhor não disse sobre essas duas espadas: ‘É demais’, mas ‘é suficiente’. Ambas estão no poder da igreja: a espiritual, a ser usada *pela* igreja, a outra, a material, *em favor da* igreja; a primeira pertence aos sacerdotes; a última, aos reis e soldados, a ser usada mediante a ordem e permissão do sacerdote. Uma espada deve estar submissa à outra: a temporal submissa à espiritual. [...] O poder espiritual instituiu o temporal e julga se esse poder é bem exercido. Foi estabelecido sobre as nações e reinos para desarraigar e derrubar. Se o poder temporal erra, este é julgado pelo espiritual. Negar isso corresponde a reconhecer, com os maniqueístas heréticos, dois princípios coiguais. Por isso, afirmamos, definimos e declaramos que é NECESSÁRIO PARA A SALVAÇÃO crer que *todo ser humano está sujeito ao pontífice de Roma*.”<sup>26</sup>

50. “Outra bula pronuncia que todas as pessoas, de qualquer classe, são obrigadas a comparecer, quando citadas pessoalmente, perante a audiência ou o tribunal apostólico de Roma; ‘pois esta é a vontade daquele que, por permissão divina, governa o mundo.’”<sup>27</sup>

51. É perfeitamente adequado que essa altura da arrogância papal tenha sido atingida com Bonifácio VIII, pois “de todos os pontífices romanos, Bonifácio deixou o nome mais sombrio de astúcia, arrogância, ambição, até avareza e crueldade. [...] Bonifácio VIII deixou como legado – e com justiça, por ser o pontífice com as mais elevadas reivindicações espirituais – não apenas pretensões que, pelo menos na linguagem, poderiam ter horrorizado Hildebrando ou Inocêncio III, mas também sua marca em quase toda a história e poesia contemporâneas, desde o verso sublime de Dante às rapsódias vernáculas, mas vigorosas, de Jacopone da Todì, todos cheios desses surpreendentes e inesquecíveis toques de arrogância e voracidade, [...] os quais, quer por apego a princípios que se tornaram impopulares, quer por sua própria arrogância e violência, ele havia suscitado em grande parte da cristandade. Bonifácio mal havia morrido quando o epitáfio, que nenhum tempo pode apagar, de cujo efeito moral a mente mais sincera luta com dificuldade para se emancipar, foi proclamado ao mundo cristão, que o aceitou sem protestos: ‘Ele entrou como uma raposa, governou como um leão, morreu como um cachorro’”.<sup>28</sup>

<sup>25</sup> *History of the Popes*, Bonifácio VIII.

<sup>26</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, vol. 6, livro 11, cap. 9, par. 27.

<sup>27</sup> *Ibid.*, par. 24 a partir do fim.

<sup>28</sup> *Ibid.*, cap. 7, par. 1.

## CAPÍTULO 18

# O IMPÉRIO PAPAL

*A Universalidade do Domínio Papal – Os Bispos e sua Eleição – Bispos Militares – Saqueadores Papais – “Um Terror para Todos” – Miséria Universal – “Uma Maldição ao Povo” – Resultados do Celibato – Um Padrão de Moralidade Muito Singular – A Igreja de Roma é a Responsável – Opressão Judicial – Monges Mendicantes – O Fetichismo Papal – Indulgências – O Culto às Relíquias – “Uma Maldição Consumada”.*

O domínio reivindicado pelo papado é o coração, a vida e a alma humana. Como algo essencial para a administração adequada desse domínio, ele alegou que o poder temporal do mundo deve estar absolutamente sujeito à sua vontade. Esse poder ele já havia conquistado. Com isso, seu domínio sobre o ser humano se tornou completo. Atos particulares de papas individuais eram frequentemente contestados; mas a legitimidade e o poder de *seu império* não havia quem contestasse.

2. Portanto, a próxima pergunta a ser feita é: Como o papado usou esse poder? Por se tratar de uma pergunta muito legítima, daremos uma resposta a mais completa, direta e explícita possível. Não existe nenhum trabalho que forneça uma resposta mais ampla, embora breve, do que a encontrada em *History of Inquisition* [História da Inquisição] de Lea. Essa história da Inquisição é a mais recente que temos e foi publicada em 1888; suas *evidências* são inquestionáveis. A obra apresenta *opiniões* tão favoráveis ao papado que quase, se não completamente, constitui uma apologia dele. Por esses motivos, será aqui amplamente citada.<sup>1</sup> Vimos como o papado tratou os maometanos e os judeus. Vimos como tratou o povo da Igreja Grega. Vimos como tratou imperadores, reis e nobres de sua própria convivência. Como foi que ele tratou as pessoas comuns e os pobres aceitos como parte de seu próprio povo – aqueles que, de corpo, alma e espírito, lhe pertenciam?

3. “Quando o século 12 terminou, a igreja estava se aproximando de uma crise em sua carreira. As adversidades de 150 anos, que o papado soube aproveitar com habilidade, fizeram dele o soberano da cristandade. [...] Sobre a alma e a consciência”, o “império de sacerdotes” estava completo. Não havia nenhuma esperança de salvação para o cristão, a menos que, em tudo, fosse um filho obediente da igreja e estivesse pronto para pegar em armas em sua defesa. [...] A antiga independência do episcopado não existia mais. Pouco a pouco a supremacia da Sé Romana havia sido reivindicada e imposta, até o ponto de desfrutar da jurisdição universal que lhe permitiu dobrar aos seus desejos cada prelado, sem qualquer alternativa senão a de submissão ou expulsão. O mandato papal, justo ou injusto, razoável ou irrazoável, tinha que ser recebido e obedecido implicitamente, pois não havia nenhuma instância superior à qual

---

<sup>1</sup> Todas as citações neste capítulo, salvo indicação contrária, foram extraídas de *History of the Inquisition* de Lea.

apelar além do representante de São Pedro. Numa esfera mais limitada, e sujeito ao papa, o bispo possuía uma autoridade que, pelo menos em teoria, era igualmente absoluta, embora fosse o ministro mais humilde do altar o instrumento pelo qual os decretos do papa e do bispo eram aplicados entre o povo; pois o destino de todos os homens estava nas mãos que poderiam administrar ou reter os sacramentos essenciais à salvação.

4. “Além da supervisão sobre questões de fé e disciplina, casamento, herança e usura, que lhes pertenciam por consenso, havia relativamente poucas questões entre uma pessoa e outra em que não se conseguia incluir algum caso de consciência que exigia a interferência espiritual, especialmente diante do costume de confirmar acordos com a sanção do juramento; e a cura das almas implicava inquérito perpétuo sobre as aberrações, reais ou possíveis, de cada membro do rebanho. Seria difícil estabelecer limites à intromissão sobre os negócios humanos que essas práticas possibilitaram, ou à influência decorrentes delas. O sacerdote mais humilde exercia não apenas um poder sobrenatural que o distinguia como alguém acima do nível comum da humanidade, mas sua pessoa e posses eram igualmente invioláveis. Não importa que crimes cometesse, a justiça secular não tinha o direito de julgá-lo, e as autoridades seculares não podiam prendê-lo. Ele era submisso apenas aos tribunais de sua própria ordem, os quais estavam impedidos de infligir punições envolvendo derramamento de sangue, e cujas decisões poderia apelar à jurisdição suprema da distante Roma, o que lhe conferia, com muita frequência, imunidade praticamente completa.”

5. Na Inglaterra, as condições não poderiam ficar piores do que na Europa continental, e “ali crimes de assassinatos os mais sombrios e abjetos, roubos, estupros e adultérios eram diariamente cometidos com impunidade pelos eclesiásticos. Verificou-se, por exemplo, num inquérito, que nada menos que cem assassinatos haviam ocorrido desde a ascensão do rei [Henrique II, 1154-1163], perpetrados por homens da profissão, *que nunca foram chamados a prestar contas por essas transgressões*; e ordens sagradas haviam se transformado numa proteção completa para toda e qualquer perversidade”.

6. A posição da igreja era que “somente sanções espirituais poderiam ser infligidas” nos casos de crime por parte do clero. Quando um clérigo desonrou a filha de um cavaleiro, e para se proteger assassinara o pai dela, e o rei Henrique II exigiu que “o clérigo fosse entregue e recebesse punição condigna do magistrado, Becket insistiu sobre os privilégios da igreja e confinou o criminoso na prisão do bispo, para que não fosse preso pelos oficiais dos reis; sustentou também que nenhuma punição maior *poderia* ser infligida a ele do que a destituição de sua dignidade; e quando o rei exigiu que logo após sua deposição ele fosse julgado pelo poder civil, o primaz afirmou que era iníquo julgar um homem duas vezes pela mesma ofensa” (*Hume*).<sup>2</sup> “O mesmo privilégio protegia a propriedade eclesiástica, conferida à igreja pela piedade de gerações sucessivas, cobrindo uma considerável porção das terras mais férteis da Europa. Além disso, os direitos senhoriais associados a essas terras geralmente implicavam ampla jurisdição temporal, o que conferia a seus proprietários espirituais o poder sobre a vida e o corpo usufruído pelos senhores feudais.”

7. “A igreja militante, portanto, consistia num exército acampado no solo da cristandade, com seus postos avançados em todos os lugares, sujeitos à disciplina mais eficiente, animada com

<sup>2</sup> *History of England*, cap. 8, par. 2.



um objetivo comum, com soldados munidos da panóplia da inviolabilidade e protegidos pelas tremendas armas que matavam a alma. Havia pouco que não pudesse ser encarado com destemor ou feito pelo comandante de tal regimento, cujas ordens eram ouvidas como oráculos de Deus, de Portugal à Palestina e da Sicília à Islândia. ‘Os príncipes’, diz João de Salisbury, ‘têm a igreja como a fonte de seu poder e são servos do sacerdócio.’ ‘A menor ordem sacerdotal é mais digna do que qualquer rei’, exclama Honório de Autun; ‘príncipe e povo são submissos ao clero, cujo brilho é superior ao do Sol e da Lua.’ Inocêncio III usou uma metáfora mais espiritual quando declarou que o poder sacerdotal era tão superior ao secular quanto a alma humana o é em relação ao corpo; e resumiu sua avaliação sobre a própria posição declarando-se o vigário de Cristo, o Cristo do Senhor, o Deus do Faraó, colocado entre Deus e o homem, aquém de Deus, mas além do homem, menos do que Deus, mas maior que o homem, que julga a todos e não é julgado por ninguém. O fato de ele ser supremo sobre toda a terra – tanto sobre pagãos e infiéis quanto sobre cristãos – era provado com legitimidade e ensinado por todo o mundo pelos doutores medievais.

8. “Contudo, para alcançar essa supremacia, muita coisa foi necessariamente sacrificada. As virtudes cristãs da humildade, da caridade e da renúncia própria praticamente desapareceram na disputa que deixou o poder espiritual dominante sobre o temporal. O afeto da população não era mais atraído pelas graças e pela beleza do cristianismo; a submissão era comprada pela promessa de salvação, a ser adquirida pela fé e obediência, ou extorquida pela ameaça de perdição ou pelos terrores mais agudos da perseguição terrena. A igreja, ao se separar por completo dos leigos, havia adquirido os serviços de uma milícia inteiramente dedicada a si mesma, e o resultado disso foi um antagonismo entre ela e o povo.

9. “Na prática, todo o corpo de cristãos não constituía mais a igreja; esse corpo estava dividido em duas classes bem distintas, os pastores e as ovelhas; e os cordeiros costumavam pensar, não sem razão, que eram cuidados somente para serem tosquiados. As recompensas mundanas que uma carreira eclesiástica oferecia à mente ambiciosa atraíam para as fileiras da igreja homens capazes, é verdade, mas homens cujo objetivo era a ambição mundana e não o desenvolvimento espiritual. As imunidades e privilégios da igreja e o aumento de posses temporais eram objetos que falavam mais ao coração do que a salvação de almas, e os altos cargos eclesiásticos eram preenchidos, em grande parte, por homens cuja mundanidade era mais visível do que as virtudes mais humildes.”

10. “Embora fossem necessários anjos para exercer com decoro os tremendos poderes reivindicados e adquiridos pela igreja, os métodos pelos quais se garantia a promoção clerical eram de modo a favorecer mais os inescrupulosos do que os que mereciam. Para entender na plenitude as causas que levaram tantos milhares ao cisma e à heresia, levando a guerras e perseguições e ao estabelecimento da Inquisição, é necessário dar uma olhada no caráter dos homens que representavam a igreja diante do povo e no uso que fizeram, para o bem ou para o mal, do despotismo espiritual absoluto que se havia firmado. Em mãos sábias e devotas, ele poderia elevar de modo incalculável os padrões morais e materiais da civilização europeia; nas mãos dos egoístas e depravados, poderia se tornar o instrumento de opressão minuciosa e onipresente, levando nações inteiras ao desespero.”

11. “No que diz respeito aos métodos de eleição para o episcopado, não se pode dizer que, nesse período, tenha existido qualquer regra estabelecida e invariável. A antiga forma de eleição pelo clero, com a aquiescência do povo da diocese, ainda era preservada em teoria, mas na prática o corpo eleitoral seguia os cânones oficiais; ao mesmo tempo, num tempo de instituições instáveis, a confirmação exigida do rei, ou de um nobre feudal semi-independente, e do papa tornava com frequência a eleição uma formalidade vazia, na qual o poder real ou papal poderia prevalecer, de acordo com as tendências da hora e lugar. As apelações constantes e cada vez mais intensas a Roma, como o tribunal de último recurso, por aspirantes desapontados, sob todos os pretextos imagináveis, deram à Santa Sé uma influência crescente, que, em muitos casos, chegava quase ao poder de nomeação; e Inocêncio II, no Concílio de Latrão de 1139, aplicou o sistema feudal à igreja, declarando que todas as dignidades eclesiásticas eram concedidas e mantidas pelos papas como feudos.”

12. “Não importava que regras, no entanto, fossem estabelecidas, o fato é que elas não serviam para tornar os eleitos melhores do que os eleitores. A correnteza não subirá acima de sua fonte, e um poder de eleição ou nomeação corrupto não tem o poder de escolher seus próprios representantes idôneos por métodos, mesmo os mais bem concebidos, que não possuam a capacidade inerente de autoexecução. O juramento que os cardeais eram obrigados a fazer ao entrar em um conclave – ‘Eu invoco a Deus para testemunhar que eu escolho aquele a quem eu julgar que, segundo a vontade de Deus, dever ser escolhido’ – era notoriamente ineficaz em garantir a eleição de pontífices para servir como vice-regentes de Deus; e assim, a tendência era que, desde o mais humilde pároco até o mais alto prelado, todos os graus da hierarquia fossem preenchidos por homens mundanos, ambiciosos, egoístas e licenciosos. Além disso, a qualidade dos candidatos era tão precária que até os amigos mais exigentes da igreja tinham que se contentar quando o menos indigno era bem-sucedido. São Pedro Damiano, ao pedir a Gregório VI a confirmação de um bispo eleito de Fossombrone, admite que o escolhido não é idôneo e que deveria fazer penitência antes de exercer o episcopado, mas não há nada melhor a ser feito, pois em toda a diocese não havia um único eclesiástico digno do ofício; todos eram egoístas, ambiciosos, extremamente ávidos por cargos elevados, tornando-se, assim, indignos da posição, e inflamados pelo desejo de poder, mas completamente negligentes quanto aos seus deveres.”

13. “Nessas circunstâncias, a simonia, com todos os males que a acompanham, era quase universal, e esses males se fizeram sentir em toda parte, tanto no caráter de eleitores quanto no de eleitos. Na guerra infrutífera travada por Gregório VII e seus sucessores contra esse vício onipresente, o número de bispos que se tornaram alvo de ataques é o sinal mais seguro dos meios que haviam sido considerados bem-sucedidos e dos homens que, dessa forma, tiveram a permissão de representar os apóstolos. Como Inocêncio III declarou, tratava-se de uma doença da igreja incurável e imune a remédios ou calmantes; e Pedro Cantor, que morreu no odor da santidade, relata com aprovação a história de certo cardeal Martinho, que, oficiando as solenidades de Natal na corte romana, rejeitou um presente de 20 libras enviado pelo chanceler papal, pela razão de que a soma tinha a fama de ser fruto de rapina e simonia.

14. “Foi relatado como exemplo supremo da virtude de Pedro, cardeal de São Crisógono e ex-bispo de Meaux, que ele havia, em uma única eleição, recusado o suborno deslumbrante de 500 marcos de prata. Os príncipes temporais estavam mais prontos para transformar o poder

da confirmação em um negócio lucrativo, e poucos imitaram o exemplo de Filipe Augusto, que agiu da seguinte forma quando a abadia de St. Denis ficou vaga e o reitor, o tesoureiro e o adegueiro da abadia o procuraram secretamente e cada um lhe deu 500 libras francesas para a sucessão: Filipe, em silêncio, foi à abadia, escolheu um simples monge em um canto, conferiu-lhe a dignidade e lhe entregou as 1.500 libras. O Concílio de Rouen, em 1050, queixa-se amargamente do costume pernicioso de homens ambiciosos que, por todos os meios possíveis, acumulavam presentes com os quais pudessem ganhar o favor do príncipe e de seus cortesãos a fim de conseguir bispados, mas não puderam sugerir nenhum remédio.”

15. “Sob tais influências, era em vão que a melhor classe de homens que ocasionalmente aparecia nas fileiras da hierarquia [...] lutava para impor o respeito à religião e à moralidade. A corrente contra eles era muito forte, e eles só podiam protestar e oferecer um exemplo que poucos seguiam. Nessa época de violência, os mansos e humildes tinham poucas chances, e as recompensas eram para aqueles com capacidade para intrigas e negociações políticas, ou cujas tendências bélicas eram promissoras no sentido de garantir o respeito aos direitos de suas igrejas e vassalos. De fato, o caráter militar dos prelados medievais é um assunto que seria interessante considerar com mais detalhes do que o espaço aqui permite. As abadias ricas e os poderosos bispados passaram a ser amplamente considerados como meios adequados para sustentar filhos mais novos de casas nobres ou aumentar a influência de famílias proeminentes. Pelos métodos que vimos, eles passavam para as mãos daqueles que haviam recebido treinamento mais militar do que religioso. Sem qualquer escrúpulos, a mitra e a cruz eram vistas na linha de frente da batalha com a mesma ousadia que a flâmula dos cavaleiros. Quando a excomunhão falhava em levar ao bom senso vassalos inquietos ou vizinhos invasores, recorria-se de imediato ao braço da carne, e o camponês pilhado não conseguia distinguir entre os estragos do ladrão e do representante de Cristo.”

16. “O povo, sobre quem caía o peso esmagador desses conflitos, só podia ver ambos, o barão e o sacerdote, como inimigos; e o que quer que estivesse faltando na capacidade militar dos guerreiros espirituais era compensado pela tentativa de matar a alma bem como o corpo de seus inimigos. Este foi especialmente o caso na Alemanha, onde os prelados eram príncipes e sacerdotes e onde uma grande casa religiosa como a abadia de São Galo era o governante temporal dos cantões de São Galo e Appenzell, até que este último lançou fora o jugo depois de uma guerra longa e devastadora. O historiador da abadia narra com orgulho as virtudes marciais de sucessivos abades e, ao falar de Ulrico III, que morreu em 1117, observa que, desgastado por muitas batalhas, ele finalmente faleceu em paz. Tudo isso era, de alguma forma, uma necessidade decorrente da união incompatível entre o nobre feudal e prelado cristão; embora mais marcante na Alemanha do que em outros lugares, era vista em toda parte.”

17. “Esses homens mundanos e turbulentos causavam sobre seus contemporâneos mais pacíficos uma impressão tão negativa que pessoas piedosas acreditavam que nenhum bispo poderia alcançar o reino dos céus. Circulou amplamente uma história de Godofredo de Péronne, prior de Claraval, que foi eleito bispo de Tournay. São Bernardo e Eugênio III insistiram com ele para que aceitasse o cargo, mas ele se jogou no chão dizendo: ‘Se vocês me prepararem, posso me tornar um monge errante, mas um bispo nunca!’ Em seu leito de morte, prometeu a um amigo que retornaria e o informaria da sua condição no outro mundo, e o fez enquanto este orava no altar. Ele anunciou que

estava entre os bem-aventurados, mas lhe havia sido revelado pela Trindade que, se tivesse aceitado o bispado, teria sido contado entre os condenados. Pedro de Blois, que relata essa história, e Pedro Cantor, que a repete, manifestaram sua crença nela, recusando persistentemente bispados; e pouco tempo depois um eclesiástico em Paris declarou que podia acreditar em todas as coisas, exceto que algum bispo alemão poderia ser salvo, pois ostentava as duas espadas, do espírito e da carne.

18. “César de Heisterbach explica tudo isso e ressalta a raridade de prelados dignos e a enorme quantidade de ímpios; e aponta ainda que as tribulações a que eram expostos surgiram do fato de que a mão de Deus não era visível quando eram promovidos. É difícil encontrar uma linguagem mais forte do que a empregada por Luís VII ao descrever a mundanidade e a pompa dos bispos, quando apelou em vão a Alexandre III para aproveitar o seu triunfo sobre Frederico Barbarossa e reformar a igreja. De fato, os registros da época prestam amplo testemunho a respeito da rapina, da violência, dos crimes flagrantes e da imoralidade desafiadora desses príncipes da igreja. O único tribunal ao qual prestavam contas era o de Roma. Exigia coragem desesperante tomar a iniciativa de fazer queixas contra eles, e quando essas queixas eram feitas, a dificuldade de provar as acusações, a duração da execução dos procedimentos e a notória venalidade da cúria romana praticamente garantiam a imunidade. [...] Podemos acreditar prontamente na afirmação de um escritor do século 13 de que o processo de depor um prelado era tão complicado que mesmo os mais perversos não tinham medo de punição.

19. “Mesmo nos casos em que a perversidade do crime não exigia intervenção papal, o ofício episcopal estava de tal forma substituído por meio de milhares de formas de opressão e extorsão, todas dentro dos limites da lei, que não restava às vítimas nenhuma oportunidade de reparação. O grau de reconhecimento de sua natureza lucrativa é demonstrado pelo caso de um bispo que, quando avançado em anos, convocou seus sobrinhos e parentes para que entrassem em acordo sobre como seria sua sucessão. Eles se uniram em favor de um deles e conjuntamente pegaram emprestado a vultosa soma necessária para comprar a eleição. Infelizmente, o bispo eleito morreu antes de obter a posse, e no leito de morte foi censurado com veemência por seus parentes arruinados que não sabiam como conseguiriam os meios para pagar o capital emprestado que haviam investido na abortada parceria episcopal. Como diz São Bernardo, rapazes eram empossados no episcopado numa idade em que se alegravam mais em escapar da palmatória de seus professores do que em alcançar uma posição de comando; mas logo ficavam insolentes e aprendiam a vender o altar e a esvaziar as bolsas de seus súditos!”

20. “Ao explorarem dessa forma seu ofício, os bispos só estavam seguindo o exemplo dado pelo papado, que, de forma direta ou por meio de seus agentes, de suas extorsões, se transformou no terror das igrejas cristãs. Arnaldo, que foi arcebispo de Trêves de 1169 a 1183, ganhou grande crédito por sua astúcia em salvar seu povo da espoliação dos nuncios papais; pois sempre que ficava sabendo da chegada deles, costumava encontrá-los, e com subornos generosos os persuadia a partir para outro lugar, para o alívio sem limites de seu próprio rebanho. Em 1160, os templários reclamaram para Alexandre III que seus trabalhos pela Terra Santa estavam sendo seriamente prejudicados pelas extorsões de legados e nuncios papais, que não estavam satisfeitos com o alojamento gratuito e o suprimento das coisas necessárias a que tinham direito, e Alexandre concedeu graciosamente à ordem isenção especial do abuso, exceto quando o legado fosse cardeal.”

21. “Era pior quando o próprio papa vinha. Clemente V, após sua consagração em Lyon, prosseguiu para Bordeaux, onde ele e seu séquito saquearam com tanta eficácia as igrejas no caminho que, após sua partida de Bourges, o arcebispo Gilles, para manter a vida, foi obrigado a se apresentar diariamente entre seus cônegos para receber uma quota da distribuição de provisões; e a residência papal no rico priorado de Grammont empobreceu tanto a casa que o prior renunciou ao cargo por se ver incapaz de restabelecer seus negócios, e seu sucessor foi obrigado a cobrar um imposto pesado sobre todas as casas da ordem.”

22. “A Inglaterra, após a rendição ignominiosa do rei João, ficou sujeita a uma rigorosa extorsão papal. Ricos benefícios eclesiásticos eram concedidos aos estrangeiros, que não pretendiam residir, até que a receita anual assim retirada da ilha chegava ao montante de 70 mil marcos, ou três vezes a renda da coroa, e toda a resistência era suprimida por excomuniões que perturbavam todo o reino. No Concílio Geral de Lyon, realizado em 1245, foi apresentado um discurso em nome da Igreja Anglicana apresentando queixas contra essas opressões em termos mais enérgicos do que respeitosa, mas nada conseguiu. Dez anos depois, o legado papal, Rustand, solicitou em nome de Alexandre IV um imenso subsídio – a parcela da abadia de St. Albans chegava a 600 marcos. Diante disso, Fulk, bispo de Londres, declarou que preferia ser decapitado, e Walter, de Worcester, ser enforcado, a se submeter; mas essa resistência foi astutamente derrotada pela alegação de dívidas imaginárias contraídas com banqueiros italianos por dinheiro supostamente adiantado para pagar despesas com a cúria romana, e essas alegações foram impostas por meio de excomunhão. Quando Roberto Grosseteste, de Lincoln, descobriu que seus esforços para reformar seu clero eram inúteis por meio de apelos a Roma, onde os infratores sempre podiam adquirir imunidade, visitou Inocêncio IV na esperança de obter alguma mudança para melhor e, diante do fracasso total, exclamou bruscamente ao papa: ‘Oh, dinheiro, dinheiro, o quanto você pode efetuar, especialmente na corte romana!’”

23. “Esse não foi, de modo algum, o único modo pelo qual a jurisdição suprema de Roma operou incalculável mal em toda a cristandade. Enquanto os tribunais feudais eram estritamente territoriais e locais, e as funções judiciais dos bispos limitavam-se a suas próprias dioceses, de modo que toda pessoa sabia quem era responsável num sistema de justiça tolerável e bem estabelecido, a jurisdição universal de Roma dava ampla oportunidade para abusos do pior tipo. O papa, como juiz supremo, poderia delegar a qualquer um parte de sua autoridade, que era suprema em toda lugar; e a corte de justiça papal não era muito escrupulosa em sua discriminação quanto ao caráter das pessoas a quem emitia cartas que as habilitavam a exercer funções judiciais e a aplicá-las com a última sentença de excomunhão – cartas, de fato, que, se a corte de justiça papal não fosse prejudicada, era liberalmente vendida a todos os que pudessem pagar por elas. A Europa ficou assim impregnada de um número sem fim de homens munidos com essas armas, que usavam sem remorso para a extorsão e opressão. Os bispos, por sua vez, não perdiam a oportunidade de transferir a essas pessoas suas prerrogativas judiciais mais limitadas, e, na confusão decorrente, não era difícil ver aventureiros irresponsáveis aspirar à posse desses poderes delegados e usá-los para os mais torpes propósitos, e ninguém se atrevia a arriscar sofrer as possíveis consequências da resistência.”

24. “Esses documentos serviam assim como *carta branca* por meio da qual a injustiça poderia ser perpetrada e a perversidade recompensada no mais alto grau. Uma complicação adicional que naturalmente se seguiu foi a falsificação dessas cartas. Não era fácil reportar-se à dis-

tante Roma para averiguar a genuinidade de um mandado papal apresentado com confiança por seu portador, e a impunidade que poderes tão tremendos podiam conferir a uma pessoa tornava a prática uma tentação irresistível. Quando Inocêncio III subiu ao trono, encontrou uma fábrica de cartas forjadas em pleno funcionamento em Roma, e, embora isso tenha sido suprimido, o negócio era muito lucrativo para ser interrompido mesmo com sua vigilância. Até o final de seu pontificado, a detecção de mandatos fraudulentos foi uma preocupação constante. Essa indústria não estava confinada a Roma apenas. Aproximadamente no mesmo período, Estêvão, bispo de Tournay, descobriu em sua cidade episcopal um ninho semelhante de falsificadores, que havia inventado um instrumento engenhoso para a fabricação dos selos papais. Para o povo, porém, pouco importava se eram genuínos ou falsos; o sofrimento era o mesmo, quer a corte de justiça papal tivesse recebido seus honorários ou não.”

25. “Assim, a cúria romana representava um terror para todos os que entravam em contato com ela. Hildeberto, de Le Mans, descreve seus funcionários como vendedores da justiça, adiando decisões sob todos os pretextos e, finalmente, indiferentes quando os subornos se esgotavam. Eram pedras no entendimento, madeira no julgamento, fogo na ira, ferro no perdão, raposas no engano, touros no orgulho e Minotauros que a tudo consomem. No século seguinte, Roberto Grosseteste disse com ousadia a Inocêncio IV e seus cardeais que a cúria era a fonte de toda a maldade que tornava o sacerdócio um escárnio e um opróbrio ao cristianismo e, depois de mais um século e meio, aqueles que o conheciam melhor o descreveram como inalterado.”

26. “Numa situação em que este era o exemplo dado pelo chefe da igreja, teria sido um espanto se muitos bispos não tivessem aproveitado todas as oportunidades abundantes para espoliar seus rebanhos. Petro Cantor, uma testemunha excepcional, os descreve como pescadores de dinheiro e não de almas, com mil fraudes para esvaziar os bolsos dos pobres. Eles têm, diz ele, três ganchos com os quais capturar suas presas nas profundezas: o confessor, que tem a responsabilidade de ouvir confissões e curar almas; o deão, arqui-diácono e outros oficiais, que promovem o interesse do prelado por meios justos ou sujos; e o reitor rural, escolhido unicamente com base na sua habilidade em espremer os bolsos dos pobres e levar o despojo ao seu mestre. Essas posições eram com frequência outorgadas a terceiros, e o direito de torturar e espoliar o povo era vendido a quem desse o maior lance. O ódio geral dirigido contra essa aristocracia é ilustrado pela história de um eclesiástico que, tendo a má sorte de perder todo o seu dinheiro num jogo de dados, sobrando-lhe apenas cinco sols [divisão da libra francesa], exclamou em loucura blasfema que os daria a quem lhe ensinasse a maior ofensa contra Deus, e um espectador foi declarado o vencedor quando disse: ‘Se você deseja ofender a Deus além de todos os outros pecadores, torne-se um oficial ou cobrador episcopal’. Anteriormente, continua Pedro Cantor, havia alguma ocultação decente quando se engolia a propriedade de ricos e pobres, mas agora é apreendida publicamente e com ousadia por meio de dispositivos infinitos, fraudes e inovações na arte de extorquir. Os oficiais dos prelados não são apenas os sanguessugas, que sugam e são espremidos, mas são coadores do leite de sua rapina, retendo para si os resíduos do pecado.”

27. “A partir dessa honesta explosão de indignação, vemos que o principal instrumento de exação e opressão se concentrava nas funções judiciais do episcopado. Receitas consideráveis, é verdade, provinham da venda de benefícios e da cobrança de taxas por todos os atos oficiais,

e muitos prelados não tinham vergonha de conseguir ganhos corruptos com a licenciosidade universal entre um clero celibatário, exigindo um tributo conhecido como *cullagium*, pelo qual o padre tinha a permissão de manter sua concubina sem ser perturbado; mas a jurisdição espiritual era a fonte do maior lucro para o prelado e da maior miséria para o povo. Mesmo nos tribunais temporais, as multas decorrentes de litígios constituíam fonte nada desprezível de receita dos senhores; e nos tribunais cristãos, abarcando toda a jurisprudência espiritual e grande parte da temporal, havia uma colheita ampla a ser segada. Assim, como Pedro Cantor diz, o mais sagrado sacramento do matrimônio, pelo fato de a consanguinidade remota entrar nos graus proibidos, tornou-se objeto de escárnio dos leigos pela venalidade com que casamentos eram feitos e desfeitos para encher as bolsas dos oficiais episcopais.”

28. “A excomunhão representava outra fonte proveitosa de extorsão. Se uma demanda injusta era resistida, o recalcitrante era excomungado e tinha que pagar pela reconciliação, além da soma original. Qualquer demora no cumprimento de uma convocação ao tribunal eclesiástico implicava excomunhão com o mesmo resultado de extorsão. Sendo o litígio tão lucrativo, este era incentivado ao máximo, para a miséria infinita do povo. Quando um sacerdote era empossado como pároco, era costume exigir dele um juramento de que não ignoraria quaisquer ofensas cometidas por seus paroquianos, mas os denunciaria ao ordinário, para que os infratores fossem processados e multados, e que não permitiria que quaisquer disputas fossem resolvidas amigavelmente; e embora Alexandre III tenha emitido uma decretal declarando todos esses juramentos nulos, continuaram sendo exigidos. Como ilustração do sistema, é registrado um caso em que um garoto, enquanto brincava, acidentalmente matou um companheiro com uma flecha. O pai do homicida era por acaso rico, e os dois pais não tiveram permissão de se reconciliar voluntariamente. Pedro de Blois, arqui-diácono de Bath, provavelmente não estava muito errado quando descreveu os ordinários episcopais como víboras da iniquidade, superando em malícia todas as serpentes e basiliscos, como pastores, não de cordeiros, mas de lobos, e se dedicando inteiramente à malícia e rapina.

29. “Ainda mais eficiente como fonte de miséria para o povo e hostilidade à igreja era a venalidade de muitos dos tribunais episcopais. O caráter dos procedimentos e dos advogados clericais que se apresentavam perante eles é visível em uma tentativa de reforma pelo Concílio de Rouen, em 1231, exigindo que o advogado com atuação nesses tribunais jurasse que não roubariam os documentos da outra parte ou apresentariam falsificações ou testemunhos sob falso juramento em apoio a seus casos. Os juízes estavam bem-preparados para presidir em tal corte de justiça. Eles são descritos como extorsionários que buscavam por todos os meios surrupiar o dinheiro dos litigantes até o último centavo e, quando alguma fraude era gritante demais para sua posição, eles tinham funcionários subordinados sempre prontos para fazer o trabalho sujo, tornando a profissão deles mais degradante do que a de um cafetão com suas meretrizes.”

30. “Prova de que o dinheiro era supremo em todas as questões judiciais pode ser vista com clareza quando a abadia de Andrés brigou com a casa-mãe de Charroux. Esta última garantiu à primeira que poderia gastar no tribunal 100 marcos de prata contra cada dez libras que a outra poderia pagar; e, de fato, quando os dez anos de litígio terminaram, incluindo três apelações a Roma, Andrés se viu oprimida pela enorme dívida de 1.400 libras, e os detalhes do

processo mostram o suborno mais descarado. A corte romana deu o exemplo ao resto, e sua reputação atual é visível nos elogios concedidos a Eugênio III por repreender um prior que iniciou um processo diante dele, oferecendo um marco de ouro para ganhar seu favor.

31. “Havia outra fonte de opressão que tinha um motivo mais sublime e melhores resultados, mas que não deixava de ser esmagadora para a maioria das pessoas. Foi nessa época que começou a moda de construir magníficas igrejas e abadias; e a invenção do vitral e sua rápida introdução mostram o luxo da ornamentação almejada. Embora essas estruturas fossem, em algum grau, a expressão de uma fé ardente, eram mais ainda a manifestação do orgulho dos prelados que as erigiam. Quando admiramos essas sublimes relíquias do passado, não importa o grau de reverência com que observamos o imponente pináculo, a extensa arcada da nave e a janela gloriosa, não devemos perder de vista o esforço supremo que elas exigiram – um esforço que inevitavelmente recaiu sobre os servos e camponeses. Pedro Cantor nos assegura que elas foram construídas a partir de arrecadações entre os pobres, de ganhos profanos da usura e de mentiras e enganos dos ambiciosos vendedores de indulgências; e nos garante que as vastas quantias esbanjadas com elas seriam muito mais úteis para resgatar cativos e aliviar as necessidades dos desamparados.”

32. “Não era de se esperar que prelados como a maioria dos que ocupavam as sés da cristandade se dedicassem aos deveres verdadeiros de sua posição. O principal desses deveres era o de pregar a Palavra de Deus e instruir seus rebanhos na fé e na moral. O ofício de pregador, de fato, era de modo especial uma função episcopal; o bispo era o único homem na diocese autorizado a exercê-la; não fazia parte do dever ou treinamento do pároco, que não tinha a liberdade de proferir um sermão sem autorização especial de seu superior. Portanto, não é de surpreendermos esse aspecto do ensino e da devoção cristã totalmente negligenciado, pois os prelados turbulentos e marciais da época estavam muito envolvidos com os cuidados mundanos para dar o mínimo de atenção a um assunto para o qual estavam completamente despreparados.”

33. “Não se podia esperar que o caráter das ordens inferiores de eclesiásticos fosse melhor do que o de seus prelados. O direito de conceder benefícios eclesiásticos pertencia aos bispos, embora, é claro, houvesse padroados sob o controle de leigos; direitos especiais de nomeações de cargos eram detidos por órgãos religiosos, e muitos pertencentes a eles ocupavam vagas dentro da própria categoria mediante cooptação. Qualquer que fosse o poder de nomeação, no entanto, o resultado tendia a ser o mesmo. A queixa geral da época era que os benefícios eram vendidos abertamente ou eram concedidos por meio de favor, sem exame das qualificações do nomeado ou sem o mínimo de consideração por sua aptidão. [...] É verdade que a lei canônica estava repleta de preceitos admiráveis relacionados com as virtudes e qualificações necessárias para os beneficiados, mas na prática tratava-se de letra morta.”

34. “Alexandre III ficou indignado quando soube que o bispo de Coventry costumava conceder igrejas a meninos com menos de 10 anos de idade, mas a única ordem que pôde dar foi que as paróquias fossem confiadas a vigários competentes até que os nomeados atingissem idade apropriada, e essa idade ele próprio fixou como devendo ser 14 anos; mas outros papas caridosamente reduziram para 7 a idade mínima para manter simples benefícios ou prebendas. É claro que não se podia esperar nenhum tipo de supervisão sobre os abusos da patronagem, quando a própria cúria era o destinatário mais ávido do benefício impróprio. Seu exército de cafetões e parasitas estava



sempre vigilante para obter cargos lucrativos em todas as terras da Europa, e os papas escreviam constantemente para bispos e capítulos exigindo lugares para seus amigos.”

35. “Um clero recrutado dessa maneira e sujeito a essas influências só poderia, em grande parte, ser uma maldição para o povo sob sua direção espiritual. A aquisição de um benefício eclesiástico era naturalmente considerada um investimento comercial a ser explorado com o máximo proveito, e havia pouco escrúpulo em considerar todos os meios possíveis para extorquir dinheiro dos paroquianos, enquanto os deveres do pastorado cristão recebiam pouca atenção.”

36. “Se o cristão fiel era assim despojado ao longo da vida a todo momento, a busca pelo lucro continuava até o leito de morte, e até seu corpo tinha um valor especulativo que foi levado em conta pelos antropófagos que brigavam por ele. A necessidade dos sacramentos finais para a salvação deu origem a um abuso ocasional pelo qual os ritos eram recusados, a menos que uma taxa ou gratificação ilegal fosse paga, como o lençol no qual estava deitado o pecador moribundo, mas podemos acreditar que isso não era costumeiro. Mais lucrativo era o costume pelo qual o medo do julgamento que se aproximava era explorado, e os legados para usos piedosos eram sugeridos como expiação apropriada para uma vida de maldade ou crueldade. Sabe-se que grande parte das posses temporais da igreja era adquirida dessa maneira, e já no 9º século a prática havia se tornado objeto de queixas. Em 811, Carlos Magno, convocando concílios provinciais em todo o seu império, pergunta-lhes se é possível dizer com verdade que uma pessoa renunciou ao mundo se ela procura sem cessar aumentar suas posses e, com promessas de um Céu e ameaças do inferno, convence os simples e ignorantes a desapropriar seus herdeiros, que são assim compelidos pela pobreza ao roubo e ao crime.”

37. “A essa pergunta significativa, o Concílio de Châlons, em 813, respondeu por meio de um cânone proibindo tais práticas e lembrando ao clero que a igreja deveria socorrer os necessitados, em vez de despojá-los; o de Tours respondeu que havia feito investigações e não havia ninguém reclamando de deserção; o de Rheims prudentemente ignorou o assunto; e o de Mainz prometeu restauração nesses casos. Esse controle foi apenas temporário; a igreja continuou a constranger com suas pretensões e por meio do medo os moribundos, e, finalmente, Alexandre III, por volta de 1170, decretou que nenhum testamento seria válido, a menos que fosse feito na presença do pároco. Em alguns lugares, o notário que lavrasse um testamento na ausência do padre era excomungado, e o corpo do testador era impedido de ter um enterro cristão. Às vezes, o motivo alegado para essa prática era impedir que um herege deixasse sua propriedade para heréticos, mas a fragilidade disso é demonstrada pela promulgação repetida da regra em regiões onde a heresia era desconhecida e pelos ruidosos protestos contra os costumes locais que procuravam derrotar esse avanço da ganância eclesiástica. Às vezes, havia queixas de que o pároco usava para proveito próprio legados deixados para benefício de fundações piedosas.”

38. “Mesmo após a morte, a igreja não abandonava seu controle sobre os vivos e o lucro que poderia extrair deles. O costume de deixar somas consideráveis para os ministérios piedosos pelos quais a igreja aliviava os tormentos do purgatório era tão generalizado, e o oferecimento de ofertas no funeral era tão costumeiro que a custódia do cadáver se tornou fonte de ganho nada desprezível, e a paróquia em que o pecador havia vivido e morrido reivindicava ter direito reversível sobre as cinzas, que se tornavam, assim, tão lucrativas. Ocasionalmente, intrusos se apropriavam indevidamente dos defuntos, e havia mosteiros que convenciam moribundos a

deixar seus restos mortais fertilizantes sob seus cuidados, dando origem a disputas indecorosas sobre o cadáver e o privilégio de enterrá-lo e rezar missas fúnebres em favor da alma.”

39. “Em nenhuma questão as relações entre o clero e o povo eram mais delicadas do que as da pureza sexual. [...] No período considerado, o celibato forçado do sacerdócio se tornara de forma geral reconhecido na maioria dos países que prestavam obediência à Igreja Latina. Não fora acompanhado, no entanto, pelo dom da castidade prometido com tanta confiança por seus promotores. Visto que o sacerdócio ficara privado da satisfação que o casamento proporcionava aos instintos naturais do homem, a esposa foi, na melhor das hipóteses, substituída pela concubina; na pior das hipóteses, por uma sucessão de amantes, às quais as funções de sacerdote e confessor poderiam dar acesso especial. Essa situação era tão amplamente reconhecida que um homem que confessava um amor ilícito era proibido de nomear a parceira de sua culpa para que isso não levasse o confessor à tentação de abusar do conhecimento que ele tinha da fragilidade dela. Mal a igreja havia conseguido suprimir o matrimônio de seus ministros, e já a encontramos em todos os lugares, e de forma incessante, ocupada na tarefa aparentemente impossível de exigir deles castidade – um esforço cuja futilidade é demonstrada o suficiente pelo fato de tal insistência continuar até os tempos modernos.”

40. “A exibição pública de um sacerdócio que professava pureza ascética como pré-requisito essencial para suas funções, mas que vivia, ao mesmo tempo, uma vida dissoluta mais cínica do que a de um leigo comum, não contribuía para que ele fosse alvo da estima popular; além disso, era inevitável que os casos individuais em que a paz e a honra de famílias eram sacrificadas no altar da lascívia do pastor provocassem o mais profundo antagonismo. Quanto aos crimes mais sombrios e deploráveis, estes eram muito frequentes, não apenas nos mosteiros, dos quais as mulheres eram rigorosamente excluídas; e, além disso, era cometidos com imunidade quase total.”

41. “Um mal não menos importante relacionado com o ascetismo artificial imposto ostensivamente ao sacerdócio foi o estabelecimento de um falso padrão de moralidade que causou danos infinitos aos leigos e à igreja. Contanto que o sacerdote não desafiasse os cânones por meio do casamento, tudo podia ser perdoado. Alexandre II, que trabalhou com todo ardor para restaurar a lei do celibato, em 1064 decidiu que um padre de Orange, que havia cometido adultério com a esposa do próprio pai, não seria privado da comunhão para que não fosse levado ao desespero; e, em vista da fragilidade da carne, ele deveria permanecer nas ordens sagradas, embora nos graus inferiores. Dois anos depois, o mesmo papa diminuiu caridosamente a penitência imposta a um padre de Pádua que havia cometido incesto com a própria mãe e deixou que o bispo decidisse se o culpado deveria ser mantido no sacerdócio. Seria difícil exagerar a influência desastrosa que tais exemplos exerceram sobre o povo.”

42. “Se as conexões ilegítimas, porém permanentes, que prevaleciam em toda parte tivessem sido o único resultado da proibição do casamento, talvez o mal efetivo resultante disso teria sido pequeno, exceto para a própria igreja e seus membros culpados. Contudo, uma vez que os desejos do homem cedem à tentação de procurar, por meios ilegais, o alívio que lhes é negado por regras artificiais, não é fácil estabelecer limites para as paixões desenfreadas que, estimuladas pelo esforço infrutífero de repressão, não são mais contidas por uma lei que foi transgredida ou por uma consciência que perdeu seu poder. Os registros da Idade Média estão, portanto, cheios de evidências de que a licenciosidade indiscriminada do pior tipo prevaleceu em todas as categorias da hierarquia.”

43. “Mesmo supondo que essa temível imoralidade não fosse atribuível às inúmeras leis da natureza que se vingavam pela tentativa de violação delas, isso poderia ser facilmente explicado pelo exemplo dado pela sede central. Os esforços de Nicolau e Gregório mal haviam posto um fim no casamento sacerdotal em Roma, quando a moral do clero romano se tornou uma desgraça para a cristandade. A evidência de que os resultados da reforma corresponderam muito pouco às expectativas dos puritanos zelosos que a empreenderam pode ser vista no martírio de um certo Arnolfo, que, sob o pontificado de Honório II, pregou com veemência contra os escândalos e a imoralidade dos eclesiásticos da cidade apostólica. Eles conseguiram tirá-lo do caminho, apesar da proteção de Honório e da veneração dos nobres e pessoas que o consideravam profeta.”

44. “Quando essa era a condição da virtude clerical, quase não nos causa espanto que o colégio sagrado, em 1130, tenha concedido votos suficientes ao cardeal Pier Leone para torná-lo um candidato plausível ao papado, embora estivesse notoriamente manchado com os mais infames crimes. Fica evidente que seus filhos com sua irmã Tropea e o fato de levar consigo uma concubina quando viajava na qualidade de legado papal não provaram ser um obstáculo à sua ascensão na igreja, nem à sua atuação nos assuntos mais notáveis e importantes. Dificilmente alguém poderia imaginar uma sátira mais zombeteira sobre o padrão da moralidade eclesiástica do que um homem, na qualidade de papa, insistir no cumprimento dos cânones que exigiam a separação de padres de suas esposas, sob a alegação de pureza imaculada exigida para os serviços do altar.”

45. “Ao atribuir uma santidade tão fantasiosa à virgindade, a igreja criou de fato um padrão de moralidade extremamente inusitado, cuja influência só poderia ser muito deplorável sobre a grande maioria dos leigos. Nos primeiros tempos do celibato, a regra era considerada pelos eclesiásticos mais austeros como simples expressão da necessidade de pureza no ministro de Deus. Teófilo de Alexandria, no 5º século, decidiu que um homem que, como leitor, havia sido punido por falta de castidade e posteriormente se elevado ao sacerdócio deveria ser expulso por causa de seu pecado anterior. Vimos, no entanto, que, quando o celibato foi revivido sob Damião e Hildebrando, a questão da imoralidade praticamente desapareceu, e o ponto essencial não era mais a castidade, mas o fato de um padre não ser casado, e isso finalmente foi adotado como a lei reconhecida da igreja.

46. “Em 1213, o arcebispo de Lunden perguntou a Inocêncio III se um homem que tinha duas concubinas era inelegível a ordens religiosas por causa de *bigamia*, e o pontífice só pôde responder que, independentemente de quantas concubinas um homem pudesse ter, ao mesmo tempo ou em sucessão, ele não se tornaria inapto em razão de bigamia. Quando esse foi o resultado de sete séculos de sacerdotalismo assíduo em uma igreja que crescia diariamente em autoridade; quando o povo viu, assim, que excessos sexuais não impediam a ascensão eclesiástica nesse igreja, que fazia pretensões extravagantes à pureza; quando as regras estritas que proibiam a ordenação a um leigo que se casara com uma viúva eram relaxadas em favor daqueles que estavam manchados de notória impureza, não é de admirar que as percepções populares de moralidade ficassem embotadas e que os leigos não negassem a si mesmos as condescendências que tacitamente eram permitidas a seus guias espirituais.”

47. “A influência da igreja não foi desastrosa apenas no sentido de estimular essa frouxidão geral de princípios. O mal pessoal causado por um sacerdócio dissoluto representou um contágio generalizado. O abuso da autoridade legítima dada pelo altar e pelo confessor foi

objeto de denúncia lamentável e indignada em muitos sínodos, de modo que ninguém pode entreter qualquer dúvida razoável quanto à frequência dele ou à corrupção que se espalhou por inúmeras paróquias e conventos. A quase total imunidade com a qual esses escândalos e outros semelhantes eram perpetrados levou a um desregramento indisfarçado e cínico que os clérigos mais austeros reconheceram como fonte de influência muito deletéria sobre a moral dos leigos, que viam como modelos do mal aqueles que deveriam ser padrões de virtude.”

48. “Em sua bula de 1259, Alexandre IV não hesita em afirmar que o povo, em vez de ser reformado, está absolutamente corrompido por seus pastores. Tomás de Cantinpré, uma das primeiras luzes da Ordem Dominicana, tem a fama de ser o autor da lenda que representa o diabo agradecendo aos prelados da igreja por conduzir toda a cristandade ao inferno; e a convicção assim expressa é justificada pela censura de Gregório X, que, ao despedir o Segundo Concílio de Lyon, em 1274, disse a seus dignitários reunidos que eles estavam arruinando o mundo. Infelizmente, sua ameaça de reformá-los se eles não se reformassem não foi executada, e a denúncia foi repetida várias vezes.”<sup>3</sup>

49. “Ao analisar assim a influência de um clero nominalmente celibatário sobre aqueles confiados a seus cuidados, talvez não seja exagero concluir que eles foram os principais responsáveis pela negligência moral que caracterizou a sociedade medieval. Ninguém que tenha examinado com atenção os registros à nossa disposição dessa sociedade pode questionar a extrema prevalência da licenciosidade que por toda parte a infectou. O cristianismo surgira como o grande reformador de um mundo totalmente corrupto. O fervor com que essa reforma foi conduzida para corrigir a imoralidade sexual é visível na persistência dos apóstolos em proibir um pecado que os gentios quase não consideravam como pecado. A igreja primitiva era consequentemente pura, e seu próprio ascetismo representa uma parcela da força de seu protesto contra a licenciosidade dominante que a cercava. Seus ensinamentos, como vimos, permaneceram inalterados. A fornicação continuou sendo um pecado mortal, mas o período de seu domínio inquestionável sobre a consciência da Europa foi o mesmo período em que a licenciosidade entre as raças teutônicas se mostrava mais incontrolável. A igreja nesse época, embora fundada no evangelho e com o poder ilimitado da hierarquia romana, chegou a permitir que o princípio feudal se estendesse ao *jus primae noctis*<sup>4</sup> (direito da primeira noite ou direito da pernada), e houve ocasiões em que seus ministros, na posição de senhores temporais, até reivindicaram esse direito repugnante. Com tudo isso, fica evidente que a igreja estava exercendo sua influência, não para o bem, mas para o mal.”

50. “Não há injustiça em responsabilizar a igreja pela moralidade negligente dos leigos. Ela tinha assumido o direito de regular a consciência das pessoas e de fazê-las dar conta de toda ação e até de cada pensamento. Numa época em que ela levava à fogueira aqueles que se aventuravam com qualquer dissidência na opinião doutrinária ou em questões de pura especulação, a igreja não podia alegar falta de autoridade para controlar o povo na virtude prática. Seus recursos e métodos eram onipresentes, e seu poder autocrático. Ensinara que o sacerdote deveria ser venerado como representante de Deus e que suas ordens deviam ser implicitamente obedecidas. Ela o havia munido com a temível arma do confessor e, por ter lhe dado o poder de conceder absolvição e pronunciar ex-

<sup>3</sup> O assunto a partir do parágrafo 42 até esse ponto provém de *History of Sacerdotal Celibacy* de Lea, p. 341-352, 349-351.

<sup>4</sup> Costume medieval que permitia ao senhor feudal tirar a virgindade da noiva na sua noite de núpcias. A prática é considerada lenda por historiadores modernos (nota do tradutor).

comunhão, delegara-lhe as chaves do Céu e do inferno. Ao removê-lo da jurisdição dos tribunais seculares, o proclamara como superior a toda autoridade temporal. Por eras de vivência da fé, as massas receberam com humildade esses ensinamentos e se curvaram a esses pressupostos, até que entraram na textura da vida cotidiana de todos. Visto que igreja havia alcançado dessa forma a supremacia e a usava ao máximo possível com vantagens mundanas, ela não poderia, portanto, se eximir das responsabilidades inseparavelmente ligadas ao poder; e o principal dentre essas responsabilidades devia ser a formação moral das nações submetidas à sua vontade. Embora a corrupção dos mestres havia levado à corrupção dos discípulos, não é demais dizer que a energia incansável dedicada à aquisição e manutenção de poder, privilégios e riqueza, se devidamente dirigida, sob todas as vantagens da conjuntura da época, teria sido suficiente para tornar a sociedade medieval a mais pura que o mundo já viu.”

51. “O contrário, contudo, foi o que se tornou notório, e isso foi o resultado natural do fato de que a igreja, após a longa luta que finalmente a deixou suprema sobre a Europa, se contentou com as vantagens mundanas oriundas da riqueza e autoridade que superaram seus sonhos mais desvairados. Se pudesse então assegurar uma submissão verbal às suas doutrinas de pureza, ela estava disposta a emitir incontáveis ordens de castidade e ao mesmo tempo, e em silêncio, ser conivente com a infração perpétua delas. A mancha da corrupção infectou igualmente seus próprios ministros e os povos sob seus cuidados, e a teoria sacerdotal pouco a pouco passou a considerar com indiferença cada vez maior a obediência ao evangelho em comparação com a obediência ao homem e a subserviência aos interesses temporais da hierarquia. Como a absolvição e a indulgência passaram a ser mercadoria comercializável, tornou-se até do interesse dos comerciantes da salvação ter uma forte demanda por seus produtos. Quando a infração dos preceitos divinos poderia ser redimida com alguns centavos ou com a realização de cerimônias que haviam perdido seu significado, não é de surpreender que sacerdotes e o povo finalmente fossem levados a considerar a violação do decálogo com os olhos do comerciante e do cliente, e não com o espírito do grande Legislador.”<sup>5</sup>

52. “No entanto, talvez a causa mais eficiente de desmoralização no clero e de hostilidade entre eles e os leigos fosse a inviolabilidade pessoal e a imunidade que usufruíam diante da jurisdição secular – direitos que haviam conseguido estabelecer como princípio reconhecido de direito público. [...] Quando solicitado a decidir se leigos poderiam prender e levar perante o tribunal episcopal um clérigo pego em flagrante no prática de alguma perversidade repulsiva, Inocêncio III respondeu que eles só podiam fazê-lo sob a ordem especial de um prelado – o que equivalia, quase certo, à concessão de impunidade nesses casos. Um corpo sacerdotal, cujos privilégios de classe quanto a atos ilícitos eram tão ciosamente guardados, provavelmente não provaria ser um elemento desejável da sociedade; e quando a aplicação ordenada da lei gradualmente se estabeleceu em toda a cristandade, os tribunais de justiça encontraram na imunidade do eclesiástico um inimigo mais temível da ordem do que as pretensões do senhorio feudal. De fato, quando criminosos eram presos, seu primeiro esforço geralmente era provar que fazia parte do clero, que usavam a tonsura e que não estavam sujeitos à jurisdição dos tribunais seculares; nesses casos, o zelo pelos direitos eclesiásticos e, possivelmente, por honorários, sempre levava as autoridades episcopais a apoiar as reivindicações desses infratores e exigir sua libertação.

<sup>5</sup> Os parágrafos 50 e 51 foram extraídos de *History of the Papal Curia*, p. 355, 356.

A igreja tornou-se, assim, responsável por multidões de homens sem princípios, clérigos apenas no nome, que usavam a imunidade de sua posição como pretexto para depredar a comunidade.”

53. “A imunidade semelhante ligada à propriedade eclesiástica deu origem a abusos igualmente flagrantes. O clérigo, queixoso ou réu, tinha o direito, em casos civis, de ser ouvido nos tribunais espirituais, que naturalmente se mostravam parciais a favor dele, mesmo quando não subornado, de modo que havia poucas chances de um leigo obter justiça. De fato, como prova de que isso era uma realidade, pode-se citar a prática generalizada de clérigos comprarem reivindicações duvidosas de leigos e exigirem sua execução perante os tribunais eclesiásticos – um procedimento especulativo, proibido, de fato, pelos concílios, mas muito lucrativo para ser suprimido. Outro abuso que suscitou queixas vociferantes consistiu em assediar leigos desafortunados, citando-os para responder no mesmo caso em várias cortes espirituais simultaneamente, cada uma delas executando seu processo sem remorso pelo expediente de excomunhão, com consequentes multas para obter a reconciliação, sobre todos os que, por negligência, se colocavam em uma aparente atitude de contumácia; e isso era feito com frequência sem sequer fazer uma pausa para verificar se as partes assim castigadas haviam sido realmente citadas. Para estimar adequadamente a quantidade de injustiças e sofrimentos infligida à comunidade, devemos ter em mente que a cultura e a instrução estavam quase exclusivamente restritas à classe eclesiástica, cuja inteligência aguçada lhes permitia tirar o máximo proveito dos ignorantes e indefesos.”

54. Vimos os princípios e práticas do monasticismo nas primeiras eras do papado. Com o crescimento do papado durante a Idade Média, os males do monasticismo aumentaram em igual proporção, se não mesmo maior, já que o monasticismo sempre foi o elemento principal no poder do papado. “Ele degradou o episcopado; aumentou a autoridade da Santa Sé, direta e indiretamente, por meio dos importantes aliados assim adquiridos em suas lutas com os bispos; além disso, constituía uma fonte de receita, se acreditarmos no abade de Malmesbury, que se gabava de que, por uma onça de ouro por ano paga a Roma, conseguia a isenção da jurisdição do bispo de Salisbury.”

55. “Em muitos casos, as abadias se tornaram centros de corrupção e perturbação; os conventos, pouco melhores do que as casas de prostituição; e os mosteiros pareciam castelos feudais, onde os monges viviam em revolta e travavam guerra contra seus vizinhos de modo tão feroz quanto os barões turbulentos, com a desvantagem adicional de que, como não havia sucessão hereditária, a morte de um abade poderia ser seguida por eleição disputada, produzindo contendas internas e interferência externa. Assim, numa briga desse tipo ocorrida em 1182, a rica abadia de St. Tron foi atacada pelos bispos de Metz e Liège, a cidade e a abadia foram queimadas, e os habitantes foram mortos à espada. A agitação durou até o final do século, e, quando foi temporariamente reparada por uma transação pecuniária, os miseráveis vassalos e servos foram reduzidos à fome para angariar os fundos que compraram a elevação de um ambicioso monge.”

56. “É verdade que nem todos os estabelecimentos haviam perdido seu ideal de serviço para o qual haviam recebido tão abundantes doações dos fiéis. [...] Contudo, na maioria das vezes, as abadias eram mais fontes do mal do que do bem. Mal podemos nos admirar disso se considerarmos a base da formação de seus reclusos. Não podemos encontrar uma censura mais severa à disciplina deles do que a afirmação de um entusiasta admirador da rígida regra cisterciense, Césarrio de Heisterbach, quando disse, como fato reconhecido, que meninos criados em mosteiros se

tornavam maus monges e com frequência apóstatas. Quanto aos que faziam os votos mais tarde na vida avançada, ele enumera seus motivos como doença, pobreza, cativo, infâmia, perigo mortal, pavor do inferno ou desejo do Céu – motivos com predominância de impulsos egoístas com pouca probabilidade de garantir uma classe desejável de devotos. De fato, ele nos assegura que criminosos com frequência escapavam da punição ao concordar em entrar em mosteiros, que de alguma forma se tornaram colônias penais ou prisões, e ele ilustra isso com o caso de um barão ladrão em 1209, condenado à morte por seus crimes pelo conde palatino Henrique. Ele foi resgatado por Daniel, um abade de Schonau, com a condição de entrar na Ordem Cisterciense. Quase na mesma condição de inaptidão eram aqueles reclusos que, movidos por uma repentina revolução da consciência, deixavam uma vida manchada pelo crime e violência para enterrar-se no claustro, ainda vivendo no pleno vigor da força e com paixões não exauridas, constatando, talvez, por fim, que sua natureza feroz e indomável se acha inadequada para suportar a restrição à qual não estão habituados. [...] Se, como às vezes acontecia, essas almas indomáveis se sentiam acossadas pelo voto irrevogável, depois que o arrependimento havia passado, tornavam-se elementos causadores de sedição interna e violência externa.”

57. “O nome de monge tornou-se ainda mais desprezível por causa das multidões de ‘gyrovagi’, ‘sarabaitae’ e ‘stertzer’ – andarilhos, vagabundos, barbados, tonsurados e usando o hábito religioso – que atravessavam todos os cantos da cristandade, vivendo pela mendicância e impostura, vendendo falsas relíquias e milagres. Era uma praga que afligia a igreja desde o surgimento do monaquismo no 4º século, continuando inabalável. Embora houvesse homens santos e pios entre esses vagabundos fantasmagóricos, estavam todos sujeitos à aversão geral. Eram com frequência descobertos no ato do crime e mortos sem piedade; e numa tentativa vã de suprimir o mal, o Sínodo de Colônia, no início do século 13, proibiu terminantemente que qualquer um deles fosse recebido com hospitalidade em toda aquela extensa província.”

58. “Não se pode dizer que estavam faltando esforços sérios para restaurar a disciplina monástica negligenciada. Havia mosteiros específicos que estavam constantemente sendo reformados, só para afundar depois de um tempo em relaxamento e indulgência. Toda capacidade inventiva era chamada à ação para criar ordens novas e mais severas, como a dos premonstratenses, os cartuxos e os cistercienses, que repeliam todas as almas, exceto as mais ardentes em busca da automortificação ascética; mas à medida que cada ordem crescia em reputação de santidade, a liberalidade dos fiéis despejava riquezas sobre ela, e com a riqueza vinha a corrupção. Havia também o humilde eremitério, fundado por alguns anacoretas abnegados, cujo único pensamento era garantir a salvação macerando a carne e fugindo da tentação, que mantinha a posse das relíquias de algum santo, cujos poderes miraculosos atraíam rebanhos de peregrinos e sofredores devotos em busca de alívio. Ofertas em abundância afluíam, e a fama e a riqueza assim despejadas sobre o retiro modesto dos eremitas rapidamente o transformava numa estrutura magnífica, onde as virtudes austeras dos fundadores desapareciam em meio a uma multidão de monges condescendentes, indolentes em todas as boas obras e ativos apenas no mal.”

59. “Poucas comunidades tinham a cautelosa prudência dos primeiros moradores do célebre priorado de Grammont, antes de se tornar a sede de uma poderosa ordem. Quando seu fundador e primeiro prior, Santo Estêvão de Thiern, após sua morte em 1124, começou a

mostrar sua santidade curando um cavaleiro paralítico e restaurando a vista de um cego, seus seguidores zelosos ficaram alarmados com a perspectiva de riqueza e notoriedade prestes a recair sobre eles. Seu sucessor, prior Pedro, de Limoges, se dirigiu à tumba de Estêvão e lhe falou com reprovação: ‘Ó servo de Deus, você nos mostrou o caminho da pobreza e se esforçou seriamente para nos ensinar a andar por ele. Agora você deseja nos afastar do caminho reto e estreito da salvação para o amplo caminho da morte eterna. Você pregou a solidão e agora procura converter a solidão em mercado e feira. Já cremos o suficiente em sua santidade. Portanto, não faça mais milagres para provar isso e, ao mesmo tempo, destruir nossa humildade. Não seja tão solícito por sua própria fama a ponto de negligenciar nossa salvação; isto lhe pedimos, isto pedimos de sua caridade. Se você agir de outra maneira, declaramos, pela obediência que lhe prometemos, que desenterraremos os seus ossos e os lançaremos no rio.’”

60. “Essa súplica e ameaça misturadas se mostraram suficientes, e, até que Santo Estêvão foi formalmente canonizado, ele deixou de realizar os milagres tão perigosos para a alma de seus seguidores. A canonização, que ocorreu em 1189, foi o resultado do primeiro ato oficial do prior Girard, ao solicitá-la a Clemente III. Girard havia sido eleito no lugar de dois rivais afastados pela autoridade papal, após dissensões que quase arruinaram o monastério, o que mostra que as paixões e ambições mundanas haviam invadido a sagrada reclusão de Grammont, operando seu resultado inevitável. Diante do fracasso de todos esses esforços parciais de reforma para resgatar as ordens monásticas de sua degradação, dificilmente precisamos do testemunho enfático do venerável Gilberto, abade de Gemblours, por volta de 1190, quando confessa com vergonha que o monaquismo se tornara uma opressão e um escândalo, um escárnio e um opróbrio a todos os homens.”

61. “A religião, assim explorada pelo sacerdote e pelo monge, tornou-se forçosamente um credo muito diferente daquele ensinado por Cristo e Paulo. [...] A teoria da justificação pelas obras, com a qual seu poder e riqueza tinham uma grande dívida, havia, em seu desenvolvimento, privado em grande parte a religião de toda vitalidade espiritual, substituindo seus elementos essenciais por um formalismo árido e sem sentido. Não que os homens estivessem se tornando indiferentes ao destino da alma, pois nunca, talvez, os terrores da perdição, a bem-aventurança da salvação e os esforços intermináveis do arqui-inimigo se tornaram temas tão candentes e concretos para o homem; a religião, porém, havia se tornado, em muitos aspectos, um fetichismo. Os mestres ainda podiam insistir que as obras piedosas e caritativas, para serem eficientes, deviam ser acompanhadas de mudança de coração, de arrependimento, de reformas, de sincera busca por Cristo e uma vida superior; porém, numa geração rude e endurecida, era muito mais fácil para o pecador cair nas práticas habituais ao seu redor, que ensinavam que a absolvição poderia ser alcançada pela repetição de um certo número de pai-nossos e ave-marias, acompanhados pelo sacramento mágico da penitência; mais ainda, se o próprio penitente fosse incapaz de executar a penitência prescrita, esta poderia ser realizada por seus amigos, cujos méritos lhe eram conferidos por algum tipo de malabarismo sagrado. Quando uma congregação, em preparação para a Páscoa, era, como um todo ou em grupos menores, alvo de confissão e absolvição pública, como era habitual em alguns sacerdotes descuidados, a lição ensinada era que o sacramento da penitência não passava de uma cerimônia ou encantamento mágico, em que pouca diferença fazia a condição interna da alma.”



62. “Mais útil à igreja, e igualmente desastrosa em sua influência na fé e na moral, era a crença corrente de que a liberalidade póstuma do leito de morte que fundasse um mosteiro ou enriquecesse uma catedral com os despojos que não mais teriam utilidade para o pecador expiaria todo o seu curso de vida marcado por crueldade e rapina; e que o serviço de algumas semanas contra os inimigos de um papa apagaria todos os pecados daquele que assumiu a cruz para exterminar seus companheiros cristãos.”

63. “A igreja era a depositária do tesouro da salvação, acumulado pelos méritos da crucificação e dos santos; e o papa, como o vigário de Deus, tinha o poder ilimitado de ministrar esse tesouro. Cabia a ele prescrever os métodos pelos quais os fiéis podiam participar dele, e nenhum teólogo antes de Wycliffe foi forte o suficiente para questionar suas decisões. De acordo com a moderna teoria das indulgências, elas diminuem, em tempos específicos, a duração do tormento no purgatório, depois que a alma escapa da condenação ao inferno por confissão e absolvição. Na Idade Média, a distinção não era tão precisa, e as recompensas prometidas eram mais diretas. No início, consistiam em uma remissão por períodos específicos, segundo a penitência imposta para a absolvição, como recompensa por obras piedosas, peregrinações a santuários, contribuições para a construção de igrejas, pontes, etc.; pois um castigo espiritual podia ser substituído por um corporal ou pecuniário, e o poder de conceder tal indulgência era privilégio valioso para a igreja que o adquirisse, pois servia como atração constante para os peregrinos.

64. “Os abusos, é claro, surgiram, denunciados por Abelardo, que manifestou indignação contra a cobiça que costumava comercializar a salvação. Alexandre III, por volta de 1175, expressou sua desaprovação por essas corrupções, e o grande Concílio de Latrão, em 1215, procurou controlar a ruína da disciplina e o desprezo manifestado contra a igreja, limitando a um ano a quantidade de penitência liberada por qualquer indulgência. Uma grande oposição se manifestou quando São Francisco de Assis conseguiu, em 1223, de Honório III, a célebre indulgência de Porciúncula, pela qual todos os que visitassem a igreja de Santa Maria de Porciúncula, em Assis, das vésperas de 1º de agosto às vésperas de 2 de agosto, alcançariam remissão completa e plena de todos os pecados cometidos desde o batismo; e até o fato de São Francisco ter sido instruído por Deus a solicitar a Honório tal indulgência e o reconhecimento de Satanás de que essa indulgência estava despovoando o inferno não serviram para reconciliar os dominicanos com uma vantagem tão grande dada aos franciscanos. Bonifácio VIII, quando concebeu a frutífera ideia do jubileu, levou isso adiante ainda mais, prometendo a todos que realizassem certas devoções nas basílicas de São Pedro e São Paulo, durante o ano de 1300, não apenas remissão *plena*, mas *pleníssima*, de todos os seus pecados.”

65. “Nessa época, a ideia de que uma indulgência pudesse conferir perdão completo de todos os pecados havia se tornado familiar à mente cristã. Quando a igreja procurou despertar a Europa para o esforço supremo para a redenção do santo sepulcro, alguma recompensa infinita foi necessária para excitar o fanatismo entusiasta necessário para as cruzadas. Se Maomé podia estimular seus seguidores a cortejar a morte pela promessa de bem-aventurança imediata e eterna àquele que morresse lutando pelo Crescente, o vice-regente do verdadeiro Deus não devia ficar em desvantagem em suas promessas aos mártires da cruz. Seria uma luta de morte entre as duas religiões, e o cristianismo não devia ser menos liberal do que o Islã em sua recompen-

sa para seus recrutas. Assim, quando Urbano II realizou o grande Concílio de Clermont, que decidiu a respeito da primeira cruzada, e onde 13 arcebispos, 215 bispos e 90 abades mitrados representavam a igreja militante universal, foi introduzido o recurso da indulgência plenária, e os peregrinos militares foram exortados a ter plena fé de que aqueles que mostrassem arrependimento ganhariam o fruto mais completo da misericórdia eterna.

66. “O expediente teve tanto sucesso que se tornou uma regra estabelecida em todas as guerras santas nas quais a igreja se engajou. Era muito mais atraente ainda, talvez, por causa do caráter desmoralizante do serviço, pois era um lugar-comum dos artistas ambulantes (menestréis de rua, malabaristas) da época que o cruzado, se escapasse dos perigos do mar e da terra, com muita probabilidade voltava para casa um bandido fora da lei, assim como o peregrino que ia a Roma para pedir perdão voltava muito pior do que antes. À medida que a novidade das cruzadas passou, promessas ainda maiores foram necessárias. Assim, em 1291, Nicolau IV prometeu remissão total dos pecados a todos os que enviassem um cruzado ou fossem à custa de outro; enquanto aquele que ia por conta própria era vagamente informado de que, além disso, teria um aumento de salvação – um termo que os decretalistas talvez não conseguissem explicar com facilidade. Finalmente, os pecados esquecidos foram incluídos no perdão, assim como os confessados e arrependidos.”

67. Um sistema de indulgências mais desmoralizante era a prática por parte de alguma igreja ou hospital necessitado de dinheiro de enviar *quaestuarii*, ou perdoadores, às vezes providos de relíquias e às vezes apenas portando cartas papais ou episcopais, pelas quais eram autorizados a emitir perdão de pecados em troca de contribuições. Embora essas cartas fossem elaboradas com cuidado, eram, no entanto, ambíguas o suficiente para permitir que os perdoadores prometessem, não só a salvação dos vivos, mas a libertação dos condenados do inferno, por algumas pequenas moedas. Já em 1215, o Concílio de Latrão ataca acerbamente essas práticas e proíbe a remoção de relíquias das igrejas; mas o abuso era muito lucrativo para ser suprimido.

68. “Bispos e papas em necessidade emitiam constantemente essas cartas, e os negócios do perdoador se tornaram uma profissão regular, na qual os mais insolentes e desavergonhados eram os mais bem-sucedidos; assim, podemos acreditar sem titubear no pseudo Pedro de Pilichdorf, quando admite com tristeza que a concessão “indiscreta”, mas lucrativa, de indulgências a todo tipo de pessoa enfraquecia a fé de muitos católicos em todo o sistema. Em 1261, o Concílio de Mainz mal conseguia encontrar palavras fortes o suficiente para denunciar os vendedores pestilentos de indulgências, cujos artifícios enganosos excitam o ódio de todos os homens, que gastam seus ganhos imundos na devassidão vil e que enganam os fiéis de tal forma que a confissão é negligenciada pelo fato de os pecadores terem comprado o perdão dos pecados. A queixa foi inútil, no entanto, e o abuso lucrativo continuou sem controle até que despertou a indignação que encontrou um porta-voz em Lutero.”

69. “A venda de indulgências ilustra com eficácia o sacerdotalismo que caracterizou de forma marcante a religião medieval. O crente não lidava diretamente com o Criador – quase nem mesmo com a Virgem, ou com a multidão de santos intercessores. Os poderes sobrenaturais que sacerdote reivindicava o interpunham como mediador entre Deus e o homem; sua concessão ou retenção dos sacramentos decidia o destino de almas imortais; sua atuação na missa diminuía ou encurtava as dores do purgatório; sua decisão no confessionário determinava a

própria natureza do pecado. Os instrumentos que ele manejava – a eucaristia, as relíquias, a água benta, o crisma, o exorcismo, a oração – tornaram-se, de alguma forma, fetiches, que tinham poder próprio, independentemente da condição moral ou espiritual de quem os empregava, ou daquele para quem eram empregados; e, na visão popular, os ritos da religião quase sempre não passavam de fórmulas mágicas que, de alguma maneira misteriosa, operavam para o proveito, temporal e espiritual, daqueles para quem eram realizados.”

70. “A grande diligência com que esse fetichismo era inculcado na mente do povo por aqueles que lucravam com o controle dos fetiches é evidenciada por mil histórias e incidentes da época. Assim, um cronista do século 12 narra piedosamente que quando, em 887, as relíquias de São Martinho de Tours foram trazidas de Auxerre para sua terra natal, para onde haviam sido transportadas para escapar das incursões dinamarquesas, dois aleijados de Touraine, que tinham na mendicância um meio de vida fácil, ao ouvir sobre a aproximação dos ossos sagrados, trocaram ideia e decidiram fugir do território o mais rápido possível, para que o santo que retornava não os curasse, privando-os, assim, do argumento que lhes permitia usufruir das esmolas de caridade. Seus medos eram bem fundamentados, mas seus meios de locomoção eram insuficientes, pois as relíquias chegaram a Touraine antes que pudessem estar além dos limites da província e foram curados a despeito deles mesmos. A ânsia com que príncipes e repúblicas rivais disputavam entre si a posse desses fetiches operadores de maravilhas, e a maneira pela qual os objetos sagrados eram obtidos por força ou fraude, e defendidos pelos mesmos métodos, formam um curioso capítulo na história da credulidade humana e revelam como as pessoas mantinham a crença plena de que a virtude milagrosa residia na própria relíquia, totalmente independente dos crimes pelos quais ela tinha sido adquirida ou do estado de espírito do possuidor.”

71. “Assim, no caso acima, Ingelgário de Anjou foi obrigado a recuperar dos moradores de Auxerre os ossos de São Martinho à frente de um exército armado, já que meios mais pacíficos para recuperar as relíquias veneradas haviam falhado; e em 1177 vemos um certo Martinho, cônego da igreja bretã de Bomigny, roubando o corpo de São Petroc de sua própria igreja, para o benefício da abadia de St. Mevennes, que resistiu entregá-lo até a intervenção do rei Henrique II. Dois anos após a captura de Constantinopla, os líderes venezianos, em 1206, invadiram à força a igreja de Santa Sofia e levaram uma imagem da Virgem, que diziam ter sido pintada por São Lucas e na qual ela residia, segundo a superstição popular, e a mantiveram apesar da excomunhão e interdição lançada contra eles pelo patriarca e confirmada pelo legado papal.” “Exemplos como esses poderiam ser multiplicados quase indefinidamente, mas serviriam apenas para cansar o leitor. Os que apresentei provavelmente serão suficientes para ilustrar a degeneração do cristianismo sobreposto ao paganismo e exercido por um corpo sacerdotal com aspirações tão mundanas quanto as da Idade Média.”

72. “A imagem que tracei a respeito da igreja em suas relações com o povo talvez careça de certo abrandamento do seu lado sombrio. Nem todos os papas eram como Inocêncio IV e João XXII; nem todos os bispos eram cruéis e licenciosos; nem todos os padres tinham como única intenção empobrecer homens e desonrar mulheres. Em muitas sés e abadias, e em milhares de paróquias, sem dúvida havia prelados e pastores procurando com sinceridade fazer a obra de Deus e iluminar as almas em trevas de seus rebanhos com a luz do evangelho que a supersti-

ção da época permitia. No entanto, o mal era mais aparente que o bem; os humildes obreiros faleciam discretamente, enquanto o orgulho, a crueldade, a luxúria e a avareza eram escancarados e sua influência, abrangentes. A mesma percepção que apresentei da igreja era compartilhada por todos aqueles que, na época, tinham os mais claros e elevados ideais e aspirações; e o caráter repulsivo da igreja precisava ser compreendido por aqueles que quisessem entender os movimentos que agitavam a cristandade.”

73. “Não há testemunho mais excepcional contra a igreja do século 12 que São Bernardo, que nunca se cansa de denunciar o orgulho, a maldade, a ambição e a luxúria que reinavam em toda parte. Quando a fornicação, o adultério, o incesto perderam o interesse sobre os sentidos exaustos, buscaram-se novos atrativos nos poços mais profundas da degradação. Em vão as cidades da planície foram destruídas pelo fogo vingador do Céu; o inimigo espalhou seus refugos por toda parte, e a igreja ficou infectada com suas cinzas amaldiçoadas. A igreja ficou pobre, nua e miserável, negligenciada e morta. Seus filhos não procuram adorná-la, mas despojá-la; não a proteger, mas destruí-la; não defender, mas expor; não instituir, mas prostituir; não alimentar o rebanho, mas matá-lo e devorá-lo. Eles exigem o preço dos pecados e não pensam nos pecadores. ‘Quem você pode me mostrar entre os prelados que não deseja antes esvaziar os bolsos de seu rebanho do que subjugar seus vícios?’ O contemporâneo de São Bernardo, Potho de Pruhm, em 1152, expressa as mesmas queixas. A igreja está correndo para a ruína, e nenhuma mão é levantada para conter seu progresso descendente; não há um único sacerdote preparado para se levantar como mediador entre Deus e o homem e se aproximar do trono divino com um apelo à misericórdia.”

74. “Um dos principais objetivos em convocar o grande Concílio de Latrão, em 1215, foi a correção dos vícios predominantes do clero; e ele adotou numerosos cânones visando a supressão dos principais abusos, mas em vão. Esses abusos haviam fincado raízes muito profundas e, quatro anos depois, Honório III, em uma encíclica dirigida a todos os prelados da cristandade, diz que esperou para ver o resultado. Ele acaba constatando que os males da igreja mais aumentaram que diminuíram. Os ministros do altar, piores do que animais chafurdando em seus excrementos, se gloriam em seus pecados, como em Sodoma. Eles são uma armadilha e uma destruição para o povo. Muitos prelados consomem a propriedade confiada a seus cuidados e espalham os suprimentos do santuário pelos lugares públicos; eles promovem os indignos, desperdiçam as receitas da igreja com os iníquos e convertem as igrejas em assembleias daqueles que lhe são afins.”

75. “O efeito dessa zelosa exortação pode ser avaliado a partir da descrição que Roberto Grosseteste, bispo de Lincoln, fez da igreja na presença de Inocêncio IV e seus cardeais, em 1250. Os detalhes podem ser poupados, mas são resumidos em sua afirmação de que o clero era fonte de poluição para toda a terra; eles eram anticristos e demônios, disfarçados de anjos de luz, que transformavam a casa de oração em covil de ladrões. Quando o zeloso inquisidor de Passau, por volta de 1260, se propôs a explicar a obstinação da heresia que ele tentava em vão suprimir, fez isso elaborando uma lista dos crimes prevaletentes entre o clero – uma descrição terrível pela inteireza dos detalhes. Uma igreja como a que ele descreve era uma MALDIÇÃO CONSUMADA DO PONTO DE VISTA POLÍTICO, SOCIAL E MORAL.”

## CAPÍTULO 19

---

# “ESSA MULHER JEZABEL”

*Que a Si Mesma se Declara Profetisa – O Cristianismo na Idade Média – Os Valdenses – Os Paulicianos – Os Mártires Paulicianos – O Cristianismo Permeia a Europa – Arnaldo de Bréscia – Os Valdenses Traduzem o Novo Testamento – Missionários Valdenses e Paulicianos – Os Centros do Cristianismo – A Existência de Jezabel Ameaçada – Jezabel Convoca a Espada – a Ira de Jezabel contra aos Cristãos – Os Cristãos ainda se Multiplicam – Inocêncio III Reina – O Caráter Reconhecido dos Condenados – O Papado Leva ao Pecado – A Corrupção Reconhecida dos Católicos – Toda a Força da Igreja – Os Papistas Tentam Imitar os Cristãos – Excomunhão e Interdito – Raimundo É Tratado com Crueldade – As Nações Finalmente se Movem – A Terra Desolada – Hipocrisia Suprema – Uma Moderna Perversão da História.*

**N**o primeiro capítulo deste livro, foi chamada a atenção para as três primeiras das sete igrejas e os três primeiros dos sete selos. Apontou-se ali a apostasia do primeiro amor e o desenvolvimento do papado. Agora, para a igreja em sua quarta fase, o Cabeça da igreja escreve: “Tenho, porém, contra ti o tolerares que essa mulher, Jezabel, que a si mesma se declara profetisa, não somente ensine, mas ainda seduza os Meus servos a praticarem a prostituição e a comerem coisas sacrificadas aos ídolos” (Apocalipse 2:20).

2. A Jezabel original foi a mulher pagã da Fenícia, filha de Etbaal, rei de Tiro, que se casou com Acabe, rei de Israel, e trouxe consigo para Israel seu culto idólatra – que nada mais era do que o culto ao Sol, sob as formas de Baal e Astarote ou Astarte. Trouxe consigo também 450 sacerdotes de Baal e 400 de Astarote, 850 no total, “que comiam da mesa de Jezabel” (1 Reis 18:19). Essa Jezabel original fez com que o rei Acabe fosse pior do que teria sido, como está escrito: “Ninguém houve, pois, como Acabe, que se vendeu para fazer o que era mau perante o Senhor, porque Jezabel, sua mulher, o instigava” (1 Reis 21:25). E quando a maldade que *ela* estava disposta a praticar era maior do que Acabe podia suportar, ela mesma a cometia em nome dele e se divertia com isso, legitimando suas monstrosidades por meio de documentos escritos em nome do rei e selados com o selo dele (cf. 1 Reis 21:7-11).

3. Além disso, Jezabel se propôs com determinação a estabelecer sua adoração idólatra como a única adoração do reino. Ela, portanto, exerceu todo o poder do reino para obliterar a adoração ao Senhor e substituí-la por seu culto pagão. Com a ajuda zelosa de seus 850 sacerdotes celibatários, ela procurou e eliminou todos os adoradores do Senhor que podiam ser encontrados. Esse trabalho foi feito de forma tão completa que, em todo o Israel, havia apenas 7 mil que não haviam dobrado os joelhos a Baal; e estes estavam tão dispersos, em cavernas e lugares solitários, que não sabiam da existência uns dos outros. Até Elias, o profeta do Senhor, supunha que somente ele havia restado dentre os adoradores de Jeová; e mesmo ele foi perseguido com tanta persistência que, quando não conseguiram encontrá-lo dentro dos limites de Israel, mensageiros foram envia-

dos a todos os reinos e entre todas as nações ao redor para procurá-lo; e quando não foi encontrado, cada nação e reino foi obrigado a prestar juramento de que ele não estava lá (cf. 1 Reis 18:3-10).

4. E agora essa Jezabel é mencionada pelo Senhor como ilustração do poder corrupto, enganador e destruidor que operou contra Sua igreja em sua quarta fase. Já ressaltamos e esclarecemos que foi no período da *terceira* fase da verdadeira igreja que o papado se formou.<sup>1</sup> Portanto, é certo que esse aviso à verdadeira igreja, na *quarta* fase de sua experiência, contra as seduções “[d]essa mulher Jezabel”, faz referência direta à atuação do papado no período seguinte à formação e estabelecimento do papado. E a precisão com que a expressão “essa mulher Jezabel” se aplica ao papado pode ser vista com clareza se apenas olharmos de relance a história que até agora foi traçada.

5. Duas coisas são destacadas de modo especial por Cristo em Sua carta à Sua igreja, contra as quais Ele adverte para que ninguém se deixe seduzir por essa Jezabel: a fornicação e a adoração aos ídolos. E nós já vimos como a contínua guerra do papado contra o casamento – diretamente, o casamento do clero; e assim indiretamente o casamento de todos – encheu a Europa de fornicação. Também vimos como, numa guerra de mais de cem anos, o papado estabeleceu o uso de imagens e, portanto, da idolatria, como parte essencial do culto cristão.

6. Outra especificação relativa a “essa mulher Jezabel” é que ela “a si mesma se declara profetisa”. Um profeta ou profetisa é um porta-voz de Deus, que fala por Deus como se fosse a boca de Deus, alguém comissionado especialmente para falar as palavras de Deus (cf. Êxodo 4:15, 16; 7:1; Deuteronômio 18:18). Esta é precisamente a reivindicação do papado: que somente ele é o intérprete das Escrituras, o canal infalível da vontade divina aos homens.

7. Outra informação sobre Jezabel refere-se aos “que com ela adulteram” (Apocalipse 2:22). Tudo isso é falado *para* a igreja, *a respeito* de uma igreja. Sobre essa igreja, descrita na palavra “Jezabel”, está escrito em outros lugares que se trata de uma mulher “com quem se prostituíram os reis da terra” (cf. Apocalipse 17:1, 2; 18:3-9). Essa característica se patenteou tanto na essência quanto na prática dessa igreja. A palavra “Jezabel” significa “não coabitada”. Qualquer pessoa familiarizada com o sistema religioso do qual Jezabel de Tiro era representante sabe o quanto seu *caráter* era incongruente com seu *nome*. E, no entanto, todas as evidências sobre o assunto demonstram de forma incontestável que essa incongruência se encaixa perfeitamente no papado. Ele afirma ser “a esposa” de Cristo, o Senhor; no entanto, toda a sua história mostra que ele viveu em conexão ilícita com todos os outros senhores a quem conseguia seduzir ou coagir a ficar preso em suas redes.

8. Essa característica da Jezabel original, manifestada no modo como dominava o rei e o incitava a cometer maldades piores do que as que os reis costumavam praticar, e numa intensidade maior do que ele teria de outro modo feito, é vista em todo o curso do papado depois que se estabeleceu como potência mundial – um traço que as Escrituras lhe atribuem de modo particular quando o descrevem como “a mulher [...] que domina sobre os reis da terra” (Apocalipse 17:18). E a voz unânime da história, por mil anos, testemunha a verdade dessa palavra. A característica da Jezabel da antiguidade, manifestada em sua atitude de ela mesma praticar, em nome do rei, e sob seu selo, barbaridades que fizeram o próprio rei recuar, aparecerá igualmente na história que

<sup>1</sup> Cap. 1, par. 17, 18.

agora será traçada; e não somente essa, mas também a outra característica suprema de Jezabel, a de incansável perseguidora dos adoradores do Deus verdadeiro.

9. É algo perfeitamente evidente que, em essência, a Europa na Idade Média nada mais era do que o papado na Idade Média. É igualmente claro que seria difícil conceber uma condição pior da sociedade humana do que esse papado na Idade Média. Todos sabem que papado afirma ter sido, na Idade Média, não apenas o cristianismo, mas o único cristianismo. Ninguém pode esconder o fato de que a condição da sociedade humana sob o domínio exclusivo do papado – e mais do que qualquer outra coisa, como o produto do papado – era tão ruim quanto poderia ser e ainda sobreviver. Por causa disso, muitas pessoas repudiam com razão o papado. Ao aceitarem a afirmação de que o papado representava, na época, o cristianismo, quando rejeitam o papado, pensam que estão rejeitando o cristianismo. Outros, aceitando a alegação de que o papado era o cristianismo, e desejando se apegar firmemente ao cristianismo, ficam extremamente confusos quanto aos fundamentos do próprio cristianismo, tendo em vista o caráter incontestável do papado na Idade Média. A dificuldade em ambos os casos está na aceitação da premissa de que o papado era o cristianismo. Este é um erro absoluto. O papado não era o cristianismo na Idade Média nem em nenhum outro momento. O papado e o cristianismo são sistemas antagônicos. A grande distância que existe entre o papado e o cristianismo fica nítida pelas palavras de Cristo em Sua terceira carta à Sua própria igreja. Ali o Salvador designa como Seus fiéis mártires aqueles que acreditavam Nele que eram contra o papado – “Anti-pas [contra o papa], minha testemunha [mártir], meu fiel” (Apocalipse 2:13).<sup>2</sup> O papado na Idade Média nada mais era do que “essa mulher Jezabel”.

10. Onde, então, estava o cristianismo na Idade Média? Estavam exatamente onde os adoradores do Deus verdadeiro estavam nos dias da Jezabel original – em covas e cavernas, nos lugares solitários e obscuros da terra, banidos e perseguidos. Vimos que os passos sucessivos no curso da apostasia, conforme descritos nos sete selos, coincidem com as fases sucessivas da experiência da verdadeira igreja, como delineadas nas sete igrejas. A carta de Cristo à Sua igreja na quarta fase adverte-a contra as seduções “[d]essa mulher Jezabel”; e nessa fase da apostasia mencionada no quarto selo, são descritas as notórias operações “[d]essa mulher Jezabel”. Assim lemos: “Quando o Cordeiro abriu o quarto selo, ouvi a voz do quarto ser vivente dizendo: Vem! E olhei, e eis um cavalo amarelo e o seu cavaleiro, sendo este chamado Morte; e o Inferno o estava seguindo, e foi-lhes dada autoridade sobre a quarta parte da terra para matar à espada, pela fome, com a mortandade e por meio das feras da terra” (Apocalipse 6:7, 8). Os que foram mortos foram os próprios santos de Deus, e isso fica claro no próximo versículo, que diz que eles foram “mortos por causa da palavra de Deus e por causa do testemunho que sustentavam”.

11. Vimos como o papado tratou os muçulmanos e os judeus; vimos como ele tratou as pessoas da Igreja Grega; como tratou seu próprio povo – imperadores, reis, nobres, todos aqueles a quem ele reconhecia como lhe pertencendo por completo. Agora veremos como ele tratou aqueles que constituíam o povo de Deus. Já nos tempos de Constantino e Teodósio, tivemos vislumbres da disposição do papado em relação aos dissidentes;<sup>3</sup> pois “é impossível não atribuir à influência eclesiástica os sucessivos decretos pelos quais, desde a época de Teodósio, o Grande, a persistência

<sup>2</sup> Cf. cap. 1, par. 17.

<sup>3</sup> *Great Empires of Prophecy*, cap. 33, par. 4; cap. 35, par. 51-55.

na heresia foi punida com a morte” (*Lea*).<sup>4</sup> Vimos como o papa Pelágio I procurou persuadir Narses a obrigar a conformidade com a vontade do papa pela garantia de que “o único perseguidor é aquele que força a fazer o que é mal; mas impedir os homens de praticarem o mal, ou puni-los porque assim procedem, não é perseguição ou crueldade, mas amor à humanidade”.<sup>5</sup> E se esta era a disposição e vontade do papado enquanto o *poder imperial era supremo*, o que não se poderia esperar dele quando seu próprio poder se tornasse supremo!

12. Desde o momento em que se formou a união da igreja e do Estado, desde os dias de Constantino e Silvestre, quando se instituiu o papado, e mesmo antes, na época em que se configuraram os eventos que o originaram, houve fiéis cristãos que protestaram contra ele. Os principais dentre eles no Ocidente, onde se formou o papado, foram os *valdenses dos Alpes*, que viviam nos vales do Piemonte, no norte da Itália, a oeste de Turim e não muito longe dessa cidade. Na época da união da igreja com o Estado, a diocese de Milão, “que incluía a planície da Lombardia, os Alpes do Piemonte e as províncias do sul da França”, não estava sujeita à Sé de Roma. Já em 555, o papa Pelágio disse: “Os bispos de Milão não vêm a Roma para ordenação”. Os clérigos dessa região eram os dissidentes que esse mesmo papa Pelágio instou Narses a obrigar à conformidade com Roma.

13. No início do 9º século, Turim era o centro de uma diocese. No ano 820, o imperador Luís nomeou Clemens Cláudio para a sé de Turim. “Esse homem viu com consternação as aproximações furtivas de um poder que arrancava os olhos dos homens, curvava o pescoço deles para carregarem o seu jugo e os fazia dobrar os joelhos aos ídolos. Ele empunhou a espada do Espírito, que é a Palavra de Deus, e a batalha que ele empreendeu com tanta coragem adiou, embora não pudesse impedir, a queda da independência de sua igreja, e por mais dois séculos a luz continuou a brilhar aos pés dos Alpes. Cláudio era estudante sincero e incansável das Sagradas Escrituras. Esse livro o levou de volta à primeira era da igreja e o colocou aos pés dos apóstolos, aos pés de Alguém maior que os apóstolos; e enquanto a escuridão descia sobre a Terra, em torno de Cláudio ainda brilhava o dia.”

14. “A verdade, tirada de suas fontes primitivas, ele a proclamou por toda a sua diocese, que incluía os vales dos valdenses. Onde sua voz não podia alcançar, trabalhou para transmitir instruções com a pena. Escreveu comentários sobre os evangelhos; publicou exposições de quase todas as epístolas de Paulo e vários livros do Antigo Testamento; e, assim, forneceu a seus contemporâneos os meios de julgar até que ponto lhes cumpria submeter-se a uma jurisdição claramente usurpada como a de Roma, ou adotar princípios tão inegavelmente inusitados quanto os que ela agora impunha ao mundo. A síntese do que Cláudio sustentava era que existe apenas um Soberano na igreja, e Ele não está na Terra; que Pedro não tinha superioridade sobre os outros apóstolos, exceto no fato de ele ter sido o primeiro a pregar o evangelho a judeus e gentios; que o mérito humano é inútil para a salvação, e que somente a fé nos salva. Nesse ponto cardeal, ele insiste com tanta clareza e amplitude que nos fazem lembrar de Lutero. A autoridade da tradição, ele a repudia, a oração pelos mortos, ele a condena, como também a noção de que a igreja não pode errar. No que diz respeito às relíquias, em vez de santidade, ele encontrava nelas nada além de podridão e aconselhava que fossem devolvidas sem tardar à sepultura, da qual nunca deveriam ter sido tiradas.”

<sup>4</sup> *History of the Inquisition*, vol. 1, p. 215.

<sup>5</sup> Cap. 13, par. 15.



15. “A adoração de imagens estava dando passos rápidos. O bispo de Roma era o maior defensor dessa inovação sinistra; foi nesse ponto que Cláudio travou sua grande batalha. Ele resistiu com toda a lógica de sua pena e toda a força de sua eloquência; condenou a prática como idólatra e expurgou as igrejas em sua diocese que começaram a admitir representações de santos e pessoas divinas dentro do interior delas, nem mesmo poupando a própria cruz” (*Wylie*).<sup>6</sup> Em uma carta a Teodomiro, o bispo Cláudio escreveu: “Nomeado bispo por Luís, vim para Turim. Encontrei todas as igrejas cheias da sujeira das abominações e imagens. [...] Se os cristãos veneram as imagens dos santos, eles não abandonaram os ídolos, mas apenas mudaram seus nomes.”<sup>7</sup>

16. Esses fatos mostram que havia naquela época uma separação concreta entre o papado e dois grandes bispados do norte da Itália. Em adição a isso, é importante o fato de que, enquanto duraram os reis lombardos, eles sempre excluíram o clero de seus concílios de Estado.<sup>8</sup> Essa exclusão do papado, e dos princípios papais, no norte da Itália concedeu, por 700 anos, amplas oportunidades para o desenvolvimento do verdadeiro culto cristão naquela região e permitiu que ele fincasse raízes tão firmes que foram capazes de suportar toda a violência das tempestades papais das eras posteriores. Pois só foi em 1059 que as dioceses de Milão e Turim se uniram com Roma. Então os valdenses “se retiraram para o interior das montanhas; e desdenhando tanto o jugo tirânico como os princípios corruptos da Igreja das Sete Colinas, preservaram, em sua pureza e simplicidade, a fé que seus pais lhes haviam transmitido. Os fatos mostram claramente que Roma era a cismática; ela, sim, havia abandonado o que outrora era a fé comum da cristandade, deixando, com esse passo, a todos os que permaneceram no antigo fundamento o título indiscutivelmente válido de verdadeira igreja. Por trás dessa muralha de montanhas, que a Providência, prevendo a aproximação dos dias ruins, quase parecia ter criado de propósito, o remanescente da igreja apostólica primitiva da Itália acendeu sua lâmpada, e ali a lâmpada continuou acesa durante a longa noite que desceu sobre a cristandade.”

17. “Existe uma confluência singular de evidências em favor da remota antiguidade dos valdenses. Suas tradições invariavelmente apontam para uma linhagem ininterrupta desde os primeiros tempos, no que diz respeito à sua crença religiosa. *A Nobla Leycon* [Lição Nobre], que data do ano 1100, prova que os valdenses do Piemonte não surgiram de Pedro Valdo, de Lyon, que só apareceu na segunda metade desse século (1160). *A Nobla Leycon*, embora seja poema, é na realidade uma confissão de fé, e só poderia ter sido composta após um estudo considerável do sistema do cristianismo, em contraste com os erros de Roma. Como uma igreja poderia ter surgido com esse documento nas mãos? Ou como esses pastores e viticultores, encerrados nas montanhas, poderiam ter detectado os erros contra os quais davam testemunho e ter encontrado o caminho para as verdades de que fizeram declarada profissão, em tempos de escuridão como esse? Se admitirmos que suas crenças religiosas representavam a herança de épocas anteriores, oriundas de uma ancestralidade evangélica, tudo fica claro; mas se mantivermos que elas foram descobertas pelos homens daquela época, temos que afirmar que estamos quase diante de um milagre. Seus maiores inimigos, Claude de Seyssel, de Turim (1517), e Reynerius, o Inquisidor

<sup>6</sup> *History of Protestantism*, livro 1, cap. 5, par. 8, 9, 11.

<sup>7</sup> *Ibid.*, nota.

<sup>8</sup> Cap. 13 deste livro, par. 35.

(1250), admitiram sua antiguidade e os estigmatizaram como ‘os mais perigosos de todos os hereges, *por serem os mais antigos*’ (Wylie).<sup>9</sup>

18. “Podemos aceitar, pois não podemos refutar, a narrativa de sua história antiga, dada pelos próprios valdenses. Os escritores valdenses concordam em colocar sua própria origem em um período anterior a Constantino. As Escrituras se tornaram seu único guia; a mesma crença, os mesmos sacramentos que eles mantêm hoje, eles os defendiam na época de Constantino e Silvestre. Eles relatam que, quando a Igreja Romana cresceu em poder e orgulho, seus ancestrais repeliram suas pretensões e se recusaram a se submeter à sua autoridade; que quando, no 9º século, o uso de imagens foi imposto por papas supersticiosos, eles, pelo menos, nunca consentiram em se tornar idólatras; que eles nunca adoraram a Virgem, nem se curvaram diante de uma missa idólatra. Quando, no século 11, Roma afirmou sua supremacia sobre reis e príncipes, os valdenses se tornaram seus mais acerbos inimigos. Os três vales representavam a escola teológica da Europa. Os missionários valdenses viajaram para a Hungria e Boêmia, França, Inglaterra e até a Escócia, e despertaram o povo para uma compreensão da terrível corrupção da igreja. Eles apontavam Roma como o anticristo, o centro de toda abominação. Ensinavam, em lugar das inovações romanas, a pura fé da era apostólica” (Lawrence).<sup>10</sup>

19. No *Império Oriental*, havia um povo cristão chamado paulicianos, que ocupava uma posição ali que corresponde exatamente à dos valdenses no Ocidente. “Alguma obscuridade repousa sobre a origem deles, e um mistério adicional foi lançado de propósito sobre ela, mas um exame justo e imparcial do assunto não deixa dúvidas de que os paulicianos representam o remanescente que escapou da apostasia da Igreja Oriental, assim como os valdenses são os remanescentes salvos da apostasia da Igreja Ocidental. Dúvidas também foram lançadas sobre suas opiniões religiosas; foram retratados como confederação de maniqueístas, assim como os valdenses foram rotulados como sinagoga de heréticos; mas tanto no primeiro caso quanto no segundo, um exame do assunto nos deixa convencidos de que essas imputações não eram bem fundamentadas, que os paulicianos repudiavam os erros que lhes eram atribuídos e que, como corpo, suas opiniões estavam, nos pontos essenciais, de acordo com as Escrituras Sagradas. Quase toda a informação que temos deles é a que Pedro Sículo, o mais ferrenho inimigo deles, comunicou. Ele os visitou quando estavam na condição mais próspera, e o relato que ele deu de suas doutrinas distintas prova de modo satisfatório que os paulicianos haviam rejeitado os principais erros das igrejas grega e romana; mas não consegue mostrar evidências de que haviam adotado as doutrinas de Manes, ou que poderiam com justiça ser denominados de maniqueístas” (Wylie).<sup>11</sup>

20. Eles eram chamados paulicianos porque, para os observadores, pareciam usar de forma predominante as epístolas de Paulo. Para qualquer um que entenda as epístolas de Paulo, isso é evidência suficiente de que eram cristãos verdadeiros. Eles não se mostravam resistentes em aceitar o nome dado a eles e em reconhecer o nome paulicianos como designação apropriada. Pelas declarações de seus inimigos, parece certo que tinham compreensão completa e verdadeira do caráter e obra de Satanás, de seu relacionamento com este mundo e de sua oposição a Deus, como descritos do começo ao fim nas Escrituras. Contudo, para a mente e concepções pagãs dos papistas, parecia

<sup>9</sup> *History of Protestantism*, livro 1, cap. 6, par. 2, 3.

<sup>10</sup> *Historical Studies*, p. 200, 201.

<sup>11</sup> *History of Protestantism*, livro 1, cap. 8, par. 2.

que os paulicianos mantinham a doutrina de dois princípios propagados por Zoroastro e Manes. Assim, seus perseguidores sempre os acusaram de maniqueístas; e a acusação de maniqueísmo saía dos lábios dos papistas da época com a mesma rapidez com que o termo samaritano saía dos lábios dos que perseguiram Jesus (cf. João 8:48). Mas “os paulicianos condenavam sinceramente a memória e as opiniões da seita maniqueísta e queixavam-se da injustiça que aplicava esse nome odioso aos simples admiradores de São Paulo e de Cristo” (*Gibbon*).<sup>12</sup>

21. Um impulso poderoso à fé dos paulicianos foi dado em 653, por meio da conversão de um armênio chamado Constantino, que morava perto de Samósata. Um diácono pauliciano que havia deixado a prisão e retornava para casa foi recebido durante a noite por Constantino. De manhã, antes de partir, o pauliciano apresentou a Constantino uma cópia do Novo Testamento. “Constantino estudou o volume sagrado. Nova luz surgiu em sua mente. Os erros da Igreja Grega foram revelados com clareza, e ele no mesmo instante resolveu se separar de uma comunhão tão corrupta. Atraiu outros para o estudo das Escrituras, e a mesma luz que irradiara em sua mente brilhou na deles. Ao compartilhar seus pontos de vista informou-lhes de sua separação da igreja estabelecida do império. [...] Esses discípulos se multiplicaram. Um solo propício favoreceu o crescimento deles, pois nessas mesmas montanhas, onde estão localizadas as fontes do Eufrates, o remanescente nestoriano havia encontrado um refúgio.”

22. “A atenção do governo em Constantinopla por fim se dirigiu para eles; seguiu-se a perseguição. Constantino, cujo zelo, constância e piedade haviam sido amplamente testados pelos trabalhos de 27 anos, foi apedrejado até a morte. De suas cinzas, surgiu um líder ainda mais poderoso. Simeão, oficial do palácio, que fora enviado com um corpo de tropas para supervisionar a execução de Constantino, converteu-se por seu martírio e, como outro Paulo, após o apedrejamento de Estêvão, começou a pregar a fé pauliciana que outrora havia perseguido. Simeão terminou sua carreira, como Constantino, selando seu testemunho com sangue, e sua estaca foi plantada ao lado do monte de pedras empilhadas sobre as cinzas de Constantino.

23. “Mesmo assim os paulicianos se multiplicaram; outros líderes surgiram para ocupar o lugar dos que haviam caído, e nem os anátemas da hierarquia nem a espada do Estado puderam deter seu crescimento. Durante todo o 8º século continuaram a florescer. O culto às imagens era agora a superstição da moda na Igreja Oriental, e os paulicianos se tornaram ainda mais desprezíveis para as autoridades gregas, leigos e clérigos, pela árdua oposição contra aquela idolatria da qual os gregos eram os grandes advogados e patronos. Foi nessa época, no final do 8º século, que o mais notável, talvez, de todos os seus líderes, Sérgio, surgiu como líder deles, um homem de espírito verdadeiramente missionário e de coragem indomável. [...] Durante 34 anos, e no decorrer de inúmeras viagens, pregou o evangelho de leste a oeste e converteu grande número de compatriotas. O resultado foi uma perseguição muito terrível, que continuou por reinados sucessivos. Dentre os mais notáveis nessa obra, encontramos o imperador Leão, o patriarca Nicéforo e, destacando-se de modo especial, a imperatriz Teodora” (*Wylie*).<sup>13</sup>

24. “O fraco Miguel I, o rígido Leão, o armênio, foram os principais na corrida da perseguição; mas o prêmio deve, sem dúvida, ser atribuído à devoção sanguínea de Teodora, que

<sup>12</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 54, par. 2.

<sup>13</sup> *History of Protestantism*, livro 1, cap. 8, par. 4-6.

restaurou as imagens na Igreja Oriental. Seus inquisidores vasculharam as cidades e montanhas da Ásia Menor, e os bajuladores da imperatriz afirmaram que, num breve reinado, 100 mil paulicianos foram extirpados pela espada, força ou pelas chamas” (*Gibbon*).<sup>14</sup> A perseguição continuou. Algum alívio foi encontrado por meio de imperadores amistosos, que, nos séculos 9 e 10, removeram muitos paulicianos para a Europa e os estabeleceram em colônias na Trácia. “A sombra da calamidade sarracena já estava se formando sobre o Império Oriental, e Deus retirou Suas testemunhas a tempo da cena destinada ao julgamento.”

25. “A chegada dos paulicianos na Europa foi encarada com favor e não com desaprovação. Roma estava se tornando, por sua tirania, o terror, e por sua devassidão, o escândalo do Ocidente; e as pessoas estavam dispostas a acolher o que promettesse lançar um peso adicional na balança da oposição. Os paulicianos logo se espalharam pela Europa, e, embora nenhuma crônica registre sua dispersão, o fato é atestado pelos repentinos e simultâneos surtos de suas opiniões em muitos países ocidentais. Eles se misturaram com o exército dos cruzados que retornavam da Terra Santa através da Hungria e da Alemanha; juntaram-se às caravanas de comerciantes que entravam no porto de Veneza e nos portões da Lombardia; ou seguiram o pendão bizantino até o sul da Itália, e por essas várias rotas se estabeleceram no Ocidente. Uniram-se aos grupos de opositoristas que já existiam, e a partir de então testemunhou-se nova vida a animar os esforços dos valdenses do Piemonte, dos albigenses do sul da França e de outros que, em outras partes da Europa, revoltados com as crescentes superstições, começaram a retomar seus passos em direção às fontes primitivas da verdade” (*Wylie*).<sup>15</sup>

26. “Na paz e na guerra, conversavam livremente com estrangeiros e nativos, e suas opiniões eram propagadas em silêncio em Roma, Milão e nos reinos além dos Alpes. Logo se descobriu que milhares de católicos de todas as categorias e de ambos os sexos haviam abraçado a heresia maniqueísta, e as chamas que consumiram 12 cônegos de Orleans foram o primeiro ato e sinal de perseguição. Os búlgaros [outro nome para os paulicianos], um nome tão inocente em sua origem, tão odioso em sua aplicação, espalharam seus ramos pela face da Europa. [...] Mesmo seus inimigos eram forçados a reconhecer o culto simples e os modos irrepreensíveis deles; e tão alto era o seu padrão de perfeição, que as crescentes congregações eram divididas em duas classes de discípulos, os que praticavam e os que aspiravam fazê-lo. Foi na região dos albigenses, nas províncias do sul da França, que os paulicianos se estabeleceram com maior intensidade; e as mesmas vicissitudes de martírio e vingança que haviam sido exibidas nas proximidades do Eufrates foram repetidas no século 13 às margens do Ródano. As leis dos imperadores orientais foram revividas por Frederico II. Os insurgentes de Tefrique foram representados pelos barões e cidades de Languedoque. O papa Inocência III superou a fama sanguinária de Teodora. Somente na crueldade que os *soldados dela* puderam igualar os heróis das cruzadas; e a crueldade de *seus sacerdotes foi em muito superada* pelos fundadores da Inquisição; um ofício mais propício a confirmar do que refutar a crença em um princípio maligno” (*Gibbon*).<sup>16</sup>

<sup>14</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 54, par. 4, vol. 3 a 323.

<sup>15</sup> *Ibid.*, par. 7, 8.

<sup>16</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 54, par. 7.

27. Em meados do século 11, Berengário de Tours provocou a ira do papado ao pregar o evangelho, expondo de modo especial o absurdo da transubstanciação. Em 1087, foi escrito contra ele “que Berengário de Tours, caído em heresia, já havia quase corrompido todos os franceses, italianos e ingleses”. Foi acusado pelo arcebispo da Cantuária não apenas por se opor à transubstanciação, mas por ser “culpado de todas as heresias dos valdenses; e por defender, à semelhança deles, que a igreja continuava apenas com eles, e que Roma era ‘a congregação dos ímpios e o trono de Satanás’”. Berengário publicou um comentário sobre o livro de Apocalipse, fato que explica com facilidade a razão por que seus perseguidores o acusavam de dizer que Roma era “a congregação dos ímpios e o trono de Satanás” (cf. Apocalipse 2:13). Ele morreu em 1088.

28. Por volta do final desse século, Pedro de Bruys também pregou o evangelho nas províncias de Delfinado, Provença e Languedoque. Muitos foram assim trazidos à luz da salvação pelo conhecimento da verdade de Cristo; e por causa do nome Pedro de Bruys, foram chamados de petrobrussianos. Pelas acusações de seus inimigos, verifica-se que sustentavam “que o batismo nada vale sem a fé; que Cristo está apenas espiritualmente presente no sacramento; que orações e esmolas não beneficiam pessoas mortas; que o purgatório é mera invenção; e que a igreja não é composta de pedras cimentadas, mas de crentes”.<sup>17</sup> Pedro de Bruys foi morto na fogueira em 1126, após 20 anos de pregação fiel do evangelho.

29. Pedro foi seguido, no entanto, na boa obra, por um italiano de nome Henrique. Ele era um monge que se tornara cristão. De seu nome, seus conversos eram chamados henriquianos. Seus perseguidores declaravam que “seus sermões eram poderosos, mas perniciosos, como se toda uma legião de demônios estivesse falando através da boca deles”. São Bernardo escreveu a respeito deles para o conde de Toulouse: “Quantas desordens ouvimos todos os dias que Henrique comete na igreja de Deus! Esse lobo devorador está dentro de seus domínios, vestido com pele de ovelha, mas nós o conhecemos por suas obras. As igrejas são como sinagogas, o santuário despojado de sua santidade, os sacramentos vistos como instituições profanas, os dias de festa perderam a solenidade, os homens crescem em pecado, e todos os dias almas são levadas para o terrível tribunal de Cristo sem primeiro receber a reconciliação e o fortalecimento da santa comunhão. Quando cristãos recusam o batismo, a vida de Jesus Cristo lhes é negada.”<sup>18</sup> Em 1148, Henrique foi capturado e julgado perante o papa Eugênio III, em um concílio em Reims, onde foi condenado e encarcerado, e nada mais se ouviu a respeito dele.

30. Logo após Henrique, veio Arnaldo de Bréscia. Era também um monge que se tornara cristão. “Profundamente convencido de que os males da cristandade eram fruto da mundanidade do corpo eclesiástico, ensinou que a igreja não deveria possuir posses temporais nem jurisdição e deveria se restringir com rigidez à sua função espiritual. Homem de virtude austera e imponente, irreprensível em sua vida abnegada, treinado em todo a erudição das escolas e dotado de rara eloquência persuasiva, Arnaldo se tornou o terror da hierarquia” (*Lea*).<sup>19</sup> Visto que o papado, como era na época, consistia na união da igreja e do Estado, é fácil entender como tal ensino seria o terror da hierarquia, pois onde quer que prevalecesse, significaria nada mais do que a aniquilação do papado.

<sup>17</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 1, cap. 11, par. 6.

<sup>18</sup> *Ibid.*

<sup>19</sup> *History of Inquisition*, p. 73.

31. No entanto, não era apenas, nem especialmente, a separação entre igreja e Estado que Arnaldo pregava. Pregava o evangelho, a verdade como é em Jesus, que em si mesma significava e sempre significa a separação entre igreja e Estado para todos os que o aceitam. Assim, a doutrina da separação entre igreja e Estado nada mais é do que o corolário da verdade fundamental que Cristo pregou, a saber, que “a igreja de Cristo não é deste mundo”. Portanto, disse ele, “os ministros da igreja não devem ocupar cargos temporais nem realizar serviços temporais. Tais atividades devem estar a cargo de homens cujo dever é cuidar desses assuntos, ou seja, reis e estadistas. Os ministros de Cristo também não precisam, para o desempenho de suas funções espirituais, das enormes receitas que fluem sem cessar para seus cofres. Toda essa riqueza, essas terras, esses palácios e tesouros devem ser entregues aos governantes do Estado; e que os ministros da religião daqui em diante sejam mantidos pela provisão generosa e competente dos dízimos e ofertas voluntárias de seus rebanhos. Libertos de ocupações que consomem tempo, degradam seus cargos e corrompem o coração, o clero conduzirá seus rebanhos aos pastos do evangelho, e o conhecimento e a piedade revisitarão novamente a terra”.<sup>20</sup>

32. O bispo de Bréscia reclamou de Arnaldo ao papa Inocêncio II. O papa convocou um concílio e convocou Arnaldo para comparecer ali. Arnaldo foi. O papa e seu concílio condenaram a pregação de Arnaldo e passaram a sentença de silêncio. Arnaldo não guardou silêncio; e em 1140, um concílio realizado em Sens o sentenciou à prisão e decretou que seus escritos fossem queimados. Essa sentença teve a aprovação de Inocêncio II. Porém, antes que o decreto do concílio e do papa fosse executado, Arnaldo deixou a Itália, atravessou os Alpes e parou em Zurique, onde pregou e plantou sementes da verdade do evangelho entre “um povo corajoso e simples que bebeu seus ensinamentos e por muito tempo manteve a influência deles; e sua habilidade, ou mérito, conquistou o bispo de Constança, e até o legado do papa, os quais esqueceram, para benefício dele, os interesses do mestre deles e da ordem a que pertenciam” (*Gibbon*).<sup>21</sup>

33. Quando Inocêncio II morreu, Arnaldo adotou “a medida desesperada de erguer seu pendão na própria Roma, diante do sucessor de São Pedro. No entanto, a coragem de Arnaldo não estava desprovida de discrição: ele estava protegido e talvez houvesse sido convidado pelos nobres e pelo povo; e a serviço da liberdade, sua eloquência trovejava sobre as Sete Colinas. Misturando no mesmo discurso os textos de Tito Lívio e São Paulo; unindo os motivos do entusiasmo evangélico e clássico, advertiu os romanos de como a paciência deles e os vícios do clero haviam se degenerado de forma notável desde os tempos primitivos da igreja e da cidade”.<sup>22</sup> Além da iluminação espiritual e da conversão no coração e na vida de muitas pessoas, um resultado extraordinário da pregação de Arnaldo em Roma foi a revolta de todo o povo, que estabeleceu a nova república em Roma e expulsou os papas da cidade, como já relatado. Quando Adriano IV conseguiu recuperar Roma para o papado, o banimento de Arnaldo foi a condição para libertar a cidade da condenação geral. E quando Frederico Barbarossa foi à Itália para ser coroado imperador por Adriano IV, uma das condições estabelecidas pelo papa para que Frederico recebesse a coroa imperial foi a captura e entrega de Arnaldo. Portanto, Arnaldo foi preso e transportado para

<sup>20</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 1, cap. 11, par. 11.

<sup>21</sup> *Decline and Fall of the Roman Empire*, cap. 69, par. 6.

<sup>22</sup> *Ibid.*

a cidade de Roma, onde foi morto. “Quanto a esse desfecho cruel, a igreja procurou se esquivar da responsabilidade, mas parece não ter havido dúvida razoável de que ele foi oficialmente condenado como herege por um tribunal espiritual, pois pertencia a ordens sagradas e só poderia ser julgado pela igreja, que o entregou em seguida ao braço secular para punição. Foi-lhe oferecido perdão se ele se retratasse de suas doutrinas errôneas; mas recusou com persistência e passou seus últimos momentos em oração silenciosa. Se ele foi ou não enforcado por um ato de misericórdia antes de ser reduzido a cinzas, talvez seja duvidoso; mas essas cinzas foram lançadas no Tibre para impedir o povo de Roma de preservá-las como relíquias e honrá-lo como mártir” (*Lea*).<sup>23</sup>

34. Os ensinamentos de Arnaldo deixaram profunda impressão na mente da população, e seus seguidores acalentaram em segredo sua memória e seus princípios por séculos. Não foi sem pleno conhecimento das circunstâncias que a cúria romana espalhou suas cinzas no Tibre, pois temia o efeito da veneração que o povo sentia por seu mártir. Formaram-se associações secretas de arnaldistas, que se autodenominavam ‘Homens Pobres’ e adotaram o princípio de que os sacramentos só podiam ser administrados por homens virtuosos” (*Lea*).<sup>24</sup>

35. A fé dos valdenses recebeu grande impulso a partir de 1160, pela conversão de Pedro Valdo, rico mercador de Lyon, que, com sua riqueza, dedicada totalmente à causa, conseguiu realizar a publicação do Novo Testamento completo para a “*Língua Romana*”, o idioma comum do sul da Europa do século 8 ao século 14. Era a linguagem dos trovadores e dos homens de letras da Idade Média. Foi para essa língua – conhecida como *Romand* – que o Novo Testamento, pela primeira vez, foi traduzido em sua totalidade já no século 12. Todos os livros do Novo Testamento foram traduzidos da Vulgata Latina para o *Romand*. Esta foi a primeira versão literal desde a queda do império; e foi a primeira tradução disponível para uso popular. Houve numerosas traduções anteriores, mas contendo apenas partes da Palavra de Deus; e muitas delas eram mais paráfrases ou resumos das Escrituras do que traduções. Além disso, eram tão volumosas e, por consequência, tão caras, que ficavam totalmente fora do alcance do povo comum. Essa versão em *Romand* foi a primeira tradução completa e literal do Novo Testamento da Sagrada Escritura; em 1180 já estava pronta [...]; portanto, é mais antiga que qualquer versão completa em alemão, francês, italiano, espanhol ou inglês. Essa versão foi amplamente difundida no sul da França e nas cidades da Lombardia. Era de uso comum entre os valdenses do Piemonte, e, sem dúvida, a preservação e circulação dela representaram uma significativa parcela do testemunho prestado à verdade por esses montanhese (*Wylie*).<sup>25</sup>

36. Pedro Valdo era estudante tão diligente das Escrituras que aprendeu todo o Novo Testamento de cor. Graças a esse conhecimento da Palavra de Deus, “chegou à convicção de que em nenhum lugar a vida apostólica era observada conforme ordenada por Cristo. [...] Dedicando-se a pregar o evangelho pelas ruas e estradas, surgiram seguidores de ambos os sexos, a quem enviou como missionários para as cidades vizinhas. Eles entravam em casas e anunciavam o evangelho para os moradores; pregavam nas igrejas, discursavam em lugares públicos e em todos os lugares encontravam ouvintes ávidos; pois, como vimos, a negligência e indolência do clero

<sup>23</sup> *History of Inquisition*, vol. 1, p. 74, 75.

<sup>24</sup> *History of Inquisition*, p. 75.

<sup>25</sup> *History of Protestantism*, livro 1, cap. 7, par. 3.

havia tornado a função de pregar quase um dever esquecido. De acordo com a moda da época, rapidamente adotaram uma forma peculiar de se vestir, incluindo, imitando os apóstolos, uma sandália com uma espécie de lâmina sobre ela, razão por que adquiriram o nome de ‘calçados’, *insabbatati* ou *sabati* – embora a denominação que atribuíam a si mesmos fosse a de *Li Poure de Lyod*, ou Os Homens Pobres de Lyons” (*Lea*).<sup>26</sup>

37. O livro-texto da juventude valdense eram as Escrituras – e “eram obrigados a decorar livros completos dos evangelhos e das epístolas e recitá-los com precisão. Tratava-se de uma conquista necessária por parte de instrutores públicos numa época em que a impressão era desconhecida e as cópias da Palavra de Deus, raras. Parte do tempo deles era ocupada na transcrição das Sagradas Escrituras, ou de partes delas, que deveriam distribuir quando partiam como missionários. [...] Depois de passar certo tempo na escola dos *barbas* [nome dado aos pregadores valdenses itinerantes], era comum que a juventude valdense se dirigisse para os seminários nas grandes cidades da Lombardia ou na Sorbonne em Paris. Lá entravam em contato com outros costumes, eram iniciados em outros estudos e tinham um horizonte mais amplo ao redor deles do que teriam na reclusão de seus vales nativos. Muitos deles tornavam-se especialistas em dialética e muitas vezes convertiam ricos comerciantes com quem negociavam, bem como proprietários em cujas casas se alojavam. Os sacerdotes raramente tinham interesse em entrar em discussão com o missionário valdense.

38. “Manter a verdade em suas próprias montanhas não era o único objetivo desse povo. Sentiam que tinham um compromisso com o resto da cristandade. Procuravam afastar as trevas e reconquistar os reinos que Roma havia dominado. Representavam uma igreja evangelística e evangélica. Era lei entre eles que todos os que fossem ordenados para o ministério de sua igreja deveriam, antes de serem elegíveis para alguma posição na terra natal, servir três anos no campo missionário. O jovem em cuja cabeça os *barbas* impunham as mãos não tinham a perspectiva de alcançar riquezas, mas possível martírio. Não cruzavam o oceano. Seu campo missionário eram os reinos que se estendiam aos pés de suas próprias montanhas. Saíam de dois em dois, ocultando a verdadeira natureza de sua missão sob o disfarce de uma profissão secular, mais comumente a de comerciantes ou vendedores ambulantes. Carregavam sedas, joias e outros artigos, na época não de fácil aquisição, exceto em centros comerciais distantes, e eram bem recebidos como comerciantes, onde seriam desprezados como missionários. A porta da cabana e o portal do castelo do barão estavam igualmente abertos para eles. Mas o verdadeiro caráter deles era mostrado principalmente quando vendiam, sem dinheiro e sem preço, mercadoria mais rara e valiosa do que as joias e sedas que lhes haviam garantido entrada. Cuidavam de levar consigo, ocultos entre os produtos ou sobre o corpo, partes da Palavra de Deus, geralmente transcritas por eles mesmos, e para elas chamavam a atenção de seus fregueses. Quando viam que alguém desejava adquirir uma porção das Escrituras, davam gratuitamente como presente se a pessoa não tinha os meios para comprar.”

39. “Não havia reino do Sul e do centro da Europa para o qual esses missionários não fossem enviados e onde não deixassem vestígios de sua visita nos discípulos que faziam. No oeste, penetraram na Espanha. No sul da França, encontraram nos Albigenses colegas de trabalho amistosos, pelos quais as sementes da verdade foram espalhadas em profusão nas províncias de Delfinado e

<sup>26</sup> *History of the Inquisition*, p. 76, 77.



Languedoque. No Leste, descendo o Reno e o Danúbio, impregnaram a Alemanha, a Boêmia e a Polônia com suas doutrinas e deixavam rastros marcados pelos edifícios de culto e pelas estacas do martírio erguidas em torno de seus passos. Até a Cidade das Sete Colinas eles não temiam entrar, espalhando as sementes em solo não generoso, na esperança de que alguma pudesse enraizar-se e crescer. Seus pés nus e roupas grosseiras de lã os tornavam figuras um tanto marcadas nas ruas de uma cidade que se vestia de púrpura e linho fino; e quando sua verdadeira missão era descoberta, como às vezes acontecia, os governantes da cristandade cuidavam de promover, à sua maneira, o crescimento da semente, regando-a com o sangue dos homens que a haviam semeado” (*Wylie*).<sup>27</sup>

40. Os paulicianos no Ocidente eram chamados por vários nomes; eram mais conhecidos, porém, como cátaros – os puros. No conhecimento das Escrituras, na pureza da vida cristã e zelo missionário, não foram superados nem mesmo pelos valdenses. “Eram na maioria pessoas simples, camponeses e hábeis e diligentes em trabalhos manuais. Sentiam os males ao seu redor e aceitavam qualquer mudança. Os teólogos que os combatiam os ridicularizavam com desdém chamando-os de labregos ignorantes, e na França eram popularmente conhecidos como *tisserands* [tecelões], devido à prevalência da heresia entre os tecelões, cuja ocupação monótona sem dúvida dava ampla oportunidade de reflexão. Na sua maioria eram de fato rudes e ignorantes, mas tinham teólogos qualificados como mestres e uma extensa literatura popular que pereceu por completo, exceto uma versão cátara do Novo Testamento em língua românica e um livro de ritual. Sua familiaridade com as Escrituras é confirmada pela advertência de Lucas, bispo de Tui, de que o cristão deveria temer a conversação deles como temeria uma tempestade, a menos que tenha profunda habilidade na lei de Deus, para que possa vencê-los na argumentação” (*Lea*).<sup>28</sup>

41. “O zelo proselitista deles era temido de modo especial. Nenhum trabalho era muito severo, nenhum risco muito grande que pudesse impedi-los de espalhar a fé que consideravam essencial para a salvação. Os missionários vagavam pela Europa por terras estranhas para levar as boas-novas às populações ignorantes, independentemente das dificuldades, e não se intimidavam com o destino de seus irmãos, a quem viram sofrer as consequências de sua audácia revolucionária.”<sup>29</sup> Como os valdenses, esses viajavam também como vendedores ambulantes e artesãos. Às vezes mudavam de ocupação e maneira de vestir, se isso contribuísse para evitar serem descobertos. Enquanto viajavam, deixavam com o povo, onde podiam fazê-lo com segurança, ou espalhavam pelo caminho, breves escritos contendo partes das Escrituras, com seus comentários pessoais sobre o pensamento cristão. Essa literatura chegava às mãos de pastores ou viajantes, tornando-se, assim, os meios pelos quais a salvação alcançava muitas almas. Os que não sabiam ler bem levavam os folhetos aos sacerdotes para uma explicação; e ao interpretarem esses escritos aos indoutos, a luz da verdade chegava a muitos dos sacerdotes, que carregavam com alegria a culpa de heresia.

42. Assim, enquanto o papado galgava o caminho sangrento rumo à liderança de todos os reinos do mundo, o cristianismo, de maneira silenciosa e gradual, permeava a sociedade em todos esses reinos. E quando o papado alcançou o auge do domínio em que via a seus pés todos os reinos, e estava pronto para se felicitar por ter subjogado por completo toda oposição, foi

<sup>27</sup> *History of Protestantism*, livro 1, cap. 7, par. 5-8.

<sup>28</sup> *History of Inquisition*, p. 102.

<sup>29</sup> *History of Inquisition*, p. 101, 102.

obrigado a despertar para o fato de que havia um poder que, mais do que qualquer outro que já conheceu, ameaçava sua supremacia. É verdade que os cristãos não foram totalmente ignorados pelo papado. Alguns dos papas foram obrigados a notar um aqui-herexe ocasional; a queima local de hereges, em termos comparativos, havia até então ocorrido em número reduzido. Mas, para o papado, tudo isso não passava de meros incidentes passageiros, exigindo pouco mais do que um simples olhar, enquanto seguia seu caminho ambicioso até o elevado objetivo que tinha em vista. Mas agora, tendo atingido esse objetivo, descobriu que todo o poder que alcançara por todos os meios devia ser exercido não apenas para se manter no auge do poder que conquistara, mas para manter sua própria existência.

43. O norte da Itália e o sul da França formavam a região principal em que estavam agrupados os centros de todos esses cristãos. As montanhas e os vales do Piemonte constituíam o núcleo dos valdenses: Albi, no sul da França, era o centro dos cátaros, petrobrussianos e henriquianos – todos conhecidos por um nome único: albigenses. E embora nos decretos papais muitos nomes sejam às vezes usados, de maneira geral todos são mencionados pelo papado sob as duas designações de hereges e valdenses, a palavra “hereges” invariavelmente se referindo aos cátaros ou albigenses; e acusações contra todos se resumem nas palavras “heresia e valdensianismo”.

44. Em 1045, o bispo de Châlons solicitou ao bispo Wazo, de Liège, conselhos sobre o que ele deveria fazer com os cátaros, que se multiplicavam em sua diocese, “se o braço secular deveria ser chamado para impedir o fermento de corromper todo o povo”. O bispo Wazo respondeu que “deveriam ser deixados com Deus”, pela razão de que “aqueles a quem o mundo agora considera joio podem ser ajuntados por Ele como trigo quando chegar a época da colheita. Aqueles a quem julgamos adversários de Deus podem se tornar superiores a nós no Céu”. No entanto, havia muito poucos prelados como o bispo Wazo de Liège. Durante esse século, poucos cristãos foram mortos em diferentes países. Mas até aquele momento a perseguição não era sistemática, nem era dirigida por atos específicos, quer de Estados ou da igreja. Papas individuais e reis individuais a ordenaram em casos de aqui-hereges, ou era realizada pela ira fanática da população local. Contudo, no século 12, todo o poder da igreja e do Estado foi exercido para executar a morte dos hereges.

45. Em 1139, o papa Inocêncio II, por meio do Segundo Concílio Geral de Latrão, “emitiu um decreto decisivo que é interessante por ser o primeiro exemplo em que se apela ao braço secular. Não somente os cátaros foram condenados e expulsos da igreja, mas as autoridades temporais receberam ordens de coagir a eles e todos os que os favorecessem ou defendessem. Essa política foi seguida em 1148 pelo Concílio de Reims, que proibiu qualquer um de receber ou manter em suas terras os hereges que residiam na Gasconha, Provença e em outros lugares, e de lhes oferecer abrigo de passagem ou dar-lhes refúgio, sob pena de excomunhão e interdito”.

46. “Quando Alexandre III foi exilado de Roma, por Frederico Barbarossa e seu antipapa Vítor, e veio para a França, convocou, em 1163, um grande concílio em Tours. Era uma assembleia imponente, composta por 17 cardeais, 124 bispos (incluindo Tomás Becket) e centenas de abades, além de muitos outros eclesiásticos e inúmeros leigos. Esse grupo augusto, depois de cumprir seu primeiro dever de anatematizar o papa rival, passou a deplorar a heresia, que, surgindo na região de Toulouse, havia se espalhado como um câncer por toda a Gasconha, infectando profundamente os fiéis em toda parte. Os prelados dessas regiões receberam ordens para ser vigilantes em

suprimi-la por meio de anátemas sobre todos os que permitissem que hereges habitassem em suas terras ou mantivessem algum relacionamento comercial com eles, de modo que, sendo cortados da sociedade humana, fossem obrigados a abandonar seus erros. Além disso, todos os príncipes seculares receberam ordens de aprisioná-los e confiscar suas propriedades.

47. “A essa altura, é evidente que a heresia não estava mais oculta, mas se mostrava aberta e desafiadora; e a futilidade das ordens papais em Tours de excluir os hereges da convivência humana foi demonstrada dois anos depois no concílio, ou melhor, no colóquio de Lombers, perto de Albi. Tratou-se de um debate público entre representantes da ortodoxia e os *bos homes, bos crestias*, ou ‘homens bons’, como se denominavam, diante de juízes acordados por ambos os lados, na presença de Pons, arcebispo de Narbonne, e vários bispos, ao lado dos nobres mais poderosos da região – Constança, irmã do rei Luís VII e esposa de Raimundo de Toulouse, Trencavel de Beziers, Sicard de Lautrec e outros. Quase toda a população de Lombers e Albi se reuniu, e os procedimentos foram evidentemente considerados de grande interesse e importância pública.

48. “Um relatório completo da discussão, incluindo a decisão contra os cátaros, chegou a nós de várias fontes ortodoxas, mas o único interesse que o caso tem é seu significado marcante em mostrar que a heresia havia superado todos os meios de repressão disponíveis às igrejas locais; que se devia recorrer à razão ao invés da força; que os hereges não tinham escrúpulo em se manifestar e tornar público seu pensamento; e que os disputadores católicos tinham de se submeter às exigências deles, citando apenas o Novo Testamento como autoridade. A impotência da igreja ficou mais demonstrada ainda pelo fato de que o concílio, após seu triunfo argumentativo, foi obrigado a se contentar em simplesmente ordenar que os nobres de Lombers não mais protegessem os hereges. Que decepção deve ter sido para Pons de Narbonne quando, no ano seguinte, verificou que as conclusões do Concílio de Lombers foram confirmadas em um concílio realizado em Cabestaing. A desmoralização prevalecente era tão grande que, quando alguns monges da estrita Ordem Cisterciense deixaram o mosteiro de Villemagne, perto de Agde, e publicamente tomaram para si esposas, ele foi incapaz de punir essa infração grave de seus votos, e a interposição de Alexandre III foi invocada – provavelmente sem resultado.”

49. “É evidente que a igreja se encontrava impotente. Se podia condenar as doutrinas e não as pessoas hereges, confessava ao mundo que não possuía nenhum mecanismo capaz de lidar com a oposição em uma escala de tal magnitude. Os nobres e o povo estavam indispostos a cumprir suas ordens, e, sem a ajuda deles, seu anátema fulminante não passava de cerimônia vazia. Os cátaros perceberam isso claramente e, dois anos após o Concílio de Lombers, atreveram-se, em 1167, a realizar um concílio próprio em Saint-Félix-de-Caraman, perto de Toulouse. Seu mais alto dignitário, o bispo Nicetas, veio de Constantinopla para presidir, com representantes da Lombardia; a igreja francesa ficou fortalecida contra o dualismo modificado da escola de Concorreza; bispos foram eleitos para as sés vacantes de Toulouse, Val d’Aran, Carcassonne, Albi e França ao norte do Loire, entre eles Roberto de Sperone, posteriormente refugiado na Lombardia, onde deu seu nome à seita dos speronistas; comissários foram nomeados para resolver uma disputa relacionada com os limites de jurisdição das sés de Toulouse e Carcassonne; em resumo, os assuntos tratados eram próprios de uma igreja estabelecida e independente, que

se considerava destinada a assumir o lugar da Igreja de Roma. Tendo o simpatia e reverência do povo, que Roma havia perdido, poderia muito bem almejar a supremacia final.”

50. “De fato, seu progresso durante os dez anos seguintes foi tão galopante que justificava as mais entusiasmadas esperanças. Raimundo de Toulouse, cujo poder era praticamente o de um soberano independente, uniu-se a Frederico Barbarossa, reconheceu o antipapa Vítor e seus sucessores e não se importava com Alexandre III, que foi recebido pelo resto da França; e a igreja, distraída com o cisma, podia oferecer pouca oposição ao desenvolvimento da heresia.”<sup>30</sup>

51. Na Inglaterra, em 1166, 30 cátaros que haviam fugido da perseguição em Flandres foram presos. O rei Henrique II “convocou um concílio de bispos em Oxford e o presidiu para investigar a fé deles. Eles a declararam publicamente e foram condenados a acoites, marcados com uma chave no rosto e expulsos. A importância que Henrique conferiu ao assunto é demonstrada no fato de ter dedicado um artigo ao assunto no Assize de Clarendon, em que proibiu qualquer pessoa de recebê-los, sob pena de demolição de sua casa, e exigiu que todos os xerifes jurassem a observância da lei, estendendo essa obrigação de juramento aos mandatários dos barões, aos cavaleiros e aos arrendatários franceses – foi a primeira lei secular sobre o assunto em qualquer livro de estatutos desde a queda de Roma”.<sup>31</sup>

52. “Em 1177, porém, Alexandre III triunfou e recebeu a submissão de Frederico. Raimundo necessariamente seguiu seu suserano (grande parte de seus territórios estava sujeita ao império) e, de repente, despertou para a necessidade de deter o progresso da heresia. Por mais poderoso que fosse, sentia-se incapaz para a tarefa. Os habitantes de suas cidades, independentes e intratáveis, eram em grande parte cátaros. Grande parte de seus cavaleiros e cavalleiros eram protetores secretos ou declarados da heresia; as pessoas comuns em seus domínios desprezavam o clero e honravam os hereges. Quando um herege pregava, amontoavam-se para ouvir e aplaudir; quando um católico assumia a rara função de instrução religiosa, zombavam dele e perguntavam o que ele tinha a ver com a proclamação da Palavra de Deus. Em um estado de guerra crônica com vassalos poderosos e vizinhos mais potentes, como os reis de Aragão e da Inglaterra, era visível a impossibilidade de Raimundo empreender o extermínio de metade ou mais da metade de seus súditos.”<sup>32</sup>

53. Em 1178, o papa Alexandre III, ao publicar a convocação para o terceiro concílio de La-trão, mencionou como um dos assuntos a ser considerados pelo concílio “o joio que sufoca o trigo e deve ser arrancado pelas raízes”. E, por meio desse concílio, em 1179, foi emitido o seguinte decreto:

“A igreja, como diz o santo Leão, embora rejeite execuções sangrentas em seu código moral, não as omite na prática, porque o medo de punições corporais às vezes faz com que os pecadores recorram a remédios espirituais. Assim, os hereges chamados cátaros, patarinos ou publicanos estão fortificados de modo tão sólido na Gasconha, entre os albigenses e no território de Toulouse, que não se escondem mais, mas ensinam abertamente seus erros; é nesse sentido que os anatematizamos, assim como aqueles que lhes concedem asilo ou proteção, e se morrerem em seu pecado, proibimos que oblações sejam feitas por eles ou que lhes seja

<sup>30</sup> *Ibid.*, p. 117-119.

<sup>31</sup> *Ibid.*, p. 113, 114.

<sup>32</sup> *Ibid.*, p. 120.

concedida sepultura. Quanto aos brabançons, aragoneses, navarros, bascos, cotteréis, triabequins, que não respeitam nem igrejas nem mosteiros, que não poupam viúva nem órfão, nem idade nem sexo, e que saqueiam planícies e cidades, também ordenamos que aqueles que os receberem, protegerem ou os alojarem sejam excomungados em todas as igrejas nas festas solenes; e só permitimos que sejam absolvidos depois de pegarem em armas contra esses abomináveis albigenses. Também declaramos que os fiéis que estiverem vinculados a eles por quaisquer tratados estão totalmente livres de seus juramentos; e ordenamos que eles, para a remissão de seus pecados, não deem crédito algum a esses hereges execráveis, confisquem seus bens, os reduza à escravidão e matem todos os que não desejam se converter. Concedemos a todos os cristãos que tomarem armas contra os cátaros as mesmas indulgências outorgadas aos fiéis que tomam a cruz pelo santo sepulcro.”<sup>33</sup>

54. “Logo após retornar do concílio, Pons, arcebispo de Narbonne, se apressou em publicar esse decreto, com todos os seus anátemas e interditos. [...] O cardeal de Albano ‘foi imediatamente enviado como legado papal para pregar e liderar a cruzada. Sua eloquência lhe permitiu levantar uma potente cavalaria e infantaria, com os quais, em 1181, arremeteu-se contra os territórios do visconde de Beziers e sitiou a fortaleza de Lavaur, onde a viscondessa Adelaide, filha de Raimundo de Toulouse e os principais patarinos se refugiaram. Relata-se que Lavaur foi capturada por milagre, e que em várias partes da França hóstias consagradas sangravam anunciando o sucesso dos exércitos cristãos. [...] O curto prazo de alistamento dos cruzados expirou; o exército se dissolveu; e, no ano seguinte, o cardeal-legado voltou a Roma, tendo conseguido praticamente nada, exceto aumentar a hostilidade mútua pela devastação da região pela qual suas tropas haviam passado. Raimundo de Toulouse, envolvido numa guerra desesperada com o rei de Aragão, parece ter mantido completa indiferença quanto a essa expedição, não participando dela em nenhum dos lados.”<sup>34</sup>

55. Em 1184, num concílio realizado em Verona, o papa Lúcio III confirmou o decreto anterior de Alexandre III e emitiu a seguinte bula:

“A justiça eclesiástica não pôde mostrar muito rigor em aniquilar as heresias que agora se multiplicam em muitas províncias. Roma já desafiou os trovões da Santa Sé; e seu povo intratável ousou, pelo ódio de uma pessoa, pôr mãos sacrílegas sobre nossos sacerdotes. Mas o dia da vingança está se preparando; e até que possamos retribuir sobre os romanos os males que infligiram a nós, excomungamos todos os hereges, qualquer que seja sua denominação. Entre outros, os cátaros, os patarinos, aqueles que falsamente se denominam os humilhados, ou os pobres de Lyon, bem como os passaginos, os josefinos, os arnaldistas; e, finalmente, todos aqueles miseráveis que se chamam de valdenses, ou inimigos da Santa Sé. Lançamos sobre todos esses sectários abomináveis um anátema perpétuo; condenamos os que lhes derem abrigo ou proteção às mesmas penalidades e os que se autodenominam consolados, crentes perfeitos, ou por qualquer outro nome supersticioso.”

“E como a severidade da disciplina eclesiástica é às vezes desprezada e impotente, ordenamos que aqueles que forem condenados por favorecerem hereges, clérigos ou monges sejam privados de suas funções sacerdotais e de seus benefícios eclesiásticos e sejam entre-

<sup>33</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Alexandre III, par. 10 a partir do fim.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 124.

gues a todo o rigor da justiça secular; se leigos, ordenamos que sofram as torturas mais horríveis, sejam provados pelo fogo e pela espada, dilacerados por açoites e queimados vivos. Acrescentamos, por conselho dos bispos, e com base nas queixas do imperador e dos senhores, que todo prelado visite, várias vezes durante o ano, pessoalmente ou por seu arqui-diácono, todas as cidades de sua diocese, e particularmente os lugares em que julgar que os hereges realizam suas assembleias. Eles farão com que os habitantes, e principalmente os idosos, mulheres e crianças, sejam capturados. Eles os interrogarão para saber se há algum valdense em sua região, ou pessoas que mantêm assembleias secretas e que levam uma vida diferente da dos fiéis. Os que hesitarem em fazer denúncias serão imediatamente submetidos à tortura. Quando o bispo ou arqui-diácono descobrir os culpados, fará com que sejam presos e exigirá deles abjuração; ou, caso recusem, executará a sentença que pronunciamos. “Além disso, ordenamos que os condes, barões, reitores e representantes das cidades e de outros lugares prestem juramento, segundo a advertência dos bispos, de que perseguirão os hereges e seus cúmplices, quando a igreja exigir que assim procedam; e de que executarão, com todo a autoridade que possuem, tudo o que a Santa Sé e o império designaram em relação aos crimes de heresia; caso contrário, os declaramos privados de seus cargos e dignidades, sem a possibilidade de exercer novamente qualquer emprego; e, além disso, serão excomungados para sempre, e suas propriedades colocadas sob interdito.

“As cidades que resistirem às nossas ordens, ou que, avisadas pelos bispos, não perseguirem os hereges, serão excluídas de todo comércio com outras cidades e perderão sua posição e privilégios. Os cidadãos serão excomungados, marcados com infâmia permanente e, como tal, declarados desqualificados para desempenhar qualquer função pública ou eclesiástica. Todos os fiéis terão o direito de matá-los, apreender seus bens e reduzi-los à escravidão.”<sup>35</sup>

56. Essa bula teve efeito prático tão pequeno que a condenação teve de ser repetida pelo mesmo papa em um concílio realizado em Narbonne no mesmo ano. E mesmo isso foi tão pouco eficaz que os Homens Pobres de Lyon, do grupo dos Valdenses, “concordaram, em 1190, em arriscar uma disputa realizada na catedral de Narbonne, tendo como juiz Raimundo de Daventry, católico religioso e temente a Deus. É claro que a decisão foi contra eles, e, naturalmente, se mostraram tão indispostos a se submeter quanto antes. Contudo, o colóquio é de interesse por mostrar o quanto eles haviam progredido na dissidência de Roma. O debate revelou seis pontos controversos: primeiro, recusavam obediência à autoridade do papa e do prelado; segundo, todos, até leigos, podiam pregar; terceiro, segundo os apóstolos, Deus devia ser obedecido, e não o homem; quarto, as mulheres tinham a permissão de pregar; quinto, as missas, orações e esmolas pelos mortos são inúteis, além do fato de que alguns deles negavam a existência do purgatório; e sexto, que a oração na cama, na câmara ou no estábulo é tão eficaz quanto na igreja”.

57. “Somente bons prelados, que, segundo eles, levavam vida apostólica, deviam ser obedecidos, e somente a eles era concedido o poder de ligar e desligar – o que correspondia a um golpe mortal em toda a organização da igreja. O mérito e não a ordenação conferiam o poder de consagrar e abençoar, de ligar e desligar; portanto, todos os que levavam vida apostólica tinham essa autoridade e, como supunham levar uma vida assim, concluíram que, embora leigos, poderiam executar todas as funções do sacerdócio. Da mesma forma, concluíram que os serviços

<sup>35</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, Lúcio III, par. 9-12.

religiosos prestados por padres pecaminosos eram inválidos, embora os valdenses franceses não estivessem, a princípio, dispostos a admitir essa postura, enquanto os italianos a declaravam corajosamente. Um erro adicional era que a confissão a um leigo era tão eficaz quanto a um padre, o que representava um sério ataque ao sacramento da penitência; embora, até o momento, o Quarto Concílio de Latrão não houvesse tornado indispensável a confissão sacerdotal, e Alain está disposto a admitir que, na ausência de um padre, a confissão ao leigo é suficiente.”

58. “O sistema de indulgências constituía outro dispositivo sacerdotal que rejeitavam; e a essa negação acrescentaram três regras específicas de moralidade que se tornaram características distintivas da seita: toda mentira é pecado mortal; todo juramento, mesmo num tribunal de justiça, é ilegítimo; e o homicídio não dever ser permitido sob circunstância alguma, seja em guerra ou na execução de sentenças judiciais. Isso necessariamente envolvia não resistência, tornando os valdenses perigosos apenas pela influência moral que pudessem adquirir. Ainda em 1217, um contemporâneo bem-informado nos assegura que os quatro principais erros dos valdenses eram: usar sandálias à moda dos apóstolos, proibir juramentos e homicídios e afirmar que qualquer membro da seita, se usasse sandálias, poderia, em caso de necessidade, consagrar a eucaristia.”

59. “Tudo isso representava um esforço sincero e ingênuo para obedecer aos mandamentos de Cristo e tornar o evangelho um padrão concreto para a conduta da vida em família; mas esses princípios, se adotados universalmente, teriam reduzido a igreja a uma condição de pobreza apostólica e varrido grande parte da distinção entre sacerdote e leigo. Além disso, os sectários eram movidos pelo verdadeiro espírito missionário; seu zelo proselitista não conhecia limites; vagavam de terra em terra promulgando suas doutrinas e encontrando em toda parte resposta cordial, especialmente entre as classes mais baixas, que estavam prontas o suficiente para adotar um dogma que prometia libertá-las dos vícios e opressões do clero. Relata-se que um de seus principais apóstolos carregava vários disfarces, aparecendo ora como sapateiro, depois como barbeiro, outra vez como camponês, e embora isso possa ter acontecido, como alegado, com o objetivo de escapar da captura, mostra o estrato social ao qual suas missões eram dirigidas. Os Pobres Homens de Lyon se multiplicavam com incrível rapidez por toda a Europa; a igreja ficou seriamente alarmada, e não sem razão, pois um documento antigo dos sectários mostra uma tradição entre eles de que, sob Valdo, ou logo depois, seus concílios tinham uma participação média de cerca de 700 membros presentes.”<sup>36</sup>

60. “O reconhecido fracasso da cruzada de 1181 parece ter deixado a igreja sem esperança, por um momento, de avançar contra a heresia. Durante um quarto de século, ela teve a permissão de se desenvolver com relativa tolerância nos territórios da Gasconha, Languedoque e Provença. É verdade que o decreto de Lúcio III, emitido em Verona em 1184, se mostra importante como tentativa de fundação de uma inquisição organizada, mas não teve efeito imediato. É verdade que, em 1195, outro legado papal, Miguel, realizou um concílio provincial em Montpelier, onde ordenou a aplicação dos cânones de Latrão em todos os hereges e bandoleiros, cuja propriedade deveria ser confiscada e eles mesmos reduzidos à escravidão; mas tudo isso era recebido com indiferença por parte dos nobres, que, envolvidos em guerra perpétua entre si,

<sup>36</sup> *Ibid.*, par. 78-81.

preferiam arriscar os anátemas da igreja a piorar seus problemas com a tentativa de extermínio da maioria de seus súditos só para cumprir ordens de uma hierarquia que não mais inspirava respeito ou reverência. Talvez, também, a queda de Jerusalém, em 1186, ao despertar um fervor sem precedentes de fanatismo, o tenha direcionado para a Palestina, sobrando pouco para a vindicação da fé em território mais doméstico. Seja como for, nenhuma perseguição efetiva foi realizada até que a vigorosa habilidade de Inocêncio III, depois de tentar em vão medidas mais brandas, organizou uma guerra esmagadora contra a heresia.”

61. “Durante esse intervalo, os Pobres Homens de Lyon se levantaram e uniram seus interesses com os dos cátaros; o zelo proselitista, que havia sido tão bem-sucedido no sigilo e na tribulação, teve livre espaço para desenvolver-se e não precisou temer nenhum antagonismo eficaz da parte de um clero negligente e desalentado. Os hereges pregavam e faziam conversos, enquanto os padres ficavam felizes em poder garantir uma fração de seus dízimos e receitas provindos de nobres vorazes e paroquianos rebeldes ou indiferentes. Na esteira de tudo isso, a heresia prosperou. Inocêncio III admitiu o fato humilhante de que os hereges podiam pregar, ensinar e fazer conversos em público e que, a menos que medidas rápidas fossem tomadas para reprimi-la, havia o risco de a infecção se espalhar para toda a igreja.

62. Guilherme de Tudela diz que a heresia tinha a adesão dos albigenses e dominava a região de Carcassès e Lauragais, e que descrevê-los como numerosos em todo o território desde Beziers até Bordéus não é suficiente. Walter Mapes afirma que não havia nenhum deles na Bretanha, mas que abundavam em Anjou, enquanto na Aquitânia e na Borgonha seu número era infinito. Guilherme de Puy-Laurens assegura-nos que Satanás matinha em paz a maior parte do Sul da França; os clérigos eram tão desprezados que estavam acostumados a esconder a tonsura com muita vergonha, e os bispos eram obrigados a admitir nas ordens sagradas qualquer um que quisesse aceitá-las; toda a terra, sob maldição, não produzia nada além de espinhos e cardos, saqueadores e bandidos, ladrões, assassinos, adúlteros e usurários. Cesário de Heisterbach declara que os erros albigenses aumentavam com tanta rapidez que logo infectaram milhares de cidades, e ele acredita que, se não tivessem sido reprimidos pela espada dos fiéis, toda a Europa teria sido corrompida.

63. “Um inquisidor alemão nos informa que na Lombardia, Provença e outras regiões havia mais escolas de heresia do que de teologia ortodoxa, com mais eruditos; que eles disputavam em público e convocavam o povo para debates públicos; que eles pregavam nos mercados, nos campos, nas casas; e que não havia quem ousasse interferir com eles, devido à multidão e poder de seus protetores. Como vimos, eles estavam organizados em dioceses; tinham seus estabelecimentos de ensino para o treinamento de mulheres e homens; e, pelo menos em um exemplo, todas as freiras de um convento abraçaram o catarismo sem abandonar a casa ou o hábito de sua ordem. Esse era o nível de corrupção que havia invadido a igreja. Ávida em adquirir poder temporal, quase abandonara seus deveres espirituais; e seu império, que repousava sobre fundamentos espirituais, estava desmoronando com sua decadência e ameaçando passar como uma visão quimérica.”<sup>37</sup>

<sup>37</sup> *Ibid.*, par. 126-128.



64. Entra em cena então o arquipapa Inocêncio III para salvar o papado. “No sermão de consagração, anunciou que uma de suas principais obrigações seria a destruição da heresia; e nunca perdeu isso de vista até o fim, em meio a seus intermináveis conflitos com imperadores e príncipes.”<sup>38</sup> Foi consagrado em 22 de fevereiro de 1198; e, já em 1º de abril, escreveu ao arcebispo de Ausch, “deplorando a propagação da heresia e o perigo de se tornar universal. O prelado e seus irmãos são ordenados a extirpá-la com o máximo rigor de censuras eclesiásticas e, se necessário, recorrer ao braço secular por meio do auxílio de príncipes e do povo. Não apenas os próprios hereges deveriam ser punidos, mas todos os que tivessem algum relacionamento com eles ou que fossem suspeitos por causa de alguma familiaridade indevida com eles.”

65. “Na conjuntura reinante, os prelados a quem essas ordens foram dirigidas certamente as olharam com um misto de escárnio e desespero; e podemos com facilidade imaginar as respostas que deram declarando seu zelo e lamentando sua impotência. Inocêncio provavelmente sabia disso com antecedência e não esperou a resposta. Em 21 de abril, tinha dois comissários prontos para representar a Santa Sé *in loco* – Rainier e Gui –, a quem enviou munidos de cartas a todos os prelados, príncipes, nobres e povo do Sul da França, dando-lhes autoridade para fazer cumprir as normas que julgassem apropriadas empregar para evitar o perigo iminente para a igreja decorrente do aumento incontável de cátaros e valdenses, que corrompiam o povo por obras simuladas de justiça e caridade. Os hereges que não retornassem à verdadeira fé deviam ser banidos e suas propriedades confiscadas; essas disposições deviam ser aplicadas pelas autoridades seculares sob pena de interdição por recusa ou negligência, e, no caso de obediência, seriam recompensadas com as mesmas indulgências concedidas aos que faziam peregrinação a Roma ou Compostela; e todos os que tivessem qualquer ligação com hereges ou lhes mostrassem favor ou proteção deviam compartilhar de seu castigo.”<sup>39</sup>

66. Antes de Inocêncio entrar no palco da ação, uma perseguição feroz já iniciara na Espanha. “Em 1194, Alonso II de Aragão fez soar a nota da perseguição num decreto significativo por ser a primeira legislação secular contra a heresia, com exceção do decreto do Assize de Clarendon, no mundo moderno. Os valdenses e todos os outros hereges anatematizados pela igreja são ordenados, como inimigos públicos, a abandonar seus territórios no dia seguinte ao Dia de Todos os Santos. Qualquer pessoa que os acolhesse, ouvisse suas pregações ou lhes desse comida sofreria as penalidades de traição, com confisco de todos os seus bens e posses. O decreto devia ser publicado por todos os pastores aos domingos, e todos os funcionários públicos seriam obrigados a executá-lo. Qualquer herege remanescente após três dias de aviso prévio da lei poderia ser espoliado por qualquer pessoa, e qualquer dano infligido a ele, exceto morte ou mutilação, longe de ser ofensa, seria considerado como merecedor do favor real.”

67. “A atrocidade feroz dessas disposições, que tornaram o herege um fora da lei, que o condenaram antecipadamente e que o expuseram sem julgamento à ambição ou malícia de todos, foi ultrapassada três anos depois pelo filho de Alonso, Pedro II. Em um concílio nacional de Girona, em 1197, ele renovou a legislação do pai, acrescentando a penalidade da estaca para o herege. Se algum nobre não expulsasse esses inimigos da igreja, os oficiais e o povo da diocese

<sup>38</sup> *Ibid.*, p. 128.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p. 186.

eram ordenados a se dirigir para o castelo dele e capturá-los sem responsabilidade por quaisquer danos cometidos, e todo aquele que não participasse da incursão ficava sujeito à pesada multa de 20 moedas de ouro para o erário real. Além disso, todos os oficiais receberam ordens de se apresentar, dentro de oito dias após a convocação, ao bispo ou a seu representante e prestar juramento de que cumpririam a lei.”<sup>40</sup>

68. E quais eram os crimes, qual era a maldade das pessoas que seriam caçadas até a morte? Pelo testemunho dos próprios católicos, o testemunho de seus perseguidores, sim, o testemunho dos próprios inquisidores que os atormentavam até a morte, quais eram os crimes, a maldade dos que haviam sofrido esse dilúvio da ira de Roma? Vimos que todos os epítetos que os cristãos deram a esse grupo foram resumidos pelo papado na expressão “heresia e valdensianismo” e que a “heresia” foi adotada sob o nome geral de “albigenses”.

69. São Bernardo, principal pregador de uma das mais preeminentes cruzadas contra eles, diz o seguinte sobre os albigenses, ou cátaros: “Se você os interrogar, nada pode ser mais cristão. Quanto à conversação, nada pode ser menos repreensível; e o que eles falam provam por ações. Quanto à moral do herege, ele não engana ninguém, não oprime ninguém, não bate em ninguém. Suas bochechas são pálidas pelo jejum; ele não come o pão da ociosidade e suas mãos trabalham para ganhar o sustento.”<sup>41</sup> Quanto aos ritos e cerimônias, os cátaros “abandonam todo o aparato eclesiástico. A Igreja Romana era de fato a sinagoga de Satanás, na qual a salvação era impossível. Consequentemente, os sacramentos, os sacrifícios do altar, as súplicas e a interposição da Virgem e dos santos, purgatório, relíquias, imagens, cruzes, água benta, indulgências e outros artificios pelos quais o sacerdote buscava salvação para os fiéis foram rejeitados, bem como os dízimos e ofertas que tornavam a busca da salvação tão lucrativa. No entanto, a Igreja Cátara, como a igreja de Cristo, herdou o poder de ligar e desligar, concedido por Cristo aos Seus discípulos; o *consolamentum*, ou batismo do Espírito, exterminava todos os pecados, mas nenhuma oração era útil para o pecador que persistisse em cometer erros.”<sup>42</sup>

70. Quanto à outra classe, os culpados de “valdensianismo”, “um inquisidor que os conhecia bem assim os descreve: ‘Os hereges são reconhecidos por seus costumes e linguagem, pois são modestos e bem disciplinados. Não se orgulham de suas roupas, que não são caras nem repulsivas. Não se envolvem no comércio, para evitar mentiras, juramentos e fraudes, mas vivem da ocupação de mecânicos – seus professores são sapateiros. Não acumulam riqueza, mas se contentam com o necessário. São castos e temperantes na comida e bebida. Não frequentam tabernas, danças ou outras vaidades abstêm-se da raiva. Estão sempre no trabalho; ensinam e aprendem e, conseqüentemente, só oram um pouco. São conhecidos pela modéstia e precisão da fala, evitando vulgaridades, difamação, palavras levianas, mentiras e juramentos.’”

71. “Mas a ofensa gritante deles era o amor e a reverência pelas Escrituras e o zelo ardente em fazer conversos. O inquisidor de Passau nos informa que eles tinham traduções de toda a Bíblia na língua vulgar, que a igreja procurava em vão suprimir, e que estudavam com incrível assiduidade. Ele conhecia um camponês que podia recitar o livro de Jó palavra por

<sup>40</sup> *Ibid.*, p. 81.

<sup>41</sup> *Ibid.*, p. 101.

<sup>42</sup> *Ibid.*, p. 98.

palavra; muitos deles sabiam todo o Novo Testamento de cor e, por mais simples que fossem, eram disputantes perigosos. Quanto ao espírito missionário, ele fala de alguém que, numa noite de inverno, nadou no rio Ips para ter a chance de converter um católico; e todos, homens e mulheres, velhos e jovens, eram incessantes no aprendizado e no ensino. Depois de um árduo dia de trabalho, dedicavam a noite à instrução; eles procuravam as casas dos lázaros para levar a salvação ao leproso; um discípulo experiente procuraria outro a quem pudesse instruir, e quando o cérebro lento e sem instrução queria abandonar a tarefa em desespero, pronunciavam palavras encorajadoras: ‘Aprenda uma única palavra por dia, e em um ano você conhecerá trezentas, e assim você ganhará no final.’”

72. “Esse é o testemunho geral; e as histórias relatadas sobre as abominações sexuais comuns entre eles podem com segurança ser atribuídas a artifícios criados para estimular o ódio popular, baseadas possivelmente em extravagâncias de ascetismo, como as que eram comuns entre os cristãos primitivos, pois os valdenses sustentavam que a relação conjugal era legítima apenas para a procriação. Um inquisidor admite sua descrença em relação a essas histórias, para as quais nunca havia encontrado base digna de credibilidade.”<sup>43</sup> O fato de que histórias horríveis eram inventadas “para excitar o ódio popular” pode ser compreendido com facilidade quando se constata que os brabançons, aragoneses, navarros, bascos, cotteréis, triabequins, citados no decreto de Alexandre III contra os hereges, eram simplesmente bandidos compostos por “fugitivos da servidão, foras da lei, criminosos foragidos, eclesiásticos inúteis, monges marginalizados”, que “atacavam a comunidade em bandos de tamanhos variados. [...] As crônicas da época estão cheias de lamentações por suas devastações incessantes.”<sup>44</sup> No entanto, nesse decreto, os cátaros, os patarinos e os albigenses são classificados com eles no mesmo decreto de excomunhão e condenação. Todavia, nesse mesmo decreto, os bandidos são mais favorecidos do que os cristãos; pois, enquanto para os cristãos não há nenhum tipo de favor anunciado, para os bandidos há absolvição “depois de pegarem em armas contra esses abomináveis albigenses”.

73. “Certamente, se já houve pessoas tementes a Deus, foram esses infelizes sob a maldição da igreja e do Estado, cujas senhas secretas eram: ‘*Ce dit saint Pol, Ne mentir*’ [São Paulo diz: Não minta], ‘*Ce dit saint Jacques, Ne jurer*’ [São Tiago diz: Não jure], ‘*Ce dit saint Pierre, Ne rendre mal pour mal, mais biens contraires*’ [São Pedro diz: Não retribua o mal com o mal, mas o contrário, o bem]. A ‘*Nobla Leyczon*’ [Nobre Lição – o documento fundador do credo valdense] dificilmente vai além do que os inquisidores relataram, quando declara com amargura que a marca de um valdense, considerada digna de morte, era que ele seguia a Cristo e procurava obedecer aos mandamentos de Deus.” De fato, o ódio do papado contra a justiça e seu amor à iniquidade eram tão grandes que a prática do mal era o mérito que a libertava da condenação. “Por volta de 1220, um clérigo de Espira, cuja austeridade o levou a se juntar posteriormente aos franciscanos, só foi salvo de ser queimado como herege pela interposição de Conrado, depois bispo de Hildesheim, porque sua pregação levou certas mulheres a deixar de lado suas vaidades de vestuário e se comportar com humildade.”<sup>45</sup> E quando um certo católico, Jean Teisseire, foi por engano citado no tribunal da Inquisição, entre as

<sup>43</sup> *Ibid.*, p. 85-87.

<sup>44</sup> *Ibid.*, p. 125.

<sup>45</sup> *Ibid.*, p. 87.

provas que ofereceu de que não era herege, estavam estas: “Eu como carne, minto e juro e sou um cristão fiel.”<sup>46</sup> Assim, todo o poder do papado era dedicado a obrigar a humanidade a pecar.

74. Quanto à tarefa de esmagar todo o bem que existia no mundo, Inocêncio III foi obrigado a iniciá-la na Itália, e quase dentro dos próprios limites do território papal. “Toda a metade norte da península, dos Alpes ao patrimônio de São Pedro, estava minada pela heresia, chegando até o Sul da Calábria. Quando Inocêncio III, em 1198, ascendeu ao trono papal, iniciou procedimentos ativos para exterminá-la, e a obstinação dos hereges pode ser estimada pela luta em Viterbo, cidade sujeita à jurisdição temporal e espiritual do papado. Em março de 1199, Inocêncio, estimulado pelo aumento da heresia e pela audácia de sua exibição pública, escreveu aos viterbianos, renovando e intensificando as penas contra todos os que recebessem ou favorecessem os hereges. No entanto, apesar disso, em 1205, os hereges venceram as eleições municipais, elegendo como tesoureiro um herege sob excomunhão. A indignação de Inocêncio não teve limites. “Se a natureza”, disse ele aos cidadãos, “conspirasse para destruí-los, sem poupar idade ou sexo, deixando sobre a memória deles eterna vergonha, a punição seria insuficiente”.

75. “Ele ordenou que se recusasse obediência à recém-eleita municipalidade, que deveria ser deposta; que o bispo, que havia sido expulso, fosse recebido de volta, que as leis contra a heresia fossem cumpridas e que, se tudo isso não fosse feito dentro de 15 dias, as pessoas das cidades e castelos vizinhos receberiam ordens de pegar em armas e fazer guerra diligente contra a cidade rebelde. Até isso foi insuficiente. Dois anos depois, em fevereiro de 1207, surgiram novos problemas, e só foi em junho daquele ano, quando o próprio Inocêncio chegou a Viterbo e todos os paratinos fugiram diante de sua aproximação, que ele conseguiu purificar a cidade derrubando todas as casas dos hereges e confiscando todas as suas propriedades. Na sequência, em setembro, emitiu um decreto dirigido a todos os que mantinham fidelidade para com o patrimônio de São Pedro, ordenando que medidas mais severas fossem inscritas nas leis locais de todas as comunidades, e que todos os principais magistrados e outros oficiais fizessem juramento de que seriam executadas sob o risco de pesadas multas. Procedimentos com maior ou menor rigor, ordenados em Milão, Ferrara, Verona, Rimini, Florença, Prato, Faenza, Placência e Treviso, mostram a extensão do mal, a dificuldade de contê-lo e o incentivo dado à heresia pelos escândalos do clero.”

76. “Foi no Sul da França, no entanto, que a luta foi mais mortal e a batalha foi travada até seu fim cruel.”<sup>47</sup> “A igreja admitiu que trouxera sobre si os perigos que a ameaçavam – que o alarmante progresso da heresia fora causado e promovido por negligência e corrupção clericais. Em seu discurso de abertura do grande Concílio de Latrão, Inocêncio III não teve escrúpulos em declarar aos sacerdotes reunidos: ‘A corrupção do povo tem como sua principal fonte o clero. Daí surgem os males da cristandade. A fé perece, a religião é desfigurada, a liberdade é restringida, a justiça é pisada, os hereges se multiplicam, os cismáticos se tornam ousados, os infiéis se fortalecem, os sarracenos são vitoriosos;’ e depois da tentativa fútil do concílio de atacar a raiz do mal, Honório III, ao admitir o fracasso dessa assembleia, repetiu a declaração. De fato, esse era um axioma que ninguém era tão resistente a ponto de negar; contudo, quando, em 1204, os legados a quem Inocêncio havia enviado para se opor aos albigenses lhe pediram ajuda contra prelados que

<sup>46</sup> *Ibid.*, p. 98, nota.

<sup>47</sup> *Ibid.*, p. 116, 117.

eles não haviam conseguido coagir e cuja vida infame escandalizava os fiéis e servia de argumento irresistível para o herege, Inocêncio lhes ordenou que atendessem ao objetivo de sua missão e não se deixassem desviar por assuntos menos importantes. A resposta indica de maneira justa a política da igreja. Limpar completamente o estábulo de Áugias, eliminando assim a corrupção arraigada, era tarefa da qual até o espírito destemido de Inocêncio preferia se esquivar. Parecia um plano mais fácil e esperançoso esmagar revoltas com fogo e espada.

77. No início do reinado de Inocêncio III, Raimundo VI era conde de Toulouse. “Embora não fosse herege, sua indiferença em questões religiosas o levou a tolerar a heresia de seus súditos. A maioria de seus barões eram hereges ou favoráveis à crença que, negando as pretensões da igreja, justificava a espoliação dela ou, pelo menos, os libertava de seu domínio.” Quando o Concílio de Montpelier, em 1195, pronunciou anátema sobre “todos os príncipes que negligenciavam impor os cânones de Latrão contra hereges e mercenários”, Raimundo não deu atenção ao decreto. “De fato, teria sido necessário o mais ardente fanatismo para levar um príncipe reinando em circunstâncias tão favoráveis a provocar seus vassalos, destruir seus territórios, massacrar seus súditos e convidar ataques de rivais vigilantes, com o propósito de impor uniformidade na religião e subjugação a uma igreja conhecida apenas por sua rapacidade e corrupção. A tolerância já estava durando quase uma geração; a Terra estava abençoada com paz, depois de guerra quase interminável, e todos os ditames da prudência temporal o aconselhavam a seguir os passos de seu pai. [...] Desfrutando o amor de seus súditos, nada poderia lhe parecer mais sem objetivo do que uma perseguição como a que Roma considerava ser seu dever mais indispensável.”

78. Todavia, aquele puro cristianismo que, para o papado, representava o maior mal possível, “crescia constantemente; e, a menos que detido, parecia apenas uma questão de tempo até a igreja desaparecer em todas as províncias mediterrâneas da França. No entanto, deve-se dizer, para crédito dos hereges, que não havia manifestação de espírito perseguidor da parte deles. A ávida ganância dos barões, é verdade, estava rapidamente privando os eclesiásticos de suas receitas e bens; visto que negligenciavam seus deveres, e como a lei do mais forte prevalecia, o invasor das propriedades da igreja não tinha muita vergonha em despojar monges preguiçosos e sacerdotes mundanos cujo número estava constantemente diminuindo; mas os cátaros, por mais que possam ter se considerado a igreja do futuro, parecem nunca ter pensado em expandir sua fé pela força. Argumentavam e debatiam, quando achavam um católico zeloso o suficiente para discutir com eles, e pregavam ao povo, que não tinha outra fonte de instrução; mas, satisfeitos com conversões pacíficas e zeloso trabalho missionário, viviam em perfeita amizade com seus vizinhos ortodoxos.”

79. “Para a igreja, esse estado de coisas era insuportável. *Ela sempre considerou a tolerância para com os outros uma perseguição a si mesma.* Pela própria lei de sua existência, ela não pode tolerar a rivalidade em seu domínio sobre a alma humana; e, no presente caso, como a tolerância a estava, lenta mas seguramente, levando à destruição, ela se viu forçada, pelo sendo de dever e de autopreservação, pôr um fim a uma situação tão abominável. No entanto, antes que pudesse recorrer efetivamente à força, foi obrigada a fazer o possível para persuadir, não os hereges, de fato, mas seus protetores.”<sup>48</sup>

<sup>48</sup> *Ibid.*, p. 135, 136.

80. Vimos que, em 21 de abril de 1198, menos de um mês após sua entronização, Inocêncio III havia enviado dois comissários para o Sul da França. Mas eles encontraram ali magistrados e clérigos indiferentes aos seus apelos para o esmagamento da heresia. A indiferença e, na verdade, a oposição por parte do clero era causada pelo fato de que, para se envolverem com algum sucesso na destruição dos hereges, deviam primeiro iniciar uma reforma de si mesmos; pois uma das maiores ajudas para o cristão na conquista de conversos era a vida notoriamente ímpia do clero. E os magistrados não seriam facilmente induzidos a perseguir até a morte os mais honestos e inofensivos dentre o povo, enquanto o clero, mesmo os arcebispos, levava uma vida cuja violência e licenciosidade eram evidentes a todos. Quando Pons de Rodelle, “cavaleiro conhecido por sua sabedoria e bom católico”, foi indagado sobre a razão “por que não expulsava de suas terras aqueles que estavam em erro tão flagrante”, respondeu: “Como podemos fazer isso? Fomos criados com essas pessoas. Temos parentes entre eles e vemos que vivem em retidão.” “O zelo dogmático ficava impotente diante de tanta gentileza; e podemos acreditar prontamente no monge de Vaux-Cernay, quando nos diz que os barões da terra eram quase todos protetores e acolhedores de hereges, e os amava com fervor, e os defendiam contra Deus e a igreja.”<sup>49</sup>

81. “Suficiente tempo havia sido gasto com meias-medidas, enquanto o mal aumentava cada dia em magnitude, e Inocêncio passou a fazer uso de toda a força da igreja. Acrescentou ao grupo de monges de Fontfroide, como legado principal, a Arnaldo de Citeaux, o ‘abade dos abades’, chefe da grande Ordem Cisterciense, homem austero, resoluto e implacável, cheio de zelo pela causa e dotado de rara persistência. Desde a época de São Bernardo, os abades de Citeaux pareciam sentir responsabilidade pessoal pela supressão da heresia no Languedoque, e Arnaldo estava mais preparado para o trabalho diante dele do que qualquer um de seus antecessores. Tendo assim constituído essa legação, no final de maio de 1204, Inocêncio emitiu uma nova comissão de poderes extraordinários. Os prelados das províncias infectadas foram severamente criticados pela negligência e timidez que haviam permitido que a heresia assumisse proporções alarmantes. Foram ordenados a obedecer com humildade tudo que os legados julgassem oportuno, e invocou-se a vingança da Santa Sé em caso de negligência ou contumácia. Onde quer que houvesse heresia, os legados estavam munidos de autoridade “para destruir, derrubar ou arrancar qualquer coisa que precisasse ser destruída, derrubada ou arrancada, e plantar e construir qualquer coisa que precisasse ser construída ou plantada”.

82. “Com um único golpe, a independência das igrejas locais foi destruída e uma ditadura absoluta foi criada. Além disso, reconhecendo o valor muito pequeno das censuras eclesiásticas, Inocêncio passou a apelar à força, que era evidentemente a única cura possível para o problema. Os legados foram orientados não somente a entregar todos os hereges impenitentes ao braço secular para perpétua proscricção e confisco de propriedades, mas foram autorizados a oferecer remissão completa dos pecados, o mesmo recurso utilizado numa cruzada para a Terra Santa, a Filipe Augusto e seu filho Luís Coração de Leão e a todos os nobres que ajudassem na supressão da heresia.”

83. “As classes perigosas também foram estimuladas pela perspectiva de perdão e pilhagem, por meio de uma cláusula especial que autorizava os legados a absolver todos sob excomu-

<sup>49</sup> *Ibid.*, p. 141. A partir desse ponto até o fim do capítulo, todas as citações, salvo indicação contrária, são extraídas de *History of the Inquisition*, vol. 1, p. 138-230.

nhão por crimes de violência que se unissem na perseguição de hereges – uma oferta que uma correspondência subsequente mostrou ser frutífera. Inocêncio também escreveu a Filipe Augusto e o exortou com todo o zelo a sacar a espada e matar os lobos que estavam devastando o rebanho do Senhor, aos quais ninguém havia resistido até agora. Se ele não pudesse prosseguir pessoalmente, que enviasse o filho, ou algum líder experiente, para exercer o poder que o Céu lhe conferia para esse propósito. Não apenas lhe foi prometida a remissão de pecados, como era o caso em uma viagem à Palestina, mas recebeu autoridade para apreender e adicionar a seus domínios os territórios de todos os nobres que não se unissem na perseguição e expulsão do odiado herege.”

84. Todos esses esforços, porém, foram em vão. Nem rei nem nobres, nem aventureiros estavam dispostos a responder ao chamado de Inocêncio. Um dos legados do papa ficou tão desanimado que implorou ao papa que lhe permitisse retornar à sua abadia. Um segundo apelo urgente a Filipe, em fevereiro de 1205, foi igualmente infrutífero; e uma concessão, em junho seguinte, a Pedro de Aragão, de todas as terras que conseguisse adquirir de hereges e, um ano depois, de todos os seus bens, foi também sem resultado, exceto que Pedro tomou o castelo de Escure, *pertencente ao papado*, que havia sido ocupado por cátaros. Se algo pareceu vantajoso para a causa, quando em Toulouse, em 1205, alguns hereges mortos foram processados e seus ossos exumados, isso também se perdeu com rapidez; pois a municipalidade adotou com prontidão uma lei que proibia julgamentos dos mortos que não haviam sido acusados em vida, a menos que houvessem adotado a heresia no leito de morte.”

85. No verão de 1206, os três legados do papa realizaram uma conferência juntos e decidiram desistir e reconhecer como sem esperança a tarefa para a qual haviam sido designados pelo papa. Mas, naquele momento, um bispo da Espanha passou por Languedoque e parou para visitá-los; sabendo que haviam decidido desistir do trabalho e deixar a região, sugeriu que renunciassem a “seus esplêndidos séquitos e pompa mundana e fossem entre o povo, descalços e pobres como os apóstolos, para pregar a Palavra de Deus. Essa ideia era tão inusitada que os legados hesitaram; mas finalmente consentiram, se um exemplo fosse dado por alguém em posição de autoridade.” O bispo se ofereceu para dar o exemplo desejado. Eles concordaram. O bispo despediu a todos, exceto um ouvinte. Esse ouvinte era Domingos de Gusmão, que se tornou o fundador da Inquisição e o fundador da Ordem dos Dominicanos, que por fim se tornou São Domingos.

86. O bispo, os legados, Domingos e outros que conseguiram recrutar começaram o trabalho andando entre o povo e tentando imitar os cristãos na ministração do evangelho. Seus esforços apenas ajudaram a causa cristã: *primeiro*, foi uma confissão de que as reivindicações dos cristãos com relação à separação da igreja do cristianismo estavam corretas e que seus métodos também estavam corretos; em *segundo lugar*, já que haviam adotado a profissão de pregadores da Palavra, isso provocou discussões em todos os lugares por onde passavam. Esses debates, inicialmente em residências particulares ou à beira da estrada, logo se tornaram discussões públicas entre os pregadores cristãos e esses novos pregadores católicos. Nessas discussões, presenciadas pelas multidões, foi detectada com facilidade a diferença entre o verdadeiro pregador cristão e o mero formalista, que procurava impressionar. Por três meses trabalharam com diligência, como verdadeiros evangelistas, encontrando milhares de hereges e poucos ortodoxos; mas a colheita era escassa e as conversões raramente recompensavam seus labores – na verdade, o único resul-

tado prático foi estimular os hereges a renovado zelo missionário. Um testemunho evidente da índole tolerante dos cátaros é o fato de que homens que haviam invocado os soberanos mais poderosos da cristandade para exterminá-los com fogo e espada não tenham incorrido nenhum perigo concreto numa tarefa aparentemente tão arriscada.”

87. Fica evidente que qualquer sucesso nessa missão não podia depender dessa estratégia. Os legados, portanto, decidiram recorrer novamente à espada. Os nobres da região estavam tão divididos entre si, e até em guerra, que não havia esperança de alistar a espada com sucesso, a menos que se unissem. Um dos legados, portanto, deixou sua pregação e visitou os nobres, para trabalhar com eles e promover a paz entre si. Isso ele realizou por meio de esforço diligente e pelo uso da excomunhão; e o conde Raimundo de Toulouse foi um que sofreu excomunhão. De fato, pouco foi exigido por parte do conde Raimundo para ser alvo dessa penalidade, pois “a essa altura, Raimundo havia conquistado o ódio especial dos papistas, por sua obstinada negligência em perseguir seus súditos heréticos, apesar de sua prontidão em prestar qualquer juramento que lhe fosse exigido”.

88. Inocêncio III “confirmou prontamente a sentença de seu legado, em 29 de maio de 1207, numa epístola a Raimundo, que se destacou como expressão sem reservas das paixões acumuladas durante longos anos de zelo e esforço frustrados em seus resultados. Com o uso da mais severa repreensão da retórica eclesiástica, Raimundo recebeu ameaças da vingança de Deus aqui e no além. A excomunhão e o interdito deveriam ser rigorosamente observados até que a devida penitência e obediência fossem prestadas; e foi avisado de que isso deveria ocorrer de imediato, ou seria privado de certos territórios que possuía como concessão da igreja: e se isso não bastasse, os príncipes da cristandade seriam convocados para tomar e dividir seus domínios, de modo que a terra ficasse para sempre livre da heresia. No entanto, na lista de delitos cometidos para justificar essa sentença rigorosa, todos correspondiam, há duas gerações, a práticas generalizadas em Languedoque, a ponto de ser quase consideradas parte do direito público da nação”.

89. “Inocêncio esperou um pouco para ver evidências do efeito dessa ameaça e os resultados do esforço missionário iniciado com tanta expectativa pelo bispo Azevedo. Ambos foram nulos. Raimundo, de fato, fez as pazes com os nobres provençais e foi libertado da excomunhão, mas não mostrou sinais de um despertar de sua exasperante indiferença sobre a questão religiosa, enquanto os abades cistercienses, desanimados com a obstinação dos hereges, desistiram um por um e se retiraram para seus mosteiros. [...] Tudo fora tentado e fracassara, exceto o apelo à espada, e a essa Inocêncio novamente recorreu com toda a energia do desespero. Um tom mais suave para com Filipe Augusto com relação às suas complicações matrimoniais entre Ingeburga da Dinamarca e Inês de Merânia poderia deixá-lo propenso a justificar com vigor os erros da igreja; contudo, Inocêncio, apesar de condescender com essa situação, agora se dirigiu, não apenas ao rei, mas a todos os fiéis em toda a França, e os principais magnatas foram honrados com o recebimento de cartas especiais.”

90. “Em 16 de novembro de 1207, as cartas foram enviadas, representando pateticamente o crescimento incessante e alarmante da heresia e o fracasso de todos os esforços para levar os hereges ao bom senso, amedrontá-los com ameaças ou convencê-los com lisonjas. Nada restou senão um apelo às armas; e a todos os que embarcariam nessa boa obra, as mesmas indulgências foram oferecidas como as concedidas em uma cruzada à Palestina. As terras de todos os envol-



vidos nela foram tomadas sob a proteção especial da santa igreja, e as dos hereges foram abandonadas ao despojo. Todos os credores de cruzados foram obrigados a adiar suas reivindicações sem juros, e clérigos envolvidos no empreendimento tiveram a permissão de dar em garantia seus proventos com antecedência por um período de dois anos.”

91. No entanto, mesmo essas persuasões foram todas em vão. Mas exatamente naquele momento, um dos legados do papa “se envolveu numa disputa religiosa acalorada com um dos cavaleiros da corte” de Raimundo e, na briga, foi morto. O conde Raimundo “ficou muito preocupado com um evento tão deplorável e teria tomado uma vingança sumária sobre o assassino, se não tivesse fugido e se escondido na casa de amigos em Beaucaire”. Os relatos desse assassinato, enviados ao papa por seus agentes, foram intensamente falsificados, para prejuízo do conde Raimundo. “O crime deu à igreja enorme vantagem, que Inocêncio se apressou em aproveitar ao máximo. Em 10 de março, enviou cartas a todos os prelados nas províncias infectadas, ordenando que, em todas as igrejas, todos os domingos e festas, os assassinos e seus instigadores, incluindo Raimundo, fossem excomungados com sino, livro e vela, e todo lugar amaldiçoado com a presença deles foi declarado sob interdito. Como nenhuma boa-fé devia ser mantida com quem não mantém a fé em Deus, todos os vassalos de Raimundo foram liberados de seus juramentos de lealdade, e qualquer católico tinha a autorização de pilhar suas terras; contudo, *se pedisse perdão, seu primeiro sinal de arrependimento deveria ser o extermínio da heresia em todos os seus domínios.*

92. “Essas cartas foram igualmente enviadas a Filipe Augusto e seus principais barões, com súplicas eloquentes para assumir a cruz e resgatar a igreja em perigo dos ataques dos ousados hereges; comissários foram enviados para negociar e fazer cumprir uma trégua de dois anos, entre a França e a Inglaterra, a fim de que nada interferisse na planejada cruzada.” O chefe da ordem dos monges cistercienses reuniu os chefes de sua ordem e decidiram por unanimidade dedicar todas as energias da ordem “à pregação da cruzada; e logo multidões de monges inflamados estavam excitando as paixões do povo e oferecendo redenção em todas as igrejas e em todos os mercados da Europa”.

93. Por esse apelo geral ao espírito mercenário e pela excitação das paixões selvagens de todos os reinos, Inocêncio III conseguiu, por fim, iniciar uma cruzada contra os albigenses, cuja natureza era igual em todos os aspectos à da primeira cruzada contra os turcos. O principal incentivo era que essa cruzada deveria durar apenas 40 dias; e a distância a ser percorrida a partir de qualquer dos países da Europa Ocidental não era muito grande. “O paraíso, certamente, não poderia ser conquistado em termos mais fáceis; e os pregadores não deixaram de apontar que o trabalho era pequeno e que a recompensa era ilimitada. A chama que há tanto tempo estava em combustão finalmente inflamou com toda a força.

94. “Muitos grandes nobres assumiram a cruz – o duque da Borgonha e os condes de Nevers, Saint Pol, Auxerre, Montfort, Genebra, Poitiers, Forez e outros, com numerosos bispos. Com o tempo, chegaram grandes contingentes da Alemanha, sob os duques da Áustria e Saxônia, os condes de Bar, de Juliers [Jülich] e de Berg. Os recrutas eram provenientes da distante Bremen, por um lado, e da Lombardia, por outro; e até ouvimos falar de barões eslavos deixando a terra natal do catarismo para combatê-lo na região onde ele havia alcançado desenvolvimento mais recente. Havia salvação para os piedosos, fama cavaleiresca para o guerreiro e despojo para o mundano; e o exército da cruz, recrutado da cavalaria e da escória da Europa, prometia ser

forte o suficiente para resolver de forma definitiva a questão que há três gerações desafiava todos os esforços dos fiéis.”

95. O conde Raimundo, vendo que a destruição total estava chegando, procurou fazer as pazes com Roma. “Inocência exigia que, como garantia da sua boa-fé, ele colocasse nas mãos da igreja suas sete fortalezas mais importantes, e após isso ele deveria ser ouvido e, *se pudesse provar sua inocência*, ser absolvido. Raimundo ratificou de bom grado as condições e saudou com entusiasmo Milo e Tedísio, os novos representantes da igreja, que aparentemente o trataram com tanta simpatia que, quando Milo morreu posteriormente em Arles, ele lamentou muito, acreditando que havia perdido um protetor que o teria salvado de seus infortúnios. Ele não sabia que os legados tinham instruções secretas de Inocência para distraí-lo com belas promessas, separá-lo dos hereges e, quando estes fossem destruídos pelos cruzados, os legados deveriam lidar com ele como bem entendessem. De acordo com essas orientações, ele foi manipulado com habilidade, crueldade e sem remorso. Os sete castelos foram devidamente entregues ao mestre Tedísio, o que o deixou fatalmente incapacitado para qualquer resistência; os cônsules de Avignon, Nimes e Saint-Gilles juraram renunciar à sua lealdade a ele se não obedecesse implicitamente às futuras ordens do papa, e ele foi reconciliado com a igreja por meio de uma cerimônia extremamente humilhante.

96. “O novo legado, Milo, com cerca de 20 arcebispos e bispos, foi a Saint-Gilles, local de seu suposto crime, e lá, em 18 de junho de 1209, se posicionaram diante do portal da igreja de St. Gilles. Despido até a cintura, Raimundo foi levado perante eles como penitente e jurou sobre as relíquias de Santo Egídio (St. Gilles) que obedeceria à igreja em todos os assuntos dos quais era acusado. Então o legado colocou uma estola em volta do pescoço, à moda de um cabresto, e o levou para a igreja, enquanto era flagelado com esmero nas costas e nos ombros nus, até o altar, onde foi absolvido. A multidão curiosa reunida para testemunhar a degradação de seu senhor era tão grande que o retorno pela entrada era impossível, e Raimundo foi levado para a cripta onde estava enterrado o martirizado Pierre de Castelnau, cujo espírito teve a satisfação de ver seu inimigo humilhado passar por sua tumba com os ombros ensanguentados. Do ponto de vista de um clérigo, as condições de absolvição impostas a ele não eram excessivas, embora fosse do conhecimento de todos que eram impossíveis de serem cumpridas.”

97. “Tudo o que Raimundo ganhou com esses sacrifícios foi o privilégio de se juntar à cruzada e ajudar na subjugação de seu país. Quatro dias após a absolvição, recebeu solenemente a cruz das mãos do legado Milo e prestou juramento:

“Em nome de Deus, eu, Raimundo, duque de Narbonne, conde de Toulouse e marquês de Provença, juro com a mão posta sobre os Santos Evangelhos de Deus que, quando os príncipes cruzados chegarem aos meus territórios, obedecerei a suas ordens quanto a todas as coisas, assim quanto à segurança, e a tudo que eles acharem conveniente impor para seu benefício e o de todo o exército.”

98. “É verdade que, em julho, Inocência, fiel à sua duplicidade predeterminada, escreveu a Raimundo parabenizando-o com toda gentileza por sua purgação e submissão e lhe prometendo que tudo redundaria para seu benefício tanto temporal quanto espiritual; mas o mesmo mensageiro levou uma carta a Milo, pedindo-lhe que continuasse como havia começado; e Milo,

em quem Raimundo baseava suas esperanças, logo depois de ouvir um relato de que o conde havia ido a Roma, alertou seu mestre, com extrema cautela, para não estragar o jogo. ‘Quanto ao conde de Toulouse’, escreve o legado, ‘esse inimigo da verdade e da justiça, se ele procurar a sua presença para recuperar os castelos sob minhas mãos, pois ele se gaba de que pode fazer isso com facilidade, não se deixe convencer por suas palavras, hábeis apenas para caluniar, mas deixe que ele, como bem merece, sinta a mão da igreja cada dia mais pesada sobre si.’”

99. Essa mão da igreja cada dia mais pesada o conde Raimundo já começara a sentir, pois “não demorou e a absolvição, que custara tanto, foi retirada, e Raimundo foi novamente excomungado e seus domínios submetidos a novo interdito, porque ele não havia, dentro de 60 dias, durante os quais esteve com os cruzados, realizado a impossível tarefa de expulsar todos os hereges; e a cidade de Toulouse estava sob anátema especial, porque não havia entregado aos cruzados todos os hereges entre seus cidadãos. É verdade que, posteriormente, um prazo até 1º de novembro, Dia de Todos os Santos, foi misericordiosamente concedido a Raimundo para desempenhar todas as tarefas que lhe foram impostas; mas é evidente que ele foi julgado e condenado por antecipação, e nada além de sua destruição satisfaria os legados implacáveis”.

100. “Enquanto isso, os cruzados haviam se reunido numa quantidade jamais vista na cristandade, segundo o encantado abade de Citeaux; e é bem possível que exista apenas um leve exagero na enumeração de 20 mil cavaleiros e mais de 200 mil homens de infantaria, incluindo vilões [servos feudais] e camponeses, além de dois contingentes de reforço que avançaram a partir do Oeste. Os legados haviam sido autorizados a cobrar as somas que considerassem adequadas de todos os eclesiásticos do reino e a impor o pagamento mediante excomunhão. Quanto aos leigos, suas receitas poderiam também ser apropriadas por coação sem o consentimento de seus senhores feudais. Com toda a riqueza do reino assim disponível para doações, e com o apoio inesgotável dos tesouros da salvação, não era difícil suprir o exército heterogêneo, cuja campanha se iniciou sob a arrebatadora súplica do vice-regente de Deus:

“Avante, então, valentíssimos soldados de Cristo! Vão ao encontro dos precursores do anticristo e derrubem os ministros da antiga serpente! Talvez vocês até agora tenham lutado pela glória transitória; lutem agora pela glória eterna! Vocês têm lutado pelo mundo; lutem agora por Deus! Não exortamos vocês a prestar este grande serviço a Deus por qualquer recompensa terrena; mas pelo reino de Cristo, que com toda confiança lhes prometemos!”

101. “Sob essa inspiração, os cruzados se reuniram em Lyon, no dia de São João (24 de junho de 1209), e Raimundo se apressou em sair de sua humilhação em Saint-Gilles para completar sua infâmia, liderando-os contra seus compatriotas, oferecendo-lhes seu filho como refém em garantia de sua boa-fé. Foi recebido por eles em Valence e, sob o comando supremo do legado Arnaldo, os guiou contra seu sobrinho de Béziers.” *Os católicos* das cidades e províncias destinadas à desolação, vendo que seriam subvertidas, que sua terra natal seria subjugada por estranhos e que provavelmente seus nobres nativos seriam removidos, colocaram-se na defensiva, junto com os outros. “A posição adotada por Raimundo, e a rejeição da submissão do visconde de Beziers, de fato, privaram a igreja de toda desculpa plausível para novas ações; mas os homens do Norte estavam ansiosos para concluir a conquista iniciada sete séculos antes por Clóvis, e os homens do Sul, católicos e hereges, foram praticamente unânimes em resistir à invasão, apesar

das muitas promessas dadas pelos nobres e cidades no início. Não ouvimos nada sobre dissensões religiosas entre eles e comparativamente pouco sobre assistência prestada aos invasores pelos ortodoxos, dos quais se esperava uma atitude de acolhimento dos cruzados como libertadores do domínio ou da presença de uma odiada fé antagônica. A tolerância havia se tornado habitual, e o instinto racial era forte demais para ceder ao sentimento religioso, apresentando-se quase como exemplo isolado de união étnica durante a Idade Média, quando o nacionalismo ainda não havia emergido do feudalismo e os interesses religiosos eram universalmente considerados dominantes. Isso explica o fato notável de que o curso pusilânime de Raimundo se tornou repugnante para seus próprios súditos, que constantemente o instigavam à resistência e que se apegavam a ele e a seu filho com uma fidelidade que nenhum infortúnio ou egoísmo poderiam abalar, até que a extinção do casa de Toulouse os deixou sem líder.”

102. “Raimundo Rogério, de Béziers, havia fortalecido e guarnecido sua capital, e então, para a grande consternação de seu povo, retirou-se para a fortaleza mais segura de Carcassonne. Reginaldo, bispo de Béziers, estava com as forças cruzadas e, quando chegaram à cidade, desejando com sentimento de humanidade salvá-la da destruição, conseguiu permissão do legado para poupá-la por completo se os hereges, dos quais tinha uma lista, fossem entregues ou expulsos. Nada poderia ser mais razoável, do ponto de vista dos cruzados, mas quando ele entrou na cidade e reuniu os principais habitantes, a oferta foi rejeitada com unanimidade. Católicos e cátaros estavam firmemente unidos nos laços da cidadania comum para que um traísse o outro. Eles, conforme declararam com espírito magnânimo, embora abandonados por seu senhor, prefeririam se defender até as últimas consequências, mesmo que tivessem que comer os próprios filhos.”

103. “Essa resposta inesperada provocou tanta ira no legado que jurou destruir o lugar com fogo e espada – sem poupar idade nem sexo e sem deixar pedra sobre pedra. Enquanto os chefes do exército estavam debatendo sobre o próximo passo, de repente os seguidores do acampamento, gente vil e desarmada, como relataram os legados, inspirados por Deus, correram em direção aos muros e os tomaram, sem ordens dos líderes e sem o conhecimento deles. O exército seguiu, e o juramento do legado foi cumprido por um massacre quase sem paralelo na história da Europa. Desde crianças de colo até idosos cambaleantes, ninguém foi poupado – sete mil, diz-se, foram abatidos na igreja de Maria Madalena, para a qual haviam fugido em busca de refúgio – e o número total de mortos é estabelecido pelos legados em quase 20 mil, o que é mais provável que os 60 mil ou 100 mil relatados por cronistas menos confiáveis. Um fervoroso contemporâneo cisterciense nos informa que, quando perguntaram a Arnaldo se os católicos deveriam ser poupados, ele temeu que os hereges escapassem fingindo ortodoxia e respondeu com impetuosidade: “Matem todos eles, pois Deus conhece os Seus!” Na carnificina e pilhagem desvairadas, a cidade foi incendiada e o Sol daquele terrível dia de julho se pôs sobre uma massa de ruínas fumegantes e cadáveres enegrecidos.”

104. “O terrível destino que havia atingido Béziers – num dia convertida em um monte de ruínas sombrias e silenciosas como a desolação que sobreveio à planície da Caldeia – contou às outras cidades e aldeias o destino que os esperava. Os habitantes, aterrorizados, fugiram para os bosques e cavernas. Até os castelos fortes ficaram sem moradores, e seus defensores achavam inútil pensar em se opor a um exército tão furioso e esmagador. Dispostos a saquear, queimar e massacrar,

os cruzados avançaram para Carcassonne, aonde chegaram no dia 1º de agosto. A cidade ficava na margem direita do Aude; suas fortificações eram resistentes, sua guarnição numerosa e corajosa, e o jovem conde Raimundo Rogério estava à frente deles. Os agressores avançaram para as muralhas, mas encontraram forte resistência. Os defensores derramaram sobre eles jatos de água e óleo fervendo e os esmagaram com grandes pedras e projéteis. O ataque foi novamente renovado, mas foi repellido com a mesma frequência. Enquanto isso, o serviço de 40 dias estava terminando, e grupos de cruzados, tendo cumprido os termos e conquistado o Céu, partiam para casa. O legado papal, vendo o exército se esfacelar, julgou perfeitamente correto recorrer a ardis para auxiliar seus exércitos. Oferecendo a Raimundo Rogério a esperança de uma rendição honrosa e jurando respeitar sua liberdade, Arnaldo induziu o visconde, com 300 de seus cavaleiros, a se apresentar em sua tenda. ‘Arnaldo’, diz Sismondi, ‘completamente impregnado com a máxima de Inocêncio III, de que “manter a boa-fé com os que não têm fé é uma ofensa à fé”, ordenou que o jovem visconde fosse preso, com todos os cavaleiros que o tinham seguido.”

105. “Quando a guarnição viu que seu líder havia sido preso, eles resolveram, junto com os habitantes, escapar durante a noite por uma passagem secreta conhecida apenas por eles – uma caverna de quase 20 quilômetros de comprimento, que se estendia de Carcassonne às torres de Cabardès. Os cruzados ficaram surpresos no dia seguinte, quando ninguém pôde ser visto nas muralhas; e ainda mais mortificado ficou o legado papal ao descobrir que sua presa lhe havia escapado, pois seu objetivo era converter a cidade em fogueira, com todos os homens, mulheres e crianças dentro dela. Mas se essa vingança maior estava agora fora de seu alcance, ele não desprezou a vingança menor que ainda estava em seu poder. Reuniu um grupo de cerca de 450 pessoas, uma parte consistindo de fugitivos de Carcassonne a quem havia capturado, e a outra, dos 300 cavaleiros que acompanharam o visconde; destes, queimou 400 vivos e os 50 restantes foram enforcados.” (*Wylie*).<sup>50</sup>

106. A terra desolada foi colocada sob o governo de Simão de Montfort, que era o comandante-chefe da cruzada. “Todos os dízimos e primícias deveriam ser rigorosamente pagos às igrejas; qualquer pessoa que permanecesse em excomunhão por 40 dias seria multada de acordo com sua posição; Roma, em troca dos tesouros da salvação tão prodigamente gastos, deveria receber de uma terra devastada um imposto anual de 3 *deniers* sobre cada família, enquanto um tributo anual do próprio conde foi vagamente prometido.” Quando tudo ficou assim resolvido, Inocêncio III se expressou como “cheio de alegria pelo maravilhoso sucesso que havia tomado 500 cidades e castelos das mãos dos hereges”. E então a maldição da posse e domínio papal repousou sobre a terra. “A música do trovador foi sufocada para sempre, o povo alegre mergulhou na melancolia sob o domínio dos monges, sua própria língua foi proibida e uma terrível inquisição foi estabelecida para esmagar da forma mais completa as sementes remanescentes da heresia. Todo sacerdote e todo senhor foram nomeados inquisidores, e quem abrigava um herege se tornava escravo. Até a casa em que um herege fosse encontrado devia ser demolida; nenhum leigo tinha permissão de possuir uma Bíblia; uma recompensa de 1 marco foi estabelecida para a cabeça de um herege; e

<sup>50</sup> *History of Protestantism*, livro 1, cap. 9, os dois últimos parágrafos.

todas as cavernas e esconderijos onde os albigenses se refugiassem deveriam ser cuidadosamente tapados pelo senhor daquela terra” (*Lawrence*).<sup>51</sup>

107. O conde Raimundo foi despojado de todo o seu domínio e deixado de lado pelo papado; e Honório III, sucessor de Inocêncio III, pregou uma nova cruzada, que, em 1217, invadiu os territórios que haviam caído para seu filho, Raimundo VII. “A crueldade impiedosa e a licenciosidade brutal comuns entre os cruzados, que não poupavam homem algum em sua ira e mulher alguma em suas paixões, ajudaram consideravelmente a inflamar a resistência contra o domínio estrangeiro;” mas nem o jovem Raimundo nem a terra tiveram paz até 1229. Então, na Quinta-feira Santa, 12 de abril, “diante do portal de Notre-Dame de Paris, Raimundo se aproximou humildemente do legado e implorou por reconciliação com a igreja; descalço e de camisa, foi conduzido ao altar como penitente, recebeu absolvição na presença dos dignitários da igreja e do Estado, e seus seguidores ficaram livres da excomunhão. [...] Na proclamação real do tratado, ele é representado como agindo sob o comando do legado e rogando com humildade à igreja e ao rei por misericórdia e não por justiça. Jurou perseguir a heresia com toda a sua força, incluindo hereges e adeptos, seus protetores e acolhedores, e não poupar seus parentes, amigos e vassallos mais próximos. Castigos imediatos deveriam ser infligidos sobre todos esses; e uma inquisição para descobrir essas pessoas teria que ser instituída da forma que o legado determinasse, e Raimundo concordou em oferecer a vultosa recompensa de 2 marcos por cabeça para cada herege declarado (“consumado”) capturado durante dois anos, e 1 marco para sempre a partir de então. Quanto a outros hereges, seus simpatizantes, acolhedores e defensores, ele concordou em fazer o que o legado ou o papa ordenasse. Além disso, seus *baillis*, ou oficiais locais, deveriam ser bons católicos, livres de toda suspeita. Ele deveria defender a igreja, todos os seus membros e privilégios; impor suas censuras confiscando a propriedade de todos os que permanecessem por um ano sob excomunhão. [...] Um juramento ainda deveria ser prestado em relação ao seu povo, renovável a cada cinco anos, obrigando-os a fazer guerra ativa contra todos os hereges, seus partidários, acolhedores e patronos, e ajudar a igreja e o rei a reprimir a heresia.”

108. E, diante de tudo isso, a igreja tinha a hipocrisia descarada de professar que “mantiha as mãos livres de sangue”. Contudo, “apesar de qualquer escrúpulo que a igreja teve durante os séculos 11 e 12 quanto ao seu dever com relação à heresia, não possuía nenhum quanto ao dever do poder secular, embora mantivesse suas próprias mãos livres de sangue. Uma prática respeitável desde os primeiros tempos proibia qualquer eclesiástico de se envolver em julgamentos envolvendo morte ou mutilação, e até de estar presente na câmara de tortura onde os criminosos eram colocados no cavalete. Essa sensibilidade continuou e até foi exagerada no tempo da mais sangrenta perseguição. Enquanto milhares estavam sendo massacrados em Languedoque, o Concílio de Latrão, em 1215, reviveu os cânones antigos proibindo eclesiásticos de proferir julgamento de sangue ou de estar presentes em execuções. Em 1255, o Concílio de Bordéus acrescentou a isso a proibição de ditar ou escrever cartas relacionadas a esses julgamentos; e o de Buda, em 1279, ao repetir esse cânone, anexou uma cláusula que proibia os clérigos de praticar qualquer cirurgia que exigisse queima ou corte. A contaminação de sangue era ressentida com

<sup>51</sup> *Historical Studies*, p. 49.

tanta seriedade que uma igreja ou cemitério em que o sangue fosse derramado não podiam ser usados até que fossem reconciliados, e isso era levado tão longe que os padres eram proibidos de permitir que os juizes administrassem a justiça nas igrejas, porque casos que envolvessem punição corporal poderiam ser julgados diante deles”.

109. “Se esse recuo da participação na imposição de sofrimento humano fosse genuíno, teria sido digno de todo respeito; mas *era apenas um dispositivo para evitar a responsabilidade pelos próprios atos*. Em processos por heresia, o tribunal eclesiástico não aplicava nenhuma sentença envolvendo sangue. Apenas considerava o acusado herege e o “tranquilizava”, ou o entregava às autoridades seculares, com a súplica hipócrita de que fossem misericordiosos com ele, poupassem sua vida e não derramassem seu sangue. A relevância concreta desse pedido de misericórdia pode ser avaliada com facilidade pela teoria da igreja quanto ao dever do poder temporal. Os inquisidores impunham como regra legal que a mera crença de que perseguição por causa de consciência era pecaminosa constituía em si heresia, passível de ser castigada com todas as penalidades de crime imperdoável.”

110. “*A igreja encarregou-se, assim, de coagir o soberano à perseguição*. Ela não queria saber de misericórdia, nem de conveniência. O monarca mantinha a coroa pelo compromisso de extirpar a heresia, de certificar-se de que as leis fossem rigorosas e aplicadas sem piedade. Qualquer hesitação era punida com excomunhão, e se isso se mostrasse ineficaz, seus domínios ficavam expostos ao primeiro aventureiro audacioso, ao qual a igreja supriria um exército para destroná-lo. A questão em pauta nas cruzadas albigenes era se essa nova característica da lei pública da Europa iria se estabelecer. As terras de Raimundo foram confiscadas *simplesmente porque ele não queria exterminar hereges*, e as que seu filho reteve foram tratadas como dádiva recente por parte da coroa. O triunfo do novo princípio foi completo e nunca mais foi questionado.”

111. “Isso se aplicava desde o mais elevado até o mais inferior, e a igreja fez com que todos os dignitários sentissem que seu cargo era um ofício em uma teocracia universal, em que todos os interesses estavam subordinados ao grande dever de manter a pureza da fé. A hegemonia da Europa foi concedida ao Sacro Império Romano, e sua coroação era uma cerimônia religiosa estranhamente solene, na qual o imperador era admitido nas ordens inferiores do sacerdócio e recebia a autoridade de anatematizar toda heresia que se levantasse contra a santa Igreja Católica. Ao entregar-lhe o anel, o papa lhe dizia que se tratava de um símbolo de que deveria destruir a heresia; e ao cingi-lo com a espada, que ele deveria destruir os inimigos da igreja. [...] De fato, de acordo com os altos clérigos, a única razão da transferência do império dos gregos para os alemães era para que a igreja tivesse um agente eficiente. Os princípios aplicados a Raimundo de Toulouse foram incorporados na lei canônica, e todo príncipe e nobre foi levado a entender que suas terras seriam expostas ao saqueador, se, após a devida notificação, hesitasse em esmagar a heresia. Oficiais menores estavam submetidos à mesma disciplina. [...] Do imperador ao camponês mais pobre, o dever de perseguição foi imposto com todas as sanções, espirituais e temporais, que a igreja poderia ordenar. O governante deveria não somente adotar leis rigorosas para punir os hereges, mas ele e seus súditos deveriam providenciar para que fossem executadas de forma enérgica; pois qualquer negligência em tornar a perseguição efetiva era interpretada, na lei canônica, como defesa da heresia e tornava o culpado alvo de punições.”

112. “Constitui completa perversão moderna da história assumir, como fazem os apolo-  
gistas, que o pedido de misericórdia era sincero e que o magistrado secular, e não a Inquisição, era  
responsável pela morte do herege. Podemos imaginar o divertido sorriso de surpresa com o qual  
Gregório IX ou Gregório XI teria escutado a dialética com a qual o conde Joseph de Maistre  
prova que é um erro supor, e muito mais afirmar, que os padres católicos possam de alguma forma  
ser instrumentos para maquinar a morte de seus semelhantes.”

113. “Dessa forma, todos os cristãos foram não somente levados a sentir que era seu mais  
alto dever ajudar no extermínio dos hereges, mas também ensinados a denunciá-los às auto-  
ridades, independentemente de todas as considerações, humanas ou divinas. Nenhum laço de  
parentesco servia de desculpa para ocultar a heresia. O filho devia denunciar o pai, e o marido  
era culpado se não entregasse a esposa a uma morte terrível. Todo vínculo humano se rompia  
pela culpa da heresia; as crianças eram ensinadas a abandonar os pais, e mesmo o sacramento do  
matrimônio não podia unir uma esposa ortodoxa a um marido descrente. Qualquer promessa  
poderia ser quebrada. Era uma regra antiga que não se deveria manter a boa-fé com os hereges  
– como Inocêncio III enfatizou com todo vigor: ‘Segundo os cânones, a boa-fé não deve ser  
mantida com quem não mantém a fé em Deus.’”



## CAPÍTULO 20

---

# A ANARQUIA DO PAPADO

*Clemente V Destrói os Templários – João XXII Tributa o Pecado – O Imperador contra João XXII – Nicolau Renuncia em Favor de João – O Tesouro Deixado por João XXII – “Tão Bêbado quanto um Papa” – Jubileu Reduzido a 50 Anos – Clemente VI a seus Cardeais – O Papado Retorna a Roma – Roma Exige um Papa Romano – Urbano VI é Repudiado – O Papado com Duas Cabeças – A Anarquia Aumenta – Simonia Universal – A Universidade de Paris sobre o Papado – “Papa Eu Sou; Papa Eu Continuarei” – Esforços Papais em Prol da Unidade – Cardeais se Unem contra Ambos os Papas – O Concílio de Pisa – A Confusão se Torna ainda Pior – O Papado com Três Cabeças – O Concílio de Constança – O Papa João Foge – Papa João XXIII Deposto – Gregório XII Assume o Concílio – Um Único Papa Novamente – O Pináculo da Blasfêmia.*

COM Bonifácio VIII, o papado havia alcançado o auge do poder e da glória mundana. Todos os reinos do mundo e a glória deles lhe pertenciam. Ele passou então a desfrutar com diligência o prazer de tudo isso. E a conduta dos papas no desfrutar desse poder e glória correspondeu exatamente à maneira como os imperadores da Roma antiga desfrutavam do poder e da glória que Roma alcançara no reinado de Augusto. Com uma mudança que se limitaria quase somente à inserção dos nomes dos papas no lugar dos nomes dos césares – Tibério, Calígula, Cláudio, Nero –, o relato de Suetônio sobre a vida dos césares se encaixaria com muita facilidade na vida dos papas no século 14.

2. O sucessor imediato de Bonifácio VIII reinou menos de um ano, de 27 de outubro de 1303 a 6 de julho de 1304. Parece que ele realmente fez esforços honestos na reforma dos eclesiásticos, e isso provocou oposição e ódio muito violentos contra ele a ponto de fazer com que seu mandato terminasse tão breve assim, por envenenamento. Na sua morte, houve dois partidos rivais que visavam a posse do papado. Esses dois partidos eram os guelfos e os gibelinos. A influência desses dois partidos entre os cardeais era tão equilibrada que os cardeais foram obrigados a terminar o conclave sem eleição. Mas pela interferência do rei Filipe, o Belo, da França, chegou-se a uma eleição com a escolha do arcebispo de Bordéus. Ele foi entronizado em Lyon. “As cerimônias ocorreram na igreja de São Justo em 14 de novembro de 1305, na presença de muitos bispos, arcebispos, reis, príncipes e senhores”. Ele assumiu o nome de

CLEMENTE V, 14 DE NOVEMBRO DE 1305 A 20 DE ABRIL DE 1314.

“Após a missa, ele voltou a seu palácio, seguido por cardeais, nobres e monges e um imenso séquito de pessoas. Os reis da França e de Aragão guiavam pela rédea um cavalo branco, em que o papa, vestido com ornamentos pontifícios e usando sua tiara, estava montado.

3. “Assim que a procissão chegou ao pé da colina sobre a qual a igreja de São Justo está construída, os reis cederam seu lugar, ao lado de Clemente, a Carlos de Valois e Luís de Évreux, os dois irmãos de Filipe. Mal havia sido feita essa alteração, quando um estrondo horrível foi ouvido; uma parede antiga, no qual um andaime havia sido erguido [para a multidão de observadores], caiu na comitiva e derrubou todos os que estavam nele. O conde de Valois e o rei da França ficaram gravemente feridos; o próprio pontífice foi jogado do cavalo, e, no tumulto, um grande diamante de valor considerável foi roubado de sua tiara. Seu irmão, Gaillard de Got, foi morto no mesmo instante, com o duque da Bretanha e muitos senhores e sacerdotes. Vários cardeais, já descontentes com Clemente, aproveitaram a ocasião do acidente para proclamar abertamente sua intenção de retornar à Itália; mas o papa imediatamente lhes informou que sabia como constrangê-los a obedecer à sua vontade e permanecer na cidade em que queria que habitassem.

4. “Alguns dias depois, Clemente celebrou sua primeira missa pontifícia e deu uma grande festa a toda a sua corte. Como poderíamos supor, as mais deliciosas carnes e vinhos da França foram servidos em abundância, de modo que, no final do banquete, já um pouco embriagados, deixaram de lado a reserva. Uma palavra imprudente provocou uma briga entre os cardeais e o santo padre; começaram com palavras e partiram para golpes; punhais saltaram de suas bainhas e um dos irmãos do papa foi morto diante de seus olhos” (*De Cormenin*).<sup>1</sup>

5. “Durante sua estada em Lyon, o pontífice, embora muito entristecido pela morte de seus irmãos, não esqueceu os interesses de sua Sé. Exorquiu enormes quantias dos bispos e abades da França que compareceram à sua corte; e quando percebeu que o medo de ser despojado impedia o clero de visitá-lo, decidiu fazer uma viagem pelas dioceses. Passou por muitas cidades e, em toda parte, carregava tesouros das igrejas e mosteiros. Conta-se que ele levou cinco dias inteiros para carregar da rica abadia de Cluny o ouro e a prata que encontrou nos porões dos monges. Ele compeliu Giles, o arcebispo de Bourges, a pagar uma multa tão elevada por não o ter visitado, que o infeliz prelado foi obrigado a viver para sempre de esmolos. Não contente com suas próprias extorsões, ao retornar a Bordéus, enviou três legados – Gentio de Montefiore, Nicolas de Freauville e Tomás de Jorz – para extorquir o clero inferior da Igreja Gálica. Eles impuseram contribuições tão onerosas aos sacerdotes e exigiram o pagamento com tanto rigor que estes, em desespero, apresentaram queixas ao monarca.

6. “Filipe instruiu Milon de Noyers, o marechal da França, a ir até o santo padre e queixar-se contra seus extorsores e conseguir o retorno deles. Mas essa embaixada, em vez de deter o mal, o aumentou. O papa, temendo que medidas enérgicas fossem tomadas para impedir sua expedição de financiamento, pediu o recebimento urgente do dinheiro e ordenou que seus legados fossem mais severos e colocassem em leilão todas as dignidades eclesiásticas. Também resolveu usar os tribunais da Inquisição, que Branca de Castela e São Luís haviam dado à França, de modo a se valer dos decretos do Quarto Concílio de Latrão, que estipulavam que a propriedade dos hereges e seus cúmplices pertencia à Santa Sé, sem que os filhos ou parentes dos condenados pudessem reivindicar a mínima parte. Como apenas Filipe poderia oferecer oposição séria,

<sup>1</sup> *History of the Popes*, Clemente V.

o papa decidiu confederar-se com ele para benefício mútuo e ofereceu dividir com ele a imensa riqueza dos templários e hospitalários, a quem propôs atacar como hereges.

7. Esse esquema foi realizado com êxito; e o papa e o rei “dividiram entre si as riquezas dos templários. Filipe ficou com a terra, e Clemente pegou todos os ornamentos de ouro e prata e o dinheiro cunhado. O papa estabeleceu sua residência na cidade de Avignon, que durante 74 anos – 1304-1378 – continuou sendo a residência dos papas. Clemente realizou um concílio geral em Viena. Henrique VII deveria ser coroado imperador. A coroa imperial só poderia ser recebida em Roma. O papa “comissionou cinco cardeais para levar adiante, em seu lugar, a coroação do imperador e enviou uma bula na qual toda a audácia pontifícia foi exibida à luz do dia”. Na bula Clemente V disse a Henrique VII:

“Saiba, príncipe, que Jesus Cristo, o Rei dos reis, deu à Sua igreja todos os reinos da terra; por isso, imperadores e reis devem servir de joelhos a nós, que somos os representantes e vigários de Deus.”

8. Quando Clemente morreu, “seus tesouros foram saqueados. Os cardeais apreenderam enormes somas de dinheiro cunhado. Bernardo, conde de Lomagne, sobrinho e servo do papa morto, carregou cálices e ornamentos no valor de mais de 100 mil florins. A condessa de Foix roubou todas as joias do santo padre, como parte da partilha. E não houve servos nem amantes dos cardeais que não fossem enriquecidos pelos despojos do soberano pontífice. [...] Quando não restava mais nada no tesouro da igreja, os cardeais, em número de 23, foram para Carpentras e trancaram-se no palácio episcopal para proceder à eleição de um novo papa. Mal haviam feito isso, quando um terrível tumulto eclodiu na cidade; os sacerdotes da corte de Clemente e os domésticos dos cardeais que não haviam feito parte do cortejo do papa e que, conseqüentemente, não haviam participado do saque chegaram a Carpentras, furiosos por terem sido privados de espólio tão rico. Como sabiam da impossibilidade de seus senhores se oporem a seus desígnios, atravessaram as ruas com tochas acesas e atearam fogo nas casas, para roubarem com maior facilidade os habitantes no tumulto geral. Felizmente, estes logo ganharam a ascensão e dominaram os padres forasteiros. Em consequência dessa revolta, um pânico tomou conta dos cardeais; deixaram Carpentras furtivamente, para escapar da vingança popular, e se retiraram para seus magníficos palácios em Avignon, ou para suas casas de campo, sem se importarem com o cristianismo, preferindo gastar com suas amantes o dinheiro que os fiéis haviam dado a Clemente IV, o qual haviam dividido entre si”.<sup>2</sup>

9. Dois anos completos se passaram sem a eleição de um papa. Por fim, o rei da França “foi à cidade de Lyon, de onde escreveu aos cardeais que o procurassem em segredo, prometendo a tiara a cada um deles. No dia marcado, todos chegaram misteriosamente à cidade e foram ao mosteiro dos Irmãos Pregadores, onde Filipe estava. Assim que apareceram no convento, foram presos e confinados em um grande salão. Filipe então os informou de que os manteria presos até que nomeassem um pontífice”. O rei ordenou que fossem alimentados apenas com pão e água. No final de 40 dias, sem terem chegado a um acordo quanto à escolha de um papa, concordaram “em comissionar o cardeal Tiago d’Euse para escolher o mais digno dentre eles como soberano

<sup>2</sup> *Ibid.*

pontífice”. O digno cardeal “colocou a tiara na própria cabeça”. E como foi a escolha unânime dos cardeais que Tiago d’Euse escolhesse o papa, e ele mesmo escolheu a si mesmo, sua eleição foi aceita por unanimidade e foi proclamado papa

## JOÃO XXII, 21 DE SETEMBRO DE 1316 A 4 DE DEZEMBRO DE 1334.

10. João tinha 70 anos de idade. O fato de os cardeais terem se unido e confiado nele para escolher o mais digno dentre eles como papa deixa evidente que ele tinha razões para merecer tal confiança. Mas, se este for o caso, e quaisquer que sejam as reivindicações de dignidade que tivesse, depois de se tornar papa “tornou-se mais orgulhoso, mais enganoso e mais ganancioso do que seus antecessores. Ele não estava contente com as receitas comuns da igreja e com as enormes somas que os inquisidores lhe pagavam como parte dos confiscos; ele as aumentou, especulando sobre a corrupção humana, e vendeu publicamente a absolvição por parricídio, assassinato, roubo, incesto, adultério, sodomia e bestialidade. Ele próprio pôs em forma escrita esse imposto da corte de justiça apostólica, o qual, caudaloso como o rio Pactolo, fluía sobre todos os vícios da humanidade e se transformava em *libras tornesas* [antiga moeda francesa] ou belos centavos de ouro e que desaguava no tesouro pontifício, o verdadeiro oceano que tragava a riqueza das nações. Foi ele também quem primeiro adicionou uma terceira coroa à tiara papal, como símbolo do triplo poder dos papas sobre o céu, a terra e o inferno, e que se tornou o emblema de seu orgulho, avareza e lascívia.”

11. A lista de impostos elaborada por João XXII, aplicada às práticas licenciosas de eclesiásticos, sacerdotes, freiras e leigos; aos assassinatos e outras perversidades, bem como a crimes menores e violações de regras monásticas e exigências eclesiásticas, tal lista é suficiente para cobrir quase todos os pecados que a humanidade pudesse cometer. No entanto, todos esses pecados eram regularmente tributados a uma certa taxa, calculada com base no “sou” (centavo) e até mesmo no “denier”. De modo que é literalmente verdade que parte significativa das receitas do papado derivava-se de um imposto regularmente fixado sobre os pecados humanos. Bem exclamou o abade de Usperg: “Ó vaticano, regozije-se agora, pois todos os tesouros estão abertos para você – você pode sacar deles com mãos cheias! Regozije-se com os crimes dos filhos dos homens, pois a sua riqueza depende do desamparo e iniquidade deles! Incite-os à devassidão, estimule o estupro, incesto e até parricídio; pois, quanto maior o crime, mais ouro lhe trará. Alegre-se! Cante canções de alegria! Agora, a raça humana está sujeita às suas leis! Agora você reina por meio da depravação da moral e da inundação de pensamentos desprezíveis. Os filhos dos homens agora podem cometer com impunidade todo crime, pois sabem que você os absolverá por um pouco de ouro. Contanto que o pecador lhe traga ouro, que seja manchado de sangue e luxúria; você abrirá o reino dos Céus a devassos, sodomitas, assassinos, parricidas. O que posso dizer? Até o próprio Deus você venderia por ouro!”<sup>3</sup>

12. Em 1319, o papa João descobriu que Clemente V, “antes de sua morte, havia depositado uma grande quantia em dinheiro, em vasos de ouro e prata, roupas, livros, pedras preciosas e outros ornamentos, com importantes documentos e escrituras, no castelo de Mouteil”, aos cuidados do senhor do castelo. O papa exigiu que o senhor do castelo lhe entregasse toda essa

<sup>3</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, João XXII, onde uma considerável porção da lista é dada.

riqueza. O montante chegava quase a 4,5 milhões de dólares. O senhor sob cuja guarda a riqueza havia sido depositada alegou que tudo havia sido gasto e principalmente por outros que não ele. Ele se permitiu ser julgado em vez de pagar; no julgamento garantiu absolvição. Mas o acontecimento dá testemunho indiscutível do que os papas faziam com os vastos tesouros que, de toda Europa, eram despejados em suas mãos.

13. O imperador Luís da Baviera estava sob o descontentamento de João. A cidade de Roma tinha extrema inveja da cidade de Avignon, porque Avignon tinha a glória, a pompa e as despesas da corte papal. Roma convidou o papa João a vir com sua corte para Roma. Mas João permaneceu em Avignon. Roma notificou-o de que, se não respondesse ao chamado, eles receberiam seu inimigo, Luís da Baviera; pois “uma corte eles teriam: se não a do papa, então a do imperador”. Havia mais do que isso nessa ameaça. Pois, se o imperador viesse a Roma para ser coroado, estando ele em guerra com o papa João e sendo essencial a presença de um papa para coroá-lo, ele poderia fazer o que muitos imperadores já haviam feito antes: criar um papa; então teriam uma corte imperial e outra papal. Por meio de sentenças ambíguas, implicando meias promessas e ao mesmo tempo as negando, João respondeu aos romanos sobre sua intenção de ir a Roma com sua corte; mas, quanto ao recebimento do imperador, tentou dissuadi-los de se unirem ao inimigo da igreja. Contudo, como João não lhes atendeu o pedido, Roma deu as boas-vindas ao imperador e lutou por ele contra seus oponentes na Itália.

14. Domingo, 17 de janeiro de 1328, foi o dia escolhido pelo imperador para sua coroação. Dois bispos fizeram as vezes de papa e cardeais em sua coroação. Então, como imperador, no dia seguinte subiu em um palco elevado em frente da catedral de São Pedro e “sentou-se num esplêndido trono. Ele usava as vestes de púrpura e a coroa imperial; na mão direita, levava o cetro de ouro; na esquerda, a maçã de ouro. Ao seu redor havia prelados, barões e cavaleiros armados; a população encheu o amplo espaço. Um irmão da Ordem dos Eremitas avançou até o palco e gritou em alta voz: ‘Existe algum procurador que defenderá o padre Tiago de Cahors, que denomina a si mesmo de papa João XXII?’ Três vezes proferiu a convocação; não houve nenhuma resposta. Um abade erudito da Alemanha subiu ao palco e fez um longo sermão em eloquente latim sobre o texto: ‘Este é o dia das boas novas’. Os tópicos foram habilmente escolhidos para causar o devido impacto em um público turbulento. ‘O santo imperador, ao contemplar Roma, a cabeça do mundo e da fé cristã, destituída de seu trono temporal e espiritual, deixou seu próprio reino e seus filhos pequenos para restaurar a dignidade dela. Em Roma, ele ouviu que Tiago de Cahors, chamado papa João, havia decidido mudar os títulos dos cardeais e transferi-los também para Avignon; que ele havia proclamado uma cruzada contra o povo romano; portanto, os procuradores do clero romano e os representantes do povo romano imploraram para que ele considerasse o dito Tiago de Cahors herege e agisse contra ele, para fornecer à igreja e ao povo de Roma, como o imperador Otão fizera, um pastor santo e fiel’ (*Milman*).<sup>4</sup>

15. Em seguida, o pregador denunciou o papa João com acusações de heresia. Alegou que, quando o papa João foi instado a guerrear contra os sarracenos, ele respondeu: “Temos sarracenos o suficiente em casa”. Afirmou que o papa João XXII havia dito que Cristo, “cuja

<sup>4</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 12, cap. 7, par. 36.

pobreza estava entre Suas perfeições, possuía propriedades em comum com Seus discípulos”. Afirmou que o papa João havia declarado que “ao papa pertence todo poder, tanto temporal quanto espiritual”; “ao contrário do que ensina o evangelho, que mantém os direitos de César e afirma que o reino do papa é puramente espiritual. Por esses crimes, portanto, de heresia e traição, o imperador, pela nova lei e por outras leis, canônicas e civis, remove, destitui e priva Tiago de Cahors do ofício papal, deixando para quem tiver jurisdição temporal a incumbência de executar sobre ele as penas de heresia e traição. De agora em diante, nenhum príncipe, barão ou cidadão comum deverá considerá-lo papa, sob pena de condenação como partidário de sua traição e heresia; metade da pena será destinada ao tesouro imperial, metade ao povo romano”. Ele então anunciou que o imperador Luís da Baviera havia prometido que em poucos dias “daria um bom papa e um bom pastor para o grande consolo de Roma e de toda a cristandade”.

16. Em 23 de abril, na presença de senadores e pessoas, o imperador publicou uma lei que estipulava “que o papa a ser nomeado e todos os futuros papas deveriam residir, exceto por três meses no ano, em Roma; que, quando em viagem, não deveria se ausentar da cidade, exceto com a permissão do povo romano, por mais de dois dias; e que, ao ser convocado para retornar, se fosse desobediente à convocação, poderia ser deposto e outro escolhido em seu lugar”. Em 12 de maio, o imperador voltou a ocupar o trono, com um certo frade, Pedro de Corvara, ao seu lado. Um sermão foi pregado a partir do texto: “Então Pedro, caindo em si, disse: [...] O Senhor enviou o Seu anjo e me livrou da mão de Herodes” (Atos 12:11). O papa João era Herodes, e o imperador era o libertador angélico. Então, um bispo perguntou três vezes à população se eles gostariam de ter “o irmão Pedro como papa de Roma”. A resposta, alta e unânime, foi afirmativa. O decreto foi então lido: “o imperador levantou-se, pôs no dedo do frade o anel de São Pedro, vestiu-o com o manto e o saudou com o nome de

#### NICOLAU V, 12 DE MAIO DE 1328 A 24 DE AGOSTO DE 1329.

17. O próprio imperador foi coroado novamente pelo novo papa. O novo papa nomeou imediatamente sete cardeais e, assim, estabeleceu uma corte papal; e aquele que tinha sido proclamado como o representante da pobreza apostólica começou logo a exibir todo a pompa de uma corte. Seus cardeais cavalgavam “em corcéis imponentes, presentes do imperador, com criados, até cavaleiros e escudeiros”; desfrutavam de banquetes esplêndidos e caros. E o novo papa, como os papas de Avignon, mantinha essas extravagâncias de sua corte com a venda de privilégios e benefícios eclesiásticos, confiscando a riqueza, mesmo as lâmpadas, das igrejas. A disputa entre os dois papas “dividiu toda a cristandade. Nas partes mais remotas havia frades errantes que denunciavam a heresia do papa João “e defendiam a causa do imperador e do papa Nicolau. “Na Universidade de Paris, havia homens de pensamento profundo que mantinham as mesmas opiniões e a quem as autoridades da Universidade eram obrigadas a tolerar.” Toda a Europa parecia prestes a ser dividida. Dois homens foram queimados em Roma por negar que Nicolau V era papa legítimo; e o papa João era queimado em efígie. O papa Nicolau “ameaçava todos os que aderissem a seu adversário não apenas com excomunhão, mas com a estaca”.<sup>5</sup>

<sup>5</sup> *Ibid.*, par. 43-45.

18. Em outubro, o imperador e Nicolau foram primeiro a Viterbo, em seguida a Pisa, e Nicolau em todas as ocasiões emitia decretos anatematizando o “pretense papa”, João XXII. O imperador retirou-se para Trento, no Tirol. Pisa repudiou o papa Nicolau V. Ele fugiu; depois recuou e refugiou-se no palácio de um nobre que era seu amigo. O papa João XXII escreveu ao nobre uma carta pedindo-lhe que “entregasse o filho do inferno, o aprendiz da maldição”. O papa Nicolau V se rendeu e clamou por misericórdia ao papa João XXII. Ele escreveu o seguinte ao papa João:

“Ouvi acusações contra você e sua corte de heresia, extorsão, simonia, devassidão e assassinatos, o que tornou você, aos meus olhos, o mais execrável dos pontífices. Então pensei que era meu dever não recusar a tiara, a fim de libertar a igreja de um papa que estava levando os fiéis ao abismo. Desde então tenho aprendido, por experiência própria, como é difícil viver vida santa na cadeira do apóstolo, e confesso que ninguém é mais digno do papado do que você. Por isso, renuncio a essa dignidade e abdicarei solenemente em sua presença, no lugar que você achar por bem designar.”<sup>6</sup>

19. O nobre sob cuja proteção Nicolau se encontrava pediu a João XXII que a vida de Nicolau V fosse poupada e que fosse absolvido do crime de ter sido papa. O papa João XXII encarregou o arcebispo de Pisa de receber a submissão do papa Nicolau V. Na grande catedral de Pisa, o papa Nicolau V renunciou ao papado e condenou como heréticos e ímpios todos os seus atos papais. Ele foi então enviado para Avignon, para encontrar-se com o papa João XXII. “No dia seguinte à sua chegada a Avignon, foi introduzido no consistório completo com um cabresto no pescoço. Jogou-se aos pés do papa, implorando misericórdia e execrando sua própria impiedade.” Alguns dias depois, compareceu novamente diante do papa e dos cardeais, leu uma longa confissão, renunciou ao imperador Luís e o condenou como herético e cismático. Ele foi autorizado a viver no palácio papal, mas “vigiado de perto e isolado da relação com o mundo, tendo, contudo, a permissão de fazer uso de livros e de todos os serviços da igreja”.

20. Uma parte dos monges franciscanos vagava por toda parte pregando a pobreza absoluta como a perfeição do cristianismo. Denunciavam o luxo dos papas e até o próprio papado como “a grande meretriz do Apocalipse”. Clemente V perseguira muitos deles até a morte; e João XXII seguiu seus passos. “Onde quer que estivessem, João os perseguia com seus decretos de perseguição. A Inquisição foi instruída a procurá-los em seus mais remotos refúgios; o clero foi instruído a denunciá-los todos os domingos e em todos os festivais.”

21. As reivindicações do papado não foram de forma alguma relaxadas. O papa João XXII, em um de seus decretos, declarou que:

“Somente ele [o papa] promulga lei; somente ele é absolvido de toda lei. Somente ele se assenta na cadeira de São Pedro, não como mero homem, mas como homem e Deus. [...] Sua vontade é lei; o que for do seu agrado tem a força da lei.”<sup>7</sup>

22. Ele publicou um tratado, no qual expôs as reivindicações do papado da seguinte forma: “Assim como Jesus Cristo é reconhecido como o Pontífice, Rei e Senhor do Universo, também o Seu vigário na Terra não pode ter igual. E visto que o mundo inteiro pertence a Deus, deve da mesma forma pertencer ao papa. Imperadores, reis e príncipes não podem ser

<sup>6</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, na seção sobre Nicolau V, antipapa.

<sup>7</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 12, cap. 6, par. 5 a partir do fim.

reconhecidos como legítimos, a menos que tenham recebido seus Estados como feudos do chefe da igreja, que possui esse imenso poder, não pelo direito da espada, mas pelo direito divino. Pois Jesus deu a São Pedro as chaves, não apenas a *chave* do reino dos Céus, mas uma para as coisas espirituais e outra para as coisas temporais. Os fiéis devem obedecer somente a Deus e ao papa. E quando os reis recusam a obediência à Santa Sé, eles se colocam fora do seio da igreja; condenam-se com a própria boca como hereges; e, conseqüentemente, devem ser entregues aos inquisidores para serem queimados para a edificação dos fiéis.”<sup>8</sup>

23. O papa João XXII morreu em 1334, com quase 90 anos. “Depois de sua morte, encontraram em seu tesouro 18 milhões de florins [cerca de 43,5 milhões de dólares] em dinheiro cunhado, além de seus vasos, cruzeiros, mitras e pedras preciosas, avaliadas em 7 milhões de florins [cerca de 17 milhões de dólares]. Posso prestar testemunho verdadeiro disso, porque meu irmão, homem digno de confiança, que era um dos fornecedores da corte pontifical, estava em Avignon quando os tesoureiros fizeram seu relatório aos cardeais. Essa imensa riqueza, e maior ainda a que o santo padre gastara, eram fruto de seus esforços, isto é, a venda de indulgências, benefícios, dispensas, reservas, fianças e anatas. Mas o que mais contribuiu para aumentar seus tesouros foi o imposto que os chanceleres apostólicos cobravam pela absolvição de todos os crimes.”<sup>9</sup> Esse mesmo escritor bem observa: “O bom homem tinha esquecido esses dizeres: ‘Não acumuleis tesouros sobre a terra.’” E essa grande soma que foi encontrada nos cofres de João XXII após sua morte correspondia ao que sobrou “além e acima dos gastos extravagantes nas guerras italianas; da manutenção de seu filho ou sobrinho marcial, o cardeal legado, à frente de um grande exército; da sua provisão profusa para outros parentes” e das enormes despesas da corte de Avignon. Por tudo isso, pode-se conjecturar qual era a imensidão das receitas papais.

24. “Uma grande fonte de sua riqueza era notória à cristandade. Sob o pretexto de desencorajar a simonia, ele passou a controlar toda a concessão de benefícios eclesiásticos em toda a cristandade. Além disso, pelo sistema de reservas papais, ele nunca confirmava a promoção direta de qualquer prelado, mas promovia de forma habilidosa cada bispo a um bispado ou arcebispado mais rico, e assim por diante até um patriarcado. Como em cada vacância anatas ou primeiros frutos eram pagos, seis ou mais taxas eram acrescentadas ao tesouro. No entanto, esse papa – apesar de sua grande rapacidade e espírito severo e implacável; apesar de ser perseguidor cruel e revelar contentamento diante da derrota e até do massacre de seus inimigos – tinha grande fama de piedade e de erudição. Todas as noites se levantava para orar e estudar e todas as manhãs assistia à missa” (*Milman*).<sup>10</sup>

25. Quando os cardeais, após a morte de João, entraram em conclave para a eleição de um novo papa, houve as mesmas dificuldades que antes em chegar a uma eleição; pois não estavam dispostos a eleger, se pudessem evitar, um papa que não permanecesse em Avignon. Houve um acordo geral em favor de um deles; mas exigiram a promessa de que continuaria a reinar em Avignon, a que ele respondeu: “Eu preferiria desistir do cardinalato a aceitar o papado em tais condições”. Isso destruiu todas as suas chances; e, ao jogar contra o tempo, cada um pensou em

<sup>8</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, seção sobre Nicolau V, antipapa.

<sup>9</sup> *Ibid.*, Cardeal Villani, na seção sobre João XXII, papa único.

<sup>10</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 12, cap. 7, último parágrafo.



jogar fora o voto, votando em alguém que ninguém esperaria que fosse escolhido como papa. Contudo, o que ocorreu foi que, ao tentar jogar fora seus votos, um número suficiente deles votou no mesmo homem a ponto de elegerem alguém que, para surpresa de todos, exclamou: “Vocês escolheram um asno!” Ele adotou o nome de papa

#### BENTO XII, 20 DE DEZEMBRO DE 1334 A 25 DE ABRIL DE 1342.

Ele imediatamente dispensou muitos aproveitadores no palácio papal e declarou que tinha grande dificuldade em encontrar eclesiásticos dignos de ser nomeados para vacâncias. Concedeu aos cardeais 100 mil florins (242 mil dólares) dos muitos milhões deixados no tesouro por João XXII. Também começou a construir, com os recursos desses tesouros, um magnífico palácio.

26. O rei da França e o imperador Luís estavam sob excomunhão dos predecessores de Bento; e não apenas os soberanos, mas a dieta imperial, procuraram, por meio de humilhantes concessões, fazer com que Bento XII os absolvesse. Mas o papa demorou tanto que os soberanos e os nobres se cansaram. O imperador apareceu diante de uma dieta em Frankfurt e queixou-se da obstinação do papa. A dieta declarou que ele havia feito o suficiente para satisfazer o papa e, como tudo foi em vão, declarou nulo e cancelou a excomunhão e todos os outros procedimentos papais sobre esse assunto. Em uma dieta em Rhense, em 16 de julho de 1337, na qual todos, exceto um dos eleitores, estavam presentes, o cargo imperial foi declarado independente do papado.

27. “Eles concordaram solenemente que o Santo Império Romano e eles, os príncipes eleitores, haviam sido atacados, limitados e prejudicados em suas honras, direitos, costumes e liberdades; que eles manteriam, resguardariam, reivindicariam esses direitos contra todos, sem exceção; que ninguém obteria dispensa, absolvição, relaxamento, abolição de seu próprio voto; declarou-se também que seria considerado desleal e traidor diante de Deus e do homem quem não mantivesse essa decisão contra qualquer oponente.” No dia 8 de agosto seguinte, uma dieta, realizada novamente em Frankfurt, “aprovou como lei fundamental do império uma declaração de que a dignidade e o poder imperiais provêm somente de Deus; e que um imperador eleito pelo sufrágio harmonioso, ou pela maioria dos eleitores, tem poder imperial pleno e não precisa da aprovação, confirmação, ou a autoridade do papa, ou da Sé Apostólica, ou de qualquer outro.”

28. Em resposta a isso, Bento declarou vago o trono e nomeou a si mesmo protetor do império. Mas a morte o impediu de mais agressões. Um epitáfio o descreve como “um Nero, morte para os leigos, víbora para o clero, sem verdade, um mero copo de vinho”. Aos vícios costumeiros dos papas da época, ele acrescentou o de embriaguez a tal ponto que seu exemplo deu origem ao provérbio: “Tão bêbado quanto um papa”. Foi sucedido por

#### CLEMENTE VI, 7 DE MAIO DE 1342 A 6 DE DEZEMBRO DE 1352.

29. O pouco controle que Bento XII colocou sobre os parasitas do palácio foi mais do que varrido por Clemente VI. Na verdade, ele publicou uma carta notificando que “todo clérigo pobre que se apresentasse em Avignon dentro de dois meses participaria de sua generosidade”. Uma testemunha ocular declara que 100 mil candidatos gananciosos lotaram as ruas de Avignon. “Se Clemente agiu de acordo com sua máxima, de que ninguém sairia insatisfeito do palácio de um príncipe, quão

vasta e inesgotável deve ter sido a riqueza e os cargos à disposição do papa!” Se por um lado Bento XII hesitou em preencher vagas eclesiásticas, devido à escassez de pessoas dignas para preenchê-las, Clemente VI, por outro, não apenas preencheu todas as vagas que puderam ser encontradas, mas também *declarou* vacantes muitos bispados e abadias, a fim de preenchê-los. O objetivo era aumentar as receitas, pois cada indicação para uma vaga trazia uma quantia considerável de dinheiro, de acordo com a dignidade e a riqueza da posição. Quando foi contestado que nenhum papa anterior havia assumido esse poder, respondeu apenas: “Eles não sabiam como agir na posição de papa”.

30. “Se Clemente era indulgente com os outros, não era menos consigo mesmo. A corte de Avignon tornou-se a mais esplêndida, talvez a mais festiva, na cristandade. É quase provável que tenha passado na cabeça dos provençais que seus condes ilustres e cavaleiros tivessem voltado ao poder e ao prazer. O palácio papal se expandiu em extensão e magnificência. A jovem arte da pintura foi promovida pelo incentivo de artistas italianos. O papa superava a própria realeza real na quantidade e no vestuário de seus serviçais. O haras papal inspirava admiração geral. A vida de Clemente foi uma sucessão constante de pompas eclesiásticas, recepções deslumbrantes e banquetes luxuosos. Damas eram admitidas livremente na corte, e o papa se envolvia com naturalidade no convívio galanteador. Se João XXII e até o mais rígido Bento não escaparam da acusação de liberdades impróprias a um clérigo, Clemente VI, que não mascarava o comportamento em sua interação social, dificilmente seria considerado como alguém que procurasse resistir à liberdade comum dos eclesiásticos de sua época. A condessa de Turenne, mesmo que não fosse amante do papa, conforme o boato geral, pelo menos desfrutava de muitas vantagens próprias de uma amante. Essa mulher, tão ambiciosa e dominadora quanto bela, vendia prodigamente e com publicidade descarada posições e benefícios eclesiásticos.”<sup>11</sup> Petrarca declarou que Avignon era um vasto bordel.

31. O papa Clemente VI tomou mais uma medida para aumentar as receitas do papado. Já mencionamos que Bonifácio VIII estabeleceu o jubileu, a ser comemorado a cada 100º ano, com completa indulgência a todos os que peregrinassem a Roma. O resultado do jubileu criado por Bonifácio foi tal que um escritor presente disse: “Posso testemunhar isto porque morava naquela cidade: de dia e de noite havia dois clérigos no altar de São Paulo, com ancinhos nas mãos para recolher o ouro que os fiéis jogavam ali sem cessar. Bonifácio acumulou imenso tesouro com essas doações, e os romanos se enriqueceram com a venda de seus produtos, a preços excessivos, para as pessoas simples que vinham obter indulgências e esvaziar suas bolsas.”<sup>12</sup>

32. E agora o povo de Roma, com maior insistência do que nunca, estava pressionando o papa para remover sua corte para aquela cidade. Enviaram uma embaixada “para oferecer ao papa, em nome de seus concidadãos, os cargos de primeiro senador e capitão da cidade, contanto que voltasse a Roma e reduzisse o intervalo dos jubileus, de 100 para 50 anos, a fim de multiplicar as causas em prol da prosperidade da Itália e aumentar os impostos da cidade santa. Clemente aceitou as dignidades e magistraturas que lhe foram oferecidas e garantiu aos embaixadores que tinha firme no coração a intenção de reestabelecer a Santa Sé e que se comprometeria a fazê-lo o mais rápido possível. Como prova da sinceridade de sua palavra, fixou o período do novo jubileu para o ano de 1350. Esta é a bula publicada na ocasião:

<sup>11</sup> *Ibid.*, cap. 9, par. 1 e 2.

<sup>12</sup> De Cermenin, Bonifácio VIII.

“O Filho de Deus, expirando na cruz, meus irmãos, adquiriu para nós um tesouro de indulgências, que é aumentado pelos infinitos méritos da santa Virgem, dos mártires e dos santos; pois vocês sabem que a distribuição dessas riquezas pertence aos sucessores de São Pedro. Bonifácio VIII já ordenou que os fiéis fizessem peregrinação às igrejas de São Pedro e São Paulo, e sua bula concede completa absolvição do pecado àqueles que fazem essa jornada no início de cada século. Entretanto, consideramos que na lei mosaica, que Jesus Cristo veio cumprir espiritualmente, o 50º ano é o do jubileu ou da remissão de dívidas. Por essa razão, portanto, devido à curta duração da vida humana, e para que o maior número de cristãos possa participar dessa indulgência, concedemos total e completa absolvição àqueles que visitarem as igrejas dos dois apóstolos, e a de São João de Latrão, no ano de 1350, durante 30 dias, se for romano, e durante cinco meses, se for estrangeiro.”<sup>13</sup>

33. Clemente viveu para ver esse jubileu que ele havia designado e para desfrutar dos ricos retornos que chegaram ao tesouro papal. “Annibal de Ceccano colocou seus soldados em volta da igreja de São João do Latrão; e no final do ano deixou Roma, seguido por 50 carroças carregadas de ouro e prata, que ele conduziu ao santo padre sob o comando de uma eficiente escolta. O próprio Clemente não permaneceu inativo: vendeu um bom número de dispensas a reis, príncipes e senhores que não podiam ir a Roma; e contaram que o jubileu produziu riqueza incalculável para a corte de Avignon.”<sup>14</sup>

34. Bento XII havia negligenciado em retirar a excomunhão do imperador Luís. O imperador pediu com insistência que Clemente VI o absolvesse. O papa, contudo, adiou o caso por tanto tempo que, finalmente, ele deixou que o próprio papa ditasse os termos de sua libertação. Isso, é claro, o papa fez de bom grado; e, entre os termos, estipulou que o imperador nunca emitisse qualquer ordenança “como imperador ou rei dos romanos sem a permissão especial da sé romana; e que suplicaria ao papa, após a absolvição, para lhe conceder a administração do império; e que faria com que os estados do império jurassem por palavra e por escrito apoiar a igreja”. O imperador concordou com esses termos. Mas os nobres do império o denunciaram por isso. Protestaram também contra o papa e começaram a dizer que um imperador que havia rebaixado o cargo imperial a esse nível deveria ser obrigado a abdicar.

35. No entanto, mesmo depois de o imperador ter feito tudo isso, sob o argumento de que o imperador não havia cumprido o tratado com a devida presteza, Clemente VI emitiu a seguinte bula, “que, no vigor e fúria de suas maldições, transcendeu tudo o que até então havia sido emitido pela sé romana, mesmo nos tempos mais turbulentos:”

“Humildemente imploramos o poder divino para refutar a loucura e esmagar o orgulho do supracitado Luís, para derrubá-lo pelo poder da destra do Senhor, para entregá-lo nas mãos de seus inimigos e daqueles que o perseguem. Que o laço inesperado caia sobre ele! Seja ele amaldiçoado ao sair e ao entrar! Que o Senhor o golpeie com loucura, cegueira e fúria! Que o céu lance raios sobre ele! Que a ira do Deus Todo-Poderoso e dos abençoados apóstolos São Pedro e São Paulo se volte contra ele neste mundo e no mundo vindouro! Que toda a terra faça guerra contra ele! Que a terra se abra e o engula rapidamente. Que o seu nome seja apagado em sua própria geração, e sua memória pereça sobre a terra! Que os elementos

<sup>13</sup> *Ibid.*, Clemente VI.

<sup>14</sup> *Ibid.*, Clemente VI.

da natureza sejam contra ele e que sua habitação seja desolada! Que os méritos de todos os santos em repouso o confundam e executem vingança sobre ele nesta vida! Sejam seus filhos expulsos de suas casas e entregues diante de seus olhos nas mãos de seus inimigos!”<sup>15</sup>

36. Em 1347, Rienzo despertou Roma para o estabelecimento de uma nova república, com o próprio Rienzo como grande tribuno. Clemente VI condenou Rienzo e todo o seu movimento, o denunciou “com todos aqueles epítetos terríveis que os papas sempre trovejaram contra seus inimigos. Ele era ‘um Belsazar, o jumento selvagem em Jó, um Lúcifer, precursor do anticristo, homem do pecado, filho da perdição, filho do diabo, cheio de fraudes e falsidades, e como a besta do Apocalipse sobre cuja cabeça estava escrito Blasfêmia. Ele havia insultado a santa Igreja Católica, declarando que a igreja e o Estado de Roma eram um” (*Milman*).<sup>16</sup>

37. No ano de 1348, a peste negra varreu a Europa e fez perecer multidões. O clero negligenciara dar a devida atenção aos sofrendores, moribundos e mortos; os frades em todos os lugares administraram esses serviços. Em todos os lugares, a gratidão do povo se dirigiu aos frades, e isso lhes trouxe inúmeras doações em testamentos e ofertas. “Cardeais, muitos bispos e uma multidão do clero secular lotaram Avignon. Exigiram a supressão dos mendicantes. Com que autoridade eles pregavam, ouviam confissões, se apropriavam das esmolas dos fiéis, e até das taxas de sepultamento de seus rebanhos? O consistório se reuniu e não houve ninguém que ousasse erguer a voz em favor dos frades. O papa levantou-se. [...] Ele os defendeu com eloquência imponente contra seus adversários. No final de seu discurso, voltou-se para os prelados” e se dirigiu a eles assim:

“E se os frades não pregassem ao povo, o que vocês pregariam? Humildade? Vocês, os mais orgulhosos, os mais altivos, os mais magníficos dentre todas as classes de pessoas, que cavalgam para o exterior em procissão em seus imponentes palafreiros! Pobreza? Vocês são tão gananciosos, tão obstinados na busca do lucro, que todas as prebendas e benefícios do mundo não saciariam sua avidez! Castidade? Sobre isso nada digo! Deus conhece a vida de vocês, como o corpo de cada um é afagado com prazeres. Se vocês odeiam os frades mendicantes e fecham as portas contra eles, é para que não vejam a vida de vocês; vocês preferem desperdiçar sua riqueza com alcoviteiros e desordeiros a gastá-lo com mendicantes. Não se surpreendam que os frades recebam legados feitos no momento da morte fatal, esses que se encarregaram de paróquias abandonadas por seus pastores, nas quais conseguiram conversos para suas casas de oração – casas de oração e de honra para a igreja, não lugares de deleite e luxo.”<sup>17</sup>

38. Com a morte de Clemente, os cardeais se reuniram em seu solene conclave. Primeiro promulgaram uma lei por unanimidade para si mesmos, ordenando que o papa não ordenasse cardeal até que o número de cardeais chegasse à quantidade mínima de 16, e então não deveria aumentar esse número para além de 20; que ele não nomeasse cardeais sem o consentimento de todo o Colégio dos Cardeais, ou, em caso extremo, pelo menos dois terços; da mesma forma, sem o consentimento deles, não poderia depor um cardeal, nem colocá-lo sob pena de prisão, nem apreender nem confiscar suas propriedades; e que o Colégio de Cardeais deveria ter meta-

<sup>15</sup> *Ibid.*, par. 15.

<sup>16</sup> *Ibid.*, seção sobre Rienzo, par. 19 a partir do fim.

<sup>17</sup> *Ibid.*, cap. 11, par. 1.

de da receita total do papado. Todos juraram solenemente obedecer à lei restritiva que haviam feito; alguns com a ressalva: “se for de acordo com a lei”.

39. Foi feita uma proposta para eleger certo cardeal dentre eles; mas um deles os advertiu de que, se esse eleito se tornasse papa, os “nobres cavalos dos cardeais” seriam “em poucos dias reduzidos a puxar carroças ou a labutar diante do arado”. Essa consideração temível pôs fim à candidatura do cardeal. A escolha finalmente recaiu sobre o bispo de Clermont, que adotou o nome de papa

#### INOCÊNCIO VI, 18 DE DEZEMBRO DE 1352 A 12 DE SETEMBRO DE 1357.

Seu primeiro ato como papa foi libertar-se do juramento que o obrigava a observar o estatuto que ele e os outros cardeais haviam formulado, e depois declarar esse estatuto nulo e ilegal desde o início.

40. Ele tentou provocar uma cruzada para ajudar o imperador do Oriente a defender Constantinopla contra os turcos. Mas o único monarca que acolheu a convocação com algum favor foi Carlos da Alemanha; mas mesmo ele foi impedido de prestar qualquer ajuda pelo protesto de seu chanceler, Conrado de Alezia, que o exortou a “lembrar que os papas sempre consideraram a Alemanha uma mina inesgotável de ouro; e que suas mãos estão sempre estendidas em nossa direção para nos despojar. Não enviamos dinheiro suficiente a Avignon para a instrução de nossos filhos e a compra de benefícios? Não fornecemos todos os anos somas grandes o suficiente para a confirmação dos bispos, o requerimento de benefícios eclesiásticos, o andamento de processos e recursos; para as dispensas, absolvições, indulgências, privilégios; e, finalmente, por todas as invenções simoníacas da Santa Sé? Eis que o papa exige agora novo subsídio. O que ele nos oferece em troca de nosso ouro? Bênçãos ineficazes, anátemas, guerras e vergonhosa servidão. Detenha, príncipe, o curso desse mal, e não permita que o despotismo pontifical torne a Alemanha uma segunda Itália”.<sup>18</sup>

41. Quando Inocêncio morreu, e os cardeais se reuniram em conclave para eleger um sucessor, um mês inteiro foi gasto sem que chegassem a um acordo. Acreditando que não poderiam concordar com a eleição de nenhum dentre eles, foi proposto que escolhessem como papa alguém não pertencente ao colégio de cardeais. Isso foi acordado; e Guilherme de Grimoard, abade de São Vítor em Marselha, foi escolhido, assumindo o nome de papa

#### URBANO V, 28 DE OUTUBRO DE 1362 A 19 DE DEZEMBRO DE 1370.

Inocêncio VI o havia enviado como legado para o reino de Nápoles, e assim estava ausente de Avignon quando escolhido. Quando soube da morte de Inocêncio, comentou: “Se eu apenas pudesse ver um papa que retornasse à sua própria igreja em Roma e reprimisse os pequenos tiranos da Itália, morreria com grande satisfação no dia seguinte.”

42. E agora, como papa, realizou esse desejo e foi de Avignon para Roma em 1367, chegando à cidade em 16 de outubro. “Foi recebido pelo clero e pelo povo com um tumulto de alegria. Celebrou a missa no altar de São Pedro, o primeiro a fazê-lo desde os dias de Bonifácio VIII. “Em agosto de 1368, o imperador Carlos IV veio a Roma e foi coroado pelo papa. O imperador conduziu o cavalo do papa desde o castelo de Santo Ângelo até a igreja de São Pedro e executou o ofício de diácono junto ao papa, no serviço na igreja de São Pedro. Mas

<sup>18</sup> *Ibid.*

Urbano não ficou muito tempo em Roma; em setembro de 1370, voltou para Avignon. Chegou a Avignon em 24 de setembro; ficou doente naquele mesmo dia e morreu em 19 de dezembro.

43. Por meio de uma eleição regular dos cardeais, Urbano V foi sucedido por Pedro Rogério, sobrinho de Clemente VI, que adotou o nome papal de

#### GREGÓRIO XI, 30 DE DEZEMBRO DE 1371 A 27 DE MARÇO DE 1378.

Desde a desolação derramada sobre o país dos Albigenses por Inocêncio III, o cristianismo se espalhara pela França e era predominante de modo especial na província de Delfinado. As autoridades locais não executavam os decretos da igreja contra eles. Portanto, Gregório dirigiu ao rei Carlos V da França a seguinte carta:

“Príncipe, fomos informados de que há em Delfinado e nas províncias vizinhas uma multidão de hereges, chamados valdenses, turlupins, ou búlgaros, que possuem grandes riquezas. Nossa santa solicitude está voltada para esse pobre reino, que Deus lhe confiou, para extirpar o cisma. Mas seus oficiais, corrompidos pelo ouro desses réprobos, em vez de ajudar nossos queridos filhos, os inquisidores, em seu santo ministério, caíram na armadilha, ou melhor, encontraram a morte. E tudo isso é feito diante dos olhos dos senhores mais poderosos de Delfinado. Nós ordenamos que você, em virtude do juramento que fez à Santa Sé, extermine esses hereges; e ordenamos que você marche, se necessário, à frente de seus exércitos, para estimular o zelo dos soldados e reanimar a coragem dos inquisidores.”

44. “Carlos V, chamado de o Sábio, apoiou completamente o papa em seus planos sangüinários. Logo um massacre geral dos infelizes turlupins ocorreu em toda a França. As masmorras da Inquisição estavam sobrecarregadas de vítimas, e tiveram que construir novas prisões em Embrun, Vienne, Avignon e em muitas outras cidades, para prender os acusados. [...] Em Toulouse e Avignon, as chamas devoraram vários milhares desses desafortunados, que foram gangrenados e envenenados pela heresia, como o santo padre expressou. Essas terríveis execuções trouxeram extraordinários retornos aos perseguidores, como atesta uma carta de Carlos V, dirigida a Pierre Jacques de More, grande inquisidor dos búlgaros, na província da França. A seita dos turlupins foi finalmente aniquilada por completo, e os cofres da chancelaria apostólica ficaram repletos de riquezas” (*De Cormenin*).<sup>19</sup>

45. Houve pedidos urgentes para que a corte papal voltasse a Roma. Um dia, em Avignon, Gregório havia exigido de um eclesiástico: “Por que você não se dedica a sua diocese?” Ele recebeu esta pertinente resposta: “Por que você não se dedica à sua?” Em resposta a essas convocações, Gregório partiu com sua corte (com exceção de seis cardeais que permaneceram em Avignon), no mês de outubro de 1376, e chegou à igreja de São Pedro em Roma, em 17 de abril de 1377. Contudo, no início de 1378, ele havia decidido voltar a Avignon, mas foi impedido por sua morte, em 27 de março.

46. Assim que se soube em Roma que Gregório XI estava morto, toda a cidade entrou em tumulto, exigindo que se elegeisse um papa romano. Dezesesseis membros do colégio de cardeais estavam em Roma. Seguindo o procedimento regular, reuniram-se no conclave. A população cercou o local, exigindo “um papa romano! Teremos um papa romano! Pediram permissão para falar com os cardeais. Os cardeais consentiram, não ousando recusar. O porta-voz do povo relatou que, durante 70 anos, o povo da santa Roma não tinha pastor; disseram que havia mui-

<sup>19</sup> *History of the Popes*, Gregório XI.

tos eclesiásticos sábios e nobres em Roma capazes de governar a igreja; e, se não em Roma, tal poderia ser encontrado na Itália. Garantiram aos cardeais que o povo estava tão determinado a esse respeito que, se o conclave não atendesse à demanda deles, havia o risco de massacre geral, no qual os cardeais certamente pereceriam.

47. Todo o tempo dessa audiência, a multidão gritava ao redor do prédio: “Um papa romano! Se não for romano, então italiano! Ao porta-voz da multidão, os cardeais lhe responderam, de forma muito piedosa, que “nenhuma eleição papal poderia ocorrer mediante exigência, favor, medo ou tumulto; mas apenas pela interposição do Espírito Santo. ‘Estamos em suas mãos; vocês podem nos matar, mas devemos agir de acordo com a ordenança de Deus. Amanhã celebramos a missa pela descida do Espírito Santo; como o Espírito Santo dirigir, agiremos. O povo respondeu: ‘Se vocês persistirem em desprezar a Cristo, se não tivermos um papa romano, cortaremos esses cardeais e franceses em pedaços’”.

48. Os intrusos foram persuadidos a deixar o salão, e os cardeais começaram a deliberar. Durante toda a noite a multidão continuou gritando: “Um papa romano! Um papa romano! De manhã cedo, alguns homens haviam subido ao campanário de São Pedro e tocavam os sinos como se a cidade estivesse em chamas; e a vasta multidão ainda exigia “um papa romano!” O dia passou sem eleição. Durante toda a noite a multidão continuou a gritar, a tocar os sinos, a bater nas portas do prédio onde estavam os cardeais. A manhã chegou com o tumulto ainda maior. Os cardeais tentaram falar com a multidão pelas janelas; mas todos os seus esforços tiveram uma única resposta: “Um romano! Um romano!” A essa altura, nem mesmo um italiano seria aceito. Também a essa altura, a multidão havia conseguido abrir a adega do papa e ter acesso à abundância e variedade de requintados vinhos ali armazenados. Assim, à fúria deles acrescentou-se a embriaguez.

49. Onze dos 16 cardeais eram franceses e, é claro, escolheriam, se possível, um papa para reinar em Avignon. A multidão, porém, se tornara tão violenta que todo o conclave corria o risco de ser massacrado; e finalmente concordaram e escolheram o arcebispo de Bari, Bartolomeu Prignani, como papa. Mas como ele não era romano, os cardeais temeram que essa informação chegasse ao povo antes que escapassem. Escolheram, portanto, o cardeal da igreja de São Pedro para aparecer na janela “com o que era ou parecia ser a estola e mitra papal”. No mesmo instante, a multidão gritou em triunfo com a alegre aclamação: “Temos um papa romano! O cardeal de São Pedro. Viva Roma! Viva São Pedro! A multidão invadiu então o salão do conclave, se aglomerou em volta do idoso cardeal de São Pedro e, em suas felicitações desvairadas, quase o sufocaram, apesar do protesto de que ele não era o papa. Parte da multidão correu para o palácio, abriu-o, jogou a mobília nas ruas e o saqueou desde o porão até o sótão.

50. Quando a multidão invadiu o salão, os cardeais conseguiram escapar por passagens secretas. O verdadeiro papa eleito se escondeu, temendo ser massacrado porque não era romano, mas apenas italiano. No dia seguinte, no entanto, os cardeais romanos o encontraram e enviaram um aviso aos oficiais romanos a respeito de sua eleição. Como a multidão já gastara boa parte de sua fúria, os cardeais tiveram a permissão de prosseguir com as cerimônias de posse. O sermão de entronização se baseou no seguinte texto: “Com efeito nos convinha um sumo sacerdote, assim como este, santo, inculpável” (Hebreus 7:26). Ele foi proclamado papa

URBANO VI,<sup>20</sup> 9 DE ABRIL DE 1378 A 15 DE OUTUBRO DE 1389.

51. No mesmo dia em que Urbano VI foi ordenado ao papado, “os cardeais em Roma escreveram para os seis que tinham permanecido em Avignon, para informá-los da eleição do arcebispo de Bari”, com estas palavras:

“Visto que nosso falecido padre Gregório, de memória sagrada, nos deixou com nossa inexprimível responsabilidade em 27 de março, entramos no conclave em 7 de abril para deliberar sobre a eleição de um novo pontífice. Sendo o dia seguinte iluminado pelos raios daquele Sol que nunca se põe, por volta da hora em que o Espírito Santo desceu sobre os apóstolos, todos nós escolhemos de forma livre e unânime como sumo pontífice nosso respeitoso pai e senhor em Cristo, Bartolomeu, arcebispo de Bari, homem dotado, em grau superior, com todas as virtudes próprias de tão elevada posição. As notícias de sua eleição foram recebidas com grande aclamação por uma infinidade de pessoas. No dia 9, foi colocado no trono apostólico, assumindo nessa ocasião o nome de Urbano VI. No dia da ressurreição de nosso Senhor, foi solenemente coroado, de acordo com o costume, na basílica de São Pedro. Julgamos necessário lhes transmitir esse relato, contendo a verdade e nada além da verdade, do que se passou nesses poucos dias na Igreja Romana. Podem confiar com segurança no que escrevemos; e cabe a vocês contradizer, como absolutamente falso, todos os relatos em contrário.”<sup>21</sup>

52. Sobre Urbano, um historiador papal escreveu que ele era “um prelado que seria considerado o mais digno do papado, se nunca tivesse se tornado papa”. E um escritor da época, favorável a ele como papa, disse: “Em Urbano VI comprovou-se o provérbio: Ninguém é tão insolente quanto um homem de posição inferior que subitamente ascende ao poder”. Ele pregou um sermão a partir do texto: “Eu sou o bom pastor”, no qual repreendeu os cardeais pela indulgência deles com a riqueza e o luxo e por seus suntuosos banquetes; e ameaçou que cada um se limitaria a se servir de um prato apenas à mesa. Por essas razões, bastaram alguns dias para os cardeais começarem a se arrepender de tê-lo elegido como papa e buscarem uma maneira pela qual pudessem repudiá-lo. O ataque selvagem e perigoso do povo deu-lhes abertura para reivindicar que a eleição dele fora forçada e, portanto, não era válida. Ele próprio, enquanto estava no conclave, na presença do tumulto da população, havia dito aos outros cardeais: “Vejam que métodos serão usados. O que for eleito assim não será papa. Da minha parte, não lhe obedecerei, nem deve ser obedecido por qualquer bom católico.”

53. Os cardeais franceses eram, obviamente, contrários a um papa que não exercesse o cargo em Avignon; e os outros cardeais se sentiam atormentados sob o governo do novo papa. Os cardeais fixaram sua residência em Anagni. O papa foi a Tivoli e convocou os cardeais para aquela cidade. Eles responderam que haviam gastado muito para fixarem residência em Anagni e não tinham os meios para fazer a mesma coisa uma segunda vez, além da despesa de mudança para Tivoli. Havia em Anagni 12 cardeais. Quatro cardeais estavam com o papa em Tivoli. Em 9 de agosto de 1378, os 12 cardeais “fizeram uma declaração pública por meio de cartas encíclicas endereçadas aos fiéis em toda a cristandade”, como segue:

<sup>20</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, vol. 7, livro 13, cap. 1.

<sup>21</sup> *Lives of the Popes* de Bower, Urbano VI.



“Já informamos a todos da fúria do povo romano e de seus líderes, bem como da violência que sofremos ao nos obrigarem a escolher um papa italiano que o Espírito Santo não havia escolhido. Uma multidão, levada pelo fanatismo, arrancou de nós a nomeação temporária de um apóstata, um assassino, um herege manchado com todo crime; ele próprio reconheceu que sua eleição seria apenas provisória. Desprezando seu juramento, ele, no entanto, nos compeliu, com ameaças de morte, a elevá-lo à cadeira do apóstolo e cobrir sua orgulhosa testa com a tríplice coroa. Agora que estamos além do alcance de sua raiva, declaramos que ele é um intruso, usurpador e anticristo; pronunciamos um anátema contra ele e os que se submeterem à sua autoridade.”<sup>22</sup>

54. E agora que o papado havia alcançado o auge do poder mundano absoluto e irresponsável, e o mantinha com firmeza, deu então o próximo passo lógico – roer seus próprios órgãos vitais e se despedaçar. O camareiro do papa Urbano abandonou o castelo de Santo Ângelo e a causa de Urbano e foi até os cardeais em Anagni levando as joias e ornamentos do papa. Um dos cardeais que apoiavam Urbano morreu, deixando apenas 3; enquanto em Anagni havia 13 contra ele, e em Avignon, 6. Urbano anunciara que ordenaria 9 novos cardeais; mas, de repente, ordenou 26: uma quantidade maior do que todos que já existiam. Essa ação afastou aqueles que o apoiavam, e uniram-se contra ele todos os 22 cardeais originais; esse colégio dos 22 cardeais originais procedeu sem demora à eleição de outro papa, Roberto de Genebra, que adotou o nome papal de

#### CLEMENTE VII, 20 DE SETEMBRO DE 1378 A 16 DE SETEMBRO DE 1394.

“As qualificações que, segundo seu biógrafo parcial, recomendavam o cardeal de Genebra eram mais as de um sucessor de John Hawkwood ou de um duque de Milão do que as dos apóstolos. Dotado de forças físicas extraordinárias, resistência ao cansaço, coragem que arriscaria a própria vida para derrubar o papa intruso e sagacidade e experiência nos assuntos temporais da igreja; era de nascimento elevado, que lhe permitiu ter ligação com a maioria das casas reais e principescas da Europa; quanto a austeridade, devoção, erudição, santidade, caridade, era totalmente destituído delas” (*Milman*).<sup>23</sup>

55. Assim, ocorreu que havia dois papas *eleitos pelos mesmos cardeais*. Portanto, espalhou-se pela cristandade a pergunta sobre qual papa estava realmente à frente da igreja. Por conseguinte, toda a cristandade ficou dividida. Urbano foi reconhecido como papa legítimo pela Alemanha, Hungria, Inglaterra, Polônia, Boêmia, Dinamarca, Suécia, Prússia, Noruega, Holanda, Toscana, Lombardia e o ducado de Milão. O rei da França reuniu um concílio e pediu que decidissem em favor daquele cuja eleição fosse a menos escandalosa. Sobre essa questão, o concílio votou por unanimidade a favor de Clemente. Então a França reconheceu formalmente Clemente, e a ela se uniram Lorena, Saboia, Escócia, Navarra, Aragão e Castela, Sicília e as ilhas de Rodes e Chipre.

56. Assim, na liderança das duas partes da cristandade dividida estavam esses dois papas radicais e determinados. Ambos eram homens “que deixavam confusos e envergonhados as pessoas de profundo sentimento devocional. [...] Atos da mais revoltante crueldade para com seus próprios partidários mostraram que Urbano era regido pela astúcia, traição e absoluta

<sup>22</sup> De Cormenin, seção sobre o ano 1378.

<sup>23</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 8, cap. 1, penúltimo parágrafo.

desumanidade – traços que viriam a corromper, daquele momento em diante, os papas italianos ruins. Ele quase parece confirmar a acusação de loucura. Por outro lado, a maior glória de Clemente era o fato de ser político sagaz e experiente e valente capitão de um regimento livre” (*Milman*).<sup>24</sup> Cada um prontamente emitiu uma bula denunciando o outro como “anticristo”.

57. Como consequência natural, “uma guerra cruel começou entre os dois papas. Anátemas, interditos, deposições e maldições foram o prelúdio do conflito sangrento que logo dominaria as nações ocidentais. Urbano emitiu uma bula contra seu rival e o citou para comparecer perante o tribunal de Roma para ser julgado e condenado como antipapa. Clemente, por sua vez, fulminou um terrível decreto contra seu inimigo e o citou para comparecer diante do consistório de Avignon para ser julgado por sua usurpação da cadeira apostólica. Finalmente, ambos se recusaram a comparecer e anatematizaram um ao outro tocando sinos e, à luz de tochas, um declarando o outro como apóstata, cismático e herege. Pregaram cruzadas um contra o outro e contaram com a ajuda de todos os bandidos e malfeitores da Itália e da França, que corriam soltos como bestas selvagens para afligir os habitantes que reconhecessem Clemente ou preferissem Urbano.

58. “Nos estados da igreja, os clementistas fizeram estragos horríveis, arruinaram castelos, queimaram aldeias e até várias cidades; introduziram-se até em Roma, sob a liderança de Budes, capitão bretão, capturaram a fortaleza de Santo Ângelo e cometeram atrocidades em todas as partes da cidade. Em Nápoles e Romagna, os urbanistas, comandados por um inglês chamado Hawkwood, ex-líder de regimentos livres, se vingaram e retaliaram. Em todos os lugares, pilhagem, estupro, incêndios e assassinato eram cometidos em nome de Clemente ou em homenagem a Urbano. Os infelizes lavradores fugiam com esposas e filhos, para escapar dos partidários do pontífice romano, e eram massacrados pelos soldados do papa de Avignon.

59. “Em todos os lugares, vilarejos e aldeias exibiam apenas ruínas enegrecidas pelas chamas; os cadáveres de milhares de homens e mulheres permaneciam insepultos nos campos; os rebanhos vagavam sem ter lugar de descanso; as plantações eram pisoteadas por falta de ceifadores para colhê-las; e essas magníficas províncias corriam o risco de se converter em imensos desertos, não fosse a intervenção do capitão Hawkwood, que aprisionou o líder dos clementistas e, assim, deteve as devastações por um tempo” (*De Cormenin*).<sup>25</sup>

60. “A grande dificuldade de Urbano era a desordem e a pobreza de suas finanças. A riqueza usual que fluía para a corte papal foi interrompida pela confusão dos tempos. As propriedades papais foram devastadas pela guerra, ocupada por seus inimigos ou por príncipes independentes. Além disso, ele não apenas usou para benefício próprio as receitas de todas as prebendas vagas e vendeu aos cidadãos de Roma propriedades e direitos das igrejas e mosteiros (desse comércio, obteve 40 mil florins); não apenas permutou os tesouros das igrejas, as estátuas de ouro e prata, cruzeiros, imagens de santos, e todo o mobiliário esplêndido, como também recorreu à medida extraordinária de emitir uma autorização a dois de seus novos cardeais para vender, penhorar e alienar o patrimônio e as propriedades da igreja, mesmo sem o consentimento dos bispos, clérigos beneficiados ou dos mosteiros.”

61. “Em toda parte se encontravam divisões, espoliações e até derramamento de sangue; clérigos eram expulsos ou usurpavam cargos; abades e bispos eram expropriados ou invadiam

<sup>24</sup> *Ibid.*, cap. 2, par. 1.

<sup>25</sup> *History of the Popes*, seção sobre Urbano VI e Clemente VIII.

propriedades; brigas e batalhas por igrejas e mosteiros. Entre todas as outras causas de discórdia, surgiu a mais discordante: acrescentou-se às tendências desmoralizantes e pouco cristãs da época uma questão sobre a qual os melhores poderiam diferir e que para os maus seria uma desculpa para todo ato de violência, fraude ou rapacidade. Clemente e seus cardeais são acusados de grandes atrocidades contra os adeptos de Urbano. Os partidários italianos de Clemente, que escaparam da crueldade de Urbano, lotaram a corte de Clemente, mas essa corte, a princípio extremamente pobre, acolheu esses fiéis estranhos com total indiferença; tiveram que sofrer o martírio da privação por sua lealdade. Quando isso se tornou conhecido, outros reprimiram suas opiniões, mostraram obediência externa ao poder dominante e, assim, preservaram seus benefícios eclesiásticos.

62. “A França às vezes lamentava com amargura sua indulgência com o orgulho e a extravagância, ao aderir a seu pontífice separado. Se a França quisesse ter seu próprio papa, isso teria que ser à custa de manter esse papa e seu conclave. Os reinos transalpinos, por outro lado, obedeciam a Urbano com lealdade superficial; não pagavam dízimos à sé papal e recebiam com discricção a nomeação para sedes vagas; na França, as liberdades da igreja eram sempre invadidas. O clero era esmagado com demandas de dízimos ou subsídios; suas propriedades estavam cheias de dívidas para enriquecer a câmara apostólica.”

63. “Os 36 cardeais tinham procuradores de emboscada em todas as partes do reino, armados com bulas papais, para avisar se alguma grande sede estava vacante nas catedrais ou igrejas colegiadas, ou priorados das ricas abadias. Esses eram imediatamente apreendidos como reservas papais, para recompensar ou garantir a fidelidade dos cardeais famintos. Estes as transferiam a seus sucessores, e às vezes consentiam em disfarçar o acúmulo de rendimentos cobrando vultosas somas de dinheiro pelos benefícios eclesiásticos, que retornavam para si mesmos. ‘Então’, diz um eclesiástico da época, ‘as intenções generosas dos reis e das famílias reais eram frustradas, o serviço de Deus era negligenciado, a devoção dos fiéis esfriava e o reino, privado de recursos; muitos eclesiásticos estavam no estado mais baixo de penúria; as escolas florescentes do reino ficaram reduzidas a nada; a Universidade de Paris lamentava a falta de eruditos’ (*Milman*).<sup>26</sup>

64. Com essa visão geral da miséria do mundo sob essa horrível anarquia do papado, não será necessário apresentar mais detalhes além do curso dos papas individuais, que, em seus respectivos lados, não apenas mantiveram, mas aumentaram essa anarquia por um período de 50 anos. Urbano VI descobriu que alguns de seus cardeais haviam falado em nomear supervisores para vigiá-lo, por causa de sua conduta extrema e desesperada. Os seis que pareciam ter pensado nisso foram presos por ele e, presos em correntes, foram “lançados em uma masmorra estreita e fétida, em um tanque ou cisterna antiga”. Os inquisidores que ele enviou para interrogá-los ficaram tão tocados por seus sofrimentos que, quando voltaram para informar o papa, “dois deles começaram a chorar. Urbano escarneceu com severidade da fraqueza feminina deles. Teodorico, por conta própria, se aventurou a instar o papa à misericórdia. Urbano ficou apenas mais furioso; seu rosto ficou vermelho como uma lâmpada, e sua voz, embargada de paixão.”

65. Depois de manter os cardeais por algum tempo na masmorra, fazendo com “sofressem de fome, sede, frio e com os répteis”, Urbano em seguida fez com que todos fossem

<sup>26</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 13, cap. 2.

terrivelmente torturados. Isso ocorreu em Nocera. Urbano foi sitiado em Nocera; mas, numa fuga repentina, conseguiu escapar. “Arrastou consigo os miseráveis cardeais. Nessa fuga para as galés, o bispo de Áquila, debilitado pela tortura, não conseguiu manter seu pobre cavalo na mesma velocidade dele. Urbano, suspeitando que estivesse tentando escapar, em sua fúria ordenou que o cardeal fosse morto; seu corpo foi deixado insepulto na estrada. Com o resto, foi para a Sicília e de lá para Gênova. Os cardeais, se chegaram vivos a Gênova, sobreviveram por pouco tempo. Segundo alguns relatos, foram amarrados em sacos e lançados ao mar, ou executados secretamente em suas prisões.” Apenas um dos seis foi poupado. A loucura do papa Urbano nada mais foi do que o resultado da intoxicação do poder absoluto e da suspeita de rivalidade nesse poder; precisamente como ocorreu com Calígula, Tibério ou Nero.

66. Em abril de 1389, Urbano VI, para encher ainda mais seus cofres, recorreu ao esquema de reduzir ainda mais o prazo em que o jubileu papal deveria se repetir. Ele definiu que, completados 33 anos, o ano seguinte seria um jubileu. “A cristandade foi convocada a aproveitar as incalculáveis bênçãos de uma peregrinação a Roma, com todos os benefícios das indulgências. O tesouro da Santa Sé foi preparado para receber o tributo do mundo” (*Milman*).<sup>27</sup> No entanto, Urbano não viveu para colher a colheita vindoura de ouro.

67. Com a morte de Urbano VI, em 15 de outubro de 1389, os cardeais restantes, 17 ao todo, nomeados por ele, procederam à eleição de um sucessor, reunidos em um conclave em Roma ou próximo dela, e escolheram Pedro Tomacelli, que levou o nome de

#### BONIFÁCIO IX, 2 DE NOVEMBRO DE 1389 A 1º DE OUTUBRO DE 1404.

Ele imediatamente nomeou quatro novos cardeais. Quando o jubileu expirou, enviou seus coletores para todos os países partidários desse lado do cisma, “com plenos poderes para conceder as indulgências do jubileu aos que haviam sido impedidos, por doença ou qualquer outro empecilho legítimo, de ir a Roma. Assim foram recolhidas imensas somas”. Para arrecadar mais dinheiro, reduziu a um sistema completo a venda de cargos eclesiásticos, desde os cardinalatos até as posições mais inferiores ao seu alcance. “Para favorecer, dissimular e estabelecer essa simonia”, estabeleceu “como imposto permanente as anatas, ou primícias, de todo bispado e abadia rica, calculadas em uma nova escala, o triplo das que estavam nos livros papais. Essas deviam ser pagas com antecedência pelos candidatos à promoção, alguns dos quais nunca obtinham posse do benefício. O fato era uma questão de suprema indiferença para Bonifácio, pois poderia vendê-lo novamente. Mas, como esses candidatos raramente compareciam à corte com dinheiro suficiente para satisfazer a demanda, os usurários, com quem o papa mantinha ligação profana, adiantavam a soma com juros exorbitantes. Ações judiciais eram às vezes movidas na corte papal contra os devedores.”

68. “Os benefícios menores foram vendidos desde o dia de sua nomeação com notoriedade vergonhosa e escandalosa. Homens perambulavam pela Lombardia e outras partes da Itália, informando-se sobre a idade de beneficiados idosos e observando suas doenças e enfermidades. Por esse serviço, eles eram bem pagos pelos aspirantes gananciosos em Roma. Com base nas informações adquiridas, as tarifas subiam ou caíam. Os benefícios eram vendidos repetidamente.

<sup>27</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 13, cap. 2, par. 4 a partir do fim.

Favores eram concedidos ao último comprador, com a palavra mágica ‘Preferência’, que custava 25 florins. Essa foi substituída por uma frase mais impositiva (ao custo de 50 florins): uma prerrogativa de primazia. Petições já concedidas eram às vezes canceladas em favor de uma oferta mais alta – o papa considerava a oferta mais baixa como uma tentativa de fraudá-lo.”

69. “No mesmo ano, o secretário Teodorico de Niem constatou que o mesmo benefício tinha sido vendido ao longo de uma semana a vários pretendentes sucessivos. Os benefícios eram vendidos de forma tão escarada que, se o dinheiro não estivesse disponível, o papa recebia o valor em mercadorias, em suínos, ovelhas, bois, cavalos ou grãos. Os oficiais eram tão habilidosos nessa atividade quanto ele. Seus auditores chegavam a ter a posse de 20 benefícios e recebiam as primícias. O papa, porém, com olhos vigilantes como os de Argos, ficava atento ao leito de morte de todos os seus oficiais. Seus livros, roupas, móveis e dinheiro eram revertidos para o papa. Nenhuma graça de qualquer espécie, mesmo para os mais pobres, era assinada sem a taxa de florim. O papa, mesmo durante a missa, era visto consultando seus secretários sobre esses assuntos seculares. O acúmulo de benefícios simultâneos por parte de homens indignos era escandaloso mesmo naqueles tempos.”<sup>28</sup>

70. É claro que, “por sua vez, Clemente, no que diz respeito a extorsões, não estava atrás de seu concorrente. Ele arruinou o clero da França e da Espanha por enormes imposições e extorquiu quantias incríveis dos fiéis. [...] Enquanto a Itália era oprimida por um pontífice avaro, a França estava gemendo sob o peso do acúmulo de imposições naquele país destinadas a apoiar as prodigalidades do papa em Avignon, seus 36 cardeais, amantes e subordinados. Por fim, os prelados do reino, cansados de pagar a Clemente, ora um décimo, ora um 20º de suas receitas, reuniram-se na universidade e nomearam 54 doutores para decidir sobre os passos a ser tomados para restabelecer a união na igreja e, como diziam, ‘ter apenas um papa para engordar’” (*De Cormenin*).<sup>29</sup>

71. Os doutores da universidade, depois de considerar fielmente a situação, emitiram a seguinte carta:

“A igreja caiu em desprezo, servidão e pobreza. Dois papas elevam às prelasias apenas ministros corruptos e indignos, que não têm sentimentos de equidade ou vergonha e que pensam apenas em saciar suas paixões. Eles roubam a propriedade da viúva e do órfão, ao mesmo tempo em que destroem igrejas e mosteiros. Sagrado ou profano, nada lhes parece impróprio, desde que consigam extrair dinheiro da situação. A religião é para eles uma mina de ouro que exploram até o último veio. Vendem de tudo, do batismo ao enterro. Comercializam os cibórios, as cruzes, os cálices, os vasos sagrados e os santuários dos santos. Não se pode obter graça, favor sem pagar por isso. Não são os mais dignos, mas os mais ricos que obtêm dignidades eclesíásticas. Quem dá dinheiro ao papa pode dormir em segurança, embora possa ter assassinado o próprio pai, pois está seguro da proteção da igreja. A simonia é exercida publicamente, e eles vendem com afronta às dioceses mais elevadas e que mais oferecem prebendas ou benefícios. Assim procedem os príncipes da igreja. O que diremos do clero inferior, que não administra mais os sacramentos, exceto a preço de ouro? O que diremos dos monges, cuja moral é mais corrupta do que a dos habitantes da antiga Sodoma? Está na hora, ilustre príncipe, de pôr fim a esse cisma deplorável, proclamar a liberdade da Igreja Gálica e limitar o poder dos pontífices.”<sup>30</sup>

<sup>28</sup> *Ibid.*, cap. 3, par. 2, 3.

<sup>29</sup> *History of the Popes*, seção sobre o ano 1389.

<sup>30</sup> *Ibid.*

72. Essa carta foi enviada pelos embaixadores ao papa Clemente em Avignon. Os embaixadores conseguiram um conclave com todos os cardeais, com a presença do papa, a quem leram a carta na íntegra. Após a leitura, os embaixadores apresentaram a Clemente o pedido do rei e da universidade para que renunciasse ao pontificado. Diante disso, Clemente saltou do assento, pegou o documento, rasgou-o em pedaços e o pisoteou. Apelou aos cardeais, para saber qual punição era adequada para os que haviam usado uma linguagem como a da carta. Os cardeais o surpreenderam dizendo que o conselho oferecido pela universidade era digno de séria consideração; que todos os recursos para reunir meios haviam se esgotado e que o suprimento de dinheiro deles estava diminuindo. Isso só contribuiu para aumentar sua ira. Ele os reprovou e os acusou de covardia traidora e, furioso, deixou o concílio, retirando-se para o seu quarto. Ali sua raiva excessiva o levou à apoplexia [derrame], da qual morreu três dias depois.

73. Assim que a morte de Clemente se tornou conhecida em Paris, a universidade se dirigiu ao rei, pedindo-lhe que proibisse os cardeais de Avignon de eleger outro papa. O rei enviou uma mensagem nesse sentido aos cardeais de Avignon. O rei de Aragão também lhes enviou a mesma mensagem. Os arcebispos de Trêves, Mayence e Colônia fizeram o mesmo pedido. E o papa Bonifácio, é claro, fez o mesmo. Mas os cardeais tomaram precaução e se anteciparam a tudo isso; reunidos em solene conclave, recusaram-se a receber qualquer tipo de comunicação até o término de suas deliberações. Concordaram, no entanto, entre si, mediante solene juramento de que “quem fosse escolhido deveria renunciar imediatamente ao papado a pedido dos cardeais, desde que Bonifácio também renunciasse”.

74. O conclave escolheu o cardeal de Luna, que lamentara repetidas vezes o cisma, e declarou abertamente que, se ele se tornasse papa, acabaria com a divisão de imediato. E quando enviou ao rei da França a notícia de sua eleição, informou ao rei que a insistência inoportuna dos cardeais o havia obrigado a aceitar o ofício indesejado de papa; mas que estava totalmente disposto a fazer o que fosse conveniente para trazer paz à igreja. A Universidade de Paris recebeu essas palavras com alegria e lhe enviou uma mensagem, em que o reconheceu como papa e elogiou seus nobres sentimentos. A isso ele respondeu de novo, adequando sua ação à palavra: “Estou tão pronto para renunciar ao cargo quanto tirar esse boné”. Antes da morte de Clemente VII, Bonifácio IX havia proclamado ao mundo que estava ansioso por acabar com o cisma. Mas cada papa só estava disposto a acabar com o cisma se o outro renunciasse. Os dois papas eram agora

BENTO XIII (EM AVIGNON), 28 DE SETEMBRO DE 1394 A 29 DE NOVEMBRO DE 1424,

BONIFÁCIO IX (EM ROMA), 2 DE NOVEMBRO DE 1389 A 1º DE OUTUBRO DE 1404.

75. As misérias dessa anarquia papal haviam se tornado tão grandes que o rei da França assumiu a liderança em unir as grandes potências da cristandade para salvar o papado de si mesmo. Enviou representantes para a Alemanha e a Inglaterra a fim de promover esse objetivo. A Universidade de Paris entrou com um apelo permanente para que um futuro papa que fosse

verdadeiro e universal revogasse todos os decretos de Bento XIII. Bento emitiu uma bula denunciando isso como calúnia difamatória. Uma assembleia nacional do Estado e da igreja da França se reuniu em Paris, aprovou o plano do rei e enviou embaixadores a Bento, suplicando que se submetesse. Ele deu a seguinte resposta:

“Saibam todos, príncipes do Estado e da igreja, que vocês são meus súditos, pois Deus submeteu todos os homens à minha autoridade! Saibam que os cardeais não têm outro poder além daquele de escolher como papa o mais digno dentre eles, e assim que o declaram chefe supremo da igreja, o Espírito Santo o ilumina de forma súbita. Ele se torna infalível e seu poder é igual ao de Deus; ele não pode mais estar sujeito a nenhuma influência. Ele é colocado acima dos poderes da terra e não pode ser deposto do trono apostólico, nem por seu próprio desejo. A dignidade do pontífice é finalmente tão temível que o mundo deve ouvir nossos decretos, se curvar no pó e tremer diante de nossa palavra!”<sup>31</sup>

76. Dois anos se passaram, e os esforços do rei da França foram tão bem recebidos pelas potências da Europa que, em 1398, numa assembleia dos Estados e clérigos da França, foi anunciado que não apenas o rei e a igreja da França haviam decidido exigir a renúncia do papado por *ambos os papas*, mas que nisto estavam unidos os reis da Hungria, Boêmia, Inglaterra, Aragão, Castela, Navarra e Sicília. Essa mesma assembleia isentou incondicionalmente a todos de prestar lealdade a Bento XIII, e esse ato foi publicado por cartas em todo o reino da França. Quando essas cartas chegaram a Avignon, até os cardeais se afastaram do papa Bento. Um representante do imperador, do rei da França e do clero da Alemanha e da França foi enviado a Roma para apresentar a Bonifácio IX o pedido de renúncia de todos eles. Quando os assistentes do papa começaram a mostrar algum medo de que ele pudesse aceitar o pedido, ele lhes disse: “Meus bons filhos, papa sou, papa continuarei, apesar de todos os pedidos dos reis da França e da Alemanha!”

77. O representante retornou à França e foi enviado com a mesma missão até o papa Bento XIII, em Avignon. A única resposta que conseguiu de Bento foi: “Não importa que ordenanças o rei da França possa emitir, vou manter meu título e meu papado até morrer!” O embaixador implorou que ele consultasse seus cardeais. Ele consentiu, e os cardeais se reuniram em consistório completo. Ele fez um discurso para eles e se retirou. Os cardeais se consultaram e o aconselharam a se submeter ao pedido dos reis. Mas ele declarou: “Fui investido por Deus no papado. Não o renuncio por causa de conde, duque ou rei! Os cardeais então enviaram novamente uma mensagem a Bento, desta vez por meio do embaixador do rei. Mas Bento respondeu mais uma vez:

“Eu me subscrevo papa; como papa fui reconhecido por todos os meus súditos; permanecerei papa até o fim dos meus dias. E diga ao meu filho, o rei da França, que eu o considerava um bom católico até agora. Ele se arrependerá de seus erros. Advirta-o em meu nome para não causar sofrimento à sua consciência.”

78. Em seguida, um marechal da França, com tropas, foi enviado para remover Bento e obrigá-lo a renunciar. Até os cidadãos de Avignon eram a favor de exigir sua renúncia. Mas a isso respondeu: “Convocarei o gonfaloneiro da igreja, o rei de Aragão, em meu auxílio. Vou levantar tropas ao longo da Riviera até Gênova. De que vocês têm medo? Guardem sua cidade, eu guardarei meu

<sup>31</sup> *History of the Popes* de De Cormenin, seção sobre o ano 1389.

palácio! Mas o “gonfaloneiro da igreja” de Bento XIII não respondeu, exceto com estas palavras: “Será que o padre acha que por ele vou mergulhar em guerra com o rei da França?”

79. O povo de Avignon e os cardeais se renderam ao marechal na primeira convocação. Bento sofreu um curto cerco, mas se rendeu. Ele não se tornou prisioneiro de fato. Ele teve permissão para permanecer em seu palácio e suas terras, mas foi mantido prisioneiro ali por cinco anos, de 1398 a 1403. Nesse tempo surgiram divisões entre os nobres. O rei da Sicília abriu caminho até a presença de Bento e garantiu a Bento sua lealdade total e completa. Em 12 de março de 1403, Bento escapou disfarçado de seu palácio, pegou um barco, desceu o rio Ródano e refugiou-se na resistente fortaleza mantida por 500 soldados do rei da Sicília. Lá, convocou seus cardeais. Eles foram. Mais uma vez ele era plenamente papa.

80. Diante de uma assembleia do clero em Paris, dois cardeais apareceram para defender a causa de Bento. A própria Universidade de Paris estava dividida. O rei de Fraude mudou de atitude e restaurou a Bento a lealdade do reino, declarando: “Enquanto eu viver, eu o reconhecerei como o único vigário de Cristo”. Para o rei e todo o reino, Bento ainda fez suas ruidosas declarações sobre seu desejo de suprimir o cisma. Enviou uma embaixada para Bonifácio em Roma. Bonifácio recusou-se a recebê-los, a menos que viessem diante dele reconhecendo-o como papa. Alguns o fizeram e lhe pediram que nomeasse um local para se reunir com representantes de Bento e discutir suas reivindicações rivais, com o objetivo de extinguir o cisma. Bonifácio respondeu: “Só eu sou papa, Pedro de Luna é um antipapa”. Os embaixadores comentaram: “Pelo menos nosso mestre não tem culpa da simonia”. Isso atingiu o papa Bonifácio IX tão em cheio que sua ira se acendeu a tal ponto que caiu ao chão em colapso e teve que ser levado para sua cama, na qual, três dias depois, morreu, em 2 de outubro de 1404.

81. Os cardeais em Roma imediatamente se reuniram para eleger um papa. Antes de tudo, prometeram um ao outro com juramento solene que qualquer um deles que fosse escolhido para o papado abdicaria assim que Bento XIII fizesse o mesmo. Cosmo Megliorotto foi eleito e recebeu o nome de

#### INOCÊNCIO VII, 12 DE OUTUBRO DE 1404 A 13 DE NOVEMBRO DE 1406.

A anarquia cresceu tanto em Roma que o papa e seus cardeais foram obrigados a fugir por suas vidas. Eles se refugiaram em Viterbo. Ladislau, rei de Nápoles, comprometeu-se a tomar posse da cidade de Roma. “A cidade inteira se tornara um grande campo de batalha. Os soldados de Ladislau atearam fogo em quatro regiões. No entanto, ele foi obrigado a se retirar, e o povo implorou que o papa voltasse. Ele fez isso em 13 de março de 1406, onde permaneceu até sua morte, em 13 de novembro do mesmo ano.

82. Imediatamente os cardeais, 15 ao todo, novamente entraram em conclave e fizeram o juramento solene habitual de que qualquer um deles que fosse eleito renunciaria a seu cargo quando o papa rival em Avignon fizesse o mesmo. Um dentre deles que havia deplorado o cisma com mais constância, e aparentemente com mais sinceridade, foi eleito papa, com quase 80 anos, sob o nome papal de



## GREGÓRIO XII, 19 DE NOVEMBRO A 18 DE OUTUBRO DE 1417.

Após sua eleição, assim como antes, proclamou seu profundo interesse em extinguir o cisma da igreja. Declarou que “seu único medo era não viver para realizar a santa obra”. Na coroação, ele renovou, com lágrimas, essa afirmação. E, em particular, após sua coroação, declarou que “pela união da igreja, se eu não tivesse uma galé, embarcaria no menor barco; se não tivesse um cavalo, partiria a pé com meu cajado”. Mas seu primeiro ato traiu a hipocrisia de todas essas declarações. Ele escreveu uma carta a Bento XIII, endereçada “A Pedro de Luna, a quem algumas nações, durante esse miserável cisma, chamam de Bento XIII”. Bento respondeu em uma carta endereçada “a Angelo Correr, a quem alguns, nesse cisma pernicioso, chamam de Gregório XII”. Bento exortou Gregório: “Apresses-se! Não demore! Considere a nossa idade, a brevidade da vida, abraça imediatamente o caminho da salvação e da paz, para que possamos aparecer com o nosso rebanho unido diante do grande Pastor”.

83. Cada um deles se comprometeu a não fazer novos cardeais, exceto para manter seus números iguais. Gregório escreveu ao rei da França cartas tão belas sobre os males do cisma e o profundo desejo de seu coração em curar esse cisma, que o rei estava convencido de que ele era um anjo de luz. Houve progresso até o ponto em que uma reunião foi realmente organizada para os dois papas, em Savona, em 1407. O papa Gregório partiu de Roma, em grande pompa, viajou para Viterbo, onde permaneceu dois meses. Em seguida, viajou para Siena. A reunião dos papas rivais foi marcada para 29 de setembro. Os partidários de Gregório – monges e frades – começaram a pregar contra sua participação na reunião. O próprio Gregório elaborou uma declaração contendo 22 objeções contra o local da reunião, Savona. Exigiu que o local da reunião fosse uma cidade governada por um poder neutro – Carrara, Luca, Pisa ou Livorno. Bento XIII, por sua vez, avançou quase no mesmo ritmo que Gregório e finalmente chegou a Spezia. Gregório prosseguiu para Luca.

84. Eles estavam agora separados por 72 quilômetros. Um estava à beira-mar e o outro afastado da costa. Ali estavam eles. Conforme relatado por alguém que estava presente e por uma testemunha ocular de todo o processo, “estando agora não tão distante um do outro, cartas e embaixadas iam e vinham entre eles. Ambos afirmavam não ter nada mais no coração do que a unidade da igreja, mas ambos eram igualmente avessos aos meios para alcançá-la. Aparentavam desejar conversar pessoalmente, mas não foi possível encontrar um lugar contra o qual um ou outro não se opusesse. Gregório excluía todos os lugares marítimos, e Bento, todos que estivessem a certa distância do mar. Poderia se pensar que um era um animal terrestre que odiava a água e o outro um aquático que temia a terra seca. Essa conduta ofendeu a todos os homens sensatos e bem-intencionados, que não podiam deixar de ver que estavam simulando medos e perigos numa situação em que não havia nada a temer. Todos reclamaram em alta voz contra tal conluio tão palpável e criminoso; era chocante ver dois homens, com 70 anos ou mais, sacrificando a reputação, sua consciência e a paz da igreja no altar da ambição e do desejo de reinar por apenas alguns dias” (*Leonardo de Arezzio*)<sup>32</sup>

85. Gregório XII foi o primeiro a mostrar seu poder por meio desses pretextos. Quebrou o acordo de não nomear novos cardeais, nomeando quatro de uma vez. Os ex-cardeais foram convocados diante dele. Ele informou que havia decidido retomar o exercício pleno do poder

<sup>32</sup> Bower, seção sobre Gregório XII.

papal. Eles fugiram para Pisa e apelaram para um concílio geral. Bento XIII, por sua vez, retomou todas as funções papais emitindo duas bulas ao mesmo tempo, cada uma excomungando o rei da França. Enviou as bulas por mensageiros instruídos a entregá-las nas mãos do rei e a retornar com toda rapidez. Entregaram as bulas, conforme as instruções; mas, em vez de voltar, foram capturados e colocados na prisão.

86. O rei reuniu alguns membros de seu parlamento e os delegados da Universidade de Paris, com nobres e prelados. Um dos prelados pregou um sermão a partir do texto “A sua malícia lhe cai sobre a cabeça” (Salmo 7:16) e apresentou 13 acusações contra “Pedro de Luna, chamado Bento XIII”. Entre elas estavam acusações de perjúrio e heresia. As bulas foram declaradas, pelo concílio, “ilegais, traidoras e injuriosas contra a majestade do rei”. O rei disse a seu chanceler para “fazer o que é certo”. O chanceler rasgou cada uma das bulas em duas partes. Uma metade entregou aos nobres, a outra, aos prelados e delegados da universidade. Estes rasgaram as bulas em pedaços. Uma proclamação foi publicada na Itália, anunciando a neutralidade da França na disputa entre os papas, asseverando “o perjúrio, a traição e a heresia de ambos os papas” e convocando todas as igrejas a abandonar os dois.

87. “A cristandade havia encarado com indignação esse miserável jogo de trapaça, estratégia, falsidade, perjúrio, praticado por dois homens de avançada idade, cada um com mais de 70 anos. [...] O medo e a desconfiança mútuos dos papas rivais representavam sua mais severa autocondenação. Esses prelados de cabelos grisalhos, cada um alegando ser o representante de Cristo na Terra, não tentavam disfarçar perante o mundo que nenhum deles tinha a menor confiança na verdade, honra, justiça e religião de seu adversário. Ambos, sem qualquer escrúpulo, procuravam tirar vantagem do outro; nenhum deles hesitaria em praticar qualquer fraude, violência ou crime; nenhum deles se aventuraria se colocar ao alcance do outro, pelo declarado receio de perder a liberdade ou a vida. As forças sob o comando de cada um precisavam ter um equilíbrio preciso; as cidades ou soberanos em cujos territórios deveriam se encontrar precisavam garantir a apresentação de reféns para a segurança pessoal de ambos. Acusavam-se de forma deliberada dos mais secretos e perversos desígnios, bem como de subterfúgios, evasivas, adulteração de juramentos sagrados, perjúrio” (*Milman*).<sup>33</sup>

88. Ambos os colégios de cardeais estavam agora unidos contra os dois papas. Os dois colégios de cardeais se reuniram unificados em Livorno. Ali entraram em acordo e decidiram colocar a autoridade deles acima da dos papas; e, com essa autoridade, convocar um concílio geral para se reunir em Pisa, em 25 de março de 1409. Cada grupo de cardeais enviou uma convocação a seu respectivo papa e cartas circulares aos reinos da Europa que reconheciam os respectivos papas.

89. Os cardeais de Bento o acusaram de ser “o autor e mantenedor do cisma” e tão “perverso quanto os judeus e os soldados pagãos que estavam dispostos a rasgar a túnica sem costura de Cristo”. Eles o acusaram de falta de sinceridade, artifício, obstinação e desprezo por seus juramentos. Os cardeais de Gregório o acusaram de ser “homem sanguinário, sem honra, escravo de paixões carnis, ébrio, louco, herege declarado, subversor da igreja de Deus, hipócrita maldito”. Eles o acusaram e a Bento XIII de todos os males resultantes do cisma. Declararam que haviam

<sup>33</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 13, cap. 4, par. 13.

escolhido Gregório XII “como o melhor e mais santo da Ordem deles; ele jurara solenemente e várias vezes que extinguiria o cisma pela renúncia. Mais tarde, declarou que tal renúncia era diabólica e condenável; como se tivesse tomado as chaves de São Pedro apenas para adquirir para si o poder de perjúrio e o direito de conceder licença gratuita de perjúrio para os outros”.<sup>34</sup>

90. Os dois papas, vendo que um concílio geral se reuniria, cada um deles convocou um concílio geral! Contudo, foi o concílio geral convocado pelos cardeais que se tornou o genuíno. No concílio geral de Pisa convocado, estavam presentes 26 cardeais; quatro patriarcas; 12 arcebispos e 80 bispos; 14 arcebispos e 102 bispos enviaram representantes. Havia 87 abades presentes e 200 por meio de representantes. Os líderes das quatro grandes Ordens da igreja estavam presentes; delegados de 13 das grandes universidades de toda a Europa estavam lá – Paris, Toulouse, Orleans, Angers, Montpellier, Bolonha, Florença, Cracóvia, Viena, Praga, Colônia, Oxford, Cambridge – e os capítulos de cem igrejas colegiadas e metropolitanas. Havia 300 doutores em teologia e direito canônico. Havia embaixadores dos reis da França, da Inglaterra, de Portugal, Boêmia, Sicília, Polônia e Chipre; dos duques da Borgonha, Brabante, Pomerânia; do margrave de Brandemburgo; e o landgrave da Turíngia, com muitos outros príncipes alemães.

91. Após a abertura formal do concílio, proclamações foram feitas às portas da catedral, “indagando se Pedro de Luna ou Angelo Correr estavam presentes, em pessoa ou representados por seus cardeais ou procuradores”. Durante três dias seguidos essa proclamação foi feita. Então, como não houve resposta de nenhum dos papas, declarou-se que haviam incorrido “em contumácia”. Em seguida, foram adotadas resoluções “de que o santo concílio foi canonicamente convocado e constituído pelos dois colégios de cardeais, agora fundidos em um, e que a eles pertencia a prerrogativa de examinar o caso dos dois concorrentes ao papado”. Em seguida foi lido um relato completo da origem e progresso do cisma até aquele momento, concluindo o relato da seguinte forma:

“Visto que os prelados rivais foram devidamente citados e, não comparecendo, declarados contumazes, estão eles privados da dignidade pontifical, e seus partidários, de suas honras, ofícios e benefícios. Se eles violarem esta sentença de deposição, poderão ser punidos e castigados por juízes seculares. Todos os reis, príncipes e pessoas de todas as classes e posições estão desobrigados de seus juramentos e livres de qualquer fidelidade para com os dois pretendentes ao papado.”

92. Depois disso, vários dias foram dedicados à audição do depoimento das testemunhas. Mas logo se descobriu que eram inúmeras as testemunhas que poderiam ser facilmente encontradas; e assim, para não prolongar o concílio além do necessário, foi declarado que os principais fatos eram “questões de notoriedade pública” e, na sessão seguinte, procederam a uma sentença definitiva. A sessão foi aberta com um sermão do bispo de Sisteron, que havia sido forte partidário de Bento XIII. Seu sermão se baseou no texto “Lançai fora o velho fermento” (1Coríntios 5:7) e, no sermão, declarou que Bento XIII e Gregório XII não eram “mais papas do que meus sapatos velhos”. Ele os declarou “piores que Anás e Caifás” e os comparou até aos “demônios no inferno”. A sentença do concílio foi pronunciada da seguinte forma:

“O santo concílio universal, representando a Igreja Católica de Deus, a quem pertence o julgamento nesta causa, reunido pela graça do Espírito Santo na Catedral de Pisa, tendo ouvido

<sup>34</sup> Ibi., par. 14, 15.

devidamente os promotores da causa para a extirpação do cisma detestável e inveterado, a união e o restabelecimento de nossa santa igreja mãe, contra Pedro de Luna e Angelo Correr, chamados por alguns de Bento XIII e Gregório XII, declara que os crimes e excessos, aduzidos perante o concílio, são verdadeiros e do conhecimento público. Os dois concorrentes, Pedro de Luna e Angelo Correr, foram e são cismáticos notórios, partidários obstinados, instigadores, defensores e apoiadores desse longo cisma; heréticos notórios por terem se afastado da fé; envolvidos em crimes de perjúrio e quebra de juramentos, tendo escandalizado abertamente a igreja com sua obstinação manifesta, sendo totalmente incorrigíveis. Por suas enormes iniquidades e excessos, tornaram-se indignos de toda honra e dignidade, especialmente do supremo pontificado; e embora pelos cânones sejam de fato rejeitados por Deus, depostos e desligados da igreja, o concílio os excomunga, rejeita e depõe e os declara excomungados, rejeitados e depostos pela presente sentença definitiva; proíbe-os a partir de agora de assumir o nome de sumos pontífices, e a todos os cristãos, sob pena de excomunhão, de lhes obedecer, ou prestar-lhes qualquer assistência; anula todos os julgamentos que até então pronunciaram, ou que podem declarar a partir de agora, assim como a promoção de cardeais feita recentemente por ambos – por Angelo Correr desde 3 de maio do ano anterior e por Pedro de Luna desde 15 de junho do mesmo ano; e, por último, declara, em vista de tudo isso, que a Sé Apostólica encontra-se no momento vacante, e que os cardeais têm a liberdade de proceder a uma nova eleição.”<sup>35</sup>

93. A ação seguinte foi a eleição de um novo papa. Isso não poderia ser realizado pelo concílio, mas apenas pelos cardeais. Os 26 cardeais passaram 11 dias no conclave e depois anunciaram a eleição do frade Pedro Chilargi, com mais de 70 anos, que foi proclamado papa sob o nome de

#### ALEXANDRE V, 26 DE JUNHO DE 1409 A 3 DE MAIO DE 1410.

Logo se descobriu que, em vez de a cristandade ter agora um papa, havia três; que os esforços do concílio e dos cardeais na eleição de um novo papa, em vez de trazer a paz ao mundo, apenas aumentaram a confusão; pois Alexandre V concedeu imediatamente honras papais aos membros de sua Ordem. Publicou uma bula com a qual “investiu a Ordem dos Pregadores [Ordem Dominicana], a Ordem dos Frades Menores [Ordem dos Franciscanos], os agostinianos e os carmelitas de irrestrita autoridade para ouvir confissões e conceder absolvições em todas as partes da cristandade. Ele rescindiu e declarou nulas, se não heréticas, sete proposições propostas ou sancionadas por outros papas, principalmente João XXII. [...] Essa bula significou não apenas a aniquilação absoluta das prerrogativas e pretensões exclusivas do clero, mas foi ordenado que fosse lida pelos próprios clérigos em todas as igrejas da cristandade. Deveriam divulgar diante de seus próprios rebanhos o triunfo de seus inimigos, a total independência de seus paroquianos com relação à autoridade deles, sua própria condenação por insuficiência e sua privação de direitos imemoriais antigos”.

94. “A partir de então havia um domínio dividido em todas as dioceses; em todas as paróquias havia dois ou mais pretendentes em conflito requerendo a obediência, o amor e a liberalidade do rebanho. Além disso, todos os que ousassem manter as proposições anuladas pela bula deviam ser processados como hereges contumazes e obstinados. Assim, o papa, que deveria reconciliar, comandar ou conquistar a cristandade dispersa e promover a paz e a unidade – um

<sup>35</sup> *History of Latin Christianity* de Milman, vol. 7, livro 13, cap. 5; *Lives of the Popes* de Bower, seção sobre Gregório XII.

frade de mente estreita, pensando apenas em sua própria ordem –, lançou um pomo de discórdia mais fatal ainda sobre o mundo e despertou nova guerra civil entre os adeptos mais imediatos do papado, entre aqueles que deveriam ter sido unidos numa confederação mais próxima e íntima.”<sup>36</sup>

95. O efeito desse ato de Alexandre V foi devolver a Bento XIII e Gregório XII a simpatia de muitos, além de lançar descrédito ao Concílio de Pisa, que escolhera um papa cujas ações só tornavam a confusão ainda mais destrutiva. “Ouviam-se murmúrios em muitas partes de que o concílio, em vez de extinguir o cisma, havia acrescentado um terceiro papa.” Esse aumento de desordem também deu ânimo aos outros dois papas; e logo pareceu que havia agora de fato três papas em vez de um. Gregório XII foi reconhecido como papa pelo rei da Sicília, por algumas cidades da Itália e por Ruperto, rei dos romanos. Bento XIII foi reconhecido como papa legítimo pelos reis de Aragão, Castela e Escócia e pelo conde de Armagnac. Alexandre V foi reconhecido como papa pelos demais príncipes da Europa.

96. Bento XIII estava agora sob a proteção do rei de Aragão e emitiu seus anátemas contra o Concílio de Pisa e os outros dois papas. Gregório XII estava nos territórios de Veneza. Ele, mediante seu concílio geral, publicou sentenças de excomunhão e anátema contra os outros dois papas, declarando que “a eleição de um e de outro era contrária aos cânones e sacrílega; ambos foram declarados cismáticos e hereges; todas as ações deles foram anuladas, e todos foram proibidos, sob pena de excomunhão, de obedecer a um ou outro. Gregório também publicou novamente sua intenção, várias vezes repetida e quebrada, de que estava disposto a renunciar imediatamente, desde que os outros dois papas fizessem “o mesmo, ao mesmo tempo e no mesmo lugar”. Declarou ainda que, “se os dois intrusos não concordassem com esses termos, ele lhes concederia a permissão de reunir um concílio geral das três autoridades, afirmando estar disposto a estar presente pessoalmente nele e a cumprir seus decretos, contanto que seus dois rivais se comprometessem a participar da assembleia pessoalmente, assim como ele, e aderir à determinação desse concílio” (*Borwer*).<sup>37</sup>

97. Em vez de seguir o exemplo de seus predecessores imediatos, acumulando vastos tesouros, Alexandre V caiu no outro extremo e renunciou a tudo. Declarou que como bispo havia sido rico, como cardeal fora pobre e como papa seria um mendigo. “No mesmo dia de sua entronização, suas doações foram tão generosas a ponto justificar o boato, se não dar origem a ele, de que os cardeais, ao entrar no conclave, haviam feito um voto de que, quem fosse eleito, concederia às famílias de seus irmãos cardeais o máximo de suas exigências.” Alexandre V colocou-se sob os cuidados de seu favorito, Baltasar Cossa, cardeal legado de Bolonha. Ele foi com o cardeal para a cidade de Bolonha e ali morreu, em 3 de maio de 1410. Os cardeais tinham ido a Bolonha com o papa Alexandre. Os 24 cardeais eleitos elegeram por unanimidade como sucessor de Alexandre V a Baltasar Cossa, que levou o nome papal de

### JOÃO XXIII, 25 DE MAIO DE 1410 A 14 DE JUNHO DE 1415.

98. João XXIII é o último dos Joões e o pior deles. João XXIII é outro dentre aqueles papas cujo registro de vida, por suas contradições, anomalias morais, quase inimagináveis,

<sup>36</sup> *Ibid.*

<sup>37</sup> *Lives of the Popes*, Alexandre V.

confunde e deixa perplexo qualquer historiador justo e sincero. É quase inacreditável, mesmo para as mentes daquela época, que um clérigo, até mesmo italiano, pudesse levar um vida como essa, e que, depois de tal vida, ascendesse ao papado. No entanto, esse registro biográfico não se baseia apenas no testemunho simultâneo de todos os historiadores da época, dois deles secretários da corte romana, mas no reconhecimento explícito do Concílio de Constança” (*Milman*).<sup>38</sup> Embora não passasse de um clérigo comum, Baltasar Cossa havia sido pirata; e sua disposição pirática bem como “o hábito de pirata de dormir de dia e permanecer acordado à noite” o acompanharam depois de cessar a prática de pirata profissional e de se tornar, em sucessão, arqui-diácono, camareiro do papa, cardeal legado do papa e papa.

99. Foi o papa Bonifácio IX quem designou Baltasar Cossa como seu legado “para arrancar a cidade de Bolonha do domínio da Casa de Visconti. O legado cumpriu sua missão; o pobre estudante de direito, o arqui-diácono de Bolonha, tornou-se o senhor daquela cidade com domínio tão absoluto e ilimitado quanto os tiranos da Lombardia e Romagnese. Baltasar Cossa, se dificilmente superou em extorsão e crueldade o famoso Ecceline, sua devassidão, no entanto, causaria vergonha ao mais desavergonhado dos Viscontis. Sob seu governo de ferro, dia após dia, a quantidade de pessoas de ambos os sexos, tanto estrangeiros quanto bolonheses, que foram mortos por acusações de traição, sedição ou outros crimes era tão grande que a população de Bolonha parecia diminuir para a de uma pequena cidade. Ele costumava enviar aos carrascos a mensagem para executar suas vítimas com a maior rapidez possível.

100. “Nem pessoas nem posses estavam isentas de sua tributação implacável. Os grãos não podiam ser moídos, nem pão feito, nem vinho vendido sem sua permissão. De todas as classes, desde os nobres até os camponeses, exigia os mais trabalhosos serviços. Estabeleceu impostos sobre prostitutas, casas de jogos e usurários. Sua licenciosidade era ainda mais ampla e promíscua. Há o registro de que 200 empregadas, esposas e viúvas, e muitas freiras, foram vítimas de sua luxúria. Muitas foram mortas por seus maridos e parentes enciumados e indignados. O historiador se admira de que, numa cidade tão rica e populosa, o punhal de algum marido, pai ou irmão não encontrou seu alvo no coração do tirano.”

101. “Assim Baltasar Cossa é descrito por Teodorico de Niem, seu secretário. Leonardo Aretino, outro secretário, em palavras exuberantes e significativas, o representa como um grande homem, de capacidade consumada em assuntos mundanos, mas um imprestável, ou menos que isso, no campo espiritual. [...] O conclave recusou-se a trazer à lembrança as barbáries da vida de Baltasar Cossa. O pirata, tirano, adúltero e violador de freiras tornou-se o sucessor de São Pedro, o vice-regente de Cristo na terra!”<sup>39</sup> A monstruosidade de três cabeças do papado era agora constituída por:

### BENTO XIII, GREGÓRIO XII E JOÃO XXIII.

102. Alguns dias após sua ascensão ao papado, João XXIII fez sua grande entrada na cidade de Roma, onde seu governo, enquanto permaneceu, era semelhante ao que havia sido em

<sup>38</sup> *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 13, cap. 5, seção sobre João XXIII.

<sup>39</sup> *Ibid.*

Bolonha. Havia inimizade mortal entre João e o rei da Sicília; e as guerras entre eles desolaram vastas regiões da Itália. Como consequência dessas guerras, João foi obrigado a deixar Roma e voltou a Bolonha. Também havia inimizade entre o papa João e o imperador Sigismundo. Mas, para ganhar força em sua disputa com o rei da Sicília, João procurou uma aliança com o imperador. Mas os únicos termos sob os quais o imperador aceitaria a proposta de aliança de João eram que o papa concordasse com a convocação de um concílio geral para extinguir o cisma na igreja e curar as misérias da cristandade. João se viu mais ainda constrangido a aceitar esses termos diante do fato de que o Concílio de Pisa, cuja ação constituía o único fundamento da posição de João como papa, decretara que esse concílio ou outro concílio geral deveria se reunir em três anos. João consentiu com os termos exigidos pelo imperador, e Constança foi fixada como o local onde o próximo concílio deveria ser realizado. Uma carta imperial e uma bula papal foram enviadas por toda a cristandade “para convocar o concílio geral da cristandade a ser reunido em Constança, no final do ano seguinte” – 1414.

103. O Concílio de Constança reuniu-se em 1º de novembro de 1414 e continuou até 22 de abril de 1418. O número total de clérigos presentes no concílio, embora talvez nem todos o tempo todo, foi de quatro patriarcas, 29 cardeais, 33 arcebispos, 150 bispos, 134 abades, 250 doutores, membros do clero inferior, num total de 18 mil. Contando com o imperador e sua comitiva, reis, duques, senhores e outros nobres, os números chegaram a 50 mil. Em certos períodos da conferência, havia até 100 mil presentes. Trinta mil cavalos foram alimentados e 30 mil leitos foram fornecidos pela cidade.

104. O concílio foi aberto com a presidência de João XXIII. Estavam presentes representantes de Gregório XII e Bento XIII. Os delegados de Gregório prontamente declararam, em nome de seu mestre, que ele estava pronto para renunciar, sob a condição de que os outros papas renunciassem ao mesmo tempo. Apresentaram também ao imperador uma petição solicitando que João XXIII não tivesse a permissão de presidir o concílio. Para considerar esse assunto, foi nomeado, além do concílio, uma assembleia geral dos chefes das nações presentes. Eles relataram uma recomendação de que os três papas deveriam renunciar voluntariamente. O papa João concordou no mesmo instante e ele próprio elaborou uma forma de renúncia. Contudo, como a assembleia não ficou satisfeita, ele deixou que eles a redigissem.

105. Foi apresentado a essa assembleia das nações um memorial contendo uma longa lista dos crimes da vida de João XXIII, declarando que tais crimes poderiam ser provados por testemunhas ilibadas, se o concílio decidisse ouvi-las. Como os crimes já eram notórios e inegáveis, mesmo por João, ele propôs à assembleia que se declarasse culpado perante o concílio, lembrando-os da máxima geralmente aceita de que “um papa não poderia ser deposto por nenhum crime, exceto o de heresia”. A assembleia, porém, recusou essa proposta, com o argumento de que não julgavam conveniente apresentar publicamente esses crimes hediondos perante o concílio, para serem investigados com detalhes. Portanto, aconselharam que o memorial fosse suprimido, contanto que João aceitasse a renúncia que eles redigiriam. João concordou com isso. Assim ficou, portanto, a redação da renúncia proposta:

“Eu, papa João XXIII, pela paz de todo o mundo cristão, declaro solenemente, prometo e juro por Deus, por Sua santa igreja e por este santo concílio, trazer paz à igreja por meio da

cessão, ou renúncia do pontificado, e executar livre e espontaneamente o que prometo agora, no caso de Pedro de Luna e Angelo Correr, chamados em suas jurisdições de Bento XIII e Gregório XII, da mesma maneira renunciarem à sua pretensa dignidade; e também no caso de renúncia, morte ou qualquer outro evento, quando minha renúncia trouxer paz à igreja de Deus e extirpar o presente cisma.”<sup>40</sup>

106. Essa renúncia assim escrita foi lida pelo papa João no dia seguinte diante de todo o concílio; e quando, na leitura, chegou às palavras “prometo e juro”, ele se levantou do trono e se ajoelhou diante do altar e, colocando a mão sobre o peito, disse: “Prometo assim observá-la”. Então voltou a sentar-se no trono. O imperador tirou sua coroa, prostrou-se diante de João XXIII, “beijou-lhe o pé e agradeceu em nome de todo o concílio por sua boa resolução. Ao mesmo tempo, o concílio, os príncipes presentes e os embaixadores dos ausentes empenharam-se em apoiá-lo, com toda a autoridade que possuíam, contra seus dois rivais, caso não seguissem o exemplo dele.”

107. Mas logo ficou claro para todos que João não tinha nenhuma intenção de renunciar ao papado. Pois, quando o imperador e a assembleia das nações solicitaram que ele cumprisse o acordo, pediu que fosse adiado por um tempo. Quando insistiram, então, por meio do duque da Áustria, que era seu aliado, fugiu para Schaffhausen. De lá, ele escreveu, na noite do mesmo dia, e enviou ao imperador uma carta pedindo que o desculpasse pela fuga, na qual se dirigiu ao imperador nestes termos:

“Meu querido filho, pela graça do Deus Todo-Poderoso, cheguei a Schaffhausen, onde desfruto de minha liberdade e do ar que se adapta à minha constituição. Eu vim aqui, sem o conhecimento do meu filho, o duque da Áustria, não para me isentar da promessa que fiz de abdicar pela paz da santa igreja de Deus; mas, pelo contrário, para que o fizesse livremente e sem comprometer minha saúde.”

108. O propósito de João em tudo isso foi pôr um fim ao concílio, porque ele supôs que, na ausência do papa, o concílio se dissolveria. Mas nisso seus cálculos falharam. O imperador Sigismundo, com a presença do marechal do império, cavalgou pela cidade, com trombetas soando diante dele, proclamando que o concílio não estava dissolvido pela fuga do papa, mas que defenderia o concílio até a última gota de seu sangue. O chanceler da Universidade de Paris apresentou um argumento perante o imperador e a assembleia das nações para provar “que um concílio geral é superior ao papa e que suas determinações são válidas, quer o papa esteja presente ou ausente, quer ele as aprove ou desaprove.”

109. Consequentemente, o concílio se reuniu em sessão ordinária e adotou os seguintes artigos:

I. O concílio havia se reunido legitimamente na cidade de Constança.

II. Ele não foi dissolvido pela retirada do papa e dos cardeais.

III. Ele não seria dissolvido até que o cisma fosse removido e a cabeça e membros da igreja reformados.

IV. Os bispos não deveriam partir sem justa causa aprovada pelos delegados das nações até o concílio terminar; e se obtivessem permissão do concílio para partir, deveriam nomear outros para votar por eles como substitutos ou procuradores.”

<sup>40</sup> *Lives of the Popes* de Bower, João XXIII. Todo o relato sobre o Concílio de Constança foi extraído da obra de Bower.



110. Os cardeais que estavam com João retornaram ao concílio. O imperador descobriu que o duque da Áustria havia ajudado João em sua fuga e, portanto, colocou o duque sob a proibição do império e enviou tropas para invadir seus domínios. Ao saber disso, João abandonou Schaffhausen e fugiu para Laufenburg. Em sua nota ao imperador, João havia declarado que não era por medo que deixara Constança. Em Laufenburg, procurou um notário e, na presença de testemunhas, certificou que tudo com que havia concordado em Constança fora motivado por medo e que suas promessas haviam sido feitas sob coação, razão por que não era obrigado a manter seu juramento.

111. O concílio se reuniu novamente em sessão ordinária e fez a seguinte declaração:

“O presente concílio legalmente reunido na cidade de Constança, e representando toda a igreja militante, detém seu poder diretamente de Jesus Cristo, e todas as pessoas, não importa a posição ou dignidade (sem exceção para o papal) são obrigadas a obedecer a suas determinações no que diz respeito à fé, à extirpação do cisma e à reforma da igreja, tanto a cabeça quanto os membros.”

112. O concílio enviou mensageiros a João, notificando-o de que não havia nenhuma intenção de prejudicá-lo e de que ele tinha a garantia do imperador de que não sofreria nenhum tipo de violência. Portanto, se ele se recusasse a retornar, ou a nomear representantes para efetivar sua renúncia por ele, o concílio tomaria ações contra ele e o declararia culpado de perjúrio e autor do cisma. Os mensageiros encontraram João em Brisac. Ele lhes prometeu uma audiência no dia seguinte. Mas, no intervalo assim ganho, fugiu novamente. Os mensageiros o seguiram e o alcançaram em Friburgo. Certificaram-se de que ele não tivesse mais chance de escapar por meio de evasivas para ganhar tempo. Invadiram então seu quarto e lhe entregaram a mensagem quando o encontraram na cama.

113. João respondeu aos mensageiros que estava disposto a cumprir sua promessa de renunciar ao papado “nas seguintes condições, e nenhuma outra:

1. O imperador deveria lhe conceder um salvo-conduto na forma apropriada que ele próprio ditaria.
2. Um decreto deveria ser emitido pelo concílio concedendo-lhe total liberdade e segurança e o isentando de ser molestado por qualquer motivo.
3. A guerra contra o duque da Áustria deveria ser interrompida.
4. Após sua renúncia, ele deveria ser nomeado legado perpétuo de toda a Itália, ou desfrutar, em vida, da região da Bolonha e do condado de Avignon, com uma pensão anual de 30 mil florins de ouro; e que não ficaria subordinado a ninguém, nem seria obrigado a prestar contas a qualquer pessoa do que havia feito ou poderia fazer a partir de então.”

114. Enquanto isso, o concílio se reuniu em sua 5ª sessão ordinária, na qual confirmou todas as deliberações das sessões anteriores, especialmente as relacionadas à superioridade do concílio sobre o papa. Nessa sessão, foi decidido ainda que o papa era obrigado a obedecer aos decretos do concílio e agir de acordo com suas decisões; que, se ele se recusasse a renunciar, todos os fiéis ficariam isentos de lhe prestar obediência e ele seria considerado como deposto de fato; que sua fuga de Constança era ilegal e prejudicial para a unidade da igreja; que, se voltasse, lhe seria concedido um salvo-conduto; e se cumprisse sua promessa de renunciar, não lhe faltariam provisões durante sua vida, conforme determinadas por quatro pessoas nomeadas por ele e quatro pelo concílio.

115. Na sessão seguinte, o concílio adotou a forma de renúncia ao papado que a assembleia das nações havia elaborado, que João lera ao concílio e com a qual havia concordado. Na sessão seguinte, o papa foi oficialmente convocado para comparecer ao concílio, para justificar sua fuga de Constança e para se livrar das acusações dos crimes de heresia, cisma, simonia, etc., contra ele. Outros assuntos ocuparam o concílio nas duas sessões seguintes, com a exceção de que João foi oficialmente convocado mais uma vez. Mas como João não deu atenção a nenhuma das propostas do concílio, e as forças do imperador estavam invadindo os domínios do duque da Áustria, o duque fez as pazes com o imperador, e dois arcebispos, com 300 tropas, prenderam o papa João em Friburgo e o confinou em um castelo a cerca de 16 quilômetros de Constança.

116. Na 10ª sessão do concílio, em 14 de maio de 1414, foi lida a lista de acusações contra o papa João, consistindo em 70 artigos, 20 dos quais eram por demais chocantes e escandalosos para serem lidos em público, mesmo naquela época rude e infame. Na sessão seguinte, em 25 de maio, todos os artigos contra João, lidos na sessão anterior, foram lidos novamente. Enquanto eram lidos, um por um, lia-se também o depoimento das testemunhas e a referência era feita à idoneidade das testemunhas, sem mencionar nomes. Quando tudo foi lido, o concílio declarou que toda a lista estava plenamente provada – tanto os itens que haviam sido lidos quanto os que não eram convenientes de ser lidos; e então declarou por unanimidade que “o dito senhor papa João deveria ser suspenso de toda administração, tanto nos assuntos espirituais quanto temporais próprios de sua posição como papa; e nós o declaramos suspenso por sua notória simonia e vida perversa”. A notificação dessa sentença foi enviada ao papa João, que respondeu afirmando que “concordava inteiramente com a sentença que já haviam pronunciado e estava pronto para submeter-se a qualquer outra sentença que pronunciassem, pois sabia que o concílio não podia errar”.

117. Os mensageiros retornaram com a resposta de João, e, na 12ª sessão do concílio, em 29 de maio, foi pronunciada a seguinte sentença de deposição:

“O Concílio Geral de Constança, invocando o nome de nosso Senhor Jesus Cristo e examinando, no temor de Deus, os artigos exibidos e provados contra João XXIII e sua submissão voluntária aos trabalhos do concílio, pronuncia, decreta e declara pela presente sentença que a fuga noturna do referido João XXIII, disfarçada e com um traje indecente, foi escandalosa; que isso foi prejudicial à unidade da igreja e contrário a seus votos e juramentos; que o mesmo João XXIII é um notório simonista; que desperdiçou e esbanjou as receitas da Igreja Romana e de outras igrejas; que é culpado no mais alto grau de administração incompetente, tanto nos assuntos espirituais quanto nos temporais; que, por seu comportamento detestável, ofendeu todo o povo cristão; que, perseverando em uma conduta tão escandalosa até o fim, apesar de repetidas advertências, mostrou-se incorrigível; que, como tal, e por outros crimes exarados em seu processo, o concílio o declara deposto e absolutamente privado do pontificado, isenta todos os cristãos de seus juramentos de lealdade a ele e os proíbe, no futuro, de considerá-lo papa ou nomeá-lo como tal. E para que essa sentença seja irrevogável, o concílio, a partir de agora, com todo o seu poder, suprirá todas as deficiências que possam ser doravante encontradas no processo; e ainda condena o dito João XXIII a ser confinado, em nome do concílio, a algum lugar em que possa ser mantido sob a custódia do imperador, como protetor da Igreja Católica, pelo tempo que o concílio julgar necessário para a unidade da igreja; e o referido concílio reserva-se a autoridade de

puni-lo por seus crimes e irregularidades de acordo com os cânones e conforme exigido pela lei da justiça ou misericórdia.”

118. Enquanto o concílio estava se desvencilhando de João, chegaram embaixadores de Gregório XII. Eles foram enviados por Gregório “para renunciar ao pontificado, em seu nome, e a todos os direitos e títulos dessa dignidade. Mas eles não vieram ao concílio. O papa Gregório XII não reconheceria a legitimidade de um concílio convocado pelo papa João XXIII. Portanto, esses mensageiros foram comissionados a lidar com o assunto diretamente com o *imperador*. Eles foram instruídos a informar o imperador de que, se ele e os chefes das nações permitissem que o concílio fosse convocado novamente pelo papa Gregório XII, então o papa Gregório XII reconheceria essa assembleia como concílio legítimo, mas não o contrário. O imperador e os chefes das nações concordaram com isso.

119. Conseqüentemente, na 14ª sessão, em 4 de julho de 1415, um dos núncios de Gregório assumiu a presidência e leu duas bulas procedentes de Gregório – uma convocando o Concílio de Constança e, quando convocado, considerando-o como concílio legítimo; a outra autorizando esse nuncio a agir como procurador do papa Gregório e, nesse caráter, a se submeter às decisões do concílio, quando este fosse legalmente convocado como um concílio de Gregório. Assim que as bulas foram lidas, o concílio foi declarado convocado em nome do papa Gregório XII. Então, o procurador anunciou ao concílio que Gregório XII estava pronto para sacrificar sua dignidade pela paz da igreja e submeter-se à disposição deles, como bem entendessem.

120. Então o presidente oficial do concílio assumiu a presidência, e o imperador assentou-se em seu trono. Uma terceira bula de Gregório foi então lida, dando ao seu procurador poder total para renunciar à dignidade papal em seu nome. Assim a renúncia de Gregório foi feita pelo procurador nas seguintes palavras:

“Eu, Carlos Malatesta, vigário de Rimini, governador de Romagna, em nome de nosso santo pai em Cristo, o senhor papa Gregório XII, e chefe superior da santa Igreja Romana, sendo autorizado por todo o poder que acaba de ser lido e a mim concedido pelo referido senhor papa Gregório, sem ser constrangido por qualquer violência, mas apenas animado com um desejo ardente de obter a paz e a união da igreja, declaro, em nome do Pai, Filho e Espírito Santo, que efetivamente e de fato renuncio, em nome do meu mestre papa Gregório XII, à posse do papado e a todos os direitos e títulos dessa dignidade, de que desfruta com legitimidade, e realmente o faço na presença de nosso Senhor Jesus Cristo e deste concílio geral, que representa a Igreja Romana e a igreja universal.”

121. Esse ato de renúncia do papa Gregório XII foi recebido pelo concílio com aplausos estrondosos. O *Te Deum* foi cantado e efusivos elogios foram dados a Gregório. Então, o concílio decretou que Bento XVI fosse obrigado a renunciar da mesma maneira dentro de dez dias depois de receber a notificação do concílio; e que, se não renunciasse nesse período, seria declarado “um notável cismático e herege obstinado e incorrigível; e, como tal, seria privado de toda honra e dignidade e expulso da igreja.”

122. Em seguida, o concílio decretou que Gregório “reteria a dignidade de cardeal bispo enquanto vivesse; que seria o primeiro na hierarquia depois do papa, a menos que alguma alteração fosse considerada oportuna, com relação a esse artigo, com a renúncia de Pedro de Luna;

e que seria legado perpétuo da Marcha de Ancona e desfrutaria, sem qualquer perturbação, de todas as honras, privilégios e emolumentos ligados a essa dignidade. O concílio, além disso, concedeu-lhe absolvição total e ilimitada de todas as irregularidades pelas quais poderia ter sido culpado durante o seu pontificado, isentou-o de prestar contas de sua conduta passada, ou de qualquer parte dela, a qualquer pessoa e proibiu que qualquer um fosse elevado ao pontificado até que todos promettessem, sob juramento, observar esse decreto, apesar de todos os cânones, constituições e decretos dos concílios gerais em contrário.”

123. Bento XIII insistiu que, agora que os outros dois papas haviam renunciado, tal conjuntura o tornava de forma *indiscutível o único papa legítimo*. O imperador e muitos assistentes fizeram uma viagem de quase 800 quilômetros até Perpignan, na França, no Golfo de Lyon, perto da fronteira com a Espanha, onde encontraram o rei de Aragão e todos os príncipes que reconheciam Bento como papa. Realizaram um congresso e procuraram por todos os meios possíveis convencer Bento a renunciar, mas tudo em vão. Em uma das sessões, ele argumentou por sete horas seguidas, embora tivesse 77 anos, que apenas ele era papa legítimo; e que, se o bem da igreja exigia que ele renunciasse, somente ele tinha o direito de eleger um novo papa, sendo o único cardeal incontestemente vivo até então, por ter sido estabelecido antes do cisma e, conseqüentemente, por um papa incontestável. Declarou que “nunca abandonaria a igreja que aprova ao Todo-Poderoso confiar a seus cuidados; e, ao mesmo tempo, declarou como excomungados todos os que não o reconhecessem, quer imperadores, reis, cardeais, patriarcas, arcebispos ou bispos; e os declarou rebeldes contra São Pedro e sua igreja.”

124. Todos os seus seguidores, com exceção de quatro cardeais, o abandonaram e reconheceram o Concílio de Constança. Então o Concílio de Constança o depôs em 26 de julho de 1417. Mas Bento excomungou e anatematizou “a assembleia cismática de Constança e a todos os príncipes e bispos que ali estiveram presentes e aceitaram suas definições ou decretos calculados para fomentar e perpetuar um cisma tão perigoso na única e apostólica igreja católica; de modo que a única santa Igreja Católica e apostólica se encontrava agora apenas em Península”, onde Bento então estava. Ele persistiu até o momento de sua morte que ele era o único papa. Enquanto conseguiu falar, manteve essa posição; e “quando não pôde mais falar, escreveu, com grande dificuldade, a seguinte ordem dirigida, como seu último desejo, aos seus cardeais:

“Eu ordeno que, sob pena de maldição eterna, escolham outro papa após a minha morte.”

125. Os três cardeais elegeram outro papa após a morte de Bento, que recebeu o título de

#### CLEMENTE VIII, 29 DE NOVEMBRO DE 1424.

Abdicou, porém, em favor do papa eleito pelo Concílio de Constança,

#### MARTINHO V, 8 DE NOVEMBRO DE 1417 A 20 DE FEVEREIRO DE 1431.

126. Martinho V deixou Constança e se dirigiu a Roma em 16 de maio de 1418. Permaneceu uma temporada em Genebra, depois foi para Florença, chegando ali em 27 de fevereiro de 1419. Enquanto esteve em Florença, João XIII, em junho de 1419, “jogando-se a seus pés, sem quaisquer estipulações ou condições anteriores, o reconheceu como legítimo sucessor de São

Pedro e o vigário de Cristo na Terra.” Em 14 de junho, Baltasar Cossa “ratificou e confirmou todas as decisões do Concílio de Constança relativas a si e à eleição de Martinho V; renunciou de maneira solene todos os direitos e privilégios do papado; diante disso, foi estabelecido como cardeal bispo de Túsculo e tornou-se decano do colégio sagrado; e ordenou-se que ele deveria sempre se sentar ao lado do papa, e seu assento deveria ser um pouco elevado acima dos assentos dos outros cardeais”. Morreu em 20 de dezembro seguinte.

127. Assim, pelos esforços e autoridade das nações, a anarquia da papado terminou, e o papado foi salvo de si mesmo. Como as nações haviam retomado seu lugar e poder legítimos como superiores ao papado, o absolutismo e a anarquia do papado terminaram. Numa medida completa e horrível, havia ficado demonstrado a todo o mundo que a essência do papado e o resultado de seu domínio não passava de anarquia. As terríveis iniquidades dos papas continuaram; mas após a demonstração completa da anarquia inerente do papado apresentada ao mundo, na carreira posterior do papado não se presenciou nada de novo, exceto a coroação oficial de todo o registro arrogante, enganoso, licencioso, sangrento e anarquista, feita pelo papa

#### PIO IX, 16 DE JUNHO DE 1846 A 8 DE FEVEREIRO DE 1878,

com o atributo de divindade, em sua proclamação da infalibilidade papal como artigo de fé em decorrência de revelação divina.

128. E mesmo isso nada mais é do que o resultado lógico da teoria teocrática sobre a qual os fundamentos do papado foram lançados nos dias de Constantino. Pois, sendo o papado supostamente o governo de Deus, aquele que está à frente dele ali está como representante de Deus. Ele representa a autoridade divina; e quando ele fala ou age oficialmente, seu discurso ou ato é o de Deus. Contudo, tornar dessa forma um homem o representante de Deus significa apenas vestir as paixões humanas com poder e autoridade divinos. E sendo humano, ele está fadado a sempre agir de maneira diferente de Deus; e sendo revestido de poder irresponsável, ele frequentemente agirá apenas à semelhança de Satanás. Conseqüentemente, a fim de tornar todas as suas ações consistentes com aquilo que professa ser, ele é obrigado a cobrir todas elas com os atributos divinos e fazer com que todas as suas ações, em sua posição oficial, se tornem atos de Deus.

129. O raciocínio e credo da infalibilidade papal não afirmam que tudo o que o papa fala é infalível; trata-se apenas do que ele fala oficialmente – o que ele fala *ex cathedra*, isto é, do trono. O decreto de infalibilidade é o seguinte:

“Ensinamos e definimos que é um dogma divinamente revelado que o pontífice romano, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando no exercício do cargo de pastor e mestre de todos os cristãos, em virtude de sua suprema autoridade apostólica, ele define uma doutrina sobre fé ou conduta a ser mantida pela igreja universal, pela assistência divina prometida a ele no bem-aventurado Pedro, possui a infalibilidade de que o divino Redentor desejou que sua igreja fosse dotada para definir doutrinas sobre fé ou moralidade; e que, portanto, essas definições dos pontífices romanos são em si mesmas, e não pelo consentimento da igreja, irreformáveis.” “Mas se alguém – que Deus assim não o permita – presumir contradizer essa nossa definição, seja anátema.”

“Apresentado em Roma em sessão pública realizada solenemente na Basílica do Vaticano, no ano de nosso Senhor de 1860, no 18º dia de julho, no 25º ano do nosso pontificado.”<sup>41</sup>

130. Sob essa teoria, o papa senta-se em seu trono como chefe do governo de Deus e como Deus de fato. Pois o mesmo papa que publicou o dogma da infalibilidade, publicou coerentemente um livro de seus discursos, e no prefácio da edição oficial e aprovada, declara-se que ele é “o Cristo vivo”, “a voz de Deus”; e afirma-se ainda a respeito dele: “Ele é a natureza, que protesta; *ele é Deus*, que condena”. E em plena consonância com essas declarações, o papa

#### LEÃO XIII, 20 DE FEVEREIRO DE 1878 –,<sup>42</sup>

publicou em 21 de junho de 1894 uma comunicação dirigida “aos príncipes e povos do mundo”, na qual lhes dizia: “Nós mantemos a regência de Deus na Terra”. Uma regência corresponde ao cargo e à administração de um regente. Um “regente é um administrador de um reino durante a menoridade ou incapacidade de um rei”; “aquele que governa ou reina, portanto alguém investido de autoridade vicária; alguém que governa um reino na menoridade, ausência ou incapacidade do soberano”. Uma regência de Deus na Terra, portanto, só pode existir com a suposição da “menoridade, ausência ou incapacidade” de Deus quanto aos assuntos da Terra – uma alegação que não pode ser nada menos que suprema blasfêmia.

131. Assim, no papado, cumpre-se literalmente, e no sentido mais completo, a profecia de 2 Tessalonicenses 2:1-9, que fala da “apostasia” e da revelação do “homem da iniquidade, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou objeto de culto, a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus” (v. 3 e 4).

132. Esse é o resultado lógico e inevitável da falsa teoria teocrática. E aquele que aceita a veracidade de tal teoria não terá condições, do ponto de vista lógico, de deixar de aceitar todo o sistema papal. Assim, pois, temos diante de nós a verdade certa e infalível de que *o embrião de TODO SISTEMA PAPAL está contido* na visão equivocada e grosseiramente concebida a respeito da teocracia do Antigo Testamento.<sup>43</sup>

<sup>41</sup> *History of the Vatican Council* de Schaff, cap. 4 sobre decretos. O pontificado mencionado é o de Pio IX.

<sup>42</sup> Este era o papa que ocupava o pontificado na época de A. T. Jones, autor desta obra (N.T.).

<sup>43</sup> *History of the Christian Religion and Church* de Neander, vol. 2, seção 2, parte 1, divisão 2, par. 29.

## CAPÍTULO 21

# O ESPÍRITO DO PAPADO

*O Segredo do Papado – Os Querubins Celestiais – O Fundamento do Trono de Deus – O Querubim que Pecou – Exigida a Mudança da Lei de Deus – O Propósito Eterno de Deus – Lúcifer Reflete sobre Deus – O Eu não Pode Salvar a Si Mesmo – Nas Cadeias das Trevas – O Pecado Deve ser Erradicado – Liberdade de Escolha – Satanás Vem a este Mundo – A Tentação no Paraíso – Inimizade contra Deus – Tudo Centralizado no Eu e Nada em Deus – Inimizade contra Satanás – O Mistério de Deus – A Humildade de Cristo – A Mudança da Lei de Deus.*

**N**ÃO se pode negar com justiça que todo o curso do papado seja a exibição de puro egoísmo – egoísmo supremo e autoexaltação absoluta. Mas o cristianismo consiste no oposto exato e extremo do egoísmo. Sustenta-se no completo esvaziamento do eu. Representa a absoluta autorrenúncia.

2. A todas as pessoas do mundo, a Palavra de Deus diz: “Tende em vós o mesmo sentimento [modo de pensar] que houve também em Cristo Jesus, pois Ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a Si mesmo Se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-Se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a Si mesmo Se humilhou, tornando-Se obediente até à morte e morte de cruz” (Filipenses 2:5-8).

3. A ideia transmitida no termo traduzido como “usurpação” [*robbery* – roubo, na KJV] pode ser discernido com mais clareza se observarmos as diferentes traduções. O *Emphatic Diaglott* observa que o fato de o original *harpagmon* ser uma palavra de ocorrência muito rara fez com que o termo fosse traduzido de diversas formas e cita como exemplos: “Não achou que fosse uma questão a ser almejada com avidez” (*Clarke*). “Não assumiu com determinação” (*Cipriano*). “Não pensou em reter com zelo” (*Wakefield*). “Não considerou como objeto de desejo solícito” (*Stuart*). “Não achou que fosse algo que devesse agarrar” (*Sharpe*). “Não agarrou com intensidade” (*Kneeland*). “Não lutou violentamente” (*Dickinson*). “Não cogitou uma usurpação” (*Trumbull*). Pode-se ainda acrescentar estas traduções: “Não considerou como prêmio” (*Revised Version, com margem*) “ou algo a ser agarrado”. “Não considerou como violação de direitos” (*Siríaco de Murdock*). No próprio *Emphatic Diaglott*, a tradução é a mesma de Trumbull: “o qual [Cristo Jesus], estando na forma de Deus, todavia *não cogitou como usurpação* ser como Deus”. Esta, como será visto, é a tradução que, mais do que qualquer outra, se aproxima do pensamento pretendido pelo texto bíblico, pois quando se trata de governo, um *ladrão de governo* é um usurpador.

4. O pensamento, portanto, transmitido no texto é o seguinte: “Tende em vós o mesmo sentimento, ou modo de pensar, que houve também em Cristo Jesus, pois Ele, subsistindo em forma de Deus, NÃO julgou que ser igual a Deus fosse algo que devesse agarrar, pelo qual devesse lutar com violência e reter com zelo; não julgou que isso fosse uma usurpação a ser cogitada.”

Isso é cristianismo. Mas em sentido algum é o papado. Desde o início do papado, já nos dias dos apóstolos (“o mistério da iniquidade já opera”, 2 Tessalonicenses 2:7) até a proclamação da divindade intrínseca do papado pelo papa Pio IX, cada passo do trajeto nada mais foi do que uma manifestação da mentalidade que considerou o ser igual a Deus algo desejável, um prêmio a ser conquistado, pelo qual lutar com violência e reter com zelo, uma usurpação a ser cogitada. Se essas palavras e pensamento, que expressam o sentimento que NÃO estava em Cristo, tivessem sido escritos a partir de 1870, em vez de antes de 70 d.C., não poderiam ter definido com maior precisão o espírito inerente do papado. E o fato de ter existido por 1.800 anos, por todo o registro mais sombrio do mundo inteiro, uma sucessão de homens sempre movidos por esse espírito de lutar com violência pela igualdade com Deus, de agarrar-se a ela e retê-la com avidez é uma questão de interesse suficiente para exigir uma investigação quanto à sua origem.

5. A chave para essa investigação, a chave que desvenda esse mistério, é a palavra de Deus contida no texto aqui citado: “Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois Ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação [algo que devesse agarrar, pelo qual devesse lutar com violência e reter com zelo] o ser igual a Deus; antes, a Si mesmo Se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-Se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana, a Si mesmo Se humilhou, tornando-Se obediente até à morte e morte de cruz” (Filipenses 2:5-8).

6. Jesus Cristo é a Palavra de Deus. Palavras expressam pensamentos. Jesus Cristo, a *Palavra de Deus*, é, portanto, a *expressão do pensamento* de Deus. O pensamento de Deus se manifesta no “eterno propósito que estabeleceu em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Efésios 3:11). Jesus Cristo é a revelação desse propósito eterno do Deus eterno. Jesus Cristo é o resplendor da glória do Pai, e a expressão exata do seu Ser (Hebreus 1:3). Em união com o Pai, Ele trouxe todas as coisas à existência por meio de Sua palavra (cf. Salmo 33:6, 9; Hebreus 1:2). “Pois, Nele, foram criadas todas as coisas, nos céus e sobre a terra, as visíveis e as invisíveis, sejam tronos, sejam soberanias, quer principados, quer potestades. Tudo foi criado por meio Dele e para Ele” (Colossenses 1:16). Ele sustenta “todas as coisas pela palavra do Seu poder” (Hebreus 1:3). Nele tudo se mantém. “Porque aprovou a Deus que, Nele, residisse toda a plenitude” (Colossenses 1:19). Ele é o Ser a quem o Senhor “possuía no início de Sua obra”, que foi estabelecido “desde a eternidade”, que “estava com Ele e era Seu arquiteto” (Provérbios 8:22, 23, 30). Ele é Aquele “cujas origens são desde os tempos antigos, desde os dias da eternidade” (Miqueias 5:2). Ele é o Unigênito do Pai e, portanto, possui em Sua própria essência a natureza de Deus; Nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade” (Colossenses 2:9). Ele, portanto, por direito divino de “herança”, ostenta, da parte do Pai, o nome de “Deus”. Assim, Cristo Jesus era de fato, por direito divino e eterno, um com Deus – “igual a Deus”.

7. No entanto, tendo essas credenciais, “Ele *não* julgou que ser igual a Deus fosse algo pelo qual devesse lutar com violência e a que devesse se apegar com firmeza”. O que poderia ter levantado essa questão? O que poderia ter levado Sua mente a pensar que essa dignidade poderosa e gloriosa de igualdade com Deus não era algo a ser buscado e retido com toda avidez? O que fez com que Ele *não* Se apegasse com firmeza e *não* lutasse por aquilo que por direito eterno e inalienável verdadeiramente Lhe pertencia e que representava Sua própria natureza?

8. Considerando o que está implícito no texto, fica evidente que, por parte de alguém, houve uma mente disposta a levantar uma disputa sobre quem deveria ser igual a Deus. É claro



que em alguém se manifestou *um sentimento*, um modo de pensar, uma disposição para desejar com avidez a igualdade com Deus e a ela se apegar com firmeza. Por alguém, cogitou-se uma usurpação de igualdade com Deus. Quem foi esse? Podemos encontrá-lo? Se pudermos encontrar essa pessoa, é certo que teremos encontrado a chave para toda a situação, o segredo do pensamento contido no texto sob consideração e o segredo do papado.

9. Podemos encontrá-lo. Ele é nomeado e totalmente descrito. Sua tentativa de usurpação, sua origem e seus terríveis resultados são totalmente explicados. Aqui está a descrição de um “querubim ungido” que pecou:

Assim diz o Senhor Deus: Tu és o sinete da perfeição, cheio de sabedoria e formosura. Estavas no Éden, jardim de Deus; de todas as pedras preciosas te cobriam: o sárdio, o topázio, o diamante, o berilo, o ônix, o jaspe, a safira, o carbúnculo e a esmeralda; de ouro se te fizeram os engastes e os ornamentos; no dia em que foste criado, foram eles preparados. Tu eras querubim da guarda ungido, e te estabeleci; permanecias no monte santo de Deus, no brilho das pedras andavas.<sup>1</sup> Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado até que se achou iniquidade em ti. Na multiplicação do teu comércio, se encheu o teu interior de violência, e pecaste; pelo que te lançarei, profanado, fora do monte de Deus e te farei perecer, ó querubim da guarda, em meio ao brilho das pedras (Ezequiel 28:12-16).

10. Não será uma repetição, mas um acréscimo, inserir aqui a tradução dos judeus dessa passagem. O texto é traduzido da seguinte forma:

“Assim disse o Senhor Eterno: Tu eras completo em teus contornos, cheio de sabedoria e perfeito em beleza. No Éden, o jardim de Deus, habitavas; toda pedra preciosa era a tua cobertura, o sárdio, o topázio e o diamante, o crisólito, o ônix e o jaspe, a safira, a esmeralda, o carbúnculo e o ouro; teus tamborins e tuas flautas, obras de arte, foram preparadas para ti no dia em que foste criado. Tu eras um querubim com cobertura estendida (asas); e Eu te havia posto no santo monte de Deus (como) tu eras; no meio das pedras de fogo vagueavas. Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado, até que a maldade se achou em ti. Pela abundância do teu comércio, tu te encheste de violência e pecaste; por isso eu te derrubei do monte de Deus; e destruí-te, ó querubim cobridor, do meio das pedras de fogo.”

11. É importante aqui estudar quem são os querubins e o lugar que ocupam. No tabernáculo feito e erigido pelos filhos de Israel no deserto, havia dois compartimentos, o lugar santo e o lugar santíssimo. A cortina interna que formava a parte superior de toda a tenda era tecida de forma curiosa e elegante com figuras de querubins (cf. Êxodo 26:1). O véu que separava o lugar santo do lugar santíssimo era também ornamentado com figuras de querubins. No lugar santíssimo se encontrava a arca da aliança revestida de ouro, onde estavam as tábuas do testemunho, as tábuas da aliança, os Dez Mandamentos; e por cima os querubins da glória, lançando sombra sobre o propiciatório. O topo dessa arca do testemunho era o propiciatório. Em cada extremidade desse propiciatório foi colocado um querubim de ouro. Esses dois querubins olhavam um ao outro e para o propiciatório, com as asas estendidas que faziam sombra sobre o propiciatório. Acima do propiciatório habitava o *shekinah* – a brilhante e radiante glória da presença do Senhor. E Ele disse: “Ali, virei a ti e, de cima do propiciatório, do meio dos dois querubins que

<sup>1</sup> Comparar com Apocalipse 21:10-23; 22:1-4

estão sobre a arca do Testemunho, falarei contigo acerca de tudo o que Eu te ordenar para os filhos de Israel” (Êxodo 25:22).<sup>2</sup>

12. Quando o templo em Jerusalém foi construído para substituir o tabernáculo, toda a parede interna e a superfície interna das portas foram esculpidas com figuras de querubins, palmeiras e flores abertas; e então toda essa escultura e toda a superfície interna da casa foram revestidas com ouro cravado na obra esculpida e “a casa adorn[ada] de pedras preciosas para ornamento” (2 Crônicas 3:6, ARC). Além de tudo isso, foram feitos dois querubins com dez côvados de altura, com asas de dez côvados de ponta a ponta. A arca do Testemunho que estava no tabernáculo foi trazida ao templo e colocada no lugar santíssimo, contendo as tábuas do Testemunho, e sobre ela o propiciatório e os querubins de ouro. E esses dois enormes querubins, feitos com o templo, também foram colocados no lugar santíssimo, e “os querubins estavam de asas estendidas, de maneira que a asa de um tocava numa parede, e a asa do outro tocava na outra parede; e as suas asas no meio da casa tocavam uma na outra” (1 Reis 6:27).<sup>3</sup>

13. Esse tabernáculo terrestre, ou esse templo, com toda a sua mobília, era apenas uma sombra das coisas no Céu. O tabernáculo, quando feito, estava de acordo com o modelo, ou original, que o próprio Senhor mostrou a Moisés no monte (cf. Êxodo 25:9, 40; Hebreus 8:4, 5). E quando se planejou a construção do templo para substituir o tabernáculo, uma visão do modelo, ou original, foi dada a Davi pelo Espírito de Deus, e os planos foram confiados por ele a Salomão para que recebesse orientação de como construir e decorar o templo (cf. 2 Crônicas 28:11, 12, 19). Assim, o tabernáculo, ou templo, na Terra, com seu sacerdócio, seu ministério e toda a sua mobília era uma sombra, uma representação do tabernáculo, ou templo, no Céu e do sacerdócio celestial, do ministério celestial e da mobília celestial (cf. Hebreus 8:1-6; 9:1-14, 22-26). Portanto, as figuras dos querubins sobre o propiciatório e a arca do Testemunho, sobre toda a superfície interna do tabernáculo e do templo eram apenas sombras ou representações dos verdadeiros querubins no próprio Céu.

14. Há um templo de Deus no Céu (cf. Apocalipse 14:15, 17; 15:5; 16:1, 17). Nesse templo, Jesus Cristo, nosso Sumo Sacerdote, ministra (cf. Hebreus 8:1, 2). Nele há um altar de incenso, no qual o mérito de Jesus Cristo é oferecido com as orações dos santos (cf. Ezequiel 1:11). Nele também está a arca do Testemunho de Deus, sobre a qual está o propiciatório onde o próprio Deus habita; e sobre ele estão os querubins brilhantes, com asas estendidas e protetoras. Nos capítulos 1 e 10 de Ezequiel, há visões registradas nas quais o profeta viu a glória do trono celestial Daquele que Se assenta sobre ele, e os querubins ao seu redor. Ele descreve quatro dos querubins de modo particular. Esses quatro tinham quatro faces e quatro asas, e duas das asas de cada um deles se estendiam para cima, unindo uma à outra, e com as outras duas cobriam o corpo. Ao lado dos querubins, e aparentemente inseparavelmente ligados a eles (“porque nelas [as rodas] havia o espírito dos seres vivos”, Ezequiel 1:20, 21), havia quatro rodas vivas que “eram altas e metiam medo” (Ezequiel 1:18).

15. “Sobre a cabeça dos seres vivos havia algo semelhante ao firmamento, como cristal brilhante que metia medo, estendido por sobre a sua cabeça. Por debaixo do firmamento, estavam estendidas as suas asas, a de um em direção à de outro; cada um tinha outras duas asas com que cobria o corpo de um e de outro lado. Andando eles, ouvi o tatarar das suas asas, como o rugido de

<sup>2</sup> Cf. Êxodo 25:10, 11, 16-22; Hebreus 9:2-5; Números 7:89.

<sup>3</sup> Cf. 1Rs 6:21-35; 8:1-11; 2Cr 3:3-14; 5:1-10.

muitas águas, como a voz do Onipotente; ouvi o estrondo tumultuoso, como o tropel de um exército. Parando eles, abaixavam as asas. Veio uma voz de cima do firmamento que estava sobre a sua cabeça. Parando eles, abaixavam as asas. Por cima do firmamento que estava sobre a sua cabeça, havia algo semelhante a um trono, como uma safira; sobre esta espécie de trono, estava sentada uma figura semelhante a um homem. Vi-a como metal brilhante, como fogo ao redor dela, desde os seus lombos e daí para cima; e desde os seus lombos e daí para baixo, vi-a como fogo e um resplendor ao redor dela. Como o aspecto do arco que aparece na nuvem em dia de chuva, assim era o resplendor em redor. Esta era a aparência *da glória do Senhor*; vendo isto, caí com o rosto em terra e ouvi a voz de quem falava” (Ezequiel 1:22-28). “São estes os seres viventes que vi debaixo do Deus de Israel, junto ao rio Quebar, e fiquei sabendo que eram querubins” (Ezequiel 10:20).<sup>4</sup>

16. Comparando esse trecho das Escrituras com Daniel 7:9, Apocalipse 4:2-8 e Isaías 6:1-3, percebe-se com clareza que Ezequiel teve uma visão do trono vivo do Deus vivo. Visto que os querubins estão inseparavelmente conectados com esse trono; visto que os querubins também estavam inseparavelmente ligados à arca do Testemunho no templo terrestre, onde a presença do Senhor habitava entre os querubins, fica evidente que a arca do Testemunho de Deus no templo do Céu ocupa a mesma posição de sua representação terrestre e, portanto, constitui a base ou fundamento do trono do Deus vivo.

17. No templo terrestre, a arca do Testemunho recebeu o nome a partir do testemunho – os Dez Mandamentos – que foi colocado nela. Esses mandamentos, o próprio Senhor os escreveu com as próprias mãos e os deu a Moisés para que fossem depositados debaixo do propiciatório, acima do qual a presença da glória de Deus habitava, entre os querubins. Portanto, é evidente que a arca de Seu Testemunho no templo celestial também recebe esse título pelo fato de que ali, sob o propiciatório e os querubins, há o original do Testemunho de Deus – os Dez Mandamentos, dos quais o Testemunho na Terra era uma cópia. E como essa santa lei – os Dez Mandamentos – nada mais é do que a expressão escrita, uma transcrição, do caráter Daquele que Se assenta no trono, portanto está escrito:

“Reina o Senhor; tremam os povos. Ele está entronizado acima dos querubins; abale-se a terra.”

“Nuvens e escuridão o rodeiam, justiça e juízo são a base do seu trono.”

“Justiça e direito são o fundamento do teu trono; graça e verdade te precedem”.<sup>5</sup>

18. Contudo, foi uma dessas *criaturas* gloriosas que pecou. Foi um desses querubins reluzentes, “cheio de sabedoria e formosura”, que ficava perto do trono de Deus com asas estendidas que cobriam o propiciatório, sobre o qual repousava “os incessantes raios de glória que envolviam o eterno Deus”, foi um desses exaltados que se esqueceu de seu lugar como criatura e aspirou ser igual a Deus, o Criador.<sup>6</sup> Citamos novamente: “Tu eras querubim da guarda ungido, e te estabeleci; permanecias no monte santo de Deus, no brilho das pedras andavas. Perfeito eras nos teus caminhos, desde o dia em que foste criado até que se achou iniquidade em ti” (Ezequiel 28:14, 15).

<sup>4</sup> Cf. também Êxodo 24:14; Apocalipse 4:2-6.

<sup>5</sup> Sl 99:1; 97:2; 89:14.

<sup>6</sup> Isso não quer dizer que fosse um dos quatro querubins: pois, como mostram as referências dadas, existem muitos outros querubins além desses quatro. Mas era aquele que estava na companhia desses sobre o trono, a arca do Testemunho e o propiciatório, sombreando o propiciatório com suas asas gloriosas estendidas.

19. Mas o que fez com que a iniquidade surgisse em um deles? Qual foi a origem de sua ambição de ser igual a Deus? Aqui está a resposta: “Elevou-se o teu coração por causa da tua formosura, corrompeste a tua sabedoria por causa do teu resplendor” (Ezequiel 28:17). Sendo “perfeito em beleza”, olhou para si mesmo em vez de para Aquele que lhe deu essa beleza perfeita; e começou a se contemplar e a se admirar. Então, como consequência, orgulhou-se de si mesmo e começou a pensar que o lugar que ocupava era muito limitado para que pudesse exhibir, de forma apropriada, proveitosa e completa a capacidade que ele agora julgava possuir por mérito próprio. Concluiu que o lugar que ocupava não estava totalmente à altura da dignidade que agora, em sua opinião, se fundia nele.

20. É verdade que ele tinha a perfeição da beleza, a plenitude da sabedoria e a altura da dignidade. Mas havia recebido tudo de Deus por meio de Jesus Cristo que o criara. Ele não tinha nada, para sua própria existência, que não havia recebido. E quando ele se gabou disso como se não o tivesse recebido; quando se orgulhou de sua beleza e se deu crédito por isso como se fosse algo inerente em si; isso, por si só, significou simplesmente ignorar seu Criador e colocar-se em Seu lugar. Mais do que isso, quando se gabou daquilo que havia recebido como se não o tivesse recebido; quando se exaltou por causa daquilo que era, como se fosse inerentemente dele mesmo, isso nada mais foi do que argumentar, em favor próprio, *autoexistência*. E isso significou, por si só, tornar-se, em sua própria opinião, IGUAL A DEUS.

21. Quando “corrompeu sua sabedoria” dessa forma, não é estranho que ele adotasse uma linha de raciocínio falso e até se encantasse com isso. Sendo apenas criatura, não conseguia entender de imediato “o eterno propósito” que Deus “[havia estabelecido] em Cristo Jesus nosso Senhor”. Começou então a medir todas as coisas por suas próprias concepções pervertidas e a raciocinar apenas a partir do que conseguia enxergar. E, tendo se separado de Deus, tudo o que conseguia ver era apenas por meio da luz pervertida, através da escuridão, de sua própria sabedoria corrompida. Diante disso, era inevitável que todos os seus raciocínios partissem inteiramente de *sua própria mente* desvirtuada; e assim, medindo todas as coisas por suas próprias concepções confusas, começando e terminando todas as coisas *em si mesmo*, isso representou mais um passo em seu trajeto de colocar-se no lugar de Deus e tornar-se igual a Deus.

22. Mas ele não via nenhum indício de que o Senhor tinha os mesmos pensamentos a respeito dele que ele tinha de si mesmo. Ele não via nada que indicasse algum propósito por parte do Senhor de exaltá-lo à dignidade e ao lugar de que somente ele considerava agora merecedor. Ele não viu nada que indicasse algum propósito por parte do Senhor de exaltá-lo à dignidade e ao lugar que somente ele agora considerava digno de si mesmo. Concluiu, portanto, que esta falha era apenas por causa de um propósito definido por parte de Cristo, que era igual a Deus – propósito este compartilhado pelo Pai –, para mantê-lo rebaixado e para não permitir, no presença das hostes celestes, a completa demonstração de seus poderes, para que Ele, Cristo, não fosse eclipsado. Foi então que ele concebeu a ideia e estabeleceu o propósito de suplantar Aquele que era igual a Deus e tornar-se, de fato, igual a Deus, e no lugar de Cristo. Foi assim que ele pensou que ser igual a Deus era algo que devesse agarrar, uma usurpação a ser cogitada e um prêmio pelo qual lutar. Portanto, está escrito: “Como caíste do céu, ó estrela da manhã [Lúcifer na KJV], filho da alva! Como foste lançado por terra, tu que debilitavas as nações! Tu dizias no teu coração: Eu subirei ao céu; acima das estrelas de Deus exaltarei o meu trono e no monte da

congregação me assentarei, nas extremidades do Norte; subirei acima das mais altas nuvens e serei semelhante ao Altíssimo” (Isaías 14:12-14).

23. É digno de nota a expressão “no monte da congregação me assentarei, nas extremidades do Norte” ou “no extremo mais distante do Norte”. No Salmo 48: 1-3, está escrito: “Grande é o Senhor e mui digno de ser louvado, na cidade do nosso Deus. *Seu santo monte*, belo e sobranceiro, é a alegria de toda a terra; o monte Sião, *para os lados do Norte*, a cidade do grande Rei. Nos palácios dela, Deus se faz conhecer como alto refúgio” (Salmo 48:1-3). Não é o objetivo aqui tentar dizer exatamente qual é o significado dessa expressão, “para os lados do Norte”; mas é evidente que se refere, de alguma maneira, ao lugar em particular onde a Majestade do Céu Se senta no Seu santo monte. E, portanto, quando Lúcifer declarou: “no monte da congregação me assentarei, nas extremidades do Norte”, era apenas outra maneira de expressar sua determinação de ser “semelhante ao Altíssimo”. As outras expressões da passagem, quando analisadas, significam a mesma coisa.

24. Assim, descobrimos, no sentido mais completo, aquele que tinha como usurpação – algo que devesse agarrar, um prêmio pelo qual devesse lutar com violência e reter com avidez – o ser igual. Descobrimos o seu nome, o que ele era, e o que fez com que sua mente seguisse nessa direção.

25. Mas vamos avançar mais longe. Um problema maior do que muitos pensam existir se manifestou. Quando Lúcifer começou a se admirar e a se exaltar, em sua própria opinião, a tal ponto que nada além de ser igual a Deus satisfaria sua ambição, e nada além de estar no próprio lugar de Deus poderia fornecer um palco adequado para uma exibição satisfatória das habilidades que nele residiam, concluiu, como consequência inevitável da conjuntura que se configurava, que a antiga ordem das coisas não mais seria suficiente. Novas condições exigiriam uma nova ordem de coisas e, portanto, deveria haver necessariamente uma mudança. Para que seus propósitos e proposições fossem aceitos e se cumprissem, era certo que deveria haver uma mudança na ordem e no governo de Deus. E ele de fato exigiu de modo preciso que seus pontos de vista fossem adotados, que ele fosse exaltado ao lugar de domínio e poder e que seus planos e propósitos fossem adotados e executados. E com toda certeza, portanto, ele exigiu que houvesse uma mudança na ordem das coisas. E tudo, é claro, em benefício do “progresso”, da “liberdade” e do “avanço moral e intelectual”. Em suma, propôs “reformular” o governo de Deus.

26. Contudo, para mudar a ordem das coisas no governo de Deus, seria necessário haver uma mudança *na lei* de Deus. Mas a lei de Deus nada mais é do que a transcrição do caráter de Deus; é apenas o reflexo de Si mesmo. Exigir uma mudança de Sua lei significa exigir que o próprio Deus mude. E se Deus consentisse em qualquer mudança concebível em Sua lei, isso seria a mesma coisa que mudar a Si mesmo. Além disso, está escrito, e já lemos, que a justiça e o juízo expressos na lei de Deus, que reside no trono de Deus, constituem a moradia, o suporte, o esteio, o *fundamento* desse trono; representam, portanto, o fundamento do governo de Deus. Consequentemente, propor uma mudança na lei de Deus – consequência natural de se propor uma mudança no governo de Deus – nada mais era do que remover o *fundamento do governo de Deus*. Mas isso significaria simplesmente *destruir* o governo de Deus e estabelecer outro, independente de Deus, e *fundado*, NÃO em justiça, juízo, misericórdia e verdade, mas somente com base no *eu* e na *ambição egoísta*.

27. Visto que somente a justiça e o juízo constituem o fundamento do trono e governo de Deus; visto que somente a misericórdia e a verdade se apresentam diante Daquele que Se

assenta nesse trono e administra o governo, fica evidente que esse trono e governo existem apenas para o bem maior, a suprema bênção e a felicidade mais perfeita de todos no Universo de Deus – tudo isso expresso na única palavra: AMOR.

28. Então, se essa ordem de governo devesse ser subvertida para dar lugar a outra ordem cujo fundamento residisse apenas no eu e na ambição egoísta – cada um por si e o eu em posição suprema; e o orgulho e amor à supremacia sendo a característica de todos os que estão em qualquer posição de poder e influência, e aspiração invejosa a característica dos que não estão em tal posição, gerando suspeitas e desconfianças universais –, isso significaria simplesmente estabelecer uma ordem de governo que poderia se manter apenas mediante um sistema de supressão e opressão eternas – em suma, uma tirania universal e consumada, tudo expresso em uma única palavra: FORÇA.

29. Com base nas premissas que sustentavam a conduta de Lúcifer, entre o governo fundado em retidão e juízo, misericórdia e verdade, e administrado com amor, e um governo centrado no eu e administrado por uma força vigilante, intrusa e tirânica, não poderia haver uma alternativa possível além de anarquia universal e até caos; pois a própria ideia de governo se sustenta num sistema de *manutenção* de leis. Se as leis não são mantidas, mas os próprios princípios fundamentais do governo devem ser alterados diante da exigência egoísta e ambiciosa do primeiro súdito descontente, então não pode haver governo: tudo se esfacelará. É evidente, portanto, que na controvérsia assim originada estava envolvida não apenas a felicidade e o bem maior de todos os habitantes do Universo, mas também a própria existência do trono e governo de Deus – sim, até a própria existência de Deus. Se essa nova ordem de coisas devesse ser reconhecida, o trono e o governo de Deus teriam que desaparecer. Se fosse para o trono e o governo de Deus permanecerem, esse outro projeto teria que cessar.

30. Isso não quer dizer que Lúcifer percebeu tudo isso ou teve essas intenções no início. Ele era apenas uma criatura. Era, portanto, incapaz, por não ser eterno, de compreender o eterno propósito que Deus havia proposto em Cristo e que se manifestou apenas por meio de Cristo. Mas agora ele se voltara contra Cristo e contra Deus, e era impossível que entendesse o objetivo de Deus no que quer que fosse. Ele havia corrompido sua sabedoria e só podia ver as coisas à luz pervertida de sua própria visão obscurecida. Via as coisas não como realmente eram, mas como *lhe pareciam* em sua compreensão pervertida das coisas. Assim, raciocinando apenas a partir do que podia ver, parecia realmente que estava trabalhando para o melhor interesse de todos. Ele não via nada além de supor que a ordem das coisas propostas por ele era melhor do que a que havia sido estabelecida nos conselhos eternos e que estava sendo realizada de acordo com o propósito eterno do Deus eterno.

31. Mas Deus via tudo. E Cristo via tudo. E ambos *haviam visto* tudo isso desde os dias da eternidade. Eles sabiam tudo o que estava envolvido no passo que Lúcifer havia dado. Viram desde o início todos os terríveis resultados que fluiriam da conduta que Lúcifer havia adotado agora e do que ele havia proposto. Eles sabiam muito bem que a vida e a alegria ou a miséria e a morte de todas as criaturas do Universo estavam em jogo – vida e alegria na ordem de Deus e do Amor; miséria e morte na ordem do *eu* e da *força*. Portanto, o Senhor não podia reconhecer nem sancionar, em nenhum grau possível, as propostas deste ser movido pela exaltação própria. Ele não poderia mudar sua lei. Não poderia mudar Seu próprio caráter. Não poderia deixar de ser Deus. Não poderia abdicar. O trono de Deus, o governo justo do Universo, tinha que permanecer.

32. Era certo que Deus e Sua lei não podiam mudar nem deixar de existir; igualmente certo era a necessidade de que Lúcifer e sua conduta fossem mudadas, caso contrário ele teria que deixar de existir. A mente, a vontade, o propósito de Deus *não podiam* mudar nem deixar de existir; portanto, a mente, a vontade e o propósito de Lúcifer precisavam ser mudados; caso contrário, ele teria que deixar de existir. *E Deus de fato o convidou* a mudar de ideia, a render sua vontade e a abandonar seu propósito. O Senhor implorou que ele abandonasse o eu e se voltasse novamente para Deus.

33. Temos conhecimento disso porque o propósito eterno de Deus é “de fazer convergir Nele, na dispensação da plenitude dos tempos, todas as coisas, tanto as *do Céu* como as *da Terra*” (Efésios 1:10). E, “por meio Dele, [reconciliar] consigo mesmo todas as coisas, quer sobre a *Terra*, quer *nos Céus*” (Colossenses 1:20). Houve alguém, então, e por meio dele houve outros, *no Céu* que se voltou contra Cristo e se separou de Deus. E como é o eterno propósito de Deus reunir em Cristo todas as coisas que estão no Céu, segue-se que Deus certamente convidou Lúcifer a voltar a se unir com o propósito de Deus em Cristo.

34. Além disso: o propósito eterno de Deus é reunir em Cristo todas as coisas que estão no Céu e na Terra. Considerando que, quando o homem, *na Terra*, se separou de Deus, ele foi convidado a voltar, assim, na própria essência desse propósito eterno, quando os *anjos no Céu* pecaram, Deus os convidou a voltar.

35. Podemos estar mais certos ainda de que Deus convidou Lúcifer e os outros anjos que pecaram a voltar, porque está escrito: “Deus não faz acepção de pessoas” (Atos 10:34). Quando *o homem* pecou, Deus *o* convidou para retornar. Portanto, como Deus não faz acepção de pessoas; como Deus convidou *o homem* a retornar quando *este* tinha pecado, segue-se, por necessidade, que Ele convidou Lúcifer e os outros anjos a voltar quando *eles* pecaram.

36. Ainda mais: o propósito de Deus em relação ao homem e aos anjos, na Terra e no Céu, é um apenas. Na oferta de salvação ao homem e na obra de salvação no homem, por meio do evangelho e da igreja na terra, Deus está lidando com um problema que interessa aos anjos bons agora (1 Pedro 1:12); e por esses meios eles são levados a conhecer a multiforme sabedoria desse propósito eterno. Pois assim está escrito: “A mim, o menor de todos os santos, me foi dada esta graça de pregar aos gentios o evangelho das insondáveis riquezas de Cristo [...] para que, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus se torne conhecida, agora, dos principados e potestades nos lugares celestiais, segundo o eterno propósito que estabeleceu em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Efésios 3:8-11). Mas esse problema do pecado no homem na Terra é apenas a continuação do problema original levantado pelo pecado em Lúcifer no Céu.

37. Portanto, como o propósito de Deus em relação à Terra e ao Céu, homens e anjos, representa um único propósito eterno; como Deus convidou o homem para retornar quando *este* pecou; como a solução desse problema levantado pelo pecado no homem é apenas a continuação do problema original levantado pelo pecado em Lúcifer; e como os anjos estão interessados na solução desse problema por meio do homem na Terra, e nesse processo estão aprendendo sobre a multiforme sabedoria de Deus em Seu propósito eterno, segue-se que esse chamado de Deus ao homem para retornar a Deus, por meio de Cristo, nada mais é do que a continuação do chamado de Deus para que Lúcifer e os anjos, por meio de Cristo, retornassem a Deus.

38. A conclusão de toda a questão então é a seguinte: Tão certo quanto o propósito de Deus em relação aos homens e aos anjos, Terra e Céu, é um único propósito; tão certo quanto não há da parte de Deus aceitação de pessoas; tão certo quanto o problema do pecado no homem na Terra é apenas a continuação do problema original levantado pelo pecado em Lúcifer no Céu; e tão certo como Deus chamou o homem para voltar, igualmente certo é o fato de que Deus convidou Lúcifer e os anjos que pecaram a voltar.

39. Mas mesmo esse chamado abençoado, Lúcifer o compreendeu mal e o perverteu. Em vez de ver nele a misericórdia e a bondade de Deus que o salvariam da ruína, sua própria autoimportância o levou a interpretar mal a atitude de Deus, como se Deus estivesse disposto, e até desejoso, de lidar com ele no mesmo pé de igualdade. Ele se considerava uma necessidade muito essencial para a completude do Universo a ponto de concluir que *por esse motivo* o Senhor estava tão ansioso pelo seu retorno; e que, portanto, nessa negociação, ele poderia garantir o reconhecimento de pelo menos algumas de suas reivindicações.

40. Mas, como vimos, Deus não poderia, em nenhum grau concebível, reconhecer ou sancionar nenhuma ideia ou desejo proposto por ele. E como Deus não *podia* fazer isso, Lúcifer logo descobriu que Ele não *queria* fazê-lo. Ele descobriu que a única coisa que seria recebida ou reconhecida pelo Senhor era a rendição incondicional de si mesmo a Deus e o abandono de todos os seus propósitos. Isso, no entanto, ele decidiu não fazer. E então, quando ele determinou que não o faria, *porque* não queria fazê-lo, lançou sobre Deus seu próprio caráter de voluntariedade, de obstinação, e decidiu que a razão pela qual Deus não chegaria a um acordo com ele *não* era porque ele não *podia*, mas apenas, arbitrariamente, porque ele não *queria*.

41. Isso só o confirmou mais em seu curso determinado; decidiu então atrair com ele a hoste celestial e, assim, cumprir seu propósito de usurpar o domínio de Deus. Insistia em todos os lugares e a todos que Deus era duro, severo e inflexível; que Ele não faria concessão alguma; não se negaria nada; não faria sacrifícios em favor de ninguém, mas exigia submissão pura, cega e irrestrita; que submeter-se a tal governo e aderir a tais exigências era muito impróprio em seres tão gloriosos e exaltados como eles; seria o mesmo que consentir em ser mantido para sempre rebaixado e confinado a um círculo estreito prescrito arbitrariamente, sem liberdade e sem oportunidades de desenvolvimento. E todo esse sacrifício e sujeição da parte deles, declarava ele, era exigido da parte de Deus apenas para satisfazer Sua parcialidade em relação a Seu Filho, a quem Ele havia determinado que deveria ocupar o lugar de honra e domínio – *não* por mérito ou direito próprio, mas apenas porque Seu Pai assim o queria à custa da liberdade e dignidade de todo o resto. Assim, ele conseguiu enganar e atrair um terço do exército celestial.<sup>7</sup>

42. No entanto, naquele exato momento, e desde o momento em que Lúcifer deu seu primeiro passo falso, Deus estava se oferecendo para dar o Seu Filho unigênito e a Si mesmo Nele; e o próprio Filho estava se oferecendo livremente para morrer em sacrifício; para salvar aquele que pecou – salvar o próprio que estava ali fazendo a acusação e insistindo que Deus não negaria a si mesmo nada e não faria sacrifícios em favor de ninguém.

---

<sup>7</sup> Cf. Ap 12:4.



43. O sacrifício de Cristo estava implícito no convite a Lúcifer para voltar a Deus tão certamente quanto no convite ao *homem* para voltar a Deus. Pois Lúcifer havia pecado e, a partir daquele momento, era um pecador com a mesma certeza que o homem sempre foi pecador. E já descobrimos que o propósito eterno de Deus em Cristo é o mesmo para todos – o propósito “de fazer convergir Nele, [...] todas as coisas, tanto as *do Céu* como as *da Terra*”. Lúcifer havia pecado e era pecador quando Deus o convidou para voltar a Deus. Mas Deus não o convidou para voltar e tomar o seu lugar anterior *como pecador*. O pecado não pode permanecer na presença de Deus. Portanto, o convite de Deus para que o Lúcifer pecador retornasse era em si a oferta de salvação do pecado, para que ele voltasse e ocupasse seu lugar *em justiça*. Mas “o salário do pecado é a morte”. Portanto, salvar Lúcifer do pecado consistia em salvá-lo da morte, e salvá-lo da morte significa morrer por ele. Consequentemente, o sacrifício do Filho de Deus para salvar Lúcifer do pecado estava implícito no convite de Deus para ele voltar, assim como o sacrifício de Cristo para salvar o homem do pecado estava no convite para que o homem retornasse do pecado para Deus. Pois, quer o pecado esteja no homem, quer num querubim, é pecado; e sem a oferta de vida “não há remissão” – e *essa* oferta é a oferta da vida do Filho de Deus.<sup>8</sup>

44. Vale reforçar que *não* foi o modo de pensar que estava em Cristo que se manifestou em Lúcifer e que o levou a tomar esse rumo. Foi o eu e o eu apenas – o sentimento egoísta que clama para si todas as atenções. E quando Deus o convidou para retornar a Deus, não era para ele voltar com essa mentalidade egocêntrica, que considerava a igualdade com Deus algo que devesse agarrar; mas retornar ao modo de pensar de Deus que estava em Cristo, que *não* julgava que ser igual a Deus fosse algo a ser mantido firme, ou disputado.

45. Esse sentimento que estava em Lúcifer o havia exaltado até acima de Deus, e a imagem de Deus não se refletia mais nele; mas o eu apenas. E quando convidado a voltar, cabia a ele deixar o eu, renunciar ao eu e permitir que a imagem de Deus fosse mais uma vez impressa em seu coração e refletida em sua vida. Contudo ele era apenas uma criatura, e, portanto, por *si mesmo* não poderia esvaziar-se de si mesmo, a fim de que pudesse abandonar o eu e receber a impressão original de Deus. O eu era tudo o que havia dele, e o eu não pode *salvar-se* de si mesmo.

46. O pecador, querubim, anjo ou homem, deve *ser salvo* de si mesmo. Lúcifer havia se desconectado do propósito eterno de Deus; ele se separara de Cristo. Mas esse propósito eterno consiste em fazer convergir tudo em Cristo. Portanto, para que Lúcifer fosse salvo de si mesmo e recebesse novamente o modo de pensar que estava em Cristo e que restaura a imagem de Deus, ele teria que receber a Cristo em quem Deus é revelado. E ao receber a Cristo – a mente, o Espírito de Cristo – novamente seria restaurado e nele seria refletida a imagem de Deus, o qual Se revela apenas em Cristo.

47. Contudo, para que Lúcifer recebesse a Cristo e, assim, fosse salvo de si mesmo e restaurado à justiça e santidade diante de Deus, Cristo *devia ser oferecido*. Portanto, temos diante de nós duas certezas: a primeira é que Lúcifer só poderia retornar em justiça se ele tivesse outro modo de pensar, outro coração; a segunda é que, no convite de Deus para que Lúcifer retornasse, havia a oferta de Jesus Cristo para morrer por ele. E, assim, a ele, tão certamente quanto sempre

<sup>8</sup> Cf. Jo 3:16; 10:15-18.

foi ao homem, foi dada a exortação: “Tende em vós o mesmo modo de pensar que houve também em Cristo Jesus, o qual não julgou que ser igual a Deus fosse algo que devesse agarrar e disputar; antes, a Si mesmo Se esvaziou, tornando-Se obediente até a morte” (cf. Filipenses 2:5-7).

48. E tudo o que foi feito por Lúcifer foi feito pelos anjos que foram enganados por ele ou seguiram seu caminho, pois “Deus não faz acepção de pessoas”. Mas nem ele nem os anjos se mostraram dispostos a receber o maravilhoso dom gracioso. Por parte de todos, “tudo estava centralizado no Eu e nada em Deus”.

49. O que mais poderia ser feito por eles? Quando aquele querubim unguido decidiu escolher seu próprio caminho, e não o caminho de Deus; quando colocou seu próprio propósito no lugar do propósito de Deus; quando firmou sua independência de Deus; quando não apenas rejeitou o gracioso convite do Senhor para retornar, mas presumiu julgar Aquele que fez o convite; ao agir assim, ele rejeitou de forma descarada o dom da salvação por Jesus Cristo. Assim, quando ele assim escolheu a si próprio e seu próprio caminho, e confirmou sua decisão dessa maneira, e, quando todos aqueles que o seguiram escolheram deliberadamente a *ele* em lugar de Deus em Cristo como seu chefe e líder, rejeitando, assim, o dom de Cristo para salvá-los, o que mais poderia ter sido feito por eles? Absolutamente nada.

50. Eles deliberadamente haviam feito sua própria escolha e se confirmado nessa escolha. Eles “não guardaram o seu estado original” e optaram por não voltar para lá. “Abandonaram o seu próprio domicílio” (Judas 6) e recusaram-se a retornar. Haviam “pecado” e rejeitado a salvação. Como haviam feito sua escolha de forma tão decidida, tudo o que o Senhor poderia fazer era *deixá-los fazer* sua própria escolha. Contudo, como o mal não pode habitar com Ele, como o pecado não pode permanecer em Sua presença, como eles no coração, no caráter, e por escolha deliberada e confirmada não guardaram o seu estado original e abandonaram o seu próprio domicílio, tinham agora que deixá-lo *de fato*; pois nem em si nem para eles o Céu poderia continuar sendo Céu com a presença deles ali. Eles tinham que ser expulsos para que todos percebessem e conhecessem com certeza a diferença entre o serviço do eu e o serviço de Deus.

51. Porém, quando descobriram que sua escolha e o caminho que haviam seguido envolviam a saída do Céu, e certamente e de fato a saída de seu próprio domicílio, *não estavam dispostos a ir*. Estavam dispostos a fazer sua escolha e estavam dispostos a confirmar-se nessa escolha; mas *não* dispostos a aceitar *as consequências* de sua escolha. Resistiram. “Houve peleja no céu. Miguel [Cristo] e os seus anjos pelejaram contra o dragão [o diabo]. Também pelejaram o dragão [Satanás] e seus anjos; todavia, não prevaleceram; nem mais se achou no Céu o lugar deles” (Apocalipse 12:7, 8; cf. v. 9).

52. Além disso, nada poderia mostrar mais claramente a natureza essencialmente egoísta de Lúcifer e daqueles que escolheram acompanhá-lo. Nada poderia mostrar com mais clareza que a usurpação completa do lugar e do governo de Deus estava envolvida no conflito que havia sido levantado. Eles não estavam apenas determinados a seguir o próprio caminho, mas estavam determinados a seguir o próprio caminho *à moda deles*. Estavam dispostos a seguir o próprio caminho e estabelecê-lo *no Céu também*. Estavam dispostos a expulsar Cristo e Deus do Céu, para que pudessem seguir seu próprio caminho, *à moda deles*, no lugar de Deus. Isso demonstra de forma conclusiva que o sentimento que estava em Lúcifer – o sentimento que não estava em Cristo – o sentimento que levou Lúcifer a se exaltar era um sentimento que, em sua essência, se

contentaria com nada menos do que “ser igual a Deus” *no lugar de Deus*. Exaltaria o eu *acima de Deus* e O colocaria *fora de Seu lugar, para* que somente o eu fosse supremo.

53. Mas ele não prevaleceu. Foi expulso do Céu e seus anjos foram expulsos com ele. Foram “lançado[s] no inferno, [e Deus] os entregou às cadeias da escuridão, ficando reservados para o Juízo” (2 Pedro 2:4, ARC). “Às cadeias das trevas” – no cativoiro das trevas. A palavra grega aqui traduzida como “inferno” é *ταρταρώσας (tartarōsas)*, proveniente de *τάρταρος (Tartaros)*, e tem o significado de “escuridão densa e impenetrável que circunda o universo material”. Parece, a partir da definição que os lexicógrafos dão à palavra, que a ideia grega do “universo material”, não importa o que estivesse incluído na acepção do termo, era que ao redor dele, como uma concha, havia uma massa sólida de escuridão material tão “rígida” a ponto de ser “impenetrável”. O Senhor então adota a *palavra* grega, mas não a *ideia* grega, para nos transmitir o conceito da condição dos “anjos quando pecaram”. Como a palavra grega expressa uma escuridão *material* impenetrável, assim, com essa palavra, o Senhor nos transmitiu a ideia e a *verdade* de que é eternamente impossível que a escuridão *espiritual* na qual os anjos que pecaram foram lançados, ou entregues, seja penetrada por um único raio de luz ou esperança da parte de Deus.

54. Eles escolheram persistentemente o seu próprio caminho, que é somente o caminho das trevas. Rejeitaram toda oferta de luz e esperança que Deus poderia fazer. Consequentemente, Ele os entregou à sua própria sorte E ao rejeitarem toda oferta possível que o Senhor pudesse fazer, colocaram-se completamente além de qualquer restauração. Portanto, decidiram também o próprio caso deles e fixaram para si mesmos o julgamento de destruição, que agora apenas os aguarda. Assim está escrito: “E a anjos, os que não guardaram o seu estado original, mas abandonaram o seu próprio domicílio, Ele tem guardado sob trevas, em algemas eternas, para o juízo do grande Dia” (Judas 6)

### POR QUE ELES NÃO FORAM DESTRUÍDOS?

55. Há algumas questões que podem surgir, que talvez seja bom observar antes de prosseguir. Primeiro, pode-se perguntar: Por que o Senhor não destruiu os anjos maus de imediato? A resposta é: porque ele deseja eliminar a *coisa* e não simplesmente as pessoas. Ele deseja apagar o que os tornou o que são, em vez de simplesmente extirpar as pessoas que se tornaram o que são por essa mesma coisa. Erguer Sua mão justa ou pronunciar com justiça a palavra que teria transformado em nada todo grupo de rebeldes, isso teria cumprido a tarefa de livrar-se das *pe-soas* que pecaram, é verdade; mas certamente não teria cumprido a tarefa de se livrar do *pecado*, que era a situação difícil que conduzia as coisas ao ponto em que estavam agora.

56. Era a sabedoria e a justiça do propósito eterno de Deus que haviam sido questionadas por uma das principais criaturas de seu reino. Sendo um propósito eterno, somente a eternidade poderá revelá-lo a pessoas cuja existência é medida em tempos. Sendo um propósito de infinita profundidade, somente a eternidade poderá tornar tudo claro para mentes que só são finitas. Foi a má compreensão desse propósito eterno, por parte desse exaltado e ungido querubim, que havia suscitado o problema e levantado a controvérsia. E apesar de ele mesmo ter entendido mal esse propósito eterno, ele tinha tanta eminência e habilidade, mesmo em seu curso equivocado, que foi capaz de apresentar seus pontos de vista das coisas de modo a despertar simpatia e levar

um grande número das hostes angélicas a questionar também a sabedoria e a justiça do eterno propósito de Deus que Ele havia proposto em Cristo.

57. Ele havia representado Deus como severo, austero, arbitrário, parcial, exigente e pouco disposto a fazer sacrifícios por Suas criaturas. Pela situação das coisas como se encontravam no momento, ele tinha conseguido fazer parecer para muitos que isso era verdade. E se o Senhor destruísse instantaneamente todos os insubmissos, embora tal ação em si teria sido completamente justa, isso poderia deixar espaço para *suspeitas*, por parte de mentes finitas que não entendiam o propósito infinito, de que talvez Lúcifer e aqueles que o seguiram realmente não mereciam tal destino; e a partir dessa suspeita poderia surgir este *pensamento*: “Essa maneira de lidar com a situação parece demonstrar, de certa forma, a possibilidade de que havia verdade na visão de Lúcifer de que Deus é arbitrário”; e a partir desse pensamento, poderia surgir *simpatia* pela conduta dos rebeldes e *dúvidas* a respeito da bondade e justiça de Deus; como consequência, poderia reinar o descontentamento no Céu, e o serviço prestado poderia ser um serviço de medo e escravidão em vez de amor e liberdade. Como essa era exatamente a acusação que Lúcifer lançara contra Deus – de que essa era a natureza do governo divino –, isso por si só poderia finalmente desenvolver uma rebelião pecaminosa novamente.

58. Não se deve pensar que esse resultado seja imaginário. Se esse ser altamente exaltado, esse querubim ungido, tão glorioso que seu próprio nome, “portador da luz” – que indicava simplesmente a essência de seu ser (transportar luz) –, significava que, aonde quer que fosse, levava a luz de Deus; se esse ser que, mesmo que tivesse semelhantes, não tinha *superiores*<sup>9</sup> entre os hostes celestiais; se tal ser compreendeu tão mal o propósito eterno de Deus, que propusera em Cristo, não estamos, de forma alguma, dando asas à imaginação ao pensar que outros menores do que ele pudessem, eventualmente, também interpretar mal esse propósito eterno, caso os rebeldes tivessem sido instantaneamente eliminados da existência na presença de todos; e isso especialmente diante do fato de que as mentes de todos tinham sido instigadas por esse mesmo assunto e se tornado alvo de toda sorte de insinuações espalhadas diante deles por essa mente extremamente astuta.

<sup>9</sup> A expressão em Ezequiel 28:12, “Tu és o *sinete da perfeição*, cheio de sabedoria e formosura”, como apresentada nas diferentes versões em língua portuguesa, mostra que não havia um ser criado mais elevado do que ele. A ARC traduz assim: “Tu és o aferidor [instrumento que examina a exatidão de pesos e medidas] da medida, cheio de sabedoria e perfeito em formosura”. A Nova Almeida Atualizada (NAA) diz: “Você era o modelo da perfeição, cheio de sabedoria e perfeito em formosura”. A NVI traduziu da mesma forma: “Você era o modelo de perfeição, cheio de sabedoria e de perfeita beleza”. Na Versão Católica (VC) se lê: “Eras um selo de perfeição, cheio de sabedoria, de uma beleza acabada”.

Versões em outras línguas transmitem a mesma ideia. Young: “Tu selas [fechas com lacre] a medida”. Em francês (Segond): “Tu colocas o selo sobre a perfeição”. Em dinamarquês: “Tu imprimes (carimbas) o selo sobre a regulamentação exata”. Em norueguês: “Tu, o selo do edifício bem planejado”. No hebraico, a palavra traduzida na KJV como “sealest” ([Tu] selas) é um participio, de maneira que, mais estritamente, seria traduzida como “aferidor da perfeição” ou “tu que selas a perfeição”, uma ideia bem expressa nas versões em português.

A palavra traduzida como “*sum*” [soma] na KJV e “medida” na ARC ocorre uma única outra vez em Ezequiel 43:10, sendo traduzida como “modelo” na ARA. O texto faz referência ao “modelo” do novo templo que deveria ser construído quando a nação de Israel fosse restabelecida após o exílio. Essa tradução parece oferecer um apoio impressionante para a tradução norueguesa de Ezequiel 28:12: “Tu, o selo do edifício bem planejado”. Essa ideia de “modelo” de perfeição foi corretamente passada pela NAA e na NVI ao traduzir o mesmo verso. A forma masculina da palavra ocorre em Êxodo 5:18, traduzido como “conta” [cálculo] na ARC ou “quantidade” na ARA. A leitura de Apocalipse 7:2 e 3 com esse contexto em mente é notavelmente sugestiva.

59. Portanto, diante dessa conjuntura e com os princípios e propósitos eternos do governo de Deus envolvidos, era impossível que o Senhor acabasse com o mal naquele momento, eliminando os malfeitores. Portanto, a única coisa que Ele pôde fazer foi deixar que toda a questão continuasse e se desenvolvesse naturalmente, até que todo o problema fosse completamente compreendido por todos no Céu e na Terra, e até no inferno. E então, quando todo o mal for varrido com a destruição de todos os malfeitores, todo joelho se dobrará, nos Céus, na Terra e debaixo da terra, e toda língua confessará que, em eterna justiça e retidão, Jesus Cristo é Senhor para a glória de Deus Pai.<sup>10</sup> Portanto, está escrito que Ele nos desvendou “o mistério da Sua vontade, segundo o seu beneplácito que propusera em Cristo, de fazer convergir Nele, na dispensação *da plenitude dos tempos*, todas as coisas, tanto as do Céu como as da Terra” (Efésios 1:9, 10). Então, e novamente, por parte de todos no reino de Deus, a divisa será: TUDO CENTRALIZADO EM CRISTO E NADA NO EU”.

60. Pode-se ainda perguntar: Deus não poderia ter evitado tudo, *fazendo* com que Lúcifer e todos os outros ficassem fora da *possibilidade* do pecado? É correto e perfeitamente seguro responder: *Ele não podia!* Criar seres além da possibilidade de pecar é o mesmo que criá-los sem a possibilidade de escolher. Ficar destituído do poder de escolha não é apenas ficar privado de liberdade de pensamento, mas tornar-se *incapaz* de pensar. É o mesmo que ficar destituído de inteligência e viver como mera máquina. Uma natureza assim não seria de nenhuma utilidade para si ou para sua espécie, nem daria qualquer honra, louvor ou glória para Aquele que os criou.

61. O livre arbítrio é essencial para a inteligência. A liberdade de pensamento é essencial para a liberdade de escolha. Deus criou os anjos e o ser humano como seres inteligentes. Ele os *fez* livres para escolher e os *deixou* perfeitamente livres para escolher. Ele os deixou livres para pensar *como* quisessem. Deus é o Autor da inteligência, da liberdade de escolha e da liberdade de pensamento. E Ele sempre respeitará aquilo de que é o Autor. Ele nunca vai invadir, no mínimo que seja, a mente de um homem ou anjo a fim de impedir que escolham por si mesmos, ou pensem como desejarem. E Deus é infinitamente mais honrado em ter criado inteligências livres, mesmo que escolham um caminho que as leve a se tornar demônios, do que seria se os tivesse criado sem a possibilidade de pensar nem escolher, o que os tornaria seres não inteligentes, mas meras máquinas.

62. Pode-se questionar ainda mais: visto que Deus tornou os anjos e os homens livres para pecar, se quisessem, não precisou Ele, então, fazer provisões para lidar com essa possível escolha *antes de* serem criados? Não teve ele que fazer provisões para a possibilidade do pecado antes que uma única criatura fosse feita? É certo que Ele tinha que fazer tal provisão. E ele a *fez*. E essa provisão constitui parte essencial do propósito eterno que Ele propôs em Cristo Jesus, nosso Senhor, e que estamos estudando agora.

63. Voltemos ao tempo em que não havia nenhum ser criado; de volta aos conselhos eternos do Pai e do Filho. A existência de Deus não é uma existência de autossatisfação. Seu amor não é amor-próprio. Sua alegria não é satisfeita em envolver-se em Si mesmo e em ficar solitário e egocêntrico. Seu amor é satisfeito apenas ao fluir para aqueles que o receberão e o desfrutarão ao máximo. Sua alegria se concretiza apenas ao levar a um Universo infinito, cheio de inteligências abençoadas, a própria plenitude da alegria eterna.

<sup>10</sup> Cf. Fl 2:10; Rm 14:11; Is 45:23.

64. Sendo esse, então, Seu pensamento antes que houvesse um único ser inteligente criado, Ele deseja que o universo seja cheio de inteligências alegres desfrutando de Seu amor ao máximo. Para fazer isso, eles devem ser livres para escolher *não servi-Lo*, optar por *não* desfrutar de Seu amor. Devem ser livres para escolher a Ele ou a si mesmos, a vida ou a morte. Mas isso envolve a possibilidade da entrada do pecado, a possibilidade de que alguns venham a escolher *não servi-Lo*, optando pelo caminho do pecado. Vai Deus Se recusar a criar porque tal ato traz em si a possibilidade da entrada do pecado? Com essa atitude, Deus permaneceria eternamente egocêntrico e solitário. Mais do que isso, esse recuo por si só faria com que Ele deixasse de ser Deus. Pois o que é um deus, ou quanto ele vale, que não pode fazer o que deseja, que não pode cumprir sua própria vontade? Um deus assim seria inútil.

65. Graças ao Senhor, esse não é o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo. Ele tornou todas as inteligências livres para escolher e *pensar como quisessem*; e, portanto, livre para pecar, *se quisessem*. E, ao mesmo tempo, em Seu infinito amor e eterna justiça, *Ele estabeleceu o propósito de oferecer a Si mesmo em sacrifício para redimir todos os que pecassem*; e de lhes conceder uma *segunda* liberdade para escolher a Ele ou a si mesmos, escolher a vida ou a morte. E aqueles que, na segunda vez, escolhessem a morte, teriam a liberdade de ficar com aquilo que escolheram. E aqueles que escolhessem a vida – o Universo cheio deles –, desfrutariam ao máximo o que escolheram, a saber, a vida eterna, a plenitude do amor perfeito e os benditos deleites da pura alegria para sempre.

66. Esse é Deus, o Deus vivo, o Deus do amor, o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, que é totalmente capaz de fazer qualquer coisa que queira, *e, mesmo assim, deixa todas as Suas criaturas livres*. É Ele que, desde os dias da eternidade, “faz todas as coisas conforme o conselho de Sua vontade” (Efésios 1:11). E esse é “o mistério da Sua vontade”, [...] que propusera em Si mesmo, de tornar a congregar em Cristo todas as coisas, na dispensação da plenitude dos tempos, tanto as que estão nos Céus como as que estão na Terra” (Efésios 1:9, 10, ARC). Esse é “o eterno propósito que [Ele] estabeleceu em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Efésios 3:11).

67. A escolha do eu é pecado, servidão e morte; a escolha de Cristo é a justiça, a liberdade e a vida eterna no reino e no propósito do Deus eterno.

## A PERDA DO HOMEM E DO MUNDO

68. Lúcifer e todos os seus seguidores, os anjos que pecaram, foram expulsos, e o lugar deles não foi mais encontrado no Céu. Foram entregues à escuridão impenetrável e irreversível que tinham duplamente escolhido. Tendo deixado o próprio domicílio e sendo obrigados a aceitar o resultado de sua escolha, sendo expulsos, não tinham lugar próprio. Eram andarilhos sem-teto no espaço.

69. Contudo, Satanás, o líder deles, seguiu seu erro original de pensar que ele era autossuficiente para todas as coisas e para seguir seu raciocínio cego sobre seus erros de julgamento com relação ao Senhor. Sua determinação ambiciosa ainda era igual a Deus. E agora ele concebeu a ideia de que desviaria os mundos habitados. Se havia conseguido afastar os anjos da lealdade a Deus, por que não poderia também afastar outras criaturas? Aqui, também, seu antigo erro de julgamento sobre o Senhor o seguiu e lançou as bases para mais erros e mais falsos raciocínios.

70. Ele havia acusado Deus de ser severo, arbitrário, inflexível e não disposto a fazer qualquer sacrifício por Suas criaturas. E quando o Senhor lhe pediu que se rendesse e voltasse a Deus, recusou e assim sofreu as consequências de sua própria escolha, foi expulso do Céu, e em sua cegueira fez com que esse resultado apenas confirmasse sua acusação de que o Senhor era severo, arbitrário e implacável. E agora considerou que, se pudesse fazer com que os habitantes de alguns dos mundos se afastassem de Deus, e o aceitassem e o seguissem, essa disposição severa e arbitrária do Senhor faria com que Ele rejeitasse esse mundo, da mesma forma que o Senhor o havia lançado fora, e entregasse às trevas irrecuperáveis seus habitantes, como Ele havia entregado a ele e seus seguidores. Isso então lhe daria um domicílio e influência indiscutível nele. E quando esse plano tivesse êxito com um mundo, por que não esperar o mesmo sucesso com outro e outro, e assim por diante, até que fosse cumprido seu propósito original de ser igual a Deus?

71. Com esse propósito, ele partiu em sua jornada perniciosa. Encontrou este mundo em que agora vivemos. Se ele tentou outros mundos primeiro ou se foi o primeiro, é irrelevante, pois sabemos muito bem que ele conseguiu exercer seus esforços neste mundo e em seus habitantes.

72. Deus, em Seu sábio propósito, havia criado o homem, o santo par, perfeito, apenas um pouco menor que os anjos. Dera-lhe o paraíso como lar. Dera-lhe domínio sobre a terra e sobre todo ser vivo que nela se move. Ele havia feito crescer a partir do solo “toda sorte de árvores agradáveis à vista e boas para alimento” e “também a árvore da vida no meio do jardim”. Tinha colocado diante dele tudo o que poderia agradar aos olhos, deliciar a mente e encantar os sentidos.

73. Nessas condições agradáveis e nesse lugar, Deus colocou o bendito par que havia formado. Tudo lhes deu para que desfrutassem para sempre. Ele os deixou livres para desfrutar ou recusar; e, portanto, também colocou no meio do jardim a árvore proibida, “a árvore do conhecimento do bem e do mal”. “E o Senhor Deus lhe deu esta ordem: De toda árvore do jardim comerás livremente, mas da árvore do conhecimento do bem e do mal não comerás; porque, no dia em que dela comeres, certamente morrerás” (Gênesis 2:8, 9, 16, 17).

74. Nesse lugar feliz veio Satanás com seus propósitos enganosos. Veio aqui para inculcar no santo par sua própria ambição maligna. “Mas a serpente, mais sagaz que todos os animais selváticos que o Senhor Deus tinha feito, disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim? Respondeu-lhe a mulher: Do fruto das árvores do jardim podemos comer, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Dele não comereis, nem tocareis nele, para que não morrais. Então, a serpente disse à mulher: É certo que não morrereis. Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se vos abrirão os olhos e, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal” (Gênesis 3:1-5).

75. O hebraico, a Revised Version, a Almeida Revista e Corrigida e a tradução dos judeus, todos podem ser lidos desta forma: “Deus sabe que, no dia em que dele comerdes, se abrirão os vossos olhos, e sereis *como Deus*, sabendo o bem e o mal” (v. 5, ARC). Essa não é apenas a tradução literal, mas o verdadeiro significado das palavras originais. Elas expressam o próprio *pensamento* que foi colocado diante da mulher. A ideia não era que eles fossem como deuses, conforme a aceção comum do termo plural “deuses”. O que Lúcifer coloca agora diante dela foi literalmente o seu próprio pensamento ambicioso: *sereis como Deus*. Ele a levaria a um caminho desvirtuado e a inspiraria com este *sentimento, ou modo de pensar, que estava nele, o de ser igual a Deus*.

76. Mas observe a expressão com a qual ele inicia a conversa. É uma expressão que insinua na mente dela toda sorte de suspeitas. A KJV a traduz: “*De fato* [yea], Deus disse”, etc. A Revised Version traduz da mesma forma. A versão em inglês dos judeus traduz como “Deus *realmente* disse”, etc. A Nova Versão Almeida [NVA] diz: “É verdade que Deus disse [...]”; e a NVI, “Foi isto mesmo que Deus disse [...]”. Mas nenhuma tradução consegue expressar o sentido exato do original. A expressão original não pode ser expressa com exatidão em letras, de modo a formar uma palavra que passasse o sentido com fidelidade. No entanto, todos estão familiarizados com a expressão. Trata-se deste grunhido irônico (expresso somente pelo nariz): Hum! Ele transmite questionamento, dúvida, desconfiança e desprezo, tudo de uma só vez. “Hum! Deus disse: Não comereis de toda a árvore do jardim?” E as pessoas sabem até hoje que não há nada igual a esse grunhido de escárnio para criar dúvidas e suspeitas; e nenhuma outra expressão é usada tanto pela humanidade para esse propósito. E essa é a origem dele.

77. Após sugerir a Eva dúvidas e suspeitas sobre a palavra do Senhor ao Ele proibir que comessem de certa árvore do jardim, e depois de atraí-la para uma conversa, ele prosseguiu com outras sugestões e insinuações de que o Senhor tinha algum propósito oculto ao impedir que comessem da árvore. “Certamente não morrereis. *Porque Deus sabe* que, no dia em que dele comerdes, [...] e *sereis como Deus*” (Gênesis 3:4, 5, ARC). Assim, ele colocou sua própria palavra diretamente contra a palavra do Senhor e depois declarou que Deus *sabia* que não era verdade que eles morreriam, mas que, em vez disso, seriam como Deus; e que, *por* saber disso, Ele havia, sob o pretexto daquelas outras palavras, pensado em afastá-los da árvore que os tornaria iguais a Ele. Tudo isso, também, unicamente porque Ele queria mantê-los em posição inferior e na ignorância, temendo que avançassem para um estágio superior, temendo que se tornassem como Ele.

78. Assim, percebe-se claramente que, do começo ao fim, Satanás estava empregando toda a sua astúcia para lançar sobre o Senhor todos os traços sombrios de seu próprio caráter maligno e assim fazer com que a mulher pensasse que Deus não desejava o bem para ela, nem tinha boas intenções para com ela. Ele estava sendo movido pela mesma intenção maligna com a qual iniciou seu curso pecaminoso no Céu, de se colocar no lugar de Deus *na avaliação de criaturas inteligentes*, bem como *de fato*. Ele estava determinado a deturpar o caráter de Deus, de modo que ele próprio fosse aceito no lugar de Deus, para que, agindo assim, usurpasse o lugar de Deus e se agarrasse à posição de igualdade com Deus. A mulher então foi seduzida diante dessa perspectiva, sendo apanhada pelo engano. Ela creu em Satanás, em vez de em Deus. Aceitou a palavra de Satanás em vez da palavra de Deus. E assim está escrito: “Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu e deu também ao marido, e ele comeu” (Gênesis 3:6).

79. A árvore não era, em sentido algum, boa para comer. Não era de forma alguma uma árvore que pudesse ser desejada para tornar alguém sábio. No entanto, a mulher, enganada pela fascinação lançada sobre sua mente, sobre seus olhos, sobre a árvore e até sobre o próprio amável Criador, pelos enganos do inimigo, “*viu* que a árvore parecia agradável ao paladar, era atraente aos olhos e, além disso, desejável para dela se obter discernimento” (NVI). Como a árvore não era boa para se comer e, portanto, não era realmente desejável para esse fim, as palavras “para dar entendimento”, “obter discernimento”, ou “tornar alguém sábio” (KJV) contêm a chave de



toda a questão. O que a levou a ver que era boa para se comer e uma árvore desejável foi apenas a ideia de que, assim, ela poderia alcançar a sabedoria que Deus estava retendo. Ela viu que era boa para se comer e uma árvore desejável apenas porque supunha que poderia dessa forma alcançar a sabedoria de Deus e, assim, ser como Deus.

80. E assim foi a ambição de ser igual a Deus que fez o pecado entrar no mundo, bem como o fez entrar no Céu. Lúcifer havia dito no Céu: “Serei semelhante ao Altíssimo”. Aqui ele colocou diante da mulher o mesmo prêmio, a mesma ambição, a ser obtida pela desobediência a Deus. “Sereis como Deus.” No Céu, Lúcifer aspirava a “ser igual a Deus”, e aqui ele colocou diante da mulher o mesmo anseio: “Sereis como Deus”. E para que ela própria fosse exaltada à igualdade com Deus, afastou-se de Deus para realizar esse intento por meio dos caminhos do pecado! Oh, é o desejo de agradar a si mesmo, em vez de Deus, que está na origem de todo pecado!

81. E ela “deu também ao marido, e ele comeu”. No entanto, “Adão não foi iludido” (1 Timóteo 2:14). Ele aceitou a situação e uniu-se à esposa, mesmo sabendo que ela fora enganada. “Os olhos dos dois se abriram, e perceberam que estavam nus” (Gênesis 3:7, NVI). A glória de Deus, que repousava sobre eles, e Sua santa luz, que os vestia como uma roupa, se afastaram deles. Perceberam então que estavam nus e “esconderam-se da presença do Senhor”. Culpados, tiveram medo da presença do Senhor. Inocentes, tinham amado a Sua presença graciosa e santa. O pecado separa a alma de Deus e a enche de pavor quando Ele se aproxima. A justiça liga a alma a Deus, deleita-se na plenitude de Sua presença e se aquece à luz do Sol de Sua glória divina.

## OUTRO MODO DE PENSAR NO HOMEM

82. “Criou Deus, pois, o homem à Sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou” (Gênesis 1:27), e era Sua intenção que refletissem para todo o sempre a imagem e a glória Daquele que os criou. E se nossos olhos pudessem contemplar aquele par divinamente formado, enquanto estavam no jardim do Éden antes de pecarem, coroados de glória e honra, seria impossível não lembrar de outra Pessoa além deles mesmos. Havia sobre eles o que sugeriria Alguém além deles mesmos, mas inseparavelmente conectado a eles. De fato, seria impossível vê-los como seres *isolados, independentes*, pois refletiam completamente a imagem e a glória de Deus.

83. É desde que respeitassem as palavras de Deus e seguissem o conselho de Deus, refletiriam para sempre em todas as características e diante de todos os que os contemplassem a imagem e a glória de sua divina Cabeça e Criador. Mas pecaram. A glória partiu. A imagem de Deus se foi. Já não refletiam a imagem e a glória de Deus, mas a imagem e a vergonha de outro.

84. A palavra que Deus lhes dera fora dita com clareza. A palavra de Deus é a expressão do *pensamento* da *mente* de Deus. Se tivessem permanecido fiéis a essa palavra, se tivessem confiado plenamente nela, se tivessem dependido unicamente dela para obter conselho e guia quanto ao caminho que deveriam seguir, então essa palavra – o pensamento e mente – de Deus teria vivido neles e teria se manifestado neles. Mas quando o inimigo veio falando *suas* palavras, colocando diante deles os pensamentos e sugestões de *sua* mente maligna; e quando eles aceitaram *sua* palavra em vez da palavra de Deus, e os pensamentos e sugestões de sua mente no lugar

daqueles provindos da mente do Senhor, então a *mente maligna do inimigo*, em vez da mente de Deus, permaneceu neles e habitou neles. Essa mente “é inimizada contra Deus, pois não está sujeit[a] à lei de Deus, nem mesmo pode estar” (Romanos 8:7).

85. E agora, sendo atingidos pela mente maligna do inimigo, com seus desejos e ambições, refletiam a imagem e a vergonha daquele que os havia levado ao pecado, em vez de refletirem a imagem e a glória Daquele que os havia criado em retidão e verdadeira santidade. De modo que é literalmente verdade que, da mesma forma que *antes* de o homem pecar ele refletia a imagem e a glória de seu Criador em justiça, *depois* que pecou ele certamente passou a refletir a imagem e a vergonha daquele que os seduzira ao pecado.

86. A verdade disso é vista em todas as linhas da conduta do homem depois que pecou. A glória mal havia se afastado por causa de seus pecados, e eles já estavam envergonhados diante Daquele em cuja presença antes se deleitavam. Agora, quando ouviram a voz de Deus, em vez de sentirem alegria e santa confiança, ficaram com medo e procuraram se esconder Dele, e até pensaram que *podiam se esconder e que tinham se escondido* Dele. Esse era o pensamento de Lúcifer no Céu. Não entendendo o propósito do Senhor, supôs que poderia esconder de Deus seus próprios propósitos.

87. Quando o Senhor perguntou ao homem: “Comeste da árvore de que te ordenei que não comesses?”, ele respondeu: “A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi” (Gênesis 3:11, 12). Em vez de responder de maneira aberta, honesta e franca a verdade, “Sim, comi”, ele não respondeu de forma direta, mas indireta, com evasivas e envolvendo o Senhor e a mulher na culpa, *antes de falar de si mesmo*; e, assim, procurou se abrigar atrás deles para se livrar da culpa ao colocá-los na situação. Essa é a própria inclinação que Lúcifer havia desenvolvido no Céu. E agora isso se vê claramente refletido no homem.

88. Em seguida, o Senhor perguntou à mulher: “Que é isso que fizeste?” Em vez de responder clara e francamente: “Desobedeci à tua palavra; Eu comi da árvore proibida”, ela também envolve outro antes de falar de si mesma e se protege atrás dele. Ela respondeu: “A serpente me enganou, e eu comi” (v. 13).

89. Deus jamais colocou esse tipo de tendência na humanidade. No entanto, todo mundo sabe que essa inclinação está presente em toda a humanidade, até o presente. Todo mundo sabe que não é da natureza humana confessar uma falha de imediato de modo aberto e franco. O primeiro impulso espontâneo em cada pessoa é se esquivar e abrigar-se atrás de qualquer coisa ou qualquer pessoa no mundo e procurar se livrar, envolvendo outro. E se, apesar de tudo, ele não consegue escapar completamente, ainda assim, quando se vê envolvido, é com o menor grau de culpa possível. A pessoa que se apega com maior obstinação a esse *ego* é a última a admitir que está errada ou que tenha praticado algo errado; e mesmo que o faça, argumenta: “Eu nunca teria feito isso se não fosse por causa dessa pessoa ou daquela coisa”; portanto, não tem razão para levar a culpa, ficando assim absolvida de qualquer maneira. Ou vai se desculpar do erro, porque outra pessoa faz ou fez a mesma coisa ou pior. Trata-se da própria essência da alegação de infalibilidade.

90. O Senhor não colocou esse tipo de tendência na humanidade. No entanto, está lá. É a inclinação, a própria mente, de Lúcifer que originalmente liderou o caminho do pecado. E como o homem e a mulher que Deus criou na Terra seguiram esse iníquo no caminho do pecado; como aceitaram sua palavra e suas sugestões e adotaram seus pensamentos e seu modo de pensar, eles,

portanto, se renderam a ele e ao seu domínio, passando assim a refletir sua imagem maligna, que é o eu e o eu apenas – o eu acima de tudo, por meio de tudo e em tudo. Era TUDO CENTRALIZADO NO EU E NADA EM DEUS”.

## O MISTÉRIO DE DEUS

91. Em certo sentido – num sentido ruim – o que Satanás disse à mulher – que eles seriam “como Deus” – se cumpriu. Como a tendência que havia sido confirmada nele era que, *em sua própria opinião*, ele era igual a Deus; e como essa mentalidade havia sido recebida pelo casal, e essa tendência se refletia agora neles, eles, então, *em sua própria opinião*, se considerariam agora como Deus, porque estariam fora da possibilidade de praticar o mal e envolveriam *o Senhor* no erro, ao invés de admitir *que* haviam cometido o erro. Assim, a mesma mente maligna que em Lúcifer queria se exaltar à igualdade com Deus se encontrava agora no homem e na mulher e *os* levou a exaltar o eu até esse mesmo patamar. Essa não é apenas a filosofia envolvida, mas *fato* confirmado; pois após essa conversa do Senhor com eles: “disse o Senhor Deus: Eis que o homem se tornou *como um de Nós*, conhecedor do bem e do mal” (Gênesis 3:22). Ele não se tornou de fato como um Deles em verdade e justiça, mas de maneira maligna, em sua própria mente e em sua própria opinião, o eu foi exaltado à igualdade com Deus.

92. Isso fica demonstrado ainda por outro texto das Escrituras: “Ele te declarou, ó homem, o que é bom e que é o que o Senhor pede de ti: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus” (Miqueias 6:8), ou como está na margem da versão hebraica: “que te humilhes para andar com Deus”. Ou seja, em sua própria mente e avaliação, o homem se considera acima de Deus e capaz de andar sozinho. Mas Deus quer que o homem ande com Ele. No entanto, para fazer isso, o homem deve se humilhar – deve sair de onde está. O texto mostra, assim, que, na própria opinião do homem, como é naturalmente, ele está acima de Deus e andaria sozinho, e não com Deus. E o Senhor simplesmente o convida: “Humilhe-se, fique satisfeito em descer e tomar um lugar inferior – o lugar onde estou – e venha, ande comigo.”

93. Isso é de fato mostrado no texto que é o estudo de todo este capítulo: “Tenham em vocês o mesmo modo de pensar que houve também em Cristo Jesus, que não julgou que ser igual a Deus era um prêmio a que deveria se agarrar e não soltar; antes, a Si mesmo Se humilhou”. Isso por si só mostra que existe na humanidade, como se encontra, um modo de pensar que não é o modo de pensar de Deus, mas outra mentalidade. E o Senhor convida todos a permitir que o modo de pensar Dele volte a ser o deles e permaneça neles, para que possam andar com Ele. E como Cristo se humilhou, “Deus O exaltou sobremaneira”. E para sempre e para todos está escrito: “Quem a si mesmo se exaltar será humilhado; e quem a si mesmo se humilhar será exaltado” (Mateus 23:12). Portanto, “Ele *te* declarou, ó homem, o que é bom e que é o que o Senhor pede de *ti*: que pratiques a justiça, e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus”, ou “te humilhes para andar com Deus” (Miqueias 6:8). “Tenham em vocês o mesmo modo de pensar de Cristo Jesus, que Se humilhou.”

94. Mas da forma como o homem *estava* quando pecou, da forma como *estava* quando se rendeu para ser servo de Satanás, ele não tinha poder para se humilhar. Não tinha poder para

confessar sua culpa. A única coisa que tinha condição de saber era que estava certo, quando, na verdade, estava completamente errado. Ele era cativo e não mais livre. Era escravo e não podia mais fazer o que queria. Sua própria mente estava escravizada ao maligno a quem se entregara; e não tinha poder sequer para pensar de outra maneira além daquela ditada pela mente mestra à qual haviam se submetido.

95. O homem estava agora sobrecarregado com aquela escuridão do pecado cujo autor era o maligno, a qual trouxera consigo e para a qual havia conseguido atrair os habitantes deste mundo. Desde essa época então, “as trevas cobrem a terra, e a escuridão, os povos” (Isaías 60:2). Essa escuridão era completa. Nela não havia elemento algum de luz. Nenhuma indício do bem poderia alcançar o homem para tirá-lo daquele reino em que reina, sozinho, o governante das trevas deste mundo.

96. No entanto, como ocorreu com os anjos que pecaram, não era desejo de Deus entregar o homem a essas trevas, sem lhe dar outra oportunidade de escolher a Luz e a Vida. E *então*, se ele persistisse em recusar todas as ofertas da Luz, da Vida e da alegria do Senhor de todos, ele teria a permissão de fazer sua própria escolha e só lhe restaria, como os outros, ser entregue à escuridão impenetrável que eles escolheram e que, por sua persistente recusa de luz, eles mesmos haviam tornado impenetrável.

97. *E Deus não deixou a humanidade* nessa escravidão abjeta e escuridão total. Embora tivessem escolhido livremente, o Senhor de amor e misericórdia lhes daria outra chance. Por essa razão está escrito: “Então, o Senhor Deus disse *à serpente*: [...] *Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente*” (Gênesis 3:14, 15). Nessa declaração, Deus rompeu o manto da escuridão total que, por meio do pecado, envolveu a humanidade. Com isso, abriu o caminho para que a luz brilhasse mais uma vez sobre o cativo escravizado sentado indefeso na escuridão. Nessa palavra abençoada, Deus novamente deu à humanidade a *liberdade de escolha*.

98. No entanto, Deus não ligou o homem a Si, mesmo agora, em uma escravidão irresistível, absoluta e irresponsável, como aquela em que Satanás o havia prendido. Não, não. Deus é sempre o autor da inteligência, da liberdade de escolha e da liberdade de pensamento. Ele não *compeliria* o homem, mesmo agora, a seguir o caminho da justiça e mantê-lo. Ele simplesmente libertou o homem *para escolher por si mesmo* a quem servirá. E a humanidade agora está perfeitamente livre para escolher se servirá a Deus ou a Satanás, se terá o modo de pensar de Deus ou o modo de pensar de Satanás, se escolherá a Cristo ou a si mesma.

99. *A vontade* do homem está agora, e *por essa palavra*, liberta e permanece livre para escolher e servir a quem quiser – escolher a libertação da escravidão do pecado ou permanecer na escravidão do pecado. Deus não livrará o homem da escravidão contra a sua vontade. Mas quem quer que submeta sua vontade a Deus, não há poder no Universo que possa mantê-lo em pecado.

100. E justamente nesse momento, Satanás foi novamente surpreendido por interpretar mal o caráter de Deus. Mais uma vez, descobriu que seu raciocínio estava errado. Ele havia raciocinado que, se conseguisse atrair os habitantes do mundo para a escuridão onde ele próprio estava, o caráter de severidade e arbitrariedade que atribuíra ao Senhor os eliminaria imediatamente; e isso lhe garantiria uma posição segura e um terreno privilegiado para sempre. Ele havia conseguido atrair esses habitantes ao pecado e às trevas consigo mesmo. Ele conseguira que eles adotassem sua palavra e pensamentos, seu modo de pensar e vontade, em vez da palavra, modo

de pensar e vontade de Deus. Havia conseguido atraí-los para a plena união consigo mesmo, onde havia amizade completa entre eles e ele próprio.

101. Mas eis que, ao se felicitar pelo sucesso de seu plano, ficou surpreso com uma mudança que nunca havia penetrado seus pensamentos. Ele ficou mais do que surpreso, ficou *alarmado* ao ouvir a palavra de Deus: “Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente.” Com inimizade eternamente operando entre ele e a humanidade, ele ficou logo sabendo que seu domínio estaria em disputa e que, como resultado, alguns poderiam escapar de seu jugo. E quando essas novas e surpreendentes palavras foram seguidas com a também nova e sinistra sentença: “Este te ferirá a cabeça, e tu Lhe ferirás o calcanhar”, ele soube que sua causa estava em perigo.

102. Assim, exatamente quando Satanás se sentia mais seguro de seu triunfo, foi quando foi levado a temer mais por seu sucesso. Aquilo que parecera sua conquista certa, completa e assegurada, subitamente assumiu um aspecto de dúvida, derrota e perda completa. Agora se descortinava diante dele uma fase do assunto que nunca lhe ocorrera, levantando questões que para ele eram tão desconcertantes quanto novas. Era tudo um mistério.

103. Era de fato um mistério, “o mistério de Deus”. Essa inimizade contra Satanás, esse ódio do mal, que Deus, por Sua palavra, coloca em “todo homem que vem ao mundo” (João 1:9, ARC) faz com que cada pessoa odeie o mal, deseje o bem e anseie por libertação da escravidão do mal para poder entrar no descanso e na satisfação promovida pelo bem. E como essa libertação é encontrada somente em Cristo (cf. Romanos 7:14-25), essa promessa de colocar inimizade entre Satanás e a humanidade corresponde à promessa da encarnação de Cristo, “o Desejo de todas as nações” (Ageu 2:7).

104. Essa palavra de Deus que implanta em cada alma inimizade contra Satanás; esse ódio ao mal que clama por libertação encontrada somente em Cristo, esse é o dom da fé concedido ao homem. O *objeto* dessa fé é Cristo, e o *autor* dela é Cristo; assim, Ele é “o Autor e Consumador da fé” (Hebreus 12:2). Pela fé Cristo habita no coração (cf. Efésios 3:17), e *Cristo, a esperança da glória, no ser humano é o mistério de Deus* (cf. Colossenses 1:26, 27).

105. Assim, a implantação da inimizade entre Satanás e a mulher, e entre a descendência de cada um, foi o começo da revelação do mistério de Deus que havia “guardado em silêncio nos tempos eternos” (Romanos 16:25). Então, “vindo [...] a plenitude do tempo, Deus enviou seu Filho, nascido de *mulher*, nascido sob a lei, para resgatar os que estavam sob a lei, a fim de que recebêssemos a adoção de filhos” (Gálatas 4:4, 5). Então foram vistas e ouvidas coisas que muitos profetas e homens justos desejaram ver e não viram e desejaram ouvir e não ouviram. Assim, nas palavras Daquele que falou como nunca nenhum homem havia falado, foram pronunciadas coisas “ocultas desde a criação do mundo” (Mateus 13:36).

106. A Cristo foram oferecidos todos os reinos do mundo e a glória deles. Mas Ele só poderia ter essas coisas se prostrasse e adorasse Satanás, o Deus deste mundo. Além disso, o cristianismo não é governo ou soberania, mas *serviço*. “Os governadores dos povos os dominam e [...] os maiores exercem autoridade sobre eles. *Não é assim entre vós*; pelo contrário, quem quiser tornar-se grande entre vós, será esse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós será vosso servo; tal como o Filho do Homem, que não veio para ser servido, mas para servir e dar a Sua vida em resgate por muitos” (Mateus 20:25-28). A liberdade com que Cristo liberta os homens, a liberdade na qual os cristãos se mantêm firmes, é a liberdade

do amor de servir uns aos outros. Pois toda a lei de Deus é cumprida nesta única palavra: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Gálatas 5:13, 14).

107. Cristo Se esvaziou para assumir a forma de servo e Se tornar à semelhança dos homens. “Ele assumiu voluntariamente a natureza humana. Foi um ato realizado por Sua própria iniciativa e consentimento. Revestiu Sua divindade com a humanidade. Durante todo o tempo na Terra, Ele era como Deus, mas não tinha a aparência de Deus. Velou as demonstrações da divindade que havia merecido a homenagem e inspirado a admiração do Universo de Deus. Ele era Deus enquanto esteve na Terra, mas se despiu da forma de Deus e, em seu lugar, tomou a forma e a aparência humanas. Andou na Terra como um homem. Ele Se fez pobre por amor de nós, para que, pela Sua pobreza, nos tornássemos ricos. Colocou de lado Sua glória e Sua majestade. Era Deus, mas as glórias da forma divina foram, durante algum tempo, renunciadas por Ele. Embora Ele andasse entre os seres humanos em pobreza, espalhando bênçãos por onde quer que fosse, a uma palavra Dele legiões de anjos teriam cercado seu Redentor e Lhe rendido homenagens. Mas andou na Terra sem ser reconhecido ou ser confessado por Suas criaturas, salvo poucas exceções. A atmosfera em que viveu era poluída por pecado e maldições, em lugar das antífonas de louvor. Sua vida foi em pobreza e humilhação. Enquanto ia de uma parte a outra em Sua missão de misericórdia, para dar alívio aos doentes e ânimo aos deprimidos, escassas vozes solitárias O bendiziam, e os maiores da nação passavam por Ele com desdém.”

108. “Contraste-se isso com as riquezas de glória e a abundância de louvor que flui das línguas imortais, com os milhões de magníficas vozes no Universo de Deus em antífonas de adoração. Todavia Ele Se humilhou e tomou a mortalidade sobre Si. Como membro da família humana, era mortal; contudo, como Deus, era a fonte de vida para o mundo. Em Sua pessoa divina, Ele poderia ter resistido para sempre os avanços da morte e recusado colocar-Se sob seu domínio; mas voluntariamente depôs a vida para que, ao fazê-lo, pudesse dar vida e trazer à luz a imortalidade. Carregou os pecados do mundo e suportou sua penalidade, que rolou como uma montanha sobre Sua alma divina. Ele entregou Sua vida como um sacrifício para que o homem não morresse eternamente. Morreu, não porque fosse obrigado a fazê-lo, mas de livre vontade. Isso foi humildade. Todo o tesouro do Céu foi derramado em um único dom para salvar o homem caído. Ele trouxe para Sua natureza humana todas as energias vitalizantes que os seres humanos precisarão e que devem receber.”

109. “Assombroso misto de homem e Deus! Ele poderia ter ajudado Sua natureza humana a resistir às incursões do sofrimento, transferindo, da natureza divina para a humana, vitalidade e incessante vigor. Mas humilhou-Se até ao nível da natureza do homem. Assim fez para que as Escrituras se cumprissem. O Filho de Deus entrou nesse plano conhecendo todos os degraus que, em Sua humilhação, precisava descer para fazer uma expiação pelos pecados de um mundo condenado, que gemia de dor. Que humildade! Ela causou espanto aos anjos. A língua jamais a pode descrever; não o pode abranger a imaginação. O Verbo eterno consentiu em fazer-Se carne. Deus tornou-Se homem! Maravilhosa humildade.”

110. “Mas Ele baixou ainda mais; precisou humilhar-Se como um homem para suportar insultos, injúrias, vergonhosas acusações e maus-tratos. Parecia não haver lugar seguro para Ele em seu próprio território. Tinha de fugir de um lugar para outro para salvar a vida. Foi traído

por um de Seus discípulos. Negado por um de seus mais zelosos seguidores. Foi escarnecido. Coroado de espinhos. Açoitado. Forçado a carregar o fardo da cruz. Jesus não foi insensível a esse desprezo e ignomínia. Sujeitou-Se a isso, mas oh!, sentiu o amargor como nenhum outro ser o podia sentir. Era puro, santo e incontaminado, todavia acusado como um criminoso! O adorável Redentor desceu da suprema exaltação.”

111. “Humilhou passo a passo até à morte – mas que morte! A mais vergonhosa, a mais cruel – morte de cruz como um malfeitor. Ele não morreu como um herói aos olhos do mundo, coberto de honras, mas como homens em combate. Morreu como um criminoso condenado, suspenso entre os céus e a terra – a morte lenta da vergonha, exposto aos escárnios e injúrias de uma multidão vil, carregada de crimes e devassidão! “Todos os que Me veem zombam de Mim; afrouxam os lábios e meneiam a cabeça” (Salmo 22:7). Foi contado com os transgressores, expirou em meio a zombarias, e seus compatriotas segundo a carne O renegaram. Sua mãe contemplou Sua humilhação, e Ele foi forçado a ver a espada traspasar-lhe o coração. Suportou a cruz, não fazendo caso da ignomínia. Considerou isso algo pequeno em vista dos resultados em prol dos quais estava trabalhando, não só com relação aos habitantes deste minúsculo mundo, mas com relação a todo o Universo, a cada mundo que Deus criara.”

112. “Cristo devia morrer como substituto do homem. O homem era um criminoso sob a sentença de morte por transgressão da lei de Deus, como um traidor, um rebelde. Por isso, o Substituto para o homem precisava morrer como malfeitor, porque Ele estava em lugar dos traidores, com todos os pecados deles acumulados sobre Sua alma divina. Para satisfazer totalmente as exigências da lei transgredida, não bastava que Jesus morresse; Ele precisava morrer uma morte vergonhosa. O profeta dá ao mundo Suas palavras: ‘Não escondi o rosto aos que Me afrontavam e Me cuspiam’.<sup>11</sup> E quando o grande inimigo – aquele que se exaltou sobremaneira – perpetrou dessa forma a morte do grande Amigo – Aquele que a Si mesmo Se esvaziou –, ficou demonstrado ao amplo Universo que *aquilo* era o que estava envolvido na conduta de autoexaltação desde o início no Céu, ficando assim evidente ao Universo que ele nada mais foi do que “um homicida desde o princípio” (João 8:44).

113. Mas Deus “ressuscitou-O dentre os mortos, fazendo-O sentar à Sua direita nos lugares celestiais, acima de todo principado, e potestade, e poder, e domínio, e de todo nome que se possa referir não só no presente século, mas também no vindouro. E pôs todas as coisas debaixo dos pés e, para ser o cabeça sobre todas as coisas, o deu à igreja, a qual é o seu corpo, a plenitude Daquele que a tudo enche em todas as coisas” (Efésios 1:20-23). E Ele, estando assim “Exaltado, pois, à destra de Deus, tendo recebido do Pai a promessa do Espírito Santo” derramou este Santo Espírito, por meio do qual voltou para Seus discípulos e habitou no coração deles pela fé, de maneira que ficaram sabendo que Cristo estava no Seu Pai, e eles Nele, e Ele neles (Atos 2:33; cf. João 14:18-20; Efésios 3:16, 17).

114. Assim, com Cristo neles como a esperança da glória, tendo recebido o conhecimento do mistério de Deus, “o qual, em outras gerações, não foi dado a conhecer aos filhos dos homens, como, agora, foi revelado aos seus santos apóstolos e profetas, no Espírito”, saíram para pregar

<sup>11</sup> Ellen G. White, *Review and Herald*, 29 de outubro de 1895; *Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia*, vol. 5, p. 1258, 1259.

esse mistério de Deus, “que estivera oculto dos séculos e das gerações; agora, todavia, se manifestou aos Seus santos; aos quais Deus quis dar a conhecer qual seja a riqueza da glória deste mistério entre os gentios, isto é, Cristo em vós, a esperança da glória”. Ao pregar as riquezas da glória desse mistério, pregaram “as insondáveis riquezas de Cristo”, de maneira que pudessem “manifestar qual seja a dispensação do mistério, desde os séculos, oculto em Deus, que criou todas as coisas, para que, pela igreja, a multiforme sabedoria de Deus se torne conhecida, agora, dos principados e potestades nos lugares celestiais, segundo o eterno propósito que estabeleceu em Cristo Jesus, nosso Senhor” (Efésios 3:3-5; Colossenses 1:26, 27; Efésios 3:8-11).

115. Para que isso acontecesse, eles pregaram: “Tenham entre vocês o mesmo modo de pensar de Cristo Jesus, que, mesmo existindo na forma de Deus, não considerou o ser igual a Deus algo que deveria ser retido a qualquer custo” (Filipenses 2:5, 6, NAA). Pregaram que, por meio desse modo de pensar de Cristo, cada um se esvaziasse do eu, assumisse a forma de servo e fosse obediente até a morte, conformando-se com Ele na Sua morte. Contudo, veio uma “apostasia”. Em vez de um esvaziamento do eu, houve uma exaltação do eu naqueles que professavam o nome Daquele que Se esvaziou. Lobos vorazes penetraram na igreja, sem poupar o rebanho; homens se levantaram “falando coisas pervertidas para arrastar os discípulos atrás deles” (Atos 20:29, 30). E foi nesse processo de exaltação do eu que se desenvolveu o “homem da iniquidade, o filho da perdição”, “o mistério da iniquidade”, que novamente escondeu de eras e gerações o mistério de Deus. Assim, esse mistério da iniquidade corresponde ao papado; o mistério de Deus é o cristianismo. Cristianismo é renúncia própria; o papado é autoexaltação. O espírito do cristianismo é o espírito de humildade e autorrenúncia; o espírito do papado é orgulho e autoexaltação. O cristianismo representa a encarnação de Cristo; o papado, a encarnação de Satanás.

116. Assim, por meio de Satanás continuou na Terra a mesma controvérsia iniciada no Céu. Pelo grande apóstata, por intermédio da grande apostasia, continuou aqui a mesma oposição a Cristo, a Deus e à lei e governo de Deus que se iniciara no Céu. E, de fato, por meio da grande apostasia aqui, o grande apóstata realizou em sua medida aquilo que não pôde realizar em nenhum grau no Céu: a mudança da lei de Deus.<sup>12</sup> Pois, para acomodar o culto às imagens que seria estabelecido, o papado deixou de lado o segundo mandamento; e para acomodar a adoração ao Sol, ele colocou de lado o sábado do Senhor e estabeleceu o domingo no lugar.<sup>13</sup> Então, para que os Dez Mandamentos não ficassem incompletos, ele dividiu o décimo em dois, impondo, desse forma, sobre Deus “a tautologia no único documento que Ele escreveu com a própria mão”.<sup>14</sup> Ele deliberadamente mudou a lei e o governo de Deus para estabelecer um que fosse totalmente seu; ele excluiu Deus do mundo e, em si mesmo, estabeleceu uma “regência de Deus”. Assim, em toda medida e intenção, esse sistema considerou o ser igual a Deus algo que deveria ser retido a qualquer custo, ou seja, uma usurpação.

117. Assim, é plenamente certo que o papado nada mais é do que a encarnação do espírito de Satanás.

<sup>12</sup> Cf. Daniel 7:25.

<sup>13</sup> Para uma investigação completa dessa mudança do sábado para o domingo, ver *Great Empires of Prophecy*, cap. 32.

<sup>14</sup> Tautologia é o vício de linguagem que consiste na repetição de ideias por meio de palavras diferentes; redundância.



## CAPÍTULO 22

---

# A REFORMA NA INGLATERRA

*João Wycliffe Acusado – Wycliffe contra o Papado – O Verdadeiro Ministro de Cristo – Os Frades, uma Pestilência Moral – O Elevado Serviço do Pregador – “Padres Pobres”, “Os Lolardos”, “Homens da Bíblia” – O Verdadeiro Cabeça da Igreja – O Papa Contra Wycliffe – Wycliffe Traduz a Bíblia para o Inglês – A Suficiência das Escrituras – A Verdade Prevalecerá – O Sol Nascente da Reforma.*

VIMOS como o verdadeiro cristianismo estava difundido entre as pessoas comuns, os pobres e os desprezados. Chegara o momento em que devia receber a atenção dos nobres, príncipes e chefes das nações. Esse movimento começou na Inglaterra.

2. Em 1365, o papa Urbano V exigiu que a Inglaterra pagasse a tributo de mil marcos que Inocêncio III havia cobrado do rei João da Inglaterra e que não havia sido pago nos últimos 35 anos. A exigência foi acompanhada com a intimação de que, se o rei Eduardo III não fizesse o pagamento regular dos mil marcos anuais, e do valor referente aos 35 anos anteriores, ele seria convocado a Roma “para responder perante seu senhor feudal por contumácia”. O rei Eduardo reuniu o Parlamento em 1366, colocou diante deles a carta do papa Urbano e pediu que se aconselhassem e decidissem qual resposta deveria ser dada. O Parlamento pediu um dia para “refletir sobre o assunto”. Isso foi concedido; e no dia seguinte, o Parlamento se reuniu para dar a resposta.

3. O primeiro a falar disse: “O reino da Inglaterra foi conquistado pela espada, e pela espada tem sido defendido. Júlio César exigiu tributo pela força; a força não dá direito perpétuo. Que o papa cinja sua espada e venha tentar cobrar seu tributo pela força. Eu, por exemplo, estou pronto para lhe resistir.”

4. O segundo disse: “Somente tem direito a tributo secular aquele que exerce com legitimidade o domínio secular e é capaz de proporcionar proteção secular. O papa não pode legitimamente exercer nenhuma dessas funções. Ele é um ministro do evangelho, não um governante temporal. Seu dever é dar conselhos espirituais e não proteção física. Ele deveria seguir o exemplo de Cristo, que recusou todo domínio civil. As raposas têm covis, e os pássaros seus ninhos, mas Ele não tinha onde reclinar a cabeça. Que o papa permaneça dentro dos limites de seu ofício espiritual, onde lhe prestaremos obediência. Mas se ele optar por transgredir esses limites, deverá assumir as consequências. Vamos nos opor corajosamente a todas as suas reivindicações ao poder civil.”

5. O terceiro disse: “O papa se chama servo dos servos de Deus. Muito bem, ele pode reivindicar remuneração apenas por serviços prestados. Mas onde estão os serviços que ele presta a esta terra? Ele ministra para nós em assuntos espirituais? Ele nos ajuda nas coisas temporais? Não é ele que esgota com avidez nossos tesouros, e com frequência para o benefício de nossos inimigos? Dou minha voz contra esse tributo.”

6. O próximo declarou: “O papa afirma ser o soberano de todas as propriedades mantidas pela igreja. Essas propriedades mantidas como possessão perpétua totalizam um terço do reino. Não pode haver dois suseranos. O papa, portanto, no que diz respeito a essas propriedades, é o vassalo do rei. Ele não prestou juramento de lealdade por elas; ele pode ter incorrido em perda de direitos.”

7. O seguinte: “Com que base esse tributo foi exigido originalmente? Não foi para absolver o rei João e aliviar o reino de interdição? Mas conceder benefícios espirituais por dinheiro é pura simonia; é fraude eclesiástica. Que os senhores, espirituais e temporais, lavem as mãos de uma transação tão vergonhosa. Mas se é como superior feudal do reino que o papa exige esse tributo, por que pedir mil marcos? Por que não pedir o trono, o solo e o povo da Inglaterra? Se o título dele for válido para esses mil marcos, é válido para muito mais. O papa, sob o mesmo princípio, pode declarar o trono vago e preenchê-lo com quem quiser.”

8. Outro disse: “O papa Urbano nos diz que todos os reinos são de Cristo e que o papa, como vigário de Cristo, mantém a posse da Inglaterra por Cristo. Mas, como o papa está sujeito ao pecado e pode abusar do que lhe foi confiado, parece-me melhor que nós recebamos a posse de nossa terra direta e unicamente de Cristo.”

9. O último: “Vamos imediatamente à raiz deste assunto: o rei João não tinha o direito de presentear o reino da Inglaterra sem o consentimento da nação. Esse consentimento nunca foi dado. O selo de ouro do rei e os selos dos poucos nobres que João persuadiu ou coagiu a se juntar a ele nessa transação não constituem o consentimento nacional. Se João deu seus súditos a Inocência como outros tantos presentes, que Inocência venha então e tome sua propriedade, se conseguir. Nós, o povo da Inglaterra, não tivemos voz no assunto. Consideramos uma nulidade total toda a barganha, carta patente, assinatura e selo, desde o início.”

10. Esta foi a decisão unânime do Parlamento: “Visto que nem o rei João, nem qualquer outro rei, poderia levar seu domínio e reino a tal estado de servidão e sujeição, exceto por consentimento geral do Parlamento, o que não foi dado, portanto, o que ele fez foi contra seu juramento em sua coroação, além de muitas outras causas. Contudo, se o papa tentar algo contra o rei mediante processo, ou outros expedientes, o rei, com todos os seus súditos, deveria, com toda força e poder, resistir-lhe.”<sup>1</sup>

11. Percebe-se que nesses discursos há um consenso quanto ao repúdio do poder temporal do papa; também de sua infalibilidade; e, nisso, de ser ele o vigário de Cristo. Há também uma ideia clara da separação dos poderes espiritual e secular. O papado sabia exatamente onde colocar a culpa por tudo isso. Embora no Parlamento não houvesse defensor da reivindicação do papa, um monge se levantou para defender sua causa. Esse monge estabeleceu como proposição fundamental que, “como vigário de Cristo, o papa é o superior feudal dos monarcas e o senhor supremo de seus reinos”. A partir daí, concluiu que “todos os soberanos devem ao papa obediência e tributo; que a vassalagem era legítima por parte do monarca inglês pelo fato de João ter entregado o reino ao papa; que Eduardo, com toda certeza, havia perdido o trono pelo não pagamento do tributo anual; e finalmente, que todos os eclesiásticos, regulares e seculares, estavam isentos da jurisdição civil e não tinham obrigação de obedecer a alguma citação ou

<sup>1</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 2, cap. 3, par. 2-7; *History of Latin Christianity*, vol. 7, livro 13, cap. 6, par. 19.

comparecer diante do tribunal do magistrado”. Então o monge escolheu dentre o grupo a João Wycliffe e, chamando-o pelo nome, o desafiou a refutar essas proposições.

12. A partir disso, fica bem evidente que o papado atribuiu diretamente a Wycliffe a responsabilidade pelos argumentos apresentados e as posições assumidas pelo rei e pelo Parlamento. E isso estava inteiramente correto. Wycliffe, nesse momento específico, era capelão real – “o clérigo particular do rei”. Seis anos antes dessa época, ele fora nomeado para o cargo de mestre do Balliol College. “Essa promoção ocorreu pela fama que tinha adquirido como escolástico.” Naquela época, ele também havia adquirido o diploma de Bacharel em Teologia e, como tal, dava palestras públicas na Universidade de Oxford sobre os livros das Escrituras. Ao estudar as Escrituras, viu, à luz delas, a verdadeira natureza do papado; e ele não hesitou em ensinar a Palavra de Deus como a entendia, e isso, inevitavelmente, expôs à opinião pública a vasta diferença entre o cristianismo e o papado. E os abusos e opressões do papado sobre o reino da Inglaterra eram tão grandes que os nobres, e até o rei, ficaram contentes em saber que, ao se libertarem da servidão papal, podiam encontrar apoio na Palavra de Deus.

13. Esse era o segredo da clara e ousada declaração de princípios, manifestamente extraídos das Escrituras, feita pelos sucessivos oradores no Parlamento. Pois o único grande alvo de Wycliffe, até o dia de sua morte, era fazer com que todas as pessoas ficassem familiarizadas o máximo possível com as Escrituras. Mais do que isso, apenas Wycliffe relatou esses procedimentos do Parlamento, o que mostra que ele estava presente lá. Assim, o papado sabia muito bem quem deveria ser desafiado a defender contra o papa a posição do rei e do Parlamento. Os papistas sabiam que esses princípios deveriam ser atribuídos a Wycliffe; que sua pregação era responsável pela prevalência desses princípios no Parlamento; portanto, quando quiseram desafiar um defensor desses princípios, chamaram Wycliffe pelo nome.

14. Wycliffe não se esquivou da questão. Aceitou o desafio, embora naquele momento houvesse diante do papa um apelo em que ele estava envolvido, e sabia que sua ação ali decidira seu caso com o papa. Ele disse: “Visto ser eu o clérigo particular do rei, com toda boa vontade assumo a função de defender e aconselhar que o rei está exercendo seu justo domínio no reino da Inglaterra quando recusa pagar tributo ao pontífice romano”. Como fundamento de seu argumento nessa defesa, nomeou “os direitos naturais dos homens, as leis do reino da Inglaterra e os preceitos das Escrituras Sagradas”. Ele declarou: “Mais de um terço da Inglaterra já está nas mãos do papa. Não pode haver dois soberanos temporais em um país: ou Eduardo é rei ou Urbano é rei. Nós fazemos a nossa escolha. Aceitamos Eduardo da Inglaterra e rejeitamos Urbano de Roma.

15. Wycliffe “fez das Escrituras Sagradas o padrão último de toda lei”. Ele declarou que a grande questão a ser resolvida no desenvolvimento eclesiástico era a reforma de todas as coisas de acordo com os princípios nelas contidos. “Seus esforços para alcançar isso lhe garantiram o título de *doctor evangelicus*.” No ano de 1372, tornou-se doutor em teologia; e tanto suas palestras quanto seus escritos contribuíram grandemente para aumentar sua influência evangélica. À medida que seu conhecimento das Escrituras cresceu, mais sólido se tornou o fundamento que lhe permitiu agir contra as corrupções do papado. Nessa obra, seu ponto de ataque especial eram os monges mendicantes. Em sua defesa do reino da Inglaterra contra as invasões do papado, ele se opôs não apenas às extorsões praticadas pela corte romana, mas também contra a prática de nomear italianos

para os altos cargos na Igreja da Inglaterra, pois lhes faltavam aptidão para sua vocação espiritual e principalmente porque ignoravam a língua e os costumes do país.

16. Em 1374, Wycliffe foi um dos sete embaixadores que foram enviados para se reunir com o papado e, numa discussão bilateral, considerar os assuntos levantados na Inglaterra com relação ao papado. Felizmente para Wycliffe, essa embaixada não foi obrigada a ir a Roma. Eles encontraram os representantes papais em Bruges. Essa comissão foi de grande benefício para Wycliffe, pois “ele teve condição de conhecer mais de perto o espírito da chancelaria romana, as corrupções praticadas por ela e as intrigas que aí prevaleciam; e foi levado a examinar mais detidamente os direitos do papado, o que lhe permitiu opor-se a ele com mais veemência como a principal causa de corrupção na igreja. Ele chegou à convicção de que o papado não tinha sua origem no direito divino; que a igreja não precisava de uma cabeça visível.

17. “Ele falou e escreveu contra o espírito mundano do papado e sua influência prejudicial. Ele costumava chamar o papa de anticristo, “o orgulhoso sacerdote mundano de Roma”, “o mais amaldiçoado dos tosquiadores e caça-níqueis”. Ele diz em um de seus artigos: ‘o papa e seus coletores extraem do nosso país o que poderia servir para apoiar os pobres, e muitos milhares de marcos do tesouro do rei para sacramentos e coisas espirituais. E mesmo que nosso reino tivesse uma enorme montanha de ouro, e ninguém nada tirasse dali exceto o coletor desse sacerdote mundano, com o passar do tempo a montanha seria gasta; pois ele está sempre tirando dinheiro de nossa terra e não manda nada de volta, a não ser a maldição de Deus por sua simonia, e algum maldito clérigo do anticristo para roubar ainda mais a terra por privilégios ilícitos, ou então nos concede a permissão para fazer a vontade de Deus nas coisas que já deveríamos poder fazer sem precisar de sua permissão, e comprar e vender.’”<sup>2</sup>

18. “É assim que os miseráveis seres deste mundo se afastam da fé, da esperança e da caridade e se tornam corruptos em heresia e blasfêmia, ainda piores que os pagãos. É por essa razão que um clérigo, mero coletor de moedas, que não pode ler nem entender um verso em seu saltério, nem repetir os mandamentos de Deus, apresenta uma bula com selo de chumbo, testificando, em oposição à condenação de Deus e da experiência concreta, que é capaz de governar muitas almas. E para agir de acordo com essa falsa bula, ele incorrerá em custos e mão de obra, e muitas vezes lutará, e receberá honorários, e dará muito ouro de nossa terra a estrangeiros e inimigos; e muitos são assim massacrados por nossos inimigos, trazendo o alívio a eles e perplexidade a nós. Portanto, assim como a Palavra de Deus e a bem-aventurança do Céu na alma humana são melhores que os bens terrenos, assim esses prelados mundanos, que se eximem da responsabilidade do ensino sagrado, são piores que os ladrões; são mais malditos e sacrílegos do que saqueadores comuns, que invadem igrejas, roubam cálices e vestimentas e nunca tanto ouro.”<sup>3</sup> Naquela época, as receitas do papado, tiradas da Inglaterra, eram cinco vezes as receitas totais do próprio rei da Inglaterra.

19. Wycliffe insistia que o cuidado do clero deveria se concentrar apenas em promover o bem de seus rebanhos; e, portanto, deveriam contentar-se em receber de seus rebanhos o que fosse necessário para suprir suas necessidades materiais, e não mais. Ele considerava como parte

<sup>2</sup> Todas as citações neste capítulo, salvo indicação contrária, são extraídas da obra *History of the Christian Religion and Church* de Neander, vol. 5, seção 2, parte 1.

<sup>3</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 2, cap. 9, par. 17, 18.

do chamado do clero defender os direitos dos pobres. Sustentou que o que quer que fosse dado ao clero, apenas com o objetivo de satisfazer o luxo deles, era, na mesma proporção, tirado dos pobres. Assim, ele era o inimigo declarado dos monges mendicantes, pois “representavam o corpo mais zeloso e mais influente da hierarquia romana que ele atacava. Eles lhe pareciam os principais promotores da superstição, da externalização da religião em formas e cerimônias e das tendências imorais tornadas seguras e protegidas por falsas confianças.”

20. Em um de seus escritos intitulado: *A Short Rule of Life* [Uma Curta Regra da Vida], ele fala assim do ministro da religião: “Se você é sacerdote e, por definição, um cura, viva uma vida santa. Supere outros homens em santa oração, desejo santo e santa fala, em aconselhamento e ensino da verdade. Sempre guarde os mandamentos de Deus e deixe Seu evangelho e Seus louvores sempre em sua boca. Que sua vida pública seja assim um livro verdadeiro, no qual o soldado e o leigo possam aprender como servir a Deus e guardar Seus mandamentos. Pois o exemplo de uma vida boa, se for generosa e constante, tem um impacto sobre homens rudes muito mais do que a pregação pública apenas com a palavra. Tenha comida, bebida e roupas; mas o que sobrar, dê de coração aos pobres; àqueles que trabalhavam com liberdade, mas que agora não podem trabalhar, por fraqueza ou doença; e assim serás um verdadeiro sacerdote, tanto para Deus como para o homem.”

21. Então, ao povo disse: “O seu segundo pai é o seu pai espiritual, que tem um cuidado especial com a sua alma, e assim você deve reverenciá-lo. Você deve amá-lo especialmente diante de outros homens e obedecer a seus ensinamentos à medida que ensine a vontade de Deus. E o ajudará, de acordo com sua capacidade, para que ele tenha um sustento razoável quando cumprir bem o seu ofício. Se seu pai espiritual falhar em seu cargo, dando mau exemplo e deixando de ensinar a lei de Deus, você deverá expressar grande tristeza por causa disso e lhe declarar, com humildade e amor, a falta dele, entre você e ele apenas.”

22. Sobre o clero, ele disse ainda: “Nem prelados, nem doutores, padres nem diáconos devem ocupar cargos seculares, ou seja: os de chancelaria, tesouraria, secretários particulares e outros cargos seculares do tesouro público – de modo especial quando houver homens seculares suficientes para realizar tais ofícios. Prelados e grandes proprietários religiosos estão tão ocupados com os seus domínios mundanos e com os planos de negócios, que não conseguem preservar nenhum hábito de devoção, de oração, de reflexão sobre as coisas celestiais, sobre os próprios pecados e os de outras pessoas; também não se pode vê-los estudando e pregando o evangelho, nem visitando ou confortando os pobres. Eles mais se parecem capatazes do que bispos.”

23. O cerne de todos os ensinamentos de Wycliffe era a observância dos mandamentos de Deus e a fé de Jesus. Já vimos em suas palavras instruções para que a vida fosse um verdadeiro livro, por meio do qual o soldado e o leigo pudessem aprender a servir a Deus e a guardar Seus mandamentos. Já mencionamos suas palavras: “Sempre guarde os mandamentos de Deus e que Seu evangelho e Seus louvores sempre estejam em sua boca”. E pela expressão “os mandamentos”, ele queria dizer especificamente os Dez Mandamentos. Um de seus primeiros escritos como reformador “foi uma exposição detalhada dos Dez Mandamentos, na qual contrastou a vida imoral predominante entre todas as classes, em sua época, com o que esses mandamentos exigem”. Ele mesmo diz que foi “levado a fazer isso pela ignorância que a maioria das pessoas revelava quanto ao Decálogo; e que era seu objetivo neutralizar uma ten-

dência que mostrava maior preocupação pelas opiniões dos homens do que pela lei de Deus”. Sua visão espiritual era tão clara que ele viu corretamente que todo o corpo da moralidade cristã é derivado dos Dez Mandamentos.

24. Ele diz: “Muitos pensam que, se derem um centavo ao vendedor de indulgências, serão perdoados por violarem todos os mandamentos de Deus e, portanto, não dão atenção a como guardá-los. Mas lhe digo com certeza: embora você tenha sacerdotes e frades para cantar para você; embora ouça cada dia muitas missas e venha a fundar capelas e colégios, faça peregrinações por toda a sua vida e dê todos os seus bens aos que concedem indulgências, nada disso levará sua alma ao Céu. Por outro lado, se os mandamentos de Deus forem reverenciados até o fim, embora você não possua um centavo ou meio centavo, haverá perdão eterno para você e a bem-aventurança celestial.” Ao mencionar o cumprimento dos mandamentos, ele não queria dizer, em sentido algum, o esforço externo de uma justificação pelas obras; pois “ele sempre pressupunha a conexão de tudo isso com a confiança em Jesus como o único Salvador e com a imitação prática de Sua vida, que deve ser o fruto dessa confiança”. Ele disse: “Antes que a todos, temos a obrigação de seguir a Cristo, pois Cristo vive sempre perto do Pai e é o que está mais pronto para interceder por nós, entregando-Se à alma de todo peregrino que O ama. Portanto, ninguém deve procurar primeiro a mediação de outros santos, pois Ele está mais disposto a ajudar do que qualquer um deles. Enquanto Cristo estiver no Céu, a igreja tem Nele o melhor papa. Os pregadores devem dar o exemplo a todos do que significa andar segundo Cristo; eles devem ser os mais próximos de Cristo, os mais próximos do Céu, os mais repletos de amor.”

25. Sobre os frades ele disse: “Os frades desviam a juventude da religião de Cristo em suas diversas ordens, por hipocrisia, falsidade e roubo. Pois dizem, diante deles [da juventude] que sua Ordem particular é mais santa do que qualquer outra, e que eles terão um lugar mais elevado na bem-aventurança do Céu do que outros que não são membros dela; e que as pessoas de sua Ordem nunca terão a perdição, mas, no dia do julgamento, com Cristo julgará outras. E assim eles roubam os filhos de pais e mães, às vezes jovens incapazes de serem ordenados, às vezes outros que, pelo mandamento de Deus, têm a obrigação de sustentar idosos sob seus cuidados. Portanto, são blasfemadores de Deus, que aconselham com confiança coisas de caráter duvidoso que, nas Escrituras Sagradas, nem são ordenadas nem proibidas expressamente.” A pestilência moral que esses mendigos representavam pode ser estimada a partir da afirmação do arcebispo de Armagh e primaz da Irlanda, de que “eu tenho na minha diocese de Armagh cerca de 2 mil pessoas, condenadas pelas censuras da igreja, denunciadas todos os anos como assassinos, ladrões e malfeitores semelhantes, dos quais somente 14 se apresentaram a mim ou ao meu clero em busca de absolvição. Contudo, todos eles recebem os sacramentos, como os demais, *porque são absolvidos* ou fingem ser absolvidos por frades.”<sup>4</sup>

26. Wycliffe proclamou: “O perdão procede somente de Deus. Os piores abusos desses frades consistem em suas pretensas confissões, por meio das quais aparentam, com inúmeros artifícios de blasfêmia, purificar aqueles que lhes fazem confissões e torná-los livres de toda impureza aos olhos de Deus, deixando de lado os mandamentos e penitência de nosso Senhor.

<sup>4</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro, 2, cap. 5, par. 3, nota.

Não há heresia maior do que uma pessoa acreditar que é absolvida de seus pecados se der dinheiro, ou se um sacerdote colocar a mão sobre sua cabeça e lhe dizer que a absolve. Você deve ficar triste no coração e fazer as pazes com Deus, senão Deus não o absolve. Que Deus, em sua infinita misericórdia, destrua o orgulho, a cobiça, a hipocrisia e a heresia desse falso perdão e torne os homens dispostos a guardar Seus mandamentos e confiar plenamente em Jesus Cristo.”

27. “Confesso que as indulgências do papa, se são o que dizem, são uma verdadeira blasfêmia. Os frades disfarçam essa blasfêmia dizendo que Cristo é onipotente e que o papa é Seu vigário plenário e, portanto, possui em tudo o mesmo poder que Cristo em Sua humanidade. Quanto a essa blasfêmia grosseira, eu já a condenei em outro lugar. Nem o papa nem o Senhor Jesus Cristo podem conceder dispensas ou indulgências a qualquer homem, exceto aquilo que a Divindade determinou eternamente mediante Seu justo conselho.”

28. Ele declarou que o modo de vida seguido pelos frades não era a mais perfeita imitação da vida de Cristo, pois Cristo de modo algum se deu a esse tipo de pobreza. Cristo não pedia a todos, sem distinção, que lhe dessem esmolas, mas recebeu de Maria Madalena e de outras mulheres e homens piedosos o que era necessário para Sua subsistência. Cristo ordenou a Seus discípulos que não pegassem alforge ou bolsa; mas tanto alforge quanto bolsa eram usadas pelos monges mendicantes com o objetivo de levar para casa, até seus mosteiros, o que haviam mendigado. Em vez disso, Cristo instruiu Seus discípulos a considerar quem estava disposto a receber a mensagem do evangelho; e com eles deviam comer e beber e não passear de casa em casa. Ele citou o exemplo de Paulo, que se sustentava e a seus companheiros com o trabalho manual e não procurava obter ouro nem prata nem vestuário daqueles a quem instruía. Dessa forma, instruía outros mestres com seu exemplo, para que, em tempos de angústia, fizessem o mesmo. Para esses monges mendigos, ele citava as Escrituras: “Se alguém não quer trabalhar, também não coma” (2 Tessalonicenses 3:10).

29. Em 1375, Wycliffe tornou-se pároco de Lutterworth e “trabalhou alternadamente como professor de teologia em Oxford e como pregador e cura em Lutterworth”. Ele manteve firme a poderosa verdade de que “o maior serviço que o homem pode alcançar na Terra é pregar a Palavra de Deus. Esse serviço recai de modo particular sobre os sacerdotes, e, portanto, Deus, de modo mais direto, exige isso deles. Por meio dele devem produzir filhos para Deus, e foi por essa razão que Deus desposou Sua igreja. Traz grande satisfação ter um filho que se torne senhor deste mundo, mas maior satisfação é ter um filho em Deus, que, como membro da santa igreja, suba ao Céu! Foi por essa razão que Jesus Cristo deixou outras atividades e ocupou-se principalmente com a pregação; e assim fizeram Seus apóstolos, e por isso Deus os amou. Como diz a Escritura: ‘Bem-aventurados são os que ouvem a palavra de Deus e a guardam! (Lucas 11:28).’” Por isso, ele fez do sermão a coisa principal nas melhorias introduzidas no culto público e procurou liderar essa reforma com o próprio exemplo, além de incentivar o clero que ele treinava a fazer o mesmo. Isso se devia ao fato de que o ofício de pregar foi algo que “Cristo ordenou a Seus discípulos mais do que qualquer outro; por isso Ele conquistou o mundo das mãos do demônio. Homens que não amam as almas têm pouco amor pelo corpo de seu próximo; portanto, o trabalho de instrução cristã é o melhor serviço que alguém pode fazer por seu irmão.”

30. No entanto, seu trabalho em favor da humanidade não se limitou à instrução cristã apenas pela pregação. Ele fez um esforço especial para despertar o coração dos cristãos para as

obras de caridade, em dar simpatia e alívio ao sofrimento, causado pela idade, a doença ou a pobreza; para prover todas as suas necessidades físicas. Em sua “Exposição dos Dez Mandamentos”, o cristão é instruído a “visitar os que estão doentes ou com problemas, especialmente aqueles que Deus tornou carentes pela idade ou pela doença, como os fracos, os cegos e os doentes; os coxos e os que estão na pobreza. Vocês devem aliviar a esses com os seus bens, segundo a capacidade de vocês e segundo a necessidade deles, pois assim exige o evangelho”.

31. Contra os monges que se excluíaem no que chamavam de vida contemplativa, declarou que tal modo de vida era uma tentação do grande adversário, dizendo: “Antes de tudo, devemos seguir a Cristo; todavia, Cristo pregou o evangelho e encarregou Seus discípulos de fazer o mesmo. Todos os profetas e João Batista foram constrangidos pelo amor a abandonar o deserto, renunciar à vida contemplativa e pregar. Ah, Senhor, que espírito maldito de falsidade leva os sacerdotes a se trancafiar dentro de muros de pedra por toda a vida, já que Cristo ordenou a todos os seus apóstolos e sacerdotes que fossem ao mundo inteiro e pregassem o evangelho! Certamente, esses são tolos declarados e agem com toda certeza contra o evangelho; e se continuarem nesse erro, serão amaldiçoados por Deus como perigosos enganadores e hereges.”

32. Os monges citavam contra ele o exemplo de Maria Madalena, que, sentada aos pés de Jesus, escolheu a melhor parte, comparada com Marta, que passou o tempo servindo. Wycliffe respondia: “O exemplo poderia ser pertinente se os sacerdotes fossem mulheres, e se não pudesse ser encontrada nas Escrituras nenhuma ordem contrária a uma vida de solidão. Com base no que geralmente se diz a respeito do valor da vida contemplativa, pode-se concluir que Cristo, quando neste mundo, escolheu a vida menos adequada para esse estilo de vida e obrigou todos os seus sacerdotes a abandonar a melhor vida e seguir a pior. Orar é bom; mas não tão bom quanto pregar; conseqüentemente, a pregação, a oração também, a ministração dos sacramentos, a instrução da lei de Deus e uma vida exemplar, tudo isso deve fazer parte da vida de um sacerdote.”

33. Em harmonia com essa elevada visão genuinamente cristã do ofício do pregador cristão, Wycliffe defendia que não bastava ter pregadores de determinadas igrejas. Ele, portanto, enviava a todos os lugares da nação pregadores itinerantes, porque, como dizia ele, “o evangelho relata como Jesus andava por toda parte, em lugares renomados e insignificantes, nas cidades e castelos, ou em pequenas cidades, com o objetivo de nos ensinar como beneficiar a humanidade e não deixar de instruir um povo por serem poucos, com o receio de não ganharmos notoriedade”. Esses pregadores itinerantes se autodenominavam “padres pobres” – a palavra pobre sendo usada não para se vangloriarem da pobreza, mas no sentido de “deficientes em qualidades desejáveis ou essenciais”; mas logo passaram a ser chamados de “loldos”, por causa de seu canto – uma palavra derivada do inglês médio *lollen* ou *lullen*, cantar com voz suave, que deu origem à palavra *lull* (calmaria, bonança), de onde vem a palavra inglesa *lullaby* (canção de ninar). Eram também conhecidos como “homens da Bíblia”, por causa do amplo uso que faziam da Bíblia. Wycliffe dava a seguinte orientação a esses pregadores quando saíam: “Se vocês encontrarem frades mendicantes pelo país pregando lendas de santos e a história da Guerra de Troia, devemos fazer para a glória de Deus o que eles fazem para encher seus bolsos e empreender uma vasta evangelização itinerante



para converter almas a Jesus Cristo. Vão e preguem – esta é a obra mais sublime; mas não imitem os padres que vemos, depois do sermão, sentados nas cervejarias ou na mesa de jogo, ou perdendo seu tempo na caça. Depois do sermão, visitem os doentes, os idosos, os pobres, os cegos, os coxos e prestem a eles socorro de acordo com a capacidade de vocês.”<sup>5</sup>

34. Outra razão para isso era o sistema corrupto que prevalecia na igreja da época, pelo qual nenhum verdadeiro pregador cristão conseguia encontrar um lugar onde pudesse se estabelecer regularmente como instrutor do povo. Wycliffé escreveu o seguinte sobre o assunto em “Por que os Padres Pobres não Têm Benefícios Eclesiásticos”: “Se algum homem simples que deseja viver bem e ensinar verdadeiramente a lei de Deus, desprezando o orgulho e outros pecados, tanto de prelados quanto de outros homens, ele será considerado um hipócrita, um novo professor, um herege, sem direito a qualquer benefício eclesiástico. Se ele levar uma vida de pobreza em algum lugar pobre, será tão perseguido e difamado, que será expulso por meio de ações ardilosas, e será preso ou queimado”.

35. Ele diz que muitos dos senhores que detinham o poder de nomear benefícios, a fim de disfarçar a simonia pela qual os homens mais desprezíveis obtinham alta renda eclesiástica, dissimulavam não querer dinheiro como preço pela posição, mas simplesmente um presente, como, por exemplo, “um lenço para a dama, um palafrém ou um barril de vinho. E quando alguns senhores apresentavam um homem bom, fazia-se então arranjos para que algumas senhoras fossem presenteadas com um dançarino, ou um caçador, ou um falcoeiro, ou um mestre em cambalhotas extravagantes. Ele declarou que os prelados e senhores que praticavam esse conluio eram aliados do anticristo; não permitiam que os discípulos de Cristo ensinassem a Seus filhos a lei de Cristo, para que alma deles fosse salva. E assim eles trabalham para banir Cristo e Sua lei de Sua herança; ou seja, as almas que Ele redimiu, não com ouro e prata corruptíveis, mas com o precioso sangue de Seu próprio coração, que Ele derramou na cruz com Seu ardente amor”.

36. “A fim de escapar de tais pecados, alguns padres pobres não aceitam benefícios. Os padres pobres têm medo de que, se receberem tais nomeações específicas, serão privados, assim, de atividades mais nobres capazes de trazer mais benefícios à igreja. É isso que eles têm que temer mais do que qualquer outra coisa; pois diz respeito diretamente à pessoa deles; pois receberam o chamado de Deus para ajudar seus irmãos, a fim de que cheguem ao Céu por meio de seus ensinamentos, orações e exemplo. E parece-lhes que podem cumprir com mais facilidade essa vocação por meio de um curato geral baseado no amor cristão, segundo o exemplo de Cristo e dos apóstolos. Por esse meio, podem também se desviar facilmente do perigo e ser capacitados a dar maior assistência a seus irmãos. Portanto, os padres pobres, quando perseguidos pelos clérigos do anticristo, podem fugir sem impedimento ou obstrução de uma cidade para outra, como Cristo ordenou no evangelho. Dessa forma, podem estar presentes de imediato e prestar ajuda, de acordo com as impressões do Espírito Santo, em qualquer local onde sejam necessários. Assim, sacerdotes e leigos, livres de todos os conflitos, estarão unidos em amor. Por essa razão, alguns padres pobres se uniram, com a finalidade de seguir ao máximo o exemplo de Cristo e dos apóstolos, ou seja, trabalhar onde há maior necessidade, enquanto conservarem o vigor da juventude, sem condenar outros sacerdotes que cumprem fielmente seu dever.”

<sup>5</sup> *History of Reformation* de D'Aubigné, livro 17, cap. 7, parágrafo 6 a partir do fim.

37. Wycliffe estava consciente do perigo em que incorria por essa fiel conformidade com o modelo cristão de Cristo e dos apóstolos. Ele disse que era “uma invenção hipócrita sustentar que o martírio não é mais possível porque todos são cristãos. Aquele que declara a verdade, que se opõe à corrupção deles, os sátrapas [assim ele designava os prelados], não escapará de seu ódio mortal e, portanto, poderá morrer como mártir. E assim, nós, cristãos, não precisamos visitar os pagãos com o propósito de convertê-los e morrer como mártires; mas preguemos firmemente a lei de Cristo, até aos sátrapas imperiais, e logo o martírio florescerá, se permanecermos firmes em fé e paciência. Mas sei pela fé evangélica que o anticristo, com seus golpes, pode destruir apenas o corpo; contudo Cristo, por cuja causa luto, pode destruir tanto a alma quanto o corpo no inferno, e sei que Ele não permitirá que o que for mais necessário falte a Seus servos. Ele mesmo se entregou voluntariamente a uma morte terrível e permitiu que todos os discípulos que lhe eram muito queridos suportassem severos tormentos para o benefício deles.”

38. Quanto à igreja, Wycliffe disse: “A santa igreja é a congregação de pessoas justas pelas quais Cristo derramou Seu sangue, e não meras pedras, madeira e escória terrestre, que os sacerdotes do anticristo engrandecem mais do que a justiça de Deus e a alma humana”. Naquela época, quando os homens falavam de “santa igreja”, o consenso era que isso se referia aos prelados e sacerdotes, com monges, cânones e frades. Wycliffe, porém, dizia: “Essas pessoas não se mostram dispostas a aceitar como pertencentes à igreja os homens *seculares* da santa igreja, por mais que vivam de forma genuína de acordo com a lei de Deus e morram em perfeita caridade. No entanto, o critério para definir se alguém é membro ou não da santa igreja é a sua salvação na bem-aventurança celestial, e *nenhum outro*”.

39. “Os prelados fazem muitos novos pontos de crença e dizem que não basta crer em Jesus Cristo e ser batizado – como Cristo diz no Evangelho de São Marcos –, mas exige-se também que uma pessoa acredite que o bispo de Roma é o cabeça da santa igreja. Contudo, é certo que nenhum apóstolo de Jesus Cristo jamais obrigou alguém a acreditar nisso a respeito de si mesmo. No entanto, os cristãos primitivos estavam certos de sua salvação no Céu. Como, então, pode um homem, um miserável pecador, constranger os homens a crer que ele é o cabeça da santa igreja, sem saber se ele estará salvo ou perdido? O papa é o principal anticristo, pois ele mesmo tem a falsa pretensão de ser o vigário imediato de Cristo e a pessoa que mais se assemelha a Ele nesta vida; se assim fosse, deveria ser o mais humilde peregrino, o homem mais pobre e o mais distanciado de homens mundanos; contudo, no geral o que se vê é uma vida de pecado oposta à Daquele que pretende representar. Enquanto Cristo estiver no Céu, a igreja tem Nele o melhor papa, e essa distância não o impede de fazer Suas obras, pois Ele promete estar com os Seus até o fim do mundo. Não ousamos colocar duas cabeças, para que a igreja não fique monstruosa. A Cabeça acima é, portanto, a única em que se pode confiar.”

40. Em 1376, os monges reuniram 19 proposições de Wycliffe, baseadas em seus ensinamentos, que denunciaram como heréticas e as enviaram ao papa para que fossem condenadas. Gregório XI era o papa. No entanto, seus inimigos não esperaram uma resposta do papa antes de iniciar um processo contra ele. Em 19 de fevereiro de 1377, o arcebispo da Cantuária e o bispo de Londres estabeleceram um tribunal em Lambeth e convocaram Wycliffe para comparecer. O fato criou tanta comoção que uma grande multidão se reuniu no local definido para o julgamento. Wycliffe não teve permissão para ir sozinho. João de Gante, duque de Lancaster, e o lorde Henrique Percy,

conde marechal da Inglaterra, o acompanharam. Quando chegaram ao local, a multidão estava tão densa às portas que eles foram obrigados a forçar passagem até o tribunal dos prelados, na “Capela de Nossa Senhora”, na Catedral de São Paulo. A multidão era composta por aqueles que zelosamente defendiam a causa de Wycliffe “como a de um mártir da verdade”.

41. O conde Percy foi o primeiro a conseguir atravessar a multidão até a presença dos juízes. Os prelados ficaram ofendidos por ele ter chegado até eles com tão pouca cerimônia, e o bispo de Londres lhe dirigiu estas palavras: “Percy, se eu soubesse que maneiras você manteria na igreja, teria impedido você de vir aqui”. O duque de Lancaster respondeu por Percy: “Ele manterá tais maneiras, mesmo que você diga não”. O conde Percy, dirigindo-se a Wycliffe, disse: “Sente-se, Wycliffe, sente-se; você tem muitas coisas a responder e precisa se acomodar em um assento macio”. O bispo de Londres interpôs: “Ele deve permanecer em pé e ficará em pé. Não é razoável que alguém se sente em seu julgamento diante de seu superior eclesiástico”. O duque de Lancaster voltou a falar: “A proposta do lorde Percy é razoável; e quanto a você, que se tornou tão arrogante e orgulhoso, derrubarei não apenas o seu orgulho, mas o de toda a prelazia na Inglaterra”. O bispo respondeu: “Minha confiança não está em nenhum amigo na Terra, mas em Deus”. Como isso se tratava de uma ofensa direta à amizade que o duque e o conde tinham para com Wycliffe, tais palavras provocaram a ira do duque. Mas, a essa altura, já havia uma confusão considerável, e as únicas palavras que puderam ser ouvidas foram as do duque: “Em vez de engolir essas suas palavras, vou arrastá-lo para fora do tribunal pelos cabelos da sua cabeça”.

42. A multidão na porta, percebendo o que realmente estava ocorrendo na corte, quebrou as barreiras e invadiu a capela onde o julgamento estava sendo realizado. Assim, interrompeu-se qualquer discussão adicional entre o duque e o bispo, e todos os demais procedimentos foram encerrados pelos clamores e pelo tumulto da multidão que havia invadido e tomado o controle do lugar. Wycliffe, durante todo esse tempo, aguardava manso e em silêncio seu julgamento. Agora, porém, a situação havia se tornado tão perigosa para os bispos que não se atreveram a tentar levar adiante qualquer julgamento contra Wycliffe. “Era a vez deles de tremer. A citação deles, como um feitiço perigoso que volta contra aquele que o lançou, provocou uma tempestade que não podia ser acalmada nem com toda a artimanha e autoridade deles. Prosseguir com o julgamento estava fora de questão. Os bispos se retiraram às pressas; Wycliffe voltou para casa, ‘e então’, diz alguém, ‘o concílio, ficando dividido com xingamentos e brigas, foi dissolvido antes das 9 horas.’”<sup>6</sup>

43. Em 22 de maio de 1377, Gregório escreveu uma carta ao chanceler e à Universidade de Oxford, na qual os repreendia por permitirem que os “erros perniciosos” de Wycliffe criassem raízes na Inglaterra “para a desgraça da fé católica”; e ordenou que capturassem Wycliffe e o entregassem ao arcebispo da Cantuária e ao bispo de Londres, ou a qualquer um deles. Na mesma data, ele escreveu uma carta a cada um desses prelados para que examinassem com cuidado, mas em sigilo, a doutrina de Wycliffe, e que, se constatassem que era o que lhe fora relatado, mantivessem Wycliffe em cuidadoso e rigoroso confinamento, até segundas ordens. Ele também instruiu que, no caso de não conseguirem capturar Wycliffe, deveriam então publicar um decreto convocando-o a comparecer em três meses em Roma, no “tribunal da Sé Apostólica”. Ele os

<sup>6</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 2, cap. 7, par. 7-13.

instruiu ainda a informar o rei, a família real e os nobres do reino sobre os erros ensinados por Wycliffe e a exortá-los quanto à “extirpação de seus erros”.

44. Para os prelados na Inglaterra, o papa incluiu uma lista de 16 proposições que Wycliffe havia sido acusado de manter e pregar publicamente. Quatro delas se relacionam à doutrina católica da transubstanciação e são mais distinções escolásticas do que expressões da verdade, exceto talvez a primeira: “Que a eucaristia não é o corpo real de Cristo, mas apenas a figura ou representação dele”. Outras acusações são totalmente falsas, tendo sido elaboradas pelos inimigos acérrimos de Wycliffe. Outras são inteiramente verdadeiras, exatamente conforme declaradas; mas, como atacavam a supremacia do papa, foram consideradas como os principais erros que poderiam ser expressos. Foram estas: “O papa não tem mais autoridade do que qualquer outro sacerdote; o evangelho sozinho é suficiente para direcionar todo cristão; nenhum eclesiástico deveria ter prisões para punir delinquentes; excomunhões, interditos e outras censuras eclesiásticas, quando empregadas em favor dos bens temporais da igreja, são nulos; os sacramentos administrados por maus sacerdotes são nulos; os que deixam de pregar a Palavra de Deus, de realizar o serviço divino, ou de comparecer nele, devido a alguma excomunhão ou interdição, incorrem em excomunhão; a instituição da Ordem Mendicante é repugnante ao evangelho; ela encoraja a ociosidade e, portanto, é pecaminoso prestar-lhes auxílio.

45. Essas cartas de Gregório não foram muito bem recebidas na Inglaterra, exceto pelos prelados a quem foram endereçadas. As autoridades da Universidade de Oxford hesitaram muito se deveriam recebê-las ou se não deveriam rejeitá-las com desprezo. Em 21 de junho de 1377, o rei Eduardo III morreu e foi sucedido por seu neto, Ricardo II, que tinha apenas 11 anos. Durante sua menoridade, seus tios, o duque de Lancaster e o duque de Gloucester, os dois principais homens do reino, foram seus guardiões; e esses dois nobres, bem como o conde marechal do reino, Henrique Percy, eram amigos firmes de Wycliffe e de sua causa. Isso era tão conhecido pelos prelados, que ninguém ousou tentar seguir as instruções do papa para exortar o rei a prender Wycliffe e exterminar seus “erros perniciosos”.

46. No entanto, o arcebispo da Cantuária emitiu sua citação a Wycliffe para comparecer perante seu tribunal. “No dia marcado, Wycliffe, desacompanhado de Lancaster ou Percy, seguiu para a capela arquiiepiscopal em Lambeth. ‘As pessoas esperavam que ele fosse devorado, após ser levado para a cova dos leões.’” Contudo, embora os príncipes não estivessem ali com Wycliffe, cidadãos livres assumiram o lugar deles. “O ataque de Roma despertou os amigos da liberdade e da verdade” em toda a Inglaterra. Mais do que isso, uma autoridade maior do que a de membros do Parlamento ou mesmo de príncipes interveio: “O arcebispo mal havia aberto a sessão, quando Sir Lewis Clifford entrou na capela e *proibiu*, sob ordens da *rainha-mãe*, que *o tribunal* prosseguisse contra o reformador. Os bispos ficaram perplexos e tomados de pânico e medo: ‘inclinaram a cabeça’, diz um historiador católico romano, ‘como uma cana diante do vento’”. Antes de se retirar, no entanto, Wycliffe fez um protesto no qual disse: “Em primeiro lugar, decido, com todo o meu coração e pela graça de Deus, ser um cristão sincero; e, enquanto a vida durar, decido professar e exigir a lei de Cristo, por todo tempo que isso me for possível”. Ao atacar o protesto de Wycliffe, um dos papistas disse: “Toda e qualquer ordem do papa deve ser considerada correta”. Wycliffe

respondeu: “O quê! O papa pode então excluir do cânon das Escrituras qualquer livro que o desagrade e alterar a Bíblia a seu bel prazer.”<sup>7</sup>

47. Em junho de 1378, o tribunal assentou-se novamente, e Wycliffe foi convocado. Seus amigos mais uma vez estavam ali com ele, e a multidão também estava lá. Dessa vez, no entanto, obteve-se uma audiência, e Wycliffe teve a oportunidade de dar sua própria explicação dos pontos sobre os quais os monges haviam enviado ao papa acusações contra ele. Ele se declarou submisso à correção da igreja em todos os casos de erro detectado. Declarou todos os pontos à sua maneira, explicando o significado pretendido de cada um, o significado original deles, e não se retratou de nenhum item. Suas palavras finais foram: “Longe da igreja de Cristo que a verdade seja condenada porque soa severa aos pecadores ou aos ignorantes; nesse caso, toda a fé nas Escrituras seria merecedora de condenação”. Foi permitido a Wycliffe partir em paz, e “os fanáticos do partido hierárquico ficaram muito insatisfeitos com o resultado da causa e o consideraram como pura capitulação da parte do tribunal, motivados pelo medo”.

48. Em 1379, Wycliffe ficou gravemente enfermo. Seus inimigos, pensando que ia morrer, uma representação de quatro doutores de Teologia das Ordens Mendicantes e quatro senadores da cidade de Oxford o visitaram, “para lhe desejar restauração da saúde”. Conscientes de que corria o risco de morrer, os visitantes consideraram apropriado “lembrá-lo das muitas calúnias que os frades mendicantes haviam sofrido por parte dele e adverti-lo, estando diante da morte, a retratar o que havia dito contra eles”. Wycliffe estava fraco demais para levantar-se na cama; mas fez com que o atendente o levantasse a uma postura sentada; e então, reunindo suas forças que lhe restavam, respondeu aos monges: “Não morrerei, mas hei de viver e sempre expor as más práticas dos monges mendicantes”. Os monges, concluindo com isso que sua ministração em vista da morte dele não era mais necessária, se retiraram mais inquietos do que nunca diante da perspectiva que os aguardava.

49. Wycliffe se recuperou e, no ano seguinte, teve condições de cumprir o acalentado objetivo de sua vida: publicar a Bíblia na língua inglesa (1380). Pois “achava ser seu dever tornar a Bíblia, que para os leigos era um livro totalmente selado e para o clero daquela época pouco conhecido, acessível a todos como fonte comum da fé, traduzindo-a para a língua vernacular”. Mas essa publicação das Escrituras na linguagem das pessoas comuns trouxe sobre ele ataques mais ferozes do que qualquer coisa que ele havia feito antes. Foi atacado de várias partes, porque estava “introduzindo entre a multidão um livro reservado exclusivamente para o uso dos sacerdotes. Mas ele defendeu firmemente seu empreendimento e se expressou com tanta veemência a respeito do direito e do dever dos leigos de extrair o sustento espiritual diretamente da Palavra de Deus, que se tornou alvo de ataques ainda mais violentos”.

50. Um certo Henrique Knighton, que viveu na época, e escreveu uma história sobre esse período, disse: “O mestre João Wycliffe traduziu do latim para o inglês o evangelho que Cristo entregou ao clero e aos doutores da igreja, para que ministrassem aos leigos e às pessoas mais fracas, de acordo com as circunstâncias dos tempos e as necessidades dos homens, em proporção à fome da alma e da maneira que lhes seja mais atraente. Assim, o evangelho foi exposto por ele de forma mais pública aos leigos e às mulheres que sabiam ler do que estava disponível em tem-

<sup>7</sup> *History of the reformation* de D'Aubigné, livro 17, cap. 7, par. 14-16.

pos passados aos mais instruídos do clero; e assim a pérola do evangelho é lançada ao exterior e pisada por porcos”. Os monges disseram: “É heresia falar das Sagradas Escrituras em inglês [na língua do povo]. Visto que a igreja aprovou os quatro evangelhos, ela teria sido capaz de rejeitá-los e admitir outros. A igreja sanciona e condena o que ela deseja. [...] Aprenda a acreditar na igreja e não no evangelho”.

51. Wycliffe respondeu: “Se tantas versões da Bíblia foram feitas, desde o início da fé, para a vantagem dos latinos, certamente seria permitido a uma pobre criatura de Deus traduzi-la para o inglês, para o benefício dos ingleses”. Ele citou o fato de que o venerável Beda e o rei Alfredo haviam traduzido as Escrituras para o inglês. Citou os franceses, os boêmios e os bretões que haviam traduzido a Bíblia em seus idiomas; e disse: “Não vejo por que os ingleses não têm a mesma em sua língua, a menos que seja pela infidelidade e negligência do clero, ou porque nosso povo não é digno de tão grande bênção e dom de Deus, em punição por seus pecados antigos”. Sobre aqueles que afirmavam que era heresia traduzir a Bíblia para o inglês, disse: “Eles condenariam o Espírito Santo, que ensinou os apóstolos a falar em várias línguas. O clero está escondendo dos leigos as chaves do conhecimento que lhes foram dadas. São hereges os que afirmam que o povo do mundo, e os governantes, não precisam conhecer a lei de Cristo, mas que é suficiente que saibam apenas o que os sacerdotes lhes transmitem oralmente. As Sagradas Escrituras são a fé da igreja, e quanto mais familiarizadas as pessoas se tornam com elas, crendo do jeito certo, melhor.” Sua obra de publicar as Escrituras foi tão bem-sucedida em alcançar o povo que um escritor da época declarou que, “se você encontrasse duas pessoas na estrada, uma delas era discípula de Wycliffe”.<sup>8</sup>

52. Ele censurou o clero por ter tomado “a liberdade de reter dos leigos muitas coisas contidas nas Escrituras contrárias ao próprio interesse deles, como por exemplo: o que quer que esteja relacionado à obrigação do clero de seguir a Cristo em pobreza e humildade. Mas todas as leis e doutrinas dos prelados devem ser recebidas somente à medida que estejam fundamentadas nas Escrituras Sagradas. Como todos os crentes devem estar diante do tribunal de Cristo, para dar conta dos talentos que lhes foram confiados, todos devem conhecer corretamente esses talentos e seu uso, para que possam saber como prestar contas deles. Nesse dia [no julgamento] nenhuma resposta dada por meio de um prelado ou de um procurador terá qualquer proveito, mas cada um deve responder por si mesmo. O Novo Testamento é inteligível a todos os leigos que simplesmente contarem com o que reside em seu interior para alcançar a compreensão dele. Não existe algum tipo de preparação especial, acessível apenas à ordem dos sacerdotes, necessária para a compreensão do Novo Testamento. A fome e a sede de justiça são a qualificação mais importante; porém, a pessoa que segue a bondade e o amor, esta possui o verdadeiro entendimento das Escrituras Sagradas. É heresia afirmar que o evangelho, com sua verdade e liberdade, não é suficiente para a salvação de um cristão, sem as ordenanças e cerimônias de homens pecadores e ignorantes. De fato, não há sutileza na gramática, nem na lógica, nem em nenhuma outra ciência que possa ser nomeada; pelo contrário, esses aspectos se encontram em grau mais excelente nas Escrituras”.

<sup>8</sup> *Ibid.*, cap. 7, par. 4.

53. Em 1381, Wycliffe atacou abertamente a transubstanciação – o ponto em que, mais do que qualquer outro, o papado substituiu o sacrifício diário e a intercessão de Cristo pelo “sacrifício diário da missa”. A doutrina do papado sobre isso é que o pão e o vinho, mediante a palavra do sacerdote, se transformam na própria carne e sangue de Cristo, de modo que não são mais pão nem vinho, mas carne e sangue. Sendo assim, ambos os elementos constituem carne e sangue completos. Portanto, ao administrar apenas a hóstia, a carne e o sangue de Cristo são administrados da mesma maneira que se fossem administrados tanto a hóstia quanto o vinho. Dessa forma, apenas a hóstia é administrada como eucaristia aos leigos, ao passo que o vinho lhes é retido.

54. Contudo, Wycliffe declarou que todo esse sistema não passava de falsidade, e disse: “O autor dessas falsidades não é Aquele que falou e tudo veio a existir, mas, ao contrário, aquele espírito mentiroso que falou e nada veio a existir”. O decreto do Concílio de Latrão, realizado por Inocêncio III, foi citado contra ele. Mas a isso respondeu com ousadia: “Embora Inocêncio possa ter ensinado uma ficção tão insana como a que os monges afirmam, ainda assim isso não representa nada contra a verdade, que se baseia no evangelho; pois é dessa fonte que toda verdade deve ser derivada, e especialmente a verdade que se relaciona com a nossa fé”. Ele não ousou elaborar uma definição precisa do mistério divino da ceia do Senhor, como uma doutrina rígida, mas deixou-a em seu terreno mais seguro, isto é, a alma do crente, para que fosse compreendida pela fé do próprio crente. Ele disse: “A fé correta de um cristão é esta: que este sacramento louvável é pão e corpo de Cristo como verdadeiro Deus e verdadeiro homem; e essa fé é fundada nas próprias palavras de Cristo nos Evangelhos. Estou certo das *negações*, ou seja, que a doutrina da transubstanciação e a doutrina do *acidentibus sine subjecto* [acidente sem sujeito] *não* podem ser verdadeiras. Não tenho certeza do lado positivo: *como* conceber a relação necessária entre o pão e o vinho consagrados e o corpo e o sangue de Cristo.”

55. Em seguida, Wycliffe “apresentou ao Parlamento inglês um documento, no qual propunha que o rei e o reino obedecessem aos prelados apenas enquanto, de acordo com o ensino das Escrituras, essa obediência estivesse de acordo com obediência de Cristo; porque, caso contrário, Cristo deveria obedecer ao anticristo, pois não há terreno neutro entre Cristo e o anticristo. Toda obediência deve ser prestada somente a Cristo; e qualquer ato de obediência que não lhe é prestada, portanto, é prestada ao anticristo. ‘Quem não é por mim é contra mim.’ Isso foi na época em que um papa reinava em Avignon e outro em Roma. Wycliffe, em seu artigo, propôs que o dinheiro do reino da Inglaterra não fosse enviado nem à corte de Roma nem à de Avignon; nem ainda a qualquer outro poder estrangeiro, a menos que fosse “provado que os homens devem fazê-lo com base nas Sagradas Escrituras”.

56. Ele declarou que “nem um cardeal nem qualquer outro homem tinha o direito de desfrutar dos benefícios de uma Igreja Inglesa, a menos que residisse devidamente na Inglaterra ou estivesse legalmente empregado para empreender algum negócio do reino, previamente aprovado pelo nobres”. Pois, “caso contrário, entraria no reino não como servo de Cristo, mas como discípulo do anticristo; e por ordenanças humanas saquearia o reino, como um assaltante, entre os pobres sob seu poder, sem retornar qualquer equivalente pelo dinheiro obtido. A prosperidade geral do reino não deveria ser sobrecarregada com impostos excessivos, a ponto de esgotar o patrimônio com o qual o clero foi dotado; pois este é propriedade dos pobres, a ser usado em

benefício deles, no espírito da caridade, como deveria ser, se o clero vivesse na perfeição da pobreza primitiva. O rei não deve empregar bispo ou sacerdote em assuntos seculares; nesse caso, tanto rei como o clérigo seriam traidores de Cristo. O rei não deve fazer com que ninguém seja preso porque estava sob excomunhão, até que seja provado pela lei de Deus que a pessoa estava legitimamente sob excomunhão; pois muitos são excomungados por pressa e imprudência, em casos em que, de acordo com as leis de Deus e da igreja, não deveriam ter sofrido excomunhão. Prender um homem quando este está cumprindo todo o seu dever é obra do diabo”.

57. Em novembro de 1382, o inimigo inveterado de Wycliffe, ex-bispo de Londres, agora arcebispo da Cantuária, visitou Oxford. “Tendo reunido para sua causa vários bispos, doutores, sacerdotes, estudantes e leigos, convocou Wycliffe diante dele. [...] Enfraquecido por labores, provações e com o corpo já debilitado pelo zelo de sua alma, poderia ter se recusado a comparecer. Contudo Wycliffe, que nunca temeu enfrentar ninguém, veio diante deles com boa consciência. Podemos supor que havia na multidão alguns discípulos que sentiram o coração arder ao ver seu mestre; mas nenhum sinal externo indicava a emoção deles. O silêncio solene de um tribunal de justiça havia tomado o lugar dos gritos de entusiasmo dos jovens. No entanto, Wycliffe não se desesperou; levantou a mão venerável e virou-se para Courtenay com aquele olhar confiante que havia intimidado os dirigentes de Oxford. Indignado contra ‘os sacerdotes de Baal’, repreendeu-os por disseminarem erros, a fim de vender suas missas. Então parou e pronunciou estas palavras simples e enérgicas: ‘A verdade prevalecerá!’ Tendo assim falado, preparou-se para deixar a corte: seus inimigos não ousaram dizer uma palavra; e, como seu divino Mestre em Nazaré, atravessou no meio deles, e ninguém se atreveu a detê-lo” (*D’Aubigné*).<sup>9</sup>

58. Sobre o cisma papal, ele publicou um artigo em 1382, no qual dizia: “Confiamos na ajuda de Cristo neste ponto; pois Ele já começou a nos ajudar graciosamente, uma vez que dividiu a cabeça do anticristo e fez as duas partes lutarem uma contra a outra. Não há dúvida de que foi o pecado dos papas, que persiste há tanto tempo, que trouxe essa divisão. Que os adversários continuem lançando seus anátemas um contra o outro, ou caso um deles prevaleça, em ambos os casos, uma ferida grave foi infligida. Que o imperador e os reis ajudem nessa causa, para manter a lei de Deus, recuperar a herança da igreja e destruir os pecados sujos dos clérigos, e possam ter assim a salvação. Dessa forma a paz será estabelecida e a simonia destruída. Aproveite a Deus não permitir que o demônio reinasse em um sacerdote apenas, mas, pelo pecado que haviam cometido, os dividiu, para que os homens, em nome de Cristo, pudessem mais facilmente vencer os dois. O papa não está do lado de Cristo, o qual deu Sua vida pelas ovelhas; mas do lado do anticristo, que sacrifica muitas almas no altar do seu orgulho. Esse homem não alimenta as ovelhas de Cristo, como Cristo ordenou a Pedro; mas as saqueia e mata e as conduz por muitos caminhos errôneos.”

59. Quando os papas Urbano VI e Clemente VII estavam excomungando um ao outro, cada um declarando o outro como anticristo, Wycliffe concordou com ambos. E sobre as cruzadas pregadas um contra o outro, Wycliffe os censurou “por usarem a bandeira da cruz, aquele símbolo de paz, de graça e da caridade, para levar os homens à destruição de cristãos, por amor a dois falsos sacerdotes, anticristos declarados, a fim de manterem sua posição mundana e oprimi-

<sup>9</sup> *Ibid.*, cap. 8, par. 11.



rem a cristandade. Por que o orgulhoso sacerdote de Roma não está disposto a conceder perdão pleno a todos os homens quando vivem em paz, caridade e paciência, como concede a todos os que se dispõem a se envolver na obra de destruir cristãos?”

60. Urbano VI havia renovado a convocação anterior de Gregório XI, de que Wycliffe deveria comparecer perante o tribunal do papa em Roma. Wycliffe publicou uma carta em resposta, na qual disse: “Como uma pessoa que acredita no evangelho como a regra suprema, mais elevada do que todas as outras leis, considero o papa como alguém que deve ter o compromisso, acima de todos os homens, de manter essa lei, sendo ele o mais alto representante de Cristo na Terra. Pois a grandeza do representante de Cristo não deve ser medida pelo padrão da grandeza mundana, mas pelo grau em que uma pessoa representa Cristo por uma vida virtuosa. Suponho que Cristo, durante Sua vida na Terra, foi o mais pobre dos homens. Nenhum cristão deve seguir o papa, nem qualquer santo no Céu, exceto à medida que tal pessoa siga a Cristo. Pois Tiago e João cometeram erros, e Pedro e Paulo pecaram. Que o papa entregue seu domínio secular aos senhores seculares, e ele logo induzirá todo o seu clero a fazer o mesmo; pois assim Cristo fez e ensinou Seus discípulos a fazer, até que o demônio maligno cegou esse mundo”.

61. “Tanto quanto depende de mim, estou pronto para ir a Roma; mas Cristo me ordenou que fizesse o contrário e me ensinou a obedecer a Deus e não ao homem. E espero do nosso papa que ele não seja um anticristo, nem aja em contradição direta com a vontade de Cristo; pois se ele me cita contra a razão, e essa citação irracional for levada avante, ele é um declarado anticristo. Uma intenção honesta não foi suficiente para desculpar Pedro, nem impedir que Cristo o chamasse de Satanás. Portanto, no presente caso, uma intenção cega e um mau conselho não servirão para desculpar o papa. Mas quando ele exige que os padres pobres empreendam uma viagem além de seus meios, isso não pode ser justificado pela intenção piedosa, tampouco pode impedir que ele seja chamado de anticristo. Deus não conduz ninguém a uma situação que não possa suportar; por que um homem deveria exigir tal serviço de outro? Por isso, oramos a Deus em favor de nosso papa Urbano VI, para que Seu santo propósito de antigamente não seja impedido e frustrado pelo demônio. E Cristo, que não pode mentir, diz que o demônio do homem está em sua própria casa.”

62. Em 1382, Wycliffe havia sofrido um ataque de paralisia. E 29 de dezembro de 1384, enquanto conduzia o serviço em sua igreja em Lutterworth, foi novamente atingido e morreu 48 horas depois, em 31 de dezembro, com 61 anos de idade. Sob a direção de Deus, ele começou uma obra, proclamou a verdade e deu um exemplo em favor do cristianismo contra o papado, que nunca desaparecerá. “Wycliffe é o maior reformador inglês. Foi, de fato, o primeiro reformador da cristandade; e para com ele, sob a direção de Deus, a Grã-Bretanha tem um dívida pela honra de ser o principal no ataque ao sistema teocrático de Gregório VII. [...] ‘O Sol nascente da Reforma’, pois assim foi chamado Wycliffe, surgiu acima do horizonte, e seus raios não deveriam mais ser extintos. Em vão as espessas nuvens o ocultarão às vezes; as colinas distantes da Europa Oriental em breve refletirão seus raios; e sua luz penetrante, aumentando em brilho, derramará sobre todo o mundo, na hora da renovação da igreja, torrentes de conhecimento e de luz.”<sup>10</sup>

<sup>10</sup> *Ibid.*, par. 18 e o último.



## CAPÍTULO 23

---

# A REFORMA NA BOÊMIA

*O Ministério de Militz – A Missão Doméstica de Militz – O Papa Denuncia Militz – Mateus de Janov – O Anticristo Descrito – A Verdadeira Lei de Cristo – Os Tempos do Anticristo – Belém: A Capela de João Huss – Os Escritos de Wycliffe Condenados – Wycliffe é ainda Seguido – Os Escritos de Wycliffe Queimados – O Amor de Huss pela Verdade – O Papado Condena Huss – A Cruzada do Papa João XXIII – Huss Denuncia as Indulgências – Huss contra o Papa – “Fora da Autoridade do Papa” – Estudantes Queimam As Bulas do Papa – O Partido Papal Toma Vida – Os Escritos de Wycliffe Novamente Condenados – Huss Excomungado – Esforços para Obter a Paz – A Única Paz Verdadeira – Cristo, a Verdadeira Cabeça – O Espírito Santo, O Verdadeiro Guia – Os Milagres Maiores – A Abominação da Autodeificação – Huss Parte para Constança – Huss é Ludibriado – Huss Aprisionado – Huss em seu “Julgamento” – O Imperador contra Huss – O Nobre Cavaleiro de Chlum – A Comunhão de Cristo com Huss – Fiel até a Morte – Jerônimo de Praga Preso – Os Discursos de Jerônimo – O Efeito da Morte de Huss e Jerônimo.*

**D**URANTE a vida de Wycliffe, os princípios da verdade que ele proclamou permearam não só toda a Inglaterra, mas se espalharam por toda a Europa. O centro em que esses princípios se estabeleceram no continente europeu foi o país da Boêmia, na cidade de Praga. A esposa do jovem rei Ricardo II da Inglaterra era Ana, filha do rei da Boêmia, que era o imperador Carlos IV. Ela leu a Bíblia de Wycliffe e a recomendou aos mais altos do reino a seu redor. A Universidade de Oxford, a Universidade de Praga e a Universidade de Paris eram naquela época as três grandes universidades da Europa. Ana da Boêmia, sendo rainha inglesa, criou um intercâmbio entre Oxford e Praga: jovens boêmios vinham a Oxford para estudar, “e ali ficavam entusiasmados com as doutrinas de Wycliffe”; e jovens teólogos ingleses iam de Oxford a Praga, onde espalhavam as verdades que haviam aprendido com Wycliffe. É certo que, em 1381, os escritos de Wycliffe eram adquiridos e estudados por professores da Universidade de Praga.

2. Além disso, na Boêmia, o solo para a recepção das sementes da verdade semeadas por Wycliffe estava mais bem preparado do que em qualquer outro país da Europa. Essa preparação é importante e digna de ser estudada. Um homem com o nome de Militz era arqui-diácono da igreja da catedral em Praga e secretário e chanceler do imperador Carlos IV. “Ele se destacava por seu zelo incansável e piedoso pela salvação das almas, por sua caridade abnegada e desinteressada.” Em 1364, começou a pregar para o povo na língua boêmia. Sua maneira simples e inovadora de pregar foram recebidas, a princípio, com pouco favor. Era ridicularizado por causa de sua pronúncia e por sua falta de disposição em repetir certas formas litúrgicas e anunciar festas. Ele tinha apenas um pequeno número de ouvintes. Seus amigos o aconselharam a desistir da pregação, pois nada conseguiria dessa forma. Quantos homens devotos e instruídos falharam como pregadores! Por que ele deveria gastar

suas energias sem propósito? Mas Militz respondia: ‘Se eu puder salvar apenas uma alma, isso me satisfará. O exemplo do meu Salvador me ensina isso, que aceitou sem desprezo a mulher cananea.’”

3. “Como nada poderia desviá-lo de seu propósito, seu fervoroso zelo logo foi coroado com os mais felizes resultados. Cada dia seus sermões produziam efeito maior. Muitos homens e mulheres eram despertados para o arrependimento, confessavam seus pecados e começavam uma nova vida cristã. Usurários e outros que buscavam ganhos ilegais renunciavam a seus antigos hábitos perversos. Muitos, cansados da vida mundana, adotavam uma rígida tendência ascética. Os resultados de seus trabalhos o estimularam a uma atividade ainda maior. Pregava duas vezes todo domingo e feriado e, ocasionalmente, três, quatro e até cinco vezes por dia, em diferentes igrejas; e seus sermões, ouvidos com crescente atenção, duravam várias horas. Ele tinha pouco tempo, portanto, para se preparar para eles. Ele se esforçava para ganhar força para esse dever em oração. Outros clérigos *instruídos* se queixavam de que, com o máximo esforço, não conseguiam realizar o que Militz tinha condição de fazer após uma hora de preparação. Ao terminar os trabalhos do dia, quando voltava para casa, cansado e exausto com tantas pregações, era cercado e seguido por multidões, buscando consolo e conselhos espirituais, que transmitia a todos com bondade e afeição.”

4. “Em um período avançado de sua vida, aprendeu o alemão, com o objetivo de estender seus trabalhos também à população alemã, e passou a pregar nessa língua tão bem quanto na sua. Para os alunos da Universidade de Praga e para os eruditos, pregava na língua latina, sendo ouvido por multidões ávidas. Ele emprestava seus sermões para que os alunos copiassem; e assim eles se multiplicaram. Mateus de Janov, seu entusiasmado discípulo, de quem falaremos com mais detalhes daqui em diante, diz sobre ele: ‘Tendo sido um simples sacerdote e secretário na corte do príncipe, antes de ser visitado pelo Espírito de Cristo, tornou -se tão rico em sabedoria e em toda a doutrina, que para ele era coisa trivial pregar cinco vezes em um dia; ou seja: uma vez em latim, uma vez em alemão e, em seguida, na língua boêmia, e isso publicamente, com forte fervor e poderosa voz. Constantemente retirava de seus tesouros coisas novas e velhas’. O efeito da pregação de Militz era muito grande sobre o sexo feminino em particular; muitas mulheres, movidas por seus sermões, eram levadas a deixar de lado seus ornamentos de orgulho. Em toda a Boêmia encontravam-se jovens moças que lhe deviam sua conversão e apresentavam padrões de verdadeira piedade em suas virtudes femininas.

5. “Praga era então uma sede de extrema depravação de modos. Havia uma região da cidade totalmente dedicada ao prazer e repleta de bordéis – ‘Pequena Veneza’, como era chamada, e *Benatky*, em boêmio. Militz se propôs a transformar esse antro de pecado em um lugar das virtudes cristãs. O início foi tímido, mas o final apresentou ótimos resultados. Ele conseguiu primeiro converter 20 mulheres licenciosas. Providenciou que morassem em uma casa. Encontrou mulheres devotas em boas circunstâncias que estavam dispostas a cuidar delas. Ele mesmo se esforçou em promover o aprimoramento moral delas. Alguns delas se casavam e outras entravam para o serviço de senhoras piedosas. Por fim, conseguiu estender seus trabalhos para várias centenas. As casas de prostituição se esvaziaram. O lugar que elas antes ocupavam foi parcialmente cedido pelo imperador e pelos magistrados da cidade a Militz para a promoção de seu objetivo piedoso, e outras casas foram compradas com dinheiro proveniente de contribuições de caridade. Ele fundou aqui um hospital de Madalena, com uma capela, na qual pregava todos

os dias para o benefício dos novos conversos. ‘A Pequena Veneza’, agora convertida em sede da piedade, recebeu o nome de ‘Pequena Jerusalém’.”

6. “Vemos, em Militz, um dos líderes e fundadores de missões domésticas – uma instituição muito necessária nessa época. Mateus de Janov descreve assim os trabalhos de Melitz, que permitiram que Praga passasse por uma mudança tão completa: ‘Ó, quantos vícios, conquistados por ele, tiveram que abandonar o terreno! E se Militz não tivesse vindo, e tanta coisa não tivesse sido realizada por sua voz tropejando nos céus, teríamos, na verdade, nos tornado como Sodoma e perecido como Gomorra. Mas agora, pela graça de Cristo, por meio da energia e dos esforços de Militz, Sodoma foi restaurada ao seu valor antigo; Praga deixou de ser Babilônia, e está agora espiritualmente transformada, cheia da palavra de Cristo e da doutrina da salvação; e agora que os vícios abomináveis, escancarados e públicos foram conquistados, as virtudes cristãs encontram espaço para brotar e florescer em muitas almas e aumentam diariamente tanto em número quanto em vigor. O mesmo Mateus de Janov comenta sobre esse homem extraordinário: ‘Confesso que não posso enumerar nem a décima parte do que meus próprios olhos viram, meus próprios ouvidos ouviram e minhas mãos seguraram, embora tenha convivido com ele por pouco tempo.’”

7. “Militz procurou interpretar os sinais do presente, comparando-os com as profecias do Antigo Testamento [especialmente as de Daniel], os últimos discursos de Cristo [Mateus 24] e as sugestões proféticas nas epístolas de São Paulo [2 Tessalonicenses 2]. Ele viu o caminho se preparando para um julgamento divino sobre a igreja corrupta; previa uma renovação da igreja, que a prepararia para o segundo advento de Cristo. As imagens proféticas que se apresentavam em suas visões lhe pareciam revelações do Espírito Divino. Tendo ele como fonte, essas ideias proféticas, que depois foram desenvolvidas por seu discípulo Mateus de Janow, estenderam sua influência também a João Huss. [...] Para ele o ‘abominável da desolação’ [Mateus 24] significava a corrupção em todos os setores da igreja. A apostasia da nação judaica da verdade divina representava para ele um antítipo do abandono da verdade evangélica por parte da igreja secularizada. O anticristo, ele supõe, ainda não está por vir, mas já chegou.” (*Neander*).<sup>1</sup>

8. Em 1367, Militz viajou para Roma, especialmente para ver o papa Urbano V. Ali pregou na porta da Catedral de São Pedro as palavras: “O anticristo já chegou e está sentado na igreja”. Ele também publicou um anúncio de que, em determinado dia, estaria na entrada da Catedral de São Pedro e se dirigiria ao povo, “que anunciaria a vinda do anticristo e exortaria o povo a orar pelo papa e pelo imperador, para que fossem capacitados para ordenar os assuntos da igreja, nas coisas espirituais e temporais, para que os fiéis servissem com segurança ao seu Criador”. No entanto, foi preso pela Inquisição, carregado de correntes e entregue aos franciscanos para ser mantido em confinamento. Aceitou, porém, tudo com mansidão tão plena que seus perseguidores ficaram desarmados.

9. Depois de ter sido mantido na prisão por algum tempo, os inquisidores perguntaram o que ele pretendia pregar na entrada da igreja de São Pedro. Pediu que lhe dessem sua Bíblia, que lhe fora tirada quando foi preso, com papel, pena e tinta, e ele escreveria tudo. Eles atenderam ao seu pedido. Ele escreveu tudo e teve permissão de ler “diante de uma grande assembleia de prelados e homens eruditos na igreja de São Pedro”. Causou tanta impressão, mesmo para seus

<sup>1</sup> *History of the Christian Religion and Church*, vol. 5, seção 2, parte 2. Todas as citações no relato que se segue sobre a Boêmia foram extraídos desta porção da obra de Neander.

guardiões, que quando foi levado de volta para a prisão, foi tratado com menos severidade do que antes. Enquanto estava na prisão, depois de seu discurso na catedral de São Pedro, escreveu um livro intitulado “Sobre o Anticristo”, sobre o qual diz: “O autor escreve isso, um prisioneiro em cadeias, com o espírito perturbado, ansioso pela liberdade da igreja de Cristo, desejoso de que Cristo fale estas palavras: Que assim seja, e assim será; e declara que não guardou o que estava em seu coração, mas falou tudo para a igreja, e que está preparado para aceitar com resignação tudo o que o papa ou a igreja possam colocar sobre ele”.

10. Enquanto Militz estava na prisão, o papa Urbano V chegou a Roma, de Avignon; e, o mais estranho de se dizer, Militz foi libertado da prisão, foi recebido no palácio de um cardeal, teve uma audiência favorável com o papa e foi autorizado a retornar a Praga, para a grande alegria do povo, cuja exultação era ainda maior “porque seus inimigos, os mendicantes, haviam predito ao povo, do púlpito, que ele morreria na fogueira”. Após sua chegada a Praga, iniciou imediatamente seu trabalho de pregação; e, para espalhar sua mensagem o mais amplamente possível, “estabeleceu uma escola para pregadores, e com frequência sua voz era ouvida dizendo: ‘Oxalá todos fossem profetas!’ Quando terminou de treinar um jovem sacerdote capaz, esforçou-se para chamar a atenção dele para as comunidades, apontando-o como alguém que superaria seu mestre, como alguém a quem todos deveriam ouvir com cuidado”.

11. “Ele fundou uma associação composta por 200 ou 300 jovens, todos residindo sob o mesmo teto, sendo treinados sob sua influência e por sua sociedade. Ele copiava os livros que deviam estudar e lhes dava livros devocionais para que copiassem, a fim de multiplicá-los. Tudo ali deveria ser feito com liberdade e fluir espontaneamente do espírito animador que a todos deveria governar. Um laço interno era tudo o que os mantinha unidos, sem qualquer disciplina vigilante, regra, voto ou uniformidade de vestuário. Os discípulos de Militz logo se distinguiram por uma vida espiritual séria e por seu estilo de pregação. Por isso, eles também, como o mestre deles, foram alvo de ridículo e perseguição pelo clero de espírito mundano, que se sentia envergonhado e censurado pela vida desses jovens exemplares.”

12. “A beneficência de Militz era sem limites. Sempre se viam multidões de pobres reunidos diante de suas portas. Ele dava tudo o que tinha para ajudá-los, sem guardar nada para si, de modo que, quando não lhe restava mais nada, vendia seus livros, os mesmos livros que ele próprio usava e que tinha à disposição para emprestar a quem fosse necessário. Quando não tinha mais nada, corria entre outros clérigos e ricos e angariava contribuições, nunca se permitindo perder o ânimo por qualquer repulsa rude que pudesse receber daqueles cujas doações pedia. Nada lhe restou senão os artigos de vestuário mais indispensáveis; nem mesmo o que era necessário para protegê-lo, no meio do inverno, da inclemência da estação. Um homem rico disse certa vez: ‘Militz sofre tanto com o frio que ficaria feliz em lhe presentear um conjunto de peles se eu tivesse certeza de que ele o guardaria para si’. Ao ouvir isso, Militz observou: ‘Longe de mim querer guardar qualquer coisa para mim apenas; nessa condição, não pude aceitar as peles. Era frequentemente perseguido e estigmatizado como herege; mas sua paciência e gentileza nunca lhe falharam por um momento; e costumava dizer: ‘Deixe-me sofrer quantas perseguições forem necessárias. Quando me lembro da penitência fervorosa da pobre mulher – referindo-se a alguém que havia se convertido por seus meios de uma vida de licenciosidade

e crime –, o cálice mais amargo torna-se doce para mim, pois tudo o que sofro é como nada comparado ao sofrimento daquela mulher.”

13. Finalmente, seus inimigos, os mendicantes, conseguiram reunir de seus sermões 12 artigos que diziam ser heréticos e os enviaram ao papado em Avignon, para que fossem condenados como heresia pelo papa, que, então, era Gregório XI. O papa enviou uma carta ao imperador Carlos IV, dizendo:

“Recentemente recebemos o relatório de várias pessoas dignas de crédito declarando que um certo padre, Militz, anteriormente um cônego em Praga, sob o traje da santidade, mas no espírito de temeridade e autopresunção, assumiu o chamado para pregar, que não pertence a ele, e se atreveu a ensinar abertamente em seus domínios muitos erros, que não são apenas maus e precipitados, mas também heréticos e cismáticos, extremamente perniciosos e perigosos para os fiéis, especialmente os simples.”

14. “Quando a bula do papa chegou a Praga, o arcebispo ficou confuso. Fez com que Militz fosse citado e se queixou de sua perplexidade. Militz, no entanto, permaneceu em perfeita tranquilidade, consciente de sua inocência, e pediu ao arcebispo que tivesse coragem, pois sua consciência estava limpa. Ele depositou sua confiança em Deus e no poder da verdade, que triunfariam sobre todo ataque. Ele foi para Avignon no ano de 1374, mas morreu ali enquanto sua causa ainda estava pendente.” Durante o mesmo período dos labores de Militz, seu trabalho recebeu grande apoio de Conrado de Waldhausen, acusado pelo papado de “causar comoção no povo, começando por Roma, sede da cadeira apostólica, no ano do jubileu, e ensinando por toda a Áustria até a cidade de Praga”.

15. Como já indicado, Mateus de Janov era discípulo de Militz. Este não era exímio evangelista como Militz; era mais um estudioso e escritor, embora também viajasse muito. Era confessor do imperador Carlos IV. Ele diz o seguinte sobre sua experiência e conversão: “No passado minha mente estava cercada por uma parede espessa; não pensava em nada além do que me encantava os olhos e os ouvidos, até que o Senhor Jesus me atraiu como um tição tirado do fogo. E enquanto eu, o pior escravo de minhas paixões, estava resistindo a Ele em todos os sentidos, Ele me livrou das chamas de Sodoma e me levou ao lugar da tristeza, das grandes adversidades e de muito desprezo. Então, primeiro, me tornei pobre e contrito e procurei com tremor a Palavra de Deus. Comecei a admirar a verdade nas Sagradas Escrituras, para ver como, em todas as coisas, elas devem ser exatamente cumpridas. Comecei então primeiro a pensar nas profundas artimanhas de Satanás, para ver como ele obscurecia a mente de todos, mesmo daqueles que pareciam se achar mais sábios. E Jesus, em Sua grande piedade, elevou minha mente para que pudesse entender a situação dos homens absorvidos pela vaidade; e então, lendo, entendi claramente que a abominação da desolação, de forma ostensiva, sem medida e bem estabelecida, se encontrava no lugar santo. E entrou em mim, isto é, em meu coração, um fogo incomum, novo, e poderoso, mas um fogo muito abençoado, e que ainda continua a queimar dentro de mim e se aquece cada vez mais à medida que elevo minha alma em oração a Deus e ao nosso Senhor Jesus Cristo, o Crucificado. Esse fogo nunca se enfraquece, exceto quando eu esqueço o Senhor Jesus Cristo e deixo de observar a disciplina correta em comer e beber; então sou envolto em nuvens e incapacitado para toda boa obra, até que, com todo o meu coração e com profunda tristeza, volto a Cristo, o verdadeiro médico, o severo juiz, aquele que pune todo pecado, até palavras ociosas e pensamentos tolos.”

16. Seguindo o exemplo de Miltz, Mateus era um estudioso minucioso das profecias de Daniel, do Apocalipse e das de Jesus e Paulo. Sua obra principal foi um livro em que apresenta reflexões sobre a história de seus próprios tempos, com sugestões sobre o futuro, todas “baseadas nas regras do Antigo e Novo Testamentos e nos elementos proféticos que eles continham”. “Ele retrata a corrupção total da igreja em todos os seus setores e explica suas causas. Sobre esta obra, ele diz: “O Senhor Jesus me instruiu como escrever tudo o que se relaciona com a condição atual dos sacerdotes, isto é, os carnavais, e ela lança luz sobre o caráter desses tempos; mas qual será o fim de tudo isso, somente Aquele que me colocou nesta obra sabe. E Ele me enviou Seu Espírito, que infunde fogo nos meus ossos e no meu coração, não permitindo que eu descanse, até que eu revele o filho da iniquidade e da perdição, até que exponha a vergonha oculta da mãe das prostitutas (a igreja corrupta, conforme simbolizada no Apocalipse)”.

17. Sobre o clero, ele diz: “Eles negligenciam as coisas espirituais; a menor de todas as suas preocupações é o estudo da Bíblia e dos antigos mestres da igreja. São homens que nada conhecem do espírito de Jesus, o Crucificado; que nunca meditaram dia e noite na lei do Senhor – sacerdotes de espírito carnal. São homens que não são totalmente consagrados ao estudo das Sagradas Escrituras, que não foram instruídos nelas desde a juventude; todavia, apresentam-se como mestres de todas essas coisas, talvez por possuírem certo dom de oratória. Eles se munem de coleções de sermões e discursos para todos os dias do ano, e assim, sem nenhuma pesquisa adicional nas Escrituras Sagradas, mantêm essas homilias de uso geral, pregando com grande ostentação. São pessoas que não sabem nada sobre a Bíblia. Tais pessoas não pregam por devoção e alegria na Palavra divina, nem por zelo em edificar o povo, mas porque esse é o negócio que lhes é atribuído, ou porque eles gostam de demonstrar sua habilidade em falar, ou porque estão em busca de popularidade e encontram satisfação em ser favorecidos e honrados pelo povo. Por isso, recorrem a suas coleções de sermões, ou juntam palavras bonitas e recheiam seus discursos com histórias e promessas de grandes indulgências.”

18. Ele declara que “um dos enganos astutos do arqui-inimigo é convencer os homens de que o anticristo ainda está por vir, quando, na verdade, ele está agora presente e existe há muito tempo; mas os homens ficam menos em guarda contra ele quando esperam que apareça ainda no futuro. Para que o abominável da desolação (Mateus 24:15) não se manifeste claramente aos homens, ele inventou a ficção de outra abominação ainda por vir, para que a igreja, mergulhada ainda mais no erro, possa prestar homenagem à terrível abominação que já está presente, enquanto ela fica imaginando outra ainda no futuro. É um fato comum, todos os dias, que os anticristos se manifestam em número infinito, e ainda assim as pessoas esperam algum outro anticristo futuro. Quanto à pessoa do anticristo, não é um judeu nem pagão, nem um sarraceno, nem um tirano mundano perseguindo a cristandade. Todos esses já existiram e não conseguiram enganar com tanta facilidade. Satanás precisa inventar algum novo método para atacar o cristianismo”.

19. Então Mateus de Janov apresenta a seguinte descrição clara, precisa e direta do anticristo, que não deixa espaço para dúvida: “Ele é e será um homem que se opõe à verdade cristã e à vida cristã por meio do engano. Ele é e será o cristão mais perverso, denominando-se falsamente com esse nome, assumindo a posição mais alta da igreja e possuindo a mais alta consideração, arrogando domínio sobre todos os eclesiásticos e leigos; alguém que, pela obra de Satanás,



sabe como tornar subserviente aos seus próprios fins e à sua própria vontade as corporações dos ricos e sábios de toda a igreja; alguém que tem preponderância em honras e riquezas, mas que de modo especial se apropria indevidamente dos bens de Cristo, das Escrituras Sagradas, dos sacramentos e de tudo o que pertence à fé religiosa, para seu próprio engrandecimento e para a gratificação das próprias paixões; pervertendo enganosamente as coisas espirituais para fins carnisais, e, de maneira astuta e sutil, empregando o que foi planejado para a salvação de um povo cristão como meio de desviá-los da verdade e do poder de Cristo”.

20. “Não se deve imaginar que o anticristo formará uma seita particular, ou discípulos e apóstolos específicos. Tampouco se apresentará à igreja pregando seu próprio nome, da maneira aberta e óbvia com que Maomé espalhou suas doutrinas – isso seria uma tirania surpreendentemente evidente, de modo algum adequada para enganar a humanidade. O anticristo deve ser mais astuto do que tudo isso. Seus instrumentos devem se manifestar em nome de Cristo e professar ser ministros Dele. Dessa forma deve ele enganar os homens sob a máscara do cristianismo. A multidão de homens carnisais, liderada pelos artifícios mais sutis dos espíritos maus, tem sido levada a pensar que, seguindo as fábulas, está seguindo o caminho certo; a acreditar que, ao perseguir os crentes fiéis de Cristo, ou Cristo e Seu poder, está perseguindo o anticristo e as falsas doutrinas de seus agentes, assim como aconteceu com os judeus e pagãos que chamaram Cristo de enganador e mataram a Ele e a seus apóstolos, supondo que, ao fazê-lo, estava realizando a obra de Deus. Da mesma forma, os anticristos da atualidade sonharão com outro anticristo por vir.”

21. Tendo assim definido a natureza real da pessoa do anticristo, Mateus passa a considerar a manifestação externa do espírito do anticristo nos indivíduos. Escrevendo sobre 1 João 4:3, que, de acordo com a versão latina usada por Mateus, afirma: “E todo espírito que dissolve Jesus não procede de Deus. Este é o espírito do anticristo, a respeito do qual tendes ouvido que vem, porque ele vem, e presentemente já está no mundo”. Mateus diz: “Todo espírito que dissolve [anula, desintegra] Cristo é anticristo. Jesus tem todo o poder, toda a sabedoria e todo o amor. Todo cristão, portanto, que por desígnio, grande ou pequeno, em parte ou no todo, dissolve isso, dissolve Jesus; pois ele destrói e dissolve o poder de Deus, a sabedoria e o amor de Deus; e assim, no sentido místico, ele é anticristo. Um anticristo é todo espírito maligno que, de qualquer forma, direta ou indiretamente, se opõe à fé cristã e aos costumes cristãos entre os cristãos. Embora Cristo seja eterno e, portanto, toda oposição ao Ser divino possa ser considerada, em certo sentido, uma oposição a Cristo, ainda assim, no sentido apropriado, não havia anticristo antes da encarnação”.

22. Sobre a apostasia prevista em 2 Tessalonicenses 2:3, ele dizia que isso já havia se cumprido. E acrescentava: “A fé é denominada *fides formata* porque é composta de todas as virtudes, pois requer todas as outras virtudes em conexão consigo mesma e é mantida revigorada e são por meio de toda as virtudes. Daí decorre que uma apostasia da fé consiste principalmente na admissão de todo tipo de pecado e na omissão de todo tipo de virtude; e vemos, de maneira geral atualmente, no tempo do anticristo, todas as virtudes negligenciadas entre o povo cristão. A destruição do anticristo e a multiplicação das verdadeiras testemunhas de Jesus Cristo devem ocorrer de maneira gradual, a partir do tempo presente, até que tudo se cumpra. O tempo já começou. Satanás tem trabalhado gradualmente por meio do anticristo como seu instrumento, por um longo período, introduzindo o mal sob a aparência de bem entre o povo de Deus,

transformando bons costumes em abuso, difundindo mais amplamente, todos os dias, seus principais erros. Enquanto Satanás introduz gradualmente na igreja os mistérios de seu anticristo, mantendo sua obra oculta, o Senhor Cristo, por outro lado, gradualmente se manifestando em Seus amados discípulos, finalmente, antes do julgamento final, Se revelará em uma grande multidão de pregadores. A revelação espiritual de Cristo, por meio de Seus instrumentos genuínos; a aniquilação espiritual do anticristo por Ele mesmo; e uma nova iluminação da igreja, tudo isso deverá prepará-la para a última aparição pessoal de Cristo e precederá esse evento.”

23. Ele declarou que um dos motivos da corrupção da igreja era “a sobrecarga de ordenanças humanas e a excessiva multiplicação das leis eclesásticas. Ninguém está em condições de inventar leis adequadas a todas as contingências e relações. Somente o Espírito de Deus pode fazer isso, pois sabe todas as coisas e a tudo sustém. E visto que esse Espírito Se encontra presente em todos os lugares e em todos os homens, o espírito do homem também, que nele reside, com o Espírito de Cristo, sabe o que está no coração do homem.” Para ilustrar isso, Mateus cita “os Dez Mandamentos, que são claros para todos, até para os de entendimento mais lento, para que ninguém alegue estar confuso quanto a eles; e Jesus, o Crucificado, que é o poder de Deus e sabedoria de Deus, os resumiu de certa forma num único preceito breve, exigindo amor a Deus e ao próximo, porque o amor é o cumprimento da lei, e o amor representa a lei perfeita da liberdade”.

24. “Toda a multiplicação de leis humanas é supérflua e inadequada. Elas não devem ser chamadas de tradições, mas de superstições. Ninguém pode formular uma lei adaptada a todos os tempos, lugares e circunstâncias que não esteja contida no preceito de amor a Deus e ao próximo. Assim, as leis humanas devem ser reconhecidas apenas como tais, e os mandamentos de Deus devem permanecer em sua dignidade e, como tais, ser reverenciados e obedecidos. Isso foi o que o fiel apóstolo de Cristo, que pode muito bem servir de exemplo para todos os discípulos, ilustrou maravilhosamente em si mesmo. Paulo (em 1 Coríntios 7) distingue o que ele diz em seu próprio nome daquilo que afirma ter recebido do Senhor. Observe o discernimento e moderação com que se dirige a seu rebanho, para não impor uma necessidade, nem inspirar temor, exceto no que diz respeito aos preceitos e palavras do Senhor Jesus Cristo. Todas as regras representam uma só. Procedem de um princípio e visam a um fim. Elas não obtêm sua autoridade de si mesmas, nem são observadas na igreja de Deus por conta própria; mas estão inseparavelmente incluídas na mesma santa lei de Cristo, que está inscrita pelo Espírito Santo no coração dos crentes, que une muitas nações amplamente separadas umas das outras e faz com que todos vivam com um único conjunto de conduta na casa de Jesus, o Crucificado.”

25. “Ao passo que o único mandamento de Cristo e Seu único sacrifício, preservados na igreja, promovem em grande medida a unidade, as inúmeras prescrições dos homens, por outro lado, sobrecarregam e perturbam o corpo coletivo da igreja de Cristo. A unidade entre os homens só pode vir da Palavra de Deus. Uma uniformidade forçada necessariamente produzirá nada além do que divisões. O Espírito Santo e a Palavra são a única regra verdadeira para tudo o que se relaciona com o homem. Portanto, o Pai é o princípio modelador do qual todas as coisas procedem; o Filho é o princípio modelador para o qual todas as coisas convergem; o Espírito Santo é o princípio no qual todas as coisas repousam; todavia, não existem três regras ou formas, mas uma. Portanto, a regra mais elevada, pela qual tudo deve ser provado, é Cristo,

a única regra necessária e suficiente para todos os apóstolos e todo homem que vem ao mundo, em todos os assuntos, em qualquer lugar e em todos os momentos; e não apenas para os homens, mas também para os anjos, pois Ele é a verdade e a sabedoria que opera poderosamente em toda forma de existência. O que determina a unidade da igreja é o único Deus, o único Senhor, o único Mestre, a única religião, a única lei, o único mandamento. Todos os cristãos que possuem o Espírito de Jesus, o Crucificado, que são movidos pelo mesmo Espírito e que não se afastaram de Deus, estes representam a única igreja de Cristo, Sua formosa noiva, Seu corpo; eles não são deste mundo, como Cristo não é deste mundo, e por essa razão o mundo os odeia.”

26. “Os homens, no desejo de alcançar a justificação, acreditam que podem obtê-la por muitos obras, com muitas despesas, pela realização plena de todas as cerimônias recém-estabelecidas; e, ainda assim, Cristo Se tornou no coração deles como um morto; não têm nada do Seu Espírito, eles não O veem e não O conhecem. Por isso, realizam todas as suas obras isoladas, de acordo com a letra, e com espírito de medo, em conformidade com a lei; mas nada sabem da verdadeira liberdade, da liberdade que está no Espírito de Jesus Cristo. Portanto, eles parecem ser pouco, se não são iguais, diferentes dos escribas e fariseus entre o povo judeu antigo, os quais nosso Senhor Jesus Cristo frequentemente denunciava com Seus ais, e que foram muitas vezes reprovados pelo apóstolo Paulo como pessoas que haviam se apostatado da fé cristã.”

27. “Toda a Sagrada Escritura, toda fé cristã proclama, prega e confessa que Jesus Cristo, o Crucificado, é o único Salvador, e o fim da lei para a justiça de todo aquele que crê; que somente Ele possui todo o poder, toda a sabedoria para todo cristão; Ele mesmo é o Alfa, o começo e o fim; e todo aquele que anseia e se esforça para ser um homem justo e virtuoso deve, antes de tudo e imediatamente, revestir-se do próprio Cristo e de Seu Espírito, porque Ele é o próprio Caminho, a Verdade e a Vida. A Ele apenas, e antes de tudo e de todo o coração, devemos buscar. Comecem a glorificar e ter sempre na alma o único que nos redimiu com grande preço, Seu precioso sangue. Aqueles que, em sua busca errônea pela justiça própria, separam a fé das obras substituem a genuína moralidade cristã por uma moralidade que aprenderam nas escolas da filosofia antiga. E por não apreciarem reter Cristo crucificado em seu conhecimento, o Filho de Deus os entregou a uma disposição mental reprovável (Romanos 1:28), para gastar seus esforços na edificação da própria justiça. E eles pensam que serão capazes de alcançar uma vida virtuosa segundo os métodos de Aristóteles, de Platão e dos outros filósofos, por seus próprios esforços e hábitos virtuosos.”

28. Sobre o grande cisma e anarquia do papado, Mateus de Janov disse que era apenas “um sintoma da condição adoecida da igreja e uma advertência de Deus, destinada a levar as pessoas a ter consciência da corrupção dela e despertar o desejo de sua regeneração. Tal divisão não era resultado de algum amor que os cardeais tivessem por Cristo e Sua igreja; mas do amor que tinham por si mesmos e pelo mundo. Tampouco esse cisma visa, em última análise, causar dano à igreja, mas trazer benefício, visto que o reino do anticristo será assim destruído com maior facilidade e rapidez. É apenas a aparência externa da igreja que pode ser afetada por esse cisma; a essência dela está acima de sua influência. O corpo do Onipotente e totalmente indivisível Jesus Cristo, a comunidade dos santos, não está dividido, nem mesmo pode ser dividido. É o amor-próprio a causa de todas as divisões da igreja e de todas as suas corrupções; e a restauração da unidade da igreja

e a reforma da igreja só podem advir da superação desse elemento egoísta. A bem-aventurada unidade da igreja nunca será de fato restaurada até que os homens, governados pelo amor-próprio, sejam removidos completamente do caminho, e seus lugares sejam preenchidos por aqueles multiplicados em grande número, que transbordam de zelo pela verdadeira unidade da igreja – homens que não buscam seus próprios interesses, mas as coisas de Jesus Cristo”.

29. “Os apóstolos e pregadores do anticristo oprimem os apóstolos, os sábios e profetas de Cristo. Eles os perseguem de várias maneiras e afirmam com ousadia que esses ministros de Cristo são hereges, hipócritas e anticristos. E visto que muitos e poderosos membros do anticristo avançam de inúmeras maneiras, perseguem os membros de Cristo que são poucos e fracos e os obriga a ir de uma cidade para outra, simplesmente os expulsando das sinagogas. Sempre que um membro do grupo desses cristãos se arrisca a ter um pouco mais de liberdade de expressão, a viver de modo mais digno do nome do que o habitual, ele é de imediato chamado de begardo, ou por algum outro nome herético, ou simplesmente declarado hipócrita ou tolo. Se ele imitar, em pequeno grau que seja, seu Mestre crucificado e confessar Sua verdade, logo experimentará uma perseguição feroz de algum lado do corpo denso do anticristo. Se você não viver como eles, será julgado como pobre criatura supersticiosa ou falso guia. Como pode então uma pessoa que conhece a verdade e julga corretamente os fatos individuais deixar de acreditar que os tempos do anticristo estão próximos? Tudo o que nos resta agora é desejar e orar por reforma, por meio da destruição do próprio anticristo, e erguer a cabeça, pois a nossa redenção se aproxima.”

30. Mateus de Janov morreu em 29 de novembro de 1394. Quando estava morrendo, disse a seus entristecidos amigos: “A ira dos inimigos da verdade prevalece agora contra nós, mas não será para sempre. Um dentre o povo comum se levantará, sem espada ou autoridade, e contra ele não serão capazes de prevalecer”.<sup>2</sup>

31. Assim, por meio do trabalho de Miltitz, de Conrado de Waldhausen e de Mateus de Janov, e de seus discípulos, que espalharam a verdade evangélica por toda a Boêmia, o solo foi preparado para os escritos de Wycliffe, os quais, como vimos, desde o ano de 1381 haviam sido estudados por professores da Universidade de Praga. E na Universidade de Praga, durante os mesmos anos em que Mateus de Janov realizou sua obra, João Huss era aluno e estudioso dos escritos de Wycliffe. No ano de 1396, Huss recebeu título de mestrado e, dois anos depois, em 1398, começou a dar aulas na universidade; e ele mesmo diz que começou a ler os escritos de Wycliffe antes de 1391.

32. Sobre sua leitura dos escritos de Wycliffe, Huss diz: “Sinto-me atraído para ele pela reputação que desfruta com os bons e não com os maus sacerdotes da Universidade de Oxford; e geralmente com o povo, embora não com os prelados e sacerdotes maus, cobiçosos e amantes da pompa. Sinto-me atraído por seus escritos, nos quais faz todos os esforços para conduzir todas as pessoas de volta à lei de Cristo, e especialmente o clero, convidando-os a abandonar a pompa e o domínio do mundo e a viver com os apóstolos de acordo com a vida de Cristo. Sinto-me atraído pelo amor que ele tinha pela lei de Cristo, mantendo sua verdade e sustentando que nem um i ou um til jamais passará dela”. Pela “lei de Cristo”, Huss sempre quer dizer os Dez Mandamentos no Espírito de Cristo.

<sup>2</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 3, cap. 1, par. 16.

33. Em 1398, um jovem cavaleiro da Boêmia, Jerônimo de Praga, retornou de Oxford a Praga, trazendo consigo muitos dos escritos de Wycliffe, nunca conhecidos na Boêmia. Jerônimo fez o máximo para promover a circulação desses escritos “por todo o país e entre pessoas de todas as posições e classes sociais”. Ele próprio não apenas acreditava com devoção nos princípios estabelecidos nos escritos de Wycliffe, mas também os pregava com poder; e alguns anos depois, o abade de Dola, na Boêmia, reclamou que “homens importantes na Boêmia divulgam aberta e secretamente as doutrinas de Wycliffe”; e que “os escritos de Wycliffe estão sendo espalhados por todo o mundo”.

34. Havia na cidade de Praga uma capela “dedicada especialmente à pregação do evangelho na língua vernacular, para o benefício do povo”. Essa capela foi fundada em 1391 por João de Milheim, membro do conselho real da Boêmia e comerciante cujo nome era Crentz. Na escritura dessa fundação, podia-se ler: “Se Cristo não nos tivesse deixado a semente da Palavra de Deus e da sagrada pregação, já teríamos nos tornado como Sodoma e Gomorra. Além disso, Cristo deu a comissão a Seus discípulos, quando lhes apareceu, depois de Sua ressurreição, de pregar a Palavra, de modo a preservar constantemente no mundo a lembrança viva de Si mesmo. Mas como todas as ações de Cristo são doutrinas para aqueles que realmente creem Nele, o fundador considerou com cuidado que a cidade de Praga, apesar de possuir muitos lugares consagrados à adoração a Deus e usados para uma variedade de propósitos relacionados com essa adoração, encontra-se ainda destituída de um lugar dedicado especialmente à pregação. Os pregadores, particularmente na língua boêmia, estão sob a desagradável necessidade de perambular para esse fim, em busca de casas e cantos em que pregar. Portanto, o fundador faz a doação de uma capela consagrada aos Inocentes e denominada ‘Belém, ou a Casa do Pão’, para uso do povo comum, para que sejam refrigerados com o pão da sagrada pregação. Sobre essa igreja, um pregador deve ser colocado como pároco, e seu dever será expor todos os domingos e dias festivos a Palavra de Deus na língua boêmia”.

35. Em 1401, João Huss foi nomeado pároco dessa capela de “Belém, ou a Casa do Pão”, “para expor a Palavra de Deus na língua boêmia”. “Seus sermões, irradiando todo o fervor do amor que os motivava, e apoiados por uma vida piedosa e exemplar, combinada com maneiras gentis e amáveis, causaram forte impressão.” Grandes multidões de pessoas, inclusive a nobreza, eram atraídas para a capela pela pregação do evangelho por Huss. A rainha Sofia escolheu Huss como seu confessor. “Uma pequena comunidade de amigos calorosos e dedicados se reunia ao seu redor; e uma nova vida cristã surgiu, pela sua influência, entre o povo. Como alguém que curava a alma da classe baixa do povo, ele se familiarizou mais intimamente com a influência corrupta de uma religião reduzida inteiramente a um ciclo de cerimônias externas e de superstições que apoiavam e aprovavam a imoralidade. Dessa forma, ele foi levado a atacar as fontes de tanta maldade, a refletir com crescente seriedade sobre a essência de um cristianismo prático que pudesse produzir seus frutos a partir de um princípio assentado no coração e a repreender com severidade enfática os vícios predominantes.”

36. “Enquanto atacou principalmente a corrupção entre os leigos, ficou sem ser molestado.” Mas se ele limitasse a repreender somente a corrupção entre os leigos, seu ministério seria grandemente prejudicado, pois, diante de suas advertências, o povo reagia: “Os sacerdotes pregam contra nossa castidade e outros vícios e não dizem nada sobre sua própria castidade e seus

próprios vícios. Ou isso não é pecado, ou eles guardam para si o monopólio dele. Os sacerdotes contemplam o argueiro em nossos olhos, mas não a trava nos próprios olhos. Deixe-os tirar primeiro a trave em seus próprios olhos a fim de depois nos pedir para tirar o arqueiro nos nossos. Por que você nos reprova? Os padres fazem o mesmo. Por que você não os reprova? Por acaso, não há pecado na vida deles?”

37. Para o fiel espírito cristão de Huss, pecado era pecado, seja no leigo ou no sacerdote; e ele não reconhecia nenhuma distinção por causa de posição. Mas, assim que começou a apelar para que sacerdotes mudassem de vida, viu-se seriamente atacado. O próprio clero corrupto, com prazer, ouvia e aprovava os sermões de Huss, quando fazia apelos para que a nobreza e o povo comum mudassem de vida; contudo, quando suas pregações passaram a atacá-los, ficaram ressentidos e, na verdade, queixaram-se de Huss ao rei. O rei lhes disse: “Quando Huss pregava discursos afiados contra os príncipes e senhores, vocês observavam com satisfação; agora chegou a vez de vocês, e você devem aproveitar ao máximo. Em seguida, recorreram à acusação de que Huss estava prejudicando a reputação do clero e instigando os leigos a se rebelar contra o clero, atacando abertamente “diante do povo, na língua boêmia, os vícios do clero”.

38. A tudo isso Huss respondeu: “Espero que, pela graça de Deus, nunca tenha pregado de maneira imprópria. Tenho pregado, sem dúvida, contra os vícios do clero e espero que pregue contra eles perante o concílio [o Concílio de Constança que se aproximava], não de maneira extravagante e sem integridade, nem para mostrar qualquer disposição de prejudicar o bom nome deles, mas para restaurar sua reputação e dar-lhes oportunidade para corrigir suas falhas. Pois aquele que, por bons motivos, procura remover os vícios de seu próximo procura efetivamente restaurar seu bom nome. Oh, como seria benéfico para o bom nome de todos, se, sempre que ouvissem seus vícios sendo repreendidos em um sermão, os renunciassem e depois, mediante vida exemplar, assegurasse para si o louvor a Deus e de todos os santos homens!”

39. Em 28 de maio de 1403, foi realizada uma reunião na universidade, e ali foram colocadas, para exame e julgamento, 45 proposições atribuídas a Wycliffe. As proposições foram elaboradas por um oponente dos escritos; e os que melhor conheciam os escritos de Wycliffe declararam na reunião que as proposições haviam falsificado os escritos de Wycliffe. Na reunião, Huss declarou que não podia concordar com a “condenação incondicional das proposições, embora também não estivesse disposto a defendê-las todas, pois muitas delas haviam sofrido a interferência do mestre Hubner”. Além disso, “ele não podia apoiar esse tipo de condenação, a menos que quisesse trazer sobre si as maldições reservadas sobre aqueles que chamam o mal de bem e o bem de mal”. No entanto, o professor que havia sido o mestre de Huss de fato se posicionou como defensor das 45 proposições, da forma como estavam. As proposições foram condenadas por uma grande maioria dos votos da assembleia.

40. Em seguida, os prelados da Boêmia apresentaram ao papa em Roma queixas contra os escritos de Wycliffe e contra quem as usava. Em 1405, o papa Inocência VII, por sua vez, emitiu uma bula dirigida ao arcebispo de Praga, ordenando-lhe “que suprimisse e punisse as heresias wiclefistas que estavam se espalhando na Boêmia”. O arcebispo, em obediência ao papa, realizou um sínodo em Praga, em 1406, cujo resultado foi a publicação de uma ordenança com ameaças de “sanções eclesíásticas contra os que se achavam no direito de pregar, afirmar ou dis-

cutir os erros wiclefistas”. No entanto, no ano de 1407, Huss foi escolhido pelo arcebispo “para proferir o discurso de exortação diante de seu clero, reunido em um sínodo da diocese”. Ele escolheu como texto Efésios 6:14: “Estai, pois, firmes, cingindo-vos com a verdade e vestindo-vos da couraça da justiça” (Efésios 6:14). Em seu sermão, disse: “O clero deve estar na frente de todos, seguindo a Cristo sob a forma de servo, com mansidão, humildade, pureza e pobreza. Eles deveriam literalmente entender o que Cristo disse no Sermão do Monte sobre o amor aos inimigos e a submissão às injustiças. O desenvolvimento da vida cristã em todas as outras pessoas deve estar condicionado ao fato de o clero deixar sua luz brilhar diante dos outros, ao imitarem de modo literal o exemplo de Cristo. Foi a apostasia do clero desse ideal, seu verdadeiro destino, que ocasionou as corrupções no resto da cristandade, e contemplar tudo isso enche cada vez mais minha alma, todos os dias, de tristeza de coração”.

41. “O clero, como soldados de Cristo, deve liderar o comando de batalha no conflito espiritual. Mas se eles estão desqualificados para o conflito, a vitória raramente ou nunca é conquistada; pois, ao fugirem do campo de batalha, ou serem derrubados e confundidos, enchem as fileiras do exército que os segue de desespero ou indecisão. Se o clero for derrotado ou morto, isso impedirá o resto do exército de conquistar o inimigo; mas se entrarem em aliança com o inimigo, prepararão o caminho para que o inimigo derrote, com mais facilidade e engano, o batalhão de nosso Senhor Jesus Cristo. Essa é a razão pela qual, em nossos dias, o exército cristão é dominado pela carne, pelo mundo, pelo diabo e pelos pagãos. Visto que a essência do chamado clerical é ser um exemplo do que significa seguir a Cristo, portanto, quando eles exibem o oposto disso em suas vidas, eles são anticristos; e o verdadeiro anticristo já está presente no clero corrupto, cuja vida e doutrina estão em contradição mútua. Muitos aguardam presentes por meio de cartas de fraternidades, de indulgências muito procuradas, de relíquias fictícias e de imagens pintadas de santos.” Essas cartas de fraternidades eram documentos emitidos por certas sociedades espirituais, pelos quais os destinatários das cartas participavam dos benefícios dessas sociedades. O ataque a essas epístolas foi uma das características especiais da denúncia do wiclefismo.

42. Em 1408, em uma grande convocação da universidade, as 45 proposições extraídas dos escritos de Wycliffe foram novamente apresentadas para condenação incondicional. Contudo, devido à oposição de Huss e outros amigos dos escritos de Wycliffe, essa condenação incondicional não pôde ser concretizada. Portanto, foi decretado “que ninguém deveria achar-se no direito de manter qualquer uma das 45 proposições em seu sentido herético, errôneo ou escandaloso”. Até aquele momento, todos os graduados da Universidade de Praga tinham a liberdade de dar palestras na Universidade de Praga sobre qualquer livro de um professor da Universidade de Praga, de Paris ou de Oxford. Como Wycliffe havia sido professor em Oxford, os graduados de Praga tomavam a liberdade de realizar palestras sobre os escritos de Wycliffe na universidade. Mas agora, por essa convocação “foi aprovada uma lei de que, para o futuro, nenhum bacharel deveria ministrar palestras sobre qualquer um dos três tratados de Wycliffe, intitulados ‘O Diálogo’, ‘O Trólogo’ e ‘De Eucharistia’, e que ninguém deveria tornar nenhuma proposição relacionada aos livros e doutrinas de Wycliffe assunto de disputa pública”.

43. No mesmo ano, vários clérigos, acusados de manter erros wiclefistas, foram chamados para exame judicial diante de um consistório presidido pelo assistente do arcebispo. No

juízo, o acusado se recusou a prestar juramento “pelo crucifixo, pelos evangelhos ou pelos santos, porque nenhum juramento podia ser feito por coisas criadas”. Eles não se recusaram a prestar juramento diante de Deus. Mas, por não prestarem juramento católico pelo crucifixo, pelos evangelhos ou pelos santos, isso foi lançado contra eles como uma ofensa não menos grave do que a da heresia wiclefista. Huss, estando presente, defendeu o homem, cuja recusa em tomar esse juramento levantara a questão, porque, sem levar em conta se a recusa em si era certa ou errada, considerou adequado “respeitar o escrúpulo que se recusava a transferir a qualquer coisa criada a honra devida somente a Deus”. O apelo de Huss, porém, não adiantou: o homem ficou preso por vários dias e depois banido da diocese. Isso levou Huss a dirigir ao arcebispo uma carta de protesto, na qual disse: “O que é isso! Homens manchados de sangue inocente, homens culpados de todo crime caminhando livremente quase impunes, enquanto humildes sacerdotes, que envidam todos os esforços para destruir o pecado, que cumprem seus deveres com mansidão sob a orientação de sua igreja, sem seguir a avareza, e se entregam, sem receber nada em troca, ao serviço de Deus e à proclamação de Sua Palavra, estes são lançados em masmorras como hereges e devem ser banidos pela pregação do evangelho!”

44. Havia chegado o momento para o Concílio de Pisa. O arcebispo de Praga, com seu clero, e o partido alemão na universidade, mantiveram a obediência a Gregório XII, a quem o concílio havia declarado deposto. Huss favoreceu o concílio, pois acreditava no princípio de que um concílio era superior a um papa. O rei da Boêmia também participou do concílio em seus esforços para corrigir os papas. Essa diferença de opinião por parte do rei e de seus nobres, bem como do arcebispo e de seu clero, provocou polêmica entre os dois partidos. Por parte do clero, houve forte resistência contra os esforços do rei para ajudar o Concílio de Pisa a corrigir o papado. Muitos clérigos se recusaram a continuar os cultos da igreja. Por parte do rei, houve ataques violentos contra o arcebispo e o clero “em parte como instrumentos do rei, em parte por rancores particulares na tentativa diligente de humilhar os prelados”.

45. Em seus sermões, Huss declarou-se a favor do Concílio de Pisa, porque “havia muito mais razões para esperar que algo pudesse ser feito para a reforma da igreja” pelo concílio do que por qualquer um dos papas. O arcebispo publicou uma notificação, segundo o qual “todos os mestres da universidade que estavam do lado do colégio de cardeais, e particularmente Huss, eram proibidos de exercer qualquer função sacerdotal dentro da diocese”. Huss foi acusado de semear discórdia e cisma entre os poderes espirituais e seculares, dos quais havia surgido a perseguição contra “o bispo e o clero e a pilhagem de seus bens”. Também foi acusado de “incitar o povo contra o clero e os boêmios contra os alemães”; de “pregar desrespeito à igreja e desconsiderar seu poder de punir”; de ter “rotulado Roma como a sede do anticristo e declarado como herege todo clérigo que exigia uma taxa pela distribuição do sacramento”; por ter “elogiado abertamente Wycliffe e expressado o desejo de que sua alma finalmente chegasse aonde estava a alma de Wycliffe”. Em resposta a essa queixa, o arcebispo instruiu seu inquisidor a investigar as acusações e, “ao mesmo tempo, examinar com que autoridade os sermões e culto divino eram realizados na capela de Belém”.

46. Quando o Concílio de Pisa terminou seus trabalhos declarando Alexandre V papa, o arcebispo de Praga interrompeu sua resistência e aceitou o novo papa e imediatamente apresen-



tou a ele queixas da propagação da heresia wiclefista em sua jurisdição. Em dezembro de 1409, o papa Alexandre V emitiu uma bula, na qual declarou que “ouvira falar que as heresias de Wycliffe, e especialmente sua negação da doutrina da transubstanciação, estavam se espalhando por toda a Boêmia”. Ele exortou o arcebispo a “empregar medidas vigorosas para suprimir essas heresias. Cabia a ele fazer com que todos os escritos de Wycliffe fossem entregues em suas mãos, bem como nomear uma comissão de quatro doutores em Teologia e dois doutores em Direito Canônico para examiná-los e proceder de acordo com o julgamento que fosse dado. Todos os clérigos que se recusassem a entregar esses escritos, ou que defendessem a heresia wiclefista, a esses o arcebispo deveria ordenar que fossem presos e privados de seus benefícios e, em caso de necessidade, deveria recorrer ao poder secular. Como capelas eram utilizadas para espalhar erros entre as pessoas, decidiu-se que, daquele momento em diante, sermões deveriam ser pregados *na Boêmia* apenas em catedrais, igrejas paroquiais e conventuais, e proibidos em todas *as igrejas particulares*”.

47. Para todos em Praga, era evidente que essa bula representava mais a escrita do arcebispo de Praga do que a do papa Alexandre V; e produziu grande comoção em oposição ao arcebispo. O rei e os nobres estavam com Huss. “A bula foi declarada como um documento adulterado e interpolado em vários aspectos e, portanto, sem força. Huss sugeriu suspeitas contra ela, por esse motivo, e empregou a princípio todos os meios legais em seu poder, nas circunstâncias daqueles tempos, para recusar obediência, mostrando ao mesmo tempo todo o respeito à Igreja Romana.” Ele apelou ao papa “bem-informado” contra as ações do papa “mal-informado”. O arcebispo emitiu sua proibição de pregar em capelas particulares, cuja intenção, desde o início, era impedir a pregação de Huss na Capela de Belém. Mas, como isso era contrário às disposições legais da fundação da Capela de Belém, Huss se recusou a obedecer a tal proibição. Ao mesmo tempo, o arcebispo ordenou que todos os escritos de Wycliffe lhe fossem entregues para investigação dentro de seis dias. Huss obedeceu a essa ordem, dizendo que estava pronto para condená-los sempre que qualquer erro fosse apontado neles. A comissão designada para examiná-los condenou “O Diálogo”, “O Trólogo” e alguns de seus outros escritos, e ordenou que todos fossem “entregues às chamas para que fossem impedidos de causar dano”.

48. “O próprio anúncio dessa sentença produziu distúrbios. Numa convocação da universidade, foi decidido enviar uma petição ao rei, para que impedisse a execução de tal sentença, devido ao extremo perigo a que a paz da universidade e de toda a Boêmia ficaria exposta. O rei prometeu aos delegados da universidade que atenderia ao pedido deles. O arcebispo, ao ouvir isso, apressou-se em agir antes do rei e, no dia seguinte, 16 de junho de 1410, repetiu a proclamação da sentença acima contra os escritos de Wycliffe. Quando o rei soube disso, perguntou ao arcebispo se a intenção dele era realmente queimar os livros. Zbynek [o arcebispo] prometeu que nada faria contra os escritos de Wycliffe sem o consentimento do rei, e por esse motivo adiou a execução da sentença.

49. “Mas ele estava longe de pensar em desistir da execução da sentença, apesar de todos os protestos contra tal procedimento; alegou como desculpa por sua conduta que o rei não o *proibira expressamente* de queimar os livros. Em 16 de julho de 1410, tendo cercado seu palácio com vigias, fez com que 200 volumes fossem queimados, entre os quais não apenas os escritos de Wycliffe, mas também alguns de Militz e outros, sem a menor consideração aos direitos de

propriedade privada, como foi posteriormente lembrado para sua reprovação. Esse passo do arcebispo foi o sinal de grandes distúrbios e violentas controvérsias em Praga. Até sangue foi derramado. Um movimento tão grande na mente das pessoas não poderia ser reprimido com força. A tentativa de derrubá-lo por um ato de poder arbitrário teria levado a uma violência ainda maior. A queima dos livros não teve outro efeito senão expor o arcebispo ao desprezo e ao ridículo; e foi um grande golpe para sua autoridade. Canções ofensivas e satíricas, falando sobre ele, foram cantadas abertamente nas ruas de Praga, com este teor: ‘O arcebispo mostrou ser um analfabeto; fez com que livros fossem queimados, sem saber o que havia neles.’”

50. “Dois contemporâneos, pertencentes aos partidos opositores, estão de acordo em afirmar que, por essa queima de seus livros, o entusiasmo por Wycliffe aumentou ao invés de diminuir. Um deles era o zeloso oponente de Huss, o abade Estevão de Dola, que era ao mesmo tempo cego o suficiente para perceber que a origem de todos os problemas estava na desobediência de Huss. Este escritor cita, dos lábios de um dos adeptos de Wycliffe, as seguintes palavras: ‘O arcebispo queimou *muitos* escritos famosos de Wycliffe; no entanto, não foi capaz de queimar *todos* eles, pois ainda sobrou uma grande quantidade; e estamos continuamente procurando em todos os lugares por outros para suprir a falta dos que se perderam e aumentar o número dos que restaram. Deixe o arcebispo novamente pedir que lhe entreguemos os livros, e ele verá se vamos lhe obedecer! O segundo citado é o próprio Huss, que diz: ‘Chamo a queima de livros de um negócio ruim. Essa queima até o momento nunca removeu um único pecado do coração dos homens (se aquele que condenou não tivesse qualquer outra evidência), mas apenas destruiu muitas verdades, muitos pensamentos belos e refinados, e multiplicou entre as pessoas distúrbios, inimizades, suspeitas e assassinatos.’”

51. Quando João XXIII sucedeu a Alexandre V no papado, Huss renovou seu apelo, dirigindo-o ao novo papa. Nele, citou a regra das Escrituras de que “nas coisas necessárias para a salvação, a pessoa deve obedecer antes a Deus do que ao homem”. Em seu apelo, Huss foi acompanhado por “muitos outros mestres e pregadores”. Mas a alta linguagem espiritual empregada nela “mostrou-se, de fato, pouco adequada para ser entendida ou apreciada pelo monstro João XXIII e pela corte que ele reunira”.

52. Nessa época, Huss ficou convicto de que morreria como mártir. Consequentemente, a partir desse momento, em tudo o que dizia ou fazia ele estava consciente de uma iminente estaca. Nessa convicção, e como resposta a tudo o que poderia ser cobrado contra ele no futuro, escreveu: “Desde o período inicial de meus estudos até agora, estabeleci como regra que sempre que ouvisse uma opinião mais correta sobre qualquer assunto, qualquer que fosse seu nível de progresso, eu renunciaria, com alegria e humildade, a minha opinião anterior, estando bem ciente de que o que sabemos é muito menor do que o que não sabemos. A fim de não me tornar culpado, então, pelo meu silêncio, abandonando a verdade por um pedaço de pão ou pelo medo do homem, declaro que meu propósito é defender a verdade que Deus me permitiu conhecer, e especialmente a verdade das Sagradas Escrituras, até a morte, pois sei que a verdade permanece, e é sempre poderosa, e habita eternamente; e com ela não há acepção de pessoas. E se o medo da morte me aterrorizar, ainda espero no meu Deus e na assistência do Espírito Santo, certo de que o próprio Senhor me dará firmeza. E se eu achar graça aos Seus olhos, Ele me coroará

com o martírio. Mas existe um triunfo mais glorioso do que este? Ao incentivar Seus fiéis a essa vitória, nosso Senhor diz: ‘Não temais os que matam o corpo’. Considerando que é necessário que os homens dotados de razão ouçam, falem, amem a verdade e se guardem cuidadosamente contra tudo o que possa impedi-la; considerando que a própria verdade triunfa sobre tudo e é poderosa para sempre, quem, senão um tolo, se arriscaria a condenar ou afirmar qualquer artigo, especialmente no que diz respeito à fé e à conduta, até que se informe sobre a verdade?’

53. O apelo de Huss ao papa foi encaminhado pelo papa a um cardeal, para investigação. Esse cardeal confirmou a sentença que o arcebispo de Praga já havia pronunciado contra Huss; e citou Huss para comparecer em Bolonha, onde o papa João XXIII se encontrava nesse tempo. Isso, porém, despertou intensos protestos de todos os amigos de Huss, até do rei e da rainha. O próprio rei, em nome de Huss, escreveu ao papa e ao colégio de cardeais, rogando para que interrompessem o processo, fizessem calar os inimigos de Huss e suprimissem a disputa relativa aos livros de Wycliffe, uma vez que era “evidente que na Boêmia ninguém havia caído em erro ou heresia por causa desses escritos”. Quanto à capela de Belém, o rei disse: “Também é nossa vontade que a capela de Belém, que, para a glória de Deus e para o bem e a salvação do povo, recebeu de nossa parte privilégios para a pregação do evangelho, permaneça e continue a receber suas concessões, para que seus patronos não sejam privados de seus direitos de patrocínio, e para que o leal, devoto e amado mestre Huss possa ser estabelecido sobre esta capela e pregue a Palavra de Deus em paz”. Ele solicitou ainda ao papa que a citação de Huss a Bolonha fosse revogada; e que, se alguém tivesse alguma objeção contra ele, tal pessoa deveria apresentar suas objeções no reino da Boêmia e perante a Universidade de Praga ou algum outro tribunal competente.

54. O rei enviou essa comunicação a João XXIII por meio do doutor Nass e João Cardinalis, dois homens proeminentes de seu reino. Cardinalis era amigo de Huss; o doutor Nass, amigo de João XXIII. Eles foram comissionados pelo rei “para solicitar que o papa enviasse um legado à Boêmia às custas do rei”. O rei também escreveu ao cardeal que havia sido comissionado a cuidar do apelo de Huss, pedindo-lhe que viesse a Praga e se informasse sobre o estado real das coisas por observação pessoal. Ele instruiu o doutor Nass a informar o papa de que era somente o respeito pelo papa que o impedia de condenar o arcebispo de Praga, a quem o rei considerava o autor de todos esses distúrbios em seu reino. Com esses dois embaixadores do rei, Huss enviou três procuradores como seus representantes e advogados no caso. Quando esses embaixadores chegaram à corte do papa, descobriram que o cardeal já havia pronunciado contra Huss uma sentença de excomunhão, por “contumácia em não obedecer à citação de comparecer em Bolonha. No entanto, os embaixadores foram ouvidos com tanto respeito que o papa retirou o caso das mãos do cardeal e nomeou uma nova comissão composta por vários oficiais.

55. Em todo esse tempo, o arcebispo de Praga se esforçava ao máximo, por meio de delegados na corte do papa, para impedir qualquer mudança do caso em favor de Huss. Ele presenteou o papa e os cardeais com cavalos, vasos, anéis caros e outros presentes por meio de gastos exorbitantes. Por essa ou por alguma outra influência sombria, o caso de Huss foi retirado da segunda comissão à qual a questão havia sido encaminhada e confiado novamente a um único cardeal “que, apesar de todos os protestos feitos pelos procuradores de Huss, manteve todo o caso em suspense por um ano e meio”. E, como a excomunhão de Huss não havia sido revogada,

o arcebispo de Praga, aproveitando essa demora, sem levar em consideração o apelo de Huss ou qualquer outro procedimento, publicou como válida a excomunhão pronunciada na corte do papa. Os párocos de duas igrejas, no entanto, recusaram-se a publicá-la em sua congregação. Além disso, alguns dos procuradores de Huss foram presos na corte do papa, por exigirem com diligência um posicionamento, e outros conseguiram chegar a Praga.

56. Finalmente, o cardeal a quem o caso havia sido confiado pela última vez proferiu sua decisão, na qual confirmou a sentença anterior; acrescentou a ela uma declaração pública de que Huss era um heresiarca e colocou sob interdição “a cidade onde ele residia”. Huss estava em Praga, mas a cidade de Praga não foi nomeada no interdito. O interdito era sobre “a cidade onde ele residia”, de modo a aplicar-se a qualquer cidade onde ele pudesse estar. O arcebispo de Praga imediatamente colocou a cidade de Praga sob interdito. O rei, em nome de Huss, resistiu ao interdito. Ele puniu o clero que o observava e confiscou sua propriedade. “Muitos deles fugiram do país”. A essa altura, João XXIII, por sua terrível vida como papa, havia enfraquecido tanto sua posição que o arcebispo de Praga não conseguia se sentir forte o suficiente para continuar essa guerra contra Huss diante da atitude do rei. “O arcebispo foi forçado, portanto, à convicção de que, se levasse as coisas ao extremo, ele só correria o risco de perder toda a sua autoridade na Boêmia – um resultado inevitável se medidas espirituais mais precisas fossem continuamente adotadas e, ainda assim, tratadas com desprezo. Por isso, ele estava bastante inclinado, para resguardar sua autoridade e finalmente não obstar os esforços do rei e da universidade para a restauração da paz, a oferecer sua mão à reconciliação.”

57. Durante mais de um ano, estavam em andamento negociações para garantir a “paz” na Boêmia. Os chefes dos respectivos partidos eram o rei e o arcebispo de Praga. Uma comissão de dez pessoas fora designada para considerar os melhores meios de garantir a paz; e os dois lados se comprometeram a se submeter à decisão dessa comissão. Por fim, ficou acordado que o rei e o arcebispo deveriam escrever ao papa e que o arcebispo deveria dizer ao papa que “não existiam heresias na Boêmia”. Então, uma nova investigação deveria ser instituída; e se algo herético fosse encontrado, deveria ser severamente punido. O arcebispo, por sua vez, deveria garantir o consentimento do papa de que, se qualquer pessoa pertencente ao reino da Boêmia estivesse sob a interdição, o papa deveria removê-la. Ambas as partes deveriam convocar seus representantes da corte do papa e aceitar a decisão do rei. O arcebispo deveria rejeitar o interdito e revogá-lo. O rei, por sua vez, deveria libertar o clero que ele havia aprisionado por impor o interdito e restaurar seus salários. O arcebispo realmente escreveu uma carta a ser enviada ao papa “relatando que nenhuma heresia foi propagada na Boêmia” e solicitando que removesse a excomunhão pronunciada sobre Huss e revogasse a citação que lhe fora imposta.

58. Huss, por sua vez, apresentou uma confissão de fé a ser enviada ao papa. Nessa confissão, disse: “Para mostrar a devida obediência à igreja de Jesus Cristo e à sua cabeça suprema, estou pronto para dar a cada homem um relato da fé que há em mim e confessar com todo o meu coração que Jesus Cristo é Deus verdadeiro e homem verdadeiro, que toda a Sua lei tem uma verdade tão estável, que nenhum jota ou til pode falhar; a seguir, que Sua igreja está tão firmemente estabelecida sobre a rocha segura, que os portões do inferno nunca podem prevalecer contra ela; e estou pronto, confiando em meu Senhor Jesus Cristo, a suportar o castigo de

uma morte terrível, de preferência a conscientemente dizer qualquer coisa que seja contrária à vontade de Cristo e de Sua igreja.”

59. O arcebispo, no entanto, falhou em cumprir sua parte do acordo. Embora, como afirmado, tivesse escrito uma carta ao papa afirmando que nenhuma heresia era propagada na Boêmia, parece que a carta nunca foi enviada. Ele informou ao rei sua queixa de que aquilo que ele chamava de heresia era pregado por muitos clérigos e que ele não tinha permissão para aplicar seu poder eclesiástico de punição sobre os que apresentavam doutrinas errôneas; e que, visto que “sob essas circunstâncias, seria impossível para ele manter sua autoridade na Boêmia ou executar suas medidas pela força, ele havia decidido, em vez de cumprir os termos do contrato, deixar a Boêmia por enquanto e procurar o auxílio do irmão de Wenzel, o rei Sigismundo em Ofen”. Mas morreu, em setembro de 1411, antes de poder executar esse objetivo.

60. O papa João XXIII deu então um passo cujo efeito foi arruinar todos os resultados do árduo trabalho que havia sido realizado para estabelecer a paz na Boêmia. Ao enviar as insígnias de cargo ao novo arcebispo de Praga, o papa João enviou também, por seu legado, uma bula denunciando o rei de Nápoles, que era protetor do papa Gregório XII, e proclamando uma cruzada contra ele. O legado do papa devia publicar essa bula em Praga. Ele o fez “declarando das formas mais terríveis a maldição da interdição contra o inimigo do papa, o rei Ladislau, de Nápoles, partidário de Gregório XII, e o considerando herege, cismático e culpado de alta traição contra a majestade de Deus; e proclamando uma cruzada pela destruição de seu partido, juntamente com uma bula que concedia indulgência plena a todos os que participassem dessa cruzada. Foi prometido a todos os que pessoalmente portassem armas nessa cruzada, se realmente se arrependessem e fizessem confissões (o que, nesse contexto, certamente não passaria de mera formalidade), o perdão de seus pecados, tão pleno quanto o oferecido em qualquer outra cruzada. Seguindo o exemplo de cobiça estabelecido por Bonifácio IX, essa bula oferecia a mesma indulgência àqueles que também contribuíssem, em proporção aos seus recursos, com a mesma quantidade de dinheiro que gastariam se participassem ativamente nessa cruzada pelo espaço de um mês”.

61. O legado, suspeitando que Huss se oporia a essa bula, mandou o arcebispo convocar Huss diante dele. Huss chegou e o legado “exigiu dele se ele obedeceria aos mandatos apostólicos. Huss declarou que estava pronto, de todo o coração, para obedecer aos mandatos apostólicos. Então o legado disse ao arcebispo: ‘Você vê?’ O mestre está pronto para obedecer aos mandatos apostólicos. Mas Huss replicou: ‘Meu senhor, me entenda bem. Eu disse que estou pronto, de todo o coração, para cumprir os mandatos *apostólicos*; mas chamo de mandatos apostólicos as doutrinas dos apóstolos de Cristo; e até onde os mandatos *papais* concordam com elas, eu lhes obedecerei de bom grado. Mas se eu vir algo neles em divergência com a doutrina dos apóstolos, não obedecerei, mesmo que a estaca estivesse me encarando”.

62. Até o momento, em matéria de indulgências, Huss se opunha simplesmente aos *abusos* delas, praticados por quem as vendia. Mas agora ele entrou nos princípios que fundamentavam as indulgências. As formas de absolvição que acompanhavam essa bula que acabara de ser publicada eram de tal ordem que o reitor da faculdade de teologia da universidade, Estêvão Paletz, até então amigo íntimo de Huss e da verdade que pregava, “direcionou a atenção de Huss às características questionáveis nelas e declarou-lhe que tais coisas não deveriam ser aprovadas “porque continham

“erros palpáveis”. No entanto, quando confrontado com a questão, o próprio Paletz manteve a autoridade do papa contra Huss, que atacou essas indulgências. Em nome da faculdade teológica, Paletz ofereceu a seguinte resolução: “Não assumimos a responsabilidade de levantar objeções contra o senhor apostólico ou suas cartas, ou de fazer qualquer julgamento sobre elas, ou de determinar qualquer coisa com relação a elas, visto que não temos autoridade para isso”.

63. “Mas Huss, de acordo com seus princípios, não podia acreditar em tal obediência cega. A obediência a seu Mestre, Cristo, a observância de Sua doutrina e a imitação de Seu exemplo tinham a primazia para ele. Essa era a regra pela qual tudo deveria ser examinado, pela qual o limite de toda obediência deveria ser determinado; e foi por causa desse princípio que foi lançada contra ele a acusação de que, ao tornar as ordens de um superior dependentes do julgamento crítico de seus súditos, ele relaxou os laços de toda ordem civil e eclesiástica. Por conseguinte, observou-se que, no curso que ele seguia, ele introduziria o erro perigoso de que a obediência poderia ser recusada a cartas patentes de papas, imperadores, reis e senhores, se a verdade e a razoabilidade de tais cartas não fossem claras à compreensão dos súditos. E quem poderia calcular as desordens que surgiriam, em todo o mundo, em decorrência dessa opinião! Ele foi chamado então de revolucionário.

64. “Seus oponentes acreditavam, é verdade, que os homens eram obrigados a obedecer incondicionalmente aos que estavam no poder apenas naquilo que não era absolutamente perverso, ou naquilo que, em si mesmo, é neutro. Contudo, até onde podia ser estendido o significado da frase ‘naquilo que, em si mesmo, é neutro’? Quanto a Huss, ele não conseguia considerar o que a bula exigia como algo neutro, imparcial, mas algo diretamente oposto à lei de Cristo e pecaminoso. Obedecer, nesse caso, seria o mesmo que abandonar seu princípio de antes obedecer a Deus do que aos homens. Ele então falou pela última vez com seu velho amigo Paletz, que o recebeu então como seu inimigo mais feroz, preparando destruição para ele em Constança. Suas últimas palavras para ele, as palavras com as quais rompia-se o laço de amizade que há tanto tempo os unia, foram [...]: ‘Paletz é meu amigo, a verdade é minha amiga; sendo ambos meus amigos, é meu sagrado dever honrar primeiro a verdade.’”

65. “Nem seu amigo [Paletz] nem o seu professor [Estanislau de Znojmo] jamais poderiam perdoar Huss por ousar se colocar contra a autoridade deles, bem como a autoridade de toda a faculdade de Teologia, composta por oito doutores; por achar que poderia ser mais ousado e mais livre pensador do que eles. O próprio Huss marca o momento crítico que o separou para sempre de seus antigos associados: ‘A venda de indulgências e o levantamento do estandarte da cruz contra cristãos me separaram dos meus velhos amigos’. Compelido a se posicionar oponente de seu antigo professor Estanislau de Znojmo, ele mesmo assim nunca esqueceu suas obrigações para com ele como instrutor, como ele diz no artigo que escreveu contra ele: ‘Embora Estanislau fosse meu mestre, de quem, na disciplina escolar, aprendi muitas coisas valiosas, devo, contudo, lhe responder como a verdade me impele a fazer, para que a verdade se torne mais evidente.’”

66. Huss resolveu então discutir o assunto das indulgências em público “diante de uma numerosa convocação da universidade, onde também seu amigo Jerônimo pretendia comparecer”. Foram publicados anúncios em toda a cidade de Praga, informando que essa discussão ocorreria em 7 de junho de 1412. Chegou o dia em que a convocação foi realizada, e Huss falou. Ele pró-

prio deixou um relato do que disse, cujos pontos principais serão apresentados aqui. Ele disse: “Fiquei motivado a lidar com esse assunto por um triplo interesse: a glória de Deus, o avanço da santa igreja e minha própria consciência. Portanto, em relação a tudo o que deve ser dito agora, conclamo o Deus Todo-Poderoso e Onisciente para testemunhar que, antes de tudo, procuro a glória de Deus e o bem da igreja. A esses objetivos todo cristão maduro deve se apegar com rigidez pelo mandamento do Senhor e pelo bom motivo de que cada um deve amar a Cristo e Sua igreja infinitamente mais do que a seus pais, bens materiais, sua própria honra ou a si mesmo. Além disso, é minha opinião que a glória de Cristo e de Sua noiva, a igreja, consiste particularmente na imitação prática da vida do próprio Cristo neste ponto: cabe ao ser humano deixar de lado todos os afetos imoderados e todas as ordenanças humanas que o impeçam de perseguir seu objetivo”.

67. “Jamais afirmarei nada contrário às Sagradas Escrituras, que contêm a lei de Cristo, ou contra Sua vontade. E quando for instruído por qualquer membro da igreja, ou por qualquer outra criatura, que errei em meus pronunciamentos, vou me retratar em público e com humildade. Portanto, para que eu possa prosseguir com mais segurança, me colocarei no fundamento inamovível, a pedra angular, que é a verdade, o caminho e a vida, nosso Senhor Jesus Cristo. E mantenho firme, como a fé da igreja, que aquele que não observa a ordenança e a lei que Cristo estabeleceu e ensinou e observou para Seu próprio benefício e o de seus apóstolos, este não segue o Senhor Jesus Cristo no estreito caminho que leva à vida, mas segue o caminho mais largo que leva os associados do diabo à perdição.”

68. “Por esse princípio, não é permitido aos fiéis aprovar essas bulas. Nada senão o que procede do amor pode ser aprovado por Cristo; mas certamente nem o derramamento de sangue entre os cristãos, nem a destruição e o empobrecimento de países procedem do amor a Cristo; tampouco tal empreendimento pode oferecer qualquer oportunidade para o martírio. Indulgência denota o perdão do pecado, que é obra de Deus apenas. A absolvição sacerdotal consiste nisto: o sacerdote no sacramento declara que a pessoa que lhe confessa se encontra em um estado de contrição que o habilita, se ele morrer imediatamente, a entrar, sem passar pelo fogo do purgatório, nas mansões celestiais. E, o poder do sacerdote, em última instância, não é tão restrito a ponto de impedi-lo de prometer o perdão do pecado, à medida que Deus, segundo lhe revelar, permitir. Contudo, seria uma presunção muito grande supor que qualquer vigário de Cristo possa legitimamente atribuir a si mesmo esse poder de absolvição, sem que Deus lhe tenha dado antes uma revelação especial sobre o assunto, pois, caso contrário, ele seria culpado do pecado de blasfêmia.”

69. “O sacramento da penitência nada pode valer, exceto se for acompanhado de contrição. É uma tolice, portanto, que um sacerdote não informado pela revelação divina pense que a penitência ou outro sacramento seja útil para a salvação do indivíduo a quem é administrada, ou possa lhe conceder a absolvição incondicional. Portanto, os sacerdotes sábios de Cristo dão apenas uma absolvição condicional, que depende, principalmente, de uma confissão acompanhada do sentimento de remorso pelo pecado e da decisão de não mais pecar, da confiança na misericórdia de Deus e da determinação de, no futuro, obedecer aos mandamentos de Deus. Portanto, todo aquele que recebe tal indulgência, realmente a desfrutará, uma vez que esteja preparado para fazê-lo graças a sua relação com Deus. É dever dos prelados instruir as pessoas nessa verdade, para que os leigos não gastem seu tempo e trabalho naquilo que não pode lhes trazer benefício.”

70. “Não é permissível nem vantajoso que um papa, ou qualquer bispo ou clérigo, lute pelo domínio e riqueza mundanos. Isso pode ser entendido a partir do exemplo de Cristo, cujo vigário é o papa; pois Cristo não lutou, nem ordenou que seus discípulos lutassem; antes os proibiu de fazê-lo. O papa não deve lutar por coisas seculares. A maneira mais segura é lutar espiritualmente, não com a espada secular, mas com oração ao Deus Todo-Poderoso, para que Ele possa persuadir o inimigo à concórdia por meio de negociações, mesmo que por tal ação, que para os homens pode parecer loucura, alguém, se necessário for, sofra a morte. Essa é a regra que São Paulo estabelece em Romanos 12:19. Quem dera se o papa adotasse humildemente essa regra de São Paulo.”

71. “A conduta do papa é contrária ao exemplo de Cristo, que repreendeu Seus discípulos por quererem lançar fogo do céu sobre Seus inimigos (cf. Lucas 9:54). O melhor seria se o papa, como os apóstolos, que desejavam vingar o seu Senhor, se dirigisse ao Senhor e, com os cardeais, Lhe dissessem: ‘Senhor, se for a Tua vontade, convocaremos todos, de ambos os sexos, para se unir a fim de destruir Ladislau e Gregório e seus companheiros de culpa; e talvez o Senhor teria respondido: ‘Vocês não sabem de que espírito vocês são, quando procuram arruinar a vida de tantas pessoas pela interdição, condenação e destruição de vidas. Por que consideraram como nada Meu exemplo, Eu que proibi Meus discípulos de agirem com zelo cruel contra aqueles que Me crucificaram, Eu que orei: “Pai! Perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem?”’ Se o papa deseja subjugar seus inimigos, que siga então o exemplo de Cristo, cujo vigário ele se denomina; que ore por seus inimigos e pela igreja; que diga: ‘O meu reino não é deste mundo’; que ele lhes mostre bondade; que abençoe aqueles que o amaldiçoam; pois então o Senhor, de acordo com Sua promessa, lhe dará um poder de expressão e sabedoria que eles nunca serão capazes de contradizer.”

72. “Mas hoje em dia, apresenta-se objeção de que ‘essa imitação literal de Cristo se limita aos *conselhos* evangélicos, designados para aqueles que buscam a perfeição cristã – aos monges.’ Todos os sacerdotes devem procurar a mais elevada perfeição, porque são representantes dos apóstolos; e, em particular, o papa, que deve exibir em sua conduta o mais alto grau de perfeição, segundo o exemplo de Cristo e de Pedro. Todos os sacerdotes estão sujeitos à mesma regra de perfeição. Certamente o sacerdócio é o ápice da perfeição na igreja militante. Os *preceitos*, portanto, que proibem a disputa por coisas terrenas, dizem respeito a todos os sacerdotes em geral. O clero deve literalmente observar os preceitos do Sermão do Monte, como, por exemplo, Mateus 5:40.”

73. “A ignorância nessas questões não é desculpa para um padre, pois exige-se deles, como pessoas ordenadas, que ajam como administradores, juízes e professores, que tenham conhecimento da lei e a expliquem, em todas as suas várias partes, aos que estão subordinados a eles. Essa ignorância da Sagrada Escritura, sendo uma ignorância culposa, torna os sacerdotes mais condenáveis, pois é a fonte de todos os outros erros e vícios entre eles e o povo. Mesmo os leigos, se seguirem o convite da bula e, por suas contribuições, sustentarem o papa em coisas que divergem de seu chamado, não podem se desculpar por apelar à ignorância, já que se trata de uma ignorância que poderiam ter evitado. De fato, não existe tal ignorância; pelo contrário, eles têm conhecimento suficiente, apenas estão adormecidos. Pois quando veem padres assistindo a espetáculos, se colocando em pé de igualdade com o mundo, misturando-se em negócios seculares, murmuram imediatamente contra eles, de acordo com a tradição católica, embora isso seja insignificante quando comparado com a guerra e ações judiciais para fins terrenos.”



74. “No entanto, não é nem mesmo a ignorância, mas a absoluta indiferença que leva muitos a obedecer a essa bula. Eles dizem: ‘O que importa para nós, se a bula é boa ou ruim? Podemos comer e beber sem perturbações se formos deixados em paz; outros podem fazer o que bem entenderem. Ademais, há uma terceira classe que obedece por covardia: homens familiarizados com as Escrituras, que obedecem em oposição à própria consciência; que pensam sobre a bula de uma maneira e falam abertamente de outra. Esses tremem, quando deveriam mostrar destemor diante do mundo; tremem para não perderem seus bens temporais, a honra do mundo ou a própria vida.”

75. A bula havia lançado sobre o rei Ladislau e seus partidários a maldição da destruição até a terceira geração. Huss objetou que ela estava “em contradição com Ezequiel 18:20 e chamava Ladislau e seus adeptos de blasfemadores e hereges, embora isso não tenha sido provado por nenhum julgamento ao qual ele tivesse sido submetido, e embora seus súditos, pessoas pobres e fracas, estejam incluídos como homens e mulheres agindo sob coação”.

76. Deve-se lembrar que a bula concedia “indulgência total” a todos os que participassem da cruzada papal; e que essa indulgência se estendia àqueles que, mesmo não participando da cruzada, contribuíssem com a quantia que seria gasta caso fossem. Isso foi mencionado por Huss. Ele repetiu então sua definição de indulgência, que “denota o perdão do pecado” e concluiu: “Nesse ponto, o cego pode julgar que o perdão do pecado pode ser concedido em troca de dinheiro. Isso não é verdadeira simonia?”

77. Huss a seguir citou o seguinte trecho da bula:

“Pelo poder apostólico que me foi confiado, eu o absolvo de todos os pecados que, a Deus e a mim, você verdadeiramente tiver confessado e feito penitência. Se você não puder participar pessoalmente desse empreendimento, mas agir de acordo com a minha orientação e a dos outros comissários, fornecendo meios e ajudando nessa causa, se você fizer tudo de acordo com sua capacidade, eu lhe concedo o mais perfeito perdão de todos os seus pecados e a libertação da culpa e do castigo deles, em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.”

78. Sobre isso ele disse: “É a mesma coisa conceder perdão de todos os pecados e transmitir o Espírito Santo; ambas as ações pressupõem poder divino. E quando um homem pecador julga poder conceder o Espírito Santo, estamos diante da mais alta presunção. Somente Cristo, sobre quem a pomba celestial desceu como símbolo do Espírito Santo, pode conceder o batismo do Espírito. Deus concede o perdão do pecado somente àqueles a quem *Ele primeiro tornou apto para recebê-lo*. Visto então que um cristão só pode tornar outra pessoa apta lutando por isso por meio da oração ou pregação, ou contribuindo para que isso ocorra por seus próprios méritos, é evidente que essa aptidão para o perdão por parte de Deus deve preceder esse perdão. Pode-se dizer que se trata apenas de ‘uma indulgência condicional, fornecida verdadeiramente aos contritos e, portanto, aos eleitos’. Isso é sofisticado. Nesse caso, não haveria necessidade de indulgência. Assim, poderia ser dito de qualquer pessoa que, ‘supondo que fosse da essência divina, ela seria Deus de fato”.

79. Em seguida, ele chamou a atenção a outra “pretensão sofisticada: que ‘o real objetivo do papa não é outro além deste: governar a igreja de Cristo em paz e tranquilidade; mas, para garantir esse objetivo, ele deve resistir a seus adversários”’. Ao que Huss respondeu: “O papa não pode enganar a Deus. Deus sabe perfeitamente qual é a intenção do coração do papa: seu

objetivo de ter domínio, implícito ou explícito. Se aquele que deveria imitar a pobreza de Cristo luta pelo domínio do mundo, comete um pecado grave incentivado por qualquer pessoa que o apoia nesse empreendimento. Se o papa realmente possui uma plenitude de poder para conceder indulgência a todos, a caridade cristã requer, no mínimo, que ele demonstre essa bondade para todos igualmente”.

80. Em seguida, Huss atacou os efeitos prejudiciais produzidos por essas indulgências: “O rico tolo é enganado por uma falsa esperança; a lei de Deus se reduz a nada; o povo rude se entrega mais livremente ao pecado; pecados graves são considerados levemente; e, em geral, as pessoas são roubadas de suas propriedades. *Os fiéis, portanto, não podem ter nada a ver com essas indulgências!* Quanto ao fundo comum de todas as boas obras da igreja, a ser distribuído pelo papa, os indivíduos compartilham esse fundo comum apenas na proporção em que estejam qualificados para participar por meio de sua caridade. Mas ele *não está sob o poder do papa; cabe a Deus somente* determinar o maior ou menor grau de caridade em indivíduos; fazer isso pressupõe um poder infinito e depende da boa vontade de Deus. *Portanto, não está no poder do papa dar a alguém uma participação na intercessão realizada pela comunidade da santa igreja;* e, conseqüentemente, é absurdo atribuir tal poder a si mesmo, já que o próprio papa deveria, com Davi, dizer humildemente: ‘Companheiro sou de todos os que Te temem e guardam os Teus preceitos’. No lugar dessa participação espiritual com todos os bons da igreja, que o cristão viva uma vida justa, seguindo Cristo, a cabeça, em todas as virtudes, e especialmente em humildade e paciência; e então que ele confie em participar de Seus méritos, até onde Deus os conceder; e certamente, se assim perseverar até o fim, alcançará o perdão mais completo de seus pecados; e, à medida que sua vida cresce conforme o exemplo de Cristo, na mesma proporção ele compartilhará de Sua misericórdia e da glória dos bem-aventurados.”

81. “A partir das proclamações dos comissários para conceder indulgências, é evidente que seu único objetivo é extorquir dinheiro do povo. Não existe um único exemplo sequer nas Escrituras de um homem santo dizendo a alguém: ‘Eu lhe perdoo seus pecados; eu o absolvo’. Tampouco se encontra alguém que tenha absolvido alguém da punição ou culpa por certo número de dias. Os professores de teologia que dizem que ‘centenas de anos atrás’ os santos pais instituíram indulgências tomaram o cuidado de não se expressar de maneira mais definitiva, dizendo: ‘mil anos’ ‘duzentos ou trezentos’ ou qualquer outro número específico de séculos atrás. Tampouco se aventuraram a nomear qualquer um desses santos pais. Não permitirei que a sentença do papa seja definitiva e final. Cristo é o maior expositor de Sua própria lei, de Suas palavras e de Suas obras; Ele está sempre com Seus fiéis, de acordo com Sua promessa de que estaria com eles até o fim do mundo.”

82. “Eu contesto a posição de que, quando a grande massa do clero, monges e leigos aprovarem as bulas papais, seria ‘tolo contradizer uma maioria tão grande’. Pelo mesmo tipo de argumento, qualquer coisa poderia ser justificada, por mais perversa e vil, desde que fosse aprovada pela maioria! e qualquer coisa condenada, mesmo que vil e perversa, somente por estar sancionada pela maioria! Em Jeremias 8:10, está escrito que cada um, “desde o menor deles até o maior [...] se dá à ganância, e tanto o profeta como o sacerdote usam de falsidade”. De acordo com esse princípio, seria loucura por parte do profeta contradizer uma multidão tão vasta! Por-

tanto, é costume dos sábios, quando ocorrem dificuldades em relação a qualquer verdade, deixar o assunto aberto à discussão, para se considerar, antes de tudo, o que a fé das Sagradas Escrituras ensina sobre o ponto em questão; e o que quer que for dessa forma determinado, a isso devem se apegar como uma questão de fé. Mas se as Sagradas Escrituras não decidirem a respeito de um lado ou de outro, que o assunto seja deixado em paz, como algo que não lhes interessa, e seja abandonada a discussão se a verdade está de um lado ou de outro.”

83. Depois que Huss terminou seu discurso, “seu amigo Jerônimo se adiantou e proferiu um discurso brilhante, que despertou grande entusiasmo no coração dos jovens. À noite, ele foi escoltado para casa, em triunfo, por grandes grupos de estudantes. A comoção produzida pelos acontecimentos desse dia teve outros desdobramentos; e como geralmente acontece quando o impulso é dado a algum grande movimento, por mais puro e inquestionável que tenha sido o seu início, os que o iniciaram perdem o controle da situação e não mais conseguem mantê-lo dentro de limites; paixões impetuosas logo tomam as rédeas e destroem a pureza do começo, e foi isso o que aconteceu nessa ocasião.” Sob a liderança de um dos cortesãos do rei, “uma falsa procissão foi realizada; as bulas papais, suspensas no pescoço de certas mulheres indecorosas, foram carregadas no meio de um vasto grupo de pessoas pelos principais bairros da cidade. A carruagem que transportava as mulheres estava cercada por homens armados do partido, vociferando: ‘Para a estaca com as letras de um herético e mentiroso’. Dessa maneira, as bulas foram finalmente transportadas para o pelourinho, onde uma pilha de paus foi erguida, sobre a qual foram depositadas e queimadas.”

84. “Isso foi planejado apenas como uma paródia da queima dos livros de Wycliffe dois anos antes.” Ainda assim, Huss expressou claramente sua desaprovação de tal conduta por parte de quem professasse ser do seu partido, mas cuja vida não correspondia às doutrinas que apoiavam. É evidente que ele foi acusado como o principal responsável disso. Mas disse: “Espero, pela graça de Deus, que eu seja cristão, sem abandonar em nenhum aspecto a fé, e que prefiro sofrer uma morte horrível a afirmar algo contrário à fé, ou transgredir os mandamentos de nosso Senhor Jesus Cristo. E o mesmo espero também de muitos dos meus seguidores, embora observe com profunda dor que alguns deles são culpados pela sua conduta. Eu ficaria triste se alguém do meu partido rotulasse seu oponente de herege, ou o designasse de maometano, ou o ridicularizasse, ou atacasse de qualquer outra maneira que implique desrespeito à lei do amor”.

85. O rei “convocou os senhores do conselho e os anciãos das comunidades de todas as três cidades, das quais a grande capital havia surgido, e lhes ordenou que proibissem no futuro todos os insultos públicos ao papa, como também toda resistência pública às bulas papais, sob pena de morte; e que ficassem vigilantes para que qualquer manifestação impetuosa de ambos os lados fosse evitada. Esse decreto real foi proclamado por toda a cidade por um arauto, como advertência a todos. É provável, no entanto, que o rei, afinal, não tivesse a intenção de cumprir com todo rigor essas medidas; nem está claro se ele tinha poder suficiente para aplicá-las. O incitador da falsa procissão contra a bula, da qual acabamos de falar, ainda mantinha suas relações com o rei”.

86. “Huss não poderia ser impedido por nenhum poder na Terra de cumprir sua vocação como pregador do evangelho; ou de dizer à sua congregação o que sentia ser sua responsabilidade, como pregador e restaurador de almas, falar. Ele não podia se calar sobre os erros relacionados ao assunto das indulgências. Cabia a ele apontar o grande perigo a que a alma do povo

estava exposta ao se colocar a confiança nas indulgências, conforme ele já havia demonstrado em sua disputa pública. Até o momento, a rainha Sofia não havia deixado de comparecer à capela de Huss; e esse nova controvérsia só serviu para aumentar o número de ouvintes e o entusiasmo deles. A grande afluência de nobres, cavaleiros, homens e mulheres de todas as classes e condições, reunidos em torno de Huss, é descrita por seus oponentes; especialmente as milhares de mulheres piedosas denominadas beguinhas – um apelido semelhante ao termo pietista de tempos posteriores; e um nome que já havia sido aplicado aos seguidores de Militz. Agora, estando o coração dos leigos e de homens pertencentes à classe dos industriais artesãos, entre os quais Huss tinha muitos adeptos, dominado pelo poder da verdade em seus sermões, ao irem eles a suas igrejas e ouvirem os vendedores de indulgências pregarem com ousadia descarada o valor de suas mercadorias espirituais, em afronta direta contra a verdade do evangelho que ouviam na capela de Belém, nada mais era esperado, especialmente diante da grande agitação existente entre os jovens, do que o surgimento de cenas violentas.”

87. O cortesão do rei, os estudantes e a multidão a quem lideraram sem dúvida fizeram tolice, mas, em tudo o que fizeram, foram inofensivos. Mas agora o partido papal deu um passo que os levaram a agir de maneira extremamente perversa. “Vários padres, distribuídos entre as diversas igrejas paroquiais, se empenharam, em 10 de julho [de 1412], a publicar as bulas papais e convidar o povo a comprar indulgências. Nessa ocasião, três jovens pertencentes à classe dos artesãos comuns, chamados João, Martinho e Stasek, dando um passo à frente, gritaram a um desses pregadores: ‘Você está mentindo! O mestre Huss nos ensinou melhor que isso. Sabemos que tudo isso é falso’. Depois de um tempo foram capturados, conduzidos à assembleia e, no dia seguinte, em cumprimento ao edito real, condenados à morte. Huss, ao ser informado disso, achou que era seu dever interpor e esforçar-se por salvar esses rapazes, condenados a serem vítimas da verdade do evangelho que ouviram de seus lábios e que ardia em seus corações.”

88. “Acompanhado por 2 mil estudantes, dirigiu-se à assembleia. Exigiu uma audiência para si e para alguns de seus assistentes. Finalmente, teve autorização de comparecer perante o Senado. Declarou que considerava a culpa daqueles jovens como sua e que, portanto, ele próprio merecia morrer, muito mais do que eles. *Eles prometeram a ele que nenhum sangue seria derramado* e pediram que ele tranquilizasse os ânimos exaltados dos outros. Esperando que cumprissem a palavra, deixou a assembleia junto com seus seguidores. Porém, algumas horas depois, quando a maior parte da multidão já estava dispersa, ousaram prosseguir com a execução da sentença. Depois de terem sob controle a resistência da parte do partido hussita, os prisioneiros foram conduzidos sob uma grande escolta de soldados até o local da morte. Como a multidão de espectadores em estado de agitação só aumentava, apressaram a execução e a finalizaram antes mesmo de chegar ao local destinado. Mas os adeptos de Huss não tinham nenhuma intenção de recorrer à violência. Quando o carrasco, depois de concluir seu trabalho, gritou: ‘Quem fizer algo semelhante pode esperar sofrer o mesmo destino’, muitos entre a multidão exclamaram ao mesmo tempo. ‘Estamos todos prontos para agir de igual forma e sofrer o mesmo.’”

89. “Essa execução não poderia ter outro efeito senão aumentar a excitação dos sentimentos e o entusiasmo do povo pela causa de Huss. É claro que aqueles três jovens seriam considerados pelo partido a que pertenciam como mártires da verdade. Seria impossível conceber algo mais

bem calculado para promover qualquer causa, ruim ou boa, do que dar a ela mártires. Vários, e em particular os chamados beguinos desse partido, de quem falamos acima, mergulharam seus lenços no sangue das vítimas e os entesouraram como relíquias preciosas. Uma mulher que testemunhou a execução ofereceu linho branco para envolver os cadáveres; e outro indivíduo presente, mestre Jitzin, ligado ao partido de Huss, apressou-se com um grupo de estudantes a transportar os corpos para a capela de Belém. Carregados para lá como santos, em meio a hinos e cânticos, foram enterrados em meio a grandes solenidades, sob a direção de Huss. Esse evento deu nova importância à capela de Belém aos olhos do partido de Huss. Deram o nome de capela de Três Santos.

90. “É certo que Huss demonstrou intenso interesse pela morte desses jovens. Ele pensou que eles poderiam ser chamados de mártires da verdade cristã, como outros cuja memória é preservada na história da igreja. Não havia nada nisso que pudesse, com justiça, submetê-lo à menor censura. Seus sermões, por certo, contribuíram para alimentar o entusiasmo acalentado pelo povo pela memória dessas testemunhas. Contudo, como os rumores públicos, em tempos de comoção, não costumam discriminar os diferentes agentes e a responsabilidade devida a cada um em determinada conjuntura, mas tendem a depositar todo o ônus da culpa sobre os ombros daquele que vem a ser considerado o indivíduo mais importante, logo Huss passou a ser apontado como a pessoa que liderou a procissão no enterro dos três jovens. Isso é relatado pelo abade de Dola. Consequentemente, a culpa de todo o caso é lançada sobre Huss no Concílio de Constância; mas ele podia negar, com verdade, que a procissão não havia ocorrido por sua instigação.”

91. “Mas podemos ouvir o que o próprio Huss diz sobre essas testemunhas da verdade, pois suas palavras estão registradas em seu livro *De Ecclesia*, escrito em um período um pouco posterior. Depois de citar a passagem em Daniel 11:33 [‘Os sábios entre o povo ensinarão a muitos; todavia, cairão pela espada e pelo fogo, pelo cativeiro e pelo roubo, por algum tempo’], ele observa: ‘A experiência nos dá a interpretação correta dessas palavras – uma vez que pessoas simples, tanto leigos como sacerdotes, que se tornaram instruídas pela graça de Deus, muitas delas ensinadas pelo exemplo de uma boa vida, porque resistiram abertamente à palavra mentirosa do anticristo, caíram fio da espada. Exemplos delas são aqueles três leigos, João, Martinho e Stasek, que, por contradizerem os discípulos mentirosos do anticristo, foram vítimas da espada’. Então, em alusão ao que mais tarde aconteceu em consequência dessas comoções, acrescenta: ‘Mas outros que renunciaram à vida pela verdade morreram uma morte de mártires, ou foram presos, e mesmo assim não negaram a verdade de Cristo, sacerdotes, leigos e até mulheres.’”

92. “Depois desse primeiro episódio de derramamento de sangue, o partido perseguido achou inconveniente se aventurar imediatamente em algo mais. Eles perceberam o perigo de tentar pôr um fim a esses distúrbios pela força. Haviam aprendido, por experiência, até que ponto o entusiasmo do povo já havia se inflamado com a morte daqueles três jovens. Consequentemente, os outros prisioneiros, que agora não viam diante de si outra coisa além do martírio, foram libertados. O conflito entre os dois partidos, que havia dividido a universidade, desde a disputa sobre as bulas papais relacionadas à indulgência e a determinada cruzada, ainda continuou e se tornou mais violento; *o partido menor consistia naqueles que agora se declaravam opostos a todas as doutrinas wiclistas* e a favor de todo o sistema de absolutismo papal, e o partido maior, naqueles que defendiam a causa da reforma, à frente da qual estava Huss.

93. “O primeiro partido tinha do seu lado todos os que se apegavam à hierarquia e supunham que podiam contar também com a ajuda do rei Venceslau, a quem, de fato, haviam se juntado na defesa da bula, sendo ele o que havia emitido o decreto contra os que se opunham a ela. Os oito doutores, cujo líder naquele momento era Paletz, como reitor, acreditavam que tinham o direito de se colocarem como os representantes da faculdade de Teologia. Eles agora se uniram para condenar os 45 artigos de Wycliffe, embora alguns deles já tivessem defendido esses artigos; Huss, portanto, os chama de *cancriantes* [aqueles que retrocedem como caranguejos]. Eles declararam aos prelados que estavam de acordo com eles quanto às resoluções anteriores contra esses artigos. Isso lhes deu grande satisfação; mas, para Huss, tal caminho pareceu retrógrado, embora para os defensores da hierarquia parecesse grande avanço. Em seguida, os prelados condenaram os 45 artigos em uma sessão solene.”

94. “A essas proposições adicionaram outras seis”, como segue:

“1. ‘É herege aquele que tiver uma opinião contrária à da Igreja Romana a respeito dos sacramentos e do poder espiritual das chaves.’”

“2. ‘A experiência nos mostra que supor que o grande anticristo está presente e domina é um erro evidente, pois, de acordo com a fé da igreja, e de acordo com as Santas Escrituras, e de acordo com os santos mestres, ele deve aparecer no fim do mundo.’”

“3. ‘É um erro afirmar que as ordenanças dos santos pais e os louváveis costumes da igreja não devem ser observados pelo fato de não constarem nas Escrituras Sagradas, é um erro.’”

“4. ‘É um erro afirmar que não devem ser reverenciadas as relíquias, os ossos dos santos, as roupas e os mantos dos fiéis.’”

“5. ‘É um erro afirmar que os sacerdotes não podem absolver dos pecados e perdoar pecados, quando, como ministros da igreja, concedem e aplicam os sacramentos da penitência, mas que apenas anunciam que o penitente está absolvido.’”

“6. ‘É um erro afirmar que o papa não possa, quando necessário, pedir aos fiéis ou exigir contribuições deles para a defesa da Sé Apostólica, da igreja e da cidade Romana, e para a coerção e sujeição de oponentes e inimigos entre os cristãos, enquanto concede o perdão completo de todos os pecados aos fiéis que lealmente vêm em socorro, mostram verdadeira penitência, confessam e se humilham.’”

95. Esses oito doutores, “como corpo docente da faculdade de Teologia” pediram à magistratura de Praga que obtivesse o consentimento do rei para que o “ensino e a divulgação no exterior” dos 45 artigos de Wycliffe fossem proibidos por decreto real. Também declararam que “certos pregadores, por cuja causa violentas insurreições, disputas e divisões haviam surgido entre o povo, deveriam ser silenciados”. Disseram que “esse era o caminho para restaurar a paz entre o povo – um meio certamente planejado com astúcia para pôr fim a todos os conflitos, permitir que apenas um dos partidos tivesse voz e exigir silêncio absoluto do outro. O próximo passo seria agora conseguir a aprovação do rei. O rei concedeu apenas parte da solicitação. Ele emitiu de fato um decreto proibindo a pregação dessas doutrinas sob pena de banimento da terra; ao mesmo tempo, porém, informou a faculdade de que o melhor seria eles se ocuparem de refutar essas doutrinas em vez de tentar suprimi-las por um decreto de proibição. Mas um decreto de proibição contra a pregação deste ou daquele indivíduo era algo que ele nunca consentiria”.

96. Em resposta ao rei, a “faculdade de Teologia” disse que era impossível que eles refutassem essas doutrinas, pois Huss se recusava a apresentar-lhes por escrito suas objeções contra as bulas. Assim, Huss e seus oponentes da faculdade foram convocados para comparecer perante o conselho privado do rei; e ali Huss primeiro citou João 18:20: “Declarou-lhe [ao sumo sacerdote] Jesus: Eu tenho falado francamente ao mundo; ensinei continuamente tanto nas sinagogas como no templo, onde todos os judeus se reúnem, e nada disse em oculto”. Então disse: “Eu falei abertamente e ensinei nas escolas, no templo de Belém, onde mestres, bacharéis, estudantes e multidões de pessoas comuns se reúnem, e nada falei em segredo, com a intenção de afastar os homens da verdade. Ao mesmo tempo, estou pronto para concordar com a exigência desses doutores, sob a condição de que, ao eu me comprometer a sofrer na estaca, caso eu seja condenado por manter qualquer doutrina errônea, os oito doutores também se comprometam coletivamente a sofrer da mesma maneira e nas mesmas condições”.

97. Os doutores pediram tempo para deliberação e se retiraram. Logo voltaram e disseram que um deles se comprometeria com o pedido em lugar de todos. Mas Huss não quis aceitar isso, porque, disse ele, “eles estão todos juntos contra mim, e eu me oponho a eles sem associados; isso não seria justo.” Os doutores, porém, não consentiram com isso; e o conselho privado, visto que não havia esperança de acordo quanto às condições para a consideração dos pontos disputados, dispensou todos eles, após advertência de que deveriam tentar resolver o problema entre si – “uma advertência que, no estado deles de sentimentos exasperados, passaria despercebida; e que talvez pretendesse simplesmente sugerir que o conselho não teria mais nada a ver com esse assunto”.

98. Durante o período dessas ocorrências em Praga, o papa havia novamente retirado o caso de Huss das mãos do último cardeal a quem havia confiado o caso e o encaminhado a outro cardeal, incumbindo-o de “empregar as mais severas medidas contra o dissidente”. E agora os inimigos de Huss em Praga, vendo o poder deles frustrado ali, enviaram um agente ao papa para informar ao terrível João XXIII que Huss havia se oposto a suas bulas e indulgências e era, portanto, “um homem perigoso, hostil ao papado”. “O cardeal então pronunciou uma sentença de excomunhão contra Huss, com as mais terríveis palavras. Se ele persistisse em sua desobediência ao papa no período de 20 dias, a interdição deveria ser proclamada contra ele em todas as igrejas, aos domingos e dias festivos, com o toque de todos os sinos e o apagamento de todas as velas, e a mesma punição deveria ser estendida a todos que se associassem com ele. O interdito deveria ser colocado sobre todos os lugares que o abrigassem. Por uma segunda ordenança do papa, o povo de Praga foi convocado a prender a pessoa de Huss e entregá-lo ao arcebispo de Praga, ou ao bispo de Litomysl, ou a condená-lo à fogueira de acordo com a lei. A capela de Belém deveria ser destruída desde a sua fundação, para que os hereges não mais se abrigassem ali.”

99. O rei, nessa altura, ficou indiferente: não proibiu a publicação dessas ordenanças contra Huss, e ao mesmo tempo nada fez para promover a execução delas. Isso, no entanto, foi o suficiente para os inimigos de Huss. Com a concordância dos senadores da antiga cidade de Praga, eles se reuniram “no dia da festa de consagração da igreja de Praga, em 2 de outubro, sob a liderança de Bernardo Chotek, um boêmio, com o propósito de dispersar a congregação na capela de Belém e capturar a pessoa de Huss. Mas a firme resolução com a qual foram recebidos

pela congregação reunida em torno de Huss os levou a abandonar esse plano. Voltaram para a casa do Senado, onde foi resolvido pelo menos levar à execução a ordem do papa para destruir a capela de Belém. Mas quando essa resolução veio a ser conhecida, surgiram comoções tão violentas que também foi necessário abandonar esse projeto”.

100. Por parte de Huss, seu procurador, que havia apresentado seu caso diante do papa, publicou um argumento para demonstrar que tudo o que havia sido feito no processo contra Huss era inválido. O próprio Huss “pediu que algumas palavras fossem gravadas nas paredes da capela de Belém, mostrando a invalidade de tal excomunhão. E, finalmente, quando nenhum outro recurso terrestre lhe restava, abandonou qualquer apelo à corte de Roma, em que reinava a venalidade, e recorreu ao único juiz incorruptível, justo e infalível, Jesus Cristo. Depois de descrever seu extremo esforço para obter justiça na chancelaria romana, ele diz: ‘A corte romana, porém, que não se importa com ovelhas destituídas de lã, nunca parava de pedir dinheiro; portanto, finalmente desisti e apelei para Aquele que, acima de todos, é o mais justo Juiz e Sumo Sacerdote mais justo de todos’. Esse apelo ele proclamou à sua congregação do púlpito da capela de Belém.”

101. No entanto, esse apelo foi considerado por seus inimigos em Praga, e pelo próprio papado, como uma ofensa fruto da mais alta arrogância. “É característico da época que esse ato fosse recebido com forte desaprovação e considerado um insulto e menosprezo da jurisdição da igreja, como um ato insolente de desobediência ao papa e uma rejeição da ordem regular dos tribunais eclesiásticos. O abade de Dola diz em sua investida contra Huss: ‘Diga-me, então, quem aceitou o seu recurso? De quem você obteve uma liberação da jurisdição das autoridades subordinadas? Você não diria que foi dos leigos e de suas filhas beguinias.’” O clero de Praga prestou total obediência ao papa e publicou a excomunhão e a interdição com a mais solene cerimônia possível. “Em todos os púlpitos que publicaram o interdito contra Huss, houve estrita obediência da interdição: não foram administrados sacramentos e nenhum enterro eclesiástico foi permitido. Tal estado de coisas provocaria, como sempre, os mais violentos distúrbios entre as pessoas.” O arcebispo de Praga, exausto com as intrigas, contendas e confusões, renunciou no final de 1412. Seu sucessor foi “um defensor zeloso da hierarquia e mais inclinado a medidas severas em apoio a ela do que seu antecessor”.

102. O rei então pediu a Huss que, no interesse da paz, partisse de Praga por algum tempo. Huss consentiu; mas ainda não havia paz, pois a oposição não queria a paz. Eles persistiram em agitar o assunto a todo momento, e a culpa de tudo, no final, sempre recaía sobre as “doutrinas errôneas de Wycliffe”. O rei, percebendo que a ausência de Huss de Praga não havia trazido paz, aproximou-se do partido papal, com a esperança de conquistá-lo. Antes do Natal de 1412, já havia se reunido em Praga “o colégio dos antigos nobres da terra, com o objetivo de aconselhar sobre a restauração da paz e o resgate do bom nome do povo boêmio em terras estrangeiras”. Decidiu-se então convocar “um sínodo nacional” para esse mesmo propósito, diante do qual os líderes dos dois partidos deveriam comparecer. A princípio o plano era que esse sínodo fosse realizado em uma pequena cidade fora de Praga, para que Huss pudesse estar presente. Mas finalmente foi realizado em Praga, e Huss não pôde estar presente. Todavia foi representado por seu procurador, que leu a petição de Huss. O corpo docente de oito doutores da faculdade de Teologia foi liderado por Estêvão de Paletz e Estanislaw de Znojmo, apoiado pelo arcebispo João, o Homem de Ferro, de Litomysl.



103. “Os doutores da faculdade de Teologia atribuíram todo o cisma à defesa das 45 doutrinas errôneas de Wycliffe e insistiram que a condenação delas fosse observada com rigor e que a decisão da Igreja de Roma fosse aceita em todos os pontos. Na visão deles, a igreja era o papa como cabeça e o colégio de cardeais como corpo. Encontraram erros especialmente nas doutrinas amplamente difundidas sobre o poder das chaves de que a igreja fora dotada; erros relativos à hierarquia; a respeito dos sete sacramentos; a respeito da veneração de relíquias; e a respeito das indulgências. Eles atribuíram todos esses erros a uma única causa: *o partido não admitia outra autoridade além das Sagradas Escrituras*, explicadas em seu próprio sentido e em contrariedade com a doutrina da igreja e de toda a cristandade. Por outro lado, eles se consideravam as únicas pessoas que possuíam a verdade, visto estarem de acordo com a doutrina da Igreja Romana e de toda a cristandade. Eles exigiram que, em todos os assuntos em si mesmos neutros, entre os quais as últimas ordens do papa e os processos contra Huss, houvesse submissão incondicional à Igreja Romana. A desobediência de Huss e seu partido às ordens de seus superiores foi considerada por eles como crime extremamente grave. O interdito deveria ser rigorosamente observado; a ordem que proibia Huss de pregar deveria permanecer com força total. Eles sustentaram que, uma vez que os procedimentos contra Huss haviam sido aceitos pelo corpo coletivo do clero de Praga, e *esse mesmo clero* havia se submetido a eles, portanto, todos deveriam fazer o mesmo, especialmente porque se referiam apenas a assuntos neutros em si mesmos, que não proibiam coisas *boas*, nem ordenavam coisas *ruins*; e não era da responsabilidade do clero de Praga julgar se a interdição pronunciada sobre João Huss era justa ou injusta. Eles solicitaram que houvesse severa punição sobre todos os que defendessem em público essa coisas, que, do ponto de vista particular deles, chamavam de heresia. Suas propostas de paz, portanto, nada mais eram do que uma supressão total do outro partido e o triunfo do partido deles.

104. “Huss, por outro lado, começou estabelecendo o princípio de que somente as Escrituras sagradas deveriam ser aceitas como autoridade final; não se poderia exigir obediência a coisas que estivessem em desacordo com seus ensinamentos. Ele disse o seguinte em resposta à exigência de que a interdição fosse obedecida: ‘Seria o mesmo que argumentar que, porque o julgamento que declarou que Cristo era traidor, malfeitor e digno da morte foi aprovado pelo corpo coletivo dos sacerdotes em Jerusalém, por essa razão tal julgamento deve ser aceito sem questionamento’. A partir desse ponto de vista, ele estava consciente de que ele mesmo não estava defendendo nenhuma heresia e de que não havia qualquer fundamento para afirmar que heresias existiam na Boêmia. Ele solicitou, portanto, que voltassem ao pacto anterior concluído sob o arcebispo Zbynek. Declarou que estava pronto para se defender e ser absolvido da acusação de heresia contra qualquer pessoa, ou então sofrer na fogueira, desde que seus acusadores também se comprometessem com as mesmas condições. Todo homem que se achasse no dever de acusar outrem de heresia deveria dar um passo à frente e fazer esse compromisso. Mas se ninguém o fizesse, deveria ser novamente proclamado que a heresia não existia na Boêmia.”

105. A essa comissão, quando reunida em um período ordinário de sessões, foi apresentada por “um dos mais zelosos amigos de Huss, o mestre Jacó de Meis, uma resolução” no sentido de que, “se o assunto agora em questão se relaciona à restauração de paz, primeiro deve-se estabelecer *qual é a paz em questão, paz com o mundo ou com Deus*. A paz com Deus depende de guardar os mandamentos divinos. A origem do conflito é a seguinte: as tentativas de alguns

de trazer de volta a paz de Deus provocaram resistência profana e violenta por parte de outros. No entanto, a paz do mundo sem a paz cristã e divina é tão instável quanto inútil. Que o rei dê preferência à paz de Deus primeiro, e a outra seguirá por si mesma”.

106. O arcebispo João, o Homem de Ferro, aprovou as proposições do partido papal e declarou fortemente contra as do partido de Huss. Ele aconselhou que todos os escritos na linguagem vernacular da Boêmia relacionados a assuntos religiosos, escritos que haviam contribuído de maneira especial para a disseminação da heresia, fossem condenados e a leitura deles proibida. O objetivo, portanto, da convocação desse sínodo não foi de forma alguma alcançado, e a paz não estava mais próxima do que antes; e a assembleia foi dissolvida.

107. O rei fez mais um esforço. Nomeou uma comissão de quatro, que ele “autorizou a tomar todas as medidas necessárias para a restauração da concórdia e da tranquilidade. A comissão agiu com tal rigidez que obrigaram os dois partidos a se comprometer, sob pena de perda pecuniária e de banimento do país, a respeitar a decisão da comissão”. Contudo, mal haviam começado a formular artigos de acordo, e a confusão já estava de volta novamente. Sua primeira proposição deveria ser uma expressão do “acordo dos dois partidos com a fé da igreja sobre o assunto dos santos sacramentos e a autoridade da igreja”. Mas, quanto a isso, Paletz objetou que a causa que ele e a faculdade estavam defendendo era a causa da *própria igreja*, e não a causa de *um partido*. Ele disse que a oposição era o *partido*, enquanto eles eram a *igreja*; e que ele “nunca poderia admitir que ele e seus associados fossem chamados de mero partido”. Paletz então estabeleceu sua definição de igreja: “Pela igreja deve ser entendido o corpo dos cardeais sob o papa como a cabeça deles”.

108. O representante de Huss cedeu à exigência do comissão, afirmando que o partido de Huss concordaria com a igreja e aceitaria as decisões da igreja, *como todo cristão fiel deve aceitá-las e compreendê-las*. Paletz e Znaim insistiram que este era apenas um pretexto para ocultar discórdia e desobediência. Durante dois dias a questão foi debatida. No terceiro dia, Paletz e seu grupo não compareceram e acusaram a comissão de “fraqueza e parcialidade”. O rei considerou então os que haviam protestado contra o acordo, e o impedido de chegar a bom termo, de serem “os promotores do cisma, sendo infiéis à promessa sob a qual se comprometeram a submeter-se à decisão da comissão; e ele os privou de suas posições e os baniu do país.”

109. Todo esse tempo, o próprio Huss desfrutou de paz, passando o tempo em tranquilidade em castelos pertencentes a seus amigos, onde era sempre bem-vindo. Lá, passou seu tempo estudando as Escrituras e revisando as grandes questões em disputa. A questão sobre a natureza da igreja, que fora levada a uma crise por Paletz diante da comissão, foi retomada por Huss, que escreveu sobre o assunto nesse período de sua reclusão. Esse texto é intitulado “Sobre a Igreja” e é “a mais importante de todas as suas obras”, não apenas em si mesma, mas pelo fato adicional de ter sido “a principal obra mencionada durante o processo contra ele que o levou à estaca” no Concílio de Constança. Os principais pontos desse trabalho serão apresentados.

110. “Devemos considerar o corpo clerical formado por dois segmentos: o clero de Cristo e o do anticristo. O clero cristão se firma em Cristo como seu líder e em Sua lei. O clero do anticristo firma-se, na maior parte ou totalmente, nas leis humanas e nas leis do anticristo; todavia, pretende ser o clero de Cristo e da igreja, de modo a seduzir o povo por uma hipocrisia

mais astuta. Esses dois grupos tão opostos devem necessariamente ser governadas por dois chefes opostos com suas leis correspondentes.”

111. Citando as palavras de Cristo: “Porque onde estiverem dois ou três reunidos em meu nome, ali estou no meio deles” (Mateus 18:20), ele diz: “Ali, então, haveria uma *verdadeira igreja em particular*; portanto, onde três ou quatro estão reunidos, até o número total dos eleitos; e é nesse sentido que o termo igreja é com frequência usado no Novo Testamento. Assim, todos os justos que agora, no arcebispado de Praga, vivem sob o reinado de Cristo, e em particular os eleitos, constituem a verdadeira igreja de Praga. É de se surpreender, de fato, quando ouvimos a insolente e audaciosa afirmação, por parte daqueles com total devoção ao mundo, que levam uma vida extremamente mundana e abominável, bem afastados dos caminhos de Cristo, infrutíferos no cumprimento dos conselhos e mandamentos de Cristo, sim, é surpreendente a afirmação deles de que constituem a cabeça ou os eminentes membros da igreja, que é Sua noiva.”

112. “Somente Cristo é a Cabeça da igreja todo-suficiente. A igreja não precisa de outra, e nisso reside a sua unidade. Se um cristão em conexão com Cristo fosse a cabeça da igreja universal, teríamos que admitir que esse cristão seria o próprio Cristo; ou que Cristo estaria subordinado a ele e apenas um membro da igreja. Portanto, os apóstolos nunca pensaram em ser outra coisa senão servos dessa Cabeça e humildes ministros da igreja, Sua noiva; mas nenhum deles jamais declarou ser a cabeça ou o noivo da igreja, nem jamais aspirou a tal posição. Cristo é a Cabeça todo-suficiente da igreja; e isso Ele provou durante 300 anos da existência da igreja, e por mais tempo; e foi nesse período que a igreja se mostrou mais próspera e feliz. A lei de Cristo é o meio mais eficaz para decidir e determinar assuntos eclesiásticos, uma vez que o próprio Deus a concedeu para esse fim. O próprio Cristo é a rocha que Pedro professou e sobre a qual Cristo fundou a igreja, a qual, portanto, sairá triunfante de todos os seus conflitos.”

113. “O papa e os cardeais podem ser a porção mais eminente da igreja em relação à dignidade, mas apenas no caso de seguirem com mais cuidado o padrão de Cristo e deixarem de lado a pompa e a ambição da primazia, a fim de servirem de maneira mais ativa e humilde sua mãe, a igreja. Seguindo o caminho oposto, tornam-se a abominação da desolação: um colégio oposto ao colégio humilde dos apóstolos de nosso Senhor Jesus Cristo. Por que não deveria Cristo, que, na Santa Ceia, concede aos crentes o privilégio de participar de uma maneira sacramental e espiritual de Si mesmo; por que Ele não deveria estar *mais* presente na igreja do que o papa, que, vivendo a uma distância de quase 1.300 quilômetros da Boêmia, não pode, sozinho, agir diretamente sobre os sentimentos e movimentos dos fiéis na Boêmia, como cabe à cabeça fazer! Seria suficiente, então, dizer que o papa é um representante de Cristo; e isso seria um privilégio para ele, se fosse um servo fiel, predestinado a participar da glória de sua cabeça – Jesus Cristo.”

114. “O papado, pelo qual uma cabeça visível foi dada à igreja, teve sua origem com o imperador Constantino; pois, até a dádiva de Constantino, o papa era apenas um colega dos outros bispos. Se o Deus Todo-Poderoso não pôde conceder outros sucessores verdadeiros dos apóstolos além do papa e dos cardeais, segue-se que o poder do imperador, mero homem, por quem o papa e os cardeais foram instituídos, colocou limites ao poder de Deus. Assim, visto que o Deus Todo-Poderoso é capaz de tirar as prerrogativas de todos esses imperadores e trazer de volta Sua igreja mais uma vez à condição em que todos os bispos estejam no mesmo nível, como era antes da dádiva

de Constantino, é evidente que ele pode instituir outros, além do papa e dos cardeais, para serem os *verdadeiros* sucessores dos apóstolos, de modo a servir a igreja como os apóstolos a serviram.”

115. “É evidente que os maiores erros e as maiores divisões surgiram por ocasião desse [visível] chefe da igreja e continuaram se multiplicando até os dias de hoje. Pois, antes que tal chefe fosse instituído pelo imperador, a igreja experimentou constante crescimento em virtudes; mas após a nomeação de tal cabeça, os males aumentaram continuamente. E não haverá fim para tudo isso, até que essa cabeça, com seu corpo, volte a ser regida pelos apóstolos. Cristo pode governar melhor Sua igreja por meio de Seus verdadeiros discípulos espalhados por todo o mundo, sem esses monstros de cabeças supremas. A faculdade de Teologia chamou o papa de “o refúgio seguro, inesgotável e totalmente suficiente para sua igreja”. Nenhum ser criado pode ocupar esse lugar. Essa linguagem pode ser aplicada apenas a Cristo. Somente Ele é o refúgio seguro, infalível e totalmente suficiente para Sua igreja, para a guiar e iluminar. ‘Sem Mim nada podeis fazer (João 15:5).’”

116. “Não traz prejuízo à igreja, mas benefício, o fato de Cristo não mais estar presente de maneira visível; Ele mesmo diz a seus discípulos e, portanto, a todos os seus sucessores em João 16:7: “Convém-vos que Eu vá, porque, se Eu não for, o Consolador não virá para vós outros; se, porém, Eu for, eu vo-lo enviarei”. É evidente a partir disso, como a própria verdade testemunha, que é uma coisa salutar para a igreja militante que Cristo a deixasse e ascendesse ao Céu, para que, assim, Sua prolongada presença visível e corpórea na Terra não fosse prejudicial a ela. Portanto, a igreja está suficientemente provida de orientação invisível e não deve precisar de uma visível da qual pudesse se tornar dependente. Suponhamos, então, que o papa, que anda visivelmente entre os homens, fosse um mestre tão bom quanto o prometido Espírito da Verdade, em busca do qual não precisamos correr para Roma ou Jerusalém, pois ele está presente em todos os lugares, pois preenche o mundo, [mesmo assim, essa cabeça visível não seria ‘benéfica’ para a igreja]. Suponha também que o papa fosse um refúgio tão seguro, infalível e suficiente para todos os filhos da igreja quanto o Espírito Santo; seguir-se-ia que teríamos que admitir uma quarta pessoa na Trindade divina.”

117. “Esse Espírito, na ausência de um papa visível, inspirou profetas a prever o futuro noivo da igreja, fortaleceu os apóstolos a espalhar o evangelho de Cristo por todo o mundo, levou os idólatras à adoração do único Deus e não deixa, até agora, de instruir a noiva e todos os seus filhos, para torná-los certos de todas as coisas e guiá-los em todas as coisas necessárias para a salvação. Como os apóstolos e sacerdotes de Cristo conduziram com habilidade os assuntos da igreja em todas as coisas necessárias para a salvação, antes que o cargo de papa tivesse sido introduzido, então eles o farão novamente, caso não venha a existir mais papa – e é bem provável que isso aconteça –, até o dia do julgamento; pois Cristo é capaz de governar Sua igreja, da melhor maneira, por Seus fiéis presbíteros, sem papa. Os cardeais, ocupados com negócios mundanos, não podem ensinar e guiar, por sermões, conforme os artigos de fé e os preceitos do Senhor, os membros da igreja universal e de nosso Senhor Jesus Cristo. Mas os pobres e humildes sacerdotes de Cristo, que afastaram de seus corações toda ambição e toda impiedade do mundo, sendo guiados pela graça de nosso Senhor Jesus Cristo, ensinam e guiam os filhos da igreja, vivificados pela graça do Espírito Santo, e lhes dão segurança nos artigos de fé e nos preceitos necessários à

salvação. A igreja tem tudo o que precisa na orientação do Espírito Santo e não deve exigir mais nada; nada mais a pode substituir.”

118. Estanislau de Znojmo havia afirmado que Cristo não poderia ter deixado a igreja sem uma cabeça visível, pois seria o mesmo que a deixar numa situação muito humilhante. A isto Huss respondeu: “Longe esteja de nosso coração tal pensamento, pois contradiz diretamente as declarações do evangelho. Como a igreja pode se envergonhar quando ela tem o Noivo com ela até o fim do mundo? Quando ela tem um consolo seguro e uma promessa infalível, a promessa das próprias palavras de Cristo, que, se pedirmos algo ao Pai em *Seu* nome, Ele nos dará? E tudo o que pedirdes ao Noivo Ele fará. De nenhum papa ela pode conseguir isso.

119. É interessante notar que Miltitz, Mateus de Janov e Huss, todos ensinaram que, nos últimos dias do anticristo e da igreja, o poder de fazer maravilhas à vista de todos se manifestaria por parte de anticristo, e não por parte de Cristo. Como afirma Huss, essa visão é a seguinte: “O anticristo terá o poder de enganar pelas maravilhas.<sup>3</sup> Nos últimos tempos, os milagres devem ser restringidos. Ela [a igreja de Cristo] deve agir somente na forma de um servo. Ela deve ser provada pela paciência.<sup>4</sup> As maravilhas mentirosas dos servos do anticristo devem servir como prova da fé.<sup>5</sup> Por seu próprio poder intrínseco, a fé se preservará nos eleitos, superior a todas as artimanhas do engano. A profecia está envolta em obscuridade; o dom da cura removido; o poder do jejum prolongado diminuído; a palavra da doutrina silenciada; milagres são retidos. *Não que a providência divina suspenda completamente essas coisas*; mas eles não devem ser vistos abertamente e em grande variedade, como em épocas anteriores”.

120. “Tudo isso, no entanto, é ordenado de forma maravilhosa pela atuação da providência divina, a fim de que a misericórdia e a justiça de Deus sejam reveladas exatamente dessa maneira. Pois, enquanto a igreja de Cristo deve, após a retirada de seus dons miraculosos, aparecer com mais humildade, e os justos, que a veneram por causa da esperança do bem celestial, e não por causa de sinais visíveis, deixam de receber sua recompensa nesta vida terrena, haverá uma manifestação mais rápida do caráter dos ímpios, que, desprezando as coisas invisíveis que a igreja promete, apegam-se a sinais visíveis.”

121. “Essa forma de servo da verdadeira igreja, que é atraída pelas coisas invisíveis e divinas, em contraste com a profusão de maravilhas do engano na igreja mundana do anticristo, em sua manifestação de *glória visível*,<sup>6</sup> será o meio para separar os eleitos dos réprobos. Os eleitos devem passar por essa provação para mostrar seu caráter genuíno; os réprobos devem ser enganados de acordo com o justo julgamento de Deus. Portanto, nesses tempos, serão mais os servos do anticristo do que os servos de Cristo que se tornarão conhecidos pelas maravilhas. *É um milagre maior confessar a verdade e praticar a justiça do que realizar maravilhosas obras diante dos sentidos externos*. O sacerdote ou diácono que ama seus inimigos, despreza riquezas, que considera como nada a glória deste mundo, evita se envolver nos negócios mundanos e suporta com

<sup>3</sup> 2 Tessalonicenses 2:9; Apocalipse 13:13, 14; 16:13, 14.

<sup>4</sup> Cf. Mateus 24:13; Lucas 21:19; Apocalipse 14:12.

<sup>5</sup> Amós 8:12.

<sup>6</sup> Ver *O Grande Conflito*, capítulo 39, p. 624.

paciência ameaças terríveis, até perseguições por causa do evangelho, esse sacerdote ou diácono realiza milagres e tem o testemunho dentro de si de que é um genuíno discípulo de Cristo.”

122. O Concílio de Constança se aproximava; e visto que o grande objetivo desse concílio, conforme fora declarado, era “a reforma da igreja em sua cabeça e membros”, Huss desejava muito estar lá e dar testemunho da verdade. Mas ele sabia que isso significava arriscar a vida. Então escreveu: “Confiando em Cristo, a Testemunha que nenhuma multidão de testemunhas pode afastar da verdade, a quem a corte romana não pode aterrorizar, a quem nenhum presente pode corromper e nenhum poder vencer, confessarei a verdade do evangelho, se Ele mesmo me conceder a graça de fazê-lo. Quanto ao conselho dos doutores da faculdade, com a ajuda de Cristo, não o aceitaria, mesmo se estivesse diante de uma estaca, que estava pronta para a minha execução. E espero que a minha sorte, e a dos dois que abandonaram a verdade (Estêvão Paletz e Estanislau de Znojmo), seja antes ser levado pela morte para o Céu ou para o inferno do que ser induzido a adotar suas opiniões. Eu os conheci como homens que, em épocas anteriores, verdadeiramente confessavam a verdade como é em Cristo; porém, vencidos pelo medo, passaram a lisonjear o papa e aceitaram mentiras”.

123. “Se eu não puder tornar a verdade livre em tudo, pelo menos não serei um inimigo da verdade e resistirei até a morte todo acordo com a falsidade. Deixe o mundo fluir conforme o Senhor permitir que flua! Uma boa morte é melhor que uma vida ruim. Ninguém nunca deveria pecar por medo da morte. Terminar esta vida, pela graça de Deus, significa deixar este mundo de sofrimento. Quanto mais conhecimento da verdade se obtém, mais se deve trabalhar. Quem fala a verdade quebra o próprio pescoço. Quem teme a morte perde a alegria de viver. A verdade triunfa sobre tudo; o que triunfa é aquele que morre pela verdade, pois nenhuma calamidade pode tocá-lo, se nenhum pecado tiver domínio sobre ele! Bem-aventurados sois quando vos injuriarem, diz a Verdade. Este é o fundamento sobre o qual construo; este é o alimento para o meu espírito, me abastecendo dele com vigor para lutar contra todos os adversários da verdade. Quanto ao opróbrio sobre o rei e o reino, que mal há se o rei é bom, e alguns, pelo menos, dos habitantes do reino são bons? Cristo passou por grande vergonha junto com seus escolhidos, e lhes disse que seriam entregues pelos pais e parentes (cf. João 16:2; Mateus 10:21, 22); e isso é pior que ser difamado por Estanislau ou Paletz.”

124. O reitor da Universidade de Praga havia escrito a Huss uma carta de consolo. Esta foi a resposta de Huss: “Aceito com muita gratidão esse consolo, enquanto me apego a essas passagens das Escrituras e coloco minha confiança nisto: se eu for um homem justo, nada pode me incomodar ou me induzir a desviar-me da verdade. E se eu vivo e continuar a viver em Cristo com devoção, então em nome de Cristo devo sofrer perseguições; se foi necessário que Cristo sofresse e assim entrasse em Sua glória, certamente convém a nós, pobres criaturas, tomar a cruz e seguir-Lo em Seus sofrimentos. E garanto que a perseguição nunca me perturbaria, se meus pecados e a corrupção do povo cristão não me incomodassem. Pois que mal poderia me causar a perda das riquezas deste mundo, que não passa de escória? Que mal, a perda do favor do mundo, que poderia me desviar do caminho de Cristo? Que mal, sofrer o opróbrio, se, suportado com paciência, purifica e transfigura os filhos de Deus, para que brilhem como o Sol, no reino de seu Pai? E finalmente, que mal, a perda da minha pobre vida, que é a morte, se quem a perde deixa a morte

de lado e encontra a verdadeira vida? Mas é isso que não conseguem compreender os que estão cegados pela pompa, honra e avareza, e por meio dos quais alguns foram seduzidos da verdade pelo medo, quando não havia nada a temer.”

125. “Quanto ao meu corpo, que espero, pelo Senhor Jesus Cristo e se Sua misericórdia me der forças, oferecer, pois não desejo viver por maio tempo neste mundo miserável, se não conseguir estimular a mim e a outros, segundo a vontade de Deus, ao arrependimento. Desejo isso para você também; e eu exorto você, em nome do Senhor Jesus Cristo, com todos os companheiros do seu conselho, a estar pronto para a provação; pois o prelúdio do anticristo deve começar primeiro, e então a batalha prosseguirá com todo o zelo. É o ganso [*goose* em inglês, e *Gans* em alemão: um jogo de palavra com o nome dele, Huss, que significa ganso] baterá suas asas contra as asas do Beemote<sup>7</sup> e contra a cauda que sempre esconde as abominações do anticristo. O Senhor reduzirá a cauda e Seus profetas a nada, ou seja, o papa e seus profetas, os mestres, professores e juristas que, sob o nome hipócrita da santidade, ocultam as abominações da besta. O papado é a abominação da autodeificação no lugar santo. Ai de mim, se eu não pregar sobre essa abominação, se eu não chorar sobre ela e escrever sobre ela.”

126. Em uma carta ao seu povo da capela de Belém, disse: “Orem por aqueles que pregam a verdade de Deus com graça e orem também por mim, para que eu possa escrever e pregar em maior profusão contra o anticristo, e que Deus possa me guiar na batalha, quando for levado à mais extrema provação, para que, dessa forma, eu possa manter *Sua própria* verdade. Saibam que não tenho medo de entregar esse pobre corpo pela verdade de Deus, quando me sinto seguro de que não há falta da pregação da Palavra de Deus, mas que, a cada dia, a verdade do evangelho é mais amplamente difundida. Mas desejo viver por causa daqueles que sofrem violência e que precisam da pregação da Palavra de Deus, para que desta maneira a malícia do anticristo seja descoberta como uma advertência aos piedosos. Eu prego, portanto, em outros lugares, ministrando a quem quer que ali encontre, pois sei que a vontade de Deus é cumprida em mim, seja por uma morte pairando sobre mim pelo anticristo, ou pela morte de uma doença. E se for a Praga, estou certo de que os meus inimigos estão à minha espreita e me perseguirão, sim, essas pessoas que não servem a Deus e impedem outros de servi-Lo. Mas oremos a Deus por eles, se porventura houver alguns eleitos entre eles, a fim de que se voltem para o conhecimento da verdade.”

127. Nos preparativos para o Concílio de Constança, o imperador Sigismundo foi instado pelos líderes da igreja a fazer da situação na Boêmia um dos assuntos específicos a serem considerados no concílio. Ele concordou com isso. E, para realizar isso, era essencial que Huss estivesse no concílio. O rei Venceslau da Boêmia era irmão do imperador Sigismundo. O imperador então “solicitou que seu irmão, o rei Venceslau, enviasse Huss a Constança; e prometeu fornecer a Huss um salvo-conduto”. Ele deu instruções a um dos dois cavaleiros que eram seus mensageiros ao rei para que informasse Huss de que ele providenciaria o suficiente para que ele fosse ouvido perante o concílio; e que se ele não se submetesse à decisão do concílio, o enviaria de volta ileso à Boêmia. Huss só recebeu esse salvo-conduto após sua chegada a Constança. Mas, quando o recebeu, o documento estava tão bem-elaborado que Huss ficou incondicional-

<sup>7</sup> Animal gigantesco descrito na Bíblia (ARC, KJV), que é provavelmente o hipopótamo (ARA).

mente sob a proteção do imperador e do império. Dizia, com muitas palavras: “Você deve deixar João Huss passar, parar, ficar e voltar em liberdade, sem qualquer obstáculo”.

128. Antes de partir para Constança, Huss fez mais uma visita a Praga, em agosto de 1414. Lá, por meio de um anúncio público publicado em todas as portas das igrejas, ele convidou qualquer pessoa que quisesse a condená-lo por heresia perante o arcebispo ou diante de um sínodo a ser convocado pelo arcebispo. Mas o sínodo lhe informou que eles estavam ocupados demais com outros assuntos do reino para cuidar daquele assunto. Huss solicitou que eles lhe dessem uma declaração sobre a situação. Ele então conseguiu uma entrevista com o arcebispo, no final da qual o arcebispo “lhe deu uma declaração em que afirmava que não o considerava culpado de nenhuma heresia; que não tinha nada contra ele, exceto que ele havia permanecido tanto tempo sob a interdição; e não tinha nada para aconselhá-lo, somente que ele deveria remover o interdito o mais rápido possível.” Além disso, tomou medidas para que fosse feita uma investigação de seu credo, sob a direção do inquisidor do papa, e o inquisidor também “elaborou um depoimento certificando que não encontrava nada de herético nele”.

129. Antes de partir de Praga, Huss escreveu ao imperador, agradecendo-lhe por sua preocupação em favor dele. Ele disse: “Confiarei humildemente que minha vida estará segura graças ao que você fez e, sob o salvo-conduto de sua proteção, com a permissão do Altíssimo, comparecerei no próximo concílio, em Constança”. Ele pediu ao imperador que providenciasse a oportunidade de publicamente confessar sua fé no concílio, “pois, como nada ensinei em segredo, desejo ser ouvido, ser examinado, pregar e, sob a ajuda do Espírito divino, responder a todos os que estão dispostos a me acusar, não em segredo, mas publicamente. E espero que não tenha medo de confessar o Senhor Cristo e, se for o caso, de morrer por Sua lei, que é a mais verdadeira”. O imperador havia prometido a Huss que “sua causa seria conduzida a um final feliz”; e Huss novamente lhe agradeceu por suas boas intenções e disse: “Isso, também, Vossa Majestade realizará para a honra do Rei dos reis”.

130. Vários amigos de Huss o advertiram a não confiar demais na palavra do imperador. Um de sua congregação, um alfaiate, na despedida, disse: “Que Deus esteja com você, pois dificilmente, penso eu, você voltará ileso, querido mestre João e tão firme na verdade! Não o rei da Hungria, mas que o Rei do Céu o recompense com todo o bem, pelas boas e verdadeiras instruções que recebi de você”. Em uma carta a sua congregação, um dia antes de deixar Praga, em 10 de outubro de 1414, Huss disse: “Vocês sabem, meus irmãos, que há muito os tenho instruído em boa-fé, colocando diante de vocês a Palavra de Deus – não coisas distantes da fé em Cristo, nem falsas doutrinas, pois sempre busquei, e sempre buscarei, enquanto viver, o bem-estar de vocês. No concílio dos meus inimigos haverá mais contra mim do que contra o nosso Salvador. Primeiro, se levarmos em conta o número de bispos e senhores; em seguida, o de príncipes deste mundo e fariseus. Mas espero em Deus, meu Todo-Poderoso Salvador, que, com base em Sua própria promessa e em resposta a suas orações fervorosas, que Ele me conceda sabedoria e uma língua hábil, para poder resistir a eles. Ele também me concederá um espírito para desprezar perseguições, prisão e morte; pois vemos que o próprio Cristo sofreu por causa dos seus escolhidos, dando-nos um exemplo, para que pudéssemos sofrer todas as coisas por Ele e por nossa salvação. Certamente não pode perecer aquele que crê Nele e persevera em *Sua* verdade.”



131. “Se minha morte puder glorificar Seu nome, então que Ele a apresse e me dê graça para suportar com boa coragem qualquer mal que possa me acontecer. Mas se for melhor para mim retornar a vocês, então vamos rogar a Deus por isso, para que eu possa voltar para vocês do concílio sem danos, isto é, sem prejuízo para Sua verdade, para que possamos, a partir de então, ter um conhecimento mais puro dela, destruir as doutrinas do anticristo e deixar atrás um bom exemplo para nossos irmãos. Talvez vocês nunca mais me vejam em Praga; mas se Deus, em Sua misericórdia, me trouxer de volta para vocês, continuarei, com mais alegre coragem, a andar na lei do Senhor, mas especialmente quando nos encontrarmos na glória eterna. Deus é misericordioso e justo, e que Ele conceda a paz aos Seus aqui e além da morte. Que Ele cuide de vocês, Aquele que nos purificou, Suas ovelhas, mediante Seu próprio sangue santo e precioso, sangue esse que é o penhor eterno de nossa salvação. E que Ele permita que vocês sejam capazes de cumprir Sua vontade e, tendo-a cumprido, alcancem a paz e a glória eterna por meio de nosso Senhor Jesus Cristo, com todos os que habitam em Sua verdade.”

132. Em 11 de outubro de 1414, Huss partiu para Constança, acompanhado pelos dois cavaleiros, Wenzel de Duba e João de Chlum, que foram encarregados pelo imperador para protegê-lo de qualquer perigo. Havia também no grupo o secretário de Chlum, amigo sincero de Huss, e o padre João Cardinalis, delegado da Universidade de Praga ao concílio, também amigo dedicado de Huss. Por todo o caminho, onde quer que ele parasse, publicava anúncios em boêmio, latim e alemão, oferecendo-se a dar a quem desejasse falar sobre o assunto de sua fé um relato de suas convicções religiosas, e a provar que ele estava muito longe de nutrir qualquer pensamento que pudesse ser visto como heresia.

133. Em uma pequena cidade pela qual passaram, o pároco, com seus assistentes, o visitou, bebeu à sua saúde, conversou com ele sobre questões da fé cristã, declarou que concordava plenamente com ele e afirmou que sempre fora amigo dele. Em Nurembergue, comerciantes que por ali passavam deixaram a notícia de que Huss estava a caminho e que em breve estaria na cidade. Quando chegou, “muitas pessoas vieram encontrá-lo”. Antes de se sentar para jantar, um pároco enviou uma carta solicitando uma entrevista com ele, que ele concedeu. Durante o jantar, Wenzel de Duba lhe entregou uma nota, afirmando que, em consequência do anúncio publicado, “muitos cidadãos e mestres desejavam falar com ele”. Ele saiu da mesa, encontrou-os e “na presença do burgomestre e de muitos cidadãos conversou sobre sua doutrina até o anoitecer; e seus ouvintes professaram estar satisfeitos com ele”.

134. “Enquanto Huss estava debatendo com certas pessoas na pequena cidade suábica de Bibrach, o nobre cavaleiro João de Chlum demonstrou tanto interesse pela disputa e falou com tanto vigor em favor das doutrinas de Huss, que levou o povo a pensar que ele era um doutor em Teologia. Por essa razão, Huss costumava, depois em suas cartas, em tom de brincadeira, chamá-lo de o doutor de Bibrach. Ciente da grande ignorância do povo nas coisas da religião, Huss costumava deixar, onde quer que se hospedasse, uma cópia dos Dez Mandamentos, ou mesmo escrevê-los na farinha, como ele os escrevera nas paredes da capela de Belém.”

135. Em 3 de novembro de 1414, ele chegou a Constança. Ele estava lá um mês antes de qualquer coisa ser levada em consideração sobre seu caso. Ele escreveu a um amigo: “Eu não teria encontrado amigos em Constança se meus adversários da Boêmia não tivessem se esfor-

çado para fazer de mim uma pessoa odiada”. Esses adversários foram Miguel de Causis, pároco de Praga, e Paletz, o decano do corpo docente da Universidade; e o legado do papa, que havia publicado as bulas e as indulgências do papa na Boêmia. No dia seguinte, após sua chegada a Constança, De Causis fez com que fosse publicado um anúncio “em todas as igrejas, acusando-o de o mais vil herege”. O imperador não tinha ainda chegado a Constança, mas o salvo-conduto de Huss lhe foi entregue ali, e o imperador enviou a Huss suas palavras de satisfação por ele ter começado aquela viagem sem esperar pela carta de salvo-conduto.

136. Em 28 de novembro de 1414, perto do meio-dia, uma embaixada veio a Huss, da parte do papa e dos cardeais, para informá-lo de que “já havia sido acordado que lhe seria concedida a audiência que ele tantas vezes solicitara; e ele foi convidado a seguir a embaixada até o palácio do papa. O cavaleiro de Chlum, que percebeu de imediato os motivos por detrás de todo o arranjo, levantou-se indignado e exclamou: ‘Tal violação da honra do imperador e do Santo Império Romano não deve ser tolerada. O imperador deu a sua própria palavra a Huss de que ele terá uma livre audiência no concílio. Eu mesmo, que recebi a incumbência de zelar pela segurança de Huss, sou responsável por ela e tenho a obrigação de cuidar para que nada seja feito contra a palavra do imperador. Não posso permitir isso e devo protestar contra tal procedimento. Os cardeais farão bem em considerar o que pretendem fazer e não supor que podem brincar com a honra do imperador e do império”.

137. O bispo de Trento respondeu que “não tinham más intenções. Tudo será feito em paz. Desejamos apenas evitar agitação”. Huss falou, dizendo: “Eu não vim aqui para comparecer perante o papa e a corte romana, mas para comparecer perante todo o concílio reunido e apresentar na presença de todos um testemunho da minha fé. Embora eles usem a força contra mim, ainda tenho firme esperança na graça de Deus de que nunca conseguirão induzir-me a cair da verdade”. Huss seguiu então a embaixada. “No andar de baixo, ele foi recebido pela governanta da casa, que se despediu dele em lágrimas. Atordoadado com um pressentimento de morte, e profundamente comovido, concedeu a ela sua bênção. Montando a cavalo, prosseguiu com a embaixada e o cavaleiro de Chlum para a corte.”

138. “Os prelados, temendo um movimento por parte do povo, haviam decidido que os magistrados da cidade, que eram completamente subservientes ao concílio, deveriam colocar soldados nas ruas vizinhas, para que, se necessário, usassem a força até que a distância fosse percorrida. Quando Huss compareceu diante da chancelaria, o presidente do colégio de cardeais disse: ‘É relatado que você ensina publicamente muitas heresias horríveis e as disseminou em toda a Boêmia. Essa coisa não pode continuar assim; por isso você foi chamado, com o objetivo de ver por si mesmo o andamento do assunto’. Huss respondeu: ‘Este é o meu pensamento: eu preferiria morrer a ensinar *uma* heresia, muito menos *muitas*. E a razão pela qual vim aqui é responder por meus atos perante o concílio e me retratar se for convencido diante dele de estar mantendo algum erro’. Os cardeais expressaram sua satisfação com o equilíbrio de Huss. Eles então encerraram a reunião, deixando Huss e Chlum sob a vigilância de guarda-costas.

139. “Cerca das 4 horas da tarde, eles se reuniram novamente na chancelaria, e vários boêmios também estavam presentes, inimigos e amigos de Huss.” Seus inimigos, especialmente Paletz e De Causis, fizeram todo o possível para impedir que Huss ficasse em liberdade, e conseguiram isso. Então, quando tiveram certeza de que haviam conseguido o que queriam,

“explodiram em aplausos altos e gritaram de forma insultuosa a Huss: ‘Agora temos você, e você não escapará até pagar o último centavo!’” Quando a noite chegou, o cavaleiro de Chlum recebeu uma mensagem que insinuava que Huss deveria se retirar para seu alojamento: Huss deve permanecer. “Cheio de indignação”, Chlum dirigiu-se ao papa, “que ainda estava presente na assembleia. Ele despejou sobre ele muitas reprovações: que ele havia se atrevido a brincar com a palavra do imperador; que o havia enganado”. Ele mostrou ao papa “a inconsistência entre sua conduta e suas promessas”, pois o papa havia assegurado a ele e a outro boêmio, seu tio, Henrique de Latzenbock, que Huss estaria seguro. O papa respondeu que não tinha nada a ver com a aprisionamento de Huss. Disse que os cardeais eram os responsáveis pelo ocorrido; e “você conhece muito bem os termos que definem meu relacionamento com eles”. Na mesma noite, Huss foi conduzido à casa de um padre canônico em Constança, onde permaneceu oito dias sob a vigilância de uma guarda armada. Em 6 de dezembro, foi transportado para um claustro dominicano no Reno e jogado em uma masmorra estreita cheia de exalações pestíferas que emanavam de uma fossa vizinha.

140. “O cavaleiro de Chlum não deixou de se queixar da violação do salvo-conduto do imperador. Ele imediatamente relatou todo o processo ao imperador. Este último expressou sua indignação, exigiu que Huss fosse libertado e ameaçou invadir a prisão à força, se as portas não fossem voluntariamente abertas. Em 24 de dezembro, Chlum, em nome do imperador, publicou uma declaração que afirmava em linguagem a mais enfática possível que o papa havia sido desleal para com sua promessa, que ele se achara no direito de insultar a autoridade do imperador e do império, ao não dar atenção às exigências do imperador. Declarou que, quando o próprio imperador chegasse a Constança, que poderia ser no dia seguinte, seria visto qual era sua indignação ao saber dessa violação de Sua Majestade.” Mas quando o imperador chegou, uma delegação do concílio compareceu diante dele, em 1º de janeiro de 1415, e disse-lhe que “ele não deveria interferir em procedimentos relativos a questões de fé; e que o concílio deveria ter plena liberdade na investigação de heresias”. E o imperador prometeu ao concílio, por meio dessa delegação, que ele “permitiria que tivessem plena liberdade e nunca interporia sua autoridade nesses assuntos”.

141. Huss ficou preso por sete meses – de 6 de dezembro de 1414 a 6 de julho de 1415. As horríveis condições da masmorra em que foi lançado pela primeira vez logo lhe causaram uma doença grave. Temendo que pudesse morrer, o papa enviou a ele “seu próprio médico, pois não era desejável que morresse de morte natural”. Pela intercessão sincera de seus amigos, Huss foi removido da masmorra imunda em que fora lançado pela primeira vez para quartos melhores e mais arejados no mesmo prédio. Ele se recuperou dessa primeira doença, mas em cerca de dois meses foi novamente acometido por outra. Mas seus guardiões eram, na maioria das vezes, muito gentis com ele e ocasionalmente o levavam para passear um pouco e desfrutar de ar puro.

142. Quando, em 21 de março de 1415, o papa João XXIII fugiu de Constança, todos os seus oficiais e servos o seguiram. Entre esses estavam os guardiões de Huss. Temendo que pudesse ser feita uma tentativa de levá-lo com o papa, Huss conseguiu enviar um comunicado ao cavaleiro de Chlum, no qual solicitou ao cavaleiro que pedisse ao imperador que lhe nomeasse novos guardiões ou o libertasse. Mas os cardeais tinham espiões em todos os lugares, detectaram isso e impediram o plano ao induzirem que o imperador entregasse Huss “à vigilância do

bispo de Constança, que às 4 horas da manhã seguinte o retirou acorrentado e o conduziu ao castelo de Gottleben. No castelo de Gottleben, a situação de Huss mudou muito para pior. Sua prisão era uma torre. Durante o dia, ficava acorrentado, mas conseguia se mover: à noite, na cama, era acorrentado pela mão a um poste. Aqui ele não experimentou o tratamento moderado de seus guardiões anteriores, que aliviavam a severidade do seu encarceramento. Seus amigos não tiveram permissão para visitá-lo. Novos ataques de doenças, dores de cabeça violentas, hemorragias, cólicas se seguiram em consequência de seu severo confinamento”.

143. No entanto, antes do final de março, ele escreveu o seguinte a seus amigos boêmios em Constança: “Que o Deus da misericórdia os guarde e confirme em sua graça e lhes dê constância em Constança; pois, se formos constantes, testemunharemos a proteção de Deus sobre nós. Agora, pela primeira vez, aprendo corretamente a entender o saltério, a orar corretamente e a reproduzir corretamente em mim mesmo os sofrimentos de Cristo e dos mártires, pois Isaías (28:19) diz: ‘Quando estamos em dificuldades, aprendemos a ouvir’; ou: O que sabe aquele que nunca lutou com a tentação? Alegrem-se todos vocês que estão juntos no Senhor; cumprimentem-se e preparem-se para participar oportunamente e com dignidade, antes da Páscoa [a Páscoa seguinte], do corpo do Senhor – um privilégio do qual, até o momento, no que diz respeito à participação sacramental, estou privado no momento; e assim continuará sendo enquanto for da vontade de Deus. Também não cabe a mim questionar isso, quando os apóstolos de Cristo e muitos outros santos, nas prisões e desertos, foram igualmente privados do mesmo. Estou bem, como espero em Jesus Cristo, e ficarei melhor ainda após a morte, se eu guardar os mandamentos de Deus até o fim”.

144. No mês de junho, ele foi retirado de sua masmorra opressiva em Gottleben, levado para Constança e preso em um convento franciscano. E a masmorra que ele ocupara em Gottleben foi imediatamente ocupada pelo papa João XXIII, que havia sido capturado, e ali foi mantido como prisioneiro pelo concílio. É notável que os mesmos homens reunidos no concílio tenham lidado com esses dois homens chamados João: João Huss e João XXIII, que eram completamente opostos em caráter e posição, e tenham procurado reformar a ambos; e, em certa medida, os tenha tratado exatamente da mesma forma, no que diz respeito à captura, prisão, condenação e deposição – embora, é claro, tratando Huss de modo muito pior. Além disso, o que poderia demonstrar mais claramente a absoluta insensibilidade deles a toda percepção espiritual e distinções morais!

145. Durante esse tempo que registramos, em que Huss estava acorrentado e doente em calabouços sombrios, ele também estava sendo submetido às investidas de tortura teológica por seus perseguidores do concílio. Primeiro, o papa nomeou uma comissão de três para investigá-lo com base nas acusações e queixas apresentadas por Paletz e De Causis. No documento que nomeava essa comissão, o papa João XXIII (antes de sua fuga) chamou Huss de “herege perigoso, que estava espalhando na igreja erros perniciosos e seduzindo muitos”; e encarregou a comissão de relatar ao concílio o resultado da investigação, a fim de que o concílio passasse “uma sentença definitiva sobre Huss em conformidade com o mesmo”. Quando levado perante essa comissão, Huss primeiro exigiu um advogado; mas isso lhe foi recusado, porque “a um herege esse privilégio não poderia ser concedido”. Então disse Huss: “Bem, então, que o Senhor Jesus seja meu advogado, o qual também em breve será o juiz de vocês”. No tocante a essa ação da comissão, um representante parisiense observou que “se tivesse sido permitida a Huss a assistência de um

advogado [ou seja, alguém que os teria mantido estritamente sob procedimento técnico canônico], nunca teriam conseguido condená-lo por heresia”.

146. Assim, sem qualquer assistência, em grilhões e sob graves sofrimentos, ele foi obrigado a responder às acusações apresentadas perante a comissão. Ele logo descobriu que seus inimigos estavam usando contra ele não apenas seus escritos públicos, e suas próprias acusações declaradas, mas cartas interceptadas, tanto dele quanto de seus amigos; e até expressões simples usadas em conversas familiares com amigos, antes que ele fosse acusado de algo errado. Amigos do passado, quando o teste chegou, depois de abandoná-lo, se empenhavam agora em distorcer essas expressões inocentes para rotulá-las de heresia. Seu velho amigo Paletz agora era seu principal acusador e inimigo mais acérrimo. “Quando na presença da comissão, ele usava as palavras mais ásperas possíveis para dirigir-se a ele – uma linguagem calculada para despertar preconceitos e suspeitas, como por exemplo: ‘Desde o tempo de Cristo nunca surgiu hereges mais perigosos do que Wycliffe e Huss.’ ‘Todos os que assistiram à sua pregação mostram disposição para negar a doutrina da transsubstanciação.’” Ele até ‘insistiu veementemente que todos os adeptos de Huss fossem citados e forçados a uma abjuração da heresia’. Mas tudo o que Huss dizia sobre tudo isso era: “Que o Deus Todo-Poderoso lhe perdoe. Nunca, em toda a minha vida, recebi de qualquer homem palavras mais duras de conforto do que as de Paletz. Como, além de todas as outras injustiças, fere o coração ver o amor convertido em ódio em quem tem o erro do seu lado!”

147. A instrução do papa à comissão era que o concílio desse uma sentença definitiva quando fosse apresentar o relatório. Mas os inimigos de Huss estavam determinados, se possível, a não permitir que ele falasse diante do concílio. A comissão pediu que ele se submetesse à decisão de 12 ou 13 mestres que fossem escolhidos; mas ele recusou e apresentou uma solicitação por escrito de que pudesse apresentar perante todo o concílio um relato de sua fé. A comissão então prosseguiu com a investigação. As acusações mais pesadas que puderam apresentar contra ele foram: ele havia impedido o efeito da bula sobre a cruzada do papa; havia continuado por tanto tempo sob a interdição e ainda persistia em celebrar a missa; e apelou a Cristo da decisão do papa. Quando leram diante dele o que, na opinião deles, era a mais pesada de todas as acusações – de que ele havia apelado a Cristo da decisão do papa –, Huss relatou depois: “Com alegria e um sorriso nos lábios, reconheci que aquela acusação era legítima”.

148. Depois, Huss foi removido do castelo de Gottleben para o convento franciscano. Em uma sala do convento, o concílio se reuniu em 5 de junho de 1415, “para investigar seu caso e ouvir o próprio réu como lhe havia sido prometido”. Mas, antes de Huss ser trazido, seus inimigos leram as acusações contra ele que haviam sido aprovadas pela comissão. O concílio estava, de fato, “quase iniciando a condenação desses artigos, mas Pedro de Mladenovic, secretário do cavaleiro de Chlum, homem entusiasmado e dedicado a Huss, apressou-se a dar informações ao cavaleiro, seu mestre, e a Wenzel de Duba. Eles rapidamente relataram o caso ao imperador, que imediatamente enviou o palgrave Luís e o burgrave Frederico de Nurembergue ao concílio, ordenando-lhes que dissessem aos prelados que eles não deveriam dar um passo em seu caso antes do comparecimento de Huss; e que deveriam, em primeiro lugar, encaminhar ao imperador todos os artigos que julgassem errôneos e que fossem motivos de acusação contra Huss,

pois ele, o imperador, faria todo o esforço para que fossem examinados de forma cuidadosa e minuciosa por homens piedosos e eruditos”.

149. Os dois cavaleiros apresentaram ao concílio cópias dos escritos de Huss, dos quais haviam retirados os artigos sobre os quais o acusavam. Quando Huss foi trazido, perguntaram-lhe se os escritos eram dele. Huss respondeu: “Sim, e estou pronto para retratar-me de todas as expressões neles em que se possa demonstrar que estou errado”. Um artigo foi então lido. Mas Huss começou a defendê-lo, citando muitas passagens das Escrituras e citando a doutrina da igreja. Eles exclamaram “que tudo aquilo nada tinha que ver com o assunto!” Então, quando Huss começou a falar novamente, “foi interrompido e não teve permissão para pronunciar uma sílaba. Um grito selvagem surgiu contra ele por todos os lados. Por fim, quando Huss viu que não adiantava falar, que não podia ser ouvido, decidiu permanecer calado. Esse silêncio foi então interpretado como uma confissão de que estava condenado. Finalmente, a situação ficou péssima. Os moderadores da assembleia não suportaram mais; e como era impossível restabelecer a ordem, acharam melhor dissolver a assembleia, e o dia 7 de junho foi marcado como o momento em que Huss deveria ter sua segunda audiência”.

150. Houve mais duas audiências que, em seu modo de procedimento, foram apenas repetições intensificadas do que já foi relatado. O imperador estava presente em ambas; mas mesmo sua presença não conseguiu manter os perseguidores em ordem. Trinta acusações formais foram feitas contra Huss. Mas não era importante se havia 30 ou nenhuma. Eles estavam determinados desde o início a condená-lo, e o que quer que ele tivesse dito no começo, ou o que viesse a falar agora, como explicação ou defesa, não afetaria o resultado em nenhum dos casos. As verdades cristãs mais claras e declaradas com solenidade eram recebidas com “gritos e risadas de escárnio”. Por exemplo, a resposta de Huss à acusação de que ele apelou a Cristo da decisão do papa foi: “Isto abertamente mantenho diante de todos vocês: não há apelação mais justa nem mais eficaz do que a apelação a Cristo; pois apelação não significa, segundo a lei, nada além disso: em um caso de opressão, deixar de apelar a um juiz inferior e invocar a ajuda de um juiz superior. E agora, que juiz maior existe além de Cristo? Quem pode chegar à verdade de uma causa de maneira mais justa e verdadeira do que ele? Pois ele não pode ser enganado, nem pode errar. Quem pode prestar ajuda aos pobres e oprimidos com mais facilidade? Mas “essa era a linguagem que o concílio não conseguia entender; e foi recebida com riso e desprezo”.

151. O próprio imperador participou do processo contra Huss. Ele exigiu que Huss se submetesse à autoridade do concílio, porque tantas “testemunhas dignas de confiança” haviam testemunhado contra ele. O imperador lhe disse que, se ele se submetesse ao concílio para seu próprio bem, para o bem do irmão do imperador, do rei da Boêmia e de todo o império boêmio, “ele seria tratado pelo concílio de maneira branda e liberado com uma penitência e pena leve. Mas se ele não se submetesse à autoridade do concílio, os líderes do concílio saberiam como proceder com ele”. E, quanto a si mesmo, o imperador declarou que “ele preferia preparar com as próprias mãos os feixes a permitir que ele continuasse com a mesma obstinação de antes”. Quando a audiência final terminou, sendo Huss removido do concílio, o imperador “fez uma proposta ao concílio declarando-lhes que Huss, como já havia sido claramente provado por muitas testemunhas, havia ensinado tantas heresias perniciosas, que merecia, na sua opinião e

na de alguns deles, perecer na fogueira;” e mesmo que Huss se retratasse, “ele nunca teria a permissão para pregar ou ensinar novamente, nem retornar à Boêmia”.

152. Em seguida, foram feitos esforços persistentes para fazer com que Huss se retratasse. Formas de retratação foram elaboradas para que ele as aceitasse e declarasse publicamente. E eles até escreveram uma sentença, definindo o que seria feito com ele se ele se retratasse. Esta era a redação do documento:

“Visto que é evidente, com base em certas conjecturas e sinais exteriores, que Huss se arrepende dos pecados que cometeu e está disposto a retornar com sinceridade à verdade da igreja, portanto, o concílio lhe concede com prazer a oportunidade de abjurar e retratar suas heresias e as heresias de Wycliffe, já que voluntariamente se oferece a fazê-lo, e diante de seu próprio pedido de que o concílio o liberte da interdição que lhe fora pronunciada; então, por meio deste ato, ele é liberado. Contudo, considerando que muitos distúrbios e muitos escândalos surgiram dessas heresias, e considerando que a igreja foi submetida a grande perigo devido ao seu desprezo pelo poder das chaves, o concílio, portanto, declara que ele deve ser deposto do ofício sacerdotal e de todos os outros ofícios. O cuidado de garantir a execução deste decreto é atribuído a vários bispos no concílio, e Huss está condenado à prisão perpétua em algum lugar designado para esse fim.”

153. Mas João Huss não havia vivido por mais de três anos na expectativa da estaca, só para se retratar agora; nem havia vivido com Cristo todos esses anos, só para negá-lo agora. Consequentemente, a decisão do concílio foi que ele deveria ser degradado do sacerdócio e entregue ao braço secular. O mesmo concílio condenou igualmente 300 proposições extraídas dos escritos de Wycliffe, e 60 artigos extraídos das obras de Wycliffe foram adicionados aos 30 das obras de Huss; todos estes fizeram parte da condenação de Huss. Assim, o trabalho de Wycliffe seguiu avante e firme.

154. Em meio a todas essas provações e perseguições de Huss, os dois nobres cavaleiros – Chlum e Wenzel de Duba – ficaram ao lado dele, confortaram-no e o sustentaram, especialmente o cavaleiro de Chlum. Em um ponto do julgamento, Huss foi acusado por um dos membros do concílio, em linguagem falada em voz alta, propositalmente para que o imperador pudesse ouvir: “Quando você foi trazido diante de nós, ouvi você dizer que, se você não tivesse proposto a vir a Constança por iniciativa própria, nem o imperador nem o rei da Boêmia teriam conseguido obrigar você a vir”. Huss respondeu, apresentando as verdadeiras palavras que havia usado: “As palavras que usei foram estas: se eu não estivesse disposto a vir aqui por iniciativa própria, tantos cavaleiros da Boêmia eram meus amigos, que eu poderia com facilidade ter ficado em casa, oculto em algum lugar seguro, de modo que nunca teria sido forçado a vir pela vontade desses dois príncipes”.

155. Diante disso, “o cardeal de Ailly exclamou, num tom irado: ‘Vejam o descaramento desse homem!’” Ao perceber que esse espírito de raiva se espalhava, “o nobre cavaleiro de Chlum falou em confirmação do que Huss dissera: ‘Comparado com outros cavaleiros, tenho pouco poder na Boêmia; no entanto, eu o protegi, durante um ano inteiro, contra todo o poder desses dois soberanos. Quanto mais poderia ser feito por outros, que são mais poderosos do que eu e têm a posse de castelos mais resistentes!’” E quando a última audiência de Huss terminou, e “quando Huss, esgotado e exausto, foi levado de volta a sua prisão, o cavaleiro de coração nobre de Chlum apressou-se a visitá-lo, dominado pela influência causada pelo comparecimento de Huss no concílio e sua defesa ali, e, agarrando sua

mão, apertou-a de uma maneira que deve ter falado mais que palavras. O próprio Huss descreve o efeito que esse testemunho de amizade, produzido num momento como aquele, produziu em sua mente: ‘Ó, que alegria eu senti quando meu senhor João pressionou minha mão com sua mão, que ele não teve vergonha de estender a mim, o proscrito e miserável herege em cadeias!’”

156. Contudo, mais de perto e com mais firmeza do que o cavaleiro de coração nobre, João de Chlum, o Senhor Jesus o susteve. Certa noite, em janeiro de 1415, Huss sonhou que certas pessoas haviam decidido destruir à noite todas as figuras de Cristo pintadas nas paredes da capela de Belém; e que, de fato, eles as destruíram. Mas, no dia seguinte, ele viu muitos pintores que estavam desenhando mais quadros e mais belos do que os que existiam antes, e Huss os contemplava em êxtase. E quando os pintores terminaram, voltaram-se para o grupo de pessoas que estavam observando e disseram: “Agora, que os bispos e padres venham e destruam essas gravuras!” E uma grande multidão de pessoas em Belém se alegrou; e Huss se alegrou com eles. Em meio a esse riso e alegria, acordou.

157. Na verdade, não havia quadros reais de Cristo pintados nas paredes da capela de Belém; havia apenas os Dez Mandamentos, a oração do Senhor e versos preciosos das Escrituras inscritos ali. Huss escreveu ao cavaleiro de Chlum, contou-lhe seu sonho e pediu que lhe dissesse o que ele pensava que aquilo significava. O cavaleiro disse: “As gravuras de Cristo pintadas na parede da capela de Belém representam a vida de Cristo, que devemos imitar; as inalteráveis palavras da Sagrada Escritura, ali inscritas, representam Suas palavras, que devemos seguir. Os inimigos da cruz de Cristo procuram destruir a ambas, durante a noite, porque o Sol da Justiça já se pôs para eles por causa de suas vidas perversas; e eles procuram levar ambas ao esquecimento entre os homens. Mas, ao alvorecer, quando o Sol da Justiça surge, os pregadores restauram ambas da maneira mais gloriosa, proclamando dos telhados o que foi dito no ouvido e está quase esquecido. E como fruto de tudo isso haverá grande alegria na cristandade. E embora o ‘ganso’ esteja agora abatido pela doença e possa ser posto em sacrifício no altar, ela irá, daqui por diante, como que despertando do sono desta vida, com Aquele que habita no Céu, rir e escarnecer dos que destroem tanto a imagem de Cristo quanto as Escrituras. Além disso, mesmo nesta presente vida, ela, com a ajuda de Deus, ainda restaurará aquelas imagens e essas palavras das Escrituras para o rebanho e seus amigos, com zelo ardente.”

158. Huss respondeu ao cavaleiro que ele concordava com sua explicação e disse: “Espero que a vida de Cristo que, por minha pregação em Belém, foi transcrita no coração das pessoas, a qual pretendem destruir, primeiro proibindo a pregação nas capelas e em Belém, depois derubando a própria Belém, sim, espero que esta vida de Cristo seja mais bem transcrita por um número maior de pregadores melhores do que eu, para a alegria das pessoas que amam a vida de Cristo; e diante desta vida eu me alegrarei, como diz o doutor de Bibrach, quando eu acordar, isto é, ressuscitar dentre os mortos”. E esse bendito trabalho de renovar a imagem de Cristo nos homens ele continuou até o fim. Durante todo o tempo em que esteve nas prisões, continuou a escrever e a distribuir pequenos tratados sobre os Dez Mandamentos, a oração do Senhor, o conhecimento e o amor de Deus e outros assuntos afins.

159. Além disso, em seus profundos sofrimentos na prisão, e quando movido em cadeias de prisão em prisão, Cristo estava com ele o tempo todo. Em seu sonho, ele viu de antemão a fuga do papa; e em seu sonho também o cavaleiro de Chlum lhe disse: “O papa também retornará”. Além disso, ele diz: “Sonhei com a prisão de Jerônimo, embora não literalmente de acordo com os fatos



[todavia, isso também correspondeu aos fatos, embora o sonho fosse anterior aos fatos; pois Jerônimo foi preso pouco depois]. Todas as diferentes prisões para as quais sou transportado me foram apresentadas antes em meus sonhos. Muitas vezes me apareceram serpentes, com cabeças também nas caudas; mas elas nunca conseguiram me picar. Não escrevo isso porque acredito ser um profeta ou desejo me exaltar; mas para que vocês saibam que tenho sido alvo de tentações do corpo e da alma, e de grande temor, para que eu não viesse a transgredir o mandamento de nosso Senhor Jesus Cristo”.

160. Então chegou o dia, 6 de julho de 1415, em que a nobre alma de João Huss deveria ser derramada em fiel testemunho de Cristo. Ele foi levado ao concílio. Lá ele foi colocado em assento elevado, para que todos pudessem vê-lo. O bispo de Lodi pregou um sermão com base nas palavras de Romanos 6:6: “Para que o corpo do pecado seja destruído”, e encerrou olhando o imperador e apontando para Huss, com a exclamação: “Destrua esse obstinado herege!” A acusação mais enfatizada contra ele foi sua declaração de que apelaria a Cristo da decisão do papa. Mas quando foi lida no concílio e condenada por unanimidade como herética, Huss falou: ‘Ó Cristo! Cujas palavras são, por este concílio, publicamente condenadas, apelo a Ti novamente. Tu, quando foste maltratado por Teus inimigos, apelaste a Teu Pai; Tua causa, Tu a confiaste ao mais reto Juiz, para que, seguindo o Teu exemplo, possamos, quando oprimidos pela injustiça, nos refugiarmos em Ti!’ Quando, após a longa cerimônia, a sentença foi lida para ele, caiu de joelhos e falou: Senhor Jesus! Perdoa a meus inimigos. Tu sabes que fui falsamente acusado por eles e que eles usaram contra mim falso testemunho e calúnias. Perdoa-lhes por Tua grande misericórdia!” E mesmo essas palavras foram recebidas com risada por muitos do concílio.

161. Em seguida, eles o levantaram e o vestiram com as vestes sacerdotais; e o cálice da eucaristia foi posto em sua mão. “Durante todo o procedimento, o exemplo de Cristo permaneceu distintamente diante de Huss, cujos passos ele estava consciente de seguir em todos os insultos que teve de suportar. Nesse sentido ele interpretou muitas partes do processo.” Tendo sido totalmente vestido com as vestes sacerdotais, ele foi instado pelos bispos a se retratar “para a honra dele e para a salvação de sua alma”. Então, com lágrimas nos olhos e na voz, falou à assembleia: “Esses respeitáveis bispos exigem que eu confesse diante de vocês todos os meus erros. Se tal confissão pudesse ser feita de modo a envolver apenas a desgraça de um único indivíduo, eles poderiam me convencer com mais facilidade a fazê-la. Mas agora estou diante dos olhos do meu Deus, e não posso fazer isso sem O desonrar e sem ter que enfrentar a condenação da minha própria consciência. Pois sei que nunca ensinei nada daquilo de que fui falsamente acusado de ensinar; mas sempre pensei, escrevi e ensinei o contrário. Com que face olharia eu para o céu, com que expressão no rosto poderia me encontrar com aqueles que ouviram meus ensinamentos, cujo número é grande, se por minha culpa acontecesse que o que até agora lhes foi garantido com grande certeza por meu intermédio se tornasse incerto para eles? Deveria eu, pelo meu exemplo, destruir a paz de tantas almas a quem familiarizei com os testemunhos mais bem-estabelecidos das Escrituras e com as doutrinas mais puras do evangelho, as quais os fortaleceram contra todos os assaltos de Satanás? Longe de mim que eu valorize este meu corpo mortal em grau mais elevado do que a salvação dessas almas.”

162. Em seguida, o cálice foi tirado da sua mão, com as palavras: “Tiramos de você, Judas condenado, o cálice da salvação”. Mas Huss disse: “Mas eu confio em Deus, meu Pai, o Todo-Poderoso, e em meu Senhor Jesus Cristo, por cujo nome estou sofrendo, que Ele não tirará de mim

o cálice da *Sua* salvação”. Surgiu uma disputa entre seus perseguidores “sobre o modo de remover sua tonsura”. Falando ao imperador, Huss disse: “Fico surpreso que, entre pessoas igualmente cruéis, eles não consigam concordar entre si sobre o *modo* de crueldade”. Um capuz todo pintado com demônios e sobre ele a inscrição “Arqui-herge” foi colocado sobre sua cabeça. Ele disse: “Meu Senhor Jesus Cristo usou, em meu favor, uma coroa de espinhos. Por que eu não deveria estar disposto, por amor a Ele, a usar esse distintivo mais confortável, embora vergonhoso? Farei isso e com alegria”. Então disseram os bispos: “Agora entregamos a sua alma ao diabo!” Erguendo os olhos para o céu, disse Huss: “Mas eu entrego em Tuas mãos, Jesus Cristo, minha alma, por Ti redimida”.

163. Quando chegou ao local da execução, ajoelhou-se e orou, com as palavras dos Salmos, de modo particular o salmo 51 e o 31. Ele era ouvido com frequência repetindo as palavras: “Nas Tuas mãos, Senhor, entrego o meu espírito”. Os leigos que observavam a cena foram levados a comentar: “O que ele possa ter feito antes, não sabemos; mas agora o vemos orar e falar com muita devoção”. Quando chamado a ocupar seu lugar na estaca, disse: “Senhor Jesus Cristo! Fica comigo, para que, com Tua ajuda, eu seja capaz de, com uma alma forte e firme, suportar esta morte cruel e vergonhosa, à qual fui condenado por causa da pregação do santo evangelho e da Tua palavra”.

164. Então ele foi colocado sobre a pilha de galhos e paus e bem amarrado à estaca com uma corrente. Ele disse então: “De bom grado uso estas correntes por amor de Cristo, que usou outras mais dolorosas”. Antes de acender o fogo, o marechal do império subiu e insistiu, mais uma vez, que se retratasse. Ele respondeu: “Que erro devo retratar, quando não tenho consciência de nenhum erro? Pois sei que o que foi falsamente trazido contra mim, nunca pensei, muito menos preguei. Mas o principal objetivo de minha pregação era ensinar aos homens o arrependimento e o perdão dos pecados, de acordo com a verdade do evangelho de Jesus Cristo e as exposições dos santos pais. Portanto, estou preparado para morrer com uma alma alegre”. Então o fogo foi aceso, e Huss começou a cantar com clara voz: “Jesus, Filho do Deus vivo, tem piedade de mim”. E, assim, cantando, sua voz sumiu com sua vida, nas chamas, na morte que é preciosa à vista do Senhor. Suas cinzas foram lançadas no Reno.

165. No início de 1415, Jerônimo de Praga soube que “o aprisionamento de Huss havia ocorrido. Ele não suportava deixar seu amigo e companheiro de guerra sozinho nessa crise”. Apressou-se a ir a Constança. Logo após a travessura dos estudantes em queimar a bula do papa em Praga, Jerônimo havia deixado Praga, e desde então viajava pela Europa, trabalhando “nos países mais diversos, para promover a causa da reforma, e demonstrava um zelo muito maior” do que o do mais racional Huss em difundir as doutrinas de Wycliffe. Na Boêmia e na Morávia, ele havia ampliado sua influência entre todas as classes, nas cortes dos príncipes, em catedrais, nos conventos, mesmo entre os cartuxos, entre pessoas de ambos os sexos e entre estudantes das universidades”. Falava com tanta eloquência que Gérson, o chanceler da Universidade de Paris, implicando com ele, o acusou de querer imitar os anjos na eloquência. Ele produziu “grandes comoções nas diversas universidades por seu zelo em defender as doutrinas de Wycliffe, por exemplo, em Paris e Heidelberg”. O chanceler da Universidade de Paris havia feito planos para prendê-lo e levá-lo a julgamento lá. Mas ficou sabendo a tempo de escapar. Em seguida, foi para Viena e despertou grande interesse. Ali, foi preso pelos magistrados, mas foi libertado. Visitou o rei da Polônia e o duque da Lituânia. Pregou em Cracóvia com tanto

poder que o bispo de Cracóvia declarou que “tal agitação extrema nunca havia sido produzida por ninguém desde tempos imemoráveis”.

166. No início do ano de 1415, Jerônimo retornou a Praga e soube que Huss estava preso em Constança. Em 4 de abril de 1415, Jerônimo chegou a Constança secretamente. Logo descobriu que não podia ser ouvido, nem estaria seguro lá se sua presença fosse descoberta; deixou a cidade e foi para Überlingen, a seis quilômetros de Constança. De lá, escreveu ao imperador e aos cardeais, oferecendo-se publicamente para responder perante qualquer um a toda acusação de heresia que pudesse ser apresentada contra ele, se lhe fosse concedido um salvo-conduto. Mas nenhum salvo-conduto lhe foi dado; e a experiência de Huss com o imperador demonstrara que o salvo-conduto do imperador Sigismundo de nada valia.

167. Ele então afixou no portão do palácio do imperador, nas portas das principais igrejas e nas residências dos cardeais e de outros prelados eminentes um anúncio em boêmio, latim e alemão, afirmando que estava pronto para defender-se em público, perante o concílio, de toda acusação feita contra sua fé; contanto apenas que lhe fosse assegurada total liberdade e segurança para chegar a Constança e deixá-la novamente. Mas nem isso conseguiu. Então, obteve dos cavaleiros boêmios residentes em Constança um certificado, selado com seus selos, no sentido de que ele não havia conseguido uma audiência do concílio; com isso em mãos, para servir de defesa própria diante de seus amigos, começou seu retorno à Boêmia.

168. Mas ele ainda estava em dúvida se não era seu dever ir ousadamente a Constança, em vez de retornar à Boêmia. Por isso, viajou muito devagar. E toda essa lentidão na viagem deu a seus inimigos a chance de lhe armar ciladas e capturá-lo. Foi conduzido em cadeias ao concílio em 23 de maio; e “compareceu diante de uma convocação pública do mesmo órgão no convento franciscano”. No concílio estavam “vários homens eminentes das Universidades de Paris, Heidelberg e Colônia” que se lembravam dele e de sua pregação naqueles lugares; e agora estavam contentes por poderem “triunfar sobre o homem que lhes havia causado tanto susto”. Contra todas as objeções lançadas contra ele e em desafio às muitas exigências de que deveria se retratar, respondeu que estava disposto a se retratar assim que algo melhor lhe fosse ensinado. Mas logo, “em meio aos gritos barulhentos, ouviu-se o clamor: ‘Jerônimo deve ser queimado!’ Ele respondeu com frieza: ‘Bem, se vocês desejam minha morte, que venha, em nome de Deus!’”

169. Depois que os prelados se retiraram da assembleia, Pedro de Mladenovic, secretário de João de Chlum, depois de ter estado com Huss, se dirigiu até a janela do quarto de Jerônimo, com uma mensagem exortando-o a “permanecer firme pela verdade e a não recuar nem mesmo diante da morte por causa da verdade sobre a qual havia falado com tanta ousadia”. Jerônimo respondeu: “Espero com a graça de Deus permanecer fiel à verdade até a morte. Conversamos bastante sobre a morte; agora devemos aprender o que ela é”. À noite, ele foi entregue a um guarda, que o levou a uma torre “onde foi preso a uma estaca, pelas mãos, pés e pescoço, de modo que mal podia mover a cabeça”. Lá ficou preso dois dias, sem nada para comer além de pão e água. Seus guardiões transmitiram a Pedro de Mladenovic informações sobre a situação de Jerônimo; e Pedro trouxe comida suficiente para ele. O tratamento severo infligido a Jerônimo lhe causou um violento ataque de doença. Os cavaleiros da Boêmia e Morávia dirigiram-se ao concílio em uma carta, em 2 de setembro, expressando sua indignação com a morte de Huss e a prisão de Jerônimo por parte do concílio.

170. O concílio gastara muito tempo e esforço para garantir uma retratação de Huss. O mesmo procedimento foi adotado com persistência com relação a Jerônimo. Por fim, ele aceitou uma das formas de retratação que lhe apresentaram; e com isso a verdadeira disposição deles foi revelada, pois, com essa aceitação de retratação, Jerônimo teve direito à sua liberdade. Isso foi reconhecido pela comissão à qual foi confiada o julgamento de seu caso; e a comissão insistiu em sua libertação. No entanto, Paletz e De Causis lideraram uma oposição tão ferrenha que a comissão renunciou e uma nova comissão foi nomeada, pela qual Jerônimo foi submetido a uma nova acusação e julgamento. Contudo, depois de Jerônimo ter suportado por algum tempo a inquisição dessa nova comissão, recusou-se a continuar a se submeter e exigiu um julgamento público. Isso lhe foi permitido; e em 23 de maio de 1416, ele foi levado a todo o concílio, onde foram apresentadas novas queixas contra ele. Ele obteve permissão para responder a todas lá na presença do concílio. O concílio exigiu que ele fizesse um juramento para falar a verdade; mas ele recusou, porque se negou a “reconhecer a competência do novo tribunal, ou a legitimidade da nova investigação”, já que havia aceitado a retratação que eles mesmos ditaram.

171. “Nos dias 23 e 26 de maio, ele se defendeu, das 7 horas da manhã até a uma da tarde, contra todas as acusações, uma a uma, e elucidou em um discurso concatenado todos os acontecimentos em Praga dos quais participara e o fez com tanta presença de espírito, tanta eloquência, tanta inteligência, que despertou admiração geral. Então, finalmente, ele foi autorizado a falar de si mesmo; e esperava-se que ele apenas reclamaria da injustiça da nova investigação, apelando para o fato de ter feito tudo o que lhe fora exigido, e concluiria solicitando que a absolvição que havia sido adiada por tanto tempo lhe fosse agora concedida. Na verdade, ele *começou* com algo desse tipo, descrevendo a injustiça de renovar o processo contra ele, reclamando de seus novos juízes e protestando contra a competência desse novo tribunal.

172. “Mas logo seu discurso tomou um rumo completamente oposto. Num deslumbrante esforço de eloquência, passou a mencionar, um após o outro, os homens que entre pagãos, judeus e cristãos haviam sido vítimas de falsas acusações e particularmente do ódio sacerdotal. Falou de Sócrates, Sêneca, Boécio, João Batista, Estevão e, por último, João Huss, estendendo-se com entusiasmo neste último, como um homem conhecido por seu zelo, pela piedade e verdade; alguém que atraiu sobre si as perseguições de um clero de espírito mundano pela fidelidade com que ele repreendeu a corrupção deles. Terminou declarando que, dentre seus pecados, o que lhe causava o mais doloroso remorso era o de ter se deixado levar pelo medo da morte a concordar com a condenação daquele santo confessor da verdade. Ele se retratou de tudo o que havia dito sobre Wycliffe e Huss. Declarou que certamente não seria o último a cair vítima da malignidade astuta de maus sacerdotes; e, voltando-se para seus juízes, exclamou: ‘Confio em Deus, meu Criador, que um dia, após esta vida, vocês verão Jerônimo precedendo vocês e convocando todos para julgamento, e então deverão prestar contas a Deus e para mim, se tiverem procedido contra mim injustamente.’”

173. “Essa última declaração de Jerônimo foi sua sentença de morte. Mas em parte por sua eloquência e presença de espírito, contrastando com seus olhares emaciados, nos quais estavam representadas as marcas de sua longa e severa prisão, ele havia despertado uma simpatia tão profunda em muitos, que estavam ansiosos por salvá-lo; e em parte, relutavam em excitar em grau ainda mais alto, por esse novo martírio, os sentimentos de raiva dos boêmios. Uma pausa de 40 dias foi,

portanto, dada a ele para reflexão. Vamos ouvir como uma testemunha ocular, um homem desprovido de suscetibilidade a impressões religiosas, um dos restauradores da literatura antiga, Poggio, de Florença, o orador escolhido do concílio de Constança, se expressa ao falar da impressão que o discurso de Jerônimo causou sobre todos que o ouviram. Ele diz, em uma carta a seu amigo Aretino, ou Leonardo Bruno, de Merezzo: ‘Ele estava há 340 dias definhando em uma torre escura cheia de exalações deletérias. Ele próprio se queixou da severidade extrema de tal confinamento, dizendo que ele, como cabia a um homem de imperturbável constituição, não murmurava por ser forçado a suportar um tratamento tão indigno, mas porque estava atônito diante da crueldade humana para com ele. Era um lugar onde não conseguira ver, muito menos ler ou escrever. Eu fico a pensar na angústia mental que deve tê-lo torturado diariamente, suficiente para destruir a sua própria capacidade de memória. Ele citou tantos sábios e eruditos como testemunhas em favor de suas opiniões, tantos mestres da igreja, que seriam suficientes se ele tivesse passado o tempo todo em toda a quietude no estudo da sabedoria. Sua voz era agradável, clara, sonora, acompanhada de certa dignidade; seus gestos eram apropriados para despertar indignação ou piedade, que, no entanto, ele não pedia nem procurava alcançar. Ele se levantou destemido e intrépido, não apenas desprezando a morte, mas até a exigindo, para que pudesse ser visto como um segundo Catão. Oh, que homem! Um homem digno de lembrança eterna!’”

174. Em 30 de maio de 1516, Jerônimo foi formalmente condenado pelo concílio e entregue “ao braço secular”. Foi levado ao mesmo local onde a vida de Huss fora oferecida. E lá foi atado, à semelhança de Huss, à fogueira e queimado, sendo estas suas últimas palavras audíveis: “Nas Tuas mãos, ó Deus, entrego meu espírito. Senhor Deus, tem piedade de mim, perdoa meus pecados, pois Tu sabes que amei sinceramente a Tua verdade”. E quando sua voz não podia mais ser ouvida, era possível ver, através das chamas, seus lábios se movendo como em oração. “A testemunha ocular, Poggio, descreve a impressão que o martírio de Jerônimo causou nele, apesar de achar impossível compreender o que lhe dava a força para morrer daquela forma. ‘Com um olhar alegre, ele foi pronta e voluntariamente para a morte; não temia nem a morte, nem o fogo e sua tortura. Nenhum estoico jamais sofreu a morte com uma alma tão firme, com uma alma que parecia estar exigindo a morte. Jerônimo suportou os tormentos do fogo com mais tranquilidade do que Sócrates demonstrou ao beber seu copo de cicuta.’”

175. Quando as notícias da execução de Huss chegaram à Boêmia, todo o país ficou imediatamente inflamado. Até a Universidade de Praga assumiu a liderança em expressar indignação. Emitiu “um manifesto dirigido a toda a cristandade, reivindicando a memória do homem que havia sido vítima do ódio do sacerdócio e da perfídia do imperador. Sua morte foi declarada assassinato, e os pais de Constança foram denominados de ‘uma assembleia dos sátrapas do anticristo’. Todos os dias a chama da indignação popular queimava com mais impetuosidade. [...] Porém, sentimentos mais profundos estavam em ação entre o povo boêmio do que os da raiva. A fé que produziu um mártir tão nobre foi comparada com a fé que o imolara, e constatou-se que o contraste de modo algum era vantajoso a esta última. As doutrinas que Huss havia ensinado foram lembradas agora que ele estava morto. Os escritos de Wycliffe que haviam escapado das chamas foram lidos e comparados com partes das Escrituras Sagradas acessíveis ao povo; e o resultado foi uma aceitação muito geral das doutrinas evangélicas. As novas opiniões aprofundavam suas raízes

todos os dias; e seus adeptos, que começaram então a ser chamados hussitas, multiplicavam-se quase que a cada hora. A execução de Jerônimo apenas aumentou o já poderoso impulso; e dentro de quatro anos após a morte de Huss, a maior parte da nação havia abraçado a fé pela qual morreu. Seus discípulos incluíam muitos da nobreza mais alta, muitos burgueses ricos das cidades, alguns dos clérigos inferiores e a grande maioria dos camponeses” (*Wylie*).<sup>8</sup>

---

<sup>8</sup> *History of Protestantism*, livro 3, cap. 13, par. 1, 2 e 4.

## CAPÍTULO 24

.....

# A REFORMA NA ALEMANHA

*A Justificação pela fé – “O Verdadeiro Portão do Paraíso” – A Fé de Jesus – As Obras da Lei – Indulgências – O Sonho do Eleitor Frederico – As Teses contra as Indulgências – Como Estudar as Escrituras – O Papa Proscreeve Lutero – Lutero Apela a um Concílio – A Discussão de Leipzig – Uma Bula contra Lutero – A Primeira Coisa Necessária – O Ofício dos Cardeais – Permitam o Casamento do Clero – Definição do Papado – Carta de Lutero a Leão – A Liberdade do Cristão – Lutero Renova o Apelo contra Roma – Lutero Queima a Bula Papal – A Dieta de Worms – O Duque Jorge contra Roma – O Imperador Convoca Lutero – Lutero Comparece Diante da Dieta – Um Tempo É Dado a Lutero – A Resposta de Lutero – “Nada Posso Retratar” – Edito Imperial contra Lutero – “A Liberdade É a Essência da Fé” – O Protesto, os Protestantes – A Carta do Protestantismo – O Cristianismo Livre Novamente.*

DEUS teria curado até mesmo a Babilônia. Mas ela não quis ser curada. E agora deve soar ao mundo o decreto do Céu: “Abandonem-na!” A partir de Wycliffe, a boa semente da Palavra de Deus fora semeada em toda a Europa. Na Boêmia e em Constança, havia sido regada com o sangue dos santos e provada pelo fogo. Foi dado tempo para que fincasse suas raízes até o momento em que Deus novamente visitaria Sua vinha para que ela brotasse e desse frutos abundantes.

2. Wycliffe havia declarado que, a partir da raiz mestra do papado, do monastério, “alguns irmãos que se deixarão ser ensinados por Deus se converterão com devoção à religião primitiva de Cristo e, abandonando suas falsas interpretações do genuíno cristianismo, depois de terem exigido ou adquirido a libertação do domínio do anticristo, retornarão livremente à religião original de Cristo; e esses edificarão a igreja como Paulo” (*Neander*).<sup>1</sup> Mateus de Janov havia dito: “Um dentre o povo comum se levantará, sem espada ou autoridade, e contra ele não serão capazes de prevalecer”.<sup>2</sup> E agora chegara a hora e o homem dentre as pessoas comuns, aquele dentre os monges. Surge Martinho Lutero, e a Reforma triunfa.

3. Cem anos haviam se passado desde o martírio de Huss e Jerônimo. Deus havia dado a “essa mulher, Jezabel, [...] tempo para que se arrependesse; ela, todavia, não [quis] arrepender-se de sua prostituição” (Apocalipse 2:20, 21). Em vez de se arrepender, ela ainda permanecia nas profundezas da invariável iniquidade papal. “Durante a geração que precedeu a Reforma, essa corte [de Roma] havia sido um escândalo para o nome cristão. Seus anais estão manchados de traição, assassinato e incesto. Até seus membros mais respeitáveis eram totalmente inaptos para serem ministros da religião. Eram homens como Leão X; homens que, com a latinidade da era augusta, adquiriram seu espírito ateu e escarnecedor. Eles consideravam os mistérios cristãos,

---

<sup>1</sup> *History of the Christian Religion and Church*, vol. 5, seção sobre Wycliffe, penúltimo parágrafo.

<sup>2</sup> Cap. 23, par. 30 deste livro.

dos quais eram mordomos, assim como o áugure, Cícero e o sumo pontífice, César, consideravam os livros sibilinos e o bicar das galinhas sagradas. Eles falavam, entre si, da encarnação, da eucaristia e da Trindade, no mesmo tom com que Cota e Veleio falavam do oráculo de Delfos ou da voz de Fauno nas montanhas. Seus anos se passavam num suave sonho de voluptuosidade sensual e intelectual. Culinária bem escolhida, vinhos deliciosos, mulheres adoráveis, cães de caça, falcões, sonetos e romances burlescos, na doce Toscana, tão licenciosos quanto o refinado sentido dos requintados poderiam produzir; gravuras da mão de Benvenuto, obras de arte de Michelangelo para palácios, afrescos de Rafael, bustos, mosaicos e pedras preciosas escavadas entre as ruínas de templos e vilas antigas – essas coisas constituíam o deleite da vida deles e as coisas a que dedicavam todo seu interesse” (*Macaulay*).<sup>3</sup>

4. Nos testemunhos de Wycliffe, Militz, Mateus de Janov, Huss e Jerônimo, Deus havia tornado claro, por Sua palavra e a luz de Sua salvação, a iniquidade intrínseca da Igreja Católica. Ele havia deixado claro o completo antagonismo dessa igreja à Palavra de Deus e ao caminho da salvação, que ela professava não apenas conhecer, mas possuir exclusivo monopólio sobre ele. Ele a havia chamado ao arrependimento e conversão. Ele então deu a ela 100 anos de “tempo para que se arrependesse”; mas ela não quis se arrepender. Ela desprezou todos os Seus conselhos e não deu atenção a nenhuma de Suas reprovações. Por suas fiéis testemunhas, Deus havia apelado para uma reforma da *igreja*, para que por ela pudesse realizar Sua grande obra na reforma da *humanidade*. Mas a igreja não quis se reformar; persistiu no caminho de sua própria escolha. E quando essa postura ficou demonstrada com perfeita clareza, *então* Deus começou – Ele *precisava* começar – de novo e sobre os fundamentos originais, Sua obra de reforma da *humanidade*. É por essa razão que a grande característica da Reforma na Alemanha, para o mundo e para todos os tempos, é a verdade fundamental e toda-abrangente da JUSTIFICAÇÃO PELA FÉ.

5. Por volta de 1511, Lutero visitou Roma e foi obrigado a exclamar: “São quase inacreditáveis os pecados e ações infames que são cometidos em Roma. Seria necessário ver e ouvir para poder acreditar. Portanto, é um ditado comum que, se há um inferno, Roma está construída sobre ele. É um abismo de onde todos os pecados procedem”.<sup>4</sup> Mas naquela época Lutero era um monge devoto da Ordem Agostiniana; embora chocado com as iniquidades que encontrou, ainda pensava que Roma era o caminho da salvação. Ele “praticava com devoção todas as vãs observâncias que, como preço, a igreja tinha incorporado à expiação dos pecados. Um dia, juntamente com outras pessoas, desejando obter uma indulgência que o papa havia prometido a todos que subissem de joelhos o que é chamado de Escada de Pilatos, ou Escada Santa, o monge da Saxônia subia humildemente os degraus, que, conforme se cria, milagrosamente haviam sido transportados de Jerusalém para Roma. Mas, enquanto estava envolvido nesse ato meritório, pensou ter ouvido uma voz de trovão, que ressoou no fundo de seu coração, como em Wittemberg e Bolonha: ‘O justo viverá pela fé’”.

6. “Essas palavras, que já em duas ocasiões diferentes o haviam atingido como a voz de um anjo de Deus, ressoavam alto e incessantemente dentro dele. Ele se levanta espantado dos

<sup>3</sup> Artigo de Von Ranke, par. 25.

<sup>4</sup> *History of Reformation* de D’Aubigné, livro 2, cap. 6, par. 15. Todas as citações que se seguem foram retiradas da obra de D’Aubigné.



degraus, sobre os quais arrastava o corpo. Horrorizado consigo mesmo e com vergonha de ver até que ponto a superstição o havia humilhado, sai correndo para longe da cena de sua loucura. [...] Lutero já havia estudado com cuidado a epístola aos Romanos e, no entanto, embora a justificação pela fé fosse ensinada ali, nunca tinha visto isso com tanta clareza. Agora ele compreende a única justiça que pode permanecer na presença de Deus; ele recebe do próprio Deus, por meio de Cristo, aquela obediência que Cristo livremente imputa ao pecador, no exato instante em que o pecador humildemente volta os olhos para o Deus-homem que foi crucificado.

7. “Esse é o período decisivo na vida de Lutero. A fé que o salvou dos terrores da morte torna-se a alma de sua teologia, sua fortaleza em todos os perigos, a força de seu discurso, o incentivo de seu amor, o fundamento de sua paz, a motivação de seus trabalhos, seu consolo na vida e na morte. Mas essa grande doutrina de uma salvação que emana de Deus, e não do homem, não era apenas o poder de Deus para salvar a alma de Lutero, mas também se tornou o poder de Deus para reformar a igreja – uma arma poderosa que os apóstolos empunharam, uma arma por muito tempo negligenciada, mas finalmente tirada, em seu brilho original, do arsenal do Deus poderoso. No momento em que Lutero se levantou em Roma, emocionado e empolgado com as palavras que 15 séculos antes Paulo havia dirigido aos habitantes dessa metrópole, a verdade, que até então era prisioneira acorrentada na igreja, também se levantou, para nunca mais cair.”

8. Sobre essa mudança em sua vida, o próprio Lutero diz: “Embora fosse um monge santo e irrepreensível, minha consciência estava cheia de problemas e angústias. Eu não suportava as palavras ‘Justiça de Deus’. Eu não amava o Deus justo e santo que castiga os pecadores. Estava cheio de raiva secreta contra Ele e O odiava, porque, não satisfeito em nos aterrorizar, Suas miseráveis criaturas, já perdidas pelo pecado original, com Sua lei e as misérias da vida, Ele ainda aumentava nosso tormento pelo evangelho. [...] Mas quando, pelo Espírito de Deus, compreendi essas palavras; quando aprendi como a justificação do pecador procede da pura misericórdia do Senhor por meio da fé, senti-me reviver como um novo homem e entrei, com portas abertas, no próprio paraíso de Deus. A partir desse momento, também, vi o precioso volume sagrado com novos olhos. Examinei toda a Bíblia e coletei muitas passagens que me ensinaram qual é a obra de Deus. E da mesma forma que anteriormente odiava de todo o coração as palavras ‘Justiça de Deus’, passei a apreciá-las e amá-las como as palavras mais doces e consoladoras. Na verdade, essas palavras foram para mim o verdadeiro portão do paraíso”.

9. Em 1502, o eleitor Frederico fundou a Universidade de Wittemberg; e em 1508 chamou Lutero para ocupar a cadeira de professor ali. Logo após o retorno de Lutero de Roma, ele foi promovido ao doutorado em Teologia da Universidade de Wittemberg, em 18 de outubro de 1512. Como Wycliffê em Oxford, recebeu o título de doutor em Teologia, ou “doutor bíblico, não doutor em frases; e dessa maneira foi chamado a se dedicar ao estudo da Bíblia, e não ao da tradição humana. “O juramento que fez ao assumir o cargo continha as palavras: “Juro defender a verdade evangélica por todos os meios ao meu alcance”. Exigiu-se dele também que promettesse pregar a Sagrada Escritura “com fidelidade, ensiná-la com pureza e estudá-la durante toda a sua vida e defendê-la por meio da discussão e da escrita, à medida que Deus permitisse que assim o fizesse”. Esse juramento solene foi o chamado de Lutero para ser o reformador. Ao se propor em sua consciência a buscar livremente e anunciar com ousadia a verdade cristã, esse juramento elevou o novo doutor

acima dos limites estreitos aos quais seu voto monástico talvez o tivesse confinado. Chamado pela universidade e por seu soberano, em nome do imperador e da própria sé de Roma, e comprometido diante de Deus pelo juramento mais solene, passou a ser o arauto intrépido da palavra da vida. Nesse dia memorável, Lutero foi cognominado de “Cavaleiro da Bíblia”.

10. “Portanto, esse juramento prestado às Sagradas Escrituras pode ser considerado uma das causas da renovação da igreja. A autoridade infalível da única Palavra de Deus foi o primeiro e fundamental princípio da Reforma. Todas as reformas em detalhes que ocorreram em um período posterior – como reformas na doutrina, na conduta, no governo da igreja e na adoração – foram apenas consequências desse princípio primário. É difícil, atualmente, ter uma ideia da sensação produzida por esse princípio elementar, tão simples em si mesmo, mas que se perdeu de vista por tantas eras. Alguns indivíduos com visão mais ampla que as pessoas em geral previram sozinhos seus imensos resultados. A voz ousada de todos os reformadores logo proclamou esse poderoso princípio, ao som do qual Roma está destinada a desmoronar: ‘Os cristãos não recebem outras doutrinas além daquelas que são baseadas nas palavras expressas de Jesus Cristo, Seus apóstolos e profetas. Ninguém, nenhuma assembleia de doutores tem o direito de prescrever novas doutrinas.’”

11. Lutero começou suas palestras bíblicas. A nova vida que havia encontrado em Cristo vivificava e iluminava tudo o que dizia. Ele mesmo disse, e com verdade: “No meu coração, somente a fé em meu Senhor Jesus Cristo reina sozinha e somente ela deve reinar. Só ele é o começo, o meio e o fim de todos os pensamentos que ocupam minha mente noite e dia”. Isso fez com que fosse ouvido com prazer quer em palestras para suas classes ou em sermões para uma congregação. Justificação pela fé fundamentada nos Dez Mandamentos e a guarda dos Dez Mandamentos fundamentada na justificação pela fé – esta era sua mensagem ao mundo; e esta era a inspiração de todos os assuntos que lhe chamassem a atenção. Sobre a justificação ele disse: “O desejo de justificar a nós mesmos é a fonte de toda angústia de coração; ao passo que aquele que recebe Jesus Cristo como Salvador tem paz, e não apenas paz, mas pureza de coração. A santificação do coração é totalmente fruto da fé; pois a fé é em nós uma obra divina, que nos transforma e nos dá um novo nascimento que emana do próprio Deus. Ela mata o Adão em nós pelo Espírito Santo, que ela nos comunica, nos dando um novo coração e nos tornando novas pessoas. Não é pela especulação vazia, mas por esse método prático que obtemos um conhecimento salvador de Jesus Cristo.”

12. Logo após sua promoção ao doutorado, ele proferiu uma série de discursos sobre os Dez Mandamentos. Um trecho em que discorre sobre o primeiro mandamento ilustrará seus ensinamentos:

“Não terás outros deuses diante de Mim. Todos os filhos de Adão são idólatras e culpados de violar esse primeiro mandamento. Há dois tipos de idolatria: uma externa e outra interna. A externa é quando o homem adora madeira e pedra, bestas e estrelas. A interna é quando o homem, temendo punição ou buscando seu conforto, não adora a criatura, mas a ama internamente e confia nela. Que religião é essa? Você não dobra o joelho diante de riquezas e honras, mas oferece a elas seu coração, a sua parte mais nobre. Ah! Você adora a Deus com o corpo, mas com o espírito adora a criatura. Essa idolatria reina em cada ser humano até que seja curado dela livremente, pela fé que há em Jesus Cristo. E como essa cura é realizada?”

Desta forma: a fé em Cristo despoja você de toda a sua confiança na própria sabedoria, na própria justiça, na própria força. Diz a você que, se Cristo não tivesse morrido por você e, assim, o salvado, nem você nem qualquer criatura o teria feito. Então você aprende a desprezar todas as coisas que se tornaram inúteis para você. Agora resta a você apenas Jesus – Jesus apenas –, Jesus, Aquele que é totalmente suficiente para sua alma. Não tendo mais esperanças nas criaturas, agora você tem apenas Cristo, em quem espera tudo e a quem ama acima de tudo. Agora Jesus é o único, sem rival, o verdadeiro Deus. Quando você O tem como Deus, você não tem mais outros deuses.”

13. “Seu modo de explicar as Escrituras era tal que, no julgamento de todos os homens piedosos e iluminados, era como se nova luz tivesse surgido sobre a doutrina após uma longa noite. Ele apontou as diferenças entre a lei e o evangelho. Refutou o erro então prevalecente nas igrejas e escolas de que as pessoas merecem o perdão dos pecados por suas próprias obras e se tornam justas diante de Deus por meio de disciplina externa. Ele então trouxe de volta o coração humano ao Filho de Deus. Como João Batista, ele apontou para o Cordeiro de Deus, que havia tirado os pecados do mundo. Explicou como os pecados são perdoados livremente por causa do Filho de Deus e como o ser humano recebe as bênçãos pela fé. [...] Trabalhou cada vez mais para fazer com que todos compreendessem as grandes e essenciais doutrinas da conversão, do perdão dos pecados, da fé, e o verdadeiro consolo que se encontra na cruz. Os piedosos ficavam encantados e sensibilizados com a doçura dessa doutrina, enquanto os instruídos a recebiam com alegria. Alguém poderia dizer que Cristo, os apóstolos e profetas estavam saindo das trevas e de uma masmorra repugnante” (*Melâncton*).

14. Para um amigo, um monge no convento de Erfurt, Lutero escreveu: “Ó, meu querido irmão, aprenda a conhecer a Cristo, e Cristo crucificado. Aprenda a cantar para Ele um novo cântico; a se desesperar de si mesmo e dizer: Tu, Senhor Jesus! Tu és a minha justiça e eu sou o Teu pecado! Tu tomaste o que é meu e me deste o que é Teu. O que não eras Tu Te tornaste, a fim de que o que eu não era eu pudesse me tornar. Tome cuidado, ó meu querido Jorge, para não reivindicar uma pureza que o faça não querer se reconhecer como pecador, pois Cristo habita somente em pecadores. Ele desceu do Céu, onde habitava entre os justos, para habitar também entre os pecadores. Medite cuidadosamente sobre esse amor de Cristo, e Dele receberá bênção inefável. Se nosso trabalho e nossas aflições pudessem nos dar paz de consciência, por que Cristo deveria ter morrido? Só encontrarás paz Nele, tirando toda esperança de você mesmo e das suas obras e aprendendo como Ele abre os braços de amor para você, leva sobre Si todos os seus pecados e concede a você toda a Sua justiça”.

15. Lutero escreveu o seguinte para seu amigo Spalatino, capelão do eleitor Frederico: “Meu caro Spalatino, o que mais me desagrada em Erasmo, esse homem de vasta erudição, é que, para ele, a justiça das obras ou da lei significa o cumprimento da lei cerimonial. A justificação pela lei consiste não apenas em cerimônias, mas em todas as obras do decálogo. Quando essas obras são realizadas sem fé em Cristo, elas podem, é verdade, oferecer ao mundo homens de estrita integridade aos olhos do mundo, como os romanos Fabrício e Rêgulo. Contudo, de modo algum merecem ser chamados de justos, assim como o fruto de uma nêspera não pode a ser chamado de figo. Pois não nos tornamos justos, como Aristóteles supunha, fazendo obras de

justiça; mas quando nos tornamos justos, fazemos tais obras. Abel primeiro se tornou agradável a Deus, e depois o seu sacrifício”.

16. Lutero fez uma distinção clara entre o cristianismo e a filosofia das escolas. Em uma visita oficial a vários mosteiros, instruiu assim os monges: “Não se apeguem a Aristóteles ou a outros mestres de uma filosofia enganosa; mas leiam a Palavra de Deus com diligência. Não busquem sua salvação com suas próprias forças e boas obras, mas com os méritos de Cristo e a graça divina”. E falando a outras pessoas, disse o seguinte em uma série de 99 proposições em oposição ao racionalismo e à teologia escolástica:

“Da parte do homem, nada existe antes da graça, a menos que seja impotência e até rebelião.”

“Não nos tornamos justos fazendo o que é justo; mas, tendo-nos tornado justos, fazemos o que é justo.”

“Aquele que diz que um teólogo que não é especialista em lógica não passa de herege e aventureiro, este mantém uma proposição aventureira e herética.”

“Não há nenhuma forma de silogismo que esteja de acordo com as coisas de Deus. Se a forma do silogismo pudesse ser aplicada às coisas divinas, deveríamos *conhecer* o artigo da Santíssima Trindade e não deveríamos *acreditar* nela.”

“Em uma palavra, Aristóteles é para a teologia o que trevas é para a luz.”

“Quem está sem a graça de Deus peca sem cessar, mesmo que não mate, nem roube, nem cometa adultério.”

“Ele peca, pois não cumpre a lei de modo espiritual.”

“Não matar, nem cometer adultério, externamente, e apenas com relação à ação, corresponde à justiça dos hipócritas.”

“A lei de Deus e a vontade do homem são dois adversários que, sem a graça de Deus, nunca podem concordar.”

“Toda obra da lei parece boa externamente, mas internamente é pecado.”

“Malditos são aqueles que praticam as obras da lei.”

“Bem-aventurados todos aqueles que praticam as obras da graça de Deus.”

“A lei, que é boa e na qual temos vida, é a lei do amor de Deus derramado em nossos corações pelo Espírito Santo (Romanos 5: 5).”

“A graça não é dada para que as obras possam ser feitas com mais frequência e facilidade, mas porque sem a graça não pode haver obras de amor.”

“Amar a Deus é odiar a si mesmo e não conhecer nada separado de Deus.”

17. Leão X, como muitos papas antes dele, considerava-se necessitado de mais dinheiro do que as enormes receitas que o papado já lhe trazia. O esquema do jubileu fora exaurido por sua redução sucessiva de 100 anos para 50, para 33 e para 25. O esquema de cruzadas também estava desgastado. Leão X, portanto, foi obrigado a enviar por toda a cristandade vendedores ambulantes de indulgências. E a isca era que o dinheiro recebido seria empregado na construção da Igreja de São Pedro. Assim, João Tetzel, um desses vendedores ambulantes de indulgências, chegou à Alemanha em 1516. Quando Lutero ouviu falar disso, comentou: “Por favor, Deus, farei um buraco em seu tambor”. Tetzel tinha chegado a Jüterbog, a cerca de 6,5 quilômetros de Wittemberg; e ali, disse Lutero, “esse grande batedor de carteiras começou a assolar o país em grande estilo, de modo que o dinheiro começou a pular, cair e tilintar no baú”.

18. A maneira como Tetzl vendia essas indulgências era a seguinte: ele enviava primeiro arautos que faziam anúncios estrondosos; chegava então ao local designado, instalava primeiro uma cruz pintada de vermelho, com o brasão do papa por cima. Tetzl subia então num púlpito erguido para esse fim e discursava para a multidão em seu próprio estilo grosseiro. Aqui estão algumas amostras:

“As indulgências são o dom mais precioso e sublime de Deus.”

“A cruz (apontando para a cruz vermelha) tem a mesma eficácia que a cruz real de Jesus Cristo.”

“Venha, e eu lhe darei cartas seladas que garantem o perdão até de pecados que você deseja cometer no futuro.”

“Eu não trocava meus privilégios pelos de São Pedro no Céu; pois salvei mais almas por minhas indulgências do que o apóstolo por seus sermões.”

“Não há pecado tão grande que uma indulgência não possa cancelar; [...] se alguém simplesmente pagar bem, seu pecado lhe será perdoado.”

“Pense, então, que para cada pecado mortal você deve, após confissão e contrição, fazer penitência por sete anos, nesta vida ou no purgatório. Agora, quantos pecados mortais são cometidos em um dia, em uma semana? Quantos em um mês, em um ano, ou numa vida inteira? Ah! Esses pecados são quase inumeráveis, e inúmeros sofrimentos devem ser suportados por eles no purgatório. E agora, por meio dessas cartas de indulgência, você pode imediatamente, por toda a vida – em todos os casos, exceto quatro, reservados à Sé Apostólica – e, posteriormente, na hora da morte, alcançar remissão completa de todos os seus tormentos e de todos os seus pecados.”

“Mas mais do que isso, as indulgências não apenas salvam os vivos, mas também salvam os mortos.”

“Para esses, o arrependimento nem é necessário.”

“Padre! Nobre! Comerciante! Moças e rapazes! Ouçam seus pais falecidos e seus outros amigos clamando do fundo do abismo: ‘Estamos sofrendo tormentos horríveis! Um pouco de esmola nos libertaria; você pode doar, mas não quer!’”

“No mesmo instante em que a moeda tinir no fundo da caixa-forte, a alma sai do purgatório e, libertada, alça voo para o Céu.”

19. Muitas pessoas de Wittemberg foram a esse mercado de indulgência em Jüterbog. Lutero ocupou o confessionário, e essas pessoas o procuraram uma após a outra, confessando “as imoralidades mais grosseiras. Adultério, libertinagem, usura, riqueza ilícita eram os crimes com os quais o ministro da palavra tinha que lidar, praticados por pessoas de cujas almas ele teria um dia que prestar contas. Ele repreende, corrige e os instrui; mas qual não é o seu espanto quando essas pessoas lhe dizem que não escolhem abandonar seus pecados! Surpreso, o piedoso monge declara que, como se recusam a prometer reparação, ele não pode lhes dar absolvição. Essas infelizes criaturas recorrem então a suas cartas de indulgência, exibindo-as e exaltando suas virtudes. Mas Lutero responde que pouco se importava com o papel que lhe haviam mostrado e acrescentou: ‘Se não vos arrependerdes, todos igualmente perecereis’. As pessoas protestaram e o censuraram; mas o doutor permaneceu inflexível: ‘eles devem deixar de praticar o mal e aprender a fazer o bem – caso contrário, não haverá absolvição’. ‘Cuidado’, acrescentou ele, ‘com as arengas dos vendedores de indulgências; vocês terão mais lucro se não comprarem essas licenças vendidas pela quantia mais insignificante’.

20. Lutero ficou tão agitado com essas coisas que subiu ao púlpito e pregou:

“Ninguém pode provar pelas Escrituras que a justiça de Deus exige uma penalidade ou penitência do pecador; o único dever que ela lhe impõe é o verdadeiro arrependimento, conversão sincera, resolução de carregar a cruz de Jesus Cristo e ser diligente nas boas obras. É um grande erro pensar que podemos, por nós mesmos, satisfazer a justiça de Deus por causa de nossos pecados. Ele sempre os perdoa gratuitamente por Sua graça incalculável.”

“A Igreja Cristã, é verdade, exige algo do pecador e, conseqüentemente, tem o poder de cancelar o que ela exige; mas isso é tudo. Até essas indulgências da igreja são toleradas, apenas por causa de cristãos indolentes e imperfeitos, que não se mostram dispostos a exercitar na prática zelosa de boas obras. Elas não estimulam ninguém à penitência, mas deixam tudo na imperfeição.”

“Seria muito melhor contribuir para a edificação da Igreja de São Pedro a partir do amor a Deus do que comprar indulgências tendo isso em vista. [...] Mas vocês podem perguntar: será que nunca devemos comprá-las? Eu já disse e repito. Meu conselho é: não as compre. Deixe-as com cristãos sonolentos; mas quanto a vocês, andem com independência no seu próprio caminho. Os fiéis precisam ser desviados das indulgências e incentivados a fazer as obras que eles têm negligenciado fazer.”

“Se alguns clamam que sou herege (pois a verdade que prego causa muito dano à sua caixa-forte), o clamor deles me traz pouca preocupação. Eles têm cérebro obtuso e doentio; homens que nunca tiveram experiência com a Bíblia, nunca leram a doutrina cristã, nunca compreenderam seus próprios mestres e que se voltam para a podridão, envoltos nos farrapos de suas opiniões vãs. [...] Que Deus conceda a eles e a nós mente sã. Amém.”

21. Esse sermão foi impresso e amplamente distribuído; e, é claro, despertou muito interesse. E agora se aproximava a festa de Todos os Santos (31 de outubro de 1517). Na noite anterior – na noite de 30 de outubro – o eleitor Frederico da Saxônia estava morando em seu castelo de Schweinitz, a cerca de 40 quilômetros de Wittemberg. Na manhã de 31 de outubro, “estando em companhia de seu irmão, o duque João, que era então corregente e se tornou o único eleitor após sua morte, e com seu chanceler, o eleitor disse ao duque:

“Irmão, preciso lhe contar um sonho que tive ontem à noite e cujo significado gostaria muito de saber. Ele ficou tão profundamente marcado em minha mente, que nunca o esquecerei, se vivesse mil anos; pois sonhei três vezes, e cada vez com novas circunstâncias.”

*“Duque João: É um sonho bom ou ruim?”*

*“O eleitor: Eu não sei: Deus sabe.”*

*“Duque João: Não fique desconfortável, mas tenha a bondade de me contar.”*

*“O eleitor: Depois de ir dormir na noite passada, cansado e desanimado, adormeci logo após minha oração e dormi tranquilamente por cerca de duas horas e meia. Acordei então e continuei acordado até meia-noite, com todo tipo de pensamentos passando pela minha mente. Entre outras coisas, pensei em como deveria observar a festa de Todos os Santos. Orei pelas pobres almas no purgatório; e supliquei a Deus que me guiasse, meus conselhos e meu povo, de acordo com a verdade. Adormeci novamente e depois sonhei que Deus Todo-Poderoso me enviou um monge, que era um verdadeiro filho do apóstolo Paulo. Todos os santos o acompanharam por ordem de Deus, a fim de prestar testemunho diante de mim e declarar que ele não veio para tramar nenhuma conspiração; mas tudo o que ele fazia era de acordo com a vontade de Deus. Eles me pediram que tivesse a bondade de permitir que ele escrevesse algo na porta da igreja*

do castelo de Wittemberg. Isso eu concedi por meio do meu chanceler. Então o monge foi à igreja e começou a escrever em caracteres tão grandes que pude ler os escritos em Schweinitz. A pena que ele usou era tão grande que chegou até Roma, onde perfurou as orelhas de um leão que estava ali, e fez tremer a coroa tripla na cabeça do papa. Todos os cardeais e príncipes, correndo às pressas, tentaram impedir que caísse. Você e eu, irmão, também queríamos ajudar, e estendi meu braço; mas nesse momento acordei, com o braço no ar, bastante surpreso e muito enfurecido com o monge por não ter manejado melhor sua pena. Recobrei um pouco meu ânimo: era apenas um sonho.”

“Eu ainda estava meio adormecido e mais uma vez fechei os olhos. O sonho voltou. O leão, ainda irritado com a pena, começou a rugir com todas as suas forças, tanto que toda a cidade de Roma e todos os Estados do santo império correram para ver qual era o problema. O papa pediu que se opusessem a esse monge, e recorreu particularmente a mim, por ele estar no meu país. Acordei novamente, repeti a oração do Senhor, implorei a Deus para preservar o papa e adormeci mais uma vez.”

“Então sonhei que todos os príncipes do império, e nós entre eles, nos apressamos a Roma e nos esforçamos, um após o outro, para quebrar a pena; mas quanto mais tentávamos, mais rígida ficava – como se tivesse sido feita de ferro. Finalmente desistimos. Perguntei então ao monge (porque às vezes eu estava em Roma e algumas vezes em Wittemberg) onde ele havia conseguido aquela pena e por que era tão forte. ‘A pena’, respondeu ele, ‘pertencia a um velho ganso da Boêmia – com 100 anos de idade. Eu a consegui de um dos meus antigos professores. Quanto à sua força, é devido à impossibilidade de despojá-la de seu tutano ou medula; e eu mesmo estou bastante surpreso. De repente, ouvi um barulho alto – um número muito grande de outras penas havia saído da longa pena do monge. Acordei pela terceira vez: era dia.”

“*Duque João*: Chanceler, qual é sua opinião? Será que temos aqui um José ou um Daniel iluminados por Deus?”

“*O chanceler*: Vossas Altezas conhecem o conhecido provérbio: que os sonhos de moças, homens instruídos e grandes senhores geralmente têm algum significado oculto. O significado desse sonho, no entanto, não poderemos saber por algum tempo – até que as coisas a que ele se relaciona tenham ocorrido. Portanto, deixe a realização para Deus e coloque-a totalmente em Suas mãos.”

“*Duque João*: Sou da sua opinião, chanceler; não é adequado nos incomodarmos na tentativa de descobrir o significado. Deus está governando acima de tudo e fará tudo para Sua glória.”

“*O eleitor*: Que nosso Deus fiel assim faça; no entanto, nunca esquecerei esse sonho. Eu, de fato, pensei em uma interpretação, mas a guardo para mim. Talvez o tempo mostre se fui um bom adivinho.”

22. Esse sonho ocorreu na noite de 30 de outubro e foi relatado na manhã de 31 de outubro. Naquele dia, 31 de outubro, era o Dia de Todos os Santos. Naquele dia em especial, as relíquias dos santos, que o eleitor Frederico havia depositado na igreja de Wittemberg, “adornadas com prata, ouro e pedras preciosas, eram trazidas e exibidas aos olhos do povo, que ficava surpreso e deslumbrado por sua magnificência. Quem naquele dia visitasse a igreja, e nela confessasse, conseguia uma indulgência valiosa. Por essa razão, nessa grande ocasião, peregrinos vinham em multidão a Wittemberg”.

23. Naquele dia, 31 de outubro de 1517, Lutero, que já havia tomado sua resolução, caminha corajosamente em direção à igreja para a qual as multidões supersticiosas de peregrinos

estavam se dirigindo e coloca à porta dessa igreja 95 teses ou proposições contra a doutrina das indulgências. Nem o eleitor, nem Staupitz, nem Spalatino, ninguém, nem o mais íntimo de seus amigos, haviam sido previamente informados sobre esse passo. Nessas teses, Lutero declara, em uma espécie de preâmbulo, que as havia escrito com o desejo expresso de colocar a verdade à luz do dia. Ele se declara pronto para defendê-las no dia seguinte na universidade, contra tudo e todos. A atenção que elas despertam é grande; elas são lidas e repetidas. Em pouco tempo, os peregrinos, a universidade e toda a cidade as fazem reverberar por toda parte.”

24. No *princípio* dessa rejeição de indulgências por Lutero, não há nada novo além do que foi feito por Huss sobre o mesmo assunto em oposição à bula de João XXIII. O mesmo princípio, no entanto, foi agora expresso em nova roupagem, de forma categórica e muito variada. Essa mesma verdade que Huss havia pregado 100 anos antes nunca tinha perdido sua influência na Europa. Como consequência, essa declaração nova e vigorosa do princípio, caindo em solo já preparado, espalhou-se rapidamente e cresceu no mesmo ritmo. Os pontos vitais dessas teses foram:

“1. Quando nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo diz ‘arrependei-vos’, Ele quer dizer que toda a vida de Seus seguidores na Terra envolve arrependimento constante e contínuo.”

“2. Essa expressão não pode ser interpretada como referindo-se ao sacramento da penitência, isto é, à confissão e satisfação, conforme ministrado pelo sacerdote.”

“3. Além disso, o Senhor pretende se referir apenas ao arrependimento interno. O arrependimento interno é nulo, se não se manifestar externamente pela mortificação da carne.”

“4. O arrependimento e a tristeza – ou seja, a verdadeira penitência – continuam enquanto um homem fica descontente consigo mesmo; isto é, até que ele passe desta vida para a vida eterna.”

“27. Trata-se de pregação da loucura humana pretender concluir que, no exato momento em que o dinheiro toca na caixa-forte, a alma sai do purgatório.”

“28. Certo é que, assim que o dinheiro soa na caixa, a avareza e o amor ao ganho chegam, aumentam e se multiplicam. As ajudas, porém, e as orações da igreja dependem apenas da boa e agradável vontade de Deus.”

“32. Os que imaginam ter certeza da salvação por meio de indulgências irão para o diabo com aqueles que lhes ensinam dessa forma.”

“35. É uma doutrina anticristã alegar que, para tirar uma alma do purgatório ou adquirir uma indulgência, não há necessidade de tristeza ou arrependimento.”

“36. Todo cristão que realmente se arrepende de seus pecados tem todo o perdão da penalidade e da falta; portanto, não precisa de indulgência.

“37. Todo cristão verdadeiro, vivo ou morto, participa de todas as bênçãos de Cristo e da igreja, pelo dom de Deus e sem carta de indulgência.”

“43. Os cristãos devem ser informados de que quem dá aos pobres, ou empresta aos necessitados, faz melhor do que quem compra uma indulgência.”

“44. Pois a obra de caridade aumenta a caridade e torna o homem mais piedoso; ao passo que a indulgência não o torna melhor, mas apenas lhe dá mais autoconfiança e o torna mais seguro contra a punição.”

“45. Os cristãos devem ser informados de que quem vê seu próximo em privação e, em vez de ajudá-lo, adquire uma indulgência, não adquire a indulgência do papa, mas incorre no desagrado divino.”



“52. Esperar ser salvo pelas indulgências significa ter uma esperança vazia e mentirosa, mesmo que o comissário das indulgências – ou seja, o próprio papa – queira comprometer a própria alma em garantia disso.”

25. “Essas teses se espalharam com a rapidez do raio. Antes mesmo de um mês, já estavam em Roma. ‘Em duas semanas’, diz um historiador contemporâneo, ‘elas estavam em todas as partes da Alemanha e, em quatro semanas, atravessaram quase toda a cristandade; como se os próprios anjos tivessem sido os mensageiros e as tivessem levado diante de todas as pessoas. É inacreditável o barulho que fizeram.’ Foram traduzidas depois para o holandês e o espanhol, e um viajante até as vendeu em Jerusalém. ‘Todo mundo’, diz Lutero, ‘estava reclamando das indulgências; e como todos os bispos e doutores mantinham silêncio e ninguém se aventurava a assumir a perigosa tarefa de denunciá-las, o pobre Lutero tornou-se um doutor famoso, porque, como diziam, alguém finalmente teve a ousadia de fazê-lo. Mas não gostei dessa glória; a música me pareceu muito grandiosa para a letra.”

26. Durante todo esse tempo, Lutero ainda tinha grande respeito pelo ofício e pela pessoa do papa. De fato, grande parte de suas 95 teses foi dedicada a defender o papa contra o que ele considerava ser *abusos* das indulgências, praticados pelos vendedores delas. Ele enviou uma cópia de suas teses ao bispo de Mainz e Magdeburgo, com uma carta na qual pedia ao arcebispo que as lesse. O assistente do arcebispo respondeu a Lutero que “ele estava atacando o poder da igreja; que ele se envolveria em grandes problemas e aborrecimento; e que a coisa estava além de suas forças; e que seu conselho sincero para ele era ficar quieto.” Papistas zelosos o denunciaram vigorosamente. Muitos dos amigos de Lutero ficaram assustados e o aconselharam a ficar quieto. E os monges de sua Ordem em Wittemberg lhe rogaram que não envergonhasse a Ordem deles.

27. A tudo isso Lutero respondeu: “Eles exigem de mim moderação, e eles mesmos, no julgamento que fazem de mim, a calcam a pés! A verdade, quer por minha moderação, quer por minha presunção, não ganhará ou perderá nada. Desejo saber quais erros foram encontrados em minhas teses. Quem não sabe que um nova ideia é raramente apresentada sem uma aparência de arrogância e uma acusação de provocação? Se a própria humildade empreendesse algo novo, os de opinião contrária a acusariam de orgulho. Por que Cristo e todos os mártires foram mortos? Por serem considerados orgulhosos desprezadores da sabedoria da época e por promoverem novas verdades sem antes se aconselharem com os detentores da opinião estabelecida. Que os sábios de hoje não esperem de mim o mínimo de humildade, ou melhor, hipocrisia, para pedir a opinião deles antes de publicar o que o dever me chama a dizer. O que eu faço será feito, não pela prudência dos homens, mas pelo conselho de Deus. Se a obra é de Deus, quem pode detê-la? E se não é de Deus, quem pode fazê-la avançar? Não a minha vontade, nem a deles, nem a nossa, mas a Tua vontade seja feita, ó santo Pai, que estás no Céu!”

28. Tetzl lançou um ataque às teses de Lutero, mostrando-se muito abusivo e insultuoso. Lutero reagiu a isso, defendeu suas teses e as ampliou, encerrando com estas palavras: “De resto, embora não seja comum queimar hereges por esses pontos, eu, doutor Martinho Lutero, estou aqui em Wittemberg! Existe algum inquisidor que acha que pode mastigar fogo ou fazer pedras saltarem no ar? Que fique sabendo então que ele tem um salvo-conduto para vir até aqui, uma porta aberta, cama e comida, tudo sob o cuidado gracioso de nosso admirável duque Frederico, que nunca protegerá a heresia”.

29. Spalatino, capelão do eleitor, escrevendo para Lutero para expressar sua amizade por ele na disputa, perguntou-lhe: “Qual é o melhor método para estudar as Escrituras Sagradas?” A resposta de Lutero é uma instrução válida para todos os tempos: “Até agora, meu querido Spalatino, você fez perguntas que eu não pude responder. Mas direcioná-lo no estudo das Escrituras é mais do que eu sou capaz de fazer. No entanto, se você deseja realmente conhecer meu método, não o ocultarei: é certo que não podemos compreender a Escritura nem por estudo nem por mero intelecto. Seu primeiro dever, então, é começar com a oração. Rogue ao Senhor para que Ele, em Sua grande misericórdia, se digne em conceder a você o verdadeiro conhecimento de Sua Palavra. Não há outro intérprete da Palavra de Deus além do Autor dessa Palavra, conforme nos é dito: ‘E serão todos ensinados por Deus’. Não espere nada de suas obras, nada de seu intelecto. Confie apenas em Deus e na influência do Seu Espírito. Acredite em quem está falando por experiência própria”.

30. Em seguida, Tetzl passou a apresentar uma série de contrateses, entre as quais citamos:

“Os cristãos devem ser ensinados que quem diz que a alma não sai do purgatório assim que o dinheiro toca no fundo da caixa-forte está errado.”

“Os cristãos devem ser ensinados que o papa, pela grandeza de seu poder, está acima de toda a igreja universal e de todos os concílios. Suas ordens devem ser implicitamente obedecidas.”

“Os cristãos devem ser ensinados que somente o papa tem o direito de decidir em questões de fé cristã; que ele, e ninguém mais, tem o poder de explicar o significado das Escrituras de acordo com o sentido que ele der, e de aprovar ou condenar todas as palavras ou obras de outros.”

“Os cristãos devem ser ensinados que o julgamento do papa em coisas que dizem respeito à fé cristã, e que são necessárias para a salvação da raça humana, não pode errar.”

“Os cristãos devem ser ensinados que, em questões de fé, devem se apoiar e repousar mais na opinião do papa, manifestada por suas decisões, do que na opinião que todos os homens sábios vierem a extrair das Escrituras.”

“Os cristãos devem ser ensinados que aqueles que atacam a honra e a dignidade do papa são culpados de crime de lesa-majestade e merecem maldição.”

“Os cristãos devem ser ensinados que há muitas coisas que a igreja considera como artigos autênticos da verdade universal, embora não sejam encontrados nem no cânon das Escrituras nem nos antigos doutores.”

31. As outras foram no sentido de que os cristãos devem ser ensinados a considerar hereges e sob excomunhão todos que escreviam ou ensinavam contra as indulgências; e todos os que os protegiam eram hereges obstinados, infames e deveriam ser severamente punidos com vários castigos, nos termos da lei e para o terror de todas as pessoas. Em seguida, queimou as teses que Lutero havia apresentado. Em troca, os estudantes da Universidade de Wittemberg queimaram as teses de Tetzl. Esse ato dos estudantes foi, é claro, imputado a Lutero. Contudo, para um amigo que havia perguntado a respeito, Lutero escreveu: “Estou surpreso como você pôde pensar que fui eu que queimei as teses de Tetzl. Você acha que eu sou tão desprovido de sentido? Mas o que eu posso fazer? Quando sou objeto de observação, acredita-se em tudo. Posso amarrar as línguas do mundo inteiro? Muito bem! Que as pessoas digam, ouçam, vejam ou professem o que quiserem. Vou *agir* enquanto o Senhor me der força; e, com Sua ajuda, nada temerei”.

32. A oposição dos papistas às teses de Lutero não apenas aumentou o interesse geral nelas, mas levou Lutero cada vez mais adiante para a essência da lógica dos princípios anunciados. Roma e o próprio papa logo foram atraídos para o assunto. Em 30 de maio de 1518, Lutero escreveu uma carta amigável ao papa, Leão X; porque até aquele momento, Lutero ainda acreditava que o papa não podia endossar as indulgências que estavam sendo vendidas por toda a Alemanha.

33. No mesmo ano, realizou-se uma dieta em Augsburg, e o imperador Maximiliano, desejoso de receber favor especial do papa, escreveu-lhe, em 5 de agosto, a seguinte carta:

“Santíssimo padre, soubemos, há alguns dias, que um frade da Ordem Agostiniana, chamado Martinho Lutero, havia começado a defender diversas proposições quanto ao comércio das indulgências. Nosso descontentamento é maior porque o referido frade encontra muitos protetores, entre os quais personagens poderosos. Se Vossa Santidade e os reverendíssimos padres da igreja (os cardeais) não empregarem imediatamente sua autoridade para acabar com esses escândalos, esses doutores perniciosos não apenas seduzirão os simples, mas também envolverão grandes príncipes na ruína deles. Cuidaremos para que, seja qual for a decisão de Vossa Santidade sobre esse assunto, para a glória do Deus Todo-Poderoso, esta seja observada em nosso império.”

34. Em vez de o papa aceitar de maneira amigável a carta amistosa de Lutero, este ficou surpreso quando, em 7 de agosto, recebeu do papa uma convocação para comparecer em Roma dentro de 60 dias. Além disso, o imperador e os príncipes alemães estavam sendo diligentemente instigados pelo legado do papa contra Lutero. Por outro lado, os amigos de Lutero foram despertados em toda parte por essa citação a Roma e rogaram com insistência ao eleitor para que o caso fosse examinado na Alemanha. Além disso, o próprio legado do papa, movido por algum esquema político, havia solicitado ao papa que o caso fosse examinado na Alemanha. Como consequência, Leão emitiu um comunicado autorizando o legado a proceder assim. Nesse comunicado Leão escreveu:

“Encarregamos você de trazer pessoalmente em sua presença o tal Lutero, procurá-lo e restringi-lo sem demora assim que você receber esta nossa carta. Este homem já foi declarado herege por nosso querido irmão Jerônimo, bispo de Asculum. Para esse fim, invoque o braço e a assistência de nosso querido filho em Cristo, Maximiliano, os outros príncipes da Alemanha e todo o povo comum, as universidades e os poderes eclesiásticos ou seculares; e se você o prender, mantenha-o em custódia segura, para que seja trazido diante de nós. Se ele cair em si e pedir perdão por seu grande crime, por livre e espontânea vontade, e sem ser instado a fazê-lo, damos a você poder para recebê-lo na unidade da santa igreja mãe. Se persistir em sua obstinação e você não conseguir dominar sua pessoa, damos-lhe o direito de proscrivê-lo em todas as partes da Alemanha; banir, amaldiçoar e excomungar todos os que estão ligados a ele e ordenar que todos os cristãos evitem sua presença.”

“E para que esse contágio seja mais facilmente extirpado, você excomungará todos os prelados, ordens religiosas, comunidades, condes, duques e nobres, exceto o imperador Maximiliano, que se recusarem a capturar o referido Martinho Lutero e seus adeptos e enviá-los a você, com a devida e suficiente guarda. E se (que Deus não o permita) os referidos príncipes, comunidades, universidades, nobres, ou qualquer um a eles associado, oferecerem asilo ao referido Martinho e seus adeptos, não importa de que modo, e concederem a ele, publicamente ou em segredo, por si mesmos ou outros, ajuda e conselho, colocamos sob interdição esses príncipes, comu-

nidades e nobres, com suas cidades, burgos, campos e aldeias, para onde o referido Martinho fugir, por tanto tempo quanto ele permanecer ali e por três dias depois de ter saído.”

“Em relação aos leigos, se não obedecerem imediatamente às suas ordens, e sem qualquer oposição, nós os declaramos infames (com exceção do digníssimo imperador), incapazes de realizar qualquer ato lícito, privados de enterro cristão e despojados de todos os feudos que possam ter, sejam da Sé Apostólica, sejam de qualquer outro superior.”

35. Ao mesmo tempo, Leão enviou uma carta extremamente lisonjeira para o eleitor Frederico, chamando-o de “o ornamento, a glória e cheiro suave de sua raça nobre”, e pediu-lhe que entregasse Lutero ao legado “para que o povo piedoso de nosso tempo e de tempos futuros não venha um dia lamentar e dizer: A heresia mais perniciosa que afligiu a igreja de Deus foi incitada pelo favor e o apoio desta elevada e honrada casa”.

36. Finalmente, foi organizada uma audiência para Lutero a ser realizada em Augsburgue diante do legado. Três vezes Lutero compareceu lá. Porém, como o legado insistia em que Lutero se retratasse e não aceitava nada além disso, nem sequer dava atenção a qualquer outra coisa, essa tentativa apenas ampliou ainda mais a ruptura. Quando as audiências terminaram, Lutero, não querendo confiar em Roma, escapou de Augsburgue e voltou a salvo para Wittemberg; e a ação do legado imediatamente após isso provou que Lutero foi sábio em escapar no momento exato em que o fez; pois o legado escreveu uma carta ao eleitor, respirando vingança e exigindo que “como o monge Martinho não pode ser convencido por métodos paternos a reconhecer seu erro e permanecer fiel à Igreja Católica, rogo que Vossa Alteza o envie a Roma, ou o proscruva de seus Estados. Tenha certeza de que esse caso difícil, perverso e venenoso não pode durar por mais tempo; pois quando eu tiver informado nosso santíssimo senhor de toda essa artimanha e malícia, logo haverá um fim disso”.

37. Lutero escreveu ao eleitor, opinando que era injusto exigir dele tudo isso, quando nenhuma tentativa havia sido feita para mostrar onde ele estava errado; mas pela paz do eleitor e de seus domínios, Lutero informou que voluntariamente se submetia a deixar Wittemberg e a se exilar para onde quer que o Senhor o guiasse. Mas isso não foi necessário, pois o eleitor escreveu ao legado: “Visto que o doutor Martinho compareceu diante de você em Augsburgue, você deveria estar satisfeito. Não esperávamos que, sem tê-lo condenado, você teria a ideia de forçá-lo a se retratar. Nenhum dos eruditos em nossos domínios nos disse que a doutrina de Martinho era ímpia, anticristã e herética”.

38. Lutero escreveu um relato dos procedimentos do seu caso em Augsburgue e o publicou sob o título de “Atos da Conferência em Augsburgue”, no qual disse: “Grande Deus! Que crime inusitado, que crime espantoso buscar luz e verdade! E, mais especialmente, procurá-las na igreja; em outras palavras, no reino da verdade”. E numa carta a um amigo, disse o seguinte sobre essa produção: “Envio-lhe meus atos. Seguramente, eles são mais incisivos do que o legado esperava; mas minha pena está pronta para dar à luz coisas muito maiores. Nem mesmo eu sei de onde vêm esses pensamentos. Na minha opinião, o caso nem sequer começou. A nobreza de Roma está longe de ter qualquer esperança de que o assunto terminou. Vou lhe enviar o que escrevi, para que você veja se meu pressentimento está correto ao pensar que o anticristo de quem o apóstolo Paulo fala está reinando agora na corte de Roma. Acredito que sou capaz de demonstrar que ela hoje

é pior do que os próprios turcos”. E para outro escreveu: “Mas quanto mais a fúria e a violência deles aumentam, menos eu tremo”.

39. Em 28 de novembro de 1518, Lutero, em Wittenberg, “publicamente apelou do papa para um concílio geral da igreja”. Esperando que esse novo passo, certamente exigiria, para o bem do eleitor, que ele deixasse Wittenberg, escreveu um protesto contra os métodos de procedimento do papa que o tinham forçado a fazer esse apelo do papa a um concílio geral. Nesse documento, disse: “Considerando que o papa, que é o vigário de Deus na Terra, pode, como qualquer outro vigário, errar, pecar ou mentir, e que o apelo a um concílio geral é a única proteção contra procedimentos injustos a que é impossível resistir, sinto-me obrigado a recorrer a ele”. Em 13 de dezembro, o papa, por seu legado na Alemanha, emitiu uma bula, “confirmando a doutrina das indulgências nos mesmos pontos em que foi atacada, mas sem mencionar o eleitor ou Lutero”.

40. Em 1519, realizou-se em Leipzig um debate entre o doutor Eck, o papista, e Carlstadt, em primeiro lugar, e depois Lutero; porque o doutor Eck havia dito até a Lutero que ele era a razão por que havia vindo a Leipzig, e “se eu não puder debater com você, não tenho o desejo de fazê-lo com Carlstadt”. O duque Jorge havia proibido Lutero de entrar em debate; e as objeções do duque tinham que ser superadas, o que o doutor Eck conseguiu fazer. Ao persuadir o duque, disse: “Precisamos atacar a cabeça. Se Lutero permanecer ereto, o mesmo acontece com todos os seus adeptos; se ele cair, todos eles cairão”.

41. Em 4 de julho, às 7 da manhã, iniciou-se o debate entre Eck e Lutero. O debate foi aberto por Eck afirmando a primazia do papado, com estas palavras:

“Existe na igreja de Deus um primado derivado do próprio Jesus Cristo. A igreja militante é uma imagem da igreja triunfante. Mas a última é uma hierarquia monárquica, subindo passo a passo até a única Cabeça, que é Deus; e, conseqüentemente, Cristo estabeleceu a mesma graduação na Terra. Que tipo de monstro a igreja não seria se estivesse sem cabeça!”

*Lutero* (voltando-se para a plateia): “O doutor está certo ao dizer que a igreja universal deve ter uma cabeça. Se alguém aqui mantém o contrário, levante-se! A observação não se aplica a mim.”

*Eck*: “Se a igreja militante nunca ficou sem um monarca, eu gostaria de saber quem é esse monarca, se ele não for o pontífice de Roma.”

*Lutero*: “A Cabeça da igreja não é um homem, mas o próprio Jesus Cristo. Nisto acredito com base no testemunho de Deus. Cristo (diz a Escritura) deve reinar até que Ele coloque todos os inimigos debaixo de Seus pés. Portanto, não podemos ouvir aqueles que restringiriam Cristo à igreja triunfante no Céu. Seu reino é um reino de fé. Não podemos ver a nossa Cabeça; mesmo assim a temos.

*Eck*: “Muito bem, chego ao ponto essencial. O venerável doutor exige que eu prove que o primado da Igreja de Roma é de instituição divina. Eu o provo com estas palavras de Cristo: *Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a Minha Igreja*. Santo Agostinho, em uma de suas epístolas, expôs a passagem: ‘Tu és Pedro, e sobre esta pedra – isto é, sobre este Pedro – edificarei a minha Igreja’. É verdade que Agostinho disse em outro lugar que por esta pedra deve ser entendido o próprio Cristo; mas ele nunca se retratou de sua exposição anterior.”

*Lutero*: “Se o reverendo doutor deseja me atacar, ele deveria primeiro reconciliar essas declarações contraditórias de Agostinho. É inegável que Santo Agostinho disse repetidas vezes que a pedra era Cristo; é possível que ele tenha dito uma vez que era o próprio Pedro. *Mas*

*mesmo que Santo Agostinho e todos os pais digam que o apóstolo é a pedra da qual Cristo fala, eu combateria a visão deles sobre a autoridade de um apóstolo – em outras palavras, sobre a autoridade divina; pois está escrito: ‘Ninguém pode lançar outro fundamento, além do que foi posto, o qual é Jesus Cristo (1 Coríntios 3:11). O próprio Pedro chama Cristo de ‘principal pedra angular, sobre a qual edificamos uma casa espiritual (1 Pedro 2:5, 7).’*

42. Esse e outros assuntos foram seguindo nessa direção, e Eck, na presença de todos, estava consciente de que estava perdendo terreno. Finalmente, no segundo dia do debate, tomou uma atitude pela qual procurou criar preconceito na audiência contra Lutero, a fim de destruir o efeito de suas palavras. Disse então: “Desde os tempos primitivos em diante, foi reconhecido por todos os bons cristãos que a Igreja de Roma mantém sua primazia como legado do próprio Jesus Cristo, e não do homem. Devo confessar, no entanto, que os boêmios, enquanto defendiam com obstinação seus erros, atacaram essa doutrina. Que o venerável padre me perdoe se eu sou inimigo dos boêmios, já que são inimigos da igreja, e se a presente discussão me fez lembrar desses heréticos; pois [...], de acordo com meu fraco julgamento, [...] as conclusões a que o doutor chegou são todas a favor dos erros deles. Afirma-se até que os hussitas se gabam disso a plenos pulmões”.

43. Eck conhecia onde estava pisando e “tinha calculado bem. Todos os seus partidários receberam a insinuação com aclamação, e uma expressão de aplausos foi geral em toda a plateia.” Lutero respondeu: “Não gosto de cisma e nunca vou gostar. Visto que os boêmios, por sua própria autoridade, se separam de nossa unidade, eles cometem um erro, mesmo que a autoridade divina fosse decisiva em favor de suas doutrinas; pois no topo de toda autoridade divina está a caridade e a união do Espírito”. No final desse discurso de Lutero, a reunião foi encerrada para o jantar. Nesse intervalo, Lutero foi obrigado a se questionar se havia feito certo ao falar assim dos cristãos da Boêmia. Sua consciência foi tocada; e ele decidiu que iria corrigir a impressão duvidosa que deixara na mente do povo.

44. Essa decisão envolvia a rejeição do Concílio de Constança, um dos maiores concílios eclesiais. E ele próprio agora estava apelando para um concílio geral! E agora, endossar a atitude dos cristãos boêmios significaria abalar seu único ponto de apoio que lhe restava para enfrentar o papado e, dessa forma, abrir todas as comportas da oposição papal. No entanto, decidiu que faria isso. Disse a si mesmo: “Devo cumprir meu dever, aconteça o que acontecer”. Consequentemente, assim que a reunião foi retomada à tarde, Lutero aproveitou o primeiro momento. Ele se levantou e, com a decisão de convicção em sua voz, disse: “É incontestável que os princípios de João Huss e dos boêmios são perfeitamente ortodoxos. Isso é certo. Por exemplo: ‘que existe apenas uma igreja universal;’ e ‘que não é necessário para a salvação acreditar que a Igreja Romana é superior às outras’. Se Wycliffe ou Huss disse isso, eu não me importo. É a verdade”.

45. “Essa declaração de Lutero produziu uma comoção imediata na plateia. Os nomes abomináveis de Huss e Wycliffe pronunciados com elogio por um monge no coração de uma assembleia católica! Um murmúrio geral foi ouvido. O próprio duque Jorge sentiu-se tão alarmado como se realmente tivesse visto o estandarte de uma guerra civil, que por tanto tempo desolara os estados de seus ancestrais maternos, tremulando na Saxônia. Incapaz de esconder sua emoção, bateu na coxa, balançou a cabeça e exclamou, alto o suficiente para ser ouvido por toda a assembleia: ‘O homem está louco!’ Toda a audiência estava extremamente agitada. Todos se levantaram e ficaram conver-

sando com quem estava ao lado. Os que haviam adormecido acordaram. Os oponentes de Lutero expressaram sua exultação, enquanto seus amigos ficaram muito constrangidos. Várias pessoas, que até então o haviam ouvido com prazer, começaram a duvidar de sua ortodoxia. A impressão produzida na mente do duque por essa declaração nunca foi apagada; a partir daquele momento, olhou para o reformador com olhar desfavorável e se tornou seu inimigo.”

46. O Dr. Eck havia dito: “Estou surpreso com a humildade e modéstia com as quais o reverendo doutor se propõe a combater sozinho tantos pais distintos e a conhecer melhor do que pontífices soberanos, concílios, doutores e universidades. Seria certamente surpreendente que Deus ocultasse a verdade de tantos santos e mártires [...] e não a revelasse até o advento do reverendo padre!” Lutero respondeu: “O reverendo doutor foge das Escrituras Sagradas como o diabo foge da cruz. Da minha parte, com toda a devida consideração pelos pais, prefiro a autoridade das Escrituras e a recomendo aos nossos juízes”.

47. Até o duque Jorge mostrou que estava consciente de que os argumentos de Lutero abalavam o papado, ao observar: “Deixe o papa ser papa, seja pela lei divina ou humana; em todo o caso, ele é papa”. Quando as notícias do debate chegaram à Boêmia, os cristãos escreveram a Lutero: “O que Huss antigamente foi na Boêmia, você, ó Martinho, agora é na Saxônia. Portanto, ore e seja forte no Senhor”. Em 5 de junho de 1520, o papa emitiu uma bula contra Lutero da seguinte forma:

“Levanta-Te, Senhor! Levanta-Te e sê juiz por Tua causa. Lembra-Te dos insultos diários lançados contra Ti por homens enfeitados. Levanta-te, ó Pedro! Lembra-te da tua santa Igreja Romana, a mãe de todas as igrejas e senhora da fé! Levanta-te, ó Paulo! Pois aqui está um novo Porfírio, que está atacando tuas doutrinas e os santos papas, nossos predecessores! Levantai-vos, enfim, assembleia de todos os santos e da santa Igreja de Deus, e intercedei com o Todo-Poderoso!”

“No momento em que esta bula for publicada, será dever dos bispos fazer cuidadosa busca pelos escritos de Martinho Lutero, que contêm esses erros [ou seja, 41 proposições dos escritos de Lutero que Leão denunciou como ‘perniciosas, escandalosas e venenosas’] e queimá-los pública e solenemente na presença do clero e dos leigos. Quanto ao próprio Martinho, bom Deus! O que não fizemos! Imitando a bondade do Todo-Poderoso, ainda estamos prontos para recebê-lo no seio da igreja; e damos a ele 60 dias para nos transmitir sua retratação em um documento selado por dois prelados; ou, o que será mais agradável a nós, vir pessoalmente a Roma, pois aqui sua submissão sem dúvida será celebrada. Enquanto isso, e a partir deste momento, ele deve deixar de pregar, ensinar ou escrever e deve entregar suas obras às chamas. Se, no prazo de 60 dias, ele não se retratar, nós, por estes presentes, condenamos a ele e seus adeptos como hereges públicos e consumados.”

48. Por todo esse tempo, Lutero estava avançando com diligência seu ensinamento, sua pregação e sua escrita sobre seus dois grandes temas: a justificação pela fé e a iniquidade de Roma – temas que nada mais eram do que um único grande assunto: a justificação pela fé. Sobre a justificação pela fé, ele já havia escrito: “Vejo que o diabo está atacando incessantemente este artigo fundamental, por intermédio de seus doutores, e que, a esse respeito, não podemos descansar ou nos acomodar. Muito bem, eu, doutor Martinho Lutero, evangelista indigno de nosso Senhor Jesus Cristo, mantenho este artigo: *que a fé somente, sem obras, é que justifica aos olhos de Deus; e*

declaro que o imperador dos romanos, o imperador dos turcos, o imperador dos tártaros, o imperador dos persas, o papa, todos os cardeais, bispos, sacerdotes, monges, freiras, príncipes e nobres, todos homens e todos os demônios devem deixar que essa verdade permaneça firme e para sempre. Se eles tentarem combater essa verdade, farão cair as chamas do inferno sobre suas cabeças. Esse é o verdadeiro e santo evangelho e a minha declaração, do doutor Lutero, de acordo com a luz do Espírito Santo. [...] Ninguém morreu por nossos pecados, exceto Jesus Cristo, o Filho de Deus. Repito mais uma vez: se o mundo e todos os demônios se despedaçarem e se enfurecerem, tal declaração permanece verdadeira. E se é Ele quem tira o pecado, não pode ser nós mesmos com nossas obras; mas boas obras seguem a redenção, como o fruto aparece na árvore. Essa é a nossa doutrina; e é a doutrina que o Espírito Santo ensina com todos os verdadeiros cristãos. Nós a mantemos em nome de Deus. Amém.”

49. E agora, embora Lutero ainda não tivesse ouvido falar da bula papal, declarou: “O tempo do silêncio já passou; chegou o tempo de falar. Os mistérios do anticristo devem finalmente ser revelados”. Assim, em 20 de junho de 1520, ele publicou um “apelo à Sua Majestade imperial e à nobreza cristã da Alemanha, sobre a Reforma do cristianismo”, no qual, sobre esse assunto poderoso, tocou a trombeta para toda a Alemanha e para todo o mundo e para todos os tempos. Ele escreveu: “Não é por presunção que eu, que sou apenas um dentre o povo, quero falar com Vossa Senhorias. A miséria e a opressão sofridas neste momento por todos os estados da cristandade, e mais especialmente pela Alemanha, arrancam de mim um grito de angústia. Devo pedir ajuda; espero ver o momento em que Deus concederá Seu Espírito a um de nossos compatriotas e estenderá a mão para nossa infeliz nação. Deus nos deu um príncipe jovem e generoso (o imperador Carlos V), e assim encheu nosso coração com grandes esperanças. Mas nós também devemos, por nossa parte, fazer tudo o que pudermos”.

50. “Agora, a primeira coisa necessária é não confiar em nossa própria grande força ou em nossa alta sabedoria. Quando qualquer obra que poderia ser boa é iniciada com autoconfiança, Deus a rejeita e a destrói. Frederico I, Frederico II, e muitos outros imperadores, diante de quem o mundo tremia, foram pisoteados pelos papas, porque confiaram mais em suas próprias forças do que em Deus. Eles não podiam deixar de cair. Nesta guerra, temos que combater os poderes do inferno; e nosso modo de conduzi-la deve ser o de não esperar nada da força das armas humanas, mas confiar humildemente no Senhor e olhar ainda mais para a angústia da cristandade do que para os crimes dos iníquos. Pode ser que, por um procedimento diferente, o trabalho comece sob aparências mais favoráveis; mas, de repente, no calor da disputa, surgiria confusão, homens maus causariam um desastre medonho e o mundo seria inundado de sangue. Quanto maior o poder, maior o perigo, quando as coisas não são feitas no temor do Senhor.”

51. “Os romanos, para proteger-se de todas as espécies de reforma, cercaram-se de três muros. Quando atacados pelo poder temporal, negavam sua jurisdição sobre eles e afirmavam a superioridade do poder espiritual. Quando testados pelas Escrituras, respondiam que ninguém além do papa poderia interpretá-la. Quando ameaçados por um concílio, novamente respondiam que ninguém, exceto o papa, deveria convocá-lo. Assim, tiraram de nós as três varas destinadas a castigá-los e entregaram-se a todo tipo de impiedade. Mas agora, que Deus seja nossa ajuda e nos dê uma das trombetas que derrubaram o muro de Jericó. Vamos derrubar as paredes



de papel e palha que os romanos construíram ao seu redor; e erguer as varas que castigaram os ímpios, trazendo as artimanhas do diabo à luz do dia.”

52. “Foi dito que o papa, os bispos, os padres e todos os que moram em conventos formam o estado espiritual ou eclesiástico; e que príncipes, nobres, cidadãos e camponeses formam o estado secular ou laico. Essa é uma fábula ilusória. Mas ninguém fique alarmado. Todos os cristãos pertencem ao estado espiritual; e a única diferença entre eles está nas funções que cumprem. Todos nós temos apenas um batismo, apenas uma fé; e são essas coisas que constituem o homem espiritual. Unção, tonsura, ordenação, consagração, concedidas pelo papa, ou por um bispo, podem criar um hipócrita, mas nunca podem criar um homem espiritual. Todos somos sacerdotes consagrados pelo batismo, como diz São Pedro: ‘Vós sois sacerdócio real;’ embora nem todos cumpram de fato os ofícios de reis e sacerdotes, porque ninguém pode assumir o que é comum a todos sem o consentimento comum. Mas se essa consagração de Deus não nos pertencesse, a unção do papa não poderia constituir um único sacerdote.”

53. “Se dez irmãos, filhos de um rei e detentores de reivindicações iguais à sua herança, escolhessem um de seus membros para ser o administrador deles, todos seriam reis e, no entanto, apenas um deles seria o administrador da herança comum que lhes pertence. O mesmo acontece na igreja. Se vários leigos piedosos fossem banidos para o deserto e, por não terem entre eles um sacerdote consagrado por um bispo, concordassem em escolher um do grupo, casado ou não, ele seria verdadeiramente um sacerdote, como se todos os bispos do mundo o houvessem consagrado. Agostinho, Ambrósio e Cipriano foram eleitos dessa forma. Por conseguinte, leigos e sacerdotes, príncipes e bispos ou, como dissemos, eclesiásticos e leigos, nada há que os distinga, a não ser suas funções. Eles têm todos a mesma condição, mas não têm todos o mesmo trabalho a executar.”

54. “Sendo assim, por que o magistrado não deve corrigir o clero? O poder secular foi designado por Deus para punir os iníquos e proteger os bons; e deve ser deixado livre para agir por toda a cristandade, sem acepção de pessoas, sejam eles papa, bispos, padres, monges ou freiras. São Paulo diz a todos os cristãos: “*Todo homem* (consequentemente, o papa também) *esteja sujeito às autoridades superiores*; [...] porque não é sem motivo que ela traz a espada” (Romanos 13:1, 4).

55. “É monstruoso ver quem se chama vigário de Jesus Cristo exibindo uma magnificência inigualável à de qualquer imperador. É assim que ele prova sua semelhança com o humilde Jesus ou o despretensioso Pedro? Dizem que ele é o senhor do mundo. Mas Cristo, cujo vigário ele se orgulha de ser, disse: *Meu reino não é deste mundo*. Pode o poder de um vice-regente exceder o de seu príncipe?

56. “Você sabe para que servem os cardeais? Vou lhe dizer: a Itália e a Alemanha têm muitos conventos, fundações e prebendas, com ricos suprimentos. Como suas receitas poderiam ser trazidas para Roma? [...] Cardeais foram criados; em seguida, foram-lhes concedidos mosteiros e prelazias; no presente momento, [...] a Itália é quase um deserto – os conventos estão destruídos; os bispados devorados; as cidades em decadência; os habitantes corrompidos; a adoração desaparece e a pregação está abolida. [...] Por quê? Porque todo o dinheiro das igrejas vai para Roma. Os próprios turcos nunca teriam arruinado a Itália dessa forma.”

57. “E agora que sugaram o sangue do país conquistado, entram na Alemanha. Eles estão sendo gentis; mas vamos ficar em guarda. A Alemanha logo se tornará como a Itália. Já temos alguns cardeais. O pensamento deles é: antes que os alemães rústicos compreendam nosso desígnio,

não terão bispado, convento, benefício ou centavo, nem um quarto dele. O anticristo deve possuir os tesouros da terra. Trinta ou 40 cardeais serão eleitos em um único dia; a um será dado Bamberg, a outro o ducado de Wurtzburgo, e ricos benefícios serão anexados, até que as igrejas e cidades sejam desoladas. E então o papa dirá: 'Eu sou o vigário de Cristo e o pastor de Seus rebanhos. Que os alemães se submetam.' Como é que nós alemães podemos nos submeter a essa exploração e golpe por parte do papa? Se a França resistiu com sucesso, por que nos permitimos ser assim zombados e insultados? Ah! Se eles nos privassem somente de nossos bens! Mas eles assolam as igrejas, saqueiam as ovelhas de Cristo, anulam a adoração e suprimem a Palavra de Deus."

58. "Vamos nos esforçar para acabar com essa desolação e miséria. Se estamos dispostos a marchar contra os turcos, comecemos pelas piores espécies deles. Se enforcamos batedores de carteira e decapitamos ladrões, não permitamos que a avareza romana escape – uma avareza que supera a de todos os ladrões e assaltantes; e isso também em nome de São Pedro e Jesus Cristo. Quem pode suportar isso? Quem pode ficar calado? Não é evidente que tudo o que o papa possui é roubado? Ele não o comprou nem herdou de São Pedro, nem o adquiriu pelo suor de sua própria testa. Onde, então, ele conseguiu?"

59. "Não é ridículo que o papa tenha a pretensão de ser o legítimo herdeiro do império? Quem o deu a ele? Foi Jesus Cristo, quando disse: '*Os reis dos povos dominam sobre eles. [...] mas vós não sois assim?*' (Lucas 22:25, 26.) Como pode ele governar um império e, ao mesmo tempo, pregar, orar, estudar e cuidar dos pobres? Jesus Cristo proibiu Seus discípulos de levar com eles ouro ou roupas, porque o ofício do ministério não pode ser realizado sem o desapego de todos os outros cuidados; no entanto, o papa quer ao mesmo tempo governar o império e permanecer papa."

60. "Que o papa renuncie a todo tipo de título ao reino de Nápoles e Sicília. Ele não tem mais direito a isso do que eu. Sua posse de Bolonha, Ímola, Ravena, Romagna, Ancona, etc. é injusta e contrária aos mandamentos de Jesus Cristo. São Paulo diz: "*Nenhum soldado em serviço se envolve em negócios desta vida*". (2 Timóteo 2:4). E o papa, que pretende liderar a guerra do evangelho, se envolve mais nos negócios desta vida do que qualquer imperador ou rei. Ele deve estar livre de toda essa labuta. O imperador deve colocar uma Bíblia e um livro de oração nas mãos do papa, para que o papa deixe reis governarem e se dedique à pregação e oração.

61. "A primeira coisa necessária é banir de todas as regiões da Alemanha os legados do papa e as pretensas bênçãos que eles nos vendem com o peso do ouro e que são pura impostura. Eles pegam nosso dinheiro; e por quê? Para legalizar ganhos ilícitos, isentar pessoas de juramentos e nos ensinar a faltar com a boa-fé, pecar e ir direto para o inferno. [...] Ouça, ó papa! Não santíssimo papa, mas pecaminosíssimo papa. [...] Que Deus, de Seu lugar no Céu, derrube seu trono no abismo infernal!"

62. "E agora chego a um grupo preguiçoso, que promete muito, mas executa pouco. Não fiquem com raiva, queridos senhores, minha intenção é boa; o que tenho a dizer é uma verdade ao mesmo tempo doce e amarga: não é mais necessário construir claustros para monges mendicantes. Bom Deus! Já temos muitos deles; quem dera se todos fossem suprimidos. [...] Perambular como nômades pelo país nunca foi bom e nunca será."

63. "Em que estado o clero caiu e quantos padres estão sobrecarregados com mulheres, crianças e remorso, enquanto ninguém vem ajudá-los! Que o papa e os bispos façam o que quiserem, e quem desejar se perder, que se perca. Tudo bem! Mas estou decidido a aliviar minha cons-

ciência e a abrir minha boca livremente, por mais que papa, bispos e outros possam se ofender! [...] Eu digo então que, de acordo com a instituição de Jesus Cristo e dos apóstolos, toda cidade deve ter um pastor ou bispo, e que esse pastor possa ter uma esposa, como São Paulo escreve a Timóteo: *‘Que o bispo seja [...] marido de uma mulher’* (1 Timóteo 3:2, ARC), como ainda é praticado na Igreja Grega. Mas o diabo persuadiu o papa, como São Paulo diz a Timóteo (1 Timóteo 4:3), a proibir o clero de se casar. Surgiram, portanto, males tão numerosos que é impossível descrevê-los em detalhes. O que deve ser feito? Como podemos salvar os muitos pastores que são culpados apenas nisso, de viverem com uma mulher, a quem desejam com todo o coração estar legalmente unidos? Ah! Que eles salvem a consciência deles! Deixem que eles tomem essa mulher em legítimo casamento e vivam decentemente com ela, sem se incomodarem se isso agrada ou desagrade o papa. A salvação da alma deles é de maior importância do que leis arbitrárias e tirânicas – leis não impostas pelo Senhor.”

64. “É hora de considerar seriamente o caso dos boêmios, para que o ódio e a inveja cessem e a união seja estabelecida novamente. [...] Assim, os hereges devem ser refutados pelas Escrituras, como fizeram os antigos pais, e não subjugados pelo fogo. Em um sistema contrário, os carrascos seriam os doutores mais eruditos. Quisera Deus que cada uma das partes entre nós se cumprimentasse com humildade fraterna, em vez de nos endurecermos na ideia de nosso poder e direito! A caridade é mais necessária que o papado romano. Agora fiz o que estava ao meu alcance. Se o papa ou seu povo se opuserem, eles terão que dar conta disso. O papa deveria estar pronto para renunciar ao papado, a toda sua riqueza e a todas as suas honras, se assim pudesse salvar uma única alma. Mas ele preferiria ver o Universo ser destruído a ceder um triz de seu poder usurpado. Estou convencidos dessas coisas.”

65. “Receio que as universidades se tornem portões amplos para o inferno, se não for tomado o devido cuidado para explicar as Sagradas Escrituras e gravá-las no coração dos estudantes. Meu conselho para todos é: não coloquem seus filhos onde as Escrituras não reinam primordialmente. Toda instituição na qual os estudos realizados levam a uma consideração displicente da Palavra de Deus se mostrará corrompedora.”

66. “Presumo, no entanto, que fiz menção a coisas por demais desastrosas, propus muitas coisas que parecerão impossíveis e fui um tanto quanto severo com os muitos erros que ataquei. Mas o que posso fazer? Melhor que o mundo se ofenda comigo do que com Deus! [...] O máximo que podem tirar de mim é a vida. Muitas vezes me ofereci para fazer as pazes com meus oponentes, mas, por meio deles, Deus sempre me obrigou a falar contra eles. Eu ainda tenho um canto sobre Roma em reserva; e se tiverem coceira no ouvido, cantarei para eles no tom mais agudo possível. Roma, vocês estão me entendendo?”

67. “Se minha causa é justa, deve ser condenada na Terra e justificada apenas por Cristo no Céu. Portanto, que papa, bispos, padres, monges, doutores avancem, demonstrem todo o seu zelo e deem vazão total à sua fúria. Certamente eles são as pessoas exatas que devem perseguir a verdade, como em todas as épocas a perseguiram.”

68. Essa mensagem foi divulgada pela imprensa em 26 de junho de 1520; e em pouco tempo foram vendidas 4 mil cópias – “um número, naquele período, sem precedentes. O espanto era universal, e todo o povo estava em comoção. O vigor, o espírito, a perspicácia e a nobre ousa-

dia que impregnavam a mensagem tornaram-na uma obra para o povo, que sentia que quem falava em tais termos os amava de verdade. As visões confusas que muitos sábios alimentavam foram esclarecidas. Todos tomaram conhecimento das usurpações de Roma. Em Wittemberg, ninguém tinha dúvidas de que o papa era o anticristo. Até a corte do eleitor, com toda a sua timidez e circunspeção, não desaprovava o reformador, mas apenas aguardava o resultado. A nobreza e as pessoas nem esperaram. A nação foi despertada e, à voz de Lutero, adotou sua causa e reuniu-se em torno de seu estandarte. Nada poderia ter sido mais vantajoso para o reformador do que essa publicação. Nos palácios, nos castelos, nas habitações dos cidadãos e até nos chalés, todos estão agora preparados e blindados, por assim dizer, contra a sentença de condenação que está prestes a cair sobre o profeta do povo. Toda a Alemanha está em chamas; e a bula, não importa quando vier, nunca extinguirá a conflagração.”

69. A mensagem à nação alemã foi seguida, em 6 de outubro de 1520, pela publicação de um tratado intitulado “Cativeiro Babilônico da Igreja”, no qual Lutero disse: “Se quero ou não, diariamente me torno mais instruído, estimulado, como sou, por tantos mestres famosos. Dois anos atrás ataquei as indulgências; fiz isso com tanta reserva e indecisão, que agora tenho vergonha disso. Mas, afinal, o modo de ataque não deve ser visto com surpresa, pois eu não tinha ninguém que me ajudasse a rolar a pedra. [...] Neguei que o papado era de Deus; mas admiti que tinha a autoridade do homem. Agora, depois de compreender todas as sutilezas pelas quais essas faíscas sustentam o ídolo deles, sei que o papado nada mais é do que o reino da Babilônia e a tirania do grande caçador Ninrode. Por isso, rogo a todos os meus amigos e a todos os livreiros que queimem os livros que escrevi sobre esse assunto e os substituam por esta única proposição: *‘O papado é um perseguidor geral, sob o comando do pontífice romano, com o objetivo de derrubar e destruir almas.’*”

70. Sobre o batismo, no mesmo livro, ele disse: “Deus nos preservou esse sacramento singular livre das tradições humanas. Deus disse: *‘Quem crer e for batizado será salvo.’* Essa promessa divina deve ter precedência sobre todas as obras, por mais esplêndidas, sobre todos os votos, todas as penitências, todas as indulgências e tudo o que o homem inventou. Toda a nossa salvação depende dessa promessa, se a recebermos com fé. Se acreditarmos, nosso coração é fortalecido pela promessa divina; e embora todo o resto abandone o crente, essa promessa não o abandonará. Com ela, ele resistirá ao adversário que assalta sua alma e enfrentará a morte, mesmo que impiedosa, e até o julgamento do próprio Deus. Em todas as provações, seu conforto será dizer: ‘Deus é fiel às Suas promessas, e estas me foram prometidas no batismo; se Deus é por mim, quem será contra mim? Oh, como o cristão batizado é rico! Nada pode destruí-lo, a não ser sua própria recusa em acreditar’”.

71. “Portanto, declaro que nem o papa, nem o bispo, nem qualquer pessoa têm o direito de impor o menor fardo a um cristão – pelo menos sem o seu consentimento. Tudo o que é feito de outra maneira é feito de forma tirânica. Estamos livres de todos os homens. O voto que fizemos no batismo é suficiente por si só e nada do que possamos fazer é superior a isso. Portanto, todos os outros votos podem ser abolidos. Todo aquele que ingressa no sacerdócio, ou em uma ordem religiosa, considere bem que as obras de um monge ou sacerdote, por mais difíceis que sejam, não são, na visão de Deus, em nenhum aspecto superiores às de um camponês que trabalha no campo, ou de uma mulher cuidando dos deveres de sua casa. Deus estima todas essas coisas pela regra da fé. Acontece muitas vezes que o trabalho simples de um servo, de uma

serva é mais agradável a Deus do que os jejuns e obras de um monge, sendo estes deficientes na fé. [...] O povo cristão corresponde ao povo de Deus levado para o cativo, para Babilônia, e ali foram despojados de seu batismo.”

72. “Fiquei sabendo que uma nova excomunhão papal foi preparada contra mim. Nesse caso, o presente livro pode ser considerado parte do meu futuro retratamento. Em prova de minha obediência, o restante seguirá em breve, e a obra completa, com a ajuda de Cristo, formará uma coleção, como a que Roma nunca viu ou ouviu antes.”

73. O que Lutero havia dito até agora sobre o papa não era falado com referência à pessoa de Leão X, mas do papa como o centro do papado. Quanto à pessoa de Leão X, Lutero tinha grande respeito. Ele então envia uma carta pessoal a Leão, apelando a ele e mostrando sua oposição contra o papado como sistema, e suplicando que ele aceitasse o evangelho e se separasse de Roma. Era uma carta cristã, apresentando ao papa a verdade. Foi o chamado de Deus dirigido até para o papa para abandonar Babilônia. Nessa carta, Lutero escreveu: “Ao santíssimo padre em Deus, Leão X, papa em Roma, salvação em Cristo Jesus, nosso Senhor. Amém”.

74. “Em meio à terrível guerra que eu tenho travado há três anos com homens desordeiros, não posso deixar de olhar para você, ó Leão, santíssimo padre em Deus. E embora a loucura de seus bajuladores ímpios me obrigasse a apelar de seu julgamento para um futuro concílio, meu coração não se afastou de Vossa Santidade; e não deixei de orar a Deus com sinceridade e com profundos suspiros, para que Ele lhe conceda prosperidade a você e a seu pontificado.”

75. “É verdade que tenho atacado algumas doutrinas anticristãs e infligido uma profunda ferida em meus adversários por causa da impiedade deles. Disso não me arrependo, pois nesse ponto tenho Cristo como exemplo. De que serve o sal, se perdeu o sabor, ou o fio da espada, se não cortar? Maldito aquele que fizer a obra do Senhor com negligência. Excelentíssimo Leão, longe de ter concebido maus pensamentos a seu respeito, meu desejo é que você desfrute das mais preciosas bênçãos por toda a eternidade. Uma coisa tenho feito: tenho mantido a Palavra da verdade. Estou pronto para ceder a todos em tudo; mas, quanto a esta Palavra, não vou e não posso abandoná-la. Quem pensa de modo diferente sobre este assunto está em erro.”

76. “É verdade que eu ataquei a corte de Roma; mas nem você nem qualquer ser vivente pode negar que há maior corrupção nela do que em Sodoma e Gomorra, e que a impiedade que prevalece nela torna a cura sem esperança. Sim, fiquei horrorizado ao ver como, em seu nome, os pobres seguidores de Cristo foram enganados. Eu me opus a isso e vou continuar a me opor – não que eu imagine ser possível, apesar da oposição dos bajuladores, realizar algo nessa Babilônia, que é a personificação da confusão; mas tenho uma dívida para com meus irmãos no sentido de me esforçar, se possível, para remover alguns desses males terríveis.”

77. “Você sabe disso. Roma há muitos anos vem inundando o mundo com tudo que possa destruir a alma e o corpo. A Igreja de Roma, anteriormente a primeira em santidade, tornou-se covil de ladrões, um lugar de prostituição, um reino de morte e inferno; de modo que o próprio anticristo, se ele aparecesse, seria incapaz de aumentar a quantidade de maldade. Tudo isso é tão claro quanto o dia.”

78. “E, no entanto, ó Leão, você mesmo é como um cordeiro no meio dos lobos – um Daniel na cova dos leões. Sozinho, porém, que oposição você pode fazer contra esses monstros?”

É possível que haja três ou quatro cardeais que ao conhecimento acrescentem virtude. Mas o que são esses contra tantos? Você pereceria envenenado mesmo antes de tentar qualquer remédio. Tudo acabou com a corte de Roma – a ira de Deus a alcançou e a consumirá. Ela odeia o conselho, teme a reforma e não vai abrandar a fúria de sua impiedade; portanto, pode-se dizer com justiça a respeito dela o que foi dito a respeito de sua mãe: ‘Queríamos curar *Babilônia, ela, porém, não sarou; deixai-a*’. Cabia a você e seus cardeais aplicar o remédio; mas o paciente ri do médico, e o cavalo se recusa a obedecer ao freio.”

79. “Acalentando o mais profundo carinho por você, excelentíssimo Leão, sempre lamentei que você, talhado como você é para uma era melhor, foi elevado ao pontificado nesses tempos. Roma não é digna de você e daqueles que se assemelham a você; o único chefe que ela merece ter é o próprio Satanás; portanto, a verdade é que nessa Babilônia ele é mais rei do que você. Prouvera a Deus você, deixando de lado essa glória que seus inimigos tanto exaltam, a trocasse por um modesto ofício pastoral ou vivesse de sua herança paterna. A glória de Roma é de uma espécie adequada apenas aos Iscariotes. [...] Ó meu querido Leão, de que serve você nesta corte romana, a não ser para permitir que os homens mais execráveis usem seu nome e sua autoridade para arruinar fortunas, destruir almas, multiplicar crimes, oprimir a fé, a verdade e toda a igreja de Deus? Ó Leão, Leão! Você é o mais infeliz dos homens e senta-se no mais perigoso dos tronos. Digo a verdade porque desejo-lhe tudo de bom.

80. “Não é verdade que, sob a vasta extensão do céu, não há nada mais corrupto e mais odioso do que a corte romana? No vício e na corrupção, excede infinitamente os turcos. Outrora a porta do Céu, tornou-se ela a boca do inferno – uma boca larga que a ira de Deus mantém aberta, de modo que, quando vi tantos seres infelizes jogados de cabeça nela, fui obrigado a levantar a voz, como numa tempestade, a fim de que, pelo menos, alguns pudessem ser salvos do terrível abismo. Essa, ó Leão, meu pai, foi a razão por que ataquei com duras palavras essa sé promotora da morte. Longe de atacar sua pessoa, pensei que estava trabalhando por sua segurança, quando ataquei com bravura essa prisão, ou melhor, esse inferno em que você está confinado. Fazer todo tipo de mal à corte de Roma seria o mesmo que cumprir seu próprio dever; cobri-la com vergonha é honrar a Cristo; em uma palavra, ser cristão é ser tudo menos romano.”

81. “Enquanto isso, vendo que, ao socorrer a cidade de Roma, meu trabalho e meus esforços estavam sendo em vão, enviei a ela uma carta de divórcio. Eu disse a ela: Adeus, Roma! ‘Continue o *injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo*’ (Ap 22:11), e me dediquei ao estudo tranquilo e solitário do volume sagrado. Então Satanás abriu os olhos e despertou seu servo, João Eck, grande inimigo de Jesus Cristo, para que me obrigasse novamente a descer à arena. O desejo de Eck era estabelecer a primazia, não de Pedro, mas de si mesmo e, para esse propósito, conduzir o derrotado Lutero em triunfo. A culpa de todo o opróbrio lançado à Sé de Roma repousa sobre ele.

82. “Venho então a você, ó santíssimo padre, e prostro-me aos seus pés, rogo-lhe, se possível, que reprima os inimigos da verdade. Mas não posso retratar minha doutrina. Não posso permitir que regras de interpretação sejam impostas às Escrituras Sagradas. A Palavra de Deus, a fonte de onde brota toda a liberdade, deve ser deixada livre.” “Ó Leão, meu pai! Não ouça a

essas sereias bajuladoras que lhe dizem que você não é um simples homem, mas um semideus, e pode ordenar o que bem desejar. Você é servo de servos; e o assento que você ocupa é, de todos os outros, o mais perigoso e o mais infeliz. Não dê crédito a quem o exalta, mas a quem o humilha. Talvez eu seja muito ousado em dar conselhos a uma majestade tão alta, cujo dever é instruir todas as pessoas. Mas vejo os perigos que o cercam em Roma; vejo você sendo conduzido de um lado para outro, jogado, por assim dizer, sobre as ondas de um mar revolto. A caridade me exorta; e não resisto ao dever de enviar um grito de advertência.”

83. “Para não aparecer de mãos vazias diante de Vossa Santidade, ofereço-lhe um pequeno livro que foi dedicado a você e que o tornará ciente dos assuntos aos quais poderei me dedicar, se seus bajuladores me permitirem. É uma questão pequena no que diz respeito ao tamanho do volume, mas grande em relação ao seu conteúdo; pois contém um resumo da vida cristã. Sou pobre e não tenho mais nada a oferecer; além disso, nada lhe falta além de dons espirituais. Rogo que me julgues digno de ter me dirigido a Vossa Santidade. Que o Senhor o guarde para todo o sempre! Amém.”

84. Esse pequeno livro que Lutero enviou ao papa intitulava-se “Tratado sobre a Liberdade do Cristão”. Nele a preciosa verdade cristã foi trazida à atenção do papa, nas seguintes graciosas palavras: “O cristão é livre – todas as coisas lhe pertencem. O cristão é um servo, sujeito a todos em tudo. Pela fé ele é livre; pelo amor ele está sujeito. A fé une a alma a Cristo, como uma noiva ao seu noivo. Tudo o que Cristo tem torna-se propriedade do crente; tudo que o crente tem torna-se propriedade de Cristo. Cristo possui todas as bênçãos, mesmo a salvação eterna; e estas constituem de agora em diante a propriedade do crente. O crente possui todos os vícios e todos os pecados; e estes se tornam de agora em diante propriedade de Cristo. Uma troca feliz agora acontece. Cristo, que é Deus e homem, Cristo, que nunca pecou e cuja santidade é invencível, Cristo, o Onipotente e eterno, quando Se apropria, mediante Sua aliança de casamento – ou seja, por meio da fé – de todos os pecados do crente; esses pecados são engolidos e aniquilados, pois nenhum pecado pode existir na presença de Sua infinita justiça”.

85. “Assim, por meio da fé, a alma é libertada de todos os pecados e investida na eterna justiça de Jesus Cristo, o Noivo. Ó feliz união! Jesus Cristo, o rico, o nobre, o santo noivo, casa-se com esta noiva pobre, culpada e desprezada, a livra de todo o mal e a enfeita com as vestes mais ricas. [...] Cristo, rei e sacerdote, compartilha essa honra e glória com todos os cristãos. O cristão é um rei e, conseqüentemente, possui todas as coisas. Ele é sacerdote e, conseqüentemente, possui Deus. E é a fé, não as obras, que lhe conferem essa honra. O cristão é livre de todas as coisas e está acima de todas as coisas, e é a fé que lhe dá tudo em abundância.”

86. “Embora o cristão tenha sido libertado, ele voluntariamente se torna servo, para que possa agir em relação a seus irmãos como Deus agiu em relação a ele por meio de Jesus Cristo. Desejo servir de maneira livre, alegre e gratuita a um Pai que assim derramou sobre mim todas as riquezas de Sua bondade. Desejo tornar tudo para o meu próximo, como Cristo Se tornou tudo para mim. [...] Da fé flui o amor a Deus, e do amor, uma vida cheia de liberdade, caridade e alegria. Oh, quão nobre e elevada é a vida do cristão! Infelizmente, porém, ninguém sabe disso e ninguém o prega. Pela fé, o cristão se eleva até Deus; pelo amor, desce ao homem, mas permanecendo sempre em Deus. Esta é a verdadeira liberdade – uma liberdade tão acima de todas as outras espécies de liberdade quanto os céus estão acima da terra.”

87. Em 3 de outubro de 1520, a bula do papa foi publicada na Alemanha, sobre a qual Lutero disse: “Finalmente chegou a bula romana. Eu a desprezo e a impugno como ímpia, falsa e, em todos os aspectos, digna de Eck. É o próprio Cristo quem é condenado. Ela não apresenta razões; apenas me cita, não para ser ouvido, mas simplesmente para cantar uma palinódia. Vou tratá-lo como espúria, embora não tenha dúvida de que seja genuína. Oh, se Carlos V fosse homem e, pelo amor de Cristo, atacasse esses demônios! Regozijo-me por ter de suportar algumas dificuldades pela melhor das causas. Eu já sinto mais liberdade no meu coração; pois, por fim, sei que o papa é o anticristo e que sua sé é a do próprio Satanás”.

88. De acordo com o decreto da bula, os livros de Lutero estavam sendo reunidos pelos agentes de Roma e queimados. Em Lovaina, nos Países Baixos, quando foi publicado o decreto de que todos os seus livros deveriam ser reunidos e, em determinado dia, queimados em certo local, quando chegou a hora, havia uma grande multidão presente e “estudantes e burgueses foram vistos apressando-se pela multidão, com os braços cheios de grandes volumes, que jogaram nas chamas. O zelo deles trouxe grande honra aos monges e doutores; mas depois foi descoberto que “em vez dos escritos de Lutero, eles haviam jogado no fogo os ‘Sermones Discipuli Tartaret’ e outros livros escolásticos e papais!” Os doutores de Lovaina disseram a Margarete, regente dos Países Baixos: “Lutero está subvertendo a fé cristã”. Ela perguntou: “Quem é esse Lutero?” Eles disseram: “Um monge ignorante”. A princesa respondeu: “Bem, então, vocês que são instruídos, escrevam contra ele. O mundo dará mais crédito a uma multidão de homens instruídos do que a um monge isolado”.

89. Em 4 de novembro seguinte, Lutero publicou um tratado intitulado “Contra a Bula do Anticristo”, no qual dizia: “Que erros, que imposturas surgiram entre os pobres sob o manto da igreja e da pretensa infalibilidade do papa! Quantas almas se perderam! Quanto sangue derramado! Quantos assassinatos cometidos! Quantos reinos arruinados! Eu sei muito bem como distinguir entre artimanha e malícia; e dou muito pouco valor para uma malícia que não tem artimanha. Queimar livros é uma questão tão fácil que até as crianças conseguem fazê-lo; quanto mais o santo padre e seus doutores. Seria conveniente que eles demonstrassem maior habilidade do que se exige para queimar livros. [...] Além disso, podem destruir minhas obras! Eu não desejo mais nada, pois tudo o que eu desejava era guiar as pessoas à Bíblia, para que deixassem depois de lado todos os meus escritos. Bom Deus; se tivéssemos o conhecimento das Escrituras, que necessidade haveria para meus escritos? [...] Eu sou livre, pela graça de Deus; e as bulas não me confortam nem me assustam. Minha força e consolo se encontram onde nem homens nem demônios podem atacá-los”.

90. Era crime qualquer pessoa apelar do papa para um concílio geral. Em 17 de novembro, porém, Lutero cometeu esse crime. Um notário e cinco testemunhas foram chamados por Lutero ao convento onde residia; e lá Lutero pediu que o notário elaborasse de forma legal sua apelação, nas seguintes palavras:

“Considerando que um concílio geral da Igreja Cristã está acima do papa, especialmente em tudo que diz respeito à fé;

“Considerando que o poder do papa não está acima, mas abaixo das Escrituras, e que ele não tem o direito de afligir as ovelhas de Cristo e jogá-las na boca do lobo;



“Eu, Martinho Lutero, monge agostiniano, doutor das Sagradas Escrituras de Wittemberg, apelo, por mim mesmo e por todos os que me seguirem, do santíssimo papa Leão para um futuro concílio cristão universal.

“Apelo do dito papa Leão, *primeiro*, como um juiz injusto, temerário e tirânico, que me condena sem me ouvir e sem explicar os fundamentos de seu julgamento; *segundo*, como um herege, um apóstata empedernido e obstinado, condenado pelas Sagradas Escrituras, uma vez que me ordena a negar que a fé cristã é necessária no uso dos sacramentos; terceiro, como inimigo, um anticristo, um adversário, um tirano da Sagrada Escritura, que ousa opor suas próprias palavras a todas as palavras de Deus; *quarto*, como um desprezador, um caluniador, um blasfemador da santa Igreja Cristã e de um concílio livre, visto que afirma pretensiosamente que um concílio não é nada em si mesmo.

“Portanto, humildemente suplico aos plácidos, ilustres, excelentes, generosos, nobres, corajosos, sábios e prudentes senhores, Carlos, o imperador romano, os eleitores, príncipes, condes, barões, cavaleiros, senhores, conselheiros, cidades e povo comum, em toda a Alemanha, para aderir ao meu protesto e se juntar a mim para resistir à conduta anticristã do papa, para a glória de Deus, a defesa da igreja e da doutrina cristã e para a manutenção de concílios livres na cristandade. Que assim se faça, e Cristo, nosso Senhor, os recompensará ricamente pela Sua graça eterna. Mas se há alguém que despreza a minha súplica e continua a obedecer a esse homem ímpio, o papa, em vez de Deus, eu, com estas testemunhas, me eximo de toda responsabilidade. Tendo advertido fielmente suas consciências, eu os deixo, assim como o papa e todos os seus seguidores, para o julgamento soberano de Deus.”

91. Em 10 de dezembro, foram afixados avisos nas paredes em locais públicos de Wittemberg, “convidando professores e alunos a se encontrar às 9 horas da manhã, no portão leste, perto da cruz sagrada. Muitos professores e alunos se reuniram; e Lutero, andando à frente deles, levou a procissão ao local designado. [...] Um palanque havia sido preparado. Um dos mais antigos mestres de artes acendeu a tocha. No momento em que subiram as chamas, o renomado agostiniano, vestido com sua túnica, foi visto se aproximando da pilha, segurando nas mãos o direito canônico, as decretais, as clementinas, os Extravagantes dos papas, alguns escritos de Eck e Emser e *a bula papal*. Depois de consumir, em primeiro lugar, as decretais, Lutero ergueu a bula e disse: ‘Visto que você afligiu o Ungido do Senhor, que o fogo eterno a faça sofrer e a consuma em chamas.’ Em seguida, jogou-a no fogo”.

92. Lutero e a multidão voltaram silenciosamente à cidade. Lutero comentou ainda: “Em todas as leis papais, não há uma palavra para nos ensinar quem é Jesus Cristo. Meus inimigos conseguiram, queimando meus livros, ferir a verdade na mente das pessoas comuns; portanto, da minha parte, queimei os livros deles. Uma luta séria já começou. Até agora, só tive brincadeira de criança com o papa. Comecei o trabalho em nome de Deus; será terminado sem mim e por Seu poder. Se queimarem meus livros, nos quais, para falar sem vanglória, há mais do evangelho do que em todos os livros do papa, tenho ainda mais direito de queimar os deles, nos quais não há nada de bom”.

93. No dia seguinte, no final de sua palestra regular, disse: “Se vocês de todo o coração não combaterem o governo ímpio do papa, não poderão ser salvos. Quem quer que tenha prazer na religião e na adoração do papado, estará eternamente perdido na vida futura. Se a rejeitarmos,

podemos esperar todos os tipos de perigos e até a perda de vidas. Mas é muito melhor correr esses riscos no mundo do que ficar em silêncio! Enquanto eu viver, avisarei meus irmãos da ferida e da praga da Babilônia, para que vários que estão conosco não recuem com os outros ao abismo do inferno. O papa tem três coroas, e são elas: a *primeira* é contra Deus, pois ele condena a religião; a *segunda*, contra o imperador, pois ele condena o poder secular; e a *terceira*, contra a sociedade, pois ele condena o casamento”.

94. Todas essas coisas, é claro, criaram cada vez mais comoções por toda a Alemanha e em outros lugares. Seus inimigos o atacaram por todos os lados; os hesitantes estavam assustados; até seus amigos temiam que ele estivesse indo rápido demais e longe demais. Aleandro, o nuncio do papa na coroação de Carlos V em Colônia, dirigiu-se ao eleitor Frederico da Saxônia, e o assunto era Lutero:

“Veja os imensos perigos a que esse homem expõe a comunidade cristã. Se um remédio não for aplicado rapidamente, o império será destruído. O que arruinou os gregos, se não foi o fato de terem abandonado o papa? Você não pode permanecer unido a Lutero sem se separar de Jesus Cristo. Em nome de Sua Santidade, peço-lhe duas coisas: *primeiro*, que os escritos de Lutero sejam queimados; *segundo*, que ele seja punido de acordo com seus deméritos, ou pelo menos que seja entregue como prisioneiro do papa. O imperador e todos os príncipes do império declararam estar prontos para aderir às nossas exigências; você apenas ainda hesita.”

95. O eleitor afirmou que se tratava de uma questão de muita importância para ser decidida no calor do momento e, posteriormente, daria uma resposta definitiva. Da sua parte, Lutero escreveu a Spalatio, capelão do eleitor: “Se o evangelho fosse de natureza a ser propagado ou mantido pelo poder do mundo, Deus não o teria confiado a pescadores. A defesa do evangelho não pertence aos príncipes e pontífices deste mundo. Eles já têm o suficiente para fazer a fim de se proteger dos julgamentos do Senhor e Seu Ungido. Se eu falo, faço-o para que obtenham o conhecimento da palavra divina e sejam salvos por ela”.

96. Lutero estava praticamente sozinho; e até isso começou a ser usado como acusação contra ele. A todos, porém, dizia: “Quem sabe se Deus não me escolheu e chamou; será que não é o desejo de Deus que eles venham a temer que, ao me desprezarem, estão desprezando o próprio Deus? [...] Moisés estava sozinho ao sair do Egito, Elias sozinho no tempo do rei Acabe, Isaías sozinho em Jerusalém, Ezequiel sozinho em Babilônia. [...] Deus nunca escolheu como profeta o sumo sacerdote ou qualquer outra grande personagem. Ele costumava escolher pessoas que eram humildes e desprezadas. Em uma ocasião, até escolheu um pastor (Amós). Em todos os momentos, os santos tiveram que repreender os grandes – reis, príncipes, sacerdotes, eruditos –, correndo risco de vida. E sob a nova dispensação não tem sido o mesmo? Ambrósio em seu tempo estava sozinho; depois dele Jerônimo estava sozinho; mais tarde ainda Agostinho estava sozinho. [...] Não digo que sou profeta; mas digo que eles devem temer apenas porque estou sozinho e eles são muitos. De uma coisa tenho certeza: a Palavra de Deus está comigo e não está com eles”.

97. “Dizem também que promovo novidades e que é impossível acreditar que todos os outros doutores estiverem equivocados por tanto tempo. Não, eu não prego novidades, mas digo que todas as doutrinas cristãs desapareceram, mesmo entre aqueles que deveriam tê-las pre-

servado – refiro-me a bispos e eruditos. Não duvido, porém, que a verdade se tem mantido em alguns corações, mesmo no de crianças de berço. Os camponeses pobres, meras crianças, agora entendem Jesus Cristo melhor que o papa, os bispos e os doutores.”

98. “Sou acusado de rejeitar os santos doutores da igreja. Eu não os rejeito; mas como todos esses doutores tentam provar seus escritos pelas Sagradas Escrituras, elas devem ser mais claras e mais seguras do que eles. Quem pensa em provar um discurso obscuro por um ainda mais obscuro? Assim, a necessidade nos obriga a recorrer à Bíblia, como todos os doutores o fazem, e a pedir que ela decida sobre os escritos deles; pois a Bíblia é senhor e mestre.”

99. Em 28 de janeiro de 1521, a Dieta de Worms foi aberta por Carlos V em pessoa, a primeira assembleia imperial desde sua ascensão. “Nunca uma dieta foi assistida por tantos príncipes.” Entre os assuntos a serem considerados ali, o imperador havia nomeado, em sua carta de convocação para a dieta, “A Reforma”. Ele escrevera ao eleitor Frederico para “levar Lutero à dieta, assegurando-lhe que nenhuma injustiça seria cometida, que ele não enfrentaria violência, que homens eruditos iriam conversar com ele”. Informações a esse respeito foram transmitidas pelo eleitor, por meio de seu capelão, a Lutero. A saúde de Lutero naquele momento estava bastante precária, e seus amigos estavam com medo.

100. Lutero, porém, sem temer, disse apenas: “Se eu não puder ir a Worms com saúde, farei com que seja carregado; já que o imperador me chama, não posso duvidar que seja um chamado do próprio Deus. Se eles pretendem empregar violência contra mim, como é provável (pois certamente não é com vistas à instrução deles que me fazem comparecer), deixo o assunto nas mãos do Senhor. Aquele que preservou os três jovens na fornalha ainda vive e reina. Se não for do agrado Dele me salvar, minha vida é uma questão de somenos importância; só não permitamos que o evangelho seja exposto ao escárnio dos ímpios, e derramemos nosso sangue por isso de preferência a permitir que triunfem. Seria minha vida ou minha morte que mais contribuiria para a segurança geral? Não cabe a nós decidir. Oremos apenas a Deus para que nosso jovem imperador não inicie seu reinado mergulhando as mãos em meu sangue; de longe preferiria perecer pela espada dos romanos. Você sabe quais são os julgamentos do imperador Sigismundo após o assassinato de João Huss. Espere tudo de mim, exceto a fuga ou a retratação; não posso fugir, menos ainda retratar”.

101. O eleitor, contudo, preferiu confiar Lutero aos cuidados de Deus; e sem esperar uma resposta de Lutero, escreveu ao imperador: “Parece-me difícil trazer Lutero comigo para Worms; alivie-me dessa tarefa. Além disso, nunca desejei colocar sua doutrina sob minha proteção; mas apenas impedir que ele seja condenado sem uma audição. Os legados, sem esperar suas ordens, tomaram uma medida, insultante tanto a Lutero quanto a mim; e temo muito que, dessa maneira, o tenham levado a um ato imprudente [a queima da bula papal], que pode expô-lo a um grande perigo, caso compareça na dieta”.

102. Na dieta, o núncio do papa fez um extenso discurso, com três horas de duração, contra Lutero. O papado não queria que Lutero comparecesse à dieta e não queria que fosse ouvido. O discurso de Aleandro foi projetado especialmente para persuadir o imperador a não convocá-lo. Ele concluiu com as seguintes palavras:

“Lutero não permitirá que ninguém o instrua. O papa o convocou para Roma, mas ele não obedeceu. O papa o convocou para Augsburg diante de seu legado, mas não quis comparecer sem um salvo-conduto do imperador – isto é, com a intenção de atar as mãos do legado e impedir que sua língua fosse calada. Ah! Suplico a Vossa Majestade imperial que não faça nada cujo resultado seja a desgraça. Não interfira em questões que os leigos não têm o direito de tomar conhecimento. Faça seu próprio trabalho. Que as doutrinas de Lutero sejam interditas por todo o império; que seus escritos sejam queimados por toda parte. Não tema; há nos escritos de Lutero o suficiente para queimar 100 mil hereges. [...] E o que temos a temer? [...] O povo? Antes da batalha, eles parecem terríveis por sua insolência; na batalha, são desprezíveis por sua covardia. Príncipes estrangeiros? O rei da França proibiu a doutrina de Lutero de entrar em seu reino; o rei da Grã-Bretanha está preparando um golpe para ele com a mão real. Você sabe quais são os sentimentos da Hungria, da Itália e da Espanha, e nenhum de seus vizinhos, não importa o nível de inimizade que nutra contra você, lhe deseja algo tão ruim quanto esta heresia. Se a casa de nosso inimigo é adjacente à nossa, podemos desejar-lhe febre, mas não pestilência. [...] Quem são todos esses luteranos? Um amontoado de retóricos insolentes, padres corruptos, monges desordeiros, advogados ignorantes, nobres degradados, pessoas comuns, todos enganados e pervertidos. O partido católico não é muito mais numeroso, capaz e poderoso? Um decreto unânime desta assembleia esclarecerá os simples, alertará os imprudentes, firmará os que hesitam e confirmará os fracos. [...] Mas se o machado não for colocado na raiz desse arbusto venenoso, se o golpe fatal não lhe for dado, então [...] eu o vejo cobrindo a herança de Jesus Cristo com os seus ramos, transformando a vinha do Senhor em uma floresta uivante, transformando o reino de Deus num covil de animais selvagens e jogando a Alemanha no terrível estado de barbárie e desolação a que a Ásia foi reduzida pela superstição de Maomé.”

103. Alguns dias depois, porém, o esforço de Aleandro foi completamente anulado pelo discurso do Duque Jorge, o maior inimigo de Lutero entre os nobres. Seu discurso teve um impacto muito maior justamente por sua notória e difundida inimizade contra Lutero. Vendo o núncio tentando mesclar Lutero e reforma numa condenação comum, Jorge subitamente se levantou entre os príncipes reunidos e, para grande surpresa dos que conheciam seu ódio ao reformador, disse:

“A dieta não deve esquecer as queixas contra a corte de Roma. Que abusos invadiram nossos estados! As anatas que o imperador concedeu gratuitamente para o bem da cristandade agora exigidas como dívida; e a cada dia os cortesãos romanos inventando novas ordenanças, a fim de absorver, vender e terceirizar benefícios eclesiásticos; uma multidão de transgressões ignoradas; infratores ricos tolerados indignamente, enquanto os que não têm meios de resgate são punidos sem piedade; os papas concedendo sem cessar direitos de posse e perspectivas aos ocupantes de seu palácio, em detrimento daqueles a quem os benefícios pertencem; as *comendas* de abadias e conventos de Roma conferidas a cardeais, bispos e prelados, que se apropriam de suas receitas, a ponto de não haver um monge sequer nos conventos, que deveriam ter 20 ou 30; postos multiplicados sem fim e lojas de indulgência instaladas em todas as ruas e praças de nossas cidades, lojas de Santo Antônio, lojas do Espírito Santo, de Santo Huberto, de São Cornélio, de São Vicente e muitas outras; sociedades que compram de Roma o direito de manter tais mercados e, em seguida, compram do bispo o direito de exibir suas mercadorias e, a fim de obter todo esse dinheiro, esvaziar

e esgotar os bolsos dos pobres; as indulgências, que deveriam ser concedidas apenas para a salvação de almas, e que deveriam ser merecidas apenas por meio de orações, jejuns e a salvação de almas, vendidas a um preço ordinário; os oficiais dos bispos que oprimem os de vida humilde com penitências por blasfêmia, adultério, devassidão, violação deste ou naquele dia de festa, enquanto, ao mesmo tempo, nem sequer censuram eclesiásticos que são culpados dos mesmos crimes; penitências impostas aos arrependidos de modo ardiloso, para que eles logo caiam de novo na mesma falta e paguem outro tanto em dinheiro.”

“Tais são alguns dos abusos gritantes de Roma; todo sentimento de vergonha foi descartado e apenas uma coisa é perseguida: dinheiro! dinheiro! Portanto, pregadores que deveriam ensinar a verdade agora não fazem nada além de contar e recontar mentiras – mentiras que são não apenas toleradas, mas recompensadas, porque quanto mais mentem, mais ganham. Desse poço poluído surge toda essa água poluída. A devassidão anda de mãos dadas com a avareza. Autoridades eclesiásticas fazem com que mulheres venham às suas casas sob diversos pretextos e se esforçam para seduzi-las, às vezes por ameaças, outras por presentes; ou, se não são bem-sucedidos, maculam a reputação delas. Ah! Os escândalos causados pelo clero precipitam multidões de pobres almas para a condenação eterna! Deve haver uma reforma universal, e essa reforma deve ser realizada pela convocação de um concílio geral. Portanto, excelentes príncipes e senhores, com submissão, imploro que vocês não percam tempo na consideração deste assunto.”

104. Outros membros da dieta seguiram o duque Jorge no mesmo tom. Disseram: “Temos um pontífice que passa a vida em caça e prazer. Os benefícios da Alemanha são dados em Roma a caçadores, domésticos, cavaleiros, camareiros e outras pessoas dessa classe – pessoas ignorantes, sem polimento, sem capacidade e completamente estranhas à Alemanha.” O duque Jorge escreveu suas palavras e queixas por escrito. Um comitê foi nomeado para coletar as queixas. Quando apresentaram o relatório, este continha uma lista de 101 queixas contra Roma. “Uma delegação, composta por príncipes seculares e eclesiásticos, apresentou a lista ao imperador, implorando da parte dele reparação, como se comprometera a fazer em sua eleição. ‘Quantas almas cristãs se perdem’, disseram eles a Carlos V. ‘Quantas depredações, quantas extorsões são causadas pelos escândalos de que o chefe espiritual da cristandade está cercado! A ruína e a desonra de nosso povo devem ser evitadas. Portanto, todos nós, unidos num só corpo, lhe suplicamos com muita humildade, mas também com muita urgência, que ordene uma reforma geral, encarregue-se dela e a realize.” Até o confessor do imperador havia “imprecado a vingança do Céu contra ele se não reformasse a igreja”. Um efeito de tudo isso foi que “o imperador retirou imediatamente o edito que ordenava que os escritos de Lutero fossem entregues às chamas em todas as partes do império; e, em vez disso, deu uma ordem provisória para que esses livros fossem encaminhados aos magistrados”.

105. Essas ocorrências despertaram na dieta um desejo concreto de que Lutero comparcesse ali. Seus amigos estavam sempre insistindo que era injusto condená-lo sem uma audiência; e agora alguns de seus inimigos disseram: “Sua doutrina se apossou tanto do coração das pessoas que é impossível impedir que elas avancem sem ouvi-lo”. Mas o núncio do papa, com muito medo de que Lutero pudesse ser trazido, se esforçou mais do que nunca para evitar isso. Dirigiu-se até mesmo ao próprio imperador e disse:

“É ilegal questionar o que o soberano pontífice decidiu. Não haverá nenhum debate com Lutero, você diz; mas não será o poder desse homem audacioso; não será o fogo dos seus olhos, a eloquência da sua língua e o espírito misterioso que o anima, não será tudo isso suficiente para estimular alguma sedição? Vários já o veneram como santo; e pode-se encontrar em toda parte o retrato dele cercado por uma auréola de glória, como em volta da cabeça dos bem-aventurados. Se está determinado a citá-lo, pelo menos o faça sem lhe dar a proteção da fé pública.”

106. Toda a oposição, porém, foi em vão. O imperador decidiu que Lutero deveria vir. E o imperador lhe deu não apenas o salvo-conduto imperial, mas todos os príncipes por cujos Estados ele deveria passar também lhe concederam um salvo-conduto. Em 6 de março de 1521, o imperador enviou a ele a seguinte convocação:

“Carlos, pela graça de Deus, eleito imperador romano, sempre Augusto, etc., etc.  
Honrado, querido e piedoso! Nós, e os Estados do santo império, tendo resolvido fazer um inquérito sobre a doutrina e os livros que você publicou há algum tempo, lhe providenciamos, para que venha aqui e retorne a um local seguro, nosso salvo-conduto e o do império, aqui anexados. Nosso desejo sincero é que você se prepare imediatamente para essa viagem, a fim de que, no espaço de 21 dias, mencionados em nosso salvo-conduto, você possa estar aqui com certeza e sem falta. Não tenha apreensão de injustiça ou violência. Aplicaremos firmemente nosso salvo-conduto aqui subscrito; e esperamos que você atenda a nossa convocação. Ao fazer isso, você dará atenção a nosso importante conselho. Redigido em nossa cidade imperial de Worms, no sexto dia de março, no ano de 1521 de nosso Senhor e no segundo ano de nosso reinado.

CARLOS.”

“Por ordem do meu senhor, o imperador, com sua própria mão, Alberto, cardeal de Mentz, arquitecancer.

NÍCOLAS ZWILL.”

107. Em 2 de abril Lutero iniciou sua viagem até Worms. “Onde quer que passasse, as pessoas se reuniam para vê-lo. Sua jornada foi uma espécie de procissão triunfal. Sentia-se profundo interesse em contemplar o homem intrépido que estava a caminho para oferecer sua cabeça ao imperador e ao império. Uma imensa multidão o cercou. Ah! Disseram-lhe alguns deles: ‘Há tantos cardeais e bispos em Worms; eles vão queimá-lo; vão reduzir seu corpo a cinzas, como fizeram com o de João Huss’. Mas nada apavorou o monge. ‘Se fizessem uma fogueira’, disse ele, ‘que se estendesse de Worms a Wittenberg e chegasse até o céu, eu a atravessaria em nome do Senhor; eu compareceria diante deles; eu andaria sobre as mandíbulas desse monstro, quebraria seus dentes e confessaria o Senhor Jesus Cristo.’”

108. Em outro lugar, um oficial lhe disse: “Você é o homem que se encarregou de reformar o papado? Como você terá sucesso?” Lutero respondeu: “Sim, eu sou o homem. Confio no Deus Todo-Poderoso, cuja Palavra e ordem tenho diante de mim”. O oficial olhou seriamente para o rosto dele e disse: “Caro amigo, há algo no que você diz. Eu sou o servo de Carlos; mas seu Mestre é maior que o meu. Ele irá ajudá-lo e protegê-lo”. Em outro lugar, uma viúva idosa

disse a ele: “Meu pai e minha mãe me disseram que Deus levantaria um homem que se oporia às vaidades papais e salvaria a Palavra de Deus. Espero que você seja esse homem. E desejo a você, para o seu trabalho, a graça e o Espírito Santo de Deus”.

109. Ao se aproximar de Worms, Aleandro e os outros principais papistas estavam mais do que nunca preocupados. Armaram uma armadilha para que ele se desviasse a convite de alguns amigos, onde o encontrariam para uma reunião e o deteriam até que o salvo-conduto expirasse. Mas Lutero não estava disposto a aceitar convite algum. Disse: “Eu continuo minha viagem; e se o confessor do imperador tiver algo a me dizer, ele me encontrará em Worms. Eu vou aonde sou chamado. Até Spalatino, um verdadeiro amigo, ficou tão intimidado que chegou a enviar um mensageiro para encontrar Lutero, com a mensagem: “Não entre em Worms!” Lutero olhou diretamente para o mensageiro e respondeu: “Vá e diga ao seu mestre que, mesmo que houvesse tantos demônios em Worms quanto telhas nos telhados, eu entraria”.

110. E entrou de fato. Cem cavalheiros montados o encontraram fora dos portões para escoltá-lo à cidade. Uma multidão o esperava nos portões. Duas mil pessoas o acompanharam pelas ruas. Enquanto passava adiante, “de repente, um homem vestido com roupas incomuns e carregando uma grande cruz diante dele, como é habitual nos funerais, rompe em meio à multidão, avança em direção a Lutero e então, em voz alta e tom lamentoso e na cadência usada para rezar a missa para o repouso das almas dos mortos, canta as seguintes estrofes, como se estivesse determinado que os próprios mortos as ouvissem:

*“Advenisti, ó desiderabilis!*

*“Quem expectabamus in tenebris!*

*“Tu chegaste, ó desejado! Tu por quem ansiávamos e esperávamos nas trevas.”*

111. O imperador imediatamente reuniu seu conselho de Estado e disse: “Lutero chegou! O que deve ser feito?” O bispo de Palermo disse: “Já faz muito tempo que deliberamos sobre esse assunto. Que Vossa Majestade imperial rapidamente se livre desse homem. Não foi Sigismundo que fez João Huss ser queimado? Não há obrigação de dar ou observar um salvo-conduto a um herege”. Mas Carlos respondeu: “Não! O que foi prometido deve ser cumprido!” Na manhã seguinte, sexta-feira, 17 de abril, o marechal do império chegou a Lutero e o convocou a “comparecer às 4 horas da tarde na presença de Sua Majestade imperial e dos Estados do império”.

112. Quando bateram as 4 horas, o marechal apareceu novamente e levou Lutero ao salão da dieta. “O arauto caminhou primeiro; depois dele o marechal; e por último o reformador. A multidão que se aglomerava nas ruas ainda era mais numerosa do que na noite anterior. Era impossível seguir em frente; era inútil gritar: Abram passagem! A multidão aumentava. Por fim, o arauto, vendo a impossibilidade de chegar ao salão, abriu algumas casas particulares e conduziu Lutero pelos jardins e passagens secretas até o local da reunião. As pessoas, percebendo isso, correram para as casas seguindo os passos do monge de Wittemberg, ou se colocaram nas janelas que davam para os jardins, enquanto muitas pessoas subiam nos telhados. O topo das casas, a calçada, todo lugar em cima e embaixo estava repleto de espectadores.”

113. Eles finalmente chegaram até o salão. Mas ali a multidão era maior do que em qualquer outro lugar. Os soldados tiveram que abrir caminho para eles. Ao entrar no salão, um

velho general, “vendo Lutero passar, bateu no seu ombro e balançou a cabeça, embranquecida em batalha, e gentilmente lhe disse: ‘Pobre monge! Pobre monge! Você tem diante de si uma marcha e um caso que nem eu nem muitos capitães já vimos iguais na mais sangrenta das nossas batalhas. Mas se a sua causa é justa e você tem total confiança nela, avance no nome de Deus e não tema nada. Deus não o abandonará’”.

114. Lutero se pôs diante da dieta. “Homem algum jamais comparecera diante de uma assembleia tão augusta. O imperador Carlos V, cujos domínios abraçavam o velho e o novo mundo; seu irmão, o arquiduque Fernando; 6 eleitores do império, cujos descendentes agora estão quase todos usando a coroa de reis; 24 duques, a maior parte deles reinando em territórios de maior ou menor extensão, e entre os quais alguns com um nome que depois se tornaria formidável para a Reforma (o duque de Alva e seus dois filhos); 8 margraves; 30 arcebispos, bispos ou prelados; 7 embaixadores, entre eles os dos reis da França e da Inglaterra; os representantes de 10 cidades livres; um grande número de príncipes, condes e barões soberanos e os núncios do papa; ao todo, 204 personagens.

115. “Esse comparecimento era em si mesmo um sinal de vitória conquistada sobre o papado. O papa havia condenado o homem; no entanto, aqui estava ele diante de um tribunal que agora se colocava acima do papa. O papa o colocara sob sua interdição, privando-o de toda a sociedade humana; no entanto, ali estava ele, convocado em termos honrosos e admitido diante da assembleia mais augusta do mundo. O papa ordenara que sua boca se silenciasse para sempre; no entanto, iria abri-la diante de uma plateia de milhares, reunidos das mais remotas regiões da cristandade. Uma imensa revolução fora realizada por meio de Lutero. Roma estava descendo de seu trono – descendo por ordem de um monge.”

116. “Alguns dos príncipes, vendo o filho humilde do mineiro de Mansfeld desconcertado na presença da assembleia dos reis, gentilmente se aproximaram dele, e um deles disse: *‘Não tema os que matam o corpo e não podem matar a alma’*. Outro acrescentou: *‘Quando você for levado diante de reis, não é você quem fala, mas o Espírito de seu Pai que fala em você’*. Assim, o reformador foi consolado com as próprias palavras de seu Mestre, por intermédio dos governantes do mundo”.

117. Finalmente chegaram à presença do imperador e ficaram diante do seu trono. O mariscal o instruiu então a não falar até que lhe pedissem e retirou-se. Em um momento, um oficial se dirigiu a ele, primeiro em latim e depois em alemão: “Martinho Lutero, sua sagrada e invencível majestade imperial citou você diante de seu trono, segundo o conselho e parecer dos estados do Sacro Império Romano, a fim de pedir que você responda a estas duas perguntas: primeiro, você admite que esses livros foram compostos por você [apontando para uma coleção de cerca de 20 livros sobre uma mesa]? Em segundo lugar, você pretende retratar esses livros e seus conteúdos, ou você persiste nas coisas que você defendeu neles?”

118. Lutero estava a ponto de responder, mas seu advogado interrompeu, dizendo: “Leia os títulos dos livros”. Os títulos foram lidos. Então, primeiro em latim, depois em alemão, Lutero disse: “Benevolentíssimo imperador! Benevolentísimos príncipes e senhores! Sua Majestade imperial me faz duas perguntas. Quanto à primeira, reconheço que os livros que foram nomeados são meus; isso não posso negar. Quanto à segunda, considerando que se trata de uma questão que diz respeito à fé e à salvação de almas, uma questão em que a Palavra de Deus está envolvida; em outras palavras, o maior e mais precioso tesouro, no Céu ou na Terra, estaria agindo com



imprudência se respondesse sem refletir. Eu poderia dizer menos do que a ocasião exige, ou mais do que a verdade exige, e assim incorrer na culpa que nosso Salvador denunciou quando disse: *Aquele que Me negar diante dos homens, também Eu o negarei diante de Meu Pai que está no Céu.* Portanto, rogo a Vossa Majestade imperial, com toda a submissão, que me dê tempo, para que eu possa responder sem ofender a Palavra de Deus”.

119. O imperador, que observava Lutero com atenção todo o tempo, virou-se para um de seus cortesãos e disse: “Certamente esse não é o homem que jamais me faria virar herege!” Após uma consulta entre o imperador e seus senhores, a proclamação foi feita: “Martinho Lutero, Sua Majestade imperial, de acordo com a bondade que lhe é natural, tem o prazer de lhe conceder outro dia; mas com a condição de você responder verbalmente e não por escrito”. Lutero voltou para seus aposentos e escreveu a um amigo: “Escrevo a você no meio de um tumulto. Nesta última hora, compareci diante do imperador e seu irmão. Reconheci a autoria e declarei que amanhã darei a minha resposta com relação à retratação. Com a ajuda de Jesus Cristo, não me retratarei de nem um pingo de todas as minhas obras”.

120. No dia seguinte, à medida que a hora se aproximava, Lutero sentiu a solenidade da ocasião. Deveria falar ao mundo inteiro, por Deus e Sua verdade. Portanto, dedicou-se com fervor à oração, e algumas frases foram ouvidas por seus amigos e preservadas: “Deus Todo-Poderoso! Deus eterno! Quão terrível é o mundo! Como ele abre a boca para me devorar! E quão defeituosa é a minha confiança em Ti! Quão fraca é a carne! Quão poderoso é Satanás! Se devo depositar minha esperança naquilo que o mundo chama de poderoso, estou acabado! [...] O sino dobrou, e o julgamento é pronunciado! [...] Ó Deus! Ó Deus! Ó Tu, meu Deus! Ajuda-me contra toda a sabedoria do mundo! Faze a obra; Tu deves fazê-la. [...] Tu apenas; [...] pois a obra não é minha, mas Tua. Não tenho nada a fazer aqui; não tenho nada a fazer contendo assim com os poderosos do mundo. Eu também gostaria de passar dias tranquilos e felizes. Mas a causa é Tua; e é justa e eterna! Ó Senhor! Sê meu auxílio. Deus fiel! Deus imutável! Não confio em nenhum homem. Isso seria em vão. Tudo o que é do homem vacila! Tudo o que vem do homem é abalado! Ó Deus! Ó Deus! Não ouves? [...] Meu Deus! Estás morto? [...] Não; Tu não podes morrer! Tu apenas Te escondes! Tu me escolheste para este trabalho! Eu sei disso. Age, então, ó Deus! [...] Fica ao meu lado, por amor de Seu amado Filho, Jesus Cristo, que é minha defesa, meu escudo e minha fortaleza!”

121. “Vem! Vem! Estou pronto! [...] Estou pronto para renunciar à minha vida pela Tua verdade, [...] paciente como um cordeiro. Pois a causa é justa e é Tua! [...] Eu não vou me separar de Ti, nem agora nem pela eternidade! [...] Embora o mundo esteja cheio de demônios, embora meu corpo – que, no entanto, é obra de Tuas mãos – se agarre ao pó, passe pelo suplício da tortura, seja cortado em pedaços, [...] moído em pó, [...] minha alma é Tua. Sim, Tua Palavra é meu penhor. Minha alma pertence a Ti e estará eternamente perto de Ti. [...] Amém. [...] Ó Deus, ajuda-me! [...]. Amém.”

122. Às 4 horas chegou o arauto imperial para conduzi-lo à dieta. Quando chegaram ao salão, “muitas pessoas entraram com ele, pois havia um desejo ansioso de ouvir sua resposta. Todas as mentes estavam expectantes, aguardando com impaciência o momento decisivo que se aproximava. Dessa vez, Lutero estava livre, calmo, contido e não exibia a menor aparência de estar sob coação. A oração produziu seus frutos. Os príncipes ocuparam seus lugares – não sem dificuldade, pois seus lugares foram quase invadidos – e o monge de Wittemberg estava

novamente em pé na frente de Carlos V. O chanceler do eleitor de Trêves levantou-se e disse: ‘Martinho Lutero! Ontem você pediu um prazo, que já se expirou. Certamente poderia ter sido negado a você, uma vez que todo mundo deve estar suficientemente instruído em questões de fé, para poder sempre prestar contas dela a quem quer que lhe pergunte; acima de tudo você, um doutor das Escrituras Sagradas tão renomado e competente. [...] Agora, então, responda à pergunta de Sua Majestade, que o tratou com tanta brandura: Você pretende defender seus livros de forma irrestrita, ou pretende retratar parte deles?’”

123. Assim relatam os Autos de Worms: “Então o Dr. Martinho Lutero respondeu da maneira mais humilde e submissa. Não levantou a voz; não falou com agressividade, mas com sinceridade, mansidão, conveniência, modéstia e, no entanto, com grande alegria e firmeza cristã”.

124. “Sereníssimo imperador! Ilustres príncipes! Benevolentes senhores! Compareço hoje humildemente diante de vocês, de acordo com a ordem que me foi dada ontem; e pelas misericórdias de Deus, imploro a Vossa Majestade e Augustas Altezas que ouçam com bondade a defesa de uma causa que tenho certeza de que é justa e verdadeira. Se, por ignorância, me faltam os costumes e formalidades das cortes, me perdoem, pois não fui criado nos palácios dos reis, mas na obscuridade de um claustro.”

125. “Ontem, duas perguntas foram feitas por parte de Sua Majestade imperial: a primeira, se eu era o autor dos livros cujos títulos foram lidos; a segunda, se eu estava disposto a retratar ou defender a doutrina que ensino neles. Eu respondi à primeira pergunta e mantenho minha resposta.”

126. “Quanto à segunda, compus livros sobre assuntos muito diferentes. Em alguns, trato sobre a fé e as boas obras de maneira tão pura, simples e cristã que até meus inimigos, longe de encontrar algo para censurar, confessam que esses escritos são úteis e dignos de serem lidos pelos piedosos. A bula papal, por mais severa que seja, reconhece isso. Se eu tivesse que retratar essas coisas, o que eu seria? [...] Um infeliz! Eu seria um homem isolado, se abandonasse verdades que a voz unânime de meus amigos e inimigos aprova, e me oporia ao que o mundo inteiro se gloria em confessar.”

127. “Em segundo lugar, compus livros contra o papado – livros nos quais ataquei aqueles que, por sua falsa doutrina, sua vida ruim e exemplo escandaloso, desolam o mundo cristão e destroem o corpo e a alma. Não é o fato provado pelas queixas de todos os que temem a Deus? Não é evidente que as leis e doutrinas humanas dos papas confundem, torturam, martirizam as consciências dos fiéis; enquanto as extorsões exigentes e intermináveis de Roma engolem os bens e a riqueza da cristandade, e particularmente deste reino ilustre?”

128. “Se tivesse que me retratar do que escrevi sobre esse assunto, o que estaria fazendo? [...] Nada mais do que fortalecendo essa tirania e abrindo uma porta ainda mais ampla para essas muitas e grandes iniquidades. Então, rompendo com mais fúria do que nunca, esses homens arrogantes continuariam a aumentar, usurpar e devastar cada vez mais. E o jugo que pesa sobre o povo cristão se tornaria, pela minha retração, não apenas mais severo, mas, por assim dizer, mais legítimo; pois, por essa mesma retração, ele receberia a confirmação de vossa sereníssima majestade e de todos os estados do santo império. Bom Deus! Assim, eu seria, por assim dizer, uma capa infame, destinada a esconder e cobrir todo tipo de malícia e tirania.”

129. “Em terceiro lugar, e por último, escrevi livros contra indivíduos que desejavam defender a tirania romana e destruir a fé. Confesso francamente que talvez os tenha atacado com mais violência do que convinha à minha profissão eclesiástica. Eu não me considero um santo; mas nem por isso posso retratar esses livros; porque, se o fizesse, estaria sancionando a impiedade de meus oponentes e lhes dando a oportunidade de oprimir o povo de Deus com uma crueldade ainda maior.”

130. “Ainda assim, sou mero homem, e não Deus; eu vou me defender como Jesus Cristo fez. Ele disse: *‘Se falei mal, dá testemunho do mal’* (João 18:23). Quanto mais eu, que sou apenas poeira e cinzas, e tão propenso a errar, desejo que cada um declare o que puder contra a minha doutrina!”

131. “Portanto, imploro-lhe, pelas misericórdias de Deus, a você, sereníssimo imperador, e a vocês, ilustríssimos príncipes, e a todos os outros de alto ou baixo grau, que me provem pelos escritos dos profetas e dos apóstolos que estou enganado. Assim que isso tiver sido provado, eu me retratarei imediatamente de todos os meus erros e serei o primeiro a pegar meus escritos e jogá-los nas chamas.”

132. “Creio que o que acabei de dizer mostra claramente que considere e pesei bem os perigos aos quais me exponho; contudo, longe de ficar alarmado, me alegra muito ver que o evangelho é agora, como nos tempos antigos, uma causa de problemas e discórdia. Essa é a característica e o destino da Palavra de Deus. *Eu não vim trazer paz, mas espada*, disse Jesus Cristo (Mateus 10:34). Deus é maravilhoso e terrível em Seu modo de agir: tenhamos cuidado, para que, ao pretendermos pôr um fim à discórdia, não venhamos a perseguir a santa Palavra de Deus e façamos vir sobre nós um terrível dilúvio de perigos intransponíveis, desastres presentes e eterna destruição. [...] Vamos tomar cuidado para que o reinado desse jovem e nobre príncipe, o imperador Carlos, sobre quem, sob Deus, edificamos tantas esperanças, não só comece, mas continue e termine sob a mais auspiciosa proteção divina. Eu poderia citar exemplos extraídos dos oráculos de Deus. Devo lembrá-los dos faraós, dos reis de Babilônia e de Israel, que nunca trabalharam com mais eficácia para a própria ruína do que quando, por conselhos, aparentemente muito sábios, pensavam estar estabelecendo seu império. *Deus remove os montes, sem que saibam* (Jó 9:5).”

133. “Se falo assim, não é porque acho que esses príncipes tão grandes precisam dos meus conselhos, mas porque desejo restaurar para a Alemanha o que ela tem o direito de esperar de seus filhos. Assim, eu me confio a vossa augusta majestade e a vossas serenas altezas, suplico-lhes humildemente que não permitam que o ódio dos meus inimigos traga sobre mim uma indignação que não mereço.”

134. Lutero tinha falado em alemão. Depois de descansar um momento, repetiu seu discurso em latim, “com o mesmo vigor que a princípio”. “Assim que terminou, o chanceler de Trêves, o orador da dieta, disse-lhe, indignado: ‘Você não respondeu à pergunta que lhe foi feita. Você não está aqui para duvidar do que foi decidido pelos concílios. Você é solicitado a dar uma resposta clara e definitiva. Você vai retratar ou não?’”

135. Sem hesitar, Lutero deu a resposta que era solicitada: “Visto que vossa sereníssima majestade e vossas sublimes altezas me pedem uma resposta simples, clara e definitiva, eu darei; é esta: Não posso submeter minha fé nem ao papa nem aos concílios, porque é tão claro como o dia que eles com frequência caíram em erro e até em grande autocontradição. Se, então, eu não for reprovado por passagens das Escrituras, ou por argumentos claros; se não for convencido

pelas mesmas passagens que citei e, dessa forma, me ver constrangido pela consciência a me submeter à Palavra de Deus, *não posso me retratar, nem o farei*, pois não é seguro para um cristão falar contra sua consciência. [Olhando ao redor para a assembleia] EU NÃO POSSO FAZER O CONTRÁRIO. DEUS ME AJUDE! AMÉM”.

136. O imperador observou: “O monge fala com um coração intrépido e uma coragem imutável”. Então o chanceler disse a Lutero: “Se você não se retratar, o imperador e os estados do império considerarão o curso que devem adotar em relação a um herege obstinado”. Lutero novamente respondeu apenas: “Deus me ajude, pois não posso me retratar de nada”.

137. O imperador se retirou; a dieta foi interrompida; Lutero voltou ao seu aposento. No dia seguinte, o imperador se apresentou à dieta e fez com que fosse lida a seguinte mensagem, que ele havia escrito com as próprias mãos:

“Como descendente dos imperadores cristãos da Alemanha, dos reis católicos da Espanha, dos arquiducos da Áustria e dos duques da Borgonha, todos ilustres como defensores da fé romana, é meu firme propósito seguir o exemplo de meus antepassados. Um monge isolado, desviado por sua própria loucura, se coloca em oposição à fé da cristandade. Sacrificarei meus domínios, meu poder, meus amigos, meu tesouro, meu corpo, meu sangue, minha mente e minha vida para deter essa impiedade. Pretendo enviar de volta o agostiniano Lutero, proibindo-o de causar o menor tumulto entre o povo; a partir de agora, procederei contra ele e seus seguidores como contra hereges declarados, por excomunhão e interdição, e por todos os meios adequados para a destruição deles. Peço aos membros dos estados que se conduzam como cristãos fiéis.”

138. Os representantes do papa e vários dos príncipes exigiram que o salvo-conduto fosse violado. Eles disseram: “O Reno deve receber suas cinzas, como há um século recebeu as cinzas de João Huss”. O eleitor palatino disse: “A execução de João Huss trouxe tanas calamidades à Alemanha que não podemos permitir que um cadafalso desse tipo seja erguido uma segunda vez”. E o duque Jorge declarou vigorosamente: “Os príncipes da Alemanha não permitirão que um salvo-conduto seja violado. Essa primeira dieta, realizada por nosso novo imperador, não acarretará a culpa de um ato tão vergonhoso. Tal perfídia não se harmoniza com a antiga integridade alemã”.

139. Lutero foi autorizado a retornar. Quando estava a caminho de casa, o eleitor Frederico o capturou e levou para Wartburg, onde foi mantido em confinamento para protegê-lo da ira do papado, a qual, por meio do poder imperial, foi expressa da seguinte maneira:

“Carlos V a todos os eleitores, príncipes, prelados e outros a quem possa interessar:

“Visto que o Todo-Poderoso confiou a nós, para a defesa de Sua santa fé, mais reinos e poder do que concedeu a qualquer um de nossos antecessores, pretendemos nos esforçar ao máximo para impedir que qualquer heresia surja para poluir nosso santo império.”

“O monge agostiniano, Martinho Lutero, embora exortado por nós, investiu-se, como louco, contra a santa igreja e tentou destruí-la por meio de livros cheios de blasfêmia. Ele, de maneira vergonhosa, insultou a lei imperecível do santo matrimônio. Esforçou-se para estimular os leigos a lavar as mãos no sangue dos sacerdotes; e, subvertendo toda a obediência, nunca deixou de provocar revolta, divisão, guerra, assassinato, roubo e fogo, e de trabalhar completamente para arruinar a fé dos cristãos. [...] Em uma palavra, sem mencionar todas as suas outras

iniquidades, essa criatura, que não é homem, mas o próprio Satanás sob a forma de homem, coberta com o capuz de um monge, reuniu em uma poça fedorenta todas as piores heresias dos tempos passados e adicionou várias novas de sua própria autoria. [...]"

"Portanto, enviamos esse Lutero de diante de nossa face, para que todos os homens piedosos e sensatos o considerem um tolo ou um homem possuído pelo diabo; e esperamos que, após o término de seu salvo-conduto, sejam adotados meios eficazes para deter sua fúria impetuosa."

"Dessa forma, sob pena de sofrer a punição devida ao crime de traição, proibimos vocês de abrigar o referido Lutero assim que o prazo fatal expirar, ocultá-lo, dar-lhe comida ou bebida e lhe prestar por palavra ou ação, em público ou em segredo, qualquer tipo de assistência. Além disso, pedimos que vocês o capturem ou providenciem para que seja capturado, onde quer que vocês o encontrarem, e o tragam até nós sem demora, ou mantenham-no em segurança até que vocês sejam informados da nossa parte sobre como deve agir com respeito a ele, e até vocês receberem a recompensa devida aos seus esforços em uma obra tão santa."

"Quanto aos seus seguidores, vocês devem capturá-los, reprimi-los e confiscar seus bens."

"Quanto aos seus escritos, se a melhor comida se torna o terror de toda a humanidade, assim que uma gota de veneno é misturada, quanto mais esses livros, que contêm um veneno mortal para a alma, devem ser não somente rejeitados, mas também aniquilados! Vocês deverão queimá-los ou, de alguma outra maneira, destruí-los por completo."

"Quanto a autores, poetas, impressoras, pintores, vendedores ou compradores de cartazes, escritos ou pinturas contra o papa da igreja, vocês deverão capturar essas pessoas, confiscar seus bens e tratá-las da forma que vocês acharem melhor."

"E se alguém, qualquer que seja sua dignidade, ousar agir em contradição com o decreto de nossa majestade imperial, ordenamos que ele seja colocado sob a interdição do império."

"Que todos se conformem com o que aqui foi disposto."

140. Lutero permaneceu em Wartburg até 3 de março de 1522, quando, sem a permissão de ninguém, saiu e voltou para Wittenberg. Sabendo que sair de Wartburg sem dizer nada ao eleitor seria ingratidão, e sabendo também que seu retorno significava praticamente renunciar à proteção do eleitor, ele lhe dirigiu, no terceiro dia de sua viagem, a seguinte carta:

"Graça e paz de Deus, nosso Pai, e do Senhor Jesus Cristo."

"Sereníssimo eleitor, benevolente senhor. O que aconteceu em Wittenberg, para grande vergonha do evangelho, me encheu de tanta tristeza que, se eu não tivesse certeza da verdade de nossa causa, teria me desesperado."

"Vossa Alteza sabe – ou, se não, permita-me que eu lhe informe – que recebi o evangelho não dos homens, mas do Céu, por meio de nosso Senhor Jesus Cristo. Se eu solicitei diálogos, não foi porque eu tinha dúvidas da verdade, mas por humildade e com o objetivo de conquistar outras pessoas. Mas como minha humildade foi usada contra o evangelho, minha consciência agora me impele a agir de maneira diferente. Eu me submeti o suficiente à Vossa Alteza em me exilar durante este ano. O diabo sabe que não foi por medo que eu agi assim. Eu teria entrado em Worms, embora houvesse tantos demônios na cidade quanto telhas nos telhados. Agora, o duque Jorge, com quem Vossa Alteza tenta tanto me assustar, deve ser muito menos temido que um único demônio. Se o que aconteceu em Wittenberg tivesse acontecido em Leipzig (a residência do duque), eu no mesmo instante teria montado meu cavalo e ido para lá, mesmo que (Vossa Alteza me perdoe a expressão) por nove dias

não ocorresse nada além de chover duques Jorges, e cada um deles fosse nove vezes mais furioso do que ele. O que ele está pensando ao me atacar? Será que ele considera Cristo, meu Senhor, como um fracote? Que Deus queira desviar o terrível juízo que lhe é iminente.”

“É necessário que Vossa Alteza saiba que estou a caminho de Wittemberg sob uma proteção mais poderosa do que a de um eleitor. Não tenho nenhuma intenção de solicitar a assistência de Vossa Alteza; em vez de desejar sua proteção, prefiro lhe dar a minha. Se soubesse que Vossa Alteza me protegeria e estaria em condição de fazê-lo, não iria a Wittemberg. Nenhuma espada pode ajudar nessa causa. Somente Deus deve fazer tudo sem ajuda ou cooperação humana. Quem teve mais fé é o melhor protetor. Mas, observo que Vossa Alteza ainda é muito fraco na fé.”

“Mas como Vossa Alteza deseja saber o que fazer, responderei com toda humildade. Vossa Alteza eleitoral já fez muito e não deve fazer absolutamente nada. Deus não deseja, e não pode tolerar, nem seus cuidados ou trabalhos, nem os meus. Portanto, que Vossa Alteza aja de acordo.”

“No que diz respeito a mim, Vossa Alteza deve agir como eleitor. Você deve permitir que as ordens de Sua Majestade imperial sejam executadas em suas cidades e distritos rurais. Você não deve lançar nenhuma dificuldade no caminho, caso desejem me prender ou me matar; pois ninguém deve se opor aos poderes constituídos, exceto Aquele que os estabeleceu.”

“Que Vossa Alteza, então, deixe os portões abertos e respeite os salvo-condutos, se meus inimigos ou seus enviados entrarem nos estados de Vossa Alteza em busca de mim. Dessa forma, você evitará todo constrangimento e perigo.”

“Escrevi esta carta às pressas, para que você não fique desconcertado ao saber da minha chegada. A pessoa com quem tenho que lidar é diferente do duque Jorge. Ele me conhece bem, e eu sei algo sobre Ele.”

“O servo mais humilde de Vossa Alteza eleitoral,

MARTINHO LUTERO.

*“Borna, Hotel Conductor, Quarta-Feira de Cinzas, 1522.”*

141. Durante a sua ausência, surgiram espíritos fanáticos e foram dados passos extremos e um tanto violentos, e entre as primeiras palavras que Lutero falou ao chegar a Wittemberg estavam estas: “É pela palavra que devemos lutar; pela palavra subverter e destruir o que foi estabelecido pela violência. Não estou disposto a empregar força contra os supersticiosos ou os incrédulos. Quem crer, aproxime-se; quem crer, não se mantenha distante. Ninguém deve ser constrangido. A liberdade é a essência da fé”.

142. Em 1524, os camponeses da Suábia se revoltaram e, em janeiro de 1525, Lutero lhes dirigiu as seguintes palavras: “O papa e o imperador se uniram contra mim; mas quanto mais o papa e o imperador atacam com violência, maior o progresso que o evangelho faz. [...] Por que isso? Porque eu nunca empunhei a espada, nem pedi vingança; porque eu não recorri nem a tumultos nem a revoltas. Eu entreguei tudo a Deus e espero em Sua mão forte. Não é com a espada nem o mosquete que os cristãos lutam, mas com o sofrimento e a cruz. Cristo, o capitão deles, não segurou a espada. Foi pendurado no madeiro.”

143. Em 1526, a Dieta de Espira havia decretado que os príncipes e o povo da Alemanha não deveriam sofrer interferência na forma de adorar segundo a ordem protestante e de acordo com

a liberdade de consciência de cada um, até que um concílio geral se reunisse para considerar toda a questão. Em 1529, porém, na segunda Dieta de Espira, foi feita uma tentativa de reverter essa decisão. Mas os príncipes que favoreciam a Reforma disseram: “Vamos rejeitar este decreto. Em questões de consciência, a maioria não tem poder. É por causa do decreto de 1526 que o império desfruta a paz. Sua abolição encheria a Alemanha de problemas e divisões. A dieta não tem competência para fazer nada além de preservar a liberdade religiosa até que o concílio se reúna.”

144. Mas uma maioria era a favor do papado e estava determinada a cumprir a vontade dele. Os príncipes disseram: “Obedeceremos ao imperador em tudo que contribuir para manter a paz e a honra de Deus”. Contudo, “foi declarado que os Estados evangélicos não deveriam ser ouvidos novamente”. Eles foram informados de que o único curso que lhes restava era se submeter à maioria. Então os príncipes evangélicos determinaram “apelar do relato da dieta para a Palavra de Deus, e do imperador Carlos a Jesus Cristo, o rei dos reis e o Senhor dos senhores”. Redigiram um protesto, cuja parte principal é a seguinte:

“Prezados senhores, primos, tios e amigos: Depois de termos nos dirigido a essa dieta por convocação de Sua Majestade, e pelo bem comum do império e da cristandade, ouvimos e ficamos sabendo que as decisões da última dieta sobre nossa santa fé cristã devem ser revogadas, e que se propõe substituí-las por certas resoluções restritivas e onerosas. [...]”

“Não podemos, portanto, consentir em sua revogação:”

“Em segundo lugar, porque diz respeito à glória de Deus e à salvação de nossas almas, e que em tais assuntos devemos considerar, acima de tudo, o mandamento de Deus, que é Rei dos reis e Senhor dos senhores; e cabe a cada de nós prestar contas de si mesmo, sem se importar absolutamente com a maioria ou com a minoria.”

“Não julgamos o que diz respeito a vocês, prezados senhores; e nos contentamos em orar diariamente a Deus para que Ele nos conduza a todos à unidade da fé, na verdade, na caridade e na santidade, por meio de Cristo Jesus, nosso trono da graça e nosso único Mediador.”

“Mas, no que diz respeito a nós mesmos, a adesão à resolução de vocês (e que todo homem honesto seja juiz!) significaria agir contra a nossa consciência, pois condenaríamos uma doutrina que mantemos como cristã e afirmaríamos que ela deve ser abolida em nossos estados, se pudéssemos fazê-lo sem problemas.”

“Isso seria negar nosso Senhor Jesus Cristo, rejeitar Sua santa Palavra e, assim, dar-Lhe justos motivos para nos negar diante de Seu Pai, como Ele declarou. [...]”

“Além disso, quanto ao novo decreto que declara que os ministros devem pregar o evangelho, explicando-o de acordo com os escritos aceitos pela santa igreja cristã, pensamos que, para que esse regulamento tenha algum valor, devemos primeiro concordar com o significado da verdadeira e santa igreja. Agora, visto que há grande diversidade de opiniões a esse respeito; que não há doutrina segura, exceto a que esteja de acordo com a Palavra de Deus; que o Senhor proíbe o ensino de qualquer outra doutrina; que cada texto das Escrituras Sagradas deve ser explicado por outros textos mais claros; que esse livro sagrado é em todas as coisas necessário para o cristão, fácil de entender e calculado para dispersar as trevas, estamos determinados, com a graça de Deus, a manter a pregação pura e exclusiva da Sua santa Palavra, conforme se encontra contida nos livros bíblicos do Antigo e do Novo Testamento, sem acrescentar nada que possa ser contrário a ela. Essa Palavra é a única verdade; é a regra

segura de toda doutrina e de toda a vida e nunca pode falhar ou nos enganar. Aquele que edifica sobre esse fundamento se opõe a todos os poderes do inferno, enquanto todas as vaidades humanas que se opuserem a ela cairão diante da face de Deus.”

“Por esses motivos, prezados senhores, tios, primos e amigos, pedimos sinceramente que vocês avaliem com cuidado nossas queixas e motivos. Se vocês não cederem ao nosso pedido, NÓS PROTESTAMOS por estes presentes, diante de Deus, nosso único Criador, Preservador, Redentor e Salvador, e que um dia será nosso Juiz, bem como perante todos os homens e todas as criaturas, que nós, em nosso favor e em favor do nosso povo, não consentimos de maneira alguma com o decreto proposto, nem aderimos a ele, e nem a nada que seja contrário a Deus, à Sua santa Palavra, à nossa sã consciência, à salvação de nossas almas e ao último decreto de Espira.”

145. “Os princípios contidos neste célebre protesto de 19 de abril de 1529 constituem a própria essência do protestantismo. Esse protesto se opõe a dois abusos do homem em matéria de fé: o primeiro é a intrusão do magistrado civil, e o segundo é a autoridade arbitrária da igreja. Em vez desses abusos, o protestantismo coloca o poder da consciência acima do magistrado; e a autoridade da Palavra de Deus acima da igreja visível. Em primeiro lugar, rejeita o poder civil nas coisas divinas e diz com os profetas e apóstolos: *Devemos antes obedecer a Deus do que ao homem*. Em lugar da coroa de Carlos V, eleva a coroa de Jesus Cristo. Mas vai mais longe: estabelece o princípio de que todo ensino humano deve estar subordinado aos oráculos de Deus. Até a igreja primitiva, ao reconhecer os escritos dos apóstolos, havia realizado um ato de submissão a essa autoridade suprema, e não um ato de autoridade, como sustenta Roma; e o estabelecimento de um tribunal encarregado da interpretação da Bíblia havia resultado apenas na sujeição servil do homem ao homem em dois aspectos que mais deveriam desfrutar de liberdade: a consciência e a fé. Nesse célebre ato de Espira, nenhum doutor aparece, e a Palavra de Deus reina sozinha. Nunca um homem se exaltou como o papa; nunca os homens ficaram em segundo plano como os reformadores.”

146. E quando, em 25 de junho de 1530 d.C., a confissão memorável do protestantismo foi feita em Augsburgo, essa confissão, elaborada sob a direção de Lutero, embora ausente, anunciou para todos os tempos futuros os princípios do protestantismo sobre o assunto da relação entre igreja e Estado. Sobre essa questão, o documento declarou o seguinte:

“Artigo 28.”

#### “DO PODER ECLESIASTICO.”

“Houve grandes controvérsias sobre o poder dos bispos, nas quais alguns, de maneira indecorosa, misturaram o poder eclesiástico e o poder da espada. E dessa confusão surgiram grandes guerras e tumultos, enquanto os pontífices, confiando no poder das chaves, não apenas instituíram novos tipos de serviço e sobrecarregaram a consciência das pessoas pela reserva de casos e por violentas excomunhões, como também tentaram transferir reinos mundanos de um para outro e despojar imperadores de seu poder e autoridade. Homens piedosos e instruídos na igreja há muito tempo vêm repreendendo essas falhas; por essa razão, nossos mestres foram compelidos, para o conforto da consciência humana, a mostrar a diferença entre o poder eclesiástico e o poder da espada. E eles ensinaram que ambos, por causa do mandamento de Deus, devem, em obediência, ser reverenciados e honrados, como as principais bênçãos de Deus na Terra.”



“Agora, o julgamento deles é o seguinte: que o poder das chaves, ou o poder dos bispos, de acordo com o evangelho, é um poder ou mandamento de Deus de pregar o evangelho, de perdoar ou reter pecados e de administrar os sacramentos. Pois Cristo envia Seus apóstolos com esta incumbência: ‘Assim como o Pai Me enviou, Eu também vos envio. [...] Recebei o Espírito Santo. Se de alguns perdoardes os pecados, são-lhes perdoados; se lhos retiverdes, são retidos’ (João 20:21-23). ‘Ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura’, etc. (Marcos 16:15).”

“Esse poder é exercido apenas ensinando ou pregando o evangelho e administrando os sacramentos, a muitos ou a pessoas individuais, de acordo com o chamado deles. Portanto, não são coisas materiais que são concedidas, mas as eternas, como a justiça eterna, o Espírito Santo, a vida eterna. Essas coisas não podem ser obtidas senão pelo ministério da palavra e dos sacramentos; como Paulo diz: ‘[O evangelho] é o poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê’ (Romanos 1:16). Visto que o poder eclesiástico concede coisas eternas e é exercido apenas pelo ministério da palavra, ele não estorva o governo civil, assim como a arte de cantar não é um empecilho para o governo civil. Pois a administração civil está ocupada com outros assuntos, diferentes dos relacionados com o evangelho. O magistrado não defende as almas, mas o corpo e as coisas materiais contra evidentes ferimentos; e coage os homens pela espada e por castigos corporais, para que possa manter a justiça civil e a paz.”

“Portanto, o poder eclesiástico e o poder civil não devem ser misturados. O poder eclesiástico tem seu próprio domínio: pregar o evangelho e administrar os sacramentos. Que ele não entre à força no função de outro; não transfira reinos mundanos; não revogue as leis dos magistrados; não retire deles a obediência legítima; não atrapalhe os julgamentos que envolvam qualquer ordenança ou contrato civil; não prescreva leis ao magistrado no que tange à forma do Estado; como Cristo diz: ‘O Meu reino não é deste mundo’ (João 18:36). Novamente: ‘Quem Me constituiu juiz ou partidador entre vós?’ (Lucas 12:14). E Paulo diz: ‘A nossa pátria está nos céus’ (Filipenses 3:20). ‘Porque as armas da nossa milícia não são carnisais, e sim poderosas em Deus, para destruir fortalezas, anulando nós sofismas’, etc. (2 Coríntios 10:4, 5).”

“Dessa maneira, os nossos ensinamentos distinguem os deveres de cada poder, um separado do outro, e exortam todos os homens a honrar os dois poderes e a reconhecer que são dons e bênçãos de Deus.”

“Se os bispos têm algum poder da espada, eles o têm não como bispos pelo comando do evangelho, mas pela lei humana dada a eles por reis e imperadores, para o governo civil de seus bens. Essa, porém, é outra função distinta do ministério do evangelho.”

“Quando, portanto, a questão está relacionada à jurisdição dos bispos, o governo civil deve ser diferenciado da jurisdição eclesiástica. Repetimos: de acordo com o evangelho, ou, como eles o chamam, por direito divino, os bispos, como bispos, ou seja, aqueles que têm a função de ministrar a Palavra e os sacramentos a eles confiados, não têm em absoluto outra jurisdição, senão a de perdoar o pecado, investigar a doutrina, rejeitar doutrinas inconsistentes com o evangelho e excluir da comunhão da igreja homens maus, cuja maldade se torna manifesta, sem força humana, mas pela Palavra. É aqui, por necessidade, as igrejas devem, por direito divino, prestar-lhes obediência; de acordo com a palavra de Cristo: ‘Quem vos der ouvidos, ouve-Me a Mim’ (Lucas 10:16). Porém, quando ensinam ou determinam qualquer coisa contrária ao evangelho, as igrejas têm um mandamento de Deus que proíbe a obediência a eles: ‘Acautelai-vos dos falsos profetas’ (Mateus 7:15). ‘Ainda que [...] um anjo

vindo do céu vos pregue evangelho que vá além do que vos temos pregado, seja anátema' (Gálatas 1:8). 'Porque nada podemos contra a verdade, senão em favor da própria verdade' (2 Coríntios 13:8). Além disso, diz Paulo, 'a autoridade que o Senhor me conferiu [é] para edificação, e não para destruir'" (2 Coríntios 13:10).

147. Essa confissão é uma sólida exposição da doutrina de Cristo a respeito dos poderes temporal e espiritual. Ela define com clareza e precisão que a jurisdição do Estado é apenas civil; que a espada manejada pelos poderes constituídos existe para preservar a justiça civil e a paz; e que a autoridade do Estado deve ser exercida apenas sobre o corpo das pessoas e os assuntos temporais da vida, isto é, os negócios deste mundo. Isso afasta o Estado de toda conexão ou interferência com coisas espirituais ou religiosas. Separa inteiramente a religião e o Estado.

148. Ao definir isso quanto ao papel do Estado, a confissão também estabelece claramente o papel da igreja. Enquanto o Estado deve permanecer totalmente distante das coisas espirituais e religiosas e se preocupar apenas com os assuntos civis e temporais das pessoas, a igreja, por sua vez, deve permanecer distante dos assuntos do Estado e não deve interferir nos assuntos civis e temporais de ninguém. O poder da igreja não deve ser misturado com o poder do Estado. O poder da igreja nunca deve invadir o domínio do Estado ou procurar guiar sua jurisdição. O dever do clero é ministrar o evangelho de Cristo e não as leis humanas. Ao lidar com seus membros no exercício da disciplina, as autoridades eclesiais devem agir sem o poder humano e unicamente pela Palavra de Deus. O ministério do evangelho se refere apenas às coisas eternas e não deve se preocupar com administração política.

149. Isso é protestantismo. Isso é cristianismo. Onde quer que esses princípios tenham sido seguidos, o protestantismo é exemplificado na igreja e no Estado. Onde quer que esses princípios não tenham sido seguidos, ali se manifesta o princípio do papado, não importa o que seja professado.

150. "Assim, a dieta de Augsburg, destinada a esmagar a Reforma, foi o que a fortaleceu para sempre. Costuma-se considerar a Paz de Augsburg (1555) como o período em que a Reforma foi definitivamente estabelecida. Esta é a data do protestantismo legal; o cristianismo evangélico tem outra – o outono de 1530. Em 1555 foi a vitória da espada e da diplomacia; em 1530 foi a vitória da Palavra de Deus e da fé; e esta última vitória é, aos nossos olhos, a mais verdadeira e a mais segura. A história evangélica da Reforma na Alemanha quase termina na época que alcançamos, e começa a história diplomática do protestantismo legal. O que quer que possa ser feito agora, o que quer que seja dito, a igreja das primeiras eras reapareceu; e reapareceu forte o suficiente para mostrar que viverá. Ainda haverá conferências e discussões; ainda haverá alianças e combates; haverá até derrotas deploráveis; mas tudo isso não passa de movimentos secundários. O grande movimento está concretizado; a causa da fé está conquistada pela fé. O esforço foi feito; a doutrina evangélica criou raízes no mundo, e nem as tempestades dos homens nem os poderes do inferno poderão destruí-la."

# VERDADEIRO E FALSO PROTESTANTISMO

*Novas Controvérsias Teológica – A Controvérsia Sinérgica – Perseguições aos Anabatistas – Controvérsia sobre Filosofia – O Calvinismo contra a Livre Graça – Em Terreno Papal – Henrique VIII, Rei e Papa – O Governo Papal de Calvino – Intolerância Puritana – O Protesto de Roger Williams – Roger Williams Banido – O Apelo mais Tocante da História – Perseguição a John Wesley – Protestantes se Mostram Falsos ao Princípio – Martinho Lutero e Roger Williams.*

**W**YCLIFFE, HUSS, Lutero – os reformadores – firmaram-se na plataforma da “Palavra de Deus, toda a Palavra de Deus e nada além da Palavra de Deus”. Abandonaram os sofismas das escolas e repousaram unicamente nessa declaração, que deve ser a base de toda reforma verdadeira em todas as épocas. Enquanto esse princípio foi respeitado, a Reforma teve êxito glorioso; quando o princípio foi abandonado, a Reforma sofreu como consequência. Na *Palavra* de Deus está a força da *obra* de Deus.

2. Nessa posição, havia outra grande vantagem que os reformadores tinham em relação a seus antagonistas papais. Enquanto mantinham a Palavra de Deus, ocupavam um campo com o qual os papistas não estavam familiarizados; e quanto mais os reformadores estudavam e aplicavam a clara Palavra de Deus, e nada além da Palavra de Deus, podiam derrotar com mais facilidade seus adversários. Seus adversários sabiam disso e, portanto, empregaram todos os artifícios para atrair os reformadores para o campo escolástico; pois ali os papistas tinham todas as vantagens que os protestantes tinham no outro. Enquanto os líderes da Reforma viveram, os papistas não tiveram sucesso em todas as tentativas nessa direção, e assim a Reforma teve sucesso em todos os lugares; mas quando esses líderes foram removidos do mundo, e sua fé e zelo não foram herdados por seus sucessores, e quando à astúcia dos papistas foram acrescentados o zelo e astúcia de Loyola e sua Ordem, os protestantes foram finalmente corrompidos pelas artimanhas e estratagemas de seus oponentes e induzidos a reviver as sutilezas das escolas ao defender e ilustrar a verdade religiosa. Portanto, pode-se dizer com verdade que, embora os protestantes tenham absorvido a *escolástica* do papado, permitiram que o papado lhes roubasse seu puro e verdadeiro protestantismo. Para demonstrar isso, basta mencionar os assuntos de controvérsia que envolveram os disputadores protestantes por mais de 100 anos.

3. A doutrina papal da Eucaristia é que, mediante a palavra do sacerdote, o pão e o vinho se tornam verdadeiramente a carne e o sangue do Senhor. Esta *tran*-substanciação, isto é, *mudança* de substância, foi um conceito que Lutero renunciou; mas limitou-se a sustentar que, embora o pão e o vinho não sejam a carne e o sangue reais do Senhor, o Senhor, todavia, está de fato presente *com* o pão e o vinho. Esta é a *con*-substanciação; isto é, *com* a substância. Carlstadt e Zuínglio negaram os dois conceitos e sustentaram, como agora o fazem protestantes em geral,

que o pão e o vinho são simplesmente memoriais do corpo partido e do derramamento de sangue do Salvador. Foi realizada uma conferência dos principais homens que mantinham as duas visões; contudo, depois de muita discussão, na qual Zúínglio apresentou claramente as melhores evidências e argumentos, Lutero declarou que não se afastaria de sua posição por “razão, bom senso, argumentos carnis” nem “provas matemáticas”. Depois disso, em seus últimos anos, até Lutero desviou-se do genuíno princípio protestante cristão, que ele havia proclamado e defendido com tanta clareza e veemência, e negou aos zuinglianos qualquer direito de tolerância; e defendia o banimento de “falsos mestres” e a extinção total dos judeus das “terras cristãs”.

4. A morte de Lutero (18 de fevereiro de 1546) deixou Melâncton à frente da Reforma na Alemanha. Seus pontos de vista sobre a Ceia eram quase, se não idênticos, aos dos reformados, isto é, os suíços ou zuinglianos, em contraste com os dos alemães, ou *luteranos*. Seu amor pela paz e seu respeito por Lutero fizeram com que Melâncton mantivesse suas opiniões em suspenso enquanto Lutero vivia; mas após a morte de Lutero, esse mesmo amor pela paz o levou a uma guerra que durou até o final de sua vida. Por manter opiniões tão favoráveis às da oposição e acreditando que, mesmo diante da mais ampla diferença de opinião sobre esse assunto, não havia nada que justificasse qualquer divisão, muito menos essa amarga disputa entre os amigos da Reforma, esse desejo de paz o induziu a propor uma união de luteranos e zuinglianos. Isso imediatamente causou uma divisão entre os luteranos e desenvolveu o que Mosheim chama de “luteranos *rígidos*” e “luteranos *moderados*” – os luteranos moderados a favor da união, e os luteranos rígidos atacando com vigor renovado todos ao mesmo tempo e Melâncton em especial.

5. Aqui também foi introduzido outro elemento de discórdia para os rígidos luteranos. Calvino apareceu como uma espécie de mediador entre os luteranos e os zuinglianos. Ele propôs efetuar uma união mais perfeita, modificando as opiniões de ambas as partes. Porém, em vez de seus esforços serem aceitáveis, os luteranos rígidos acusavam de cripto-calvinistas, ou seja, calvinistas *secretos*, todos os que, no mínimo que fosse, favoreciam a união. Ao adicionarem um epíteto, o preconceito aumentou contra qualquer esforço de conciliação; além disso, uma controvérsia acérrima iniciou-se entre luteranos e calvinistas.

6. A severidade da oposição a Melâncton se intensificou por sua conexão com o “Ínterim”, que foi o seguinte: em 1547, uma dieta foi realizada em Augsburg, e Carlos V exigiu que os protestantes submetessem a decisão das controvérsias religiosas ao Concílio de Trento. A maior parte dos membros da dieta consentiu. Mas, sob o pretexto de uma praga em Trento, o papa emitiu uma bula transferindo o concílio para Bolonha. Os legados e todo o restante do partido papal obedeceram ao papa, mas o imperador ordenou que todos os bispos alemães permanecessem em Trento. Tal fato praticamente dissolveu o concílio; e como o papa se recusou a reunir novamente o concílio em Trento, e o imperador se recusou a permitir que seus bispos fossem a Bolonha, estava claro que não poderia haver concílio para decidir as disputas religiosas, e os procedimentos da dieta foram anulados. Assim, para manter o assunto sob controle até que a diferença entre o papa e o imperador fosse resolvida e o concílio reunido, Carlos ordenou que Julius Pflug, bispo de Nurembergue, Miguel Sidônio, do lado papal, e Johannes Agricola, de Eisleben, elaborassem um formulário que pudesse servir como regra de fé e adoração tanto para protestantes quanto para católicos, até que o concílio estivesse pronto para agir. Esse formulário, por ter como objetivo co-

brir apenas o intervalo que deveria decorrer até a atuação do concílio, foi chamado de “Íterim”. Contudo, em vez de pacificar os partidos em disputa, ele apenas levou a novas dificuldades e envolveu todo o império em violência e derramamento de sangue.

7. Maurício, eleitor da Saxônia, simulou neutralidade em relação ao “Íterim”, mas finalmente, em 1548, reuniu a nobreza saxônica e o clero em várias conferências, para aconselhar-se sobre o que deveria ser feito. Em todas essas conferências, Melâncton recebeu o lugar principal. Ele finalmente apresentou sua opinião de que “o livro do ‘Íterim’, como um todo, não poderia de forma alguma ser adotado pelos amigos da Reforma; mas declarou ao mesmo tempo que não via razão para que não pudesse ser adotado como autoridade *em coisas não relacionadas com as partes essenciais da religião*, ou em coisas consideradas indiferentes”, ou neutras. Essa decisão colocou seus inimigos em chamas novamente; e com Flácio à frente, os defensores do luteranismo atacaram Melâncton e os doutores de Wittemberg e Leipzig e “com incrível violência e fúria os acusaram de apostasia da verdadeira religião” (*Mosheim*).<sup>1</sup>

8. Melâncton e seus amigos, no entanto, defenderam sua opinião e um caloroso debate seguiu a respeito desses dois pontos: “1) Se os pontos que pareciam a Melâncton indiferentes, ou neutros, eram de fato assim; 2) se, em coisas de natureza neutra e em que os interesses da religião não estivessem, em essência, envolvidos, seria legítimo ceder aos inimigos da verdade. Então, a partir do debate sobre coisas *indiferentes*, surgiram várias outras, das quais surgiram outras, e assim por diante indefinidamente. Enquanto Melâncton e seus colegas estavam em Leipzig discutindo o “Íterim”, disseram, entre outras coisas, o seguinte: “A necessidade de boas obras para alcançar a salvação eterna pode ser mantida e ensinada de acordo com a verdade do evangelho. “Essa declaração foi severamente censurada pelos rígidos luteranos, como contrária à doutrina e opiniões de Lutero. Georg Major manteve a doutrina das boas obras e Amsdorf adotou postura contrária. Nessa disputa, Amsdorf ficou tão empolgado com seu zelo pela doutrina de Lutero que chegou a afirmar que boas obras são um *obstáculo* à salvação. Isso adicionou novo combustível à fogueira, deixando-a bem mais intensa.

9. Desse debate surgiu outro, conhecido como controvérsia “sinérgica”, de uma palavra grega que significa *cooperação*. Os discípulos de Melâncton, liderados por Strigel, sustentaram que o homem *coopera* com a graça divina no trabalho de conversão. Os luteranos, liderados por Flácio, diretor da Universidade de Saxe-Weimar, sustentavam que Deus é o *único* agente na conversão do homem. Essa disputa levou a outra, a respeito dos poderes naturais da mente humana. Sobre esse assunto, realizou-se um debate público em Weimar em 1560 entre Flácio e Strigel. Flácio sustentava que “a queda do homem extinguiu na mente humana toda tendência virtuosa, toda faculdade nobre e não deixou nada além de escuridão e corrupção universais”. Strigel defendia que essa degradação dos poderes da mente não era de modo algum universal. E, na esperança de derrotar seu oponente, o confundiu com a seguinte pergunta: “O pecado original, ou o hábito corrupto que a alma humana contraiu na queda, deve ser classificado com essência ou acidente?” Flácio respondeu que “o pecado original é a própria essência da natureza humana”. Essa ousada afirmação abriu outra controvérsia sobre a natureza e extensão do pecado original.

<sup>1</sup> *Ecclesiastical History*, século 16, seção 3, parte 2, cap. 1, par. 28.

10. Em 1560, Melâncton morreu, contente, como disse em seu leito de morte, por ter-se libertado das disputas dos teólogos. Depois de sua morte, muitos que desejavam ver curadas essas divisões e animosidades se esforçaram para pôr um fim às controvérsias. Após muitas tentativas vãs, em 1568, o eleitor da Saxônia e o duque de Saxe-Weimar convocaram os homens mais importantes de cada partido para se encontrarem em Altenburg, e ali, num espírito amigável, procuraram reconciliar suas diferenças. Esse esforço, porém, não deu em nada. Então os duques de Wirtemberg e Brunswick se uniram ao esforço; e Tiago Andreas, professor em Tubinga, sob o patrocínio deles, viajou por todas as partes da Alemanha trabalhando no interesse da concórdia. Por fim, tiveram tanto sucesso que reuniram, após várias conferências, um grupo dos principais teólogos em Torgau em 1576, onde um tratado, composto por Andreas, foi examinado, discutido e corrigido e, finalmente, proposto às deliberações de um número seletivo que se encontrou em Berg, perto de Magdeburg. Todos os pontos foram novamente pesados e cuidadosamente avaliados e discutidos. Como resultado de tudo isso, adotou-se a “Fórmula da Concórdia”. E assim que a “Fórmula da *Concórdia*” foi adotada, a *discórdia* se mostrou totalmente assegurada, pois não passou de fonte de novos tumultos e forneceu pontos para dissensões e disputas tão violentas quanto as anteriores. Além disso, o campo agora se ampliava, de modo que os calvinistas e zuinglianos foram todos incluídos no turbilhão da controvérsia.

11. Agora que Calvino aparece em cena, o campo não foi apenas ampliado, mas novo material foi fornecido, pois diferia tanto dos luteranos quanto dos zuinglianos no que diz respeito à Ceia do Senhor. Além disso, o seu princípio fundamental dos *decretos absolutos de Deus*, na salvação humana, era um elemento totalmente novo na controvérsia; e, pela própria natureza da questão, propagou uma infinidade de novas disputas. Não é necessário se aprofundar sobre o assunto, nem o apresentar em todas as suas minúcias. Será suficiente apenas nomear os assuntos *principais*. Diferindo dos luteranos e zuinglianos a respeito da presença de Cristo na Ceia, é claro que a controvérsia sobre esse assunto foi reaberta e novamente analisada em todas as suas formas. Primeiro, qual é a natureza das instituições chamadas sacramentos? Segundo, quais são os frutos deles? Terceiro, qual é a extensão da majestade e da glória da natureza humana de Cristo? Quarto, como as perfeições divinas são comunicadas à natureza humana de Cristo? Quinto, qual é o estado de espírito interior necessário na adoração dirigida ao Salvador?

12. Sobre os decretos divinos: 1) Qual é a natureza dos atributos divinos? 2) De modo particular os de justiça e bondade? 3) Destino e necessidade? 4) Qual é a conexão entre liberdade humana e presciência divina? 5) Qual é o limite do amor de Deus à humanidade? 6) Quais são os benefícios que surgem dos méritos de Cristo como mediador? 7) Quais são as operações do Espírito divino, corrigindo a vontade e santificando as afeições humanas? 8) A perseverança final dos eleitos. Outros assuntos: 1) Qual é o limite das cerimônias externas no culto religioso? 2) Quais são as características especiais das coisas *indiferentes*? 3) Até que ponto é legítimo cumprir as exigências de um adversário ao discutir coisas indiferentes? 4) Qual é a extensão da liberdade cristã? 5. É lícito reter, por respeito aos preconceitos do povo, ritos e cerimônias antigas que tenham um aspecto supersticioso, mas que possam ser suscetíveis de uma interpretação racional e favorável?

13. Contudo, por mais acérrima que fosse a oposição entre luteranos e calvinistas, e as contendas entre os próprios luteranos, e, além disso, entre todos estes e os católicos, eles estariam dispostos a pedir uma trégua sobre todas as suas diferenças e se unir – todos, católicos, luteranos,

zinglianos e calvinistas – no ataque comum contra os anabatistas. O termo anabatista significa rebatizador e foi aplicado indiscriminadamente a todos os que negavam a validade da aspersão para o batismo, especialmente, o batismo infantil. Antes do período da Reforma, havia espalhados por quase todos os países da Europa, e perseguidos por toda parte, descendentes diretos, na questão doutrinária, dos albigenses e valdenses, que não praticavam batismo infantil (aspersão), mas mantinham as doutrinas genuínas do batismo, do sono dos mortos, e alguns, a doutrina do verdadeiro sábado. É claro que essas doutrinas fizeram com que fossem considerados, desde os primórdios, hereges abomináveis; mas quando, infelizmente, nos primeiros dias da Reforma, *alguns* anabatistas adotaram um fanatismo desvairado, *todos* com esse nome foram incluídos nesse grupo. Leis penais muito severas, próprias daqueles tempos austeros, foram promulgadas contra todos os que podiam ser classificados como anabatistas.

14. “Em quase todos os países da Europa, um número indescritível [...] preferia a morte em suas piores formas a uma retratação. [...] Nem a perspectiva das chamas acesas para consumi-los, nem a ignomínia da forca, nem os terrores da espada poderiam abalar sua invencível [...] constância, ou fazê-los abandonar os dogmas que lhes pareciam mais caros do que a vida e todos os seus prazeres. [...] E é de se lamentar que tão pouca distinção foi feita entre os membros dessa seita quando a espada foi desembainhada contra eles. Por que os inocentes e os culpados foram envolvidos no mesmo destino? Por que doutrinas puramente teológicas [...] foram punidas com o mesmo rigor demonstrado aos crimes inconsistentes com a paz e o bem-estar da sociedade civil? Aqueles cuja única marca de peculiaridade era administrar o batismo apenas a *pessoas adultas* e excluir os injustos da comunhão externa da igreja deveriam, sem dúvida, ter recebido tratamento mais brando do que aquele concedido aos incendiários sediciosos, que eram a favor do desmantelamento de todo o governo e destruição de toda a autoridade civil. [...] É verdade que muitos anabatistas sofreram a morte, *não* por serem considerados súditos rebeldes, mas apenas porque foram julgados hereges incorrigíveis; pois, nesse século, o erro de limitar a administração do batismo apenas a pessoas adultas e a prática de *rebatizar* pessoas que haviam recebido esse sacramento na infância eram vistos como a mais flagrante e intolerável das heresias” (*Mosheim*).<sup>2</sup>

15. Como observado anteriormente, os anabatistas se tornaram o único objeto do ataque de todos os partidos, civis e religiosos. A oposição deles ao batismo infantil desconcertou, de certa forma, Melâncton na presença dos fanáticos em Wittenberg. Ele confessava que eles haviam atingido um *“ponto fraco”*; e suas dúvidas sobre esse ponto o levaram a fazer a conhecida afirmação: “Lutero apenas pode decidir” a questão sobre a *inspiração* deles. O medo de acabar caindo no anabatismo foi a razão pela qual “Lutero não encarou essa questão completamente”. O Concílio Protestante de Zurique ordenou “que qualquer pessoa que administrasse anabatismo fosse *afogada*”; e a ordem foi efetivamente executada sobre Felix Mantz, “que anteriormente estivera associado a Zuínglio no início da Reforma”. Um dos primeiros esforços teológicos de Calvino foi a composição de um livro intitulado *Psychopamychia*, sobre a imortalidade da alma, em oposição aos anabatistas da França.

16. Com a chegada do século 17, encontramos um novo elemento no mar da controvérsia. A *filosofia* das diferentes escolas estava buscando, em cada escola, a ascensão; mesmo

<sup>2</sup> *Ecclesiastical History*, século 16, seção 3, parte 2, cap. 3, par. 6.

não sendo uma causa direta de muitas das disputas desse século, certamente deu colorido a elas. Naquela época, a Filosofia estava representada em duas classes: os peripatéticos (seguidores de Aristóteles) e os filósofos do fogo (a partir da proposição de que “a dissolução dos corpos pelo poder do *fogo* é a única maneira pela qual os primeiros princípios das coisas podem ser discernidos”). Os peripatéticos mantinham posições catedráticas em quase todos os estabelecimentos de ensino e sustentavam que todos os que questionavam Aristóteles eram um pouco menos criminosos que os hereges; assim, houve uma disputa acalorada entre eles e os filósofos do fogo, ou *alquimistas*. Contudo, os interesses desses dois grupos se uniram quando, por volta de 1640, a manopla cartesiana “*Cogito, ergo sum*” (ou seja, Penso, logo existo) foi lançada na arena. Tanto os peripatéticos quanto os alquimistas se voltaram com toda sua energia contra a nova filosofia; “não tanto pelo sistema filosófico, mas pelas honras, vantagens e lucros que dele extraíam”. E “apoiados pelos clérigos que perceberam que essas inovações filosóficas tinham como alvo a causa da religião e a colocavam em perigo, fizeram um estrondo prodigioso e não deixaram de empregar nenhum meio para impedir a queda de seu antigo sistema. [...] Eles não apenas acusaram Descartes dos mais perigosos e perniciosos erros, mas, no exagero de sua malignidade, chegaram a acusá-lo de *ateísmo*” (*Mosheim*).<sup>3</sup>

17. Em oposição a Descartes, Gassendi também entrou na lista, e isso deu origem a mais uma escola de filosofia, a *Matemática*. A de Descartes foi chamada de filosofia *metafísica*, ou cartesiana. Como a filosofia peripatética era a única ensinada nas escolas luteranas, a ascensão da nova filosofia foi um novo assunto para discussão e oposição e deu margem para mais exercício da propensão à controvérsia. Outra coisa que perturbou muito os luteranos foi que, em 1614, João Sigismundo, eleitor de Brandemburgo, entrou para a comunhão dos calvinistas e concedeu a todos os seus súditos toda a liberdade em questões religiosas e deixou à livre escolha de todos se abraçariam uma religião ou outra, ou nenhuma. Mas os luteranos “consideraram intolerável que os calvinistas desfrutassem dos mesmos privilégios que eles”. E isso foi levado a tal extremo que o povo de Brandemburgo foi proibido de estudar na Universidade de Wittemberg.

18. Contudo, o que mais atormentou os luteranos nesse século foram os esforços de uma sucessão de pessoas que buscavam promover um estado de harmonia entre eles e os calvinistas. Tiago I da Inglaterra tentou e falhou. Em 1631, em um sínodo dos calvinistas em Charenton, um decreto foi aprovado, o qual admitia que a religião luterana “estava em conformidade com um espírito de verdadeira piedade e livre de erros perniciosos e fundamentais”, mas a abertura não foi aceita. No mesmo ano, realizou-se uma conferência em Leipzig entre vários dos doutores mais eminentes de ambas as comunhões, na Saxônia e em Brandemburgo. Embora os calvinistas mostrassem toda a justiça possível e fizessem concessões que os próprios luteranos dificilmente poderiam esperar, ainda assim todos os seus esforços foram vistos com suspeita, como meros esquemas para fazê-los cair numa armadilha; e a conferência terminou sem nada resolvido. Em 1645, Ladislau IV, rei da Polônia, convocou uma conferência em Torún, mas isso apenas aumentou o zelo partidário. Em 1661, Guilherme VI, landgrave de Hesse, convocou uma conferência em Cassel, na qual os doutores ali reunidos chegaram a um acordo, se abraçaram e declararam

<sup>3</sup> *Ibid.*, século 17, seção 1, par. 32.



que não havia nada entre eles de importância suficiente para impedir união e concórdia. Assim que os irmãos luteranos ficaram sabendo disso, voltaram toda a sua fúria contra seus delegados e os oprimiram com reprovações de apostasia, calvinismo, etc.

19. Além desses esforços públicos, houve outros de caráter privado. John Duraeus, calvinista, nativo da Escócia, “durante um período de 43 anos, sofreu desgosto e envidou esforços que exigiram a mais firme resolução e inesgotável paciência; escreveu, exortou, admoestou, suplicou e argumentou; em resumo: tentou todos os métodos que a sabedoria humana pudesse sugerir para pôr fim às dissensões e animosidades que reinavam entre as igrejas protestantes. [...] Viajou por todos os países na Europa onde a religião protestante havia se firmado; estabeleceu conexões com os doutores de ambas as partes; dirigiu-se a reis, príncipes, magistrados e ministros. [...] Seus pontos de vista, porém, foram frustrados. [...] Alguns, suspeitando que seu zelo fervoroso e extraordinário provinha de motivos misteriosos e sinistros, e julgando que ele havia secretamente elaborado um plano para enredar os luteranos em uma armadilha, chegaram a atacá-lo, por meio de publicações, com animosidade e rancor, lançando sobre ele as mais violentas e contundentes críticas e censuras, de modo que esse homem bem-intencionado, negligenciado finalmente por *sua própria comunhão*, [...] passou o restante de seus dias em repouso e obscuridade em Cassel” (*Mosheim*).<sup>4</sup> O que ele propôs como fundamento sobre o qual poderiam se unir era o Credo dos Apóstolos, os Dez Mandamentos e a Oração do Senhor.

20. Outro dentre os mais zelosos dos pacificadores foi João Matias, bispo sueco que, com Jorge Calixto, tentou continuar o trabalho de Duraeus. A oposição, porém, foi tão acérrima que Matias foi obrigado a renunciar ao seu bispado; Calixto foi acusado de sincretismo, e sua acusação foi composta de “muitas outras coisas além do crime de tentar unir os discípulos do mesmo Mestre nos amáveis laços de caridade, concórdia e tolerância mútua”.<sup>5</sup> Esse “crime” foi chamado sincretismo.

21. A controvérsia *pietista* foi outro movimento que chamou a atenção dos luteranos durante esse século. Ele se originou com os esforços de Philip Jakob Spener, de Frankfurt, que “tinha em vista a promoção da *religião vital*, despertando os indiferentes e mornos, contendo a torrente de vícios e corrupção e reformando os modos licenciosos do povo e do clero”.<sup>6</sup> Para melhor conseguir isso, Spener e seus seguidores propuseram que, além dos horários estabelecidos para o culto *público*, fossem realizadas assembleias particulares para oração e outros exercícios religiosos. Por esses objetivos louváveis e muito necessários, foram apelidados de *pietistas*, e a oposição a eles e a seus desígnios foi tão forte quanto a dirigida a qualquer um das outras iniciativas.

22. Esse assunto foi aprofundado por alguns dos professores de Leipzig, que, com o objetivo de instruir os candidatos ao ministério em algo melhor do que como perpetuar contendas, “comprometeram-se a explicar em suas faculdades certos livros das Escrituras para tornar essas fontes genuínas de conhecimento religioso mais bem compreendidas e promover um espírito de piedade prática e religião vital na mente de seus ouvintes. [...] Portanto, essas palestras foram muito frequentadas, e seus efeitos foram visíveis na vida e na conversação de várias pessoas a quem pareciam inspirar com um profundo senso da importância da religião e da virtude. “Mas

<sup>4</sup> *Ecclesiastical History*, século 17, seção 2, parte 2, cap. 1, par. 6.

<sup>5</sup> *Ibid.*, par. 7, itálicos no original.

<sup>6</sup> *Ibid.*, par. 26.

imediatamente surgiu o grito de que aquilo era *contrário ao costume*. “Assim, rumores foram espalhados, tumultos provocados, animosidades despertadas e o assunto foi por fim levado a um julgamento público, no qual esses homens piedosos e eruditos foram de fato declarados livres dos erros e heresias de que haviam sido acusados, mas ao mesmo tempo *proibidos* de seguir o plano de instrução religiosa que haviam empreendido com tanto zelo.”<sup>7</sup>

23. Contudo, isso não pôs fim ao bom trabalho assim iniciado; pois a disputa se espalhou rapidamente por todas as igrejas luteranas da Europa. Portanto, os doutores e pastores de Wittenberg se viram obrigados a adotar uma ação pública, primeiro contra Spener, em 1695, e depois contra seus discípulos, o que deu origem a novos debates. Os pietistas sustentavam os seguintes pontos: 1) só deveriam ser admitidos no ministério os que fossem adequadamente instruídos, se distinguissem pela sabedoria e santidade de modos e tivessem um coração cheio do amor divino; 2) a teologia escolástica deveria ser abolida; 3) a teologia polêmica, isto é, as controvérsias entre os cristãos, deveria ser ensinada com menos avidez; 4) toda mistura de filosofia e erudição humana com as Sagradas Escrituras deveria ser abandonada; e 5) toda pessoa que não fosse ela mesma modelo de piedade estava desqualificada para ser mestre público da piedade, ou guia para os outros no caminho da salvação.

24. Desses temas surgiram outros debates sobre questões como: 1) “Pode o conhecimento religioso adquirido por um homem mau ser denominado teologia?” 2) “Até que ponto o ofício e o ministério de um eclesiástico ímpio podem ser declarados salutares e eficazes?” 3) “Pode um homem ímpio e licencioso ser suscetível à iluminação?” Os pietistas exigiram ainda a supressão de certas proposições comumente enunciadas dos púlpitos, as quais, sem qualificações, certamente poderiam ser interpretadas como concedendo indulgências, tais como: “Nenhum homem é capaz de alcançar a perfeição que a lei divina exige. Boas obras não são necessárias para a salvação”. Os pietistas proibiram também danças, pantomimas, peças teatrais, etc., entre seus membros; e isso novamente deu oportunidade para os escolásticos demonstrarem sua habilidade. Levantaram a questão, primeiro, se essas ações tinham caráter indiferente, neutro; e, a partir desse ponto, se qualquer ação humana é de fato indiferente; isto é, igualmente destituída de valor moral benéfico, por um lado, e de valor moral maléfico, por outro.

25. Na Igreja Calvinista, após a morte de seu fundador, a controvérsia sobre os “decretos divinos” continuou até o século 17. Tendo como ponto de partida a faculdade em Genebra, a doutrina de Calvino se espalhou por todas as partes da Europa protestante e nas instituições de ensino. Surgiu, porém, uma diferença de opinião, não sobre os “decretos” em si, mas sobre a *natureza* dos decretos. “A maioria sustentava que Deus simplesmente *permitiu* que o primeiro homem caísse em transgressão, enquanto uma minoria respeitável mantinha com todas as suas forças que, a fim de exercer e exibir sua terrível justiça e sua livre misericórdia, Deus tinha *decretado* desde toda a eternidade que Adão *deveria* pecar e havia ordenado os eventos de tal forma que nossos primeiros pais não poderiam evitar a queda.”<sup>8</sup> Os dois partidos nessa divisão foram os sublapsarianos (aqueles que mantinham o conceito de *permissão*) e os supralapsarianos.

26. Mas eles esqueciam suas diferenças quando e onde quer que aparecessem aqueles que “pensavam ser seu dever representar a Divindade estendendo Sua bondade e misericórdia a toda

<sup>7</sup> *Ibid.*, par. 87.

<sup>8</sup> *Ibid.*, cap. 2, par. 10.

a humanidade”. Esse novo conflito surgiu no início do século e é conhecido como controvérsia arminiana, de Jacó Armínio, professor de Teologia na Universidade de Leiden, que deu origem a essa doutrina. Armínio fora educado como calvinista, na Faculdade de Genebra, e por causa de seu mérito havia sido escolhido para a Universidade de Leiden. Depois de deixar Genebra, e à medida que amadureceu, sua mente ficou cada vez mais indignada com a doutrina de Calvino sobre a predestinação e passou a nutrir ideias sobre a doutrina bíblica de que a graça de Deus é livre para todos e traz salvação a todas as pessoas; que ninguém é privado, por qualquer decreto, de seus benefícios, nem é eleito para ela independentemente de suas próprias ações, mas que Cristo trouxe a salvação ao mundo, e todo homem é livre para aceitar ou rejeitar essa oferta se assim escolher. Mas como o calvinismo estava florescendo na Holanda na época, os ensinamentos de Armínio atraíram sobre ele a mais severa oposição.

27. Armínio morreu em 1609, e Simão Episcópio, um de seus discípulos, levou a obra adiante com vigor inabalável, e em pouco tempo a controvérsia se espalhou por toda a Europa e criou tanto tumulto na Igreja Calvinista quanto o calvinismo havia anteriormente causado na Luterana. E a teimosia dos luteranos foi repetida por parte dos calvinistas. Mais uma vez, houve quem procurasse levar as partes rivais a uma reconciliação, mas sem sucesso. Por fim, em 1618, pela autoridade dos Estados Gerais, o sínodo nacional foi convocado em Dort para discutir os pontos de diferença e chegar a um acordo. Houve representantes da Holanda, Inglaterra, Hesse, Bremen, Suíça e Palatinado; e os principais líderes dos arminianos também vieram.

28. Episcópio falou à assembleia em um discurso “cheio de moderação, gravidade e eloquência”. Mas tão logo terminou seu discurso, surgiram dificuldades, e os arminianos descobriram que, em vez de serem chamados lá para apresentar seus pontos de vista para exame e discussão, haviam sido convocados para serem julgados como hereges; e quando se recusaram a aceitar o procedimento proposto pelo sínodo, foram excluídos da assembleia, e o famoso sínodo de Dort os julgou na ausência deles. Naturalmente, foram declarados “culpados de erros pestilentos” e condenados como “corruptores da verdadeira religião”. E tudo isso depois da promessa solene que foi feita aos arminianos de que teriam total liberdade para explicar e defender suas opiniões, por tanto tempo quanto julgassem necessário para apresentar suas justificativas! Depois disso, a doutrina dos “decretos absolutos” perdeu terreno dia após dia; e a maneira pela qual o sínodo havia tratado os arminianos apenas aumentou a determinação deles; além disso, atraiu para eles a simpatia de muitos, tanto que, de fato, todas as províncias da Frísia, a Zelândia, Utrecht, a Guéldria e Groninga nunca chegaram a aceitar as decisões dessa assembleia. Imediatamente depois disso, a controvérsia sobre a filosofia cartesiana entrou na Igreja Calvinista provocando nela um turbilhão persistente.

29. Visto que, no escolasticismo e nas controvérsias teológicas, a liderança do professo protestantismo trabalhou intensamente sobre fundamentos papais e participou tão amplamente do espírito papal, era de se esperar que a consequência natural e lógica seguisse e esse mesmo professo protestantismo adotasse o pilar central e característico do papado, a saber, a união da igreja e do Estado. Uma segunda grande apostasia havia começado.

## A IGREJA LUTERANA

30. Como vimos, na morte de Lutero, muitos que haviam sido protestantes decidiram manter o que Lutero havia acreditado e recusaram-se a dar um único passo adiante. Tornaram-se luteranos e não protestantes, e assim se formou a Igreja Luterana. Embora essa igreja tenha até hoje a Confissão de Augsburgo como um de seus principais símbolos; embora no final do século 17 “as Igrejas Luteranas adotassem a máxima dos arminianos, de que os cristãos eram responsáveis somente a Deus por suas opiniões religiosas e que nenhum indivíduo poderia ser punido com justiça pelo magistrado por seus pontos de vista errôneos, desde que se comportasse como súdito virtuoso e obediente e não tentasse perturbar a paz e a ordem da sociedade civil” (*Mosheim*),<sup>9</sup> apesar de tudo isso, desde o ano de 1817, a Igreja Luterana faz parte da Igreja Estabelecida da Prússia. E apesar das declarações da Confissão de Augsburgo, hoje o imperador da Alemanha, como rei da Prússia, é o sumo pontífice da Igreja Luterana na Prússia. Também nos países escandinavos, a Igreja Luterana é a igreja do Estado.

## A REFORMA NA SUÍÇA

31. Com os reformados, os suíços, foi o mesmo. Zuínglio, que deu início à Reforma na Suíça, sancionou, se de fato não estabeleceu ali, a união da igreja com o Estado. Sua opinião era que o Estado é cristão. “O reformador, tendo abandonado os caminhos dos apóstolos, deixou-se desviar pelo exemplo perverso do papado.” Ele próprio “resolveu ser ao mesmo tempo o homem do Estado e da igreja, [...] ao mesmo tempo o chefe do Estado e general do exército – esse duplo, esse triplo papel do reformador representou a ruína da Reforma e de si mesmo”. Pois quando a guerra começou na Suíça, Zuínglio cingiu sua espada e foi com as tropas para a batalha. “Zuínglio desempenhou duas partes ao mesmo tempo – foi um reformador e um magistrado. Mas temos aqui dois personagens que não deviam estar unidos, assim como um ministro e um soldado nunca deveriam exercer o mesmo papel. Não culparemos totalmente os soldados e os magistrados ao formarem alianças e sacar a espada, mesmo em nome da religião; eles agem de acordo com o ponto de vista deles, embora não seja o mesmo que o nosso; mas devemos culpar decididamente o ministro cristão que se torna diplomata ou general.”

32. Aquele que pegou a espada pereceu pela espada. Na primeira batalha travada – 11 de outubro de 1531 –, 25 dos pregadores da reforma suíça foram mortos, sendo o principal deles Zuínglio, que tombou ao ser atingido por muitos golpes. “Se o reformador alemão tivesse conseguido se aproximar de Zuínglio naquele momento solene e pronunciar estas palavras muitas vezes repetidas: ‘Os cristãos lutam não com espada e arco, mas com sofrimentos e com a cruz’, Zuínglio teria estendido sua mão moribunda e dito: ‘Amém’” (*D’Aubigné*).<sup>10</sup>

<sup>9</sup> *Ecclesiastical History*, século 17, seção 2, parte 2, cap. 1, par. 16.

<sup>10</sup> Ver *History of the Reformation* de D’Aubigné, livro 16, cap. 4, parte 1; cap. 1, par. 7; cap. 4, par. 2; e cap. 8, par. 6 a partir do fim.

## A REFORMA NA INGLATERRA

33. Quando Henrique VIII divorciou-se a si mesmo e a Inglaterra do papa, para que pudesse se divorciar de sua esposa, colocou-se no lugar do papa como chefe da Igreja da Inglaterra; e a Igreja da Inglaterra tornou-se simplesmente o que antes havia sido a Igreja Católica na Inglaterra. “Na forma, nada foi mudado. A constituição externa da igreja permaneceu totalmente inalterada.”

34. Na fé, da mesma forma, nada mudou de fato, exceto na mera mudança dos personagens que assumiram a prerrogativa de administrá-la. Henrique, como rei e papa, era agora o chefe supremo da igreja. “Do primaz ao mais inferior diácono, todo ministro recebia somente dele o direito de exercer poderes espirituais. A voz dos pregadores era o eco de sua vontade. Somente ele poderia definir ortodoxia ou declarar heresia. As formas de adoração e crença eram alteradas e mudadas segundo o capricho real.” Já em 1532, Henrique havia formulado a proposição de que “a majestade do rei tem o cuidado tanto da alma de seus súditos quanto de seu corpo; e pode, pela lei de Deus, mediante seu Parlamento, fazer leis tocantes e concernentes a ambos” (*Green*).<sup>11</sup>

35. Essa foi a “Reforma” realizada por “Henrique, Oitavo do Nome”, conforme suas conveniências e intenções. Mas seu divórcio do papa de Roma representou uma grande coisa para a Inglaterra. Como Henrique havia dado o exemplo de revolta contra o domínio papal exercido do trono papal, o povo inglês não demorou a seguir o exemplo assim estabelecido e a se revoltar contra o mesmo domínio papal, mas que estava sendo exercido a partir do trono inglês. Tudo começou já no reinado de Henrique, diante de todos os terrores de um domínio “que pode ser mais bem descrito como a própria personificação do despotismo” (*Macaulay*).<sup>12</sup> Durante a regência de Eduardo VI e sob a orientação de Cranmer e Ridley, foram tomadas medidas de melhorias até mesmo pela própria Igreja da Inglaterra – o uso de imagens, do crucifixo, de incenso, de velas e de água benta; o sacrifício da missa, a adoração dos santos, a confissão auricular, o serviço em latim e o celibato do clero foram abolidos. Durante a reação católica sob o governo da rainha Maria, o espírito de revolta foi confirmado; e sob o governo da rainha Elizabeth, quando o sistema de governo da Igreja da Inglaterra se fixou e daí em diante, esse espírito prevaleceu de forma constante, e, por vezes, quase que universalmente.

36. Em resumo, o exemplo dado por Henrique foi seguido tão bem e com tanta persistência pelas eras subsequentes, que, embora a Igreja da Inglaterra ainda subsista e, embora o soberano da Inglaterra ainda permaneça o chefe da Igreja da Inglaterra e Defensor da Fé, tanto o cargo quanto o título são de caráter tão flexível que se adaptam facilmente à liderança e defesa da fé do episcopalismo na Inglaterra e do presbiterianismo na Escócia. E ainda mais e muito melhor do que isso, a atual soberana da Inglaterra, a rainha Vitória, renunciou claramente à reivindicação do direito de governar em questões de fé.

37. Em 1859, Sua Majestade emitiu uma proclamação real a seus súditos na Índia, na qual proferiu estas palavras:

“Confiado firmemente na verdade do cristianismo e reconhecendo com gratidão o consolo da religião, renunciamos ao direito e ao desejo de impor nossas convicções a qualquer um de nossos súditos. Declaramos que é a vontade e o prazer de nossa realza que

<sup>11</sup> *Ibid.*, livro 6, cap. 1, par. 5, 1; e livro 5, cap. 6, par. 12.

<sup>12</sup> *Essays, Hallam*, par. 27.

ninguém seja, de maneira alguma, favorecido, molestado ou inquietado por causa de sua fé ou observância religiosa, mas que todos desfrutem da mesma proteção igual e imparcial da lei; e cobramos de todos os que estão em posição de autoridade sob nós e lhes ordenamos que se abstenham de toda interferência na crença religiosa ou na adoração de qualquer um de nossos súditos, sob pena de nosso maior desagrado.”

“E é nossa vontade ainda que, na medida do possível, nossos súditos, de qualquer raça ou credo, sejam admitidos de maneira livre e imparcial nos cargos em nosso serviço, para cujos deveres possam estar qualificados por sua educação, capacidade e integridade para cumpri-los.”

## O CALVINISMO EM GENEBRA

38. Os pontos de vista de Calvino sobre o assunto da relação entre igreja e Estado eram tão teocráticos quanto o próprio sistema papal. Agostinho foi seu mestre e modelo em toda sua trajetória. Quando, aos 28 anos, atendendo ao chamado urgente de Farel, Calvino se estabeleceu em Genebra, estabeleceu ali uma declaração condensada da doutrina cristã, de fato uma sinopse de suas “Institutas”, consistindo em 21 artigos que todos os cidadãos, convocados em grupos de dez, tiveram que “professar e jurar como a confissão de fé deles”. Esse método de estabelecer uma cidade calvinista foi adotado, disse o próprio Calvino, “com muita satisfação”. Esse juramento e confissão de fé foram feitos por todos como cidadãos, não particularmente como membros da igreja. Não lhes foi perguntado se estavam convertidos; eles não eram obrigados a ser membros da igreja; mas simplesmente como homens e cidadãos foram obrigados a prestar juramento e aceitar isso como a confissão de sua fé.

39. De fato, o juramento de lealdade como cidadão e a confissão de fé como cristão eram idênticos. Isso significou ao mesmo tempo tornar a igreja e o Estado a mesma coisa, com a igreja acima do Estado. Sim, mais do que isso, significava fundir inteiramente o poder civil no eclesiástico, pois os pregadores eram supremos. Não passava de outra teocracia criada pelo homem, segundo o modelo do papado. De fato, de acordo com as “Institutas” de Calvino, a própria razão de existência do Estado se resume no papel de apoio e servo da igreja; conseqüentemente, quando o magistrado aplica punição, deve ser considerado como executando o julgamento de Deus. “O que vemos nas margens do Leman é uma teocracia; Jeová era o chefe, a Bíblia era o código supremo e o governo exercia uma tutela paterna e controladora sobre todos os interesses e causas, civis e espirituais” (*Wylie*).<sup>13</sup> A queima de Serveto representou apenas a lógica inevitável do sistema governamental de Calvino, que por sua persistência foi estabelecido em Genebra. Não é sem razão que um de seus admiradores comparou Calvino a Inocêncio III.<sup>14</sup>

40. O sistema de governo de Calvino não se limitou a Genebra, no entanto, nem sua ideia morreu com ele. Ocupa um lugar quase tão importante na história subsequente quanto o próprio papado, do qual, durante todo o período em que foi aplicado, é uma contrapartida muito próxima. Ele próprio tentou, durante o reinado de Eduardo VI, adotá-lo na Inglaterra. “Ele exortou Cranmer a convocar homens piedosos e racionais, educados na escola de Deus,

<sup>13</sup> *History of Protestantism*, livro 14, cap. 10, penúltimo parágrafo.

<sup>14</sup> *History of Protestantism* de Wylie, livro 14, final do cap. 24.

para se reunir e entrar em acordo quanto a uma confissão uniforme de doutrina de acordo com os estatutos das Escrituras”, declarando: “Quanto a mim, se eu puder ser de utilidade, navegarei por dez mares para tornar isso uma realidade” (*Bancroft*).<sup>15</sup> Contudo, todo o seu esforço pessoal nessa direção falhou. Ele morreu em 27 de maio de 1564 d.C.

## O CALVINISMO NA ESCÓCIA

41. Foi dito acima que, antes de sua morte, Calvino teve a satisfação de saber que seu sistema de governo eclesiástico havia sido adotado na Escócia. Sem dúvida, isso lhe proporcionou muita satisfação. Mas se pudesse ter vivido para ver a época em que esse sistema estava sendo posto em prática na Escócia, de acordo com seu ideal perfeito, podemos crer com certeza que ele teria chorado copiosamente de indizível alegria.

42. De 1638 a 1662, sob os *covenanters* [elaboradores de alianças – pactuantes], o sistema calvinista tornou-se supremo na Escócia; e “quando a Igreja da Escócia estava no auge do poder, podemos procurar em vão na história de qualquer instituição algo que possa competir com ela, exceto a Inquisição Espanhola. Entre essas duas, há uma analogia próxima e íntima. Ambas eram intolerantes, cruéis, fizeram guerra contra as mais excelentes partes da natureza humana e destruíram todo vestígio de liberdade religiosa” (*Buckle*).<sup>16</sup>

## O CALVINISMO NA NOVA INGLATERRA

43. Após a Escócia, foi na Nova Inglaterra puritana que o sistema calvinista de governo praticamente atingiu seu ideal. Em 1631, assim que a população ali chegou a um número considerável e uma política definida precisou ser estabelecida, eles promulgaram o seguinte estatuto:

“A fim de que esta comunidade seja preservada com a presença de pessoas honestas e boas, ordena-se que, no futuro, ninguém seja admitido à liberdade deste Estado sem que seja membro de algumas das igrejas dentro dos limites do mesmo.”

44. “Assim, o sistema de governo se tornou uma teocracia; o próprio Deus deveria governar Seu povo; e os ‘santos por vocação’ [...] se constituíram, pela lei fundamental da colônia, oráculos da vontade divina. [...] Outros estados limitaram os direitos políticos aos opulentos, àqueles com bens hereditários e inalienáveis, ao primogênito; os calvinistas de Massachusetts, recusando ceder qualquer parcela do poder civil ao clero, estabeleceram o reinado da igreja visível, uma comunidade do povo escolhido em aliança com Deus” (*Bancroft*).<sup>17</sup> Esse era precisamente o sistema calvinista. Os pregadores não deveriam ocupar cargos propriamente ditos, mas deveriam ser os governantes de todos os que os ocupavam. Como ninguém poderia ser cidadão a menos que fosse membro da igreja; e como ninguém poderia se tornar membro das igrejas ou mesmo “apresentado à congregação, *a menos que tivesse primeiro a permissão dos anciãos*”, o resul-

<sup>15</sup> *History of the United States*, cap. “Prelates and Puritans”, par. 11.

<sup>16</sup> *History of Civilization*, cap. 5, último parágrafo.

<sup>17</sup> *History of the United States*, cap. “Self-Government in Massachusetts”, par. 25.

tado foi que os pregadores se tornaram supremos. Essa era exatamente a posição que ocupavam. Eram consultados em tudo, e tudo devia estar sujeito a seus preceitos.

45. O principal ministro da colônia de Massachusetts naquela época era John Cotton. Ele ensinava claramente a bênção da perseguição em si e o benefício dela ao Estado, nas seguintes palavras:

“Mas o bem trazido aos príncipes e súditos pela devida punição de sedutores apóstatas, idólatras e blasfemadores é múltiplo.

“*Primeiro*, afasta a maldade do meio do povo e corta uma gangrena que se espalharia produzindo mais impiedade.”

“*Em segundo lugar*, impede lobos de atormentar e dispersar as ovelhas de Cristo. Sendo os falsos mestres lobos [...], o próprio fato de terem o nome de lobos é evidência do benefício que redundará para as ovelhas se forem mortos ou expulsos.”

“*Em terceiro lugar*, essas execuções contra os que praticam o mal fazem com que todo o país fique atento e tema e não faça mais esse tipo de perversidade. [...] Sim, como esses castigos constituem medidas preventivas de iniquidade semelhantes em alguns, também são remédios saudáveis para curar os que são curáveis desses males. [...]”

“*Em quarto lugar*, os castigos executados contra falsos profetas e mestres sedutores derramam chuvas das bênçãos de Deus sobre o governo civil. [...]”

“*Em quinto lugar*, é uma honra para a justiça de Deus que tais julgamentos sejam executados [...].”<sup>18</sup>

46. Samuel Shepard, ministro de Charlestown, pregou um sermão sobre a eleição intitulado “Colírio”, no qual expôs os seguintes pontos de vista:

“As concupiscências dos homens são doces para eles, e eles não estão dispostos a ser perturbados ou inquietados em seus pecados. É por isso que existem tantos que clamam por tolerância sem limites e por libertinagem, a fim de (se estivesse no poder deles) ordenar um confinamento total e perpétuo da espada do magistrado civil à bainha (uma ação evidentemente destrutiva para este povo e para a liberdade, a paz e a prosperidade públicas de qualquer igreja instituída sob o céu).”

“Que o poder coercitivo do magistrado em questões religiosas, portanto, permaneça em vigor, pois é ele que está mais comprometido com Deus do que qualquer outro homem para valorizar Sua verdadeira religião; [...] e quão deplorável seria o estado das coisas em breve entre nós se os homens pudessem ter liberdade sem controle para professar, pregar, imprimir ou publicar o que quisessem, visando à sedução de outros.”<sup>19</sup>

47. De acordo com esses princípios, todo habitante da colônia era obrigado a comparecer aos cultos da Igreja Estabelecida no domingo, sob pena de multa ou prisão. A multa não devia exceder 5 xelins, igual a cerca de 5 dólares dos dias atuais, para cada ausência.

48. Em 1631 chegou também à Nova Inglaterra Roger Williams. Havia uma vaga na igreja em Salem. A Igreja chamou Williams para ocupar a posição de ministro ali; mas como o governador Winthrop e seus “assistentes” contestaram, Williams foi para a Colônia de Plymouth.

<sup>18</sup> *The Emancipation of Massachusetts*, p. 35, 36.

<sup>19</sup> *Ibid.*, p. 36, 37.



49. Por volta de 1633, Roger Williams foi chamado pela segunda vez ao ministério da Igreja de Salem. Dessa vez, ele foi autorizado a assumir o cargo; mas não demorou muito para que novamente enfrentasse dificuldades com os teocratas. Ele denunciou suas leis que tornavam a afiliação religiosa uma qualificação para cargos, bem como todas as leis que impunham observâncias religiosas. Ele declarou que a pior lei do código inglês era aquela pela qual eles mesmos, quando na Inglaterra, eram obrigados a frequentar a Igreja Paroquial. Reprovou, assim, a inconsistência deles de considerar aquela situação na Inglaterra como perseguição e depois fazer as mesmas coisas na Nova Inglaterra.

50. Eles sustentavam, como argumentou Cotton, que “a perseguição não é errada em si mesma. É coisa maligna a falsidade perseguir a verdade, mas é o dever sagrado da verdade perseguir a falsidade”. E, como afirmava Winthrop, “viemos para a Nova Inglaterra para formar uma sociedade segundo nosso próprio modelo; todos os que concordam conosco podem vir e se unir a esta sociedade; os que discordam podem ir para outro lugar; há espaço suficiente no continente americano”.<sup>20</sup>

51. Roger Williams lhes disse que obrigar as pessoas a se unir aos de uma fé diferente constituía violação declarada do direito natural; e que arrastar para o culto público os irreligiosos e os indispostos significava simplesmente exigir hipocrisia. “É menos pecaminoso forçar pessoas a se casar com quem não podem amar do que obrigá-las a adorar onde não podem crer.”<sup>21</sup> Consequentemente, ele insistiu que “ninguém devia ser obrigado a adorar ou manter um culto contra seu próprio consentimento”. Diante disso, os teocratas perguntavam com piedosa surpresa: “Pois bem, não é o trabalhador digno de seu salário?” Ao que Roger respondia com palavras que certamente conseguiam entender: “Sim, *daqueles que o contratam*”.

52. Quanto à visão de que os magistrados deveriam ser escolhidos exclusivamente entre membros das igrejas, ele a reprovava com o argumento de que, com igual propriedade, deveriam escolher um médico ou o piloto de um navio por causa de sua posição na igreja. Contra as declarações de Cotton e Shepard e as reivindicações dos teocratas quanto ao direito do magistrado de impedir influências corruptas na mente do povo e de punir o erro e a heresia, ele estabeleceu a *verdade* evidente e eterna de que “os magistrados são apenas os agentes do povo, ou seus curadores, a quem nenhum poder espiritual em matéria de adoração pode ser conferido, uma vez que a consciência pertence ao indivíduo e não é propriedade do Estado. [...] O magistrado civil não pode se intrometer, nem mesmo para impedir uma igreja de apostasia e heresia; esse poder se estende apenas ao corpo, bens e propriedades externas dos homens.”<sup>22</sup>

53. Os teocratas deram o alarme de que esses princípios subvertiam todo bom governo. Ao que ele respondeu:

“Tomemos como exemplo um navio que parte para o mar, com muitas centenas de almas nele, cujo bem-estar ou infortúnio são comuns. Temos aqui uma imagem verdadeira de uma comunidade, de um ajuntamento ou sociedade humana. Ocorre às vezes que tanto papistas quanto protestantes, judeus e turcos podem embarcar em um navio; sob essa hipó-

<sup>20</sup> *Beginnings of New England*, p. 178.

<sup>21</sup> *Church History of New England* de Backus, p. 62, 63.

<sup>22</sup> *History of the United States* de Bancroft, cap. “The Providence Plantations”, par. 3-6.

tese, afirmo que toda a liberdade de consciência que sempre defendo repousa sobre estes dois pilares: nenhum dos papistas, protestantes, judeus ou turcos deveriam ser forçados a comparecer às orações ou adoração do navio, nem ser impedidos de fazer suas orações ou cultos particulares, se professam alguma fé”.<sup>23</sup>

“A remoção do jugo da opressão da alma provará ser um ato de misericórdia e justiça para as nações escravizadas; igualmente, torna-se uma necessidade imperiosa unir todo e qualquer interesse e consciência para preservar a liberdade e a paz comuns.”<sup>24</sup>

54. Ele também negou o direito à imposição obrigatória de juramento. Os magistrados haviam decidido exigir juramento de fidelidade a Massachusetts em vez de ao rei da Inglaterra. Williams não prestou o juramento, e sua influência foi tão grande que muitos outros se recusaram também, de forma que o governo foi obrigado a desistir do projeto. Isso os levou a apresentar uma acusação contra ele como aliado de uma facção civil. A igreja de Salem o apoiou e, mesmo diante da inimizade dos teocratas, o elegeu como instrutor. Assim que esse ato foi realizado, os pregadores se reuniram e declararam que qualquer um que afirmasse obstinadamente que “o magistrado civil não poderia se intrometer nem mesmo para impedir uma igreja de apostasia e heresia” era digno de banimento. Por ordem deles, um comitê foi nomeado para ir a Salem e lidar com Williams e a igreja “de maneira eclesiástica”.

55. Enquanto isso, o povo de Salem foi punido por escolhê-lo como instrutor com a retenção de um pedaço de terra que haviam reivindicado. Williams estava preparado para discutir com o comitê cada questionamento, expressando e definindo suas doutrinas e refutando todas as alegações deles. Depois que o comitê retornou, a igreja, pela ação de Williams, escreveu cartas a todas as igrejas das quais qualquer um dos magistrados era membro, pedindo que “advertissem os magistrados de sua injustiça”. No tribunal geral seguinte, a cidade de Salem como um todo foi privada de seus direitos civis até que se desculpassem por essas cartas. A cidade e a igreja cederam. Roger Williams ficou sozinho. Ele foi capaz e teve a disposição de manter sua posição e imediatamente declarou sua “retirada voluntária de todas essas igrejas que estavam decididas a continuar perseguindo as testemunhas do Senhor” e “esperava que o Senhor Jesus estivesse emitindo, por meio dele, o somido que deveria, no devido e santo tempo de Deus, derrubar a força e a confiança dessas invenções humanas”.

56. Em outubro de 1635, ele foi convocado perante os principais representantes do Estado. Ele foi e “manteve a sólida força” de sua posição e declarou-se “pronto para ser preso e banido, e até morrer na Nova Inglaterra”, em vez de renunciar a suas convicções. Graças às intensas persuasões de Cotton, o tribunal geral de 1635, por uma pequena maioria, o sentenciou ao exílio e, ao mesmo tempo, tentou justificar a sentença com o argumento frágil de que não se tratava de uma restrição à liberdade de consciência, mas porque a aplicação da nova doutrina a suas instituições parecia “subverter a essência da condição e do governo do país”.

57. Em janeiro de 1636, um mandado lhe foi enviado para vir a Boston e embarcar para a Inglaterra. Ele se recusou a ir. Oficiais foram enviados em um barco para trazê-lo, mas já havia partido. “Três dias antes, ele deixara Salem, na neve e nas intempéries do inverno, de cuja severidade

<sup>23</sup> *American State Papers* de Blakely, p. 68, nota.

<sup>24</sup> *History of the United States* de Bancroft, cap. “The Providence Plantations”, par. 6.

se lembrava mesmo na velhice. ‘Por 14 semanas, foi violentamente jogado de um lado para o outro pelo clima cruel, sem saber o que significava pão ou cama.’ Muitas vezes, na noite tempestuosa, ele não tinha fogo, nem comida, nem companhia; muitas vezes vagava sem guia e não tinha casa além de uma árvore oca. Mas não ficou sem amigos. O respeito pelos direitos dos outros, que o havia levado a defender a liberdade de consciência, fez dele o campeão dos índios. Ele havia aprendido a língua deles durante sua residência em Plymouth; costumava ser o convidado dos chefes de tribos vizinhas; e agora, quando chegou no inverno à cabana do chefe da tribo Pokanoket, foi recebido por Massasoit; e ‘o bárbaro coração de Canonicus, o chefe dos Narragansetts, o amou como filho até o último suspiro’. ‘Os corvos’, ele relata, ‘me alimentaram no deserto.’”

58. A população das quatro colônias era, naquela altura, de cerca de 24 mil. Massachusetts com cerca de 15 mil, e as outras três colônias com cerca de 3 mil cada. Os comissários federais formavam um conselho consultivo e não um órgão legislativo. A formação dessa confederação fortaleceu a teocracia.

59. Pela rigidez das regras que os pregadores haviam formulado para regular a admissão de membros nas igrejas, havia tão poucos que se uniam às igrejas que os membros, que deveriam incluir pelo menos a grande maioria das pessoas, não abrangiam, de fato, mais de um terço. E agora, diante da exigência por liberdade de culto com outra estrutura organizacional além da congregacional, o clero congregacional viu que algo deveria ser feito com mais firmeza para confirmar seu poder.

60. Dessa forma, em Cambridge, em agosto de 1648, após dois anos de reflexão, foi estruturada uma “Declaração de Disciplina da Igreja Reunida segundo a Palavra de Deus”. Correspondeu, de fato, ao estabelecimento da Igreja Congregacional sobre os fundamentos da confederação das quatro colônias; por todo o tempo, embora professasse manter os princípios da independência de cada congregação, o documento estipulava “conselhos compostos por presbíteros e outros mensageiros de igrejas para aconselhar, admoestar e negar a uma igreja o direito de comunhão”, mas não com o objetivo de exercer atos especiais de disciplina ou jurisdição em qualquer igreja em particular. Além disso, previa que, se alguma igreja se separasse da comunhão das igrejas, os magistrados poderiam obrigá-las a se conformar. “A Confissão de Westminster foi promulgada como o credo; os poderes do clero foram minuciosamente definidos; e o dever dos leigos deveria ser o de ‘obedecer aos anciãos e submeter-se a eles no Senhor’. O magistrado foi ordenado a punir ‘a idolatria, a blasfêmia, a heresia’ e a adotar medidas coercitivas contra qualquer igreja que se tornasse ‘cismática.’”

61. Em outubro de 1649, a declaração foi encaminhada ao tribunal geral para consideração e foi adotada, sendo posteriormente submetida por eles às igrejas para aprovação. Em outubro de 1651, foi confirmada por cada uma das legislaturas. Assim foi concluída a teocracia de Massachusetts e revestida com todo o poder da comunidade. E à medida que seu poder aumentou, também aumentaram enormemente seus frutos amargos. Em 1649, o governador Winthrop morreu e foi sucedido por John Endicott; e em 1652, John Cotton morreu e foi sucedido por John Norton. Esses dois homens, John Endicott e John Norton, têm sido descritos apropriadamente como “os dois fanáticos mais notórios que já existiram”. E com a ascensão desses dois homens à liderança da teocracia completa e totalmente aparelhada, pode-se dizer que o reino de terror da Nova Inglaterra teve seu início.

62. A admissão na confederação das colônias da Nova Inglaterra fora absolutamente recusada a Rhode Island, devido a seus princípios de liberdade de consciência; mas o ódio pelos quakers levou a colônia de Massachusetts, em 1657, a pedir que Rhode Island se juntasse à confederação no esforço de salvar a Nova Inglaterra dos quakers. “Eles enviaram uma carta às autoridades daquela colônia subscrevendo-se como seus amigos e vizinhos amorosos e suplicando que preservassem todo o corpo de colonos contra ‘tal peste’, banindo e excluindo todos os quakers, uma medida à qual ‘a norma da caridade os obrigava’” (*Fiske*).<sup>25</sup>

63. Roger Williams, contudo, ainda era presidente de Rhode Island e, fiel a seus princípios, respondeu: “Não temos nenhuma lei entre nós para punir alguém por apenas declarar por palavras suas opiniões e compreensão sobre as coisas e os caminhos de Deus quanto à salvação e nossa condição eterna. Quanto a esses quakers, percebemos que no lugar em que lhes é permitido se manifestar livremente e em que são confrontados apenas por meio de argumentos num discurso, ali é aonde menos desejam vir. Qualquer violação da lei civil será punida, mas a liberdade de diferentes consciências será respeitada”.<sup>26</sup>

64. Essa resposta enfureceu toda a confederação. Massachusetts ameaçou interromper o comércio de Rhode Island. Dessa forma acuada, Rhode Island, por meio de Roger Williams, pediu proteção a Cromwell, que agora governava a Inglaterra. O apelo apresentou o caso tal como era, mas o que o tornou de importância eterna, como o maior e mais comovente apelo de toda a história, é o rogo piedoso: “Mas qualquer que seja a sorte que possa nos sobrevir, não sejamos obrigados a exercer qualquer poder civil sobre a consciência humana”.

65. Em todos os aspectos, os puritanos justificaram e mereceram a sentença contundente do historiador dos Estados Unidos, ao dizer que “a criação de uma igreja nacional e intransigente levou os congregacionalistas de Massachusetts a condescender com as paixões que desonraram seus perseguidores ingleses, e Laud foi justificado pelos homens que ele havia injustiçado” (*Bancroft*).<sup>27</sup>

66. Não foi somente na Nova Inglaterra que igreja e Estado se uniram. Foi assim, em maior ou menor grau, em todas as 13 colônias originais da América, exceto Rhode Island. Na Nova Inglaterra, a religião estabelecida era o congregacionalismo, enquanto em todas as colônias do sul, de Nova York à Geórgia, exceto apenas na Pensilvânia, a Igreja da Inglaterra era a favorita. Na Pensilvânia, não havia união com nenhuma denominação específica, mas só podiam ocupar cargos ou mesmo votar “os que possuem fé em Jesus Cristo”. A proteção contra observâncias religiosas obrigatórias não era garantida a ninguém, exceto àqueles que “confessam e reconhecem um Deus todo-poderoso e eterno como o Criador, Sustentador e Governador do mundo”. Como era necessário que todos fossem religiosos e *possuíssem* fé em Jesus Cristo,

<sup>25</sup> *Beginning of New England*, 180.

<sup>26</sup> *Ibid.*, p. 184, 185. Tal respeito não implicava em absoluto indiferença da parte dele pelos ensinamentos dos quakers. Roger, por meio de debates, estava constantemente combatendo-os. Ele escreveu um livro contra eles intitulado *George Fox Digged out of his Burrows* [George Fox escavado de suas Tocas]; e, aos 73 anos de idade, “remou em um barco toda a extensão da baía de Narragansett para participar de um torneio teológico contra três campeões quakers” (*Ibid.*, p. 186).

<sup>27</sup> *History of the United States*, cap. “The Place of Puritanism in History”, par. 5. Em sua última revisão, a afirmação é suavizada, ficando assim: “Os congregacionalistas intransigentes de Massachusetts condescenderam com as paixões de seus perseguidores ingleses”.

exigia-se “que, de acordo com o bom exemplo dos cristãos primitivos, em todo primeiro dia da semana, chamado dia do Senhor, as pessoas se abstenham do trabalho diário comum, para que possam melhor se dedicar a adorar a Deus segundo o entendimento de cada um”.<sup>28</sup>

67. Maryland, embora mantida pelos católicos romanos, era mais livre do que qualquer outra colônia, exceto Rhode Island; no entanto, mesmo lá, como na Pensilvânia, a tolerância era garantida apenas às pessoas que “professassem crer em Jesus Cristo”. Contudo, em 1692, os episcopais tomaram posse, e, embora outras formas de religião fossem ainda toleradas, “o episcopado protestante foi estabelecido por lei” e continuou até a Revolução.

68. O sistema de união entre igreja e Estado na Geórgia, e até seu funcionamento prático ainda em 1737, pode ser visto na perseguição a John Wesley. O caso surgiu do fato de Wesley recusar o sacramento a certas mulheres, e isso representou apenas a oportunidade de desabafarem o desprezo deles por Wesley por meio de qualquer outra coisa que pudessem tramar. O primeiro passo foi dado assim:

“GEÓRGIA. SAVANNAH SS.

“A todos os policiais, coletores de dízimos e outros a quem esta ordem possa interessar: Cada um de vocês é obrigado a tomar a pessoa de John Wesley, clérigo, e levá-lo a um dos oficiais de justiça da referida cidade para dar depoimento referente à queixa de William Williamson e Sophia, sua esposa, por difamar a referida Sophia e por se recusar a administrar a ela o sacramento da Ceia do Senhor em uma congregação pública, sem justa causa, o que lhe permitiu receber uma indenização de mil libras esterlinas. E por ter agido assim, este é o mandado de vocês, certificando o que vocês devem fazer no local. Redigida e selada por mim no oitavo dia de agosto do ano de nosso Senhor de 1737.

THOMAS CHRISTIE.”

69. Wesley foi preso e levado ao oficial de registro para interrogatório. Quando questionado sobre esse assunto, respondeu que, “como a ministração ou recusa da Ceia do Senhor era uma questão puramente eclesiástica, não pude reconhecer a autoridade deles de me interrogar sobre isso”. O caso foi adiado para a próxima sessão ordinária do tribunal. Quando a corte se reuniu, o juiz exortou o grande júri a “tomar cuidado com a tirania espiritual e se opor à nova autoridade que havia sido assumida de forma ilegítima sobre a consciência deles”. O grande júri, diz Wesley, estava assim composto: “Um era francês e não entendia inglês; um era papista, e outro, um declarado incrédulo; três batistas; outros 16 ou 17, dissidentes, e vários outros que tinham rixas pessoais contra mim e haviam publicamente jurado se vingar”.

70. A maioria desse grande júri formalizou uma acusação com dez declarações, como segue:

“John Wesley, clérigo, violou as leis do reino, em contrariedade à paz de nosso soberano senhor, o rei, sua coroa e dignidade,

“1. Ao falar e escrever para a Sra. Williamson contra o consentimento do marido.

2. Ao recusar-lhe a santa comunhão.

3. Por não declarar sua adesão à Igreja da Inglaterra.

4. Por dividir o serviço matinal aos domingos.

<sup>28</sup> *Charters and Constitutions*, Pensilvânia.

5. Ao se negar a batizar o filho do Sr. Parker de outra maneira além da imersão, a menos que os pais atestassem que ele era fraco e incapaz de suportá-la.
6. Ao recusar a participação de William Gough da sagrada comunhão.
7. Ao se recusar a ler o serviço funerário sobre o corpo de Nathaniel Polhill.
8. Ao se considerar um superior eclesiástico de Savannah.
9. Ao se recusar a receber William Agliorly como padrinho, apenas porque ele não era um comungante.
10. Por recusar Jacob Matthews pelo mesmo motivo e por batizar o filho de um comerciante indígena com apenas dois padrinhos.”

71. A acusação acompanhou Wesley por muito tempo, sem que fosse condenado ou absolvido, mas o manteve, como ele descreve, como uma espécie de “prisioneiro livre”, até que, não mais disposto a suportar aquilo, decidiu voltar para a Inglaterra. Deixar a Geórgia e ir a algum outro lugar era exatamente o que os habitantes de Geórgia queriam; e apesar de terem simulado uma oposição contra sua partida, ficaram felizes quando partiu, em 2 de dezembro de 1737.<sup>29</sup>

72. Das colônias do Sul, a Virgínia assumia a liderança e chegava perto de Massachusetts em intolerância e perseguição. A colônia estava dividida em paróquias, e todos os habitantes eram tributados para manter o culto da Igreja Episcopal. Todas as pessoas eram obrigadas a frequentar as igrejas da religião oficial. Os direitos da cidadania dependiam da participação na Igreja Episcopal. Quem não comparecesse à igreja em qualquer domingo “sem uma desculpa plausível”, seria multado em cerca de meio quilo de tabaco, e se alguém faltasse aos cultos de domingo por um mês, a multa era de quase 23 quilos de tabaco.

73. A Virgínia, no entanto, apesar de estar na liderança das colônias do Sul na severidade de sua legislação religiosa, foi a primeira de todas as colônias a separar igreja e Estado e a declarar e garantir por estatuto os direitos religiosos de todos os homens.

74. A partir dessa revisão do protestantismo, parece claro que, depois de Martinho Lutero, até entrar em cena Roger Williams, nenhum reformador pregou com sinceridade os princípios do cristianismo e do protestantismo quanto aos direitos da consciência, e que em nenhum lugar, exceto a colônia de Rhode Island, nem sequer foi reconhecido, muito menos exemplificado, o princípio cristão e protestante da separação entre igreja e Estado, entre poder religioso e civil.

75. Ao longo de todo esse período, descobrimos que em todas as discussões e em toda a obra dos professos defensores dos direitos da consciência, em todo lugar aparece o defeito fatal de que foram apenas *os seus próprios direitos* de consciência que eles afirmaram ou defenderam. Em outras palavras, o argumento deles era o seguinte: é nosso direito inalienável acreditar e adorar como quisermos. Da mesma forma, é nosso direito inalienável obrigar todos os outros a acreditar e adorar como *nós* quisermos.

76. Mas isso de forma alguma corresponde a uma declaração dos direitos de consciência. O verdadeiro princípio e declaração dos direitos de consciência não constitui nossa declaração de nosso direito de acreditar e adorar como *nós* escolhemos. Isso sempre abre caminho para a declaração adicional de *nosso* direito de obrigar outras pessoas a acreditar e adorar como *nós*

<sup>29</sup> *John Wesley a Missioner to Georgia*, por William Stevens Perry, D. D., bispo da Igreja Episcopal Protestante de Iowa; *Independent* de Nova York, 5 de março de 1891, p. 5, 6.

escolhemos, caso a ocasião pareça exigir; e há uma infinidade de circunstâncias sempre prontas para insistir que a ocasião exige.

77. O verdadeiro princípio e a correta declaração dos direitos de consciência é nossa afirmação do direito de todos os outros de acreditar e adorar como escolherem, ou de não adorar, se assim o desejarem. Isso imediatamente remove por completo toda desculpa e todo argumento que possam ser apresentados para a restrição ou a invasão dos direitos de consciência por parte de qualquer pessoa ou poder.

78. Essa é a doutrina cristã. Essa é a doutrina de Roger Williams. Essa é a genuína doutrina protestante, pois é “a consequência lógica de qualquer um dos dois grandes princípios distintivos da Reforma, a saber: a justificação pela fé somente e a igualdade de todos os crentes” (*Bancroft*).<sup>30</sup>

79. A acusação de Bryce sobre o protestantismo a esse respeito é bem-merecida e decididamente aplicável aqui: “Os princípios que levaram os protestantes a se separar da Igreja Romana deveriam tê-los ensinado a tolerar as opiniões dos outros e os advertido contra a tentativa de associar harmonia doutrinária ou maneira de adoração com as formas necessárias de governo civil. Ainda menos deveriam ter imposto essa conformidade por sanções civis, pois a fé, conforme eles mesmos professavam, não tinha valor, exceto quando exercida livremente. Uma igreja que não afirma ser infalível deve permitir que alguma parte da verdade possa estar com seus adversários; uma igreja que permite ou encoraja o uso da razão humana para compreender a revelação, não tem o direito de argumentar com as pessoas e depois puni-las se não estiverem convencidas”.

80. “Se os homens conseguiram ter uma visão apenas parcial do que fizeram, ou se acharam um tanto difícil libertar-se dos grilhões sacerdotais, o fato é que acolheram toda a ajuda que um príncipe temporal podia fornecer. O resultado foi que a religião, ou melhor, os credos religiosos, começou a se envolver com a política de forma mais íntima do que nunca. Na maior parte da cristandade, as guerras religiosas perduraram por um século ou mais, e até os nossos dias os sentimentos de antipatia teológica continuam a afetar as relações dos poderes da Europa. Em quase todos os países, a forma de doutrina que triunfou associou-se ao Estado *e manteve o sistema despótico* da Idade Média, *ao mesmo tempo que abandonou o fundamento* sobre o qual esse sistema se firmou.”

81. “Foi assim que surgiram as Igrejas Nacionais, que seriam para os vários países protestantes da Europa o que a Igreja Católica havia sido para o mundo em geral. Cada uma dessas igrejas constituía uma extensão de seu respectivo estado, e, por essa razão, desfrutava de riqueza territorial e privilégio político exclusivo, e estava guarnecida de poderes coercitivos contra os dissidentes. Não foi tão fácil encontrar um conjunto de princípios teóricos sobre os quais as igrejas pudessem se fundamentar; pois não podiam, como a antiga igreja, apontar para a transmissão histórica de suas doutrinas; não podiam reivindicar ter em qualquer homem, ou corpo de homens, um órgão infalível da verdade divina; não podiam nem se basear nos concílios gerais, ou no argumento, seja qual for o seu valor, ‘*Securus indicat orbis terrarum*’ (O veredito do mundo é conclusivo).

82. “Na prática, porém, essas dificuldades logo foram superadas, pois o partido dominante em cada Estado, se não era infalível, tinha certeza de que estava certo e poderia atribuir a resistência de outras fações a nada além de desvio moral. A vontade do soberano, como na Inglaterra, *ou a von-*

<sup>30</sup> *History of the United States*, cap. “Self-Government in Massachusetts”, par. 22.

*tade da maioria, como na Holanda, Escandinávia e Escócia, impuseram a cada país uma forma peculiar de culto e mantiveram as práticas de intolerância medieval sem as bases que as justificavam.”*

83. “A perseguição, que poderia ser pelo menos desculpada em uma igreja infalível, católica e apostólica, era particularmente odiosa quando praticada por aqueles que não eram católicos; que não eram mais apostólicos que seus vizinhos; e que tinham acabado de se rebelar contra a mais antiga e venerável autoridade, em nome dos direitos que agora negavam a outros. Se a união com a igreja visível pela participação em um sacramento material é necessária para a vida eterna, a perseguição pode ser considerada um dever, uma bondade para as almas que perecem. Mas se o reino dos céus é, em todos os sentidos, um reino do espírito, se a fé salvadora é possível sem a união a um corpo visível e sob uma diversidade de formas externas, a perseguição se torna ao mesmo tempo um crime e uma loucura.”

84. “Portanto, a intolerância dos protestantes, mesmo que as formas adotadas tenham sido menos cruéis do que as praticadas pelos católicos romanos, se mostrou também muito menos defensável; pois raramente tinha algo melhor para alegar em seu favor do que motivos de conveniência política, ou mais frequentemente a mera paixão obstinada de um governante ou uma facção para silenciar a expressão de qualquer opinião que não fosse a sua. [...] Portanto, não é demais afirmar que as ideias [...] relativas ao dever do magistrado de obrigar a uniformidade de doutrina e culto pelo braço civil podem todas ser atribuídas à relação que determinada teoria estabeleceu entre a Igreja Romana e o Império Romano, a saber, a concepção, de fato, de um Império Eclesiástico.”<sup>31</sup>

85. Na promulgação dos princípios do protestantismo e na obra da Reforma, os nomes de MARTINHO LUTERO e ROGER WILLIAMS nunca podem ser separados com legitimidade. Williams completou o que Lutero começou; e juntos entregaram novamente ao mundo, e para todos os tempos, os princípios anunciados originalmente por Aquele que foi o autor e consumidor da fé de ambos – JESUS CRISTO, O AUTOR DA LIBERDADE RELIGIOSA.

---

<sup>31</sup> *Holy Roman Empire*, cap. 18, par. 8.



## CAPÍTULO 26

---

# O TRIUNFO DO PRINCÍPIO CRISTÃO

*Governo do Povo – O Princípio Perfeito do Governo Civil – Não Pode Ser Aniquilado – Direito Religioso – O Presbitério de Hannover – A Religião é Separada do Estado – O Estabelecimento da Liberdade Religiosa – Madison pelos Direitos Religiosos – O Protesto da Virgínia – Frutos da Religião Estatal – Usurpação Perigosa – O Direito Religioso Torna-se Constitucional – O Pensamento do Povo sobre Direito Religioso – A Concepção Cristã – O Farol do Mundo.*

ENTÃO veio a Revolução Americana, derrubando todos os princípios do papado e estabelecendo, para a iluminação de todas as nações, A NOVA REPÚBLICA, o primeiro governo nacional do mundo que concorda com os princípios anunciados por Jesus Cristo para a humanidade e para o governo civil.

2. A Revolução Americana não consistiu meramente no estabelecimento de um governo independente da Grã-Bretanha, mas nas ideias relativas ao homem e ao governo que foram proclamadas e estabelecidas por ela. No reverso do grande selo dos Estados Unidos, há uma inscrição em latim – *Novus Ordo Seclorum* – que significa “Uma Nova Ordem das Coisas”. Essa nova ordem de coisas é definida na expressão de duas ideias distintas: a primeira, que o governo é do povo; a segunda, que o governo é inteiramente separado da religião.

3. Esses dois conceitos estão expressos de maneira esplêndida na Declaração de Independência, que afirma:

“Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade; e que para assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se tornar destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em princípios e numa forma de organização de poderes que lhes pareçam mais adequados para lhes garantir a segurança e a felicidade.”

4. Assim, em duas frases foi aniquilada a doutrina despótica nascida da autoridade usurpada do papado, segundo a qual esse poder se julgava no direito de sentar-se no lugar de Deus, estabelecer e derrubar reis e conceder reinos e impérios a seu bel prazer – uma doutrina que havia se tornado, até então, venerável, se não absolutamente consagrada pelos precedentes de mil anos; ou seja: a doutrina do direito divino dos reis; e no lugar da antiga, falsa e despótica teoria da soberania do governo e da sujeição do povo, foi declarada a *verdade* autoevidente da sujeição do governo e a soberania do povo.

5. Ao se declarar o direito igual e inalienável de todas as pessoas à vida, à liberdade e à busca da felicidade, e que os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados, não se declara apenas a soberania do povo, mas também toda a capacidade do povo. A declaração, por si só, pressupõe que os homens são homens de fato, e que, como tais, são plenamente capazes de decidir por si mesmos o que é melhor para sua felicidade e como devem buscá-la, sem que o governo seja constituído como pai ou mãe, ou tutor para lidar com eles como se fossem crianças.

6. Ao se declarar que os governos são instituídos pelos governados para certos fins e que, quando qualquer governo se torna destrutivo para esses fins, é *direito do povo alterá-lo ou aboli-lo* e instituir um novo governo, numa forma que *lhes* pareça mais adequada para lhes garantir a segurança e a felicidade, também se declara que, em vez de o povo precisar ser cuidado pelo governo, o governo *deve ser cuidado pelo povo*.

7. Ao se declarar que os objetivos do governo visam garantir ao povo os direitos que eles já possuem, em plena medida e grau inalienável, e lhes garantir segurança e felicidade no gozo desses direitos; e ao se declarar o direito do povo, no caso especificado, de alterar ou abolir o governo que eles possuem, e instituir um novo com base em princípios e numa forma que lhes pareçam mais adequados, declara-se também não apenas a completa subordinação, mas também a absoluta *impessoalidade* do governo. É declarado que o governo é apenas um dispositivo, um mecanismo político, estruturado e instituído pelo povo, um governo capaz de garantir a esse povo o gozo dos direitos inalienáveis, que eles já possuem como homens e mulheres e que lhes pertencem em virtude de viverem como seres humanos em sociedade e não em virtude de governo – o direito que era deles antes do governo; que é *deles próprios* no sentido básico do termo; e “que eles não sustentam como concessão de um senhor feudal a seu vassalo, mas em homenagem e lealdade direta ao Dono e Senhor de todos” (*Stanley Matthews*),<sup>1</sup> o Criador deles, que lhes dotou desses direitos. E, assim, declarando a impessoalidade do governo, fica totalmente desarraigado todo vestígio de qualquer caráter de paternidade no governo.

8. Ao declarar a igualdade de todas as pessoas na posse desses direitos inalienáveis, também é declarada a mais forte salvaguarda possível do povo. Sendo esta a declaração do povo, cada um deles se compromete a apoiar o princípio assim declarado. Portanto, cada indivíduo está comprometido, no exercício de seu próprio direito inalienável à vida, liberdade e busca da felicidade, a agir de tal forma que não impeça qualquer outra pessoa de exercer de forma livre e plena *seu* direito inalienável à vida, liberdade e busca da felicidade. Qualquer pessoa que age de modo a restringir ou impedir o livre exercício do direito à vida, liberdade ou busca da felicidade de qualquer outra pessoa nega o princípio, o qual se comprometeu a manter, e, de fato, subverte o governo. Pois, sendo os direitos iguais, se alguém pode agir assim, todos os outros podem fazê-lo; portanto, nenhum direito humano é reconhecido, o governo desaparece e apenas a anarquia permanece. Logo, para garantir todos os interesses, tanto pessoais quanto gerais, privados e públicos, cada indivíduo dentre o povo está comprometido, ao desfrutar seu direito à vida, liberdade ou busca da felicidade, a agir de tal forma que não impeça, no mínimo grau, o direito igual de qualquer outro de exercer de forma livre e plena seu privilégio à vida, liberdade e busca da felicidade. “Pois os direitos do

---

<sup>1</sup> *In: Argument in Cincinnati Case, Minor et al. Bible in Public Schools*, p. 211.

homem, como homem, devem ser entendidos em um sentido que não admita nenhuma exceção; pois alegar uma exceção é a mesma coisa que negar o princípio. Rejeitamos, portanto, com desprezo, qualquer declaração de respeito ao princípio que, de fato, nos chega obstruído e desmentido por uma petição de exceção. [...] Professar o princípio e então pleitear por uma exceção, seja qual for o pedido, corresponde a negar o princípio e expressar uma traição contra a humanidade. Os direitos humanos devem ser reconhecidos e respeitados em todo o mundo” (*Isaac Taylor*).<sup>2</sup>

9. A Declaração da Independência, portanto, anuncia o princípio perfeito do governo civil. Se todos se conformassem perfeitamente com o princípio assim anunciado, então o governo seria um governo civil perfeito. Trata-se apenas do princípio do autogoverno – governo do povo, pelo povo e para o povo. E à medida que esse princípio é exemplificado entre o povo, à medida que o indivíduo se governa, apenas nessa medida, e não mais além, prevalecerá a verdadeira concepção da Declaração e da república que ela criou.

10. Essa é a primeira grande ideia da Revolução Americana. É a ideia das Escrituras também, a ideia de Jesus Cristo e de Deus. A Declaração sustenta que todos os homens são dotados por seu Criador de certos direitos inalienáveis e que, para garantir esses direitos, são instituídos governos entre os homens cujos justos poderes emanam do consentimento dos governados. Agora, o Criador de todos os homens é o Deus e Pai de nosso Senhor Jesus Cristo, e “Ele é o Deus dos judeus apenas? Ele não é também dos gentios? Sim, também dos gentios”. E visto que “de um só fez toda a raça humana para habitar sobre toda a face da terra” (Atos 17:26), “para com Deus não há aceção de pessoas” (Romanos 2:11).

11. Essa doutrina não se restringe às Escrituras posteriores; é a doutrina de todo o Livro. Os escritos mais antigos do Livro contêm as seguintes palavras: “Se desprezei o direito do meu servo ou da minha serva, quando eles contendiam comigo, então, que faria eu quando Deus Se levantasse? E, inquirindo Ele a causa, que Lhe responderia eu? Aquele que me formou no ventre materno não os fez também a eles?” (Jó 31:13-15). E: “Pois o Senhor, vosso Deus, é o Deus dos deuses e o Senhor dos senhores, o Deus grande, poderoso e temível, que não faz aceção de pessoas, nem aceita suborno; que faz justiça ao órfão e à viúva e ama o estrangeiro, dando-lhe pão e vestes. Amai, pois, o estrangeiro” (Deuteronômio 10:17-19). “Como o natural, será entre vós o estrangeiro que peregrina convosco; amá-lo-eis como a vós mesmos” (Levítico 19:34).

12. Nas discussões que produziram a Declaração e desenvolveram a Revolução, a doutrina encontrou expressão nestas poderosas e eloquentes palavras: “O governo não se baseia na força, como foi a teoria de Hobbes; nem no pacto, como foi a teoria de Locke e da revolução de 1688; nem na propriedade, como foi afirmado por Harrington. Nasce das necessidades de nossa natureza e tem um fundamento eterno na vontade imutável de Deus. O homem veio ao mundo e à sociedade no mesmo instante. Em toda sociedade terrestre deve existir um soberano supremo, de cuja decisão final não pode haver apelo, senão diretamente ao Céu. Esse poder supremo tem sua origem e ponto final no povo; e o povo nunca fez livremente, de fato, uma renúncia ilimitada desse direito divino, nem pode fazê-lo de forma legítima. A arte de reinar e o poder

<sup>2</sup> Citado por Stanley Matthews, *Ibid.*, p. 242.

sacerdotal são um engano para tirar vantagem dos incultos. A felicidade da humanidade exige que essa grande e antiga aliança seja interrompida para sempre.”

13. “O Monarca onisciente e onipotente do Universo, por meio da suprema carta concedida à raça humana, definiu que o objetivo último do governo é o bem do todo. A forma de governo é deixada para os indivíduos de cada sociedade; toda a sua superestrutura e administração devem estar em conformidade com a lei da razão universal. Não pode haver prescrição, por mais antiga que seja, capaz de substituir a lei da natureza e a dádiva do Deus Todo-Poderoso, que concedeu a homens e mulheres o direito de serem livres. Se todo príncipe desde Ninrode tivesse sido tirano, isso não seria uma prova do direito de tiranizar. Os administradores da autoridade legislativa e executiva, quando se aproximam da tirania, devem ser resistidos; se derem prova de que são incorrigíveis, devem ser depostos.”

14. “Sendo o primeiro princípio e o supremo alvo do governo prover para o melhor bem de todas as pessoas, isso pode ser feito apenas por um poder legislativo e executivo supremo, em última instância na mão do povo ou da comunidade inteira, onde Deus o colocou; mas as dificuldades inerentes de um congresso universal deram origem ao direito de representação. Essa transferência do poder do todo para alguns foi necessária; mas trazer os poderes de todos para as mãos de um ou alguns poucos, e torná-los hereditários, constitui a obra dos fracos e dos iníquos para sua própria vantagem. Somente a vida e a liberdade, e nada mais, são realmente herdáveis. O grande problema político é inventar a melhor combinação dos poderes de legislação e execução! Eles devem existir no Estado, assim como na rotação dos planetas; um poder os fixaria em direção a um centro, e o outro os conduziria indefinidamente; mas o primeiro e simples princípio é: A IGUALDADE E O PODER DO TODO.”

15. “Os colonos britânicos não mantêm suas liberdades ou suas terras por um mandato tão escorregadio quanto a vontade do príncipe. Os colonos são seres humanos, filhos comuns do mesmo Criador com seus irmãos da Grã-Bretanha. Os colonos são seres humanos: os colonos são, portanto, nascidos livres; pois, pela lei da natureza, todos, homens e mulheres, são nascidos livres, brancos ou negros. Nenhuma boa razão pode ser dada para escravizar pessoas de qualquer cor. É certo escravizar um homem porque sua cor é preta ou seu cabelo é curto e enrolado como lã, em vez de longo, conforme a antiga tradição cristã? É possível extrair qualquer inferência lógica a favor da escravidão de um nariz achatado ou de um rosto comprido ou curto? As riquezas das Índias Ocidentais, ou o luxo da metrópole, não devem ter peso para quebrar o equilíbrio entre verdade e justiça. A liberdade é um dom de Deus e não pode ser aniquilada.”

16. “Os direitos políticos e civis dos colonos britânicos também não se apoiam em uma carta patente da coroa. A antiga Magna Carta não foi o começo de todas as coisas, nem surgiu nas fronteiras do caos a partir da massa informe. Pode chegar um momento em que o Parlamento declarará nulas todas as cartas patentes americanas; mas os direitos naturais, inerentes e inseparáveis dos colonos, como homens e cidadãos, nunca podem ser abolidos. [...] O mundo está às vésperas da mais alta cena de poder e grandeza terrestres que já foram mostrados à hu-

manidade. Quem ganhará o prêmio, deixamos isso com Deus. Mas a natureza humana deve ser e será resgatada da escravidão geral que há tanto tempo triunfou sobre as raças” (*James Otis*).<sup>3</sup>

17. Assim falou um americano “por seu país e pela raça”, trazendo à “inteligência consciente do povo os princípios elementares do governo livre e dos direitos humanos”. Fora da teocracia de Israel, nunca houve um governante ou um executivo na Terra cuja autoridade não fosse, do início ao fim, de forma explícita ou permissiva, derivada do povo. Não é o poder de certos soberanos apenas que é ordenado por Deus, nem alguma forma particular de governo. *É o próprio governo, em sua essência, que é constituído por Deus.*

18. A ausência de governo é anarquia. Anarquia não passa de confusão governamental. As Escrituras, contudo, afirmam: “Deus não é de confusão” (1 Coríntios 14:33). Deus é o Deus da ordem. Ele ordenou a ordem e colocou dentro do próprio ser humano essa concepção de governo, de autoproteção, que é a primeira lei da natureza, e que se organiza de uma forma ou outra, onde quer que os homens habitem na face da Terra. É cabe aos próprios homens dizer qual será a forma de governo sob a qual habitarão. Um povo tem uma forma; outro tem outra. Essa índole para a ordem civil brota de Deus; não importa se é exercido por uma forma de governo ou por outra, o poder e a ordem do governo assim exercidos são instituídos por Deus. Se o povo optar por mudar sua forma de governo, ainda é o mesmo poder, e este deve ainda ser respeitado, porque, em seu exercício legítimo, ele ainda é ordenado por Deus.

19. Fica claro, portanto, que, onde a Declaração de Independência diz que os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados, ela afirma A VERDADE ETERNA DE DEUS.

20. A segunda grande ideia da Nova Ordem das Coisas, inaugurada na Revolução Americana – a de que o governo, por direito, é completamente separado da religião – representa a sequência lógica da primeira. Todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis.” O primeiro e maior de todos os direitos humanos é o direito religioso. A religião e a maneira de cumpri-la constituem o dever que cada pessoa deve ao seu Criador. O primeiro de todos os deveres é para com o Criador, pois a Ele devemos nossa existência. Portanto, o primeiro de todos os mandamentos, e o primeiro a existir, é o seguinte: “Ouve, ó Israel, o Senhor teu Deus é o único Senhor! Amarás, pois, o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, de todo a teu entendimento e de toda a tua força” (Marcos 12:29, 30).

21. Esse mandamento passou a existir assim que houve uma criatura inteligente no Universo; e continuará existindo enquanto houver uma criatura inteligente no Universo. A importância que esse mandamento tem sobre cada pessoa sempre será a mesma e nunca poderá ser modificada, em sentido algum, quer seja ela a *única* pessoa no Universo, ou uma a mais num Universo *repleto* de seres inteligentes. Pois assim que uma criatura inteligente passa a existir, ela deve sua existência ao Criador. E por dever a Ele sua existência, ela deve a Ele a primeira consideração em todos os aspectos secundários e possíveis da existência. Esta é a origem, esta é a natureza, esta é a medida do direito religioso.

<sup>3</sup> Citado em *History of the United States* de Bancroft, vol. 3, cap. 7, par. 14 a 21.

22. Então, será que os pais que lançaram as bases desta nação referentes aos direitos do povo, será que permitiram que esse direito, por sua importância e legitimidade inerentes, tivesse o lugar e a deferência entre os direitos humanos? Em outras palavras, será que o deixaram sagrado e intocado para ser exercido apenas entre o homem e seu Criador?

23. A lógica da Declaração exigia que assim o fizessem; pois a Declaração diz que os governos derivam “seus justos poderes *do consentimento dos governados*”. Os governos, então, tendo derivado seus justos poderes do consentimento dos governados, nunca podem, com legitimidade, exercer qualquer poder não delegado pelos governados. A religião tem a ver unicamente com a relação do homem para com Deus e com seu dever a Ele como Criador; portanto, por sua própria essência, nunca pode ser delegado.

24. É absolutamente impossível que qualquer pessoa, em qualquer grau, delegue ou transfira a outrem a relação ou o dever, ou o exercício dessa relação ou dever, que ela deve ao seu Criador. Qualquer tentativa nesse sentido significaria simplesmente negar a Deus e renunciar à religião, e mesmo assim a coisa não seria concretizada, pois, não importa o que ela fizesse, seu relacionamento e dever para com Deus ainda permaneceriam tão plenos e firmes como sempre.

25. Visto que os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados; visto que os governos não podem, com legitimidade, exercer qualquer poder não delegado; e visto que é impossível que uma pessoa, em qualquer grau, transfira a outrem qualquer autoridade em questões religiosas, segue-se de forma conclusiva que a Declaração de Independência exclui logicamente a religião, em todos os sentidos e em todas as formas, da jurisdição e da direção de qualquer forma de governo que possa resultar dessa Declaração.

26. Isso também é bíblico. Pois, em resposta à definição de que religião é “o reconhecimento de Deus como objeto de adoração, amor e obediência”, as Escrituras afirmam: “Como está escrito: Por minha vida, diz o Senhor, diante de Mim se dobrará todo joelho, e toda língua dará louvores a Deus. Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus” (Romanos 14:11, 12). Em resposta à afirmação de que a religião tem que ver com “o relacionamento pessoal de fé e obediência do ser humano para Deus”, as Escrituras declaram: “A fé que tens, tem-na *para ti mesmo* perante Deus” (Romanos 14:22). E em resposta à afirmação de que a religião corresponde “ao dever que devemos ao nosso Criador e à maneira de cumpri-lo”, as Escrituras dizem: “Porque importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo” (2 Coríntios 5:10). Nenhum governo pode prestar contas a Deus por qualquer indivíduo. Nenhum homem nem qualquer grupo de homens pode ter fé para o outro. Nenhum governo jamais estará diante do tribunal de Cristo para responder nem por si mesmo, muito menos pelo povo ou por qualquer indivíduo. Portanto, nenhum governo jamais pode, de forma legítima, assumir qualquer responsabilidade em qualquer questão religiosa.

27. Esta é a lógica da Declaração, bem como a verdade das Escrituras Sagradas. Mas será que os pais que criaram a nação reconheceram isso e agiram de acordo? Sim. E a história desse assunto segue em paralelo, passo a passo, com a história do assunto do estabelecimento dos direitos civis do povo na lei suprema. Essa história ocorreu exatamente na mesma época, exatamente no mesmo lugar e teve como atores os mesmos homens que fizeram a história des-

ses direitos; e o reconhecimento e a declaração desse direito tornou-se um adendo no mesmo local em que os outros foram inseridos e por intermédio dos mesmos expedientes. Sendo assim, é impossível que alguém, com o mínimo de respeito pelo trabalho desses nobres construtores ou pelos direitos do povo, descarte esse direito.

28. Vamos traçar, de forma resumida, a história desse direito no período do estabelecimento dos direitos do povo: como as outras séries de eventos, esse movimento começou na Virgínia. Enquanto a Virgínia ainda era colônia e estava sujeita à Grã-Bretanha, e enquanto a Igreja da Inglaterra era a igreja estabelecida da colônia, a Câmara dos Burgueses na colônia adotou, em 12 de junho de 1776, uma Declaração de Direitos, composta por 16 seções, cada uma das quais, em essência, posteriormente encontrou lugar na Declaração de Independência e na Constituição. A 16ª seção, em parte, diz o seguinte:

“A religião, ou a obrigação que devemos ao nosso Criador, e a maneira de cumpri-la podem ser guiadas apenas pela razão e convicção, não pela força ou violência; portanto, todos os homens têm o mesmo direito ao livre exercício da religião, de acordo com os ditames da consciência.”

29. Em 4 de julho seguinte, foi elaborada a Declaração de Independência, na qual, como já vimos, foi incorporado esse princípio na afirmação de que “os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados”. Essa é precisamente a compreensão que as pessoas tiveram sobre ela, e esse é exatamente o uso que se fez do princípio conforme apareceu na Declaração de Independência, assim que essa Declaração foi publicada para o mundo. Pois, logo que a Declaração foi publicada no exterior, o Presbitério de Hannover, na Virgínia, assumiu abertamente sua posição ao lado da nova e independente nação e, com os batistas e quakers, dirigiu a seguinte petição à Assembleia Geral da Virgínia:

À Honrada Assembleia Geral da Virgínia. A petição do Presbitério de Hanover vem humildemente expor que os peticionários, sob vossa jurisdição, são governados pelos mesmos sentimentos que inspiraram os Estados Unidos da América e estão determinados que nada em nosso poder e influência faltará para promover o sucesso de sua causa comum. Também gostaríamos de expressar que os dissidentes da Igreja da Inglaterra neste país sempre desejaram se comportar como membros pacíficos do governo civil, motivo pelo qual até agora se submeteram a várias obrigações e restrições eclesíásticas inconsistentes com a liberdade igualitária. Mas agora, quando as muitas e dolorosas opressões da nossa pátria mãe colocaram este continente sob a necessidade de rejeitar o jugo da tirania e formar governos independentes sobre fundamentos equitativos e liberais, muito nos agrada que seremos libertados de todos os fardos que ficaram entrelaçados na maioria dos outros sistemas políticos devido a um espírito de dominação, preconceito ou intolerância. Estamos imensamente motivados a esperar isso da Declaração de Direitos, tão universalmente aplaudida pela dignidade, firmeza e precisão com que ela delinea e assevera os privilégios da sociedade e as prerrogativas da natureza humana; e que adotamos como Magna Carta de nossa comunidade, que nunca pode ser violada sem pôr em risco a grande superestrutura para cuja sustentação a Declaração foi idealizada. Portanto, confiamos nessa Declaração, bem como na justiça de nossa honrada legislatura, para garantir-nos o livre exercício da religião, de acordo com os ditames de nossa própria consciência; e ficaríamos aquém do nosso dever para com nós mesmos e as muitas e inúmeras congregações sob nossos cuidados, se, nesta ocasião, deixássemos de apresentar diante dos

senhores uma declaração das injustiças religiosas sob as quais até agora trabalhamos, para que elas não continuem mais em nossa forma atual de governo.”

“É sabido que, nos condados fronteiriços, que julgamos apropriadamente abrigar uma quinta parte dos habitantes da Virgínia, os dissidentes suportam o pesado fardo de comprar terrenos para construção de igrejas e de sustentar o clero estabelecido, em lugares onde há muito poucos episcopais, quer para ajudar a arcar com as despesas, quer para colher os benefícios; e que em outras partes do país também há milhares de amigos e defensores zelosos de nosso Estado que, além das restrições desagradáveis e desvantajosas a que foram submetidos, pagam anualmente grandes impostos para apoiar uma igreja oficial da qual a consciência e princípios deles os obrigam a discordar; e tudo isso representa muitas violações evidentes de seus direitos naturais e, em suas consequências, uma restrição à liberdade de investigação e julgamento privado.”

“Nesta era iluminada, e em uma terra onde todas as denominações estão unidas nos esforços mais árduos em prol da liberdade, esperamos e desejamos que nossos representantes concordem alegremente em remover todos os tipos de servidão religiosa e civil. Certamente, todo argumento a favor da liberdade civil ganha força adicional quando aplicado à liberdade nas questões religiosas; e não há argumento a favor do estabelecimento<sup>4</sup> da religião cristã que não possa ser pleiteado, com igual propriedade, para o estabelecimento dos princípios de Maomé por aqueles que acreditam no Alcorão; ou, se isso não for verdade, é pelo menos impossível que o magistrado julgue o direito de preferência entre as várias facções que professam a fé cristã sem erguer uma reivindicação de infalibilidade, o que nos levaria de volta à Igreja de Roma.”

“Rogamos ainda que nos permitam expressar que estabelecimentos religiosos [religiões oficiais ou estatais] são altamente prejudiciais aos interesses temporais de qualquer comunidade. Sem insistir na ambição e nas práticas arbitrárias daqueles que são favorecidos pelo governo, ou no espírito de intriga e revolta que é comumente estimulado por esta ou por qualquer outro tipo de opressão, esses estabelecimentos [igrejas estatais] põem obstáculos à população e, conseqüentemente, ao progresso das artes, ciências e manufaturas. Observem o testemunho do rápido crescimento e melhoria das províncias do Norte em comparação com esta. Ninguém pode negar que as colonizações mais antigas e as muitas vantagens superiores de nossa região teriam convidado multidões de artífices, mecânicos e outros membros úteis da sociedade a fixar sua habitação entre nós, os quais permaneceram em sua terra natal, ou preferiam governos civis piores e um solo mais árido em que pudessem desfrutar mais plenamente dos direitos de consciência do que seria possível aqui. Isso nos leva a inferir que a Virgínia poderia ter sido agora a capital da América e estar em condições de competir com as armas britânicas, sem depender de outros para as necessidades da guerra, se não tivesse sido impedida pelo estabelecimento de uma religião oficial.”

“Nem se pode fazer parecer que o evangelho precisa de qualquer ajuda civil. Em vez disso, concebemos que, quando nosso bendito Salvador declara que Seu reino não é deste mundo, ele renuncia a toda a dependência do poder do Estado; e como Suas armas são espirituais e foram projetadas apenas para influenciar o julgamento e o coração dos homens, estamos convencidos de que, se a humanidade fosse deixada na posse tranquila de seus privilégios

---

<sup>4</sup> O termo “estabelecimento”, e suas modificações morfológicas, é a tradução literal da palavra inglesa *establishment*. A palavra se refere a qualquer igreja ou denominação religiosa oficialmente reconhecida por um governo, do qual recebe apoio financeiro ou político como instituição estadual ou nacional. O termo, portanto, refere-se ao conceito da união entre igreja e Estado (NT).



religiosos inalienáveis, o cristianismo, como nos dias dos apóstolos, continuaria a prevalecer e a florescer na maior pureza em virtude de sua própria excelência inerente e sob a providência de Deus, que tudo dispõe.”

“Nós também expressamos humildemente que os únicos objetivos apropriados do governo civil são a felicidade e a proteção dos homens no atual estado de existência, a segurança da vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos e o dever de restringir os maus e encorajar os virtuosos por leis saudáveis, estendendo-se igualmente a todo indivíduo; mas que a obrigação que devemos ao nosso Criador e a maneira de cumpri-la só podem ser determinadas pela razão e pela convicção, e não podem ser julgadas em nenhum outro lugar, exceto no tribunal do juiz universal.”

“Portanto, não pedimos nenhum estabelecimento eclesiástico [oficialização de uma religião pelo Estado] para nós mesmos; nem podemos aprová-lo quando concedido a outros. Isso, de fato, proporcionaria vantagens financeiras ou privilégios exclusivos ou parciais a um grupo de pessoas, sem nenhum serviço público especial, para a injúria e dano geral de todas as outras denominações. Assim, pelo motivo exposto, somos induzidos a rogar que todas as leis atualmente em vigor nesta comunidade que sustentam o domínio religioso sejam revogadas rapidamente; que todos os grupos religiosos sejam protegidos no exercício completo de seus vários modos de adoração; isentos de todos os impostos para o apoio de qualquer igreja, além do que possa ser aceitável por sua própria escolha particular ou obrigação voluntária. Assim sendo, toda distinção parcial e hostil será abolida, para grande honra e interesse do Estado, e cada um ficará de pé ou caíra de acordo com seu mérito, o que nunca pode acontecer enquanto alguma denominação for estabelecida em detrimento das demais.”

“Que o grande Soberano do Universo possa inspirar os senhores com unanimidade, sabedoria e resolução, e levá-los a uma justa determinação sobre todos os importantes assuntos diante dos senhores. Esta é a fervorosa oração de seus peticionários.”<sup>5</sup>

30. Os episcopais constituíam a igreja estabelecida da Virgínia e lá estavam desde a fundação da colônia. Era mais do que natural, portanto, esperar que os episcopais e os metodistas enviassem petições opostas, pedindo a continuidade do sistema de religião estabelecida. Mas isso não foi tudo. Os metodistas se uniram aos episcopais nesse projeto. Dois membros da assembleia, os senhores Pendleton e Nicolas, defendiam o estabelecimento [de religião estatal], e Jefferson defendia a causa da liberdade e do direito. Depois de quase dois meses do que Jefferson considerou a disputa mais severa em que esteve envolvido, a causa da liberdade prevaleceu, e, em 6 de dezembro de 1776, a Assembleia aprovou uma lei que revogava todas as leis e penalidades coloniais prejudiciais aos dissidentes, libertando-os de quaisquer contribuições compulsórias à Igreja Episcopal e descontinuando o apoio estatal ao clero episcopal após 1º de janeiro de 1777.

31. Foi então apresentada uma moção para cobrar um imposto geral para o apoio a “professores da religião cristã”, mas foi adiada para uma futura Assembleia. Para a Assembleia seguinte, foram enviadas petições solicitando a tributação geral. Mas o Presbitério de Hannover, contanto ainda com o forte apoio dos batistas e quakers, tinha em mãos uma petição que, além de se referir aos pontos apresentados anteriormente, ressaltava os seguintes pontos:

<sup>5</sup> *Religion in America* de Baird, livro 3, cap. 3, par. 9-16.

“Nós também expressamos humildemente que os únicos objetivos apropriados do governo civil são a felicidade e a proteção dos homens no atual estado de existência, a segurança da vida, a liberdade e a propriedade dos cidadãos e o dever de restringir os maus e encorajar os virtuosos por leis saudáveis, estendendo-se igualmente a todo indivíduo; mas que a obrigação que devemos ao nosso Criador e a maneira de cumpri-la só podem ser determinadas pela razão e pela convicção, e não podem ser julgadas em nenhum outro lugar, exceto no tribunal do juiz universal.”

“Para ilustrar e confirmar essas afirmações, pedimos permissão para observar que o julgamento próprio e o envolvimento no exercício da religião de acordo com os ditames de nossa própria consciência são direitos inalienáveis que, fundamentados nos princípios *sobre os quais o evangelho foi propagado pela primeira vez e na Reforma que nos libertou do papado e os levou adiante*, nunca podem ser transferidos para outro. A igreja de Cristo também não precisa de uma tributação geral para apoiá-la; e estamos muito certos de que isso não seria vantajoso, mas um prejuízo para a sociedade à qual pertencemos; e como todo bom cristão acredita que Cristo ordenou um sistema completo de leis para o governo de Seu reino, também estamos convencidos de que, por Sua providência, Ele o sustentará até sua consumação final. Na firme crença desse princípio, de que o reino de Cristo e os assuntos da religião estão além dos limites do controle civil, estaríamos exercendo um papel desonesto e inconsistente, caso recebêssemos emolumentos de estabelecimentos humanos para o sustento do evangelho.”

“Considerando essas coisas, esperamos ser desculpados por protestarmos contra uma tributação geral para qualquer finalidade religiosa. Conforme as máximas aceitas há muito tempo, todo servo deve obedecer a seu senhor, e o trabalhador é responsável por sua conduta perante aquele de quem recebe seu salário; da mesma maneira, se a legislatura tem alguma autoridade legítima sobre os ministros do evangelho no exercício de seu sagrado ofício, e se é seu dever cobrar uma manutenção para eles, então segue-se que ela pode reviver o antigo estabelecimento [religioso] em sua abrangência anterior, ou ordenar um novo em favor de qualquer partido que julgar apropriado; eles são investidos de um poder não apenas para determinar, mas cabe a eles declarar quem deve pregar, o que eles devem pregar, a quem, quando e em que lugares devem pregar; ou impor regulamentos e restrições às sociedades religiosas que julgarem convenientes. Essas consequências são tão claras que não podem ser negadas e são tão inteiramente destruidoras da liberdade religiosa, que, se ocorrerem na Virgínia, seríamos reduzidos à necessidade melancólica de falar com os apóstolos em casos semelhantes: ‘Antes importa obedecer a Deus do que aos homens’, e agir como eles agiram.”

“Portanto, por ser contrária aos nossos princípios e interesses e, como pensamos, destruidora da liberdade religiosa, novamente pedimos com todo zelo que nossa legislatura nunca exija de nós ou de nossas congregações sob nossos cuidados qualquer tributação para fins religiosos.”<sup>6</sup>

32. Em 1779, graças a essa petição e, mais ainda, “aos vigorosos esforços dos batistas”, o projeto de lei foi derrotado, depois de ter sido recomendado para a terceira leitura.

33. Ao mesmo tempo, em 1779, Jefferson preparou do próprio punho, e propôs para que fosse adotado “como parte do código revisado” da Virgínia, “Um Decreto para o Estabelecimento da Liberdade Religiosa”, que dizia:

<sup>6</sup> *Ibid.*, par. 21-23.

“Bem ciente de que Deus Todo-Poderoso criou a mente livre; que todas as tentativas de exercer influência sobre ela por meio de punições ou encargos temporais, ou por meio de restrições civis, tendem apenas a gerar hábitos de hipocrisia e mesquinhez e constituem um afastamento do plano do santo Autor de nossa religião, que, sendo o Senhor do corpo e mente, ainda assim escolheu não propagá-la sobre ambos por coerção, como poderia fazer em Sua autoridade todo-poderosa; que a presunção ímpia de legisladores e governantes, civis e eclesiásticos, os quais, sendo eles mesmos homens falíveis e não inspirados, assumiram domínio sobre a fé dos outros, estabelecendo suas próprias opiniões e modos de pensar como os únicos verdadeiros e infalíveis, e, como tais, esforçando-se por impô-los a outros, tem estabelecido e mantido religiões falsas na maior parte do mundo e por todos os tempos; que obrigar um indivíduo a fornecer contribuições em dinheiro para a propagação de opiniões que ele não acredita é pecaminoso e tirânico; que até mesmo forçá-lo a apoiar esse ou aquele mestre de sua própria crença religiosa significa privá-lo da liberdade confortável de dar suas contribuições ao pastor em particular cuja moral possa representar seu padrão e cuja influência ele sente ser mais propícia para persuadir à justiça, e significa também retirar do ministério as recompensas temporais que, procedentes de uma aprovação de sua conduta pessoal, constituem um incentivo adicional para trabalhos diligentes e incessantes em prol da instrução da humanidade; que nossos direitos civis não dependem de nossas opiniões religiosas, assim como não dependem de nossas opiniões em Física ou Geometria; que, portanto, proscrever qualquer cidadão como indigno da confiança do público, impondo-lhe uma restrição que o impeça de ser chamado para cargos de confiança e remuneráveis, a menos que professe ou renuncie a essa ou aquela opinião religiosa, significa privá-lo de forma injuriosa dos privilégios e vantagens a que, em comum com seus concidadãos, ele tem um direito natural; que tal postura também tende a corromper os princípios dessa mesma religião que foi alvo de incentivo, ao subornar, com o monopólio das honras e recompensas mundanas, aqueles que a professam externamente e se conformam a ela; que, de fato, são criminosos os que não resistem a tal tentação, mas também não são inocentes os que colocam a isca em seu caminho; que permitir que os poderes do magistrado civil se intrometam no campo da opinião e restrinjam a profissão ou a propagação de princípios, com o pressuposto de que sua tendência é maléfica, é uma falácia perigosa, que destrói imediatamente toda a liberdade religiosa, porque, sendo o magistrado, é claro, o juiz dessa tendência, ele fará de suas opiniões a regra do julgamento e aprovará ou condenará os pensamentos de outros apenas quando eles se alinharem com os seus ou deles diferirem; que há o momento apropriado, segundo os propósitos legítimos do governo civil, em que seus oficiais devem interferir, quando os princípios eclodem em ações manifestas contra a paz e a boa ordem; e, finalmente, que a verdade é grande e prevalecerá se deixada a si mesma; que ela é a antagonista adequada e suficiente do erro e não tem nada a temer quanto ao conflito, a menos que, por interposição humana, fique privada de suas armas naturais, o livre argumento e o debate; que os erros deixam de ser perigosos quando se permite contradizê-los com liberdade.”

*“Portanto, que seja promulgado pela Assembleia Geral que nenhuma pessoa será obrigada a frequentar ou apoiar qualquer culto religioso, lugar ou ministério, nem será forçada, impedida, molestada ou oprimida em seu corpo ou bens, nem estará sujeita a prestação de contas por causa de suas opiniões ou crenças religiosas; mas que todos os homens serão livres para*

professar e, por argumentos, manter suas opiniões em assuntos de religião, e que as mesmas de maneira alguma diminuirão, ampliarão ou afetarão suas prerrogativas civis.”

“E embora saibamos bem que esta Assembleia, eleita pelo povo apenas para os propósitos ordinários de legislação, não tem poder para restringir os atos de Assembleias subsequentes, constituídas com os poderes iguais aos nossos, e que, portanto, declarar este ato irrevogável não teria efeito legal, somos livres, contudo, para declarar, e de fato declaramos, que os direitos aqui declarados representam os direitos naturais da humanidade e que, se algum ato for adotado posteriormente para revogar o presente ou para restringir sua operação, tal ato será uma violação do direito natural.”<sup>7</sup>

34. Essa proposta de lei foi submetida a todo o povo da Virgínia para sua “ponderada reflexão” antes da votação na Assembleia Geral para ser promulgada como lei e parte do código revisado.

35. A partir de então, a disputa pela independência tornou-se a questão dominante, e esse movimento pelo estabelecimento da “religião cristã” foi obrigado a permanecer em suspenso até o fim da guerra. Na primeira oportunidade, no entanto, depois que a paz voltou ao país, o assunto foi novamente levado à Assembleia Geral da Virgínia, no outono de 1784, pelos peticionários, sob a liderança da “Igreja Episcopal Protestante”, para o estabelecimento de “uma provisão para professores da religião cristã”. “Suas petições, apoiadas por Patrick Henry, Harrison, então governador, Pendleton, o chanceler, Richard Henry Lee e muitos outros homens de destaque, alegaram uma deterioração da moral pública; e o remédio solicitado era uma tributação geral.”<sup>8</sup> Nessa altura, o clero presbiteriano deu uma guinada e “aceitou a medida, desde que respeitasse toda crença humana, até a ‘dos muçulmanos e dos hindus’” (*Ibid.*). O povo presbiteriano, no entanto, manteve-se firme ao princípio. Quanto aos batistas, como sempre *naqueles dias*, “tanto ministros quanto leigos”, mantiveram-se firmes ao princípio e “rejeitaram qualquer aliança com o Estado”.

36. No início da sessão, Patrick Henry apresentou uma resolução para permitir a apresentação de um projeto de acordo com os desejos dos peticionários. Jefferson estava fora do país como representante diplomático na França; mas seu projeto de lei intitulado “O Estabelecimento da Liberdade Religiosa”, submetido ao povo em 1779, ainda estava diante deles. Embora ausente, interessou-se ativamente na disputa, e sua pena se manteve ocupada. Seu lugar na Assembleia Geral foi ocupado com muita dignidade por Madison, como o líder na causa do direito religioso.

37. Madison declarou-se contra o projeto de lei afirmando que “o projeto de lei de tributação extrapola as funções da autoridade civil. A questão colocada para discussão pareceu ser esta: A religião é necessária? A verdadeira questão, porém, é: Os estabelecimentos [religiões estatais] são necessários para a religião? E a resposta é: Eles corrompem a religião. A dificuldade de prover a manutenção da religião é o resultado da guerra, a ser remediada por associações voluntárias para fins religiosos. No caso de um estatuto para o apoio da religião cristã, deverão os tribunais decidir o que é o cristianismo? E, como consequência, decidir o que é ortodoxia e o que é heresia? O apoio forçado da religião cristã desonra o cristianismo”.<sup>9</sup>

<sup>7</sup> *Ibid.*, par. 27, nota.

<sup>8</sup> *History of the Constitution*, vol. 1, p. 213.

<sup>9</sup> *Ibid.*, p. 214.

38. “No entanto, apesar de toda oposição, o projeto de lei foi aceito para consideração por 47 votos contra 32.” Assim, foi apresentado “Um Projeto de Lei para o Estabelecimento de uma Provisão para Professores da Religião Cristã”, que estipulava uma tributação geral de todos os bens tributáveis para a finalidade indicada; cada contribuinte deveria dizer a que denominação específica ele desejava que o imposto fosse direcionado; nos casos em que as pessoas se recusassem a nomear qualquer sociedade religiosa, todo o imposto recebido seria destinado para ajudar na manutenção das escolas nos respectivos condados dessas pessoas.

39. O projeto foi encaminhado com sucesso para a terceira leitura e não foi avante devido a uma moção para adiar o assunto até a próxima Assembleia Geral, para que, nesse meio-tempo, o projeto fosse impresso e distribuído para consideração do povo, que deveria assinalar sua vontade sobre o assunto na Assembleia seguinte, que agiria conformemente. “Assim, o povo da Virgínia tinha diante deles a possibilidade de escolher entre dois projetos: o código revisado para ‘O Estabelecimento da Liberdade Religiosa’ e o projeto dos clérigos desesperados em conseguir apoio para a religião por meio de uma tributação geral.” “Todo o estado, do mar às montanhas, e além delas, estava agitado com a discussão. Madison, em uma crítica dirigida ao Legislativo, incorporou *tudo o que poderia ser dito* contra a manutenção compulsória do cristianismo e em favor da liberdade religiosa como direito natural, como a glória do próprio cristianismo e como o método mais seguro de apoio à religião e a única maneira de produzir harmonia entre os vários grupos religiosos.”<sup>10</sup>

40. Esse nobre protesto, que “incorporava tudo o que poderia ser dito” sobre o assunto, deveria estar arraigado na mente do povo americano da atualidade; porque tudo o que se declarou nele precisa ser reiterado agora com ênfase redobrada. Esse documento magistral, que, em matéria de direito religioso, ocupa o mesmo lugar que a Declaração de Independência sobre a questão de direitos em geral, é aqui apresentado na íntegra, como segue:

“Nós, abaixo assinados, cidadãos da referida comunidade, tendo levado em consideração um projeto de lei impresso por ordem da última sessão da Assembleia Geral, intitulado “Projeto de Lei para o Estabelecimento de uma Provisão para Professores da Religião Cristã”, e percebendo que o mesmo, se finalmente armado com as sanções de uma lei, representará um perigoso abuso de poder, estamos comprometidos, como membros fiéis de um Estado livre, a protestar contra ele e a declarar as razões pelas quais estamos determinados. Nós protestamos contra a referida lei:”

“1. Porque consideramos ser uma verdade fundamental e inegável o fato ‘de que a religião, ou a obrigação que devemos ao nosso Criador e a maneira de cumpri-la só podem ser determinadas pela razão e pela convicção, e não pela força ou violência’. A religião, então, de todo homem deve ser deixada à convicção e consciência de cada um; e é direito de todo homem exercê-la como essas ditarem. Esse direito é, por natureza, um direito inalienável. É inalienável, porque as opiniões dos homens, dependendo apenas da evidência contemplada em suas próprias mentes, não podem seguir os ditames de outros homens. É inalienável, também, porque o que aqui é um direito para com os homens é um dever para com o Criador. É dever de todo homem prestar ao Criador tal homenagem e somente aquela que ele acredita ser aceitável para Ele. Esse dever antecede, tanto em ordem de tempo quanto em grau de obrigação, as reivindicações da sociedade civil. Antes que qualquer pessoa possa ser considerada membro da sociedade civil,

<sup>10</sup> *Ibid.*, p. 215.

deve ela ser considerada súdita do Governador do Universo; e se um membro da sociedade civil que ingressa em qualquer associação secundária deve sempre fazê-lo com a restrição de que tem seu dever para com a autoridade geral, muito mais todo homem ou mulher que se torna membro de qualquer sociedade civil em particular deve fazê-lo resguardando sua lealdade ao Soberano universal. Mantemos, portanto, que, em questões de religião, nenhum direito humano é cerceado pela instituição da sociedade civil e que a religião está totalmente fora de sua jurisdição. É verdade que não existe outra regra pela qual qualquer questão que venha a dividir uma sociedade possa ser determinada de modo definitivo além da vontade da maioria; mas também é verdade que a maioria pode vir a infringir os direitos da minoria.”

“2. Porque, se a religião está livre da autoridade da sociedade em geral, menos ainda poderá estar sujeita à do corpo legislativo. Este último nada mais é do que instrumento e vice-gerente da primeira. Sua jurisdição é derivada e limitada. É limitado em relação aos departamentos coordenados; mais necessariamente, é limitado em relação aos constituintes. A preservação de um governo livre exige não apenas que os limites e fronteiras que separam cada departamento de poder sejam invariavelmente mantidos, mas, de modo mais especial, que nenhum deles tenha a permissão de transpor a grande barreira que defende os direitos do povo. Os governantes culpados de tal invasão extrapolam o direito que lhes foi concedido e do qual derivam sua autoridade, e são tiranos. As pessoas que se submetem a ela são governadas por leis feitas nem por si mesmas nem por nenhuma autoridade derivada delas, sendo, portanto, escravas.”

“3. Porque é apropriado se alarmar diante do primeiro experimento sobre nossas liberdades. Consideramos que esse zelo prudente constitui o primeiro dever dos cidadãos e uma das mais nobres características da recente Revolução. Os homens livres da América não esperaram até que o poder usurpado se fortalecesse pelo exercício e entrelaçassem a questão em precedentes. Eles viram todas as consequências no princípio e evitaram as consequências negando o princípio. Reverenciamos muito essa lição para permitirmos que seja esquecida tão rápido. Quem não vê que a mesma autoridade que pode estabelecer o cristianismo, excluindo todas as outras religiões, pode estabelecer, com a mesma facilidade, qualquer grupo particular de cristãos, excluindo todos os outros? Que a mesma autoridade que pode forçar um cidadão a contribuir apenas com três centavos, de sua propriedade, para o apoio de qualquer estabelecimento [religioso], pode forçá-lo a se conformar com qualquer outro estabelecimento em qualquer outra situação?”

“4. Porque o projeto viola a igualdade que deve ser a base de toda lei, uma igualdade que se torna mais indispensável quanto maior for a suscetibilidade de impugnação da validade ou conveniência de qualquer lei. ‘Se todos os homens são por natureza igualmente livres e independentes’, todos os homens devem ser considerados como tendo condições iguais ao ingressarem na sociedade, sem renunciar a nenhum de seus direitos naturais e sem considerar um mais valioso que o outro. Acima de tudo, devem ser considerados como possuidores de um ‘direito igual ao livre exercício da religião, de acordo com os ditames da consciência’. Enquanto afirmamos para nós mesmos a liberdade de abraçar, professar e observar a religião que acreditamos ser de origem divina, não podemos negar uma liberdade igual àqueles cuja mente ainda não cedeu às evidências que nos convenceram. Se essa liberdade é abusada, é uma ofensa contra Deus, não contra o homem. A Deus, portanto, não ao homem, deve-se prestar conta disso. Assim como o projeto viola a igualdade, ao sujeitar alguns a encargos peculiares, também viola o mesmo princípio ao conceder a outros isenções especiais. Seriam os quakers e os menonitas os únicos grupos que consideram desnecessário e injustificável o apoio obrigatório de suas reli-

giões? Será que é somente a piedade deles que merece ter a proteção do culto público? Deveria a religião deles ser dotada, acima de todas as outras, de privilégios extraordinários que poderiam atrair prosélitos de todas as outras? Nossas opiniões são muito favoráveis quanto à honestidade e ao bom senso dessas denominações para acreditar que elas cobiçam preeminência sobre seus concidadãos, ou que estes serão persuadidos por elas devido à oposição geral à medida.”

“5. Porque o projeto implica que o magistrado civil é um juiz competente de verdades religiosas ou que ele pode empregar a religião como instrumento da política civil. A primeira opção é uma pretensão arrogante, provada falsa pelas opiniões contraditórias dos governantes em todas as eras e em todo o mundo; a segunda, uma perversão iníqua do meio de salvação.”

“6. Porque o estabelecimento proposto pelo projeto de lei não é necessário para o apoio da religião cristã. Dizer que é não passa de contradição com a própria religião cristã, pois cada página dela nega qualquer dependência dos poderes deste mundo. É uma contradição ao fato; pois sabe-se que essa religião passou a existir e floresceu não apenas sem o apoio das leis humanas, mas apesar de toda oposição delas; e não apenas durante o período de ajuda milagrosa, mas muito tempo depois que teve a permissão de prosseguir com seus próprios recursos, sob o cuidado constante da providência. Mais ainda, é uma contradição com suas próprias condições de existência; pois uma religião não inventada pela política humana deve ter existido e recebido sustentação antes de ser estabelecida pela política humana. Além disso, tal projeto enfraquece aqueles que professam essa religião uma confiança piedosa em sua excelência inata e na proteção de seu Autor; e, para aqueles que ainda a rejeitam, alimenta uma suspeita de que os adeptos dela estão muito conscientes de suas falácias para deixá-la existir por seus próprios méritos.”

“7. Porque a experiência testemunha que os estabelecimentos eclesiásticos, em vez de manter a pureza e a eficácia da religião, exercem ação contrária. Durante quase 15 séculos, o estabelecimento legal do cristianismo tem estado sob julgamento. Quais foram seus frutos? Em maior ou menor grau, em todos os lugares, orgulho e indolência no clero; ignorância e servidão nos leigos; em ambos, superstição, fanatismo e perseguição. Perguntem aos mestres do cristianismo pelas eras em que ele apareceu em seu maior brilho; os de todos os partidos apontam para o período anterior à sua incorporação à política civil. Ao se propor uma restauração desse estado primitivo, no qual seus mestres dependam da devoção voluntária de seus rebanhos, muitos dentre eles preveem a queda do cristianismo. De que lado o testemunho deles deveria ter maior peso? Quando a favor ou contra seus interesses próprios?”

“8. Porque o estabelecimento em questão não é necessário para o apoio do governo civil. Se for argumentado que é necessário para o apoio do governo civil pela simples razão de ser o governo um meio para o sustento da religião, e ficar evidenciado que ele não é necessário para este último propósito, conclui-se que não é necessário para o primeiro. Se a religião não está dentro da jurisdição do governo civil, como o estabelecimento legal dela pode ser necessário para o governo civil? Que influência, de fato, os estabelecimentos eclesiásticos tiveram na sociedade civil? Em alguns casos, eles foram vistos com que erigindo uma tirania espiritual sobre as ruínas da autoridade civil; em muitos casos, foram vistos defendendo os tronos da tirania política; em nenhum caso foram vistos como guardiões das liberdades do povo. Os governantes que desejavam subverter a liberdade pública podem ter encontrado no clero estabelecido auxiliares convenientes. Um governo justo, instituído para se proteger e se perpetuar, não precisa deles. Esse governo receberá melhor apoio ao proteger

todo cidadão para que desfrute sua religião da mesma forma que protege sua pessoa e sua propriedade, sem invadir os direitos igualitários de qualquer grupo religioso e sem permitir que outros grupos invadam os de outro.”

9. “Porque o estabelecimento proposto é um afastamento da política generosa que, oferecendo asilo aos perseguidos e oprimidos de todas as nações e religiões, assegurou um esplendor ao nosso país e o aumento do número de seus cidadãos. Que símbolo melancólico de repentina degeneração é este projeto de lei! Em vez de apresentar um asilo aos perseguidos, é um sinal de perseguição. Destitui da categoria igualitária de cidadãos todos aqueles cujas opiniões religiosas não se inclinam às da autoridade legislativa. Distante como possa estar, em sua forma atual, da Inquisição, difere dela apenas em grau. Este projeto representa o primeiro passo, ao passo que a Inquisição, o último na carreira da intolerância. O sofredor magnânimo desse flagelo cruel em regiões estrangeiras deve enxergar o projeto como um farol em nossa costa, advertindo-o a procurar outro refúgio, onde liberdade e filantropia, em sua extensão devida, possam oferecer um descanso mais certo de suas tribulações.”

10. “Porque terá uma tendência semelhante de banir nossos cidadãos. Os atrativos apresentados por outras situações estão diminuindo o número deles todos os dias. Acrescentar um motivo a mais para a emigração, revogando a liberdade de que agora gozam, seria a mesma espécie de loucura que desonrou e despovoou reinos florescentes.”

11. “Porque destruirá a moderação e a harmonia que a tolerância de nossas leis sobre interferência com a religião produziu entre seus vários segmentos. Torrentes de sangue foram derramadas no Velho Mundo em consequência de tentativas vãs do braço secular de extinguir a discórdia religiosa pela proibição de todas as diferenças de opinião religiosa. O tempo finalmente revelou o verdadeiro remédio. Verificou-se que todo afrouxamento de políticas estreitas e rigorosas, onde quer que tenha sido experimentado, atenua a doença. O teatro americano exibiu provas de que a liberdade igualitária e completa, se não a erradicar por completo, destrói suficientemente sua influência maligna na saúde e na prosperidade do Estado. Se com os efeitos salutareos desse sistema sob nossos próprios olhos, começarmos a restringir os limites da liberdade religiosa, não conhecemos um nome que poderá repreender com a devida severidade nossa loucura. Pelo menos que se considere o alerta que já foi dado pelos primeiros frutos da inovação ameaçadora. O próprio surgimento do projeto transformou “a tolerância, o amor e a caridade dos cristãos”, que nos últimos tempos prevaleceram mutuamente, em animosidades e suspeitas que não podem ser apaziguadas. Que danos temíveis nos aguardam se esse inimigo da paz pública for armado com a força da lei!”

12. “Porque a política do projeto é adversa à difusão da luz do cristianismo. O primeiro desejo daqueles que desfrutam desse dom precioso deve ser que ele seja transmitido a toda a raça humana. Comparem o número daqueles que já o receberam com o número ainda sob o domínio das falsas religiões, e não é um fato de que o número de cristãos é muito pequeno? A política do projeto de lei tende a diminuir a desproporção? Não. Ela de imediato desencoraja os que são estranhos à luz da revelação de entrarem na região onde ela brilha, além de estimular, pelo exemplo, as nações que continuam na escuridão a excluir aqueles que lhes poderiam transmiti-la. Em vez de aplainar, na medida do possível, todos os obstáculos ao vitorioso progresso da verdade, o projeto de lei, com uma timidez vil e anticristã, a cercaria com uma barreira de defesa contra as invasões do erro.”



13. “Porque as tentativas de impor, por meio de sanções legais, decretos odiosos a uma proporção tão grande de cidadãos tendem a enervar as leis em geral e a afrouxar os grupos da sociedade. Se é difícil executar uma lei que geralmente não é considerada necessária ou salutar, não será muito mais difícil se ela for considerada inválida e perigosa? E qual não será o efeito de um exemplo tão gritante de impotência no governo sobre sua autoridade geral?”

14. “Porque uma medida de magnitude e delicadeza tão singular não deve ser imposta sem a mais clara evidência de que é exigida pela maioria dos cidadãos; e ainda não foi proposto um método satisfatório pelo qual a voz da maioria nesse caso possa ser determinada ou sua influência assegurada. ‘As pessoas dos respectivos condados estão sendo, de fato, solicitadas a expressar sua opinião a respeito da adoção do projeto de lei na próxima sessão da Assembleia’. Mas a representação deve se tornar igual antes que a voz dos representantes ou dos condados seja a do povo. Nossa esperança é que ninguém dentre esses representantes, após a devida consideração, adote o princípio perigoso da lei. Se o evento nos decepcionar, ainda teremos a plena confiança de que um apelo justo ao povo reverterá a sentença contra nossas liberdades.”

15. “Porque, finalmente, ‘o direito igual de todo cidadão ao livre exercício de sua religião, de acordo com os ditames da consciência’, possui as mesmas garantias que todos os outros direitos. Se recorremos à sua origem, é igualmente um dom da natureza; se ponderamos sua importância, ele não pode ser menos estimado por nós; se consultarmos a declaração desses direitos, ‘que, para o bom povo de Virgínia, constituem a base e o fundamento do governo’, ele é enumerado com a mesma solenidade, ou melhor, com ênfase intencional. Portanto, ou devemos dizer que a vontade da legislatura é a única medida de sua autoridade e que, na plenitude dessa autoridade, eles podem eliminar todos os nossos direitos fundamentais, ou que são obrigados a deixar esse direito particular intocado e sagrado. Ou devemos dizer que eles podem controlar a liberdade de imprensa, podem abolir o julgamento por júri, podem engolir os poderes executivo e judiciário do Estado; mais ainda, que eles podem nos despojar de nosso direito de sufrágio e se constituir em uma assembleia independente e hereditária, ou devemos dizer que eles não têm autoridade para aprovar como lei o projeto de lei em consideração.”

16. “Nós, abaixo assinados, dizemos que a Assembleia Geral desta comunidade não tem essa autoridade. E, a fim de que nenhum esforço seja omitido de nossa parte contra uma usurpação tão perigosa, nos opomos a ela por meio deste protesto; e oramos sinceramente, como é nosso dever, que o Legislador supremo do Universo, iluminando aqueles a quem este documento se dirige, possa, por um lado, desviar seus conselhos de cada ato que afronte Sua santa prerrogativa, ou viole o encargo que lhes foi confiado; e, por outro, os guie em todas as medidas que possam ser dignas de Sua bênção, para que suas ações recebam o merecido louvor e Deus possa, assim, estabelecer com maior firmeza as liberdades, a prosperidade e a felicidade da comunidade.”<sup>11</sup>

41. Ao ser perguntado a Washington qual era sua opinião sobre a questão apresentada na disputa, ele respondeu que “os sentimentos de ninguém eram mais contrários a qualquer tipo de restrição aos princípios religiosos” do que os dele, e disse ainda: “Como o assunto está agora, gostaria que tal tributação nunca tivesse sido agitada; e, já que foi tão longe, que o projeto tenha uma morte fácil”.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> *American State Papers* de Blackley, p. 27-38.

<sup>12</sup> *History of the Constitution* de Bancroft, vol. 1, p. 215. O seguinte trecho das *Anecdotes of the Wesleys* é digno de menção neste contexto: “Martin Rodda era um pregador inglês na América durante a guerra e, intrometendo-se de forma imprudente com a política, expôs-se

42. O protesto anterior foi discutido de forma tão ampla e tão bem compreendido, e a vontade do povo sobre o assunto ficou tão clara e enfática, que, “quando a Assembleia Legislativa da Virgínia se reuniu, *ninguém estava disposto a apresentar o Projeto de Lei de Tributação; e nunca mais se ouviu falar dele*. Dos 117 artigos do código revisado que foram então relatados, *Madison selecionou para ação imediata* aquele que se relacionava à liberdade religiosa [páginas 586-588]. O povo da Virgínia o mantinha sob deliberação por seis anos. Em dezembro de 1785, ele foi aprovado pela Câmara por uma votação de *quase quatro a um*. As tentativas de emenda no Senado produziram apenas mudanças insignificantes no preâmbulo, e, em *16 de janeiro de 1786*, a Virgínia colocou entre seus estatutos *as próprias palavras do esboço original de Jefferson*, COM A ESPERANÇA DE QUE ELAS DURARASSEM PARA SEMPRE: ‘Nenhuma pessoa será obrigada a frequentar ou apoiar qualquer culto religioso, local ou ministério, nem sofrerá por causa de suas opiniões ou crenças religiosas; a opinião em questões religiosas de modo algum diminuirá, ampliará ou afetará as capacidades civis. Os direitos aqui declarados pertencem aos direitos naturais da humanidade.’”<sup>13</sup> A partir desse resultado abençoado, Madison exclamou alegremente: “Assim, na Virgínia, foi extinta para sempre a ambiciosa esperança de fazer leis para a mente humana”.

43. O efeito dessa notável disputa na Virgínia não poderia ficar restrito a esse Estado, e este não era o desejo daqueles que conduziram esse processo. Ficou entendido e planejado pelos que então e ali conduziram essa disputa pelo direito religioso que seus esforços deveriam estender a toda a humanidade essa bênção e esse direito natural. O benefício disso foi imediatamente sentido em todo o país; e “em todos os outros estados americanos estatutos opressivos sobre religião caíram em desuso e foram gradualmente rejeitados”. Esse estatuto da Virgínia é o modelo sobre o qual a cláusula concernente ao direito religioso foi fundada nas constituições de todos os estados da União até hoje. Em todos os casos, esse estatuto foi incorporado em sua essência, e muitas vezes com suas próprias palavras, nas constituições estaduais.

44. Isso não foi tudo. Também havia sido “previsto que ‘as auspiciosas consequências desse grande experimento [...] não se limitariam à América’. O estatuto da Virgínia, traduzido para o francês e para o italiano, foi amplamente divulgado na Europa. Uma parte do trabalho do ‘nobre exército de mártires’ estava concluída”. No entanto, o trabalho daqueles que conquistaram essa grande vitória não foi totalmente realizado naquele momento, mesmo em seus esforços diretos relacionados ao seu próprio país. Como vimos, essa vitória foi concluída em 16 de janeiro de 1786. Apenas um mês antes, em dezembro de 1785, a proposta feita por Maryland à Virgínia de convocar comissários de todos os Estados para considerar e “regulamentar restrições sobre o comércio como um todo” foi apresentada à própria legislatura que aprovou o “Projeto de Lei para o Estabelecimento da Liberdade Religiosa na Virgínia”. Essa proposta de Maryland criou a abertura, que Madison aproveitou de imediato para conduzir a um resultado exitoso o desejo de criar a nação pela formulação da Constituição dos Estados Unidos. E ao fazer avançar para um final feliz o desejo de criar um

---

ao descontentamento dos que estavam no poder. Em certo momento, foi levado ao general Washington, que perguntou quem ele era. Rodda disse que ele era um dos pregadores de John Wesley. ‘O senhor Wesley’, replicou Sua Excelência, ‘eu respeito, mas presumo que o senhor Wesley nunca o teria enviado à América para interferir em questões políticas, mas para pregar o evangelho ao povo. Agora vá e cuide do seu próprio trabalho e deixe a política em paz’ (Anecdote, Washington and Wesley, p. 119).

<sup>13</sup> *Ibid.*, 216.

poder nacional, foi levado adiante, e finalmente estabelecido na Constituição dos Estados Unidos, o mesmo princípio de direito religioso que havia sido estabelecido de forma tão triunfante no código da Virgínia. O direito religioso tornou-se um direito constitucional.

45. A única referência à religião na Constituição, elaborada pela convenção e submetida ao povo, está na declaração de que “nenhum teste religioso será exigido como qualificação para qualquer posição ou cargo público nos Estados Unidos”. Sendo o governo nacional um governo de poderes delegados, o fato de não haver qualquer menção ou referência ao assunto da religião na Constituição teria excluído totalmente essa questão da jurisdição do governo. E essa única menção que foi feita torna-se uma evidência clara e positiva de que os criadores da Constituição pretendiam excluir o assunto da religião da atenção do poder nacional. Assim as pessoas entenderam quando a Constituição foi submetida a eles para aprovação. E a garantia da “perfeita liberdade de consciência impediu que as diferenças religiosas interferissem no zelo por uma união mais próxima”.<sup>14</sup>

46. Como vimos, a disputa para o direito religioso na Virgínia em 1785-1786, tinha despertado um profundo interesse no assunto nos outros Estados, e quando o princípio desse direito natural triunfou na Virgínia, o efeito foi sentido em todos os outros estados. E quando a Constituição chegou aos outros estados com um claro reconhecimento do mesmo princípio, esta foi uma característica que promoveu imensamente a aprovação dela em todo o país.

47. Depois que cinco estados ratificaram a Constituição, “o país, desde o rio St. Croix, no Maine, até St. Mary’s, na Geórgia, concentrou sua atenção em Massachusetts, cuja decisão adversa envolveria inevitavelmente a derrota da Constituição”.<sup>15</sup> Massachusetts ratificou a Constituição e, *ao fazê-lo*, considerou essa mesma questão do direito religioso. Um membro da convenção se opôs à Constituição proposta por “não haver uma cláusula exigindo a adoção de alguma religião; um papista ou incrédulo é tão elegível quanto os cristãos”. Três membros lhe responderam afirmando que “nenhuma vantagem concebível para o todo resultaria de um teste”. Outro objetou que “seria um prazer para os Estados Unidos se nossos homens públicos fossem pessoas que tivessem boa reputação na igreja”. A isso foi respondido que “os tribunais humanos para a consciência humana são intromissões ímpias nas prerrogativas de Deus. Um teste religioso, como qualificação para cargos, teria sido uma grande mancha”. Mais uma vez, objetou-se que a ausência de um teste religioso “abriria a porta para o papado e a Inquisição”. E a isso foi respondido: “Na razão e nas Sagradas Escrituras, a religião é sempre uma questão entre Deus e os indivíduos; e, portanto, ninguém pode impor qualquer teste religioso sem invadir a prerrogativa fundamental do Senhor Jesus Cristo. Os ministros foram os primeiros a assumir esse poder sob o nome cristão; Constantino então aprovou a prática quando adotou o cristianismo como motor da política do Estado. E se pesquisarmos a história de todas as nações até a atualidade, veremos que a imposição de testes religiosos tem sido o maior mecanismo de tirania no mundo.”<sup>16</sup>

48. A ação de Massachusetts, por seu exemplo, garantiu a adoção da Constituição. Esse ponto específico do direito religioso foi discutido de modo especial nessa convenção. A decisão foi favorável à Constituição, no que se refere à separação entre religião e Estado. Portanto, é incontestável, com

<sup>14</sup> *History of the Constitution*, vol. 2, p. 239.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 258.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 263, 271; *American State Papers* de Blakely, p. 46.

base nesse único fato, se não houvesse outro, que era a intenção da Constituição e a intenção de seus idealizadores excluir totalmente a religião, em todos os aspectos, da atenção do governo geral.

49. No entanto, isso não é tudo. Na Convenção de Virgínia, objetou-se que a Constituição não garantia suficientemente o direito religioso, a que Madison, “o Pai da Constituição”, respondeu: “Não há o mínimo sequer de direito, por parte do governo geral, de se intrometer na religião. O mínimo de interferência nesse sentido seria uma usurpação muito flagrante. Posso apelar à minha conduta uniforme sobre esse assunto que tenho apoiado com entusiasmo a liberdade religiosa”.

50. Ainda não era tudo. *O povo dos Estados Unidos* não considerou isso suficiente. Conhecendo a tendência inevitável dos que estão no poder de se apaixonarem por ele e de se glorificarem, como se tivessem direito inerente ao poder, e assim afirmar um poder que de modo algum lhes pertence, o povo dos Estados Unidos não ficou satisfeito com o silêncio da carta nacional, nem ainda com essa evidência clara da intenção de excluir a religião da atenção do poder nacional. Eles exigiram disposições positivas que proibissem, com tantas palavras quanto fossem necessárias, o governo dos Estados Unidos de tocar na religião. Exigiram que fossem acrescentados à Constituição artigos da natureza de uma declaração de direitos, e que o direito religioso fosse declarado de forma específica.

51. Uma carta de Jefferson, escrita em Paris em 2 de fevereiro de 1788, conta toda a história até esse ponto. Portanto, a apresentamos aqui:

“CARO SENHOR: Fico feliz em saber, por cartas datadas até 20 de dezembro, que a nova Constituição será, sem dúvida, recebida por um número suficiente dos estados para fazê-la continuar. Se eu estivesse na América, eu a defenderia calorosamente até que nove a adotassem e, depois, assumiria o outro lado a fim de convencer os quatro restantes a não aceitá-la até que a declaração de direitos lhe fosse anexada; por esse meio, nós garantiríamos todas as vantagens dela e conseguiríamos uma oposição respeitável o suficiente para influenciar os estados aceitantes a oferecer uma declaração de direitos; essa seria a virada mais feliz de todo o empreendimento. Receio muito os efeitos da reelegibilidade perpétua do presidente, mas isso não é cogitado nos Estados Unidos, e, portanto, não tenho perspectiva de mudança desse artigo; contudo devo confessar que me surpreende constatar essa mudança nas opiniões de nossos compatriotas desde que os deixei: que três quartos deles se contentem em viver sob um sistema que delega aos governadores o poder de tirar deles o *juízo por júri* em casos civis, a LIBERDADE DE RELIGIÃO, a *liberdade de imprensa*, a liberdade de comércio, as leis de *habeas corpus* e de subjugar-los com um exército permanente. Isso é uma degeneração nos princípios de liberdade que, na minha previsão, ocorreria em quatro séculos em vez de quatro anos, mas espero que haja um retrocesso em tudo isso.”<sup>17</sup>

52. Para ver até que ponto essa carta explicou a situação, basta apenas ler as dez primeiras emendas à Constituição. Essas dez emendas constituíram a declaração de direitos que o povo exigiu que fossem acrescentadas à Constituição conforme foi originalmente formulada. O primeiro Congresso sob a Constituição se reuniu em 4 de março de 1789, e, em setembro do mesmo ano, essas dez emendas foram adotadas. E na primeira dessas disposições está a declaração da liberdade do direito religioso sob o governo dos Estados Unidos: “O Congresso não fará nenhuma lei concernente a um estabelecimento de religião ou proibindo o livre exercício dela”.

<sup>17</sup> *History of the Constitution* de Bancroft, vol. 2, p. 459, 460.

53. Assim, o povo dos Estados Unidos, em sua própria capacidade, fez com que a lei suprema da terra declarasse de modo positivo e explícito a exclusão total da religião de qualquer consideração por parte do governo nacional. Tampouco foi permitido que o assunto se mantivesse nessa questão, pois em 1797 o tratado com Trípoli foi feito e assinado pelo presidente Washington e aprovado pelo Senado dos Estados Unidos, declarando que “o governo dos Estados Unidos não está fundado em sentido algum sobre a religião cristã”. Sendo essa declaração parte essencial de um tratado “feito sob a autoridade dos Estados Unidos”, tornou-se, assim, parte relevante da “lei suprema da terra”.<sup>18</sup>

54. Essa é a história, o estabelecimento e a *supremacia perfeita* do direito religioso nos Estados Unidos. Assim, para o povo dos Estados Unidos e para o mundo, “a religião tornou-se declaradamente *o atributo do ser humano e não de uma corporação*”.<sup>19</sup> Assim foi expressa a vontade do povo americano de que *o governo dos Estados Unidos é, e de direito deve ser, LIVRE E INDEPENDENTE DE TODA CONEXÃO, INTERFERÊNCIA OU CONTROLE RELIGIOSO OU ECLESIASTICO*. É a prova é abundante e absolutamente conclusiva de que tudo foi intencional e motivado por total respeito ao cristianismo e aos direitos inalienáveis de homens e mulheres.

55. Muito tem-se falado – mas não em excesso – da sabedoria dos homens que deram ao mundo esse exemplo glorioso. No entanto, nesse aspecto em particular, seria colocar em dúvida o senso comum deles supor que eles poderiam ter feito o contrário. Eles tinham diante de si a história do mundo, pagã, papal e protestante, desde a cruz de Cristo até a Declaração de Independência; e com exceção do fraco exemplo de tolerância na Holanda e da liberdade religiosa em Rhode Island, durante todo o processo testemunhou-se um curso ininterrupto de sofrimento e tortura para os inocentes; de opressão, tumulto, derramamento de sangue e anarquia por parte dos culpados; e tudo como resultado da aliança entre religião e Estado. O processo mais simples de dedução lhes ensinaria que a tentativa de separação total entre os dois não poderia ser, como um todo, um experimento, pois seria impossível que qualquer sistema de governo, sem tal união, se mostrasse pior do que todos que até aquele momento haviam existido com essa união.

56. Nossos pais foram realmente sábios, dotados do mais proveitoso e do mais raro tipo de sabedoria – a sabedoria do senso comum. Com base em tudo o que estava diante deles, percebiam que o Estado dominando a religião e usando a religião para fins do Estado é a ideia pagã de governo; que a religião dominando o Estado e usando o poder civil para fins religiosos é a ideia papal de governo; que ambas as ideias tinham sido seguidas na história do protestantismo; portanto, decidiram se afastar de ambas e, por uma separação clara e distinta entre religião e Estado, estabelecer o governo dos Estados Unidos sobre A IDEIA CRISTÃ.

57. Por conseguinte, não podemos encerrar este capítulo de maneira mais adequada do que citando o nobre tributo prestado pelo historiador da Constituição dos Estados Unidos aos princípios daquele grandioso símbolo do governo humano, e “a obra mais maravilhosa já realizada em determinado momento pelo cérebro e propósito humano” (Gladstone): “Nos primeiros estados conhecidos da história, governo e religião eram um e indivisível. Cada estado tinha sua divindade especial, e muitas vezes esses protetores, um após o outro, podiam ser derrubados em

<sup>18</sup> Artigo 6o da Constituição, par. 2.

<sup>19</sup> *History of the United States* de Bancroft, vol. 2, p. 325.

batalha, para nunca mais se erguerem. A Guerra do Peloponeso surgiu de uma disputa sobre um oráculo. Roma, como algumas vezes adotava na cidadania aqueles a quem vencida, introduziu, da mesma maneira e com boa lógica para aquela época, o culto aos seus deuses”.

58. “Ninguém pensou em reivindicar a religião para a consciência do indivíduo, até que uma voz na Judeia, rompendo o dia para dar início à maior época da história, ao estabelecer uma religião pura, espiritual e universal para toda a humanidade, ordenou a dar a César somente aquilo que é de César. A regra foi mantida durante a infância do evangelho para todos os homens. Tão logo essa religião foi adotada pelo chefe do Império Romano, foi desprovida de seu caráter de universalidade e subjugada por uma conexão profana com o Estado profano; e assim continuou até que a nova nação – a menos poluída com as extravagâncias estéreis do século 18, a com maior número de adeptos do cristianismo entre qualquer povo daquela época, a principal herdeira da Reforma em suas formas mais puras –, quando chegou o momento de estabelecer um governo para os Estados Unidos, recusou-se a tratar a fé como uma questão a ser regulamentada por um órgão corporativo ou como uma instituição cuja autoridade estivesse em um monarca ou num Estado.”

59. “Reivindicando o direito da individualidade, mesmo na religião, e acima de tudo na religião, a nova nação ousou dar o exemplo de aceitar em suas relações com Deus o princípio divinamente ordenado por Deus primeiramente na Judeia. Deixou a administração das coisas temporais ao poder temporal; mas a Constituição americana, em harmonia com o povo dos vários estados, reteve do governo federal o poder de invadir a moradia da razão, a cidadela da consciência, o santuário da alma; e não por indiferença, mas para que o infinito Espírito da verdade eterna pudesse se mover em Sua liberdade, pureza e poder.”<sup>20</sup>

60. Assim, com “perfeita individualidade estendida à consciência”, a Constituição dos Estados Unidos, como se vê em sua redação, permanece como o único monumento de toda a história que representa o princípio que Cristo estabeleceu para o governo terrestre. E sob ela, em liberdade, civil e religiosa, em iluminação e em progresso, esta nação merecidamente permaneceu como o farol do mundo por mais de cem anos.”

---

<sup>20</sup> *History of the Formation of the Constitution* de Bancroft, livro 5, cap. 1, par. 10, 11.

## CAPÍTULO 27

# APOSTASIA NACIONAL

*Algo Extremamente Surpreendente – A Velha Ordem das Coisas – A Coligação Religiosa e Política está Pronta – A Reprodução da Teoria Papal – A União com o Papado – O Vínculo da União – O Congresso Legisla em favor da Religião – O Congresso Interpreta as Escrituras – Uma Reivindicação à Infalibilidade – O Ponto Central da Infalibilidade Papal – A Adoção Nacional do Princípio Papal – O Sinal da Salvação Papal – As Incursões do Papado – O Princípio Republicano Repudiado – A Constituição É Abandonada – Todo Princípio de Liberdade É Sacrificado – A Apostasia Nacional se Completa – “Que Façam uma Imagem” – A Imagem da Besta – O Papado Novamente Exaltado.*

**I**NFELIZMENTE, porém, esse esplêndido triunfo do princípio cristão exibido nesta nova nação, para toda a humanidade, não teve a permissão para continuar. Foi permitido reinar apenas cem anos, pervertendo-se então totalmente. Como o triunfo do cristianismo contra o Império Romano, o princípio nem bem havia alcançado sua maturidade e reconhecimento e já foi todo varrido; e a nação que Deus havia abençoado com essa grande luz e poderosa verdade voltou-se para uma trajetória de pura apostasia.

2. O primeiro passo nacional nessa apostasia foi dado em 29 de fevereiro de 1892, em uma decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos. No caso “O Pároco, Administradores Eclesiásticos, O Conselho Paroquial da Igreja da Santíssima Trindade, os queixosos em Erro, contra os Estados Unidos”, a Suprema Corte dos Estados Unidos, após extensa argumentação, citou extensivamente declarações de Fernando e Isabel ao enviarem Cristóvão Colombo e expressarem a esperança “de que, com a ajuda de Deus, alguns dos continentes e ilhas do oceano serão descobertos”, etc.; de “Elizabeth, pela graça de Deus rainha da Inglaterra, França, Irlanda, defensora da fé, etc.”, quando concedeu a Sir Walter Raleigh, em 1584, autoridade “para promulgar estatutos para o governo da colônia proposta, desde que ‘eles não sejam contrários à verdadeira fé cristã agora professada na Igreja da Inglaterra;’” dos puritanos da Nova Inglaterra e seu propósito expresso de se estabelecerem por meio de firme união num “corpo civil político” para promover a “glória de Deus e o avanço da fé cristã”; e das Constituições dos Estados que possuíam religiões estabelecidas e juramentos de teste religioso. A Corte misturou tudo isso com a Declaração de Independência e a Constituição dos Estados Unidos, como se tivesse o mesmo teor, e declarou:

“Não há dissonância nessas declarações. Há uma *linguagem universal* que permeia todas elas, tendo um único significado; elas afirmam e reafirmam que esta é uma nação religiosa. Não se trata de dizeres individuais, declarações de pessoas particulares; são *enunciados orgânicos*: expressam a voz de todo o povo.”<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Para ter acesso à deliberação completa e à sua discussão detalhada, ver “The Rights of the People”.

3. De acordo com essa interpretação, então, quando a Constituição dos Estados Unidos declara que “nenhum teste religioso *será* exigido como qualificação para qualquer posição ou cargo pública sob os Estados Unidos”, ela *quer dizer* que “nenhum teste religioso *deveria* jamais ser exigido [...] *além da crença na existência de Deus*”, “em um futuro estado de recompensas e punições”, da profissão de “fé em Deus, o Pai, e em Jesus Cristo, Seu único Filho, e no Espírito Santo, um único Deus, bendito para sempre; e do reconhecimento de que as Escrituras Sagradas do Antigo e do Novo Testamento foram dadas por inspiração divina”. É isso que as Constituições de Maryland, Mississipi e Delaware querem dizer claramente, e tais declarações são citadas como evidência pela Suprema Corte, que conclui que essas palavras e a Constituição dos Estados Unidos estão permeadas por uma “linguagem universal”, “tendo um único significado.” (!)

4. E quando a Constituição dos Estados Unidos declara que “O Congresso não fará nenhuma lei concernente a um estabelecimento de religião”, isso *quer dizer* que o Congresso “deverá, de tempos em tempos, autorizar e exigir que as várias cidades, paróquias, distritos e outros organismos políticos ou sociedades religiosas façam provisões adequadas, às suas próprias custas, para a instituição do culto público a Deus e para o apoio e manutenção de professores protestantes públicos de piedade, religião e moralidade, em todos os casos em que essas disposições não sejam feitas voluntariamente.” (!) Pois claramente é isso que quer dizer a Constituição de Massachusetts, que é citada pela Corte como evidência; e essa Corte declara que tanto a Constituição de Massachusetts quanto a dos Estados Unidos estão permeadas por uma “linguagem universal”, “tendo um único significado”. (!)

5. O fato de a Corte apresentar uma série de citações, cada uma das quais contemplando distintamente um estabelecimento de religião e a proibição de seu livre exercício, e depois citar essa cláusula da Constituição nacional, que em todos os aspectos e intenções proíbe absolutamente qualquer estabelecimento de religião e qualquer interferência no seu livre exercício; o fato de a Corte fazer tudo isso e declarar que “não há dissonância” nas declarações, que todas têm a mesma linguagem e “um único significado”, tudo isso constitui algo extremamente surpreendente.

6. Mais surpreendente ainda é o fato de que em todo o argumento e decisão da Corte, nenhuma palavra da história citada no capítulo anterior, que é a única história sobre o assunto, é citada nem sequer mencionada. De todo esse conjunto de fatos sobre a exclusão total da religião, e especificamente a religião cristã, que são os únicos fatos pertinentes à questão, nenhum item é mencionado, como se tal história ou fatos nunca tivessem existido.

7. A linguagem utilizada por Abraão Lincoln para caracterizar a posição do ministro Taney na decisão do caso de Dred Scott e a de Stephen A. Douglas em defendê-la é a linguagem mais adequada para se referir à posição da Suprema Corte nessa decisão de uma “nação cristã”, pois aqui as duas decisões são perfeitamente paralelas. Lincoln disse:

“Reputo como algo extraordinário o fato de um homem que tem ocupado um assento no plenário do Senado [ou no banco da Suprema Corte – A. T. J.] dos Estados Unidos [...], com a pretensão de apresentar a história verídica e precisa da questão da escravidão [ou da questão da relação entre a religião a nação – A. T. J.] neste país, ignorar completamente toda essa parte da nossa história – a mais importante de todas! Não é um espetáculo extraordinário que um homem se levante e peça qualquer confiança em suas declarações, enquanto põe de lado, como ele o faz, porções da história, exortando o povo a acreditar que se trata de



uma representação verdadeira e justa, quando a parte principal, o elemento controlador, de toda a história é cuidadosamente suprimida?”

“E agora ele pede à comunidade que acredite que os homens da Revolução eram a favor de seu ‘grande princípio’, quando temos a história nua de que eles mesmos lidaram com esse mesmo assunto ligado a seu princípio e repudiaram totalmente seu princípio e atuaram sobre fundamentos precisamente contrários. Isso é tão insolente e absurdo como se um promotor público se levantasse perante um júri e pedisse que este condenasse A como o assassino de B enquanto B ainda estivesse vivo diante deles.”

8. Mas a Corte não parou nem aqui. Tendo estabelecido “a religião cristã” para “todo o povo” e estabelecido todos os seus privilégios inerentes como dentro do escopo da Constituição, a Corte citou e sancionou a declaração da Suprema Corte da Pensilvânia de que “o cristianismo, o cristianismo geral, faz e sempre fez parte da lei comum, “e, em seguida, passou a sancionar também a doutrina de que é blasfêmia falar contra “a religião professada por quase toda a comunidade”, ou agir com desprezo por ela. Isso é feito citando a decisão pagã do “chanceler Kent, o grande comentarista de direito americano, falando como ministro da Suprema Corte de Nova York”, que “parte do princípio de que somos um povo cristão”.

9. Resta apenas mais uma coisa para cobrir todo o terreno da velha ordem das coisas, mas uma coisa a mais para completar a perfeita semelhança de todo o sistema papal, e trata-se da sanção direta e positiva de leis dominicais. Nem isso está faltando. A Corte na verdade faz das leis dominicais uma das provas de que “esta é uma nação cristã”. As palavras são as seguintes:

“Se passarmos além desses assuntos para uma visão da vida americana, expressa por suas leis, negócios, costumes e sociedade, encontraremos em todos os lugares um claro reconhecimento da mesma verdade. Entre outras questões, observem o seguinte: A forma de juramento geralmente prevalecente conclui com um apelo ao Todo-Poderoso; o costume de abrir sessões de todos os órgãos deliberativos e da maioria das convenções com oração; as palavras introdutórias de todos os testamentos: ‘Em nome de Deus, amém;’ *as leis relacionadas com a observância do sábado*<sup>2</sup> [domingo] com a cessação geral de todos os assuntos seculares e o fechamento de tribunais, legislaturas e outras assembleias públicas similares nesse dia. [...] *Esses e muitos outros assuntos que poderiam ser mencionados acrescentam um volume de declarações não oficiais à massa de enunciados orgânicos de que ESTA É UMA NAÇÃO CRISTÃ.*”

10. Será conveniente apresentar aqui, de forma resumida, toda a discussão apresentada pela Corte. Com base nas próprias palavras da Corte, a síntese da argumentação é esta:

<sup>2</sup> Existe em língua inglesa duas palavras que podem ser traduzidas como “sábado” em português. A primeira é *Saturday*, que é o nome secular para o sétimo dia da semana. A segunda é *Sabbath*, termo bíblico de origem hebraica que significa “descanso” e encontrado no quarto mandamento e no decorrer de todas as Escrituras. Essa palavra é usada apenas em contexto religioso. Na cultura anglo-americana, o termo *Sabbath* pode se referir tanto ao sábado do sétimo dia [*Saturday*] quanto ao domingo [*Sunday*], o primeiro dia da semana, dependendo da convicção religiosa e teológica de cada um. O leitor deve ficar atento, pois em vários momentos a palavra “sábado” – tradução do inglês “*Sabbath*” – é usada em citações neste livro para se referir ao domingo como dia de descanso, considerado pelo mundo protestante em geral como “o sábado cristão”. Para uma compreensão histórica e teológica de como o sábado do quarto mandamento passou a ser usado para se referir ao domingo, ver *História do Sábado e do Primeiro Dia da Semana* de J. N. Andrews, cap. 25. Adventist Pioneer Library – Editora dos Pioneiros –, 2018. [N.T.]

a) “O estabelecimento da religião cristã”, “cristianismo, cristianismo geral”, “é um dos propósitos de todos estes” documentos.

b) “Até a Constituição dos Estados Unidos [...] contém na primeira emenda uma declaração comum a “todos eles; pois “existe *uma linguagem universal* permeando *todos eles, tendo um único significado*; eles afirmam e reafirmam que esta é uma nação religiosa. [...] Trata-se de expressões orgânicas; elas expressam a voz de todo o povo.”

c) Conclusão: “Esta é uma nação cristã”.

11. “Em conformidade com essa opinião”, o que foi feito? “A religião cristã”, isto é, “o cristianismo, cristianismo geral”, é legalmente reconhecida e declarada a religião estabelecida desta nação e, conseqüentemente, “esta é uma nação cristã”. Com isso também, “em linguagem mais ou menos enfática”, justificam-se como parte do “significado” da Constituição dos Estados Unidos (1) a manutenção da disciplina das igrejas pelo poder civil; (2) a exigência do juramento religioso; (3) a exigência do juramento de teste religioso como qualificação para cargos públicos; (4) a tributação pública para o apoio à religião e aos professores de religião; (5) a exigência de uma crença na Trindade e na inspiração das “Sagradas Escrituras do Antigo e Novo Testamentos”; (6) a culpa de blasfêmia sobre todos que falarem contra a religião estabelecida ou agirem com desprezo para com ela; e (7) leis para a observância do domingo, com a cessação geral de todos os “negócios *seculares*”.

12. Agora, o que mais foi exigido pelo papado, e em todas as fases da velha ordem das coisas, que não se enquadra no significado da Constituição nacional por meio dessa decisão? O que mais foi exigido pelo próprio papado além de que “a religião cristã” deveria ser a religião nacional; que a disciplina da igreja deveria ser mantida pelo poder civil; que o juramento de teste religioso deveria ser aplicado a todos; que o povo deveria ser tributado para o apoio à religião e ao culto religioso; que deveria haver uma crença na doutrina da Trindade e na inspiração das “Escrituras Sagradas do Antigo e do Novo Testamento”; que a culpa de “blasfêmia” deveria recair sobre todos que falarem ou agirem “com desprezo para com a religião professada por quase toda a comunidade”; e que todos deveriam ser obrigados por lei a observar o domingo? De fato, o que mais do que isso poderia ser exigido ou mesmo desejado pelo despotismo religioso mais absoluto que se poderia imaginar?

13. Portanto, é pertinente indagar aqui: Essa decisão mantém a “nova ordem das coisas” à qual esta nação se encontra comprometida pelo grande selo dos Estados Unidos? Não, não, 20 vezes não. Pelo contrário, sanciona, restaura e fixa sobre esta nação a velha ordem de coisas de que nossos pais revolucionários esperavam que escapássemos para sempre, por meio de seus sublimes esforços, que culminaram na criação desta nação e na formação da Constituição nacional – conforme sua *redação* original e o significado que *eles* pretenderam dar a ela.

14. O que mais poderia ser feito para criar a própria imagem do papado nesta nação, do ponto de vista do *princípio* em si, além do que já foi realizado nessa decisão? Em *princípio* dizemos; não em ações positivas, é claro, porque a decisão em si, nesse ponto, não tem a força de um estatuto que possa se tornar obrigatório de imediato a todos pelo poder executivo do país, mas sanciona, de fato, e justifica de antemão toda e qualquer invasão que o poder religioso possa fazer sobre o civil e toda a legislação que o Congresso promulgar sobre religião ou observâncias religiosas. Assim, tal decisão faz com que a porta nacional se abra amplamente para que o elemento religioso entre e tome posse da maneira que escolher ou julgar eficaz. E encontra-se à

porta, pronto e determinado a entrar e tomar posse, a coligação político-religiosa mais forte que poderia ser formada na nação.

15. Portanto, dizemos que, embora não tenha sido comunicado, por meio dessa ação, *fôlego* a essa imagem, para que ela, por conta própria, possa falar e agir (Apocalipse 13:15), no que diz respeito, porém, à *criação* do mal e ao estabelecimento do seu *princípio*, a ação certamente já se concretizou. A árvore ainda não está com os galhos espalhados, produzindo frutos perniciosos, mas *a árvore está plantada*. E como é certo que os galhos e os frutos estão todos no tronco natural que é plantado, sendo apenas uma questão de tempo o aparecimento deles, é igualmente certo que os galhos espalhados e o fruto pernicioso da árvore adulta do despotismo religioso estão no tronco maligno da união da Igreja e do Estado, do “estabelecimento da religião cristã”, que foi plantado pela Suprema Corte nesta e para esta nação; e é apenas uma questão de tempo até que esses frutos apareçam de forma inevitável.

16. Afirmamos acima que, por essa decisão, a porta nacional se abriu amplamente para que o elemento religioso entre e tome posse da maneira que escolher ou julgar eficaz. E havia naquele momento, já preparado, e à espera de tal abertura da porta nacional, a maior coligação religiosa para fins políticos que poderia ser formada nos Estados Unidos. Por 29 anos, havia uma organização trabalhando nos Estados Unidos, com o objetivo definido e único de garantir reconhecimento governamental da religião. Essa era conhecida como Associação da Reforma Nacional, ou “Associação Nacional para Garantir a Emenda Religiosa da Constituição dos Estados Unidos”. O artigo 2º da constituição dessa associação, quando foi organizada, tem a seguinte redação:

“O objetivo desta sociedade será manter as características cristãs existentes no governo americano; promover as reformas necessárias na ação do governo no que diz respeito ao sábado [domingo], à instituição da família, ao elemento religioso na educação, ao juramento e à moralidade pública, afetada pelo tráfico de bebidas e outros males afins; e garantir uma emenda à Constituição dos Estados Unidos que declare a lealdade da nação a Jesus Cristo e sua aceitação das leis morais da religião cristã, indicando, assim, que esta é uma nação cristã e colocando todas as leis, instituições e usos cristãos de nosso governo em uma base legal inegável na lei fundamental do país.”<sup>3</sup>

17. De forma bem consistente, como aqueles que criaram o papado, eles teorizam de forma erudita sobre as duas “esferas” distintas do Estado e da igreja. Segundo a teoria, o Estado é em si uma entidade moral distinta do povo, possuindo uma individualidade e uma responsabilidade perante Deus. E, *em sua esfera*, deve ser religioso e servir a Deus, fazer, ao seu modo, com que todas as pessoas façam o mesmo e aplicar a lei moral a si mesmo e a todos os outros. Por outro lado, a igreja *em sua esfera* deve ser religiosa e servir a Deus, fazer, à sua maneira, com que todas as pessoas façam o mesmo e interpretar as Escrituras para si e para o Estado e para todos os outros. “O evangelista é um ministro de Deus para pregar, e o magistrado é um ministro de Deus para governar”; no entanto, ambos são ministros *no mesmo campo* – o campo da moral –, com a diferença importante, no entanto, de que o Estado deve “aplicar” o padrão da moral – as Escrituras – *como interpretadas pela igreja*: a própria doutrina de Gregório VII e Inocêncio III.

<sup>3</sup> Para uma história completa do movimento da Reforma Nacional, ver *As Duas Repúblicas*, capítulo 25.

18. Como definido por eles, a teoria é expressa no seguinte trecho de um discurso de D. McAllister, DD, na Convenção da Reforma Nacional de Washington, D.C., de 1º a 3 de abril de 1890. Ele disse:

“Agora, o que a Associação da Reforma Nacional diz? Ela diz: ‘Que a igreja cumpra seu dever dentro de seus próprios limites. Que seja traçada aqui a linha de demarcação; que as funções do Estado fiquem com o Estado – com o governo civil, a própria ordenança de Deus. *Que a igreja mantenha os princípios morais da lei de Deus* – a lei de Jesus Cristo, a única lei perfeita –, e *que o Estado aplique esses princípios morais* que pertencem à sua própria esfera de justiça e direito, em suas escolas e em qualquer outro lugar, e faça seu próprio trabalho, pois ele responderá ao próprio Deus, visto que ele é fruto da ordenação divina.’” [Aplausos]

19. O ponto é ainda mais plenamente expresso em um discurso de “Rev.” T. H. Tatlow em uma convenção em Sedalia, Missouri., 23 e 24 de maio de 1889, como segue:

“A essas suposições astutas e carnisais, o homem espiritual, firme no princípio cristão e na integridade de suas convicções, responde: A jurisdição de Deus sobre cada pessoa está antes e acima de todas as outras; e é sabiamente adaptada à existência inteira do ser humano em todos os seus relacionamentos diversificados, tanto no campo espiritual quanto secular. Essa jurisdição não é apenas universal, mas também especial, incluindo todas as instrumentalidades menores como partes da maior, pois todas as suas partes estão incluídas no todo. Deus deu ao ser humano, no mundo atual, uma vida dupla: uma parte espiritual e a outra parte secular; e as misturou de tal forma que a vida secular, que engloba o bem civil, social e terreno de homens e mulheres, está subordinada à sua vida espiritual e bem espiritual. *Portanto*, visto que a lei de Deus e o modo como Ele a administra se aplicam à vida espiritual do ser humano, ela também deve necessariamente se aplicar à vida civil, social e comercial das pessoas, como partes subordinadas de sua vida espiritual superior. Essa vida espiritual constitui, portanto, a vida fundamental, ou inerente, de cada indivíduo; e a lei de Deus, como expressão de Sua vontade em relação a essa vida dupla do ser humano, e conforme encontrada nos Dez Mandamentos, é a lei primordial da jurisdição de Deus sobre homens e mulheres, sendo, portanto, irrevogável.”

“Ao administrar esta lei primordial para o bem desta vida dupla do homem, Deus ordenou *dois instrumentos administrativos*, um deles a *igreja*, como o instrumento espiritual no campo da vida humana *espiritual*, e o outro *o Estado*, como Seu instrumento secular no reino da vida humana secular. E embora esses agentes sejam dois e não um, e sejam de natureza diversa e ocupem domínios separados e diversos de autoridade, *eles estão sujeitos à mesma lei* e são *ordenados com o objetivo* de ministrar para o bem do homem *por meio desta mesma e única lei*. O fato, portanto, é que o governo civil, qualquer que seja sua forma abstrata, como “ordenação de Deus”, e o governante civil, como “ministro de Deus”, estão igualmente sujeitos aos Dez Mandamentos. E não apenas estão sujeitos, mas são ministros de Deus ao homem para seu bem. Eles também são agentes de Deus para aplicar esses mandamentos para o bem das pessoas dentro da esfera da vida secular humana, sempre que os mandamentos tiverem aplicação secular. Admite-se que assim seja ao se aplicarem esses mandamentos ao assassinato, adultério, roubo e difamação; e eles também se aplicam, da mesma maneira, à adoração a Deus e à adoração no dia do sábado [*Sabbath*], sempre que esses aspectos estiverem na alçada do poder civil. Sendo assim, nem o *poder civil*, como “ordenação de Deus”, nem o *governante civil*, como “ministro de Deus”, dentro

de sua esfera especial, têm qualquer autoridade para anular qualquer um dos Dez Mandamentos, *seja por negligência em aplicá-los*, ou por indiferença à autoridade e reivindicações deles.” “Nesse momento, o partido da política civil protesta e denuncia que isso significa *unir a igreja com o Estado*. O cristão responde: *É de fato uma união, mas apenas no sentido de que duas jurisdições separadas, uma espiritual e primária, e a outra secular e secundária, exercem cada uma sua autoridade apropriada dentro de sua esfera individual para garantir um bem duplo à vida dupla de cada indivíduo. Essa união, portanto, é como a união do espiritual no ser humano, que age em conjunto com o corpo; o corpo se submetendo e mantendo-se submisso ao espiritual. É como a união da vida espiritual do homem agindo em conjunto com sua vida doméstica; todos os membros da família sendo amados menos que Cristo, e todos sujeitos às Suas reivindicações.*”

20. Vamos analisar essa argumentação: (a) o homem é composto de duas partes, espiritual e secular; (b) os Dez Mandamentos, por expressar todo o dever do homem para com Deus, são igualmente compostos de duas partes – o espiritual e o secular; (c) existem duas instrumentalidades empregadas para aplicar a natureza dupla dessa lei à natureza dupla do homem; essas duas agências são a igreja e o Estado; (d) durante todo o processo, o secular é subordinado e deve ser mantido em sujeição ao espiritual; (e) *portanto*, o Estado, como órgão secular e subordinado, deve ser “submetido” e mantido “submisso” à igreja, assim como o corpo, a parte secular do homem, deve ser submetido e mantido em sujeição à mente, a parte espiritual do homem.

21. Em perfeita concordância, portanto, com essa dedução lógica dos dois excertos anteriores, um dos secretários distritais mais antigos da Associação da Reforma Nacional, o “Rev.” J. M. Foster, no *Christian Cynosure*, de 17 de outubro de 1889, disse:

“De acordo com as Escrituras, o Estado e sua *esfera existem para o bem da igreja e para servir aos seus interesses.*” “O verdadeiro Estado terá um sábio respeito pelos interesses da igreja em *todos os seus procedimentos legislativos, executivos e judiciais.* [...] As despesas da igreja, ao realizar seu trabalho público e dinâmico, devem ser supridas, no todo ou em parte, pelo tesouro público. Assim, a igreja é protegida e exaltada pelo Estado.”

22. A partir dessas evidências, fica claro que a visão da Reforma Nacional sobre a relação entre a igreja e o Estado é idêntica ao antigo ponto de vista de Gregório VII e Inocêncio III. E toda a história e literatura do movimento mostram que o espírito, assim como os princípios, da Associação da Reforma Nacional são idênticos aos de Gregório VII e Inocêncio III. Isso por si só é evidência suficiente de que, se esse movimento da Reforma Nacional fosse bem-sucedido em seus objetivos para com o governo dos Estados Unidos, esse sucesso significaria o estabelecimento nos Estados Unidos da imagem viva do papado.

23. Essa era e é a natureza da Associação da Reforma Nacional. Esse movimento seguiu em frente, conquistando para suas fileiras, sucessivamente, a firme aliança da União Nacional da Temperança Cristã Feminina, do Partido Nacional da Proibição, da União Americana do Sábado, formada sob os auspícios da Associação Geral (1888) da Igreja Episcopal Metodista, que garantiu também a aprovação das Assembleias Gerais Presbiterianas (1888), tanto do Norte quanto do Sul; a Convenção Missionária Batista Doméstica; o Sínodo da Igreja Reformada; e a Assembleia Geral da Igreja Presbiteriana Unida. Com todo esse prestígio, a Associação da Reforma Nacional

concluiu sua trajetória de alianças, assegurando, naquele mesmo ano (1888), a aliança do próprio papado. Já em 1884, o órgão oficial da Associação da Reforma Nacional declarou:

“Sempre que eles [os católicos romanos] estiverem dispostos a cooperar para resistir ao progresso do ateísmo político, teremos o prazer em lhes dar as mãos.”

E quase como se fosse em resposta a isso, em sua Encíclica de 1885, o Papa Leão XIII dirigiu aos católicos em toda parte as seguintes palavras:

Exortamos todos os católicos que estão atentos aos assuntos públicos a participar ativamente de todos os assuntos e eleições municipais e a promover os princípios da igreja em todos os serviços públicos, reuniões e assembleias. Todos os católicos devem fazer-se sentir como elementos ativos na vida política cotidiana nos países onde vivem. *Eles devem penetrar sempre que possível na administração de assuntos civis*; devem constantemente exercer sua máxima vigilância e energia para impedir que o uso da liberdade ultrapasse os limites estabelecidos pela lei de Deus. *Todos os católicos devem fazer tudo o que estiver ao seu alcance para fazer com que as Constituições dos Estados e a legislação sejam modeladas segundo os princípios da verdadeira igreja*. Todos os escritores e jornalistas católicos nunca devem perder de vista, por um instante, as prescrições acima. Todos os católicos devem redobrar sua submissão à autoridade e unir todo o coração, alma, corpo e mente em defesa da igreja.”

24. Em maio de 1888, o senador dos Estados Unidos Henry W. Blair apresentou no Congresso uma resolução conjunta para emendar a Constituição Nacional, de modo a reconhecer a “religião cristã” e exigir o ensino dos princípios dessa religião em todas as escolas públicas do país; e também apresentou um projeto de lei para impor a observância do domingo como “o sábado” [*the Sabbath*], “o dia do Senhor”, “um dia de culto religioso” e “garantir ao povo o descanso do trabalho durante o primeiro dia da semana”, sua cultura mental e moral e a observância religiosa do dia de sábado.” Como tudo isso estava em completa harmonia com as instruções do papa a todos os católicos, e foi feito mediante solicitação direta da coligação da Reforma Nacional, tudo contribuiu para aproximar tanto os reformadores nacionais quanto o papado em uma união positiva e declarada.

25. Em novembro de 1888, a União Americana do Sábado tornou-se o poder predominante na aliança da Reforma Nacional e, em 1º de dezembro, o secretário de campo dessa organização enviou ao chefe do papado neste país – o cardeal Gibbons – uma carta pessoal solicitando que estendesse as mãos e se unisse a eles na petição ao Congresso para aprovar a promulgação de uma lei nacional para “promover” a observância do domingo “como dia de culto religioso”. O cardeal prontamente se declarou “muito feliz” em fazê-lo, na seguinte carta:

“RESIDÊNCIA DO CARDEAL, RUA N. CHARLES, 408,  
Baltimore, 4 de dezembro de 1888.”

“REV. E CARO SENHOR: Eu tenho que agradecer a sua estimada missiva do dia primeiro do corrente mês em referência à aprovação de uma lei pelo Congresso ‘contra o trabalho aos domingos no correio e serviço militar do governo’, etc.”

“Estou muito feliz em acrescentar meu nome aos milhões de outros que de forma louvável estão lutando contra a violação do sábado cristão mediante trabalho desnecessário e que estão se esforçando para promover sua observância conveniente e apropriada

por meio de legislação legítima. Como declarou o último Conselho Plenário de Baltimore, a devida observância do dia do Senhor contribui imensamente para a restrição do vício e da imoralidade, para a promoção da paz, religião e ordem social e certamente torna a nação alvo da bênção e proteção de uma Providência que tudo governa. Se a benevolência para os animais de carga determinava o descanso de um dia a cada semana sob a lei antiga, certamente a bondade para com o ser humano deveria ditar a mesma medida de descanso sob a nova lei.”

“Seu obediente servo em Cristo,”

“CARDEAL JAMES GIBBONS,”

“Arcebispo de Baltimore.”<sup>4</sup>

26. Assim permaneceu o assunto até 12 de novembro de 1889, quando o “Congresso de Leigos Católicos dos Estados Unidos” foi realizado em Baltimore, “para celebrar o 100º aniversário do estabelecimento da hierarquia americana”. Nesse congresso, houve um artigo lido pelo Sr. Manly B. Tello, editor do *Catholic Universe*, de Cleveland, Ohio, no qual foi dito:

“O que devemos procurar é um relacionamento amistoso com os cristãos protestantes que desejam santificar o domingo. [...] Podemos conquistar as massas protestantes para a reverência moderada do domingo católico.”

27. E o programa de ação adotado, como resultado das discussões no congresso, declarou o seguinte sobre esse ponto:

“Há muitas questões cristãs nas quais os católicos podem se reunir com os não católicos e moldar a legislação civil para o bem-estar público. Apesar da rejeição, da injustiça, e sem levar em conta o fanatismo, devemos procurar aliança com não católicos para a devida observância do domingo. Sem adotarmos o estilo do sábado judaico, podemos levar as massas à moderação do domingo cristão.”

28. Esse foi um dos “pontos” do programa de ação que foi “recebido com as maiores manifestações”; e as medidas foram todas adotadas “sem discussão” e “sem voz dissidente”. Como todos os trabalhos lidos no congresso, bem como o programa de ação, tiveram que passar pela inspeção da hierarquia antes de serem apresentados em público, essas declarações representam a expressão do papado em resposta oficial às propostas que os chamados teocratas protestantes há muito tempo vinham fazendo ao papado. Como era de se esperar, a decisão foi recebida por eles com muita satisfação. A União Americana do Sábado exclamou alegremente:

“O Congresso Nacional de Leigos Católicos Romanos, *depois de correspondência e conferência com a União Americana do Sábado*, aprovou sua famosa resolução em favor da cooperação com os protestantes na reforma em favor do sábado. [...] Isso não significa que o milênio será construído em um dia. Esta é apenas uma proposta de namoro, e as partes até agora têm se aproximado com timidez.”

29. E em um discurso sobre temperança (?) numa convenção de temperança na cidade de Nova York, relatada no *National Temperance Advocate*, em maio de 1891, o arcebispo Irland agradeceu a Deus o fato de “protestantes e católicos” “*estarem unidos em exigir a fiel observância do domingo*”. Quando uma união tão desejada como esta chega ao estágio do na-

<sup>4</sup> Audiência do Senado sobre o “Projeto de Lei Dominical”, p. 18.

moro, o casamento efetivo não pode estar muito distante. Sim, esse casamento certamente está chegando; e como todas as outras grandes características do papado, ele é contrário à natureza – uma mulher (igreja) se casando com outra para que ambas possam formar mais prontamente uma conexão adúltera com o Estado. E o fruto do relacionamento confuso será exatamente o que é retratado nas Escrituras: um monstro hediondo e indescritível, que respira perseguição e morte (Apocalipse 13:11-17).

30. Foi assim que os líderes do protestantismo professo nos Estados Unidos deram as mãos ao papado numa união cordial, com o único objetivo de criar neste governo uma ordem de coisas idêntica à que criou o papado no início. É muito apropriado, portanto, que o vínculo de união que os ligou nessa obra maléfica fosse exatamente o dia do Sol, por meio do qual o papado assegurou o controle do poder civil para obrigar aqueles que não pertenciam à igreja a se submeter aos ditames da igreja e agir como se pertencessem a ela. Foi por meio de leis dominicais que a igreja garantiu o controle do poder civil para promover seus fins quando o papado foi estabelecido.<sup>5</sup> É apropriado que o mesmo e idêntico meio seja empregado por um protestantismo apóstata para garantir o controle do poder civil, a fim de promover *seus* fins e obrigar aqueles que não pertencem à igreja a se submeter aos ditames da igreja e agir como aqueles que de fato pertencem à igreja. E como aquela conspiração do mal lá no passado deu origem ao papado, assim a conjuntura atual fará surgir a imagem viva do papado. Duas coisas que são tão parecidas em seu processo de formação certamente serão iguais quando estiverem criadas.

31. A intenção de Roma com essa negociação fica demonstrada em uma carta do cardeal Gibbons sobre o assunto da autoridade para a observância do domingo, escrita pouco antes da realização do “Congresso de Leigos Católicos”. Segue a carta escrita ao Sr. E. E. Franke, então de Pittsburg, agora da cidade de Nova York:

“RESIDÊNCIA DO CARDEAL,  
RUA NORTH CHARLES, 408, BALTIMORE, MD.,  
3 de outubro de 1889.”

“PREZADO SR. FRANKE: A pedido de Sua Eminência, o cardeal, escrevo para garantir que você está correto em sua afirmação de que os protestantes, ao observarem o domingo, não seguem a Bíblia, que eles tomam como única regra de prática, mas a *tradição* da igreja. Eu os desafio a me apontar a palavra ‘domingo’ na Bíblia; se não pode ser encontrada lá, e não pode ser, então não é a Bíblia que eles seguem neste exemplo particular, mas a tradição, e nisso eles se contradizem completamente.”

“A Igreja Católica mudou o dia de descanso do último para o primeiro dia da semana, porque a mais memorável das obras de Cristo foi realizada no domingo. Não é necessário que eu apresente qualquer prova elaborada do assunto. Eles não podem provar seu ponto de vista a partir das Escrituras; logo, se sinceros, devem reconhecer que tiram da tradição a observância do domingo e, portanto, se contradizem a cada semana.”

“Atenciosamente,  
M. A. REARDON.”

<sup>5</sup> *Great Empires of Prophecy*, cap. 32.



32. Isso mostra que é como *católico romano*, garantindo honra a uma instituição do papado, e, portanto, ao próprio papado, que o cardeal Gibbons endossou o movimento nacional de lei dominical; e que é como *católicos romanos*, fazendo a mesma coisa, que os leigos e a hierarquia da Igreja Católica nos Estados Unidos aceitaram a proposta da coligação do professo protestantismo para fins políticos e deram as mãos a essa união em seus objetivos para com as instituições do país. O cardeal entende o que ele está fazendo muito melhor do que as associações de legislação religiosa entendem o que estão fazendo. Além disso, o Cardeal entende o que eles estão fazendo muito melhor do que eles mesmos. Sua carta também mostra que aqueles que assinaram a petição por uma lei dominical, como fez o cardeal, estão honrando o papado, assim como o cardeal o faz.

33. Essa é a união político-religiosa que estava vigilante e à espera de qualquer tipo de abertura de porta em favor da religião por parte do governo, quando a Suprema Corte dos Estados Unidos declarou por unanimidade que a intenção da Constituição da Estados Unidos era afirmar que esta já era uma nação cristã. E o primeiro uso oriundo dessa decisão, fora das normas estritamente legais, foi quando, em abril de 1892, o presidente da União Americana do Sábado, então chefe de toda a coligação da Reforma Nacional, tomou essa decisão nas mãos e se colocou diante de comitês do Senado dos Estados Unidos e da Câmara dos Deputados, repetiu o “argumento” dessa decisão e exigiu o fechamento, no domingo, da Exposição Colombiana ou Feira Mundial, que se aproximava, mediante autoridade nacional, “porque esta é uma nação cristã”. E o Congresso se rendeu à demanda.

34. O processo oficial sobre a questão no Senado foi aberto da seguinte forma:

“*Sr. Cais*: Na página 122, linha 13, após a palavra ‘ato’, proponho que se insira ‘e que provisão foi tomada pela autoridade competente para o fechamento da Exposição no dia de sábado.’”

“As razões da alteração eu enviarei para a mesa para serem lidas. A secretária fará a gentileza de ler no Livro da Lei que estou enviando à mesa a parte entre parênteses.”

“*O vice-presidente*: A parte indicada será lida.”

“*A secretária* leu o seguinte:

“Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque, em seis dias, fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há e, ao sétimo dia, descansou; por isso, o Senhor abençoou o dia de sábado e o santificou.”<sup>6</sup>

35. O que foi dito acima é tudo o que foi dito ou feito em relação à questão naquele dia. No dia legislativo seguinte, no entanto, a questão foi retomada e discutida. O debate foi aberto pelo senador Manderson, de Nebraska, que usou a seguinte linguagem:

“A linguagem desta emenda é que a Exposição seja fechada no ‘dia de sábado’ [the Sabbath day].<sup>7</sup> Eu afirmo que, se o senador da Pensilvânia deseja que a Exposição seja fechada no domingo, essa linguagem não transmite necessariamente essa ideia [...]”

“A palavra ‘dia do sábado’ [Sabbath day] significa simplesmente que é um dia de descanso, e pode ser sábado [Saturday] ou domingo, e caberá àqueles que administrarão essa exposição

<sup>6</sup> *Congressional Record*, 10 de julho de 1892, p. 6614.

<sup>7</sup> Ver nota 2 deste capítulo sobre o uso da palavra *Sabbath* em língua inglesa.

decidir se devem fechá-la no último dia da semana, em conformidade com a observância feita pelos judeus e pelos batistas do sétimo dia, ou se devem fechá-la no primeiro dia da semana, geralmente conhecido como sábado cristão. Parece-me certo que esta emenda deve ser adotada pelo senador da Pensilvânia e, se ele propõe fechar esta exposição, que seja fechada no primeiro dia da semana, comumente chamado domingo [...].”

“Portanto, proponho uma emenda à emenda, que espero que seja aceita pelo senador da Pensilvânia, para eliminar as palavras ‘Exposição no dia de sábado’ e inserir ‘parte mecânica da Exposição no primeiro dia da semana, comumente chamado domingo’. [...]”

“*Sr. Quay*: Aceitarei a modificação no que diz respeito à fraseologia da emenda proposta por mim em relação à designação do dia da semana em que a Exposição será fechada.”

“*O vice-presidente*: O senador da Pensilvânia aceita a modificação em parte, mas não na íntegra. [...]”

“*Sr. Harris*: Peço que a emenda do senador da Pensilvânia, conforme modificada, seja relatada.”

“*O vice-presidente*: Ela será relatada novamente.”

“*O secretário-chefe*: Na página 122, linha 13, após a palavra “ato”, propõe-se alterar a emenda do comitê inserindo:

“E que provisão foi tomada pela autoridade competente para o fechamento da Exposição no primeiro dia da semana, comumente chamado domingo.”

36. Esta emenda foi posteriormente alterada pela inserção da cláusula de que os gerentes da Exposição deveriam assinar um acordo para fechar a Feira no domingo antes de receberem qualquer parte da verba; mas o que apresentamos é o ponto relevante da questão.

37. Tudo isso a Câmara confirmou com seu voto, aceitando as emendas do Senado. Além disso, a Câmara já havia, por sua vez, por 131 a 36 votos, decidido que o domingo é o “sábado cristão”; e por 149 a 11 votos que o sétimo dia não é o sábado. E assim o Congresso dos Estados Unidos, por ordem das igrejas, não apenas tomou partido em uma controvérsia religiosa, discutiu e decidiu uma questão religiosa, mas assumiu para si a prerrogativa de intérprete autorizado da lei divina.

38. A partir do registro oficial do processo, estes fatos ficam evidentes:

a) A lei divina foi oficialmente adotada, em suas próprias palavras, como contendo as “razões” e formando a base da legislação. Em outras palavras, o legislador propôs apenas aplicar a lei divina, conforme citado no Livro.

b) No entanto, aqueles a quem a legislação foi direcionada, e que deveriam executar suas disposições, não tiveram permissão de ler e interpretar a lei divina por si mesmos, pela simples razão de que havia uma possibilidade de que a entendessem literalmente, e da forma como foi de fato citada nos procedimentos oficiais, e fechasse a Exposição no dia claramente especificado na Palavra divina, citada como base e autoridade para as ações tomadas.

c) Portanto, para impedir qualquer possibilidade, o Congresso assumiu a prerrogativa de intérprete oficial e autorizado da lei divina e declarou que “o primeiro dia da semana, comumente chamado domingo”, é o sábado do quarto mandamento da lei divina; que “o primeiro dia da semana, comumente chamado domingo”, é o significado da palavra do Senhor que diz: “O sétimo dia é o sábado do Senhor, teu Deus”.

39. Os criadores da Constituição disseram que “impossível que o magistrado julgue o direito de preferência entre as várias denominações que professam a fé cristã sem erguer uma reivindicação

de infalibilidade, o que nos levaria de volta à Igreja de Roma”. Nesse registro, deve-se notar particularmente que o Congresso fez exatamente isso: condenou o direito de preferência entre os diferentes grupos que professam a fé cristã. Os batistas do sétimo dia e sua observância do sétimo dia como o sábado do mandamento citado foram definitivamente mencionados *em contraste* com aqueles que observam “o primeiro dia da semana, geralmente conhecido como o sábado cristão”, com referência ao mandamento citado. E a preferência foi julgada em favor deste último.

40. Ora, os batistas do sétimo dia constitui um grupo que professa a fé cristã. O mandamento original do sábado foi citado palavra por palavra nas Escrituras. As palavras desse mandamento, como estão nos procedimentos do Congresso, dizem que “o sétimo dia é o sábado”. Os batistas do sétimo dia, um grupo que professa a fé cristã, observam exatamente este dia – o sétimo dia – mencionado nas Escrituras citadas no *Registro*. Existem outras denominações adeptas da fé cristã que professam observar o sábado desse mesmo mandamento, guardando “o primeiro dia da semana, comumente chamado domingo”, razão pela qual esse dia é “geralmente conhecido como sábado cristão”.

41. Esses fatos eram conhecidos pelo Congresso e faziam parte do registro. Então, após essa declaração de fatos sobre a diferença entre as denominações que professam a fé cristã, no tocante à própria observância religiosa em discussão pelo Congresso, o Congresso deliberadamente e em termos definidos *julgou o direito de preferência* entre essas denominações que professam a fé cristã. O Congresso julgou o direito de preferência a favor dos grupos religiosos que observam “o primeiro dia da semana, geralmente conhecido como sábado cristão”, contra um grupo claramente denominado que observa o dia indicado no mandamento que o Congresso citou da Bíblia. Assim, o Congresso dos Estados Unidos fez exatamente o que os pais da nação declararam “impossível” fazer “sem erguer uma reivindicação de infalibilidade, o que nos levaria de volta à Igreja de Roma”.

42. Vamos seguir esse procedimento um ou dois passos adiante e ver como isso certamente leva a Roma. Pelo registro oficial, é tão claro quanto possível que o Congresso dos Estados Unidos, em sua capacidade oficial, se encarregou de interpretar as Escrituras. Por uma ação legislativa, colocou uma interpretação sobre o mandamento de Deus. O Congresso citou o mandamento textualmente, que, da parte de Deus, ordena a observância do dia do sábado e que definitivamente nomeia o dia – o sétimo dia – a ser observado. O Congresso declarou então que a palavra “dia de sábado” “significa” isso e aquilo, e que “pode ser” um dia ou outro, “sábado ou domingo”, e, depois disso, decidiu qual dia deveria ser, a saber, “o primeiro dia da semana, comumente chamado domingo.” A Palavra de Deus diz claramente que o dia do sábado, de acordo com o mandamento, já ficou no passado antes da chegada do primeiro dia da semana.<sup>8</sup> E, no entanto, o Congresso declara que o primeiro dia da semana é o próprio sábado! Trata-se aqui da mais evidente interpretação da Bíblia que já foi feita na Terra.

43. Seja o que for que os homens possam acreditar, ou o que os homens possam dizer sobre o certo ou o errado dessa questão, não há como negar o fato de que o Congresso se encarregou de interpretar a Escritura para o povo dos Estados Unidos. Isto é um fato. Já foi feito. *Então, onde está a diferença entre essa pretensão e a do papado?* O papado alega infalibilidade. Essa afirmação é uma consequência direta e lógica de sua afirmação de ter a prerrogativa de interpretar as

<sup>8</sup> Cf. Lucas 23:56; 24:1; Marcos 16:1 e 2.

Escrituras. O Congresso dos Estados Unidos também assumiu e exerce essa prerrogativa. Com o Congresso, tão certo como com o papado, a pretensão de ter essa prerrogativa traz consigo a afirmação da infalibilidade. Essa ação, por si só, colocou o Congresso diretamente no terreno papal.

44. Essa ação do Congresso, no entanto, representou simplesmente a formalidade legislativa que autorizava a interpretação já determinada pelo conchavo do “protestantismo”. Portanto, isso nada mais era do que o reconhecimento e o estabelecimento, pelo “protestantismo” nos Estados Unidos, de um tribunal humano encarregado da interpretação das Escrituras, com a aplicação autorizada dessa interpretação pelo poder governamental. Esse processo, portanto, colocou o “protestantismo” coligado do país completamente em terreno papal.

45. Se isso tivesse sido feito pelo papado; se ele tivesse dessa forma imposto sobre o Congresso a si mesmo e sua interpretação das Escrituras, e tivesse assim conseguido que suas noções religiosas fossem impressas na lei a ser imposta sobre o povo, não haveria surpresa nisso. Ao fazer isso, o papado teria agido apenas de acordo com seu próprio caráter original e cumprido seus princípios declarados. Mas o fato de o protestantismo professar fazer isso está em contradição positiva com todos os princípios que o termo protestantismo encerra com justiça.

46. Isso não é tudo. Essa prerrogativa papal de interpretar as Escrituras foi exercida pelo professante protestantismo e pelo Congresso dos Estados Unidos na mudança do sábado, ao colocar o domingo no lugar do sábado do Senhor, como está escrito no mandamento de Deus. E esse é precisamente o elemento – o próprio eixo – sobre o qual, contra os protestantes, gira o argumento da validade da alegação de infalibilidade por parte do papado.

47. O ponto supremo que marca a diferença entre o protestantismo e o papado é se a Bíblia, e somente a Bíblia, ou a Bíblia *e a tradição* constituem o verdadeiro padrão de fé e conduta. “A Bíblia, e somente a Bíblia” sintetiza a reivindicação do protestantismo. “A Bíblia *e a tradição*” constituem a reivindicação do catolicismo. E esse termo “tradição” no sistema católico não significa meramente antiguidade, “mas *inspiração contínua*”. E essa “inspiração contínua” é apenas outra forma de expressão para “infalibilidade”.

48. Essa questão sobre “a Bíblia e a tradição” só foi finalmente resolvida, *mesmo para o catolicismo*, no Concílio de Trento. Essa foi uma das questões principais desse concílio para diferenciar o protestantismo do catolicismo; e foi na definição de como a questão era entendida entre um grupo e outro que finalmente o assunto se firmou na própria Igreja Católica. A primeira questão sobre a fé que estava sendo julgada no concílio era a que envolvia esse assunto. Havia um partido forte no concílio, mesmo entre os católicos, que eram a favor de abandonar a tradição e adotar *as Escrituras apenas* como padrão de autoridade na fé e na conduta. Essa posição foi defendida no concílio de forma tão ampla e veemente que os legados do papa lhe escreveram que havia “uma forte tendência a deixar de lado a tradição e tornar as Escrituras o único padrão de apelação”.<sup>9</sup>

49. Tal posição, no entanto, certamente levaria o partido católico ao limiar de de uma admissão das reivindicações dos protestantes, e isso estava fora de cogitação. Essa crise, no entanto, forçou a parte ultracatólica do concílio a encontrar uma maneira de convencer os outros de que “as Escrituras *e a tradição*” eram a única base segura em que se sustentar. Embora dois decretos

<sup>9</sup> *Encyclopedia Britannica*, Concílio de Trento.

tivessem sido aprovados em 8 de abril de 1546, favorecendo a visão das “Escrituras e tradição”, isso não foi satisfatório. A questão continuava sendo recorrente no concílio; muitos dos que haviam sustentado os decretos estavam muito preocupados com isso.

50. Por conseguinte, temos o seguinte registro sobre o concílio:

“O concílio concordou por unanimidade com a opinião de Ambrósio Pelargo de que, sob hipótese alguma, deveria ser preparado um triunfo para que os protestantes pudessem dizer que o concílio havia condenado os ensinamentos da antiga igreja. Mas esse artifício causou problemas sem fim, sem fornecer uma garantia satisfatória. Na verdade, foi necessária, para esta crise, a “sagacidade quase divina” que o legado espanhol demonstrou ao sínodo, em 15 de março de 1562. [...]”

“Finalmente, na abertura da última sessão, em 18 de janeiro de 1562, todos os escrúpulos foram deixados de lado; o arcebispo de Reggio fez um discurso, no qual declarou abertamente que a tradição era superior à Bíblia. Essa era a única razão pela qual a autoridade da igreja não podia estar vinculada à autoridade das Escrituras; porque a primeira havia mudado o sábado para o domingo – não pelo mandamento de Cristo, mas apenas por sua própria autoridade. Isso destruiu o último fantasma, e foi declarado que a tradição significava não tanto antiguidade, mas inspiração contínua.”<sup>10</sup>

51. Essa parte específica do discurso do arcebispo foi a seguinte:

“A condição dos hereges hoje em dia é tal que eles não apelam a nada mais do que a isso [a Bíblia e a Bíblia apenas; as Escrituras, como se encontram na Palavra escrita, o único padrão de fé e conduta], para derrubar a igreja sob o pretexto de seguir a Palavra de Deus; como se a igreja – o corpo – estivesse em conflito com a palavra de Cristo; ou como se a cabeça pudesse estar contra o corpo. De fato, a própria autoridade da igreja é acima de tudo glorificada pelas Escrituras Sagradas; pois enquanto, por um lado, a igreja recomenda a Palavra de Deus, declarando-a divina e apresentando-a para ser lida, explicando pontos obscuros e condenando fielmente tudo o que é contrário a ela, por outro lado, *pela mesma autoridade, a igreja, os preceitos legais do Senhor, contidos nas Sagradas Escrituras, cessaram. O sábado, o dia mais glorioso na lei, foi incorporado no dia do Senhor. [...] Este dia e instituições similares não cessaram em consequência da pregação de Cristo (pois Ele diz que não veio para destruir a lei, mas para cumpri-la); mas eles foram mudados, e isso unicamente pela autoridade da igreja. Agora, se essa autoridade fosse eliminada (o que agradaria muito aos hereges), quem haveria para testemunhar a verdade e confundir a obstinação dos hereges?*”<sup>11</sup>

52. Não havia como fugir disso; pois a própria confissão de fé dos protestantes – a Confissão de Augsburg, em 1530 – havia admitido claramente que “a observância do dia do Senhor” havia sido designada apenas pela “igreja”. Como o Dr. Holtzmann diz, esse argumento “destruiu o último fantasma”, porque ficou claro que, ao observar o domingo com base na ordenação da igreja, no lugar do sábado que está no mandamento escrito do próprio Senhor, os próprios protestantes mantinham, não “a Bíblia e somente a Bíblia”, mas a Bíblia e a tradição, com a tradição *acima da Bíblia*. Por esse fato e por esse argumento, as mentes inquietas do concílio ficaram completamente tranquilas, e a questão relacionada com “a Bíblia e somente a Bíblia” ou “a Bíblia e a tradição” foi finalmente resolvida na Igreja Católica.

<sup>10</sup> *Kanon and Tradition* de Holtzmann, p. 263.

<sup>11</sup> *Ibid.*

53. Portanto, a posição papal é construída assim: (a) a Escritura e a tradição constituem a fé do papado; (b) tradição significa “inspiração contínua”; (c) inspiração contínua significa infalibilidade em questões de fé e conduta; (d) e essa infalibilidade é demonstrada no fato de ela ter substituído o sábado do mandamento escrito pelo domingo, *uma mudança que os próprios protestantes endossam*.

54. O fato, portanto, é que a substituição do sábado pelo domingo é o ponto central que sustenta a validade do argumento contra os protestantes e em favor da infalibilidade do papado. Isso mostra como o protestantismo e o Congresso dos Estados Unidos se colocaram no terreno papal em sua primeira experiência de prerrogativa de intérprete autorizado das Escrituras. Eles fizeram isso exatamente à semelhança do papado, substituindo o sábado do mandamento escrito do Senhor pelo domingo.

55. Ao submeter-se aos ditames das igrejas e tornar-se o porta-voz oficial e autorizado das definições e interpretações teológicas da lei divina, como o Congresso confessou ter feito, o Congresso e os Estados Unidos entregaram o governo dos Estados Unidos nas mãos da coligação das igrejas. Um contundente escritor americano afirmou há muito tempo o seguinte princípio: “Permitir que uma igreja – qualquer igreja – [...] dite, de antemão, que leis devem ou não ser aprovadas seria privar as pessoas de toda a autoridade que possuem em mãos e tornar essa igreja o poder dominante, e não eles.”<sup>12</sup>

56. Foi exatamente isso o que foi feito na legislação dominical do 52º Congresso. As igrejas “evangélicas” em conjunto se uniram à Igreja Católica, como um corpo unido nessa questão, ditaram sob ameaças que essa lei deveria ser aprovada. O Congresso permitiu isso e cedeu a essa pressão e, ao fazê-lo, privou o povo da autoridade governamental que eles haviam retido em suas próprias mãos pela Declaração e pela Constituição, tornando as igrejas o poder dominante no governo e não o povo. “O governo do povo, pelo povo e para o povo” foi abandonado, e em seu lugar foi sancionada a *sujeição do povo* pelas igrejas e para as igrejas. E desde esse dia as igrejas têm agido de acordo com esse princípio.

57. E sob a noção equivocada de que ele tinha o compromisso de manter o *governo* dos Estados Unidos, em vez da *Constituição dos Estados Unidos*, o então presidente dos Estados Unidos aprovou esse procedimento inconstitucional por parte do Congresso.<sup>13</sup>

58. Isso foi o que o professo protestantismo do país fez com base na decisão de os Estados Unidos serem uma “nação cristã” e como aplicação prática do princípio. No decorrer de todo esse assunto, quando qualquer dúvida ou oposição era apresentada, eles nunca deixavam

<sup>12</sup> Richard W. Thompson, *The Papacy and the Civil Power*, p. 45

<sup>13</sup> Isso é um fato. Em uma entrevista pessoal com o autor deste livro, a única razão que ele deu para aprovar essa legislação foi que ela fazia “parte do projeto de lei de verbas para as despesas correntes do governo; caso reprovasse esse ponto, ele teria que reprová-lo todo o projeto de lei; e se isso fosse feito, toda a máquina governamental teria que parar, e o governo como um todo ficaria paralisado”. Admitiu também que, se essa legislação dominical tivesse chegado diante dele separada de outra legislação, e fosse assim considerada apenas por seus méritos, o resultado poderia ser diferente. Isso nada mais era do que argumentar que ele era responsável pela manutenção do governo. Mas isso foi um erro completo. A manutenção do governo recai inteiramente sobre o Congresso. E se o presidente viesse a vetar um projeto de lei geral de verbas por causa de determinada legislação inconstitucional atrelada a ele; e se, em consequência, todo o governo ficasse paralisado, ele não seria mais responsável por isso do que qualquer cidadão comum. O pressuposto do presidente Harrison, portanto, estava totalmente equivocado, e seu argumento totalmente irrelevante.

de expressar os méritos da decisão da Suprema Corte, e isso era palavra final e resolvia todas as questões. O principal jornal metodista do país, o *Christian Advocate* de Nova York, ao se referir à discussão da questão no Congresso, disse:

“Todas as declarações sobre esse assunto estavam em harmonia com uma decisão recente da Suprema Corte dos Estados Unidos, *segundo a qual deveria ser considerado para sempre como um princípio estabelecido o fato de que esta é uma nação cristã.*”

59. Assim, no ano de 1892, o governo dos Estados Unidos, por atos oficiais específicos dos três departamentos – o judiciário, o legislativo e o executivo – que formam esse governo, desviou-se da “Nova Ordem de Coisas” à qual os pais revolucionários o haviam submetido e sob a qual permanece comprometido mediante o Grande Selo do próprio governo, sendo lançado de volta à maré maligna da velha ordem das coisas. Assim, todo princípio de sua constituição como governo protestante foi repudiado. E, assim, esta nação iluminada, o exemplo e a glória do mundo, assumiu o lugar e as prerrogativas dos governos da Idade Média ao incorporar na lei os dogmas e definições dos teólogos e executar a vontade arbitrária e despótica da igreja.

60. Há outro resultado, ou melhor, outra fase do mesmo resultado, que apareceu imediatamente após essa ação do professo protestantismo dos Estados Unidos, a saber: os avanços ousados e rápidos do papado para tirar proveito daquilo que foi feito e, com isso, tomar posse do próprio país. De fato, ninguém deveria se surpreender com isso; era apenas o esperado. Pois quando o professo protestantismo do país, para cumprir seu propósito iníquo de ganhar o controle do poder nacional, alegremente uniu as mãos ao mistério da iniquidade, o que mais poderia se esperar além de sua reivindicação sobre todos os “benefícios” derivados da própria operação e pressionar os princípios envolvidos até o limite máximo de sua lógica para sua própria vantagem?

61. O objetivo e o propósito da coligação da Reforma Nacional são idênticos ao objetivo e ao propósito do papado. Foi, portanto, com grande alegria que Roma ouviu a declaração da Suprema Corte dos Estados Unidos de que “esta é uma nação cristã”, com a citação de documentos católicos para provar isso, e viu o Congresso estabelecer o sinal de sua autoridade – o domingo – como o dia sagrado da nação em exclusão expressa do sábado do Senhor. Foi com satisfação suprema que ela viu o sinal de sua própria salvação sendo estabelecido nos Estados Unidos por um ato nacional como símbolo da salvação da nação.<sup>14</sup> Em oposição ao movimento

<sup>14</sup> O fato de que era para a salvação da nação foi expresso de forma categórica no Senado. O senador Hawley disse: “Neste exato dia e nesta hora, eu não teria, em favor da riqueza de dez exposições, sobre os meus ombros a responsabilidade de ter decidido erroneamente sobre o que pode ser um ponto de virada na história dos Estados Unidos. Abram a Exposição no domingo, e as comportas se abrirão. [...] Peço que vocês considerem o que é de importância imensurável na *salvação de uma nação*, o grande e profundo senso da obrigação religiosa” (*Congressional Record*, 12 de julho de 1892, p. 6699 e 6700). O senador Colquitt disse: “Sem legislação relacionada às grandes disputas ocorrendo neste país, sem a interferência de baionetas, sem a convocação da milícia, sem a organização de forças armadas, se há um paliativo, se há alguma medida preventiva, se há algum tipo de controle, se há um remédio que curará todos esses elementos discordantes de conflito e derramamento de sangue, *trata-se da observância do dia de sábado* e igualmente da observância das restrições de nosso lar” (*Ibid.*, 13 de julho de 1892, p. 6755). O senador Frye disse: “Acredito que a *salvação deste país* depende de quão próximo ela se chegar do sábado dos primeiros dias. De tempos em tempos, nos desviamos dele, fugindo dele. Quanto mais cedo voltarmos a ele, melhor será para esta república” (*Ibid.*, 12 de julho de 1892, p. 6703). Vale ressaltar aqui algo impressionante relacionado com o discurso do senador COLQUITT: ao passo que o domingo tenha sido criado para salvar a nação da “interferência de baionetas”, etc., uma das primeiras coisas que os líderes

de Reforma Nacional, havia sido dito aos reformadores nacionais e a todo o povo, repetidas vezes, que em todos os seus esforços e argumentos eles estavam dando vantagens a Roma; e que o sucesso deles representaria o sucesso certo de Roma neste país.

62. Foi perfeitamente apropriado, portanto, a publicação nos Estados Unidos do plano de Leão XIII para com os Estados Unidos e, por meio dele, para com *a Europa* e “*toda a humanidade*”, como segue:

“Na sua visão [do Papa Leão], os Estados Unidos atingiram o período em que é necessário estabelecer a fusão de todos os elementos heterogêneos em uma nação homogênea e indissolúvel. [...] É por essa razão que o papa quer que os católicos se mostrem os trabalhadores mais esclarecidos e mais dedicados em favor da unidade nacional e da assimilação política. [...] Os Estados Unidos sentem a necessidade desse trabalho de fusão interna. [...] *O que a igreja fez no passado pelos outros, ela fará para os Estados Unidos.* [...] Essa é a razão pela qual a Santa Sé incentiva o clero americano a manter com zelo a solidariedade e a trabalhar pela fusão de todos os elementos estrangeiros e heterogêneos em uma vasta família nacional. [...]”

“Finalmente, Leão XIII deseja ver força nessa unidade. Como todas as pessoas de espírito intuitivo, ele reconhece nos Estados Unidos da América e em sua jovem e florescente igreja *a fonte de uma nova vida para os europeus.* Ele quer que os EUA sejam poderosos, *a fim de que a Europa recupere sua força ao imitar um modelo rejuvenescido.* [...] A Europa está acompanhando de perto os Estados Unidos. [...] De agora em diante, nós [europeus] precisaremos de agentes inovadores que se colocarão sobre esse fundamento; ‘O que podemos assimilar e o que devemos assimilar dos Estados Unidos para nossa *reorganização* social, política e *eclesiástica*?’ A resposta depende em grande parte do desenvolvimento dos destinos americanos. Se os Estados Unidos conseguirem resolver os muitos problemas que nos *confundem*, a Europa seguirá seu exemplo, e *esse derramamento de luz marcará uma era na história, não apenas dos Estados Unidos, MAS DE TODA A HUMANIDADE.*

“É por isso que o santo padre, ansioso por paz e vigor, colabora com paixão no obra de consolidação e desenvolvimento dos assuntos americanos. Segundo ele, a igreja deve ser o crisol escolhido para moldar e absorver raças em uma família unida. E essa é, especialmente, a razão pela qual ele trabalha em favor da codificação de assuntos eclesiásticos, *para que esse membro distante do cristianismo possa infundir novo sangue no organismo antigo.*”<sup>15</sup>

63. Isso foi rapidamente seguido pelo estabelecimento de uma delegação apostólica permanente em Washington para levar a cabo esse plano. E Satolli, o primeiro delegado apostólico na América, declarou abertamente no Congresso Católico em Chicago, em 5 de setembro de 1893, não apenas que este era seu cargo e trabalho aqui, mas ordenou aos católicos dos Estados Unidos que realizassem esse projeto. Suas palavras são as seguintes:

---

da igreja fizeram após a aprovação desse ato foi exortar o presidente a aplicá-lo *com a ponta da baioneta*; e no ano de 1894, a parte principal do país, de uma costa a outra, foi marcada com “a interferência de baionetas”, com a “convocação da milícia” e com a “organização de forças armadas”. Os fariseus de antigamente rejeitaram o Senhor do sábado e escolheram um ladrão no lugar, para salvar aquela nação; mas a ação deles destruiu a nação. Os fariseus de nossos dias rejeitaram o sábado do Senhor e escolheram um ladrão – o domingo – em seu lugar, para salvar esta nação. Mas, como os esforços dos fariseus do passado, em vez de salvar a nação, ele destruirá a nação.

<sup>15</sup> Carta do Vaticano para o *Sun* de Nova York, 11 de julho de 1892.



“Em nome de Leão XIII, saúdo a grande república americana e apelo aos católicos da América para que avancem, por um lado carregando o livro da verdade cristã e, por outro, a Constituição dos Estados Unidos. [...]”

“O dever atual dos católicos é este: trazer ao mundo a plenitude da verdade sobrenatural e da vida sobrenatural. Este é, de forma especial, o dever de um congresso católico. Há nações que nunca se separaram da igreja, mas têm negligenciado com frequência aplicar em pleno grau as lições do evangelho. *Há nações que saíram da igreja*, levando consigo muitos de seus tesouros, e, por causa do que trouxeram, lançam luz parcial. Mas isoladas da fonte, a *menos que essa fonte novamente entre em contato próximo com elas*, há perigo para o futuro.”

“Coloquem-nas em contato com o passado delas por sua ação e ensino. Façam com que seus compatriotas e *seu país entrem em contato imediato com o grande segredo da bem-aventurança – Cristo e Sua igreja*. E assim acontecerá que a palavra do salmista será cumprida: ‘Encontraram-se a graça e a verdade, a justiça e paz se beijaram.’ [...]”

“Agora, todos esses grandes princípios foram ressaltados nas mais elucidativas linhas das encíclicas do grande pontífice, Leão XIII. Ele as estudou. Apeguem-se a elas com firmeza como a ancora mais segura, e tudo ficará bem. Essas várias questões são estudadas em todo o mundo. É bom que elas sejam estudadas nos Estados Unidos, pois *aqui nos Estados Unidos da América temos*, mais do que em outros lugares, *a chave para o futuro* [Aplausos].

“Aqui na América vocês têm um país abençoado de modo especial pela Providência na fertilidade do campo e na liberdade de sua Constituição [Aplausos altos]. Aqui vocês têm um país que corresponderá a todos os esforços [aplausos altos e prolongados] não apenas dez vezes, mas, sim, *cem vezes*. E isso ninguém entende melhor do que o imortal Leão. E ele me encarrega, seu delegado, de falar à América palavras de esperança e bênçãos, palavras de alegria. Vão em frente! Em uma mão com o livro da verdade cristã – a Bíblia – e, na outra, a Constituição dos Estados Unidos” [Aplausos extraordinários, as pessoas se levantando].

64. A Constituição, como os pais a criaram e planejaram, nenhum católico jamais recebeu ordens de segurá-la em uma mão, com a Bíblia Católica na outra, para qualquer finalidade. Pelo contrário, no *Catholic World*, em setembro de 1871, foi publicado pelo principal controversista católico americano um artigo em que a Constituição dos Estados Unidos era mencionada nas seguintes palavras:

“Conforme ela é interpretada pelos jornais liberais e sectários que estão fazendo o possível para revolucioná-la; conforme está começando a ser interpretada por uma parcela significativa do povo americano, ou conforme *interpretada pelo princípio protestante*, tão amplamente difundido entre nós, [...] *nós não a aceitamos*, ou consideramos que represente *alguma forma governo*, ou que seja capaz de desempenhar qualquer uma das funções apropriadas do governo; e se continuar a ser interpretada pelos princípios revolucionários do protestantismo, com certeza fracassará. [...] Portanto, costumamos dizer que, se a república americana deve ser sustentada e preservada, isso deverá ser pela rejeição do princípio da Reforma e pela aceitação do princípio católico pelo povo americano.”<sup>16</sup>

65. Quando, porém, essa Constituição foi interpretada como significando que “esta é uma nação cristã”; quando essa Constituição foi interpretada de acordo com os princípios de

<sup>16</sup> Página 736.

Roma, e o sinal de sua autoridade, com documentos católicos, foi citado para apoiar essa interpretação, *então*, e não antes disso, foi que todos os católicos receberam ordens de tomar essa Constituição Católica em uma mão e a Bíblia católica na outra, e, com Satolli à frente, avançar rumo a uma recompensa “cem vezes” maior nos Estados Unidos, e, com essa ação, trazer novamente “toda a Europa” e “toda a humanidade” de volta ao contato imediato com “a igreja”.

66. Foi então que, com a Bíblia Católica em uma mão e a Constituição Católica dos Estados Unidos na outra, a Igreja Católica se adiantou e declarou que *esta é uma nação cristã católica*. E em setembro de 1894 publicou um documento oficial “elevando os Estados Unidos à primeira posição como nação católica”. Nós sabemos o que o papado fez por outras nações; e não há dúvida de que é isso que, no que estiver ao seu alcance com a ajuda eficiente do protestantismo apóstata, ele fará agora pelos Estados Unidos e, por meio disso, para toda a humanidade.

67. Outra característica especial da apostasia da Reforma Nacional adotada pela nação dos Estados Unidos é o repúdio a outro princípio da Declaração de Independência, a saber, que “os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados”. Em uma convenção conjunta de toda a coligação da Reforma Nacional, realizada em Sedalia, Missouri, em 23 e 24 de maio de 1889, o “Rev.” W. D. Gray, que foi secretário da convenção e foi eleito secretário correspondente da União Americana do Sábado para o Distrito de Omaha, fez o seguinte discurso:

“Eu, por exemplo, me debrucei para pesquisar esse assunto, especialmente esse tópico. Apelar à autoridade divina em nossa legislação significaria mudar, em sua própria essência, a lei de nossa nação, ou o princípio adotado por nossos pais quando disseram que todos os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Eu, pelo menos, não acredito nisso como máxima política. Não acredito que os governos derivem seus justos poderes do consentimento dos governados. E acredito como o irmão Gault quanto a isso, eu acho. Portanto, *o objetivo desse movimento consiste num esforço para mudar esse ponto em nossa lei fundamental*. Jefferson estava sob a influência de ideias francesas quando a Constituição foi elaborada, e a intenção deles era deixar Deus fora da Constituição.<sup>17</sup> E acho que a história provinciana deste país nos obrigará a voltar a isso e a reconhecer Deus em nossa Constituição. E vejo nesta reforma uma Providência nos ensinando a necessidade de reconhecer outra coisa além da vontade do povo como base do governo.”

68. E na Assembleia de Chautauqua (N.Y.), em agosto seguinte, o coronel Elliot F. Shepard, falando como presidente da União Americana do Sábado, disse:

“Os governos *não* derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Deus é o único legislador. Suas leis estão claras e evidentes em Sua palavra, para que todas as nações saibam quais são as leis que Deus ordenou que fossem cumpridas.”

69. Em 1898, houve guerra entre os Estados Unidos e a Espanha. Como consequência das vitórias norte-americanas, os Estados Unidos passaram a ter o domínio das ilhas de Porto Rico e das Filipinas. Imediatamente após, começou a ser desconsiderada pela administração nacional dos Estados Unidos o princípio de sua própria Declaração de Independência, de que

<sup>17</sup> Tudo indica que o cavalheiro não parece ter se *debruçado* sobre o assunto, ou saberia que Jefferson não estava neste país na época e não teve nada que ver com a elaboração da Constituição. No entanto, mesmo que tivesse, sua participação teria sido apenas para sua eterna honra e não teria em nada repercutido sobre o documento.

os governos derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. Isso despertou discussões em todo o país. Os líderes eclesiásticos e a geração mais jovem de homens públicos no geral se mostravam dispostos a negar o princípio da Declaração, enquanto os idosos geralmente mantinham o princípio. Isso logo se tornou tão acentuado que, na discussão da questão nos círculos nacionais, reconheceu-se claramente que são as *gerações mais jovens* de homens públicos que *lideram* no caminho de glória mundial em detrimento dos princípios fundamentais da nação; os idosos, por sua vez, são os conservadores, e ainda pedem lealdade a esses princípios onde quer que a jurisdição da nação possa ser estendida.

70. Há uma razão para isso. Por 35 anos até 1898, a coligação da Reforma Nacional, por meio de seus agentes, viajou por toda o país ensinando com diligência esses princípios, que são antagônicos aos princípios da nação. Esses agentes tinham entrada inquestionável nos estabelecimentos de Ensino Médio [*academies*] e Superior [*colleges*] de todo o país; haviam se destacado nos programas das assembleias de Chautauqua; tinham a simpatia e o apoio das igrejas e de organizações religiosas e de temperança em todos os lugares. E eles aproveitaram ao máximo todas essas oportunidades.

71. E agora, os que pertencem a essa *geração mais jovem* de homens da atualidade foram *os jovens do Ensino Médio e das faculdades do país 20 ou 30 anos atrás* – na época em que os reformadores nacionais estavam plantando a semente maligna nas faculdades e escolas de Ensino Médio em todos os lugares. Esses foram *os jovens* que *nas escolas de Ensino Médio e nas faculdades* foram inoculados naqueles anos com o vírus dos reformadores nacionais – que os governos *não* derivam seus justos poderes do consentimento dos governados. E agora, quando esses jovens, como os *homens* da geração atual em assuntos públicos, enfrentam uma crise na qual é preciso decidir se os princípios fundamentais da nação devem ser respeitados ou repudiados, eles estão preparados, e por muito foram preparados, para *repudiar* esses princípios nos interesses de um fogo-fátuo passageiro, que julgam ser “o império do Filho de Deus”, e a fim de executar a “Sua vontade”!

72. Este é o segredo e a verdadeira filosofia deste repúdio nacional da Declaração de Independência e da *Constituição da nação na atualidade* – o repúdio dos princípios do republicanismo. Assim, esse repúdio nacional dos princípios do republicanismo em 1898 em diante representa com toda certeza um elemento do movimento da Reforma Nacional, é certamente uma parte desse movimento e consistiu no repúdio nacional dos princípios do protestantismo em 1892.

73. Uma observação extraordinariamente expressiva sobre esta apostasia foi publicada no *Independent* de 19 de outubro de 1899, pela condessa Von Krockow, de Dresden, Alemanha, citando o seguinte de um artigo do professor Niemand em um periódico alemão:

“Se a República Americana significou algo do ponto de vista histórico, significou um protesto contra a Europa. Sua Declaração de Independência representou uma retrospectiva das condições europeias e um resumo de toda a experiência assim conquistada. Correspondeu às teses de Lutero numa perspectiva política; assim como estas consistiram numa renúncia ao catolicismo, a outra foi uma renúncia e desafio ao imperialismo, que tem durado por mais de cem anos.”

“A Europa não mudou em sua essência enquanto isso. Tem formas de liberdade; mas a realidade substancial ainda é o militarismo, ou governo pela autoridade e poder dos mais fortes. Portanto, se a Europa permanece inalterada, por que os EUA deveriam renunciar à

sua vocação protestante, retrocedendo e se tornando como ela? [...] Oh, loucura! Eu digo loucura! Eles não sabem o que estão fazendo ao renunciarem seu direito de primogenitura por um cozinhado de lentilhas, ao renegarem sua grande atitude de protesto, que os tornaram dignos do respeito dos poderosos e da veneração dos idealistas do mundo, para brigarem por terra com as nações velhas e desgastadas, embora já possuam muito. Repudiam sua Declaração em espírito e palavra por uma faixa de terra rica. O fato parece incrível.”

74. Juntamente com esse repúdio aos princípios da Declaração, é claro que houve de forma contínua o abandono da Constituição e a adoção, no governo das possessões das novas ilhas, do princípio de governar “sem a Constituição”, sob o argumento de que a Constituição não se estende a essas possessões; em outras palavras, a jurisdição dos Estados Unidos é exercida além dos limites da suprema lei dos Estados Unidos! E quando o duplo esquema de repúdio aos princípios fundamentais da nação foi endossado como um todo pela voz distinta de toda a nação na vitória esmagadora do mesmo governo nas eleições nacionais de 1900, isso foi rapidamente seguido pelo repúdio concreto, oficial e nacional à Constituição e aos princípios da Declaração. No Senado dos Estados Unidos, quarta-feira, em 27 de fevereiro de 1901, e na Câmara dos Deputados, sexta-feira, em 1º de março de 1901, foi promulgada como lei, para o governo das Ilhas Filipinas, o seguinte:

“Todos os poderes militares, civis e judiciais necessários para governar as Ilhas Filipinas, adquiridos da Espanha pelos tratados concluídos em Paris no dia 10 de dezembro de 1898 e em Washington no dia 7 de novembro de 1900, serão conferidos, salvo disposição em contrário pelo Congresso, a uma pessoa ou pessoas e exercidos sob a direção do presidente dos Estados Unidos para o estabelecimento de um governo civil e a preservação e proteção dos habitantes de tais ilhas no livre gozo de sua liberdade, propriedade e religião. Fica estipulado que todos os privilégios concedidos sob a autoridade deste documento devem conter uma reserva de direito para alterar, emendar ou revogar os mesmos.”

75. Antes de tudo, note-se que este é um evidente abandono da Constituição e uma clara abdicação de seus poderes pelo Congresso dos Estados Unidos. A Seção 1 do Artigo 1º da Constituição dos Estados Unidos diz: “Todos os poderes legislativos aqui concedidos serão investidos em um Congresso dos Estados Unidos, que consistirá em um Senado e uma Câmara dos Deputados”. E a Seção 1 do Artigo 3º da Constituição diz: “O poder judicial dos Estados Unidos será investido em uma suprema corte e em cortes inferiores que o Congresso possa, de tempos em tempos, ordenar e estabelecer.”

76. Agora, quando a Constituição limita definitivamente todos os poderes legislativos concedidos ao Congresso e todos os poderes judiciais concedidos a uma suprema corte e a cortes inferiores que possam ocasionalmente ser estabelecidas; e então quando o Congresso transfere e confere todos os poderes civis e judiciais necessários para governar o território dos Estados Unidos “a uma pessoa ou pessoas [...] sob a direção do presidente dos Estados Unidos”, isso significa simplesmente que o Congresso está abdicando de seus próprios poderes e privando as cortes de seus poderes. Significa também um evidente abandono da Constituição dos Estados Unidos, no que diz respeito às Ilhas Filipinas e, *em princípio*, no que diz respeito a qualquer lugar.

77. Além disso, esse abandono da Constituição não está meramente implícito na redação da lei relativa ao governo das Ilhas Filipinas. Está explícito e foi repetidamente confirmado.

78. Pois a seguinte emenda foi proposta à seção filipina do projeto de lei:

“A Constituição dos Estados Unidos estende-se às Ilhas Filipinas e está em vigor ali, à medida que a mesma ou qualquer disposição dela possa ser aplicável.”

Isso foi *rejeitado* por um votação de 39 a 23, com abstenção de 26.

79. Posteriormente, foi apresentada a seguinte emenda:

“Estipula-se que nenhum julgamento, ordem ou ação de qualquer um dos oficiais designados deverá entrar em conflito com a Constituição e as leis dos Estados Unidos.”

Essa emenda foi *rejeitada* por uma votação de 45 a 25, com abstenção de 18.

80. Depois disso, foi proposta uma emenda exigindo que:

“Toda pessoa investida de autoridade sob esta concessão de poder deve prestar juramento de apoio à Constituição dos Estados Unidos.”

Isso também foi *rejeitado*, por uma votação de 41 a 25, com abstenção de 22.

81. Depois disso, foi oferecida a seguinte emenda:

“Toda pessoa será afiançável, salvo nos casos de crimes capitais com provas evidentes ou fortes provas conjecturais. Todas as multas devem ser moderadas e nenhuma punição cruel ou incomum deve ser infligida. Ninguém será privado da vida, liberdade ou propriedade, a não ser pelo julgamento de seus pares e pela lei da terra. Se as demandas públicas para a preservação geral exigirem a desapropriação de um bem imóvel de alguma pessoa ou seus serviços específicos, será feita uma compensação total por ele. Nenhuma lei *ex post facto* ou lei que prejudique a obrigação dos contratos deverá ser feita. Não será feita nenhuma lei que sujeite qualquer pessoa a restrições, ônus ou incapacidade em razão de suas opiniões religiosas, crenças ou modo de culto, os quais terá a liberdade de manter, sem a obrigação de adotar os de outros.”

Isso também foi rejeitado por uma votação de 41 a 23, com abstenção de 24.

82. Assim, depois de ter sido votada repetidamente a concessão de poder ilimitado a pessoas que o presidente nomeasse para governar as Ilhas Filipinas, foi feita uma tentativa de limitar o *tempo do exercício* desse poder. Consequentemente, uma emenda foi oferecida, limitando esse período a 4 de março de 1903. Mas isso foi rejeitado por uma votação de 43 a 26, com abstenção de 19.

83. Quando foi decidido de maneira tão positiva que deveria ser concedido poder ilimitado a esses homens – e por tempo ilimitado –, foi feita uma tentativa de dar aos filipinos uma parte no governo de si mesmos. Por conseguinte, foi proposta a seguinte emenda:

“E assegurar a eles a participação nos assuntos do governo civil, a ser estabelecida de maneira consistente com a segurança do governo.”

Mas isso foi rejeitado por uma votação de 39 a 23, com abstenção de 26.

84. Quando se estabeleceu, de maneira explícita e confirmada, que os poderes de homens designados pelo presidente para governar as Filipinas fossem ilimitados por tempo indefinido e fossem absolutos sobre o povo das ilhas, houve uma tentativa de salvar pelo menos algum vestígio de liberdade constitucional, como segue:

“Sr. Hoar: Senhor presidente, há um princípio de liberdade constitucional que ainda não foi sacrificado, e desejo dar-lhe uma pequena chance para que sobreviva. Proponho a emenda que envio para a mesa, para ser inserida no projeto de lei.”

“*O presidente da seção*: O senador de Massachusetts apresenta uma emenda que será declarada.”

“*O Secretário*: Propõe-se acrescentar como nova seção o seguinte:”

“No governo das Ilhas Filipinas, nenhuma pessoa com poderes legislativos jamais exercerá os poderes executivo ou judicial, ou qualquer um deles; ninguém investido de poderes executivos jamais exercerá os poderes legislativos ou judiciais, ou qualquer um deles; ninguém investido de poderes judiciais jamais exercerá os poderes legislativos ou executivos, ou qualquer um deles; a fim de que seja um governo de leis e não de homens.”

“*O presidente da seção*: A questão a ser votada pelo comitê é a emenda do senador de *Massachusetts* [o Sr. Hoar].

“O Sr. Jones, do Arkansas, e Pettus pediram que todos se manifestassem a favor ou contra.”

“Procedeu-se à votação, e o secretário fez a chamada.”

E mesmo esse último princípio de liberdade constitucional foi sacrificado. Foi rejeitado por uma votação de 43 a 26, com abstenção de 19.<sup>18</sup>

85. Como já foi dito, a Câmara dos Deputados aprovou essa legislação, da forma como veio do Senado, sem nenhuma alteração. E como tudo foi feito a pedido do presidente, é claro que tudo foi aprovado por ele quando chegou à sua mesa para ser assinada. Assim, o governo dos Estados Unidos, em princípio – e para as Filipinas na prática – repeliu de forma deliberada e expressa todos os princípios de sua Constituição como governo republicano. Nem um único item, nem mesmo um pinga, do princípio de governo republicano ou constitucional permanece. A apostasia nacional do princípio cristão está completa.

## CONCLUSÃO

O papado, a besta de Apocalipse 13, foi formado pela união da igreja apóstata com uma república apóstata. Mais uma vez, uma igreja apóstata – o professo protestantismo – está rapidamente formando uma união entre aquela igreja e esta outra república apóstata. E assim será formada a imagem da besta de Apocalipse 13.

2. Nos dez primeiros versículos desse capítulo, é apresentada uma descrição da ascensão e obra de um certo poder sob o símbolo de “uma besta”. Então, do 11º ao 17º versículo, encontra-se a descrição de outro poder sob o símbolo de “outra besta” e “a imagem da besta”. O primeiro desses poderes também é designado como “a primeira besta” e “a besta que recebera a ferida da espada”.

3. A descrição completa da primeira é a seguinte:

“Vi emergir do mar uma besta que tinha dez chifres e sete cabeças e, sobre os chifres, dez diademas e, sobre as cabeças, nomes de blasfêmia. A besta que vi era semelhante a leopardo, com pés como de urso e boca como de leão. E deu-lhe o dragão o seu poder, o seu trono e grande autoridade. Então, vi uma de suas cabeças como golpeada de morte, mas essa ferida mortal foi curada; e toda a terra se maravilhou, seguindo a besta; e adoraram o dragão porque

<sup>18</sup> Ver o relato completo em *Congressional Record* datado de 27 de fevereiro de 1901. Para os verdadeiros princípios do procedimento, ver capítulo 7, parágrafos 61-69 e parágrafo 2, página 590, deste livro.

deu a sua autoridade à besta; também adoraram a besta, dizendo: Quem é semelhante à besta? Quem pode pelejar contra ela? Foi-lhe dada uma boca que proferia arrogâncias e blasfêmias e autoridade para agir quarenta e dois meses; e abriu a boca em blasfêmias contra Deus, para lhe difamar o nome e difamar o tabernáculo, a saber, os que habitam no céu. Foi-lhe dado, também, que pelejasse contra os santos e os vencesse. Deu-se-lhe ainda autoridade sobre cada tribo, povo, língua e nação; e adorá-la-ão todos os que habitam sobre a terra, aqueles cujos nomes não foram escritos no Livro da Vida do Cordeiro que foi morto desde a fundação do mundo. Se alguém tem ouvidos, ouça. Se alguém leva para cativo, para cativo vai. Se alguém matar à espada, necessário é que seja morto à espada. Aqui está a perseverança e a fidelidade dos santos” (Apocalipse 13:1-10).

4. Toda evidência da história atesta a verdade de que este trecho das Escrituras corresponde a uma descrição exata do papado. A descrição da “outra besta” ou da “imagem da besta” é a seguinte:

“Vi ainda outra besta emergir da terra; possuía dois chifres, parecendo cordeiro, mas falava como dragão. Exerce toda a autoridade da primeira besta na sua presença. Faz com que a terra e os seus habitantes adorem a primeira besta, cuja ferida mortal fora curada. Também opera grandes sinais, de maneira que até fogo do céu faz descer à terra, diante dos homens. Seduz os que habitam sobre a terra por causa dos sinais que lhe foi dado executar diante da besta, dizendo aos que habitam sobre a terra que façam uma imagem à besta, àquela que, ferida à espada, sobreviveu; e lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta. A todos, os pequenos e os grandes, os ricos e os pobres, os livres e os escravos, faz que lhes seja dada certa marca sobre a mão direita ou sobre a frente, para que ninguém possa comprar ou vender, senão aquele que tem a marca, o nome da besta ou o número do seu nome” (Apocalipse 13:11-17).

5. Essa profecia diz que seria dito aos que habitam sobre a Terra que “façam uma imagem à besta” (v. 14). Isso seria o mesmo que fazer uma imagem ao papado. Sendo o papado uma união entre igreja e Estado, com a igreja usando o poder do Estado para fazer cumprir doutrinas eclesiais e obrigar a submissão aos seus decretos, a criação de uma imagem disso seria apenas a criação ou o estabelecimento de uma ordem de coisas pela qual se formaria uma união da igreja e do Estado, com o poder civil nas mãos da igreja para obrigar a submissão a doutrinas eclesiais e a observância de instituições da igreja. Mas, para que isso seja *feito*, é necessário que não tenha existido antes nenhuma união de igreja e Estado no local em que tal obra seria realizada. Visto ser necessário dizer que “façam uma imagem” do papado, isto é, que se estabeleça a união entre igreja e Estado, fica claro, à primeira vista, que isso é dito e deve ser dito em um local onde não há união entre igreja e Estado, e onde a igreja não tem controle sobre assuntos civis e nenhuma conexão com o poder civil.

6. Agora, onde havia um lugar ou nação na Terra em que não havia união da Igreja e do Estado, exceto nos Estados Unidos? Com a única exceção do governo dos Estados Unidos, nunca houve um governo na Terra, pagão, papal ou protestante professo, no qual desde o início de sua existência, como tal, até hoje, não houvesse união de religião e Estado; em que o poder religioso não tivesse controle do poder civil ou conexão com ele. Essa é a verdade, e qualquer um pode se convencer disso se ponderar pouco ou muito sobre o assunto. Sendo essa a verdade, segue-se que os Estados Unidos correspondem ao único lugar na Terra em que se poderia dizer que eles deveriam *fazer* uma união de Igreja e Estado. Con-

sequentemente, somente no governo dos Estados Unidos a imagem da besta – a imagem do papado – pode ser feita. Há muitos outros pontos que corroboram essa conclusão, mas este é suficiente aqui.

7. Por causa desta profecia de Apocalipse 13:11-17, tem sido pregado e publicado pelos adventistas do sétimo dia há mais de 40 anos<sup>19</sup> que haveria nos Estados Unidos uma união de Igreja e Estado, com uma legislação dominical – que seria feita aqui uma imagem do papado. Por exemplo: quase 50 anos atrás – em janeiro de 1852 – foi publicado um pequeno panfleto com aproximadamente 75 páginas, com cerca de 6 x 13 cm de tamanho, dando uma breve exposição de Apocalipse 13, e especialmente a parte dos versículos 11-17. Sobre esse ponto, as seguintes palavras foram publicadas nesse panfleto:

“A besta de dois chifres diz aos *que habitam sobre a Terra*: ‘Façam uma imagem’. Os moradores da terra, ou território desta besta, parece, têm uma parte a desempenhar neste mundo. Isso claramente marca *os Estados Unidos como o cenário de ação*. É dessa maneira que as leis são feitas aqui – pelos representantes do povo. Como todos os homens são declarados iguais pela Declaração de Independência, tornou-se necessário que se adotasse um meio pelo qual todos pudessem ter privilégios iguais na construção das leis. Se toda a população fosse reunida, haveria uma discussão sem fim e nenhuma lei feita. Portanto, o povo deveria eleger representantes que cumprissem seus princípios; e estes deveriam se reunir e criar leis que, quando aprovadas, fossem consideradas as leis do povo. *A imagem deve ser formada pelo povo ou por seus representantes.*”

Parece-nos provável que *esta instituição dominical* seja o ponto exato em que essa união será realizada. Aqui está um ponto em que todas as denominações protestantes podem se unir. Um ponto que podemos afirmar com segurança que representa o item importante na fé dos protestantes é o culto dominical.”

“Versículo 15: ‘E lhe foi dado comunicar fôlego à imagem da besta, para que não só a imagem falasse, como ainda fizesse morrer quantos não adorassem a imagem da besta.’ A partir deste texto, podemos tirar duas conclusões:”

“1. A imagem da besta deve ser feita no mesmo território em que a besta de dois chifres governa; pois a besta de dois chifres não pode exercer essa autoridade em nenhum outro território que não seja o seu.”

“2. Ela já tem o poder de dar vida à imagem da besta, ou fazer com que o decreto seja feito e executado. Os Estados Unidos não têm o poder para aprovar tais leis? A nação declara que ‘todos os homens devem ser protegidos em sua adoração a Deus de acordo com os ditames de sua própria consciência’. Vemos que a população em geral considera o primeiro dia da semana como dia sagrado. Se uma petição fosse enviada ao Congresso com um milhão de nomes assinados, declarando que seus direitos foram violados e lhes solicitando que fosse promulgada uma lei solene de que o primeiro dia não deveria ser profanado por trabalho, em pouco tempo o resultado seria uma lei sobre o assunto!”

“Se os Estados Unidos, como um corpo, aprovassem uma lei de que o domingo deveria ser santificado, ou não profanado pelo trabalho, haveria, eu entendo, uma imagem do papado; pois a lei estaria nas mãos da igreja e ela poderia infligir penalidades àqueles que não obedecessem à instituição dominical.”

<sup>19</sup> Tempo decorrido até a primeira publicação deste livro em 1901. [N.T.]



8. Isso foi impresso em 1853. E ninguém pode negar que em 1892 ocorreram exatamente as coisas que foram ditas nessa exposição da profecia. As igrejas que professam representar milhões de peticionários, naquele ano, enviaram uma petição ao Congresso com ameaças em nome da santidade dominical; e em muito pouco tempo o resultado foi uma lei sobre o assunto!

9. Novamente, em 1884, essa mesma denominação publicou o seguinte sobre a mesma profecia de Apocalipse 13:11-17:

“Esta primeira besta representa a Igreja Romana, um corpo eclesiástico revestido de poder civil, tendo autoridade para punir todos os dissidentes. A imagem da besta representa outro corpo religioso revestido de poder semelhante. A *formação* dessa imagem *corresponde à obra da besta* cuja ascensão pacífica e declarações brandas a tornam um símbolo muito marcante dos *Estados Unidos*. Aqui se deve encontrar uma imagem do papado. Quando as igrejas de nossa terra, unindo-se em pontos que mantêm em comum, influenciarem o Estado para que imponha seus decretos e apoie suas instituições, *então* a América protestante terá formado *uma imagem da hierarquia romana*.<sup>20</sup>

10. Isso já aconteceu. Em 1892-93, as igrejas de nossa terra *se* uniram na questão do domingo e depois se uniram à própria Igreja Católica, e nessa união influenciaram o Estado a impor o decreto eclesiástico para a observância do domingo e o apoio da instituição dominical da igreja. E ao fazê-lo, criaram a imagem viva do papado nesta nação. Nove anos antes disso, publicamos que isso aconteceria; e agora *já aconteceu*. Com base na força da profecia, publicamos que esse momento chegaria; e com a força dos  *fatos*, todo mundo pode saber que ele *já* chegou. A profecia está cumprida. A imagem da besta está criada e vive hoje nos Estados Unidos.

11. Mais uma vez, em 1885, esse mesmo grupo religioso publicou as seguintes palavras sobre esse assunto:

“Para garantir a popularidade e o apoio, os legisladores vão ceder à exigência de uma lei dominical.”<sup>21</sup>

Para garantir a popularidade e apoio colocados em leilão público pelas igrejas, os legisladores da nação reunidos em Congresso de fato cederam à exigência de uma lei dominical.

12. Também no ano de 1885, o mesmo grupo religioso publicou em um de seus livros que “nosso país repudiará todos os princípios de sua Constituição como um governo protestante e republicano e fará provisões para a propagação das falsidades e enganos papais”.<sup>22</sup> E ninguém pode negar razoavelmente que isso foi e está sendo constantemente cumprido à risca.

13. Visto que a apostasia do protestantismo desenvolveu a própria imagem daquilo que foi desenvolvido a partir da apostasia do catolicismo, faz-se necessário um renascimento do verdadeiro protestantismo para protestar contra esse protestantismo apóstata, essa imagem da besta, como no início o verdadeiro protestantismo protestou contra o papado, a besta. O fundamento desse protesto é o mesmo de sempre – o evangelho eterno, os mandamentos de Deus e a fé de Jesus. E a Palavra de Deus convoca claramente a todos para esta obra abençoada. Aqui estão as palavras das Escrituras:

<sup>20</sup> *Spirit of Prophecy*, vol. 4, p. 278.

<sup>21</sup> *Testemunhos para a Igreja*, vol. 5, p. 451.

<sup>22</sup> *Ibid.*

“Vi outro anjo voando pelo meio do céu, tendo um *evangelho eterno* para pregar aos que se assentam sobre a terra, e a cada nação, e tribo, e língua, e povo, dizendo, em grande voz: Temei a Deus e dai-Lhe glória, pois é chegada a hora do Seu juízo; e adorai Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas.”

“Seguiu-se outro anjo, o segundo, dizendo: Caiu, caiu a grande Babilônia que tem dado a beber a todas as nações do vinho da fúria da sua prostituição.”

“Seguiu-se a estes outro anjo, o terceiro, dizendo, em grande voz: Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na frente ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da Sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome. Aqui está a perseverança dos santos, *os que guardam os mandamentos de Deus e a fé em Jesus.*”

“Então, ouvi uma voz do céu, dizendo: Escreve: Bem-aventurados os mortos que, desde agora, morrem no Senhor. Sim, diz o Espírito, para que descansem das suas fadigas, pois as suas obras os acompanham. Olhei, e eis uma nuvem branca, e sentado sobre a nuvem um semelhante a filho de homem, tendo na cabeça uma coroa de ouro e na mão uma foice afiada. Outro anjo saiu do santuário, gritando em grande voz para Aquele que Se achava sentado sobre a nuvem: Toma a Tua foice e ceifa, pois chegou a hora de ceifar, *visto que a seara da terra já amadureceu! E Aquele que estava sentado sobre a nuvem passou a Sua foice sobre a terra, e a terra foi ceifada*” (Apocalipse 14:6-16).

14. Exatamente aqui, enquanto todos serão obrigados a adorar o papado e sua imagem, e receber a sua marca, o Senhor envia o evangelho eterno a todos, convocando-os a adorar Aquele que fez o céu, e a terra, e o mar, e as fontes das águas, pois é chegada a hora do Seu juízo. E o sinal que Ele mesmo estabeleceu para que homens e mulheres saibam que Ele é o Senhor, o Deus verdadeiro, que criou o céu e a terra, o mar e as fontes das águas é o sábio do Senhor.<sup>23</sup> Também é feito o anúncio da queda de Babilônia; e então a terrível advertência contra a obediência aos decretos do papado em qualquer lugar, ou à sua imagem nos Estados Unidos. E a próxima coisa que se segue é a vinda do Senhor para ceifar a seara da Terra. E a ceifa é a consumação do século, isto é, o fim do mundo (cf. Mateus 13:39).

15. A apostasia do protestantismo exalta o papado, pois por meio dela o professo protestantismo confessa abertamente ao mundo que somente os princípios papais estão corretos. A criação da imagem na besta restaura e amplia o poder da besta (cf. Apocalipse 13:12). Isso provoca a situação descrita em Apocalipse 13:8. E isso, por sua vez, desenvolve o cumprimento de Apocalipse 18:8. O projeto de Leão XIII, como indicado nas páginas 616 e 617 é, portanto, levado a bom êxito. Os reis e nações que se separaram dela são atraídos de volta para uma conexão ilícita com ela; mais uma vez ela guia e domina as nações. Consequentemente, ela se glorifica e vive em luxúria; os reis da terra se prostituem e vivem em luxúria com ela, como fizeram os falsos profetas com Jezabel na antiguidade; ela, portanto, se congratula, dizendo em seu coração: “Estou sentada como rainha. Viúva não sou. Pranto, nunca hei de ver!” Mas o Senhor diz: “Por isso, em um só dia, sobrevirão os

<sup>23</sup> Cf. Ezequiel 20:20; Êxodo 31:17; 20:8-11.

seus flagelos: morte, pranto e fome; e será consumida no fogo, porque poderoso é o Senhor Deus, que a julgou” (Apocalipse 18:8).

16. A apostasia do protestantismo restaura e exalta o papado, e assim garante o sucesso do projeto de Leão. O projeto de Leão abrange os Estados Unidos da América, e por meio deste país a Europa, e por meio das nações da Europa “toda a humanidade”; em resumo, abrange o mundo. É exatamente isso que a profecia anunciou há muito tempo que o papado faria. O sucesso desse projeto assinala a perdição e a ruína absoluta do papado. Portanto, essa ruína do papado indica a ruína do mundo, o fim do reino do mal e o início do reino perfeito de justiça – a completa aniquilação do mistério da iniquidade e o eterno triunfo do mistério de Deus.<sup>24</sup>

17. Os movimentos, tanto terrestres quanto celestiais, que devem concretizar essa consumação eterna, estão agora em progresso ativo diante dos olhos de todo o mundo. Pois em 1885 estava escrito: “Quando nosso país repudiar todos os princípios de sua Constituição como governo protestante e republicano e tomar providências para a propagação das falsidades e enganos papais, então podemos saber que chegou a hora das maravilhosas operações de Satanás e que o fim está próximo. Como a aproximação dos exércitos romanos foi um sinal para os discípulos da destruição iminente de Jerusalém, que essa apostasia seja um sinal para nós de que o limite da tolerância de Deus foi alcançado, de que a medida da iniquidade de nossa nação está cheia e de que o anjo da misericórdia está prestes a voar para nunca mais voltar.”

18. “O Senhor está fazendo Sua obra. Todo o Céu está agitado. O juiz de toda a Terra logo Se levantará e reivindicará Sua autoridade insultada. A marca da libertação será fixada sobre homens e mulheres que guardam os mandamentos de Deus, que reverenciam Sua lei e que recusam a marca da besta ou de sua imagem.”<sup>25</sup>

19. Então serão consumadas as visões, as esperanças, os trabalhos e os sofrimentos dos fiéis cristãos da Idade Média, de Wycliffe, Miltz, Conrado, Mateus, Huss, Jerônimo, Lutero e até de todos os santos e profetas de todas as eras; pois “nela se achou o sangue de profetas, de santos, e de todos os que foram mortos sobre a Terra” (Apocalipse 18:24). Então a voz será ouvida do céu: “Exultai sobre ela, ó Céus, e vós, santos, apóstolos e profetas, porque Deus contra ela julgou a vossa causa. Então o poderoso anjo levantará aquela pedra como grande pedra de moinho e a lançará, dizendo: “Assim, com ímpeto, será arrojada Babilônia, a grande cidade, e nunca jamais será achada” (Apocalipse 18:20, 21). Então será ouvida a “grande voz de numerosa multidão, dizendo: Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus, porquanto verdadeiros e justos são os Seus juízos, pois julgou a grande meretriz que corrompia a Terra com a sua prostituição e das mãos dela vingou o sangue dos Seus servos” (Apocalipse 19:1, 2).

“ALELUIA! POIS REINA O SENHOR, NOSSO DEUS, O TODO-PODEROSO.”

<sup>24</sup> Apocalipse 16:17; capítulos 18 e 19.

<sup>25</sup> *Testemunhos para a Igreja*, vol. 5, p. 451.



## ADVENTIST PIONEER LIBRARY

LOJA



WEBSITE



AUTOR



[www.APLib.org](http://www.APLib.org)